



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3173

Quarta-feira - 17 de Junho de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Agrolândia	3	Corupá	438	Lages	674
Agronômica	5	Cunha Porã	443	Laguna	675
Água Doce	11	Cunhataí	444	Lajeado Grande	676
Águas de Chapecó	12	Curitibanos	445	Lauro Muller	680
Águas Frias	13	Descanso	493	Lebon Regis	683
Águas Mornas	16	Dona Emma	495	Leoberto Leal	696
Alto Bela Vista	103	Entre Rios	498	Lindóia do Sul	697
Anchieta	113	Ermo	531	Lontras	699
Anita Garibaldi	116	Faxinal dos Guedes	532	Luiz Alves	702
Antônio Carlos	117	Flor do Sertão	533	Luzerna	706
Apiuna	120	Formosa do Sul	534	Macieira	708
Arabutã	123	Forquilha	538	Mafra	711
Arroio Trinta	125	Fraiburgo	542	Maravilha	718
Ascurra	139	Galvão	545	Marema	721
Atalanta	140	Garopaba	547	Massaranduba	724
Aurora	141	Garuva	554	Matos Costa	748
Balneário Arroio do Silva	142	Gaspar	556	Meleiro	752
Balneário Piçarras	146	Governador Celso Ramos	557	Modelo	753
Balneário Rincão	152	Grão Pará	560	Morro da Fumaça	754
Bandeirante	160	Gravatal	563	Morro Grande	755
Barra Bonita	163	Guaraciaba	564	Navegantes	758
Barra Velha	165	Guaramirim	566	Nova Erechim	761
Bela Vista do Toldo	168	Herval d'Oeste	569	Nova Itaberaba	763
Benedito Novo	169	Ibicaré	576	Nova Trento	767
Biguaçu	171	Ibirama	577	Novo Horizonte	772
Blumenau	180	Ilhota	581	Orleans	773
Bom Jardim da Serra	187	Imbituba	582	Otacílio Costa	774
Bom Jesus do Oeste	235	Imbuia	584	Ouro	776
Bom Retiro	236	Indaial	587	Ouro Verde	777
Botuvera	238	Iomerê	589	Paial	778
Braço do Trombudo	242	Ipira	591	Palhoça	779
Brusque	284	Iporã do Oeste	592	Palma Sola	802
Caçador	310	Ipuacú	594	Palmeira	804
Caibi	320	Ipumirim	598	Palmitos	805
Camboriú	322	Iraceminha	603	Passo de Torres	806
Campo Alegre	341	Irani	604	Paulo Lopes	807
Campo Erê	350	Iratí	607	Penha	809
Campos Novos	370	Irineópolis	608	Peritiba	825
Canelinha	372	Itá	611	Pescaria Brava	827
Canoinhas	373	Itaiópolis	613	Petrolândia	828
Capinzal	401	Itapiranga	614	Pinhalzinho	829
Catanduvas	405	Itapoá	616	Pinheiro Preto	837
Caxambu do Sul	406	Ituporanga	618	Piratuba	842
Chapadão do Lageado	407	Jaborá	624	Planalto Alegre	844
Cocal do Sul	408	Jacinto Machado	625	Ponte Alta do Norte	846
Concórdia	410	Jaraguá do Sul	627	Ponte Serrada	847
Cordilheira Alta	422	Joaçaba	655	Porto Belo	848
Coronel Freitas	436	José Boiteux	672	Porto União	851
Coronel Martins	437	Jupia	673	Pouso Redondo	853

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3173

Quarta-feira - 17 de Junho de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Presidente Castello Branco.....	859	São Carlos	1039	Timbé do Sul	1175
Presidente Getúlio	860	São Cristóvão do Sul.....	1040	Timbó	1177
Princesa	862	São Domingos.....	1041	Três Barras	1181
Quilombo.....	867	São João Batista.....	1044	Treviso	1188
Rancho Queimado.....	869	São João do Oeste	1053	Treze de Maio	1191
Rio do Campo	870	São Joaquim	1054	Treze Tilias	1192
Rio do Oeste.....	879	São José.....	1058	Trombudo Central.....	1193
Rio dos Cedros.....	900	São José do Cedro.....	1067	Tunápolis	1196
Rio do Sul.....	880	São Lourenço do Oeste.....	1068	Turvo	1198
Rio Negrinho.....	906	São Miguel do Oeste.....	1071	União do Oeste	1202
Romelândia.....	914	São Pedro de Alcântara.....	1075	Urubici	1203
Salto Veloso	944	Schroeder	1077	Urussanga	1204
Santa Helena	945	Seara	1090	Vargeão.....	1206
Santa Terezinha do Progresso	946	Serra Alta	1096	Videira.....	1207
Santiago do Sul.....	965	Sombrio.....	1157	Vitor Meireles.....	1213
Santo Amaro da Imperatriz	966	Sul Brasil	1158	Xanxerê.....	1220
São Bento do Sul.....	970	Tangará	1159	Xaxim	1258
São Bernardino	1018	Tigrinhos	1162	Zortéa	1259
São Bonifácio	1036	Tijucas	1166		

Consórcios

ARIS	1260
CIGA	1274
CIMVI.....	1279
CINCATARINA	1282
CIS/AMVI	1345
CISAM	1388
CIMGEPA	1389
CIGAMVALI	1405



Agrolândia

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2020

Publicação Nº 2525683



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

ATA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 4º EXERCÍCIO, DA 14ª LEGISLATURA, EM 08 DE JUNHO DE 2020.

Aos 08 (oito) dia do mês de junho de 2020 (dois mil e vinte), a Câmara de Vereadores de Agrolândia reuniu-se em sua 13ª Sessão Ordinária, de forma virtual – através do aplicativo de reuniões virtuais "Zoom" – na qual o Presidente solicitou ao 1º Secretário para que fizesse a Verificação do Quórum para dar início a presente sessão. Feita a Verificação nominal, obteve-se Quórum Regimental com a presença de 09 Vereadores: **Adelândio Galvani, Rejane Ana Schaade Sasse, Fernando Nicolas Lassalle Olivera, Ingo Piske, Claércio Figueredo, Isac Ramos, Hélio Miranda de Oliveira, Rodrigo Biancati e Valdinei Eger**. Por haver quórum regimental e sob a proteção de Deus, o Presidente declarou aberta a presente Sessão Ordinária, solicitando ao Vereador Ingo que fizesse uma pequena reflexão. Em seguida o Senhor Presidente solicitou ao 2º Secretário para proceder a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual depois de lida e submetida ao Plenário foi aprovada sem restrição. No Grande Expediente, o 1º Secretário fez a leitura e despacho do expediente. Em seguida o Presidente declarou que não havia ninguém inscrito na Palavra Livre. O Presidente deu início a Ordem do Dia, e colocou em 1ª votação o **PROJETO DE LEI CV Nº 005/2020, DE 28 DE MAIO DE 2020**. Fixa subsídio dos Vereadores para a legislatura 2021/2024 e estabelece outras providências, aprovado por 6 (seis) votos favoráveis e 2 (dois) votos contrários; o **PROJETO DE LEI CV Nº 006/2020, DE 28 DE MAIO DE 2020**. Fixa subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais para a legislatura 2021/2024 e estabelece outras providências, aprovado por 5 (cinco) votos favoráveis e 4 (quatro) votos contrários. Em única votação, a **MOÇÃO Nº 003/2020, DE 05 DE JUNHO DE 2020**. Solicita a análise da possibilidade de realizar uma nova chamada dos remanescentes do último concurso que ofertou 1.000 (mil) vagas para Soldado da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, conforme Edital nº 042/CGCP/2019, aprovada por unanimidade. Nada mais constando, o Presidente encerrou a Ordem do Dia e declarou aberta a Palavra para as Explicações Pessoais, na qual os Vereadores fizeram seus agradecimentos e comentários finais às tramitações. (Estes pronunciamentos foram gravados na íntegra, que também consta como sistema oficial de arquivamento da Câmara Municipal, conforme Resolução 004/2007). Por fim, o Presidente, convocou uma Sessão Ordinária, para o dia 15 de junho, no horário de costume. Desta forma, para constar, solicitou ao secretário designado, para que lavrasse a presente Ata, a qual será lida e apreciada na próxima Sessão. E assim declarou encerrada a presente Sessão Ordinária.

Página 1 de 2

Ata da 13ª Sessão Ordinária de 2020.

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA****"O Poder Unido é mais Forte"**

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

Agrolândia, 08 de junho de 2020.**Adelândio Galvani**
Presidente da Mesa**Rodrigo Biancati**
Vice-Presidente**Ingo Piske**
1º Secretário**Fernando Nicolas Lassalle Olivera**
2º Secretário

Ata da 13ª Sessão Ordinária de 2020.

Página 2 de 2

Agronômica

PREFEITURA

331/2020

Publicação Nº 2526012

PORTARIA Nº 331/2020 DE 17 DE JUNHO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que o servidor desta municipalidade Sr. DIEGO ROLING matrícula nº 1057, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista e lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 01/10/2019 a 01/10/2020.

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 15/06/2020 A 14/07/2020, 30 (trinta) dias, que referem-se ao período aquisitivo 01/10/2019 a 01/10/2020, para o servidor municipal Sr. DIEGO ROLING matrícula nº 1057, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, e lotação no Departamento de Educação.

2-) Revoga-se a portaria nº 329/2020 de 10 de junho de 2020.

3-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 17 DE JUNHO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

332/2020

Publicação Nº 2526013

PORTARIA Nº 332/2020 DE 17 DE JUNHO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que o servidor desta municipalidade Sr. JEAN CARLOS BACHLE matrícula nº 973, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista e lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 12/11/2019 a 12/11/2020.

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 15/06/2020 A 14/07/2020, 30 (trinta) dias, que referem-se ao período aquisitivo 12/11/2019 a 12/11/2020, para o servidor municipal Sr. JEAN CARLOS BACHLE matrícula nº 973, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, e lotação no Departamento de Educação.

2-) Revoga-se a portaria nº 330/2020 de 10 de junho de 2020.

3-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 17 DE JUNHO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

333/2020

Publicação Nº 2526015

PORTARIA Nº 333/2020 DE 17 DE JUNHO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. ROSEMERI VANDRESEN DUARTE, matrícula nº 66, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, designada como Coordenadora de Assistência Social, e lotação no Departamento de Assistência Social, encontra-se com as férias do período aquisitivo 04/05/2019 a 04/05/2020,

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 16/06/2020 A 25/06/2020, 10 (DEZ) dias, que referem-se ao período aquisitivo 04/05/2019 a 04/05/2020, para a servidora municipal Sra. ROSEMERI VANDRESEN DUARTE, matrícula nº 66, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, designada como Coordenadora de Assistência Social, e lotação no Departamento de Assistência Social.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 17 DE JUNHO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

334/2020

Publicação Nº 2526019

PORTARIA Nº 334/2020 DE 17 DE JUNHO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 37, item I, da Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, Estatuto dos servidores públicos municipais de Agronômica,

Considerando o requerimento protocolizado nesta municipalidade da servidora municipal Sra. TAINÁ CRISTINA GABE matrícula n.º1095, ocupante do cargo de provimento temporário, AUXILIAR DE SALA, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

RESOLVE:

1-) Fica exonerada, de seu cargo e funções a partir de 10/06/2020, (dez de junho de dois mil e vinte), a servidora municipal Sra. Sra. TAINÁ CRISTINA GABE matrícula n.º1095, ocupante do cargo de provimento temporário, AUXILIAR DE SALA, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 17 DE JUNHO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

3º TERMO ADITIVO CONTRATO 13/2020

Publicação Nº 2525222

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2020

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2020, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA E LIDER SUL ENGENHARIA OBRAS E SERVIÇOS LTDA.

Por este instrumento particular de Contrato, de um lado a PREFEITURA DE AGRONÔMICA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º83.102.590/0001-90, com sede à Rua 7 de Setembro, 215, Centro, Agronômica – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal César Luiz Cunha, inscrito no CPF nº 379.381.009-78, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE de outro lado, a empresa LIDER SUL ENGENHARIA OBRAS E SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob n.º 25.328.044/0001-76, com sede à Rua Comunidade de Santa Rosa, S/N, Fazenda Santa Rosa, cidade de Bocaina do Sul, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Rogério Américo, brasileiro, portador(a) do C.P.F. n.º 064.810.039-11, residente e domiciliado a Rua Otto Reif, s/n, Boa Vista, Pouso Redondo/SC, CEP 89172-000, denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si, justo e acordado o presente instrumento, celebrado e elaborado de acordo com a Lei nº 8.666/93 mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – JUSTIFICATIVA

O aditivo de serviços e materiais se faz necessário, pois durante a elaboração do projeto de pavimentação da rua Laudelino da Cunha, foi previsto no final da rua uma rótula abrangendo ambos os lados da pista e possibilitando que os veículos pudessem fazer a volta no final da rua. Porém, foi verificado junto ao registro de imóveis que existem matrículas de terrenos cadastrados à direita da rua, no local onde ficaria parte da rótula projetada. Desta forma, tornou-se necessário que a rotatória abrangesse apenas o lado esquerdo da via, o que fez com que seu tamanho fosse ampliado neste lado.

O lado esquerdo da via, onde projetou-se a rotatória possuía uma topografia acidentada (conforme levantamento topográfico anexo), necessitando desta forma de um considerado volume de aterro e compactação do material para execução da rotatória.

Desta forma deverão ser aditivados os itens referentes a execução de aterro compactado para execução de rotatória.

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DOS VALORES

I - acrescer R\$ 30.285,00 (trinta mil e duzentos e oitenta e cinco reais) ao valor do Contrato, correspondendo tal acréscimo a 9,06% (nove vírgula zero seis por cento) do valor referente as obras de pavimentação da Rua Laudelino Cunha, totalizando um acréscimo de 1,40% (um vírgula quarenta por cento) do valor global do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor global do contrato passa de R\$ 2.273.224,71 (dois milhões e duzentos e setenta e três mil e duzentos e vinte e quatro reais e setenta e um centavos) conforme primeiro e segundo aditivo, para R\$ 2.303.509,71 (dois milhões e trezentos e três mil e quinhentos e nove reais e setenta e um centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES CONTRATUAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato n. 13/2020, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas Cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Agronômica (SC), 17 de junho de 2020.

PREFEITURA DE AGRONÔMICA LIDER SUL ENGENHARIA OBRAS E SERVIÇOS LTDA
Cesar Luiz Cunha Rogério Américo
CONTRATANTE CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Gabriela Carolina da Silva Luis Fernando Moretti
098.778.479-06 903.176.539-20

EXTRATO DO CONTRATO 01/2020 FMS

Publicação Nº 2525133

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGRONÔMICA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2020 FMS
PREGÃO Nº 05/2020 FMS

Contrato que entre si celebram a FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGRONÔMICA e a HORIZONTE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.
Objeto: Aquisição de um veículo 5 lugares, para o município de Agronômica, objetivando a execução de ações relativas ao Convênio n. 2020TR000102, Proposta no SIGEF n. 23.221/2019, Processo SCC 5790/2019, vinculado ao Programa SIGEF n. 2019008748, Governo do Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e o município de Agronômica, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I deste Edital.
Valor da contratação: R\$ 53.500,00 (cinquenta e três mil e quinhentos reais).
Vigência: 31/12/2020.

Osmar Frederico Korb
Diretor Departamento Saúde

Nº 1.171/2020

Publicação Nº 2525207

LEI Nº 1.171/2020 DE 17 DE JUNHO DE 2020

“FIXA SUBSÍDIO DOS VEREADORES PARA A LEGISLATURA 2021/2024 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Agronômica, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. O subsídio mensal do Vereador para a legislatura 2021/2024 será de R\$ 2.428,18 (dois mil quatrocentos e vinte e oito reais e dezoito centavos).

Art. 2º. O subsídio do Presidente da Câmara Municipal para a legislatura 2021/2024 será de R\$ 3.642,26 (três mil seiscentos e quarenta e dois reais e vinte e seis centavos).

Parágrafo único. O Vice-Presidente ou substituto, que, na forma regimental, assumir a Presidência, nos impedimentos ou licenças do Presidente da Câmara Municipal, fará jus ao recebimento subsídio do Presidente da Câmara previsto neste artigo, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 3º. A ausência de vereadores na ordem do dia de sessão plenária ordinária ou extraordinária, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio em valor proporcional ao número total de sessões plenárias realizadas no mês.

Parágrafo único - As reuniões extraordinárias, solenes e especiais, realizadas no período ordinário, não serão remuneradas.

Art. 4º. Considera-se justificativa legal, as previstas na legislação em vigor, para efeitos deste artigo, ou a aprovação em plenário dos motivos apresentados para a ausência, sob a forma de requerimento.

Art. 5º. A partir de 01/01/2022, os valores fixados nesta lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões concedidas aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores, quando da revisão geral prevista no art. 37, X da Constituição Federal, tendo como base 2021 em diante.

Art. 6º. É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar 101/2000, ficando desde já o Presidente da Câmara autorizado a fazer as devidas reduções.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações consignadas na respectiva Lei Orçamentária.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2021.

Art. 9º. Revoga-se expressamente a Lei nº 1.064/2016 de 24 de maio de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 17 de junho de 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na presente data.

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO
Diretor de Administração e Finanças

Nº 1.172/2020

Publicação Nº 2525210

LEI Nº 1.172/2020 DE 17 DE JUNHO DE 2020

"FIXA SUBSÍDIO DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO, DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA A LEGISLATURA 2021/2024 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Agronômica, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Os subsídios mensais dos Agentes Políticos para a legislatura 2021/2024 ficam fixados em:

I – Prefeito: R\$ 15.452,46 (quinze mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e seis centavos).

II – Vice-Prefeito: R\$ R\$ 6.070,60 (seis mil e setenta reais e sessenta centavos).

Art. 2º. A partir de 01/01/2022, os valores fixados nesta lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões concedidas aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores, quando da revisão geral prevista no art. 37, X da Constituição Federal, tendo como base 2021 em diante.

Art. 3º. O Vice-Prefeito ou substituto, que, na forma legal, assumir a chefia do Executivo Municipal, nos impedimentos ou ausências do Prefeito, fará jus ao recebimento do subsídio, previsto no artigo 1º inciso I desta Lei, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na lei orçamentária anual.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2021.

Art. 6º. Revoga-se expressamente a Lei nº 1.065/2016 de 24 de maio de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 17 de junho de 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na presente data.

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO
Diretor de Administração e Finanças

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 13/2020

Publicação Nº 2525203

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2020

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2020, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA E LIDER SUL ENGENHARIA OBRAS E SERVIÇOS LTDA.

Por este instrumento particular de Contrato, de um lado a PREFEITURA DE AGRONÔMICA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º83.102.590/0001-90, com sede à Rua 7 de Setembro, 215, Centro, Agronômica – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal César Luiz Cunha, inscrito no CPF nº 379.381.009-78, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE de outro lado, a empresa LIDER SUL ENGENHARIA OBRAS E SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob n.º 25.328.044/0001-76, com sede à Rua Comunidade de Santa Rosa, S/N, Fazenda Santa Rosa, cidade de Bocaina do Sul, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Rogério Américo, brasileiro, portador(a) do C.P.F. n.º 064.810.039-11, residente e domiciliado a Rua Otto Reif, s/n, Boa Vista, Pouso Redondo/SC, CEP 89172-000, denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si, justo e acordado o presente instrumento, celebrado e elaborado de acordo com a Lei nº 8.666/93 mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – JUSTIFICATIVA

O aditivo de serviços e materiais se faz necessário uma vez que durante a elaboração do projeto de pavimentação da Rua Urbano da Cunha e Laudelino da Cunha, não foi previsto a pavimentação da travessia que liga estas duas ruas, foi projetado apenas limpa rodas de 4,80 m em cada um dos lados.

Solicitou-se posteriormente a pavimentação desta travessia, que possui um comprimento total de 49 metros. Desta forma deverão ser adicionados os itens referentes a pavimentação e sinalização viária desta travessia, que pavimentada melhorará significativamente a estrutura do trajeto que liga estas duas ruas.

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DOS VALORES

I - acrescer R\$ 35.822,63 (trinta e cinco mil e oitocentos e vinte e dois reais e sessenta e três centavos) ao valor do Contrato, correspondendo tal acréscimo a 5,50% (cinco vírgula cinquenta por cento) do valor referente as obras da Rua Laudelino Cunha e 4,06% (quatro vírgula zero seis por cento) do valor referente as obras de pavimentação da Rua Urbano da Cunha, totalizando um acréscimo de 1,65% (um vírgula sessenta e cinco por cento) do valor global do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor global do contrato passa de R\$ 2.237.402,08 (dois milhões e duzentos e trinta e sete mil e quatrocentos e dois reais e oito centavos) conforme primeiro termo aditivo, para 2.273.224,71 (dois milhões e duzentos e setenta e três mil e duzentos e vinte e quatro reais e setenta e um centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES CONTRATUAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato n. 13/2020, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas Cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Agronômica (SC), 17 de junho de 2020.

PREFEITURA DE AGRONÔMICA LIDER SUL	ENGENHARIA OBRAS E SERVIÇOS LTDA
Cesar Luiz Cunha	Rogério Américo
CONTRATANTE	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Gabriela Carolina da Silva	Luis Fernando Moretti
098.778.479-06	903.176.539-20

Água Doce

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 26/2020 - DISPENSA Nº. 2/2020

Publicação Nº 2525257

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 26/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO 2/2020

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento o PROCESSO LICITATÓRIO nº 26/2020, "DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 2/2020", destinado a contratação do sistema denominado WCompras para realização de licitação em meio eletrônico, por intermédio da rede mundial de computadores, na modalidade pregão, em todas as suas formas. Processo julgado em consonância com art. 24 Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Contratada: eCustomize Consultoria em Software S.A.

CNPJ: 09.397.355/0001-30

Valor: Trata-se de serviço prestado gratuitamente aos entes públicos.

Água Doce, SC, 16 de junho de 2020

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 27/2020 - LEILÃO Nº. 1/2020

Publicação Nº 2525296

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 27/2020

LEILÃO 1/2020

O município de ÁGUA DOCE, SC, com sede na Praça João Macagnan, nº 322, Centro, na cidade de Água Doce, CEP 89.654-000, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.398/0001-90, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO com início dos lances às 09:30 horas do dia 22 de julho de 2020, realizado exclusivamente na modalidade ELETRÔNICA ON-LINE. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial SR. ODICLESIO JAISON STORCHIO, matrícula JUCESC AARC 319, para venda à vista de bens móveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites www.oesteleiloes.com.br ou www.aguadoce.sc.gov.br. Informações pelos telefones Fone (49) 3524 0000, na Prefeitura ou (49) 3442 2674 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Água Doce, SC, 16 de junho de 2020

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

Águas de Chapecó

PREFEITURA

EXTRATO DE 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 16-2019 CIS AMOSC

Publicação N° 2525093

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
EXTRATO DE QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL	
Contrato ADM N°	16/2019 - FMS
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Contratada.:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC
Objeto :	CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2020.
Valor :	R\$ 682,00 (seiscentos e oitenta e dois reais)
Vigência :	Início: 10/06/2020 Término 31/12/2020
Processo Administração nº20/2019 Dispensa de licitação nº07/2019	
Águas de Chapecó-SC, 10 de junho de 2020	
LEONIR ANTONIO HENTGES	
Prefeito Municipal	

Águas Frias

PREFEITURA

CONTRATO DE ADITIVO Nº52/2020

Publicação Nº 2525323

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Estado de Santa Catarina

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Contrato Nº : 103/2.018

Contrato de Aditivo

Termo de Aditivo: 52/2020

Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº103/2018

Contratante : MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Contratada : PALOMA CONSTRUÇÕES EIRELI

Motivo do Aditivo .: Cláusula Primeira: Em conformidade com a planilha orçamentária apresentada pela Engenheira Civil Sra. Fabiana Grando CREA/SC 125595-6, o valor contratual constante na cláusula segunda do Contrato de Aditivo nº50/2020 (sexto aditivo ao contrato nº103/2018) fica suprimido em R\$ 8.128,67 (oito mil, cento e vinte e oito reais e sessenta e sete centavos). Cláusula Segunda: Considerando a supressão o valor da cláusula segunda do Contrato de Aditivo nº50/2020 será reduzido de R\$1.723.274,70 (um milhão, setecentos e vinte e três mil, duzentos e setenta e quatro reais e setenta centavos) para R\$1.715.146,03 (um milhão, setecentos e quinze mil, cento e quarenta e seis reais e três centavos) Cláusula Terceira: Permanecendo em vigor as demais cláusulas e condições constantes no Contrato Administrativo nº103/2.018, não alteradas pelo presente instrumento.

Vigência : Início : 17/06/2020 Término :31/12/2020

Licitação : Tomada de Preços nº5/2018

Processo : 72/2.018

Águas Frias – SC, 16 de junho de 2020

RICARDO ROLIM DE MOURA
PREFEITO

DECRETO Nº 148/2020

Publicação Nº 2525468

DECRETO Nº 148/2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais especialmente o disposto na Lei nº 1.281/2020 de 16/06/2020:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do Município de Águas Frias, Lei nº 1.273/2019, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), destinado a suprir o seguinte Projeto/ Atividade conforme segue:

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde

Programa: 8 – Águas Frias Bem Mais Saúde

Projeto/Atividade: 2.020 – Manutenção das Atividades com Programa em Saúde – Atenção Básica em Saúde

Natureza da Despesa: 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00 DR 0.1.77

Natureza da Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00 DR 0.1.76

Natureza da Despesa: 3.3.93.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe R\$ 150.000,00 DR 0.1.76

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar mencionado no Art. 1º utilizamos os recursos provenientes do excesso de arrecadação, sendo: R\$ 200.000,00, de Emendas Individuais, para Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde – Proposta nº 36000.307787/2020-00, e R\$ 100.000,00, de Emendas de Bancada Parlamentares, para Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde – Proposta nº 36000.314704/2020-00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 16 de junho de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CEZAR JOSÉ GOLLO
Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº3/2020

Publicação Nº 2525642

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 54/2020

Edital: TOMADA DE PREÇOS Nº.: 3/2020

Tipo : Menor preço - Global

Objeto : EXECUÇÃO DE EXCRITÓRIO NA GARAGEM MDE MÁQUINAS,

Entrega dos Envelopes : Até às 08:00 horas do dia 03 de julho de 2020.

Abertura dos Envelopes : 08:30 horas do dia 03 de julho de 2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Sete de Setembro nº 512, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3332-0019.

Águas Frias -SC, 16 de junho de 2020

RICARDO ROLIM DE MOURA
PREFEITO

LEI Nº 1.281/2020

Publicação Nº 2525465

Lei nº 1.281/2020

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do Município de Águas Frias, Lei nº 1.273/2019, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), destinado a suprir o seguinte Projeto/ Atividade conforme segue:

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde

Programa: 8 – Águas Frias Bem Mais Saúde

Projeto/Atividade: 2.020 – Manutenção das Atividades com Programa em Saúde – Atenção Básica em Saúde

Natureza da Despesa: 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00 DR 0.1.77

Natureza da Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00 DR 0.1.76

Natureza da Despesa: 3.3.93.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe R\$ 150.000,00 DR 0.1.76

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar mencionado no Art. 1º utilizamos os recursos provenientes do excesso de arrecadação, sendo: R\$ 200.000,00, de Emendas Individuais, para Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde – Proposta nº 36000.307787/2020-00, e R\$ 100.000,00, de Emendas de Bancada Parlamentares, para Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde – Proposta nº 36000.314704/2020-00.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 16 de junho de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CEZAR JOSÉ GOLLO

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

Águas Mornas

PREFEITURA

LEI Nº 970/2020 RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES E AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS NO CONSÓRCIO PÚBLICO DENOMINADO DE AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2524739

LEI Nº 970/2020

RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES E AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS NO CONSÓRCIO PÚBLICO DENOMINADO DE AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Águas Mornas no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 2º Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), em anexo, fazendo parte da presente Lei, nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005.

Art. 3º Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização, ficam instituídas as taxas abaixo indicadas, previstas no Protocolo de Intenções:

- I – Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;
- II – Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;
- III – Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza;
- IV – Taxa de Regulação de Coleta de Lixo;
- V – Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Lixo;
- VI – Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Lixo; e
- VII – Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana.

Art. 4º A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água – TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, pelo valor de R\$ 0,1200 (doze centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRAA = NH \times R\$ 0,1200$, onde

TRAA – Taxa de Regulação de Abastecimento de Água

NH – Número de Habitantes no Município

R\$ 0,1200 – valor apurado para o custo da regulação dos serviços de abastecimento de água por habitante.

Art. 5º A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário – TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, pelo valor de R\$ 0,0600 (seis centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRES = NH \times R\$ 0,0600$, onde

TRES – Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário

NH – Número de Habitantes no Município

R\$ 0,0600 – valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante.

Art. 6º A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas – TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRVL = NH \times R\$ 0,0200$, onde

TRVL – Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas

NH – Número de Habitantes no Município

R\$ 0,0200 – valor apurado para o custo da regulação dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas por habitante.

Art. 7º A Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos – TRCR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, compreendido como aquele serviço de captação e recolhimento do resíduo sólido doméstico até a fase anterior ao seu transbordo.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de coleta de resíduos sólidos.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de coleta de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRCR = NH \times R\$ 0,0300$, onde

TRCR – Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos

NH – Número de Habitantes no Município

R\$ 0,0300 – valor apurado para o custo da regulação dos serviços de coleta de resíduos sólidos por habitante.

Art. 8º A Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos – TRTR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transbordo e transporte dos resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço que começa com o transbordo até o transporte final ao aterro ou outro meio de tratamento do resíduo sólido.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transbordo e transporte de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, pelo valor de R\$ 0,0100 (um centavo), representada pela seguinte fórmula:

$TRTR = NH \times R\$ 0,0100$, onde

TRTR – Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos

NH – Número de Habitantes no Município

R\$ 0,0100 – valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos por habitante.

Art. 9º A Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos – TRDR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço de tratamento e a destinação final do resíduo sólido, incluindo as atividades de reciclagem de material.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDR = NH \times R\$ 0,0300$, onde

TRDR – Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos

NH – Número de Habitantes no Município

R\$ 0,0300 – valor apurado para o custo da regulação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos por habitante.

Art. 10 A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana – TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizado como aquele serviço de captação, transporte, detenção, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDP = NH \times R\$ 0,0200$, onde

TRDP – Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana

NH – Número de Habitantes no Município

R\$ 0,0200 – valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante.

Art. 11 Para fins de cálculo das taxas previstas no Protocolo de Intenções, o número de habitantes em cada município será atualizado automaticamente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Art. 12 Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas no Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando estas forem desenvolvidas por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos.

Art. 13 As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços de saneamento básico, devendo ser recolhidas diretamente à ARIS mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência da regulação e fiscalização dos serviços.

Art. 14 No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela ARIS.

Art. 15 No caso do prestador de serviços de qualquer atividade de saneamento básico atuar em mais de um município consorciado, será devida uma taxa para cada município consorciado onde há a referida prestação de serviços.

Art. 16 Poderá a ARIS, em comum acordo com a prestadora dos serviços de saneamento básico, mediante celebração de contrato, estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício da regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto do Protocolo de Intenções.

Art. 17 Nos casos em que o município preste diretamente quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico, poderá o mesmo repassar recursos, mediante contrato de programa e de rateio, para o custeio das ações de regulação e fiscalização daqueles serviços.

Art. 18 O valor em moeda nacional constante nos artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º, do Protocolo de Intenções, que faz parte da presente Lei, será atualizado automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

§ 1º A primeira atualização de valores dar-se-á conforme Protocolo de Intenções, que integra esta Lei.

§ 2º Para fins de aplicação deste artigo, considerar-se-á como valor monetário atualizado o resultado obtido pela multiplicação entre o montante previsto no Protocolo de Intenções, conforme os artigos citados no caput, e o índice monetário do período de 12 (doze) meses, conforme o Protocolo de Intenções, considerando-se como válido o valor numérico até a quarta casa decimal após a vírgula (0,0000).

Art. 19 As receitas próprias auferidas pela ARIS, mediante a cobrança de taxas de fiscalização ou outras receitas a esta equivalentes, somente poderão ser utilizadas para financiar as despesas relacionadas com o exercício das atividades que lhes são conferidas e estabelecidas no Protocolo de Intenções.

Art. 20 A ARIS aplicará e respeitará a legislação tributária de cada ente consorciado, nos limites territoriais dos mesmos.

Parágrafo Único. Em casos de questionamento administrativo ou judicial das taxas e preços públicos previstas no Protocolo de Intenções, aplicar-se-á a respectiva legislação tributária do município consorciado onde são prestados os serviços públicos objeto da incidência da taxa de regulação e fiscalização.

Art. 21 A taxa não recolhida nos prazos fixados será cobrada com os acréscimos de juros e demais encargos previstos na legislação aplicável de cada ente consorciado, conforme o local do fato gerador do tributo.

§ 1º Os valores cuja cobrança seja atribuída por lei à ARIS e apurados administrativamente, não recolhidos no prazo estipulado, serão inscritos em dívida ativa do próprio Consórcio Público e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da lei.

§ 2º A execução fiscal da dívida ativa será promovida pelos procuradores da ARIS.

Art. 22 Fica revogada a Lei nº 811/2011.

Art. 23 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas, 16 de junho de 2020.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

Toni Vidal Jochem
Secretário Municipal de Administração
e Finanças

PROTOCOLO DE INTENÇÕES - ANEXO DA LEI Nº 970/2020 RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES E AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS NO CONSÓRCIO PÚBLICO DENOMINADO DE AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2524743

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição Nº 2771

Página 1544

PROTOCOLO DE INTENÇÕES – ATUALIZADO PELA ASSEMBLEIA GERAL DA ARIS EM 26/02/2019 - REPUBLICAÇÃO
Publicação Nº 1936986**AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO - ARIS****PROTOCOLO DE INTENÇÕES – ATUALIZADO PELA ASSEMBLEIA GERAL DA ARIS EM 26/02/2019****(ANEXO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, DATADO DE 29 DE JANEIRO DE 2010,
PUBLICADO NA EDIÇÃO Nº 424, PÁG. 597, DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS -DOM/SC)**

Os Municípios catarinenses listados no Anexo IV, através de seus Prefeitos Municipais, reunidos na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, resolvem formalizar o presente Protocolo de Intenções com o objetivo de constituir consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, objetivando a instituição de entidade de regulação dos serviços de saneamento básico, com observância da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, da Lei nº 11.445, 5 de janeiro de 2007 e demais legislações pertinentes.

CAPÍTULO I**DA DENOMINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO**

Art. 1º A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS é pessoa jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, dotada de independência decisória e autonomia administrativa, orçamentária e financeira, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e demais normas pertinentes, pelo presente Protocolo de Intenções e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes.

Parágrafo único. A ARIS adquirirá personalidade jurídica mediante a vigência das leis de ratificação de no mínimo 03 (três) municípios subscritores do Protocolo de Intenções.

Art. 2º A ARIS é constituída pelos municípios subscritos no Anexo IV, cuja representação política e jurídica se dará através do Prefeito Municipal, nos termos deste Protocolo de Intenções.

§ 1º Somente será considerado consorciado o município subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei no prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da data de publicação do Protocolo de Intenções.

§ 2º A ratificação realizada após 2 (dois) anos da subscrição do protocolo de intenções somente será válida após homologação da Assembleia Geral da ARIS.

§ 3º A ratificação deverá ser realizada integralmente, implicando no consentimento com todos os artigos do Protocolo de Intenções.

§ 4º O consorciamento de município designado como possível integrante do consórcio se dará mediante lei municipal que autorize seu ingresso no consórcio, com a posterior homologação da Assembleia Geral da ARIS.

CAPÍTULO II**DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO**

Art. 3º A ARIS tem sua sede provisória na Praça XV de Novembro, nº 270, CEP 88010-400m Centro, junto ao

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1545

~~edifício da FECAM, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.~~

~~Parágrafo único. Poderá a Assembleia Geral alterar a localização da sede da ARIS, devendo, tão somente, estar situada em município integrante do consórcio público.~~

Art. 3º-A A ARIS tem sua sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885-A, 12º andar, CEP 88070-800, Canto, no Município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina. (Redação dada pela Assembleia Geral em 15 de dezembro de 2015)

Art. 4º A área de atuação da ARIS será formada pelo território dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

Art. 5º A ARIS vigorará por tempo indeterminado.

CAPÍTULO III

DO OBJETO E FINALIDADES

Art. 6º Constitui objeto da ARIS a regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, compreendido como os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, nos termos da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Parágrafo único. É objeto de regulação e fiscalização pela ARIS a prestação dos serviços de saneamento básico por qualquer prestador de serviços, a qualquer título.

Art. 7º São objetivos da ARIS:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas nas normas regulamentares e nos instrumentos da política municipal de saneamento básico;

III - prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência;

IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade;

V - estabelecer relações cooperativas com outros consórcios e entidades de regulação que possibilitem o desenvolvimento de ações conjuntas;

VI - contribuir, quando solicitado e dentro do possível, para o trabalho desenvolvido pelos Conselhos Municipais responsáveis pelo acompanhamento das políticas públicas de saneamento

básico; Parágrafo único. Para cumprir seus objetivos a ARIS poderá:

I - adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários ao desenvolvimento de suas atividades, os quais integrarão ou não o seu patrimônio;

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1546

II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais ou privados, sem fins lucrativos; e

III - requisitar técnicos de entes públicos consorciados para integrarem o quadro de profissionais da ARIS, através de cessão de pessoal; e

IV - contratar financiamentos e prestação de serviços para a execução de seus objetivos.

CAPÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA

Art. 8º Compete à ARIS:

I - regular a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, através da fixação de normas, regulamentos e instruções relativos, no mínimo:

- a) aos padrões e indicadores de qualidade dos serviços regulados;
- b) aos requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;
- c) às metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;
- d) ao regime, estrutura e níveis tarifários, bem como aos procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;
- e) à medição, faturamento e cobrança de serviços;
- f) ao monitoramento dos custos;
- g) à avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;
- h) ao plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;
- i) aos subsídios tarifários e não tarifários;
- j) aos padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação; e
- k) às medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento.

II - acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços públicos regulados, de acordo com as leis, contratos, planos, normas e regulamentos pertinentes;

III - exercer o poder de polícia administrativa no que se refere a prestação dos serviços públicos regulados, prestando orientações necessárias, apurando as irregularidades e aplicando as sanções cabíveis e, se for o caso, determinando providências e fixando prazos para o seu cumprimento;

IV - buscar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e permissão, com modicidade das tarifas e justo retorno dos investimentos;

V - manifestar-se quanto ao conteúdo dos editais de licitação, concessão e permissão e quanto aos contratos e demais instrumentos celebrados, assim como seus aditamentos ou extinções, nas áreas sob sua regulação, zelando pelo seu fiel cumprimento, bem como revisar e propor ajustes, no âmbito de suas competências, dos instrumentos contratuais já celebrados antes da vigência do presente Protocolo de

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1547

Intenções;

VI - requisitar à Administração e aos prestadores dos serviços públicos municipais regulados, as informações convenientes e necessárias ao exercício de sua função regulatória, guardando o sigilo legal, quando for o caso, bem como determinar diligências que se façam necessárias ao exercício de suas atribuições;

VII - moderar, dirimir ou arbitrar conflitos de interesses entre o Poder Público e as prestadoras de serviços e entre estas e os consumidores, no limite das atribuições previstas em lei, relativos aos serviços públicos sob sua regulação;

VIII - permitir o amplo acesso dos interessados às informações sobre a prestação dos serviços públicos regulados e sobre as suas próprias atividades, salvo quando protegidos pelo sigilo legal;

IX - avaliar os planos e programas de metas e investimentos das operadoras dos serviços delegados, visando garantir a adequação desses programas à continuidade da prestação dos serviços em conformidade com as metas e disposições contidas no Plano Municipal de Saneamento Básico e demais instrumentos legais da política municipal de saneamento básico;

X - realizar audiências e consultas públicas referentes à prestação dos serviços públicos regulados;

XI - manifestar-se sobre as propostas de alterações dos instrumentos de delegação, apresentadas pelos prestadores de serviços públicos, para subsidiar as decisões do titular dos serviços;

XII - analisar e aprovar os Manuais de Serviços e Atendimento propostos pelos prestadores de serviços públicos regulados;

XIII - analisar e conceder a revisão e o reajuste das tarifas, mediante estudos apresentados pelas prestadoras de serviços, bem como autorizar o aditamento dos contratos de prestação de serviços de saneamento básico;

XIV - manifestar-se sobre as propostas de legislação e normas que digam respeito ao saneamento básico;

XV - prestar informações, quando solicitadas, ao conselho municipal responsável pelo controle social do saneamento básico nos municípios consorciados;

XVI - celebrar convênios e contratar financiamentos e serviços para a execução de suas competências;

XVII - arrecadar e aplicar suas receitas;

XVIII - admitir pessoal de acordo com a legislação aplicável e nos termos do presente Protocolo de Intenções;

XIX - elaborar seu Regimento Interno;

XX - elaborar e fazer cumprir o Código de Ética pertinente à atuação dos seus dirigentes e servidores públicos;

XXI - decidir sobre as matérias de sua competência, nos termos deste Protocolo de Intenções.

Art. 9º O exercício das atividades de regulação, controle e fiscalização da prestação dos serviços públicos de saneamento básico far-se-á segundo os dispositivos deste Protocolo de Intenções e dos seus regulamentos, das demais normas legais e técnicas pertinentes, e, em especial, dos instrumentos de delegação dos serviços públicos, visando o cumprimento das obrigações de universalização, equidade,

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1548

continuidade, modicidade das tarifas e qualidade atribuídas às operadoras dos serviços públicos de saneamento básico.

Art. 10. Os atos de normatização das atividades de regulação e fiscalização exarados pela ARIS deverão ser submetidos e aprovados pelo Conselho de Regulação, por maioria simples de seus membros.

§ 1º As resoluções e proposições expedidas pelo Conselho de Regulação somente produzirão efeitos após publicação em órgão de publicidade oficial.

§ 2º A edição de resoluções pelo Conselho de Regulação poderá ser precedida de consulta pública, formalizada através de edital publicado em órgão de publicidade oficial, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, devendo as críticas e sugestões ser encaminhadas à ARIS.

§ 3º Poderá o Diretor-Geral expedir instruções a fim de dar cumprimento e eficácia às normas elaboradas pelo Conselho de Regulação.

Art. 11. A ARIS estabelecerá, através de normas expedidas pelo Conselho de Regulação, os mecanismos para os reajustes anuais, a revisão tarifária e o acompanhamento das tarifas praticadas, inclusive a antecedência a ser observada na comunicação de suas alterações, assim como os mecanismos para garantir a publicidade das planilhas tarifárias.

CAPÍTULO V

DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

Art. 12. Constituem direitos dos Municípios consorciados:

I - participar das assembleias gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados; II - votar e ser votado para os cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

III - propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento da ARIS; e

IV - compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da ARIS nas condições estabelecidas pelo Protocolo de Intenções.

Art. 13. Constituem deveres dos Municípios consorciados:

I - cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial quanto à inserção no orçamento anual e a entrega de recursos financeiros previstas em contrato de rateio;

II - acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações da ARIS, em especial as obrigações constantes no contrato de programa e contrato de rateio;

III - cooperar para o desenvolvimento das atividades da ARIS, bem como contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

IV - participar ativamente das reuniões e assembleias gerais da ARIS; e

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1549

V - zelar e dar cumprimento às decisões e determinações técnicas exaradas pelas Diretorias e Conselho de Regulação da ARIS.

CAPÍTULO VI

DO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 14. O contrato de programa, tendo por objeto a totalidade ou parte das finalidades da ARIS dispostas neste protocolo de intenções, será firmado entre o consórcio e cada ente consorciado.

Parágrafo único. O contrato de programa deverá atender à legislação de concessões e permissões de serviços públicos, no que lhe for aplicável e promover procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira das atividades de regulação executadas por delegação de cada ente consorciado.

CAPÍTULO VII

DO CONTRATO DE RATEIO

Art. 15. Os contratos de rateio serão firmados por cada ente consorciado com a ARIS, e terão por objeto a disciplina da entrega de recursos financeiros pelo consorciado ao consórcio, quando existentes.

§ 1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício e o prazo de vigência será o da respectiva dotação orçamentária, exceto os contratos de rateio que tenham por objeto exclusivamente projetos relacionados a programas e ações contemplados em plano plurianual.

§ 2º É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como a ARIS, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

§ 4º Não são objeto de contrato de rateio os recursos repassados pelas prestadoras dos serviços públicos de saneamento básico, decorrentes do pagamento das taxas relativas ao exercício da regulação e fiscalização.

CAPÍTULO VIII

DA ESTRUTURA

Art. 16. A ARIS estará organizada a partir da seguinte estrutura:

- I - Assembleia Geral do Consórcio;
- II - Conselho de Administração;
- III - Conselho Fiscal;
- IV - Conselho de Regulação;
- V - Direção Geral;
- VI - Diretoria de Regulação;

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição Nº 2771

Página 1550

- VII - Diretoria de Administração e Finanças;
- VIII - Coordenadoria de Normatização;
- IX - Coordenadoria de Fiscalização;
- X - Coordenadoria de Contabilidade;
- XI - Coordenadoria de Recursos Humanos; e
- XII - Ouvidoria.

SEÇÃO I

ASSEMBLEIA GERAL

Art. 17. A Assembleia Geral do consórcio é um órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os municípios consorciados e será gerida por um Conselho de Administração.

§ 1º Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão escolhidos em Assembleia Geral, pela maioria simples dos prefeitos dos municípios consorciados, para o mandato de um ano, podendo ser reconduzido uma única vez.

§ 2º A eleição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal acontecerá entre o período do dia 1º (primeiro) de dezembro do exercício e 31 (trinta e um) de janeiro do ano seguinte.

§ 3º Ocorrendo empate considerar-se-á eleito o prefeito concorrente mais idoso.

§ 4º Poderão concorrer à eleição para o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal os prefeitos dos municípios consorciados e em dia com suas obrigações contratuais e estatutárias, até 90 (noventa) dias antes da eleição, nos termos fixados em Regimento Interno.

§ 5º No caso de ausência do Prefeito, poderá o mesmo ser representado pelo vice-prefeito ou, mediante procuração, pelo Secretário Executivo da respectiva Associação de Municípios, inclusive com direito a voto, vedada a substituição do titular nos cargos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da ARIS.

§ 6º Poderá o Secretário Executivo de Associação de Municípios representar mais de um consorciado na mesma reunião da Assembleia Geral, desde que devidamente autorizado.

§ 7º A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, pelo primeiro vice-presidente.

Art. 18. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente no período de 01 de dezembro a 31 de janeiro, para proceder às eleições e apreciar o Orçamento, o Plano de Trabalho e a Prestação de Contas, e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, por um quinto de seus membros ou pelo Conselho Fiscal, para outras finalidades.

§ 1º As convocações da Assembleia Geral serão publicadas no órgão oficial de publicações da ARIS com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

§ 2º A Assembleia Geral reunir-se-á:

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição Nº 2771

Página 1551

I - em primeira convocação, presentes a maioria dos entes consorciados;

II - em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após o horário estabelecido para a primeira convocação, com qualquer número de entes consorciados.

Art. 19. Cada Município consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

Art. 20. Compete à Assembleia Geral:

I - eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

II - homologar o ingresso na ARIS de município subscritor do Protocolo de Intenções que o tenha ratificado após 2 (dois) anos da sua subscrição ou de município não subscritor que discipline por lei o seu ingresso;

III - aprovar as alterações do Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público;

IV - aprovar e alterar o Regimento Interno da ARIS;

V - aplicar pena de exclusão ao ente consorciado;

VI - deliberar sobre a entrega de recursos financeiros a ser definida em contrato de rateio;

VII - aprovar:

a) a alteração da base de cálculo e das alíquotas das taxas devidas pelo exercício da atividade de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico sugeridas pelo Conselho de Regulação;

b) o Orçamento anual da ARIS, bem como os respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;

c) o Plano de Trabalho;

d) o Relatório Anual de Atividades;

e) a Prestação de Contas, após a análise do Conselho Fiscal;

VIII - autorizar:

a) a realização de operações de crédito;

b) a alienação de bens imóveis da ARIS;

c) a mudança da sede.

IX - aprovar a extinção do consórcio;

X - deliberar sobre assuntos gerais da ARIS;

XI - escolher, entre os indicados pelo Conselho de Administração, os membros do Conselho de Regulação e o Diretor-Geral;

XII - julgar o processo administrativo disciplinar contra os membros do Conselho de Regulação da ARIS, para fins de perda do mandato, por cometimento de infração disciplinar ou afronta ao Código de Ética, definido em Regimento Interno.

Parágrafo único. As deliberações da Assembleia Geral serão formalizadas por meio de decretos, publicados no órgão oficial de publicações do consórcio.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1552

Art. 21. O *quorum* de deliberação da Assembleia Geral será de:

I - unanimidade de votos de todos os consorciados para a competência disposta no inciso IX do artigo anterior; e

II - maioria simples dos consorciados presentes às assembleias para as demais deliberações.

§ 1º Compete ao Presidente, além do voto normal, o voto de minerva.

§ 2º Havendo consenso entre seus membros, as deliberações tomadas por maioria simples dos consorciados presentes poderão ser efetivadas através de aclamação.

SEÇÃO II

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 22. O Conselho de Administração da ARIS é formado por 5 (cinco) prefeitos dos municípios consorciados, escolhidos pela Assembleia Geral.

Parágrafo único. Na ausência de qualquer prefeito componente do Conselho de Administração, o mesmo poderá ser representado pelo respectivo vice-prefeito.

Art. 23. Compete ao Conselho de Administração da ARIS:

I - elaborar e apresentar à Assembleia Geral lista tríplice para a escolha do Diretor-Geral e de cada um dos membros do Conselho de Regulação;

II - definir e acompanhar a execução da política patrimonial e financeira e os programas de investimento da ARIS;

III - prestar contas ao órgão concedente dos auxílios e subvenções que a ARIS venha a receber;

IV - contratar serviços de auditoria interna e externa;

V - nomear o membro do Conselho de Regulação nos casos de substituição ou vacância da vaga de conselheiro, bem como o Diretor-Geral, nas mesmas circunstâncias.

Parágrafo único. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria simples dos presentes.

Art. 24. Ao Presidente do Conselho de Administração compete:

I - convocar e presidir as Assembleias Gerais da ARIS, as reuniões do Conselho de Administração e manifestar o voto de minerva;

II - tomar e dar posse aos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal;

III - dar posse aos membros do Conselho de Regulação, após suas escolhas pela Assembleia

Geral; IV - nomear o Presidente do Conselho de Regulação, após a eleição entre os próprios

conselheiros;

V - exonerar o Diretor-Geral, após decisão exarada pelo Conselho de Regulação neste sentido, nos termos do artigo 28, VI, deste Protocolo de Intenções.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1553

SEÇÃO III

DO CONSELHO FISCAL

Art. 25. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da ARIS e será composto por 5 (cinco) prefeitos dos municípios consorciados, escolhidos pela Assembleia Geral.

Parágrafo único. Na ausência de qualquer prefeito componente do Conselho Fiscal, o mesmo poderá ser representado pelo respectivo vice-prefeito.

Art. 26. Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar a contabilidade da ARIS;

II - acompanhar e fiscalizar, sempre que considerar oportuno e conveniente, as operações econômicas ou financeiras da entidade e propor ao Conselho de Administração a contratação de auditorias;

III - emitir parecer, sempre que requisitado, sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidos à Assembleia Geral pelo Conselho de Administração e pelo Diretor-Geral;

IV - eleger entre seus pares um Presidente.

Parágrafo único. O Conselho Fiscal, por seu Presidente e por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar o Conselho de Administração e o Diretor-Geral para prestar informações e tomar as devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

SEÇÃO IV

DO CONSELHO DE REGULAÇÃO

Art. 27. O Conselho de Regulação é órgão de participação institucionalizada da sociedade no processo de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico nos municípios consorciados.

Parágrafo único. O Conselho de Regulação, órgão de natureza técnica, é a instância máxima de decisão e deliberação dos assuntos relacionadas à regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico.

Art. 28. Compete ao Conselho de Regulação:

I - aprovar a indicação, pelo Diretor-Geral, do Diretor de Regulação, do Diretor de Administração e Finanças, dos Coordenadores e do Ouvidor;

II - analisar, deliberar e expedir resoluções sobre a regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico;

III - sugerir à Assembleia Geral a alteração da base de cálculo e das alíquotas das taxas devidas pelo exercício da atividade de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico;

IV - julgar os recursos contra as decisões administrativas exaradas pelo Diretor-Geral, incluindo as relativas à revisão e ao reajuste dos valores das tarifas e demais preços públicos decorrentes da efetiva prestação dos serviços de saneamento básico, bem como referente a sanções aplicadas aos prestadores de serviços

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1554

pelo cometimento de infrações;

V - deliberar sobre as questões afetas às atividades de regulação e fiscalização encaminhadas pelo Diretor-Geral;

VI - julgar, por maioria absoluta de seus membros, o processo administrativo disciplinar contra o Diretor-Geral da ARIS, para fins de perda do mandato e do cargo, por cometimento de infração disciplinar ou afronta ao Código de Ética, definido em Regimento Interno.

Parágrafo único. As decisões tomadas pelo Conselho de Regulação serão colegiadas e públicas, pela maioria simples dos conselheiros presentes, salvo previsão em contrário neste Protocolo de Intenções.

Art. 29. O Conselho de Regulação será composto por 7 (sete) conselheiros, indicados pelo Conselho Administrativo e escolhidos pela Assembleia Geral do Consórcio, tal como segue:

I - 01 (um) engenheiro sanitarista;

II - 01 (um) advogado;

III - 01 (um) contador;

IV - 01 (um) engenheiro civil;

V - 01 (um) administrador;

VI - 01 (um) economista;

VII - 01 (um) biólogo.

§ 1º O Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral lista tríplice para cada uma das 7 (sete) vagas existentes no Conselho de Regulação, conforme os requisitos fixados neste Protocolo de Intenções.

§ 2º É vedado ao Conselho de Administração fazer constar a mesma pessoa em mais de uma lista.

§ 3º A Assembleia Geral fará votação específica para cada uma das vagas existentes, sendo os escolhidos nomeados e empossados pelo Presidente do Conselho de Administração.

§ 4º Todos os membros do Conselho de Regulação devem, por ocasião da posse, apresentar comprovante de regularidade junto ao respectivo Conselho de Regulamentação Profissional.

Art. 30. Os conselheiros exercerão mandato de 04 (quatro) anos, contados a partir da respectiva posse, salvo exceção colacionada no § 1º deste artigo.

§ 1º Como regra de transição, e a fim de proporcionar mandatos não coincidentes dos membros do Conselho de Regulação, o primeiro mandato dos conselheiros será assim exercido:

I - para os nomeados com base no artigo 29, incisos I e II, o mandato será de 5 anos;

II - para os nomeados com base no artigo 29, incisos III e IV, o mandato será de 4 anos;

III - para os nomeados com base no artigo 29, incisos V, VI e VII, o mandato será de 3 anos;

§ 2º É permitida uma única reeleição para membro do Conselho de Regulação, para mandato de 4 (quatro) anos.

§ 3º Nos casos de substituição ou vacância de vaga no Conselho de Regulação, o Conselho de Administração nomeará o novo membro para completar o mandato.

Art. 31. O membro do Conselho de Regulação deve ser brasileiro, com reputação ilibada e notória

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição Nº 2771

Página 1555

especialização na área afim, sendo vedada a participação daqueles que tiveram rejeitadas as contas quando do exercício de cargos ou funções públicas, ou que tiveram condenação criminal ou por ato de improbidade.

Art. 32. É ainda vedada a participação, no Conselho de Regulação, daqueles que possuam as seguintes vinculações com qualquer pessoa física ou jurídica regulada ou fiscalizada pela ARIS:

I - acionista ou sócio com qualquer participação no capital social;

II - ocupante de cargo, emprego ou função de controlador, dirigente, preposto, mandatário ou consultor;

III - empregado, mesmo com o contrato de trabalho suspenso, inclusive das empresas controladoras ou das fundações de previdência de que sejam patrocinadoras;

IV - relação de parentesco, por consanguinidade ou afinidade, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, com dirigente, sócio ou administrador; e

V - dirigente de entidade sindical ou associativa que tenha como objetivo a defesa de interesses de pessoas jurídicas sujeitas à regulação e fiscalização da ARIS.

~~Parágrafo único. Também está impedido de exercer cargo no Conselho de Regulação qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do Poder Público municipal, estadual ou federal.~~

Parágrafo único – A. Também está impedido de exercer cargo no Conselho de Regulação qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do Poder Público municipal, estadual ou federal, exceto professor. [\(Redação dada pela Assembleia Geral em 15/12/2015\)](#)

Art. 33. Constituem motivos para a perda do mandato de membro do Conselho de Regulação, em qualquer época, a condenação criminal, por ato de improbidade ou em processo administrativo perante a ARIS, ficando vedada a perda do mandato imotivadamente.

Art. 34. O ex-conselheiro fica impedido de exercer qualquer atividade ou de prestar serviço aos setores regulados pela ARIS por um período de 04 (quatro) meses contado da exoneração ou do término do seu mandato.

§ 1º Incorre na prática de advocacia administrativa, sujeitando-se o infrator às penas previstas no artigo 321 do Código Penal, o ex-conselheiro da ARIS, inclusive aquele que renunciou ao mandato, que descumprir o disposto neste artigo.

§ 2º Por ocasião da posse dos conselheiros do Conselho de Regulação da ARIS, será firmado termo de compromisso, cujo conteúdo expressará o disposto neste artigo e no artigo 32 deste Protocolo de Intenções.

Art. 35. O Presidente do Conselho de Regulação será escolhido entre os próprios conselheiros e nomeado pelo Presidente do Conselho de Administração da ARIS.

§ 1º O mandato do Presidente do Conselho de Regulação será de até 02 (dois) anos, sendo vedada a recondução sucessiva ao cargo.

§ 2º O Presidente do Conselho de Regulação somente votará em caso de empate.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1556

§ 3º Na ausência do Presidente do Conselho de Regulação, assumirá o comando dos trabalhos o conselheiro mais idoso entre os presentes.

Art. 36. As atribuições do Presidente do Conselho de Regulação serão definidas no Regimento Interno da ARIS.

Art. 37. Para cada reunião do Conselho de Regulação, será devido ao conselheiro, efetivamente presente, o montante fixo de R\$ 630,00 (seiscentos e trinta reais), a título de jetom. (Valor atualizado nos termos do Decreto nº 003/2018, de 1º de abril de 2018)

§ 1º O Regimento Interno definirá o número de reuniões ordinárias do Conselho de Regulação, bem como as questões relativas ao horário de início, *quorum*, local, votação, entre outras.

§ 2º Os valores a título de jetom somente serão devidos nas reuniões realizadas a partir do ano de 2010.

§ 3º Nos casos em que o conselheiro residir distante da sede da ARIS e o custo do deslocamento for suficientemente alto, poderá haver a restituição dos valores despendidos com locomoção e hospedagem, nos termos do Regimento Interno e desde que comprovada a despesa, sem prejuízo do jetom previsto neste artigo.

Art. 38. Será automaticamente excluído e perderá o mandato o conselheiro que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas durante o ano, independentemente de justificativa, devendo ser substituído no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para que o novo conselheiro complete o mandato, nos termos fixados pelo Regimento Interno.

SEÇÃO V

DA DIREÇÃO GERAL

Art. 39. A Direção Geral é o órgão executivo da ARIS e será dirigida por um Diretor-Geral.

Art. 40. Compete à Direção Geral:

I - promover a execução das atividades administrativas e de gestão da ARIS, dando cumprimentos aos objetivos e às competências da ARIS;

II - definir a revisão e o reajuste dos valores das tarifas e demais preços públicos decorrentes da efetiva prestação dos serviços de saneamento básico, com base nos estudos encaminhados pelas entidades reguladas e parecer elaborado pela Diretoria de Regulação da ARIS;

III - providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, nos termos estabelecidos no Regimento Interno;

IV - providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Conselho de Regulação;

V - propor ao Conselho de Administração a requisição em favor da ARIS de servidores públicos dos entes consorciados;

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição Nº 2771

Página 1557

VI - acompanhar as reuniões do Conselho de Regulação, subsidiando os conselheiros com informações e documentos, quando necessário;

VII - executar as decisões tomadas pelo Conselho de Regulação;

VIII - encaminhar ao Conselho de Regulação propostas de normas, regulamentos e instruções inerentes à regulação;

IX - expedir instruções contendo orientações e determinações às prestadoras de serviços regulados pela ARIS, com base nas resoluções expedidas pelo Conselho de Regulação e na legislação vigente;

~~X – determinar e aplicar sanções e penalidades às prestadoras de serviços de saneamento básico, pelo descumprimento das resoluções expedidas pelo Conselho de Regulação ou da legislação vigente, assegurado o contraditório e a ampla defesa;~~

X-A – julgar a defesa administrativa sobre sanções e penalidades aplicadas pelo Diretor de Regulação às prestadoras de serviços de saneamento básico; *(Redação dada pela Assembleia Geral em 26/02/2019)*

XI - representar a ARIS ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios bem como constituir procuradores *ad negotia* e *ad iudicia*;

XII - realizar concursos públicos e promover a contratação, exoneração e demissão dos servidores públicos, estagiários e contratados temporariamente, bem como a aplicação de sanções disciplinares, praticando todos os atos relativos à gestão dos recursos humanos, salvo as de competência do Presidente do Conselho de Administração da ARIS;

XIII - aceitar a cessão onerosa de servidores do ente consorciado ou conveniado à ARIS;

XIV - elaborar a Proposta Orçamentária Anual e o Plano de Trabalho a serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral da ARIS;

XV - executar a gestão administrativa e financeira da ARIS dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral, e observada a legislação em vigor, em especial as normas da Administração Pública;

XVI - elaborar a Prestação de Contas e o Relatório de Atividades da ARIS;

XVII - elaborar as prestações de contas dos auxílios e subvenções concedidas a ARIS para serem apresentadas pelo Presidente do Conselho de Administração aos órgãos concedentes;

XVIII - ordenar as despesas e realizar a movimentação financeira e bancária dos recursos da ARIS;

XIX - autorizar as compras e elaborar os processos de licitação para contratação de bens e serviços, podendo delegar tais competências nos termos definidos no Regimento Interno;

XX - autorizar a alienação de bens móveis inservíveis do consórcio; e

XXI - indicar os nomes do Diretor de Regulação, do Diretor de Administração e Finanças, dos Coordenadores e do Ouvidor, para aprovação pelo Conselho de Regulação.

Art. 41. O Diretor-Geral será indicado pelo Conselho de Administração e escolhido pela Assembleia Geral

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição Nº 2771

Página 1558

do Consórcio.

§ 1º O Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral lista tríplice para o cargo eletivo de Diretor-Geral, sendo escolhido aquele que obtiver maior número de votos pelos presentes na Assembleia Geral do Consórcio, o qual será nomeado e empossado pelo Presidente do Conselho de Administração.

§ 2º É condição para o exercício do cargo eletivo de Diretor-Geral ser brasileiro, com reputação ilibada, terceiro grau completo e notório conhecimento na área do saneamento básico, sendo vedada a participação daqueles que tiveram rejeitadas as contas quando do exercício de cargos ou funções públicas, ou que tiverem condenação criminal ou por ato de improbidade.

§ 3º Quando da criação do consórcio público, caberá aos subscritores do Protocolo de Intenções definir o nome do Diretor-Geral da ARIS, que exercerá suas atribuições em caráter provisório, com prazo definido e não superior a 24 (vinte e quatro) meses, para que em até tal prazo seja procedido conforme estabelecido no *caput* e nos parágrafos anteriores deste artigo.

Art. 42. O Diretor-Geral exercerá mandato de 04 (quatro) anos, contados a partir da posse, salvo quando empossado em caráter provisório, nos termos do artigo anterior.

§ 1º É permitida uma única reeleição para o cargo de Diretor-Geral, para mandato de 4 (quatro) anos.

§ 2º Nos casos de substituição ou vacância do cargo de Diretor-Geral, o Conselho de Administração nomeará o novo diretor para completar o mandato.

§ 3º Aplicam-se ao Diretor-Geral as disposições constantes nos artigos 32 a 34 deste Protocolo de Intenções.

Art. 43. Os cargos de Secretária e de Ouvidor, descritos no Anexo II, são vinculados e subordinados à Direção Geral.

SEÇÃO VI

DA DIRETORIA DE REGULAÇÃO

Art. 44. A Diretoria de Regulação é órgão da estrutura da ARIS, com natureza técnica e será dirigida pelo Diretor de Regulação.

Art. 45. Compete à Direção de Regulação:

I - propor ao Diretor-Geral e ao Conselho de Regulação medidas normativas para a regulação dos serviços prestados pelas entidades reguladas;

II - realizar pesquisas e estudos econômicos e qualitativos do mercado, referentes aos serviços regulados pela ARIS;

III - coordenar, supervisionar e controlar a fiscalização da execução, evolução e qualidade dos serviços prestados pelas prestadoras de serviços de saneamento básico;

IV - articular e apoiar tecnicamente as ações de fortalecimento institucional e estruturação de áreas e processos da ARIS;



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1559

V - desenvolver e gerenciar um sistema de informações, com todos os dados a respeito dos serviços regulados, que permita o acompanhamento da evolução em cada município e a uniformização da prestação dos serviços em todos os municípios consorciados;

VI - encaminhar ofício para instauração de processo administrativo, quando verificado indícios de irregularidades nas ações das prestadoras de serviços, e emitir parecer para julgamento e aplicação das penalidades cabíveis;

VII - coordenar o monitoramento e a avaliação dos projetos aprovados pelo Conselho de Regulação e pelo Diretor-Geral;

~~VIII - notificar, advertir e/ou multar as entidades reguladas que estejam em desacordo com a legislação vigente, ou com as normas, regulamentos e instruções editadas pela ARIS; e~~

VIII-A - determinar notificações e aplicar sanções e penalidades as entidades reguladas que estejam em desacordo com a legislação vigente, ou com as normas, regulamentos e instruções editadas pela ARIS, assegurando o contraditório e a ampla defesa; [\(Redação dada pela Assembleia Geral em 26/02/2019\)](#)

IX - executar ações voltadas a dar cumprimento aos objetivos, às competências e às normas expedidas pela ARIS.

Art. 46. O Diretor de Regulação, cargo de livre nomeação e exoneração, será nomeado pelo Diretor-Geral, após aprovação da indicação pela maioria absoluta dos membros do Conselho de Regulação da ARIS, em convocação específica para tal fim.

§ 1º Caso não aprovada a indicação do Diretor de Regulação pelo Conselho de Regulação da ARIS, o Diretor-Geral indicará outra pessoa para a referida aprovação pelo Conselho.

§ 2º É condição para o exercício do cargo de Diretor de Regulação ser brasileiro, com reputação ilibada, terceiro grau completo e notório conhecimento na área do saneamento básico, sendo vedada a participação daqueles que tiveram rejeitadas as contas quando do exercício de cargos ou funções públicas, ou que tiverem condenação criminal ou por ato de improbidade.

Art. 47. Na ausência ou impedimento do Diretor-Geral, o Diretor de Regulação exercerá, cumulativamente, as atribuições e competências daquele, cessando automaticamente com o retorno do Diretor-Geral ao exercício das funções públicas.

SEÇÃO VII

DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 48. A Diretoria de Administração e Finanças é órgão da estrutura da ARIS, com natureza técnica e será dirigida pelo Diretor de Administração e Finanças.

Art. 49. Compete à Diretoria de Administração e Finanças:

I - coordenar, supervisionar e controlar a execução de todas as atividades relativas às ações de administração e de gestão financeira e orçamentária da ARIS;

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição Nº 2771

Página 1560

- II - orientar as unidades gestoras da ARIS, quanto aos procedimentos administrativos e financeiros;
- III - coordenar e supervisionar as atividades relacionadas à arrecadação e à movimentação de recursos financeiros da ARIS, de acordo com a legislação em vigor;
- IV - elaborar e encaminhar para apreciação do Diretor-Geral, a elaboração da programação orçamentária anual;
- V - instruir e encaminhar ao Diretor-Geral a prestação anual de contas da ARIS, para aprovação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- VI - propor ao Diretor-Geral normas e procedimentos que disciplinem as despesas relacionadas à passagens, diárias e outros custos com deslocamentos e estadias de funcionários;
- VII - propor ao Diretor-Geral normas e procedimentos que disciplinem a aquisição, gestão de bens, contratação de obras e serviços, bem como as atividades de recebimento, tombamento, distribuição, armazenamento, movimentação, baixa e inventário dos bens patrimoniais móveis e imóveis da ARIS; e
- VIII - elaborar contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos legais para a execução das atividades da ARIS.
- Art. 50. Ao Diretor de Administração e Finanças aplicam-se as mesmas regras do Diretor de Regulação estabelecidas neste Protocolo de Intenções.

SEÇÃO VIII

DA COORDENADORIA DE NORMATIZAÇÃO

Art. 51. A Coordenadoria de Normatização é órgão da estrutura da ARIS, subordinada à Diretoria de Regulação, com natureza técnica e dirigida pelo Coordenador de Normatização.

Art. 52. Compete à Coordenadoria de Normatização:

- I - propor normas e procedimentos para a padronização das informações e dos serviços prestados pelas prestadoras de serviços de saneamento básico;
- II - analisar e emitir parecer sobre todos os projetos e investimentos submetidos à apreciação da ARIS, para ampliação da oferta de serviços ou modernização das instalações das prestadoras reguladas; e
- III - induzir, acompanhar e monitorar os investimentos para a ampliação e modernização dos serviços prestados.

Art. 53. O Coordenador de Normatização, cargo de livre nomeação e exoneração, será nomeado pelo Diretor-Geral, após aprovação da indicação pela maioria absoluta dos membros do Conselho de Regulação da ARIS, em convocação específica para tal fim.

§ 1º Caso não aprovada a indicação do Coordenador de Normatização pelo Conselho de Regulação da ARIS, o Diretor-Geral indicará outra pessoa para a referida aprovação pelo Conselho.

§ 2º É condição para o exercício do cargo de Coordenador de Normatização ser brasileiro, com reputação ilibada e bacharelado em biologia ou engenharia sanitária, civil ou correlata, registrado no respectivo órgão

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição Nº 2771

Página 1561

de fiscalização profissional, sendo vedada a participação daqueles que tiveram rejeitadas as contas quando do exercício de cargos ou funções públicas, ou que tiverem condenação criminal ou por ato de improbidade.

SEÇÃO IX

DA COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO

Art. 54. A Coordenadoria de Fiscalização é órgão da estrutura da ARIS, subordinada à Diretoria de Regulação, com natureza técnica e será dirigida pelo Coordenador de Fiscalização.

Art. 55. Compete à Coordenadoria de Fiscalização:

I - fiscalizar, com poder de polícia administrativa, a qualidade e eficiência da prestação dos serviços nos municípios consorciados, em consonância com as normas, regulamentos e instruções expedidos pela ARIS e legislação vigente;

II - fomentar a elaboração de material de divulgação dos serviços prestados pelas entidades reguladas, atendendo a legislação vigente e estimulando práticas de estreitamento da relação prestador/usuário;

III - criar mecanismos de controle das rotinas de fiscalização que permitam auferir o grau de eficácia no desempenho das funções de todos os funcionários envolvidos;

IV - monitorar as unidades regionais de fiscalização, acompanhando sua atuação, para avaliação do andamento das atividades desenvolvidas;

V - organizar e controlar atividades de capacitação, objetivando a padronização das ações de fiscalização; e

VI - emitir relatórios mensais de todos os procedimentos de fiscalização efetuados.

Art. 56. Ao Coordenador de Fiscalização aplicam-se as mesmas disposições estabelecidas para o Coordenador de Normatização neste Protocolo de Intenções.

SEÇÃO X

DA COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Art. 57. A Coordenadoria de Contabilidade é órgão da estrutura da ARIS, subordinada à Diretoria de Administração e Finanças, com natureza técnica e será dirigida pelo Coordenador Contábil.

Art. 58. Compete à Coordenadoria de Contabilidade:

I - executar as atividades de controle e registros contábeis, orçamentário e patrimonial;

II - preparar os balancetes e o balanço geral da ARIS;

III - movimentar os valores da ARIS, procedendo aos pagamentos e acompanhando os recebimentos, inclusive provenientes da arrecadação de taxas;

IV – elaborar a proposta orçamentária anual com o Diretor de Administração e Finanças;

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1562

V - fazer o empenho, o controle e acompanhamento de compras, o recebimento de notas fiscais e das mercadorias e serviços, e promover os pagamentos;

VI - apresentar planos de contas, balanços, inventários e relatórios para permitir o acompanhamento da Diretoria e a prestação de contas ao Conselho de Administração da ARIS e ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 59. Ao Coordenador de Contabilidade aplicam-se as mesmas disposições estabelecidas para o Coordenador de Normatização neste Protocolo de Intenções, salvo no que tange à formação técnica, que requer do servidor público bacharelado em contabilidade, com registro no respectivo órgão de fiscalização profissional.

SEÇÃO XI

DA COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS

Art. 60. A Coordenadoria de Recursos Humanos é órgão da estrutura da ARIS, subordinada à Diretoria de Administração e Finanças, com natureza técnica e será dirigida pelo Coordenador de Recursos Humanos.

Art. 61. Compete à Coordenadoria de Recursos Humanos:

I - propor à Diretoria de Administração e Finanças as políticas e diretrizes do plano de cargos e vencimentos dos servidores da ARIS;

II - planejar, gerenciar e executar as atividades de recursos humanos, acompanhando o desempenho e a saúde dos servidores públicos;

III - elaborar e atualizar regularmente as respectivas rotinas e procedimentos, executando as atividades de cadastro e registro funcionais e de elaboração da folha de pagamento;

IV - emitir relatórios mensais com a descrição completa do quadro de recursos humanos;

V - responsabilizar-se pela gestão dos contratos e convênios da sua respectiva área.

Art. 62. Ao Coordenador de Recursos Humanos aplicam-se as mesmas disposições estabelecidas para o Coordenador de Normatização neste Protocolo de Intenções, salvo no que tange à formação técnica, que requer do servidor público bacharelado em contabilidade, administração ou direito, com registro no respectivo órgão de fiscalização profissional.

SEÇÃO XII

DA OUVIDORIA

Art. 63. A Ouvidoria é órgão da estrutura da ARIS, vinculada à Direção Geral, com natureza técnica e será dirigida pelo Ouvidor Geral.

Art. 64. À Ouvidoria compete:

I - atuar junto aos usuários, aos prestadores de serviços e aos órgãos públicos com o propósito de dirimir dúvidas e intermediar soluções nas divergências entre os mesmos;

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1563

II - registrar reclamações e sugestões da população sobre os serviços públicos regulados pela ARIS, após não atendimento pela prestadora do serviço de saneamento básico;

III - encaminhar as reclamações dos usuários dos serviços regulados aos respectivos prestadores de serviços, acompanhando e cobrando a solução do problema; e

IV - executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas.

Art. 65. Ao Ouvidor Geral aplicam-se as mesmas disposições estabelecidas para o Coordenador de Normatização neste Protocolo de Intenções, salvo no que tange à formação técnica, que requer do servidor público terceiro grau completo.

CAPÍTULO IX

DOS ATOS NORMATIVOS

Art. 66. Cabe ao Regimento Interno, sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Protocolo de Intenções, dispor sobre:

I - estrutura organizacional do consórcio;

II - funcionamento e procedimentos da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Conselho de Regulação;

III - plano de cargos e vencimentos e remuneração dos servidores públicos, nos limites deste Protocolo de Intenções;

IV - código de ética dos membros do Conselho de Regulação e do Diretor-Geral;

Parágrafo único. Serão disciplinadas por decreto as demais deliberações de competência da Assembleia Geral.

Art. 67. Serão disciplinados por resolução do Conselho de Regulação, sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Protocolo de Intenções:

I - procedimentos de fiscalização dos serviços regulados;

II - procedimentos de cobrança das taxas de regulação e fiscalização;

III - regulamentação das sanções previstas no Protocolo de Intenções;

IV - normas de regulação da prestação dos serviços de saneamento básico.

Art. 68. As decisões do Conselho de Regulação tomadas em julgamento de recursos administrativos serão lavradas por meio de acórdão.

Parágrafo único. As decisões monocráticas tomadas pelo Diretor-Geral em julgamento de processos administrativos serão lavradas por meio de decisão.

Art. 69. As recomendações e deliberações do Diretor-Geral serão expedidas por meio de instrução.

Art. 70. Os atos normativos expedidos por qualquer órgão ou agente do consórcio deverão ser publicados no órgão oficial de publicação do consórcio, para que surtam seus efeitos legais.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1564

CAPÍTULO X**DO REGIME DE TRABALHO**

Art. 71. O regime jurídico de trabalho dos servidores da ARIS é o estatutário, nos termos do Anexo I deste Protocolo de Intenções, que faz parte integrante do mesmo para todos os fins, com ingresso mediante seleção e aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1º São de livre nomeação e exoneração, observadas as regras estabelecidas neste Protocolo de Intenções, os cargos de Diretor de Regulação, Diretor de Administração e Finanças, Coordenador de Normatização, Coordenador de Fiscalização, Coordenador Contábil, Coordenador de Recursos Humanos e Ouvidor.

§ 2º A participação no Conselho de Administração e Conselho Fiscal não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

§ 3º Os conselheiros do Conselho de Regulação não possuirão qualquer vínculo trabalhista ou estatutário com o consórcio público, sendo considerado trabalho público relevante, com direito à percepção de jetom a cada reunião que efetivamente tenha participado, nos termos deste Protocolo de Intenções.

§ 4º Os servidores da ARIS não poderão ser cedidos, inclusive para os entes consorciados.

§ 5º Os servidores incumbidos da gestão do consórcio público não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições dos estatutos do consórcio.

§ 6º Todos os servidores públicos são subordinados ao Regime Geral de Previdência Social.

§ 7º No caso da extinção do consórcio público, os servidores públicos estáveis serão aproveitados nos quadros funcionais dos entes consorciados, nos termos definidos em Assembleia Geral e na lei de extinção do consórcio público.

§ 8º As regras do concurso público serão fixadas em Regimento Interno, obedecidas as normativas do Protocolo de Intenções e os requisitos de cada cargo público, bem como o local e a cidade de desempenho das atribuições.

§ 9º. As disposições complementares da estrutura administrativa da ARIS, obedecido o disposto neste Protocolo de Intenções, serão definidas no Regimento Interno.

Art. 72. O quadro de pessoal do consórcio é composto em conformidade com o Anexo II deste Protocolo de Intenções, com especificação dos requisitos de ingresso e das atribuições mínimas do cargo público, remunerados em conformidade com a Tabela de Unidades de Vencimento, estabelecidas em Referências Salariais, nos termos do Anexo III deste Protocolo de Intenções.

Art. 73. Fica autorizada a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do artigo 37, IX, da Constituição da República.

§ 1º Poderão ser objeto de contratação temporária as funções correlatas aos cargos públicos vagos ou cujos servidores estejam em licença ou afastados temporariamente de suas atribuições, ou, ainda, para suprir, excepcionalmente, demanda de caráter emergencial, mesmo relativas a atribuições funcionais não previstas

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1565

nos cargos do Anexo II.

§ 2º A remuneração dos contratados temporariamente será igual a fixada para as funções correlatas ao cargo público constante do Anexo II deste Protocolo de Intenções, para a mesma jornada de trabalho.

§ 3º Os contratos temporários poderão vigorar pelo prazo de até 1 (um) ano, prorrogável por igual período, a critério do Diretor-Geral.

§ 4º Será procedido processo seletivo simplificado de provas ou títulos para a seleção de pessoal para a contratação temporária, ficando afastada tal necessidade nos casos de contratação para suprir demanda de caráter emergencial.

§ 5º As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de trinta dias e assegurada ampla defesa.

§ 6º Aplica-se ao pessoal contratado nos termos deste artigo o disposto nos 39 a 41; 44 a 47; 49 a 52; 62; e demais artigos do Estatuto constante do Anexo I deste Protocolo de Intenções, compatíveis com os contratados temporariamente.

§ 7º O contrato firmado de acordo com este artigo extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual ou por iniciativa do contratado, de modo que a rescisão contratual promovida pela ARIS, antes do término do prazo estabelecido em contrato, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

§ 8º Não se aplicam aos contratos temporários as normas da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

~~Art. 74. Será concedida revisão geral anual aos servidores públicos da ARIS, sempre no mês de abril de cada ano, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.~~

Art. 74-A. Será concedida revisão geral anual aos servidores públicos da ARIS, sempre no mês de janeiro de cada ano, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. [\(Redação dada pela Assembleia Geral em 26 de fevereiro de 2019\)](#)

§1º A revisão geral anual será aplicada ao montante fixado a título de jetom aos conselheiros do Conselho de Regulação.

§ 2º A aplicação da revisão geral anual, nos termos do *caput*, está condicionada à expedição de decreto pela Assembleia Geral.

§ 3º A revisão geral anual incidirá, uniformemente, em todas as referências constantes da Tabela de Unidades de Vencimento constante neste Protocolo de Intenções.

§ 4º A primeira revisão geral anual será concedida somente em abril de 2011, referente ao período dos últimos doze meses, nos termos do *caput* deste artigo.

Art. 75. O vencimento dos cargos públicos da ARIS fica estabelecido em referências salariais, na forma do

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1566

Anexo III deste Protocolo de Intenções.

§ 1º O valor das referências salariais será alterado uniformemente, através de decreto aprovado em Assembleia Geral, em face da Revisão Geral Anual.

§ 2º Cada servidor público terá como vencimento o valor correspondente à referência constante no Anexo II deste Protocolo de Intenções.

§ 3º Fica estabelecido como teto remuneratório da ARIS o valor previsto na referência 125 da tabela constante no Anexo III, para fins de aplicação do disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição da República.

Art. 76. Os entes consorciados, ou os que tenham firmado convênio com a ARIS, poderão ceder agentes públicos, na forma e condição de cada ente.

§ 1º Os agentes públicos cedidos sem ônus para a ARIS permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, sendo vedada a concessão de gratificações, adicionais ou quaisquer outras formas de remuneração pelo consórcio público, salvo as de caráter indenizatório.

§ 2º Poderá a cessão dar-se com ônus para a ARIS, nos termos do Regimento Interno.

CAPÍTULO XI

DAS TAXAS DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 77. Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização, ficam instituídas as seguintes taxas:

I - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;

II - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;

III - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza;

IV - Taxa de Regulação de Coleta de Lixo;

V - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Lixo;

VI - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Lixo; e

VII - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana.

Art. 78. A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água - TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,1200 (doze centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRAA = NH \times R\$0,1200$, onde

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição Nº 2771

Página 1567

TRAA - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,1200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de abastecimento de água por habitante.

Art. 79. A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário - TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§ 1º A taxa é devida pela a autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0600 (seis centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRRES = NH \times R\$0,0600$, onde

TRES - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0600 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante.

Art. 80. A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas - TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRVL = NH \times R\$0,0200$, onde

TRVL - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas por habitante.

Art. 81. A Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos - TRCR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos,

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1568

compreendido como aquele serviço de captação e recolhimento do resíduo sólido doméstico até a fase anterior ao seu transbordo.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de coleta de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de coleta de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRCR = NH \times R\$0,0300$, onde

TRCR - Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de coleta de resíduos sólidos por habitante.

Art. 82. A Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos - TRTR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transbordo e transporte dos resíduos sólidos, caracterizada como aquele serviço que começa com o transbordo até o transporte final ao aterro ou outro meio de tratamento do resíduo sólido.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de transbordo e transporte de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transbordo e transporte de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0100 (um centavo), representada pela seguinte fórmula:

$TRTR = NH \times R\$0,0100$, onde

TRTR - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0100 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos por habitante.

Art. 83. A Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TRDR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço de tratamento e a destinação final do resíduo sólido, incluindo as atividades de reciclagem de material.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de tratamento e destinação final de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de tratamento e destinação final de resíduo sólido, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos),

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição Nº 2771

Página 1569

representada pela seguinte fórmula:

$TRDR = NH \times R\$0,0300$, onde

TRDR - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos por habitante.

Art. 84. A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana - TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como aquele serviço de captação, transporte, detenção, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDP = NH \times R\$0,0200$, onde

TRDP - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante.

Art. 85. Para fins de cálculo das taxas constantes neste Protocolo de Intenções, o número de habitantes em cada município será atualizado automaticamente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 86. Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas neste Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando esta for desenvolvida por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos.

Art. 87. As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços de saneamento básico, devendo ser recolhidas diretamente à ARIS mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência da regulação e fiscalização dos serviços.

Art. 88. No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela ARIS.

Art. 89. No caso do prestador de serviços de qualquer atividade de saneamento básico atuar em mais de um município consorciado, será devida uma taxa para cada município consorciado onde há a referida prestação



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

de serviços.

Art. 90. Poderá a ARIS, em comum acordo com a prestadora dos serviços de saneamento básico, mediante celebração de contrato, estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício da regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto deste Protocolo de Intenções.

Art. 91. Nos casos em que o município preste diretamente quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico, poderá o mesmo repassar recursos, mediante contrato de programa e de rateio, para o custeio das ações de regulação e fiscalização daqueles serviços.

Art. 92. O valor em moeda nacional constante nos artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º, será atualizado automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 1º A primeira atualização de valores dar-se-á em 1º de janeiro de 2011, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010, nos termos do *caput* deste artigo.

§ 2º Para fins de aplicação deste artigo, considerar-se-á como valor monetário atualizado o resultado obtido pela multiplicação entre o montante estabelecido neste Protocolo de Intenções (artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º) e o índice monetário do período de 12 (doze) meses, conforme § 1º deste artigo, considerando-se como válido o valor numérico até a quarta casa decimal após a vírgula (0,0000).

Art. 93. As receitas próprias auferidas pela ARIS, mediante a cobrança de taxas de fiscalização ou outras receitas a esta equivalentes, somente poderão ser utilizadas para financiar as despesas relacionadas com o exercício das atividades que lhes são conferidas neste Protocolo de Intenções.

Art. 94. A ARIS aplicará e respeitará a legislação tributária de cada ente consorciado, nos limites territoriais dos mesmos.

Parágrafo único. Em casos de questionamento administrativo ou judicial das taxas e preços públicos instituídos por este Protocolo de Intenções, aplicar-se-á a respectiva legislação tributária do município consorciado onde são prestados os serviços públicos objeto da incidência da taxa de regulação e fiscalização.

Art. 95. A taxa não recolhida nos prazos fixados será cobrada com os acréscimos de juros e demais encargos previstos na legislação aplicável de cada ente consorciado, conforme o local do fato gerador do tributo.

§ 1º Os valores cuja cobrança seja atribuída por lei à ARIS e apurados administrativamente, não recolhidos no prazo estipulado, serão inscritos em dívida ativa do próprio consórcio público e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da lei.

§ 2º A execução fiscal da dívida ativa será promovida pelos procuradores da ARIS.



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

CAPÍTULO XII**DO EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS**

Art. 96. As atividades de regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos serão realizadas de acordo com as disposições legais vigentes, bem como com base nos Planos Municipais de Saneamento Básico, nos contratos de concessão e permissão e nos demais instrumentos jurídicos de delegação ou prestação de serviços públicos.

Art. 97. A ARIS exercerá suas atribuições através da fixação de normas e padrões para a prestação regular dos serviços, a fim de resguardar os princípios fundamentais dos serviços públicos de saneamento básico, em especial os elencados pela Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Art. 98. Pelo descumprimento das leis, contratos e normas instituídas pela ARIS, poderão ser aplicadas as seguintes sanções aos prestadores de serviços de saneamento básico:

I - advertência escrita;

II - multa;

III - suspensão de obra ou atividade;

IV - intervenção administrativa;

V - caducidade da concessão, permissão ou autorização.

Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente, e serão regulamentadas por resolução do Conselho de Regulação.

Art. 99. Todas as infrações serão apuradas em processo administrativo, resguardado o contraditório e a ampla defesa, devendo constar os elementos necessários para a identificação da natureza da infração, o tipo e a graduação das sanções.

Parágrafo único. O procedimento para a apuração das irregularidades e aplicação das sanções será definido em resolução do Conselho de Regulação.

Art. 100. Quando do exercício das atividades de controle e fiscalização, os servidores da ARIS emitirão relatórios de conformidade ou de não conformidade das operações ou serviços prestados pelos prestadores de serviços.

§ 1º No caso de não conformidade das operações ou serviços prestados, a ARIS notificará o infrator e estabelecerá prazo para a regularização.

§ 2º Vencido o prazo da notificação, sem a regularização, o infrator será autuado com aplicação da penalidade correspondente à gravidade da infração, conforme resolução do Conselho de Regulação.

~~Art. 101. As sanções serão aplicadas diretamente pelo Diretor-Geral, em decisão fundamentada, atendidas as disposições normativas e contratuais que as originaram, assegurado o contraditório e a ampla defesa ao infrator, na forma de resolução do Conselho de Regulação.~~

~~§ 1º Das sanções aplicadas pelo Diretor-Geral caberá recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho de Regulação.~~



08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição Nº 2771

Página 1572

~~§ 2º As normas regimentais poderão estabelecer situações em que o recurso interposto não possuirá efeito suspensivo, nos casos de risco à saúde pública, à ordem social e econômica ou à segurança da população.~~

~~§ 3º Todos os recursos serão gratuitos e deverão ser protocolados no prazo, forma e condições estabelecidas em resolução do Conselho de Regulação.~~

~~§ 4º Das decisões do Conselho de Regulação não caberá recurso administrativo.~~

~~§ 5º Todo processo decisório da ARIS obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economia processual.~~

Art. 101-A. As sanções e penalidades serão aplicadas diretamente pelo Diretor de Regulação, em decisão fundamentada, atendidas as disposições normativas e contratuais que as originaram, assegurado o contraditório e a ampla defesa ao infrator, na forma de resolução do Conselho de Regulação. (Redação dada pela Assembleia Geral em 26 de fevereiro de 2019)

§ 1º-A. Das sanções e penalidades aplicadas pelo Diretor de Regulação caberá defesa administrativa, ao Diretor-Geral. (Redação dada pela Assembleia Geral em 26 de fevereiro de 2019)

§ 2º-A. Da decisão do Diretor-Geral caberá recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho de Regulação. (Redação dada pela Assembleia Geral em 26 de fevereiro de 2019)

§ 3º-A. As normas regimentais poderão estabelecer situações em que o recurso interposto não possuirá efeito suspensivo, nos casos de risco à saúde pública, à ordem social e econômica ou à segurança da população. (Redação dada pela Assembleia Geral em 26 de fevereiro de 2019)

§ 4º-A. Todas as manifestações e recursos serão gratuitos e deverão ser protocolados no prazo, forma e condições estabelecidas em resolução do Conselho de Regulação. (Redação dada pela Assembleia Geral em 26 de fevereiro de 2019)

§ 5º-A. Das decisões do Conselho de Regulação não caberá recurso administrativo. (Redação dada pela Assembleia Geral em 26 de fevereiro de 2019)

§ 6º-A. Todo processo decisório da ARIS obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economia processual. (Redação dada pela Assembleia Geral em 26 de fevereiro de 2019)

Art. 102. Para os fins do exercício das competências de regulação e fiscalização das atividades na área do saneamento básico, o Conselho de Regulação é a instância máxima de decisão, não sendo cabível ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal ou à Assembleia Geral modificar, revisar, anular, revogar ou suspender quaisquer das decisões técnicas tomadas pelo Conselho de Regulação.

CAPÍTULO XIII

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Art. 103. As contratações de bens, obras e serviços realizadas pelo consórcio observarão as normas de licitações públicas e contratos administrativos.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1573

Art. 104. Os editais de licitações e os extratos de contratos celebrados pelo consórcio deverão ser publicados no órgão oficial de publicação da ARIS e no sítio que o consórcio mantiver na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 105. A execução das receitas e das despesas da ARIS obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 106. O patrimônio da ARIS será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidos por entidades públicas ou privadas, sem fins lucrativos.

Art. 107. Constituem recursos financeiros da ARIS:

I - a entrega mensal de recursos financeiros dos consorciados, de acordo com o contrato de rateio;

II - o produto de emolumentos, taxas, preços, multas e indenizações relativas ao exercício das funções do poder de regulação;

III - os provenientes de convênios, consórcios, acordos, contratos, auxílios, contribuições e subvenções celebrados ou concedidos por órgãos ou entidades federais, estaduais e municipais, empresas públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, sociedades de economia mista, e organismos internacionais.

IV - os saldos do exercício;

V - as doações e legados;

VI - o produto da venda de publicações, material técnico, dados e informações;

VII - o produto de alienação de seus bens livres;

VIII - o produto resultante da alienação ou aluguel de bens móveis e imóveis de sua propriedade;

IX - o produto de operações de crédito;

X - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira.

Art. 108. A contabilidade do consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

CAPÍTULO XIV

DO USO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Art. 109. Os entes consorciados terão acesso aos bens adquiridos pela ARIS e aos serviços prestados nos termos definidos em contrato de programa, mediante entrega de recursos disciplinada no contrato de rateio.

Art. 110. Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada consorciado poderá colocar à disposição da ARIS os bens e serviços de sua própria administração para uso comum, nos termos definidos em contrato de programa e em contrato de rateio.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1574

CAPÍTULO XV**DO INGRESSO, RETIRADA E EXCLUSÃO DE CONSORCIADO**

Art. 111. O ingresso de novos consorciados será submetido à apreciação do Conselho de Administração e deverá atender ao disposto no § 4º do artigo 2º deste Protocolo de Intenções.

Art. 112. Cada consorciado poderá se retirar da ARIS a qualquer momento, desde que denuncie sua retirada num prazo nunca inferior a 180 (cento e oitenta) dias, sem prejuízo das obrigações e direitos, até sua efetiva retirada.

Art. 113. Será excluído da ARIS o participante que tenha deixado de incluir no Orçamento Municipal do ano em curso a dotação devida de acordo com o contrato de rateio.

Parágrafo único. A exclusão somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o consorciado poderá se reabilitar.

Art. 114. Será igualmente excluído o consorciado inadimplente com as obrigações assumidas em contrato de rateio.

Parágrafo único. A exclusão prevista neste artigo não exime o consorciado do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente.

Art. 115. Será excluído do consórcio, após deliberação da Assembleia Geral, o ente consorciado que praticar atos tendentes a dificultar ou obstar a execução das atividades de regulação e fiscalização previstas neste Protocolo de Intenções.

CAPÍTULO XVI**DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO**

Art. 116. A alteração e a extinção do contrato de Consórcio Público dependerão de instrumento aprovado pela Assembleia Geral.

§ 1º Os bens, direitos, encargos e obrigações do consórcio reverterão aos consorciados proporcionalmente aos investimentos feitos à ARIS.

§ 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

§ 4º A retirada ou a extinção do consórcio não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

CAPÍTULO XVII**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 117. O exercício fiscal coincidirá com o ano civil, para efeitos de Execução do Orçamento e Prestação

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1575

de Contas.

§ 1º Até 31 de janeiro de cada ano deverão ser apresentados pelo Diretor-Geral ao Presidente do Conselho de Administração, e este à deliberação da Assembleia Geral, o Plano de Trabalho e o Orçamento das Receitas e Despesas para o exercício seguinte, bem como o Relatório de Atividades, a Prestação de Contas, o Balanço do Exercício anterior, acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal.

§ 2º Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da gestão anterior ficam obrigados a apresentar os relatórios e documentos citados e participar da Assembleia Geral mencionada no parágrafo anterior.

Art. 118. A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com os seguintes princípios:

I - respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada da ARIS depende apenas da vontade de cada ente consorciado, sendo vedado a oferta de incentivos para o ingresso;

II - solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos da ARIS;

III - transparência, facultado ao Poder Executivo ou Legislativo do ente consorciado ter acesso a qualquer reunião ou documento da ARIS;

IV - eficiência, exigindo que todas as decisões da ARIS tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade; e

V - respeito aos princípios da Administração Pública, de modo que todos os atos executados pela ARIS sejam coerentes com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

Art. 119. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções.

Art. 120. Os municípios consorciados à ARIS respondem solidariamente pelo consórcio público.

Art. 121. A ARIS será organizada por Contrato de Consórcio Público, decorrente da homologação, por lei, deste Protocolo de Intenções.

Art. 122. A ARIS poderá requisitar auxílio à Federação Catarinense de Municípios - FECAM e às Associações de Municípios em Santa Catarina para a execução de atividades administrativas previstas neste Protocolo de Intenções, até estruturação completa do consórcio público.

Art. 123. Os municípios consorciados, até a efetiva cobrança das taxas relativas ao exercício da regulação e fiscalização, contribuirão mensalmente, através de contrato de rateio, para a manutenção e estruturação da ARIS, até que a mesma detenha autonomia financeira.

Parágrafo único. Os valores repassados pelos municípios consorciados, nos termos do *caput*, serão fixados em Assembleia Geral.

Art. 124. Os casos omissos ao presente Protocolo de Intenções serão resolvidos pela Assembleia Geral e pela legislação aplicável à espécie.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1576

Art. 125. A ARIS, por decisão da maioria absoluta dos membros da Assembleia Geral do Consórcio, poderá ampliar suas atribuições de regulação e fiscalização para outros serviços públicos no âmbito municipal.

Art. 126. No prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da constituição deste consórcio público, deverá ser elaborado e aprovado o Regimento Interno da ARIS.

Art. 127. Até que a ARIS não adquira independência financeira, fica autorizada a contratação temporária de agentes públicos para a execução das atividades previstas no Anexo II, nos termos fixados neste Protocolo de Intenções.

Parágrafo único. No prazo máximo de 24 meses deverá ser realizado concurso público para admissão dos servidores públicos constantes do Anexo II deste Protocolo de Intenções.

Art. 128. Para fins de aplicação do artigo 2º, § 4º, deste Protocolo de Intenções, consideram-se todos os municípios do Estado de Santa Catarina como potenciais consorciados da ARIS.

Art. 129. O Diretor-Geral, nomeado em caráter provisório, nos termos do artigo 41, § 3º, deste Protocolo de Intenções, poderá desempenhar suas atribuições com jornada de trabalho reduzida e remuneração proporcional, nos termos definidos pelos subscritores do Protocolo de Intenções.

Art. 130. As normas do presente Protocolo de Intenções entrarão em vigor a partir da data da sua publicação no órgão oficial.

Art. 130-A. As alterações do Protocolo de Intenções anexo do Contrato de Consórcio Público passam a vigor após sua ratificação por pelo menos 5 (cinco) municípios consorciados, e as modificações do Regimento Interno entram em vigor após sua publicação no órgão oficial. [\(Redação dada pela Assembleia Geral em 26/02/2019\)](#)

Parágrafo único. Após a aprovação das alterações pela Assembleia Geral, os municípios consorciados terão o prazo de 12 (doze) meses para ratificação por lei. [\(Redação dada pela Assembleia Geral em 26/02/2019\)](#)

Art. 131. Fica estabelecido o foro da Comarca do Município da Palhoça para dirimir quaisquer demandas envolvendo o Consórcio.

Florianópolis, 28 de agosto de 2009.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ANEXO I**ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ARIS****Capítulo I****Das Disposições Preliminares**

Art. 1º Para os efeitos deste Estatuto, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 2º Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

Capítulo II**Do Provimento**

Art. 3º São requisitos básicos para investidura nos cargos públicos constantes do Anexo II do Protocolo de Intenções do consórcio público denominado Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o gozo dos direitos políticos;
- III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V - a idade mínima de dezoito anos;
- VI - aptidão física e mental.

Art. 4º A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 5º São formas de provimento de cargo público:

- I - nomeação;
- II - readaptação;
- III - reversão;
- IV - aproveitamento;
- V - reintegração;
- VI - recondução.

Art. 6º A nomeação far-se-á:

- I - em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo;
- II - em comissão, inclusive na condição de interino, para cargos de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo único. O servidor ocupante de cargo efetivo ou em comissão poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo em comissão, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1578

Art. 7º A nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Art. 8º O concurso será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuserem as normas do consórcio público, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento do valor fixado no edital, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

Art. 9º O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§ 1º O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no órgão oficial de publicação da ARIS e no sítio que o consórcio mantiver na rede mundial de computadores - Internet.

§ 2º Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

§ 3º Os aprovados em concurso público, dentro do número de vagas estabelecida em edital, poderão ser nomeados até o prazo final de validade do concurso público, obedecidas as regras e os limites de gastos com pessoal estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 10. A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.

§ 1º A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.

§ 2º A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

§ 3º Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

§ 4º No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

§ 5º Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo.

Art. 11. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

Parágrafo único. Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

Art. 12. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo ou função pública.

§ 1º É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

§ 2º O servidor será exonerado do cargo ou será tornado sem efeito o ato de sua designação para cargo em comissão, se não entrar em exercício nos prazos previstos neste artigo.

Art. 13. O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1579

Parágrafo único. Ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao seu assentamento individual.

Art. 14. Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente.

§ 1º O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança submete-se a regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica a duração de trabalho estabelecida em leis especiais, que disciplinam as regras e limites do exercício profissional.

Art. 15. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:

I - assiduidade;

II - disciplina;

III - capacidade de iniciativa;

IV - produtividade;

V - responsabilidade.

§ 1º A pontuação dos critérios referidos neste artigo varia de 1 (um) a 10 (dez), correspondendo respectivamente a:

I - Ótimo - 10,0 (dez). II - Bom - 8,0 (oito).

III - Regular - 5,0 (cinco).

IV - Insatisfatório - 1,0 (um).

§ 2º A avaliação de desempenho será considerada positiva se o servidor alcançar, na média das avaliações anuais, o mínimo de 60% (sessenta por cento) da pontuação total possível; e insatisfatória se a avaliação não atingir o percentual de 60% (sessenta por cento).

§ 3º O Regimento Interno disciplinará os procedimentos e as situações não prevista neste artigo.

§ 4º Quatro meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, realizada por comissão constituída para essa finalidade, sem prejuízo da continuidade de apuração, ao longo dos anos, dos fatores enumerados nos incisos I a V do caput deste artigo.

§ 5º O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado, sendo inadmissível sua recondução ao cargo anteriormente ocupado, mesmo que estável no cargo de origem.

§ 6º O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos concedidos ao servidor, salvo os decorrentes de férias e da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e será retomado a partir do término do impedimento.

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1580

Art. 16. O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 3 (três) anos de efetivo exercício e desde que aprovado em estágio probatório.

Parágrafo único. Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Art. 17. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, de processo administrativo disciplinar ou de avaliação periódica de desempenho, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 18. Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

§ 1º Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será encaminhado para aposentadoria.

§ 2º A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Art. 19. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.

§ 1º A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

§ 2º O tempo em que o servidor estiver em exercício será considerado para concessão da aposentadoria.

§ 3º Encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Art. 20. A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§ 1º Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, observado o disposto no art. 22.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Art. 21. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de reintegração do anterior ocupante.

Parágrafo único. Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro, observado o disposto no art. 22.

Art. 22. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Art. 23. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1581

Art. 24. A vacância do cargo público decorrerá de:

- I - exoneração;
- II - demissão;
- III - readaptação;
- IV - aposentadoria;
- V - posse em outro cargo inacumulável;
- VI - falecimento.

Art. 25. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício.

Parágrafo único. A exoneração de ofício dar-se-á:

- I - quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;
- II - quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.

Art. 26. A exoneração de cargo em comissão e a dispensa de função de confiança dar-se-á:

- I - a juízo da autoridade competente;
- II - a pedido do próprio servidor.

Capítulo III

Da Remoção e da Redistribuição

Art. 27. Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por modalidades de remoção:

- I - de ofício, no interesse da Administração;
- II - a pedido, a critério da Administração;

Capítulo IV

Do Vencimento e da Remuneração

Art. 28. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado no Anexo III do Protocolo de Intenções da ARIS.

Art. 29. Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

Art. 30. O servidor perderá:

- I - a remuneração do dia em que faltar ao serviço, sem motivo justificado;

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição Nº 2771

Página 1582

II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências justificadas, ressalvadas as concessões de que trata o art. 62, e saídas antecipadas, salvo na hipótese de compensação de horário, até o mês subsequente ao da ocorrência, a ser estabelecida pela chefia imediata.

Parágrafo único. As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.

Art. 31. Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento, salvo no que toca às reposições e indenização em favor do erário.

Parágrafo único. Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento.

Art. 32. As reposições e indenizações ao erário serão previamente comunicadas ao servidor ativo, aposentado ou ao pensionista, para pagamento, no prazo máximo de trinta dias, podendo ser parceladas, a pedido do interessado.

§ 1º O valor de cada parcela não poderá ser inferior ao correspondente a dez por cento da remuneração, provento ou pensão.

§ 2º Quando o pagamento indevido houver ocorrido no mês anterior ao do processamento da folha, a reposição será feita imediatamente, em uma única parcela.

§ 3º Na hipótese de valores recebidos em decorrência de cumprimento à decisão liminar, à tutela antecipada ou à sentença que venha a ser revogada ou rescindida, serão eles atualizados até a data da reposição.

Art. 33. O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito.

Parágrafo único. A não quitação do débito no prazo previsto implicará sua inscrição em dívida ativa.

Art. 34. O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, seqüestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.

Capítulo V

Das Vantagens

Art. 35. Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

I - indenizações;

II- gratificações;

III – adicionais;

IV – premiações.

Parágrafo único. As indenizações, premiações, gratificações e adicionais não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito, salvo se expressamente indicados em lei.

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1583

Art. 36. As vantagens pecuniárias não serão computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores.

~~Art. 37. Constituem indenizações ao servidor:~~

~~I - diárias;~~

~~II - transporte.~~

~~III - auxílio-moradia.~~

Art. 37-A. Constituem indenizações ao servidor: [\(Redação dada pela Assembleia Geral em 26 de fevereiro de 2019\)](#)

I - diárias; e [\(Redação dada pela Assembleia Geral em 26 de fevereiro de 2019\)](#)

II – transporte, inclusive locomoção urbana, nos termos do art. 39. [\(Redação dada pela Assembleia Geral em 26 de fevereiro de 2019\)](#)

Art. 38. Os valores das indenizações estabelecidas no artigo anterior, assim como as condições para a sua concessão, serão estabelecidos em regulamento.

~~Art. 39. O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento.~~

~~§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo de 1/3 (um terço) de diária quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede ou da unidade regional, ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias. (Redação dada pela Assembleia Geral em 15 de dezembro de 2015)~~

~~§ 2º Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus a diárias.~~

~~§ 3º Também não fará jus a diárias o servidor que se deslocar dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regulamento instituídas.~~

Art. 39-A. O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus, além do transporte, inclusive locomoção urbana, a diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinárias com hospedagem e alimentação, conforme dispuser em regulamento. [\(Redação dada pela Assembleia Geral em 26 de fevereiro de 2019\)](#)

§ 1º-A. A diária será concedida por dia de afastamento, sendo de 1/3 (um terço) de diária quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede ou da unidade regional, ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias. [\(Redação dada pela Assembleia Geral em 26 de fevereiro de 2019\)](#)

§ 2º-A Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus a diárias. [\(Redação dada pela Assembleia Geral em 26 de fevereiro de 2019\)](#)

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1584

§ 3º-A. As propostas de concessão de diárias, quando o afastamento iniciar-se a partir da sexta-feira, bem como os que incluam sábados, domingos e feriados, deverão ser expressamente justificadas. (Redação dada pela Assembleia Geral em 26 de fevereiro de 2019)

§ 4º-A Obedecendo ao princípio do prévio empenho, a concessão de diária será processada e paga antes do início da viagem na conta corrente individual previamente registrada junto à Coordenadoria de Contabilidade, exceto em casos de emergência e a pedido do Diretor-Geral ou de autoridade delegada, hipótese em que poderão ser processadas e pagas durante e/ou após o deslocamento do servidor. (Redação dada pela Assembleia Geral em 26 de fevereiro de 2019)

Art. 40. O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de seu recebimento.

Parágrafo único. Na hipótese de o servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo previsto no caput.

~~Art. 41. Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, conforme se dispuser em regulamento.~~

Art. 41-A. Conceder-se-á indenização de transporte, inclusive locomoção urbana, ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção ou de terceiros para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, conforme se dispuser em regulamento. (Redação dada pela Assembleia Geral em 26 de fevereiro de 2019)

Art. 42. Além do vencimento e das vantagens previstas neste Estatuto, serão deferidos aos servidores as seguintes gratificações, adicionais e premiações:

I - gratificação pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento;

II - gratificação natalina;

III - adicional Por Tempo de Serviço

IV - adicional pela prestação de serviço extraordinário;

V - adicional noturno;

VI - adicional de férias;

VII - adicional por Progressão por Nova Titulação

VIII - premiação pelo Cumprimento de Metas

Art. 43. Ao servidor ocupante de cargo efetivo investido em função de direção, chefia ou assessoramento, nos termos do Regimento Interno do consórcio público, é devida gratificação pelo seu exercício, no percentual de 15% (quinze por cento) do vencimento base do cargo efetivo originariamente ocupado.

Parágrafo único. Cessada a função de direção, chefia ou assessoramento, extingue-se automaticamente a referida gratificação, sem qualquer incorporação.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1585

Art. 44. A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

Parágrafo único. A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral. Art. 45. A gratificação será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.

Art. 46. O servidor exonerado perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercício, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.

Art. 47. A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

Art. 48. Fica instituído o Adicional por Tempo de Serviço, designado de quinquênio, caracterizado pela progressão de 01 (uma) referência a cada 5 (cinco) anos de efetivo exercício das funções junto à ARIS, contados da data da posse no cargo público do consórcio.

§ 1º Para fins de aplicação deste artigo, o servidor, ao ser beneficiado pelo quinquênio, passará a ter como vencimento base o valor da referência imediatamente superior à anteriormente fixada para o cargo público ocupado, incorporando-se ao seu patrimônio jurídico.

§ 2º Fica suspensa a contagem do tempo, para fins de quinquênio, relativo ao período em que o servidor público não esteja em efetivo exercício, salvo se decorrente de acidente de trabalho, férias, licença maternidade e licença paternidade.

§ 3º Não será concedido o quinquênio nos casos em que o servidor público tenha auferido avaliação insuficiente em qualquer Avaliação Periódica de Desempenho, nos termos deste Estatuto e das normas regimentais do consórcio público, realizada durante o período de contagem do referido quinquênio.

§ 4º O quinquênio será concedido por ato do Diretor-Geral do consórcio, após analisados os requisitos fixados por este Estatuto e pelas normas regimentais para sua concessão.

Art. 49. O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho, nos termos da Constituição da República.

Art. 50. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada diária.

Art. 51. O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

Parágrafo único. Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata este artigo incidirá sobre a remuneração prevista no art. 49.

Art. 52. Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período das férias.

Parágrafo único. No caso de o servidor exercer função de direção, chefia ou assessoramento, a respectiva vantagem será considerada no cálculo do adicional de que trata este artigo.

~~Art. 53. Fica criado o Adicional por Nova Titulação, com o objetivo de incentivar a contínua atualização,~~

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1586

especialização e aperfeiçoamento do servidor, com observância dos seguintes critérios:

I – progressão de 03 (três) referências salariais no cargo público, por uma única vez, por ter concluído curso de Ensino Médio, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o cargo que ocupa;

II – progressão de 03 (três) referências salariais no cargo público, por uma única vez, por ter concluído curso de Graduação, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o cargo que ocupa;

III – progressão de 03 (três) referências salariais no cargo público, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de especialização, correlato com o cargo que ocupa;

IV – progressão de 05 (cinco) referências salariais no cargo público, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de mestrado, correlato com o cargo que ocupa; e

V – progressão de 08 (oito) referências salariais no cargo público, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de doutorado, correlato com o cargo que ocupa.

Art. 53-A. Fica criado o Adicional por Nova Titulação, com o objetivo de incentivar a contínua atualização, especialização e aperfeiçoamento do servidor, com observância dos seguintes critérios: [\(Redação dada pela Assembleia Geral em 26 de fevereiro de 2019\)](#)

I -A. progressão de 03 (três) referências salariais no cargo público, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de especialização, correlato com o cargo que ocupa; e [\(Redação dada pela Assembleia Geral em 26 de fevereiro de 2019\)](#)

II -A. progressão de 03 (três) referências salariais no cargo público, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de mestrado, correlato com o cargo que ocupa; [\(Redação dada pela Assembleia Geral em 26 de fevereiro de 2019\)](#)

§ 1º Para fins de aplicação deste artigo, somente serão considerados os títulos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), não sendo considerados títulos aqueles constantes como requisitos de habilitação para o cargo público.

§ 2º Considera-se nova titulação aquela que o servidor venha a obter em acréscimo ao nível de escolaridade para o qual prestou concurso público, que guarde afinidade com as atribuições de seu cargo e contribua significativamente para o aperfeiçoamento das tarefas desempenhadas.

§ 3º O direito ao aumento da referência salarial é devido a partir do mês seguinte à comprovação, pelo servidor público, da nova titulação auferida.

§ 4º Para fazer a análise da correlação da titulação obtida com o cargo público ocupado pelo servidor, quando for o caso, o Diretor-Geral encaminhará aos cuidados do Conselho de Administração do consórcio público, que decidirá a respeito da correlação ou não.

§ 5º Não serão considerados para fins deste artigo, sob nenhuma hipótese, os títulos já obtidos antes do ingresso no cargo público.

Art. 54. Fica criada a Premiação pelo Cumprimento de Metas, no percentual de até 50% (cinquenta por cento) do vencimento base percebido pelo servidor.

§ 1º A referida gratificação será atribuída em função do alcance, pelo servidor público, das metas de

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1587

desempenho funcional, dentro de cada período de 6 (seis) meses, consoante critérios estabelecidos em ato do Conselho de Administração do consórcio público, após aprovação pela Assembleia Geral.

§ 2º Caso alcançadas as metas e condições estabelecidas em Regimento Interno, a premiação será concedida em parcela única, devida no mês posterior à comprovação do alcance das metas fixadas, não se incorporando à remuneração do servidor público sob nenhuma circunstância.

§ 3º Poderão ser criados níveis progressivos de desempenho para fins da concessão da Premiação pelo Cumprimento de Metas, a fim de incentivar a eficiência no serviço público, sempre limitado ao percentual fixado no *caput* deste artigo.

§ 4º Não será concedida a premiação prevista neste artigo nos casos em que o servidor público tenha auferido avaliação insuficiente em Avaliação Periódica de Desempenho realizada nos últimos 12 (doze) meses, nos termos deste Estatuto e das normas regimentais.

§ 5º A premiação referida no *caput* deste artigo necessita, para sua implementação, da prévia regulamentação pelo Conselho de Administração do consórcio público.

Capítulo VI

Das Férias

Art. 55. O servidor fará jus a trinta dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.

§ 1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§ 2º É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

Art. 56. O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.

§ 1º O servidor exonerado do cargo efetivo, ou em comissão, perceberá indenização relativa ao período das férias a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo exercício, ou fração superior a quatorze dias.

§ 2º A indenização será calculada com base na remuneração do mês em que for publicado o ato exoneratório.

Art. 57. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço declarada pelo Diretor-Geral do consórcio público.

Parágrafo único. O restante do período interrompido será gozado de uma só vez.

Capítulo VII

Das Licenças

Art. 58. Conceder-se-á ao servidor licença para o serviço militar e para atividade política.

Art. 59. Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença, na forma e condições previstas

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

na legislação específica.

Parágrafo único. Concluído o serviço militar, o servidor terá até 30 (trinta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.

Art. 60. O servidor terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º O servidor candidato a cargo eletivo na localidade onde desempenha suas funções e que exerça cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito.

§ 2º A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de três meses.

Art. 61. O servidor poderá, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação *stricto sensu* em instituição de ensino superior no País.

§ 1º Ato do Diretor-Geral do consórcio público definirá, em conformidade com a legislação vigente, os programas de capacitação e os critérios para participação em programas de pós-graduação no País, com ou sem afastamento do servidor, que serão avaliados por um comitê constituído para este fim.

§ 2º Os afastamentos para realização de programas de mestrado e doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargos efetivos há pelo menos 2 (dois) anos para mestrado e 4 (quatro) anos para doutorado, excluído o período de estágio probatório.

§ 3º Os afastamentos para realização de programas de pós-doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargo efetivo no respectivo órgão ou entidade há pelo menos 6 (seis) anos, excluído o período de estágio probatório.

§ 4º Os servidores beneficiados pelos afastamentos previstos nos parágrafos anteriores deste artigo terão que permanecer no exercício de suas funções após o seu retorno por um período igual ao do afastamento concedido.

§ 5º Caso o servidor venha a solicitar exoneração do cargo ou aposentadoria, antes de cumprido o período de permanência previsto no parágrafo anterior deste artigo, deverá ressarcir o consórcio público, na forma do art. 44 deste Estatuto, dos gastos com seu aperfeiçoamento.

§ 6º Caso o servidor não obtenha o título ou grau que justificou seu afastamento no período previsto, aplica-se o disposto no parágrafo anterior deste artigo, salvo na hipótese comprovada de força maior ou de caso fortuito, a critério do dirigente máximo do órgão ou entidade.

§ 7º Aplica-se à participação em programa de pós-graduação no Exterior as mesmas regras deste artigo.

Capítulo VIII

Das Concessões

Art. 62. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:



08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1589

I - por 1 (um) dia, para doação de sangue;

II - por 2 (dois) dias, para se alistar como eleitor; III - por 3 (três) dias consecutivos em razão de: a) casamento; b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

Art. 63. Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário, respeitada a duração semanal do trabalho.

§ 2º Também será concedido horário especial ao servidor portador de deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, independentemente de compensação de horário.

§ 3º As disposições do parágrafo anterior são extensivas ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente portador de deficiência física, exigindo-se, porém, neste caso, compensação de horário na forma do inciso II do art. 30.

Capítulo IX

Do Tempo de Serviço

Art. 64. A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias.

Art. 65. Além das ausências ao serviço previstas no art. 97, são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

I - férias;

II - participação em programa de treinamento regularmente instituído ou em programa de pós-graduação *stricto sensu* no País ou exterior, conforme dispuser o regimento interno do consórcio público;

III - desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, exceto para premiação pelo cumprimento de metas;

IV - júri e outros serviços obrigatórios por lei;

V - licença:

a) à gestante, à adotante e à paternidade;

b) por motivo de acidente em serviço ou doença profissional;

c) para capacitação, conforme dispuser o regimento interno do consórcio público;

d) por convocação para o serviço militar;



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição Nº 2771

Página 1590

Capítulo X**Do Direito de Petição**

Art. 66. É assegurado ao servidor o direito de requerer ao consórcio público, em defesa de direito ou interesse legítimo.

Art. 67. O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 68. Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

Parágrafo único. O requerimento e o pedido de reconsideração de que tratam os artigos anteriores deverão ser despachados no prazo de 5 (cinco) dias e decididos dentro de 30 (trinta) dias.

Art. 69. Caberá recurso:

I - do indeferimento do pedido de reconsideração;

II - das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.

§ 2º O recurso será encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 70. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

Art. 71. O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente.

Parágrafo único. Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

Art. 72. O direito de requerer prescreve:

I - em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;

II - em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

Parágrafo único. O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.

Art. 73. O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

Art. 74. A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração.

Art. 75. Para o exercício do direito de petição, é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou a procurador por ele constituído.

Art. 76. A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1591

Art. 77. São fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos neste Capítulo, salvo motivo de força maior.

Capítulo XI

Dos Deveres dos Servidores Públicos

Art. 78. São deveres do servidor:

- I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
- II - ser leal ao consórcio público e aos entes consorciados;
- III - observar as normas legais e regulamentares;
- IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
- V - atender com presteza:
 - a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;
 - b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;
 - c) às requisições para resguardar o Poder Público.
- VI - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;
- VII - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;
- VIII - guardar sigilo sobre assunto da repartição;
- IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
- X - ser assíduo e pontual ao serviço;
- XI - tratar com urbanidade as pessoas;
- XII - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

Parágrafo único. A representação de que trata o inciso XII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representando ampla defesa.

Capítulo XII

Das Proibições aos Servidores Públicos

Art. 79. Ao servidor é proibido:

- I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;
- II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- III - recusar fé a documentos públicos;

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição Nº 2771

Página 1592

- IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
- V - promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;
- VI - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;
- VII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;
- VIII - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;
- IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
- X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;
- XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;
- XII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
- XIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;
- XIV - praticar usura sob qualquer de suas formas;
- XV - proceder de forma desidiosa;
- XVI - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;
- XVII - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;
- XVIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;
- XIX - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.

Parágrafo único. A vedação de que trata o inciso X do *caput* deste artigo não se aplica nos casos de participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que os entes consorciados detenham, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros.

Capítulo XIII

Da Acumulação de cargos, empregos e funções

Art. 80. Ressalvados os casos previstos na Constituição, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1º A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas,

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1593

empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.

§ 2º A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 3º Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

Art. 81. O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.

Art. 82. O servidor vinculado ao regime deste Estatuto, que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos.

Capítulo XIV

Das Responsabilidades dos Servidores Públicos

Art. 83. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 84. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

§ 1º Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

§ 2º A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 85. A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.

Art. 86. A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Art. 87. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 88. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Capítulo XV

Das Penalidades aos Servidores Públicos

Art. 89. São penalidades disciplinares:

I - advertência;

II - suspensão;

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1594

III - demissão;

IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

V - destituição de cargo em comissão;

VI - destituição de função comissionada.

Art. 90. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Parágrafo único. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 91. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 79, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 92. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.

§ 1º Será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

§ 2º Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Art. 93. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Parágrafo único. O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

Art. 94. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I - crime contra a administração pública;

II - abandono de cargo;

III - inassiduidade habitual;

IV - improbidade administrativa;

V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;

VI - insubordinação grave em serviço;

VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos;

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1595

IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;

X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;

XI - corrupção;

XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XIII - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 79.

Art. 95. Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, o Diretor-Geral do consórcio notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por dois servidores efetivos, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração;

II - instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório;

III - julgamento.

§ 1º A indicação da autoria de que trata o inciso I dar-se-á pelo nome e matrícula do servidor, e a materialidade pela descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal, dos órgãos ou entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico.

§ 2º A comissão lavrará, até três dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indicição em que serão transcritas as informações de que trata o parágrafo anterior, bem como promoverá a citação pessoal do servidor indiciado, ou por intermédio de sua chefia imediata, para, no prazo de cinco dias, apresentar defesa escrita, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição, observado o disposto nos arts. 125 e 126.

§ 3º Apresentada a defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre a licitude da acumulação em exame, indicará o respectivo dispositivo legal e remeterá o processo à autoridade instauradora, para julgamento.

§ 4º No prazo de cinco dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 5º A opção pelo servidor até o último dia de prazo para defesa configurará sua boa-fé, hipótese em que deverá ser trazido comprovante do requerimento de exoneração dos cargos acumulados ilegalmente.

§ 6º Caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé, aplicar-se-á a pena de demissão, destituição ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação serão comunicados.

§ 7º O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá trinta dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até quinze dias, quando as circunstâncias o exigirem.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1596

§ 8º O procedimento sumário rege-se pelas disposições deste artigo, observando-se, no que lhe for aplicável, subsidiariamente, as disposições do processo administrativo disciplinar.

Art. 96. Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.

Art. 97. A destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.

Parágrafo único. Constatada a hipótese de que trata este artigo, a exoneração efetuada nos termos do art. 25 será convertida em destituição de cargo em comissão.

Art. 98. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, nos casos dos incisos IV, VIII, X e XI do art. 94, implica a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 99. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 79, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público nos municípios consorciados, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público nos municípios consorciados o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 94, incisos I, IV, VIII, X e XI.

Art. 100. Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de trinta dias consecutivos.

Art. 101. Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

Art. 102. Na apuração de abandono de cargo ou inassiduidade habitual, também será adotado o procedimento sumário a que se refere o art. 133, observando-se especialmente que:

I - a indicação da materialidade dar-se-á:

a) na hipótese de abandono de cargo, pela indicação precisa do período de ausência intencional do servidor ao serviço superior a trinta dias;

b) no caso de inassiduidade habitual, pela indicação dos dias de falta ao serviço sem causa justificada, por período igual ou superior a sessenta dias interpoladamente, durante o período de doze meses;

II - após a apresentação da defesa a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, indicará o respectivo dispositivo legal, opinará, na hipótese de abandono de cargo, sobre a intencionalidade da ausência ao serviço superior a trinta dias e remeterá o processo à autoridade instauradora para julgamento.

Art. 103. Todas as penalidades disciplinares serão aplicadas pelo Diretor-Geral do consórcio público, salvo no caso de penalidade imputada a este, quando o Presidente do Conselho de Administração analisará, julgará e aplicará as sanções aplicáveis à espécie.

Art. 104. A ação disciplinar prescreverá:

I - em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1597

disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

II - em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§ 2º Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§ 4º Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

Capítulo XVI

Disposições Gerais do Processo Administrativo Disciplinar

Art. 105. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

Art. 106. As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

Parágrafo único. Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.

Art. 107. Da sindicância poderá resultar: I - arquivamento do processo;

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

III - instauração de processo disciplinar.

Parágrafo único. O prazo para conclusão da sindicância não excederá 45 (quarenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

Art. 108. Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

Capítulo XVII

Do Afastamento Preventivo

Art. 109. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo único. O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br

Capítulo XVIII**Do Processo Disciplinar**

Art. 110. O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

Art. 111. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores efetivos designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

§ 1º A Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros.

§ 2º Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

§ 3º No caso de não existirem servidores efetivos nas condições previstas nos §§ 1º e 2º deste artigo, a comissão poderá composta, parcialmente ou integralmente, por servidores comissionados ou pelos prefeitos municipais dos municípios consorciados.

Art. 112. A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Parágrafo único. As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado.

Art. 113. O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão;

II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório; III - julgamento.

Art. 114. O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 90 (noventa) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 1º Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

§ 2º As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 115. O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 116. Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar, como peça informativa da instrução.

Parágrafo único. Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.



08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1599

Art. 117. Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 118. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 1º O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 2º Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

Art. 119. As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

Parágrafo único. Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

Art. 120. O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 1º As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 2º Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

Art. 121. Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado, observados os procedimentos previstos nos arts. 119 e 120.

§ 1º No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 2º O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

Art. 122. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.

Parágrafo único. O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

Art. 123. Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§ 1º O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição.

§ 2º Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1600

§ 3º O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, mediante requerimento tempestivo do interessado, para diligências reputadas indispensáveis.

§ 4º No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de (2) duas testemunhas.

Art. 124. O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Art. 125. Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no órgão de publicação oficial do consórcio público e em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias a partir da última publicação do edital.

Art. 126. Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 1º A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

§ 2º Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um servidor como defensor dativo, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

§ 3º Na ausência de servidor público efetivo, nos termos do parágrafo anterior, poderá ser nomeado como defensor dativo servidor exercente de cargo em comissão.

Art. 127. Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§ 2º Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 128. O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

Art. 129. No prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

Parágrafo único. Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

Art. 130. O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

Parágrafo único. Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar servidor de responsabilidade.

Art. 131. Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1601

§ 1º O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

§ 2º A autoridade julgadora que der causa à prescrição de que trata o art. 104, § 2º, será responsabilizada na forma do Capítulo XIV.

Art. 132. Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 133. Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando trasladado na repartição.

Art. 134. O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Parágrafo único. Ocorrida a exoneração de que trata o parágrafo único, inciso I do art. 34, o ato será convertido em demissão, se for o caso.

Art. 135. Serão assegurados transporte e diárias:

I - ao servidor convocado para prestar depoimento fora da sede de sua repartição, na condição de testemunha, denunciado ou indiciado;

II - aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

Art. 136. O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º No caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

Art. 137. No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 138. A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

Art. 139. O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Presidente do consórcio público, que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido ao dirigente competente para a instauração do processo de revisão.

Parágrafo único. Deferida a petição, a autoridade competente providenciará a constituição de comissão, na forma do art. 111.

Art. 140. A revisão correrá em apenso ao processo originário.

Parágrafo único. Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

Art. 141. A comissão revisora terá 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogável por igual prazo.

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1602

Art. 142. Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

Art. 143. O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

Art. 144. Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, exceto em relação à destituição do cargo em comissão, que será convertida em exoneração.

Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

Capítulo XIX

Disposições Finais

Art. 145. As disposições estabelecidas neste Estatuto aplicam-se somente aos servidores públicos do consórcio público designado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, não se estendendo, sob nenhuma circunstância, aos servidores, empregados e demais agentes públicos dos municípios consorciados.

Art. 146. No caso da extinção do consórcio público, os servidores públicos estáveis serão aproveitados nos quadros funcionais dos entes consorciados, nos termos definidos em Assembleia Geral e na lei de extinção do consórcio público.

Art. 147. As disposições deste Estatuto integram o Protocolo de Intenções do consórcio público designado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição Nº 2771

Página 1603

ANEXOII**RELACÃO DE CARGOS PÚBLICOS CRIADOS**

Quantidade de Cargos	Denominação do Cargo	Carga Horária Semanal	Referência Salarial Inicial
01	Diretor-Geral	40 horas	100
01	Diretor de Regulação	40 horas	90
01	Diretor de Administração e Finanças	40 horas	90
01	Secretária	40 horas	20
01	Ouvidor	40 horas	80
01	Coordenador de Normatização	40 horas	80
01	Coordenador de Fiscalização	40 horas	80
01	Coordenador de Contabilidade	40 horas	80
01	Coordenador de Recursos Humanos	40 horas	80
20	Analista de Fiscalização e Regulação	40 horas	67
05	Procurador jurídico	40 horas	56
05	Contador	40 horas	40
05	Motorista	40 horas	15
35	Agente Administrativo	40 horas	20
05	Engenheiro Sanitarista	40 horas	56

DEFINIÇÃO DA HABILITAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS PÚBLICOS**CARGO:** Diretor-Geral**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:** ensino superior completo e notório conhecimento na área do saneamento básico**DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES:** promover a execução das atividades administrativas e de gestão do consórcio, além daquelas atribuições elencadas no artigo 40 do Protocolo de Intenções, inerentes à Direção Geral.**CARGO:** Diretor de Regulação**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:** ensino superior completo e notório conhecimento na área do saneamento básico**DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES:** coordenar, supervisionar e controlar a regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, além daquelas atribuições elencadas no artigo 45 do**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1604

Protocolo de Intenções, inerentes à Diretoria de Regulação.

CARGO: Diretor de Administração e Finanças

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo e notório conhecimento na área do saneamento básico

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: coordenar, supervisionar e controlar a execução de todas as atividades relativas às ações de administração e de gestão financeira e orçamentária do consórcio, além daquelas atribuições elencadas no artigo 49 do Protocolo de Intenções, inerentes à Diretoria de Regulação.

CARGO: Coordenador de Normatização

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: bacharelado em Biologia ou Engenharia Sanitária, Civil ou correlata, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: propor normas e procedimentos na área do saneamento básico, analisar e emitir pareceres, além daquelas atribuições elencadas no artigo 52 do Protocolo de Intenções, inerentes à Coordenadoria de Normatização.

CARGO: Coordenador de Fiscalização

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: bacharelado em Biologia ou Engenharia Sanitária, Civil ou correlata, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES:, coordenar e supervisionar a fiscalização dos serviços de saneamento básico, além daquelas atribuições elencadas no artigo 55 do Protocolo de Intenções, inerentes à Coordenadoria de Fiscalização.

CARGO: Coordenador de Contabilidade

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: bacharelado em Ciências Contábeis, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: coordenar e executar as atividades de controle e registros contábeis, orçamentário e patrimonial, além daquelas atribuições elencadas no artigo 58 do Protocolo de Intenções, inerentes à Coordenadoria de Contabilidade.

CARGO: Coordenador de Recursos Humanos

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1605

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: bacharelado em Ciências Contábeis, Administração ou Direito, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: planejar, gerenciar e executar as atividades de recursos humanos, executando as atividades de cadastros e registro funcionais e de elaboração da folha de pagamento, além daquelas atribuições elencadas no artigo 61 do Protocolo de Intenções, inerentes à Coordenadoria de Recursos Humanos.

CARGO: Ouvidor

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: receber e registrar reclamações e sugestões sobre os serviços de saneamento básico, dando-lhes e devido encaminhamento, além daquelas atribuições elencadas no artigo 64 do Protocolo de Intenções, inerentes à Ouvidoria.

CARGO: Analista de Fiscalização e Regulação

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: prestar apoio, fornecer suporte e desenvolver, implementar e executar, internamente ou em campo, programas, projetos, processos, sistemas, produtos e serviços para o consórcio público, de acordo com a unidade administrativa em que estiver lotado, cujas soluções implicam níveis elevados de complexidade, articulação e tecnicidade e que possam contribuir para a efetividade e sustentabilidade da regulação dos serviços de saneamento básico.

CARGO: Procurador jurídico

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: bacharelado em Direito, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: elaborar projetos de lei, pareceres, editais de licitação pública e concursos públicos, subsidiando seus órgãos e dirigentes, bem como atuar, judicialmente e extrajudicialmente, na defesa dos interesses do consórcio.

CARGO: Contador

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: bacharelado em Ciências Contábeis, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: registrar, controlar, gerenciar e administrar atos e fatos

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1606

contábeis, bem suas obrigações acessórias, elaborando demonstrações contábeis e financeiras, sempre em adequação e respeito ao orçamento do consórcio.

CARGO: Motorista

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino fundamental completo e Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida e vigente, com no mínimo 06 (seis) meses de experiência.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: dirigir e manobrar veículos e transportar pessoas, cargas ou valores; realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizar equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros, podendo, ainda, desempenhar atribuições correlatas a pedido do responsável hierárquico.

CARGO: Agente administrativo

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino médio completo.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: executar os serviços de suporte operacional nas áreas de recursos humanos, administração, contabilidade, regulação e fiscalização, devendo, para tanto, elaborar relatórios, planilhas e demais ações de expediente, bem como executar as ações requeridas pelos superiores hierárquicos.

CARGO: Engenheiro sanitaria

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: bacharelado em Engenharia Sanitária ou correlata, com registro válido e vigente do respectivo órgão de fiscalização profissional.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos referentes ao controle sanitário do ambiente, à captação e distribuição de água, ao tratamento de água, esgoto e resíduos, ao controle de poluição, à drenagem, à higiene e ao conforto de ambiente, bem como seus serviços afins e correlatos; realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas.



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição Nº 2771

Página 1607

ANEXOIII - TABELA DE REFERÊNCIA SALARIAIS (Valores atualizados pelo Decreto/Presidente nº 003/2018, de 18 de abril de 2018)

Referência	Valor R\$				
		42	R\$ 4.567,75	84	R\$ 10.690,76
1	R\$ 740,70	43	R\$ 4.689,93	85	R\$ 10.858,92
2	R\$ 804,41	44	R\$ 4.813,34	86	R\$ 11.028,01
3	R\$ 869,72	45	R\$ 4.938,01	87	R\$ 11.198,01
4	R\$ 936,58	46	R\$ 5.063,93	88	R\$ 11.368,92
5	R\$ 1.005,03	47	R\$ 5.191,09	89	R\$ 11.540,73
6	R\$ 1.075,04	48	R\$ 5.319,47	90	R\$ 11.713,43
7	R\$ 1.146,61	49	R\$ 5.449,07	91	R\$ 11.887,02
8	R\$ 1.219,70	50	R\$ 5.579,87	92	R\$ 12.061,47
9	R\$ 1.294,34	51	R\$ 5.711,89	93	R\$ 12.236,81
10	R\$ 1.370,52	52	R\$ 5.845,09	94	R\$ 12.413,00
11	R\$ 1.448,22	53	R\$ 5.979,47	95	R\$ 12.590,04
12	R\$ 1.527,41	54	R\$ 6.115,05	96	R\$ 12.767,91
13	R\$ 1.608,12	55	R\$ 6.251,79	97	R\$ 12.946,64
14	R\$ 1.690,33	56	R\$ 6.389,69	98	R\$ 13.126,18
15	R\$ 1.774,03	57	R\$ 6.528,75	99	R\$ 13.306,57
16	R\$ 1.859,21	58	R\$ 6.668,95	100	R\$ 13.487,74
17	R\$ 1.945,87	59	R\$ 6.810,29	101	R\$ 13.669,73
18	R\$ 2.033,99	60	R\$ 6.952,78	102	R\$ 13.852,51
19	R\$ 2.123,57	61	R\$ 7.096,38	103	R\$ 14.036,09
20	R\$ 2.214,59	62	R\$ 7.241,09	104	R\$ 14.220,43
21	R\$ 2.307,06	63	R\$ 7.386,92	105	R\$ 14.405,55
22	R\$ 2.400,95	64	R\$ 7.533,83	106	R\$ 14.591,46
23	R\$ 2.496,29	65	R\$ 7.681,83	107	R\$ 14.778,11
24	R\$ 2.593,03	66	R\$ 7.830,93	108	R\$ 14.965,49
25	R\$ 2.691,18	67	R\$ 7.981,11	109	R\$ 15.153,63
26	R\$ 2.790,74	68	R\$ 8.132,34	110	R\$ 15.342,49
27	R\$ 2.891,69	69	R\$ 8.284,63	111	R\$ 15.532,10
28	R\$ 2.994,02	70	R\$ 8.437,98	112	R\$ 15.722,40
29	R\$ 3.097,73	71	R\$ 8.592,38	113	R\$ 15.913,41
30	R\$ 3.202,80	72	R\$ 8.747,79	114	R\$ 16.105,13
31	R\$ 3.309,26	73	R\$ 8.904,25	115	R\$ 16.297,55
32	R\$ 3.417,06	74	R\$ 9.061,72	116	R\$ 16.490,64
33	R\$ 3.526,19	75	R\$ 9.220,22	117	R\$ 16.684,41
34	R\$ 3.636,67	76	R\$ 9.379,70	118	R\$ 16.878,85
35	R\$ 3.748,51	77	R\$ 9.540,17	119	R\$ 17.073,97
36	R\$ 3.861,63	78	R\$ 9.701,65	120	R\$ 17.269,72
37	R\$ 3.976,08	79	R\$ 9.864,10	121	R\$ 17.466,12
38	R\$ 4.091,84	80	R\$ 10.027,52	122	R\$ 17.663,16
39	R\$ 4.208,90	81	R\$ 10.191,91	123	R\$ 17.860,84
40	R\$ 4.327,23	82	R\$ 10.357,25	124	R\$ 18.059,12
41	R\$ 4.446,86	83	R\$ 10.523,55	125	R\$ 18.258,02

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1608

ANEXO IV
RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS QUE ADEREM AO PROTOCOLO DE INTENÇÕES

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

Srª. Nelci Fátima Trento Bortolini
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ

Sr. Adilson Zeni
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Sr. Marino Daga
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS

Sr. Pedro Francisco Garcia
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

Sr. Nivaldo Wessler
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Sr. Sérgio Luiz Schmitz
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ANCHIETA

Sr. Antônio Luiz Mariani
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ANGELINA

Sr. Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

Sr. Roberto Marin
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS

Sr. Saulo Weiss
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

Sr. Geraldo Pauli
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE APIÚNA

Sr. Jamir Marcelo Schmidt
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ARABUTÁ

Sr. Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito Municipal

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1609

MUNICÍPIO DE ARAQUARI

Sr. João Pedro Woitexem
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ

Sr. Mariano Mazzuco Neto
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ARMAZÉM

Sr. Jaime Wensing
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

Sr. Claudio Spricigo
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ARVOREDO

Sr. Neuri Meneguzzi
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ASCURRA

Sr. Moacir Polidoro
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ATALANTA

Sr. Braz Bilck
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE AURORA

Sr. Alfonso Maria Souza
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

Sr. Evandro Scaini
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL

Sr. Antonio Rodrigues
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Sr. Edson Renato Dias
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

Sr. João Alberto Bonamigo
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Sr. Umberto Luiz Teixeira
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE

Sr. Celso Biegelmeier
Prefeito Municipal

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição Nº 2771

Página 1610

MUNICÍPIO DE BARRA BONITA

Sr. Pedro Rodrigues da Silva
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BARRA VELHA

Sr. Samir Mattar
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

Sr. Adelmo Alberti
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BELMONTE

Sr. Mauri Scaranti
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

Sr. Laurino Dalke
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

Sr. José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

Sr. João Paulo Kleinubing
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BOCAINA DO SUL

Srª. Marta Regina Goss
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA

Sr. Rivaldo Antonio Macari
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Sr. Clovis Fernandes de Souza
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

Sr. Sergio Luiz Persch
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BOM RETIRO

Sr. José Antônio de Melo
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BOMBINHAS

Sr. Manoel Márcilio dos Santos
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

Sr. Zenor Franscico Sgrott
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE

Sr. Evanísio Uliano (eleito em 1º/03/2009)
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1611

Sr. Vilberto Muller Schovinder
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Sr. Volcir Canuto
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

Sr. Paulo Roberto Eccel
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Sr. Saulo Sperotto
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CAIBI

Sr. Adilar Carlesso
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CALMON

Sr. Alcides Francisco Boff
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Srª. Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

Sr. Vilmar Grosskopf
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CAMPO BELO DO SUL

Sr. Firmino Aderbal Chaves Branco
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

Sr. Odilson Vicente de Lima
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

Sr. Vilibaldo Erich Schmid
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CANELINHA

Sr. Antonio da Silva
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Sr. Leoberto Weinert
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO

Sr. Antonio Coelho Lopes Júnior
Prefeito Municipal

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1612

MUNICÍPIO DE CAPINZAL

Sr. Leonir Boaretto
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CAPIVARI DE BAIXO

Sr. Luiz Carlos Brunel Alves
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Srª. Gisa Aparecida Giacomini
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

Sr. Vilmar Foppa
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS

Sr. José Alciomar de Matia
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO

Sr. Janerson José Delfes Furtado
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

Sr. José Bráulio Inácio
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Sr. João Rodrigues
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

Sr. Nilso Bortolatto
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Sr. João Girardi
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Sr. Ribamar Alexandre Assonali
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Sr. Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS

Sr. Darci Cabral de Medeiros
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

Sr. Vanio Forster
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Sr. Luiz Carlos Tamanini
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CRICIÚMA**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1613

Sr. Clésio Salvaro
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Sr. Euri Ernani Jung
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ

Sr. Erno Menzel
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS

Sr. Wanderley Teodoro Agostini
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DESCANSO

Sr. Sadi Inacio Bonamigo
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Sr. Altair Cardoso Rittes
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DONA EMMA

Srª. Edna Beltrame Gesser
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO

Sr. Hartwig Persuhn
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS

Sr. Narcizo Biasi
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ERMO

Sr. Marcos Leone Oliveira
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

Srª. Lenita Dadalt Fontana
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Sr. Flavio Bruno Boff
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO

Sr. Rogério Perin
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Sr. Dário Elias Berger
Prefeito Municipal

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1614

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

Sr. Jorge Antonio Comunello
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

Sr. Vanderlei Alexandre
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Sr. Nelmar Pinz
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

Srª. Ivonete Zager Felisbino
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE GALVÃO

Sr. Atidor Gonçalves da Rocha
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GAROPABA

Sr. Luís Carlos Luiz
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GARUVA

Sr. João Romão
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GASPAR

Sr. Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Sr. Anísio Anatólio Soares
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ

Sr. Valdir Dacorégio
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GRAVATAL

Sr. Rudinei Carlos do Amaral Fernandes
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GUABIRUBA

Sr. Orides Kormann
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GUARACIABA

Sr. Ademir Jose Zimmermann
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM

Sr. Evaldo João Junckes
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL

Sr. Celso Natalino Taube
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GUATAMBU**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1615

Sr. Pedro Borsoi
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Sr. Nelson Guindani
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IBIAM

Sr. Nelson Mario Grassi
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Sr. Ari Ferrari
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IBIRAMA

Sr. Dullio Gehrke
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IÇARA

Sr. Gentil Dory da Luz
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ILHOTA

Sr. Ademar Felisky
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

Sr. Amarildo Matos de Souza
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IMBITUBA

Sr. José Roberto Martins
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IMBUÍ

Sr. Antônio Oscar Laurindo
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Sr. Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Sr. Antoninho Baldissera
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IPIRA

Sr. Francisco Maximino Machado de Aguiar
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE

Sr. Adélio Marx
Prefeito Municipal

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1616

MUNICÍPIO DE IPUAÇU

Sr. Denilso Casal
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Sr. Valdir Zanella
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IRACEMINHA

Sr. Avelino da Costa
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IRANI

Srª. Adelaide Salvador
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE IRATI

Sr. Antonio Grando
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

Sr. Wanderlei Lezan
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITÁ

Sr. Egídio Luiz Gritti
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS

Sr. Helio César Wendt
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

Sr. Jandir Bellini
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITAPEMA

Sr. Sabino Bussanello
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Sr. Vunibaldo Rech
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

Sr. Ervino Sperandio
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

Sr. Osni Francisco de Fragas
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JABORA

Sr. Luiz Nora
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO

Sr. Antonio João de Faveri
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JAGUARUNA**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1617

Sr. Inimar Felisbino Duarte
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

Srª. Cecília Konell
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS

Sr. Dorildo Pegorini
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Sr. Rafael Laske
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JOINVILLE

Sr. Carlito Merss
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX

Sr. José Luiz Lopes
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JUPIÁ

Sr. Adilson Verza
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

Sr. Hilario Chiamolera
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LAGES

Sr. Renato Nunes de Oliveira
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LAGUNA

Sr. Célio Antônio
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

Sr. Zeno Jairo Zmijevski
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LAURENTINO

Sr. Valdemiro Avi
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER

Sr. Hélio Luiz Bunn
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Sr. Ludovino Labas
Prefeito Municipal

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1618

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Srª. Tatiane Dutra Alves da Cunha
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Sr. Adierison Carlos Bussolaro
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LONTRAS

Srª. Martina Zucatelli
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE LUÍS ALVES

Sr. Viland Bork
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LUZERNA

Sr. Norival Fiorin
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MACIEIRA

Sr. Emerson Zanella
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MAFRA

Sr. João Alfredo Herbst
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MAJOR GERCINO

Sr. Zelasio Angelo Dell Agnolo
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA

Sr. Israel Kiem
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

Sr. Antônio Carlos de Oliveira
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Sr. Orli Genir Berger
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MAREMA

Sr. Jose Antonio Marchetti
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

Sr. Mário Fernando Reinke
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

Sr. Darcy Batista Bendlin
Prefeito Municipal

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1619

MUNICÍPIO DE MELEIRO

Sr. Jonnei Zanette
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE

Srª. Maria Luiza Kestring Liebsch
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE MODELO

Sr. Imílio Ávila
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MONDAI

Sr. Lenoir da Rocha
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

Sr. Antoninho Tibúrcio Gonçalves
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

Sr. Aldomir Roskamp
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

Sr. Baltazar Pellegrin
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE

Sr. Enio Zuchinali
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Sr. Roberto Carlos de Souza
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM

Sr. Volmir Pirovano
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA

Sr. Antonio Domingos Ferrarini
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

Sr. Orivan Jarbas Orsi
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA

Sr. Rogério José Frigo
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

Sr. Santos Zilli
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ORLEANS

Sr. Jacinto Redivo
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1620

Sr. Denilson Luiz Padilha
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE OURO VERDE

Sr. Sadi de Oliveira da Luz
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE OURO

Sr. Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PAIAL

Sr. Aldair Antônio Rigo
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PAINEL

Sr. José Belizario Borges de Andrade
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

Sr. Ronerio Heiderscheidt
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PALMA SOLA

Sr. Claudiomar Crestani
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PALMEIRA

Sr. Osni Francisco de Sousa
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PALMITOS

Sr. Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Sr. Luiz Henrique Saliba
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PARAÍSO

Sr. Erni Giacomini
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES

Sr. Newton Bitencourt da Silva
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

Sr. Osmar Tozzo
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Sr. Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1621

MUNICÍPIO DE PEDRAS GRANDES

Sr. Antonio Felipe Sobrinho
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PENHA

Sr. Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PERITIBA

Sr. Tarcísio Reinaldo Bervian
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

Sr. Erimar Jose Senen
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PINHALZINHO

Sr. Fabiano da Luz
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

Sr. Euzebio Calisto Vieceli
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PIRATUBA

Sr. Adélio Spanholi
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

Sr. Edgar Rohrbeck
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE POMERODE

Sr. Paulo Mauricio Pizzolatti
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PONTE ALTA

Sr. Luiz Paulo Farias
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE

Sr. Rubens Bernardo Schmidt
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

Sr. Antoninho Rossi
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

Sr. Albert Stadler
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Sr. Renato Stasiak
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

Sr. Jocelino Amancio
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1622

Sr. Valcir Daros
Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELO
BRANCO**

Sr. Cláudio Sartori
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

Sr. Nilson Francisco Stainsack
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Sr. Eudegar José Back
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PRINCESA

Sr. Edgar Eloi Lamberty
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE QUILOMBO

Sr. Lenoir Bigolin
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO

Sr. Merio Cesar Goedert
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

Sr. Leonel Sabadin
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO

Sr. Antonio Pereira
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE

Sr. Odenir Felizari
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

Sr. Milton Hobus
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

Sr. Fernando Tomaselli
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

Sr. Silvio Heidemann
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO

Sr. Osni Jose Schroeder
Prefeito Municipal

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1623

MUNICÍPIO DE RIO RUFINO

Sr. Carlos Oselame
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIQUEZA

Sr. Renaldo Mueller
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RODEIO

Sr. Carlos Alberto Pegoretti
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA

Sr. Reni Antonio Villa
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SALETE

Sr. Juarez de Andrade
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SALTINHO

Sr. Deonir Luiz Ferronato
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

Sr. Pedrinho Ansiliero
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SANGÃO

Sr. Antônio Mauro Eduardo
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

Sr. João Rodoger de Medeiros
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

Sr. Gilberto Giordano
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA

Sr. Celso Heidemann
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

Sr^a. Geci Geltrudes de Oliveira Casagrande
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

Sr. Genir Antonio Junckes
Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO
PROGRESSO**

Sr. Itacir Detofol
Prefeito Municipal

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1624

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

Sr. Luis Ferdinando Pacazza
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Sr. Edesio Justen
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Sr. Magno Bollmann
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

Sr. Waldir Antonio Walker
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO

Sr. Laurino Peters
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

Sr. Elio Pedro Hoss Godoy
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL

Sr. Jaime Cesca
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

Sr. Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Sr. Luis Roberto de Oliveira
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA

Sr. Aderbal Manoel dos Santos
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ

Sr. Valdir Corrêa
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

Sr. Sérgio Luís Theisen
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

Sr. Alex Sandro Pereira Bianchin
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM

Sr. José Nerito de Souza
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição Nº 2771

Página 1625

Sr. Djalma Vando Berger
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

Sr. Renato Broetto
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO

Sr. Jose Maria de Oliveira Branco
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

Sr. Tomé Francisco Etges
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO

Sr. Ademir Gesing
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO

Srª. Leonete Back Loffi
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Sr. Milton Luis Muller
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Sr. Nelson Foss da Silva
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Sr. Ernei José Stahelin
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SAUDADES

Sr. Antonio Ulsenheimer
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Sr. Felipe Voigt
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SEARA

Srª. Laci Grigolo
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Sr. Claudinei Senhor
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Sr. Douglas Gleen Warmling
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

Sr. José Antônio Tiscoski da Silva
Prefeito Municipal

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição Nº 2771

Página 1626

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

Sr. Jobert Peruzzo
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TAIÓ

Sr. Horst Gerhard Purnhagen
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TANGARÁ

Sr. Robens Rech
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

Sr. Rudimar Francisco Guth
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TIJUCAS

Sr. Elms Mannrich
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

Sr. Valdir Savi Sobrinho
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Sr. Laércio Demerval Schuster Junior
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

Sr. Valdir Cardoso dos Santos
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

Sr. Eloi Jose Quege
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TREVISÓ

Sr. João Reus Rossi
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO

Sr. Arilton Francisconi Candido
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Sr. Romeu Luiz Rabuski
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL

Sr. Silvio Venturi
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TUBARÃO

Sr. Manoel Antonio Bertoncini Silva
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

Sr. Enoi Scherer
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TURVO

Sr. Ronaldo Carlessi
Prefeito Municipal

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

08/03/2019 (Sexta-feira)

DOM/SC - Edição N° 2771

Página 1627

MUNICÍPIO DE UNIAO DO OESTE

Sr. Everaldo Luis Casonatto
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE URUBICI

Sr. Adilson Jorge Costa
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE URUPEMA

Sr. Amarildo Luiz Gaio
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Sr. Luiz Carlos Zen
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Sr. Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE VARGEM

Sr. Nelson Gasperim Junior
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

Sr. Jairo Casara
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS

Sr. Nabor Jose Schmitz
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Sr. Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Sr. Ivanor Boing
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE WITMARSUM

Sr. Fridolino Nitz
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE XANXERÊ

Sr. Bruno Linhares Bortoluzzi
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Sr. Ari Parisotto
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE XAXIM

Sr. Gilson Luiz Vicenzi
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ZORTEA

Sr. Paulo Jose Franceski
Prefeito Municipal

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTEwww.diariomunicipal.sc.gov.br

Alto Bela Vista

PREFEITURA

ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO PR34/2020

Publicação N° 2525370



Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista

Rua do Comércio, 1015 - Centro - 89.730-000 - Alto Bela Vista/ SC
 CNPJ: 01.614.374/0001-60 Fone: (49) 3455-9022 prefeitura@altobelavista.sc.gov.br
<http://www.altobelavista.sc.gov.br>

Chave de Autenticação Digital
 1699-5520-133

Página
 1 / 3

Licitações Adjudicadas

Licitação: PR34/2020		Modalidade: Pregão		Julgamento: Por Item		Registro de preço: Sim		Controla quantidade: Sim	
Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de mangueiras e terminais a serem utilizados em manutenções e reparos das máquinas e equipamentos da frota municipal.		Fornecedor: 2119 - MECÂNICA MARCIAL LTDA - ME		CPF/CNPJ: 74.196.056/0001-08		Valor total (R\$):		Valor total (R\$):	
Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un.	Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Valor total (R\$)	Valor total (R\$)
16/06/2020	7	9386 - Mangueira hidráulica 4 tramas de aço 4SP até 5000 PSI 1/2"	M		30,00000	52,50000	1.575,00	130.497,90	1.575,00
16/06/2020	8	9389 - Mangueira hidráulica 4 tramas de aço 4SP até 5000 PSI 5/8"	M		30,00000	75,80000	2.274,00		2.274,00
16/06/2020	9	9388 - Mangueira hidráulica 4 tramas de aço 4SP até 5000 PSI 3/4"	M		50,00000	91,70000	4.585,00		4.585,00
16/06/2020	10	9387 - Mangueira hidráulica 4 tramas de aço 4SP até 5000 PSI 1"	M		40,00000	93,90000	3.756,00		3.756,00
16/06/2020	11	9391 - Mangueira hidráulica 4 tramas de aço R15 até 6000 PSI 5/8"	M		40,00000	154,90000	6.196,00		6.196,00
16/06/2020	12	9390 - Mangueira hidráulica 4 tramas de aço R15 até 6000 PSI 3/4"	M		40,00000	91,70000	3.668,00		3.668,00
16/06/2020	13	9392 - Mangueira hidráulica 4 tramas de aço R15 até 6000 PSI Flex 1"	M		30,00000	219,00000	6.570,00		6.570,00
16/06/2020	14	14892 - Terminal com capa FJ 16-12-2 tramas	UN		20,00000	48,30000	966,00		966,00
16/06/2020	15	14893 - Terminal com capa FJ 16-16 2 tramas	UN		20,00000	44,04000	880,80		880,80
16/06/2020	16	14903 - Terminal com capa FJ 45° 6-4 2 tramas	UN		10,00000	18,00000	180,00		180,00
16/06/2020	17	14905 - Terminal com capa FJ 45° 8-6 2 tramas	UN		10,00000	22,00000	220,00		220,00
16/06/2020	18	14906 - Terminal com capa FJ 45° 8-8 2 tramas	UN		10,00000	24,20000	242,00		242,00
16/06/2020	19	14897 - Terminal com capa FJ 45° 10-8 2 tramas	UN		10,00000	25,90000	259,00		259,00
16/06/2020	20	14896 - Terminal com capa FJ 45° 10-10 2 tramas	UN		10,00000	28,35000	283,50		283,50
16/06/2020	21	14898 - Terminal com capa FJ 45° 12-10 2 tramas	UN		10,00000	39,00000	390,00		390,00
16/06/2020	22	14899 - Terminal com capa FJ 45° 12-12 2 tramas	UN		10,00000	36,65000	366,50		366,50
16/06/2020	23	14901 - Terminal com capa FJ 45° 16-16 2 tramas	UN		20,00000	62,78000	1.255,60		1.255,60
16/06/2020	24	14931 - Terminal com capa FJ 90° 8-6 2 tramas	UN		10,00000	23,20000	232,00		232,00
16/06/2020	25	14922 - Terminal com capa FJ 90° 12-12 2 tramas	UN		10,00000	36,93000	369,30		369,30
16/06/2020	26	14924 - Terminal com capa FJ 90° 16-12 2 tramas	UN		20,00000	56,69000	1.133,80		1.133,80
16/06/2020	27	14926 - Terminal com capa FJ 90° 16-16 2 tramas	UN		30,00000	65,08000	1.952,40		1.952,40
16/06/2020	28	14955 - Terminal com capa FI 90° 16-12 2 tramas	UN		20,00000	61,35000	1.227,00		1.227,00
16/06/2020	29	14958 - Terminal com capa FI 90° 16-16 2 tramas	UN		30,00000	68,31000	2.049,30		2.049,30
16/06/2020	30	14950 - Terminal com capa FI 45° 16-16 2 tramas	UN		50,00000	66,90000	3.345,00		3.345,00
16/06/2020	31	15019 - Terminal com capa MN 8-6 2 tramas	UN		10,00000	15,95000	159,50		159,50
16/06/2020	32	15014 - Terminal com capa MJ 4-4 2 tramas	UN		10,00000	11,25000	112,50		112,50
16/06/2020	33	15013 - Terminal com capa MJ 16-16 2 tramas	UN		10,00000	47,50000	475,00		475,00
16/06/2020	34	14887 - Terminal com capa FJ 12-10 4 tramas	UN		10,00000	27,78000	277,80		277,80

16/06/2020	35	14868 - Terminal com capa FJ 12-12 4 tramas	UN	10,00000	34,05000	340,50
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	36	14890 - Terminal com capa FJ 16 - 12 4 tramas	UN	10,00000	59,70000	597,00
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	37	14891 - Terminal com capa FJ 16 - 16 4 tramas	UN	10,00000	50,46000	504,60
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	38	14907 - Terminal com capa FJ 45° 10-10 4 tramas	UN	10,00000	30,65000	306,50
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	39	14908 - Terminal com capa FJ 45° 12-10 4 tramas	UN	10,00000	41,30000	413,00
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	40	14909 - Terminal com capa FJ 45° 12-12 4 tramas	UN	10,00000	44,87000	448,70
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	41	14918 - Terminal com capa FJ 90° 10-10 4 tramas	UN	15,00000	30,51000	457,65
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	42	14921 - Terminal com capa FJ 90° 12-10 4 tramas	UN	15,00000	38,95000	584,25
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	43	14923 - Terminal com capa FJ 90° 12-12 4 tramas	UN	10,00000	45,15000	451,50
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	44	14925 - Terminal com capa FJ 90° 16-12 4 tramas	UN	40,00000	64,91000	2.596,40
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	45	14927 - Terminal com capa FJ 90° 16-16 4 tramas	UN	30,00000	71,50000	2.145,00
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	46	14869 - Terminal com capa FB 10-10 4 tramas	UN	20,00000	26,85000	537,00
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	47	14871 - Terminal com capa FB 12-12 4 tramas	UN	10,00000	36,05000	360,50
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	48	14877 - Terminal com capa FB 90° 10-10 4 tramas	UN	20,00000	31,87000	637,40
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	49	14881 - Terminal com capa FB 90° 12-12 4 tramas	UN	15,00000	46,70000	700,50
		Marca: IMPORTADO				



Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista

Rua do Comércio, 1015 - Centro - 89.730-000 - Alto Bela Vista/ SC
 CNPJ: 01.614.374/0001-60 Fone: (49) 3455-9022 prefeitura@altobelavista.sc.gov.br
<http://www.altobelavista.sc.gov.br>



Chave de Autenticação Digital
 1699-5520-133

Página
 2 / 3

Licitações Adjudicadas

16/06/2020	50	14872 - Terminal com capa FB 4-4 2 tramas	UN	10,00000	15,90000	159,00
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	51	14880 - Terminal com capa FB 90° 8-8 2 tramas	UN	30,00000	23,97000	719,10
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	52	14878 - Terminal com capa FB 90° 12-12 2 tramas	UN	10,00000	38,48000	384,80
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	53	14989 - Terminal com capa FSP 6-4 2 tramas	UN	20,00000	15,93000	318,60
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	54	14990 - Terminal com capa FSP 6-6 2 tramas	UN	15,00000	17,15000	257,25
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	55	14991 - Terminal com capa FSP 8-6 2 tramas	UN	15,00000	18,05000	270,75
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	56	14961 - Terminal com capa FSP 10-10 2 tramas	UN	15,00000	25,60000	384,00
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	57	14966 - Terminal com capa FSP 12-12 2 tramas	UN	10,00000	31,43000	314,30
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	58	14968 - Terminal com capa FSP 16-12 2 tramas	UN	10,00000	46,20000	462,00
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	59	14984 - Terminal com capa FSP 45° 4-4 2 tramas	UN	10,00000	15,80000	158,00
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	60	14987 - Terminal com capa FSP 45° 8-6 2 tramas	UN	10,00000	23,20000	232,00
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	61	14975 - Terminal com capa FSP 45° 10-8 2 tramas	UN	30,00000	33,30000	999,00
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	62	14978 - Terminal com capa FSP 45° 12-12 2 tramas	UN	10,00000	44,08000	440,80
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	63	14980 - Terminal com capa FSP 45° 16-12 2 tramas	UN	20,00000	75,16000	1.503,20
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	64	14982 - Terminal com capa FSP 45° 16-16 2 tramas	UN	30,00000	83,68000	2.510,40
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	65	15005 - Terminal com capa FSP 90° 6-4 2 tramas	UN	10,00000	17,97000	179,70
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	66	15006 - Terminal com capa FSP 90° 6-6 2 tramas	UN	10,00000	19,73000	197,30
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	67	15008 - Terminal com capa FSP 90° 8-8 2 tramas	UN	30,00000	22,87000	686,10
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	68	14935 - Terminal com capa FL 12-12 2 tramas	UN	15,00000	33,11000	496,65
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	69	14944 - Terminal com capa FL 45° 12-12 2 tramas	UN	15,00000	55,50000	832,50
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	70	14953 - Terminal com capa FL 90° 12-12 2 tramas Terminal com capa FL 45° 12-12 2 tramas	UN	10,00000	40,25000	402,50
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	71	14938 - Terminal com capa FL 16-12 2 tramas	UN	10,00000	42,63000	426,30
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	72	14962 - Terminal com capa FSP 10-10 4 tramas	UN	10,00000	27,90000	279,00
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	73	14965 - Terminal com capa FSP 12-10 4 tramas	UN	10,00000	39,26000	392,60
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	74	14967 - Terminal com capa FSP 12-12 4 tramas	UN	10,00000	39,65000	396,50
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	75	14969 - Terminal com capa FSP 16-12 4 tramas	UN	30,00000	54,40000	1.632,00
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	76	14971 - Terminal com capa FSP 16-16 4 tramas	UN	30,00000	55,20000	1.656,00
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	77	14974 - Terminal com capa FSP 45° 10-10 4 tramas	UN	15,00000	35,25000	528,75
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	78	14977 - Terminal com capa FSP 45° 12-10 4 tramas	UN	30,00000	59,40000	1.782,00
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	79	14979 - Terminal com capa FSP 45° 12-12 4 tramas	UN	15,00000	52,30000	784,50
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	80	14994 - Terminal com capa FSP 90° 10-10 4 tramas	UN	15,00000	37,38000	560,70
		Marcas: IMPORTADO				
16/06/2020	81	14997 - Terminal com capa FSP 90° 12-10 4 tramas	UN	15,00000	41,30000	619,50
		Marcas: IMPORTADO				

16/06/2020	82	14954 - Terminal com capa FL 90° 12-12 4 tramas	UN	15,00000	51,74000	776,10
Marcas: IMPORTADO						
16/06/2020	83	14956 - Terminal com capa FL 90° 16-12 4 tramas	UN	40,00000	90,80000	3.632,00
Marcas: IMPORTADO						
16/06/2020	84	15003 - Terminal com capa FSP 90° 16-16 4 tramas	UN	40,00000	80,93000	3.237,20
Marcas: IMPORTADO						
16/06/2020	85	14945 - Terminal com capa FL 45° 12-12 4 tramas	UN	40,00000	66,05000	2.642,00
Marcas: IMPORTADO						
16/06/2020	86	14939 - Terminal com capa FL 16-12 4 tramas	UN	30,00000	50,85000	1.525,50
Marcas: IMPORTADO						
16/06/2020	87	14948 - Terminal com capa FL 45° 16-12 4 tramas	UN	20,00000	70,10000	1.402,00
Marcas: IMPORTADO						
16/06/2020	88	14942 - Terminal com capa FL 16-16 4 tramas	UN	20,00000	58,99000	1.179,80
Marcas: IMPORTADO						
16/06/2020	89	14951 - Terminal com capa FL 45° 16-16 4 tramas	UN	20,00000	73,32000	1.466,40
Marcas: IMPORTADO						
16/06/2020	90	14902 - Terminal com capa FJ 45° 4-4 2 tramas	UN	15,00000	15,00000	225,00
Marcas: IMPORTADO						
16/06/2020	91	14904 - Terminal com capa FJ 45° 6-6 2 tramas	UN	15,00000	19,00000	285,00
Marcas: IMPORTADO						
16/06/2020	92	14946 - Terminal com capa FI 45° 12-12 6000 psi	UN	40,00000	75,23000	3.009,20
Marcas: IMPORTADO						
16/06/2020	93	14949 - Terminal com capa FI 45° 16-12 6000 psi	UN	40,00000	105,51000	4.220,40
Marcas: IMPORTADO						
16/06/2020	94	14940 - Terminal com capa FI 16-12 6000 psi	UN	40,00000	61,69000	2.467,60
Marcas: IMPORTADO						
16/06/2020	95	14957 - Terminal com capa FI 90° 16-12 6000 psi	UN	30,00000	104,40000	3.132,00
Marcas: IMPORTADO						
16/06/2020	97	14952 - Terminal com capa FI 45° 16-16 6000 psi	UN	20,00000	112,06000	2.241,20
Marcas: IMPORTADO						



Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista

Rua do Comércio, 1015 - Centro - 89.730-000 - Alto Bela Vista/ SC
 CNPJ: 01.614.374/0001-60 Fone: (49) 3455-9022 prefeitura@altobelavista.sc.gov.br
<http://www.altobelavista.sc.gov.br>



Chave de Autenticação Digital
 1699-5520-133

Página
 3 / 3

Licitações Adjudicadas

16/06/2020	98	14960 - Terminal com capa FJ 90º 16-16 6000 psi	UN	40,00000	68,96000	2.758,40
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	99	14889 - Terminal com capa FJ 12-12 6000 psi	UN	20,00000	25,93000	518,60
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	100	14894 - Terminal com capa FJ 16-16 6000 psi	UN	20,00000	44,04000	880,80
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	101	14910 - Terminal com capa FJ 45º 12-12 6000 psi	UN	10,00000	36,25000	362,50
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	102	14933 - Terminal com capa FJ 45º 16-16 6000 psi	UN	40,00000	62,78000	2.511,20
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	103	14882 - Terminal com capa FJ 90º 12-12 6000 psi	UN	15,00000	36,93000	553,95
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	104	14883 - Terminal com capa FJ 90º 16-16 6000 psi	UN	40,00000	65,08000	2.603,20
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	105	15020 - Terminal com capa MN 8-8 2 tramas	UN	15,00000	17,35000	260,25
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	106	15018 - Terminal com capa MN 12-12 2 tramas	UN	10,00000	28,45000	284,50
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	107	14912 - Terminal com capa FJ 45º 16-16 4 tramas	UN	20,00000	62,78000	1.255,60
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	108	14875 - Terminal com capa FB 6-6 2 tramas	UN	10,00000	17,18000	171,80
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	109	14876 - Terminal com capa FB 8-8 2 tramas	UN	10,00000	19,66000	196,60
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	110	15021 - Terminal com capa FB 10-10 2 tramas	UN	10,00000	24,55000	245,50
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	111	14870 - Terminal com capa FB 12-12 2 tramas	UN	15,00000	27,83000	417,45
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	112	14873 - Terminal com capa FB 45º 6-6 2 tramas	UN	10,00000	23,00000	230,00
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	113	14874 - Terminal com capa FB 45º 8-8 2 tramas	UN	10,00000	28,35000	283,50
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	114	14867 - Terminal com capa FB 90º 6-6 2 tramas	UN	10,00000	20,90000	209,00
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	115	15022 - Terminal com capa FB 90º 10-10 2 tramas	UN	15,00000	29,57000	443,55
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	116	14972 - Terminal com capa FSP 4-4 2 tramas	UN	10,00000	16,15000	161,50
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	117	14992 - Terminal com capa FSP 8-8 2 tramas	UN	10,00000	19,62000	196,20
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	118	14963 - Terminal com capa FSP 10-8 2 tramas	UN	10,00000	23,64000	236,40
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	119	14964 - Terminal com capa FSP 12-10 2 tramas	UN	10,00000	36,96000	369,60
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	120	14970 - Terminal com capa FSP 16-16 2 tramas	UN	10,00000	48,78000	487,80
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	121	14985 - Terminal com capa FSP 45º 6-4 2 tramas	UN	10,00000	17,60000	176,00
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	122	14986 - Terminal com capa FSP 45º 6-6 2 tramas	UN	10,00000	20,90000	209,00
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	123	14988 - Terminal com capa FSP 45º 8-8 2 tramas	UN	10,00000	22,69000	226,90
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	124	14973 - Terminal com capa FSP 45º 10-10 2 tramas	UN	10,00000	32,95000	329,50
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	125	14976 - Terminal com capa FSP 45º 12-10 2 tramas	UN	10,00000	58,65000	586,50
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	126	15004 - Terminal com capa FSP 90º 4-4 2 tramas	UN	10,00000	15,40000	154,00
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	127	15007 - Terminal com capa FSP 90º 8-6 2 tramas	UN	10,00000	22,25000	222,50
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	128	14995 - Terminal com capa FSP 90º 10-8 2 tramas	UN	10,00000	34,75000	347,50
		Marca: IMPORTADO				
16/06/2020	129	14993 - Terminal com capa FSP 90º 10-10 2 tramas	UN	10,00000	33,38000	333,80
		Marca: IMPORTADO				

16/06/2020	130	14996 - Terminal com capa FSP 90° 12-10 2 tramas	UN	10,00000	39,00000	390,00
16/06/2020	131	Marca: IMPORTADO 14998 - Terminal com capa FSP 90° 12-12 2 tramas	UN	10,00000	43,53000	435,30
16/06/2020	132	Marca: IMPORTADO 15000 - Terminal com capa FSP 90° 16-12 2 tramas	UN	10,00000	82,58000	825,80
16/06/2020	133	Marca: IMPORTADO 15002 - Terminal com capa FSP 90° 16-16 2 tramas	UN	20,00000	74,51000	1.490,20
16/06/2020	134	Marca: IMPORTADO 14947 - Terminal com capa FL 45° 16-12 2 tramas	UN	10,00000	64,43000	644,30
Total Adjudicado (R\$):						130.497,90

Total de licitações adjudicadas: 1**Total Geral Adjudicado (R\$): 130.497,90**

CATIA TESSMANN REICHERT
PREFEITA

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PR34/2020

Publicação Nº 2525368



Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista

Rua do Comércio, 1015 - Centro - 89.730-000 - Alto Bela Vista/ SC
CNPJ: 01.614.374/0001-60 Fone: (49) 3455-9022 prefeitura@altobelavista.sc.gov.br
<http://www.altobelavista.sc.gov.br>

Chave de Autenticação Digital
1399-2095-448

Página
1 / 2

Licitações homologadas

Licitação: PR34/2020

Modalidade: Pregão

Registro de preço: Sim

Controla quantidade: Sim

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de mangueiras e terminais a serem utilizados em manutenções e reparos das máquinas e equipamentos da frota municipal.

Credor/Fornecedor: 2119-MECÂNICA MARCIAL LTDA - ME				
Data	Item	Un. Medida	Material/Serviço/Denominação	
16/06/2020	7	M	9386 - Mangueira hidráulica 4 tramas de aço 4SP até 5000 PSI 1/2"	
16/06/2020	8	M	9389 - Mangueira hidráulica 4 tramas de aço 4SP até 5000 PSI 5/8 "	
16/06/2020	9	M	9388 - Mangueira hidráulica 4 tramas de aço 4SP até 5000 PSI 3/4 "	
16/06/2020	10	M	9387 - Mangueira hidráulica 4 tramas de aço 4SP até 5000 PSI 1"	
16/06/2020	11	M	9391 - Mangueira hidráulica 4 tramas de aço R15 até 6000 PSI 5/8"	
16/06/2020	12	M	Mangueira hidráulica 4 tramas de aço R15 até 6000 PSI Flexiv 5/8"	
16/06/2020	13	M	9390 - Mangueira hidráulica 4 tramas de aço R15 até 6000 PSI Flexivel 3/4"	
16/06/2020	14	UN	Mangueira hidráulica 4 tramas de aço R15 até 6000 PSI Flexivel 1"	
16/06/2020	15	UN	14892 - Terminal com capa FJ 16-12-2 tramas	
16/06/2020	16	UN	Terminal com capa FJ 16-12-2 tramas	
16/06/2020	17	UN	14893 - Terminal com capa FJ 16-16 2 tramas	
16/06/2020	18	UN	14903 - Terminal com capa FJ 45º 6-4 2 tramas	
16/06/2020	19	UN	14905 - Terminal com capa FJ 45º 8-6 2 tramas	
16/06/2020	20	UN	14906 - Terminal com capa FJ 45º 8-8 2 tramas	
16/06/2020	21	UN	14897 - Terminal com capa FJ 45º 10-8 2 tramas	
16/06/2020	22	UN	14896 - Terminal com capa FJ 45º 10-10 2 tramas	
16/06/2020	23	UN	14898 - Terminal com capa FJ 45º 12-10 2 tramas	
16/06/2020	24	UN	14899 - Terminal com capa FJ 45º 12-12 2 tramas	
16/06/2020	25	UN	14901 - Terminal com capa FJ 45º 16-16 2 tramas	
16/06/2020	26	UN	14922 - Terminal com capa FJ 90º 8-6 2 tramas	
16/06/2020	27	UN	14924 - Terminal com capa FJ 90º 12-12 2 tramas	
16/06/2020	28	UN	14926 - Terminal com capa FJ 90º 16-12 2 tramas	
16/06/2020	29	UN	14955 - Terminal com capa FJ 90º 16-12 2 tramas	
16/06/2020	30	UN	14958 - Terminal com capa FJ 90º 16-16 2 tramas	
16/06/2020	31	UN	14950 - Terminal com capa FJ 45º 16-16 2 tramas	
16/06/2020	32	UN	15019 - Terminal com capa MN 8-6 2 tramas	
16/06/2020	33	UN	15014 - Terminal com capa MJ 4-4 2 tramas	
16/06/2020	34	UN	15013 - Terminal com capa MJ 16-16 2 tramas	
16/06/2020	35	UN	14887 - Terminal com capa FJ 12-10 4 tramas	
16/06/2020	36	UN	14868 - Terminal com capa FJ 12-12 4 tramas	
16/06/2020	37	UN	14890 - Terminal com capa FJ 16 - 12 4 tramas	
16/06/2020	38	UN	14891 - Terminal com capa FJ 16 - 16 4 tramas	
16/06/2020	39	UN	14907 - Terminal com capa FJ 45º 10-10 4 tramas	
16/06/2020	40	UN	14908 - Terminal com capa FJ 45º 12-10 4 tramas	
16/06/2020	41	UN	14909 - Terminal com capa FJ 45º 12-12 4 tramas	
16/06/2020	42	UN	14918 - Terminal com capa FJ 90º 10-10 4 tramas	
16/06/2020	43	UN	14921 - Terminal com capa FJ 90º 12-10 4 tramas	
16/06/2020	44	UN	14923 - Terminal com capa FJ 90º 12-12 4 tramas	
16/06/2020	45	UN	14925 - Terminal com capa FJ 90º 16-12 4 tramas	
16/06/2020	46	UN	14927 - Terminal com capa FJ 90º 16-16 4 tramas	
16/06/2020	47	UN	14869 - Terminal com capa FB 10-10 4 tramas	
16/06/2020	48	UN	14871 - Terminal com capa FB 12-12 4 tramas	
16/06/2020	49	UN	14877 - Terminal com capa FB 90º 10-10 4 tramas	
16/06/2020	50	UN	14881 - Terminal com capa FB 90º 12-12 4 tramas	
16/06/2020	51	UN	14872 - Terminal com capa FB 4-4 2 tramas	
16/06/2020	52	UN	14880 - Terminal com capa FB 90º 8-8 2 tramas	
16/06/2020	53	UN	14878 - Terminal com capa FB 90º 12-12 2 tramas	
16/06/2020	54	UN	14989 - Terminal com capa FSP 6-4 2 tramas	
16/06/2020	55	UN	14990 - Terminal com capa FSP 6-6 2 tramas	
16/06/2020	56	UN	14991 - Terminal com capa FSP 8-6 2 tramas	
16/06/2020	57	UN	14961 - Terminal com capa FSP 10-10 2 tramas	
16/06/2020	58	UN	14966 - Terminal com capa FSP 12-12 2 tramas	
16/06/2020	59	UN	14968 - Terminal com capa FSP 16-12 2 tramas	
16/06/2020	60	UN	14984 - Terminal com capa FSP 45º 4-4 2 tramas	
16/06/2020	60	UN	14987 - Terminal com capa FSP 45º 8-6 2 tramas	

16/06/2020 61	UN	14975 - Terminal com capa FSP 45º 10-8 2 tramas
16/06/2020 62	UN	14978 - Terminal com capa FSP 45º 12-12 2 tramas
16/06/2020 63	UN	14980 - Terminal com capa FSP 45º 16-12 2 tramas
16/06/2020 64	UN	14982 - Terminal com capa FSP 45º 16-16 2 tramas
16/06/2020 65	UN	15005 - Terminal com capa FSP 90º 6-4 2 tramas
16/06/2020 66	UN	15006 - Terminal com capa FSP 90º 6-6 2 tramas
16/06/2020 67	UN	15008 - Terminal com capa FSP 90º 8-8 2 tramas
16/06/2020 68	UN	14935 - Terminal com capa FL 12-12 2 tramas
16/06/2020 69	UN	14944 - Terminal com capa FL 45º 12-12 2 tramas
16/06/2020 70	UN	14953 - Terminal com capa FL 90º 12-12 2 tramas Terminal com capa FL 45º 12-12 2 tramas
16/06/2020 71	UN	14938 - Terminal com capa FL 16-12 2 tramas
16/06/2020 72	UN	14962 - Terminal com capa FSP 10-10 4 tramas
16/06/2020 73	UN	14965 - Terminal com capa FSP 12-10 4 tramas
16/06/2020 74	UN	14967 - Terminal com capa FSP 12-12 4 tramas
16/06/2020 75	UN	14969 - Terminal com capa FSP 16-12 4 tramas
16/06/2020 76	UN	14971 - Terminal com capa FSP 16-16 4 tramas
16/06/2020 77	UN	14974 - Terminal com capa FSP 45º 10-10 4 tramas
16/06/2020 78	UN	14977 - Terminal com capa FSP 45º 12-10 4 tramas
16/06/2020 79	UN	14979 - Terminal com capa FSP 45º 12-12 4 tramas
16/06/2020 80	UN	14994 - Terminal com capa FSP 90º 10-10 4 tramas
16/06/2020 81	UN	14997 - Terminal com capa FSP 90º 12-10 4 tramas
16/06/2020 82	UN	14954 - Terminal com capa FL 90º 12-12 4 tramas
16/06/2020 83	UN	14956 - Terminal com capa FL 90º 16-12 4 tramas
16/06/2020 84	UN	15003 - Terminal com capa FSP 90º 16-16 4 tramas
16/06/2020 85	UN	14945 - Terminal com capa FL 45º 12-12 4 tramas
16/06/2020 86	UN	14939 - Terminal com capa FL 16-12 4 tramas
16/06/2020 87	UN	14948 - Terminal com capa FL 45º 16-12 4 tramas
16/06/2020 88	UN	14942 - Terminal com capa FL 16-16 4 tramas
16/06/2020 89	UN	14951 - Terminal com capa FL 45º 16-16 4 tramas
16/06/2020 90	UN	14902 - Terminal com capa FJ 45º 4-4 2 tramas



Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista

Rua do Comércio, 1015 - Centro - 89.730-000 - Alto Bela Vista/ SC
CNPJ: 01.614.374/0001-60 Fone: (49) 3455-9022 prefeitura@altobelavista.sc.gov.br
<http://www.altobelavista.sc.gov.br>



Chave de Autenticação Digital
1399-2095-448

Página
2 / 2

Licitações homologadas

16/06/2020	91	UN	14904 - Terminal com capa FJ 45º 6-6 2 tramas
16/06/2020	92	UN	14946 - Terminal com capa FI 45º 12-12 6000 psi
16/06/2020	93	UN	14949 - Terminal com capa FI 45º 16-12 6000 psi
16/06/2020	94	UN	14940 - Terminal com capa FI 16-12 6000 psi
16/06/2020	95	UN	14957 - Terminal com capa FI 90º 16-12 6000 psi
16/06/2020	97	UN	14952 - Terminal com capa FI 45º 16-16 6000 psi
16/06/2020	98	UN	14960 - Terminal com capa FI 90º 16-16 6000 psi
16/06/2020	99	UN	14889 - Terminal com capa FI 12-12 6000 psi
16/06/2020	100	UN	14894 - Terminal com capa FJ 16-16 6000 psi
16/06/2020	101	UN	14914 - Terminal com capa FJ 45º 12-12 6000 psi
16/06/2020	102	UN	14933 - Terminal com capa FJ45º 16-16 6000 psi
16/06/2020	103	UN	14882 - Terminal com capa FJ 90º 12-12 6000 psi
16/06/2020	104	UN	14883 - Terminal com capa FJ 90º 16-16 6000 psi
16/06/2020	105	UN	15020 - Terminal com capa MN 8-8 2 tramas
16/06/2020	106	UN	15018 - Terminal com capa MN 12-12 2 tramas
16/06/2020	107	UN	14912 - Terminal com capa FJ 45º 16-16- 4 tramas
16/06/2020	108	UN	14875 - Terminal com capa FB 6-6 2 tramas
16/06/2020	109	UN	14876 - Terminal com capa FB 8-8 2 tramas
16/06/2020	110	UN	15021 - Terminal com capaFB 10-10 2 tramas
16/06/2020	111	UN	14870 - Terminal com capa FB 12-12 2 tramas
16/06/2020	112	UN	14873 - Terminal com capa FB 45º 6-6 2 tramas
16/06/2020	113	UN	14874 - Terminal com capa FB 45º 8-8 2 tramas
16/06/2020	114	UN	14867 - Terminal com capa FB 90º 6-6 2 tramas
16/06/2020	115	UN	15022 - Terminal com capaFB 90º 10-10 2 tramas
16/06/2020	116	UN	14972 - Terminal com capa FSP 4-4 2 tramas
16/06/2020	117	UN	14992 - Terminal com capa FSP 8-8 2 tramas
16/06/2020	118	UN	14963 - Terminal com capa FSP 10-8 2 tramas
16/06/2020	119	UN	14964 - Terminal com capa FSP 12-10 2 tramas
16/06/2020	120	UN	14970 - Terminal com capa FSP 16-16 2 tramas
16/06/2020	121	UN	14985 - Terminal com capa FSP 45º 6-4 2 tramas
16/06/2020	122	UN	14986 - Terminal com capa FSP 45º 6-6 2 tramas
16/06/2020	123	UN	14988 - Terminal com capa FSP 45º 8-8 2 tramas
16/06/2020	124	UN	14973 - Terminal com capa FSP 45º 10-10 2 tramas
16/06/2020	125	UN	14976 - Terminal com capa FSP 45º 12-10 2 tramas
16/06/2020	126	UN	15004 - Terminal com capa FSP 90º 4-4 2 tramas
16/06/2020	127	UN	15007 - Terminal com capa FSP 90º 8-6 2 tramas
16/06/2020	128	UN	14995 - Terminal com capa FSP 90º 10-8 2 tramas
16/06/2020	129	UN	14993 - Terminal com capa FSP 90º 10-10 2 tramas
16/06/2020	130	UN	14996 - Terminal com capa FSP 90º 12-10 2 tramas
16/06/2020	131	UN	14998 - Terminal com capa FSP 90º 12-12 2 tramas
16/06/2020	132	UN	15000 - Terminal com capa FSP 90º 16-12 2 tramas
16/06/2020	133	UN	15002 - Terminal com capa FSP 90º 16-16 2 tramas
16/06/2020	134	UN	14947 - Terminal com capa FL 45º 16-12 2 tramas

Total licitações homologadas: 1

CATIA TESSMANN REICHERT
PREFEITA

PORTARIA 086 DE 15 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525421

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA PARA ASSINAR COMO CONTADORA DO MUNICÍPIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando: as Férias do Contador efetivo, e a necessidade de outra pessoa responder pelo cargo;

RESOLVE;

Artigo 1º - Nomear a Senhora MARCIA APARECIDA REINISCH MALTAURO, matrícula nº 010 no Cargo de AUXILIAR DE CONTABILIDADE para assinar como CONTADORA do Município no período de 15 a 29 de junho de 2020.

Artigo 2º - Pelo desempenho do presente mandato a servidora designada optou pelo vencimento do Cargo Nomeado nessa Portaria.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, SC, 15 de junho de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra

ADRIANA KOLLER
Responsável pelas Publicações

PREGÃO PRESENCIAL 44/2020

Publicação Nº 2525361

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Alto Bela Vista torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão PR44/2020, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Objeto da licitação: Registro de preços para possível aquisição de peças novas para manutenção e recuperação de motor de partida Bosch Number Part. 0031518701, utilizado no Rebocador patrimônio nº 0500.

Data de entrega dos envelopes: 14/07/2020 às 08:40 horas no Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000..

Data de abertura dos envelopes: 14/07/2020 às 09:00 horas na Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000..

Edital na íntegra e demais informações, poderão ser consultadas no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br> ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Alto Bela Vista, fone (49) 3455-9022 ou e-mail prefeitura@altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista-SC, 16 de junho de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeito

Anchieta

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA 002/2020-HOSPITAL/UPA

Publicação Nº 2525186

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE/UPA

AVISO DE DISPENSA Nº 002/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2020

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna a público, de acordo com a Lei 8.666/93 e posteriores alterações, que realizou dispensa para: CONSULTORIA ESPECIALIZADA, para atendimento ao município de Anchieta/SC e empreendedores na área de Gestão de Sustentabilidade, em conformidade com Plano de Trabalho.

Contratado: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC.

Valor Total R\$: 4.200,00(Quatro Mil e Duzentos Reais).

Período da Contratação: Julho à Dezembro de 2020.

Anchieta, 16 de Junho de 2020

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CONTRATO 002/2020-HOSPITAL/UPA

Publicação Nº 2525189

CONTRATO 002/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTRAS AVENÇAS

CONTRATANTE

HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE/UPA		
PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO		CNPJ: 80.643.117/0001-22
ENDEREÇO: RUA GUILHERME WILDNER, 879, CENTRO – CEP: 89970-000		
REPRESENTANTE LEGAL:		
NOME: IVAN JOSÉ CANCI		CARGO: PREFEITO MUNICIPAL
NACIONALIDADE: BRASILEIRA	ESTADO CIVIL: CASADO	TELEFONE: (49) 3653-3200
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 1.850.976	ÓRGÃO EMISSOR: SSP/SC	CPF: 625.835.909-44
RESIDÊNCIA: LINHA SÃO MARCOS, ZONA RURAL		MUNICÍPIO: ANCHIETA

CONTRATADO

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC		
CNPJ: 82.515.859/0001-06		INSC. ESTADUAL: ISENTO
ENDEREÇO: SC 401, KM 01, LOTE 2 – JOÃO PAULO		MUNICÍPIO: FLORIANÓPOLIS - SC
CEP: 88030-000		FONE/FAX: (048) 3221-0800
REPRESENTANTE (S) LEGAL (IS):		
NOME: PAULO CÉSAR SABBATINI ROCHA		CARGO: GERENTE UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
NACIONALIDADE: BRASILEIRO	ESTADO CIVIL: CASADO	PROFISSÃO: ADMINISTRADOR
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 8/R 884.215	ÓRGÃO EMISSOR: SSP/SC	CPF: 542.231.139-68
NOME: UDO MARTIN TRENNEPOHL		CARGO: COORDENADOR REGIONAL DO EXTREMO OESTE
NACIONALIDADE: BRASILEIRO	ESTADO CIVIL: CASADO	PROFISSÃO: ADMINISTRADOR
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 12/R 2.036.174	ÓRGÃO EMISSOR: SSP/SC	CPF: 646.655.699-91

CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento está amparado no artigo 24 XIII, da Lei n.º 8.666/93, e se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Constitui-se objeto deste instrumento a execução de CONSULTORIA ESPECIALIZADA no município de Anchieta/SC, para atendimento ao município e empreendedores na área de sustentabilidade, pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, conforme características, objetivos e metodologia discutidos e aprovados de comum acordo entre as partes.

§ 1º. O PROGRAMA DE CONSULTORIA foi desenvolvido pelo CONTRATADO, detentor da metodologia e sua aplicação, configurando-se como única sociedade civil habilitada a desenvolvê-lo.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODO DE EXECUÇÃO

Para realização dos serviços objeto deste instrumento, o CONTRATADO prestará 70 (setenta) horas de consultoria para atendimento ao município e empreendedores na área de sustentabilidade, durante o prazo estabelecido na cláusula Quarta deste instrumento.

§1º. O CONTRATADO disponibilizará ao CONTRATANTE consultores credenciados especializados nas metodologias que integram o projeto, durante o prazo estabelecido na Cláusula Quarta deste instrumento.

§2º O CONTRATANTE, por sua vez, colocará à disposição do CONTRATADO um técnico selecionado pelo CONTRATANTE, a fim de acompanhar e absorver a metodologia do Projeto ficando o mesmo responsável pela implantação das ações ao término do presente instrumento.

§3º O repasse da metodologia implica a consequente assimilação da mesma pelo técnico do CONTRATANTE, tornando-se, portanto, responsável pela realização dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços objeto deste instrumento terão a duração prevista de 06 (seis) meses, fixando seu início para julho de 2020 e término em dezembro de 2020.

CLÁUSULA QUINTA - VALOR AJUSTADO E FORMA DE PAGAMENTO

O valor global dos serviços objeto deste instrumento é de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), a serem pagos da seguinte forma: Parágrafo primeiro: O CONTRATANTE desembolsará o valor total em 06 (seis) parcelas iguais e consecutivas de R\$ 700,00 (setecentos reais) conforme cronograma de desembolso abaixo, perfazendo um total de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais).

Parágrafo segundo: No caso de não pagamento, o contrato poderá ser imediatamente rescindido com a paralisação automática dos serviços contratados.

Número de parcelas	Valor em reais R\$	Datas Pagamentos
01	700,00	31/07/2020
02	700,00	31/08/2020
03	700,00	30/09/2020
04	700,00	30/10/2020
05	700,00	30/11/2020
06	700,00	31/12/2020
Total	4.200,00	

CLÁUSULA SEXTA - RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- pelo CONTRATANTE, a qualquer momento, desde que liquide o valor correspondente ao custo do trabalho verificado até a data da rescisão, se ocorrer interrupção dos trabalhos por sua responsabilidade; e
- pelo CONTRATADO, se o CONTRATANTE não cumprir o disposto na cláusula quinta deste instrumento, cuja execução só terá continuidade após o cumprimento da obrigação.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste instrumento é de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA OITAVA - FORO

Fica eleito o foro da sede do CONTRATANTE, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais controvérsias oriundas da execução deste contrato.

E por estarem de acordo, firmam o presente contrato em quatro (04) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo assinadas, para que produza os seus efeitos legais.

Anchieta/SC, 16 de Junho de 2020.

CONTRATANTE:

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito do Município de Anchieta

CONTRATADO:

PAULO CÉSAR SABBATINI ROCHA	UDO MARTIN TRENNEPOHL
Gerente da Unidade de Desenvolvimento Regional SEBRAE/SC	Coordenador Regional do Extremo Oeste SEBRAE/SC

Testemunhas:

NERI WILBRANTZ	IDENES MARIA FIORENTIN SCHENA
CPF: 853.985.199-72	CPF: 034.116.669-35

PORTARIA Nº 223/2020

Publicação Nº 2525644

PORTARIA nº. 223/2020
De, 12 de junho de 2020.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o Decreto n. 050/2020, em que adota medidas administrativas no âmbito do município em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19);

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Janice Treviso Stefanello, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, matrícula 2398, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, relativas ao período de 2017/2018, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 15/06/2020 a 30/06/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 12 de junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 224/2020

Publicação Nº 2525646

PORTARIA n. 224/2020
De, 12 de junho de 2020.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Conceder Licença Maternidade,

Art. 1º - Fica concedida Licença Maternidade à Servidora Pública Municipal, senhora Vanessa Luciana Marques da Silva Foschiera, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais ACT, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, no período de 12/06/2020 à 08/12/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Em, 12 de junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

Anita Garibaldi

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 016/2020

Publicação Nº 2525775

MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2020

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para Contratação de empresa para serviços de auxílio funeral, concedido pela Secretaria de Assistência Social a famílias em vulnerabilidade social, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "E" deste Edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 13:30 do dia 29/06/2020.

Abertura: às 14:00 do dia 29/06/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.anitagaribaldi.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Praça Paulino Granzotto, 20, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3543-0191.

Anita Garibaldi, SC, 16 de Junho de 2020.

JOÃO CIDINEI DA SILVA

Prefeito Municipal

Antônio Carlos**PREFEITURA****2ª CONVOCAÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2020**

Publicação Nº 2524731

2ª CONVOCAÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2020

O PREFEITO MUNICIPAL, Geraldo Pauli, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 37 de Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, CONVOCA aprovados do Chamamento Público nº 08/2020, para comparecerem na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir do dia 17/06/2020, nos termos da Lei Municipal n. 1.544/2017, conforme ROL abaixo:

MÉDICO PSIQUIATRA	
Class.	Candidato
02º	LUIZ GUILHERME TEIXEIRA SILVA FILHO

Antônio Carlos, 16 de junho de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 357/2020

Publicação Nº 2526028

PORTARIA Nº 357/2020
Concede férias a servidores.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS aos servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO AQUISI-TIVO	PERÍODO DE GOZO
CARLOS HENRIQUE SOARES SELL	AUXILIAR ADMINISTRATI-VO I	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTEN-CIA SOCIAL	01/04/2019 a 31/03/2020	01/07/2020 a 30/07/2020
GRASIELA MARIA SIMÃO SILVINO	TECNICO DE ENFERMAGEM	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTEN-CIA SOCIAL	01/04/2018 a 31/03/2019	22/06/2020 a 01/07/2020
GRASIELA MARIA SIMÃO SILVINO	TECNICO DE ENFERMAGEM	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTEN-CIA SOCIAL	01/04/2019 a 31/03/2020	02/07/2020 a 21/07/2020
LUCIO DA ROSA	OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CUL-TURA	08/05/2019 a 07/05/2020	22/06/2020 a 06/07/2020
PRISCILLA NERI DE OLIVEIRA	AUXILIAR MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTEN-CIA SOCIAL	24/06/2019 a 23/06/2020	01/07/2020 a 15/07/2020
PRISCILLA DALL'IGNA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTEN-CIA SOCIAL	08/02/2019 a 07/02/2020	15/06/2020 a 29/06/2020

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 17 de junho de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 17 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 356/2020

Publicação Nº 2524952

PORTARIA Nº 356/2020

Aplica pena disciplinada no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o que consta dos autos dos processos administrativo disciplinar instaurado a requerimento da Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Obras, Transportes e Serviços Públicos bem como os demais documentos que instruíram o pedido;

CONSIDERANDO que todos os atos praticados naquele processo disciplinar observaram adequadamente os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

CONSIDERANDO o relatório conclusivo da douda Comissão Disciplinar nomeada pela portaria nº 288/2020;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 56, IX, da Lei Orgânica, c/c o artigo 129, inciso V, da Lei Municipal nº 558/1992, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Antônio Carlos:

RESOLVE:

APLICAR A PENA DE DEMISSÃO, a bem do serviço público, ao servidor AMARO ALVES DE CRUZ NETO, ocupante do cargo de auxiliar de manutenção e conservação, lotado na Secretaria Obras Transportes e Serviços Públicos.

Antônio Carlos, em 16 de junho de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO - PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2020

Publicação Nº 2525206

TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2020

Primeiro termo aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos, Santa Catarina, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador do RG nº 983.256, inscrito no CPF sob o nº 433.221.079-49, com endereço na Rua dos Imigrantes, nº 715, Rio Farias, Antônio Carlos, Santa Catarina, CEP 88.180-000, doravante denominado de CONTRATANTE, e a empresa SOS ASFALTOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.251.719/0001-38, localizada na Rua Doutor Heitor Blum, 310, sala 605, Estreito, Florianópolis, Santa Catarina, CEP: 88.070-300, doravante denominada CONTRATADA, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem por objeto aditar o quantitativo e consequente o valor da ata de registro de preços nº 023/2020, que consiste no "AQUISIÇÃO PARCELADA DE PEDRA PULMÃO (RACHÃO) E DE BICA CORRIDA PARA A MANUTENÇÃO DAS VIAS DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS/SC", conforme Edital de Processo Licitatório nº 017/2020, Pregão Presencial nº 012/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica alterado o quantitativo dos itens 01 e 02, conforme tabela abaixo, totalizando o valor de R\$ 27.292,50 (vinte e sete mil, duzentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

ITEM	DESCRIPTIVO	UND	QUANTIDADE ADITADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Bica Corrida	M³	750	R\$ 33,00	R\$ 24.750,00
02	Pedra Pulmão (Rachão)	M³	75	R\$ 33,90	R\$ 2.542,50

CLÁUSULA TERCEIRA – As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos, 15 de junho de 2020.

GERALDO PAULI PREFEITO MUNICIPAL	SOS ASFALTOS EIRELI
Contratante	Contratada

TERMO ADITIVO - TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 113/2019

Publicação Nº 2525204

TERMO ADITIVO**TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 113/2019**

Terceiro termo aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos, Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador do RG nº 983.256, inscrito no CPF nº 433.221.079-49, residente e domiciliado na Rua dos Imigrantes, nº 715, Rio Farias, Antônio Carlos, Santa Catarina, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa DJP CONSTRUÇÕES LTDA, com sede na Rua Max Schlemper, nº 320, Sala 02, Ponte do Imaruim, Palhoça, Santa Catarina, CEP. 88.130-325, registrada no CNPJ sob o nº 17.847.183/0001-88, doravante denominada CONTRATADA, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem por objetivo aditar e suprimir o valor do contrato, que consiste na “contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada para drenagem e requalificação de passeios na avenida João Frederico Martendal, no Centro do Município de Antônio Carlos”, conforme Processo de Licitação nº 106/2019, Tomada de Preço nº 010/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica alterado o valor do presente contrato, atualmente em R\$ 770.236,32 (setecentos e setenta mil, duzentos e trinta e seis reais e trinta e dois centavos), devendo ser suprimido o valor de R\$ 46.914,84 (quarenta e seis mil, novecentos e quatorze reais e oitenta e quatro centavos) e aditada a importância de R\$ 60.423,14 (sessenta mil, quatrocentos e vinte e três reais e quatorze centavos), totalizando o valor de R\$ 783.744,62 (setecentos e oitenta e três mil, setecentos e quarenta e quatro reais e sessenta e dois centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos, 16 de junho de 2020.

GERALDO PAULI PREFEITO MUNICIPAL	DJP CONSTRUÇÕES LTDA
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF nº:	CPF nº:

Apiuna

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2020

Publicação Nº 2525593

PREFEITURA DE APIÚNA

AVISO DE EDITAL Nº 57/2020

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 57/2020

Objeto: FORNECIMENTO DE GÊNEROS HORTIFRUTÍFIS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. A sessão pública dar-se-á por meio de Sistema Eletrônico no Portal de Licitações no endereço "http://comprasbr.com.br", conforme datas e horários a seguir: INÍCIO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: a partir das 10 horas do dia 17/06/2020. FIM DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: às 09 horas do dia 01/07/2020. ABERTURA DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE LANÇES: a partir das 09 horas e 10 minutos do dia 01/07/2020. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). ENDEREÇO ELETRÔNICO: http://comprasbr.com.br. ENDEREÇO FÍSICO: Prefeitura Municipal de Apiúna, Térreo, Sala 06, Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, Apiúna/SC. HORÁRIO DE EXPEDIENTE: segunda a sexta-feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min. E-MAIL: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br. TELEFONE: 47 3353 2000. Edital disponível nos sites www.apiuna.sc.gov.br, http://comprasbr.com.br e no Setor de Licitações, localizado junto a Prefeitura de Apiúna, atendimento de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 12h e das 13h30 às 17h. Maiores Informações Fone 47 3353 2000. José Gerson Gonçalves/Prefeito.

DECRETO Nº 3513

Publicação Nº 2524959

DECRETO Nº 3513/2020

de 08/06/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA UTILIZANDO O EXCESSO OU PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 918/2019 de 26/11/2019:

DECRETA

Art. 1º - Fica e suplementado no orçamento vigente da unidade da Prefeitura Municipal de Apiúna, o valor de R\$ 33.311,04 (Trinta e três mil trezentos e onze Reais e quatro centavos) da seguinte classificação orçamentária:

11	Encargos Gerais do Município	
001	Encargos Gerais do Município	
0028.0846.0001.0003	Contribuição ao Pasp	
3000000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000000	Outras Despesas Correntes	
3390000000000000	Aplicações Diretas	
15.300	COVID-19 – Rec. Transf. da União s/ destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	3.311,04
	Subtotal	3.311,04
06	Secretaria de Transportes e Obras	
001	Secretaria de Transportes e Obras	
0026.0782.0602.2060	Manutenção de Estradas e Equipamentos	
3000000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000000	Outras Despesas Correntes	
3390000000000000	Aplicações Diretas	
1000005	Aux. financeiro FPM complementação 2019-2020	30.000,00
	Subtotal	30.000,00
	TOTAL	33.311,04

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 08 de Junho de 2020.

JOSÉ GERSON GONÇALVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3514

Publicação Nº 2524960

DECRETO Nº3514/2020

De 08/06/2020

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETA

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 918/2019 de 26/11/2019:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna, até o valor de R\$ 5.000,00(Cinco mil Reais), da seguinte dotação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
300000000000	Despesas Correntes	
310000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
319000000000	Aplicações Diretas	
13.808	Vigilância Epidemiolog e Ambiental em Saúde	5.000,00
	TOTAL	5.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna, até o valor de de R\$ 5.000,00(Cinco mil Reais), na seguintes dotação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
339000000000	Aplicações Diretas	
13.808	Vigilância Epidemiolog e Ambiental em Saúde	5.000,00
	TOTAL	5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 08 de Junho de 2020.

JOSÉ GERSON GONÇALVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3515

Publicação Nº 2524958

DECRETO Nº 3515/2020

de 08/06/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA UTILIZANDO O SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2019.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 918/2019 de 26/11/2019:

DECRETA

Art. 1º - Fica criado vínculo de recurso – 30.000 Recursos Ordinários e suplementado no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna o valor de R\$ 61.708,76 (Sessenta e um mil, setecentos e oito Reais setenta e seis centavos) na seguinte classificação orçamentária:

10	Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	
001	Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	
0008.0243.0902.2111	Manutenção do Fundo da Criança e do Adolescente	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
339000000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	61.708,76
	TOTAL	61.708,76

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 08 de Junho de 2020.

JOSÉ GERSON GONÇALVES
Prefeito Municipal

DESPACHO DE ANULAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2020

Publicação Nº 2525591

LICITAÇÃO Nº55/2020

DESPACHO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE READEQUAÇÃO DO CERTAME NA PLATAFORMA DE PREGÃO ELETRÔNICO, COMPRASBR.

OBJETO: FORNECIMENTO DE GÊNEROS HORTIFRÚTIS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

O Prefeito do Município de Apiúna/MG, José Gerson Gonçalves, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a necessidade de readequação do certame supra referido, com vistas a sanar o erro cometido ao selecionar o modo disputa na plataforma de pregão eletrônico divergente do ato convocatório e para melhor atender ao interesse da Administração Pública, RESOLVE: ANULAR o processo licitatório nº 55/2020, Pregão Eletrônico 55/2020, que tem por objeto FORNECIMENTO DE GÊNEROS HORTIFRÚTIS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Inicialmente ressalta-se que este ato está fundamentado no art. 49, da Lei Federal nº 8.666/93 c/c a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal. Ressalva-se, que foi concedida a oportunidade das empresas participantes se manifestarem e conforme e-mails anexos, estão de acordo com a revogação, desta forma não acarretará qualquer prejuízo aos participantes. O vício cometido maculou todo o certame, vez que ao selecionar o modo disputa "Valor Total" na plataforma de pregão eletrônico ao invés do que determinava ato convocatório - "Disputa por Valor Unitário", o preço de vários itens ficou inexequível. Nesse sentido, tendo em vista o cumprimento dos princípios que regem o processo licitatório, em especial a vinculação ao ato convocatório e, partindo-se da premissa de que o objetivo maior do procedimento licitatório é a persecução do interesse público, tendo se verificado o vício, é imperativo proceder a anulação do processo licitatório, supra referido. Proceda-se à abertura de novo processo licitatório. Publique-se.

Apiúna/SC, aos 16 de junho de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

2632

Publicação Nº 2525035

DECRETO 2632 de 16 de Junho de 2020.

DÁ CONTINUIDADE À ADOÇÃO PROGRESSIVA DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, CESSA HORÁRIO ESPECIAL DOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições privativas que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de mantença aos atos de enfrentamento da situação de emergência declarada pelo Decreto Municipal n. 2604, de 24 de abril de 2020 e Decreto 2623 de 25 de Maio de 2020.;

DECRETA:

Art. 1º Ficam mantidos os efeitos de referidos decretos, até o dia 08 de julho de 2020.

Art. 2º . Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Arabutã.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Glaucia Pottratz - Responsável pelas publicações

CP 01/2020

Publicação Nº 2526053

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC,
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA
Nº 001/ 2020.

Modalidade: Chamada pública destinada à admissão de MÉDICO VETERINÁRIO, em caráter temporário de excepcional interesse público o exercício transitório da função, decorrente da excepcional necessidade de preenchimento da vaga por limitação temporária para o exercício das atividades decorrente de afastamento da titular do cargo, a ser realizada em sessão pública no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.

A AUDIÊNCIA PÚBLICA se dará será no dia 24 de junho de 2020, com início às 09 h, tendo como local o Auditório do Centro Administrativo Municipal, Avenida Lauro Muller, 210 - Centro, Arabuta – SC, sendo que o candidato deverá comparecer munido de documento de identificação com fotografia e demais documentos.

O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.arabuta.sc.gov.br, link "Concurso". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Tributos deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã, SC, 16 de junho de 2020.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

PREGÃO 27/2020

Publicação Nº 2526051

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 047/2020.
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2020

Objeto: Fornecimento de internet para uso do Centro Administrativo Municipal e demais unidades administrativas do Município de Arabutã SC.

Recebimento das Propostas: até 08h45 do dia 29/06/2020.

Abertura: às 09h00 do dia 29/06/2020

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na homepage www.arabuta.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo telefone (49) 3448-0048.

Arabutã SC, 17 de Junho de 2020.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 0035/2020

Publicação Nº 2525034

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0035/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA TERRANALISES LABORATORIO DE ANÁLISES AMBIENTAIS LTDA
--

1ª CONTRATANTE:

O **MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta – SC, doravante considerada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **CLAUDIO SPRÍCIGO**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC.

2ª CONTRATADA:

A EMPRESA – TERRANÁLISES LABORATÓRIO DE ANÁLISES AMBIENTAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.P.N.J. sob o nº 09.579.096/0001-69, com sede na Avenida João Marques Vieira, 440, 1º Andar, Centro de Fraiburgo, Santa Catarina neste ato representada pelo Senhor **FABIANO MARTINELLO**, Brasileiro, casado, farmacêutico, Portador da CI sob nº 3.722.553 e CPF sob nº 004.853.709-80, residente e domiciliado na Avenida João Marques Vieira nº 601, Fraiburgo SC, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**;

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade de Dispensa nº 0035/2020, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

I - OBJETO**CLÁUSULA PIMEIRA: OBJETO DO CONTRATO**

O objeto do presente contrato é contratação de laboratório credenciado junto ao Instituto do Meio Ambiente (IMA), para realização de coletas e análises de água do sistema de tratamento de esgoto do Município de Arroio Trinta, pelo período de 12 meses, contatos a partir da assinatura do Contrato, conforme abaixo:

3568 - TERRANALISES LABORATORIO DE ANALISES AMBIENTAIS LTDA. (09.579.096/0001-69)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	31633 - Efluente Tratado Coleta e análise de água no tratamento de esgoto do Município de Arroio Trinta e, emissão de relatórios dos ensaios com os seguintes parâmetros: Coliformes termotolerantes, DBO 5, DQO, Fósforo total, Nitrogênio Amoniacal, Óleos e graxas totais, pH, Sólidos sedimentáveis, Temperatura da amostra	SV	4	375,00	1.500,00
2	31634 - Efluente Bruto - Entrada Coleta e análise de água no tratamento de esgoto do Município de Arroio Trinta e, emissão de relatório de ensaio realizado com o seguinte parâmetro: Demanda Bioquímica de Oxigênio - DBO5	SV	12	93,00	1.116,00
3	31635 - Efluente Tratado - SAÍDA Coleta e análise de água no tratamento de esgoto do Município de Arroio Trinta e, emissão de relatório de ensaio com o seguinte parâmetro: Demanda Bioquímica de Oxigênio - DBO5	SV	12	93,00	1.116,00
Total				3.732,00	

1.1 - Ficam também fazendo parte deste Instrumento Contratual as normas vigentes, as instruções, e mediante aditamento, quaisquer modificações que

venham a ser necessárias durante sua vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIROS

2.1 - O custeio para aquisição do objeto desta licitação é proveniente de recursos financeiros oriundos da Secretaria Municipal de Saneamento básico:

90 - 1 . 2008 . 17 . 512 . 14 . 2.37 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

3.1 - O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância no **VALOR TOTAL ESTIMADO** de **R\$3.732,00 (TRÊS MIL SETECENTOS E TRINTA E DOIS REAIS)**, correspondente e conforme ao cotado na proposta de preços da **CONTRATADA**.

3.2 - O pagamento do objeto desta licitação será efetuado diretamente em conta corrente bancária da **CONTRATADA**, em até 30 (trinta) dias, Após cada análise realizada, solicitadas conforme necessidade da Secretaria de Saneamento, acompanhadas das respectivas Notas Fiscais/Faturas, apresentadas na Tesouraria da Prefeitura.

3.3 - A **Nota Fiscal** deverá ser emitida pelo mesmo estabelecimento (matriz ou filial) cujo CNPJ comprovou sua habilitação, a qual não poderá conter emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devendo nela constar, além de seus elementos padronizados, os seguintes dizeres:

- **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - SC**
- **RUA XV DE NOVEMBRO 26, CENTRO – ARROIO TRINTA – SC**
- **CEP: 89.590.000**
- **CNPJ/MF Nº 82.826.462/0001-27**
- **EMPENHO Nº _____**

3.4 - A liberação do pagamento fica vinculada a apresentação da Nota Fiscal, juntamente com os seguintes documentos:

3.4.1 - Prova de Regularidade (certidão) relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), em plena validade.

3.4.2 - Certidão Negativa de Débitos do Município de Fraiburgo, exclusiva para cada fatura.

3.5 - O **MUNICÍPIO** fará a **RETENÇÃO** da Contribuição Previdenciária sobre as Notas Fiscais ou faturas de prestação de serviços, atendendo ao disposto na Lei 8.212/91, com as alterações introduzidas pela Lei 9.711/98, observada, para tanto, a regulamentação aplicável.

3.6 - O **MUNICÍPIO** reserva-se o direito de reter qualquer pagamento devido a **CONTRATADA**, independentemente de sua origem, quando a mesma não comprovar estar em dia com as obrigações previdenciárias. As retenções de que trata este item não estão sujeitas a qualquer correção durante o período em que permanecerem pendentes de comprovação.

3.7 - O **MUNICÍPIO** em hipótese alguma efetuará pagamento de reajuste, correção monetária ou encargos financeiros correspondentes ao atraso na apresentação das faturas corretas.

3.8 - Caso o **MUNICÍPIO** venha a efetuar algum pagamento após o vencimento, por sua exclusiva responsabilidade, o valor em atraso será acrescido de encargos financeiros calculados com base no IGPM/FGV (Índice Geral de Preços no Mercado), a partir do prazo estipulado para o pagamento, devendo ser este o índice utilizado para qualquer situação corrente, relativa ao presente instrumento, e na sua falta, aquele que vier a substituí-lo.

3.9 - Caso se constate irregularidade nas faturas apresentadas, o **MUNICÍPIO**, a seu exclusivo critério, poderá devolvê-las à **CONTRATADA**, para as devidas correções. Na hipótese de devolução, as faturas serão consideradas como não apresentadas para fins de atendimento às condições contratuais.

3.10 - Os preços contratados têm como data-base a data da proposta e, observada a legislação vigente na época de cada pagamento, serão reajustados anualmente de acordo com a variação do IGPM/FGV (ou em sua falta o índice que vier a substituí-lo).

3.10.1 - O preço dos serviços, reajustado conforme o item anterior passará a ser praticado nos doze meses seguintes ao término de cada período de um ano, contados o primeiro período a partir da data-base dos preços.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 - O **prazo de vigência** deste instrumento contratual será inicialmente de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitados a 60 (sessenta) meses, nos termos do Artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

4.1.1 – O prazo de vigência poderá findar-se antes do estabelecido, caso se esgotem as quantidades estimadas.

4.2 - As coletas serão realizadas por técnicos da empresa **CONTRATADA**, sendo a mesma responsável pela retirada das amostras bem como pelo transporte adequado destas até o laboratório de análises, garantindo que sejam mantidas em temperatura ideal de conservação e zelando pela qualidade das amostras.

4.3 - A **CONTRATADA** deve fornecer frascos próprios esterilizados para a realização das coletas das amostras para análises correspondentes respeitando sua validade.

4.4 - Os laudos devem ser assinados pelos profissionais responsáveis credenciados, devidamente identificados e registrados nos respectivos Conselhos Profissionais, que o habilitem a exercer tal atividade.

4.5 - Os laudos com os resultados deverão ser acessados via endereço eletrônico e deverão estar disponíveis em até 15 dias úteis após coleta das amostras.

4.6 - Verificado qualquer problema nos serviços, a **CONTRATADA** será notificada por escrito, devendo corrigir os mesmos sem qualquer ônus para o **MUNICÍPIO**, podendo ser ordenada a suspensão dos serviços e respectivos pagamentos, se dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da entrega da

notificação, não for atendida a reclamação, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita.

4.7 - A **CONTRATADA** terá 05 (cinco) dias de prazo, contados a partir da sua notificação, para se pronunciar a respeito de notificações encaminhadas pelo **MUNICÍPIO**.

4.8 - O **MUNICÍPIO** fiscalizará os serviços contratados através do Gestor e Fiscal, verificando a correta execução dos trabalhos, podendo rejeitar no todo ou em parte, os serviços julgados insatisfatórios ou que não atendam ao especificado.

4.9 - A **CONTRATADA** deve permitir livre acesso à equipe da Secretaria Municipal de Saneamento, a todas as suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas às máquinas, veículos, equipamentos, ao pessoal e ao material, fornecendo todos os dados e elementos referentes aos serviços, quando for solicitado.

4.10 - A fiscalização poderá exigir providências imediatas devendo a **CONTRATADA** providenciar a eliminação das falhas ou faltas, sem que em razão disso possa ser atribuído qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**.

4.11 - A **CONTRATADA** deve enviar veículos identificados e funcionários devidamente uniformizados e portando crachá de identificação com foto atual, para realização da coleta das análises.

4.12 - A **CONTRATADA** deve manter um Responsável Técnico devidamente habilitado com registro no Conselho de Classe. O mesmo deverá possuir conhecimento técnico na área objeto deste contrato, e supervisionar, acompanhar, capacitar e fiscalizar os serviços e prestar os esclarecimentos necessários ao Município de Arroio Trinta - SC/Departamento de Saneamento, sempre que necessário, respondendo legalmente pelos atos advindos da execução dos serviços prestados.

4.13 - A **CONTRATADA** deverá disponibilizar todos os equipamentos e profissionais necessários para a prestação dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**, além das demais previstas ou decorrentes do contrato, as descritas a seguir:

5.1.1 - Responsabilizar-se pelo recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as atividades inerentes à execução do objeto contratual, não cabendo, portanto, qualquer obrigação ao **CONTRATANTE** com relação aos mesmos. A **CONTRATADA** responderá por qualquer recolhimento tributário indevido e por quaisquer infrações fiscais cometidas, decorrentes da execução do objeto contratual.

5.1.2 - Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes durante a execução do Contrato, sendo o único responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

5.1.3 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que forem necessários, até 25% (vinte por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, estando sua recusa sujeita a multa correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor total do respectivo Aditivo.

5.1.4 - Atender todas as exigências no Edital e seus anexos, assumindo inteira responsabilidade pela quantidade e qualidade dos serviços executados.

5.1.5 - Cumprir todas as especificações e/ou orientações do serviço ora contratado.

5.1.6 - Assumir total responsabilidade pelo cumprimento de todos os encargos trabalhistas e previdenciários, referentes aos profissionais contratados para a execução deste Contrato, de acordo com o art. 71 da Lei 8.666/93.

5.1.7 - Manter durante a vigência deste Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei nº 8.666/93, que será observado quando dos pagamentos à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1 - A fiscalização do Contrato será exercida pelo Fiscal Sanitarista Fernando André Manenti, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à **CONTRATADA**, e ainda, deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a correta prestação de serviço, para fins de pagamento.

6.2 - A fiscalização que trata o item anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade.

6.3 - O **MUNICÍPIO** notificará a **CONTRATADA**, por escrito, as deficiências porventura verificadas na execução do Contrato, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis.

CLÁUSULA SETIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 - É vedada à **CONTRATADA** a subcontratação total do objeto deste Contrato, ou a cessão ou transferência do Contrato, para outra empresa, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais.

7.2 - Qualquer subcontratação parcial só poderá ser feita com autorização prévia e por escrito do **CONTRATANTE**. Autorizada a subcontratação, a **CONTRATADA** permanece com integral responsabilidade pelo cumprimento de todas as condições contratuais, com observação do seguinte:

- a) O **CONTRATANTE** fica isento de quaisquer responsabilidades por obrigações que a **CONTRATADA** tenha contraído, ou venha a contrair, a qualquer título, com a subcontratada;
- b) A autorização para subcontratar poderá ser revogada pelo **CONTRATANTE**, a qualquer momento, sem que tal revogação dê à **CONTRATADA** direito ao ressarcimento de quaisquer danos.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo,

também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.1.1. Advertência;

8.1.2. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, ao recusar-se ou deixar de executar quaisquer dos serviços empenhados.

8.1.3. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no atraso da execução dos serviços solicitados, por prazo superior a 30 dias ou em casos de rescisão contratual.

8.1.4. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

8.2. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, à esta será aplicada multa de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) sobre o total devido, por dia de atraso, limitado ao valor máximo de 10% do valor da parcela inadimplida (considera-se parcela inadimplida a parte não executada do objeto contratado).

8.3 - A CONTRATADA terá 05 (cinco) dias de prazo, contados a partir da sua notificação, para se pronunciar a respeito de multas aplicadas pelo Município. Decorrido esse prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada e não dará direito à **CONTRATADA** a qualquer contestação.

8.4 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as sanções previstas no artigo 87, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato de pleno direito, a qualquer tempo, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à **CONTRATADA** o direito a qualquer reclamação ou indenização, nos casos previstos no artigo 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

10.1 - A **CONTRATADA** na vigência do contrato, será a única responsável, perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal e pelo uso dos equipamentos, excluído o **CONTRATANTE** de quaisquer reclamações e/ou indenizações. Serão de sua inteira responsabilidade todos os seguros necessários, inclusive à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual de todos os danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros.

10.2 - A **CONTRATADA** tem pleno conhecimento dos elementos constantes deste contrato, dos locais e de todas as condições gerais e peculiares dos serviços a serem prestados, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento do contrato.

10.3 - As partes contratantes ficam sujeitas às normas constantes da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, sendo que os casos omissos também serão resolvidos através da aplicação da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 - Fica eleito o **Foro da Cidade de Videira - SC**, para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Arroio Trinta-SC, 09 de junho de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal
Contratante

TERRANÁLISES LABORATÓRIO DE ANÁLISES AMBIENTAIS
LTDA
C.P.N.J. n° 09.579.096/0001-96
FABIANO MARTINELLO
CPF n° 004.853.709-80

Testemunhas:

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI
CPF: 000.077.349-21

FERNANDO ANDRÉ MANENTI
CPF: 027.455.819-02

CONTRATO N° 0035/2020
PROCESSO LICITATÓRIO N° 0068/2020
DISPENSA N° 0035/2020,
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EXAMES DE ÁGUA
SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO
CONTRATADA: TERRANALISES LABORATÓRIO DE ANALISES
AMBIENTAIS
VALOR: R\$3.732,00

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 0003/2020 (F.M.S)

Publicação Nº 2524917

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

MODALIDADE: Pregão PRESENCIAL Nº 0003/2020 - PR.

Tipo: Menor preço.

Forma de Julgamento: Global.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços mecânicos, serviços de funilaria e pintura e fornecimentos de peças necessárias, objetivando a recuperação do veículo Peugeot Partner 1.6, Placa QJN-6383, ano 2018/2019, conforme exigências estabelecidas pelo Edital e seus anexos.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00 do dia 29/06/2020.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30 do dia 29/06/2020.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 15 de junho de 2020.

Claudio Spricigo

Gestor do Fundo Municipal de Saúde Arroio Trinta.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0035/2020

Publicação Nº 2524986

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

Processo Administrativo Nº 0068/2020 - DL

Dispensa por Justificativa Nº 0035/2020 - DL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito de Arroio Trinta, senhor Claudio Spricigo, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 2002, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente Dispensa por Justificativa, do tipo Menor preço Por item, embasada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 e tendo como objeto Contratação de laboratório credenciado junto ao Instituto do Meio Ambiente (IMA), para realização de coletas e análises de água do sistema de tratamento de esgoto do Município de Arroio Trinta, pelo período de 12 meses, contatos a partir da assinatura do Contrato, nestes termos:

Proponentes que apresentaram o menor preço e seus respectivos itens:

3568 - TERRANALISES LABORATORIO DE ANALISES AMBIENTAIS LTDA. (09.579.096/0001-69)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	31633 - Efluente Tratado Coleta e análise de água no tratamento de esgoto do Município de Arroio Trinta e, emissão de relatórios dos ensaios com os seguintes parâmetros: Coliformes termo-tolerantes, DBO 5, DQO, Fósforo total, Nitrogênio Amoniacal, Óleos e graxas totais, pH, Sólidos sedimentáveis, Temperatura da amostra	SV	4	375,00	1.500,00

2	31634 - Efluente Bruto - Entrada Coleta e análise de água no tratamento de esgoto do Município de Arroio Trinta e, emissão de relatório de ensaio realizado com o seguinte parâmetro: Demanda Bioquímica de Oxigênio - DBO5	SV	12	93,00	1.116,00
3	31635 - Efluente Tratado - SAÍDA Coleta e análise de água no tratamento de esgoto do Município de Arroio Trinta e, emissão de relatório de ensaio com o seguinte parâmetro: Demanda Bioquímica de Oxigênio - DBO5	SV	12	93,00	1.116,00
Total				3.732,00	

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 03 de junho de 2020.

Claudio Spricigo.
Prefeito de Arroio Trinta.

Ascurra

PREFEITURA

PORTARIA Nº 6950, DE 08/06/2020

Publicação Nº 2526057

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ: 83.102.772/0001-61

PORTARIA Nº 6950, de 08 de Junho de 2020.

PRORROGA PRAZO DO PROCESSO ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR Nº 07/2019.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito do Município de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 72, XXVI da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, o art. 192 da Lei Complementar nº 117/2011 de 19.12.2011, que determina a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado a ampla defesa;

CONSIDERANDO, a Decisão Administrativa nº 60/2019 de 15/04/2019, Fls. 15 a 17; e

CONSIDERANDO, o objeto da investigação em apurar os fatos narrados na denuncia e nos informativos apresentados pelo secretário Municipal de Saúde e Assistência Social, de fls. 1, 4, 5 e 9, referente a conduta do servidor Adilson Pereira, no exercício das atribuições do cargo, especialmente em relação ao transporte de pacientes, bem como os fatos conexos a este; e

CONSIDERANDO, a necessidade da prorrogação do Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 07/2019 designado pela Portaria Nº 6427 de 16/04/2019, a contar do dia 08/06/2020 até o dia 06/08/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra, em 08 de Junho de 2020.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Município de Ascurra/SC, em 08 de Junho de 2020.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000
ASCURRA – SC Home-page: www.ascurra.sc.gov.br E-mail: gabinete@ascurra.sc.gov.br

Atalanta

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2020 - REGISTRO DE PREÇO - AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA E REABERTURA DE PRAZO DE PREGÃO PRESENCIAL

Publicação Nº 2525427

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2020

REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA

E REABERTURA DE PRAZO DE PREGÃO PRESENCIAL

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DE ACORDO COM O ARTIGO 48, INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, DE 7 DE AGOSTO DE 2014.

O Município de Atalanta – SC, torna público para conhecimentos dos interessados em participar do referido certame, que o Processo Administrativo Nº 18/2020 – Pregão Presencial Nº 16/2020, forma de julgamento Menor Preço por Item, tendo como objeto “REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AREIA GROSSA (PARA CALÇAMENTO) PARA USO NA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS URBANAS E RURAIS DO MUNICÍPIO DE ATALANTA” com data de abertura ocorrida em 16 de junho de 2020 às 09:00 horas, foi considerado “DESERTO”, face ausência total de interessados. Assim, REABRE-SE O PRAZO para realização de novo certame, DEVENDO OCORRER A ENTREGA DOS ENVELOPES (PROPOSTAS E HABILITAÇÃO) E DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO ATÉ ÀS 08 HORAS 45 MINUTOS DO DIA 29 DE JUNHO DE 2020 E SESSÃO PÚBLICA/ABERTURA ÀS 09 HORAS DO MESMO DIA, tendo como local a Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Atalanta, localizada na Avenida XV de Novembro, nº 1030, Centro, Atalanta, SC, CEP 88.410-000, permanecendo inalteradas as demais condições do edital. O edital completo e maiores informações poderão ser obtidas através do site www.atalanta.sc.gov.br ou através do e-mail licitacao@atalanta.sc.gov.br ou pelo telefone (47) 3535-0015.

Atalanta, 17 de junho de 2020.

Juarez Miguel Rodermele – Prefeito Municipal

Aurora

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 030/2020

Publicação Nº 2525226

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

AVISO DE LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 007 de 13 de Fevereiro de 2020, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia **01 de Julho de 2020, às 09:00:00 horas**, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 350 - KM 364 - Nº 408 - CENTRO - AURORA - SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 039/2020, na modalidade de Pregão.

Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93.

Finalidade:

“AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I E CONVENIO Nº. 2020TR000568 E CONFORME PROPOSTA DE TRABALHO DE Nº 22.574 – PROGRAMA TRANSFERÊNCIA 2019008399 AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PARA MUNICÍPIO DE AURORA, SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PESCA E DESENVOLVIMENTO RURAL - GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA”.

Aurora, 16 de Junho de 2020.

ALEXSANDRO KOHL
PREFEITO MUNICIPAL

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

DECRETO Nº 072/2020

Publicação Nº 2526042

Decreto nº 072, de 16 de junho de 2020.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA RETOMADA GRADUAL DO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS EM ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, VANS E SIMILARES, CONSIDERANDO-SE AS MEDIDAS DE COMBATE AO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA PROVOCADA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto dos Incisos I, XXII e XXVI, do Artigo 58, da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda o direito aos Municípios de Legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do Inciso I, do Artigo 30 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a classificação pela Organização Mundial de Saúde - OMS, no dia 11 de março de 2020, como Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do Artigo 196, da Constituição da República;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 que "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019";

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que Estabelece as Medidas para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que em virtude das dificuldades enfrentadas e a dimensão que os riscos para a saúde pública com a pandemia da COVID-19, à Administração Pública, Federal, Estadual e Municipal compete o planejamento, com a previsão de soluções adequadas que exigem providências imediatas, destinadas a evitar a difusão da doença e a reduzir o ritmo das contaminações;

CONSIDERANDO o Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020, que Declara Estado de Calamidade Pública em todo o Território Catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - Doenças Infecciosas Virais, para fins de Enfrentamento à COVID-19 e estabelece outras providências, expedido pelo Governo do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a retomada gradual de todas as atividades comerciais, esportivas, estudantis, alimentícias, industriais e de lazer, no âmbito do Estado de Santa Catarina,

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 1º, do Decreto Estadual nº 630, de 1º de Junho de 2020, que alterou o Artigo 8º do Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, notadamente o §1º, que autorizou, a partir de 8 de junho de 2020, os estágios obrigatórios e as atividades práticas presenciais curriculares nos laboratórios de cursos superiores;

CONSIDERANDO que compete ao Município dispor sobre a circulação de veículos de transporte rodoviário com características urbanas (intermunicipal) nos termos do Artigo 3º da Portaria SIE nº 321/2020, de 03/06/2020, da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, publicada no Diário Oficial – SC – nº 21.283, de 04/06/2020;

CONSIDERANDO que o retorno das atividades presenciais nas instituições de ensino superior na região demandam transporte de ônibus, micro-ônibus, vans e veículos similares;

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego de medidas de prevenção, controle contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, e a necessidade da retomada de serviços indispensáveis a população;

CONSIDERANDO as demais regras instituídas pelo Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação das condições de uso deste veículos em razão da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a importância de continuidade da formação acadêmica;

CONSIDERANDO a relevância da retomada gradual das atividades, com higienização e segurança;

CONSIDERANDO a necessidade de preservação da saúde e da vida dos nossos munícipes;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse público e a necessidade administrativa, na questão,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a circulação de ônibus, micro-ônibus, vans e demais veículos destinados ao transporte coletivo de passageiros, observando-se parâmetros mínimos de segurança sanitária estabelecidos por este Decreto.

Art. 2º A circulação de ônibus, micro-ônibus, vans e demais veículos destinados ao transporte coletivo de passageiros, ficará condicionada à observância dos seguintes requisitos:

I - higienização interna dos veículos nos intervalos entre as jornadas;

II - pulverização do interior dos veículos, com produto antibactericida com potencial para sanitização ativa por até 72h (setenta e duas horas);

III - limitar em 50% (cinquenta por cento) da capacidade dos ônibus, micro-ônibus, vans e demais veículos destinados ao transporte coletivo de passageiros, respeitando-se o distanciamento social;

IV - exigência do uso de máscaras para todos os passageiros e tripulantes;

V - o veículo deverá priorizar a execução dos trajetos com as janelas abertas, sempre que as condições climáticas possibilitarem;

VI - disponibilização de álcool gel 70% para higienização das mãos dos passageiros e tripulantes.

Art. 3º Recomenda-se as pessoas pertencentes ao Grupo de Risco, que continuem restritas ao máximo a circulação e permanência em locais de grande fluxo de pessoas, evitando em especial Supermercados, Bancos e Transporte Coletivo.

Art. 4º Os passageiros deverão evitar, sempre que possível, os horários de pico nos transportes públicos, bem como aglomeração nos pontos de ônibus e pontos de espera de vans e micro-ônibus.

Art. 5º No Terminal Rodoviário "Manoel Costa" do Município de Balneário Arroio do Silva, as seguintes medidas deverão ser adotadas:

I - desinfecção periódica de todas as superfícies mediante pulverização com solução antibactericida;

II - intensificação da frequência de higienização dos banheiros e dos guichês de atendimento;

III - higienização das carteirinhas de identificação e/ou dos cartões retornáveis anteriormente à entrega aos passageiros; e

IV - utilização de máscaras de proteção por todos os passageiros e trabalhadores.

Art. 6º Para ingresso e permanência em veículos destinados ao transporte coletivo de passageiros será obrigatório o uso de máscara de proteção.

Art. 7º O Município de Balneário Arroio do Silva intensificará ações de prevenção, higiene e distanciamento no Terminal Rodoviário "Manoel Costa" de transporte coletivo urbano e rodoviário, dentre elas:

I – afixará cartazes informativos dos cuidados, nos ambientes públicos de operação de transporte, sobre higienização das mãos, uso do álcool gel 70%, uso de máscaras, distanciamento entre as pessoas, limpeza de superfícies, ventilação e limpeza dos ambientes;

II – observará o controle do acesso das pessoas ao Terminal, sendo permitindo o acesso somente das pessoas que efetivamente pretendam utilizar o transporte;

III – verificará acerca da demarcação e orientação dos usuários para que se mantenham a uma distância mínima de 1,50m (um metro e meio) das demais pessoas, limite que também deverá estar presente nos pontos de ônibus, no chão e assentos no Terminal Rodoviário;

IV – realizará a desinfecção e manterá equipe para limpeza e higienização das estruturas públicas do Terminal Rodoviário de Transporte Coletivo Urbano;

V – exigirá a utilização de máscaras por todos os passageiros, motoristas e trabalhadores durante todo o percurso e nos pontos de ônibus,

observadas as normas estabelecidas pelo Órgão de Saúde ou Vigilância Sanitária competentes.

Art. 8º Cabe aos órgãos de fiscalização municipal e estadual promover ações e operações que garantam o cumprimento das medidas sanitárias de controle.

Art. 9º A autorização prevista neste Decreto está condicionada ao cumprimento das regras de higiene, saúde e biossegurança estabelecidas pelas autoridades de saúde pública, sendo que as empresas deverão observar em suas atividades as medidas definidas na Portaria SIE nº 321/2020, de 03/06/2020, da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, publicada no Diário Oficial – SC – nº 21.283, de 04/06/2020.

Art. 10 A desobediência aos comandos previstos neste Decreto, caracterizará infração administrativa e sujeitará o infrator à aplicação de penalidades, sem prejuízo de demais sanções civis, administrativas e criminais previstas para os crimes elencados nos Artigos 268 (infração de medida sanitária preventiva) e Artigo 330 (crime de desobediência) do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940).

Art. 11 Os efeitos deste Decreto se aplicam enquanto perdurarem os efeitos da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19).

Art. 12 As medidas estabelecidas neste Decreto poderão sofrer alterações conforme a evolução do contágio do Novo Coronavírus (COVID-19) no Município de Balneário Arroio do Silva.

Art. 13 Este Decreto entra em vigor em 17 de junho de 2020, com prazo de vigência limitado nos §§ 2º e 3º do Artigo 1º e no Artigo 8º, da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, em 16 de junho de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 16 de junho de 2020.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 1.003/2020

Publicação Nº 2524848

LEI Nº 1.003, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

AUTORIZA A ADESÃO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA AO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC – CISAMREC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município de Balneário Arroio do Silva, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Município de Balneário Arroio do Silva a Aderir ao CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC – CISAMREC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.791.885/0001-36, com sede a Av. Santos Dumont, nº 1980, Salas 03 e 04, bairro São Luiz, em Criciúma/SC., previsto no Artigo 241, da Constituição Federal, e no Plano Infraconstitucional Editado pela Lei Geral dos Consórcios Públicos, Lei Federal nº 11.107/2005, combinado com o Decreto Federal nº 6.107/2007, ficando o Chefe do Poder Executivo, autorizado a manifestar sua expressa anuência em assembléia, em relação à aprovação do respectivo estatuto da entidade e suas alterações.

Art. 2º Constituir-se-á objeto da adesão do Município de Balneário Arroio do Silva ao CISAMREC a participação e integração do Município para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive à realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica para a consecução das seguintes finalidades:

I - atendimento a ações e serviços de saúde coerentes com os princípios do SUS;

II - viabilizar investimentos de maior complexidade que aumentem a resolutividade das ações e serviços de saúde na área de abrangência do Consórcio, priorizando dentro do possível a resolutividade instalada;

III - garantir o controle popular no setor saúde da região, pela população dos municípios consorciados;

IV - representar o conjunto dos municípios que o integram em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades públicas ou privadas;

V - racionalizar os investimentos de compras, bem como os de uso de serviços de saúde na região da abrangência do CISAMREC;

VI - viabilizar o Distrito Sanitário da Região Sul de Santa Catarina, conforme diretrizes e princípios do SUS;

VII - planejar, adotar e executar programas e medidas destinadas a promover a saúde dos habitantes dos municípios consorciados e implantar serviços;

VIII - realizar a compra de medicamentos a pedido dos municípios consorciados, através de uma central de compras, utilizando-se, para tanto, de processo de licitação ou pregão presencial e/ou eletrônico, com o propósito de reduzir o custo dos mesmos;

IX - adquirir e ou receber em doações bens que entender necessários ao seu pleno funcionamento;

X - promover o planejamento, a gestão e a administração dos serviços e recursos da previdência social dos servidores de qualquer dos entes da Federação que integram o Consórcio, observado o disposto no Inciso X, do Artigo 3º, do Decreto Federal nº 6.017/2007;

XI - fazer cessão de bens mediante convênio ou contrato com os municípios consorciados ou entidades sem fins lucrativos;

XII - compartilhamento ou uso em comum de instrumentos e equipamentos, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal.

Art. 3º A adesão ao CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC – CISAMREC, pelo Município, tem por finalidade a adoção de Políticas Públicas na Área da Saúde.

Art. 4º A participação do Município junto ao CISAMREC, possibilita firmar convênios, contratos, termos de parceria, acordos, receber auxílios e subvenções de entidades e órgãos governamentais na Área de Saúde Pública.

Art. 5º O Município de Balneário Arroio do Silva/SC promoverá anualmente a assinatura de Contrato de Rateio contendo as pretensões de participação financeira na compra de medicamentos e serviços profissionais médicos junto ao CISAMREC.

Art. 6º O período de vigência da adesão do Município de Balneário Arroio do Silva/SC ao CISAMREC será por tempo indeterminado, ressalvadas as disposições estatutárias da entidade.

Parágrafo único. Quaisquer futuras alterações no Contrato do Consórcio, bem como os respectivos aditamentos, deverão ser ratificadas pelo Chefe do Poder Executivo de cada consorciado.

Art. 7º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a representar o Município de Balneário Arroio do Silva nos atos constitutivos do Consórcio, podendo exercer quaisquer funções administrativas previstas na estrutura organizacional do Consórcio.

Art. 8º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Contrato de Adesão, nos termos do Estatuto, com participação financeira de acordo com os serviços e normas estabelecidas pelo CISAMREC.

Art. 9º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a celebrar Contratos de Rateio, na forma da legislação de regência, devendo consignar os recursos comprometidos nestes contratos no Orçamento Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei do Plano Plurianual Anual.

Art. 10 O Poder Executivo Municipal, na qualidade de partícipe do ajuste consorcial, deverá prestar contas dos recursos financeiros despendidos na consecução das atividades desenvolvidas pelo Consórcio.

Art. 11 Fica autorizado ao Poder Executivo a fazer as alterações e ajustes em decorrência desta Lei, os Instrumentos de Planejamento, o Plano Plurianual 2018/2021, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA, vigentes e aplicáveis, para as inclusões e/ou alterações das despesas, projetos e programas previstos, observando-se para esse fim, o disposto nos Artigos 40 a 43, todos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, através de Decreto.

Art. 12 As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Balneário Arroio do Silva, suplementadas, se necessário, por Ato Próprio do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se para este fim, o disposto nos Artigos 40, 41, 42 e 43, todos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 13 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a expedir Atos necessários estabelecendo normas complementares à execução da presente Lei e as regulamentações necessárias.

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, em 15 de junho de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração e Finanças, em 15 de junho de 2020.

wanderlei luciano nagel
Secretário de Administração e Finanças

Balneário Piçarras

PREFEITURA

CONTRATO 011/2020 FME

Publicação Nº 2525013

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CONTRATO Nº 011/2020 – FME DE 09/06/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2020 – FME
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2020 – FME
HOMOLOGADO EM 22/05/2020

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 006/2020, Tomada de Preços nº 002/2020, cujo objeto trata de Contratação de empresas para execução de obras de adequação do sistema preventivo de incêndio, pânico e acessibilidade das escolas da rede municipal de ensino municipal de Balneário Piçarras, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital. A base dos valores constantes da proposta da contratada importa o presente contrato, o valor global de R\$ 671.333,79 (seiscentos e setenta e um mil, trezentos e trinta e três reais e setenta e nove centavos), que serão pagos no prazo de até 30 trinta dias úteis, contados da conclusão de cada etapa dos serviços, em obediência ao cronograma constante no Termo de Referência, e do faturamento, efetivamente aceitos pela fiscalização. O prazo para a execução dos serviços é de 06 (seis) meses, a contar da data deste termo

STOP FIRE - PROJETOS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO EIRELI

Balneário Piçarras, 09 de junho de 2020

LAURECI BERNADETE SCHNEIDER PEREIRA – Gestora do Fundo Municipal de Educação

DECRETO 069-1506-SUPLEMENTAÇÃO-SUPERÁVIT FINANCEIRO

Publicação Nº 2525685

DECRETO Nº 069/2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo Art. 19, Inciso III da Lei Municipal nº 731, de 20/11/2019 – LOA, e dá outras providências.

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso das atribuições e prerrogativas que lhe concede o inciso VII, do artigo 90, da Lei Orgânica Municipal e autorizado pela Lei nº 731, de 20 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 460.500,00 (quatrocentos e sessenta mil e quinhentos reais) destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Unidade Orçamentária: 001 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Funcional-Programática: 04.122.0002

Atividade: 2009 - Manutenção das atividades da Secretaria de Administração e Fazenda

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 0.3.00.1000 - SF: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 100.000,00

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais

Unidade Orçamentária: 001 – Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais

Funcional-Programática: 27.812.0005

Projeto: 1011 - Construção de quadra esportiva no Bairro Itacolomi

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 0.3.50.0001 - SF: Cessão Onerosa - Lei nº 13.885/2019

Valor: R\$ 68.000,00

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão

Unidade Orçamentária: 001 – Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão

Funcional-Programática: 06.182.0006

Atividade: 2018 - Manutenção do Sistema de Monitoramento Urbano

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 0.3.00.1000 - SF: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 292.500,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2019 por conta dos Recursos Ordinários na importância de R\$ 392.500,00 (trezentos e noventa e dois mil e quinhentos reais) e da Cessão Onerosa - Lei nº 13.885/2019 na importância de R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais), totalizando R\$ 460.500,00 (quatrocentos e sessenta mil e quinhentos reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras/SC, 15 de junho de 2020.

LEONEL JOSÉ MARTINS
Prefeito Municipal

O presente Decreto nº 069/2020 foi registrado na Secretaria de Administração e Fazenda e publicado no Mural do Edifício Sede da Prefeitura em 15 de junho de 2020.

ANA LÚCIA WILVERT
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO IPTU 2020 - INDEFERIDO 34ª

Publicação Nº 2524905

EDITAL DE INTIMAÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DE IMPUGNAÇÃO E/OU REVISÃO DE IPTU DO EXERCÍCIO DE 2020 DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Com fundamento no artigo 239 e 240, do Código Tributário Municipal – Lei Complementar n. 155/2019, ficam INTIMADOS, de forma global e impessoal, através de publicação única do presente Edital, os sujeitos passivos que interpuseram recurso à obrigação tributária do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU do ano de 2020, abaixo relacionados, acerca do INDEFERIMENTO, do processo administrativo de impugnação e/ou revisão de IPTU, diante da regularidade do lançamento tributário, pelas seguintes razões:

Efetuada o recálculo do lançamento do tributo por esta Assessoria Fazendária, se constatou que o lançamento do IPTU do exercício de 2020 restou procedido de forma adequada, estando o cálculo juntado dentro do processo administrativo, tendo o lançamento obedecido os ditames da Lei nº 712, de 14 de agosto de 2019, em especial o disposto no art. 32 e no art. 35 da lei do IPTU que assim dispõe:

“Art. 32. Será concedido desconto de até dez por cento (10%) sobre o valor do IPTU, sem prejuízo do disposto no art. 31 desta Lei, à título de "Bônus Adimplência", se os Créditos Tributários municipais de IPTU, referentes ao imóvel, tiverem sido pagos até o dia 31 de dezembro do exercício anterior ao do Lançamento, conforme dispuser o Regulamento”.

“Art. 35. Excepcionalmente no exercício de 2020, será concedido desconto no IPTU na proporção de dez por cento (10%), para os imóveis que porventura tenham o imposto lançado naquele exercício superior a dez por cento (10%), em comparação com o exercício de 2019.
§1º O valor do lançamento do IPTU do exercício de 2020, não poderá ser inferior ao imposto lançado no exercício de 2019, acrescido da variação do INPC/IBGE no período.

§2º O desconto constante deste artigo será aplicado após a concessão do benefício constante do artigo 32 desta Lei, ou seja, antes da concessão do benefício para pagamento em quota única, constante do artigo 31 desta Lei”.

Destaca-se, ainda, que o Decreto no 06, de 13 de janeiro de 2020 fixou o percentual dez por cento (10%) de descontos referente ao art. 32 da Lei nº 712/2019 e datas de vencimento das parcelas do IPTU para o exercício de 2020.

Assim, nos termos da Instrução Normativa no 001/2020, constatou-se que:

1. O lançamento do IPTU do exercício de 2020 levou em consideração o disposto no art. 32 da Lei nº 712/2019, respeitando o §1º do art. 35 da referida lei.
2. O lançamento do IPTU do exercício de 2020 levou em consideração o disposto no caput do art. 35 da Lei nº 712/2019, respeitando o §1º do art. 35 da referida lei.
3. O lançamento do IPTU do exercício de 2020 levou em consideração o disposto no §2º do art. 35 da Lei nº 712/2019, respeitando o §1º do art. 35 da referida lei.
4. Diante do disposto no §1º do art. 35 da Lei nº 712/2019, o IPTU no exercício de 2020 não poderá ser inferior ao IPTU do exercício de 2019 acrescido da variação do INPC/IBGE no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2019 que resultou em 4,48% (quatro inteiros e quarenta e oito centésimos por cento).

Deste modo, encontra-se em regularidade o lançamento do IPTU/2020, estando em conformidade com o cadastro imobiliário municipal e com a Lei Complementar 155/2019 e Lei 712/2019, sendo prorrogado apenas o vencimento da cota única com 10% de desconto e da 1ª (primeira) parcela, para 20/03/2020, conforme Instrução Normativa n. 002/2020, pois interposto dentro do prazo de impugnação previsto no art. 30, da Lei 712/2019.

REQUERENTE	CPF/CNPJ	INSC. IMOBILIÁRIA	PROCESSO ADMINISTRATIVO	VALOR DO LANÇAMENTO DO IPTU
Rosane Aparecida Liberato	416.376.239-68	01.08.154.0220.002.001	1271/2020	R\$ 1.790,54
Elza Ignaczuk Fossa	014.388.669-09	01.05.021.0153.001	1043/2020	R\$ 564,76
Anselmo Chimanski	769.599.299-20	01.08.034.1400.001	1292/2020	R\$ 1.813,89
Karin Silva Ramos	028.054.699-84	01.08.295.0487.001	1306/2020	R\$ 2.963,27
Cirineu Bobko	393.742.899-20	01.04.037.1354.001/002	873/2020	R\$ 2.034,56
Maria Izabel dos Santos Besen	341.930.909-06	01.08.001.0020.018	855/2020	R\$ 2.937,61
Marlise Dal Ri Zambão	463.315.819-87	01.02.004.0231.006	853/2020	R\$ 3.473,87

NOTIFICA-SE, que da referida decisão cabe Recurso Ordinário, que deve ser interposto no prazo de quinze (15) dias úteis, contados da data da intimação.

Nota: Para os contribuintes que possuem endereço completo, foi enviada a guia de recolhimento, por AR, podendo ser entregue de forma pessoal, sendo o endereço dentro do Município de Balneário Piçarras. Podendo ainda, a segunda via ser impressa no endereço eletrônico: www.picarras.sc.gov.br, ou se preferir pode solicitar por e-mail através do endereço arrecade@picarras.sc.gov.br.

Balneário Piçarras (SC), 16 de Junho de 2020.

EMANUELI PRAUCHNER BIGOLIN BERFT
Fiscal de Tributos

REGIANE REGINA CORRÊA DAS NEVES
Assessora Fazendária

ANA LÚCIA WILVERT
Secretária de Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO IPTU 2020 DEF. 33ª

Publicação Nº 2524896

EDITAL DE INTIMAÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DE IMPUGNAÇÃO E/OU REVISÃO DE IPTU DO EXERCÍCIO DE 2020 DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Com fundamento no artigo 239 e 240, do Código Tributário Municipal – Lei Complementar n. 155/2019, ficam INTIMADOS, de forma global e impessoal, através de publicação única do presente Edital, os sujeitos passivos que interpuseram recurso à obrigação tributária do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU do ano de 2020, abaixo relacionados, acerca do DEFERIMENTO, do processo administrativo de impugnação e/ou revisão de IPTU, diante da irregularidade do lançamento tributário, pelas seguintes razões:.

Realizada a vistoria in loco, foi constatado algumas divergências em relação as categorias, das Tabelas 1 à 10, do Anexo III, da Lei 712/2019, sendo que os imóveis estavam lançados com Revestimento Externo "Reboco" quando no local é "Pintura"; Estado de Conservação "Ótimo" quando é "Muito Bom" ou "Bom", algumas situações estavam com as esquadrias como madeira ou alumínio quando seria "Vidro" ou "PVC". Diante das divergências cadastrais, foi efetuado o recálculo do lançamento do tributo, por esta Assessoria Fazendária, constatando-se que o lançamento do IPTU do exercício de 2020 restou procedido de forma inadequada, razão pela qual fez-se o cálculo manual por amostragem, chegando-se em alguns casos em majoração do valor venal do imóvel e outros com minoração do valor venal.

Por essa razão foi recalculado os imóveis, conforme previsto na Instrução Normativa 002/2020, de 18/02/2020, sendo efetuado um novo lançamento para cobrança do IPTU de 2020, conforme os ditames legais, da Lei nº 712, de 14 de agosto de 2019, em especial o disposto nos Anexos III e IV, c/c art. 32 e no art. 35, da lei do IPTU que assim dispõe:

"Art. 32. Será concedido desconto de até dez por cento (10%) sobre o valor do IPTU, sem prejuízo do disposto no art. 31 desta Lei, à título de "Bônus Adimplência", se os Créditos Tributários municipais de IPTU, referentes ao imóvel, tiverem sido pagos até o dia 31 de dezembro do exercício anterior ao do Lançamento, conforme dispuser o Regulamento".

"Art. 35. Excepcionalmente no exercício de 2020, será concedido desconto no IPTU na proporção de dez por cento (10%), para os imóveis que porventura tenham o imposto lançado naquele exercício superior a dez por cento (10%), em comparação com o exercício de 2019.

§1º O valor do lançamento do IPTU do exercício de 2020, não poderá ser inferior ao imposto lançado no exercício de 2019, acrescido da variação do INPC/IBGE no período.

§2º O desconto constante deste artigo será aplicado após a concessão do benefício constante do artigo 32 desta Lei, ou seja, antes da

concessão do benefício para pagamento em quota única, constante do artigo 31 desta Lei”.

Destaca-se, ainda, que o Decreto no 06, de 13 de janeiro de 2020 fixou o percentual dez por cento (10%) de descontos referente ao art. 32 da Lei nº 712/2019 e datas de vencimento das parcelas do IPTU para o exercício de 2020.

Assim, nos termos da Instrução Normativa no 001/2020, constatou-se que:

1. O lançamento do IPTU do exercício de 2020 levou em consideração o disposto no art. 32 da Lei nº 712/2019, respeitando o §1º do art. 35 da referida lei.
2. O lançamento do IPTU do exercício de 2020 levou em consideração o disposto no caput do art. 35 da Lei nº 712/2019, respeitando o §1º do art. 35 da referida lei.
3. O lançamento do IPTU do exercício de 2020 levou em consideração o disposto no §2º do art. 35 da Lei nº 712/2019, respeitando o §1º do art. 35 da referida lei.
4. Diante do disposto no §1º do art. 35 da Lei nº 712/2019, o IPTU no exercício de 2020 não poderá ser inferior ao IPTU do exercício de 2019 acrescido da variação do INPC/IBGE no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2019 que resultou em 4,48% (quatro inteiros e quarenta e oito centésimos por cento).

Deste modo, encontra-se em irregularidade o lançamento do IPTU/2020, que estava in loco com as características em desconformidade com o constante no cadastro imobiliário municipal e com a Lei Complementar 155/2019 e Lei 712/2019, sendo que houve o lançamento da diferença de pagamento quando cobrado a menor, bem como, os pagamentos já feitos a maior ao relançamento devem ser solicitado a devolução ou compensação dos valores através de processo administrativo, no Departamento de Arrecadação munido do boleto e respectivo pagamento, os carnês vencidos e não pagos houve a prorrogado apenas o vencimento da cota única com 10% de desconto e da 1ª (primeira) parcela, para 20/03/2020, conforme Instrução Normativa n. 002/2020, pois interposto dentro do prazo de impugnação previsto no art. 30, da Lei 712/2019.

REQUERENTE	CPF/CNPJ	INSC. IMOBILIÁRIA	PROCESSO ADMINISTRATIVO	VALOR DO LANÇAMENTO DO IPTU
Mario Lucio R. Bastos	308.176.177-87	01.08.020.2215.005.001	826/2020	R\$ 2.987,30
Edemar Boettcher	218.868.499-00	01.03.020.0106.007	1017/2020	R\$ 3.734,33
Luiz Carlos Semicek	231.681.889-72	01.08.402.083.004	831/2020	R\$ 1.949,37

NOTIFICA-SE, que da referida decisão cabe Recurso Ordinário, que deve ser interposto no prazo de quinze (15) dias úteis, contados da data da intimação.

Nota: Para os contribuintes que possuem endereço completo, foi enviada a guia de recolhimento, por AR, podendo ser entregue de forma pessoal, sendo o endereço dentro do Município de Balneário Piçarras. Podendo ainda, a segunda via ser impressa no endereço eletrônico: www.picarras.sc.gov.br, ou se preferir pode solicitar por e-mail através do endereço arrecade@picarras.sc.gov.br.

Balneário Piçarras (SC), 16 de Junho de 2020.

EMANUELI PRAUCHNER BIGOLIN BERFT
Fiscal de Tributos

REGIANE REGINA CORRÊA DAS NEVES
Assessora Fazendária

ANA LÚCIA WILVERT
Secretária de Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL**ERRATA - EXTRATO DE CONTRATO 14/2020 – 2º TERMO ADITIVO**

Publicação N° 2525350

ERRATA - EXTRATO DE CONTRATO 14/2020 – 2º TERMO ADITIVO

Retifica-se o valor total do contrato

Onde lê-se:

Estado de Santa Catarina	
Município de Balneário Piçarras	
Câmara Municipal De Balneário Piçarras	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato nº:	07/2018 – 2TA
Contratante:	Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras
Contratado:	Softcam Soluções Ltda Me
CNPJ	24.092.271/0001-82
Objeto:	O presente TERMO ADITIVO tem como objeto a repactuação do contrato 07/2018 firmado entre as partes em 13 de junho de 2018.
Valor:	R\$ 17.260,20 (dezessete mil, duzentos e sessenta reais e vinte centavos) pagos em 12 parcelas mensais de R\$ 1.448,35 (mil quatrocentos e quarenta e oito reais e trinta e cinco centavos). R\$ 2.447,20 (dois mil quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte centavos) referente a 80 (oitenta) horas de assistência técnica se forem necessárias.
Vigência:	Início: 13/06/2020 Término: 12/06/2021
Licitação:	Pregão Presencial 11/2018
Balneário Piçarras, 13 de junho de 2020	
JOÃO BENTO MORAES	
Presidente	

Passa-se a ler:

Valor:	R\$ 17.380,20 (dezessete mil, trezentos e oitenta reais e vinte centavos) pagos em 12 parcelas mensais de R\$ 1.448,35 (mil quatrocentos e quarenta e oito reais e trinta e cinco centavos). R\$ 2.447,20 (dois mil quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte centavos) referente a 80 (oitenta) horas de assistência técnica se forem necessárias.
--------	---

EXTRATO DE CONTRATO 13/2020 - 1º TERMO ADITIVO

Publicação N° 2525305

EXTRATO DE CONTRATO 13/2020 - 1º TERMO ADITIVO

Estado de Santa Catarina	
Município de Balneário Piçarras	
Câmara Municipal De Balneário Piçarras	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato nº:	02/2020 - 1TA
Contratante:	Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras
Contratado:	Virtual Pro Informática Ltda ME
CNPJ:	16.491.751/0001-98
Objeto:	Constitui objeto do referido instrumento a alteração quantitativa e qualitativa do objeto do contrato 02/2020 firmado entre a Câmara Municipal de Balneário Piçarras e a empresa Virtual Pró Informática.
Valor:	R\$ 615,00 (seiscentos e quinze reais)
Vigência:	Início: 10/03/2020 Término: 31/12/2020
Licitação:	Processo Licitatório 04/2020 – Dispensa de Licitação 02/2020
Balneário Piçarras, 08 de junho de 2020	
JOÃO BENTO MORAES	
Presidente	

EXTRATO DE CONTRATO 15/2020

Publicação Nº 2525312

EXTRATO DE CONTRATO 15/2020

Estado de Santa Catarina	
Município de Balneário Piçarras	
Câmara Municipal De Balneário Piçarras	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato nº:	03/2020
Contratante:	Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras
Contratado:	Auto Posto Jordan Eireli
	CNPJ: 31.300.736/0001-09
Objeto:	Constitui o objeto do referido instrumento a contratação de empresa especializada em fornecimento parcelado de combustível, do tipo gasolina comum, destinado exclusivamente ao abastecimento do veículo oficial da Câmara Municipal de Balneário Piçarras.
Valor:	Ao referido contrato será atribuída a quantia estimada de 1.000 (mil) litros, com custo unitário de R\$ 3,879 (três reais e oitocentos e setenta e nove centésimos) por litro, totalizando R\$ 3.879,00 (três mil, oitocentos e setenta e nove reais).
Vigência:	Início: 05/06/2020 Término: 31/12/2020
Licitação:	Processo Licitatório 08/2020 – Dispensa de Licitação 05/2020
Balneário Piçarras, 05 de junho de 2020	
JOÃO BENTO MORAES	
Presidente	

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº. 048/PMBR/2020

Publicação Nº 2525258

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 048/PMBR/2020.

1.1 O Município de Balneário Rincão – SC, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Credenciamento Nº. 048/PMBR/2020, que tem como objeto o Credenciamento de Leiloeiros Oficiais com vistas à realização, mediante contrato específico, de leilão público de bens inservíveis da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, fica incluso no item 6 subitem 6.1. Letra d) II, a letra a) Fica incluso a exigência do seguinte documento:

a) Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI) fornecida pelo INSS, nos termos do ART. 1º da Portaria Conjunta INSS/RFB Nº 6/2008.

Feita a retificação do Edital, fica prorrogado para as 14h00min (quatorze horas) do dia 03 (três) do mês de julho do ano de dois mil e vinte (03/07/2020 as 14h00min), a data limite para protocolo da manifestação de interesse juntamente com os documentos condicionantes ao credenciamento, por interesse público e conveniência administrativa, conforme previsto na Lei Nº. 8.666/93. Feita a retificação e a prorrogação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

Balneário Rincão, 15 de Junho de 2020.

Adroaldo Faraco

Presidente da Comissão de Licitações

DECRETO Nº 076/2020

Publicação Nº 2525785

Decreto nº 76 de 09 de junho de 2020.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VI, do Artigo 84, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº 439, de 12 de Dezembro de 2019 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.03	Secretaria Administração e Finanças
FUNÇÃO	28	Encargos Especiais
PROGRAMA	0	Encargos Especiais e Dívida Pública
SUBFUNÇÃO	846	Outros Encargos Especiais
RECURSO	5000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	0.001	Amortização da Dívida Fundada e Débitos Consolidados
ELEMENTO	3.2.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	20	

Valor: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto, será utilizado a anulação parcial da dotação do Orçamento Geral do Município, conforme preceitua o Artigo 9º, da Lei nº 439, de 12 de Dezembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual (LOA) no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), de acordo com o Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.03	Secretaria Administração e Finanças
FUNÇÃO	28	Encargos Especiais

PROGRAMA	0	Encargos Especiais e Dívida Pública
SUBFUNÇÃO	846	Outros Encargos Especiais
RECURSO	5000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	0.001	Amortização da Dívida Fundada e Débitos Consolidados
ELEMENTO	4.6.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	21	

Valor: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, em 09 de Junho de 2020.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 09 de Junho de 2020.

GABRIEL SCHONFELDER DE SOUZA
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 077/2020

Publicação Nº 2525954

DECRETO/GP/Nº 077/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Declara de utilidade pública áreas de terra da matrícula 13.312, do Ofício de Registro de imóveis de Içara.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 e inciso V do art. 21 da Lei Orgânica do Município e Decreto-Lei Federal 3.365 de 21 de julho de 1941;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a utilidade pública para aquisição pelo Município, por compra, doação, permuta, cessão, transação, compensação, desapropriação amigável ou judicial, área de terra medindo 5.090,86 m², que é parte de uma área total de 320.000,00 m², devidamente matriculada sob o nº 13.312 no Cartório de Registro de Imóveis do Ofício da Comarca de Içara, a seguir descritas:

I – Área desapropriada, medindo de 5.090,86 m² com as seguintes confrontações:

NORTE: Em 3 (três) segmentos de 45,10 m, 2,02 m e 9,55 m com a área remanescente da MATRICULA 13.312;

SUL: 53,97 m com a área remanescente da MATRICULA 13.312;

LESTE: 99,41 m com a área remanescente da MATRICULA 13.312;

OESTE: 93,34 m com a área remanescente da MATRICULA 13.312.

Art. 2º. A declaração de utilidade pública da área descrita no artigo 1º, inciso I, tem como objetivo a construção de uma quadra esportiva na Barra Velha.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão – SC, 16 de junho de 2020.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em, 16 de junho de 2020.

GABRIEL SCHONFELDER DE SOUZA
Secretário de Administração e Finanças

ATA 021/PMBR/2020 - PP 041/PMBR/2020

Publicação Nº 2525783

Página: 1/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2020

Número do Registro de Preços: 21/2020			Data do Registro: 16/06/2020		Válido até: 16/06/2021		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS E CAMINHÕES, INCLUINDO OPERADORES/MOTORISTAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS E DO SAMAE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA TIPO S-90, COM CONCHA FURADA (TIPO CESTA), COM POTENCIA NOMINAL DE MOTOR MINIMA DE 120 HP, COM OPERADOR - COM ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS. (7778)	HS	CORREA NUNES PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA- ME (291)		0	135,0000	1
			REGINALDO LUZ DA SILVA TRANSPORTES (2003)		0	137,0000	2
			DJALIMA ZANETTE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP (365)		0	138,9000	3
2	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA TIPO S-90, COM CONCHA FURADA (TIPO CESTA), COM POTENCIA NOMINAL DE MOTOR MINIMA DE 120 HP, COM OPERADOR - COM ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS. (7778)	HS	DJALIMA ZANETTE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP (365)		0	119,9000	1
			REGINALDO LUZ DA SILVA TRANSPORTES (2003)		0	120,0000	2
			CORREA NUNES PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA- ME (291)		0	125,0000	3
3	CAMINHÃO CACAMBA, BASCULANTE, TRACADO, TRUCADO, COM CAPACIDADE DE CARGA MINIMA DE 12,00 M³, INCLUINDO OPERADOR - COM ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS. (7780)	HS	RIMOL TERRAPLANAGEM LTDA ME (156)		0	68,0000	1
			REGINALDO LUZ DA SILVA TRANSPORTES (2003)		0	69,0000	2
			WSZ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES EIRELI M (703)		0	70,9000	3
4	CAMINHÃO CACAMBA, BASCULANTE, TRACADO, TRUCADO, COM CAPACIDADE DE CARGA MINIMA DE 12,00 M³, INCLUINDO OPERADOR - COM ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS. (7780)	HS	REGINALDO LUZ DA SILVA TRANSPORTES (2003)		0	67,9000	1
			RIMOL TERRAPLANAGEM LTDA ME (156)		0	78,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2020

Página: 2/6

Número do Registro de Preços: 21/2020		Data do Registro: 16/06/2020		Válido até: 16/06/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS E CAMINHÕES, INCLUINDO OPERADORES/MOTORISTAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS E DO SAMAE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WSZ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES EIRELI M (703)		0	79,9000	3
5	PÁ CARREGADEIRA COM POTENCIA IGUAL OU SUPERIOR Á 195CV, COM CAPACIDADE DA CAÇAMBA IGUAL OU SUPERIOR A 2,8M³, INCLUINDO OPERADOR - ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS. (7782)	HS	REGINALDO LUZ DA SILVA TRANSPORTES (2003)		0	120,0000	1
			TERRAPLANAGEM NOSSA SENHORA DE FATIMA EIRELI ME (1726)		0	165,0000	2
6	PÁ CARREGADEIRA COM POTENCIA IGUAL OU SUPERIOR Á 195CV, COM CAPACIDADE DA CAÇAMBA IGUAL OU SUPERIOR A 2,8M³, INCLUINDO OPERADOR - ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS. (7782)	HS	REGINALDO LUZ DA SILVA TRANSPORTES (2003)		0	120,0000	1
			TERRAPLANAGEM NOSSA SENHORA DE FATIMA EIRELI ME (1726)		0	165,0000	2
7	RETROESCAVADEIRA COM TRACÇÃO NAS 4 RODAS, COM OPERADOR - COM ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS. (7785)	HS	RIMOL TERRAPLANAGEM LTDA ME (156)		0	78,0000	1
			CORREA NUNES PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA- ME (291)		0	79,0000	2
			WSZ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES EIRELI M (703)		0	81,9000	3
8	RETROESCAVADEIRA COM TRACÇÃO NAS 4 RODAS, COM OPERADOR - COM ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS. (7785)	HS	WSZ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES EIRELI M (703)		0	76,9000	1
			CORREA NUNES PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA- ME (291)		0	77,0000	2
			RIMOL TERRAPLANAGEM LTDA ME (156)		0	90,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2020

Página: 3/6

Número do Registro de Preços: 21/2020		Data do Registro: 16/06/2020	Válido até: 16/06/2021
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS E CAMINHÕES, INCLUINDO OPERADORES/MOTORISTAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS E DO SAMAE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO SC			

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	CAMINHÃO MUNK, CARROCERIA IGUAL OU SUPERIOR À 6 METROS DE COMPRIMENTO, COM CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 10 TONELADAS, COM OPERADOR - COM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO. (7788)	HS	RODRIGO PEREIRA BRUNEL (2466)		0	123,0000	1
10	ROLO COMPACTADOR TRACADO MÍNIMO DE 11 TONELADAS - ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS (10027)	HS	CORREA NUNES PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA- ME (291)		0	188,0000	1
			TERRAPLANAGEM NOSSA SENHORA DE FÁTIMA EIRELI ME (1726)		0	189,0000	2
			MINERA CONSTRUÇÕES LTDA (2181)		0	200,0000	3
11	ROLO COMPACTADOR TRACADO MÍNIMO DE 11 TONELADAS - ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS (10027)	HS	CORREA NUNES PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA- ME (291)		0	154,0000	1
			TERRAPLANAGEM NOSSA SENHORA DE FÁTIMA EIRELI ME (1726)		0	163,0000	2
12	TRATOR DE ESTEIRA MÍNIMO DE 14 TONELADAS - ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS. (10028)	HS	CORREA NUNES PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA- ME (291)		0	169,0000	1
			REGINALDO LUZ DA SILVA TRANSPORTES (2003)		0	170,0000	2
13	TRATOR DE ESTEIRA MÍNIMO DE 14 TONELADAS - ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS. (10028)	HS	CORREA NUNES PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA- ME (291)		0	169,0000	1
			REGINALDO LUZ DA SILVA TRANSPORTES (2003)		0	170,0000	2
			TERRAPLANAGEM NOSSA SENHORA DE FÁTIMA EIRELI ME (1726)		0	238,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2020

15	SERVIÇO COM MOTONIVELADORA COM PESO OPERACIONAL DE NO MÍNIMO 15.700KG, POTENCIA LIQUIDA DE NO MÍNIMO 167HP, EQUIPADA COM ESPECIFICADOR-TRASEIRO LAMINA DE NO MÍNIMO 3700x660MM ARTICULADA, ANOMODELO NÃO INFERIOR A 2010, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, COM OPERADOR, VALOR POR HORA TRABALHADA, INCLUINDO OPERADOR - COM ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS. (1011649)	HS	CORREA NUNES PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA- ME (291)	0	238,0000	1
----	---	----	--	---	----------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2020

Página: 5/6

Número do Registro de Preços: 21/2020		Data do Registro: 16/06/2020		Válido até: 16/06/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS E CAMINHÕES, INCLUINDO OPERADORES/MOTORISTAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS E DO SAMAE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	SERVIÇO COM MOTONIVELADORA COM PESO OPERACIONAL DE NO MÍNIMO 15.700KG, POTENCIA LÍQUIDA DE NO MÍNIMO 167HP, EQUIPADADA COM ESPECIFICADOR-TRA SEIRO, LÂMINA DE NO MÍNIMO 3700x860MM/ARTICULADA, ANO/MODELO NÃO INFERIOR A 2010, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, COM OPERADOR, VALOR POR HORA TRABALHADA, INCLUINDO OPERADOR - COM ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS. (1011649)	HS	CORREA NUNES PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME (291)		0	238,0000	1

Página: 6/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2020

Número do Registro de Preços: 21/2020 Data do Registro: 16/06/2020 Válido até: 16/06/2021

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS E CAMINHÕES, INCLUINDO OPERADORES/MOTORISTAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS E DO SAMAE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2020****PROCESSO Nº 41/2020**

- (156) - RIMOL TERRAPLANAGEM LTDA ME
- (291) - CORREA NUNES PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA- ME
- (365) - DJALMA ZANETTE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP
- (703) - WSZ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES EIRELI ME
- (1726) - TERRAPLANAGEM NOSSA SENHORA DE FATIMA EIRELI ME
- (2003) - REGINALDO LUZ DA SILVA TRANSPORTES
- (2158) - RACLI LIMPEZA URBANA LTDA
- (2181) - MINEIRA CONSTRUÇÕES LTDA
- (2466) - RODRIGO PEREIRA BRUNEL

Balneário Rincão, 16 de Junho de 2020.

Bandeirante

PREFEITURA

CONTRATO Nº 56/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2524998

MUNICIPIO DE BANDEIRANTE

EXTRATO DO

CONTRATO Nº 56/2020

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 61/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2017

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS RADIOFÔNICOS PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, AVISOS E INFORMAÇÕES GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, PARA O PERÍODO DE UM ANO.

A CONTRATANTE: Município de Bandeirante/SC.

DA CONTRATADA: SOCIEDADE RADIO PEPERI LTDA.

DA VIGÊNCIA: Do dia 19 de Junho de 2020 até o dia 18 de Junho de 2021.

DO VALOR: R\$ 41.277,00 (Quarenta e um mil, duzentos e setenta e sete reais).

DO FUNDAMENTO: Art. 57 da Lei 8.666/93.

DO FORO: Comarca de São Miguel do Oeste/SC.

Bandeirante/SC, 15 de Junho de 2020.

CELSO BIEGELMEIER

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 57/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2525069

MUNICIPIO DE BANDEIRANTE

EXTRATO DO

CONTRATO Nº 57/2020

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 62/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2017

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS RADIOFÔNICOS PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, AVISOS E INFORMAÇÕES GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, PARA O PERÍODO DE UM ANO.

A CONTRATANTE: Município de Bandeirante/SC.

DA CONTRATADA: RÁDIO RAIOS DE LUZ LTDA EPP.

DA VIGÊNCIA: Do dia 19 de Junho de 2020 até o dia 18 de Junho de 2021.

DO VALOR: R\$ 20.638,20 (Vinte mil, seiscentos e trinta e oito reais e vinte centavos).

DO FUNDAMENTO: Art. 57 da Lei 8.666/93.

DO FORO: Comarca de São Miguel do Oeste/SC.

Bandeirante/SC, 15 de Junho de 2020.

CELSO BIEGELMEIER

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 58/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2525494

MUNICIPIO DE BANDEIRANTE

EXTRATO DO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 58/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2020

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PARA AMPLIAÇÃO NA ÁREA FÍSICA FUNCIONAL DA EDIFICAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE BANDEIRANTE/SC, DE ACORDO COM O CONVENIO Nº 2020TR000491.

DA CONTRATANTE: Município de Bandeirante/SC.

DA CONTRATADA: ALCIDES BAPTISTA.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

VALOR: R\$ 152.897,80 (Cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e noventa e sete reais e oitenta centavos).

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Comarca de São Miguel do Oeste/SC.
Bandeirante/SC, 16 de Junho de 2020.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 035/2020

Publicação Nº 2525652

DECRETO Nº 035, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

Promove o desdobramento e remembramento de Parte da Chácara nº 51, com a área de 10.853,04m² (sendo 10.337,44m² edificável e 515,60m² não edificável), da matrícula CRISMO nº 44.467 e de Parte da Chácara nº 51, com a área de 4.164,96m² (sendo 2.887,96m² edificável e 1.277,00m² não edificável), da matrícula CRISMO nº 44.466, do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica promovido o desdobramento e remembramento de Parte da Chácara nº 51, com a área de 10.853,04m² (sendo 10.337,44m² edificável e 515,60m² não edificável), do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, de propriedade de Claudir Francisco Foscharini, constante da matrícula no CRISMO nº 44.467 e de Parte da Chácara nº 51, com a área de 4.164,96m² (sendo 2.887,96m² edificável e 1.277,00m² não edificável), do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, de propriedade de Valdomiro Luis Brescovit, constante da matrícula CRISMO nº 44.466, em conformidade com as seguintes denominações e confrontações:

DIVISÃO

O imóvel acima descrito será dividido e constituirá o imóvel a seguir descrito:

– PARTE DA CHÁCARA Nº 51, com a área de 236,84m² (sendo 183,60m² edificável e 53,24m² não edificável), com acesso pela Estrada Geral Linha Prata à Bandeirante, sem construções, sito na cidade de Bandeirante, SC, confrontando:
Ao NORDESTE, com a Parte da Chácara Nº 51 (M – 44.466), por linha seca, medindo 60,60 metros;
Ao SUL, com a mesma Parte da Chácara Nº 51 (M – 44.467), por linha seca, medindo 8,88 metros;
Ao SUDOESTE, com a mesma Parte da Chácara Nº 51 (M – 44.467), por linha seca, medindo 56,50 metros;
Ao NOROESTE, com Parte da Chácara Nº 51 (M – 44.466), pelo eixo da Estrada Geral Linha Prata à Bandeirante, medindo 5,35 metros.

ÁREA REMANESCENTE

Após a divisão a área remanescente da Parte da Chácara nº 51, passa a ter as seguintes características e confrontações:

– PARTE DA CHÁCARA Nº 51, com a área de 10.616,20m² (sendo 10.337,44m² edificável e 278,76m² não edificável), com acesso pela Estrada Geral Linha Prata à Bandeirante, sem construções, sito na cidade de Bandeirante, SC, confrontando:
Ao NORDESTE, com parte da Chácara Nº 50 (M – 201), por linha seca, medindo 199,60 metros;
Ao SUDESTE, com os Lotes Urbanos Nºs 08 e 10 (M – 25.686), da Quadra Nº 195, por linha seca, medindo 50,06 metros;
Ao SUDOESTE, com parte da Chácara Nº 52 (M – 36.305), por linha seca, medindo 279,80 metros;
Ao NOROESTE, com Parte da Chácara Nº 51 (M – 44.466), pelo eixo da Estrada Geral Linha Prata à Bandeirante, medindo 5,36 metros.
Novamente ao NORDESTE, com a mesma Parte da Chácara Nº 51 (M – 44.467), por linha seca, medindo 56,50 metros;
Ao NORTE, com a mesma Parte da Chácara Nº 51 (M – 44.467), por linha seca, medindo 8,88 metros;
Novamente ao NOROESTE, com Parte da Chácara Nº 51 (M – 44.466), por linha seca, medindo 43,54 metros.

ANEXAÇÃO

A Parte da Chácara Nº 51, com área de 4.164,96m² será anexado a Parte da Chácara Nº 51, com área de 236,84m², constituindo o imóvel a seguir descrito:

– PARTE DA CHÁCARA Nº 51, com a área de 4.401,80m² (sendo 3.071,56m² edificável e 1.330,24m² não edificável), com acesso pela Estrada Geral Linha Prata à Bandeirante, sem construções, sito na cidade de Bandeirante, SC, confrontando:
Ao NORDESTE, com parte da Chácara Nº 50 (M – 201), por linha seca, medindo 100,40 metros;
Ao SUDESTE, com Parte da Chácara Nº 51 (M – 44.467), por linha seca, medindo 43,54 metros;
Ao SUL, com a mesma Parte da Chácara Nº 51 (M – 44.467), por linha seca, medindo 8,88 metros;
Ao SUDOESTE, com a mesma Parte da Chácara Nº 51 (M – 44.467), por linha seca, medindo 56,50 metros;
Novamente ao SUDESTE, com Parte da Chácara Nº 51 (M – 44.467), pelo eixo da Estrada Geral Linha Prata à Bandeirante, medindo 5,36 metros.
Novamente ao SUDOESTE, com parte da Chácara Nº 52 (M – 36.305), por linha seca, medindo 20,20 metros;
Ao NOROESTE, com parte da Chácara Nº 42 (M – 31.834), por linha seca, medindo 50,06 metros.

Art. 2º Os imóveis desdobrados e remembrados neste ato, serão destinados a utilidades diversas dos proprietários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,
em 17 de junho de 2020.

CELSON BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 036/2020

Publicação Nº 2525653

DECRETO Nº 036, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

Promove o desdobramento do Lote Urbano nº 07, com área de 1.000,00m², da matrícula CRISMO nº 19.110, do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica promovido o desdobramento do Lote Urbano nº 07, da Quadra nº 075, com a área de 1.000,00m², do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, de propriedade de Carlitos Jorge Frohlich, constante da matrícula CRISMO nº 10.119, em conformidade com as seguintes denominações e confrontações:

CONFRONTAÇÕES DO LOTE:

Lote nº 07 (M-19.110), da Quadra 175, com área de 1.000,00m²;

Norte: com a Rua das Flores, medindo 20,00 metros;

Leste: com o Lote urbano nº 05 (M-19.110), por linha seca medindo 50,00 metros;

Sul: com o Lote Urbano nº 08-A (43.092), por linha seca medindo 20,00 metros;

Oeste: com o Lote Urbano nº 09-A (M-42.731), Lote Urbano nº 09-B (M-42.732) e Lote Urbano nº 09-C (M-42.733), por linha seca, medindo 50,00 metros.

DESDOBRAMENTO

Lote Urbano nº07-A (M-19.110), da subdivisão do Lote Urbano nº 07 (M-19.110), da Quadra 175, com Área de: 536,00m², confrontando-se:

Norte: com a Rua das Flores, medindo 16,00 metros;

Leste: com parte do Lote Urbano nº 05 (M-19.110), medindo 33,50 metros;

Sul: com o Lote Urbano nº 07-B (M-19.110), medindo 16,00 metros;

Oeste: com o Lote Urbano nº 07-B (M-19.110), medindo 33,50 metros;

Lote Urbano nº07-B (M-19.110), da subdivisão do Lote Urbano nº 07 (M-19.110), da Quadra 175, com Área de: 464,00,00m², sendo 134,00m² não edificável e 330,00m² edificável, confrontando-se:

Norte: com a Rua das Flores, medindo 4,00 metros,

Leste: com o Lote Urbano nº 07-A (M-19.110), medindo 33,50 metros;

Novamente ao Norte: com o Lote Urbano nº07-A (M-19.110), medindo 16,00 metros;

Novamente ao Leste: com parte do Lote Urbano nº05 (19.110), medindo 16,50m;

Sul: com o Lote Urbano nº 08-A (M-43.092), medindo 20,00 metros;

Oeste: com Lote Urbano nº 09-A (M-42.731), Lote Urbano nº 09-B (M-42.732) e Lote Urbano nº 09-C (M-42.733), medindo 50,00 metros.

Art. 2º Os imóveis desdobrados neste ato, serão destinados a utilidades diversas do proprietário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,
em 17 de junho de 2020.

CELSON BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

Barra Bonita**PREFEITURA****CONTRATO Nº22/2020**

Publicação Nº 2525495

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA BONITA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO 21/2020

DATA CONTRATO: 16 de junho de 2020.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARRA BONITA - Estado Santa Catarina, com endereço Avenida BUENOS AIRES, nº 600, inscrito no CNPJ/MF nº 11.873.495/0001-80, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. MOACIR PIROCA, portador do CI/RG nº 1151263, CPF/MF nº 422.722.709-72.

CONTRATADO: SOCIEDADE BENEFICIENTE HOSPITALAR MARAVILHA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 85.197.077/0001-56, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. CELÇO JOSÉ RENCK, Administrador, portador do RG/CI nº 616319 e no CPF/MF nº 296.224.509-97, com endereço à Avenida SUL BRASIL, 584, CENTRO - 89.874-000, Maravilha - SC.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA E TOMOGRAFIAS CONFORME RELAÇÃO ANEXA AO EDITAL A SEREM UTILIZADAS CONFORME DEMANDA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

VALOR: Pela execução dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$12.352,00 (doze mil e trezentos e cinquenta e dois reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º.

EXECUÇÃO: Prazo para execução do contrato será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência do CONTRATO é de até 6 (seis) meses, a partir da sua assinatura.

MOACIR PIROCA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CELÇO JOSÉ RENCK
SOCIEDADE BENEFICIENTE HOSPITALAR MARAVILHA
CONTRATADA

EDITAL PREGÃO Nº20/2020 FMS

Publicação Nº 2525530

MUNICÍPIO DE BARRA BONITA-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2020
EDITAL DE PREGÃO REGISTRO DE PREÇO Nº20/2020
Republicação

O Fundo Municipal de Saúde, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital para Registro de Preço, objetivando Prestação de serviços técnicos profissionais na área de Medicina para consultas em neurologia a serem utilizadas conforme demanda da Unidade Básica de Saúde do Município. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 13:30 horas do dia 29 de junho de 2020. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 16 de junho de 2020.

CRISTIANE ALVES DE OLIVEIRA
Gestora FMS

PORTARIA Nº 089, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2525463

PORTARIA Nº 089, de 10 de fevereiro de 2020
Concede adiantamento e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; combinado com o que consta no Anexo-I, da Lei nº 009, de 22 de janeiro de 1997,

Resolve.

Art.1º. Conceder Adiantamento ao servidor Tafarel Boss ocupante do cargo de Motorista com exercício na Secretaria Municipal da Saúde, do Quadro de Geral da Prefeitura Municipal, na importância de R\$200,00 (Duzentos reais) , conforme memorando nº020/2020 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. A aplicação do referido adiantamento far-se-á em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 009/97, de 22 de janeiro de 1997.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 10 de fevereiro de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATO 02/016/2019 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Publicação Nº 2525335

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato Aditivo de Contrato nº 02/016/2019

Contratada: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Licitação: Proc. Administrativo 024/2019 PP nº 011/2019

Objeto: Aquisição/fornecimento parcelado de Óleo Diesel para uso nos veículos e máquinas da frota da Prefeitura de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência.

Prorrogação de Prazo

Data da assinatura: 10/05/2020

Data do vencimento: 10/05/2021

Barra Velha, 10 de maio de 2020

ROLF BAYERL –

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN -

Prefeito

PORTARIA Nº 016, DE 15 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525364

PORTARIA Nº 016, DE 15 DE JUNHO DE 2020

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha - IPREVE"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º e 10, da Lei Complementar 177/2014, de 10 de setembro de 2014 e Lei Complementar nº 120/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 1220, de 05 de fevereiro de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato GIACOMO GASPARELO OLIVEIRA para o cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, nível 2, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 177/2014, lotado no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha - IPREVE, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, e terá o prazo de 15 (quinze) dias para o servidor empossado entrar em exercício, contados da data da posse.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 15 de junho de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1725-GAB, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525755

PORTARIA Nº 1725-GAB, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Nomeia Comissão Administrativa para reconhecimento de despesas, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a comissão administrativa para reconhecimento de despesas dos serviços prestados pela "Clínica de Psicoterapia e Desintoxicação Verde Vale Ltda.", conforme segue:

- Viviane Montanari Jurek – Presidente;
- Marcela Cristina Tomé – Secretária;
- Nelson Fernando Cesar Gonçalves – Membro.

Parágrafo Único: A presente comissão terá a função de analisar os documentos pertinentes às despesas realizadas com a Clínica de Psicoterapia e Desintoxicação Verde Vale Ltda. para a municipalidade e se manifestar sobre a legalidade do reconhecimento da despesa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Barra Velha, 16 de junho de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2851-GAB, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2525742

PORTARIA Nº 2851-GAB, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a solicitação para prorrogação de prazo para conclusão de Procedimento Administrativo Disciplinar, realizado pela Presidente da Comissão, por intermédio do Memorando nº 340/2019 de 31 de dezembro de 2019, por mais 60 (sessenta) dias, dos fatos conexos que emergiram no decorrer dos trabalhos que envolveram a Sra. M. K. J., servidora efetiva no cargo de Docente III-1, matrícula funcional nº 1596, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

RESOLVE:

Artigo 1º- Prorrogar na forma do Artigo 191, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 120/2011 de 11 de novembro de 2011, o prazo para conclusão do Procedimento Administrativo Disciplinar, por mais 60 (sessenta) dias, instaurado pela Portaria nº 2142-GAB, de 24/10/2019, contados a partir de 23/12/2019, dos fatos conexos que emergiram no decorrer dos trabalhos que envolveram a Sra. M. K. J., servidora efetiva no cargo de Docente III-1, matrícula funcional nº 1596, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, emitindo relatório e parecer a respeito.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 23 de dezembro de 2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Barra Velha, 31 de dezembro de 2019.
VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2852-GAB, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2525746

PORTARIA Nº 2852-GAB, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a solicitação para prorrogação de prazo para conclusão de Procedimento Administrativo Disciplinar, realizado pela Presidente da Comissão, por intermédio do Memorando nº 339/2019 de 31 de dezembro de 2019, por mais 60 (sessenta) dias, dos fatos conexos que emergiram no decorrer dos trabalhos que envolveram a Sra. P. V., servidora efetiva no cargo de Monitora de Transporte Escolar, matrícula funcional nº 1788, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

RESOLVE:

Artigo 1º- Prorrogar na forma do Artigo 191, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 120/2011 de 11 de novembro de 2011, o prazo para conclusão do Procedimento Administrativo Disciplinar, por mais 60 (sessenta) dias, instaurado pela Portaria nº 2223-GAB, de 12/11/2019, contados a partir de 11/01/2020, dos fatos conexos que emergiram no decorrer dos trabalhos que envolveram a Sra. P. V., servidora efetiva no cargo de Monitora de Transporte Escolar, matrícula funcional nº 1788, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, emitindo relatório e parecer a respeito.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de janeiro de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Barra Velha, 31 de dezembro de 2019.
VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

TERMO DE CREDENCIAMENTO 013/2020 - FMS

Publicação N° 2525303

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato de Termo de Credenciamento nº 004/2020/FMS

Licitação: Proc. Administrativo 013/2020 FMS

CREDENCIAMENTO nº 004/2020 FMS

Credenciada: RESTAURA FISIOTERAPIA LTDA
inscrita no CNPJ sob o nº 36.613.823/0001-30

Objeto: Credenciamento de entidades privadas e pessoas físicas para prestação de serviços para sessões de fisioterapia respiratória, para pacientes que utilizam o Sistema Único de Saúde no município, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo, pelo período contratual de 12 (doze) meses.

Data da assinatura: 10/06/2020

Data do vencimento: 10/06/2021

Barra Velha, 10 de junho de 2020.

HELOÍSA ROSA MAIA

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN -

Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

RESOLUÇÃO N. 06 - CMDCA

Publicação Nº 2525263

RESOLUÇÃO DO CMDCA DE Nº 06, DE 19 DE MAIO DE 2020.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação e Aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para o ano de 2020.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de Bela Vista do Toldo, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1.184/2016 que institui a Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, e por deliberação dos membros do CMDCA na reunião extraordinária de 19 de maio de 2020,

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar nos termos da Ata 03/2020 – CMDCA, o Plano de Ação e Aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para o ano de 2020.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista do Toldo, 19 de maio de 2020.

Arilda Mielke
Presidente do CMDCA

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 58/2020

Publicação N° 2524878

ATA DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 58/2020
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 58/2020
DATA: 15/06/2020 - HORA DE INÍCIO: 11 horas.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 132/2020 para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação acima citado, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE EPIs – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA UTILIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE. Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa. Da análise destes documentos, observa-se que a empresa SUL SAFETY DISTRIBUIDORA DE MERCADORIAS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 25.209.250/0001-67 se encontra com a documentação de habilitação regular. Cabe ressaltar que esta Comissão de Licitações não analisa o mérito e a motivação da contratação, limita-se apenas a analisar os documentos acostados ao processo licitatório. Nada mais havendo, o Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI
Presidente
JOICE APARECIDA COSTA
Membro
EUNICE DA SILVA FREITAS
Membro

EXTRATO DE CONTRATO 60/2020

Publicação N° 2525634

PUBLICAÇÕES LEGAIS EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
Processo Licitatório N° 17/2020
EXTRATO DE CONTRATO N° 60/2020
Contratada: LIBREMAC AMBIENTAL IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO CAMINHÃO E CAÇAMBA BASCULANTE
Valor: R\$ 35.699,00
Vigência: 15/06/2020 a 31/12/2020
Data Assinatura: 15/06/2020
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 61/2020

Publicação N° 2525641

PUBLICAÇÕES LEGAIS EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
Processo Licitatório N° 17/2020
EXTRATO DE CONTRATO N° 61/2020
Contratada: CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO CAMINHÃO E CAÇAMBA BASCULANTE
Valor: R\$ 292.500,00
Vigência: 15/06/2020 a 31/12/2020
Data Assinatura: 15/06/2020
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO DO 5º ADITIVO AO CONTRATO 158/2019

Publicação N° 2524901

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório N° 172/2019

EXTRATO DO QUINTO ADITIVO AO CONTRATO N° 158/2019

Contratada: POSTO DOIS IRMAOS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER OS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS

Finalidade do Aditivo: Aditivo de Equilíbrio - Valor

Descrição	Valor Ant.	Valor Atual
GASOLINA COMUM	3,510	3,690

Valor:

Vigência: 03/06/2020 a 31/12/2020

Data Assinatura: 03/06/2020

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

Biguaçu**PREFEITURA****DECRETO Nº 138/2020**

Publicação Nº 2525903

DECRETO Nº 138/2020 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
Abre crédito especial na Lei Orçamentária para 2020.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei Municipal nº 3986/2020,

DECRETA:

Art. 1º Abre dotação de crédito especial na Lei Orçamentária Anual de 2020 no montante de R\$ 36.177,00 (Trinta e seis mil, cento e setenta e sete reais), utilizando como fonte de recurso o superávit financeiro de 2019 para manutenção do FIA, conforme abaixo especificado:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
23	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	36.177,00
01	Fundo Municipal da Infância e Adolescência	36.177,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	36.177,00
243	Assistência à Criança e ao Adolescente	36.177,00
0006	Consolidação do SUAS	36.177,00
2055	Funcionamento e Manutenção do FIA	36.177,00
3.3.50.00	Transferências à instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	36.177,00
0.3.26.000000	Manutenção do FIA	36.177,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 16 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal
Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

PORTARIA Nº 1404/2020

Publicação Nº 2525927

PORTARIA nº 1404 de 16 de junho de 2020

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) EDNA APARECIDA MARTINS CARDOSO, aprovado no Processo Seletivo nº 005/2019, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços no Centro de Educação Infantil Municipal Lindoia Maria de Souza Faria, da Secretaria de Educação, no período de 03/06/2020 a 01/09/2020, em vaga vinculada de Teresinha Aparecida Dal Pra Fagundes, que se encontra de Licença para Tratamento de Saúde. A prorrogação se dá em virtude das aulas da Rede Municipal continuarem com atividades não presencial, sendo assim, os alunos continuam com atividades impressas ou em formato digital conforme plano de atendimento emergencial para a Rede Municipal de Biguaçu.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 03/06/2020.

Biguaçu, 16 de junho de 2020.

KATIA BERNADETH DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1405/2020

Publicação Nº 2525928

PORTARIA nº 1405 de 16 de junho de 2020

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) BIANCA APARECIDA MARCOS RITA, aprovado no Processo Seletivo nº 005/2019, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviços no Grupo de Educação Municipal Célia Lisboa, da Secretaria de Educação, no período de 01/06/2020 a 01/08/2020, em vaga vinculada de Neide Teresinha Régis, que se encontra readaptada. A prorrogação se dá em virtude das aulas da Rede Municipal continuarem com atividades não presencial, sendo assim, os alunos continuam com atividades impressas ou em formato digital conforme plano de atendimento emergencial para a Rede Municipal de Biguaçu.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 01/06/2020.

Biguaçu, 16 de junho de 2020.

KATIA BERNADETH DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1406/2020

Publicação Nº 2525929

PORTARIA nº 1406 de 16 de junho de 2020

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) SABRINA TEODORO SODRE, aprovado no Processo Seletivo nº 005/2019, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços no Centro de Educação Municipal Dona Dorvalina, da Secretaria de Educação, no período de 03/06/2020 a 01/08/2020, em vaga vinculada de Rosely Duarte de Souza, que se encontra de Licença para Tratamento de Saúde. A prorrogação se dá em virtude das aulas da Rede Municipal continuarem com atividades não presencial, sendo assim, os alunos continuam com atividades impressas ou em formato digital conforme plano de atendimento emergencial para a Rede Municipal de Biguaçu.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 03/06/2020.

Biguaçu, 16 de junho de 2020.

KATIA BERNADETH DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1407/2020

Publicação Nº 2525930

PORTARIA nº 1407 de 16 de junho de 2020

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) FERNANDA NILMA DOS SANTOS, aprovado no Processo Seletivo nº 005/2019, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR III – EDUCAÇÃO FÍSICA, com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviços no Centro de Educação Municipal Dona Virgínia, da Secretaria de Educação, no período de 01/06/2020 a 01/09/2020, em vaga vinculada de concurso público. A prorrogação se dá em virtude das aulas da Rede Municipal continuarem com atividades não presencial, sendo assim, os alunos continuam com atividades impressas ou em formato digital conforme plano de atendimento emergencial para a Rede Municipal de Biguaçu.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 01/06/2020.

Biguaçu, 16 de junho de 2020.

KATIA BERNADETH DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1408/2020

Publicação Nº 2525932

PORTARIA nº 1408 de 16 de junho de 2020

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) LETÍCIA TEIXEIRA CAMARA DE ALMEIDA, aprovado no Processo Seletivo nº 005/2019, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviços na Escola Básica Municipal Donato Alípio de Campos, da Secretaria de Educação, no período de 20/06/2020 a 01/08/2020, em vaga vinculada a servidora Mabel Cristina Ternes Correa, que se encontra de Licença para Tratamento de Saúde. A prorrogação se dá em virtude das aulas da Rede Municipal continuarem com atividades não presencial, sendo assim, os alunos continuam com atividades impressas ou em formato digital conforme plano de atendimento emergencial para a Rede Municipal de Biguaçu.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 20/06/2020.

Biguaçu, 16 de junho de 2020.

KATIA BERNADETH DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1409/2020

Publicação Nº 2525933

PORTARIA nº 1409 de 16 de junho de 2020

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) KAMILA PAES PEREIRA DA SILVA, aprovado no Processo Seletivo nº 005/2019, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços no Centro Educacional Infantil Municipal Professora Maria de Lourdes Galliani, da Secretaria de Educação, no período de 01/06/2020 a 01/09/2020, em vaga vinculada a servidora Eli Zaly Alves, que se encontra readaptada. A prorrogação se dá em virtude das aulas da Rede Municipal continuarem com atividades não presencial, sendo assim, os alunos continuam com atividades impressas ou em formato digital conforme plano de atendimento emergencial para a Rede Municipal de Biguaçu.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 01/06/2020.

Biguaçu, 16 de junho de 2020.

KATIA BERNADETH DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1410/2020

Publicação Nº 2525934

PORTARIA nº 1410 de 16 de junho de 2020

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) VERA LUCIA MORAIS, aprovado no Processo Seletivo nº 005/2019, para desempenhar as funções do cargo de TÉCNICO EM MAGISTÉRIO AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços no Centro Educacional Infantil Municipal Lar Feliz, da Secretaria de Educação, no período de 08/06/2020 a 01/08/2020, em vaga vinculada a servidora Marilda Melo Teixeira Rieke, que se encontra readaptada. A prorrogação se dá em virtude das aulas da Rede Municipal continuarem com atividades não presencial, sendo assim, os alunos continuam com atividades impressas ou em formato digital conforme plano de atendimento emergencial para a Rede Municipal de Biguaçu.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 08/06/2020.

Biguaçu, 16 de junho de 2020.

KATIA BERNADETH DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1411/2020

Publicação Nº 2525935

PORTARIA nº 1411 de 16 de junho de 2020

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) MARIA CÉLIA GRANGEIRO FERREIRA LOPES, aprovado no Processo Seletivo nº 005/2019, para desempenhar as funções do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV -MERENDEIRA, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços no Centro de Educação Infantil Algodão Doce, da Secretaria de Educação, no período de 01/07/2020 a 10/08/2020, em vaga vinculada a servidora Patrícia Conceição Pereira Reno, que se encontra readaptada. A prorrogação se dá em virtude das aulas da Rede Municipal continuarem com atividades não presencial, sendo assim, os alunos continuam com atividades impressas ou em formato digital conforme plano de atendimento emergencial para a Rede Municipal de Biguaçu.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 01/07/2020.

Biguaçu, 16 de junho de 2020.

KATIA BERNADETH DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1412/2020

Publicação Nº 2525936

PORTARIA nº 1412 de 16 de junho de 2020

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) AURINETE VALDECI SCHMITT AMARAL, através da Lei Complementar nº 111/2017, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, com jornada de 20 horas semanais, para prestar serviços na Unidade Escolar Básica Municipal Professora Ruth Faria dos Reis, da Secretaria de Educação, no período de 16/06/2020 a 05/08/2020, em vaga vinculada a servidora Rosilane Capistrano, que se encontra de Licença para Tratamento de Saúde. A prorrogação se dá em virtude das aulas da Rede Municipal continuarem com atividades não presencial, sendo assim, os alunos continuam com atividades impressas ou em formato digital conforme plano de atendimento emergencial para a Rede Municipal de Biguaçu.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 16/06/2020.

Biguaçu, 16 de junho de 2020.

KATIA BERNADETH DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1413/2020

Publicação Nº 2525937

PORTARIA nº 1413/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, ANANDA AZEVEDO PERES, ocupante do cargo de provimento temporário de ENFERMEIRO II, na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 27/02/2020 a 25/06/2020.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art. 7º, XVIII, da CF e art. 10, II, "b", ADCT do STF a partir de 26/06/2020 a 25/07/2020.

Biguaçu, 16 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1414/2020

Publicação Nº 2525938

PORTARIA nº 1414 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Nomeia servidor (a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, HYAGO FELLIPE DA SILVA, brasileiro (a) para exercer o cargo de ASSESSOR DE FINANÇAS – CC4, da Secretaria Municipal de Administração, a partir de 01/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2020.

Biguaçu, 16 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1415/2020

Publicação Nº 2525939

PORTARIA nº 1415 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Nomeia servidor (a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, RHUANA CRISTINA ANDRADE, brasileiro (a) para exercer o cargo de ASSISTENTE DO PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA – CC5, da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Participativa, a partir de 03/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/06/2020.

Biguaçu, 16 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1416/2020

Publicação Nº 2525940

PORTARIA nº 1416 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Exonera servidor efetivo de Função de Confiança, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) MARIA EDUARDA PEREIRA CAMINHA, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO II, da função de GERENTE DE TI, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 09/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/06/2020.

Biguaçu, 16 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1417/2020

Publicação Nº 2525941

PORTARIA nº 1417 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) MARIA EDUARDA PEREIRA CAMINHA, detentor do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO II para exercer a Função de Confiança de DIRETOR DE SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/06/2020.

Biguaçu, 16 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1418/2020

Publicação Nº 2525942

PORTARIA nº 1418 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) JOSÉ RICARDO BIM GOMES, detentor do cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM PLANTONISTA para exercer a Função de Confiança de DIRETOR DE PLANEJAMENTO INTERSETORIAL, GESTÃO E TECNOLOGIA EM SAÚDE, na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/06/2020.

Biguaçu, 16 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1419/2020

Publicação Nº 2525943

PORTARIA nº 1419/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, ALINE RODRIGUES PEREIRA DE ALMEIDA, ocupante do cargo de provimento temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 09/06/2020 a 06/10/2020.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art. 7º, XVIII, da CF e art. 10, II, "b", ADCT do STF a partir de 07/10/2020 a 05/11/2020.

Biguaçu, 16 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1420/2020

Publicação Nº 2525944

PORTARIA nº 1420 de 16 de junho de 2020

Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração a(o) servidor(a) ALANAI FERNANDA PINHEIRO DE SOUZA, ocupante do cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 16/06/2020.

Biguaçu, 16 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1421/2020

Publicação Nº 2525947

PORTARIA nº 1421 de 16 de junho de 2020

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Maria Luiza Coutinho Vieira, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 54/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 9994-9, ocupante do cargo efetivo de Professor II - Educação Fundamental, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O Servidor desenvolverá suas atividades na Escola Básica Municipal Ruth Farias dos Reis e junto ao Polo de Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenhando as seguintes funções:

I – Colaborar com os órgãos de administração e gestão da escola onde desenvolve suas atividades;

II – Desenvolver estudos, propostas e ações destinadas a eliminar e prevenir a fuga à escolaridade obrigatória, ao abandono precoce e ao absentismo sistemático;

III – Desenvolver estudos e propor medidas que sustentem a diversificação das estratégias e de métodos educativos para promover, de forma diferenciada, o sucesso escolar;

IV – Participar em ações destinadas a informar e sensibilizar os pais e a comunidade relativamente problemática das opções escolares e profissionais, bem como em ações e medidas de reforço da ligação escola-comunidade;

V – Propor medidas de inovação e de fomento da qualidade da gestão das condições e do ambiente educativo;

VI – Participar na concepção, acompanhamento e avaliação dos projetos educativos;

VII – Participar em experiências pedagógicas, bem como em projetos de investigação e em ações de formação dos órgãos de administração e gestão das escolas, do pessoal docente e do pessoal não docente, com especial incidência em modalidades de formação centradas na escola;

VIII – Colaborar no âmbito da sua especialidade, na organização e promoção de ações de avaliação e apoio aos alunos com necessidades educativas especiais;

IX – Desenvolver e contribuir para a realização do trabalho burocrático da secretaria da unidade escolar ou na Secretaria Municipal de Educação.

X – Atividades correlatas ao Técnico em Educação.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 14/03/2020 a 06/09/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/03/2020.

Biguaçu, 16 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1422/2020

Publicação N° 2525948

PORTARIA n° 1422 de 16 de junho de 2020

Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto n° 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração a(o) servidor(a) MELISSA OLIVEIRA DA COSTA, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR III - INGLÊS, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/03/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 04/03/2020.

Biguaçu, 16 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

DL62/2020-PMB

Publicação Nº 2525582

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 62/2020-PMB

OBJETO: Aquisição de beliches e colchões para o SAMU.

EMPRESA CONTRATADA: Lojas Ideal Ltda

VALOR: R\$ 3.394,00 (três mil, trezentos e noventa e quatro reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

268 10/1 2042 3449052420000000000
279 10/1 2034 3449052420000000000
310 10/1 2042 3339030200000000000

VIGÊNCIA: 31/12/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998).

JUSTIFICATIVA: Por estarmos vivenciando uma situação ímpar diante de tal pandemia e o aumento de funcionários contratados para somarem no enfrentamento ao COVID – 19, houve a necessidade de oferecer a esses, comodidades para descanso, pois os plantões são todos de 12 (doze) horas contínuas onde há a necessidade de ofertarmos estrutura digna para que os profissionais possam trabalhar em ambientes adequados na execução de suas funções e inclusive para o descanso necessário previsto em CLT e outros acordos de classe. Portanto com esse aumento do quantitativo de funcionários, há a necessidade de adequarmos o local de descanso dos profissionais que estão frente à missão de enfrentamento de tal pandemia e devido a equipe do SAMU ter seu número de funcionários dobrado ao colocar à disposição da população de Biguaçu a 2º ambulância ficando nomeada como Ambulância Covid – BiguaçuSaúde e a implantação da Tenda de Triagem ao Covid -19.

A Empresa contratada apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria requisitante apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 16 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Por delegação – Daniela Garcia Fabricio Galiani
Secretária de Administração

Blumenau

PREFEITURA

PORTARIA 24.192/2020

Publicação Nº 2525696

PORTARIA Nº 24.192, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

RETIFICA A PORTARIA Nº 24.087, DE 07 DE MAIO DE 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e considerando o pedido efetuado pela Secretaria Municipal de Administração, através do Memorando nº 081/2020, de 15/06/2020, resolve:

RETIFICAR a Portaria nº 24.087, de 07 de maio de 2020, que nomeou Edicleia Moraes da Silva Pruche para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, onde consta:

"...aprovada pelo Concurso Público nº 004/2014...", leia-se: "...aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014".

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA 24.193/2020

Publicação Nº 2525722

PORTARIA Nº 24.193, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

DISPENSA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANA CLÁUDIA FORBICI DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIO ESCOLAR DA EBM "ALWINO DOROW".

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, e de conformidade com o Memorando nº 055/2020, de 10/06/2020, da Secretaria Municipal de Administração – SEDEAD / Serviço de Atendimento aos Servidores da SEMED, resolve:

DISPENSAR, a contar de 30 de junho de 2020, ANA CLÁUDIA FORBICI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, do exercício da função de Secretário Escolar da EBM "Alwino Dorow" e da gratificação de 20% (trinta por cento).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA 24.194/2020

Publicação Nº 2525723

PORTARIA Nº 24.194, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO, PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, e de acordo com o Memorando nº 0079/2020, de 15/06/2020, da Secretaria Municipal de Administração – Serviço de Seleção Pública, resolve:

NOMEAR, a contar de 17 de junho de 2020, os seguintes candidatos aprovados em concurso público, para ocuparem cargos de provimento efetivo:

JULIE ÁVILA BARTH, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico - Oftalmologista, do Quadro Permanente dos Profissionais de Saúde do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "II", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

HENRIQUE MOREIRA SANGOI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, do Quadro Permanente dos Profissionais de Saúde do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de

Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016;

MARLA FINKLER NEUWALD, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta, do Quadro Permanente dos Profissionais de Saúde do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

ANDERSON DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras e Posturas, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016;

FERNANDO DOS SANTOS MORAES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras Públicas, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016;

JEFFERSON TELIO DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016;

DAIANE CRISTINA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

PAULO VICTOR BARBOSA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016;

LEANDRO LUIZ CAMILO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016;

ELIANA APARECIDA UMBELINO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

RODRIGO BORGES REDED DE SOUSA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016;

NEUSA SADLOWSKI MAINERS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

EDUARDO SANTIAGO CHAVES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016;

SUZANA REICHERT, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

EZEQUIEL FRANCISCO ALVES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA 24.195/2020

Publicação Nº 2525724

PORTARIA Nº 24.195, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

EXONERA RODRIGO HAHNE DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR GERAL, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES - SMTT.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, e atendendo a solicitação datada de 04/06/2020, resolve:

EXONERAR, a pedido, no dia 01 de julho de 2020, RODRIGO HAHNE, do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes - SMTT, nomeado pela Portaria nº 23.797, de 31/01/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA 24.196/2020

Publicação Nº 2525725

PORTARIA Nº 24.196, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAREM A COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO DA BOLSA-DESPORTISTA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com suporte no art. 12 da Lei Complementar nº 1.101, de 31 de março de 2017, e conforme solicitação efetuada através do Memorando nº 057/2020, de 10/06/2020, subscrito conjuntamente pelo Secretário Municipal do Esporte e pelo Diretor Administrativo-Financeiro da Secretaria Municipal do Esporte - SME, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar no 1.101, de 31 de março de 2017, os servidores públicos municipais abaixo nominados, para integrarem a Comissão Especial de Seleção da Bolsa-Desportista (atleta e técnico), juntamente com os demais membros:

CÉSAR PAPPIANI, representante da Diretoria Executiva da Secretaria Municipal do Esporte – SME, em substituição a EGÍDIO DA ROSA BECKHAUSER, nomeado pela Portaria nº 23.221, de 13 de agosto de 2019;

CHRISTIANO SENS, representante da Diretoria Administrativo-Financeira da Secretaria Municipal do Esporte – SME, em substituição a AIRTON MANOEL MAÇANEIRO, nomeado pela Portaria nº 23.221, de 13 de agosto de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA 24.197/2020

Publicação Nº 2525726

PORTARIA Nº 24.197, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

DISPENSA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CAMILA HUNCKEL SCHIOCHET, DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, e de conformidade com o pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Administração, através do Memorando nº 0389/2020, de 04/06/2020, resolve:

DISPENSAR, no dia 19 de abril de 2020, a servidora pública municipal CAMILA HUNCKEL SCHIOCHET, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Atenção Básica de Saúde - FGC de 50%, na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, designada pela Portaria nº 23.530, de 30/10/2019, estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA 24.198/2020

Publicação Nº 2525727

PORTARIA Nº 24.198, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GABRIEL HENRIQUE DE NASCIMENTO PRIMO PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, e em atenção ao Memorando nº 0390/2020, de 04/06/2020, encaminhado pelo Secretário Municipal de Administração, resolve:

DESIGNAR, a contar de 20 de abril de 2020, o servidor público municipal GABRIEL HENRIQUE DE NASCIMENTO PRIMO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Atenção Básica de Saúde - FGC de 50%, na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, concedida com base no art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

INTIMAÇÃO - 3ª CPASD - PAD N. 031/2019

Publicação Nº 2525739

INTIMAÇÕES DAS COMISSÕES

INTIMAÇÃO – 3ª CPASD

PAD N. 031/2019

ACUSADA: T.C.P

ADV: NILSON DOS SANTOS- OAB/SC nº 16.612

Intime-se o procurador da Servidora Indiciada acerca dos documentos de fls. 44/55 e, para querendo, se manifeste no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

EXTRATO CONTRATO Nº 133/2020

Publicação Nº 2525743

EXTRATO – CONTRATO Nº. 133/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A CEPHEID BRASIL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE DIAGNÓSTICOS LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de equipamento de testes genéticos de doenças (GENEXPERT – Número de Série: 808334) - Laboratório Municipal de Blumenau - SEMUS.

PROCESSO: Processo de Inexigibilidade nº 09-019/2020.

PRAZO: O prazo do presente contrato terá sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

VALOR: O valor total dos serviços descritos na cláusula primeira deste contrato será de R\$ 18.407,00 (dezoito mil, quatrocentos e sete reais)..

DATA DE ASSINATURA: 22 de maio de 2020.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2020

Publicação Nº 2525750

MUNICÍPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº046/2020

Objeto:Aquisição de álcool tipo gel 70%, conforme especificações constantes neste edital - SMTT.Entrega e protocolo dos envelopes: dia23 de junho de 2020, até às 14h00min. Início da sessão: dia 23 de junho de 2020, às 14h30min.Edital completo: via e-mail: flavioaraujo@blumenau.sc.gov.br/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/portal> transparência. Base Legal: Decretos Municipais nº 7106/02 e 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02, 13.979/20, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Blumenau,16/06/2020 –Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 032/2019

Publicação Nº 2525754

HOMOLOGAÇÃO

Concorrência nº 032-2019 - Contratação empresa para Execução da obra de melhoria na pavimentação da intersecção viária (rotatória) no entroncamento da Rua Progresso X Rua Santa Maria, Bairro Progresso, Blumenau/SC, conforme especificações constantes neste edital, sendo que os recursos para pagamento serão arcados por meio do Convênio SICONV 867590/2018, Operação 1054070-80/2018 – Ministério do Desenvolvimento Regional/CEF- SEMOB. Contratada: PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉCIO DE PEDRAS LTDA, no valor total de R\$383.684,99 (trezentos e oitenta e três mil e seiscentos e oitenta e quatro reais e noventa e nove centavos).

PORTARIA SEFAZ Nº 002/2020

Publicação Nº 2525756

PORTARIA SEFAZ Nº 002/2020

DISPÕE SOBRE RETORNO DAS SESSÕES QUINZENAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES.

ALAN JONES VANZUITEN, Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 199, inciso V, da Lei Complementar nº 632, de 30 de março de 2007 e CÉSAR DOMENICO POLTRONIERI, Secretário Municipal da Fazenda de Blumenau;

CONSIDERANDO a necessidade e importância de dar continuidade aos recursos administrativos que se encontram atualmente aguardando julgamento no Conselho Municipal de Contribuintes de Blumenau;

CONSIDERANDO a previsão contida no artigo 11, §2º, do Decreto Municipal nº 12.612/2020, que dispõe sobre a possibilidade do titular do órgão ou entidade autorizar a realização de evento ou reunião presencial no período de que trata o caput do mesmo dispositivo, mediante justificativa individualizada;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Contribuintes de Blumenau adotará as medidas de prevenção contra o Covid-19 recomendadas pelos órgãos nacionais e internacionais de saúde;

RESOLVEM:

Art. 1º Ficam retomados os trabalhos e as reuniões presenciais do Conselho Municipal de Contribuinte a partir do dia 23 de junho de 2020, mediante a adoção de práticas de higiene e de distanciamento social indicadas pelas autoridades de saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de junho de 2020.

ALAN JONES VANZUITEN
Presidente do CMC

CÉSAR DOMENICO POLTRONIERI
Secretário Municipal da Fazenda

EXTRATO Nº 204/2020 - FURB

Publicação Nº 2525757

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 204/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
E
INSTRON BRASIL EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS LTDA.

OBJETO: Aquisição de equipamento denominado Máquina Universal de Ensaio, para o Projeto de Pesquisa FINEP/CT - INFRA 02/2014.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 124/2020 e Contrato nº 116/2020, firmado em 18 de junho de 2020.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA, constante de folhas 07 à 11 do processo de Dispensa nº 124/2020, anteriormente mencionado, sendo este(s) o(s) preço(s) unitário(s):

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
1	40106	1	Peça	Máquina universal de ensaios; eletromecânica; microprocessada, capacidade 100 kN (10.000 kgf); tipo dupla coluna de piso; sistemas de unidades: Sistema Internacional e Sistema Britânico; alimentação 220V 50/60 Hz.	240.000,00
Preço Total (em reais, por extenso)				Duzentos e quarenta mil reais	

PAGAMENTO: A CONTRATANTE efetuará o pagamento no prazo de 30 dias a contar do recebimento e instalação do equipamento, no valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA, constante de folhas 07 à 11 do Processo de Dispensa de Licitação nº 124/2020, à empresa Instron Brasil Equipamentos Científicos Ltda.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo do presente Contrato ficará vinculado a vigência da garantia do(s) equipamento(s), constante da Cláusula Quinta deste instrumento contratual, ou seja, de 12 (doze) meses a contar da data de recebimento do(s) equipamento (s).

DATA: 16/06/2020

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO 1.172**

Publicação Nº 2525951

DECRETO LEGISLATIVO 1.172

CONFERE A COMENDA MUNICIPAL DO MÉRITO DA FAMÍLIA AO CASAL DARCI CATAFESTA E IOLANDA GORGES CATAFESTA, EM RAZÃO DAS BODAS DE RUBI.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º É conferida a Comenda Municipal do Mérito da Família ao casal Darci Catafesta e Iolanda Gorges Catafesta, em razão das Bodas de Rubi, reconhecida a longevidade do seu casamento e comprovado o matrimônio ocorrido há 45 anos.

Art. 2º A Comenda será entregue aos homenageados em sessão solene da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Blumenau, em 9 de junho de 2020.

MARCELO LANZARIN
Presidente

BRUNO CUNHA
Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA
1º Secretário

GILSON DE SOUZA
2º Secretário

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

PR 03/2020 FMAS

Publicação Nº 2525332

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2020

O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Serginho Rodrigues de Oliveira, Pregoeiro(a) e sua Equipe de Apoio, torna público que fará realizar às 13 horas do dia 29 de Junho de 2020, horário de Brasília, licitação na modalidade PREGÃO presencial para registro de preços, na forma de julgamento pelo menor preço por item, regida pela Lei nº 10.520/02, pelas Leis Complementares nº 123/06, 124/2014, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, e por este Edital, na Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro - Sala de Licitações, destinado à, aquisição dos itens, conforme segue:

1. DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MATERIAIS PARA ARTESANATO E COSTUMA, PARA ATENDIMENTO DOS GRUPOS DO CRAS, CLUBE DE MÃES (INTERIOR), GRUPO DE IDOSOS E TAMBÉM A CONFECÇÃO DE ENXOVAIS PARA BEBÊS, DESTE MUNICÍPIO, conforme Anexo VII

2. DA RETIRADA DO EDITAL

Far-se-á de 2ª a 5ª feira das 13h às 17h, no Departamento de Compras e Licitações, à Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 centro Bom Jardim da Serra - SC, ou no site www.bomjardimdaserra.sc.gov.br, sem ônus.

3. DO(S) PEDIDO(S) DE ESCLARECIMENTO(S)

3.1 Esclarecimentos a respeito de dúvidas de caráter técnico e de interpretação dos termos do Edital deverão ser formalizados, obrigatoriamente, por escrito e endereçados ao Depto. de Compras e Licitações aos cuidados do Pregoeiro, em até 05 (cinco) dias, antecedendo a data definida para a abertura da sessão;

3.2 Outras informações pelo telefone: (49) 3232-0196 ou por email: licitacao01@bomjardimdaserra.sc.gov.br

4. DO(S) PRAZO(S)

4.1 Do fornecimento: conforme necessidade

4.2 Da validade da ata de registro de preços: 12 meses a contar da data de assinatura do termo de registro;

4.3 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2020. A sua validade será até um ano a contar da(s) data(s) da(s) emissão de Autorização de fornecimento (AF) O(s) contrato(s) pode(rão) ser firmado(s) entre as partes, por prazo(s) menores que as licitadas, podendo atingir a sua quantidade total licitada;

5. DO(S) PAGAMENTO(S)

5.1 Será(ão) efetuado(s) a preço fixo, mensalmente, em até 30 (trinta) dias do(s) mês subsequente, à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s), das compras; atestados pelo fiscal de contrato;

5.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo.

5.3 Nas notas fiscais deverão constar o número do processo, o número da licitação e a data da homologação do processo.

6. DA VALIDADE DA PROPOSTA

6.1 O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas nesta licitação, sendo considerado automaticamente prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o término do processamento desta licitação.

7. DOS RECURSOS FINANCEIROS

7.1 Os produtos, objeto desta licitação, serão adquiridos com recursos provisionados na dotação orçamentária do ano de 2020.

7.2 As empresas participantes do processo de licitação, deverão garantir o fornecimento até o término do quantitativo contratado.

8. DA PARTICIPAÇÃO

8.1 Poderão participar da presente licitação, empresas legalmente constituídas, que satisfaçam as condições do presente Edital de Pregão Presencial para registro de preços Nº 03/2020;

8.2 As empresas deverão participar isoladamente, não se permitindo consórcios;

8.3 Não poderá participar, empresa que tenha sido declarada inidônea, ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com Administração Pública;

8.4 A participação na presente Licitação, enseja na aceitação plena das condições prescritas neste Edital e em seus anexos.

9. DO CREDENCIAMENTO

9.1 Fica a critério do Licitante se fazer representar ou não na sessão;

9.2 O titular se investido de poderes, se fará representar, apresentando, cópias autenticadas do Ato Constitutivo/Contrato Social e da cédula de identidade, ou de outro documento reconhecido legalmente, que o identifique;

9.3 O Licitante se desejar, poderá também ser representado por preposto, devidamente credenciado, através de declaração ou instrumento procuratório, com firma reconhecida em cartório, acompanhado de cópias autenticadas da cédula de identidade do Outorgado e do Ato

Constitutivo do Outorgante, conferindo poderes para formulação de lances e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

9.4 Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um Licitante;

9.5 O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado não enseja a INABILITAÇÃO, nem a DESCLASSIFICAÇÃO do Licitante;

9.6 O Licitante que não se fizer representar, fica automaticamente impedido de participar da fase de competição com lances verbais e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência, do direito de interpor recurso, inclusive para exercer o direito de favorecimento instituído pela LC 123/06, às ME's e EPP's;

10. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

10.1 Deverão ser entregues 02 envelopes separados, indevassáveis, lacrados em seus fechos, cada um deles com identificação clara do proponente referente à licitação, como segue:

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11. DA ENTREGA DOS ENVELOPES

11.1 Os envelopes: nº 01 - Proposta e nº 02 - Documentação de Habilitação poderão ser entregues no setor de licitações da Prefeitura, à Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro, Bom jardim da Serra, CEP 88.640-000, até às 13 horas do dia 29 de Junho de 2020.

11.2 Poderão também, sê-los remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso;

11.3 Podem ainda, ser entregues pessoalmente ao Pregoeiro ou para um Membro da Equipe de Apoio, até a hora e dia marcado para abertura dos envelopes, não sendo admitida qualquer tolerância após o horário estabelecido para o início do certame.

12. DA SOBRESCRITURA DO ENVELOPE Nº 01

Sr(a). Pregoeiro(a)

Empresa:

Referente ao Edital de Pregão Presencial Nº 03/2020

Abertura às 13 horas do dia 29 de Junho de 2020

Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro, Bom Jardim da Serra, SC, CEP 88.640-000

Proposta

13. DA PROPOSTA

13.1 Ser formulada de preferência em papel timbrado da empresa, apresentada em uma via, constando o nome, endereço completo, e-mail, telefone(s) e carimbado com a Razão Social, e também na forma eletrônica apresentada em pen drive ou CD realizando cotação por meio do sistema Betha Auto cotação;

13.2 Ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, sem emendas, sem ressalvas e sem entrelinhas;

13.3 Conter a(s) assinatura(s), a(s) qual(is) deverá(ão) ser identificada(s) fazendo-se constar a qualificação do(s) signatário(s) e o cargo que exerce (Diretor, Gerente, e/ou Procurador);

13.4 Estar com todas as vias rubricadas e a última assinada em seu desfecho, pelo signatário da autora;

13.5 Ter validade de no mínimo 12(doze) meses;

13.6 O(s) produto(s) serviço (s) deverá(ao) ser cotado(s) com marca, com a(s) especificação(ões) necessária(s) para facilitar sua identificação com os requisitos constantes do Edital;

13.7 Os preços deverão ser cotados, em moeda nacional, com duas casas decimais depois da vírgula e, já deverão estar incluídos toda incidência de impostos, transportes, custos diretos e indiretos relativos ao presente objeto, inclusive todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos decorrentes ou que venham a serem devidos em razão do objeto deste Edital;

13.8 Estar acompanhada:

13.8.1 Da Declaração de que correrão por conta, quaisquer outras despesas não incluídas na cotação do(s) preço(s) do(s) produto(s) licitado(s);

13.8.2 Da Declaração que aceitam as condições impostas por este edital e que submetem se ao disposto pela Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

14. DA SOBRESCRITURA DO ENVELOPE Nº 02

Sr(a). Pregoeiro(a)

Empresa:

Referente ao Edital de Pregão Presencial Nº 03/2020

Abertura às 13 horas do dia 29 de Junho de 2020.

Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro, Bom Jardim da Serra, CEP 88.640-000

Documentação de Habilitação.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1 DA REGULARIDADE JURÍDICA:

15.1.1 A ME ou a EPP que pretende se beneficiar do direito de preferência, instituído pela LC 123/06, deverá apresentar cópia da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado da jurisdição competente.

15.1.2 Da Declaração que o(s) produto(s) a ser(em) entregue(s) ficará(ao) sob a inteira responsabilidade, até a entrega definitiva; que cumpre(m) plenamente as condições estabelecidas para efeito de habilitação, nos termos do disposto no inciso VII, do artigo 4º da Lei

10.520/02; de que se enquadra ou não na condição de ME ou EPP, nos termos do art. 3º da LC 123/2006 e que não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º do artigo em comento, para fins do exercício do direito de favorecimento;

15.2 DA REGULARIDADE FISCAL:

15.2.1 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal de origem da empresa;

15.2.2 Prova de Regularidade com a Fazenda Federal (CONJUNTA);

15.2.3 Prova de regularidade com a fazenda Estadual

15.2.4 Prova de Regularidade com FGTS;

15.2.5 Prova de regularidade junto a Justiça do Trabalho;

15.2.6 Alvará de funcionamento;

15.2.7 Contrato Social e alterações se houver;

15.2.8 Declaração de fatos impeditivos (Anexo II)

15.2.9 Termo de Renúncia de Recurso – (opcional) Declaração Conforme Art. 27, Inc. V, Lei 8.666/93. (Anexo IV)

15.2.10 Certidão negativa de falência e concordata.

NOTAS

- A certidão que não contar com validade expressa será considerada válida por 60 dias, contados da data da sua emissão, exceto as extraídas pela Internet.
- Todas as cópias deverão estar autenticadas, exceto as extraídas pela Internet;
- Todos os documentos de Habilitação deverão ser inseridos no envelope nº 02; preferencialmente dispostos ordenadamente, numerados sequencialmente e rubricados pelo Licitante;

16. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

16.1 Será(ão) aberto(s) preliminarmente o(s) envelope(s) contendo a(s) Proposta(s) de Preço(s), que deverá(ão) estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10%, relativamente à de menor preço;

16.2 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

16.3 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor;

16.4 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;

16.5 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao Licitante, na ordem decrescente dos preços;

16.6 É vedada a oferta de lance com vista ao empate;

16.7 Dos lances ofertados não caberá retratação;

16.8 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do Licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo Licitante, para efeito de ordenação das propostas;

16.9 Encerrada a fase de lance(s) oral(is), verificar-se-á a natureza do Licitante com o menor preço ofertado, para efeito de aplicação do direito de preferência à ME e EPP;

16.10 Se, a proposta com menor preço cotado pertencer a ME ou EPP, será, sem meras formalidades, adjudicado a seu favor, o objeto licitado;

16.11 Caso a proposta mais bem classificada ou a com menor preço cotado, dependendo da forma de julgamento, não seja de ME ou EPP, e havendo proposta(s) apresentada(s) por ME ou EPP com valor igual ou superior até 5% do menor preço cotado, caracterizada(s) pelo empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:

16.11.1 Preliminarmente, selecionar-se-á a(s) proposta(s) aceita(s) de ME ou EPP, dispondo-a(s) pela ordem crescente de classificação, para efeito do exercício do direito de preferência, previsto no Inciso I do art. 45 da LC 123/2006;

16.11.2 Para efeito do desempate de valor(es) cotado(s) com equivalência, se houver, utilizar-se-á o critério de sorteio, para identificação do melhor preço cotado e a colocação da ME ou EPP na escala de classificação para exercer o direito de preferência, nos termos dispostos no § 2º, IV do art. 45 da Lei 8.666/93 e no Inciso III do art. 45 da LC 123/2006, respectivamente;

16.11.3 Convocada a ME ou EPP mais bem classificada para exercer o direito de preferência e esta deliberar pela apresentação de nova proposta com preço inferior ao menor, até então, cotado/negociado, ser-lhes-á adjudicado o objeto licitado, ficando em consequência, encerrada a fase de competição;

16.11.4 Convocada a ME ou EPP mais bem classificada para exercer o direito de preferência, e esta deliberar pela não apresentação de nova proposta com preço inferior ao menor, até então, cotado/negociado, convocar-se-á a 2ª ME ou EPP melhor classificada, e assim sucessivamente, até a que satisfaça os requisitos requeridos, observando-se o limite das classificadas;

16.11.5 Se nenhuma ME ou EPP convocada, exercer o direito de preferência e a que exercer, não atender as exigências editalícias, a empresa que apresentou a melhor proposta, independente de se enquadrar ou não como ME ou EPP, será julgada a vencedora da licitação;

16.12 Não havendo oferta de lance(s), será verificada a conformidade da proposta inicial de menor preço e o valor estimado, se compatível, ser-lhes-á adjudicado o objeto licitado;

16.13 Verificada a documentação pertinente, se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade, procedendo ao julgamento da habilitação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências do Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e, caso não haja manifestação motivada de intenção de recurso, a ele será adjudicado o objeto da licitação definido neste Edital e seus anexos;

16.14 Sendo considerada aceitável a proposta do Licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação;

16.15 Em caso de o Licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro o inabilitará e examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação dos Licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor;

- 16.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o Licitante vencedor, com vistas a obter preço melhor;
- 16.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos Licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta de manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do Licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais Licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo;
- 16.18 A ausência do Licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer;
- 16.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos Licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima;
- 16.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os Licitantes presentes;
- 16.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes;
- 16.22 A bem dos serviços, o Pregoeiro, se julgar conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços.

17. DOS CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 17.1 A adjudicação se dará observando-se as condições prescritas no presente Edital e os critérios abaixo relacionados:
- 17.1.1 Considerar-se-á vencedor o Licitante que apresentar a proposta mais vantajosa, de acordo com as especificações do edital e ofertar o Menor Preço por item;
- 17.1.2 Os Preços cotados, depois de negociados, serão IRREAJUSTÁVEIS e as Propostas, depois de abertas, IRRENUNCIÁVEIS;
- 17.1.3 Os erros de soma ou de multiplicação, em consequência o resultado do valor apurado, e outros que, não desfigurem a validade jurídica, eventualmente configurados na(s) Proposta(s) de Preço(s) do(s) Licitante(s), poderão ser devidamente corrigidos, não se constituindo, de forma alguma, motivo para a desclassificação da Proposta;
- 17.1.4 Na hipótese de todas as propostas forem desclassificadas, fica facultado à Comissão a aplicação das disposições do Art. 48 da Lei de Licitações.

18. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

- 18.1 Será(ão) inabilitado(s) o(s) Licitante(s) que não fornecer(em) todos os documentos exigidos ou se estiverem ilegalmente formalizados ou com vigência expirada, exceção feita às certidões pertinentes a regularidade fiscal de ME e/ou EPP;
- 18.2 À ME ou EPP, que apresentar certidão de regularidade fiscal revelando qualquer restrição, fica assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, a contar da data da notificação declarando-a vencedora, para sanar a(s) falha(s) apontada(s);
- 18.3 A não regularização no prazo designado, incorre na decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, ficando facultado à Comissão, convocar a ME ou EPP remanescente mais bem classificada, se houver, observando-se a ordem e o limite de classificação;
- 18.4 No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação;
- 18.5 Na hipótese de todos os Licitantes serem inabilitados, fica facultado à Comissão a aplicação das disposições do Art. 48 da Lei de Licitações.

19. DO DIREITO AO RECURSO

- 19.1. Tendo o Licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, contará com o prazo de 03 dias consecutivos para apresentação das razões de recurso;
- 19.2. Os demais Licitantes, inclusive os ausentes, consideram-se intimados na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente;
- 19.3. A manifestação na Sessão Pública e a motivação no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade do recurso;
- 19.4. O recurso será endereçado à Secretaria Municipal de Administração, via Setor de Protocolo, aos cuidados do Pregoeiro, que o encaminhará ao Secretário de Administração, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de até 05 dias;
- 19.5. O recurso administrativo encaminhados via fax, somente será analisado e atendido, posteriormente a recepção da via original acompanhada do documento comprovando a outorga de poderes ao signatário e da fotocópia do documento de identidade do outorgado;
- 19.6. A Impugnação ao ato convocatório, deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Administração, aos cuidados do Pregoeiro, obrigatoriamente via Setor de Protocolo, acompanhada da comprovação de xerox autenticadas, do ato constitutivo do outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do outorgado, com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis da data da sessão pública de abertura.

20 - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) REGISTRADA(S)

- 20.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Edital, de seu (s) Anexo (s) e da Ata de Registro de Preços decorrente;
- 20.2 Assinar e devolver a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;
- 20.3. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;
- 20.4. Atender fielmente o objeto do edital, em acordo com os itens e condições estabelecidas no instrumento, seus anexos, proposta de preços, bem como normas e procedimentos técnicos e de segurança consagrados e pertinentes ao caso;
- 20.5. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele sumidas, todas as

condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

20.6. Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação das entregas, apresentando razões justificadas que serão objeto de apreciação do Órgão Gestor;

20.7. Responsabilizar-se por todo e qualquer extravio de produto durante a execução da Ata de Registro de Preços, enquanto estiverem sob sua guarda;

20.8. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do bem a si adjudicado, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;

20.8.1 Realizar a entrega dos produtos por suas próprias expensas, sempre que solicitado mediante autorização de fornecimento em dias úteis e horário de funcionamento dos órgãos públicos contratantes;

20.9. Os produtos que não se enquadrarem nas especificações serão devolvidos à Empresa Registrada, ficando esta obrigada a substituí-los por produtos adequados, em conformidade com as especificações, no prazo máximo de 24 horas;

20.10. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatando as reclamações formuladas;

20.11. Apresentar, sempre que solicitados, cópia das notas fiscais, bem como prestar contas e esclarecimentos sobre as peças, acessórios e componentes de reposição adquiridos, fornecendo toda e qualquer informação à fiscalização da Ata de Registro de Preços para acompanhamento da entrega;

20.12. Manter estoque regular e permanente do objeto licitado, para entrega imediata quando solicitado;

21 - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GESTOR

21.1 Emitir a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;

21.2. Encaminhar ao adjudicatário a Ata de Registro de Preços, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;

21.3. Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no Edital;

21.4. Prestar informações atinentes ao objeto da contratação que venham a ser solicitadas pela Empresa Registrada;

21.5. Comunicar formalmente e imediatamente a Empresa Registrada, qualquer anormalidade no fornecimento, podendo suspender a entrega, caso não esteja de acordo com as exigências estabelecidas no Edital;

21.6. Devolver o(s) produto(s) que estiverem fora de especificação e solicitar sua substituição ou cancelamento, se for o caso;

21.7. Verificar e atestar, ao receber a nota (s) fiscal (is) e a (s) cópia (s) da (s) página (s) da (s) Tabela (s) de Preços do Fabricante (s) da (s) peça (s), acessório (s) ou componente (s) de reposição entregue (s), se os valores cobrados estão de acordo com o desconto efetuado registrado na Ata de Registro de Preços.

22 - DO REGISTRO DE PREÇOS E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1 A descrição e quantidades constantes no Termo de Referência contém a estimativa máxima para fornecimento em 12 (doze) meses, e em conformidade com a legislação, não obrigando o Município de Bom Jardim da Serra a contratar/adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral, parcial ou mesmo a não aquisição;

22.2 A existência de preços registrados não impede a Administração de, sempre que julgar conveniente e oportuno, na hipótese de existência de menor preço no mercado, efetivar as contratações por meio de procedimento licitatório específico ou de contratação direta, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado ao compromissário fornecedor a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

22.2.1 O direito de preferência previsto no item anterior dar-se-á caso a Administração opte por realizar a aquisição através de licitação específica ou diretamente, nos termos da legislação vigente e o preço encontrado for igual ou superior ao validamente registrado. Nesta hipótese o contratado, fornecedor de materiais, terá assegurado seu direito à contratação.

22.2.2 É vedada a aquisição de materiais por valor igual ou superior ao fornecimento do compromissário fornecedor.

22.3 Homologado o resultado do certame, o Município de Bom Jardim da Serra convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 10 (dez) dias, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas;

22.4 A aquisição dos serviços junto ao fornecedor registrado será formalizada pelo Município de Bom Jardim da Serra, através de Solicitação de Fornecimento;

22.5 Caso o proponente vencedor não atenda à convocação, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nos termos de sua proposta, ou revogar o Lote respectivo, ou licitá-lo;

22.6 A Ata de Registro de Preços deste Edital firmará compromisso para eventual contratação, com validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura;

22.7 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n.º 8.666, de 1993;

22.8 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo ao Município de Bom Jardim da Serra a promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

22.9 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Município de Bom Jardim da Serra deverá:

22.9.1 Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

22.9.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

22.10 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Município de Bom Jardim da Serra poderá:

22.10.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução/fornecimento;

22.10.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

22.11 Não havendo êxito nas negociações, o Município de Bom Jardim da Serra deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

22.12 O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

22.12.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

22.12.2 Não retirar a respectiva Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
22.12.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
22.12.4 Tiver presentes razões de interesse público;
22.13 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador;
22.14 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, desde que seja formulado com antecedência de 60 (sessenta) dias.

23. DO DIREITO DE RESERVA

23.1 O Município de Bom Jardim da Serra, reserva-se do direito, conforme legislação vigente de adquirir parte ou todos os produtos licitados, bem como revogar a licitação pertinente, sem que caiba ao(s) Proponente(s) indenização de qualquer espécie;
23.2 Receber o(s) produto(s) provisoriamente, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;
23.3 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante.

24. DAS PENALIDADES E GARANTIAS

24.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;
24.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;
24.3 No caso de o convocado não assinar o Contrato ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta Comercial e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro licitante, observada a ordem e o limite de classificação e o direito de preferência para ME ou EPP, e assim sucessivamente, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para obtenção de preço menor.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, os Licitantes farão constar em sua documentação: endereço, número de telefone, endereço de e-mail, bem como o nome da pessoa indicada para contatos;
25.2 No interesse do Município de Bom Jardim da Serra, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:
a) adiada a abertura da licitação;
b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

26. DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de São Joaquim, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente Edital, independentemente de qual seja o domicílio do Licitante.

Bom Jardim da Serra, 16 de junho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº ____/2020.

CONTRATO Nº ____/2020

MINUTA CONTRATO PARTICULAR D QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, ESTADO DE SANTA CATARINA E EMPRESA VENCEDORA.

Pelo presente instrumento particular de contrato de _____, de um lado o Município de Bom Jardim da Serra- SC, ente jurídico de direito público, com sede a Manoel Cecílio Ribeiro, 68 centro, inscrito no CNPJ nº 82.844.754/0001-92, representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Serginho Rodrigues de Oliveira, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa _____, rua: _____, _____, cidade de _____, SC, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada pelo seu diretor o Sr. _____ brasileiro, _____, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Carteira de Identidade nº _____ E CPF nº _____, doravante denominado CONTRATADO, tem entre si, como justo e contratado o que segue abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. - O presente contrato tem por objeto _____

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1. - Para a presente contratação foi realizada a Licitação da Modalidade - Pregão nº -- /2020 de registro de preços nos termos da Lei Federal 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

3.1. - As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei Federal 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e supletivamente,

pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado, bem como, pelas cláusulas e condições deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. - O presente contrato/registro de preço(s) vigorará a partir da data de sua assinatura até 12 (meses), contados da assinatura do contrato, podendo ser suprimido ou prorrogado se subsistir saldo quantitativo do objeto licitado, ou por interesse da Administração.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO DOS SERVIÇOS E DAS QUANTIDADES

5.1. - Os preços para os bens contratados são de: xxx por unidade de serviço;

5.2. - Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º, da Lei n. 8.666/93;

b) para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do princípio previsto no art. 65, § 5º, da Lei n. 8.666/93.

5.3. - A contratante poderá adjudicar de forma unitária, item a item dentro do lote.

5.4 - A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

5.5. - Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc).

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. - O pagamento será efetuado da seguinte forma:

6.1.1 Em até 30 (trinta) dias da data da entrega da nota fiscal, conforme efetivo cumprimento da obrigação.

6.2. - Junto ao corpo da Nota Fiscal/Fatura é recomendado fazer constar, para fins de pagamento, informações relativas ao nome e número do banco, da agência e da c/c da contratada, bem como, se a empresa é optante do "SIMPLES".

6.2.1. - Em sendo optante do "SIMPLES" o contratado deverá apresentar documento expedido pela Receita Federal demonstrando essa condição.

6.3. - Em hipótese alguma haverá pagamento sem que ocorra o efetivo Fornecimento do objeto contratado, podendo ocorrer, contudo, excepcionalmente, o pagamento correspondente à parte do objeto que, mediante prévia autorização da Administração, for efetivado parcialmente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. - As despesas com a execução deste contrato correrão no orçamento da Dotação Orçamentária:

(_____), saldo R\$ _____ (_____),

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. - Para garantir o fiel cumprimento do presente contrato, o CONTRATANTE se compromete a:

a) Disponibilizar informações e endereços na sede da contratada para o efetivo serviço no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas) úteis.

b) solicitar previamente à CONTRATADA, através de documento próprio, o fornecimento dos laudos;

c) efetuar o pagamento na forma prevista na cláusula sexta.

d) averiguar a qualidade dos produtos e notificá-los devolução e/ou troca caso haja desconformidade com o objeto e/ou qualidade licitado.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. - Para garantir o fiel cumprimento do presente contrato, a CONTRATADA se compromete a:

a) Executar de acordo com o Edital, devendo ser seguidas rigorosamente às especificações contidas nas legislações que regulamentam o objeto desta contratação.

b) - A contratada se obriga a tomar conhecimento e consultar todas as obrigações antes e durante a execução de quaisquer serviços.

c) - garantir a qualidade dos serviços entregues conforme os órgãos reguladores e atender todas as normas de segurança.

d) - garantir a execução dos serviços em até 45 (quarenta e cinco) dias para conclusão e entrega dos laudos, medições e dosimetrias.

e)- realizar todos os serviços a partir da averiguação in loco das condições e instalações de todos os órgãos (PM, FMAS e FMS) que envolvem a administração/contratante;

f) - Entregar todos os relatórios em três vias físicas e uma eletrônica;

g) - assegurar a fiscalização pelo Sr. xxxx de todas as entregas e seus registros.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. - A recusa no fornecimento dos bens, sem motivo justificado e aceito pela Administração, constitui-se em falta grave, sujeitando o contratado à sua inscrição no Registro de Ocorrências da Secretaria de Administração do município e não impede, em razão das circunstâncias e a critério da administração do ÓRGÃO/ENTIDADE CONTRATANTE, a aplicação das seguintes penalidades:

a) multa de 5% sobre o valor total do contrato que, em caso de não pagamento, será encaminhada para a dívida ativa do município, visando a sua execução;

b) Suspensão de, no mínimo 1 (um) ano e, no máximo 2 (dois) anos, do direito de licitar/ contratar com a Administração; e

c) Declaração de Inidoneidade.

10.2. - Expirado o prazo proposto para o fornecimento do maquinário, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor remanescente do contrato.

10.3. - A multa prevista neste item será aplicada até o limite de 20% (vinte por cento) e será cobrada por compensação financeira dos créditos que o contratado tiver a receber.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RENÚNCIA E DA RESCISÃO

11.1. - O presente contrato poderá ser renunciado, por acordo entre as partes, mediante notificação expressa, com antecedência mínima de 10(dez) dias da data desejada para o encerramento, em conformidade com o art. 79, II da Lei 8 666/93.

11.2. - O presente contrato também poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/93.

11.3. - Em caso de rescisão administrativa ou amigável deverá haver autorização prévia e fundamentada da autoridade competente do ÓRGÃO/ENTIDADE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

12.1. - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE relativos ao presente contrato:

a) Aumentar ou diminuir os quantitativos contratados nos limites previsto no art. 65, § 1º, da Lei n. 8.666/93;

b) Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei 8666/93;

- c) Aplicar as sanções motivadas pela inexecução, total ou parcial do contrato; e
d) Fiscalizar a execução do ajuste.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13.1 OS VALORES REGISTRADOS SERÃO FIXOS E IRREAJUSTÁVEIS DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.2 CONSIDERA-SE INCLUSO NO PREÇO DOS SERVIÇOS PARA FINS DE DESCONTO TODAS AS DESPESAS E CUSTOS, TAIS COMO: TRIBUTOS (IMPOSTOS, TAXAS, EMOLUMENTOS, CONTRIBUIÇÕES FISCAIS E PARAFISCAIS), TRANSPORTE, HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO, SEGUROS, MÃO-DE-OBRA E QUALQUER DESPESA, ACESSÓRIA E/OU COMPLEMENTAR E OUTRAS NÃO ESPECIFICADAS NESTE EDITAL, MAS QUE INCIDAM NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELA EMPRESA DETENTORA DA ATA NA EXECUÇÃO DA MESMA. .

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. - A CONTRATADA obriga-se a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas e manter-se em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como as normas previstas na Lei 8666/93 e legislação complementar, durante a vigência deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. - As partes contratantes elegem o foro de São Joaquim, SC, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Bom Jardim da Serra, ____ de _____ de 2020.

Serginho Rodrigues de Oliveira Contratado (A). Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1 _____ 2 _____

ANEXO II**DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS**

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO Nº ____/2020

Nome da Empresa: _____

Declaro, sob as penas da lei, que: Conhecemos e aceitamos as condições do presente Edital de Licitação; Não empregamos menores, nas formas previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Brasileira; até a presente data inexistem fatos impeditivos originados da Administração Pública em qualquer das suas esferas, por descumprimento de contratos anteriores; Não está (ão) incluso(s) entre os impedidos de licitar com o poder público de Bom Jardim da Serra, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 em especial ao disposto no art. 9º. Desta forma requeremos sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências afins, posteriores à data de entrega dos envelopes.

Local: _____ Data: ____/____/____

Assinatura Autorizada: _____

Nome: _____

CPF: _____

Importante: Carimbar (CNPJ) - ou utilizar papel timbrado.

ANEXO III**Carta de Credenciamento**

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2020

O abaixo assinado, carteira de identidade RG n.º e CPF n.º
....., na qualidade de responsável legal pela empresa vem, pela presente, informar que o Sr , carteira de identidade RG n.º , é pessoa designada por nós para acompanhar a sessão de abertura da documentação e proposta de preços, bem como assinar as atas e demais documentos a que se referir a licitação em epígrafe. Outorgamos ainda à pessoa mencionada, amplos poderes para acordar, transigir, receber em devolução



documentos pertencentes à empresa, enfim, agir em nome e por conta da própria empresa que representar. Estamos cientes de que responderemos em juízo ou fora dele, se for o caso, por todos os atos que venham a ser praticados por nossos representantes.

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

Obs. A presente deverá ser assinada pelo próprio Sócio-gerente ou Diretores da Empresa. (carimbo do CNPJ).

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

(art. 27, inc. V da Lei 8.666/93)

....., inscrito no CNPJ nº, no intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 e inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Brasileira, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz () .

Cidade - UF, de _____ de _____

(representante legal)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

À Comissão de licitação Referente:

Pregão: ____/2020

O signatário da presente, em nome da proponente _____, DECLARA, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e Artigo 97 da Lei nº. 8.666, de 21 de julho de 1993, e suas alterações.

Cidade, UF, _____ de _____ de _____

Assinatura autorizada: _____

Nome: _____

CPF: _____

ANEXO VI

MODELO DA DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL

Referente: Pregão: ____ /2020

O signatário da presente, senhor _____, representante legalmente constituído da proponente, DECLARA que a mesma recebeu do Licitador toda a documentação relativa ao edital em epígrafe, e que concorda e aceita todas as condições estabelecidas no mesmo e em seus anexos.

Cidade, UF, _____ de _____ de _____.

Assinatura autorizada: _____

Nome: _____

CPF: _____

TP 08/2020

Publicação Nº 2525434

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2020****EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 08/2020**

O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, por intermédio do Prefeito Municipal, de seu Pregoeiro(a) e sua Equipe de Apoio, torna público que fará realizar às 13 horas do dia **01 de Julho de 2020**, horário de Brasília, licitação modalidade **TOMADA DE PREÇO**, cujo regime de execução é empreitada por preço unitário, na forma de julgamento **Menor Preço Global** da proposta, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção de propostas visando atingir o objetivo descrito no item n.1 do presente edital, e será realizada em conformidade com a Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93, e alterações posteriores, e ainda pelas condições estabelecidas neste Edital.

1.DO OBJETO:

TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL, CONFORME DESCRIÇÃO NO ANEXO

2. DA RETIRADA DO EDITAL:

Far-se-á de 2ª a 5ª feira, no Departamento de Licitações, no horário das 13:00h às 17:00h à Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 centro Bom Jardim da Serra- SC, ou no site www.bomjardimdaserra.sc.gov.br, sem ônus.

3. DO(S) PEDIDO(S) DE ESCLARECIMENTO(S):

3.1 Esclarecimentos a respeito de dúvidas de caráter técnico e de interpretação dos termos do Edital deverão ser formalizados, obrigatoriamente, por escrito e endereçados ao Departamento de Compras e Licitações aos cuidados do Pregoeiro, em até 02 (dois) dias, antecedendo a data definida para a abertura da sessão;

3.2 Impugnações ao ato convocatório deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Administração, aos cuidados do Pregoeiro(a), obrigatoriamente via Setor de Protocolo, acompanhada da comprovação de cópias autenticadas, do ato constitutivo do outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do outorgado, com antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data da sessão pública de abertura.

3.3 Outras informações pelo telefone: (49) 3232-0196 ou por e-mail: licitacao01@bomjardimdaserra.sc.gov.br

4. DO(S) PRAZO(S):

4.1 De entrega/execução: A definir;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

4.2 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2020. A sua validade até 31/12/2020 a contar da(s) data(s) da(s) assinatura(s) de(os) contrato(s). O(s) contrato(s) pode (rão) ser firmada(s) entre as partes, por prazo(s), quantidade(s) menor que as licitadas, podendo atingir a sua quantidade total licitada;

5. DO(S) PAGAMENTO(S):

5.1 Será (ão) efetuado(s) a preço fixo, conforme quantidade produzida mensalmente, pago(s) em até 30 (trinta) dias, à vista da(s) nota(s) fiscal(is).

5.2 O(s) pagamento(s), se processará (ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais documentos inerentes ao Processo.

6. DA VALIDADE DA PROPOSTA:

O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas nesta licitação, sendo considerado automaticamente prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o término do processamento desta licitação.

7. DOS RECURSOS FINANCEIROS:

7.1 Os produtos e ou serviços, objeto desta licitação, serão adquiridos com recursos provisionados na(s) conta(s): do exercício do ano de 2020.

8. DA PARTICIPAÇÃO:

8.1 Poderão participar da presente licitação, empresas legalmente constituídas, que satisfaçam as condições do presente Edital de Tomada de Preços n. 08/2020;

8.2 As empresas deverão participar isoladamente, não se permitindo consórcios;

8.3 Não poderão participar, empresa que tenha sido declarada inidônea, ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com Administração Pública;

8.4 A participação na presente Licitação, enseja na aceitação plena das condições prescritas neste Edital e em seus anexos.

9. DO CREDENCIAMENTO:

9.1 Ficam a critério do Licitante se fazer representar ou não na sessão;

9.2 O titular se investido de poderes, se fará representar, apresentando, cópias autenticadas do Ato Constitutivo/Contrato Social e da cédula de identidade, ou de outro documento reconhecido legalmente, que o identifique;

9.3 O Licitante se desejar, poderá também ser representado por preposto, devidamente credenciado, através de declaração ou instrumento procuratório, com firma reconhecida

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

em cartório, acompanhado de cópias autenticadas da cédula de identidade do Outorgado e do Ato Constitutivo do Outorgante, conferindo poderes para formulação de lances e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

9.4 Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um Licitante;

9.5 O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado não enseja a INABILITAÇÃO, nem a DESCLASSIFICAÇÃO do Licitante;

9.6 O Licitante que não se fizer representar, fica automaticamente impedido de participar da fase de competição com lances verbais e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência, do direito de interpor recurso, inclusive para exercer o direito de favorecimento instituído pela LC 123/06, às ME's e EPP's;

9.7 A ME ou a EPP que pretende se beneficiar do direito de preferência, instituído pela LC 123/06, deverá apresentar cópia da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado da jurisdição competente, tanto para licitante com representante ou não.

9.8 Declarar que, os sócio(s) e/ou proprietário(a) da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ainda, que, não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

9.9 Far-se-á o credenciamento, antecedendo a abertura dos envelopes, devendo a documentação pertinente, ser envelopada em separado dos demais documentos ou entregue em mão.

10. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

Deverão ser entregues 02 envelopes separados, indevassáveis, lacrados em seus fechos, cada um deles com identificação clara do proponente referente à licitação, como segue:

ENVELOPE N° 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

ENVELOPE N° 02 - PROPOSTA

11. DA ENTREGA DOS ENVELOPES

11.1 Os envelopes: n° 01 – Documentação de Habilitação e n° 02 – Proposta, poderão ser entregues no setor de licitações da Prefeitura, à Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro, Bom Jardim da Serra - SC, CEP 88.640-000, até às 13 horas do dia 30/06/2020.

11.2 Poderão também, sê-los remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

11.3 Podem ainda, ser entregues pessoalmente ao Pregoeiro ou para um Membro da Equipe de Apoio, até a hora e dia marcado para abertura dos envelopes, não sendo admitida qualquer tolerância após o horário estabelecido para o início do certame.

12. DA SOBRESCRITÇÃO DO ENVELOPE N° 01

Sr (a). Pregoeiro (a)

Empresa:

Referente ao Edital de Tomada de Preços N° 08/2020

Entrega até às 13 horas do dia 01 de julho de 2020

Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro, Bom Jardim da Serra, SC, CEP 88.640-000

DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1 DA REGULARIDADE JURÍDICA:

15.1.1 A ME ou a EPP que pretende se beneficiar do direito de preferência, instituído pela LC 123/06, deverá apresentar cópia da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado da jurisdição competente.

12.1.2 Da Declaração que o(s) produto(s) a ser(em) entregue(s) ficará(ao) sob a inteira responsabilidade, até a entrega definitiva; que cumpre(m) plenamente as condições estabelecidas para efeito de habilitação, nos termos do disposto no inciso VII, do artigo 4º da Lei 10.520/02; de que se enquadra ou não na condição de ME ou EPP, nos termos do art. 3º da LC 123/2006 e que não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º do artigo em comento, para fins do exercício do direito de favorecimento;

12.2 DA REGULARIDADE FISCAL:

12.2.1 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal de origem da empresa;

12.2.2 Prova de Regularidade com a Fazenda Federal (CONJUNTA);

12.2.3 Prova de regularidade com a fazenda Estadual

12.2.4 Prova de Regularidade com FGTS;

12.2.5 Prova de regularidade junto a Justiça do Trabalho.

12.2.6 Alvará de funcionamento da sede da proponente do ano corrente;

12.2.7 Contrato Social e alterações se houver.

12.2.8 Cópia do cartão CNPJ constando atividade pertinente ao objeto licitado

12.2.9 Declaração de fatos impeditivos

12.2.10 Declaração Concordância com as Condições Edital

12.2.11 Termo de Renúncia de Recurso – opcional

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

12.2.12 Declaração Conforme Art. 27, Inc. V, Lei 8.666/93

12.2.13 Declaração de inexistência de parentesco com integrantes do poder municipal

12.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA

12.3.1 Certidão Negativa de Falência ou concordata, expedida pelo Cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, conforme Inciso II, do Artigo 31 da Lei Federal 8.666/93;

12.3.2 Certidão Negativa de Protestos emitida pelo(s) Cartório(s) existente(s) na Comarca da sede da empresa;

12.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.4.1 Comprovante de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, contendo, obrigatoriamente, o registro dos responsáveis técnicos;

12.4.2 Atestado de capacidade técnica-operacional devidamente registrado no CREA ou no CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados da respectiva certidão de Acervo Técnico – CAT, que comprove que a licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, obras/serviços de características técnicas similares ou superiores;

12.4.3 Demonstração de possuir a licitante em seu quadro permanente de pessoal, Engenheiro Civil e/ou Arquiteto, devidamente reconhecido pela entidade competente (CREA/CAU), detentores de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes e compatíveis às do objeto da licitação;

12.4.3.1 Para comprovação do vínculo empregatício do engenheiro civil ou arquiteto com a empresa licitante deverá ser apresentado cópia autenticada da CTPS, acompanhada dos últimos três recolhimento do FGTS ou contrato de Trabalho. Para dirigente da empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da Ata da Assembleia que investiu no cargo ou do Contrato Social;

12.4.3.2 Estar acompanhada de no mínimo 01(um) atestado, fornecido por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, por empresas privadas, comprovando que o responsável técnico executou obras/serviços de características similares ou superiores, em nome do profissional;

13. DA PROPOSTA:**14. DA SOBRESCRITURA DO ENVELOPE N° 02**

Sr (a). Pregoeiro (a)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

Empresa:

Referente ao Edital de Tomada de Preços N° 08/2020

Abertura às 13 horas do dia 01 de julho de 2020

Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro, Bom Jardim da Serra, CEP 88.640-000

PROPOSTA

14.1 envelope 02 - PROPOSTA deverá conter a proposta propriamente dita, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

- a) Razão social, endereço completo, nº do CNPJ/MF e nº da Inscrição Estadual ou Municipal da proponente;
- b) Número desta Tomada de Preços;
- c) Preço total da mão-de-obra empregada na execução do objeto cotado, grafado em algarismos numéricos e por extenso;
- d) Preço total dos materiais utilizados na obra;
- e) Preço global total para a execução completa do objeto cotado, grafado em algarismos numéricos e por extenso;
- f) Local, data, identificação e assinatura do representante legal da licitante.

14.2 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com duas casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

14.3 - Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente licitação.

14.4 - Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data de sessão de abertura dos envelopes nº 02. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

14.5 - As propostas que tenham sido classificadas serão verificadas pela Comissão Permanente de Licitações para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pela Comissão da seguinte forma:

- a) Nos casos em que houver discrepância entre os valores grafados em algarismos numéricos e por extenso, o valor grafado por extenso prevalecerá;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

b) Nos casos em que houver uma discrepância entre o preço unitário e o valor total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário cotado deverá prevalecer;

c) Nos casos em que houver discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada na Proposta e o valor somado das mesmas parcelas (inclusive quanto à soma dos preços totais de materiais e mão-de-obra), prevalecerá o valor somado pela Comissão.

14.5.1 - O preço global apresentado no texto da proposta da licitante será corrigido pela Comissão de acordo com o procedimento acima e será considerado para efeito de ordenação em relação às demais licitantes e como o valor a que se obriga o proponente.

14.6. Prazo para conclusão dos serviços: conforme especificado no contrato, 180 dias consecutivos, podendo este ser prorrogado por igual período, sem reajustes financeiros.

14.6.1. O prazo contratual estabelecido poderá ser prorrogado dentro da vigência do contrato, na forma prevista no artigo 57 da Lei n. 8.666/93.

14.7. O valor proposto será fixo e irrevogável, ressalvado o disposto na alínea 'd' do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93. Não haverá correção monetária.

14.7 O preço máximo de aceitabilidade será determinado conforme o Inciso X do Artigo 40 da Lei Federal 8.666/93, que não poderá ser superior a R\$ 73.941,30 (Setenta e três mil novecentos quarenta e um reais e trinta centavos).

NOTAS

- A certidão que não contar com validade expressa serão considerados válido por 30 dias, contados da data da sua emissão, exceto as extraídas pela Internet.
- Todas as cópias deverão estar autenticadas, exceto as extraídas pela Internet;
- Todos os documentos de Habilitação deverão ser inseridos no envelope nº 02; preferencialmente dispostos ordenadamente, numerados sequencialmente e rubricados pelo Licitante;
- Toda a documentação de regularidade fiscal e contrato social com suas alterações e consolidação, poderá ser substituído pelo CRC atualizado desta instituição pública.

15. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**15.1 – Envelopes nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

15.1.1. No dia, local e hora designados neste edital, na presença dos licitantes ou seus representantes legais que comparecerem e demais pessoas que quiserem assistir ao ato, a Comissão Permanente de Licitação iniciará os trabalhos, examinando os envelopes de nº 01 "Documentação de Habilitação" e de nº 02 "Proposta de Preços", os quais serão rubricados pelos seus membros e licitantes ou seus representantes credenciados, para comprovarem que estão devidamente lacrados, procedendo a seguir a abertura do envelope nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

15.1.2. O exame da Documentação será realizado na sessão de abertura, pela Comissão de Julgamento. Estando todos os prepostos das licitantes presentes, o resultado do julgamento da habilitação será por comunicação direta, caso contrário será publicado no Mural da Prefeitura, Protocolado na Câmara Municipal na data da expedição deste Edital para afixar em mural daquela Casa de Leis, Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Diário Oficial dos Municípios (DOM), e Diário Oficial Eletrônico Tribunal de Contas de Santa Catarina. abrindo-se o prazo recursal.

15.1.3. Desta fase será lavrada ata circunstanciada a respeito, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma, ficando sem direito de fazê-lo posteriormente, tanto as proponentes que não tiverem comparecido como os que, mesmo tendo comparecido, não consignarem em ata os seus protestos.

15.1.4. Os envelopes nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS – das proponentes inabilitadas ficarão à disposição dos licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a publicação do resultado, junto à Comissão Permanente de Licitação, os quais serão devolvidos intactos mediante recibo.

15.2 – Envelopes nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS

15.2.1. Os envelopes nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS – das proponentes habilitadas serão abertos em momento subsequente à habilitação no mesmo local de abertura dos envelopes nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – pela Comissão Permanente de Licitação, desde que haja renúncia expressa de todos os proponentes de interposição de recursos de que trata o artigo 109, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93.

15.2.1.1. Havendo interposição de recurso, a nova data de abertura dos envelopes nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS – será comunicada às proponentes por meio de publicação nos mesmos meios de comunicação que se deu na chamada descrita no item

15.2.1.2 após julgados os recursos e contra recursos interpostos ou decorrido o prazo sem interposição.

16.2.2. As propostas contidas nos envelopes nº 02 “PROPOSTA DE PREÇOS” serão examinadas e rubricadas pelos membros da Comissão de Licitação, bem como pelas proponentes ou seus representantes presentes, procedendo-se a seguir a leitura dos preços.

15.2.3. Desta fase será lavrada ata circunstanciada a respeito, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma, ficando sem direito de fazê-lo posteriormente tanto as proponentes que não tiverem comparecido como os que, mesmo tendo comparecido, não consignarem em ata os seus protestos.

15.3. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, ou de outras propostas, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

15.4 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos Licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta de manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do Licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais Licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo;

15.5 A ausência do Licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer;

15.6 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos Licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima;

15.7 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os Licitantes presentes;

15.8 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes;

15.9 A bem dos serviços, o Pregoeiro, se julgarem conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços.

16. DA ANÁLISE DA PROPOSTA DE PREÇOS

16.1. No julgamento das propostas classificadas por atender aos aspectos documentais explicitados no item “Envelope nº 01 – Documentação de Habilitação”, atendidas as condições prescritas neste edital, será adotado o critério de menor preço global, entendendo-se como tal o valor total das propostas, sendo a adjudicação efetuada a empresa.

16.2. No caso de empate entre duas ou mais propostas o desempate se fará, obrigatoriamente, por sorteio, na reunião de abertura das propostas ou em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, salvo os casos previstos na Lei Complementar 123/2006.

16.3. Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este será desclassificado do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

16.4. Serão desclassificadas as propostas que se adequem a um dos seguintes requisitos:

- a) não atenderem às exigências do Edital;
- b) apresentarem valor global superior ao limite estabelecido na planilha orçamentária anexa a este Edital;
- c) utilizarem preços manifestamente inexequíveis.

c1) Serão considerados inexequíveis os preços que não venham a ter demonstrado sua viabilidade por documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, bem como aqueles que não atenderem ao disposto no Art. 48, inciso II, da Lei 8.666/93.

16.5. As propostas que atenderem em sua essência aos requisitos do Edital mas possuírem erro de forma ou inconsistências serão verificadas quanto aos seguintes erros, os quais serão corrigidos pela Comissão, na forma indicada:

- a) discrepâncias entre os preços unitários e totais: prevalecerão os preços unitários e, havendo discordância entre os preços em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;
- b) erros de transcrição das quantidades do projeto para a proposta: o produto será corrigido devidamente, mantendo-se como referência o preço unitário, corrigindo-se a quantidade e o preço total;
- c) erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se como referência o preço unitário e a quantidade, corrigindo-se o produto;
- d) erro adição: será retificado conservando-se as parcelas e corrigindo-se o resultado;
- e) verificado em qualquer momento, até o término do contrato, incoerências ou divergências de qualquer natureza nas composições dos preços unitários dos serviços, será adotada a correção que resultar no menor valor.

16.6. O valor total da proposta será ajustado em conformidade com os procedimentos mencionados no item anterior. O valor resultante constituirá no valor contratual. Se a licitante não aceitar as correções procedidas, sua proposta será rejeitada.

16.7. Com exceção das alterações, entrelinhas ou rasuras feitas pela Comissão, necessárias para corrigir erros cometidos pelos licitantes, não serão aceitas propostas contendo borrões, emendas ou rasuras.

16.8. As licitantes que apresentarem propostas que não atendem às condições desta Licitação que oferecem vantagens nela não previstas ou contenham preços excessivos

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

(acima do limite do mercado) ou manifestamente inexequíveis, serão desclassificadas, conforme o Artigo 48 da Lei Federal 8.666/93.

17. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO:

17.1 Será (ão) inabilitado(s) o(s) Licitante(s) que não fornecer (em) todos os documentos exigidos ou se estiverem ilegalmente formalizados ou com vigência expirada, exceção feita às certidões pertinentes a regularidade fiscal de ME e/ou EPP;

17.2 À ME ou EPP, que apresentar certidão de regularidade fiscal revelando qualquer restrição, fica assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, a contar da data da notificação declarando-a vencedora, para sanar a(s) falha(s) apontada(s);

17.3 A não regularização no prazo designado, incorre na decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, ficando facultado à Comissão, convocar a ME ou EPP remanescente mais bem classificada, se houver, observando-se a ordem e o limite de classificação;

17.4 No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação;

17.5 Na hipótese de todos os Licitantes serem inabilitados, fica facultado à Comissão a aplicação das disposições do Art. 48 da Lei de Licitações.

18. DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Todos os serviços objeto desta licitação serão fiscalizados pelo Engenheiro Civil desta Prefeitura, com autoridade para exercer em nome da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

18.2. A Fiscalização poderá determinar, a ônus da empresa licitante vencedora, a substituição dos equipamentos, serviços e materiais julgados deficientes ou não-conformes com as especificações definidas em projeto, cabendo à licitante vencedora providenciar a troca dos mesmos no prazo máximo definido pela fiscalização, sem direito à extensão do prazo final de execução dos serviços.

18.3. Compete à fiscalização da obra pelo Engenheiro Civil Responsável, entre outras atribuições:

18.3.1. Verificar a conformidade da execução dos serviços com as normas especificadas em caderno de especificações técnicas, memoriais descritivos, plantas e planilhas orçamentárias e adequação dos procedimentos e materiais empregados à qualidade desejada para os serviços.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

18.3.2. Ordenar à licitante vencedora corrigir, refazer ou reconstruir as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações.

18.3.3. Manter organizado e atualizado o Livro Diário, assinado por técnico da licitante vencedora, onde a referida licitante vencedora registre, em cada visita:

- a) As atividades desenvolvidas;
- b) As ocorrências ou observações descritas de forma analítica.

18.3.4. Encaminhar à Prefeitura o documento no qual relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à licitante vencedora.

18.4. A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

18.5. Em caso de dúvidas quanto à interpretação das especificações constantes no Projeto Básico/Executivo será sempre consultada a Fiscalização, sendo desta o parecer definitivo. A decisão tomada pela Fiscalização deverá ser comunicada à empresa licitante vencedora obrigatoriamente de forma escrita e oficial.

18.6. Na fiscalização serão ainda observadas as demais condições relacionadas na minuta do contrato.

19. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado à empresa contratada no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação das medições acompanhadas das Notas Fiscais devidamente atestados pelo Engenheiro Civil da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC.

a) O pagamento será de forma **UNITÁRIA POR ITENS** conforme execução do projeto e respectivas medições, como está detalhada nas planilhas orçamentarias do projeto.

19.2. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

19.3. A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta às seguintes certidões:

- a) regularidade com a Fazenda Municipal, sede da contratada;
- b) regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- c) regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

19.4. O CONTRATANTE pagará as Notas Fiscais somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

19.5. A CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

19.6. A Fiscalização da Prefeitura através do Engenheiro Civil somente atestará a execução dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

19.6.1. Os pagamentos serão efetuados por etapas de serviços executados, de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado neste processo licitatório, não admitindo-se em nenhuma hipótese o pagamento de materiais entregues na obra.

19.6.2. Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes do INSS e FGTS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.

19.7. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus à Prefeitura.

19.8. O não-pagamento nos prazos previstos acarretará à Prefeitura multa moratória de 0,03% (três centésimos por cento) do valor da parcela devida, a ser aplicado por dia de atraso até o do efetivo pagamento.

19.9 - Para pagamento da primeira fatura, a contratada deverá apresentar A.R.T. - (Anotação de Responsabilidade Técnica) junto ao CREA referente à obra bem como cópia autenticada da matrícula de inscrição da obra na Previdência Social.

19.10 – A contratada deverá apresentar mensalmente os comprovantes de recolhimento do INSS na inscrição específica junto a Previdência Social (CEI) referente a execução do presente contrato.

19.11 - Após a assinatura do Termo de Recebimento da Obra, a Contratada deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar a Certidão Negativa de Débito (C.N.D.) junto à Previdência Social.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

20.1. Executar fielmente a obra, compreendendo, inclusive, o fornecimento de mão-de-obra necessária à execução do objeto, de acordo com as especificações técnicas constantes do Projeto Básico e Executivo desenvolvido pela CONTRATANTE, o qual será entregue no início das obras, e demais termos prescritos neste edital e no futuro CONTRATO.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

20.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

20.3. Providenciar o livro "DIÁRIO DE OBRAS", para as anotações da fiscalização da CONTRATANTE e do Responsável Técnico da CONTRATADA, no tocante ao andamento dos serviços contratados e problemas detectados, com o estabelecimento, inclusive, de prazo para sua correção.

20.4. Promover diligências junto aos órgãos competentes e/ou Concessionárias de Serviços Públicos, para as respectivas aprovações de projetos, quando for o caso. Ressalta-se, ainda, que caberá à CONTRATADA, todo o ônus e/ou providências cabíveis para remanejamento de instalações junto à locação da obra.

20.5. Possuir corpo técnico qualificado em conformidade com o porte da obra contratada e Anotações de Responsabilidade Técnica apresentadas no processo licitatório.

20.6. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação.

20.7. Executar os serviços de acordo com as especificações técnicas e prazos determinados no Edital, como também de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro. Caso esta obrigação não seja cumprida dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita à multa estabelecida neste CONTRATO.

20.8. Manter a equipe executora dos serviços convenientemente uniformizada e com identificação por meio de crachá.

20.9. Propiciar o acesso da fiscalização da CONTRATANTE aos locais onde se realizarão os serviços, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas.

20.9.1. A atuação da comissão fiscalizadora da CONTRATANTE não exime a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade dos serviços.

20.10. Empregar boa técnica na execução dos serviços, com materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no Edital e no Projeto Básico/Executivo.

20.11. Executar todos os serviços complementares julgados necessários para que o local tenha condições de uso satisfatório.

20.12. Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais, às suas expensas, não aprovados pela fiscalização da CONTRATANTE, caso os mesmos não atendam às especificações técnicas constantes do Projeto Básico/Executivo.

20.13. Fornecer, além dos materiais especificados e mão-de-obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por seu transporte e guarda.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

20.14. Fornecer a seus funcionários uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva adequados à execução dos serviços e em conformidade com as normas de segurança vigentes.

20.15. Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio da CONTRATANTE, causados por seus funcionários em virtude da execução dos serviços.

20.16. Executar limpeza geral, ao final da execução dos serviços, devendo o espaço ser entregue em perfeitas condições de ocupação e uso.

20.17. Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes na aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, cabendo à CONTRATADA, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má aplicação.

20.18. Proceder à substituição, em até 24 horas a partir da comunicação, de materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela fiscalização da CONTRATANTE como inadequados para a execução dos serviços.

20.19. Entregar o local objeto do contrato sem instalações provisórias e livres de entulhos ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata das unidades. A CONTRATADA deve comunicar, por escrito, à fiscalização da CONTRATANTE, a conclusão dos serviços, para que a mesma proceda à vistoria da obra com vistas à sua aceitação provisória. Todas as superfícies deverão estar impecavelmente limpas.

20.20. Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações, a danificá-los.

20.21. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

20.22. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

20.23. Empregar, na execução dos serviços, apenas materiais de primeira qualidade e que obedeçam às especificações técnicas, sob pena de impugnação destes pela fiscalização da CONTRATANTE.

20.24. Prestar manutenção da obra, durante a garantia da seguinte forma:

20.24.1. Iniciar o atendimento em no máximo 3 (três) dias úteis, contados da comunicação do(s) defeito(s) pela CONTRATANTE.

20.24.2. Concluir os serviços de manutenção no prazo determinado pela CONTRATANTE.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

20.24.3. Caso o atendimento do chamado e/ou a conclusão dos serviços de manutenção não sejam realizados dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita às multas estabelecidas neste CONTRATO.

20.25. A CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

20.26. Que a qualquer momento e por necessidade da obra fará a alocação de qualquer tipo de equipamento compatível com a natureza dos serviços a serem executados, por solicitação da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC, sem ônus de mobilização para esta, ainda que não previsto, em prazo compatível com a necessidade que motivou a solicitação e que se compromete a estar instalado e pronto para o início das obras no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a partir do ciente na Ordem de Serviço.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

21.1. Permitir que os funcionários da CONTRATADA possam ter acesso aos locais de execução dos serviços.

21.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato através do Engenheiro Civil, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

21.3. Notificar por escrito CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

21.4. Acompanhar e fiscalizar os serviços, efetuando as medições e pagamentos nas condições e preços pactuados.

21.5. Promover os pagamentos a CONTRATADA dentro do prazo estipulado.

21.6. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

21.7. Proceder ao recebimento provisório e, não havendo mais pendências, ao recebimento definitivo da obra, mediante vistoria detalhada, nos termos da lei 8.666/93 em seus artigos 73 e 74.

21.8. Outras obrigações definidas neste Edital e na minuta do contrato.

22. DAS SANÇÕES PARA O INADIMPLEMENTO

22.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações decorrentes da execução do objeto contratado, a CONTRATANTE, garantida a prévia e ampla defesa, poderá aplicar à CONTRATADA, segundo a extensão da falta ensejada, as seguintes sanções, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência, por escrito;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

b) Multa;

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Local, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

22.1.1. Será aplicada multa de 0,1 % (zero vírgula um por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, incidentes sobre o valor do serviço a que se referir a infração, aplicada em dobro a partir do décimo dia de atraso até o trigésimo dia, quando a PREFEITURA poderá decidir pela continuidade da multa ou rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

22.1.2. Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando a entrega for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias.

22.2. O valor correspondente a qualquer multa aplicada à empresa licitante vencedora, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC**, ficando a empresa obrigada a comprovar o pagamento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

22.2.1. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o qual, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

22.3. No caso de a licitante vencedora ser credora de valor suficiente ao abatimento da dívida, a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

22.4. Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a empresa licitante vencedora responderá pela sua diferença, podendo esta ser cobrada judicialmente.

22.5. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a empresa licitante de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC, decorrentes das infrações cometidas.

22.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, e Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

22.7. Perda da garantia contratual, quando for o caso;

22.8. De qualquer sanção imposta, a contratada poderá, no prazo Máximo de 5 (cinco) dias, contados da intimação do ato, oferecer recurso a Prefeitura de Bom Jardim da Serra/SC, devidamente fundamentado.

23. DOS RECURSOS

23.1 Das decisões tomadas pela Comissão Permanente de Licitação caberão recursos previstos no artigo 109, da Lei nº 8.666/93, interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, mediante petição devidamente arrazoada, subscrita pelo representante da recorrente, constituído na forma prevista no item deste Edital.

23.1.1. Interposto o recurso os demais licitantes poderão impugná-lo ou apresentar contra razões no prazo de 03 (três) dias úteis.

23.2. Os recursos serão dirigidos à autoridade competente da Prefeitura Municipal de BOM JARDIM DA SERRA/SC, por intermédio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, que poderá após os prazos legais, reconsiderar sua decisão em até 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-los subir devidamente informados.

23.3. Os recursos deverão ser protocolados na Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC no endereço indicado no preâmbulo deste Edital no horário comercial e nos dias úteis, não sendo aceitos recursos interpostos intempestivamente.

23.4. O recurso administrativo encaminhados via fax, somente será analisado e atendido, posteriormente a recepção da via original acompanhada do documento comprovando a outorga de poderes ao signatário e da fotocópia do documento de identidade do outorgado;

23.5 A Impugnação ao ato convocatório deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Administração, aos cuidados do Pregoeiro, obrigatoriamente via Setor de Protocolo, acompanhada da comprovação de cópias autenticadas, do ato constitutivo do outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do outorgado, com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis da data da sessão pública de abertura.

24. DA ASSINATURA DO CONTRATO

24.1. Após a homologação da licitação, o vencedor será convocado para assinar o Contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados do recebimento da notificação, na forma da minuta apresentada no Anexo deste Edital de acordo com o estabelecido no art. 64 da Lei 8.666/93.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

24.2. Do Contrato regulado pelas disposições deste Edital, decorrem as obrigações, direitos e responsabilidades das partes relativas aos serviços ou obra objeto desta licitação.

24.3. Estar regular com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e Certidão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

24.4. A licitante não poderá sub-contratar total ou parcialmente o objeto contratado, sem anuência da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC.

24.5. A Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC se reserva o direito de paralisar ou suspender em qualquer tempo a execução dos serviços mediante pagamento único e exclusivo dos serviços já realizados.

25. DO RECEBIMENTO DA OBRA

25.1. Executado o Contrato, os serviços serão recebidos através de Termo Provisório e após, Definitivo;

a) PROVISORIAMENTE pelo Responsável por seu acompanhamento e Fiscalização, mediante termo circunstanciado em até 15 dias do comunicado escrito da Contratada;

b) DEFINITIVAMENTE pelo Engenheiro Civil da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após terem os serviços sido examinados e julgados em perfeitas condições técnicas, não excedendo o prazo de até 90 (noventa) dias contados do Recebimento Provisório;

c) O Recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço ou obra, podendo ocorrer solicitações para correções de defeitos de execução que surgirem dentro dos limites de prazo de garantia estabelecidos pela Lei.

d) Os Serviços serão recebidos e aceitos após sumária inspeção realizada definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, conforme Inciso I, da Alínea B, do Art. 73 da Lei Federal 8.666/93. Observado o disposto no art. 69 desta lei.

26. DA ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO:

26.1. Por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta a Administração poderá revogar a presente licitação, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

26.2. A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato e não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei nº. 8.666/93.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

26.3. No caso de desfazimento do processo licitatório, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

27. DA RESCISÃO

27.1. A rescisão do presente instrumento ocorrerá de acordo com o previsto no Artigo 79 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

27.2. A inexecução total ou parcial do CONTRATO enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais previstas na Lei 8.666/93.

27.2.1. Constituem motivos para a rescisão do contrato aqueles relacionados no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

27.2.2. Nos casos de rescisão, a CONTRATADA receberá o pagamento pelos materiais utilizados e devidamente medidos pela CONTRATANTE até a data da rescisão.

27.2.3. Ocorrendo a rescisão, a CONTRATANTE poderá promover o ressarcimento de perdas e danos por via administrativa ou ação judicial.

28. DA GARANTIA DA OBRA

28.1 - A licitante contratada responderá pela solidez e segurança da obra, objeto da presente licitação, durante o prazo de 1 (um) ano, contados a partir da data da conclusão da mesma, em conformidade com o art. 618, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02).

29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1. As licitantes deverão observar atentamente as normas deste Edital, seus anexos e legislações citadas.

29.2. Fica assegurado à autoridade superior, no interesse da Administração, o direito de adiar a data da abertura dos envelopes.

29.3. É facultada à Comissão Permanente de Licitação, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

29.4. O resultado desta licitação será publicado no Mural da Prefeitura, Diário Oficial da União e Diário Oficial dos Municípios (DOM).

29.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas. A Prefeitura Municipal de BOM JARDIM DA SERRA/SC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou resultado do processo licitatório.

29.6. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

29.7. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

29.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o de vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de BOM JARDIM DA SERRA/SC. Considerar-se-ão dias corridos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

29.9. O desatendimento às exigências formais não-essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública da licitação.

29.10. A homologação do resultado desta licitação gera mera expectativa de direito à contratação.

30. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

30.1. No caso de esclarecimentos e dúvidas referente ao Edital e seus anexos, os licitantes poderão encaminhados por escrito diretamente ao Presidente da CPL na Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, pessoalmente.

30.2. Havendo divergência entre o disposto no edital e seus anexos, prevalecerá o disposto no edital.

30.3. Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes na Lei 8.666/93 e na legislação vigente que rege a matéria.

31. DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de São Joaquim, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente Edital, independentemente de qual seja o domicílio do Licitante.

Bom Jardim da Serra, 16 de junho de 2020.

Serginho Rodrigues de Oliveira

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC****ANEXO I****DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR****EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2020**

A empresa, CNPJ nº, sediada à, nº, bairro, CEP:, Município de, neste ato, através do seu representante legal abaixo assinado, em atendimento ao solicitado no edital de Tomada de Preços nº ____/2020

DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, inciso V, art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93 e que atende os preceitos constantes no inciso III, do artigo 9º, todos da Lei nº 8.666/93;

(local e data)(.....), de de 2020.

Assinatura nome do representante legal

CPF:.....

RG

ANEXO II

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC****MINUTA DA DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO**

A empresa, CNPJ nº, sediada à, nº, bairro, CEP:, Município de, neste ato, através do seu representante legal abaixo assinado, em atendimento ao solicitado no edital de Tomada de Preços nº ____/2020. DECLARA, sob as penas da lei, que:

Inexiste fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 e está ciente das condições do processo licitatório, que assume responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela Comissão de Licitação ou pela Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC

(local e data)(.....), de de 2020.

Assinatura nome do representante legal

CPF:.....

RG

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC****ANEXO III****MINUTA DA CARTA DE CREDENCIAMENTO**

Pelo presente, a empresa, CNPJ nº, sediada à, nº, bairro, CEP:, Município de, em atendimento ao solicitado no edital de Tomada de Preços nº 01/2015, por seu (diretor ou sócio com poderes de gerência), Sr. RG nº, CPF nº, outorga ao Sr. RG nº, CPF nº, amplos poderes para representar a empresa junto à Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC, na **TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2020**, inclusive poderes para interpor ou desistir de recursos, receber intimações, enfim, praticar todos os atos que julgar necessário ao citado processo, podendo o credenciado receber intimações no seguinte endereço: *(Rua, número, complementos, bairro, cidade, estado, CEP e telefone para contato)*.

(local e data).....(.....), de de 2020.

Nome e assinatura do responsável legal com firma reconhecida em Cartório

CPF:.....

RG:.....

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC****ANEXO IV****MINUTA DECLARAÇÕES PARA ME OU EPP****EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2020**

Pelo presente a empresa, CNPJ nº, sediada à, nº, bairro, CEP:, Município de, por seu representante legal abaixo assinado, em atendimento ao solicitado no edital de tomada de preços nº ____/2020, DECLARA que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Local e data, (.....) - de de 2020.

Nome e assinatura do responsável legal pela empresa

CPF: _____

RG: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC
ANEXO V

MODELO DA DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO
EDITAL

Referente: Tomada de Preço ____/2020

O signatário da presente, senhor(a) _____,
representante legalmente constituído da proponente, DECLARA que a mesma recebeu
do Licitador toda a documentação relativa ao edital em epígrafe, e que concorda e aceita
todas as condições estabelecidas no mesmo e em seus anexos.

Cidade, UF, _____ de _____ de _____.

ASSINATURA AUTORIZADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC
ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO COM INTEGRANTES DO PODER MUNICIPAL

Processo Ref.:

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, que, os sócio(s) e/ou proprietário(a) da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o terceiro grau. DECLARA ainda, que, não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Bom Jardim da Serra, _____ de _____ de 2020.

ASSINATURA AUTORIZADA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

Anexo VII

TERMO DE RENUNCIA**A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA****COMISSÃO DE LICITAÇÕES**

Tomada de Preço Nº _____ /2020

Nome da Empresa: _____

Declara, sob as penas da lei, que nas formas da Lei Federal 8666/93, que não pretende recorrer da decisão da Comissão Permanente de Licitações, que julgou os documentos de Habilitações preliminares do Processo Licitatório supra, RENUNCIANDO assim, expressamente o direito de interpor recurso administrativo para tal. Mais, que por este documento autoriza a abertura de envelopes de propostas de preços dos Licitantes Habilitados, bem como para tal, dispensa os prazos de Lei.

Local, UF, _____ de _____ de _____

ASSINATURA AUTORIZADA

Nome: _____

CPF: _____

Importante: Carimbar (CNPJ) - ou utilizar papel timbrado.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC****Anexo VIII****MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº ____/2020**

Contrato que se regulam pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direitos privados.

Aos dias do mês de _____, no Gabinete do Prefeito Municipal, foi celebrado o presente Termo de Contrato, tendo como partes: de um lado a Prefeitura Bom Jardim da Serra/SC, inscrita no C.N.P.J. Sob o nº 82.844.754/0001-92, sito à Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro Cep: 88.640-000 neste ato representada pelo Sr. **Serginho Rodrigues de Oliveira**, Prefeito municipal. Doravante denominada de **“CONTRATANTE”**, e de outro lado a Empresa: _____, inscrita sob o nº C.N.P.J. _____, estabelecido na Rua _____, n.º _____, na cidade de _____, doravante denominado **“CONTRATADO”**, representada neste ato pelo Sr. Portador da Cédula de Identidade RG sob o nº _____ e do CPF: sob o nº _____ que resolve firmar o contrato, oriundo do processo Homologatório decorrente da Licitação Modalidade Tomada de Preço nº ____/2020, Processo Licitatório . Conforme as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente instrumento tem por TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL, CONFORME DESCRIÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LICITAÇÃO E DA VINCULAÇÃO

2.1 - Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços n. ____/2020, com fundamento no art. 23, inciso I, alínea “b”, da lei 8.666/93, conforme autorização pelo Senhor Serginho Rodrigues de Oliveira, Prefeito Municipal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O presente contrato encontra-se vinculado ao edital de Tomada de Preços nº ____/2020 e proposta de preços da contratada, independentemente de transição.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto contratado será realizado na forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, do tipo menor preço, conforme condições e especificações constantes do Edital e respectivos anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 - O prazo de vigência do presente contrato é de XXXXXXXX () dias, com início em/...../2020 e término em/...../2020, podendo ser prorrogado no interesse da Administração nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E CONDIÇÕES

4.1 - O prazo para a execução dos serviços é de XXXXXX () dias, contados do ciente na ordem de serviço pela contratada;

PARÁGRAFO ÚNICO - A prorrogação de prazos de início, de etapas de execução, de conclusão e de entrega dos serviços contratados, poderá ser deferida pelo CONTRATANTE, mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que a CONTRATADA, demonstre e comprove a ocorrência de motivos elencados nos incisos do artigo 57 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes da execução do objeto do presente CONTRATO no exercício de 2020 correrão à conta do orçamento da CONTRATANTE, consignados através dos seguintes elementos:

O objeto do Processo Licitatório é “TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL, CONFORME DESCRIÇÃO.”. Sendo assim, certifico que:

- A) Há dotação orçamentária para transcorrer fixação/empenho das despesas oriundas de processo licitatório discriminado acima.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1 - Pela execução dos serviços, objeto deste Contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor contratado será fixo e irrevogável, ressalvado o disposto na alínea ‘d’ do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No preço acima estipulado, estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto licitado (tributos, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, seguros, materiais, equipamentos e ferramentas, mão-de-obra, taxas devidas a órgãos públicos, outros emolumentos, etc...).

CLÁUSULA SETIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

7.1 - Pagamento será efetuado à empresa contratada no prazo de até 15 (quinze) dias corridos após a apresentação das medições acompanhadas das Notas Fiscais devidamente atestadas pela arquiteta da Prefeitura Municipal de BOM JARDIM DA SERRA/SC, de acordo com o cronograma físico-financeiro.

PARAGRAFO PRIMEIRO – Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

PARAGRAFO SEGUNDO – A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta às seguintes certidões:

- a) regularidade com a Fazenda Municipal, sede da contratada;
- b) regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- c) regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

PARAGRAFO TERCEIRO – O contratante pagará as Notas Fiscais somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

PARAGRAFO QUARTO – A CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

PARAGRAFO QUINTO – A Fiscalização da Prefeitura através da arquiteta somente atestará a execução dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

PARAGRAFO SEXTO – Os pagamentos serão efetuados por etapas de serviços executados, de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado neste processo licitatório, não admitindo-se em nenhuma hipótese o pagamento de materiais entregues na obra.

PARAGRAFO SÉTIMO – Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes do INSS e FGTS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.

PARAGRAFO OITAVO – Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus à Prefeitura.

PARAGRAFO NONO – O não-pagamento nos prazos previstos acarretará à Prefeitura multa moratória de 0,03% (três centésimos por cento) do valor da parcela devida, a ser aplicado por dia de atraso até o do efetivo pagamento.

CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E DA OBRA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

8.1 - Executado o Contrato, os serviços serão recebidos através de Termo Provisório e após, Definitivo;

PARAGRAFO PRIMEIRO - PROVISORIAMENTE pelo Responsável por seu acompanhamento e Fiscalização, mediante termo circunstanciado em até 15 dias do comunicado escrito da Contratada;

PARAGRAFO SEGUNDO - DEFINITIVAMENTE pelo Engenheiro Civil da Prefeitura Municipal de BOM JARDIM DA SERRA/SC, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após terem os serviços sido examinados e julgados em perfeitas condições técnicas, não excedendo o prazo de até 90 (noventa) dias contados do Recebimento Provisório;

PARAGRAFO TERCEIRO - O Recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço ou obra, podendo ocorrer solicitações para correções de defeitos de execução que surgirem dentro dos limites de prazo de garantia estabelecidos pela Lei.

PARAGRAFO QUARTO - Durante a vigência do contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pela(o) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, SERVIDOR COMPETENTE.

PARAGRAFO TERCEIRO - O Gestor deste contrato terá, entre outras, as seguintes atribuições: proceder o acompanhamento técnico da execução das (compras/serviços); fiscalizar a execução do contrato quando à qualidade desejada, comunicar a

CONTRATADA o descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento; solicitar a aplicação de sanções pelo descumprimento de cláusula contratual; atestar as notas fiscais para efeito de pagamento; solicitar à **CONTRATADA** e ao seu preposto todas as providências necessárias à boa execução do objeto contratados.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

9.1 - Para garantir o fiel cumprimento do objeto contratado são obrigações das partes:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - DA CONTRATANTE

- a) Permitir que os funcionários da CONTRATADA possam ter acesso aos locais de execução dos serviços.
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato através do engenheiro civil, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93.
- c) Notificar por escrito à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- d) Acompanhar e fiscalizar os serviços, efetuando as medições e pagamentos nas condições e preços pactuados.
- e) Promover os pagamentos a CONTRATADA dentro do prazo estipulado.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

- f) Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.
- g) Proceder ao recebimento provisório e, não havendo mais pendências, ao recebimento definitivo da obra, mediante vistoria detalhada realizada pela Comissão de Fiscalização designada pela Prefeitura, nos termos da lei 8.666/93 em seus artigos 73 e 74.
- h) Outras obrigações definidas no Edital e nesta minuta do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - DA CONTRATADA

- a) Executar fielmente os serviços, compreendendo, inclusive, o fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários à execução do objeto, de acordo com as especificações técnicas constantes do Projeto Básico e Executivo desenvolvido pela CONTRATANTE, o qual será entregue no início das obras, e demais termos prescritos no edital de licitação e no presente CONTRATO.
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- c) Providenciar o livro "DIÁRIO DE OBRAS", para as anotações da fiscalização da CONTRATANTE e do Responsável Técnico da CONTRATADA, no tocante ao andamento dos serviços contratados e problemas detectados, com o estabelecimento, inclusive, de prazo para sua correção.
- d) Promover diligências junto aos órgãos competentes e/ou Concessionárias de Serviços Públicos, para as respectivas aprovações de projetos, quando for o caso. Ressalta-se, ainda, que caberá à CONTRATADA, todo o ônus e/ou providências cabíveis para remanejamento de instalações junto à locação da obra.
- e) Possuir corpo técnico qualificado em conformidade com o porte da obra contratada e Anotações de Responsabilidade Técnica apresentadas em processo licitatório a que este CONTRATO se vincula.
- f) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação.
- g) Executar os serviços de acordo com as especificações técnicas e prazos determinados no Edital, como também de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro. Caso esta obrigação não seja cumprida dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita à multa estabelecida neste CONTRATO.
- h) Manter a equipe executora dos serviços convenientemente uniformizada e com identificação por meio de crachá.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

- i) Propiciar o acesso da fiscalização da CONTRATANTE aos locais onde se realizarão os serviços, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas.
- j) A atuação da comissão fiscalizadora da CONTRATANTE não exime a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade dos serviços.
- l) Empregar boa técnica na execução dos serviços, com materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no Edital e no Projeto Básico/Executivo.
- m) Executar todos os serviços complementares julgados necessários para que o local tenha condições de uso satisfatório.
- n) Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais, às suas expensas, não aprovados pela fiscalização da CONTRATANTE, caso os mesmos não atendam às especificações técnicas constantes do Projeto Básico/Executivo.
- o) Fornecer, além dos materiais especificados e mão-de-obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por seu transporte e guarda.
- p) Fornecer a seus funcionários uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva adequados à execução dos serviços e em conformidade com as normas de segurança vigentes.
- q) Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio da CONTRATANTE, causados por seus funcionários em virtude da execução dos serviços.
- r) Executar limpeza geral, ao final da execução dos serviços, devendo o espaço ser entregue em perfeitas condições de ocupação e uso.
- s) Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes na aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, cabendo à CONTRATADA, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má aplicação.
- t) Proceder à substituição, em até 24 horas a partir da comunicação, de materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela fiscalização da CONTRATANTE como inadequados para a execução dos serviços.
- u) Entregar o local objeto do contrato sem instalações provisórias e livres de entulhos ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata das unidades. A CONTRATADA deve comunicar, por escrito, à fiscalização da CONTRATANTE, a conclusão dos serviços, para que a mesma proceda à vistoria da obra com vistas à sua aceitação provisória. Todas as superfícies deverão estar impecavelmente limpas.
- v) Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações, a danificá-los.
- w) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

x) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

y) Empregar, na execução dos serviços, apenas materiais de primeira qualidade e que obedeçam às especificações técnicas, sob pena de impugnação destes pela fiscalização da CONTRATANTE.

z) Prestar manutenção da reforma, durante a garantia, da seguinte forma:

z.1) Iniciar o atendimento em no máximo 3 (três) dias úteis, contados da comunicação do(s) defeito(s) pela CONTRATANTE, considerando o horário de expediente da Escola Infantil.

z.2) Concluir os serviços de manutenção no prazo determinado pela CONTRATANTE.

z.3) Caso o atendimento do chamado e/ou a conclusão dos serviços de manutenção não sejam realizados dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita às multas estabelecidas neste CONTRATO.

a.a) A CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

b.b) Que a qualquer momento e por necessidade da obra fará a alocação de qualquer tipo de equipamento compatível com a natureza dos serviços a serem executados, por solicitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC, sem ônus de mobilização para esta, ainda que não previsto, em prazo compatível com a necessidade que motivou a solicitação e que se compromete a estar instalado e pronto para o início das obras no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a partir do ciente na Ordem de Serviço;

CLAUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1 - Pela inexecução total ou parcial das obrigações decorrentes da execução do objeto contratado, a CONTRATANTE, garantida a prévia e ampla defesa, poderá aplicar à CONTRATADA, segundo a extensão da falta ensejada, as seguintes sanções, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência, por escrito;

b) Multa;

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Local, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Será aplicada multa de 0,1 % (zero vírgula um por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, incidentes sobre o valor do serviço a que se referir a infração, aplicada em dobro a partir do décimo dia de atraso até o trigésimo dia, quando a PREFEITURA poderá decidir pela continuidade da multa ou rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando a entrega for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O valor correspondente a qualquer multa aplicada à empresa licitante vencedora, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC**, ficando a empresa obrigada a comprovar o pagamento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

PARÁGRAFO QUARTO - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o qual, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso de a licitante vencedora ser credora de valor suficiente ao abatimento da dívida, a PREFEITURA MUNICIPAL BOM JARDIM DA SERRA/SC poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO SEXTO - Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a empresa licitante vencedora responderá pela sua diferença, podendo esta ser cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a empresa licitante de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC, decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 - A rescisão do presente Contrato poderá ser:

11.2 - Amigável - por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Prefeitura.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

11.3 - Administrativa - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 e 79 da Lei Nº. 8.666/93.

11.4 - Judicial - nos termos da legislação processual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS MOTIVOS PARA A RESCISÃO

12.1 - A inexecução total ou parcial do CONTRATO enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais previstas na Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem motivos para a rescisão do contrato aqueles relacionados no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos casos de rescisão, a CONTRATADA receberá o pagamento pelos materiais utilizados e devidamente medidos pela CONTRATANTE até a data da rescisão.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ocorrendo a rescisão, a CONTRATANTE poderá promover o ressarcimento de perdas e danos por via administrativa ou ação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ENCARGOS CONTRATUAIS

13.1 - A CONTRATADA é responsável por todas as providências e obrigações referentes à legislação específica de acidentes de trabalho quando de ocorrências em que forem vítimas os seus funcionários, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA, como única e exclusiva responsável pela execução dos serviços objeto do presente contrato, responde civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades, vier, direta ou indiretamente, causar ou provocar à CONTRATANTE ou a terceiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO - À CONTRATADA caberá as despesas peculiares às empreitadas globais, notadamente serviços gerais, transporte horizontal e vertical, mão-de-obra e materiais, inclusive para instalações provisórias, e todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais decorrentes, bem como as relativas aos registros junto ao CREA. Cabe ainda à Contratada, por todo o período de execução das obras, manter os seguros que por Lei se tornarem exigíveis.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Por se tratar de empreitada por preço global, os preços contratados constituirão a única e completa remuneração pelos serviços contratados no período estabelecido, estando incluído nos mesmos os custos com os encargos relacionados no parágrafo anterior ou quaisquer outras despesas adicionais. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos mesmos não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

PARÁGRAFO QUARTO – Toda e qualquer ação trabalhista é de exclusiva responsabilidade da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA

14.1 - A Contratada deverá oferecer, a título de garantia do Contrato, e conforme o art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, a importância de R\$ (), correspondente a 10% do valor do mesmo, sob uma das seguintes formas: “Caução em Dinheiro ou títulos da dívida pública, Seguro-garantia ou Fiança Bancária”, e deverá ser entregue para efetuar a Ordem de Início de Serviços.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Na Guia de Recolhimento da prestação de garantia de execução, deverá constar o Nome da empresa e nº desta licitação.

PARAGRAFO SEGUNDO - A garantia de execução prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato, com a emissão do termo de recebimento definitivo.

PARAGRAFO TERCEIRO - A garantia prestada para habilitação da empresa poderá ser revertida para a garantia de execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1 - A CONTRATANTE, para fins de eficácia do presente Contrato, providenciará sua publicação no Diário Oficial da União, Diário Oficial dos Municípios (DOM) na forma de extrato, nos termos do art. 61, Parágrafo Único, da lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS E/OU SUPRESSÕES

16.1 - Mediante Termo Aditivo aprovado pelo Prefeito Municipal, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme Alínea “b” do Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1 - Este Contrato regula-se pelas suas Cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral de contratos e as disposições de direito privado. Aos casos omissos aplicam-se os dispostos na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ANÁLISE JURÍDICA

18.1 - A minuta do presente instrumento de CONTRATO foi devidamente examinada e aprovada pela Assessoria Jurídica do Município, conforme Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de SÃO JOAQUIM/SC para dirimir quaisquer dúvidas oriundas das obrigações previstas neste Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento em *três* vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas:

BOM JARDIM DA SERRA de de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE

CONTRATADA

BOM JARDIM DA SERRA - SC

Serginho Rodrigues de Oliveira

PREFEITO MUNICIPAL

DIRETOR

TESTEMUNHA:

1 _____ 2 _____

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 131/2020, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2525030

PORTARIA Nº 131/2020, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento a Servidores Públicos Municipais nas suas diversas secretarias, conforme períodos aquisitivos e concessões abaixo relacionadas:

Nome	Período Aquisitivo	Período Concessão	Matrícula
Gessica Irene Dertzbacher Viana	13.06.19 a 12.06.20	15.06.20 a 14.07.20	822-2
Jandrei Luiz Brutscher	16.04.18 a 15.04.19	18.06.20 a 02.07.20	571-1
Fabiane Regina Brambilla Nascimento	01.03.18 a 28.02.19	22.06.20 a 01.07.20	726-9

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 15 de junho de 2020.

RONALDO LUIZ SENGGER
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

717.06.20 - PORT. INTERROMPE FÉRIAS ANA P. CHINI

Publicação Nº 2525613

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 717/20 de 15.06.20

Interrompe Período de Férias por Necessidade do Serviço

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 69 e 70 da Lei Complementar nº 01/03 de 02.12.03 (Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC);

Resolve:

Interromper férias da servidora Ana Paula Chini, diante da necessidade imprescindível do serviço, concedido pela Portaria nº 700/20 de 03.06.20, ora exercendo o cargo de Assistente Administrativo, Padrão I – Nível 6, restando-lhe 18 (dezoito) dias, onde será interrompida a contar do dia 15 de junho de 2020, conforme acordo estabelecido, devendo assim, o restante ser gozado em futuras negociações.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de junho de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

718.06.20 - P. NOM. CRISTIAN DA SILVA

Publicação Nº 2525615

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 718/20 de 16.06.20

Nomeia em Caráter Efetivo Servidor Aprovado em Concurso Público e dá outras providências

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere os Arts. 14 e 16 da Lei Complementar nº 01/2003 de 02.12.03 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Art. 1º. Nomear por concurso Cristian da Silva, nos termos da Lei Complementar nº 01/03 de 02.12.03 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 4º lugar no Concurso Público n.º 001/2018, a fim de tomar posse e exercer o cargo de Recepcionista - Padrão I – Nível – 3 – 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º. O nomeado tem o prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data de publicação deste ato, para tomar posse, podendo, a pedido, ser prorrogado por igual período, devendo comparecer à Prefeitura Municipal de Bom Retiro, a fim de assinar o respectivo Termo de Posse, situação em que deverá comprovar o preenchimento dos requisitos para investidura no cargo.

Art. 3º. Caso não compareça no prazo estipulado ou, na data da posse, não reúna os requisitos necessários à investidura no cargo, será tornada sem efeito a sua nomeação e este perderá o direito à investidura no cargo.

Registre-se e Publique-se,

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de junho de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

719.06.20 - P. FÉRIAS ANTÔNIO J. ZANELATO

Publicação Nº 2525616

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 719/20 de 16.06.20
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2019 (Dois Mil e Dezenove) a 2020 (Dois Mil e Vinte) ao funcionário Antônio Junior Zanelato, Ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem Socorrista, Padrão I – Nível 3, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU, a serem usufruídas da seguinte maneira: 10 (dez) dias convertidos em pecúnia, a contar do dia 16 de junho de 2020 a 25 de junho de 2020, conforme requerimento n.º 39/2020 de 15 de junho de 2020, e os 20 (vinte) dias para gozá-las a contar do dia 26 de junho com término no dia 15 de julho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de junho de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

720.06.20 - P. FÉRIAS KASSIA HEMKMAIER

Publicação Nº 2525619

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 720/20 de 16.06.20
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 15 (quinze) dias de férias regulamentares, correspondente ao período de 2019 (Dois Mil e Dezenove) a 2020 (Dois Mil e Vinte) a funcionária Kássia Hemkmaier, ocupante do cargo de Farmacêutica – Nível 13, 20 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, para gozá-las a contar do dia 17 de junho com término no dia 01 de julho de 2020, ficando os 15 (quinze) dias restantes para futuras negociações.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de junho de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO N° 2509 2020**

Publicação N° 2524757

DECRETO N° 2509/2020**“Abre Crédito Suplementar Por
Excesso de Arrecadação No
Exercício De 2020”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 8º inciso I, da Lei nº 1475/2019, de 18 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 9.402,60 (nove mil, quatrocentos e dois reais e sessenta centavos), conforme abaixo especificado:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
001 - Fundo Municipal de Saúde	
0010 - Saúde	
0122 - Administracao Geral	
0007 - AÇÕES GERAIS DE SAÚDE	
28 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Cód. 360 - 33190000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 01520002 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b)	9.402,60

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do excesso de arrecadação do exercício de 2020

Fonte de recurso - 01520002 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b)	9.402,60
---	----------

Art. 3º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 9.592,55 (nove mil, quinhentos e noventa e dois reais e cinquenta e cinco centavos), conforme abaixo especificado:

05 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e HABITAÇÃO	
001 - Fundo Municipal de Assistência Social	
0008 - Assistência Social	
0244 - Assistência Comunitária	
0009 - GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	
27 - MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS AÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS DO SERVIÇO SOCIAL	
Cód. 359 - 33190000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 01520001 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Assistência social (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b)	9.402,60

05 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e HABITAÇÃO	
001 - Fundo Municipal de Assistência Social	
0008 - Assistência Social	
0244 - Assistência Comunitária	
0009 - GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	
27 - MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS AÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS DO SERVIÇO SOCIAL	
Cód. 361 - 33390000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 01520001 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Assistência social (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b)	189,95

Art. 4º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 3º deste Decreto, decorrerão do excesso de arrecadação do exercício de 2020

Fonte de recurso - 01520001 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Assistência social (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b)	9.592,55
--	----------

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 16 de junho de 2020.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 16 de junho de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2510 2020

Publicação Nº 2525415

DECRETO Nº 2510/2020

"Prorroga o Processo Seletivo nº 05/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Por motivo de interesse e necessidade da Prefeitura Municipal de Botuverá, fica prorrogado por mais 1 (um), ano a validade do Processo Seletivo nº 05/2019.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação gerando efeitos retroativos desde 10 de junho de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Botuverá, em 15 de junho de 2020.

JOSÉ LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2511 2020

Publicação Nº 2525621

DECRETO Nº 2511/2020**“Abre Crédito Suplementar Por
Superávit Financeiro No
Exercício De 2020”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 8º inciso I, da Lei nº 1475/2019, de 18 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 8.737,76 (oito mil, setecentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos), conforme abaixo especificado:

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
001 - Divisão de Obras e Serviços Urbanos	
0015 - Urbanismo	
0452 - Serviços Urbanos	
0014 - AÇÕES DE URBANISMO	
41 - MANUTENÇÃO DAS PRAÇAS, JARDINS E ORNAMENTAÇÃO DA CIDADE	
Cód. 310 - 34490000000000000000 - Aplicacoes diretas	
Fonte de recurso - 03000100 - Superávit - Recursos Ordinários	8.737,76

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Fonte de recurso - 03000100 - Superávit - Recursos Ordinários	8.737,76
---	----------

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 16 de junho de 2020.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 16 de junho de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO Nº 63/2020

Publicação Nº 2525453

DECRETO Nº. 063/2020.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento vigente.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0936, de 09 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 102.961,60 (Cento e dois mil, novecentos e sessenta e um reais e sessenta centavos), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

03 – SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO

01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0.001 – Encargos Especiais/Obrig. Trib (PASEP)/Contr/Após.Pensões

(160) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0253 – Aplicações Diretas R\$ 1.018,08

(161) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0252 – Aplicações Diretas R\$ 135,32

03 – SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO

01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.006 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

(159) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0253 – Aplicações Diretas R\$ 101.808,20

TOTAL R\$ 102.961,60

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos do excesso de arrecadação do exercício de 2020 do recurso 1.0253 –COVID-19 Rec. Transf. da União sem destinação específica.

Art. 3º - Utilizar-se-á como fonte de recursos do excesso de arrecadação do exercício de 2020 do recurso 1.0252 –COVID-19 Rec. Transf. da União destinados a ações da Saúde e Ass. Social.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 09 de Junho de 2020.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 64/2020

Publicação Nº 2525455

DECRETO Nº. 064 /2020.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento vigente.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0936, de 09 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.517,65 (Quatro mil, quinhentos e dezessete reais e sessenta e cinco centavos), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.100 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

(26) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0252 – Aplicações Diretas R\$ 4.517,65

TOTAL R\$ 4.517,65

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos do excesso de arrecadação do exercício de 2020 do recurso 1.0252 –COVID-19 Rec. Transf. da União destinados a ações da Saúde e Ass. Social

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 09 de Junho de 2020.

NILDO MELMESTET
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 65/2020

Publicação Nº 2525458

DECRETO Nº. 065/2020.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento vigente.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0936, de 09 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 9.035,31 (Nove mil, trinta e cinco reais e trinta e um centavos), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(46) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0252 – Aplicações Diretas R\$ 9.035,31

TOTAL R\$ 9.035,31

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos do excesso de arrecadação do exercício de 2020 do recurso 1.0252 –COVID-19 Rec. Transf. da União destinados a ações da Saúde e Ass. Social

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 09 de Junho de 2020.

NILDO MELMESTET
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 66/2020

Publicação Nº 2525461

DECRETO Nº. 066/2020.

Cria Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0936, de 09 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), destinado a suplementar a seguinte modalidade do orçamento vigente:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS

02 – DPTO. DE SERVIÇOS FORA DO PERÍMETRO URBANO

2.068 – Manutenção e Abertura das Estradas Vicinais
(154) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0189 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

TOTAL R\$ 2.000,00

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro de 2019 do recurso 0.3.0189 – Alienação de Bens destinados a Outros programas - Superávit.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 15 de Junho de 2020.

NILDO MELMESTET
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 67/2020

Publicação Nº 2525464

DECRETO Nº. 067/2020.

Cria Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0936, de 09 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais), destinado a suplementar a seguinte modalidade do orçamento vigente:

08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA
01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.074 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura
(155) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0189 – Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

TOTAL R\$ 21.000,00

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro de 2019 do recurso 0.3.0189 – Alienação de Bens destinados a Outros Programas - Superávit.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 15 de Junho de 2020.

NILDO MELMESTET
Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS 16/2019

Publicação Nº 2508454

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2019

Número do Registro de Preços: 16/2019 Data do Registro: 04/06/2019 Válido até: 04/06/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de empresa para prestar serviços de manutenção e conservação de jardins, praças e pátios dos prédios públicos do município de Braco do Trombudo, SC, conforme especificado no anexo I do edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviço de Jardinagem compreendendo as atividades de roçada de praças e jardins dos prédios públicos, roçada de beira de estrada, cortar grama com máquina, plantio de mudas de árvores, grama e flores, limpeza de pisos vazados, paver etc, controle de ervas daninhas e capim em geral, capina, preparo de canteiros, coleta e destinação de resíduos do serviço, paisagismo e outras atividades correlatas ao serviço de jardinagem. (19785)	HORA	ADEMIR REIA DA SILVA 6865776934 (9562)	ADEMIR	0	25,0000	1
			JOSMAR ALVES DE ANDRADE 01619929945 (8843)	Comum	0	25,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2019

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 16/2019 Data do Registro: 04/06/2019 Válido até: 04/06/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de empresa para prestar serviços de manutenção e conservação de jardins, praças e pátios dos prédios públicos do município de Braco do Trombudo, SC, conforme especificado no anexo I do edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PRO ENG ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA (8844)	PRO ENG	0	26,0000	3

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2019

Número do Registro de Preços: 16/2019 Data do Registro: 04/06/2019 Válido até: 04/06/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de empresa para prestar serviços de manutenção e conservação de jardins, praças e pátios dos prédios públicos do município de Braço do Trombudo, SC, conforme especificado no anexo I do edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2019

PROCESSO Nº 27/2019

(9562) - ADEMIR REIA DA SILVA 68657765934

(9843) - JOSMAR ALVES DE ANDRADE 01619929945

(9844) - PRO ENG ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA

Braço do Trombudo, 4 de Junho de 2019.

ATA REGISTRO DE PREÇOS 17/2019

Publicação Nº 2508456

Página: 1/36

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Número do Registro de Preços: 17/2019		Data do Registro: 17/06/2019		Válido até: 17/06/2020			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmite, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Açúcar refinado. Pacote de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (6704)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	SABOR DOCE	0	9,5110	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	ALTO ALGRE	0	9,5760	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	sabor doce	0	9,6270	3
2	Airroz parbolizado, pacote de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. De procedência nacional e de safra corrente. Isento de mofo, de odores estranhos e de substância nocivas. O produto não deve apresentar grãos disformes (grão queimado, pedras, cascas e carunchos). Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (24492)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	TIO ROMÃO	0	10,2183	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	tio romão	0	10,4021	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	MINUTINHO	0	10,4504	3
3	caldo de bacon (cx c/ 6 und). (19353)	CX	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	APTI	0	1,2912	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	APTI	0	1,2368	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	apti	0	1,2660	3
4	caldo de feijão (cx c/ 6 und). (19354)	CX	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	APTI	0	1,2541	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	APTI	0	1,2368	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	apti	0	1,2660	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 2/36

Número do Registro de Preços: 17/2019		Data do Registro: 17/06/2019		Válido até: 17/06/2020			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmiteix, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	caldo de galinha (cxc/6 und). (19355)	CX	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	APTI	0	1,2541	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	APTI	0	1,2368	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	apti	0	1,2660	3
6	CALDO DE LEGUMES, caixa com 6 unidades (8177)	CX	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	APTI	0	1,5327	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	apti	0	1,5305	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	KNORR	0	1,5724	3
7	Ervilha lata de 200 gr, não amassadas, sem fermento, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9641)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	PREDLECTA	0	1,8486	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	BONARE	0	1,9079	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	predlecta	0	1,9463	3
8	Extrato de tomate, concentrado. Lata de 840 gr, não amassadas, sem fermento, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (19356)	LT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	DAJUDA	0	8,7320	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	D'AJUDA	0	8,6192	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	quero	0	8,8526	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 3/36

Número do Registro de Preços: 17/2019		Data do Registro: 17/06/2019		Válido até: 17/06/2020			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmitex, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Farinha de mandioca. Embalagem de 1 Kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (19357)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	SUPER10	0	4,9234	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	super 10	0	5,0451	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	WETZEL	0	5,1677	3
10	FARINHA DE ROSCA, pct 500gr (8172)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	ORQUIDEA	0	4,2731	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	maspa	0	4,3177	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	4,4294	3
11	Farinha de trigo especial. Embalagem de 5 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (9643)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	TRES COROA	0	9,0571	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	gardenia	0	9,1644	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PAN FACIL	0	9,3478	3
12	FERMENTO QUIMICO. (Lata com 250g. Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Com data de fabricação e/ou lote e prazo de validade de, no mínimo 4 meses). (13409)	LTA	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	APTI	0	5,2949	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	ROYAL	0	4,9376	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	apti	0	5,4231	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 4/36

Número do Registro de Preços: 17/2019 Data do Registro: 17/06/2019 Válido até: 17/06/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmiteix, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Fubá de milho pré-cozido. Embalagem de 500 gr. com identificação do produto, data de fabricação e validade. Validade mínima de três meses a contar da data de entrega. (9647)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	SINHA	0	1,2819	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	sinha	0	1,2660	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	SINHA	0	1,3327	3
14	LOURO EM FOLHAS, seco, em pacote 5g (8185)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	1,0859	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	NEILAR	0	1,0087	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	neilar	0	1,0676	3
15	Massa espaguete furadinho com ovos. Embalagem de 500 gr. com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias (19359)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	ORQUIDEA	0	2,6475	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	rosane	0	2,6737	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PARATI	0	2,7612	3
16	Massa tipo parafuso com ovos. Embalagem de 500 gr. com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (19350)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	DIANA	0	2,6660	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	rosane	0	2,6737	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PARATI	0	2,7612	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 17/2019

Página: 5/36

Número do Registro de Preços: 17/2019		Data do Registro: 17/06/2019		Válido até: 17/06/2020			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmite, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	Massa tipo gravatinha com ovos. Embalagem de 500 gr com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embotamento no máximo 30 dias (19361)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	ORQUIDEA	0	4,3660	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	galo	0	4,5916	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	ISABELA	0	4,7075	3
18	MANJERICÃO seco em flocos, pacote com 5g. (19362)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	KITANO	0	1,8486	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	neilar	0	1,8329	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	DACASA	0	1,9079	3
19	Milho lata de 200 gr, não amassadas, sem fermento, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9651)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	PREDILECTA	0	1,4863	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	QUERO	0	1,4285	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	predilecta	0	1,5117	3
20	Orégano (pacote de 6 gr) (8502)	PC	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NELAR	0	1,1890	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	neilar	0	1,1621	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	NELAR	0	1,2272	3
21	PIMENTA EM Pó, (19365)	TB	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NELAR	0	2,9726	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 6/36

Número do Registro de Preços: 17/2019 Data do Registro: 17/06/2019 Válido até: 17/06/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmiteix, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
22	Sal refinado (pct 1 kg) (7457)		CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	neilar	0	3,0139	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	NEILAR	0	3,0872	3
			PCT ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	MIRAMAR	0	1,1983	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	ZIZO	0	1,1409	2
23	SUCO EM PÓ, pacote com 35g, sendo seu rendimentos de 1lt, nos sabores uva, tangerina, morango, manga, maçã, limão e laranja. (19366)	UND	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	mita mar	0	1,1715	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	DAFRUTA	0	0,7060	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	NEILAR	0	0,6232	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	pop fruta	0	0,6708	3
24	Suco concentrado de frutas, frasco de plástico transparente com o rótulo indicando as informações nutricionais, embalagem de 500 ml contendo aromatizante sintético idêntico ao natural, sabor maracujá. (19367)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	IMBIARA	0	7,8031	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	imbiera	0	7,9267	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	MAGUARY	0	8,0919	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	IMBIARA	0	5,7129	1
25	Suco concentrado de frutas, frasco de plástico transparente com o rótulo indicando as informações nutricionais, embalagem de 500 ml contendo aromatizante sintético idêntico ao natural, sabor Laranja. (19368)	UND	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	imbiera	0	5,7726	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 7/36

Número do Registro de Preços: 17/2019		Data do Registro: 17/06/2019		Válido até: 17/06/2020			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmite, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	Suco concentrado de frutas, frasco de plástico transparente com o rótulo indicando as informações nutricionais, embalagem de 500 ml contendo aromatizante sintético idêntico ao natural, sabor Uva. (19369)	UND	SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	MAGUARY	0	5,9059	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	JULIMAR	0	7,6173	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	MAGUARY	0	7,6604	2
27	TEMPERO EM PASTA completo, pote com 300gr. (19370)	UND	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	imblara	0	7,7283	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NELAR	0	2,1737	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	OLIVEIRA	0	2,0805	2
28	Vinagre, Embalagem de 750 ml, garrafa plástica, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalamento no máximo 30 dias (19371)	UND	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	nelar	0	2,1636	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	HENNING	0	1,3655	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	heing	0	1,3888	2
29	Creme de leite cx 200 gr (9178)	CX	SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	HEINIG	0	1,4190	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	PIRACANJUB,	0	2,1366	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	titol	0	2,2769	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	ITALAC	0	2,2914	3

Página: 8/36

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Número do Registro de Preços: 17/2019 **Data do Registro:** 17/06/2019 **Válido até:** 17/06/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmiteix, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
30	Óleo de soja refinado. Embalagem de 900 ml, não amassadas, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (19372)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	COAMO	0	2,9819	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	coamo	0	2,9855	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	LEVE	0	3,0584	3
31	Arroz de Milho. Caixa de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (19373)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	3,4371	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	NEILAR	0	3,4419	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	mais certa	0	3,4674	3
32	Colorífico, pct com 100 gr. (9639)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	APTI	0	1,7278	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	sinha	0	1,7101	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	APTI	0	1,7162	3
33	Canela em pó, peso líquido 30 gramas. Validade mínima no ato da entrega de 3 meses. (17321)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	3,2513	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	NEILAR	0	3,1351	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	neiler	0	3,2689	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 9/36

Número do Registro de Preços: 17/2019		Data do Registro: 17/06/2019		Válido até: 17/06/2020			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmite, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
34	Maionese. Embalagem de plástico atóxica de 500 gr, laticada, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (9653)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	SOYA	0	3,3256	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	suavit	0	3,3445	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	ARISCO	0	3,4419	3
35	Amaciante de carne (Sal, amido, alho, cebola, gordura vegetal, pimenta vermelha, papaína, salsa), pacote de 1,1kg. (19376)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	APTI	0	25,7779	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	MAGGI	0	24,9084	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	neilar	0	26,2839	3
36	Alho triturado embalagem de 3kg, com data de fabricação e validade legível. (19377)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	KALUQUE 1 K	0	16,4979	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	kaluke	0	16,7793	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	KALUKE	0	17,0274	3
37	Tempero completo sem pimenta em embalagem de 4,760kg com data de fabricação e validade legível (19378)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NELAR	0	24,8862	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	neilar	0	25,3107	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	OLIVEIRA	0	25,6850	3
38	Tempero para saladas em sachê, embalagem com 12 unidades. (19379)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	SAZON	0	3,4556	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 10/36

Número do Registro de Preços: 17/2019		Data do Registro: 17/06/2019		Válido até: 17/06/2020			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmite, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Bão do Trombudo, SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
39	Tempero para arroz em sachê, embalagem com 12 unidades. (19380)	UND	SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	KITANO	0	2,8667	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	sinha	0	3,5146	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	SAZON	0	3,4556	1
40	Tempero para Feijão em sachê, embalagem com 12 unidades. (19381)	UND	SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	KITANO	0	2,8667	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	sinha	0	3,5146	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	SAZON	0	3,4556	1
41	Tempero para carne em sachê, embalagem com 12 unidades. (19382)	UND	SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	KITANO	0	2,8667	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	sinha	0	3,5146	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	SAZON	0	3,4556	1
42	Sal Grosso, PCT de 1 Kg, com data de fabricação e validade legível. (19383)	UND	SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	KITANO	0	2,8667	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	sinha	0	3,5146	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	QUALITÁ	0	1,6535	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	neller	0	1,6439	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	ZIZO	0	1,7162	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 11/36

Número do Registro de Preços: 17/2019 Data do Registro: 17/06/2019 Válido até: 17/06/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmite, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braco do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	Mostarda escura, 1kg, com data de fabricação e validade legível. (19384)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	HEINZ	0	11,1751	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	konsumo	0	11,3846	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	HEMMER	0	11,5530	3
44	Mostarda amarela, 1kg, com data de fabricação e validade legível. (19385)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	HEINZ	0	11,1751	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	konsumo	0	11,3846	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	HEMMER	0	11,4859	3
45	Balata palha, pct com 400 gramas, data de fabricação e validade legível. (19386)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	POTEITOS	0	13,8411	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	TAICO	0	9,5779	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	agitus	0	14,0773	3
46	Atroz branco, Tipo 1, polido, classe longo fino, embalagem contendo 5kg. Com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. O produto não deve apresentar grãos disformes (grão queimado, pedras, cascas e carunços) Prazo de mínimo de validade de 6 meses. (24493)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	TIO ROMÃO	0	8,3897	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	tio romão	0	8,4653	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	MINUTINHO	0	8,6384	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 12/36

Número do Registro de Preços: 17/2019 Data do Registro: 17/06/2019 Válido até: 17/06/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmite, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	Achocolado em pó. Sem lactose, a base de cacau em pó. Lata de 400 gramas, não amassadas, sem fermento, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (2.3671)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	APTI	0	5,6201	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	apti	0	5,6687	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	NESCAU	0	5,7429	3
48	Sardinha em óleo comestível. Embalagem 125 gr, lata não amassada, sem fermento, com identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade, valor nutricional, peso deve constar na embalagem de registro. (12333)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	88	0	2,7682	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	88	0	2,7682	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PESCADOR	0	2,8571	3
49	Fermento de bolo em pó químico, aspecto, cor, cheiro e sabor próprio. Pote plástico de 250 gr, validade de no mínimo 12 meses e com data de embalagem não superior a 30 dias. (23683)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	APTI	0	4,7561	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	apti	0	4,8184	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	ROYAL	0	4,9376	3
50	Doce de leite de primeira qualidade pote de 400 gr, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (21166)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	AUREA	0	5,7594	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	AUREA	0	5,7429	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	aurea	0	5,9616	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 13/36

Número do Registro de Preços: 17/2019			Data do Registro: 17/06/2019		Válido até: 17/06/2020		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmiteix, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
51	Bacon Defumado em manja embalado a vácuo, com identificação do produto, rótulo contendo fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (19289)	KG	ALINE RAITZ ME (9555)	ANTINHAS	0	24,2734	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	FRIMESA	0	24,7514	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	aurora	0	26,9800	3
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	SCHLATTER	0	26,9800	4
52	Costelinha de Porco defumada embalado a vácuo, com identificação do produto, rótulo contendo fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (24499)	KG	ALINE RAITZ ME (9555)	ANTINHAS	0	25,3523	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	RUANA	0	25,8511	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	GUINHER	0	28,1800	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	pamplora	0	28,1800	4
53	LINGUIÇA MISTA DEFUMADA, com identificação do produto, rótulo contendo fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (19290)	KG	ALINE RAITZ ME (9555)	ANTINHAS	0	14,3856	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	RATÃO	0	14,6685	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	FRIGO WILL	0	15,9900	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	braco notenoe	0	15,9900	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 14/36

Número do Registro de Preços: 17/2019 Data do Registro: 17/06/2019 Válido até: 17/06/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmitex, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
54	BIFE DE COXÃO DURO BOVINO, refilado, fresco, não congelado, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISP/PA. (19291)	KG	ALINE RAITZ ME (9555)	DESTAQUE	0	16,2850	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	VERDI	0	16,6133	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	machado	0	18,1100	3
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	18,1100	4
55	Carne bovina moída, sem gordura, tipo patinho, de 1ª, apresentando consistência firme e cor vermelho-vivo. Proveniente de abatedouros registrados e fiscalizados pelas autoridades competentes. Carne inspecionada, transportada em temperatura inferior a 5°C (cinco graus celsius), em recipiente isotérmico. Acartonadas em embalagens resistentes, transparentes e lacradas, empacotado com no máximo 1 kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto, tipo de carne, corte, peso, prazo de validade e selo de inspeção. Quando a carne for fracionada, o rótulo deverá ser reproduzido e fixado nas embalagens de todas as peças. (24500)	KG	ALINE RAITZ ME (9555)	DESTAQUE	0	16,6249	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	VERDI	0	16,9527	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	18,4800	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	machado	0	18,4800	4
56	Carne bovina coxão mole, fresca e congelada, isenta de cartilagens, osso e com máximo de 5% de gordura, embalagem plástica de 1kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto, tipo de carne, corte, peso, prazo de validade e selo de inspeção. Quando a carne for fracionada, o rótulo deverá ser reproduzido e fixado nas embalagens de todas as peças. Apresentar consistência firme e cor vermelho-vivo. Proveniente de abatedouros registrados e fiscalizados pelas autoridades competentes. Carne inspecionada, transportada em temperatura inferior a 5°C (cinco graus celsius), em recipiente isotérmico. (24501)	KG	ALINE RAITZ ME (9555)	DESTAQUE	0	19,6240	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 15/36

Número do Registro de Preços: 17/2019		Data do Registro: 17/06/2019		Válido até: 17/06/2020			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmitex, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
57	FIGADO BOVINO, resfriado, fresco, não congelado, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (19292)	KG	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	VERDI	0	20,0167	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	21,8200	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	machado	0	21,8200	4
			ALINE RAITZ ME (9555)	DESTAQUE	0	10,2069	1
58	LINGUA, fresca, resfriada, não congelado, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (19293)	KG	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	VERDI	0	10,4120	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	pitimbo	0	11,3500	3
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	11,3500	4
			ALINE RAITZ ME (9555)	DESTAQUE	0	13,3959	1
59	CARNE BOVINA tipo PALETA SEM OSSO, fresca, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (19295)	KG	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	VERDI	0	13,6594	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	pitimbo	0	14,8900	3
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	14,8900	4
			ALINE RAITZ ME (9555)	DESTAQUE	0	12,6961	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 16/36

Número do Registro de Preços: 17/2019		Data do Registro: 17/06/2019		Válido até: 17/06/2020			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmiteix, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
60	CARNE BOVINA tipo PALETA SETE, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, Registro do produto no SIF ou CISPOA. (8184)	KG	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	VERDI	0	12,9531	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	machado	0	14,1200	3
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	14,1200	4
			ALINE RAITZ ME (9555)	DESTAQUE	0	15,5153	1
61	COSTELA SUINA, fresca e sem pele, RESFRIADA sem excesso de gordura, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (19297)	KG	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	VERDI	0	15,8244	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	machado	0	17,2500	3
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	17,2500	4
			ALINE RAITZ ME (9555)	DESTAQUE	0	14,0757	1
62	COXA COM SOBRECORA DE FRANGO SEM DORSAL, NÃO INTERFOLHADA, fresca e ou congelada, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do PRODUTO, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (19298)	KG	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	RUANA	0	14,3566	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	IRMAOS DO V	0	15,6500	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	pamplona	0	15,6500	4
			ALINE RAITZ ME (9555)	MISTER FRAN	0	5,2984	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 17/36

Número do Registro de Preços: 17/2019 Data do Registro: 17/06/2019 Válido até: 17/06/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmitex, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
63	COXA COM SOBRECORA DE GALINHA CAPIRA, fresca e ou congelada, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (19299)	KG	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	AVE SERRA	0	4,9170	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	moigara	0	5,3600	3
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	CANÇÃO	0	5,3600	4
			ALINE RAITZ ME (9555)	MISTER FRAN	0	5,7982	1
64	CARNE DE FRANGO EMPANADA, tipo tirinhas, congelada, embalagem plástica de 2.5KG, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (19300)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	AVE SERRA	0	5,4307	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	moigara	0	5,9200	3
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	MADALO	0	5,9200	4
			ALINE RAITZ ME (9555)	LAR	0	24,8324	1
65	FILÉ DE PEITO DE FRANGO, sem osso, fresco ou congelado. Embalagem plástica IQF de 1Kg, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (19301)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	AVE SERRA	0	25,3282	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	LAR	0	27,6100	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	seara	0	27,6100	4
			ALINE RAITZ ME (9555)	MISTER FRAN	0	9,2572	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 18/36

Número do Registro de Preços: 17/2019		Data do Registro: 17/06/2019		Válido até: 17/06/2020			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmiteix, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

66	GALINHA CAPIRA, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (8169)	KG	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	AVE SERRA	0	9,4396	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	MACEDO	0	10,2900	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	mogana	0	10,2900	4
			ALINE RAITZ ME (9555)	MISTER FRAN	0	4,3487	1
67	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (13394)	LT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	KORIN	0	4,4400	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	BIG FRANGO	0	4,8400	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	mogana	0	4,8400	4
			ALINE RAITZ ME (9555)	PIRACANUIUB,	0	2,4493	1
68	LINGUICINHA DE FRANGO pot com 800GR, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (19302)	KG	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	TERRA VIVA	0	2,4585	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	linguizu	0	2,6300	3
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	TERRA VIVA	0	2,6800	4
			ALINE RAITZ ME (9555)	ANTINHAS	0	12,1463	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 19/36

Número do Registro de Preços: 17/2019			Data do Registro: 17/06/2019			Válido até: 17/06/2020		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmiteix, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
69	MÚSCULO BOVINO, sem osso, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (19303)	KG	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	RATÃO	0	12,3843	2	
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	frimesa	0	13,5000	3	
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	BELETTI	0	13,5000	4	
			ALINE RAITZ ME (9555)	DESTAQUE	0	13,4059	1	
70	COSTELA BOVINA SEM OSSO CONGELADA (24503)	KG	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	VERDE	0	13,6686	2	
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	pirimbo	0	14,9000	3	
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	14,9000	4	
			ALINE RAITZ ME (9555)	DESTAQUE	0	15,4953	1	
71	OVOS DE GALINHA, tipo 2, grandes, inteiros, sem rachaduras e limpos. Embalagem com data e validade e avião de origem. (19304)	DZ	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	VERDE	0	15,8060	2	
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	pirimbo	0	17,2300	3	
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	17,2300	4	
			ALINE RAITZ ME (9555)	LAR	0	5,0884	1	
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	CARMINATTI	0	5,1922	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 20/36

Número do Registro de Preços: 17/06/2019		Data do Registro: 17/06/2019		Válido até: 17/06/2020			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmite, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
72	PERNIL SUINO SEM PELE, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISP/POA. (19305)	KG	SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	RONCHI	0	5,6600	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	aurea	0	5,6600	4
			ALINE RAITZ ME (9555)	DESTAQUE	0	8,4674	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	RUANA	0	8,6415	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	FRIGO WILL	0	9,4200	3
73	CARNE SUÍNA BISTECA, resfriada embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISP/POA. (19306)	KG	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	pamplora	0	9,4200	4
			ALINE RAITZ ME (9555)	DESTAQUE	0	8,8973	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	RUANA	0	8,2103	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PERDIGÃO	0	8,9500	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	pamplora	0	8,9500	4
74	CARNE SUÍNA PALETA, resfriada embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISP/POA. (19307)	KG	ALINE RAITZ ME (9555)	DESTAQUE	0	8,0975	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	RUANA	0	7,5590	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 21/36

Número do Registro de Preços: 17/2019 Data do Registro: 17/06/2019 Válido até: 17/06/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmiteix, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
75	CARNE SUÍNA PERNIL COM PELE, resfriada embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISP/OA. (19308)	KG	SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	FRIGO WILL	0	8,2400	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	pamplora	0	8,4200	4
			ALINE RAITZ ME (9555)	DESTAQUE	0	8,6973	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	RUANA	0	8,0177	2
76	Queijo tipo mussarela, sem lactose, isento de bolor e mau aspecto de conservação. Embalagem de até 1kg, contendo dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade do produto e o número de registro no Ministério da Agricultura/SIF. - Validade mínima de 30 dias da data de entrega (24504)	KG	SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	FRIGO WILL	0	8,7400	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	pamplora	0	8,7400	4
			ALINE RAITZ ME (9555)	HOLANDES	0	21,8633	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	ODILON	0	22,3009	2
77	Requeijão cremoso tradicional, sem a presença de amido em sua composição. Constando identificação do produto, inclusive classificação e a marca, nome e endereço do fabricante, e a data de fabricação. Validade mínima de 3 meses, a contar da data de entrega. Embalagem primária em copo plástico próprio, resistente, atóxica, com peso líquido de 220g. (24505)	UND	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	odilon	0	24,3100	3
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	LAURENTINO	0	24,3100	4
			ALINE RAITZ ME (9555)	PIA	0	6,5780	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	FRMESA	0	6,7150	2

Página: 22/36

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 17/2019

Número do Registro de Preços: 17/2019 Data do Registro: 17/06/2019 Válido até: 17/06/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmite, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	TIROLEZ	0	7,3200	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	vigor	0	7,3200	4
78	CREME DE LEITE, pct 400 gramas fresco, resfriado, conservado em embalagem plástica atóxica, contendo marca, data da fabricação e validade na embalagem. (19312)	PCT	ALINE RAITZ ME (9555)	PIA	0	4,1787	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	PIRACANJUB,	0	4,2657	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	BONACOLSI	0	4,6500	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	titol	0	4,6500	4
79	Margarina vegetal cremosa c/ sal, resfriada, embalagem 500 gr, 80% DE LÍPIDIOS, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (19313)	UND	ALINE RAITZ ME (9555)	DORIANA	0	4,4486	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	COAMO	0	4,5409	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	delicia	0	4,9000	3
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	DORIANA	0	4,9500	4
80	MANTEIGA COM SAL, obtido do creme de leite pasteurizado, resfriada, EMBALAGEM 1 KG, contendo marca, data da fabricação e validade na embalagem. (24609)	UND	ALINE RAITZ ME (9555)	COAMO	0	23,9427	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	AMELIA	0	24,4200	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	BONACOLSI	0	26,6200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 23/36

Número do Registro de Preços: 17/2019		Data do Registro: 17/06/2019		Válido até: 17/06/2020			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmite, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Bão do Trombudo, SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	vigor	0	26,6200	4
81	Linguiça Calabresa isenta de bolor e ou mau aspecto de conservação, embalagem de 1 kg, conservado em embalagem plástica atóxica, contendo marca, data da fabricação e validade na embalagem. (24610)	PCT	ALINE RAITZ ME (9555)	IRMAOS DO V	0	11,2266	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	RATÃO	0	11,4486	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	frimesa	0	12,4800	3
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	DO VALLE	0	12,4800	4
82	Presunto cozido embalagem de 1KG, isento de bolor e ou mau aspecto de conservação, conservado em embalagem plástica atóxica, contendo marca, data da fabricação e validade na embalagem. (24506)	KG	ALINE RAITZ ME (9555)	FRILATOS	0	18,2544	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	aurora	0	10,2900	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	BONATTI	0	18,6131	3
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	BONATTI	0	20,2900	4
83	Salsicha, congelada, pct de 5Kg, conservada em embalagem plástica atóxica, contendo marca, data da fabricação e validade na embalagem. (19319)	PCT	ALINE RAITZ ME (9555)	HOT DOG	0	34,0986	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NOBRE	0	34,7678	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	aurora	0	37,9000	3
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PERDIGÃO	0	37,9000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 24/36

Número do Registro de Preços: 17/2019		Data do Registro: 17/06/2019		Válido até: 17/06/2020			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmite, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
84	MACARRÃO tipo TALHARIM, congelado pct 500gr, em embalagem plástica atóxica, contendo marca, data da fabricação e validade na embalagem. (19320)	PCT	ALINE RAITZ ME (9555)	ROSANE	0	4,8185	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	ORQUIDEA	0	4,9170	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	rosane	0	5,3100	3
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	INES	0	5,3600	4
85	Massa para lasanha resfriada, (fresca) pct de 500 gr, conservada em embalagem plástica atóxica, contendo marca, data da fabricação e validade na embalagem.. (19322)	PCT	ALINE RAITZ ME (9555)	DA BOA	0	5,2484	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	BOA	0	5,3574	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	massita	0	5,8400	3
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	DA BOA	0	5,8400	4
86	FILE DE TILAPIA, embalagem plástica com 1KG, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISP OA. (19323)	KG	ALINE RAITZ ME (9555)	LUZITANIA	0	26,9518	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	COPACOL	0	27,4840	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	goedert	0	29,9600	3
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	LUZITANIA	0	29,9600	4
87	Batata pré-cozida, cortada em tirinhas, congelada pct 2kg, em embalagem plástica atóxica, contendo marca, data da fabricação e validade na embalagem. (19324)	PCT	ALINE RAITZ ME (9555)	BEM BRASIL	0	14,8355	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 25/36

Número do Registro de Preços: 17/2019		Data do Registro: 17/06/2019		Válido até: 17/06/2020			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e mamitex, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
88	Polenta pré-cozida, cortada em tirinhas, congelada pct 2kg, em embalagem plástica atóxica, contendo marca, data da fabricação e validade na embalagem. (24507)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	LAR	0	15,2189	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	mais batata	0	16,5900	3
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	BEM BRASIL	0	16,5900	4
			ALINE RAITZ ME (9555)	LAR	0	12,5862	1
89	Alpim, sem casca e congelado, pacote de 1 Kg, validade 12 meses contendo na embalagem informações nutricionais (15010)	KG	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	PRATIGEL	0	12,8338	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	grão	0	13,9900	3
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	MOMIL	0	13,9900	4
			ALINE RAITZ ME (9555)	JARAGUA	0	4,5386	1
90	ABOBRINHA, unidades de tamanho médio, unidades íntegras, fresca e limpas, sem machucados. (8146)	KG	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	ROLDÃO	0	4,6326	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	in natura	0	5,0500	3
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	DICKMANN	0	5,0500	4
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	2,9928	1
90			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	2,8620	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 26/36

Número do Registro de Preços: 17/2019 Data do Registro: 17/06/2019 Válido até: 17/06/2020									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmiteix, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			NELSON KNAUL ME (6852)	ITALIA	0	3,4188	3		
91	ALFACE LISA, folhas inteiras, frescas e limpas de tamanho médio. (19325)	UND	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	1,5598	1		
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	1,4911	2		
			NELSON KNAUL ME (6852)	LISA	0	1,7854	3		
92	Alho grão, sem machucados e brotamentos. Não devem estar murcho. Pacote de 100 gramas. (24508)	PCT	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	KALUKE	0	2,2882	1		
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	2,1875	2		
			NELSON KNAUL ME (6852)	KALUKE	0	2,4977	3		
93	BANANA COMUM, unidades de tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8148)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	1,7419	1		
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	1,7787	2		
			NELSON KNAUL ME (6852)	CATURRA	0	1,9754	3		
94	Banana Branca, Tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (24509)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	2,3119	1		
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	2,2102	2		
			NELSON KNAUL ME (6852)	BRANCA	0	2,3648	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 27/36

Número do Registro de Preços: 17/06/2019			Data do Registro: 17/06/2019			Válido até: 17/06/2020		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmiteix, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
95	BATATA DOCE ROXA, unidades grandes, integras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8152)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	2,1773	1	
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	2,0815	2	
			NELSON KNAUL ME (6852)	ROXA IN NATI	0	2,4882	3	
96	BATATA INGLESA, unidades grandes, integras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8153)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	2,7791	1	
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	2,6567	2	
			NELSON KNAUL ME (6852)	INGLESA	0	2,8586	3	
97	BETERRABA, unidades de tamanho médio, sem rachaduras ou perfurações, casca lisa e limpa. (19326)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	2,7712	1	
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	2,8157	2	
			NELSON KNAUL ME (6852)	IN NATURA	0	2,8681	3	
98	BROCOLIS, maço frescos e limpos, com cor característica. (8144)	UND	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	3,0958	1	
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	2,9595	2	
			NELSON KNAUL ME (6852)	IN NATURA	0	3,4189	3	
99	CEBOLA, unidades integras, frescas e limpas, sem perfurações. (8157)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	2,7712	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 28/36

Número do Registro de Preços: 17/2019		Data do Registro: 17/06/2019		Válido até: 17/06/2020			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e mamitex, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
100	CEBOLINHA, fresca e limpa, firme e sem folhas velhas, cor uniforme, maço com 200gr. (19327)	MÇ	SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	2,7551	2
			NELSON KNAUL ME (6852)	NACIONAL	0	2,8776	3
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	1,5756	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	1,5062	2
101	CENOURA, unidades íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8156)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	IN NATURA	0	1,7095	3
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	3,1670	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	IN NATURA	0	3,1245	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	3,1563	3
102	CHUCHU, unidades íntegras, frescas, limpas, firme sem lesões, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, isenta de sujidades (8158)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	2,6049	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	2,7173	2
			NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	2,8206	3
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	3,5708	1
103	COUVE-FLOR, unidades frescas e limpas, com cor característica, sem machucados. (19328)	KG	SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	3,4137	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 29/36

Número do Registro de Preços: 17/2019		Data do Registro: 17/06/2019		Válido até: 17/06/2020			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmiteix, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			NELSON KNAUL ME (6852)	IN NATURA	0	3,8463	3
104	FEUÃO PRETO, tipo I, natural, constituído de no mínimo 95% de grãos inteiros e correspondentes à variedade no tamanho e cor. Maduros, limpos e secos. (19329)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	FLOR DO VAL	0	3,9588	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	RICO CALDO	0	3,7845	2
			NELSON KNAUL ME (6852)	RAINHA DO L	0	4,7010	3
105	VAGEM, unidades frescas e limpas, com cor característica. (19330)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	5,5423	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	IN NATURA	0	7,0183	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	7,4631	3
106	FEUÃO VERMELHO, tipo I, natural, constituído de no mínimo 95% de grãos inteiros e correspondentes à variedade no tamanho e cor. Maduros, limpos e secos. (19331)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	FLOR DO VAL	0	5,1940	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	RICO CALDO	0	4,9653	2
			NELSON KNAUL ME (6852)	RAINHA DO L	0	5,8691	3
107	LARANJA, unidades de tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (13438)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	1,9081	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	1,8241	2
			NELSON KNAUL ME (6852)	PERA	0	2,1653	3

Página: 30/36

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 17/2019

Número do Registro de Preços: 17/2019 Data do Registro: 17/06/2020 Válido até: 17/06/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmitex, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braco do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
108	MAÇÃ FUJI, vermelha, unidades de tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (19332)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	3,6025	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	3,4439	2
			NELSON KNAUL ME (6852)	FUGI	0	3,9128	3
109	MAMÃO FORMOSA, unidades de tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, frutas limpas. (19333)	UND	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	3,9588	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	6,0780	2
			NELSON KNAUL ME (6852)	FORMOSA	0	6,4105	3
110	PEPINO SALADA, unidades integrais, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (19335)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	2,3911	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	2,2859	2
			NELSON KNAUL ME (6852)	IN NATURA	0	2,6592	3
111	Pimentão verde, tamanho médio, frescos e limpos, cor e formação uniforme, sendo firme sem lesões, perfurações e cortes. (12321)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	2,9058	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	2,7779	2
			NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	3,4664	3
112	RABANETE, fresco, firme, isento de sujidades, tamanho e coloração uniformes (8147)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	3,6421	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 17/2019

Página: 31/36

Número do Registro de Preços: 17/2019		Data do Registro: 17/06/2019		Válido até: 17/06/2020			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmiteix, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

113	REPOLHO, apresentando tamanho médio, cor e com formação uniforme, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos, fresco e limpo. (8154)	UND	SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	3,4818	2
			NELSON KNAUL ME (6852)	IN NATURA	0	4,1597	3
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	3,0087	1
114	SALSA LISA, fresca e limpa, firme e sem folhas velhas, cor uniforme, mapo com 200gr (8167)	MÇ	SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	3,0201	2
			NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	3,5614	3
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	1,5756	1
115	TOMATE, grau médio de amadurecimento, unidades íntegras, frescas e limpas, sem perfurações. (16291)	KG	SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	1,5062	2
			NELSON KNAUL ME (6852)	IN NATURA	0	1,7095	3
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	3,4125	1
116	BATATA AIPO de 1ª qualidade, fresca, firme isento de sujidades, tamanho e coloração uniforme. (13440)	KG	SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	3,2623	2
			NELSON KNAUL ME (6852)	LONGA VIDA	0	3,8178	3
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	4,7427	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	4,5339	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 32/36

Número do Registro de Preços: 17/2019		Data do Registro: 17/06/2019		Válido até: 17/06/2020			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmite, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
117	Abacaxi tipo perola Unidades integras, frescas e limpas, sem machucados e grau de amadurecimento médio. (19338)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	AIPO	0	5,0144	3
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	4,3468	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	4,1554	2
			NELSON KNAUL ME (6852)	PÉROLA	0	4,7105	3
118	Manga Unidades integras, frescas e limpas, sem machucados e grau de amadurecimento médio. (19339)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	4,7427	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	TOMI	0	4,2642	2
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	4,5339	3
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	1,4727	1
119	MELANCIA, unidades integras, frescas e limpas, bom grau de amadurecimento. (13443)	KG	SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	1,4078	2
			NELSON KNAUL ME (6852)	IN NATURA	0	1,6050	3
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	1,5756	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	1,5062	2
120	Rúcula, fresca e limpa, firme e sem folhas velhas, cor uniforme, maço com 100gr. (19347)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	IN NATURA	0	1,7569	3
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	1,7569	3

Página: 33/36

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Número do Registro de Preços: 17/2019		Data do Registro: 17/06/2019		Válido até: 17/06/2020			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmite, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
121	Agrão, fresco e limpo, firme e sem folhas velhas, cor uniforme, maço com 100gr. (19348)	UND	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	1,5756	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	1,5062	2
			NELSON KNAUL ME (6852)	IN NATURA	0	1,7559	3
122	Couve manteiga, fresca e limpa, firme e sem folhas velhas, cor uniforme, maço com 200gr. (19349)	UND	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	1,5756	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	1,5062	2
			NELSON KNAUL ME (6852)	IN NATURA	0	1,7854	3
123	Espinafre, fresco e limpo, firme e sem folhas velhas, cor uniforme, maço com 200gr. (19350)	UND	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	1,5756	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	1,5062	2
			NELSON KNAUL ME (6852)	IN NATURA	0	1,7854	3
124	Azeite, apresentando tamanho médio, cor e com formação uniforme, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos, fresco e limpo. (19351)	UND	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME (9001)	IN NATURA	0	3,9746	1
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	3,7997	2
			NELSON KNAUL ME (6852)	IN NATURA	0	4,5586	3
125	Recarga de gás (GLP) para cilindro de 45kg (8548)	UND	I. TRAPP & CIA LTDA (7649)	LIQUIGAS	0	295,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 34/36

Número do Registro de Preços: 17/2019 Data do Registro: 17/06/2019 Válido até: 17/06/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmiteix, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braco do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
126	Marmiteix de isopor com tampa e com capacidade mínima de 750,00ml, três divisórias. (19387)	UND	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	born pack	0	1,2300	1
127	Pão Francês, Unidade de 50gr. Sendo fresco, macio, feito no dia. (24510)	KG	SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	FIBRAFORM	0	1,2531	2
128	Pão caseiro alpin fatiado, com peso aproximado 500gr, fresco no dia da entrega. (24511)	UND	SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	8,6061	1
129	Pão de leite fatiado, unidade com peso aproximado de 500gr, macio, sem presença de sujidades, fresco no dia da entrega. (24512)	UND	SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PORTO	0	4,8787	1
130	COSTELA BOVINA C/ OSSO, pouca gordura, tipo porta. (24502)	KG	ALINE RAITZ ME (9555)	DESTAQUE	0	10,6168	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	VERDE	0	10,8248	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	machado	0	11,8000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 17/2019

Página: 35/36

Número do Registro de Preços: 17/2019 Data do Registro: 17/06/2019 Válido até: 17/06/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmite, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braco do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PAMPLONA	0	11,8000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 36/36

Número do Registro de Preços: 17/2019 Data do Registro: 17/06/2019 Válido até: 17/06/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição diária, semanal e quinzenal de alimentos, produtos alimentícios, GLP e marmiteix, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2019****PROCESSO Nº 26/2019**

(6852) - NELSON KNAUL ME

(7649) - I. TRAPP & CIA LTDA

(7802) - SUPERMERCADO PORTO LTDA

(9001) - COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME

(9399) - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME

(9401) - GLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME

(9555) - ALINE RAITZ ME

Braço do Trombudo, 17 de Junho de 2019.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 8638-2020

Publicação Nº 2525814

DECRETO Nº 8638, DE 15 DE JUNHO DE 2020.
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 22º da Lei nº 4.275 de 17/12/2019, a Lei nº 4.242 de 09/09/2019, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 123.791,70 (cento e vinte e três mil setecentos e noventa e um reais e setenta centavos), para atender as programações abaixo especificadas:

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.3.50.00 Cessão Onerosa – LEI Nº 13.885/2019 Bônus Ass. Municípios
VALOR R\$ 22.269,39
0015.0452.0305.2040 Manutenção e Implantação da Iluminação Pública
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.3.08.00 Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP
VALOR R\$ 50.000,00
14.00 Encargos Gerais do Município
14.001 Encargos Gerais do Município
0028.0846.0180.2048 Pasep e Outras Obrigações Tributárias
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.52.00 Outras Trans. da União - Covid Saúde/Assistência
VALOR R\$ 4.878,16
0.1.53.00 Outras Trans. da União – Aux. Covid Geral
VALOR R\$ 36.644,15
19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0122.0195 2056 Manutenção da Jsm e Tiro de Guerra
3.3.91.00 Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0122.0195 2056 Manutenção da Jsm e Tiro de Guerra
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 10.000,00

II – Superavit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2019
23067-7	Bco do Brasil C / Fundo Especial	0.3.50.00	2.326.270,23

TOTAL GERAL			
-------------	--	--	--

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.50.00/0.3.50.00	0,00
DDO à Pagar	0.1.50.00/0.3.50.00	0,00
Restos à Pagar	0.1.50.00/0.3.50.00	0,00
TOTAL	0.1.50.00/0.3.50.00	0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.50.00	2.326.270,23
Valor Utilizado Decreto nº 8590/2020	0.3.50.00	33.981,76
Valor Utilizado Decreto nº 8597/2020	0.3.50.00	223.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8613/2020	0.3.50.00	364.656,51
Valor Utilizado Decreto nº 8614/2020	0.3.50.00	40.422,90
Valor Utilizado Decreto nº 8620/2020	0.3.50.00	120.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8620/2020	0.3.50.00	172.696,21
Saldo a Utilizar	0.3.50.00	1.371.512,85

Conta-Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2019
39865-2	BESC TIP C/c 39.865-2	0.3.08.00	419.180,00
248-7	C E F – PMB/COSIP 248-7	0.1.08.00 0.3.08.00	20.651,47 1.060.381,87
TOTAL GERAL			1.500.213,34

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.08.00/0.3.08.00	0,00
DDO à Pagar	0.1.08.00/0.3.08.00	1,67
Restos à Pagar	0.1.08.00/0.3.08.00	25.381,59
TOTAL	0.1.08.00/0.3.08.00	25.383,26

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superavit Financeiro	0.3.08.00	1.474.830,08

II – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.52.00	Outras Transf. da União - Covid Saúde/Assistência
Valor Orçado	R\$ 0,00
Valor arrecadado até a data de 15/06/2020	R\$ 487.816,00
Excesso de arrecadação até a data de 15/06/2020	R\$ 487.816,00
Valor a Utilizar	R\$ 487.816,00

0.1.53.00	Outras Transf. da União - Aux. Covid Geral
Valor Orçado	R\$ 0,00
Valor arrecadado até a data de 15/06/2020	R\$ 3.664.415,00
Excesso de arrecadação até a data de 04/06/2020	R\$ 3.664.415,00
Valor a Utilizar	R\$ 3.664.415,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 15/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Junho de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE Dr. EDSON RISTOW
Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8639-2020

Publicação Nº 2525815

DECRETO N. 8.639, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso da competência conferida pelo art. 22 da Lei n. 4.275, de 17 de dezembro de 2019, a Lei n. 4.242, de 09 de setembro de 2019, o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, a Lei Federal n. 4.320/1964, e a Lei n. 4.291, de 11 de maio de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito especial e suplementar no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, no valor de R\$ 16.600,00 (dezesesseis mil e seiscentos reais), para atender a programação abaixo especificada:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)

4.4.93.00 Investimento – Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe

0.3.38.15.01 Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – Investimento Saúde Bucal

VALOR R\$ 16.600,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – Superavit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei n. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo especificada:

Conta Bancária	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2019
624041-0	FMS – Investimento SUS	0.1.38.15.01 0.3.38.15.01	R\$ 214.960,00 R\$ 8.927,32
Total			R\$ 223.887,32

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Restos a Pagar	0.1.38.15.01 0.3.38.15.01	R\$ 30.500,00 R\$ 0,00
DDO a pagar	0.1.38.15.01 0.3.38.15.01	R\$ 0,00 R\$ 0,00
Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.38.15.01	R\$ 193.387,32
Saldo Utilizado	0.3.38.15.01	R\$ 60.000,00
Saldo a Utilizar	0.3.38.15.01	R\$ 133.387,32

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de junho de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE Dr. EDSON RISTOW

Prefeito de Brusque Procurador-Geral do Município

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário de Saúde

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2020-LDO

Publicação Nº 2520405

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2020

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único do art. 48 da lei de responsabilidade fiscal – LC nº 101/2000, Convida toda sociedade Brusquense a participar da audiência pública que será transmitida pela página oficial da Prefeitura Municipal de Brusque no you tube devido a Pandemia do Covid – 19, a transmissão acontecera 25 de junho, a partir das 16:00hs, com o objetivo de discutir e definir as prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício de 2021, extraídas do Plano Plurianual 2018/2021, a serem expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Brusque, 10 de junho de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 023-2020

Publicação Nº 2525812

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 023-2020

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 023-2020 em 15/06/2020 - OBJETO aquisição de baterias R\$ 170.813,00 - ORIGEM: Pregão nº 027/2020 SIGNATÁRIO: Ricardo José de Souza.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001-2020

Publicação Nº 2525818

PREGÃO nº 001/2020
Processo Licitatório nº 001/2020

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA ESCOLINHAS DE BASE.

Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 23/07/2020, às 17h00min.

Local e data para abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 24/07/2020, às 14h00min

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 18/06/2020

EDSON GARGIA
Fundação Municipal de Esporte

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002-2020

Publicação Nº 2525822

PREGÃO nº 002/2020
Processo Licitatório nº 002/2020

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA COMPETIÇÕES OFICIAIS.

Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 10/07/2020, às 17h00min.

Local e data para abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 13/07/2020, às 14h00min

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 18/06/2020

EDSON GARGIA
Fundação Municipal de Esporte

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002-2020 -ZOO

Publicação Nº 2525820

PREGÃO nº 002/2020
Processo Licitatório nº 002/2020

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, destinada ao recebimento de propostas para a **AQUISIÇÃO DE ANILHAS, ALICATES ESPECÍFICOS, LEITOR E MICROCHIPS PARA OS ANIMAIS DO ZOOBOTANICO.**

Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **15/07/2020**, às **17h00min.**

Local e data para abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **16/07/2020, às 14h00min**

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 18/06/2020

ADEMIR JOSÉ JORGE

Secretaria de Desenvolvimento Economico, Trabalho e Renda

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 003-2020

Publicação N° 2525824

PREGÃO n° 003/2020
Processo Licitatório n° 003/2020

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, destinada ao recebimento de propostas para a **AQUISIÇÃO DE MEDALHAS E TRÓFEUS**. Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **24/07/2020**, às **17h00min**.

Local e data para abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **27/07/2020, às 14h00min**

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 18/06/2020

EDSON GARGIA
Fundação Municipal de Esporte

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017-2020

Publicação Nº 2525825

PREGÃO nº 020/2020
Processo Licitatório nº 017/2020

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, destinada ao recebimento de propostas para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PONTOS DOS SISTEMA DE MONITORAMENTO**.

Local e data de protocolo dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **08/07/2020, às 17h00min**.

Local e data para abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **09/07/2020, às 14h00min**

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 18/06/2020

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035-2020

Publicação Nº 2525826

PREGÃO nº 025/2020
Processo Licitatório nº 035/2020

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, destinada ao recebimento de propostas para a **AQUISIÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES E AR E CORTINAS DE AR, LIMPEZA E INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS USADOS**. Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **27/07/2020**, às **17h00min**.

Local e data para abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **28/07/2020, às 14h00min**

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 18/06/2020

ANDREA PATRICIA VOLKMANN
Departamento Geral de Infraestrutura

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 057-2020

Publicação N° 2525828

TOMADA DE PREÇO n° 008/2020
Processo Licitatório n° 057/2020

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, torna público que realizará licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇO**, destinada ao recebimento de propostas para a **EXECUÇÃO DE ELEVADOR DE CARGA NA EEF NOVA BRASÍLIA, LOCALIZADA NA RUA SEBASTIÃO DE SOUZA, S/N° BAIRRO NOVA BRASÍLIA, NA CIDADE DE BRUSQUE.**

Local, data de protocolo e abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **06/07/2020, às 16h00min.**

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 18/06/2020

ANDREA PATRICIA VOLKMANN
Departamento Geral de Infraestrutura

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 065-2020

Publicação N° 2525829

PREGÃO n° 048/2020
Processo Licitatório n° 065/2020

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, destinada ao recebimento de propostas para a **AQUISIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO**. Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **14/07/2020**, às **17h00min**.

Local e data para abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **15/07/2020, às 14h00min**

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 18/06/2020

ANDREA PATRICIA VOLKMANN
Departamento Geral de Infraestrutura

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 067-2020

Publicação N° 2525830

PREGÃO n° 050/2020
Processo Licitatório n° 067/2020

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, destinada ao recebimento de propostas para a **AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA**.

Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **17/07/2020**, às **17h00min**.

Local e data para abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **20/07/2020, às 14h00min**

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 18/06/2020

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 070-2020

Publicação N° 2525832

PREGÃO n° 053/2020
Processo Licitatório n° 070/2020

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, destinada ao recebimento de propostas para a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDROSSANITÁRIO**. Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **13/07/2020**, às **17h00min**.

Local e data para abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **14/07/2020, às 14h00min**

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 18/06/2020

ANDREA PATRICIA VOLKMANN
Departamento Geral de Infraestrutura

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072-2020

Publicação Nº 2525834

PREGÃO nº 055/2020
Processo Licitatório nº 072/2020

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, destinada ao recebimento de propostas para a **AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS (MDF/VIDRO E COLMEIA/VIDRO) E PAINÉIS (MDF)**.

Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **20/07/2020**, às **17h00min**.

Local e data para abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **21/07/2020**, às **14h00min**

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 18/06/2020

ANDREA PATRICIA VOLKMANN
Departamento Geral de Infraestrutura

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073-2020

Publicação Nº 2525836

TOMADA DE PREÇO nº 009/2020
Processo Licitatório nº 073/2020

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, torna público que realizará licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇO**, destinada ao recebimento de propostas para a **EXECUÇÃO DE MURO DE ARRIMO DE CONCRETO ARMADO NA EEF PADR VENDELINO WIEMES, LOCALIZADA NO CEDRINHO, NA CIDADE DE BRUSQUE**.

Local, data de protocolo e abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **09/07/2020, às 16h00min**.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 18/06/2020

ANDREA PATRICIA VOLKMANN
Departamento Geral de Infraestrutura

LEI Nº 4.294-2020

Publicação Nº 2525816

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE****LEI N. 4.294, DE 15 DE JUNHO DE 2020.**

Institui o "Mês Municipal de Conscientização sobre o Autismo" no Município de Brusque.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o "Mês Municipal de Conscientização sobre o Autismo", a ser celebrado anualmente em Abril.

Parágrafo único. O período ora instituído passará a constar do Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município.

Art. 2º No Mês de que trata esta Lei o Poder Executivo poderá enviar esforços, através das Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, em conjunto com entidades como a Associação de Pais, Profissionais e Amigos dos Autistas de Brusque-SC e Região, no sentido de articular, mobilizar e sensibilizar a sociedade civil, através da promoção de Seminários, Congressos ou Capacitações que tratem da conscientização sobre o tema.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de junho de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

DR. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (47) 3251-1833 - Centro - 88350-050 - Brusque - SC
www.brusque.sc.gov.br

LEI Nº 4.295-2020

Publicação Nº 2525817

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE****LEI N. 4.295, DE 16 DE JUNHO DE 2020.**

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e especial, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar e especial no valor de R\$ 19.200.000,00 (dezenove milhões e duzentos mil reais), para cobertura da seguinte dotação do Orçamento Vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto:

Órgão: 80	SAMAE		
Unidade: 001	Administração		
Função: 0004	Administração		
Subfunção: 0122	Administração Geral		
Programa: 0300	Gestão Administrativa do SAMAE		
Atividade: 2291	Manutenção e Modernização dos Serviços Administrativos		
Despesa: 3.1.91.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	100.000,00	
Despesa: 3.3.91.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	100.000,00	
Despesa: 3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	500.000,00	
Recursos:		Próprios	
Vínculo:		60.000	
Sub Total:		700.000,00	

Órgão: 80	SAMAE		
Unidade: 002	Técnica		
Função: 0017	Saneamento		
Subfunção: 0512	Saneamento Básico urbano		
Programa: 0301	Abastecimento de Água		
Atividade: 2292	Operação e Manutenção do Sistema de Água		
Despesa: 3.1.91.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	300.000,00	

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (47) 3251-1833 - Centro - 88350-050 - Brusque - SC
www.brusque.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Despesa: 3.3.91.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	150.000,00
Despesa: 3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	3.000.000,00
Recursos:		Próprios
Vínculo:		60.000
Sub Total:		3.450.000,00

Órgão: 80	SAMAE		
Unidade: 002	Técnica		
Função: 0017	Saneamento		
Subfunção: 0512	Saneamento Básico urbano		
Programa: 0301	Abastecimento de Água		
Projeto: 1192	Construção, Ampliação e Ref. das Unidades de Captação, Elev. E Trat.		
Despesa: 4.4.90.00.00.0	Aplicações Diretas		15.000.000,00
Recursos:			Próprios
Vínculo:			60.000
Sub Total:			15.000.000,00

Órgão: 80	SAMAE		
Unidade: 003	Encargos Gerais do Samae		
Função: 0028	Encargos Especiais		
Subfunção: 0846	Outros Encargos Especiais		
Programa: 0302	Encargos Gerais do Samae		
Operações Especiais: 0091	Contribuição Pasep		
Despesa: 3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas		50.000,00
Recursos:			Próprios
Vínculo:			60.000
Sub Total:			50.000,00
TOTAL:			19.200.000,00

Art. 2º Os recursos previstos no artigo anterior correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior, conforme art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º O Plano Plurianual e a Lei de diretrizes Orçamentárias passam a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com o art. 151 da Lei Orgânica do Município de Brusque.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (47) 3251-1833 - Centro - 88350-050 - Brusque - SC
www.brusque.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de junho de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

DR. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (47) 3251-1833 - Centro - 88350-050 - Brusque - SC
www.brusque.sc.gov.br

PMI 001-2018-COMUNICADO

Publicação Nº 2525843

COMUNICADO – PMI 001/2018 – MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EMPRESAS AUTORIZADAS QUE APRESENTARAM ESTUDOS PARA IMPLANTAÇÃO DO ESGOTO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

Conforme Termo de Autorização, publicado no DOM/SC, Edição nº 2874, data da publicação 12/07/2019 e Termo de Referência, publicado no DOM/SC, Edição nº 3002, datado de 13/12/2019, a empresa RIO VIVO AMBIENTAL LTDA., inscrita no CNPJ 00.770.937/0001-46, estabelecida na Rua Pedro Steffen, 200, bairro Steffen, Brusque-SC, apresentou, dentro do prazo legal, os estudos para fins de implantação do serviço de esgotamento sanitário no Município de Brusque.

Para tanto, fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para que a Equipe Técnica, nomeada pelo Decreto nº 8.295/2019, proceda a avaliação e seleção dos estudos apresentados.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de junho de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE DEJAIR MACHADO

Prefeito de Brusque Diretor-Presidente do SAMAE/Brusque

PORTARIA Nº 1300-2020

Publicação Nº 2525858

PORTARIA Nº 1300/2020

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) IVANEIDE CONCEICAO DE SOBRAL, matrícula nº 893897-02, nomeado(a) pela Portaria nº 10561/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 03/04/2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de junho de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Humberto Martins Fornari
Secretário de Saúde

PORTARIA Nº 1301-2020

Publicação Nº 2525859

PORTARIA Nº 1301/2020

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) MARILENE VENTURA, matrícula nº 4275500-01, nomeado(a) pela Portaria nº 11918/2017, para ocupar o cargo de provimento efetivo de AGENTE DE ENDEMIAS, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 26/04/2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de junho de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Humberto Martins Fornari
Secretário de Saúde

PORTARIA Nº 1302-2020

Publicação Nº 2525860

PORTARIA Nº 1302/2020

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) THIAGO COSTA DE LIMA, matrícula nº 1040960-01, nomeado(a) pela Portaria nº 10423/2015, para ocupar o cargo de provimento efetivo de ARQUITETO, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 26/05/2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de junho de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Aurinho Silveira de Souza
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 167-2020-SAMAE

Publicação Nº 2525856

PORTARIA Nº 167/2020

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias ao servidor:

Lauricio dos Santos, matrícula 21067-00, ocupante do cargo de Motorista.

Pelo período de 18/06/2020 a 16/07/2020

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 18/06/2020

Brusque, 16 de junho de 2020.

Dejair Machado
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 1287-2020

Publicação Nº 2525879

PORTARIA Nº 1287/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Declara vacância do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, por motivo de aposentadoria.

RESOLVE:

Art. 1º declarar a vacância do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, nos termos do inciso IV do art. 41 da lei complementar n. 147, de 25 de setembro de 2009, ocupado pela servidora ANA MARIA DE SAU CANUTES, matrícula n. 818097-1, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de junho de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 08 de junho de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1288-2020

Publicação Nº 2525880

PORTARIA Nº 1288/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Declara vacância do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, por motivo de aposentadoria.

RESOLVE:

Art. 1º declarar a vacância do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, nos termos do inciso IV do art. 41 da lei complementar n. 147, de 25 de setembro de 2009, ocupado pela servidora IVANETE LAGO GROH, matrícula n. 7749 – 5, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de junho de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 08 de junho de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

Recursos Humanos

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO

Secretária de Educação

PORTARIA Nº 1289-2020

Publicação Nº 2525881

PORTARIA Nº 1289/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Declara vacância do cargo de provimento efetivo de Professor, por motivo de aposentadoria.

RESOLVE:

Art. 1º declarar a vacância do cargo de provimento efetivo de Professor, nos termos do inciso IV do art. 41 da lei complementar n. 147, de 25 de setembro de 2009, ocupado pela servidora ELIZABETH AZEVEDO DOS SANTOS DA LUZ SILVA, matrícula n. 14591-1, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de junho de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 08 de junho de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

Recursos Humanos

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO

Secretária de Educação

PORTARIA Nº 1326-2020

Publicação Nº 2525863

Portaria nº 1326/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar as férias da servidora abaixo relacionada, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
10054014	2	VERA LUCIA PETERMANN VENERI	Secretaria de Saúde	16/04/2020	14/06/2020	60

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 16/04/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de orçamento e Gestão

Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1327-2020

Publicação Nº 2525866

Portaria nº 1327/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) ANIVANER AMORIM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Social, lotado(a) no Fundo Municipal de Assistência Social, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 15/06/2020 a 13/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 02/03/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ODAIR BOZIO
Secretário de Assistência Social e Habitação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1329-2020

Publicação Nº 2525868

Portaria nº 1329/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) ELIANA JESKE MAURICI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Social, lotado(a) na Secretaria de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 17/06/2020 a 16/07/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 06/05/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1331-2020

Publicação Nº 2525893

Portaria nº 1331/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) MARCELA PATRICIA DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado(a) na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 15/06/2020 a 13/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/06/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 15/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ADEMIR JOSÉ JORGE
Secretário de Desenvolvimento Econômico Trabalho e Renda

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1332-2020

Publicação Nº 2525870

PORTARIA Nº 1332/2020, de 16 de junho de 2020.

“Substitui membro de Comissão Processante nomeado pela Portaria nº 0981/2020, de 12 de maio de 2020, e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17 e no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art.1º - Substituir o membro Alexandre Ivan Mafra (matrícula nº 1325-0) pelo servidor Anelise Cardoso (matrícula nº 717711-01);

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

PORTARIA Nº 1333-2020

Publicação Nº 2525872

Portaria nº 1333/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Férias ao servidor abaixo relacionado, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
424790	0	RICARDO THOMAZ	Secret. Desenv. Econômico Trabalho e Renda	16/06/2020	15/07/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ADEMIR JOSÉ JORGE
Secretário de Desenvolvimento Econômico Trabalho e Renda

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1335-2020

Publicação Nº 2525873

Portaria nº 1335/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Férias ao servidor abaixo relacionado, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
842699	1	DAVI RICARDO CARDOSO JORGE	Secretaria de Obras e Serv. Públicos	16/06/2020	05/07/2020	20

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1337-2020

Publicação Nº 2525874

Portaria nº 1337/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Férias ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
4138	0	LUIS HENRIQUE BLUMER	Secretaria de Trânsito e Mobilidade	15/06/2020	14/07/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 15/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

RENATO BIANCHI
Secretaria de Trânsito e Mobilidade
Designado Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1339-2020

Publicação Nº 2525894

Portaria nº 1339/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) JOSÉ RAULINO NAFIEN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, lotado(a) na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, pelo prazo de 90 dias, no período compreendido entre 16/06/2020 a 13/09/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 16/03/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 16/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ADEMIR JOSÉ JORGE
Secretário de Desenvolvimento Econômico Trabalho e Renda

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018-2020-ATA DE ABERTURA -SAMAE

Publicação Nº 2525838

ATA DE ABERTURA DE LICITAÇÕES PL 018/2020 – MODALIDADE CONCORRÊNCIA

Aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e vinte, às 14h (quatorze horas), no escritório do SAMAE de Brusque, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, sob a presidência do Sr. Deivison Araldi, estando presentes os membros a Sra. Denise Bruns e o Sr. Almir Roberto Pavesi, para o ato de abertura dos envelopes referentes a Tomada de Preço, processo licitatório no. 018/2020, para o qual retiraram o edital as empresas que constam em anexo no processo licitatório. Entregaram tempestivamente os envelopes documentos e propostas, as empresas: Progresso Ambiental EIRELI, sem representante credenciado; Terrabase Terraplanagem Ltda, representada pelo Sr. Genoir Loch; Planaterra Terraplanagem e Pavimentação Ltda., representada pelo Sr. Marcio Coelho Denes; CR Artefatos de Cimento Ltda., sem representante credenciado; Terraplanagem e Transportes Augusto Ltda., representada pelo Sr. José Augusto Benaci; Engeplan Terraplanagem, Saneamento e Urbanismo Ltda., sem representante credenciado; Pacopedra Pavimentadora e Comércio de Pedras Ltda., representada pelo Sr. Mario Jorge de Souza Junior; Baltt Empreiteira Transportes e Terraplanagem Ltda, sem representante credenciado. Em seguida, o Senhor Presidente, pediu que todos os presentes conferissem à inviolabilidade dos envelopes e que visassem os mesmos. Aberta a palavra não houve manifestação. Em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes Documentação, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos para exame e rubrica nos mesmos. Aberta a palavra, os representantes das empresas Pacopedra Pavimentadora e Comércio de Pedras Ltda. e Terraplanagem e Transportes Augusto Ltda., pediram a inabilitação da empresa CR Artefatos de Cimento Ltda., por não conseguir comprovar em apenas 02 (dois) atestados o quantitativo solicitado no item D1 da qualificação técnica operacional. A Comissão encaminhou os documentos para análise dos engenheiros Diego Ribeiro Pena e Eduardo Pauly Fernandes. Após a análise dos engenheiros a comissão decidiu por: a) Considerar inabilitada a empresa CR Artefatos de Cimento Ltda., por não conseguir comprovar em apenas 02 (dois) atestados o quantitativo solicitado no item D1 da qualificação técnica operacional; b) considerar habilitadas todas as demais empresas licitantes. Aberta a palavra, não houve manifestação. Após o Senhor Presidente lacrou os envelopes propostas, que permaneceram aquartelados sob judice da Comissão, e comunicou aos presentes que após o decurso do prazo recursal será marcada nova data para abertura dos envelopes propostas, sendo publicada no mural do SAMAE e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, órgãos da imprensa oficial da Autarquia. Em nada mais havendo, o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão e demais pessoas presentes.

Deivison Araldi	- Presidente	
Denise Bruns	- Membro	
Almir Roberto Pavesi	- Membro	
Diego Ribeiro Pena		
Eduardo Pauly Fernandes		
Genoir Loch		
Marcio Coelho Denes		
José Augusto Benaci		
Mario Jorge de Souza Junior		

Caçador

PREFEITURA

ATA DE REUNIÃO DE DECISÃO DA COMISSÃO REFERENTE A ETAPA DE PROPOSTAS DE PREÇOS - TP Nº 01/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2020

Publicação Nº 2525294

ATA DE REUNIÃO DE DECISÃO DA COMISSÃO REFERENTE A ETAPA DE PROPOSTAS DE PREÇOS

Tomada de Preço TP Nº 01/2020

Reuniram-se no dia 16/06/2020 às 13:30 na sala de Licitações, a Comissão de Licitação, designada pelo Decreto Nº 8.684 de 27 de abril de 2020 para analisar o Despacho 4 do Memorando 9.835/2020 referente análise das Planilhas Orçamentárias pelo Instituto De Pesquisa e Planejamento de Caçador – IPPUC, da empresa UNIÃO FENILI ENGENHARIA EIRELI, participante do certame referente a TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020 para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO E MÃO DE OBRA PARA O FECHAMENTO DA QUADRA DE ESPORTES DA EMEB CASTELHANO. Com base no despacho e embasada nas etapas anteriores do processo licitatório a Comissão decide que a empresa UNIÃO FENILI ENGENHARIA EIRELI cumpriu com todos requisitos legais exigidos durante o certame, sendo considerada a “VENCEDORA” do processo Licitatório. Nada mais havendo a tratar, fica aberto o prazo recursal de 05 dias úteis, referente a fase de Propostas de Preços, até o dia 24/06/2020. O presidente da Comissão Especial procedeu a leitura da ata que foi achada conforme, sendo assinada pelos demais membros.

Lucas Filipini Chaves
Presidente

Ivolnéia Alves de Freitas
Membro da Comissão

Daniel Pereira Rafaeli Filho
Membro da Comissão

DECRETO Nº 8.774

Publicação Nº 2525749

DECRETO Nº 8.774, de 16 de junho de 2020.

Designa servidores para exercerem fiscalização de atas de registro de preços.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os Servidores Wagner Severgnini (Administração), Hermes Carneiro Huçulak (Assistência Social), Luiz Carlos da Luz Antunes (Infraestrutura) e Aline Strutz Araldi Fezer (Saúde), para exercerem a fiscalização das Atas de Registro de Preços nºs 077 e 078/2020, vinculadas ao Processo Licitatório nº 28/2020 – Pregão Eletrônico nº 02/2020, que tem por objeto o registro de preços para aquisição de gramas dos tipos esmeralda e são carlos e serviços de plantio, destinados as diversas secretarias, autarquias e fundos do Município de Caçador/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 16 de junho de 2020.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

DECRETO Nº 8.775

Publicação Nº 2525585

DECRETO Nº 8.775, de 16 de junho de 2020.

Abre Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 16, Incisos I, II, III, da Lei nº 3.580, de 19 de dezembro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa

para o exercício de 2020.
DECRETA :

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância de R\$ 238.750,00 (duzentos e trinta e oito mil, setecentos e cinquenta reais), conforme segue:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO
2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
15.451.38.2.109 - MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL
4.4.90.00.01.34 – Aplicações Diretas (71)R\$ 238.750,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º serão utilizados recursos provenientes do Convênio Ministério da Cidadania, Contrato de Repasse nº 886.713/2019, na Fonte de Recursos TCE - 0.1.34 – Transferências de Convênios União - Outros, no valor de R\$ 238.750,00 (duzentos e trinta e oito mil, setecentos e cinquenta reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de junho de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann - SECRETÁRIO DA FAZENDA.

DECRETO Nº 8.776

Publicação Nº 2525752

DECRETO Nº 8.776, de 16 de junho de 2020.

Designa servidor para exercer fiscalização de atas de registro de preços.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor Edegar Roberto Mazzotti para exercer a fiscalização da Atas de Registro de Preços nºs 79 e 80/2020, vinculadas ao Processo Licitatório nº 061/2020, Pregão Eletrônico nº 24/2020, que tem por objeto o registro de preços para aquisição de mudas de flores de acordo com a estação inverno/verão para plantio nos canteiros, trevos e rótulas do Município de Caçador.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 16 de junho de 2020.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

DECRETO Nº 8.777

Publicação Nº 2525762

DECRETO Nº 8.777, de 16 de junho de 2020.

Designa servidores para exercerem fiscalização de atas de registro de preços.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os Servidores Vilmar Goes (administração), Edegar Roberto Mazzotti (agricultura), Aldo Marghotti (educação), Jose Augusti Moreira do Prado (Guarda Municipal), Luiz Carlos da Luz Antunes (infraestrutura) e Fabiano Midginski (saúde), para exercerem a fiscalização das Atas de Registro de Preços nºs 081 e 082/2020, vinculadas ao Processo Licitatório nº 58/2020 – Pregão Eletrônico nº 22/2020, que tem por objeto o registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavagem de veículos da frota

da administração municipal, destinados as diversas secretarias, autarquias e fundos do Município de Caçador/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 16 de junho de 2020.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

INFORMATIVO DE ADITIVOS Nº 23

Publicação Nº 2525555

INFORMATIVO DE ENVIO DE ADITIVO DE CONTRATO PARA ASSINATURAS Nº 23/2020

Informamos o envio por e-mail do aditivo de CONTRATO: 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 53/2019, da Prefeitura Municipal de Caçador, 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2017, do Fundo Municipal de Assistência Social de Caçador, para assinatura do (s) representantes da (s) empresa (s): COMUNIDADE PAROQ. SÃO FCO ASSIS – MITRA DIOCESANA, VENTO NEGRO CIA DE TEATRO.

O (s) aditivo (s) do (s) contrato (s) assinado (s) deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina Nº 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online www.cacador.sc.gov.br, ou ainda encaminhadas para o e-mail licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br.

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias do(s) aditivo(s) de CONTRATO(S), as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Na ausência do retorno do (s) aditivo(s) do(s) Contrato(s), e apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 15 de junho de 2020.

INFORMATIVO DE ATAS Nº 14

Publicação Nº 2525841

INFORMATIVO DE ENVIO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA ASSINATURAS Nº 14/2020

Informamos o envio por e-mail da ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 77/2020, Nº 78/2020, Nº 79/2020, Nº 80/2020, Nº 81/2020 e Nº 82/2020, da Prefeitura Municipal de Caçador, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2020, Nº 04/2020, Nº 05/2020 e 06/2020, do Fundo Municipal de Saúde de Caçador, para assinatura do (s) representantes da (s) empresa (s): JACKSON JAHN CONSULTORIA E TREINAMENTO EIRELI, VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME, CBS TRANSPORTES E COMERCIO DE PLANTAS LTDA, PEDRO VICENTE BOESE PADILHA, ANI CRISTINA SCHULTZ FARY- MEI, DARCI DOS SANTOS PONTES, QUIMSUL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, BRAGHINI IND. E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA- EPP, GOLTEX INDUSTRIA E COMERCIO EIRELLI - ME, S. V. BRAGA IMPORTADORA EIRELI. As Atas assinadas deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina Nº 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online www.cacador.sc.gov.br, ou ainda encaminhadas para o e-mail licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br.

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias das ATA (S) DE REGISTRO DE PREÇO, as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Na ausência do retorno da Ata (s) de registro de preço, e apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 16 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 32.787

Publicação Nº 2525554

PORTARIA Nº 32.787 de 30 de abril de 2020.

O DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL DE CAÇADOR – GMC, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço noturno apurado no período de 16 de março a 15 de abril de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento de adicional noturno aos Servidores abaixo relacionados e lotados na GUARDA MUNICIPAL, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
5063	Andre Augusto Carneiro	Operador Usina Asfalto	162,08
8628	Angela Knebel	Guarda Municipal	51,15
8337	Antonio Carlos Moraes da Conceição	Guarda Municipal	54,4
10297	Claudio Sonogo	Guarda Municipal	67,28
10302	Cristiano Reinaldo Rodrigues Fernandes	Guarda Municipal	47,5
16431	Cristina Antunes de Castro	Guarda Patrimonial Municipal	2,5
16430	David Lucio Cavalett	Guarda Patrimonial Municipal	45,4
7993	Diogo Borges Barbosa	Guarda Municipal	45,4
10292	Edgar Aimi	Guarda Municipal	62,48
7991	Eduardo de Bittencourt	Guarda Municipal	67,21
13313	Eliziane Grassmann	Assistente Administrativo	16
9200	Fábio de Lima Garcia	Guarda Municipal	35,24
16227	Fabio Luiz Menegazzo	Assistente Administrativo	98,53
9195	Gustavo Pedrotti Boscari	Guarda Municipal	76,29
16237	Ivan Felipe Payerl	Assistente Administrativo	161,24
1391	Ivanir Jose Pagotto	Guarda Patrimonial Municipal	127,52
1444	Jose Scheffemacher Ribeiro	Guarda Patrimonial Municipal	27,24
1457	Jose Vilmar Soares de Miranda	Guarda Patrimonial Municipal	100,28
9255	Lilian Aparecida de Oliveira do Prado	Guarda Municipal	42,01
8339	Luciara Garcez Coelho	Guarda Municipal	34,1
12602	Mauricio Bolduan	Guarda Municipal	71,56
16432	Samuel Trindade Dias	Guarda Patrimonial Municipal	82,12
12603	Sandro Claudinei Kieski	Guarda Municipal	18,16
10296	Viviane Domingos Muller Vosgrau	Guarda Municipal	42,01

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Diretor Geral da Guarda Municipal de Caçador, em 30 de abril de 2020.

Alessandro Gonçalves – DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 32.788

Publicação Nº 2525562

PORTARIA Nº 32.788, de 30 de abril de 2020.

O DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL DE CAÇADOR – GMC, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 16 de março a 15 de abril de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores abaixo relacionados e lotados na GUARDA MUNICIPAL, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
10302	Cristiano Reinaldo Rodrigues Fernandes	Guarda Municipal	2,01
16431	Cristina Antunes de Castro	Guarda Patrimonial Municipal	1,06
7993	Diogo Borges Barbosa	Guarda Municipal	2,08
8339	Luciara Garcez Coelho	Guarda Municipal	42,29

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Diretor Geral da Guarda Municipal de Caçador, em 30 de abril de 2020.

Alessandro Gonçalves – DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 32.789

Publicação Nº 2525563

PORTARIA Nº 32.789, de 30 de abril de 2020.

O DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL DE CAÇADOR – GMC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e em conformidade com o art. 179 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço extraordinário apurada no período de 16 de março a 15 de abril de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento pela prestação de serviço extraordinário, na razão de 50% (cinquenta por cento) à do normal, aos Servidores abaixo relacionados e lotados na GUARDA MUNICIPAL, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
5063	Andre Augusto Carneiro	Operador de Usina de Asfalto	24,35
8628	Angela Knebel	Guarda Municipal	28,57
8337	Antonio Carlos Moraes da Conceição	Guarda Municipal	1,56
10297	Claudio Sonogo	Guarda Municipal	26,31
16431	Cristina Antunes de Castro	Guarda Patrimonial Municipal	2,32
16430	David Lucio Cavalett	Guarda Patrimonial Municipal	8,49
7993	Diogo Borges Barbosa	Guarda Municipal	31,5
10292	Edgar Aimi	Guarda Municipal	22,02
9492	Edineia Aparecida Gallo	Auxiliar Serviços Gerais	6
7991	Eduardo de Bittencourt	Guarda Municipal	28,57
16227	Fabio Luiz Menegazzo	Assistente Administrativo	18
16240	Fabiola Menin	Assistente Administrativo	14,56
9195	Gustavo Pedrotti Boscarri	Guarda Municipal	25,09
16237	Ivan Felipe Payerl	Assistente Administrativo	33
1391	Ivanir Jose Pagotto	Guarda Patrimonial Municipal	19,03
10470	Liane Capelin	Telefonista	2,48
8339	Luciara Garcez Coelho	Guarda Municipal	7,35
16187	Luis Fernando Miloski da Silva	Assistente Administrativo	34,44
12602	Mauricio Bolduan	Guarda Municipal	25,42
7994	Raquel de Fátima Galina	Guarda Municipal	4,29
16432	Samuel Trindade Dias	Guarda Patrimonial Municipal	4,41
12603	Sandro Claudinei Kieski	Guarda Municipal	3,19
15528	Suellen Aparecida Bertotto	Assistente Administrativo	17,24

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Diretor Geral da Guarda Municipal de Caçador, em 30 de abril de 2020.

Alessandro Gonçalves – DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 32.964

Publicação Nº 2525571

PORTARIA Nº 32.964, de 27 de maio de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ascensão de nível por tempo de serviço dentro do plano de carreira aos Servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal da Fazenda, a ser pago a contar do mês de MAIO, especificando código, nome, cargo e nível ascendido:

Código	Nome	Cargo	Nível ascendido
6814	Jaqueline Carneiro Pinzegher	Fiscal Tributaria	Nível 7
337	Justina Ines Zambonin Castilho	Auxiliar de Contabilidade	Nível 13
12577	Mara do Amaral e Silva	Fiscal de Obras e Posturas	Nível 3
10511	Marisa Cristina Morona	Assistente Administrativo	Nível 4
444	Vitor Hugo de Lima	Assistente Administrativo	Nível 12

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Fazenda de Caçador, em 27 de maio de 2020.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

PORTARIA Nº 32.965

Publicação Nº 2525950

PORTARIA Nº 32.965, de 27 de maio de 2020.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ascensão de nível por tempo de serviço dentro do plano de carreira aos Servidores abaixo relacionados, lotados no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador, a ser pago a contar do mês de MAIO, especificando código, nome, cargo e nível ascendido:

Código	Nome	Cargo	Nível
10	Fabio Andre Huçulak	Técnico em Desenho	Nível 4
8	Walmir Rigo	Arquiteto	Nível 4

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Presidente do IPPUC, em 27 de maio de 2020.

Karina Pompermayer – PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR.

PORTARIA Nº 32.966

Publicação Nº 2525565

PORTARIA Nº 32.966, de 27 de maio de 2020.

O DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ascensão de nível por tempo de serviço dentro do plano de carreira ao Servidor abaixo relacionado, lotado na Guarda Municipal, a ser pago a contar do mês de MAIO, especificando código, nome, cargo e nível ascendido:

Código	Nome	Cargo	Nível ascendido
12603	Sandro Claudinei Kieski	Guarda Municipal	Nível 3

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Diretor Geral da Guarda Municipal de Caçador, em 27 de maio de 2020.

Alessandro Gonçalves – DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 32.967

Publicação Nº 2525578

PORTARIA Nº 32.967, de 27 de maio de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ascensão de nível por tempo de serviço dentro do plano de carreira aos Servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Administração, a ser pago a contar do mês de MAIO, especificando código, nome, cargo e nível ascendido:

Código	Nome	Cargo	Nível ascendido
17701	Daniel Perera	Técnico em Processamento de Dados	Nível 1
10950	Liziane Prandini	Assistente Administrativo	Nível 4

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração de Caçador, em 27 de maio de 2020.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 32.978

Publicação Nº 2525560

PORTARIA Nº 32.978, de 29 de maio de 2020.

O DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL DE CAÇADOR, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018 e em conformidade com o art. 73, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à Servidora a seguir relacionada, lotada na Guarda Municipal, afastamento do serviço pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de dias	Período
9255	Lilian Aparecida de Oliveira do Prado	Guarda Municipal	08 dias	27/05/2020 a 03/06/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Diretor Geral da Guarda Municipal de Caçador, em 29 de maio de 2020.

Alessandro Gonçalves – DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 33.063

Publicação Nº 2525581

PORTARIA Nº 33.063, de 15 de junho de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 73, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à Servidora a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, afastamento do serviço pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de dias	Período
337	Justina Ines Zambonin Castilho	Auxiliar de Contabilidade	08 dias	05/06/2020 a 12/06/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Fazenda de Caçador, em 15 de junho de 2020.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

RESOLUÇÃO Nº 09/2020 CMAS

Publicação Nº 2525952

Resolução 09/2020 de 01 de junho de 2020.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Trabalho para Recursos do Cofinanciamento Estadual destinados para Proteção Social Básica.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.331/2016, de 23 de novembro de 2016 e,

CONSIDERANDO a Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011 – Lei Orgânica da Assistência Social;

CONSIDERANDO a situação de emergência em Saúde Pública no Estado de Santa Catarina conforme os decretos Nº 515/2020 e Nº 525/2020, as determinações da Secretaria de Estado da Saúde, bem como o Plano de Contingência para resposta às emergências em saúde pública;

CONSIDERANDO a Resolução Nº 004/2020 da Comissão Intergestores Bipartite de Santa Catarina – CIB/SC do dia 30/04/2020.

CONSIDERANDO a Resolução CEAS Nº 006/2020 de 05 de maio de 2020, que aprova "ad referendum" a pactuação do Cofinanciamento para o exercício de 2020 resolvendo pactuar critérios, prazos e procedimentos do repasse de recursos estaduais alocados no FEAS/SC para

serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade, Proteção Social de Alta Complexidade e Benefícios Eventuais.

CONSIDERANDO a Ata nº 329 do Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador, do dia 26/05/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho do Município de Caçador dos recursos do Cofinanciamento Estadual destinados à Proteção Social Básica no valor de R\$ 58.163,25 (Cinquenta e oito mil, cento e sessenta e três reais e vinte e cinco centavos).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Caçador, 01 de junho de 2020.

Lilia Capelin

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 10/2020 CMAS

Publicação Nº 2525953

Resolução 10/2020 de 01 de junho de 2020.

Dispõe sobre a aprovação do Termo de Aceite dos Recursos Extraordinários do Fundo Nacional de Assistência Social para o combate ao COVID-19.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.331/2016, de 23 de novembro de 2016 e,

CONSIDERANDO a Portaria nº 369/2020, do Ministério da Cidadania, que dispõe recursos extraordinários do Governo Federal para o SUAS municipal, devido a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência de infecção humana pelo novo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a Portaria da SNAS nº 64/2020, que dispõe que o Fundo Nacional de Assistência Social abrirá conta específica para repasse desses recursos;

CONSIDERANDO a Nota Técnica nº 29/2020, de 05 de maio de /2020, do CNM;

CONSIDERANDO a Portaria nº 2.601/18 que estabelece o uso dos recursos do SUAS, tanto para custeio quanto para a aquisição de bens duráveis, respeitando a lógica dos blocos de financiamento instituídos pela Portaria nº 113/2015;

CONSIDERANDO a Ata nº 329 do Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador do dia 26/05/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Termo de Aceite dos Recursos Extraordinários do Fundo Nacional de Assistência Social para o combate ao COVID-19, destinados ao município de Caçador/SC no valor de R\$ 351.000,00 (Trezentos e cinquenta e um mil reais), sendo 27.300,00 (vinte e sete mil e trezentos reais) para aquisição de EPIs aos trabalhadores do SUAS. O valor de R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais) para aquisição de alimentos para oferta aos idosos em acolhimento (preferencialmente proteínas). O valor de R\$ 316.800,00 (trezentos e dezesseis mil e oitocentos reais) para provimento de proteção social por meio de acolhimentos, moradia temporária, etc.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Caçador, 01 de junho de 2020.

Lilia Capelin

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020**

Publicação Nº 2525931

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº 01/2020

EDITAL: Pregão Presencial nº 01/2020 – IPASC.

TIPO: Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de licenciamento temporário de sistemas de gestão pública e outros serviços correlatos.

ENTREGA DOS ENVELOPES: dia 30/06/2020, às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 30/06/2020, às 14h20min.

Maiores informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na sede do Instituto Previdência Social Dos Servidores Públicos Municipais De Caçador - IPASC, localizado na Rua General Osório, nº 52, Centro, Caçador/SC, no site www.ipasc.cacador.sc.gov.br, no ícone licitações, ou através do e-mail ipascben@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor. Não serão fornecidas informações por telefone.

Caçador, 17 de maio de 2020.

Elizabeth Olsen
Diretora Presidente

Caibi**PREFEITURA****101/2020**

Publicação Nº 2524767

DECRETO Nº. 101/2020 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o inciso I do artigo 5º. da Lei Municipal Nº. 2578/2019, de 23 de dezembro de 2019, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.894,84 (um mil oitocentos e noventa e quatro reais e oitenta e quatro centavos) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2020, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

QUADRO I**ÓRGÃO 10 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO****UNIDADE 01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO****288460024.0.002 – CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP****3.3.90 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas****(1258) Fonte: 1052 COVID-19 União LC 173/2020 - Saúde e Assist. Social R\$ 222,61****3.3.90 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas****(1259) Fonte: 1053 COVID-19 União LC 173/2020 - Sem Dest. Especifica R\$ 1.672,23**

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do excesso de arrecadação do exercício de 2020 das fontes 1052 COVID-19 União LC 173/2020 - Saúde e Assistência Social no valor de R\$ 222,61 e 1053 COVID-19 União LC 173/2020 - Sem Destinação Especifica, totalizando o valor de R\$ 1.894,84.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 16 de junho de 2020.

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

EDUARDO GASPARIN

Diretor de Administração e Planejamento

102/2020

Publicação Nº 2525511

DECRETO Nº. 102/2020 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o inciso I do artigo 5º. da Lei Municipal Nº. 2578/2019, de 23 de dezembro de 2019, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 36.682,38 (trinta e seis mil seiscentos e oitenta e dois reais e trinta e oito centavos) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2020, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

QUADRO I**ÓRGÃO 07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****UNIDADE 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****103030008.2.040 – MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA****3.3.90 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas****(163) Fonte: 1638 SUS / FB Farmácia Básica R\$ 36.682,38**

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do excesso de arrecadação do exercício de 2020 da fonte 1638 SUS / FB Farmácia Básica.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 16 de junho de 2020.

ELÓI JOSÉ LÍBANO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

EDUARDO GASPARIN
Diretor de Administração e Planejamento

103/2020

Publicação Nº 2525719

DECRETO Nº. 103/2020 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o inciso II do artigo 5º. da Lei Municipal Nº. 2578/2019, de 23 de dezembro de 2019, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 51.500,00 (cinquenta e um mil e quinhentos reais) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2020, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

QUADRO I

ÓRGÃO 09 SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

UNIDADE 01 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

154510013.1.008 – PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA

4.4.90 – Investimentos – Aplicações Diretas

(1262) Fonte: 3000 Superávit Ordinários R\$ 51.500,00

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2019 da fonte de recursos 3000 Superávit Ordinários no valor de R\$ 51.500,00.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 16 de junho de 2020.

ELÓI JOSÉ LÍBANO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

EDUARDO GASPARIN
Diretor de Administração e Planejamento

PORTARIA 352/20

Publicação Nº 2524915

PORTARIA Nº 352/20

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

REENQUADRAR, o Senhor RENATO BRANCHER, matrícula nº 9121-9, para atuar no cargo de CHEFE DE SETOR CC 06, com lotação junto a Secretaria Municipal de Cultura para o Setor Municipal de Administração, com carga horária de 40 horas semanais, para ser responsável pelas Compras, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 16 de Junho de 2020.

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Eduardo Gasparin
Resp. pelo Depto de administração

Camboriú**PREFEITURA****871/2020**

Publicação Nº 2525781

,PORTARIA Nº871/2020
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Chamada Pública 007/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/06/2020 á 30/11/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
CARLOS RAFAEL SANTOS DE JESUS	TECNICO DE ENFERMAGEM 40 HORAS	671/2020	07º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

872/2020

Publicação Nº 2525784

,PORTARIA Nº872/2020
NOMEIA DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.065/2013, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, GILMAR AMARILDO DA LUZ no cargo de ASSESSOR ADJUNTO DE DEPARTAMENTO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

873/2020

Publicação N° 2525786

PORTARIA N°873/2020

concede licença maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº 2.893/2016 de 27.01.2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias, a servidora TAINA PONTALDI, matrícula nº.24150-1, contratada no cargo de RECEPCIONISTA ESF, a partir de 01/06/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

874/2020

Publicação N° 2525787

,PORTARIA N°874/2020

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Complementar nº. 039/2012 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, a(o) servidor(a) ZELIO OLEGARIO, portador do CPF nº 342.608.469-49, matrícula nº.12107-3, a contar de 24/06/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 24/06/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

875/2020

Publicação Nº 2525789

,PORTARIA Nº875/2020
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Complementar nº. 039/2012 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, a(o) servidor(a) NEUSA DIETRICH, portador do CPF nº 636.633.099-91, matrícula nº. 11773-4, a contar de 25/05/2020.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 25/05/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

876/2020

Publicação Nº 2525791

,PORTARIA Nº876/2020
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Complementar nº. 039/2012 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, a(o) servidor(a) MIGUEL PAIANO, portador do CPF nº 385.292.549-53, matrícula nº. 1725-1, a contar de 20/05/2020.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 20/05/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

877/2020

Publicação Nº 2525792

PORTARIA Nº877/2020

ALTERA REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA PARA ATENDIMENTO AO EXCEPCIONAL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal e conforme Lei Municipal nº 019/2008 Art. 69, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar, a redução de carga horária para atendimento ao excepcional, do(a) servidor(a) VIVIANE SEDREZ GERVASIO, matrícula nº. 12442, que ocupa o cargo de PROFESSOR(A), efetivo(a).

Art. 2º. Conforme decisão proferida pelo mm. Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Camboriú/SC, a referida servidora deverá voltar a cumprir integralmente sua carga horária de trabalho de 40 horas semanais, revogando a redução de 20 horas até então vigente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

878/2020

Publicação Nº 2525793

PORTARIA Nº878/2020

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº206/2020 de 10/02/2020, firmado entre THAISE FERNANDA DE SOUZA MOREIRA, matrícula nº 23794-11, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de PROFESSOR(A), a partir de 01/06/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

879/2020

Publicação Nº 2525794

,PORTARIA Nº879/2020
NOMEIA ASSESSOR DE OBRAS

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009 de 18/12/2009, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, JEAN CARLOS GALDINO no cargo de ASSESSOR DE OBRAS, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

880/2020

Publicação Nº 2525797

,PORTARIA Nº880/2020
NOMEIA COORDENADOR(A) ADMINISTRATIVO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.033/2011, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ANDREA APARECIDA ABRÃO MACIEL no cargo de COORDENADOR(A) ADMINISTRATIVO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

881/2020

Publicação Nº 2525799

,PORTARIA Nº881/2020
NOMEIA ASSESSOR(A) DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.050/2013, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, LUCIANE COITO DOS SANTOS, no cargo de ASSESSOR(A) DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

882/2020

Publicação Nº 2525800

,PORTARIA Nº882/2020
NOMEIACOORDENADOR(A) DE
EDUCAÇÃO INFANTIL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009 de 18/12/2009, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, BENTA DE SOUZA TEIXEIRA SILVEIRA no cargo em comissão de COORDENADOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL, da Secretaria Municipal da Educação, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 02/06/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

883/2020

Publicação Nº 2525803

,PORTARIA Nº883/2020
NOMEIA SECRETÁRIA DE ESCOLA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, EDINELSA DOS SANTOS no cargo em comissão de SECRETÁRIA DE ESCOLA ,com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

884/2020

Publicação Nº 2525804

,PORTARIA Nº884/2020
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo 006/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 02/06/2020 à 31/12/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
SONIA SOLANGE DE SOUZA E SILVA	ENFERMEIRO(A) 40 HORAS	672/2020	03º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 02 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

885/2020

Publicação Nº 2525805

,PORTARIA Nº885/2020
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 013/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 02/06/2020 à 31/05/2021:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
CARLOS AUGUSTO DE OLIVEIRA KONELL	MOTORISTA SOCORRISTA 40 HORAS	673/2020	10º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 02 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

886/2020

Publicação N° 2525807

,PORTARIA N°886/2020
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 013/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 02/06/2020 à 31/05/2021:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
DEIVID DOS SANTOS COELHO	TECNICO DE ENFERMAGEM SOCORRISTA 40 HORAS	674/2020	03º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 02 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

887/2020

Publicação N° 2525808

,PORTARIA N°887/2020
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo 013/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 02/06/2020 à 31/05/2021:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
FABRICIO RAMOS PINTO	ENFERMEIRO(A) ESF 40 HORAS	675/2020	44º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 02 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

888/2020

Publicação Nº 2525810

PORTARIA Nº888/2020

RESCINDE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº079/2020 de 10/02/2020, firmado entre DULCELENE CARDOSO, matrícula nº 24554-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de SERVENTE, a partir de 30/06/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 30/06/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 03 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

889/2020

Publicação Nº 2525811

,PORTARIA Nº889/2020
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Complementar nº. 039/2012 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, a(o) servidor(a) GLAUCE DA CRUZ VIEIRA, portador do CPF nº 050.561.169-47, matrícula nº.14497-3, a contar de 15/06/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 15/06/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 03 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

890/2020

Publicação Nº 2525813

,PORTARIA Nº890/2020
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saude, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 022/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 03/06/2020 á 31/05/2021:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ALINE RUTH MANARICK DOS SANTOS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE – UBS BRAÇO 40 HORAS	676/2020	01º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 03 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

891/2020

Publicação Nº 2525819

,PORTARIA Nº891/2020
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Chamada Publica nº 007/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 03/06/2020 á 30/11/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ROSANA ESPINDOLA	TECNICO DE ENFERMAGEM 40 HORAS	677/2020	11º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 03 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

892/2020

Publicação N° 2525821

,PORTARIA N°892/2020
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 028/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 03/06/2020 á 31/12/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ROGERIO FORBIS	OPERÁRIO BRAÇAL 40 HORAS	678/2020	03º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 03 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

893/2020

Publicação N° 2525846

,PORTARIA N°893/2020
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 028/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 04/06/2020 á 31/12/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
JORGE LUIZ DOS SANTOS	OPERÁRIO BRAÇAL 40 HORAS	679/2020	08º
JULIO CORREIA DOS SANTOS	OPERÁRIO BRAÇAL 40 HORAS	680/2020	07º
MAICON CESAR ROSA BATISTA	OPERÁRIO BRAÇAL 40 HORAS	681/2020	13º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 04 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

894/2020

Publicação N° 2525848

,PORTARIA N°894/2020
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 028/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 05/06/2020 á 31/12/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
CLAUDEMIR ALVES DA SILVA	OPERÁRIO BRAÇAL 40 HORAS	682/2020	10º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 05 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

895/2020

Publicação N° 2525853

,PORTARIA N°895/2020
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Agricultura, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 008/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 05/06/2020 á 05/06/2021:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
IVALDO CAMPOS	VIGIA 40 HORAS	683/2020	01º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 05 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

896/2020

Publicação Nº 2525854

,PORTARIA Nº896/2020
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 028/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 08/06/2020 á 31/12/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ALEXANDRE DE OLIVEIRA	CALCETEIRO 40 HORAS	684/2020	01º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 08 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

897/2020

Publicação Nº 2525857

,PORTARIA Nº897/2020
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº028/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 08/06/2020 á 31/12/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
RAFAEL LUIS CHRISTOFF	OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA 40 HORAS	685/2020	05º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 08 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

898/2020

Publicação Nº 2525861

,PORTARIA Nº898/2020
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Agricultura, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 028/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 08/06/2020 á 08/06/2021:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ELEANDRO APARECIDO ROSA DE OLIVEIRA	OPERARIO BRAÇAL 40 HORAS	686/2020	11º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 08 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

899/2020

Publicação Nº 2525862

,PORTARIA Nº899/2020
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Agricultura, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 008/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 08/06/2020 á 08/06/2021:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MANOEL ANTONIO CANDIDO	VIGIA 40 HORAS	687/2020	02º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 08 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

900/2020

Publicação Nº 2525865

,PORTARIA Nº900/2020
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 006/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 08/06/2020 á 31/12/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MARCIA REGINA BELEGARDE GRAVINA	TECNICO DE ENFERMAGEM 40 HORAS	688/2020	07º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 08 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020 - FME

Publicação Nº 2525275

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 002/2020 - FME - Ata do Sistema de Registro de Preços 012/2020 – FME - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PLACAS DE INAUGURAÇÃO, PARA NOMEAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES A SEREM INAUGURADAS NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 16/06/2020
1ª Publicação.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020 - FUNDESP

Publicação Nº 2525278

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 005/2020 - FUNDESP - Ata do Sistema de Registro de Preços 004/2020 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE REDES DE PROTEÇÃO COM INSTALAÇÃO QUE SERÃO UTILIZADAS NOS ESPAÇOS ESPORTIVOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 16/06/2020
1ª Publicação.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2020 - FMS

Publicação N° 2525283

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial n° 008/2020 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 036 A 039/2020 – SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LEITES E FRALDAS ORIUNDOS DAS AÇÕES JUDICIAIS EM DESFAVOR DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 06 (seis) meses da data de homologação do processo.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 16/06/2020
1ª Publicação.

LEI MUNICIPAL N.º 3.239/2020

Publicação N° 2525483

LEI N.º 3.239/2020

"Institui no Município de Camboriú o mês "Junho Vermelho", dedicado á realização de campanhas de incentivo para a doação de sangue e dá outras providências."

PREFEITO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído no Município de Camboriú o mês "Junho Vermelho" dedicado á realização de campanhas de incentivo para a doação de sangue, priorizando:

I - a conscientização da população sobre a importância da doação de sangue;

II - o estímulo para a doação de sangue;

III - o incentivo aos órgãos da Administração Pública Municipal, empresas, entidades de classe, associações, federações e a sociedade civil organizada para se engajarem nas campanhas de incentivo.

Art. 2º. Caberá ao Poder Executivo firmar parceria com o Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina - HEMOSC e outras instituições responsáveis pela coleta de sangue, a fim de promover a Campanha de doação de sangue no nosso município.

Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação, especialmente quanto à definição e organização das campanhas.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 12 de junho de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

LEI MUNICIPAL N.º 3.240/2020

Publicação N° 2525486

LEI N.º 3.240/2020

Denominação do Centro-Dia de Referência para Pessoas com Deficiência.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º. Fica denominado de "CENTRO-DIA DE REFERÊNCIA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MARCIEL JOSÉ REGIS" o Centro-Dia de Referência para Pessoas com Deficiência, localizado na Rua Massaranduba, s/nº, Bairro Tabuleiro, Camboriú-SC.

Art.2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 12 de junho de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

PE 002/2020 - FME

Publicação Nº 2525333

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2020 – FME- LICITAÇÃO DIFERENCIADA - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA OS ITENS 02 AO 15 COM COTA PRINCIPAL AO ITEM 01.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRODOMÉSTICOS EM GERAL PARA COMPORER OS ESPAÇOS FÍSICOS DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14 e Decreto Municipal 3.252/2017.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Iniciará às 13:00 horas do dia 29 (Vinte e Nove) de Junho de 2020, no site www.bnc.org.brINFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47) 3365-9500, no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br ou no e-mail comprasdecamboriu@gmail.com

Camboriú 16 de Junho de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PR 007/2020 - FUNDESP

Publicação Nº 2525329

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2020 – FUNDESP - EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE .

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE POSTES DE CONCRETO QUE SERÃO UTILIZADOS NOS ESPAÇOS ESPORTIVOS DA FUNDAÇÃO DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993 e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 29 (Vinte e Nove) de Junho de 2020, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47) 3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 16 de Junho de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PR 04/2020 - FME

Publicação Nº 2525337

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2020 – FME.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA PINTURA DAS UNIDADES ESCOLARES, AFIM DE MANTER A INTEGRIDADE FÍSICA DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, ALÉM DE GARANTIR MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 30 (trinta) de Junho de 2020, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 16 de Junho de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PR 22/2020 - FMS

Publicação Nº 2525201

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2020 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMBORIÚ - EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA O ITEM 02 COM COTA PRINCIPAL AO ITEM 01 .

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TESTE RÁPIDO PARA DIAGNÓSTICO DO COVID19 PARA A REDE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 17:00 horas do dia 25 (vinte e cinco) de Junho de 2020, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 16 de Junho de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

RESULTADO PR 011/2020 - FMS

Publicação Nº 2525391

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2020-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:
"DESERTA NO ITEM 03"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 16 de Junho de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE ERRATA PE 001/2020 - FME

Publicação Nº 2525330

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
TERMO DE ERRATA DO PREGÃO ELETRONICO 001/2020- FME

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Eletrônico 001/2020 - FME, tendo como objeto a "AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO ZERO QUILOMETRO TIPO MINIBUS TETO ALTO, PARA COMPOR A FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ", sofreu as seguintes alterações:

Foi alterado o descritivo no item 1.11 do Edital e o Item 03 do Anexo I.

- onde lê-se:

[...]banco dos passageiros em tecido impermeável[...]

- leia-se:

[...] banco dos passageiros em tecido[...]

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 29/06/2020 as 15h00min

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 16 de Junho de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

TP 001/2020 - FME

Publicação Nº 2525334

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2020 - FME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE REFORMA NA E.B.M DOMINGOS FONSECA, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 03 (três) de Julho de 2020, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 16 de Junho de 2020

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA CIRCUNSTANCIADA (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2020)

Publicação Nº 2525355

ATA CIRCUNSTANCIADA
(Processo Licitatório nº 43/2020)

Aos dezesseis dias do mês junho do ano de dois mil e vinte, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Daniela Saldanha e Ana Luiza Telma, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 43/2020, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a aquisição de 01 (um) veículo 0 km (zero quilômetro), para manutenção das atividades do 2º Grupo de Bombeiros do Município de Campo Alegre/SC. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores – CNPJ: 59.104.422/0024-46. Passou-se ao credenciamento dos licitantes, sendo o Sr. Gerson Luiz Frick representante da licitante Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores. A licitante apresentou a declaração de cumprimento dos requisitos. A licitante não comprovou enquadramento como microempresa ou EPP. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM. Procedeu-se ao julgamento das propostas, após os lances, obteve-se o seguinte resultado:

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores	43.500,00	43.300,00	1ª	HABILITADA

Após, abriu-se o envelope de documentos do licitante primeira classificada no item conforme tabela acima. Estando de acordo com o exigido no edital. A Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores foi declarada vencedora da presente licitação com o valor do R\$ 43.300,00. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

ATA CIRCUNSTANCIADA Nº 2 (PROCESSO LICITATÓRIO TP Nº 5/2020)

Publicação Nº 2524832

ATA CIRCUNSTANCIADA Nº 2
(Processo Licitatório TP nº 5/2020)

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, na cidade de Campo Alegre, às 8:30 horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Josiane dos Santos, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Daniela Saldanha, membros da Comissão Permanente de Licitação, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 5/2020, modalidade Tomada de Preços, para procederem a abertura das propostas apresentadas na referida licitação após decorrido os prazos de recurso quanto ao julgamento dos documentos, a empresa Construtora Fortunato Ltda foi inabilitada no processo, a licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de material e mão de obra para execução de obra de pavimentação asfáltica na Rodovia Municipal RM 80, neste Município. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão. a licitante BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA credenciou representante na sessão o Sr. Ivo Ingo Brand. Passou-se a abertura das propostas das licitantes declaradas Habilitadas: Progresso Ambiental Eireli, Bracor Corretora de Seguros Ltda, Empreiteira de Mão de Obra Adrimar e Paviplan Pavimentação Ltda. Passou-se à análise das propostas que foram analisadas e rubricadas pela comissão. O critério de julgamento é pelo MENOR PREÇO GLOBAL, COM FIXAÇÃO DE VALOR MÁXIMO. As licitantes apresentaram as propostas conforme segue: a empresa Paviplan Pavimentação Ltda apresentou proposta com o valor de R\$ 1.262.167,82, a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA apresentou proposta no valor de R\$ 1.290.861,01, a empresa Progresso Ambiental Eireli apresentou proposta no valor de R\$ 1.345.859,50 e a empresa Bracor Corretora de Seguros Ltda apresentou proposta no valor de R\$ 1.377.960,04. Considerando que a licitante BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA está enquadrada como EPP, e a proposta está entre 10% da primeira colocada (Paviplan), a empresa Bracor usou do benefício conforme a LC 123/2006 e apresentou novo valor para proposta de R\$ 1.262.000,00, e apresentará proposta adequada ao novo valor. A comissão de licitações julgou a licitante BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA vencedora desta licitação com o valor de R\$ R\$ 1.262.000,00, a classificação ficou definida conforme tabela abaixo:

Empresa	Valor da proposta (R\$)	Classificação
Bracor Corretora de Seguros Ltda	1.262.000,00	1ª
Paviplan Pavimentação Ltda	1.262.167,02	2ª
Empreiteira de Mão de Obra Adrimar	1.290.861,01	3ª
Progresso Ambiental Eireli	1.345.859,50	4ª

Está aberto prazo recursal que trata a Lei de Licitações, quanto o julgamento das propostas. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Josiane dos Santos Presidente da Comissão de licitação	Maria Cristina Marciniak Munhoz Secretária
Daniela Saldanha Membro da Comissão	Ivo Ingo Brand Bracor Corretora de Seguros Ltda

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2020

Publicação Nº 2525428

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2020
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto a Aquisição e instalação de "Eco ponto" para receber diversos tipos de materiais recicláveis, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, conforme descrição e valor estimado:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	01	Unidade	Eco ponto construído em chapa metálica galvalume 0,5 mm de espessura, com 05 metros de comprimento, 2,5 metros de largura, 2,6 metros de altura frontal e 2,4 metros da altura dos fundos. Instalação inclusa.	18.800,00	18.800,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 18.800,00	

Critério de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 17/06/2020 até as 09h 45min do dia 30/06/2020;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 30/06/2020 no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta de dotações orçamentárias na seguinte classificação.

Entidade	01	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	13.00	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental
Unidade	01	Serviço de Saneamento Ambiental
Função	17	Saneamento
Subfunção	512	Saneamento Básico Urbano
Programa	77	Águas de Campo Alegre
Projeto	2.124	Manutenção e Coordenação das Ativ. da Secretaria de Saneamento Ambiental
Elemento de Despesa	4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente (dot. 393)

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 16 de junho de 2020.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 12.874 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524630

DECRETO Nº 12.874 DE 16 DE JUNHO DE 2020
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.859 de 16 de junho de 2020; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar, no valor de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), nos seguintes Elementos de Despesa das Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental		
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental		
300000.00.0519 -	Despesas Correntes		
310000.00.0519 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.0519 -	Aplicação Direta		
319004.00.0519 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 70.000,00	
319011.00.0519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 70.000,00	
319113.00.0519 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias	R\$ 10.000,00	
339046.00.0519 -	Auxílio-Alimentação	R\$ 10.000,00	
339049.00.0519 -	Auxílio-Transporte	R\$ 10.000,00	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil		
12.365.0011.2.047 -	Pessoal da Educação Infantil		
300000.00.0519 -	Despesas Correntes		
310000.00.0519 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.0519 -	Aplicação Direta		
319004.00.0519 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 50.000,00	
319011.00.0519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 80.000,00	
319113.00.0519 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias	R\$ 15.000,00	
339046.00.0519 -	Auxílio-Alimentação	R\$ 10.000,00	
339049.00.0519 -	Auxílio-Transporte	R\$ 5.000,00	
	Total	R\$ 330.000,00	

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental		
12.361.0009.2.014 -	Transporte Escolar		
300000.00.0519 -	Despesas Correntes		
330000.00.0519 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0519 -	Aplicação Direta		
339039.00.0519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 330.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
16 de junho de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/06/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.875 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525158

DECRETO Nº 12.875 DE 16 DE JUNHO DE 2020

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso II do art. 11 da Lei Municipal nº 4.835 de 10 de dezembro de 2019; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.			
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos			
15.452.0048.2.026 -	Manutenção de Cemitérios e Capelas Mortuárias			
300000.00.0896 -	Despesas Correntes			
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas			
339030.00.0896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00		

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.			
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos			
15.452.0048.2.026 -	Manutenção de Cemitérios e Capelas Mortuárias			
300000.00.0896 -	Despesas Correntes			
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas			
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
16 de junho de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/06/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.876 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525986

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.876 DE 16 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE TRANSFERÊNCIA DE BEM MÓVEL VEÍCULO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando ofício nº 120/SECAD/2020, expedido nesta data, o qual solicita a transferência de Bem Móvel o seguinte veículo DOBLO ESSENCE 1.8, Placa QID-9377, Combustível Gasolina, Marca FIAT, ano/modelo de fabricação 2017, Chassi 9BD1196GDH1142627, Categoria Oficial, Cor Predominante Branca, RENAVAL nº 1126100851, para a Secretaria Municipal de Saúde "Fundo Municipal de Saúde", em atenção ao ofício SMS nº 081/2020, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde o qual solicita esta transferência, argumentando que o referido veículo atenderá melhor àquela Secretaria pelo fato de possuir 7 (sete) lugares;

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao Inciso VII do Artigo 71, da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art. 1º Transferir o Bem Móvel veículo de propriedade do Município de Campo Alegre/SC., Registrado no Patrimônio Público Municipal do Poder Executivo sob nº 33135, para o Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.941.360/0001-50 do Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo único. O Bem Móvel de que trata o caput deste artigo é o veículo DOBLO ESSENCE 1.8, Placa QID-9377, Combustível Gasolina,

Marca FIAT, ano/modelo de fabricação 2017, Chassi 9BD1196GDH1142627, Categoria Oficial, Cor Predominante Branca, RENAVAL nº 1126100851.

Art. 2º As despesas decorrentes com a manutenção em geral, inclusive os gastos com combustíveis do referido Bem Móvel "Veículo" descrito no Parágrafo único do Artigo 1º deste Decreto, passarão a ser contabilizadas na Dotação específica dos Orçamentos Anuais do Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
16 de junho de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/06/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.859 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524631

LEI Nº 12.874 DE 16 DE JUNHO DE 2020

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Suplementar, no valor de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), nos seguintes Elementos de Despesa das Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental		
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental		
300000.00.0519 -	Despesas Correntes		
310000.00.0519 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.0519 -	Aplicação Direta		
319004.00.0519 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 70.000,00	
319011.00.0519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 70.000,00	
319113.00.0519 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias	R\$ 10.000,00	
339046.00.0519 -	Auxílio-Alimentação	R\$ 10.000,00	
339049.00.0519 -	Auxílio-Transporte	R\$ 10.000,00	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil		
12.365.0011.2.047 -	Pessoal da Educação Infantil		
300000.00.0519 -	Despesas Correntes		
310000.00.0519 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.0519 -	Aplicação Direta		
319004.00.0519 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 50.000,00	
319011.00.0519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 80.000,00	
319113.00.0519 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias	R\$ 15.000,00	
339046.00.0519 -	Auxílio-Alimentação	R\$ 10.000,00	
339049.00.0519 -	Auxílio-Transporte	R\$ 5.000,00	
	Total	R\$ 330.000,00	

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental		
12.361.0009.2.014 -	Transporte Escolar		

300000.00.0519 -	Despesas Correntes	
330000.00.0519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0519 -	Aplicação Direta	
339039.00.0519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 330.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
16 de junho de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/06/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.126 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524629

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 18.125 DE 16 DE JUNHO DE 2020
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias sobre Férias, a Servidora Pública Municipal, GABRIELA SOARES WESTRUP, matrícula funcional nº 000912, registro no sistema sob nº 955723, ocupante do Cargo Público de Odontólogo, exercendo a Função de Odontólogo I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 = 07 (zero sete) dias; 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 = 03 (zero três) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 17 de junho de 2020 à 26 de junho de 2020, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 16 de junho de 2020 sob nº 10557.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 16 de junho de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/06/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.127 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525884

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 18.127 DE 16 DE JUNHO DE 2020

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias sobre Férias, a Servidora Pública Municipal, ALESSANDRA GODINHO VALENTIM, matrícula funcional nº 000630, registro no sistema sob nº 955057, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 16 de junho de 2020 à 15 de julho de 2020, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 09 de junho de 2020 sob nº 10541.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de junho de 2020.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 16 de junho de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/06/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS

Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO Nº 02/2020

Publicação Nº 2525599

TERMO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO Nº 01/2020

Pelo presente instrumento particular, de um lado, ADOLAR SCHOLZE, brasileiro, casado, operário, RG nº 1.097.613-2-SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº 419.937.729-87, residente e domiciliado na RM-050, snº, Localidade de Serrinha, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, adiante denominado CEDENTE, e de outro lado, MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI, adiante denominado CESSIONÁRIO, tem entre si, justo e acordado o presente Termo de Cessão de Direito Uso de Imóvel, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente, nos seguintes termos:

DO OBJETO

Cláusula 1ª. O presente Termo tem como OBJETO a Cessão de Direito de Uso de parte do imóvel, conforme Cláusula 2ª deste Termo de Cessão, para fins de execução e manutenção de Sistema de Água Tratada, "Pedestal e Reservatório de 20.000 litros de água potável" na Localidade de Serrinha, neste Município de Campo Alegre/SC.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL

Cláusula 2ª. A área que trata a cláusula anterior será de 36,00 (trinta e seis) m², de uma área maior/ideal de 58.389,51m² (cincoenta e oito mil ponto trezentos e oitenta e nove vírgula cinquenta e um decímetros quadrados), mais o direito de acesso da mencionada área, parte integrante do Registro Geral no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul/SC., Matrícula nº 42.885 do Livro nº 2, Ficha nº 01, para uso exclusivo pelo Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC, pela Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental "Águas de Campo Alegre", sendo intransferível para terceiros.

DAS OBRIGAÇÕES

Cláusula 3ª. Por tratar-se de obra de relevante interesse público, o CEDENTE obriga-se a permitir gratuitamente o livre acesso de pessoal e maquinário do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC, ou de contratados por este, para execução e manutenção do Sistema de Água Tratada, para distribuição na Localidade de Serrinha, neste Município de Campo Alegre/SC, sempre que se faça necessário, sem prévio aviso ou pedido formal.

DO PRAZO

Cláusula 4ª. O prazo de duração do presente Termo de Cessão de Direito de Uso é indeterminado, enquanto houver necessidade e interesse público.

DO FORO

Cláusula 5ª. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, as partes elegem o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas.

Campo Alegre/SC., 16 de junho de 2020.

ADOLAR SCHOLZE RUBENS BLASZKOWSKI
CEDENTE CESSIONÁRIO

TESTEMUNHAS:

PETERSON ALUISIO KOHLER JOSÉ LUIS SILVA
CPF/MF nº 035.705.559-41 CPF/MF nº 304.385.869-72

TERMO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO Nº 03/2020

Publicação Nº 2525773

TERMO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO Nº 03/2020

Pelo presente instrumento particular, de um lado, NEUZELI MARIA WOLLNER, brasileira, solteira, lavradora, RG nº 1.099.218 SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº 015.270.599-60, residente e domiciliada na RM-090, snº, Localidade de Campinas, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, adiante denominado CEDENTE, e de outro lado, MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI, adiante denominado CESSIONÁRIO, tem entre si, justo e acordado o presente Termo de Cessão de Direito de Uso de Imóvel, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente, nos seguintes termos:

DO OBJETO

Cláusula 1ª. O presente Termo tem como OBJETO a Cessão de Direito de Uso de parte do imóvel, conforme Cláusula 2ª deste Termo de Cessão, para fins de implantação/perfuração de um "Poço Artesiano e Casa de Química para tratamento de água" na Localidade de Campinas, neste Município de Campo Alegre/SC.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL

Cláusula 2ª. A área que trata a cláusula anterior será de 30,00 (trinta) m², de uma área maior/ideal de 69.325,00m² (sessenta e nove mil ponto trezentos e vinte e cinco metros quadrados), mais o direito de acesso da mencionada área, parte integrante do Registro Geral no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul/SC., Matrícula nº 24.409 do Livro nº 2, Ficha nº 01, para uso exclusivo pelo Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC, pela Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental "Águas de Campo Alegre", sendo intransferível para terceiros.

DAS OBRIGAÇÕES

Cláusula 3ª. Por tratar-se de obra de relevante interesse público, o CEDENTE obriga-se a permitir gratuitamente o livre acesso de pessoal e maquinário do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC, ou de contratados por este, para implantação e manutenção do Sistema de Água Tratada, para distribuição na Localidade de Campinas, neste Município de Campo Alegre/SC, sempre que se faça necessário, sem prévio aviso ou pedido formal.

DO PRAZO

Cláusula 4ª. O prazo de duração do presente Termo de Cessão de Direito de Uso é indeterminado, enquanto houver necessidade e interesse público.

DO FORO

Cláusula 5ª. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, as partes elegem o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas.

Campo Alegre/SC., 16 de junho de 2020.

NEUZELI MARIA WOLLNER RUBENS BLASZKOWSKI
CEDENTE CESSIÃO

TESTEMUNHAS:

PETERSON ALUISIO KOHLER
CPF/MF nº 035.705.559-41

JOSÉ LUIS SILVA
CPF/MF nº 304.385.869-72

Campo Erê

PREFEITURA

DECRETO 1912/2020

Publicação N° 2524850

DECRETO N°. 1.912, DE 20 DE MAIO DE 2020.

DISPÕE SOBRE REABERTURA DE ATIVIDADES RESTRITAS A PANDEMIA DO COVID 19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica autorizada no município de Campo Erê-SC, a reabertura das atividades de cursos presenciais e reuniões de Conselhos Municipais, obedecendo as normas de espaçamento de no mínimo 2m (dois metros) de distância entre pessoas no ambiente, a utilização de máscaras pelos participantes e a disposição de álcool em gel nas respectivas recepções dos cursos e eventos.

Parágrafo único. As atividades ora liberadas, devem ser realizadas em espaço físico compatível com o distanciamento, para garantir a segurança dos participantes.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Erê, SC, 20 de maio de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN

Técnico em contabilidade – Matr. 00784-6

DECRETO 1913/2020

Publicação N° 2524856

DECRETO N°. 1.903 DE 06 DE MAIO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A VINCULAÇÃO DO SETOR TURISMO A COORDENADORIA MUNICIPAL DE CULTURA E EVENTOS – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VII, do Artigo 57, da Lei Orgânica do Município;

Considerando a Lei Municipal 916/1997, de 04 de setembro de 2017, que cria o Conselho Municipal de Turismo e dá outras providências;

Considerando que o turismo e a cultura, a nível federal fazem parte da mesma estrutura administrativa, Ministério do Turismo;

Considerando a necessidade de adequar a política de turismo e cultura do município a estrutura administrativa Federal;

Considerando que a cultura e o turismo se complementam nas estratégias de desenvolvimento econômico local;

Considerando que a cultura e turismo juntos são importantes para o planejamento de políticas públicas para o setor no município;

DECRETA:

Art. 1º. O setor de Turismo, como política pública de Campo Erê – SC, passa a integrar administrativamente a Coordenadoria de Cultura e Eventos, vinculado a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º. Ficam transferidas as seguintes competências do Turismo para a Coordenadoria de Cultura e Eventos:

I - Política municipal de turismo;

II – Conselho Municipal de Turismo;

III – Fundo Municipal de Desenvolvimento do Turismo;

IV - Formulação e implementação de políticas, programas e ações para o desenvolvimento do setor do turismo;

V – Demais ações e projetos voltados ao desenvolvimento do turismo local;

VI – Desenvolver o turismo sustentável.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Erê, SC, 06 de Maio de 2020.
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Téc em Contabilidade Mat. Nº 000784-6

DECRETO 1914/2020

Publicação Nº 2524858

DECRETO Nº. 1.914 DE 20 DE MAIO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2.128/2019, de 10/12/2019.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal crédito adicional suplementar no Valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), conforme abaixo especificado:

07.00 Secretaria da cidade e Desenvolvimento

07.01 Secretaria da Cidade e Desenvolvimento

267821501.2.022000 Manut. Das Ativ. Secretaria da Cidade e Desenvolvimento

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (0112)R\$ 35.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, no montante de R\$ R\$ 35.000,00 (trinta e cinco reais), de que trata o artigo 1º a utilização da redução de dotação orçamentária abaixo discriminada

07.00 Secretaria da cidade e Desenvolvimento

07.01 Secretaria da Cidade e Desenvolvimento

267821501.2.022000 Manut. Das Ativ. Secretaria da Cidade e Desenvolvimento

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (0111)R\$ 35.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC 20 de maio de 2020.
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Téc em Contabilidade
Mat. Nº 000784-6

DECRETO 1915/2020

Publicação Nº 2524859

DECRETO Nº. 1.915 DE 26 DE MAIO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2.128/2019, de 10/12/2019.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal crédito adicional suplementar no Valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), conforme abaixo especificado:

03.00 Gabinete de Planejamento e Gestão

03.01 Gabinete de Planejamento e Gestão

041220402.2.008000 Manutenção das Ativ. Gabinete de Planejamento e Gestão

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (0026)R\$ 5.500,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, no montante de R\$ R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), de que trata o artigo 1º a utilização da redução de dotação orçamentária abaixo discriminada

03.00 Gabinete de Planejamento e Gestão

03.01 Gabinete de Planejamento e Gestão

041220402.2.008000 Manutenção das Ativ. Gabinete de Planejamento e Gestão

3.3.50.00.00.00.00 Transf. a Instituições privadas (0024)R\$ 5.500,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC 26 de maio de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Téc em Contabilidade
Mat. Nº 000784-6

DECRETO 1916/2020

Publicação Nº 2524861

DECRETO Nº. 1.916 DE 26 DE MAIO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2.128/2019, de 10/12/2019.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal crédito adicional suplementar no Valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), conforme abaixo especificado:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.03 Diretoria de Defesa Civil e Cidadania

061810601.2.005000 Manutenção Convênio Com a Secretaria Seg. Pública

4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (0013)R\$ 21.000,00

Fonte de Recursos 01.11 Convênio Transito – Policia Militar

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, no montante de R\$ R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), de que trata o artigo 1º a utilização da redução de dotação orçamentária abaixo discriminada

02.00 Gabinete do Prefeito

02.03 Diretoria de Defesa Civil e Cidadania

061810601.2.005000 Manutenção Convênio Com a Secretaria Seg. Pública

4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (0010)R\$ 21.000,00

Fonte de Recursos 01.11 Convênio Transito – Policia Militar

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC 26 de maio de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Téc em Contabilidade
Mat. Nº 000784-6

DECRETO 1918/2020

Publicação Nº 2524866

DECRETO Nº. 1.918 DE 26 DE MAIO DE 2020.

DELEGA ATRIBUIÇÃO À SERVIDOR MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que, no uso de suas atribuições legais, que lhes confere o Inciso VII do Artigo 57 da Lei Orgânica Municipal;
Considerando a Ata n. 001/2020 do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto, nomeada a PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, EDIRLEIA ZANCHETTIN como Gestora do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social a partir de 18 de Março de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Erê, SC, 26 de maio de 2020.
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Téc em Contabilidade
Mat. Nº 000784-6

DECRETO 1919/2020

Publicação Nº 2524868

DECRETO Nº. 1.919 DE 02 DE JUNHO DE 2020.

FIXA PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal;
Considerando o período de isolamento social em decorrência da Pandemia de Coronavírus (COVID 19) e a sobrecarga de trabalho no atendimento ao público das Secretarias Municipais da Saúde e da Assistência Social;
Considerando que com a edição do Ponto Facultativo, nos órgãos da Administração Municipal de atendimento ao público, na sequência do feriado e do final de semana, haverá redução da movimentação de pessoas na cidade ampliando-se o isolamento social, evitando a proliferação do COVID 19;
Considerando ainda continuidade da suspensão das aulas presenciais da rede municipal e estadual de educação e a permanência dos alunos em casa, bem como a permanência em casa das pessoas do Grupo de Risco;

DECRETA

Art. 1º. Fica fixado ponto facultativo, no dia 12 de Junho de 2020, para cumprimento pelos órgãos e entidades da administração do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único: Excetuam-se do disposto no caput deste Decreto, as Secretarias Municipais da Cidade e Desenvolvimento e da Agricultura e Infraestrutura Rural, que terão suas atividades normais, considerando a necessidade da permanência destes serviços no Município.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Campo Erê, SC, 02 de junho de 2020.
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Téc em Contabilidade
Mat. Nº 000784-6

DECRETO 1920/2020

Publicação Nº 2524875

DECRETO Nº. 1.920 DE 02 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2.128/2019, de 10/12/2019.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal crédito adicional suplementar no Valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme abaixo especificado:

06.00 Secretaria Municipal da Agricultura e Infraestrutura Rural

06.01 Secretaria Municipal da Agricultura e Infraestrutura Rural

206082001.2.020000 Manutenção das Atividades de Apoio ao Agricultor

4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (0191)R\$ 2.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, no montante de R\$ R\$ 2.000,00 (dois mil reais), de que trata o artigo 1º a utilização da redução de dotação orçamentária abaixo discriminada.

06.00 Secretaria Municipal da Agricultura e Infraestrutura Rural

06.01 Secretaria Municipal da Agricultura e Infraestrutura Rural

206082001.2.020000 Manutenção das Atividades de Apoio ao Agricultor

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (0186)R\$ 2.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC 02 de junho de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN

Téc em Contabilidade

Mat. Nº 000784-6

DECRETO 1921/2020

Publicação Nº 2524880

DECRETO Nº. 1.921 DE 02 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2.128/2019, de 10/12/2019.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde crédito adicional suplementar no Valor de R\$ 45.771,19 (quarenta e cinco mil setecentos e setenta e um real e dezenove centavos reais), conforme abaixo especificado:

12.00 Fundo Municipal de Saúde

12.01 Fundo Municipal de Saúde

103011001.2.037000 Manutenção do Bloco Mac. Amb. E Hosp. e Lim, de Finan.

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas. (0164)R\$ 45.771,19

Fonte de Recursos 01.38 Transferência Sistema Único de Saúde

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, no montante de R\$ R\$ 45.771,19 (quarenta e cinco mil setecentos e setenta e um real e dezenove centavos), de que trata o artigo 1º a utilização da redução de dotação orçamentária abaixo discriminada

12.00 Fundo Municipal de Saúde

12.01 Fundo Municipal de Saúde

103011001.2.037000 Manutenção do Bloco Mac. Amb. E Hosp. e Lim, de Finan.

3.3.90.00.00.00.00 Transferências A Consocio Public. (0163)R\$ 45.771,19

Fonte de Recursos 01.38 Transferência Sistema Único de Saúde

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC 02 de junho de 2020.
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Téc em Contabilidade
Mat. Nº 000784-6

DECRETO 1922/2020

Publicação Nº 2524884

DECRETO Nº. 1.922 DE 02 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2.128/2019, de 10/12/2019.
DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal um crédito adicional suplementar no Valor de R\$ 11.660,00 (onze mil, seiscentos e sessenta reais), conforme abaixo especificado:

04.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura

04.01 Departamento de Educação

123611201.2.011000 Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas. (050)R\$ 11.660,00

Fonte de Recursos 01.01 Receitas de Impostos e de Transferências

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, no montante de R\$ R\$ 11.660,00 (onze mil seiscentos e sessenta reais), de que trata o artigo 1º a utilização da redução de dotação orçamentária abaixo discriminada

04.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura

04.01 Departamento de Educação

123611201.2.011000 Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas. (053)R\$ 11.660,00

Fonte de Recursos 01.01 Receitas de Impostos e de Transferências

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC 02 de junho de 2020.
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Téc em Contabilidade
Mat. Nº 000784-6

DECRETO 1923/2020

Publicação Nº 2524887

DECRETO Nº. 1.923 DE 05 DE JUNHO DE 2020.

REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO 293/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal e os arts. 40, VIII, 49 §1º e 109, I, "c" todos da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;
Considerando a Comunicação Interna N. 004/2020 e a sugestão da Comissão Permanente de Licitações;

DECRETA

Art. 1º. Fica revogado integralmente o Processo Licitatório nº 293/2020, Pregão Presencial n. 11/2020, cujo objeto é a aquisição de produtos para a estruturação da rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – aquisição de bens de custeio para a Secretaria Municipal de Assistência Social, com recursos oriundos do Convênio nº 895898/2019 – Proposta nº 54252/2019, a partir dessa data.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC 05 de junho de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Mat. Nº 10662-3

DECRETO 1924/2020

Publicação Nº 2524889

DECRETO Nº. 1.924 DE 05 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2.128/2019, de 10/12/2019.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde crédito adicional suplementar no Valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), conforme abaixo especificado:

12.00 Fundo Municipal de Saúde

12.01 Fundo Municipal de Saúde

103011001.2.034000 Manutenção das Atividades da Saúde

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas. (0151)R\$ 16.000,00

Fonte de Recursos 01.02 Receitas de Impostos e de Transferências

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, no montante de R\$ R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), de que trata o artigo

1º a utilização da redução de dotação orçamentária abaixo discriminada

12.00 Fundo Municipal de Saúde

12.01 Fundo Municipal de Saúde

103011001.2.034000 Manutenção das Atividades da Saúde

3.3.93.00.00.00.00 Aplic.Dir.Dec.de Oper. De Órg. Fund e Ent.(154)..R\$ 16.000,00

Fonte de Recursos 01.02 Receitas de Impostos e de Transferências

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC 05 de junho de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN

Téc em Contabilidade

Mat. Nº 000784-6

DECRETO 1925/2020

Publicação Nº 2524891

DECRETO Nº. 1.925 DE 08 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA O NÚCLEO GESTOR DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE CAMPO ERÊ E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VII, do Artigo 57, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n. 1893, de 30 de abril de 2020;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes membros para comporem o Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo do Município de Campo Erê/SC, .

I - Representantes do Poder Público Executivo;

- . Alysson Alberton;
- . Antonio Rosendo de Faria;
- . Ledi Farias Ehrenbrink;
- . Rosalva F. Boligon

II - Representante do Poder Público Legislativo;

- . Rozenilda de Medeiros

III - Representantes de associações comunitárias e movimentos sociais;

- . Nelson Tresoldi
- . Vantuir Schoeninger

IV - Representantes de entidades sindicais;

- . Silvia Werner;
- . Isolete Ludwig dos Santos

V Representantes de empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano;

- . Eder Vigano
- . Levi Sonchiado Junior

VI- Representante da Associação Comercial e Industrial – ACICE;

- . Joao Elias Dotto

VII - Representantes de Escolas, sendo uma municipal e outra estadual;

- .Serli Martins;
- . Marinez W Piccinin

VIII - Representante do Ensino Superior;

- . Ignez Panseira eruzzo

IX – Representante da Segurança Pública;

- .Jorge Francisco Albarello Junior

X – Representantes de Igrejas, sendo um católico e outro evangélico.

- . Cildo Rockembach
- . Ildo Bauer.

Art. 2º. A Presidência do Núcleo Gestor será ocupada por Nelson Trasoldi.

Art. 3º. Fica disponibilizada a servidora Municipal Daniela Vaz para secretariar o Núcleo Gestor e fazer a guarda dos documentos.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 08 de Junho de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN

Téc em Contabilidade Mat. N° 000784-6

DECRETO 1926/2020

Publicação N° 2524893

DECRETO N°. 1.926 DE 08 DE JUNHO DE 2020.

REVOGA OS DECRETOS N. 1.834 E 1.835 DE 27 DE JANEIRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as disposições do Decreto nº. 1.892, de 29 de abril de 2020, dispõe sobre a suspensão dos eventos alusivos a emancipação política do município de campo erê, as festividades natalinas de 2020 e o Festerê Campo Erê 2020,

DECRETA

Art. 1º. Ficam Revogados os Decretos n. 1.834, de 27 de Janeiro de 2020 que INSTITUI EVENTOS ALUSIVOS A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, AS FESTIVIDADES NATALINAS DE 2020 e o Decreto n. 1.835, de 27 de Janeiro de 2020, que NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL ORGANIZADORA PARA REALIZAÇÃO DO FESTERÊ 2020, tornando-os sem efeito.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC 08 de junho de 2020.
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Mat. Nº 10662-3

DECRETO 1927/2020

Publicação Nº 2524902

DECRETO Nº. 1.927 DE 09 DE JUNHO DE 2020.

REGULAMENTA HORARIO DE VISITAS AO CEMITÉRIO PUBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e as disposições da Lei n. 1.004/99, de 19 de novembro de 1999, regulamentada pelo Decreto n. 917, de 10 de março de 2016;

DECRETA

Art. 1º. Fica estabelecido horário de visitas e realização do obras no Cemitério Público Municipal de segunda a sábado no horário das 06hs as 19hs, e nos domingos das 07hs as 18hs, após o horário serão fechados os portões não sendo permitida a entrada de pessoas sem previa autorização.

Art. 2º. As flores ornamentais colocadas sobre as sepulturas, tanto naturais como artificiais deverão estar em recipientes que não armazenem água e serão retiradas após 30 dias de permanência, sendo que somente permanecerão aquelas colocadas em abrigos fechados sobre sepulturas ou em jazigos fechados.

Art. 3º. Na construção de Jazigos é permitida a construção de calçada somente na parte frontal da obra, sendo que os entulhos das construções, ou de abertura de sepulturas para retirada de cadáveres, deverão ser colocados em local pré definidos pelo Município, sob pena de recolhimento do valor correspondente ao valor de uma carga de entulho constante da tabela de preços públicos do Município.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Campo Erê, SC 09 de junho de 2020.
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Técnico Em Contabilidade
Mat. Nº 00784-6

DECRETO 1928/2020

Publicação Nº 2524907

DECRETO Nº. 1.928 DE 10 DE JUNHO DE 2020.

REVOGA O DECRETO n. 1.910, DE 20 DE MAIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal,
Considerando a necessidade de permanência do horário de atendimento do Setor de Tributação de que dispunha o Decreto 1.891, em decorrência da situação de isolamento e de distanciamento da população pelo COVID 19;

DECRETA

Art. 1º. Fica Revogado o Decreto n. 1.910, de 20 de Maio de 2020, que previa o retorno do horário normal do Setor de Tributação,

permanecendo em vigor o Decreto n. 1.891, de 28 de Abril de 2020.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC 10 de junho de 2020.
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Técnico em Contabilidade
Mat. Nº 000784-6

DECRETO 1929/2020

Publicação Nº 2524911

DECRETO Nº. 1.929 DE 10 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o inciso VII do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal e, Lei Municipal Nº. 2.048 de 28 de março de 2018;

DECRETA

Art.1º. Ficam nomeados os membros para a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, conforme segue:

I - Representantes do Poder Público :

1 – Membros Titulares:

Francielly Rafaela Schmitz da Rocha

Dilamar Guerino Pietzskoski

Maiara Bombieri

Marinês Parisotto Debiasi

Elisângela da Silva

Ledi Farias Erebrinck

2 – Membros Suplentes:

Viviane Prestes

Carmem Julia F. Freitas

Aline Ronchi

Cleonice Duranti

Fabiane Moras

Marizane Poronczak

II – Representantes da Sociedade Civil:

1 – Membros Titulares

Nilce C. Pertille

Edilene Aparecida B. Cerezolli

Lizete T. Bernardi

Juliane Silvestre Beltrame

Roneide Roman

Daniela Vaz

2 – Membros Suplentes

Lucia Helena Ludwig

Aide Dezolina Bresciani

Almira Freitas

Rosecler Cambrezi

Edirléia Zanchetin

Paula Giacomini

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 1.636, de 12 de março de 2019.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC 10 de junho de 2020.
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Técnico em Contabilidade
Mat. Nº 000784-6

LEI 2140/2020

Publicação Nº 2524838

LEI Nº 2.140/2020, DE 03 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO ANO DE 2020, ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Credito Suplementar no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no Orçamento da Prefeitura Municipal, para exercício de 2020, instituído pela Lei Municipal nº 2.128/2019 de 10/12/2019:

07.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento

07.01 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento

154511501.2.048000 Manutenção de Ruas da Cidade

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (0091) R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, no montante de R\$ 20.000,00, (vinte mil reais), de que trata o artigo a redução de dotação abaixo discriminada:

07.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento

07.01 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento

153041701.2.047000 Manutenção do Cemitério Municipal

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (0087) R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê-SC,
em 03 de Junho de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN

Tec. Contabilidade

Matrícula nº 00784-6

LEI 2141/2020

Publicação Nº 2524839

LEI Nº 2.141/2020, DE 03 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO ANO DE 2020, ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Credito Suplementar no valor de até R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais) no Orçamento da Prefeitura Municipal, para exercício de 2020, instituído pela Lei Municipal nº 2.128/2019 de 10/12/2019:

07.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento

07.01 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento

267821501.2.022000 Manutenção das Atividades da Se. Mun.da cidade e Desenv.

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (0112) R\$ 29.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, no montante de R\$ 29.000,00, (vinte e nove mil reais), de que trata o artigo a redução de dotação abaixo discriminada:

07.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento

07.01 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento

267821501.1.073000 Aquisição de Maquinas e veículos

4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (0108) R\$ 29.000,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê-SC,
em 03 de Junho de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Tec. Contabilidade
Matrícula nº 00784-6

LEI 2142/2020

Publicação Nº 2524842

LEI Nº 2.142/2020, DE 03 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO ANO DE 2020, ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de até R\$ 11.992,66 (onze mil novecentos e noventa e dois reais e sessenta e seis centavos) no Orçamento da Prefeitura Municipal, para exercício de 2020, instituído pela Lei Municipal nº 2.128/2019 de 10/12/2019:

06.00 Secretaria Municipal da Agroicultura e Infraestrutura Rural
06.01 Secretaria Municipal da Agricultura e Infraestrutura Rural
206082001.1.068000 Obras de Infraestrutura Rural
4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (0180) R\$ 11.992,66
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, no montante de R\$ 11.992,66, (onze mil novecentos e noventa e dois reais e sessenta e seis centavos), de que trata o artigo a redução de dotação abaixo discriminada:

07.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
07.01 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
154511501.1.069000 Pavimentação de Ruas e Passeios
4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (0088) R\$ 11.992,66
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê-SC,
em 03 de Junho de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Tec. Contabilidade
Matrícula nº 00784-6

LEI 2143/2020

Publicação Nº 2524843

LEI Nº 2.143/2020, DE 03 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO ANO DE 2020, ABRE CRÉDITO ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial no valor de até R\$ 13,542,03 (treze mil quinhentos e quarenta e dois reais e três centavos) no Orçamento da Prefeitura Municipal, para exercício de 2020, instituído pela Lei Municipal nº 2.128/2019 de 10/12/2019:

12.00 Fundo Municipal de Saúde

12.01 Fundo Municipal de Saúde

103011001.2.037000 – Manutenção do Bloco Mac Amb. E Hospitalar e Lim. Financ.

4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (.....).....R\$ 13.542,03

Fonte de Recursos 01.38 Transf. Recursos SUS

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 13.542,03, (treze mil quinhentos e quarenta e dois reais e três centavos), de que trata o artigo a redução de dotação abaixo discriminada:

12.00 Fundo Municipal de Saúde

12.01 Fundo Municipal de Saúde

103011001.2.037000 – Manutenção do Bloco Mac Amb. E Hospitalar e Lim. Financ.

3,3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (0164)R\$ 13.542,03

Fonte de Recursos 01.38 Transf. Recursos SUS

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê-SC,
em 03 de Junho de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN

Tec. Contabilidade

Matrícula nº 00784-6

PORTARIA 313/2020

Publicação Nº 2524921

PORTARIA N. 313, DE 01 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a contratação emergencial de servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar nº 011/02, Lei Complementar 076/15, e posteriores alterações;

Considerando a necessidade urgente e inadiável de manutenção da contratação de Motorista para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde Pública, a qual é responsável pelos serviços públicos essenciais de Saúde Pública;

Considerando a Portaria 055, de 24 de fevereiro de 2020, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica;

Considerando a Portaria SAS/MS/N 2.37, de 09 de dezembro de 1998, que institui o Programa Previne Brasil;

Considerando o ofício 052 - SMS, de 28 de maio de 2020;

Considerando que não há motorista classificado em Processo Seletivo, e devido a pandemia do Covid-19, o Município está impedido de realizar novo processo

Considerando que, uma vez que não haja atuação de profissional na área da Saúde Pública para atendimento à população, estará causando sérios transtornos a própria Administração Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, FERNANDO RAMBO, para o cargo de Motorista, com lotação junto a Secretaria Municipal de Saúde Pública, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 01/06/2020 a 10/12/2020.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 01 de junho de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. 10662-3

PORTARIA 314/2020

Publicação Nº 2524923

PORTARIA N. 314, DE 01 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a concessão de Licença
Para Tratamento de Saúde, à servidor
público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70 da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao servidor público municipal, LEANDRO DOS SANTOS, matrícula nº 0116041, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, a partir de 19 de maio de 2020, pelo período de 60 (sessenta) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19/05/2020.

Campo Erê/SC, 01 de junho de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. 10662-3

PORTARIA 315/2020

Publicação Nº 2524925

PORTARIA N. 315, DE 01 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 35 da Lei Complementar nº 011/2002 e posteriores alterações;

RESOLVE

Art.1º. EXONERAR à pedido, ANA LUIZA FOREST, matricula n. 11813-3, ocupante do cargo de Psicólogo, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a partir de 27 de maio de 2020.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27/05/2020.

Campo Erê/SC, 01 de junho de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. 10662-3

PORTARIA 317/2020

Publicação Nº 2524931

PORTARIA N. 317, DE 03 DE JUNHO DE 2020
Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio, à servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar nº 011/2002, e posteriores alterações;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à servidora pública municipal SANDRA APARECIDA LOPES, matrícula nº 0109010, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, relativo ao período efetivo de 2015/2020, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 03 de junho de 2020, restando 30 (trinta) dias que serão gozados oportunamente.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 03 de junho de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. 10662-3

PORTARIA 318/2020

Publicação Nº 2524934

PORTARIA N. 318, DE 03 DE JUNHO DE 2020
Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio, à servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar nº 011/2002, e posteriores alterações;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à servidora pública municipal FRANCIELLY R. SCHMITZ DA ROCHA, matrícula nº 0105813, ocupante do cargo de Professor de Ensino Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, relativo ao período efetivo de 2012/2017, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 08 de junho de 2020, restando 60 (sessenta) dias que serão gozados oportunamente.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 03 de junho de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. 10662-3

PORTARIA 319/2020

Publicação N° 2524936

PORTARIA N. 319, DE 03 DE JUNHO DE 2020
Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio, à servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar n° 011/2002, e posteriores alterações;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à servidora pública municipal FRANCIELE WEISNER, matrícula n° 0101770, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, relativo ao período efetivo de 2013/2017, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 03 de junho de 2020, restando 60 (sessenta) dias que serão gozados oportunamente.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 03 de junho de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. 10662-3

PORTARIA 320/2020

Publicação N° 2524938

PORTARIA N. 320, DE 03 DE JUNHO DE 2020
Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio, à servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar n° 011/2002, e posteriores alterações;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à servidora pública municipal SILVANA APARECIDA COSTA, matrícula n° 0109010, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, relativo ao período efetivo de 2013/2018, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 03 de junho de 2020, restando 60 (sessenta) dias que serão gozados oportunamente.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 03 de junho de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. 10662-3

PORTARIA 321/2020

Publicação N° 2524942

PORTARIA N. 321, DE 05 DE JUNHO DE 2020
Dispõe sobre a Revogação da Portaria n. 163/2020, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, a Lei Complementar n° 011/2002,

RESOLVE

Art. 1º. REVOGAR a Portaria n. 308, de 26 de maio de 2020, que dispõe sobre a concessão de Férias ao servidor público municipal IVANOR AMARO, matrícula n° 388-3, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Cidade e Desenvolvimento, a partir de 26/05/2020.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26/05/2020.

Campo Erê/SC, 05 de junho de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. 10662-3

PORTARIA 322/2020

Publicação N° 2524945

PORTARIA N. 322, DE 05 DE JUNHO DE 2020
Dispõe sobre a concessão de Licença
Para Tratamento de Saúde, à servidor
público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70 da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a servidora pública municipal, ANACLEIDE MARIA DEPARIS PINHEIRO, matrícula n° 0018210, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, a partir de 03 de junho de 2020, pelo período de 90 (noventa) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/06/2020.

Campo Erê/SC, 05 de junho de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. 10662-3

PORTARIA 323/2020

Publicação Nº 2524947

PORTARIA N. 323, DE 05 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a retificação da concessão de concessão de Licença Prêmio, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 30 da Lei Complementar n.º 012/2002, com redação alterada pela Lei Complementar 29/2005; Considerando que a servidora Aline Leal de Lima, ficou de Licença sem Vencimento no período de 01/04/2013 à 26/08/2013, completando seu período apenas em 2014; Considerando que a servidora Aline Leal de Lima, requereu a Licença Prêmio, porém o período concedido foi de 2008/2014, quando deveria constar 2008/2014 e 2014/2019;

RESOLVE

Art. 1º. Fica retificado o período de concessão de Licença Prêmio constante da Portaria nº 462/2019, que concedeu Licença Prêmio à servidora pública municipal ALINE LEAL DE LIMA, matrícula nº 01818-8, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 90 (noventa) dias relativos ao período de 2008/2014, para 60 (sessenta) dias relativos ao período de 2008/2014 e 30 (trinta) dias relativo ao período de 2014/2019, a partir dessa data.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26/08/2019.

Campo Erê/SC, 05 de junho de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. 10662-3

PORTARIA 324/2020

Publicação Nº 2524948

PORTARIA N. 324, DE 05 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar n.º 011/2002; Considerando o Decreto n.º 1881, de 15 de abril de 2020; Considerando que a servidora requereu a conversão de suas férias em gozo de 20 horas semanais no período vespertino, concomitantemente com o exercício de suas atividades em 20 horas semanais, no período matutino; Considerando a análise do caso, justificando-se a conversão pleiteada porque atende os interesses da Administração Municipal e evita a admissão temporária para a substituição da servidora;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS em 20 (vinte) horas semanais, à servidora Municipal SUZANA ALVES, Matrícula nº 106224, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, pelo período de 10 dias, relativo ao período aquisitivo de 2015/2016, convertido em 20 dias, a partir de 01/06/2020, gozando as férias no período vespertino e exercendo suas funções no período matutino.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/2020.

Campo Erê/SC, 05 de junho de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. 10662-3

PORTARIA 325/2020

Publicação Nº 2524950

PORTARIA N. 325, DE 10 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio a servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 76 da Lei Complementar n.º 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora pública municipal ALINE LEAL DE LIMA, matrícula nº 01818-8, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 60 (sessenta) dias relativos ao período aquisitivo 2014/2019, a contar do dia 10/06/2020.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 10 de junho de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. 10662-3

PORTARIA 326/2020

Publicação Nº 2524951

PORTARIA N. 326, DE 15 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio a servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 76 da Lei Complementar n.º 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao servidor público municipal LOIVO DENIR DE OLIVEIRA, matrícula nº 0104841, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, relativo ao período averbado e efetivo até 19/01/2014, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar do dia 15/06/2020.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 15 de junho de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. 10662-3

PORTARIA 327/2020

Publicação N° 2524954

PORTARIA N. 327, DE 15 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar n.º 011/2002;

Considerando a Lei n.º 2139, de 14 de maio de 2020 e o Decreto n.º 1881, de 15 de abril de 2020;

Considerando a Portaria n. 020/2020, que interrompeu as férias da servidora Arlete Terezinha Riboli;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, à servidora pública municipal ARLETE TEREZINHA RIBOLI, matrícula nº 04057, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, pelo período de 25 (vinte e cinco) dias, a partir de 15 de junho de 2020.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 15 de junho de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. 10662-3

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2020 - FHJA

Publicação Nº 2525354

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 16/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2020 - FHJA

A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO torna público que fará realizar no dia 29 de junho de 2020, às 14h00min, Pregão Eletrônico do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS A FIM DE SUPRIR ÀS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 16 de junho de 2020.

LUANNA CONINCK DALLA COSTA

DIRETORA GERAL

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

DECRETO N. 8.637, DE 16 DE JUNHO DE 2020 ESTABELECE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

Publicação Nº 2525945

DECRETO N. 8.637, DE 16 DE JUNHO DE 2020

ESTABELECE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Campos Novos,

DECRETA:

Art. 1º. O horário de funcionamento da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo e da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a partir de 17 de junho de 2020, será o seguinte:

I - Das 07h30min às 11h30min e das 13h00 às 17h00min.

Art. 2º. O horário de funcionamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 29 de junho de 2020, será o seguinte:

I - Das 08h00min às 11h30min e das 13h00 às 17h30min.

Art. 3º. O horário de expediente das demais Secretarias permanece inalterado.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Campos Novos-SC, 16 de junho de 2020.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito de Campos Novos

DECRETO Nº 8.635/20 DE 12/06/2020. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Publicação Nº 2525871

DECRETO Nº 8.635/20 DE 12/06/2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.536 de 13/05/2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.607/19 de 24/12/2019 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$24.000,00 (Vinte e quatro mil reais), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 37- FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

UNIDADE: 02- CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS A TERCEIROS

PROJETO/ATIVIDADE: 1.033- Financiamento e Empréstimos para Construção e Reforma de Habitação

Elementos de despesa: 4 - 4.5.90.00.00.00.00.00.03.0000-Aplicações Diretas R\$ 24.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º, será subtraído do superávit financeiro recurso próprio no valor de R\$ 24.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 12 de junho de 2020.

Sílvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.636/20 DE 12/06/2020. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Publicação Nº 2525876

DECRETO Nº 8.636/20 DE 12/06/2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Sílvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.536 de 13/05/2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.607/19 de 24/12/2019 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 550.000,00 (Quinhentos e cinquenta mil reais), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 39- SAMAE – SERV. AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

UNIDADE: 01- SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO

FUNCIONAL: 17.512.0018.2.058 Manutenção dos Serviços Administrativos do SAMAE

Elementos de despesa: 21 - 3.3.90.00.00.00.00.00 0600- Aplicações DiretasR\$ 200.000,00.

FUNCIONAL: 17.512.0018.2.059 Manutenção do Sistema de Operação e Manut. do Sistema de Água

Elementos de despesa: 22 - 3.3.90.00.00.00.00.00 0600- Aplicações DiretasR\$ 250.000,00.

FUNCIONAL: 17.512.0018.2.060 Manutenção do Sistema de Operação e Manut. do Sistema de Esgoto

Elementos de despesa: 23 - 3.3.90.00.00.00.00.00 0600- Aplicações DiretasR\$ 100.000,00.

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito a ser aberto no artigo anterior indicamos como fonte de recursos na forma do disposto no Art. 43, Parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, o SUPERAVIT FINANCEIRO apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2019.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 12 de junho de 2020.

Sílvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

Canelinha

PREFEITURA

011/FHMC/2020

Publicação Nº 2525734

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial 011/FMHC/2020

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a aquisição parcelada de medicamentos conforme necessidade, destinados a manutenção das atividades da Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha SC. DATA DE ABERTURA: 02 de julho de 2020, às 08h30min INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha, 16 de junho de 2020. VANDERLEIA ROSA – Diretora Administrativa.

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 131/2020

Publicação Nº 2524841

DECRETO Nº. 131/2020

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 022 de 16/01/2008, Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008 e Lei Municipal nº 6.217 de 21/05/2018, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 1.518,00 (um mil, quinhentos e dezoito metros quadrados) procedido por ROSELAINE MARIA DIEFENTHELER, situado na Rua Germano Raabe, nº 277, Bairro Marcílio Dias, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 17.804, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 10, com área de 886,48 m², lote nº 11, com área de 316,40 m², lote nº 12, com área de 316,40 m², todos pertencentes à quadra nº 1824, conforme requerimento protocolado sob nº. 3.597/2020.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

JOÃO ENGELBERTO LINZMEIER
Secretário Municipal de Planejamento
Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

DECRETO Nº 134/2020

Publicação Nº 2525256

DECRETO Nº 134/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:
HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO E RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO, EDITAL Nº 002/SMS/2020.

Art. 1º. A comissão organizadora do processo seletivo para contratação temporária de profissionais para atuarem junto à Secretaria Municipal de Saúde, Edital nº 002/SMS/2020, torna público a homologação da Classificação e resultado Final, conforme anexo desse decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento na data de 15/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Homologação a Classificação e Resultado Final do Processo Seletivo para Contratação Temporária nº 002/SMS/2020.

Médico – 10h

Candidato	Pontuação	Classificação
Marina Togami Seleme Ruhland – CPF nº 009.036.309-40	7,00	1º
Onivaldo da Costa Menezes – CPF nº 670.011.222-20	6,60	2º

Médico Clínico Geral - 20h

Candidato	Pontuação	Classificação
José Rubens Gonçalves Junior – CPF nº 131.990.052-68	9,00	1º
Carla Lorusso Caversan Limeira – CPF nº 090.689.089-60	0,70	Desclassificada (Item 6.3 do Edital)

Médico ESF – 40h

Candidato	Pontuação	Classificação
Tayane Duarte de Oliveira – CPF nº 710.176.402-97	6,25	1º
Francielle Valle Batistão – CPF nº 047.710.539-44	5,50	2º
Ana Beatriz Schmidt – CPF nº 092.676.199-42	1,20	3º
Mario Eduardo Rocha Silva – CPF nº 180.795.958-95	1,00	4º
Angelo Miguel Barbosa Junior – CPF nº 068.202.789-85	0,90	Desclassificado (Item 6.3 do Edital)
Jessica Gabriele Santos – CPF nº 094.248.219-05	0,20	Desclassificado (Item 6.3 do Edital)
Rodrigo Faustino – CPF nº 005.132.772-42	0,00	Desclassificado (Item 6.3 do Edital)

Canoinhas, 15 de junho de 2020.

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2020

Publicação Nº 2525067

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2020

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Onde lia-se: Justificativa de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 03/2020; LEIA-SE: Justificativa de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 06/2020.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMDR 1-03/2020

Publicação Nº 2525351

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMDR 1-03/2020

Prorrogação

Fundo de Desenvolvimento Rural de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Pregão Eletrônico N.º PMC PE05/2020

Data de assinatura: 10/06/2020.

Contratada: MANJATO TRATORES LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.492.308/0001-00

Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) PRANCHA ROLL-ON ROLL-OFF E 01 (UM) CONJUNTO DE FENAÇÃO, CONVÊNIO MAPA - 893718/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO 21000.091019/2019-45, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL.

Contratante: Fundo de Desenvolvimento Rural de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do prazo: A vigência que era até 10/06/2020, passará a ser até 31/12/2020.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° FMS 1-07/2020

Publicação N° 2525339

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 1-07/2020

Outros

Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Pregão Eletrônico N.º PMC PE13/2020

Data de assinatura: 16/06/2020.

Contratada: M K CLINICA VETERINARIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 21.716.103/0001-22

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS DE CIRURGIAS DE ESTERILIZAÇÃO (CASTRACÃO MINIMAMENTE INVASIVA) EM FORMA DE MUTIRÃO QUE CONTENHA UNIDADE MÓVEL EQUIPADA COM AS NORMAS BÁSICAS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA OU INSTALAÇÕES EQUIVALENTES NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC, DESTINADA A CÃES E GATOS DE RUA, RESGATADOS E/OU DOMICILIADOS (FAMÍLIA DE VULNERABILIDADE SOCIAL) NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.206.680/0001-10.

Da execução: A execução que era até o primeiro semestre, passará a ser até o segundo semestre.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° FUNREBOM 7-127/2019M

Publicação N° 2525356

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FUNREBOM 7-127/2019M

Inclusão de item

Fundo de Reequilíbrio dos Bombeiros de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Pregão Eletrônico N.º PMC PE125/2019

Data de assinatura: 04/06/2020.

Contratada: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 61.198.164/0001-60

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR DESTINADO A FROTA DE VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E AMBULÂNCIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLICIA MILITAR, POLICIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS, COM COBERTURA CONTRA DANOS MATERIAIS RESULTANTES DE SINISTROS DE ROUBO OU FURTO, COLISÃO, INCÊNDIO, DANOS CAUSADOS PELA NATURAL REZA, ASSISTÊNCIA 24 HORAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOCORRO OU SALVAMENTO EM SITUAÇÃO DECORRENTE DE UM DOS RISCOS COBERTOS

Contratante: Fundo de Reequilíbrio dos Bombeiros de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do valor : R\$ 4.308,04

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° PMC 1-29/2020

Publicação N° 2525460

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-29/2020

Supressão

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Tomada de Preço N.º PMC TP02/2020

Data de assinatura: 16/06/2020.

Contratada: WR CONSTRUTORA & DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 30.150.827/0001-42

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A REALIZAÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CEI VINICIUS DE MORAES, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do valor : R\$ 20.606,16

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº PMC 2-29/2020

Publicação Nº 2525467

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 2-29/2020

Acréscimo

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Tomada de Preço N.º PMC TP02/2020

Data de assinatura: 16/06/2020.

Contratada: WR CONSTRUTORA & DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 30.150.827/0001-42

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A REALIZAÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CEI VINICIUS DE MORAES, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do valor : R\$ 23.124,53

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº PMC 24/2019

Publicação Nº 2525479

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 6-24/2019

Supressão

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Pregão Presencial N.º PMC PR162/2018

Data de assinatura: 01/06/2020.

Contratada: ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 79.283.065/0001-41

Objeto Contratado: REGISTRO DE PREÇO DE HORAS DE SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA DA ÁREA FÍSICA INTERNA (SALAS, COZINHA, BANHEIROS, ESCADARIA, CORREDORES E AFINS) E EXTERNA (CALÇADAS, ESCADARIAS E AFINS) DE PRÉDIOS PÚBLICOS, HORAS DE SERVIÇO DE LAVADOR DE VEÍCULO, HORAS DE SERVIÇO DE RECEPCIONISTA E HORAS DE SERVIÇO DE AUXILIAR DE MECÂNICO, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E POLICIA CIVIL, INSTITUTO CANOINHENSE DE

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do valor : R\$ 53.894,75

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº PMC 6-22/2019

Publicação Nº 2525475

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 6-22/2019

Supressão

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Pregão Presencial N.º PMC PR162/2018

Data de assinatura: 01/06/2020.

Contratada: ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 79.283.065/0001-41

Objeto Contratado: REGISTRO DE PREÇO DE HORAS DE SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA DA ÁREA FÍSICA INTERNA (SALAS, COZINHA, BANHEIROS, ESCADARIA, CORREDORES E AFINS) E EXTERNA (CALÇADAS, ESCADARIAS E AFINS) DE PRÉDIOS PÚBLICOS, HORAS DE SERVIÇO DE LAVADOR DE VEÍCULO, HORAS DE SERVIÇO DE RECEPCIONISTA E HORAS DE SERVIÇO DE AUXILIAR DE MECÂNICO, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E POLICIA CIVIL, INSTITUTO CANOINHENSE DE

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do valor : R\$ 54.087,58

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº FMS 05/2020

Publicação Nº 2525270

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 05/2020

Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Tomada de Preço N.º PMC TP01/2020

Data de assinatura: 26/05/2020

Contratada: GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 32.137.794/0001-26

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA REALIZAR REFORMA DA LAVANDERIA MUNICIPAL, COM FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.206.680/0001-10.

Do valor : R\$ 48.954,96 (quarenta e oito mil e novecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e seis centavos)

Vigência: 26/05/2020 a 31/08/2020

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº FMS 06/2020

Publicação Nº 2525276

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 06/2020

Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Pregão Presencial N.º PMC PR22/2020

Data de assinatura: 28/05/2020

Contratada: SILVA, SANTANA E MULLER EMPREENDIMENTOS EM SAUDE LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 20.437.865/0001-27

Objeto Contratado: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU ENTIDADE ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM PESSOAL NA ÁREA MÉDICA, COM SERVIÇOS DE MÉDICOS PLANTONISTAS PARA TRIAGEM E ATENDIMENTO DE URGÊNCIA, EM REGIME DE PLANTÃO PRESENCIAL, 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, PARA ATUAR NO CENTRO DE REFERÊNCIA COVID-19.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.206.680/0001-10.

Do valor : R\$ 168.102,00 (cento e sessenta e oito mil e cento e dois reais)

Vigência: 28/05/2020 a 25/08/2020

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº FMS 07/2020

Publicação Nº 2525281

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 07/2020

Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Pregão Eletrônico N.º PMC PE13/2020

Data de assinatura: 02/06/2020

Contratada: M K CLINICA VETERINARIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 21.716.103/0001-22

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS DE CIRURGIAS DE ESTERILIZAÇÃO (CASTRACÃO MINIMAMENTE INVASIVA) EM FORMA DE MUTIRÃO QUE CONTENHA UNIDADE MÓVEL EQUIPADA COM AS NORMAS BÁSICAS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA OU INSTALAÇÕES EQUIVALENTES NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC, DESTINADA A CÃES E GATOS DE RUA, RESGATADOS E/OU DOMICILIADOS (FAMÍLIA DE VULNERABILIDADE SOCIAL) NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.206.680/0001-10.

Do valor : R\$ 19.858,80 (dezenove mil e oitocentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos)

Vigência: 02/06/2020 a 31/12/2020

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº FMS 08/2020

Publicação Nº 2525306

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 08/2020

Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Inexigibilidade N.º PMC IL03/2020

Data de assinatura: 05/06/2020

Contratada: HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.192.096/0001-64

Objeto Contratado: REPASSE DE RECURSO REFERENTE À HABILITAÇÃO DE 05 (CINCO) LEITOS DE UTI NO HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS. CONTRATO FMS 08/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.206.680/0001-10.

Do valor: R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais)

Vigência: 05/06/2020 a 30/09/2020

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº FMS 09/2020

Publicação Nº 2525316

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 09/2020

Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Inexigibilidade N.º PMC IL04/2020

Data de assinatura: 05/06/2020

Contratada: HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.192.096/0001-64

Objeto Contratado: REPASSE DE RECURSOS AO HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS PARA AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE COVID-19. CONTRATO 09/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.206.680/0001-10.

Do valor : R\$ 282.028,47 (duzentos e oitenta e dois mil e vinte e oito reais e quarenta e sete centavos)

Vigência: 05/06/2020 a 30/09/2020

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº FMS 10/2020

Publicação Nº 2525331

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 10/2020

Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Inexigibilidade N.º PMC IL05/2020

Data de assinatura: 15/06/2020

Contratada: HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.192.096/0001-64

Objeto Contratado: REPASSE DE RECURSOS AO HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS PARA AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE COVID-19 - PARCELA 02. CONTRATO FMS Nº 10/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.206.680/0001-10.

Do valor : R\$ 733.883,37 (setecentos e trinta e três mil e oitocentos e oitenta e três reais e trinta e sete centavos)

Vigência: 15/06/2020 a 20/09/2020

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 14/2020

Publicação Nº 2525411

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 14/2020

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Dispensa por Justificativa N.º PMC DL2/2020

Data de assinatura: 30/01/2020

Contratada: TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.531.769/0001-48

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NUM PERÍODO DE ATÉ 180 DIAS.

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do valor : R\$ 2.551.341,80 (dois milhões e quinhentos e cinquenta e um mil e trezentos e quarenta e um reais e oitenta centavos)

Vigência: 06/02/2020 a 31/07/2020
A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 43/2020

Publicação Nº 2525365

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 43/2020
Prefeitura Municipal de Canoinhas
ESTADO DE SANTA CATARINA
Tomada de Preço N.º PMC TP10/2020
Data de assinatura: 26/05/2020
Contratada: PRADO & PRADO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 23.153.183/0001-80
Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TAPA BURACOS, LOMBADAS E LOMBOFAIXAS EM MASSA ASFÁLTICA, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. CONTRATO PMC 43/2020
Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.
Do valor : R\$ 518.745,00 (quinhentos e dezoito mil e setecentos e quarenta e cinco reais)
Vigência: 26/05/2020 a 23/09/2020
A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 44/2020

Publicação Nº 2525371

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 44/2020
Prefeitura Municipal de Canoinhas
ESTADO DE SANTA CATARINA
Dispensa por Justificativa N.º PMC DL08/2020
Data de assinatura: 29/05/2020
Contratada: EDEMAR REESE, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 28.371.301/0001-40
Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA PARA A RETIFICAÇÃO DA MATRÍCULA 34.005.
Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.
Do valor : R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)
Vigência: 29/05/2020 a 30/08/2020
A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 45/2020

Publicação Nº 2525379

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 45/2020
Prefeitura Municipal de Canoinhas
ESTADO DE SANTA CATARINA
Dispensa por Justificativa N.º PMC DL09/2020
Data de assinatura: 29/05/2020
Contratada: ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.279.711/0001-60
Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A INSTALAÇÃO E FABRICAÇÃO DE BASES DE MOBILIÁRIO URBANO NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.
Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.
Do valor : R\$ 10.652,25 (dez mil e seiscentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos)
Vigência: 29/05/2020 a 30/08/2020
A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 46/2020

Publicação Nº 2525399

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 46/2020

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Tomada de Preço N.º PMC TP05/2020

Data de assinatura: 15/06/2020

Contratada: WR CONSTRUTORA & DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 30.150.827/0001-42

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A REALIZAÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL FERNANDO PESSOA, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. CONTRATO PMC 46/2020.

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do valor : R\$ 105.881,39 (cento e cinco mil e oitocentos e oitenta e um reais e trinta e nove centavos)

Vigência: 15/06/2020 a 30/10/2020

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 47/2020

Publicação Nº 2525408

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 47/2020

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Tomada de Preço N.º PMC TP09/2020

Data de assinatura: 15/06/2020

Contratada: GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 32.137.794/0001-26

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A REALIZAÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MONTEIRO LOBATO, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. CONTRATO PMC 47/2020.

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do valor : R\$ 81.969,85 (oitenta e um mil e novecentos e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos)

Vigência: 15/06/2020 a 30/10/2020

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

PORTARIA Nº 774/2020

Publicação Nº 2525515

PORTARIA Nº. 774/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias ao servidor WINSTON BEYERSDORFF LUCCHIARI, efetivo no cargo de Advogado Municipal, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2019/2020, a desfrutar no período de 15/06/2020 a 24/06/2020, conforme Memorando nº 9.935/SMAFO/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 775/2020

Publicação Nº 2525516

PORTARIA Nº. 775/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 80 da LC nº 070/2019, resolve:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença da servidora SIDMEIA DIAS DOS SANTOS, efetiva no cargo de Professor de Educação Infantil Readaptada, no CEI Vinícius de Moraes, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/06/2020 a 04/12/2020, conforme Memorando nº 9.925/SME/2020 e atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 776/2020

Publicação Nº 2525510

PORTARIA Nº. 776/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município e art. 96 da LC 070 de 2019, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 90 (noventa) dias de Licença Prêmio ao servidor ANTONIO CARLOS PADEVSKI, efetivo no cargo de Servente Masculino, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2014/2019, a desfrutar no período de 15/06/2020 a 12/09/2020, conforme Memorando nº 9.739/SMO/2020.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 777/2020

Publicação Nº 2525264

PORTARIA Nº. 777/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 78 da LC 070/2019, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a ANGELITA GROSSKOPF, efetiva no cargo de Servente, atuando no GEM

Gertrudes Muller, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/06/2020 a 24/07/2020, conforme Memorando nº 9.997/SME/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 778/2020

Publicação Nº 2525251

PORTARIA Nº 778/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas, resolve;

RETIRAR

Art. 1º - Fica retirado o Adicional de 15% de Regência, a partir de 01 de junho de 2020, a servidora DJENIFER ONNIL DAVID SLABADACK, que exerce o cargo de Professor de Geografia, 20 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme Memorando nº 9.910/SME/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 779/2020

Publicação Nº 2525249

PORTARIA Nº. 779/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias a servidora CARLA BENEDITA DOS SANTOS DIAS DE LIMA, efetiva no cargo de Odontólogo, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 10/07/2020 a 08/08/2020, conforme Memorando nº 9.863/SMS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 780/2020

Publicação Nº 2525242

PORTARIA Nº. 780/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias a servidora ISABELLE CRISTINA NEUMANN RIBEIRO, efetiva no cargo de Professor de Educação Física, 40 horas semanais, no CEI Mario Edson e no CEI Cecilia Meirelles, junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2019/2020, a desfrutar no período de 06/07/2020 a 04/08/2020, conforme Memorando nº 9.900/SME/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 781/2020

Publicação Nº 2525246

PORTARIA Nº. 781/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido JULIANE CRISTINA BORGES, efetiva no cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, na EBM Severo de Andrade, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/06/2020, conforme Memorando nº 10.072/SME/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 782/2020

Publicação Nº 2525254

PORTARIA Nº. 782/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 003/SMS/2020

Art. 1º- Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão do Processo Seletivo - Edital nº 003/SMS/2020,

visando à contratação temporária de Profissionais para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde, com poderes para apreciar recursos e demais atos necessários.

- Janice de Fátima Stempinhak – Membro;
- Alexandra Lavina Iglowski – Membro;
- Rafaeli Maize Zieruth – Presidente.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 64/2020 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2525477

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 64/2020 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 29/06/2020, às 08h20min, licitação para REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO PARCELADA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PERTENCENTES A FROTA DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E MATERIAIS NOVOS E ORIGINAIS OU GENUINOS (NÃO REMANUFATURADOS OU RECONDICIONADOS). Recebimento de propostas até às 08h15min do dia 29/06/2020, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 11/2020 CMAS

Publicação Nº 2525433

RESOLUÇÃO Nº 11/2020

Aprova "ad referendum" Plano de Trabalho da Associação Canoinhense de Deficientes – ACD

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Extraordinária, realizada no dia 15 de junho de 2020, no uso de suas competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 4.852 de 14 de novembro de 2011 que institui o Conselho Municipal de Assistência Social e Regimento Interno aprovado pelo Decreto Municipal nº 241 de 14 de dezembro de 2012;

CONSIDERANDO a análise dos documentos encaminhados pela Associação Canoinhense de Deficientes – ACD o Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho da Associação Canoinhense de Deficientes - ACD para o ano de 2020.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 15 de junho de 2020.

Vilcéia Regina Tavares Magalhães

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº002/2020

Publicação Nº 2525624

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº002/2020

Aos 10 (dez) dias do mês de junho de 2020, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS (SC), localizada à Rua Senador Felipe Schmidt nº10, cidade de Canoinhas, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.384/0001-80, neste ato representada pelo excelentíssimo senhor Gilberto dos Passos, portador da Carteira de Identidade nº 3.114.763 SSP/SC, CPF nº 003.649.429-16, no uso da atribuição que lhe confere o cargo de Prefeito, resolve promover adesão a Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 11/2019/FNDE/MEC, conforme autorização concedida pelo Ofício nº 1474/2020– CGCOM/DIRAD/FNDE, cujo objeto trata do Registro de Preços, consignado em Ata, buscando a aquisição de transporte escolar diário de estudantes, denominado de Ônibus Rural Escolar (ORE), sendo que esta municipalidade formalizará instrumento contratual com a empresa CNH INDUSTRIAL DO BRASIL LTDA., licitante vencedor, inscrita no CNPJ sob o nº 01.844.555/0005-06, para aquisição de 01 (um) ônibus rural escolar – ORE 2, com as seguintes especificações: "ônibus com comprimento total máximo de 9.000 mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 3.000kg, com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) estudantes sentados, mais o condutor, e deve ser equipado com dispositivo para transposição de fronteira, do tipo poltrona móvel (DPM), para embarque e desembarque de estudante com deficiência, ou com mobilidade reduzida, que permita realizar o deslocamento de uma, ou mais poltronas, do salão de passageiros, do exterior do veículo, ao nível do piso interno" no valor total de R\$ 214.000,00 (duzentos e quatorze mil reais)

Canoinhas (SC), 10 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Este Termo de Adesão a Ata de Registro de Preços foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

RREO 1º BIMESTRE 2020 - ANEXO 02 - REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 2525661



Município de Canoinhas

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		Em Reais	
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a - d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	168.205.933,22	1.75.632.459,84	78.491.825,57	78.491.825,57	98,24	21.904.041,67	21.904.041,67	93,96	153.728.418,17
LEGISLATIVA	4.189.500,00	4.189.500,00	574.328,86	574.328,86	0,72	556.938,96	556.938,96	2,39	3.632.561,04
Controle Externo	4.189.500,00	4.189.500,00	574.328,86	574.328,86	0,72	556.938,96	556.938,96	2,39	3.632.561,04
ADMINISTRAÇÃO	11.711.820,68	12.277.335,68	4.880.204,36	4.880.204,36	6,11	2.136.768,57	2.136.768,57	9,17	10.140.567,11
Planejamento e Orçamento	1.834.335,75	2.009.850,75	859.789,32	859.789,32	1,08	260.810,60	260.810,60	1,12	1.749.040,15
Administração Geral	9.877.484,93	10.267.484,93	4.020.415,04	4.020.415,04	5,03	1.875.957,97	1.875.957,97	8,05	8.391.526,96
SEGURANÇA PÚBLICA	535.209,00	716.648,92	386.353,18	386.353,18	0,48	54.594,52	54.594,52	0,23	662.054,40
Policimento	535.209,00	716.648,92	386.353,18	386.353,18	0,48	54.594,52	54.594,52	0,23	662.054,40
ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.696.145,84	8.024.291,32	1.486.972,61	1.486.972,61	1,86	777.776,33	777.776,33	3,34	7.246.514,99
Assistência à Criança e ao Adolescente	102.720,00	102.720,00	4.947,50	4.947,50	0,01	1.872,99	1.872,99	0,01	100.847,01
Assistência Comunitária	7.593.425,84	7.921.571,32	1.482.025,11	1.482.025,11	1,85	775.903,34	775.903,34	3,33	7.145.667,98
PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.130.000,00	6.130.000,00	1.150.315,19	1.150.315,19	1,44	942.165,00	942.165,00	4,04	5.187.835,00
Previdência do Regime Estatutário	6.130.000,00	6.130.000,00	1.150.315,19	1.150.315,19	1,44	942.165,00	942.165,00	4,04	5.187.835,00
SAÚDE	37.924.529,88	39.010.037,06	21.010.376,75	21.010.376,75	26,30	5.125.300,65	5.125.300,65	21,99	33.884.736,41
Administração Geral	1.155.000,00	1.175.000,00	436.166,93	436.166,93	0,55	247.246,64	247.246,64	1,06	927.753,36
Atenção Básica	10.551.189,12	11.041.212,91	2.323.854,38	2.323.854,38	2,91	1.386.137,01	1.386.137,01	5,95	9.655.075,90
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	23.941.071,80	24.422.204,28	17.698.279,70	17.698.279,70	22,15	3.248.632,06	3.248.632,06	13,94	21.174.572,22
Suporte Profilático e Terapêutico	1.145.804,04	1.239.154,95	357.099,13	357.099,13	0,45	73.958,91	73.958,91	0,32	1.165.196,04
Vigilância Sanitária	612.641,80	612.641,80	89.530,02	89.530,02	0,11	85.595,09	85.595,09	0,37	527.046,71
Vigilância Epidemiológica	518.823,12	518.823,12	105.446,59	105.446,59	0,13	83.730,94	83.730,94	0,36	435.092,18
EDUCAÇÃO	48.143.567,19	50.002.096,53	13.267.468,65	13.267.468,65	16,61	6.135.753,04	6.135.753,04	26,32	43.866.343,49
Administração Geral	2.753.600,00	2.753.600,00	740.544,41	740.544,41	0,93	2.013.055,59	2.013.055,59	1,74	2.348.271,81
Ensino Fundamental	27.446.761,67	28.507.474,96	8.602.343,45	8.602.343,45	10,77	3.486.521,14	3.486.521,14	14,96	25.020.953,82
Ensino Médio	1.290.239,90	1.290.239,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.290.239,90
Ensino Superior	270.512,05	270.512,05	47.768,44	47.768,44	0,06	42.990,75	42.990,75	0,18	227.521,30
Educação de Jovens e Adultos	16.253.334,94	17.051.150,99	3.871.593,00	3.871.593,00	4,85	2.200.912,96	2.200.912,96	9,44	14.850.238,03
CULTURA	120.118,63	120.118,63	5.219,35	5.219,35	0,01	0,00	0,00	0,00	120.118,63
Educação de Jovens e Adultos	120.118,63	120.118,63	5.219,35	5.219,35	0,01	0,00	0,00	0,00	120.118,63
Diffusão Cultural	724.172,48	724.172,48	238.342,11	238.342,11	0,30	88.011,19	88.011,19	0,38	636.161,29
URBANISMO	35.103.108,25	37.051.047,52	23.231.377,53	23.231.377,53	29,08	4.041.491,09	4.041.491,09	17,34	33.009.556,43
Serviços Urbanos	35.103.108,25	37.051.047,52	23.231.377,53	23.231.377,53	29,08	4.041.491,09	4.041.491,09	17,34	33.009.556,43
HABITAÇÃO	565.149,84	594.485,27	137.458,20	137.458,20	0,17	102.362,02	102.362,02	0,44	492.123,25
Habitação Urbana	565.149,84	594.485,27	137.458,20	137.458,20	0,17	102.362,02	102.362,02	0,44	492.123,25

1 / 4



Município de Canoinhas

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continuação

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre (b)	Até o bimestre (b)		No Bimestre (d)	Até o bimestre (d)	
				% (b/total b)			% (d/total d)	
SANEAMENTO	2.140,00	2.140,00	50,00	0,00	2.090,00	0,00	0,00	2.140,00
Saneamento Básico Urbano	2.140,00	2.140,00	50,00	0,00	2.090,00	0,00	0,00	2.140,00
GESTÃO AMBIENTAL	5.214.842,52	5.214.842,52	4.526.502,18	5,67	688.340,34	517.997,11	517.997,11	4.696.845,41
Preservação e Conservação Ambiental	5.214.842,52	5.214.842,52	4.526.502,18	5,67	688.340,34	517.997,11	517.997,11	4.696.845,41
AGRICULTURA	1.996.466,55	3.426.581,55	877.534,69	1,10	2.549.046,86	217.999,07	217.999,07	3.208.582,48
Extensão Rural	1.996.466,55	3.426.581,55	877.534,69	1,10	2.549.046,86	217.999,07	217.999,07	3.208.582,48
COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.560.938,49	1.560.938,49	801.633,35	1,00	759.305,14	230.708,03	230.708,03	1.330.230,46
Promoção Comercial	1.560.938,49	1.560.938,49	801.633,35	1,00	759.305,14	230.708,03	230.708,03	1.330.230,46
DESPORTO E LAZER	755.182,50	755.182,50	316.582,49	0,40	438.600,01	78.498,80	78.498,80	676.683,70
Desporto Comunitário	755.182,50	755.182,50	316.582,49	0,40	438.600,01	78.498,80	78.498,80	676.683,70
ENCARGOS ESPECIAIS	5.887.160,00	5.887.160,00	5.606.325,42	7,02	280.834,58	897.677,29	897.677,29	4.989.482,71
Serviço da Dívida Interna	2.805.560,00	2.805.560,00	2.783.115,48	3,48	22.444,52	459.150,52	459.150,52	2.346.409,48
Outras Transferências	1.284.000,00	1.284.000,00	1.284.000,00	1,61	0,00	153.044,63	153.044,63	1.130.955,37
Outros Encargos Especiais	1.797.600,00	1.797.600,00	1.539.209,94	1,93	258.390,06	285.482,14	285.482,14	1.512.117,86
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	66.000,00	66.000,00	0,00	0,00	66.000,00	0,00	0,00	66.000,00
Reserva de Contingência	66.000,00	66.000,00	0,00	0,00	66.000,00	0,00	0,00	66.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	9.603.449,67	9.503.449,67	1.407.155,21	1,76	8.096.294,46	1.407.155,21	1.407.155,21	8.096.294,46
TOTAL (III) = (I + II)	177.809.382,89	185.135.909,51	79.898.980,78	100,00	105.236.928,73	23.311.196,88	23.311.196,88	161.824.712,63

Continua 2 / 4



Município de Canoinhas

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	9.603.449,67	9.503.449,67	1.407.155,21	1,76	8.096.294,46	1.407.155,21	1,407.155,21	6,04
LEGISLATIVA	220.500,00	220.500,00	20.770,32	0,03	199.729,68	20.770,32	20.770,32	0,09
Controle Externo	220.500,00	220.500,00	20.770,32	0,03	199.729,68	20.770,32	20.770,32	0,09
ADMINISTRAÇÃO	669.902,17	669.902,17	100.472,33	0,13	569.429,84	100.472,33	100.472,33	0,43
Planejamento e Orçamento	105.746,07	105.746,07	18.205,35	0,02	87.540,72	18.205,35	18.205,35	0,08
Administração Geral	564.156,10	564.156,10	82.266,98	0,10	481.889,12	82.266,98	82.266,98	0,35
ASSISTÊNCIA SOCIAL	465.000,00	465.000,00	74.951,62	0,09	390.048,38	74.951,62	74.951,62	0,32
Assistência Comunitária	465.000,00	465.000,00	74.951,62	0,09	390.048,38	74.951,62	74.951,62	0,32
PREVIDÊNCIA SOCIAL	40.000,00	40.000,00	2.749,77	0,00	37.250,23	2.749,77	2.749,77	0,01
Previdência do Regime Estatutário	40.000,00	40.000,00	2.749,77	0,00	37.250,23	2.749,77	2.749,77	0,01
SAÚDE	1.735.000,00	1.735.000,00	270.776,10	0,34	1.464.223,90	270.776,10	270.776,10	1,16
Administração Geral	100.000,00	100.000,00	17.109,46	0,02	82.890,54	17.109,46	17.109,46	0,07
Atenção Básica	700.000,00	700.000,00	106.513,18	0,13	593.486,82	106.513,18	106.513,18	0,46
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	775.000,00	775.000,00	123.924,75	0,16	651.075,25	123.924,75	123.924,75	0,53
Suporte Profilático e Terapêutico	50.000,00	50.000,00	6.347,38	0,01	43.652,62	6.347,38	6.347,38	0,03
Vigilância Sanitária	60.000,00	60.000,00	9.460,56	0,01	50.539,44	9.460,56	9.460,56	0,04
Vigilância Epidemiológica	50.000,00	50.000,00	7.420,77	0,01	42.579,23	7.420,77	7.420,77	0,03
EDUCAÇÃO	5.780.702,48	5.780.702,48	849.750,18	1,06	4.930.952,30	849.750,18	849.750,18	3,65
Administração Geral	1.050.000,00	1.050.000,00	110.079,87	0,14	939.920,13	110.079,87	110.079,87	0,47
Ensino Fundamental	2.986.833,78	2.986.833,78	469.011,10	0,59	2.517.822,68	469.011,10	469.011,10	2,01
Ensino Superior	53.716,85	53.716,85	7.283,50	0,01	46.433,35	7.283,50	7.283,50	0,03
Educação de Jovens e Adultos	1.673.614,35	1.673.614,35	263.375,71	0,33	1.410.238,64	263.375,71	263.375,71	1,13
CULTURA	32.000,00	32.000,00	3.859,18	0,00	28.140,82	3.859,18	3.859,18	0,02
Difusão Cultural	32.000,00	32.000,00	3.859,18	0,00	28.140,82	3.859,18	3.859,18	0,02
URBANISMO	453.960,00	353.960,00	48.216,91	0,06	305.743,09	48.216,91	48.216,91	0,21
Serviços Urbanos	453.960,00	353.960,00	48.216,91	0,06	305.743,09	48.216,91	48.216,91	0,21
HABITAÇÃO	21.824,00	21.824,00	3.437,36	0,00	18.386,64	3.437,36	3.437,36	0,01
Habituação Urbana	21.824,00	21.824,00	3.437,36	0,00	18.386,64	3.437,36	3.437,36	0,01
GESTÃO AMBIENTAL	28.076,27	28.076,27	7.630,96	0,01	20.445,31	7.630,96	7.630,96	0,03
Preservação e Conservação Ambiental	28.076,27	28.076,27	7.630,96	0,01	20.445,31	7.630,96	7.630,96	0,03
AGRICULTURA	59.219,70	59.219,70	11.379,12	0,01	47.840,58	11.379,12	11.379,12	0,05
Extensão Rural	59.219,70	59.219,70	11.379,12	0,01	47.840,58	11.379,12	11.379,12	0,05

Continua 3 / 4

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continuação



Município de Canoinhas

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continuação

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	
COMÉRCIO E SERVIÇOS	54.265,05	54.265,05	8.177,77	8.177,77	0,01	8.177,77	8.177,77	46.087,28
Promoção Comercial	54.265,05	54.265,05	8.177,77	8.177,77	0,01	8.177,77	8.177,77	46.087,28
DESPORTO E LAZER	43.000,00	43.000,00	4.983,59	4.983,59	0,01	4.983,59	4.983,59	38.016,41
Desporto Comunitário	43.000,00	43.000,00	4.983,59	4.983,59	0,01	4.983,59	4.983,59	38.016,41
TOTAL	9.603.449,67	9.503.449,67	1.407.155,21	1.407.155,21	1,76	1.407.155,21	1.407.155,21	8.096.294,46

FONTE: Sistema e-Pública (16564313-232). Unidade Responsável: . Data da emissão: 15/06/2020 e hora de emissão: 13:52.

RREO 1º BIMESTRE 2020 - ANEXO 03 - REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 2525665



Município de Canoinhas

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses											
	Março/2019	Abril/2019	Maió/2019	Junho/2019	Julho/2019	Agosto/2019	Setembro/2019					
RECEITAS CORRENTES (I)	15.452.093,83	12.414.613,78	13.806.860,75	13.381.496,99	14.526.333,98	12.598.053,09	13.278.708,24					
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.795.173,02	1.541.155,19	1.926.222,89	1.914.981,05	1.924.849,13	1.678.715,11	1.904.299,26					
IPTU	2.792.855,50	508.593,54	526.591,97	370.426,58	410.291,71	384.561,71	368.284,11					
ISS	593.488,83	372.565,47	806.614,25	603.319,76	688.833,71	648.909,33	694.487,29					
ITBI	102.206,21	134.946,49	158.440,47	140.309,17	211.705,02	139.881,29	221.757,99					
IRRF	298.717,40	138.287,18	108.652,14	561.569,74	360.943,57	235.581,46	371.081,55					
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.007.905,08	386.762,51	325.924,06	239.355,80	253.075,12	269.781,32	248.688,32					
Contribuições	589.109,55	605.139,68	627.858,46	725.471,83	800.986,32	794.018,93	779.306,82					
Receita Patrimonial	194.322,26	270.756,44	490.319,15	619.666,57	396.855,38	81.950,58	558.066,73					
Rendimentos de Aplicação Financeira	194.322,26	270.756,44	490.319,15	619.666,57	396.855,38	81.950,58	558.066,73					
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	41.369,80	1.100,79	0,00					
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita de Serviços	8.244,00	5.870,93	7.653,17	49.789,55	41.000,29	5.951,50	13.370,50					
Transferências Correntes	9.847.437,34	9.967.847,55	10.693.492,36	10.036.758,34	11.067.733,97	10.007.317,40	9.994.761,55					
Cota-Parte do FPM	2.149.716,40	2.097.286,92	2.691.502,31	2.120.090,45	2.899.215,78	2.116.229,84	1.883.756,65					
Cota-Parte do ICMS	2.531.885,61	2.596.974,44	2.556.247,85	2.496.365,26	2.526.547,41	2.544.200,05	2.649.451,28					
Cota-Parte do IPVA	589.124,65	606.976,73	683.028,68	635.114,33	722.655,00	601.165,98	602.031,84					
Cota-Parte do ITR	628,26	413,16	395,33	959,21	3.561,01	2.552,03	17.264,50					
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Transferências da LC 61/1989	32.703,93	33.155,60	32.465,53	34.047,15	34.466,70	30.848,00	37.604,47					
Transferências do FUNDEB	2.606.370,44	2.656.752,38	2.787.048,42	2.544.953,02	2.554.963,63	2.612.231,16	2.724.671,44					
Outras Transferências Correntes	1.937.006,05	1.976.288,32	1.942.804,24	2.205.228,92	2.326.324,44	2.100.090,34	2.079.981,37					
Outras Receitas Correntes	17.812,66	23.843,99	61.314,72	34.829,65	294.908,89	30.099,57	28.903,38					
DEDUÇÕES (II)	1.388.524,63	1.407.160,04	1.535.591,47	1.400.662,99	1.625.835,57	1.404.580,07	1.392.912,04					
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	327.712,64	340.198,90	342.863,76	343.347,90	346.313,99	345.581,13	354.890,53					
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	273.335,85	0,00	0,00					
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.060.811,99	1.066.961,14	1.192.727,71	1.057.315,09	1.006.185,73	1.058.998,94	1.038.021,51					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	14.063.574,20	11.007.453,74	12.271.269,28	11.980.834,00	12.900.498,41	11.193.473,02	11.885.796,20					
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENVIDUAMENTO (V) = (III - IV)	14.063.574,20	11.007.453,74	12.271.269,28	11.980.834,00	12.900.498,41	11.193.473,02	11.885.796,20					
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	14.063.574,20	11.007.453,74	12.271.269,28	11.980.834,00	12.900.498,41	11.193.473,02	11.885.796,20					

1 / 2



Município de Canoinhas

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

Continuação
R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses						Previsão atualizada 2020
	Outubro/2019	Novembro/2019	Dezembro/2019	Janeiro/2020	Fevereiro/2020	Total Últimos 12 Meses	
RECEITAS CORRENTES (I)	13.047.676,79	12.760.850,64	20.095.272,99	12.674.398,65	14.501.880,71	168.538.245,44	167.439.335,98
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.694.330,64	1.870.036,12	3.459.274,77	1.531.431,98	1.368.891,18	25.594.360,34	22.624.783,00
IPTU	344.936,68	482.470,34	1.342.913,95	153.198,72	128.938,53	7.814.063,34	7.669.686,00
ISS	633.814,90	686.637,68	716.581,47	626.241,82	618.194,89	7.689.679,40	7.140.967,00
ITBI	163.196,43	62.986,97	127.945,55	191.898,13	77.431,52	1.732.705,24	1.348.312,00
IRRF	307.099,47	308.701,65	767.646,21	342.524,12	368.424,15	4.169.228,64	3.236.749,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	245.283,16	329.239,48	504.187,59	202.569,19	175.912,09	4.188.683,72	3.229.069,00
Contribuições	756.622,36	735.822,62	1.444.847,09	393.416,78	773.747,41	9.026.347,85	8.568.280,40
Receita Patrimonial	591.340,16	-62.218,30	779.315,75	242.178,95	210.748,54	4.373.302,21	6.132.437,44
Rendimentos de Aplicação Financeira	591.340,16	-72.068,80	660.338,41	178.742,70	166.557,17	4.094.376,16	4.211.133,44
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	9.850,50	118.977,34	63.436,25	44.191,37	278.926,05	1.921.124,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	18.024,00	17.085,00	29.603,00	13.010,00	16.253,25	225.855,19	224.700,00
Transferências Correntes	9.951.040,93	10.168.406,64	14.341.443,37	10.493.104,56	12.111.094,93	128.680.438,94	128.709.750,14
Cota-Parte do FPM	1.734.242,64	2.353.615,41	4.012.525,74	2.368.516,11	3.422.400,06	29.849.100,31	32.572.062,00
Cota-Parte do ICMS	2.670.803,60	2.754.114,30	2.932.808,90	3.132.276,00	3.001.680,30	32.393.355,00	29.288.645,00
Cota-Parte do IPVA	684.814,77	414.485,80	261.671,08	495.891,51	547.515,37	6.844.475,74	6.426.419,00
Cota-Parte do ITR	130.980,35	13.919,84	17.630,44	9.392,71	606,88	198.303,72	67.410,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116.170,00
Transferências da LC 61/1989	33.279,54	34.948,36	41.078,56	32.767,90	35.446,49	412.812,23	417.718,00
Transferências do FUNDEB	2.651.145,94	2.753.891,48	2.988.547,77	2.920.902,11	2.961.975,62	32.763.453,41	34.679.930,00
Outras Transferências Correntes	2.045.774,09	1.843.431,45	4.087.180,88	1.533.358,22	2.141.470,21	26.218.938,53	25.140.396,14
Outras Receitas Correntes	36.318,70	31.718,56	40.789,01	16.256,38	21.145,40	637.940,91	1.179.385,00
DEDUÇÕES (II)	1.397.042,54	1.460.119,06	2.270.345,63	1.210.627,90	1.801.211,36	18.294.613,30	17.172.461,65
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	346.218,54	345.902,51	1.057.171,81	2.859,30	399.681,73	4.552.742,74	4.068.467,65
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	273.335,85	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.050.824,00	1.114.216,55	1.213.173,82	1.207.768,60	1.401.529,63	13.468.534,71	13.103.994,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	11.650.634,25	11.300.731,58	17.824.927,36	11.463.770,75	12.700.669,35	150.243.632,14	150.266.874,33
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENENDAMENTO (V) = (III - IV)	11.650.634,25	11.300.731,58	17.724.927,36	11.463.770,75	12.700.669,35	150.143.632,14	150.266.874,33
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	11.650.634,25	11.300.731,58	17.724.927,36	11.463.770,75	12.700.669,35	150.143.632,14	150.266.874,33

FONTE: Sistema e-Pública (1608-9960-132). Unidade Responsável: Data da emissão: 15/06/2020 e hora de emissão: 13:52.

RREO 1º BIMESTRE 2020 - ANEXO 04 - REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 2525675



Município de Canoinhas

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 04 (LRF Art. 53, inciso II)

Em Reais

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
RECEITAS CORRENTES (I)	14.434.271,62	14.434.271,62	1.365.223,29	1.464.090,50
Recorta de Contribuições dos Segurados	4.056.375,13	4.056.375,13	399.986,52	325.782,58
Civil	4.056.375,13	4.056.375,13	399.986,52	325.782,58
Ativo	4.021.010,80	4.021.010,80	394.264,98	323.481,49
Inativo	35.364,33	35.364,33	5.721,54	2.301,09
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recorta de Contribuições Patronais	7.151.086,30	7.151.086,30	662.391,50	629.479,33
Civil	7.151.086,30	7.151.086,30	662.391,50	629.479,33
Ativo	6.461.081,74	6.461.081,74	588.184,92	574.527,63
Inativo	690.004,56	690.004,56	74.206,58	54.951,70
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recorta Patrimonial	3.226.810,19	3.226.810,19	302.845,27	508.828,59
Recultas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recultas de Valores Mobiliários	3.226.810,19	3.226.810,19	302.845,27	508.828,59
Outras Recultas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recorta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recultas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recultas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 5



Município de Canoinhas

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 04 (LRF Art. 53, inciso II)	Continuação
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	Em Reais
Amortização de Empréstimos	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREV. RPPS (IV)=(I+III-II)	1.365.223,29
	1.464.090,50

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019	Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	845.273,46	588.173,12	845.273,46	588.173,12
Aposentadorias	0,00	0,00	835.358,86	579.053,88	835.358,86	579.053,88
Pensões	0,00	0,00	9.914,60	9.119,24	9.914,60	9.119,24
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	6.130.000,00	6.130.000,00	307.791,50	161.242,32	99.641,31	59.582,09
Compensação Prev. do RPPS para a RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	6.130.000,00	6.130.000,00	307.791,50	161.242,32	99.641,31	59.582,09
TOTAL DAS DESPESAS PREV. RPPS (V)	6.130.000,00	6.130.000,00	1.153.064,96	749.415,44	944.914,77	647.755,21

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV-V)² 8.304.271,62 8.304.271,62 212.158,33 714.675,06 420.308,52 816.335,29

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valor 0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS

Valor 9.116.941,15

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS

APORTES REALIZADOS

Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar

0,00

Continua 2 / 5



Município de Canoinhas

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

	PERÍODO DE REFERÊNCIA		Continuação Em Reais
	2020	2019	
BENS E DIREITOS DO RPPS			
RREO - ANEXO 04 (LRF Art. 53, inciso II)			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			0,00
Outros Aportes para o RPPS			0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			0,00
Caixa e Equivalente de Caixa		0,00	36.752.418,07 D
Investimentos e Aplicações	36.891.060,30 D		0,00
Outros Bens e Direitos	0,00		0,00

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
RECEITAS CORRENTES (VII)	14.398.907,29	14.398.907,29	1.359.501,75	1.464.090,50
Receita de Contribuições dos Segurados	4.021.010,80	4.021.010,80	394.264,98	325.782,58
Civil	4.021.010,80	4.021.010,80	394.264,98	325.782,58
Ativo	4.021.010,80	4.021.010,80	394.264,98	323.481,49
Inativo	0,00	0,00	0,00	2.301,09
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	7.151.086,30	7.151.086,30	662.391,50	629.479,33
Civil	7.151.086,30	7.151.086,30	662.391,50	629.479,33
Ativo	6.461.081,74	6.461.081,74	588.184,92	574.527,63
Inativo	690.004,56	690.004,56	74.206,58	54.951,70
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	3.226.810,19	3.226.810,19	302.845,27	508.828,59
				3 / 5

Continua



Município de Canoinhas

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 04 (LRF Art. 53, inciso II)	Continuação	
	Em Reais	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	3.226.810,19	3.226.810,19
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREV. RPPS (IX)=(VII+VIII)	14.398.907,29	14.398.907,29
		1.359.501,75
		1.464.090,50

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019	Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	845.273,46	588.173,12	845.273,46	588.173,12
Aposentadorias	0,00	0,00	835.358,86	579.053,88	835.358,86	579.053,88
Pensões	0,00	0,00	9.914,60	9.119,24	9.914,60	9.119,24
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	6.130.000,00	6.130.000,00	307.791,50	161.242,32	99.641,31	59.582,09
Compensação Prev. do RPPS para a RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	6.130.000,00	6.130.000,00	307.791,50	161.242,32	99.641,31	59.582,09
TOTAL DAS DESPESAS PREV. RPPS (X)	6.130.000,00	6.130.000,00	1.153.064,96	749.415,44	944.914,77	647.755,21

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX-X):²	8.268.907,29	206.436,79	714.675,06	816.335,29
---	---------------------	-------------------	-------------------	-------------------

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS

APORTES REALIZADOS

Continua 4 / 5



Município de Canoinhas

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 04 (LRF Art. 53, inciso II)		Continuação
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		Em Reais
Recursos para Formação de Reserva		0,00
		0,00

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS				RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA
RECEITAS CORRENTES				100.000,00	100.000,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)				100.000,00	100.000,00
				26.805,66	26.805,66
				0,00	0,00
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS				DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
				DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA
				Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
DESPESAS CORRENTES (XIII)				0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)				0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADM. RPPS (XV) = (XIII + XIV)				0,00	0,00
				0,00	0,00
				0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINIST. RPPS (XVI) = (XII - XV)				26.805,66	26.805,66
				0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (2499-3249-609). Unidade Responsável: . Data da emissão: 15/06/2020 e hora de emissão: 13:53.

Notas:

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes permaneçam aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre a previsão da receita e a despesa realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa liquidada (no 6º bimestre).

RREO 1º BIMESTRE 2020- ANEXO 01 - REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 2525658



Município de Canoinhas

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				Em Reais	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	178.984.660,73	178.984.660,73	29.036.472,63	16,22	29.036.472,63	16,22	149.948.188,10	
RECEITAS CORRENTES	154.335.341,98	154.335.341,98	24.566.981,13	15,92	24.566.981,13	15,92	129.768.360,85	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	22.624.783,00	22.624.783,00	2.885.323,16	12,75	2.885.323,16	12,75	19.739.459,84	
Impostos	19.395.714,00	19.395.714,00	2.506.841,88	12,92	2.506.841,88	12,92	16.888.872,12	
Taxas	2.979.651,00	2.979.651,00	362.550,89	12,17	362.550,89	12,17	2.617.100,11	
Contribuição de Melhoria	249.418,00	249.418,00	15.930,39	6,39	15.930,39	6,39	233.487,61	
CONTRIBUIÇÕES	8.568.280,40	8.568.280,40	1.167.164,19	13,62	1.167.164,19	13,62	7.401.116,21	
Contribuições Sociais	4.128.387,65	4.128.387,65	408.260,47	9,89	408.260,47	9,89	3.720.127,18	
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	4.439.892,75	4.439.892,75	738.903,72	17,09	738.903,72	17,09	3.680.989,03	
RECEITA PATRIMONIAL	6.132.437,44	6.132.437,44	452.927,49	7,39	452.927,49	7,39	5.679.509,95	
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	420.000,00	420.000,00	107.627,62	25,63	107.627,62	25,63	312.372,38	
Valores Mobiliários	4.211.313,44	4.211.313,44	345.299,87	8,20	345.299,87	8,20	3.866.013,57	
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	1.124,00	1.124,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.124,00	
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cessão de Direitos	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00	
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	224.700,00	224.700,00	29.263,25	13,02	29.263,25	13,02	195.436,75	
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	224.700,00	224.700,00	29.263,25	13,02	29.263,25	13,02	195.436,75	
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	115.605.756,14	115.605.756,14	19.994.901,26	17,30	19.994.901,26	17,30	95.610.854,88	
Transferências da União e de suas Entidades	48.449.938,20	48.449.938,20	7.655.958,00	15,80	7.655.958,00	15,80	40.793.980,20	
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	32.475.887,94	32.475.887,94	6.456.065,53	19,88	6.456.065,53	19,88	26.019.822,41	
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Outras Instituições Públicas	34.679.930,00	34.679.930,00	5.882.877,73	16,96	5.882.877,73	16,96	28.797.052,27	
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

1 / 4



Município de Canoinhas

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

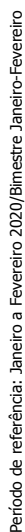
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

	Continuação				Em Reais
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados					
OUTRAS RECEITAS CORRENTES					
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.179.385,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	37.401,78	3,17	1.141.983,22
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	1.619,80	0,00	-1.619,80
RECEITAS DE CAPITAL					
OPERÇÕES DE CRÉDITO	1.179.385,00	1.179.385,00	35.781,98	3,03	1.143.603,02
Operações de Crédito - Mercado Interno	24.649.318,75	24.649.318,75	4.469.491,50	18,13	20.179.827,25
Operações de Crédito - Mercado Externo	19.499.000,00	19.499.000,00	2.437.500,00	12,50	17.061.500,00
ALIEÇÃO DE BENS	0,00	0,00	2.437.500,00	12,50	17.061.500,00
Alienação de Bens Móveis	68.400,00	68.400,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	68.400,00	68.400,00	0,00	0,00	68.400,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	5.081.918,75	5.081.918,75	2.031.991,50	39,98	3.049.927,25
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	3.549.918,75	3.549.918,75	51.781,50	1,46	3.498.137,25
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	1.532.000,00	1.532.000,00	1.980.210,00	129,26	-448.210,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.941.663,31	7.941.663,31	728.969,29	9,18	7.212.694,02
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	186.926.324,04	186.926.324,04	29.765.441,92	15,92	157.160.882,12
OPERÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)					
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 4



Em Reais

[illegible]

RECITAS CORRIENTES	7.941.663,31	728.969,29	9,18	7.212.694,02
				Continúa 3 / 4



Município de Canoinhas

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)									
CONTRIBUIÇÕES									
Contribuições Sociais		7.941.663,31	7.941.663,31	728.969,29	9,18	728.969,29	9,18	7.212.694,02	7.212.694,02
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)		7.941.663,31	7.941.663,31	728.969,29	9,18	728.969,29	9,18	7.212.694,02	7.212.694,02
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	SALDO (i) = (e-h)
			No Bimestre (f)	Até o Bimestre (f)		No Bimestre (h)	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES	9.603.449,67	9.503.449,67	1.407.155,21	1.407.155,21	8.096.294,46	1.407.155,21	1.407.155,21	731.719,06	8.096.294,46
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.603.449,67	9.503.449,67	1.407.155,21	1.407.155,21	8.096.294,46	1.407.155,21	1.407.155,21	731.719,06	8.096.294,46
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	9.603.449,67	9.503.449,67	1.407.155,21	1.407.155,21	8.096.294,46	1.407.155,21	1.407.155,21	731.719,06	8.096.294,46
FONTE: Sistema e-Pública (1935-2046-469). Unidade Responsável: Data da emissão: 15/06/2020 e hora de emissão: 13:50.									

Capinzal

PREFEITURA

PMC CONTRATO 0087/2020

Publicação N° 2525607

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato N°.: 0087/2020		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: ENIO DELAZERI EIRELI		
Valor : 68.952,00 (sessenta e oito mil novecentos e cinq-enta e dois reais)		
Vigência : Início: 16/06/2020 Término: 16/06/2021		
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 26/2020		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS aquisição de gêneros alimentícios para atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos Termos da lei 11.947/2009, destinados à elaboração da Alimentação Escolar para os alunos dos Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais do Município de Capinzal/SC, através do Convênio 4087/94 FNDE (PNAE/PNAP, PNAC) e Recursos Próprios		
Capinzal, 16 de Junho de 2020		

PMC CONTRATO 0088/2020

Publicação N° 2525617

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato N°.: 0088/2020		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: MERCADO MUNARI LTDA		
Valor : 5.269,00 (cinco mil duzentos e sessenta e nove reais)		
Vigência : Início: 16/06/2020 Término: 16/06/2021		
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 26/2020		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS aquisição de gêneros alimentícios para atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos Termos da lei 11.947/2009, destinados à elaboração da Alimentação Escolar para os alunos dos Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais do Município de Capinzal/SC, através do Convênio 4087/94 FNDE (PNAE/PNAP, PNAC) e Recursos Próprios		
Capinzal, 16 de Junho de 2020		

PMC CONTRATO 0089/2020

Publicação N° 2525620

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato N°.: 0089/2020		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME		
Valor : 14.709,00 (quatorze mil setecentos e nove reais)		
Vigência : Início: 16/06/2020 Término: 16/06/2021		
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 26/2020		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS aquisição de gêneros alimentícios para atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos Termos da lei 11.947/2009, destinados à elaboração da Alimentação Escolar para os alunos dos Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais do Município de Capinzal/SC, através do Convênio 4087/94 FNDE (PNAE/PNAP, PNAC) e Recursos Próprios		
Capinzal, 16 de Junho de 2020		

PMC CONTRATO 0090/2020

Publicação Nº 2525622

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

<p>Contrato Nº...: 0090/2020 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: SILVIO MELO WALTRICK 05027184980 Valor : 10.704,00 (dez mil setecentos e quatro reais) Vigência : Início: 16/06/2020 Término: 16/06/2021 Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 26/2020 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇOS aquisição de gêneros alimentícios para atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos Termos da lei 11.947/2009, destinados à elaboração da Alimentação Escolar para os alunos dos Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais do Município de Capinzal/SC, através do Convênio 4087/94 FNDE (PNAE/PNAP, PNAC) e Recursos Próprios Capinzal, 16 de Junho de 2020</p>	

PMC CONTRATO 0091/2020

Publicação Nº 2525628

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

<p>Contrato Nº...: 0091/2020 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: TATIELLE BUENO ALVES Valor : 1.992,50 (um mil novecentos e noventa e dois reais e cinq-enta centavos) Vigência : Início: 16/06/2020 Término: 16/06/2021 Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 26/2020 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇOS aquisição de gêneros alimentícios para atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos Termos da lei 11.947/2009, destinados à elaboração da Alimentação Escolar para os alunos dos Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais do Município de Capinzal/SC, através do Convênio 4087/94 FNDE (PNAE/PNAP, PNAC) e Recursos Próprios Capinzal, 16 de Junho de 2020</p>	

PROCESSO LICITATÓRIO 0072/2020 TOMADA DE PREÇOS 0003/2020

Publicação Nº 2524981

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0072/2020

Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia Nº 0003/2020

LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 82.939.406/0001-07, com sede Administrativa localizada na Rua Carmelo Zócolli, n. 155, centro, CEP 89.665-000, neste Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Secretário de Secretário de Infraestrutura, Sr. NADIR DURLI, inscrito no CPF sob o nº 292.322.799-91, TORNA PÚBLICO para conhecimento de todos os interessados que, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações subsequentes, e demais legislações aplicáveis, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, fará realizar licitação pública, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a Contratação de empresa especializada em engenharia para execução do Projeto de Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas e Remoção de Benfeitorias referente ao Termo de Compromisso 0352423-44/2011 - Projeto de Urbanização e Assentamentos Precários do Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR) - PAC 2 e do Município de Capinzal/SC. Recursos do Ministério das Cidades.

DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO, contendo a documentação de habilitação dos interessados CADASTRADOS junto ao Município de Capinzal, dar-se-á até às 08h25min do dia 02 de julho de 2020, mediante protocolo no Setor de Protocolo Geral deste Município, situado junto ao Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos (Prefeitura de Capinzal), na Rua Carmelo Zócolli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal.

O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO dos interessados NÃO CADASTRADOS, dar-se-á até a data de 26 de junho de 2020, respeitado o horário de expediente, mediante protocolo no Setor de Protocolo Geral deste Município, situado junto ao Centro Administrativo

Prefeito Silvio Santos (Prefeitura de Capinzal), na Rua Carmelo Zócolli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal.

O recebimento do Envelope 02, contendo a PROPOSTA DE PREÇOS dos proponentes CADASTRADOS, bem como dos NÃO CADASTRADOS, dar-se-á até às 08h25min do dia 02 de julho de 2020, no Setor de Protocolo Geral deste Município.

DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

O início da abertura da presente licitação dar-se-á às 08h30min do dia 02 de julho de 2020, na Sala de Licitações do Município de Capinzal, situada no endereço supracitado.

Capinzal/SC, 16 de junho de 2020.

NADIR DURLI

Secretário de Infraestrutura

Município de Capinzal

PROCESSO LICITATÓRIO 0073/2020 TOMADA DE PREÇOS 0004/2020

Publicação Nº 2525320

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0073/2020

Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia Nº 0004/2020

LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 82.939.406/0001-07, com sede Administrativa localizada na Rua Carmelo Zócolli, n. 155, centro, CEP 89.665-000, neste Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Secretário de Infraestrutura, Sr. NADIR DURLI, inscrito no CPF sob o nº 292.322.799-91, TORNA PÚBLICO para conhecimento de todos os interessados que, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações subsequentes, e demais legislações aplicáveis, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, fará realizar licitação pública, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a Contratação de empresa especializada em engenharia para a execução da Pavimentação Asfáltica em C.B.U.Q. sobre paralelepípedos de parte da Rua Cleto Toaldo, localizada no Loteamento Parizotto, no município de Capinzal/SC, conforme Memorial Descritivo, Orçamento, Projetos e Cronograma. Com Recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e Recursos Próprios.

DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO, contendo a documentação de habilitação dos interessados CADASTRADOS junto ao Município de Capinzal, dar-se-á até às 08h25min do dia 06 de julho de 2020, mediante protocolo no Setor de Protocolo Geral deste Município, situado junto ao Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos (Prefeitura de Capinzal), na Rua Carmelo Zócolli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal.

O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO dos interessados NÃO CADASTRADOS, dar-se-á até a data de 30 de junho de 2020, respeitado o horário de expediente, mediante protocolo no Setor de Protocolo Geral deste Município, situado junto ao Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos (Prefeitura de Capinzal), na Rua Carmelo Zócolli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal.

O recebimento do Envelope 02, contendo a PROPOSTA DE PREÇOS dos proponentes CADASTRADOS, bem como dos NÃO CADASTRADOS, dar-se-á até às 08h25min do dia 06 de julho de 2020, no Setor de Protocolo Geral deste Município.

DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

O início da abertura da presente licitação dar-se-á às 08h30min do dia 06 de julho de 2020, na Sala de Licitações do Município de Capinzal, situada no endereço supracitado.

Capinzal/SC, 16 de junho de 2020.

NADIR DURLI

Secretário de Infraestrutura

Município de Capinzal

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° CAO/11/2020**

Publicação N° 2525083

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA N° CAO/11/2020

ORGÃO GESTOR: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EMPRESA DETENTORA DA ATA: QUIMAFLEX PRODUTOS QUIMICOS LTDA
CNPJ N.º 13.224.500/0001-59

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA UTILIZAÇÃO NO LABORATÓRIO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO SIMAE.

VALOR: R\$ 12.100,00
DATA DA ASSINATURA: 20/05/2020
VIGÊNCIA: 20/05/2020 A 19/05/2021.PELO ORGÃO GESTOR:SIDNEI PENZO - DIRETOR DO SIMAE
PELA EMPRESA DETENTORA DA ATA: SIDINEI TACAO - POCURADOR**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° CAO/12/2020**

Publicação N° 2525229

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA N° CAO/12/2020

ORGÃO GESTOR: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EMPRESA DETENTORA DA ATA: VORTICE SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA
CNPJ N.º 08.927.099/0001-83

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA O SISTEMA SUPERVISÓRIO, BEM COMO, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÕES REMOTAS DE TELEMETRIA, E ADEQUAÇÃO DE ESTAÇÕES REMOTAS EXISTENTES.

VALOR: R\$ 431.020,00
DATA DA ASSINATURA: 03/06/2020
VIGÊNCIA: 03/06/2020 A 02/06/2021.PELO ORGÃO GESTOR:SIDNEI PENZO - DIRETOR DO SIMAE
PELA EMPRESA DETENTORA DA ATA: SIDNEI FERNANDES PLEIN - POCURADOR**RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° CAO/18/2020**

Publicação N° 2525235

RETIFICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° CAO/18/2020
PROCESSO LICITATÓRIO N° CAO/0183/2020

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços de escavação e assentamento de rede adutora e rede distribuidora de água tratada em PEAD, nas Ruas Máximo Toaldo, no município de Capinzal/SC e Governador Jorge Lacerda, no município de Ouro/SC.

FICA RETIFICADA A DATA DE ABERTURA PARA DIA 30 DE JUNHO DE 2020, ÀS 10:00 HORAS
As demais especificações do edital, não relacionadas acima, permanecem inalteradas. Maiores esclarecimentos poderão ser prestados pelo fone (49) 3555-1107, ou pelo e-mail: francieli@simaecao.sc.gov.br com a comissão de licitação.Capinzal/SC, 17 de junho de 2020.
Francieli da Rosa
PREGOEIRA

Catanduvas

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2020.

Publicação Nº 2524897

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas – SC, no uso das suas atribuições legais, CONVOCA para tomar posse no respectivo cargo, os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público de Edital nº 01/2019:

CARGO: MOTORISTA		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
4ª	4929495	JULIANO GOMES
5ª	3847929	FERNANDO MENEGAT
6ª	5007510	MARCOS DOS SANTOS

I -Os convocados deverão comparecer ao Setor de Recursos Humanos, na Prefeitura Municipal de Catanduvas, localizada na Rua Felipe Schmidt, 1.435, Centro, até o dia 25 de Junho de 2020, no horário das 7h00 às 13h00, para manifestar o seu interesse em tomar posse ou manifestar a sua desistência da vaga.

II- Os convocados poderão tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente convocação, prorrogável, a pedido do interessado, por mais 30 (trinta) dias.

III- Os convocados têm o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente convocação, para apresentar todos os documentos relacionados no item 13.4 do Edital e os que forem exigidos pelo Setor de RH, comprovar o cumprimento dos requisitos para investidura do cargo ou pedir prorrogação do prazo para tomar posse, sob pena de perder o seu direito de nomeação no cargo em que foi aprovado.

IV- O exercício do cargo público deverá acontecer imediatamente após o ato de posse, sob pena de exoneração.

V- Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas, 16 de Junho de 2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Caxambu do Sul

PREFEITURA

PORTARIA 075/2020

Publicação Nº 2525561

PORTARIA Nº 075/2020

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Municipal NILSON MARANGONI, ocupante do cargo de Assessor de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Transporte, por um período de 19 dias referente ao período aquisitivo de 04/01/2020 à 03/01/2021.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 17/06/2020 à 05/07/2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se.

Caxambu do Sul - SC, em 16 de junho de 2020.

GLAUBER BURTET

Prefeito

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 71/2020

Publicação N° 2525037

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 71/2020
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 09/2020

Contratante: Município de Chapadão do Lageado

Contratado: José Cristóvão Batista EPP

Vigência: 17/06/2020 a 31/12/2020

Fundamento Legal: art. 25, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;

Valor: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

Objeto: contratação de artista plástico para a criação e execução dos monumentos abaixo discriminados: - 01 (uma) Escultura de São Cristóvão a ser instalada junto ao Mirante na serra do Rio Lageado, à Rodovia Luiz Henrique da Silveira no Município de Chapadão do Lageado; e - 01 (uma) Escultura de uma Bíblia, a ser instalada junto a Serra da "Santa", à Estrada Geral, Alto Rio Saltinho, no Município de Chapadão do Lageado.

Chapadão do Lageado, 17 de junho de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/PMCS/2020 (REGISTRO DE PREÇOS)

Publicação Nº 2525469

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/PMCS/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/PMCS/2020 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MÃO-DE-OBRA DE PINTOR, para manutenção e conservação dos imóveis do Município de Cocal do Sul-SC.

Tipo: Menor Preço Por Lote.

Recebimento dos envelopes: Até às 08h45min do dia 29/06/2020.

Abertura: Dia 29/06/2020, às 09h.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 16 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

DECRETO SAF/N. 388/2020

Publicação Nº 2525044

DECRETO SAF/Nº. 388/2020, de 10 de junho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR a pedido

ADALBERTO ALVES DE CASTRO, portador do CPF nº 046.674.019-07, Farmacêutico, 40 horas, nomeado pelo Decreto SAF/N. 324/20, de 01 de abril de 2020, a partir de 08 de junho de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 389/2020

Publicação Nº 2525047

DECRETO SAF/Nº. 389/2020, de 10 de junho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

AMANDA BÚRIGO SARTOR, portadora do CPF nº 037.455.799-33, Farmacêutica, ACT 40 horas, para atuar na Farmácia Municipal, na Secretaria Municipal de Saúde, em substituição a titular em auxílio maternidade, a partir de 15 de junho de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 390/2020

Publicação Nº 2525051

DECRETO SAF/N. 390/2020, de 10 de junho de 2020.

FAZ CESSAR OS EFEITOS DO DECRETO SAF/N. 361/2020, DE 06 DE MAIO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições resolve:

FAZER CESSAR

Os efeitos do Decreto SAF/N. 361/2020, de 06 de maio de 2020, que autorizou a suplementação do orçamento do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Cocal do Sul, no valor de R\$ 155.000,00(cento e cinquenta e cinco mil reais) para o exercício de 2020, a partir de 10 de junho de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento**DECRETO SAF/N. 392/2020**

Publicação Nº 2525059

DECRETO SAF/N. 392/2020, de 12 de junho de 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE DESPORTO DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei n. 1.521, de 18 de dezembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento da Autarquia Municipal de Desporto de Cocal do Sul, o valor de R\$ 50.000,00(cinquenta mil reais) para o exercício de 2020, com a seguinte descrição:

Autarquia Municipal de Desporto de Cocal do Sul		
ÓRGÃO	18	
Construção de Espaços Esportivos	1.009	
Elemento	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.0.3.00.0000	Aplicações Diretas	50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 2º A abertura de crédito suplementar se dá por conta do superávit financeiro do exercício de 2019, na fonte de recursos 00 – Recursos Ordinários, para contrapartida municipal para construção do Centro Esportivo e outros, anexo ao Centro de Esportes Walmor Mário Guollo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 12 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento**DECRETO SAF/N. 393/2020**

Publicação Nº 2525064

DECRETO SAF/Nº. 393/2020, de 15 de junho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR a pedido

BEATRIZ MORAES, Servente de Limpeza, nomeada pelo Decreto SAF/N. 427/08, de 11 de junho de 2008, a partir de 15 de junho de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 15 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

Concórdia

PREFEITURA

AVISO ADENDO 02 AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2020 PMC

Publicação Nº 2525564

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

ADENDO 02 AO EDITAL DE

TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2020 PMC

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO por intermédio de seu Secretário, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é a contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução da segunda etapa de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e construção de muros de contenção da estrada rural na comunidade de Barra Bonita (Trecho 2), localizada na área urbana da localidade de mesmo nome, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital, sofreu alterações.

Os prazos para protocolo dos envelopes e a abertura da licitação ficam alterados conforme segue:

O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 17/07/2020, às 10h00min.

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 20/07/2020, às 10h00min.

O recebimento do Envelope 02 – PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 20/07/2020, às 10h00min.

Abertura: dia 20/07/2020, às 14h00min

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 16 de junho de 2020.

DANIEL FAGANELLO

Secretário Municipal de Planejamento

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2020 – FIA

Publicação Nº 2525543

FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2020 - FIA

Contratação de Serviços

Objeto: Contratação de empresa para realização de esquetes teatrais, oficinas de capacitação, musicalização, futsal, psicólogo, palestras, encontros e transporte de adolescentes em atendimento aos projetos aprovados na Chamada Pública nº 1/2019, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 01/07/2020.

Início da Sessão: dia 01/07/2020 as 08 h e 30 min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2198.

Concórdia, SC, 16 de junho de 2020.

ANA MARIA SELLA DA SILVA

Gestora do FIA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2020 – PMC

Publicação Nº 2525548

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2020 - PMC

Contratação de Serviços

Objeto: Contratação de empresa para conserto de máquina de lavar louça Netter (peças e mão de obra), a prestação de serviços de construção em geral para reforma de cozinha (materiais e mão de obra), a aquisição e instalação de cortinas de ar, e a prestação de serviço de

passagem de cabeamento elétrico para instalação de câmeras de monitoramento (material e mão de obra), visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, do 20º BPM de Concórdia com recursos advindos do Convênio Rádio Patrulha nº 055/2016, e da 14ª DRP/CIRETRAN, com recursos oriundos do Programa de Cooperação Técnica e Financeira 2019TN000784 e Convênio de Transito-Polícia Civil 2017TN000348, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Lote

Recebimento das propostas: até às 08 h e 15 min do dia 30/06/2020.

Início da Sessão: dia 30/06/2020 às 08 h e 30 min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 16 de junho de 2020.

NEURI COMIN

Secretário Municipal de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2020 – PMC

Publicação Nº 2525546

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2020 – PMC

Contratação de Serviços

Objeto: o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de certificados digitais, do tipo A1, com fornecimento, validação, emissão e garantia de validade, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até às 08 h e 15 min do dia 30/06/2020.

Início da Sessão: dia 30/06/2020 às 08 h e 30 min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 16 de junho de 2020.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

AVISO ERRATA Nº 01 AO EDITAL DE CONCURSO Nº 04/2020 – PMC

Publicação Nº 2525567

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

ERRATA Nº 01 AO EDITAL DE CONCURSO Nº 04/2020 – PMC

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA - SEDEC por intermédio do Secretário Municipal de DE DESPORTO E CULTURA, torna público a correção do edital de Concurso nº 04/2020 - PMC, cujo objeto é Seleção de propostas artístico culturais nas áreas de artes cênicas, música, artes plásticas e gestão cultural. 1. Na alínea "b" do item 4.2.1. do edital, ficam corrigidas as redações, passando a vigorar na seguinte forma: "4.2.1. (...) b) Ter até 3 (três) minutos de duração;" 2. As demais cláusulas e condições estabelecidas no referido Edital permanecem inalterados.

Informações complementares: o Edital e a alteração, em inteiro teor, estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Credenciamento". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Cultura do Município, do e-mail: culturaadministrativo@concordia.sc.gov.br, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3442-3930.

Concórdia, SC, 16 de junho de 2020.

NEURI COMIN

Secretário Municipal de Desporto e Cultura

DECRETO Nº 527/2020, DE 1º DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2525666

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 527/2020, DE 1º DE JUNHO DE 2020.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor NARCISO MOREIRA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2020, ao servidor NARCISO MOREIRA, ocupante do cargo de Motorista, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de janeiro de 1999 a 31 de dezembro de 2003.

Art. 2º Fica alterada a expressão: “1º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2007”, para: “1º de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2008”, constante no parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 414/2009, de 13 de abril de 2009, que concede gozo de licença-prêmio ao referido servidor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

GEOVANI BEDIN

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de junho de 2020.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 541/2020, DE 8 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2525670

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 541/2020, DE 8 DE JUNHO DE 2020.

Dá nova redação ao item 2 da alínea “b” do inciso I do art. 1º do Decreto nº 799/2019, de 4 de outubro de 2019, que designa membros para integrar o Conselho de Administração do Fundo Municipal de Assistência ao Servidor – FUMAS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 163, de 26 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.177, de 5 de novembro de 1999.

DECRETA:

Art. 1º O item 2 da alínea “b” do inciso I do art. 1º do Decreto nº 799/2019, de 4 de outubro de 2019, que designa membros para integrar o Conselho de Administração do Fundo Municipal de Assistência ao Servidor – FUMAS, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

2. GEOVANI BEDIN – Secretário Municipal de Saúde;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de junho de 2020.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 542/2020, DE 8 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2525676

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 542/2020, DE 8 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a posse de GIOVANNI LUIZ KUGELMEIER, no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações, nos arts. 16, § 2º e 19, § 1º da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a nomeação publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 3077, de 10 de março de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica empossado GIOVANNI LUIZ KUGELMEIER, aprovado em concurso público, como servidor público municipal, regime estatutário, no cargo de Professor – Matemática, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 9 de junho de 2020.

Art. 2º O servidor empossado por meio deste Decreto, entrará em efetivo exercício em 9 de junho de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	NEURI COMIN Secretário Municipal de Educação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de junho de 2020.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 543/2020, DE 9 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2525679

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 543/2020, DE 9 DE JUNHO DE 2020.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora JUCILEIA CADORIN RUBINI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, a partir de 27 de julho de 2020, à servidora JUCILEIA CADORIN RUBINI, ocupante dos cargos de Professor, o gozo de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I – três meses, relativos ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2011 a 31 de janeiro de 2016, matrícula 102199-00;

II – três meses, relativos ao quinquênio – período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2012 a 31 de janeiro de 2017, matrícula 102199-01.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	NEURI COMIN Secretário Municipal de Educação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de junho de 2020.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 544/2020, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2525681

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 544/2020, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Constitui e designa comissão de curadoria e seleção de espetáculos para o VII Festival de Teatro Tecendo O Riso.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA :

Art. 1º Fica constituída comissão de curadoria e seleção de espetáculos para o VII Festival de Teatro Tecendo O Riso, com a incumbência de avaliar e selecionar as propostas, conforme previsto em edital específico.

Art. 2º Ficam designadas, para integrar a referida Comissão, as pessoas abaixo relacionadas, até 31 de dezembro de 2020:

I – RENATA FORTES GAERTNER, da Diretoria de Cultura da Secretaria Municipal de Desporto e Cultura – SEDEC;

II – RAUL ADOLFO KUSSLER, da Diretoria de Cultura da SEDEC;

III – KAREN JULIA COLDEBELLA FERREIRA, do Serviço Social do Comércio – SESC Concórdia;

IV – SANDRO PIACENTINI, técnico em artes cênicas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração
--

NEURI COMIN Secretário Municipal de Desporto e Cultura

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de junho de 2020.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 545/2020, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2525687

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 545/2020, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Constitui e designa comissão de seleção de propostas artístico-culturais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA :

Art. 1º Fica constituída comissão de seleção de propostas artístico-culturais, com a incumbência de avaliar e selecionar as propostas, conforme previsto em edital específico.

Art. 2º Ficam designadas, para integrar a referida Comissão, as pessoas abaixo relacionadas, até 31 de dezembro de 2020:

I – presidente: JULIO GOMES;

II – membros:

a) BRUNO DARIVA;

b) FABIO JEAN D'AVILA DOS SANTOS;

c) LUCAS ROMAN;

d) RENATA FORTES GAERTNER;

e) SIMONE CRISTINA TALIN MELCHIOR.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	NEURI COMIN Secretário Municipal de Desporto e Cultura
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de junho de 2020.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 546/2020, DE 10 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525689

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 546/2020, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Concede gratificação pelo exercício de função de chefia ao servidor RODINEY DREHMER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alterações e na Lei Complementar nº 788, de 21 de fevereiro de 2020, e alterações e considerando a CI SEMURB 218/2020, protocolizada em 9 de junho de 2020, emitida pela Secretaria Municipal de Gestão Urbana.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida ao servidor RODINEY DREHMER, ocupante do cargo de Servente Braçal, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o vencimento, pela função distributiva e de controle da Equipe de Patrolamento e Cascalhamento, no período de 9 a 22 de junho de 2020, enquanto perdurar o afastamento do titular.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 9 de junho de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	ELTON POLINA Secretário Municipal de Gestão Urbana
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de junho de 2020.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 547/2020, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2525693

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 547/2020, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora MARICE TERESINHA BEE SOARES.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações, e considerando o Parecer Jurídico emitido pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 9 de junho de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 3.058 dias, ou seja: 8 (oito) anos, 4 (quatro) meses e 18 (dezoito) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora MARICE TERESINHA BEE SOARES, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em 8 de maio de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de junho de 2020.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 548/2020, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2525697

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 548/2020, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a posse de CLAUDIA FERNANDES BORGES DA ROSA, no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações, nos arts. 16, § 2º e 19, § 1º da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a nomeação publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 3077, de 10 de março de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica empossada CLAUDIA FERNANDES BORGES DA ROSA, aprovada em concurso público, como servidora pública municipal, regime estatutário, no cargo de Professor – Anos Iniciais, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 15 de junho de 2020.

Art. 2º A servidora empossada por meio deste Decreto, entrará em efetivo exercício em 15 de junho de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de junho de 2020.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 549/2020, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2525703

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 549/2020, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Concede gratificação pelo exercício de função de direção à servidora GERUSA CLAUDIA RODIO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração e considerando a CI SEMED PEDAGÓGICO 099, protocolizada em 9 de junho de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora GERUSA CLAUDIA RODIO, ocupante do cargo de Professor, matrícula 102130-05, gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Lua de Cristal, com dedicação exclusiva, a partir de 15 de junho de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de junho de 2020.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 6.530, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2525958

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.530, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Altera dispositivos do Decreto nº 6.515, de 11 de maio de 2020 e alterações, que dispõem sobre a intensificação das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, e considerando que a situação ainda demanda o emprego de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19).

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 6.515, de 11 de maio de 2020 e alterações, que dispõem sobre a intensificação das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, terá dispositivos alterados na forma deste Decreto.

Art. 2º O art. 3º-A passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º-A Ficam proibidas as atividades para treino do desporto amador no âmbito do Município de Concórdia, SC.

Parágrafo único. Ficam autorizadas, a partir de 19 de junho de 2020, as atividades para treino físico do desporto profissional, mediante o cumprimento das recomendações sanitárias emitidas pelo Governo do Estado de Santa Catarina.” (NR)

Art. 3º Ficam prorrogadas, até 8 de julho de 2020, as medidas dispostas no Decreto nº 6.515, de 2020 e alterações.

Art. 4º As medidas poderão ainda ser revistas, caso a situação epidemiológica no Município apontar ou sobrevierem normas mais restritivas do Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

GEOVANI BEDIN

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de junho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 041/2020

Publicação Nº 2525594

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 041/2020

CHAMADA DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 2/2018.

A Secretária Municipal de Administração deste Município, Sra. NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas, pelo Decreto nº 82/2017, CONVOCA, obedecida rigorosamente a ordem final de classificação, os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público para o provimento de vaga temporária do Quadro de Pessoal do Município de Concórdia abaixo relacionados:

Nº CPF	Nome	Cargo
066.326.169-41	Francielle Sordi Veiga	MÉDICO COMUNITÁRIO
027.694.810-61	Taísa Follador	MÉDICO COMUNITÁRIO
074.623.479-11	Diogo Luiz Wendhausen	MÉDICO COMUNITÁRIO

Os candidatos acima relacionados deverão, no prazo de 08 (oito) dias a contar da publicação deste apresentar-se à Diretoria de Recursos Humanos do Município de Concórdia, localizada no Centro Administrativo Municipal, 3º andar, Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia/SC, munido de documentos pessoais para manifestar o aceite da vaga, conforme o item número 8.6 do Edital de Processo Seletivo 2/2018.

Por se tratar da segunda convocação (final de lista), o não comparecimento na data prevista neste Edital implicará na perda definitiva da vaga.

Concórdia, 16 de junho de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 042/2020

Publicação Nº 2525596

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 042/2020

CHAMADA DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 2/2018.

A Secretária Municipal de Administração deste Município, Sra. NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas, pelo Decreto nº 82/2017, CONVOCA, obedecida rigorosamente a ordem final de classificação, os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público para o provimento de vaga temporária do Quadro de Pessoal do Município de Concórdia, abaixo relacionados:

Nº CPF	Nome	Cargo
017.017.299-62	Alcivani Paulo De Cezaro	MOTORISTA SOCORRISTA
059.071.009-58	Rogério Favaretto	MOTORISTA SOCORRISTA

Os candidatos acima relacionados deverão, no prazo de 08 (oito) dias a contar da publicação deste, apresentar-se à Diretoria de Recursos Humanos do Município de Concórdia, localizada no Centro Administrativo Municipal, 3º andar, Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia/SC, munidos de documentos pessoais para manifestar o aceite da vaga, conforme o item número 8.6 do Edital de Processo Seletivo 2/2018.

O não comparecimento na data prevista neste Edital implicará no reposicionamento para o final da lista de classificados, sendo chamado o candidato imediatamente seguinte, conforme item supracitado. O reposicionamento não garante o chamamento da vaga.

Concórdia, 16 de junho de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 05/2020 PMC

Publicação Nº 2525559

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR – FUMAS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 05/2020

Objeto: O Município de Concórdia – Fundo Municipal de Assistência ao Servidor - FUMAS, SC, Rua Leonel Mosele, 62, Centro, através da sua Presidente, senhora Neiva Justina Belusso Piola, comunica a todos os interessados que estão abertas as inscrições para credenciamento de empresas, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de saúde física em geral, nas especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações, aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999 e alterações posteriores.

Recebimento dos documentos: a partir de 17 de junho de 2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Credenciamento Público". Quaisquer informações poderão ser obtidas na sede do SEMAS, na Rua Doutor Maruri, nº 1342, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3442-0248

Concórdia, SC, 16 de junho de 2020.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Presidente do FUMAS

LEI Nº 5.390, DE 5 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2525657

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.390, DE 5 DE JUNHO DE 2020.

Denomina a sede do antigo SENAI, localizada no Bairro Itaíba, de Centro de Apoio Administrativo Iraci Lopes.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A sede do antigo SENAI, localizada no Bairro Itaíba, passa a denominar-se Centro de Apoio Administrativo Iraci Lopes.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

ELTON POLINA

Secretário Municipal de Gestão Urbana

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de junho de 2020.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

LEI Nº 5.391, DE 9 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2525662

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.391, DE 9 DE JUNHO DE 2020.

Dá nova redação ao caput do art. 2º da Lei nº 4.014, de 24 de novembro de 2008, que dispõe sobre o funcionamento e administração do Centro de Eventos Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O caput do art. 2º da Lei nº 4.014, de 24 de novembro de 2008, que dispõe sobre o funcionamento e administração do Centro de Eventos Concórdia, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A administração e o funcionamento do Centro de Eventos Concórdia ficam vinculados à Diretoria de Esporte da Secretaria Municipal de Desporto e Cultura – SEDEC, a qual compete:" (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGERIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN

Secretário Municipal de Desporto e Cultura

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de junho de 2020.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

PORTARIA Nº 95/2020, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2525649

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 95/2020, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, e considerando a Comunicação Interna emitida pela Diretoria de Compras, protocolizada sob nº 10312/2020, em 3 de junho de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir e designar comissão, com a finalidade de realizar oitiva de testemunhas decorrente da fase probatória de processo administrativo, visando apurar a veracidade dos fatos relativos a acidente de trânsito ocorrido entre máquina de empresa terceirizada pelo Município e veículo de munícipe (Ford/Ka Flex – Placas MEG5095), que teriam colidido no interior do Município, causando danos materiais, conforme Boletim de Ocorrência nº 0175583/2020-BOPM-02460.2020.0000611, a ser composta pelos seguinte servidores:

I – presidente: ANDERSON DAL PRA DAL VESCO, ocupante do cargo de Técnico Legislativo;

II – membros:

a) EDUARDO MALTAURO, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

b) AMARILDO REGINATO, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 98/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2525654

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 98/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e considerando:

- o Adendo nº 19/2020, ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS;

- a CI DSMT 147/2020, de 15 de junho de 2020, emitida pelo Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora SIMONE ANDREA SVIDERSKI, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 8 de junho de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 11/2020**

Publicação Nº 2525095

PORTARIA Nº 11, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Concede férias regulamentares ao servidor MARCO ANTONIO TAGLIARI.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder férias regulamentares ao servidor MARCO ANTONIO TAGLIARI - Agente de Apoio Administrativo e Legislativo, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Legislativo, de 1º a 30 de julho de 2020, referente ao Período Aquisitivo de 5 de julho de 2019 a 4 de julho de 2020.

Concórdia, 10 de junho de 2020.

Mauro Acir Fretta

Presidente

RESOLUÇÃO 490/2020

Publicação Nº 2525100

RESOLUÇÃO Nº 490, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Constitui Comissão Especial de Licitação para abertura, julgamento e classificação das propostas das empresas do ramo de engenharia, para fiscalização, acompanhamento e elaboração de relatório de medição da obra de reforma do prédio sede da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial de Licitação para abertura, julgamento e classificação das propostas das empresas do ramo de engenharia, para fiscalização, acompanhamento e elaboração de relatório de medição da obra de reforma do prédio sede da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

Art. 2º Nomear os servidores Ivonei Gasparin Giordani, Daisy Trombetta Velho e Helena Furlanetto Dreyer, para comporem a Comissão.

Parágrafo único. A Comissão será presidida pelo primeiro membro e secretariada pelo segundo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 15 de junho de 2020.

Mauro Acir Fretta

Presidente

Margarete P. Dalla Costa

1º Secretário

RESOLUÇÃO 491/2020

Publicação Nº 2525102

RESOLUÇÃO Nº 491, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Constitui Comissão Especial.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para análise e parecer dos Vetos Totais nºs 1/2020 e 2/2020, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 9/2019 e ao Projeto de Lei do Legislativo nº 53/2018, enviados pelo Executivo Municipal.

Art. 2º Nomear os Vereadores Evandro Pegoraro, Jaderson M. Prudente e Fabiano Caitano, para comporem a Comissão.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de 8 (oito) dias para apresentação do parecer.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 15 de junho de 2020.

Mauro Acir Fretta

Presidente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2020

Publicação Nº 2525209

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 09/2020

Processo ADMINISTRATIVO nº 33/2020

Edital de Pregão Presencial PARA REGISTRO DE PREÇO nº 10/2020

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta, SC, por seu Prefeito, senhor Carlos Alberto Tozzo, e a(s) empresa(s) BOQUEIRÃO DESMONTE EM ROCHA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 10.418.783/0001-81, com sede na Rua São João, nº1359, centro, Boqueirão do Leão/RS, representada neste ato, pelo seu(ua) Procurador, Senhor(a) EDINHO EDUARDO BARKERT, inscrito(a) no CPF sob nº 03.166.680-52, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVE Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL NECESSÁRIO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, conforme especificações constantes no anexo "A" do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de doze meses, a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cordilheira Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", inciso II, artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ITENS E DOS PREÇOS

3.1. O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado no anexo deste termo.

3.1.1. Os preços descritos no anexo serão pagos na possível aquisição dos produtos.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

3.3. Os materiais deverão estar de acordo com a descrição constante no anexo "A" do edital e da proposta comercial da DETENTORA.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. A contratada deverá prestar o serviço nos locais determinados pela Administração, no território municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias da Autorização de Fornecimento, cabendo à empresa os custos de deslocamento, conforme o edital e a Ata de Registro de Preços.

4.2. A empresa deverá ainda, fornecer todo o material, pessoal e equipamentos necessários para a execução dos serviços e proporcionar proteção coletiva prevendo a adoção de medidas que evitem a ocorrência de desmoronamentos, deslizamentos, projeção de materiais e acidentes com explosivos, máquinas e equipamentos, sendo a empresa única e exclusiva responsável pelos mesmos.

4.3. A responsabilidade por todos os meios mecânicos que forem necessários ao desempenho da execução dos serviços é exclusivamente da empresa contratada, bem como pela mão de obra para execução, devendo fornecer a seus empregados e contratados todos os equipamentos de proteção individual (EPI's) necessários à segurança dos mesmos, de acordo com as normas relativas à Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, previstas na legislação em vigor.

4.4. A Contratada será a única responsável pelo transporte dos materiais, de seu pessoal, incluindo encargos sociais e trabalhistas, impostos, seguros e todas as exigências oriundas da legislação em vigor, sendo responsável pelas eventuais indenizações por danos físicos ou pela morte acidental de qualquer pessoa, bem como pelos danos materiais às propriedades públicas e privadas a que der causa.

4.5. A empresa deverá apresentar a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução dos serviços.

4.6. Os trabalhos que vierem a ser impugnados pela fiscalização serão refeitos às expensas da Contratada.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento do objeto desta ata, conforme solicitação, no prazo de 30 dias após a entrega dos materiais, mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

5.3. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta ata correrão à dotação: (Projeto Atividade 2.011- Elemento 3.3.90), previstas na Lei Orçamentária Anual prevista para o Exercício de 2020.

CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

6.1. Os preços expressos nesse contrato serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

6.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos que demonstrem os seus gastos, comprovando a quebra do equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

7.1. Não haverá prestação de garantia.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 15.1 do edital.

8.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

8.3. A penalidade de multa, prevista no item 8.1, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

8.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/1993.

8.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

8.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.6 e 8.7 será o valor inicial do Contrato.

8.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

8.11. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

8.11.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.11.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

9.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

9.1.1.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

9.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

9.1.3. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

9.1.4. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

9.1.5. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

9.1.6. Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.

9.1.7. Recolher os impostos devidos, no que diz respeito ao objeto da presente Ata, em seu órgão competente.

9.1.8. Realizar a execução do objeto conforme o edital que originou a contratação, sendo vedada a subcontratação.

9.2. São obrigações da CONTRATANTE:

9.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial para Registro de Preço nº 33/2020 e a proposta da empresa acima relacionada.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

10.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Cordilheira Alta, SC, 11 de Março de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito

BOQUEIRÃO DESMONTE EM ROCHA LTDA

EDINHO EDUARDO BARKERT

Contratada

Testemunhas:

1)Adriana D.C. Moresco

CPF004.723.779-14

2)Patricia Strada Machado

CPF083.745.419-03

Alexandro Aires

Sec. de Infraestrutura

FISCAL DE CONTRATO

Jacir Felini

Sec. De Agricultura

FISCAL DE CONTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2020

Publicação Nº 2525212

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº10/2020

PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preço nº12/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2020

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta, SC, por seu Prefeito, senhor Carlos Alberto Tozzo, e a(s) empresa(s) BC AGRO COMÉRCIO DE SEMENTES EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob nº 29.220.447/0001-58, com sede na Br 470 KM140, nº5350, B Valada Itoupava, Rio do Sul - SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Procurador, Senhor(a) André Luiz Arbegaus, inscrito(a) no CPF sob nº 005.346.779-59, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVE Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE SEMENTES, DO TIPO AVEIA PRETA DE INVERNO, PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE TROCA TROCA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO, conforme especificações constantes no anexo "A" do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de doze meses, a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cordilheira Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", inciso II, artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ITENS E DOS PREÇOS

3.1. O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado no anexo deste termo.

3.1.1. Os preços descritos no anexo serão pagos na possível aquisição dos produtos.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

3.3. Os materiais deverão estar de acordo com a descrição constante no anexo "A" do edital e da proposta comercial da DETENTORA.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. A entrega das sementes deverá ocorrer em até 10 (dez) dias do envio da Autorização de Fornecimento, sendo que as mesmas deverão

conter em sua embalagem o carimbo de fiscalização da CIDASC ou órgão fiscalizador do Estado, com validade mínima de 01(um) ano;

4.2. A contratada deverá observar os prazos, a forma e local de entrega do(s) objeto(s) licitado(s), de acordo com as especificações do termo de referência constante no anexo "A" deste edital.

4.3. No caso de a empresa realizar a entrega de sementes que eventualmente não germinem e havendo a devolução pelos munícipes, a contratada deverá realizar a troca das mesmas, no prazo máximo de 05 dias.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento do objeto desta ata, conforme solicitação, no prazo de 30 dias após a execução do objeto, mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

5.3. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta ata correrão à dotação: (Projeto Atividade 2.073– Elemento 3.3.90), previstas na Lei Orçamentária Anual prevista para o Exercício de 2020.

CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

6.1. Os preços expressos nesse contrato serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

6.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos que demonstrem os seus gastos, comprovando a quebra do equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

7.1. Não haverá prestação de garantia.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 15.1 do edital.

8.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

8.3. A penalidade de multa, prevista no item 8.1, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

8.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/1993.

8.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

8.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.6 e 8.7 será o valor inicial do Contrato.

8.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

8.11. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

8.11.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.11.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

9.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

9.1.1.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

9.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

9.1.3. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

9.1.4. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

9.1.5. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

- 9.1.6. Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.
- 9.1.7. Recolher os impostos devidos, no que diz respeito ao objeto da presente Ata, em seu órgão competente.
- 9.1.8 Realizar a execução do objeto conforme o edital que originou a contratação, sendo vedada a subcontratação.
- 9.2. São obrigações da CONTRATANTE:
- 9.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.
- 9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

- 10.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial para Registro de Preço nº 12/2020 e a proposta da empresa acima relacionada.
- 10.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.
- 10.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Cordilheira Alta, SC, 19 de março de 2020.
CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito

BC AGRO COMÉRCIO DE SEMENTES EIRELI ME
Contratada

Testemunhas:

- | | |
|--|---|
| 1) Adriana D.C. Moresco
CPF004.723.779-14 | 2) Patricia Strada Machado
CPF083.745.419-03 |
|--|---|

FISCAL DE CONTRATO:

Nilvete A.S. Atuatti
CPF 892.897.659-68

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2020

Publicação Nº 2525214

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº11/2020

PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preço nº 17/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2020

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta, SC, por seu Prefeito, senhor Carlos Alberto Tozzo, e a(s) empresa(s) GIARETTA PNEUS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 82.708.660/000196, com sede na Av. Paludo, nº996, Bairro São João, Seara, SC, representada neste ato, pelo seu(ua) administrador, Senhor(a) Doraci Fracinsco Giaretta, inscrito(a) no CPF sob nº 592.394.259-34, e a empresa F. VACHILESKI & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 93.388.031/0001-42, com sede na Rua Doutor João Caruso, nº426, Bairro Industrial, Erechim, RS representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Floriano Vachileski Junior, inscrito(a) no CPF sob nº 532.179.930-04, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVE Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM, RECAPAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONSERTOS RAC EM PNEUS DAS MÁQUINAS E DOS CAMINHÕES DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, conforme especificações constantes no anexo "A" do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

- 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de doze meses, a contar da data de sua assinatura.
- 2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cordilheira Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ITENS E DOS PREÇOS

3.1. O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado no anexo deste termo.

3.1.1. Os preços descritos no anexo serão pagos na possível aquisição dos produtos.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

3.3. Os serviços deverão ser prestados de acordo com a descrição constante no anexo "A" do edital e da proposta comercial da DETENTORA.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. A prestação dos serviços, quando vierem a ser contratados, deverão ser prestados em estabelecimento próprio do proponente vencedor, que será responsável pela coleta e transporte dos pneus, sendo que o serviço deverá ser realizado no prazo máximo de 05 dias, a contar da solicitação da Secretaria e conforme a Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento do objeto desta ata, conforme solicitação, no prazo de 30 dias após a execução do objeto, mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

5.3. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta ata correrão à dotação: (Projeto Atividade 2.009, 2.011 e 2.062– Elemento 3.3.90), previstas na Lei Orçamentária Anual prevista para o Exercício de 2020.

CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

6.1. Os preços expressos nesse contrato serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

6.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos que demonstrem os seus gastos, comprovando a quebra do equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

7.1. Não haverá prestação de garantia.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 15.1 do edital.

8.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

8.3. A penalidade de multa, prevista no item 8.1, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

8.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/1993.

8.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

8.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.6 e 8.7 será o valor inicial do Contrato.

8.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

8.11. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

8.11.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.11.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

9.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

- 9.1.1.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.
- 9.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.
- 9.1.3. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.
- 9.1.4. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.
- 9.1.5. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.
- 9.1.6. Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.
- 9.1.7. Recolher os impostos devidos, no que diz respeito ao objeto da presente Ata, em seu órgão competente.
- 9.1.8. Realizar a execução do objeto conforme o edital que originou a contratação, sendo vedada a subcontratação.
- 9.2. São obrigações da CONTRATANTE:
- 9.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.
- 9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

- 10.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão para Registro de Preço nº17/2020 e a proposta da empresa acima relacionada.
- 10.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.
- 10.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Cordilheira Alta, SC, 14 de Maio de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito

Detentores da Ata:

GIARETTA PNEUS EIRELI,

F. VACHILESKI & CIA LTDA

Testemunhas:

1)Adriana de Cezaro Moresco
CPF 004.723.779-14

2)Patricia Strada Machado
CPF083.745.419-03

FISCAIS DE CONTRATO:

Mauro Altair Berta

Jacir Felini

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2020

Publicação Nº 2525216

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº12/2020

PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preço nº 19/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2020

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta, SC, por seu Prefeito, senhor Carlos Alberto Tozzo, e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ n. 11.427.163/0001-71, situado na Rua Maria Ranzan, n. 619, Bairro Rosa Linda, Cordilheira Alta/SC, representado por seu gestor Sr. Sócrates Perin, e a(s) empresa(s) EBERLE E EBERLE LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.888.323/0001-87, com sede na Rua Silvia Tozzo, nº73, Centro, Cordilheira Alta, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Jociel Manolo Eberle, inscrito(a) no CPF sob nº 041.797.289-07, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVE Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO, SUBSTITUIÇÃO, CONserto, MONTAGEM, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA DE PNEUS DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, conforme especificações constantes no anexo "A" do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de doze meses, a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cordilheira Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ITENS E DOS PREÇOS

3.1. O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado no anexo deste termo.

3.1.1. Os preços descritos no anexo serão pagos na possível aquisição dos produtos.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

3.3. Os serviços deverão ser prestados de acordo com a descrição constante no anexo "A" do edital e da proposta comercial da DETENTORA.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1 A execução do objeto deverá ocorrer da seguinte maneira:

4.1.1 A empresa vencedora deverá realizar a coleta dos pneus no prazo máximo de até 08 horas após o chamado da secretaria solicitante, sendo que nos casos de urgência o prazo será de até 01 hora, bem como efetuar a restituição dos pneus no prazo máximo de 08 horas após a coleta e 02 horas nos casos de urgência.

4.1.1.1 O não atendimento dos prazos dispostos no subitem sujeitará à empresa as penalidades descritas neste termo, sem prejuízo da apresentação de defesa pela empresa contratada.

4.2. A coleta dos pneus será realizada no Parque de Máquinas do Município e no local que se encontrar o pneu danificado, sendo que neste caso, a coleta deverá ser realizada no endereço indicado pela Secretaria Solicitante.

4.3. Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento próprio da empresa vencedora, a fim de atender a demanda desta municipalidade, na forma do item 4.1.1, visando, sobretudo a eficiência, proporcionalidade e economicidade dos serviços prestados.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento do objeto desta ata, conforme solicitação, no prazo de 30 dias após a execução do objeto, mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

5.3. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta ata correrão à dotação: (Projeto Atividade 2.004, 2.020, 2.013, 2.062, 2.011, 2.006, 2.019 e 2.084– Elemento 3.3.90), previstas na Lei Orçamentária Anual prevista para o Exercício de 2020.

CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

6.1. Os preços expressos nesse contrato serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

6.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos que demonstrem os seus gastos, comprovando a quebra do equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

7.1. Não haverá prestação de garantia.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 15.1 do edital.

8.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

8.3. A penalidade de multa, prevista no item 8.1, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

8.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/1993.

8.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

8.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.6 e 8.7 será o valor inicial do Contrato.

8.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

8.11. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

8.11.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.11.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

9.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

9.1.1.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

9.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

9.1.3. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

9.1.4. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

9.1.5. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

9.1.6. Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.

9.1.7. Recolher os impostos devidos, no que diz respeito ao objeto da presente Ata, em seu órgão competente.

9.1.8 Realizar a execução do objeto conforme o edital que originou a contratação, sendo vedada a subcontratação.

9.2. São obrigações da CONTRATANTE:

9.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão para Registro de Preço nº19/2020 e a proposta da empresa acima relacionada.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

10.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Cordilheira Alta, SC, 15 de Maio de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

SÓCRAES PERIN

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Detentor da Ata:

EBERLE E EBERLE LTDA

Testemunhas:

1)Adriana de Cezaro Moresco
CPF 004.723.779-14

2)Patricia Strada Machado
CPF083.745.419-03

FISCAIS DE CONTRATO:

Mauro Altair Berta
Secretario de Infraestrutura

Jacir Felini
Secretario de Agricultura Industria e Comércio

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2020

Publicação Nº 2525217

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2020

PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preço nº 20/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2020

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta, SC, por seu Prefeito, senhor Carlos Alberto Tozzo, e a(s) empresa(s) CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 80.095.466/0006-61, com sede na Rodovia SC 468,s/n, Km 89, Distrito Fernando Machado, Cordilheira Alta, SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Deise Battestin de Oliveira, inscrito(a) no CPF sob nº 918.571.989-72, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVE Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE BRITA GRADUADA PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, conforme especificações constantes no anexo "A" do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de doze meses, a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cordilheira Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ITENS E DOS PREÇOS

3.1. O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado no anexo deste termo.

3.1.1. Os preços descritos no anexo serão pagos na possível aquisição dos produtos.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

3.3. Os serviços deverão ser prestados de acordo com a descrição constante no anexo "A" do edital e da proposta comercial da DETENTORA.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. O material será retirado conforme necessidade da secretaria solicitante, na sede da empresa licitante vencedora com prévio agendamento por servidor público desta municipalidade e deverá ser entregue conforme Autorização de Fornecimento emitida pelo Município.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento do objeto desta ata, conforme solicitação, no prazo de 30 dias após a execução do objeto, mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

5.3. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta ata correrão à dotação: (Projeto Atividade 2.011- Elemento 3.3.90), previstas na Lei Orçamentária Anual prevista para o Exercício de 2020.

CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

6.1. Os preços expressos nesse contrato serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

6.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos que demonstrem os seus gastos, comprovando a quebra do equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA

7.1. Não haverá prestação de garantia.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 15.1 do edital.

8.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

8.3. A penalidade de multa, prevista no item 8.1, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

8.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/1993.

8.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades,

assegurada a prévia defesa:

8.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

8.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.6 e 8.7 será o valor inicial do Contrato.

8.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

8.10.1. O valor da multa será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

8.10.2. Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extra-judicial ou judicial;

8.10.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

8.11. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

8.11.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.11.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

9.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

9.1.1.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

9.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

9.1.3. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

9.1.4. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

9.1.5. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

9.1.6. Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.

9.1.7. Recolher os impostos devidos, no que diz respeito ao objeto da presente Ata, em seu órgão competente.

9.1.8 Realizar a execução do objeto conforme o edital que originou a contratação, sendo vedada a subcontratação.

9.2. São obrigações da CONTRATANTE:

9.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão para Registro de Preço nº 20/2020 e a proposta da empresa acima relacionada.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

10.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Maio de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito

Detentores da Ata:

CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA

Testemunhas:

1)Adriana de Cezaro Moresco
CPF 004.723.779-14

2)Patricia Strada Machado
CPF083.745.419-03

FISCAIS DE CONTRATO:

Mauro Altair Berta
Secretario de Infraestrutura

Jacir Felini
Secretario de Agricultura Industria e Comércio

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2020

Publicação Nº 2525218

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 14/2020

PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preço nº 18/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2020

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta, SC, por seu Prefeito, senhor Carlos Alberto Tozzo, e a(s) empresa(s) DISTRIBUIDORA LIMA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 32.241.030/0001-86, com sede na Rua Pará, 246 - Fundos 0, centro, Xanxerê/SC, representada neste ato, pelo seu Procurador Senhor Volmir Antonio Lanzarin de Lima, inscrita no CPF sob nº 669.444.659-49, empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 05.919.156/0001-94, com sede na Rua do Comercio, s/n, Centro, Planalto Alegre SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Renata Raquel Ahlf dos Santos, inscrito(a) no CPF sob nº 005.351.199-92, empresa NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.814.016/0001-87, com sede no Acesso Florestal Ribeiro, 1331, Letra D, Santos Dumont, Chapecó – SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Ivanor de Lima Pinto, inscrito(a) no CPF sob nº 017.776.399-05, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVE Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DE CESTA BÁSICA, conforme especificações constantes no anexo "A" do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de doze meses, a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cordilheira Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ITENS E DOS PREÇOS

3.1. O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado no anexo deste termo.

3.1.1. Os preços descritos no anexo serão pagos na possível aquisição dos produtos.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

3.3. Os serviços deverão ser prestados de acordo com a descrição constante no anexo "A" do edital e da proposta comercial da DETENTORA.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. A entrega deverá no prazo máximo de 05 (cinco) dias do envio da Autorização de Fornecimento, no local indicado na Ordem de Compras, nos termos deste edital e de acordo com a Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento do objeto desta ata, conforme solicitação, no prazo de 30 dias após a execução do objeto, mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

5.3. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta ata correrão à dotação: (Projeto Atividade 2.006– Elemento 3.3.90), previstas na Lei Orçamentária Anual prevista para o Exercício de 2020.

CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

6.1. Os preços expressos nesse contrato serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

6.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos que demonstrem os seus gastos, comprovando a quebra do equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

7.1. Não haverá prestação de garantia.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 15.1 do edital.

8.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

8.3. A penalidade de multa, prevista no item 8.1, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

8.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/1993.

8.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

8.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.6 e 8.7 será o valor inicial do Contrato.

8.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

8.10.1. O valor da multa será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

8.10.2. Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

8.10.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

8.11. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

8.11.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.11.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

9.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

9.1.1.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

9.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

9.1.3. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

9.1.4. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

9.1.5. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

9.1.6. Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.

9.1.7. Recolher os impostos devidos, no que diz respeito ao objeto da presente Ata, em seu órgão competente.

9.1.8 Realizar a execução do objeto conforme o edital que originou a contratação, sendo vedada a subcontratação.

9.2. São obrigações da CONTRATANTE:

9.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão para Registro de Preço nº 18/2020 e a proposta da empresa acima relacionada.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente

a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

10.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Maio de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito

Detentores da Ata:

DISTRIBUIDORA LIMA LTDA

AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA EPP

NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Testemunhas:

1)Adriana D.C. Moresco
CPF004.723.779-14

2)Patricia Strada Machado
CPF083.745.419-03

FISCAL DE CONTRATO

MÁRCIA DALAGASPERINA BOFF

PORTARIA Nº 253/2020

Publicação Nº 2526014

PORTARIA Nº 253/2020

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde a servidora municipal Sra. FERNANDA THAYNARA ANDRETTA, matrícula nº 1363001, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, 20 horas, lotada no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/06/2020.

Cordilheira Alta/SC, 16 de junho de 2020.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

Coronel Freitas

PREFEITURA

CONTRATO N° 42/2020

Publicação N° 2524766

PUBLICAÇÃO CONTRATO N° 42/2020

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 42/2020

Contratado: NATIVA PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI EPP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR EMPREITADA GLOBAL PARA EXECUÇÃO DE REFORMA, REMOÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE ESQUADRIAS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS PROJETOS.

Valor: R\$ 21.285,00 (vinte e um mil duzentos e oitenta e cinco reais)

Vigência: 31/12/2020.

TERMO ADITIVO N° 18/2020

Publicação N° 2525010

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO N°18/2020

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

3º TERMO ADITIVO N° 18/2020 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 02/2020.

Contratado: PIVA COMERCIO LTDA

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇOS E QUANTIDADES da Ata Registro de Preço nº 02/2020 passa a ter a seguinte redação:

ITEM	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	EMPRESA	VALOR UN.	CLAS.
1	60.000,00	Gasolina Comum	PIVA COMERCIO LTDA	3,86	1º

Vigência: 02/03/2021.

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº110/2020

Publicação Nº 2525039

DECRETO Nº 110, DE 16 DE JUNHO DE 2020

ESTABILIZA SERVIDORA APROVADA EM ESTAGIO PROBATORIO PARA O SERVIÇO PÚBLICO.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando Relatório Conclusivo de Avaliação de Estágio Probatório realizado por comissão específica indicando que foi atingida a pontuação mínima exigida;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabilizada no serviço Público Municipal, em virtude de aprovação no Estágio Probatório, o Sra. Juceli de Fatima Girardi Brum, ocupante do cargo de Servente, neste Município de Coronel Martins, sob o Regime Jurídico Estatutário.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o período de estágio probatório, não gera direito à estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da administração, ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto, correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Com Efeitos Retroativos a 06/03/2020

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, em 16 de Junho de 2020.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 092/2020

Publicação Nº 2525036

PORTARIA Nº 092, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES EFETIVOS EM ESTÁGIO PROBATORIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Avaliação de desempenho dos Servidores Efetivos e em estágio probatório dos aprovados e admitidos em concurso público, com a incumbência de realizar as avaliações especiais de desempenho dos servidores públicos municipais que se encontram em estágio probatório, para os efeitos do disposto no art. 24 da Lei Complementar nº 040/2014, de 29/04/2014, com base nos formulários de avaliação semestral, sob a presidência do primeiro:

- Ivair Carlos Baldissera – Secretário Municipal de Saúde
- Maico Picetti – Diretor Geral de Compras e Licitações
- Janinha Neves Pain Ravarena-Servente Geral
- Giuvani Schuster – Chefe de Gabinete
- Chaiane Zanata –Coordenador do Cras

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria nº 075, de 14 de Junho de 2019

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 16 de junho de 2020.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Chefe de Gabinete.

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 1953/2020

Publicação Nº 2524813

DECRETO Nº 1953/2020

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOAO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2369/2019 de 06 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1 - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizar e abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 21.136,69 (vinte e um mil, cento e trinta e seis reais e sessenta e nove centavos)

Código	Classificação	Valor
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.0081.1010	BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA	
01381938	Transferência SUS/União - COVID19	
33390000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 21.136,69
331	Referência Dotação	

TOTAL R\$	21.136,69
-----------	-----------

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Código	Classificação	Valor
01381938	Transferência SUS/União - COVID19	R\$ 21.136,69
TOTAL R\$		21.136,69

Art. 3 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 17 de junho de 2020.

JOAO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

DECRETO Nº 1954/2020

Publicação Nº 2524969

DECRETO Nº 1954/2020

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOAO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, E DE CONFORMIDADE COM A Lei Municipal Nº 2408/2020 de 15 de junho de 2020:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Especiais Suplementares até o limite do valor de R\$ 746.000,00 (setecentos e quarenta e seis mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	Classificação	Valor R\$
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.0080.1001	CONSTRUÇÃO, AMPL. E MELHORIA DA REDE FÍSICA DAS U	
34490000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 746.000,00
	TOTAL	746.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	Classificação	Valor R\$
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.1007.2046	PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE - PMAQ	
33190000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 9.500,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.1007.2046	PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE - PMAQ	
33390000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 9.500,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.1007.2046	PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE - PMAQ	
34490000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 4.500,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.1005.2044	SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	
33190000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 50.500,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.1004.2043	AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE	
33190000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 100.000,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.0081.1010	BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA	
33390000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 150.000,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.0081.1010	BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA	
33190000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 422.000,00
	TOTAL	746.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 17 de junho de 2020.

JOAO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO(A) MUNICIPAL DE CORUPÁ

DECRETO Nº 1954/2020

Publicação Nº 2524967

DECRETO Nº 1954/2020

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOAO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, E DE CONFORMIDADE COM A Lei Municipal Nº 2408/2020 de 15 de junho de 2020:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Especiais Suplementares até o limite do valor de R\$ 746.000,00 (setecentos e quarenta e seis mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	Classificação	Valor R\$
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.0080.1001	CONSTRUÇÃO, AMPL. E MELHORIA DA REDE FÍSICA DAS U	
34490000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 746.000,00
	TOTAL	746.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	Classificação	Valor R\$
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.1007.2046	PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE - PMAQ	
33190000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 9.500,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.1007.2046	PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE - PMAQ	
33390000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 9.500,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.1007.2046	PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE - PMAQ	
34490000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 4.500,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.1005.2044	SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	
33190000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 50.500,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.1004.2043	AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE	
33190000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 100.000,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.0081.1010	BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA	
33390000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 150.000,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	

0010.0301.0081.1010	BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA	
33190000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 422.000,00
	TOTAL	746.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 17 de junho de 2020.

JOAO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO(A) MUNICIPAL DE CORUPÁ

DECRETO Nº 1955/2020

Publicação Nº 2524976

DECRETO Nº 1955/2020

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOAO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2409/2020 de 15 de junho de 2020:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Especiais Suplementares até o limite do valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	Classificação	Valor R\$
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.0081.1010	BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA	
33390000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 50.000,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.0081.1010	BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA	
33390000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 50.000,00
	TOTAL	100.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do excesso de arrecadação das seguintes fontes de recursos consignadas no Orçamento do Município a saber:

0177001 – Emendas de Bancada de Parlamentares (EC nº 100/2019) Custeio – COVID 19

0177002 – Emendas de Bancada de Parlamentares (EC nº 100/2019) Custeio

	TOTAL	100.000,00
--	-------	------------

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 17 de junho de 2020.

JOAO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO(A) MUNICIPAL DE CORUPÁ

ERRATA DO DECRETO Nº 1914 DE 22 DE ABRIL DE 2020, PUBLICADO EM 22 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2525188

ERRATA DO DECRETO Nº 1914 DE 22 DE ABRIL DE 2020,
PUBLICADO EM 22 DE ABRIL DE 2020.

ONDE SE LÊ: CONSIDERANDO que a empresa atendeu aos ditames do Decreto n. 016/1995, em seu artigo 1º, beneficiando-se, assim, do incentivo constante do art. 4º, alínea "b": "Direito de posse provisória e uso de imóvel da municipalidade necessário à implantação do projeto declarado para, após 5 (cinco) anos contatos da concessão do Alvará de Funcionamento, receber a doação definitiva das terras", conforme Ata da Comissão de Incentivos Fiscais de 03/12/2020;

LEIA-SE: CONSIDERANDO que a empresa atendeu aos ditames do Decreto n. 016/1995, em seu artigo 1º, beneficiando-se, assim, do incentivo constante do art. 4º, alínea "b": "Direito de posse provisória e uso de imóvel da municipalidade necessário à implantação do projeto declarado para, após 5 (cinco) anos contatos da concessão do Alvará de Funcionamento, receber a doação definitiva das terras", conforme Ata da Comissão de Incentivos Fiscais de 16/04/2020;

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 17 de junho de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

PRORROGAÇÃO DAS DATAS DE PUBLICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA, RECURSO, CLASSIFICAÇÃO FINAL E HOMOLOGAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 009/2020

Publicação Nº 2526016

PRORROGAÇÃO DAS DATAS DE PUBLICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA, RECURSO, CLASSIFICAÇÃO FINAL E HOMOLOGAÇÃO DO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 009/2020

Pelo presente, ficam prorrogadas as datas de publicação da Classificação Prévia, Recurso e Classificação Final do Processo Seletivo Público Simplificado Nº 009/2020.

CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA, RECURSO, CLASSIFICAÇÃO FINAL E HOMOLOGAÇÃO

4.6 A classificação prévia dos candidatos será divulgada por meio da internet no sítio do município (<http://www.corupa.atende.net>), e no sítio do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site>), no dia 19 de junho de 2020.

4.7 O candidato poderá impetrar recurso do resultado da classificação prévia nos dias 22 e 23 de junho de 2020, protocolando na Prefeitura Municipal de Corupá, localizada à Avenida Getúlio Vargas, nº 443, Centro, Município de Corupá/SC, no setor de Recursos Humanos, no horário das 07:00 às 13:00 horas preenchendo o formulário (anexo III); ou encaminhar para o email: recursoshumanos@corupa.sc.gov.br

4.8 A classificação final e homologação serão divulgados por meio da internet no sítio do município (<http://www.corupa.atende.net>), e no sítio do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site>), no dia 24 de junho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 17 de junho de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Cunha Porã

PREFEITURA

PORTARIA Nº 401, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2525357

PORTARIA Nº 401, de 16 de Junho de 2020.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDORA MUNICIPAL ANILCE SALETE SEHNEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90;

CONSIDERANDO o requerimento da Interessada.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 15 de junho de 2020 até 14 de julho de 2020 à servidora Municipal ANILCE SALETE SEHNEM, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 3646-3, referente ao período aquisitivo de 07.02.2019 a 06.02.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 15/06/2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 16 de junho de 2020.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

Cunhataí

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº. 055/2020, DE 17 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2526000

DECRETO MUNICIPAL Nº. 055/2020, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com Artigo 5º, § 1º, Inciso II da Lei Municipal n.º 951 de 10 de dezembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam abertos Créditos Adicionais Suplementares no orçamento da Entidade n.º 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, no valor de R\$ - 103.564,61(Sessenta e Três Mil e Sessenta Reais com Setenta e Dois Centavos), nas seguintes dotações:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO	3
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	SAÚDE COM A ATENÇÃO QUE VOCÊ MERECE	17
Atividade	Ampliação e Reforma do Centro Municipal de Saúde	1.040
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
4.4.90.00	Aplicação Direta	30.02.000000- (76)
		Valor
		103.564,61

Art. 2º. Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Geral do exercício de 2019, na Destinação de Recurso Superávit Financeiro de recursos S. F. Rec. de Imp. e Trans. Impostos – Saúde DR n.º 30.02 no valor de R\$ 103.564,61(Cento e Três Mil, Quinhentos e Sessenta e Quatro Reais com Sessenta e Um Centavos).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 17 de junho de 2020.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL

Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Publique-se e Registre-se

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2020

Publicação Nº 2525715

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2020

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA MOTONIVELADORA KOMATSU GD555/1, RETROESCAVADEIRA RANDON RK406B E DO CAMINHAO IVECO 260E28 PLACA QHI6072, DE USO DAS ESTRADAS VICINAIS DA SECRETARIA DE OBRAS. CONFORME ANEXO 1 DESTES EDITAIS. Os interessados em participar do certame deverão entregar, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 30/06/2020, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o aprazado para protocolo, será realizada a classificação das propostas apresentadas.

A partir das 14:00 horas do dia 30/06/2020, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 15 de Junho de 2020.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 16/2020

Publicação Nº 2525527

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 16/2020

Aditivo Nº : 16/2020 - Contrato Nº: 15/2019
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: MXA SOLUTIONS EIRELI
CPF/CNPJ : 26.498.828/0001-05
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 05/05/2020 Término: 27/10/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 149/2019
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, E FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS, CONFORME REFERÊNCIA DESTES EDITAIS.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 17/2020

Publicação Nº 2525531

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 17/2020

Aditivo Nº : 17/2020 - Contrato Nº: 19/2019
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: VIVA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

CPF/CNPJ : 21.302.934/0001-58
Valor : 16.915,80 (dezesseis mil novecentos e quinze reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 08/05/2020 Término: 07/06/2020
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALOR, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ESCAVAÇÃO EM TERRA NO LOTEAMENTO NOVA ALVORADA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 19/2020

Publicação Nº 2525537

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 19/2020

Contrato Nº.: 19/2020
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada.: PERSIANAS CRISDAN LTDA - ME
CPF/CNPJ : 02.173.150/0001-22
Valor : 103,12 (cento e três reais e doze centavos)
Vigência : Início: 15/05/2020 Término: 07/05/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 46/2020
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.067.3.3.90.00.00.00.00 (5) Saldo: 120.379,63
Objeto : AQUISIÇÃO DE PERSIANAS PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, HABITAÇÃO, ESPORTES E ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 6/2020

Publicação Nº 2525491

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL CULTURA-CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 6/2020

Aditivo Nº : 6/2020 - Contrato Nº: 20/2019
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL CULTURA - CURITIBANOS
Contratada.: MXA SOLUTIONS EIRELI
CPF/CNPJ : 26.498.828/0001-05
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 05/05/2020 Término: 27/10/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 149/2019
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, E FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 13/2020

Publicação Nº 2525541

ESTADO DE SANTA CATARINA
IPESMUC
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 13/2020

Aditivo Nº : 13/2020 - Contrato Nº: 11/2019
Contratante...: INST. PREV. SOCIAL SERV. PUB. M. CURITIBANOS
Contratada...: MXA SOLUTIONS EIRELI
CPF/CNPJ : 26.498.828/0001-05
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 05/05/2020 Término: 27/10/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 149/2019
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, E FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 168/2020

Publicação Nº 2525632

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 168/2020

Aditivo Nº : 168/2020 - Contrato Nº: 209/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CONSTRULACER-COM. E CONSTRUÇÕES LACERDOPOLIS EIRELI
CPF/CNPJ : 06.123.883/0001-03
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 10/05/2020 Término: 31/05/2020
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 75/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REDE DE SPDA E AMPLIAÇÃO DO PAVILHÃO DE EVENTOS LOCALIZADO NO PARQUE POUSO DO TROPEIRO, BAIRRO ÁGUA SANTA EM CURITIBANOS - SC, COM ÁREA TOTAL DE 1.300,00². CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 2/2020

Publicação Nº 2525524

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 2/2020

Aditivo Nº : 2/2020 - Contrato Nº: 10/2019
Contratante...: FUNDO MUNIC.DA CRIANÇA E DO ADOLESC. CURITIBANOS
Contratada...: MXA SOLUTIONS EIRELI
CPF/CNPJ : 26.498.828/0001-05
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 05/05/2020 Término: 27/10/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 149/2019
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, E FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 203/2020

Publicação Nº 2525645

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 203/2020

Aditivo Nº : 203/2020 - Contrato Nº: 355/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP
CPF/CNPJ : 06.099.082/0001-50
Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 24/05/2020 Término: 08/06/2020
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 139/2019
Recursos : Dotação:

Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CBUQ - DE DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME CONTRATO DE FINANCIAMENTO ENTRE CAIXA ECONOMICA FEDERAL - FINISA /PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS SOB Nº 0526.862, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 204/2020

Publicação Nº 2525647

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 204/2020

Aditivo Nº : 204/2020 - Contrato Nº: 349/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP
CPF/CNPJ : 06.099.082/0001-50
Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 23/05/2020 Término: 08/06/2020
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 139/2019
Recursos : Dotação:

Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CBUQ - DE DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME CONTRATO DE FINANCIAMENTO ENTRE CAIXA ECONOMICA FEDERAL - FINISA /PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS SOB Nº 0526.862, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 205/2020

Publicação Nº 2525655

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 205/2020

Aditivo Nº : 205/2020 - Contrato Nº: 352/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP
CPF/CNPJ : 06.099.082/0001-50

Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 02/05/2020 Término: 08/06/2020
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 139/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CBUQ - DE DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME CONTRATO DE FINANCIAMENTO ENTRE CAIXA ECONOMICA FEDERAL - FINISA /PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS SOB Nº 0526.862, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 206/2020

Publicação Nº 2525659

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 206/2020

Aditivo Nº : 206/2020 - Contrato Nº: 351/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP
CPF/CNPJ : 06.099.082/0001-50
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 23/05/2020 Término: 08/06/2020
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 139/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : ADITIVO DE VALOR PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CBUQ - DE DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME CONTRATO DE FINANCIAMENTO ENTRE CAIXA ECONOMICA FEDERAL - FINISA /PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS SOB Nº 0526.862, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 208/2020

Publicação Nº 2525721

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 208/2020

Aditivo Nº : 208/2020 - Contrato Nº: 353/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP
CPF/CNPJ : 06.099.082/0001-50
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 22/05/2020 Término: 05/06/2020
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 139/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CBUQ - DE DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME CONTRATO DE FINANCIAMENTO ENTRE CAIXA ECONOMICA FEDERAL - FINISA /PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS SOB Nº 0526.862, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 211/2020

Publicação N° 2525729

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 211/2020

Aditivo N° : 211/2020 - Contrato N°: 494/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: L E Z COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA
CPF/CNPJ : 15.345.797/0001-36
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 22/05/2020 Término: 11/06/2020
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia N°.: 196/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA RODOVIA ULISSES GABOARDI, TRECHO PINHEIRO TENIS CLUBE - UFSC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 212/2020

Publicação N° 2525769

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 212/2020

Aditivo N° : 212/2020 - Contrato N°: 417/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: MXA SOLUTIONS EIRELI
CPF/CNPJ : 26.498.828/0001-05
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 05/05/2020 Término: 27/10/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 149/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, E FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 214/2020

Publicação N° 2525771

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 214/2020

Aditivo N° : 214/2020 - Contrato N°: 513/2018
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: INFRACEA CONTROLE DO ESPACO AEREO, AEROPORTOS E CA
CPF/CNPJ : 17.469.843/0001-34
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 06/05/2020 Término: 06/09/2020
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços N°.: 240/2018

Recursos : Dotação:

Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REGULARIZAR E VIABILIZAR A OPERACIONALIZAÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL DE CURITIBANOS LAURO ANTONIO DA COSTA (IDENTIFICADOR SSKU), SITUADO NAS COORDENADAS 27 17 14S/050 36 14W PARA ELABORAÇÃO DO PLANO BÁSICO DE ZONA DE PROTEÇÃO DO AERÓDROMO DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 957/GC3, CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 215/2020

Publicação Nº 2525774

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 215/2020

Contrato Nº.: 215/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DA CAZ AUTO PECAS LTDA - EPP
CPF/CNPJ : 85.349.579/0001-55
Valor : 1.282,40 (um mil duzentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 06/05/2020 Término: 06/07/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 45/2020
Recursos : Dotação: 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (100) Saldo: 54.175,79
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto E MANUTENÇÃO DO VEICULO GOL PLACA MIK 8745, DE USO DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 216/2020

Publicação Nº 2525777

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 216/2020

Aditivo Nº : 216/2020 - Contrato Nº: 444/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA
CPF/CNPJ : 01.703.684/0001-50
Valor : 1.632,64 (um mil seiscentos e trinta e dois reais e sessenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 07/05/2020 Término: 24/06/2020
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 190/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALOR PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO BLOCO DE SANITÁRIOS CENTRAL DA EXPOCENTRO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 218/2020

Publicação Nº 2525778

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 218/2020

Aditivo Nº : 218/2020 - Contrato Nº: 444/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA
CPF/CNPJ : 01.703.684/0001-50
Valor : 10.993,01 (dez mil novecentos e noventa e três reais e um centavo)
Vigência : Início: 07/05/2020 Término: 24/06/2020
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 190/2019
Recursos : Dotação: 1.029.4.4.90.00.00.00.00 (102) Saldo: 28.137,03
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO BLOCO DE SANITÁRIOS CENTRAL DA EXPOCENTRO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 4/2020

Publicação Nº 2525493

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DEFESA CIVIL CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 4/2020

Aditivo Nº : 4/2020 - Contrato Nº: 5/2019
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DEFESA CIVIL MUNICIPIO CURITIBANOS
Contratada...: MXA SOLUTIONS EIRELI
CPF/CNPJ : 26.498.828/0001-05
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 05/05/2020 Término: 27/10/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 149/2019
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, E FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 40/2020

Publicação Nº 2525454

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 40/2020

Aditivo Nº : 40/2020 - Contrato Nº: 73/2019
Contratante...: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: MXA SOLUTIONS EIRELI
CPF/CNPJ : 26.498.828/0001-05
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 05/05/2020 Término: 27/10/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 149/2019
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, E FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 41/2020

Publicação Nº 2525466

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 41/2020

Contrato Nº.: 41/2020
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: MEMORIAL PARQUE DAS ARAUCARIAS LTDA
CPF/CNPJ : 11.286.835/0001-76
Valor : 6.950,00 (seis mil novecentos e cinq-enta reais)
Vigência : Início: 05/05/2020 Término: 04/05/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2020
Recursos : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00 (8) Saldo: 70.451,14
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CREMAÇÃO PARA ATENDIMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA DURANTE O ANO DE 2020. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 42/2020

Publicação Nº 2525471

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 42/2020

Contrato Nº.: 42/2020
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: IRAN ANTONIO
CPF/CNPJ : 14.227.062/0001-45
Valor : 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 07/05/2020 Término: 31/05/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 89/2019
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.096.3.3.90.00.00.00.00 (32) Saldo: 37.726,75
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES E EVENTOS(PALESTRAS, OFICINAS E AÇÕES) DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E SECRETARIA DE CULTURA. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 43/2020

Publicação Nº 2525473

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 43/2020

Contrato Nº.: 43/2020
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: PERSIANAS CRISDAN LTDA - ME
CPF/CNPJ : 02.173.150/0001-22
Valor : 495,31 (quatrocentos e noventa e cinco reais e trinta e um centavos)
Vigência : Início: 12/05/2020 Término: 07/05/2021

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 46/2020
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.097.3.3.90.00.00.00.00.00 (22) Saldo: 3.549,60
Objeto : AQUISIÇÃO DE PERSIANAS PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, HABITAÇÃO, ESPORTES E ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 45/2020

Publicação Nº 2525476

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020
Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 45/2020

Contrato Nº.: 45/2020
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada.: ESCRIMATE COM E SERVICOS DE INFORMATICA - EIRELI
CPF/CNPJ : 00.748.569/0001-30
Valor : 598,00 (quinhentos e noventa e oito reais)
Vigência : Início: 14/05/2020 Término: 31/08/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8), 2.096.3.3.90.00.00.00.00.00 (21), 2.097.3.3.90.00.00.00.00.00 (22), 2.098.3.3.90.00.00.00.00.00 (24), 2.104.3.3.90.00.00.00.00.00 (28), 2.096.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.098.3.3.90.00.00.00.00.00 (35)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, SECRETARIA DE ESPORTES, AÇÃO SOCIAL, SAÚDE, HABITAÇÃO, EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 46/2020

Publicação Nº 2525487

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 46/2020

Contrato Nº.: 46/2020
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada.: POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA ME
CPF/CNPJ : 14.292.313/0001-75
Valor : 760,00 (setecentos e sessenta reais)
Vigência : Início: 26/05/2020 Término: 24/07/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 108/2019
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.096.3.3.90.00.00.00.00.00 (32) Saldo: 36.122,75
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA USO NAS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME MODELOS E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 82/2020

Publicação Nº 2525569

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 82/2020

Aditivo Nº : 82/2020 - Contrato Nº: 140/2019
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada...: MXA SOLUTIONS EIRELI
CPF/CNPJ : 26.498.828/0001-05
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 05/05/2020 Término: 27/10/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 149/2019
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : ADITIVO DE PRAZO CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, E FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 83/2020

Publicação Nº 2525572

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 83/2020

Contrato Nº.: 83/2020
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada...: LOCALIZA RENT A CAR SA
CPF/CNPJ : 16.670.085/0001-55
Valor : 63.840,00 (sessenta e três mil oitocentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 06/05/2020 Término: 30/06/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2020
Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (11)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA A MANUTENÇÃO DOS ATENDIMENTOS DE TRANSPORTE PARA TFD - TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 84/2020

Publicação Nº 2525573

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 84/2020

Contrato Nº.: 84/2020
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada...: DA CAZ AUTO PECAS LTDA - EPP
CPF/CNPJ : 85.349.579/0002-36
Valor : 1.875,00 (um mil oitocentos e setenta e cinco reais)
Vigência : Início: 08/05/2020 Término: 02/01/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 203/2019
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (11), 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (19)
Objeto : O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 84/2020

Publicação Nº 2525496

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 84/2020

Aditivo Nº : 84/2020 - Contrato Nº: 163/2019
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA
CPF/CNPJ : 01.703.684/0001-50
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 14/05/2020 Término: 14/09/2020
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 39/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO POLIESPORTIVO NO BAIRRO BOM JESUS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 85/2020

Publicação Nº 2525579

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 85/2020

Contrato Nº.: 85/2020
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada...: JONATHAN DOLBERTO COSTA 00984148957
CPF/CNPJ : 16.368.372/0001-05
Valor : 2.650,00 (dois mil seiscentos e cinq-enta reais)
Vigência : Início: 08/05/2020 Término: 02/01/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 203/2019
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (11), 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (19)
Objeto : O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 86/2020

Publicação Nº 2525498

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 86/2020

Aditivo Nº : 86/2020 - Contrato Nº: 209/2018
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: BALBINOT CONSTRUÇOES EIRELI
CPF/CNPJ : 13.923.607/0001-95
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 09/05/2020 Término: 09/08/2020
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 51/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : construção de Unidade de Educação Infantil (Projeto Proinfancia Tipo 1), na Rua Cornélio de Haro Varela, em Curitiba, conforme descrição detalhada no memorial descritivo e demais condições previstas neste edital e em seus anexos.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 86/2020

Publicação Nº 2525588

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 86/2020

Contrato Nº.: 86/2020
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada.: PREVEOESTE MATERIAIS DE SEGURANÇA E DESC. LTDA-ME
CPF/CNPJ : 01.974.824/0001-25
Valor : 21.000,00 (vinte e um mil reais)
Vigência : Início: 11/05/2020 Término: 13/07/2020
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 28/2020
Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00 (11)
Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE MÁSCARAS CIRÚRGICAS E N95, PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CONFORME DECRETO 13.979/2020 E NA FORMA DO ARTIDO 24, INCISO IV DA LEI 8.666/93.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 87/2020

Publicação Nº 2525589

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 87/2020

Contrato Nº.: 87/2020
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada.: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CPF/CNPJ : 05.531.725/0001-20
Valor : 395,00 (trezentos e noventa e cinco reais)
Vigência : Início: 11/05/2020 Término: 13/07/2020
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 28/2020
Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00 (11)
Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE MÁSCARAS CIRÚRGICAS E N95, PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CONFORME DECRETO 13.979/2020 E NA FORMA DO ARTIDO 24, INCISO IV DA LEI 8.666/93.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 88/2020

Publicação Nº 2525501

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 88/2020

Aditivo Nº : 88/2020 - Contrato Nº: 33/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada.: CONTROLLER TECNOLOGIA E SIST. DE INFORMAÇÃO LTDA
CPF/CNPJ : 04.072.953/0001-16
Valor : 53.664,84 (cinquenta e três mil seiscentos e sessenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 01/05/2020 Término: 01/05/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2019
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (34), 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (45)
Objeto : ADITIVO DE PRAZO E VALOR REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMAS INFORMATIZADOS EDUCACIONAIS ONDE FAÇAM A IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO, TREINAMENTO PARA ADMINISTRATIVO E PROFESSORES E MANUTENÇÃO DO SISTEMA INFORMATIZADO INTEGRADO (SOFTWARE) PARA A EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL E TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 88/2020

Publicação Nº 2525590

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 88/2020

Contrato Nº.: 88/2020
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada...: ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA
CPF/CNPJ : 05.665.084/0001-04
Valor : 301,00 (trezentos e um reais)
Vigência : Início: 12/05/2020 Término: 24/07/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 108/2019
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (17), 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA USO NAS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME MODELOS E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 89/2020

Publicação Nº 2525592

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 89/2020

Contrato Nº.: 89/2020
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada...: ESCRIMATE COM E SERVICOS DE INFORMATICA - EIRELI
CPF/CNPJ : 00.748.569/0001-30
Valor : 6.617,00 (seis mil seiscentos e dezessete reais)
Vigência : Início: 14/05/2020 Término: 31/08/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, SECRETARIA DE ESPORTES, AÇÃO SOCIAL, SAÚDE, HABITAÇÃO, EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 89/2020

Publicação Nº 2525506

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 89/2020

Aditivo Nº : 89/2020 - Contrato Nº: 161/2019
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: MXA SOLUTIONS EIRELI
CPF/CNPJ : 26.498.828/0001-05
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 05/05/2020 Término: 27/10/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 149/2019

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação:

Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, E FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 90/2020

Publicação Nº 2525508

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 90/2020

Contrato Nº.: 90/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Contratada...: ANDERSON EIMAR DA SILVA

CPF/CNPJ : 32.533.163/0001-26

Valor : 126.499,55 (cento e vinte e seis mil quatrocentos e noventa e nove reais e cinq-enta e cinco centavos)

Vigência : Início: 06/05/2020 Término: 21/07/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2020

Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (34) Saldo: 1.560.433,71

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TROCA DE PISO DO NUCLEO MUNICIPAL TERESA LEMOS PRETO. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 91/2020

Publicação Nº 2525514

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 91/2020

Contrato Nº.: 91/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Contratada...: CASA FAGUNDES COM. DE VARIEDADES EM GERAL LTDA - E

CPF/CNPJ : 73.222.994/0001-64

Valor : 12.400,00 (doze mil quatrocentos reais)

Vigência : Início: 08/05/2020 Término: 08/08/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2020

Recursos : Dotação: 2.052.3.3.90.00.00.00.00.00 (58), 2.053.3.3.90.00.00.00.00.00 (59)

Objeto : AQUISIÇÃO DE EMBALAGENS PARA DISTRIBUIÇÃO DE MARMITAS PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM RAZÃO DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO/PREVENÇÃO DO CORONAVÍRUS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL E DECRETO 13.979/20.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 91/2020

Publicação Nº 2525597

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 91/2020

Contrato Nº.: 91/2020

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada...: JONATHAN WILLIAM FLEMMING
CPF/CNPJ : 24.816.087/0001-38
Valor : 5.100,00 (cinco mil e cem reais)
Vigência : Início: 19/05/2020 Término: 11/10/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 181/2019
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00 (11)
Objeto : O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 92/2020

Publicação Nº 2525601

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 92/2020

Contrato Nº.: 92/2020
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada...: PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE LTDA
CPF/CNPJ : 73.302.879/0001-08
Valor : 7.418,19 (sete mil quatrocentos e dezoito reais e dezenove centavos)
Vigência : Início: 19/05/2020 Término: 19/05/2021
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Recursos : Dotação: 2.027.3.3.90.00.00.00.00 (26)
Objeto : REALIZAÇÃO DE ISNCRIÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS NO PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE(PNCQ) DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ANÁLISES CLÍNICAS (SBAC).

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 93/2020

Publicação Nº 2525518

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 93/2020

Contrato Nº.: 93/2020
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: AUTO MECANICA LTDA - EPP
CPF/CNPJ : 83.750.703/0001-64
Valor : 3.700,90 (três mil e setecentos reais e noventa centavos)
Vigência : Início: 14/05/2020 Término: 14/07/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 49/2020
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (34) Saldo: 1.117.107,57
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO E CONserto DE VEICULOS PESADOS DE USO DA SECRETARIA DE OBRAS E MICROONIBUS DE USO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 93/2020

Publicação Nº 2525605

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 93/2020

Contrato Nº.: 93/2020
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada...: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CPF/CNPJ : 05.531.725/0001-20
Valor : 106.300,00 (cento e seis mil trezentos reais)
Vigência : Início: 22/05/2020 Término: 22/05/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2020
Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00 (11)
Objeto : O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TESTE RÁPIDO PARA DIAGNÓSTICO DO COVID-19 EM PACIENTES DURANTE TRIAGEM REALIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE. CONFORME LEI 13.979/2020, TERMO DE REFERÊNCIA E DOCUMENTOS EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 94/2020

Publicação Nº 2525521

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 94/2020

Aditivo Nº : 94/2020 - Contrato Nº: 90/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: ANDERSON EIMAR DA SILVA
CPF/CNPJ : 32.533.163/0001-26
Valor : 2.682,51 (dois mil seiscentos e oitenta e dois reais e cinq-enta e um centavos)
Vigência : Início: 29/05/2020 Término: 21/07/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2020
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (34) Saldo: 1.061.412,54
Objeto : ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 2.682,51, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TROCA DE PISO DO NUCLEO MUNICIPAL TERESA LEMOS PRETO. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 94/2020

Publicação Nº 2525606

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 94/2020

Contrato Nº.: 94/2020
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada...: MAYCON WILL EIRELI
CPF/CNPJ : 18.712.730/0001-80
Valor : 16.800,00 (dezesesseis mil oitocentos reais)
Vigência : Início: 25/05/2020 Término: 25/07/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 57/2020
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00 (11), 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (17)
Objeto : AQUISIÇÃO DE ALCOOL GEL E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, PARA USO NAS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, PARA ENFRENTAMENTO/COMBATE AO COVID 19, CONFORME DECRETO LEI 13979/2020 E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 95/2020

Publicação Nº 2525608

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020
Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 95/2020

Contrato Nº.: 95/2020
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada...: REDE FEM REG DE COMBATE AO CANCER DE CURITIBANOS
CPF/CNPJ : 78.478.021/0001-04
Valor : 15.000,00 (quinze mil reais)
Vigência : Início: 25/05/2020 Término: 20/12/2020
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 30/2020
Recursos : Dotação: 2.022.3.3.50.00.00.00.00 (12)
Objeto : O PRESENTE TERMO DE COLABORAÇÃO TEM POR OBJETO EXECUTAR AÇÕES VOLTADAS ASO ATENDIMENTO/ASSISTÊNCIA DE PACIENTES PORTADORES DE DOENÇAS ONCOLÓGICAS, NÃO ASSISTIDOS OU DE TRATAMENTO E EXAMES NÃO DISPONIBILIZADOS PELA REDE PÚBLICA DE SAÚDE, QUE RESIDAM EM CURITIBANOS, ALÉM DA PROMOÇÃO DE CAMPANHAS VOLTADAS A CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO AO CANCER.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 96/2020

Publicação Nº 2525609

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020
Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 96/2020

Contrato Nº.: 96/2020
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada...: Felipe de Ananias Fraga
CPF/CNPJ : 009.469.066-96
Valor : 10.000,00 (dez mil reais)
Vigência : Início: 27/05/2020 Término: 31/01/2021
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 2/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : contratação de entidades Privadas, Filantrópicas com ou sem Fins Lucrativos, prestadoras de serviços de assistência à saúde, sediadas no município de Curitiba, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde no município

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 97/2020

Publicação Nº 2525614

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 97/2020

Contrato Nº.: 97/2020
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada...: E TAMUSSINO & CIA. LTDA
CPF/CNPJ : 33.100.082/0003-67
Valor : 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)
Vigência : Início: 27/05/2020 Término: 27/07/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 51/2020
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.027.3.3.90.00.00.00.00 (19)
Objeto : AQUISIÇÃO DE ELETRODOS E BATERIA PARA DESFIBRILADOR PARA USO NOS ATENDIMENTOS PRÉ-HOSPITALARES DO 2º BBM DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 98/2020

Publicação Nº 2525618

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 98/2020

Contrato Nº.: 98/2020
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada...: FUNDO ROTATIVO DA PENITENCIARIA AGRICOLA DE CHAPEC
CPF/CNPJ : 00.715.510/0001-45
Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência : Início: 29/05/2020 Término: 29/08/2020
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 31/2020
Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00 (11)
Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE MÁSCARAS DE PROTEÇÃO SMMMS TRIPLA, PARA USO NAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE, CONFORME DECRETO 13.979/2020 E NA FORMA DO ARTIDO 24, INCISO VIII DA LEI 8.666/93.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS NR. 52/2020

Publicação Nº 2525284

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 69/2020 - PR Processo Administrativo: 69/2020 Processo de Licitação: 69/2020 Data do Processo: 22/05/2020
	Folha: 1/3

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE EPI'S E ÁLCCOL EM GEL PARA USO NA PROTEÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DA SAÚDE, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA CIVIL QUE ESTÃO ATUANDO NO ATENDIMENTO A POPULAÇÃO DIANTE DA PANDEMIA COVID-19. CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 52/2020 (Sequência: 3)

Ao(s) 16 de Junho de 2020, às 16:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 622/2018, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 69/2020, Licitação nº 69/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: CONFORME PARECER TÉCNICO, SEGUE RESULTADO DE ANÁLISE DE AMOSTRA: EMPRESA "MAYCON WILL EIRELI", ITEM 01: APROVADO TENDO EM VISTA MARCA APRESENTADA IGUAL AO ITEM Nº 7 DO PREGÃO 69/2020; EMPRESA "ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA", ITEM 02: REPROVADO, GRAMATURA APRESENTADA DE 40GR, DIFERENTE E INFERIOR AO EXIGIDO NO ITEM (50GR); ITEM 03: APROVADO; ITEM 05: REPROVADO, MATERIAL NÃO CORRESPONDE COM AS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS, COR DO ELÁSTICO DE REGULAGEM, MEDIDA DA ABA SUPERIOR INFERIOR AO MÍNIMO EXIGIDO, MATERIAL DA REGULAGEM NÃO OFERECE RESISTÊNCIA AO MANUSEIO; EMPRESA "JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA", ITEM 04: APROVADO; ITEM 10: APROVADO; EMPRESA "EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA - ME", ITEM 06: APROVADO; EMPRESA "C.M. ORATHES CONFECÇÕES", ITEM 07: APROVADO; EMPRESA "FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANÇA LTDA", ITEM 08: APROVADO; ITEM 09: APROVADO; DESTE MODO, FICA CONVOCADA A EMPRESA "EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME" PARA APRESENTAR NO PRAZO DE 2 DIAS ÚTEIS AMOSTRA REFERENTE AO ITEM Nº 02 (AVENTAL), E A EMPRESA "JAIME LUIZ FONTANA" PARA APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO DE 2 DIAS ÚTEIS REFERENTE AO ITEM Nº 05 (MASCARA FACE SHIELD), SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

Participante: 8282 - FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANÇA LTDA

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	ÓCULOS DE SEGURANÇA COM ARMAÇÃO E FASTES (REGULÁVEIS) EM PLÁSTICO, VISOR TRANSPARENTE CONFECCIONADO EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO COM PROTEÇÃO LATERAL. LENTES ANTIRISCO. APOIO NASAL E PROTEÇÃO LATERAL NO MESMO MATERIAL DA LENTE.	UN	50,00	ÓRION/C.A 28018	0,0000	3,90	195,00
9	TOUCA COM ELÁSTICO REVESTIDO, QUE MOLDE-SE CONFORTAVELMENTE À CABEÇA E CABELO E PROPORCIONE MELHOR VEDAÇÃO DURANTE SUA UTILIZAÇÃO; SANFONADA; SOLDA POR ULTRASSOM; NÃO ESTÉRIL; COR BRANCA; FABRICADA EM NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO; TAMANHO ÚNICO (45X52CM); ATÓXICA E APIROGÊNICA; DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO. REGISTRO NO M.S.	UN	2.000,00	JERSEY POMPOM	0,0000	0,18	360,00

Total do Participante -----> 555,00

Participante: 8420 - EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA - ME

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	AVENTAL CONFECCIONADO EM SMS 50GR, MANGA LONGA, COM LÁTEX NO PUNHO, COR CLARA, COM TIRAS PARA AMARRAÇÃO NO PESCOÇO E CINTURA. HIPOALERGÊNICO E FLUIDORESISTENTE. TAM. MÍNIMO 1,20CM COMPRIMENTO E 0,80CM LARGURA.	UN	1.000,00	IMPORT	0,0000	15,00	15.000,00
6	MÁSCARA FACIAL N95/PFF 2, SEM VÁLVULA	UN	500,00	CAMPER	0,0000	8,00	4.000,00

Total do Participante -----> 19.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 69/2020 - PR**

Processo Administrativo: 69/2020
 Processo de Licitação: 69/2020
 Data do Processo: 22/05/2020

Folha: 2/3

Participante: 8694 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	LUVA NÃO ETÉRIL, COMPOSIÇÃO LÁTEX NATURAL, TALCADA COM PÓ ABSORVÍVEL (AMIDO DE MILHO); APROVADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, REGISTRO ANVISA. ATENDE AS EXIGÊNCIAS DA RDC Nº 05 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2008 (CA E LOTE IMPRESSOS NO PUNHO); PRODUTO COM VALIDADE, CAIXA COM 50 PARES. OS TAMANHOS SERÃO ENCAMINHADOS NA SOLICITAÇÃO PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE.	CX	396,00	Nugard	0,0000	43,20	17.107,20

Total do Participante -----> 17.107,20

Participante: 10742 - JUNCES DISTRIBUIDORA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	LUVA NÃO ESTÉRIL; SEM PÓ, FABRICADA EM BORRACHA SINTÉTICA; LIVRE DE LÁTEX; AMBIDESTRA, APROVADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE. ATENDE AS EXIGÊNCIAS DA RDC Nº 05 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2008 (CA E LOTE IMPRESSOS NO PUNHO); REGISTRO ANVISA; ATÓXICA E APIROGÊNICA; DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO. CAIXA COM 50 PARES. OS TAMANHOS SERÃO ENCAMINHADOS JUNTO A SOLICITAÇÃO PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE.	CX	210,00	BOMPACK	0,0000	32,32	6.787,20
10	ALCOOL EM GEL, 70° INMP, COM GLICERINA, UTILIZADO PARA ASSEPSIA TÓPICA DE MÃOS E PELE. EMBALAGEM COM 1KG OU 1LITRO, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE, APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	EMB	200,00	LÍRIO DO CAMPO	0,0000	10,49	2.098,00

Total do Participante -----> 8.885,20

Participante: 12664 - MAYCON WILL EIRELI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	ALCOOL LÍQUIDO 70%, 1L	LT	100,00	Itajá	0,0000	5,95	595,00

Total do Participante -----> 595,00

Participante: 12727 - C. M. ORATHES CONFECÇÕES

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
7	MÁSCARA FACIAL CIRURGICA TRIPLA CAMADA, COM FILTRO BFE>95, DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, COM 3 DOBRAS E ELÁSTICO E CLIPE NASAL.	UN	15.000,00	FENIX TEXTIL	0,0000	1,39	20.850,00

Total do Participante -----> 20.850,00

Participante: 12729 - JAIME LUIZ FONTANA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	MÁSCARA FACE SHIELD - VISEIRA: MATERIAL PVC, ESPESSURA 0,5MM, DIMENSÃO DA VISEIRA NO MÍNIMO 26X30CM, COR TRANSPARENTE. ABA SUPERIOR DE NO MÍNIMO 6,2CM PARA PROTEÇÃO DA TESTA. TESTEIRA: MATERIAL PP INJETADO MALEÁVEL, ESPESSURA DE 2MM NA COR PRETA. ELÁSTICO DE REGULAGEM: NA COR PRETA, O MATERIAL DEVE POSSUIR RESISTÊNCIA PARA NÃO ROMPER FACILMENTE NO SEU MANUSEIO DE REGULAGEM, QUE DEVE SER DO SISTEMA DE ORIFÍCIOS, ANCAIXANDO NA TRASEIRA.	UN	66,00	COIZAS	0,0000	19,80	1.306,80

Total do Participante -----> 1.306,80

Total Geral -----> 68.299,20



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 69/2020 - PR**

Processo Administrativo: 69/2020

Processo de Licitação: 69/2020

Data do Processo: 22/05/2020

Folha: 3/3

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Curitiba, 16 de Junho de 2020

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL

- - Pregoeiro(a)

CONCURSO 1/2020- HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES E SUSPENSÃO DA PROVA

Publicação Nº 2525551



Estado de Santa Catarina
Município de Curitiba
Concurso Público 001/2020

**ATO 011 - 01/2020**

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal **JOSE ANTONIO GUIDI**, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES

1.1 Não houve interposição de recurso em face da não homologação de inscrição, assim em nada se altera o relatório nominal de candidatos com **inscrições deferidas**, anteriormente divulgado, ficando este ratificado, tornando-se o **Relatório de Inscrições Homologadas**, constante no **Anexo I**.

1.2. Não houve interposição de recurso em face da não homologação da inscrição para concorrer à reserva de vagas de portadores de necessidades especiais (PcD). Assim, em nada se altera o relatório nominal de candidatos com **inscrições deferidas**, anteriormente divulgado, ficando este ratificado, tornando-se o **Relatório de Inscrições Homologadas para Concorrer à Reserva de Vagas de PcD**, constante no **Anexo II**.

1.3. Não houve interposição de recurso em face da não homologação da inscrição para pedido de condição especial para realização de prova. Assim, em nada se altera o relatório nominal de candidatos com **inscrições deferidas**, anteriormente divulgado, ficando este ratificado, tornando-se o **Relatório de Inscrições Homologadas para Pedido de Condição Especial de Prova**, constante no **Anexo III**.

2. COMUNICADO DE SUSPENSÃO DE PROVA

Considerando a edição do Decreto Estadual n.º 515/2020, alterado pelos Decretos Estaduais n.º 525/2020 e 534/2020, que declarou situação de emergência em todo Estado de Santa Catarina, dada a necessidade de adoção de medidas restritivas de circulação de pessoas com a finalidade de conter a propagação do Coronavírus (COVID-19).

Em consideração aos candidatos que almejam o ingresso no quadro de pessoal efetivo no Município de Curitiba - SC e a todos os envolvidos na organização e execução do certame referido no cabeçalho, a fim de prevenir o contágio de COVID-19;



Estado de Santa Catarina
Município de Curitibanos
Concurso Público 001/2020



COMUNICA, que:

Fica suspensa a realização das atividades do Concurso Público referenciado, aberto pelo Edital n. 01/2020, após o encerramento da data-limite estabelecida para as inscrições, inclusive a aplicação das provas objetivas, até a definição de um novo cronograma, a ser divulgado oportunamente, tão logo restabelecida a situação de normalidade.

Curitibanos, 16 de junho de 2.020.

JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.



Estado de Santa Catarina
Município de Curitibaanos
Concurso Público 001/2020



ANEXO I – INSCRIÇÕES DEFERIDAS

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO

#	INSCRIÇÃO	NOME	DEFERIMENTO
1	771	ANNY CAROLINY FERREIRA	DEFERIDO
2	526	CAROLINE MACEDO DE OLIVEIRA	DEFERIDO
3	573	DAIANE APARECIDA MIGUEL	DEFERIDO
4	9	HUGO TOMAZ DE CARVALHO	DEFERIDO
5	201	JANAINA LOUIZE DE OLIVEIRA AGUIAR	DEFERIDO
6	238	JESSICA SELBMANN	DEFERIDO
7	377	LETICIA CARVALHO GIRARDI	DEFERIDO
8	569	LUANA FERREIRA VENTURA	DEFERIDO
9	159	LUCELIA RODRIGUES DOURADO	DEFERIDO
10	613	MARIANE CALOMENO MACHADO DA ROSA	DEFERIDO
11	565	NATALI SOUZA DA SILVA	DEFERIDO
12	220	PATRICIA DACOL NICHELATI	DEFERIDO
13	784	ROSANGELA KIELEH ALBUQUERQUE	DEFERIDO
14	59	TATIANE DA SILVA PEREIRA LEITE	DEFERIDO
15	747	VANESSA ORTIZ DOS SANTOS	DEFERIDO

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (MASCULINO)

#	INSCRIÇÃO	NOME	DEFERIMENTO
16	368	ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO	DEFERIDO
17	571	CESAR AUGUSTO ORTIZ DOS SANTOS	DEFERIDO
18	512	DOUGLAS HENRIQUE BECKER OLIVEIRA	DEFERIDO
19	544	ELIZEU RIBEIRO DA SILVA	DEFERIDO
20	477	ELTON PEDROSO DA ROCHA	DEFERIDO
21	521	ELTON VITOR SCUZZIATTO	DEFERIDO
22	449	ÉVERTON JOSÉ CARDOSO	DEFERIDO
23	109	EZEQUIEL ALVES DA SILVA	DEFERIDO
24	243	FABRÍCIO PEREIRA DOS SANTOS	DEFERIDO
25	76	FILIFE DE LIMA ISIDORO	DEFERIDO
26	762	GUILHERME DE ALENCAR MORAES MARX	DEFERIDO
27	672	GUSTAVO OLIVEIRA DAS ALMAS	DEFERIDO
28	609	IGOR PILLON CORDEIRO	DEFERIDO



Estado de Santa Catarina
Município de Curitiba
Concurso Público 001/2020



29	90	ISMAEL DOS SANTOS VERONEZI	DEFERIDO
30	701	JEAN CARLOS DA LUZ	DEFERIDO
31	605	JHONATAN RODRIGUES	DEFERIDO
32	290	JOÃO HENRIQUE SIMÃO	DEFERIDO
33	253	LUCAS ALEXANDRE LUIZ ALVES	DEFERIDO
34	63	LUCINEI WOLINGER DE MORAES	DEFERIDO
35	434	LUIZ FELIPE NEVES	DEFERIDO
36	635	MARCO ANTÔNIO PEREIRA	DEFERIDO
37	555	MARLEI LUCILIO CHAVES	DEFERIDO
38	489	MAURO CÉSAR DE SOUZA JÚNIOR	DEFERIDO
39	470	NELSON ROBERTO KÖHLER	DEFERIDO
40	595	OTACILIO FERNANDES DE LIMA	DEFERIDO
41	673	RICARDO AUGUSTO RUFINO DA ROSA	DEFERIDO
42	413	ROBSON DA FONSECA	DEFERIDO
43	740	RODRIGO CHAVES LIMA	DEFERIDO
44	513	THIAGO EDUARDO CANDIDO MIRANDA	DEFERIDO
45	737	VALDOMIRO TEODOZIO DA SILVA JUNIOR	DEFERIDO
46	307	VALMOR PALHANO	DEFERIDO
47	317	VINICIUS MIGUEL DOS SANTOS ALMEIDA	DEFERIDO
48	508	VLADEMIR GONÇALVES DOS SANTOS	DEFERIDO
49	741	WELLINGTON JAKSON BRANDT RAMOS	DEFERIDO
50	333	WILIAN BORTOLI	DEFERIDO

ELETRECISTA

#	INSCRIÇÃO	NOME	DEFERIMENTO
51	581	CICERO AUGUSTO PADILHA FERREIRA	DEFERIDO
52	455	ESTEVÃO FAUSTO SARTOR	DEFERIDO
53	176	FELIPE EDUARDO GATNER	DEFERIDO
54	32	JOSE EMILIO DE PAULA SOUZA	DEFERIDO
55	469	LEONARDO DE SOUZA Malfatti	DEFERIDO
56	302	LUCAS RAPHAEL PIRES FERREIRA	DEFERIDO
57	733	WELERSON THIAGO RODRIGUES	DEFERIDO

MÉDICO CLÍNICO GERAL - 20 HORAS

#	INSCRIÇÃO	NOME	DEFERIMENTO
---	-----------	------	-------------



Estado de Santa Catarina
Município de Curitiba
Concurso Público 001/2020



58	332	ANDRÉ LUIZ BENETTI	DEFERIDO
59	559	AUGUSTO CESAR RIBEIRO JORDAO	DEFERIDO
60	414	DEBORA L DE SOUZA	DEFERIDO
61	776	IGOR MARCIO BARBOSA COUTINHO	DEFERIDO
62	764	MATHEUS SILVA MELO	DEFERIDO
63	10	STELLA MARIS TEIXEIRA ANTUNES	DEFERIDO

MÉDICO CLÍNICO GERAL - 40 HORAS

#	INSCRIÇÃO	NOME	DEFERIMENTO
64	487	ALESSANDRA CARLA DE OLIVEIRA	DEFERIDO
65	401	ALFREDO JOSE BARRETO SAMPAIO JUNIOR	DEFERIDO
66	707	ANA CAROLINA MOHL DAL CORTIVO	DEFERIDO
67	751	ANA CAROLINA VIEIRA DA SILVA	DEFERIDO
68	598	ANA CAROLINE BOHN	DEFERIDO
69	768	ANA PAULA MONTEIRO GONTIJO ALMEIDA	DEFERIDO
70	769	BRUNO ALI SALAH	DEFERIDO
71	538	CAMILA LURIÊ DE SOUZA	DEFERIDO
72	415	CAMILA MORAES DA CUNHA	DEFERIDO
73	658	CARLA MEIRELLES ORSINI	DEFERIDO
74	492	CINTIA LINHARES E SOUZA	DEFERIDO
75	612	DJOHN LENON BRANDL	DEFERIDO
76	299	DOUGLAS ANTONIO BISSANI	DEFERIDO
77	619	EMÍDIO MACEDO LEMOS FILHO	DEFERIDO
78	651	FRANCISCO CARLOS BECKER IECK	DEFERIDO
79	759	GUSTAVO ARRUDA ALVES	DEFERIDO
80	779	GUSTAVO TORRES BARROS	DEFERIDO
81	669	HOSANA RONDON	DEFERIDO
82	390	ISABELA CAROLINA BOHN BORBA	DEFERIDO
83	532	JULEAN AUGUSTO COSTA LASOTA	DEFERIDO
84	780	JULIANA CUCHI	DEFERIDO
85	68	KARIN YURICA COLOMBO KULYK	DEFERIDO
86	674	LEE JAMES DE SOUZA RAMOS	DEFERIDO
87	781	LEONARDO BRATTI TARUHN	DEFERIDO
88	719	LUCIANO DAMACENO	DEFERIDO
89	666	LUIS ROBERTO FERNANDES JUNIOR	DEFERIDO
90	749	MARCELO BORGES BOTELHO	DEFERIDO



Estado de Santa Catarina
Município de Curitibanos
Concurso Público 001/2020



91	447	MARIANA FOSSATTI	DEFERIDO
92	723	MATHEUS ANDRADE DE OLIVEIRA	DEFERIDO
93	653	NATÁLIA BEATRIZ PFLEGER	DEFERIDO
94	476	NOELLE COLTURATTO SMITH	DEFERIDO
95	380	OTAVIO AUGUSTO PAES	DEFERIDO
96	606	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA	DEFERIDO
97	753	RODRIGO PEDRO ALEXANDRINO	DEFERIDO
98	438	TATIANE EMMANUELE DA ROSA	DEFERIDO
99	695	THIAGO BAUER BANNACH	DEFERIDO

MÉDICO PEDIATRA - 20 HORAS

#	INSCRIÇÃO	NOME	DEFERIMENTO
100	681	JULIANA HENRIQUE SOARES	DEFERIDO

MÉDICO PEDIATRA - 40 HORAS

#	INSCRIÇÃO	NOME	DEFERIMENTO
101	206	ALAN RODRIGUES DE ALMEIDA	DEFERIDO
102	543	GRASIELLA DE LOURDES SILVA CALDAS	DEFERIDO
103	19	MARCELO OLIVEIRA FALCÃO	DEFERIDO
104	772	MARILEIA MARTINS	DEFERIDO

MÉDICO PSIQUIATRIA

#	INSCRIÇÃO	NOME	DEFERIMENTO
105	656	ALEXANDRE SOUZA GOUVEIA	DEFERIDO
106	486	CINTHIA DE OLIVEIRA BERNARDO	DEFERIDO
107	616	GEORGE ALLAN MARROCOS ARISTIDES	DEFERIDO
108	412	LUCAS VINICIUS BORTOLI DEBARBA	DEFERIDO
109	23	RENATA DAL BÓ MAZZUCO	DEFERIDO

MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

#	INSCRIÇÃO	NOME	DEFERIMENTO
110	145	ADRIANA DA CRUZ	DEFERIDO
111	628	ALEX RIBEIRO DO NASCIMENTO	DEFERIDO
112	501	ALINE MACIEL CHAVES ALBUQUERQUE	DEFERIDO



Estado de Santa Catarina
Município de Curitibanos
Concurso Público 001/2020



113	498	ALINE SALETE KOLLER KREUTZBERG	DEFERIDO
114	328	ALINE SOLETTI DE MELLO	DEFERIDO
115	363	ALLAN ANTUNES ALVARENGA	DEFERIDO
116	385	AMANDA DE SOUZA MORAES	DEFERIDO
117	697	AMANDA RUEDIGER MOREIRA	DEFERIDO
118	686	ANA FLÁVIA SANTOS DO VALE	DEFERIDO
119	395	ANA LÚCIA BETIOLO	DEFERIDO
120	591	ANA PAULA TORMEN HBNER	DEFERIDO
121	558	ANDERSON BARBOSA GUIMARÃES	DEFERIDO
122	699	ANDREIA MARIA LISBOA DA CRUZ	DEFERIDO
123	226	ANDRESSA APARECIDA STRATMANN	DEFERIDO
124	507	ANDRESSA VARELA DA SILVA	DEFERIDO
125	219	ANGELA APARECIDA OLIVEIRA	DEFERIDO
126	500	ANGÉLICA CRISTINA MACIEL KROTH	DEFERIDO
127	527	ANGÉLICA WALTRICK COUTO	DEFERIDO
128	21	ANNA KEROLIN DE OLIVEIRA MOREIRA	DEFERIDO
129	689	ANNE CAROLINE VANDRESEN MARQUES	DEFERIDO
130	542	BEATRIZ DOS SANTOS	DEFERIDO
131	77	BIANKA FLORIANI	DEFERIDO
132	472	BRUNA RAFAELA DA SILVA	DEFERIDO
133	504	BRUNO DE SOUZA ALMEIDA	DEFERIDO
134	156	BRUNO MAYER JUNIOR	DEFERIDO
135	576	CAMILA CANCELIER	DEFERIDO
136	549	CAMILA DELFES RAMOS	DEFERIDO
137	175	CAROLINA AMARAL DA SILVA	DEFERIDO
138	388	CELIO NIQUELATI	DEFERIDO
139	266	CLAUDIA GARIPUNA DE SOUZA	DEFERIDO
140	327	CLEIDE KELI DO AMARAL	DEFERIDO
141	51	CLEOCIR LEAL HOFFMANN	DEFERIDO
142	57	DAIANE APARECIDA SALVADOR	DEFERIDO
143	200	DANIELA SOUZA VARELA FRANZEN	DEFERIDO
144	71	DAWANA ARRUDA DE FREITAS	DEFERIDO
145	436	DAYARA BALBINOTT ORTIZ	DEFERIDO
146	211	DÉBORA BANDEIRA FLECK	DEFERIDO
147	79	DHEINE DE MELLO PEREIRA SCHWINDEN	DEFERIDO
148	403	DOUGLAS RAFAEL OGLIARI	DEFERIDO



Estado de Santa Catarina
Município de Curitibanos
Concurso Público 001/2020



149	424	EDEMILSON MENDES DA CONCEIÇÃO	DEFERIDO
150	579	EDUARDA SURDI MULLER	DEFERIDO
151	365	ELAINE CARINE DO AMARAL NOVAES	DEFERIDO
152	233	ELIANE APARECIDA MENDES	DEFERIDO
153	18	ELINEIA ALCÂNTARA	DEFERIDO
154	541	ELISIANE DA SILVA VAZ SANTOS	DEFERIDO
155	648	ELIZABETH JESUS SOUZA DOS SANTOS	DEFERIDO
156	728	ELOISA CARDEAL DOS SANTOS	DEFERIDO
157	484	ESTER MARQUES DA SILVA	DEFERIDO
158	12	EVELLYNN BIANCA	DEFERIDO
159	168	EVERTON ALVES DE JESUS	DEFERIDO
160	46	EZILDA APARECIDA GREIM CITRA	DEFERIDO
161	437	FABIANA ROSA GOETTEN	DEFERIDO
162	451	FELIPE RIBEIRO	DEFERIDO
163	528	FERNANDA CRISTINA ALEXANDRE	DEFERIDO
164	340	FERNANDA SOLETTI CARVALHO	DEFERIDO
165	40	FRANCIELLE APARECIDA BRAULO	DEFERIDO
166	745	GABRIELLE ZAMPIERI COUTO	DEFERIDO
167	682	GARDENIA CORREIA COSTA	DEFERIDO
168	353	GIOVANI NOVAES DOS SANTOS	DEFERIDO
169	550	GISELE HINDIOARA ORTIZDA SILVA	DEFERIDO
170	3	GUILHERME KAOÊ DE DOMENICO PASSOS	DEFERIDO
171	585	HELENA ULLIRSCH PIRES	DEFERIDO
172	163	HELLEN NUNES DOS SANTOS	DEFERIDO
173	43	IGOR GONÇALVES PORTELA	DEFERIDO
174	657	ISABEL LORRAINE PEREIRA	DEFERIDO
175	639	ISADORA PETRIS DE LIMA	DEFERIDO
176	597	ITAMIRES CHAVES	DEFERIDO
177	593	JANAINA CALIXTO RAMOS	DEFERIDO
178	373	JAQUELINE DE CACIA XAVIER BASTOS	DEFERIDO
179	468	JESSICA PATRICIA FORMAGINI	DEFERIDO
180	119	JESSICA STEFEN RIBEIRO	DEFERIDO
181	60	JOSIANE APARECIDA DOS SANTOS	DEFERIDO
182	276	JUCELIA DOLBERTH BELIZARIO FRANÇA PEREIRA	DEFERIDO
183	132	JULIA GABRIELA FARIAS	DEFERIDO
184	261	JÚLIA GARCIA DE OLIVEIRA	DEFERIDO



Estado de Santa Catarina
Município de Curitibanos
Concurso Público 001/2020



185	416	JULIANA BEAL DA SILVA	DEFERIDO
186	58	JULIANA SANTOS DE OLIVEIRA ANDRADE	DEFERIDO
187	239	KARINE DOLBERTH MACHADO ALIXANDRE	DEFERIDO
188	671	KAROLYNE DIAS	DEFERIDO
189	181	KARYNN HELEN BECKER ROSSDEUTSCHER	DEFERIDO
190	208	KATHYANNE BARP CARDOSO	DEFERIDO
191	485	KELLI RODRIGUES MAGAGNIN	DEFERIDO
192	587	LAIS PETROWICHI	DEFERIDO
193	319	LARISSA APARECIDA MEIRELLES	DEFERIDO
194	106	LARISSA FERNANDA DAMBROS	DEFERIDO
195	134	LARISSA FERREIRA SANTOS DA SILVA	DEFERIDO
196	547	LEILA LEMOS	DEFERIDO
197	94	LETÍCIA CAROLINE VARELLA TELLES	DEFERIDO
198	297	LUANA CAROLINE FERNANDES	DEFERIDO
199	212	LUCAS MATHEUS ALVES ANTUNES	DEFERIDO
200	554	LUCIANE BEATRIZ DOS SANTOS	DEFERIDO
201	360	LUCIANE DA SILVA	DEFERIDO
202	50	LUCIMARA APARECIDA NUNES BELOTTO	DEFERIDO
203	367	MAKELLI LOURENÇO AMARAL	DEFERIDO
204	25	MARIA EDUARDA RODRIGUES PAIANO	DEFERIDO
205	341	MARIA ELISABET DALACORT PERUZZO	DEFERIDO
206	739	MARIANE APARECIDA CORRÊA	DEFERIDO
207	22	MARILENE MONTEIRO DE PROENÇA	DEFERIDO
208	782	MARINA DE OLIVEIRA	DEFERIDO
209	36	MARINA DOS SANTOS PEPPE	DEFERIDO
210	435	MAYARA KELLEN BATISTA LOPES	DEFERIDO
211	584	MAYRA NATSUKO SILVA MATSUHASHI	DEFERIDO
212	534	MICHELI PADILHA SANTOS	DEFERIDO
213	218	MILENA APARECIDA DOS SANTOS GOMES	DEFERIDO
214	112	MONALISA DA SILVA	DEFERIDO
215	240	NÁDIA DA SILVA	DEFERIDO
216	375	NEUSEIA ALONSO DE SIQUEIRA	DEFERIDO
217	490	NORMA REGINA FAEDO	DEFERIDO
218	14	PALOMA PESSOA ALMEIDA	DEFERIDO
219	519	PAMELLA FRANTIELY FERNANDES	DEFERIDO
220	625	PATRÍCIA DA CRUZ	DEFERIDO



Estado de Santa Catarina
Município de Curitibanos
Concurso Público 001/2020



PRISCILA LINEIA FERREIRA GUISOLPHI GOMES DE

221	578	OLIVEIRA	DEFERIDO
222	215	PRISCILLA FERNANDA DE LIMA	DEFERIDO
223	461	RAFAELA NOVACOSKI	DEFERIDO
224	428	RITA DE CASSIA DOS SANTOS	DEFERIDO
225	257	RODRIGO RAMOS ORTIZ	DEFERIDO
226	54	ROSEMERI PALHANO	DEFERIDO
227	191	SABRINA BORGES DOS SANTOS	DEFERIDO
228	15	SANDY CRISTINA DE FREITAS FARIAS	DEFERIDO
229	61	SARAH KORMANN	DEFERIDO
230	590	SILVANA DA SILVA TOGAME	DEFERIDO
231	128	SILVIA RAQUEL DOMINGUES	DEFERIDO
232	718	SIMONE ALVES GUIMARAES	DEFERIDO
233	502	SIMONE SÖETT	DEFERIDO
234	505	SIMONE TEREZINHA DE PAULA	DEFERIDO
235	637	SONI FRANÇA ALBINO	DEFERIDO
236	101	STÉPHANNYE FERREIRA MEDEIROS	DEFERIDO
237	70	STÉPHANNYE SABRINA DA SILVA	DEFERIDO
238	352	STEPHANYE MOREIRA	DEFERIDO
239	11	SUELLEN DA SILVA GALON	DEFERIDO
240	494	SUSAMARA RIBEIRO ORTIZ DE JESUS	DEFERIDO
241	444	SUSANA ALVES MORAES DE ANDRADE	DEFERIDO
242	267	SUZANETE APARECIDA GRESELE	DEFERIDO
243	93	TALITA TARTARE VAZ	DEFERIDO
244	295	TATIANE DOS SANTOS GOMES	DEFERIDO
245	329	THAIS DE SOUZA DOS SANTOS	DEFERIDO
246	726	THAIS RODRIGUES	DEFERIDO
247	750	THALIA DE SOUZA OLIVEIRA	DEFERIDO
248	78	THAYNÁ DE MELLO FERREIRA	DEFERIDO
249	349	VALCELIA PALHANO	DEFERIDO
250	287	VANUSSA SCHULTZ RODRIGUES PESSOA	DEFERIDO
251	687	VERA LUCIA PEREIRA	DEFERIDO
252	356	VIVIANE GRAZIELLA BATISTA	DEFERIDO
253	33	WILLIAM MATHEUS DIAS MELO DA FONSECA	DEFERIDO
254	499	YARA APARECIDA SEISL	DEFERIDO



Estado de Santa Catarina
Município de Curitiba
Concurso Público 001/2020



PROFESSOR DE ENSINO

#	INSCRIÇÃO	NOME	DEFERIMENTO
255	563	MARLENE FRANÇA NOGUEIRA DA SILVA	DEFERIDO
256	42	SOLANGE APARECIDA KRIEGER DO PRADO	DEFERIDO
257	382	VIVIANI ROCHA MEDEIROS DOS SANTOS	DEFERIDO

PSICÓLOGO

#	INSCRIÇÃO	NOME	DEFERIMENTO
258	182	ALINE MARX SARTOR	DEFERIDO
259	442	ANDREY CARVALHO FERREIRA	DEFERIDO
260	49	BEATRIZ MARQUES PALLONE	DEFERIDO
261	309	BEATRIZ TAUSENDFREUND LAIDENS STRADIOTO	DEFERIDO
262	342	CARINE TATSCH	DEFERIDO
263	561	CARLITOS STRAPAZOLI	DEFERIDO
264	17	CAROLINA FRANCIELLE TONIN	DEFERIDO
265	608	CATIA MARISTELA VIATER	DEFERIDO
266	567	CINTIA DE LIMA DA CRUZ	DEFERIDO
267	491	CINTIA KARINE MACHADO SANTANA	DEFERIDO
268	770	CRISTIANE CELIA PERES SALAH	DEFERIDO
269	596	DANIELLE THAYNARA STUPP	DEFERIDO
270	75	DIANDRA BIESEK	DEFERIDO
271	620	EDELA TAINARA BORGES	DEFERIDO
272	289	EDUARDA BILESKE	DEFERIDO
273	599	FRANCIELI CHAVES	DEFERIDO
274	743	GRASIELE BORTOLOTTI SCHMITT KOCH	DEFERIDO
275	533	HELENA MARIA ALMEIDA ALVES	DEFERIDO
276	245	HELISON CARVALHO FERREIRA	DEFERIDO
277	345	JANAYNA PRISCILLA NASCIMENTO LONGHI	DEFERIDO
278	731	JOICE DE FÁTIMA GONÇALVES	DEFERIDO
279	638	JOSÉ GREISON DA SILVA ROCHA	DEFERIDO
280	539	JOSIELLE GOMES DOS ANJOS	DEFERIDO
281	744	KARINE PACKER	DEFERIDO
282	35	KELLI TAISE DA SILVA	DEFERIDO
283	298	LAURITA VILMA SPRICIGO	DEFERIDO
284	121	LEILA MARIA DILL RIBEIRO	DEFERIDO
285	690	LETÍCIA DANUZA FRANTZ	DEFERIDO



Estado de Santa Catarina
Município de Curitibanos
Concurso Público 001/2020



286	1	LETÍCIA STÉPHANNYE ALVES SPRICIGO	DEFERIDO
287	602	LILIANE MACIEL KROTH	DEFERIDO
288	67	LÍVIA CASTRO BERRO	DEFERIDO
289	557	LUCIA DE LOURDES RUTKOWSKI BERNARDES	DEFERIDO
290	777	LÚCIA ZANETTI AMARAL	DEFERIDO
291	748	MARCIA CORRÊA RIBEIRO	DEFERIDO
292	62	MARCOS LUIZ POLMANN	DEFERIDO
293	408	MARIA EDUARDA LIMA MACIEL	DEFERIDO
294	311	MARIANA ALVES RODRIGUES	DEFERIDO
295	432	MAYARA LISBOA GLEVINSKI WELTER	DEFERIDO
296	680	MEIRE ANE CORREIA	DEFERIDO
297	783	MEIRIANE CORREA	DEFERIDO
298	531	MONICA GIANESINI	DEFERIDO
299	742	NATIELE SANTIN DE MOURA	DEFERIDO
300	30	NEILMA SOUZA BISPO	DEFERIDO
301	209	OSMAR CAXOERA	DEFERIDO
302	525	PAULA CRISTINA ALMEIDA DE PAULA	DEFERIDO
303	758	PAULO HENRIQUE TVUARDE BOLDRINI	DEFERIDO
304	53	PIETRA PIOVEZAN	DEFERIDO
305	614	PRISCILLA FILIPPIN MORAES ROSA	DEFERIDO
306	607	RENAN JEREMIAS CARVALHO	DEFERIDO
307	516	ROSANGELA DA SILVA	DEFERIDO
308	662	RUANA RIBEIRO NOLETO	DEFERIDO
309	537	SANDY CARLA PILATTI	DEFERIDO
310	146	SILMARA DA APARECIDA MAGRI	DEFERIDO
311	334	TAIANE NAIZE TRIQUEZ	DEFERIDO
312	207	TAMARA PIRES SOUZA	DEFERIDO
313	560	TATIANE DE SOUZA PEREIRA	DEFERIDO
314	366	TATIANE OURIQUES RITA	DEFERIDO
315	623	VANESSA MENDES RIBEIRO	DEFERIDO

SERVENTE DE LIMPEZA (FEMININO)

#	INSCRIÇÃO	NOME	DEFERIMENTO
316	466	ADRIANA FATIMA DE ARAUJO	DEFERIDO
317	754	ADRIELLE DO SOCORRO RAIOL DE OLIVEIRA	DEFERIDO
318	8	ANA LUCIA ANDERSON	DEFERIDO



Estado de Santa Catarina
Município de Curitibanos
Concurso Público 001/2020



319	566	ANDRÉIA FERREIRA DAVILA	DEFERIDO
320	247	ANDRIELLEN SARANA DE OLIVEIRA	DEFERIDO
321	431	CARLA APARECIDA DOS SANTOS	DEFERIDO
322	361	CLEIA CINDELANDIA LEANDRO	DEFERIDO
323	264	CLEUSA APARECIDA MOREIRA	DEFERIDO
324	410	DAIANE DE OLIVEIRA LIMA	DEFERIDO
325	227	DANIELE DO ESPIRITO SANTO TOMCHAK	DEFERIDO
326	164	DILGA ERICA RIBEIRO DE LIMA	DEFERIDO
327	13	DULCE PROENÇA DE SOUZA FERREIRA	DEFERIDO
328	665	ECHLEY SCHAUANA DE OLIVEIRA	DEFERIDO
329	775	ELIANE DOS SANTOS	DEFERIDO
330	20	EMILIE CLARA DOS SANTOS	DEFERIDO
331	44	FERNANDA APARECIDA DA SILVA TOMCHAK	DEFERIDO
332	354	FRANCIELE SANTOS DE ALMEIDA	DEFERIDO
333	520	FRANCIELLE NUNES	DEFERIDO
334	463	GIOVANA ZAGO DE SOUZA	DEFERIDO
335	321	JANETE GONÇALVES CARINI	DEFERIDO
336	324	JANETE RIBEIRO TIBES	DEFERIDO
337	409	JAYNE DE CASSIA BASTOS MACIEL	DEFERIDO
338	711	JUSSARA KARINE ARAUJO DOS SANTOS	DEFERIDO
339	254	LAIS FARIAS GUETTEN	DEFERIDO
340	45	LARISSA ARIANE FELIPE DE SOUZA	DEFERIDO
341	645	LARISSA VAZ PALHANO	DEFERIDO
342	224	LILIANE GOMES DOS SANTOS	DEFERIDO
343	462	LOURDES CLARA SANTOS	DEFERIDO
344	251	LUCIANA APARECIDA SIMÃO	DEFERIDO
345	118	MARCIA ADRIANO RIBEIRO	DEFERIDO
346	213	MARCIA FRANCIELLE DE ANDRADE	DEFERIDO
347	347	MARIA DE FÁTIMA FIGUEREDO	DEFERIDO
348	192	MARÍLEI SOUZA VARELA	DEFERIDO
349	510	MARILEIA DE LIMA BORGES	DEFERIDO
350	397	MARILENE FRUHAUF	DEFERIDO
351	122	MARISA ROLOFF FERNANDES	DEFERIDO
352	387	MARLETE FERNANDES DE OLIVEIRA FIGUEREDO	DEFERIDO
353	91	MILENA CRISTINA DO ROSÁRIO	DEFERIDO
354	288	NATÁLIA MARON	DEFERIDO



Estado de Santa Catarina
Município de Curitiba
Concurso Público 001/2020



355	198	PALOMA AP PIRES LEANDRO	DEFERIDO
356	255	POLYANNA DOS SANTOS	DEFERIDO
357	465	RAFAELA CORDEIRO PRESTES	DEFERIDO
358	140	ROBERTA CRISTINA TOMAZ LEITE	DEFERIDO
359	379	ROSANE MARILÚ ALVES DOS SANTOS	DEFERIDO
360	82	SCARLETT ALVES	DEFERIDO
361	336	SILVANE GOMES DE SOUZA	DEFERIDO
362	83	SOLANGE APARECIDA DOS SANTOS	DEFERIDO
363	493	SÔNIA APARECIDA DOS SANTOS	DEFERIDO
364	386	SONIA T.ARAUJO ALVES	DEFERIDO
365	393	SUELI DOS SANTOS MAZEIKA	DEFERIDO
366	515	TAINA DE ARAUJO CHAGAS	DEFERIDO
367	66	THAIANE DOS SANTOS DIAS DO PRADO	DEFERIDO
368	398	VANESSA APARECIDA GONÇALVES CARINI	DEFERIDO

SERVENTE/MERENDEIRA

#	INSCRIÇÃO	NOME	DEFERIMENTO
369	773	ALESSANDRA ALVES PEREIRA DEMENECK	DEFERIDO
370	418	AMANDA DOS SANTOS VERONEZI	DEFERIDO
371	74	AMARILDE MADALENA PETTER	DEFERIDO
372	481	ANA MARIA MENDES	DEFERIDO
373	475	ANAJARA DE FATIMA BORBA	DEFERIDO
374	362	ANDREIA ALVES DE CANDIDO	DEFERIDO
375	381	CRISTIANE MOTA MELLO	DEFERIDO
376	441	DAIANE CARDOSO DE OLIVEIRA	DEFERIDO
377	471	DENISE APARECIDA FRONER FERREIRA	DEFERIDO
378	536	DINAMAR RIBEIRO DA SILVA	DEFERIDO
379	148	ELI CATARINA CAMPOS	DEFERIDO
380	454	ELISETTE FRANCA LEITE	DEFERIDO
381	216	FABIANA SANTOS PEREIRA	DEFERIDO
382	696	GISELE DE ANDRADE	DEFERIDO
383	583	GISELE GOMES AMERICANO	DEFERIDO
384	721	GREYSIANE JOSE ANDRADE TEODOZIO	DEFERIDO
385	766	HELICIO JULIO MATIAS JUNIOR	DEFERIDO
386	359	IVETE PIRES DE JESUS	DEFERIDO
387	6	IZABEL CRISTINA DE LIMA	DEFERIDO



Estado de Santa Catarina
Município de Curitibanos
Concurso Público 001/2020



388	86	JACQUELINE DE SOUZA FERREIRA	DEFERIDO
389	301	JANAÍNA MILENE DE OLIVEIRA SILVA	DEFERIDO
390	260	JAQUELINE COSTA	DEFERIDO
391	683	JORMAN FRANCISCO CASTILHO	DEFERIDO
392	153	JUCELAINE DOS REIS DA SILVA	DEFERIDO
393	562	JULIANE PADILHA DOS SANTOS BEQUER	DEFERIDO
394	650	MARIA GRABRIELA DE SOUZA VELHO	DEFERIDO
395	765	MARIA MADALENA MEDEIROS	DEFERIDO
396	265	MARIVANE APARECIDA DOS SANTOS	DEFERIDO
397	417	MARLENE HELEODORO ALVES	DEFERIDO
398	256	MÔNICA APARECIDA DA LUZ DA LUZ	DEFERIDO
399	169	PATRICIA MACIEL DOS SANTOS	DEFERIDO
400	241	PRISCILA THAIS MENDES	DEFERIDO
401	399	ROMELIA GREIN REICHERT	DEFERIDO
402	663	SIMARA APARECIDA SOUZA DE ALMEIDA	DEFERIDO
403	396	TANIA FRUHAUF ORTHMANN	DEFERIDO
404	488	THAYLA LUCAS DOS SANTOS	DEFERIDO
405	27	VIVIANE APARECIDA MACALLI	DEFERIDO
406	364	VIVIANE SILVEIRA RODRIGUES DA CRUZ	DEFERIDO

TÉCNICO DESPORTIVO

#	INSCRIÇÃO	NOME	DEFERIMENTO
407	2	ALESSANDRO PEREIRA	DEFERIDO
408	496	BRENO BISCHOFF DE ALMEIDA	DEFERIDO
409	474	CHRISTOPHER WALDSOON TOGAME	DEFERIDO
410	577	CLEBER RODRIGUES GONÇALVES	DEFERIDO
411	274	DANIELA APARECIDA RODRIGUES DE SOUZA	DEFERIDO
412	545	EDERSON ULLIRSCH DE OLIVEIRA	DEFERIDO
413	556	EDUARDO MARCONDES DE MARCO	DEFERIDO
414	400	FABIO BEZERRA MIRANDA	DEFERIDO
415	81	JAMUR ADOLFO ROBERGE	DEFERIDO
416	601	JÔSE HENRIQUE GIRARDI	DEFERIDO
417	588	JOSEANE SANTOS DE ARRUDA	DEFERIDO
418	714	KLEITON JORGE	DEFERIDO
419	482	LEANDRO VALENTIM DA SILVA	DEFERIDO
420	406	LUCAS LIMA PADILHA	DEFERIDO



Estado de Santa Catarina
Município de Curitibaanos
Concurso Público 001/2020



421	171	MAICON AUGUSTO RIBEIRO	DEFERIDO
422	580	MARCIO KAZUHIKO KAMIMURA	DEFERIDO
423	120	MAURICIO FARIAS	DEFERIDO
424	275	NADINE DEBORA SANTOS	DEFERIDO
425	277	PRISCILA PENTEADO	DEFERIDO
426	572	REGIANE ROSA PELOZATO	DEFERIDO
427	551	ROBERTO SAMUEL DE CASTRO	DEFERIDO
428	279	ROBSON POSANSKI	DEFERIDO
429	692	SILVIO MARCELO VARELA DE LIMA	DEFERIDO
430	197	VIVIANE GONÇALVES	DEFERIDO
431	705	WAGNER JOSÉ VARGAS	DEFERIDO

ANEXO II - PEDIDOS DE RESERVA DE VAGAS PARA PcD DEFERIDOS

MÉDICO CLÍNICO GERAL - 40 HORAS		
INSCRIÇÃO	NOME	RESULTADO
666	LUIS ROBERTO FERNANDES JUNIOR	DEFERIDO



Estado de Santa Catarina
Município de Curitibaanos
Concurso Público 001/2020



ANEXO III - PEDIDOS DE CONDIÇÃO ESPECIAL DE PROVA DEFERIDOS

PSICÓLOGO		
INSCRIÇÃO	NOME	RESULTADO
567	CINTIA DE LIMA DA CRUZ	DEFERIDO



Estado de Santa Catarina
Município de Curitibaanos
Concurso Público 001/2020



PROCESSO SELETIVO 3/2020- HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES E SUSPENSÃO DA PROVA

Publicação Nº 2525558



Estado de Santa Catarina
Município de Curitibaanos
Processo Seletivo Público 003/2020

**ATO 011 - 03/2020**

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal **JOSE ANTONIO GUIDI**, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES

1.1 Não houve interposição de recurso em face da não homologação de inscrição, assim em nada se altera o relatório nominal de candidatos com **inscrições deferidas**, anteriormente divulgado, ficando este ratificado, tornando-se o **Relatório de Inscrições Homologadas**, constante no **Anexo I**.

1.3. Não houve interposição de recurso em face da não homologação da inscrição para pedido de condição especial para realização de prova. Assim, em nada se altera o relatório nominal de candidatos com **inscrições deferidas**, anteriormente divulgado, ficando este ratificado, tornando-se o **Relatório de Inscrições Homologadas para Pedido de Condição Especial de Prova**, constante no **Anexo II**.

2. COMUNICADO DE SUSPENSÃO DE PROVA

Considerando a edição do Decreto Estadual n.º 515/2020, alterado pelos Decretos Estaduais n.º 525/2020 e 534/2020, que declarou situação de emergência em todo Estado de Santa Catarina, dada a necessidade de adoção de medidas restritivas de circulação de pessoas com a finalidade de conter a propagação do Coronavírus (COVID-19).

Em consideração aos candidatos que almejam o ingresso no quadro de pessoal Admitidos em caráter temporário - ACT, no Município de Curitibaanos - SC e a todos os envolvidos na organização e execução do certame referido no cabeçalho, a fim de prevenir o contágio de COVID-19;



Estado de Santa Catarina
Município de Curitibaanos
Processo Seletivo Público 003/2020



COMUNICA, que:

Fica suspensa a realização das atividades do Processo Seletivo referenciado, aberto pelo Edital n. 03/2020, após o encerramento da data-limite estabelecida para as inscrições, inclusive a aplicação das provas objetivas, até a definição de um novo cronograma, a ser divulgado oportunamente, tão logo restabelecida a situação de normalidade.

Curitibaanos, 16 de junho de 2.020.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.



Estado de Santa Catarina
Município de Curitibaanos
Processo Seletivo Público 003/2020



ANEXO I – INSCRIÇÕES DEFERIDAS

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO

#	INSCRIÇÃO	NOME	DEFERIMENTO
1	242	CAROLINE MACEDO DE OLIVEIRA	DEFERIDO
2	226	DANIELLE APARECIDA DOS SANTOS	DEFERIDO
3	33	HUGO TOMAZ DE CARVALHO	DEFERIDO
4	87	JESSICA SELBMANN	DEFERIDO
5	373	MARINA DE OLIVEIRA	DEFERIDO
6	265	MAYARA KELLY DA SILVA GATNER SOUZA	DEFERIDO
7	200	RENATA DE BORBA	DEFERIDO
8	312	THAIZA DOS SANTOS BELEM	DEFERIDO

ENFERMEIRO

#	INSCRIÇÃO	NOME	DEFERIMENTO
9	208	ACHAIA NE CAMILA DA SILVA DOS ANJOS	DEFERIDO
10	2	ANA CÍNTIA ALVES MEIRELES OLIVEIRA	DEFERIDO
11	228	ANA PAULA FRIGERI	DEFERIDO
12	124	BRUNA EMANUELA DE ARAÚJO MACHADO	DEFERIDO
13	277	CLAIR MARIO CORREA	DEFERIDO
14	324	CLAUDIA RICHTER DOS SANTOS	DEFERIDO
15	148	CLAUDIMAR CARLOS DALPIAZ	DEFERIDO
16	362	DAIANE EMMERICH DE ALMEIDA	DEFERIDO
17	352	DAIANE FORBICI DONADEL	DEFERIDO
18	340	DANIELLE DE LIMA	DEFERIDO
19	35	DANIELLE ZANINI	DEFERIDO
20	290	FRANCIELLE BASTOS DO PRADO	DEFERIDO
21	250	GISELE MIRIAM DE OLIVEIRA	DEFERIDO
22	20	GRACIELI CHIKOSKI	DEFERIDO
23	117	IVONEI APARECIDA GRANEMANN	DEFERIDO
24	44	JACQUELINE ZVETCH DOS ANJOS	DEFERIDO
25	120	KARINA TOMBINI	DEFERIDO
26	229	KAYANE BAUM BAGGENSTOSS	DEFERIDO
27	264	KELLY CRISTHINA DA SILVA PINHEIRO MELO	DEFERIDO
28	227	KEYSE DE SOUZA	DEFERIDO
29	6	PIETRA KAROLINE ORTIZ TAVARES	DEFERIDO
30	247	PRISCILA BORGES	DEFERIDO
31	25	RITA DO CARMO ERARDT	DEFERIDO
32	201	WERNER MEES	DEFERIDO

MÉDICO CLÍNICO GERAL - 20 HORAS

#	INSCRIÇÃO	NOME	DEFERIMENTO
33	278	ANA LAURA REICHERT CENTENARO	DEFERIDO
34	261	AUGUSTO CESAR RIBEIRO JORDAO	DEFERIDO
35	196	GERMAN GUSTAVO RINCON ALARCON	DEFERIDO
36	368	LINCOLN VALÉRIO ANDRADE RODRIGUES	DEFERIDO
37	361	ROBERTO KONRAD	DEFERIDO

MÉDICO CLÍNICO GERAL - 40 HORAS



Estado de Santa Catarina
Município de Curitibanos
Processo Seletivo Público 003/2020



#	INSCRIÇÃO	NOME	DEFERIMENTO
38	130	ANDRÉ LUIZ BENETTI	DEFERIDO
39	359	DARLAN SIMONELI DIAS DA SILVA	DEFERIDO
40	259	GABRIELLA CRISTINA ROCKENBACH MARTINS	DEFERIDO
41	258	GÉSSICA GARCIA	DEFERIDO
42	301	GUILHERME PEIXOTO MARCONDES RIBAS	DEFERIDO
43	159	ISABELA CAROLINA BOHN BORBA	DEFERIDO
44	284	JÉSSICA LAYS GAIO	DEFERIDO
45	248	JULIANE RODRIGUES GUEDES	DEFERIDO
46	370	KEILA RAIANY PEREIRA SILVA	DEFERIDO
47	372	LEONARDO BRATTI TARUHN	DEFERIDO
48	279	MARCOS MASSAKI OTA	DEFERIDO
49	189	MARIANA FOSSATTI	DEFERIDO
50	347	MARTINA FIEDLER PICHLER VON TENNENBERG	DEFERIDO
51	307	QUEZIA MARÇAL SILVA	DEFERIDO
52	267	RODRIGO LEMOS	DEFERIDO
53	367	RODRIGO PEDRO ALEXANDRINO	DEFERIDO
54	262	VICTÓRIA JOANA AUGUSTO LEONI	DEFERIDO

MÉDICO PSIQUIATRA

#	INSCRIÇÃO	NOME	DEFERIMENTO
55	103	JULIANA RODRIGUES MARTINS GIANNI	DEFERIDO

ODONTÓLOGO

#	INSCRIÇÃO	NOME	DEFERIMENTO
56	323	ALICE PEREIRA BELLETTINI	DEFERIDO
57	233	AMANDA CRISTINA DE SOUZA	DEFERIDO
58	216	AMANDA ORTIZ DA CUNHA	DEFERIDO
59	154	ANA CAROLINE DOS SANTOS BUENO	DEFERIDO
60	366	ANA CLAUDIA CORRÊA MACEDO	DEFERIDO
61	212	ARIANE ALVES RODRIGUES	DEFERIDO
62	37	CAMILA LEMOS FARIAS	DEFERIDO
63	207	CARLOS ALBERTO SAEZ BROWN	DEFERIDO
64	335	ELLEN CRISTINE TELES BUSATO	DEFERIDO
65	353	ELOISE NATHALIA RUSCHEL	DEFERIDO
66	251	FABIO ANEVAN UBISKI FAGUNDES	DEFERIDO
67	344	FERNANDO WAGNER RODRIGUES SOARES	DEFERIDO
68	77	GABRIEL CARNEIRO ANTUNES	DEFERIDO
69	350	GABRIELA BAMPI	DEFERIDO
70	203	GABRIELA DE SOUZA ALVES	DEFERIDO
71	197	GUILHERME SANDRI	DEFERIDO
72	153	HELLEN CARLA RIBEIRO	DEFERIDO
73	214	HEVERTON SIQUEIRA SILVA	DEFERIDO
74	273	JOAO CARLOS L. DE MEDEIROS	DEFERIDO
75	343	JOSÉ ALBERTO JESUS DA SILVA JÚNIOR	DEFERIDO
76	305	JOSÉ LUIS KAIPER	DEFERIDO
77	129	JOSÉ SANTOS ARAÚJO	DEFERIDO
78	249	JOSIANE BALDISSERA	DEFERIDO
79	252	JULIA DE OLIVEIRA	DEFERIDO
80	374	JULIANO BARBOSA DA COSTA	DEFERIDO
81	330	JULIANO LUIS DOARTE LINS	DEFERIDO
82	302	JULIO FRANCISCO ROLOFF DE MELO	DEFERIDO
83	4	KARIN YURICA COLOMBO KULYK	DEFERIDO



Estado de Santa Catarina
Município de Curitibanos
Processo Seletivo Público 003/2020



84	100	KARINE NADIELLY BOSSARDI	DEFERIDO
85	244	KATIELI NASCIMENTO DOS SANTOS	DEFERIDO
86	364	KEILA DEMÉTRIO	DEFERIDO
87	135	KIMBERLY CRISTINA BOMBILIO PARIZOTTO	DEFERIDO
88	215	LAUREN BUENO DE ARAUJO	DEFERIDO
89	256	LEONARDO FERNANDES DE OLIVEIRA	DEFERIDO
90	236	LEONARDO ISSAMU IKEDA	DEFERIDO
91	239	LEONARDO NUNES	DEFERIDO
92	133	LETÍCIA BACK	DEFERIDO
93	157	LETÍCIA SCHMICHECK	DEFERIDO
94	309	LUENA VIEIRA CELLA	DEFERIDO
95	315	LUIZ FERNANDO ORLANDIN	DEFERIDO
96	174	MAIKON PEDRO FABIAN	DEFERIDO
97	294	MARIANA FONTANA MACIEL	DEFERIDO
98	332	MARIELE MARCON	DEFERIDO
99	232	MARINA BORTOLI DUPONT	DEFERIDO
100	283	MARLON ANDRE MAZARO	DEFERIDO
101	10	MICHAEL DOUGLAS LARA VALLIATTI	DEFERIDO
102	329	NATHALIA BRESSAN FONTANA	DEFERIDO
103	27	OTÁVIO ADAILSON KOCH	DEFERIDO
104	231	PRISCILA RIBEIRO ANTUNES DATA	DEFERIDO
105	206	REGINA SCHNEIDER	DEFERIDO
106	240	RENATA MARAN	DEFERIDO
107	285	ROBERTA VARELA FERREIRA	DEFERIDO
108	222	STHEFANI BASTOS SCHMIDT	DEFERIDO
109	69	SUELEN MULLER	DEFERIDO
110	318	TAILA EDUARDA QUATRIN NUNES	DEFERIDO
111	136	VANESSA MASSOCCO	DEFERIDO
112	245	VERA MIDORI SHIMABUKURO	DEFERIDO
113	271	VICTOR ALEXANDRE RAIMUNDO DA SILVA	DEFERIDO
114	270	VINICIUS CASSOL DA SILVA	DEFERIDO
115	311	WILLIAN BURATO BRESSAN	DEFERIDO

SERVENTE DE LIMPEZA (FEMININO)

#	INSCRIÇÃO	NOME	DEFERIMENTO
116	295	ANA FLÁVIA FERNANDES DE MORAES	DEFERIDO
117	5	ANA LUCIA ANDERSON	DEFERIDO
118	147	ANDREIA ALVES DE CANDIDO	DEFERIDO
119	298	CAMILA DE SOUZA FLORINDO DE LIZ	DEFERIDO
120	101	CLEIA CINDELANDIA LEANDRO	DEFERIDO
121	128	CLEIDE KELI DO AMARAL	DEFERIDO
122	23	CORARDINA MEDEIROS BARBOZA	DEFERIDO
123	297	DAIANE CARDOSO DE OLIVEIRA	DEFERIDO
124	11	EMILIE CLARA DOS SANTOS	DEFERIDO
125	126	JANETE GONÇALVES CARINI	DEFERIDO
126	289	LARISSA VAZ PALHANO	DEFERIDO
127	114	LUANA CAROLINE FERNANDES	DEFERIDO
128	97	LUCIANA APARECIDA SIMÃO	DEFERIDO
129	272	MARIA ELISABET DALACORT PERUZZO	DEFERIDO
130	85	MILENA CRISTINA DO ROSÁRIO	DEFERIDO
131	155	MIRIAN SANTOS DO ROSARIO DA SILVA	DEFERIDO
132	170	NELCI APARECIDA PEREIRA BEQUER	DEFERIDO
133	98	POLYANNA DOS SANTOS	DEFERIDO
134	151	ROSANE MARILÚ ALVES DOS SANTOS	DEFERIDO



Estado de Santa Catarina
Município de Curitibanos
Processo Seletivo Público 003/2020



135	316	SANDRA APARECIDA MELLO SANTIAGO DE OLIVEIRA	DEFERIDO
136	158	SONIA T.ARAUJO ALVES	DEFERIDO
137	163	VANESSA APARECIDA GONÇALVES CARINI	DEFERIDO

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

#	INSCRIÇÃO	NOME	DEFERIMENTO
138	7	ALINE GARCIA	DEFERIDO
139	253	ANE CLÉIA DE LIMA	DEFERIDO
140	192	CATIANE APARECIDA GONÇALVES	DEFERIDO
141	241	EDNA APARECIDA FERREIRA	DEFERIDO
142	193	ELENARA MARIA GARCIA MACIEL	DEFERIDO
143	90	ELENICE BERNARDI DUARTE DE LIZ	DEFERIDO
144	95	ELIANE ANTUNES	DEFERIDO
145	281	ELIANE FATIMA DE SOUZA	DEFERIDO
146	286	FLAVIO FERREIRA DE SOUZA	DEFERIDO
147	67	FRANCIELLE KAREN SARTOR	DEFERIDO
148	13	FRANCIELLE TAMIRES DOS SANTOS CHAVES	DEFERIDO
149	230	GUSTAVO GONÇALVES DE LIMA	DEFERIDO
150	211	JOÃO VICTOR DUARTE LEMOS	DEFERIDO
151	104	JOELMA BUENO MATIAS DA SILVA	DEFERIDO
152	12	JOSÉ GUILHERME RIBEIRO CHAVES	DEFERIDO
153	1	JULIANO CHAVES	DEFERIDO
154	3	KETLYN HORN BRAGA	DEFERIDO
155	224	LEILA CONCEIÇÃO CHAVES	DEFERIDO
156	34	LENI APARECIDA GONÇALVES DE LIZ	DEFERIDO
157	266	LUANA FERREIRA VENTURA	DEFERIDO
158	213	LUCAS RIBEIRO	DEFERIDO
159	74	MARCIA DA SILVA	DEFERIDO
160	275	MARIANE COMIM	DEFERIDO
161	132	MARILIA SABRINA LIMA	DEFERIDO
162	280	MÔNICA REGINA DUARTE RODRIGUES	DEFERIDO
163	15	NAUMAR FERNANDES	DEFERIDO
164	168	PEDRO DE SOUZA FERNANDES	DEFERIDO
165	225	ROBERTA LUDWIG	DEFERIDO
166	319	ROSEMERI DOS SANTOS FERNEDA	DEFERIDO
167	39	TERESINHA FATIMA DE SOUZA FERREIRA	DEFERIDO
168	9	WESLEY ZVETCH MATOS	DEFERIDO



Estado de Santa Catarina
Município de Curitibaanos
Processo Seletivo Público 003/2020

**ANEXO II - PEDIDOS DE CONDIÇÃO ESPECIAL DE PROVA DEFERIDOS****SERVENTE DE LIMPEZA (FEMININO)**

INSCRIÇÃO	NOME	RESULTADO
298	CAMILA DE SOUZA FLORINDO DE LIZ	DEFERIDO



Estado de Santa Catarina
Município de Curitibanos
Processo Seletivo Público 003/2020



Descanso

PREFEITURA

DECRETO Nº 1051/2020-SF, DE 16 DE JUNHO DE 2020 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL EXTRAORDINÁRIO NO VALOR DE R\$ 100.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2525041

DECRETO Nº 1051/2020-SF, de 16 de junho de 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL EXTRAORDINÁRIO NO VALOR DE R\$ 100.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, considerando a edição do Decreto nº 2135/2020 de 11 de junho de 2020, que declara situação emergencial no Município devido à ocorrência do fenômeno meteorológico identificado como "TEMPESTADE LOCAL CONVECTIVA DO SUBTIPO VENDAVAL, SEGUIDO DE CHUVA FORTE";

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Municipal, um Crédito Adicional Extraordinário no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para atendimento de despesas oriundas dos danos causados pelo evento meteorológico em auxílio a população afetada o qual correrá à conta da dotação abaixo especificada:

Órgão:	13.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
Unidade:	13.23	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
Proj./Ativ.	06.182.0025.2.066	Manutenção das Atividades de Defesa Civil
3.3.90.00.00.00.00.00.0500		Aplicações Diretas (154) 100.000,00

Art. 2º - Servirá de recursos para cobertura do crédito extraordinário aberto no artigo anterior a redução da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão:	12.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	12.22	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
Proj./Ativ.	10.301.0037.2.060	Manut.das Atividades de Atenção Básica à Saúde
3.1.90.00.00.00.00.00.0529		Aplicações Diretas (6) 100.000,00

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional extraordinário constante deste Decreto, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1536/2017 e alterações para o exercício de 2020, da LDO 2020 - Lei Municipal nº 1704/2019 e da LOA 2020 – Lei Municipal nº 1717/2019, serão alterados na importância correspondente, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

Art. 4º A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pelo presente Decreto.

Art. 5º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 16 de junho de 2020.

Sadi Inacio Bonamigo
Prefeito Municipal

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Thais Regina Durigon
Agente de Secretaria

DECRETO Nº 2136/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020 - DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO E PROCESSOS SELETIVOS HOMOLOGADOS.

Publicação Nº 2524826

DECRETO Nº 2136/2020, de 16 de junho de 2020.

DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO E PROCESSOS SELETIVOS HOMOLOGADOS.

SADÍ INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Decreto Legislativo Federal nº 6, de 20 de março de 2020 que reconhece o Estado de Calamidade Pública em todo o território nacional;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10 da Lei Complementar nº 173 de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV - 2 (Covid- 19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.

DECRETA

Art. 1º Ficam suspensos os prazos de validade do Concurso Público nº 01/2019 homologado em 20 de dezembro de 2019.

Art. 2º A suspensão dos prazos de validade também se aplica aos Processos Seletivos nº 01/2019 homologado em 24 de julho de 2019 e nº 02/2019 homologado em 20 de dezembro de 2019.

Art. 3º Os prazos de validade ficam suspensos até o termino da vigência do estado de calamidade pública estabelecido pela União.

Art. 4º Revogados os atos em contrário, os efeitos deste Decreto retroagem a 20 de março de 2020.

Descanso/SC, 16 de junho de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto na data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

PORTARIA Nº 15825/2020, DE 15 DE JUNHO DE 2020 - CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SIMONE HOCHSCHEIDT MALLMANN.

Publicação Nº 2525716

PORTARIA Nº 15825/2020, de 15 de junho de 2020.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à SIMONE HOCHSCHEIDT MALLMANN, Código: 2.951, ocupante do cargo (261) efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria da Saúde, com exercício das atribuições do cargo na Unidade de Saúde "Aline Jaroseski", na equipe da Estratégia Saúde da Família - ESF-1, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de Atestado Médico, devendo manter-se afastada por 04 (quatro) dias, sendo de 12 de junho de 2020 a 15 de junho de 2020, e seus efeitos retroativos a 12 de junho de 2020.

Descanso - SC, 15 de junho de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

Dona Emma

PREFEITURA

AVISO DE DATA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 25/2020

Publicação Nº 2525055

MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SC
AVISO DE DATA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 25/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº. 05/2020

Município de Dona Emma, SC, torna público para conhecimento dos interessados que às 09:00 horas do dia 18/06/2020, na Sala de Reuniões da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento da Município de Dona Emma, junto ao Setor de Compras e Licitações, situado à Rua Alberto Koglin nº. 3493, Centro, Município de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, realizará a abertura dos envelopes contendo as "Proposta de Preços" das empresas habilitadas no Processo Licitatório nº. 25/2020, Tomada de Preços nº. 05/2020, que possui por objeto a aquisição de materiais e mão de obra para colocação de lajotas hexagonais e meio fio a serem empregados na pavimentação de 4.524,52m² da Estrada Geral da Localidade do Caminho Pinhal e de 3.288,00m² da Rua Bertoldo Petry, no Município de Dona Emma – SC. Maiores informações serão fornecidas pelo Setor de Licitações, fone (47) 3364-2828 ou no e-mail: compras@donaemma.sc.gov.br.

Dona Emma (SC), 16 de junho de 2020.
Nerci Barp
Prefeito Municipal.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO N. 04_2020

Publicação N° 2524784

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE DONA EMMA CNPJ: 83.102.426/0001-83 RUA ALBERTO KOGLIN, N° 3493 C.E.P.: 89155-000 - Dona Emma - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 4/2020 - DL Processo Administrativo: 4/2020 Processo de Licitação: 4/2020 Data do Processo: 10/01/2020
Folha: 1/1	

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, NERCI BARP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 4/2020
b) Licitação Nr.: 4/2020-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 10/01/2020
e) Data da Adjudicação: 10/01/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA O MUNICÍPIO DE DONA EMMA, NO DECORRER DO ANO DE 2020

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtd de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 009318 - EPAGRI ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE RIO DO SUL	1	0,0000	31.620,00
	1		31.620,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.607.3.3.90.00.00.00.00.00 (136) Saldo: 100.000,00

Dona Emma, 10 de Janeiro de 2020.

NERCI BARP
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO N. 04_2020

Publicação Nº 2524786

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE DONA EMMA CNPJ: 83.102.426/0001-83 RUA ALBERTO KOGLIN, Nº 3493 C.E.P.: 89155-000 - Dona Emma - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 4/2020 - DL
	Processo Administrativo: 4/2020 Processo de Licitação: 4/2020 Data do Processo: 10/01/2020

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, NERCI BARP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 4/2020
b) Licitação Nr.: 4/2020-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 10/01/2020
e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA O MUNICÍPIO DE DONA EMMA, NO DECORRER DO ANO DE 2020

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 009318 - EPAGRI ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE RIO DO SUL	1	0,0000	31.620,00
	1		31.620,00

Dona Emma, 10 de Janeiro de 2020.

NERCI BARP
Prefeito Municipal

Entre Rios

PREFEITURA

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Publicação Nº 2524919

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Portaria de Instauração nº. 105/2020

Processo nº. 001/2020

Investigante: Município de Entre Rios/SC

Procurador: Elton John Martins do Prado

Investigada: Mettal Oeste Construções LTDA

Despacho

Diante de ter sido declarada à revelia da investigada (folhas 192-193), pelo fato desta não ter apresentado defesa (folhas 180), diante de a Investigada não ter apresentado alegações finais de defesa (folhas 201), e diante de não haver interesse pela Comissão em ouvir testemunhas (folhas 192-193), deve ser realizado audiência para confecção de relatório, nos termos do artigo 173, da Lei Complementar nº. 018 de 05 de outubro de 2007, assim, determino:

I – Fica designada audiência para elaboração de relatório, para a data de 23 de junho de 2020, às 08h30min, na sede da prefeitura municipal;

II – Comuniquem/intimem os membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e o Assessor Jurídico do Município habilitado nos autos, para comparecimento na reunião aprazada; e

III - Oportunamente, conclusos.

Entre Rios/SC, 16 de junho de 2020.

ADMIR HAMMERICH

(Presidente da Comissão)

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Publicação Nº 2525086

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Portaria de Instauração nº. 309/2019

Presidente da Comissão: Admir Hammerich

Processo nº. 002/2019

Investigante: Município de Entre Rios/SC

Procurador: Elton John Martins do Prado

Investigado: P. A.

Procurador: Sadi Paulo Panassolo Junior

Visto para despacho,

Diante da complexidade dos fatos e das matérias deste processo, vejo a necessidade de parecer jurídico, que abranja as matérias debatidas, demonstrando a legalidade do processo, e demais orientações jurídicas sobre o deslinde deste processo, assim, decido:

I - Proceda a intimação do Assessor Jurídico II do Município, para que apresente parecer jurídico nos termos acima narrados;

II - Oportunamente, conclusos. Cumpra-se, intima-se.

Entre Rios, SC, 16 de junho de 2020.

ADMIR HAMMERICH

(Presidente da Comissão Processante)

LRF 2 BIMESTRE 2020

Publicação Nº 2524881

Município de Entre Rios - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
				(b/a)	(c)	(a - c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.600.000,00	16.600.000,00	2.587.346,62	15,59	5.581.833,24	11.018.166,76
RECEITAS CORRENTES	16.572.000,00	16.572.000,00	2.362.546,62	14,26	5.057.033,24	11.514.966,76
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	500.812,50	500.812,50	103.641,63	20,69	134.182,90	366.629,60
IMPOSTOS	388.685,00	388.685,00	82.966,75	21,35	101.689,83	286.995,17
TAXAS	100.000,00	100.000,00	20.674,88	20,67	32.493,07	67.506,93
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	3.307,50	3.307,50	0,00	0,00	0,00	3.307,50
CONTRIBUIÇÕES	35.590,00	35.590,00	5.911,63	16,61	12.168,25	23.421,75
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	-4.410,00	-4.410,00	0,00	0,00	0,00	-4.410,00
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	-4.410,00	-4.410,00	0,00	0,00	0,00	-4.410,00
CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES PRIVADAS DE SERVIÇO SOCIAL	-4.410,00	-4.410,00	0,00	0,00	0,00	-4.410,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	35.590,00	35.590,00	5.911,63	16,61	12.168,25	23.421,75
RECEITA PATRIMONIAL	186.742,50	186.742,50	3.764,39	2,02	12.268,40	174.474,10
RECEITA PATRIMONIAL	-4.410,00	-4.410,00	0,00	0,00	0,00	-4.410,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	186.742,50	186.742,50	3.764,39	2,02	12.268,40	174.474,10
VALORES MOBILIÁRIOS	-4.410,00	-4.410,00	0,00	0,00	0,00	-4.410,00
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISÃO OU OUTROS	-4.410,00	-4.410,00	0,00	0,00	0,00	-4.410,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	-4.410,00	-4.410,00	0,00	0,00	0,00	-4.410,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	-4.410,00	-4.410,00	0,00	0,00	0,00	-4.410,00
CESSÃO DE DIREITOS	-4.410,00	-4.410,00	0,00	0,00	0,00	-4.410,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	-4.410,00	-4.410,00	0,00	0,00	0,00	-4.410,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	67.243,75	67.243,75	0,00	0,00	0,00	67.243,75
RECEITA INDUSTRIAL	-4.410,00	-4.410,00	0,00	0,00	0,00	-4.410,00
RECEITA DE SERVIÇOS	210.512,50	210.512,50	24.437,82	11,61	30.873,80	179.638,70
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	205.512,50	205.512,50	24.437,82	11,89	29.130,89	176.381,61
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	-4.410,00	-4.410,00	0,00	0,00	0,00	-4.410,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	-4.410,00	-4.410,00	0,00	0,00	0,00	-4.410,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	-4.410,00	-4.410,00	0,00	0,00	0,00	-4.410,00
OUTROS SERVIÇOS	590,00	590,00	0,00	0,00	1.742,91	-1.152,91
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.252.445,25	15.252.445,25	2.214.306,24	14,52	4.802.808,26	10.449.636,99
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	8.868.747,75	8.868.747,75	1.268.348,34	14,30	2.746.805,16	6.121.942,59
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	4.719.287,50	4.719.287,50	683.218,31	14,48	1.479.074,24	3.240.213,26
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	-4.410,00	-4.410,00	0,00	0,00	0,00	-4.410,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-4.410,00	-4.410,00	0,00	0,00	0,00	-4.410,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	1.655.590,00	1.655.590,00	262.739,59	15,87	576.928,86	1.078.661,14
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	-4.410,00	-4.410,00	0,00	0,00	0,00	-4.410,00

Continua 1/4

Município de Entre Rios - SC

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Entre Rios - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	16.600.000,00	16.600.000,00	2.587.346,62	15,59	5.581.833,24	33,63
OPERações DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	16.600.000,00	16.600.000,00	2.587.346,62	15,59	5.581.833,24	33,63
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	16.600.000,00	16.600.000,00	2.587.346,62	15,59	5.581.833,24	33,63
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.138.462,45	—	—	1.138.462,45	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	1.138.462,45	—	—	1.138.462,45	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	16.600.000,00	18.092.323,41	2.333.742,51	7.272.286,97	10.820.037,44	2.847.056,94	5.275.302,08	12.817.021,33	4.889.705,91
DESPESAS CORRENTES	15.698.270,00	16.202.177,65	2.135.505,00	6.729.949,37	9.472.228,28	2.545.055,60	4.880.399,65	11.321.778,00	4.522.813,48
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.075.717,49	9.166.990,64	1.321.610,36	2.785.107,83	6.381.882,81	1.323.300,59	2.775.838,06	6.391.152,58	2.656.418,19
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.000,00	200.000,00	3.223,98	6.404,86	193.595,14	3.223,98	6.404,86	193.595,14	6.404,86
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.422.552,51	6.835.187,01	810.670,66	3.938.436,68	2.896.750,33	1.218.531,03	2.098.156,73	4.737.030,28	1.859.990,43
DESPESAS DE CAPITAL	889.730,00	1.878.145,76	198.237,51	542.336,60	1.335.809,16	302.001,34	394.902,43	1.483.243,33	366.892,43
INVESTIMENTOS	638.730,00	1.489.220,26	19.954,00	324.904,75	1.164.315,51	262.643,33	316.396,08	1.172.824,18	288.386,08
INVERSOES FINANCEIRAS	1.000,00	138.925,50	138.925,50	138.925,50	0,00	0,00	0,00	138.925,50	0,00

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Entre Rios - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	16.600.000,00	18.092.323,41	2.333.742,51	7.272.285,97	10.820.037,44	2.847.056,94	5.275.302,08	12.817.021,33	4.889.705,91
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	250.000,00	250.000,00	39.358,01	78.506,35	171.493,65	39.358,01	78.506,35	171.493,65	78.506,35
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	16.600.000,00	18.092.323,41	2.333.742,51	7.272.285,97	10.820.037,44	2.847.056,94	5.275.302,08	12.817.021,33	4.889.705,91
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	16.600.000,00	18.092.323,41	2.333.742,51	7.272.285,97	10.820.037,44	2.847.056,94	5.275.302,08	12.817.021,33	4.889.705,91
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	306.531,16	—	692.127,33
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	16.600.000,00	18.092.323,41	2.333.742,51	7.272.285,97	—	2.847.056,94	5.581.833,24	—	5.581.833,24
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Entre Rios, 05/06/2020

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADORJURANDI DELL OSBEL
PREFEITO MUNICIPALIOMAR CEZAR BIASUS
TESOUREIRO

Município de Entre Rios - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

R\$ 1,00									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	16.600.000,00	18.092.323,41	2.333.742,51	7.272.285,97	100,00	2.847.056,94	5.275.302,08	100,00	
	Legislativa	850.000,00	850.000,00	2.808,60	157.337,18	2,16	692.662,82	132.940,63	2,52
	Ação Legislativa	850.000,00	850.000,00	2.808,60	157.337,18	2,16	692.662,82	132.940,63	2,52
	Administração	2.662.069,74	2.662.069,74	315.563,11	1.266.500,50	17,42	1.395.569,24	943.814,13	17,89
	Administração Geral	2.662.069,74	2.662.069,74	315.563,11	1.266.500,50	17,42	1.395.569,24	943.814,13	17,89
	Segurança Pública	39.191,26	39.191,26	3.115,90	16.681,60	0,23	22.509,66	14.391,90	0,27
	Policimento	33.191,26	33.191,26	3.115,90	12.823,60	0,18	20.367,66	10.533,90	0,20
	Defesa Civil	6.000,00	6.000,00	0,00	3.858,00	0,05	2.142,00	0,00	0,07
	Assistência Social	1.016.913,75	1.213.980,53	145.784,31	395.442,85	5,44	818.537,68	313.084,71	5,93
	Assistência à Criança e ao Adolescente	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00
	Assistência Comunitária	1.004.913,75	1.201.980,53	145.784,31	395.442,85	5,44	806.537,68	313.084,71	5,93
	Saúde	3.874.325,00	4.371.956,69	620.565,32	2.096.071,76	28,82	2.275.884,93	1.299.322,29	24,63
	Atenção Básica	3.709.122,50	4.140.191,04	578.415,32	2.047.201,76	28,15	2.092.989,28	1.259.243,19	23,87
	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	122.205,00	157.607,89	42.150,00	42.150,00	0,58	115.457,89	39.450,00	0,75
	Vigilância Sanitária	42.997,50	74.157,76	0,00	6.720,00	0,09	67.437,76	629,10	0,01
	Educação	4.151.015,25	4.305.752,80	493.163,61	1.188.635,98	16,34	3.117.116,82	1.034.080,32	19,60
	Alimentação e Nutrição	147.446,25	147.446,25	6.135,36	27.117,94	0,37	120.328,31	25.023,91	0,47
	Ensino Fundamental	2.911.069,00	3.065.806,55	361.770,62	896.960,97	12,33	2.168.845,58	769.310,63	14,58
	Ensino Médio	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00
	Ensino Superior	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00
	Educação Infantil	984.000,00	984.000,00	121.464,94	247.495,94	3,40	736.504,06	233.039,91	4,42
	Educação Especial	46.500,00	46.500,00	3.792,69	17.061,13	0,23	29.438,87	6.705,87	0,13
	Cultura	38.000,00	38.000,00	7.780,00	7.780,00	0,11	30.220,00	0,00	0,00
	Diffusão Cultural	38.000,00	38.000,00	7.780,00	7.780,00	0,11	30.220,00	0,00	0,00
	Direitos da Cidadania	150.000,00	150.000,00	26.016,09	59.283,17	0,82	90.716,83	48.074,73	0,91
	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	150.000,00	150.000,00	26.016,09	59.283,17	0,82	90.716,83	48.074,73	0,91
Urbanismo	421.858,75	926.820,64	9.697,15	389.878,41	5,36	536.942,23	264.970,60	5,50	
Infra-Estrutura Urbana	191.307,50	696.269,39	0,00	226.429,00	3,11	469.840,39	226.429,00	4,29	
Serviços Urbanos	230.551,25	230.551,25	9.697,15	163.449,41	2,25	67.101,84	63.610,12	1,21	
Habitação	6.000,00	143.925,50	138.925,50	138.925,50	1,91	5.000,00	0,00	0,00	
Habitação Urbana	6.000,00	143.925,50	138.925,50	138.925,50	1,91	5.000,00	0,00	0,00	
Saneamento	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00	0,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00	0,00	0,00	

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Entre Rios - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.600.000,00	18.092.323,41	2.333.742,51	7.272.285,97	10.820.037,44	2.847.056,94	5.275.302,08	12.817.021,33
Gestão Ambiental	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Agricultura	932.000,00	932.000,00	205.178,76	532.018,28	399.981,72	189.210,76	423.938,51	508.061,49
Promoção da Produção Agropecuária	932.000,00	932.000,00	205.178,76	532.018,28	399.981,72	189.210,76	423.938,51	508.061,49
Transporte	1.674.626,25	1.674.626,25	265.569,49	867.135,93	807.490,32	379.519,77	668.343,78	1.006.282,47
Transporte Rodoviário	1.674.626,25	1.674.626,25	265.569,49	867.135,93	807.490,32	379.519,77	668.343,78	1.006.282,47
Desporto e Lazer	112.000,00	112.000,00	7.798,14	22.489,06	89.510,94	7.169,39	19.466,31	92.533,69
Desporto Comunitário	112.000,00	112.000,00	7.798,14	22.489,06	89.510,94	7.169,39	19.466,31	92.533,69
Encargos Especiais	625.000,00	625.000,00	91.776,53	134.105,75	490.894,25	45.476,43	87.805,65	537.194,35
Outros Encargos Especiais	625.000,00	625.000,00	91.776,53	134.105,75	490.894,25	45.476,43	87.805,65	537.194,35
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	16.600.000,00	18.092.323,41	2.333.742,51	7.272.285,97	10.820.037,44	2.847.056,94	5.275.302,08	12.817.021,33

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Entre Rios - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2019 A ABRIL 2020

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2020
	Maio/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020	TOTAL (últ. 12 MES)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.390.219,69	1.310.995,24	1.983.753,46	1.309.605,54	1.339.708,27	1.240.334,13	2.048.878,78	2.376.611,46	1.457.070,63	1.759.991,72	1.344.305,03	1.398.672,45	19.055.146,40
Impostos, taxas e contribuições de Melhoria	46.877,32	28.356,66	46.970,41	31.169,24	39.395,92	12.689,67	35.315,33	53.593,46	6.801,46	23.739,61	23.916,35	79.273,28	427.250,31
IPTU	12.760,08	9.588,64	3.214,71	1.507,58	1.548,51	762,41	874,29	737,82	1.790,99	7.334,42	7.332,51	7.795,34	55.347,30
IRR.F	15.293,28	1.780,58	30.225,90	1.685,23	30.433,11	1.201,20	29.287,11	42.125,40	0,00	132,57	347,30	47.464,77	199.996,35
I.S.S.	5.296,17	6.375,39	3.223,27	8.973,57	3.740,68	5.861,00	3.279,54	6.965,48	1.675,96	2.253,74	5.729,35	3.164,29	56.618,44
I.T.B.I.	0,00	1.840,00	3.865,80	14.774,04	2.087,32	3.562,61	7.400,00	1.840,82	1.220,00	4.265,40	5.627,75	10.520,64	45.309,38
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13.507,79	8.972,05	5.440,83	4.228,82	1.586,10	712,45	1.134,39	1.903,94	2.114,51	9.703,68	9.946,64	10.729,44	69.979,44
Contribuições	2.958,47	3.121,85	2.881,21	2.657,99	2.735,12	2.870,20	2.957,81	2.743,39	2.928,93	3.327,69	2.621,27	3.200,36	35.093,29
Recita Patrimonial	9.225,21	5.225,04	6.775,40	5.800,20	5.353,19	6.595,55	4.421,36	3.940,77	4.758,15	3.745,86	1.952,66	1.811,73	59.614,12
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	9.225,21	5.225,04	6.775,40	5.800,20	5.353,19	6.595,55	4.421,36	3.940,77	4.758,15	3.745,86	1.952,66	1.811,73	59.614,12
Recita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	6.045,00	4.670,50	4.144,50	10.255,08	9.525,00	4.427,00	6.254,00	2.516,00	3.701,91	2.734,07	10.871,26	13.586,56	78.710,88
Transferências Correntes	1.442.230,17	1.267.545,09	1.905.101,01	1.256.089,12	1.277.622,91	1.212.567,61	1.478.802,79	2.302.314,17	1.390.033,54	1.712.044,21	1.295.595,74	1.290.751,36	17.840.085,92
Cota-Parte do FPM	734.046,07	578.206,50	790.662,22	513.753,58	513.751,82	472.975,26	641.895,11	1.094.325,20	646.959,94	933.381,83	546.774,19	534.979,53	8.063.143,25
Cota-Parte do ICMS	409.245,26	399.646,51	404.483,69	407.313,89	424.178,29	427.599,84	518.147,32	392.381,49	487.720,06	467.882,56	442.254,15	336.666,03	5.118.724,09
Cota-Parte do IPVA	17.278,26	12.067,75	16.723,06	10.603,18	12.618,87	13.800,25	11.468,71	3.065,78	10.458,59	10.917,68	15.720,52	16.932,07	151.644,72
Cota-Parte do ITR	25,14	7,47	6,27	62,19	238,02	247,49	75,86	9,09	24,19	6,11	78,00	0,00	779,83
Outras Transferências Correntes	138.556,02	146.284,29	562.300,74	126.804,56	186.041,50	161.478,81	159.382,18	663.387,36	84.333,87	135.674,06	290.253,55	4.531,87	2.794.093,65
Transferências da LC 87/1989	5.150,05	5.400,94	5.467,50	4.893,45	5.965,25	5.278,17	5.545,90	6.516,33	5.058,54	5.472,05	5.048,89	4.531,87	64.328,94
Transferências da LC 87/1995	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	137.919,37	125.925,63	126.422,53	129.259,27	134.829,16	131.186,99	142.289,71	142.629,92	155.479,35	158.709,92	147.461,28	115.246,31	1.647.371,44
Transferências do FUNDEC	1.855,52	1.876,10	2.892,93	3.625,91	5.076,13	1.680,90	521.127,49	11.504,67	48.846,64	5.400,08	8.985,75	1.469,16	614.331,28
Outras Receitas Correntes	233.146,73	199.065,28	180.447,21	200.005,03	191.350,23	183.980,18	235.429,99	233.813,35	230.043,84	283.531,89	201.775,14	176.656,72	2.551.247,59
DEDUÇÕES (II)	233.146,73	199.065,28	180.447,21	200.005,03	191.350,23	183.980,18	235.429,99	233.813,35	230.043,84	283.531,89	201.775,14	176.656,72	2.551.247,59
Dedução da Recita Para Formação do FUNDEC	233.146,73	199.065,28	180.447,21	200.005,03	191.350,23	183.980,18	235.429,99	233.813,35	230.043,84	283.531,89	201.775,14	176.656,72	2.551.247,59
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.276.070,96	1.111.928,96	1.783.306,25	1.109.600,51	1.148.358,04	1.056.353,95	1.813.448,79	2.142.798,11	1.227.026,79	1.467.459,83	1.142.529,89	1.220.016,73	16.503.898,81
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	0,00	425.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	525.000,00
CÁLCULO DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO PARA (III - IV):	1.276.070,96	1.111.928,96	1.358.306,25	1.109.600,51	1.148.358,04	1.056.353,95	1.813.448,79	2.142.798,11	1.227.026,79	1.467.459,83	1.142.529,89	1.120.016,73	15.978.898,81
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) =	1.276.070,96	1.111.928,96	1.358.306,25	1.109.600,51	1.148.358,04	1.056.353,95	1.813.448,79	2.142.798,11	1.227.026,79	1.467.459,83	1.142.529,89	1.120.016,73	15.978.898,81
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VI) = (V - VI):	1.276.070,96	1.111.928,96	1.358.306,25	1.109.600,51	1.148.358,04	1.056.353,95	1.813.448,79	2.142.798,11	1.227.026,79	1.467.459,83	1.142.529,89	1.120.016,73	15.978.898,81
PREVISÃO ATUALIZADA 2020	1.276.070,96	1.111.928,96	1.783.306,25	1.109.600,51	1.148.358,04	1.056.353,95	1.813.448,79	2.142.798,11	1.227.026,79	1.467.459,83	1.142.529,89	1.120.016,73	16.572.000,00

FONTE:

Município de Entre Rios - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

	SALDO		
	Em 31 Dez 2019 (A)	Em 29 Fev 2020 (B)	Em 30 Abr 2020 (C)
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>			
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.003.603,29	964.454,95	1.149.896,94
DEDUÇÕES (II)	2.274.935,36	2.968.659,26	2.550.097,92
Disponibilidade de Caixa	2.274.935,36	2.968.659,26	2.550.097,92
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.274.935,36	3.251.559,91	2.935.694,09
(-) Restos a Pagar Processados (Exoeto Precatórios)	0,00	282.900,65	385.596,17
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	1.003.603,29	964.454,95	1.149.896,94
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.003.603,29	-964.454,95	-1.149.896,94
<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	No Bimestre (VIc - VIb)	Jan a Abr 2020 (VIc - VIa)	
VALOR	-185.441,99	-146.293,65	
<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>			
VALOR CORRENTE			
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			
0,00			

FONTE:

Município de Entre Rios - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	ACIMA DA LINHA	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020 RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	16.500.346,25	5.057.033,24
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
I.P.T.U.	505.222,50	134.182,90
I.S.S.	61.435,00	24.303,26
I.T.B.I.	71.660,00	12.853,14
I.R.R.F.	60.000,00	16.568,79
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	200.000,00	47.964,64
Contribuições	112.127,50	32.493,07
Receita Patrimonial	40.000,00	12.168,25
Aplicações Financeiras(II)	191.152,50	12.268,40
Outras Receitas Patrimoniais	191.152,50	12.268,40
Transferências Correntes	0,00	0,00
Cota-Parte do FPM	15.252.445,25	4.802.808,26
Cota-Parte do ICMS	7.265.600,00	2.128.075,72
Cota-Parte do IPVA	4.200.000,00	1.388.578,60
Cota-Parte do ITR	141.120,00	43.199,33
Transferências da LC 87/1996	1.764,00	86,65
Transferências da LC 61/1989	17.640,00	0,00
Transferências do FUNDEB	52.920,00	16.089,91
Outras Transferências Correntes	1.660.000,00	576.928,86
Demais Receitas Correntes	1.913.401,25	649.849,19
Outras Receitas Financeiras (III)	511.526,00	95.605,43
Receitas Correntes Restantes	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-III)	511.526,00	95.605,43
RECEITAS DE CAPITAL (V)	16.309.193,75	5.044.764,84
Operação de Crédito(VI)	28.000,00	524.800,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	224.800,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de Entre Rios - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA						
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020				
		RECEITAS REALIZADAS(a)				
Outras Aliações de Bens	0,00					0,00
Transferências de Capital	28.000,00					300.000,00
Convênios	28.000,00					300.000,00
Outras Transferências de Capital	0,00					0,00
Outras Receitas de Capital	0,00					0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00					0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00					0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)						
	28.000,00					300.000,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)		16.337.193,75	5.344.764,84			
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020				
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOSA PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOSA PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	16.202.177,65	6.729.949,37	4.880.399,65	4.522.813,48	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	9.166.990,64	2.785.107,83	2.775.838,06	2.656.418,19	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	200.000,00	6.404,86	6.404,86	6.404,86	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	6.835.187,01	3.938.436,68	2.098.156,73	1.859.990,43	0,00	0,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	6.835.187,01	3.938.436,68	2.098.156,73	1.859.990,43	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	16.002.177,65	6.723.544,51	4.873.994,79	4.516.408,62	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	1.878.145,76	542.336,60	394.902,43	366.892,43	0,00	0,00
Investimentos	1.489.220,26	324.904,75	316.396,08	288.386,08	0,00	0,00
Inversões Financeiras	138.925,50	138.925,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	138.925,50	138.925,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	250.000,00	78.506,35	78.506,35	78.506,35	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	1.628.145,76	463.830,25	316.396,08	288.386,08	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de Entre Rios - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre 2020					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)			
							LIQUIDADOS	PAGOS (c)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	17.642.323,41	7.187.374,76	5.190.390,87	4.804.794,70	0,00		0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		539.970,14						
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00						
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre 2020						
		VALOR INCORRIDO						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		12.268,40						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		6.404,86						
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		545.833,68						
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00						
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		ABAIXO DA LINHA						
		SALDO						
		Em 31 Dez 2019(a)			Até o Bimestre 2020(b)			
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		1.003.603,29			1.149.896,94			
DEDUÇÕES (XXIX)		2.213.676,49			2.488.839,05			
Disponibilidade de Caixa		2.274.935,36			2.550.097,92			
Disponibilidade de Caixa Bruta		2.274.935,36			2.935.694,09			
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		0,00			385.596,17			
Demais Haveres Financeiros		-61.258,87			-61.258,87			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-1.210.073,20			-1.338.942,11			
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		128.868,91						

Continua 3/4

Município de Entre Rios - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2020
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb)	-385.596,17
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	514.465,08
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	508.601,54
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.138.462,45
Recursos Alocados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	1.138.462,45
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

Município de Entre Rios - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS					RS 1,00	
PODER/ÓRGÃO		Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidadas (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (h+i)	Saldo Total L = (e+h)
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2019 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2019 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) EXECUTIVO ADMINISTRAÇÃO DIRETA FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		-	-	-	-	-	831,90	4.089.683,38	-	-	-	4.089,515,28	4.089,515,28
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	831,90	4.089.683,38	0,00	0,00	0,00	4.089,515,28	4.089,515,28
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	831,90	4.089.683,38	0,00	0,00	0,00	4.089,515,28	4.089,515,28
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	831,90	4.089.683,38	0,00	0,00	0,00	4.089,515,28	4.089,515,28
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	831,90	4.089.683,38	0,00	0,00	0,00	4.089,515,28	4.089,515,28
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	831,90	4.089.683,38	0,00	0,00	0,00	4.089,515,28	4.089,515,28
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	831,90	4.089.683,38	0,00	0,00	0,00	4.089,515,28	4.089,515,28
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	831,90	4.089.683,38	0,00	0,00	0,00	4.089,515,28	4.089,515,28
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	831,90	4.089.683,38	0,00	0,00	0,00	4.089,515,28	4.089,515,28
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	831,90	4.089.683,38	0,00	0,00	0,00	4.089,515,28	4.089,515,28
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	831,90	4.089.683,38	0,00	0,00	0,00	4.089,515,28	4.089,515,28
FONTE:													

MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	393.095,00	393.095,00	101.689,83	25,87
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	61.435,00	61.435,00	24.303,26	39,56
1.1.1- IPTU	46.000,00	46.000,00	15.046,27	32,71
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	15.435,00	15.435,00	9.256,99	59,97
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	60.000,00	60.000,00	16.568,79	27,61
1.2.1- ITBI	60.000,00	60.000,00	16.568,79	27,61
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	71.660,00	71.660,00	12.853,14	17,94
1.3.1- ISS	66.150,00	66.150,00	12.631,19	19,09
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	5.510,00	5.510,00	221,95	4,03
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	200.000,00	200.000,00	47.964,64	23,98
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.422.405,00	14.422.405,00	4.470.036,80	30,99
2.1- Cota-Parte FPM	8.905.600,00	8.905.600,00	2.660.094,49	29,87
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.200.000,00	8.200.000,00	2.660.094,49	32,44
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	374.850,00	374.850,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	330.750,00	330.750,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.250.000,00	5.250.000,00	1.735.722,80	33,06
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	22.050,00	22.050,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	66.150,00	66.150,00	20.112,35	30,40
2.5- Cota-Parte ITR	2.205,00	2.205,00	108,30	4,91
2.6- Cota-Parte IPVA	176.400,00	176.400,00	53.998,86	30,61
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	14.815.500,00	14.815.500,00	4.571.726,63	30,86
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	257.958,75	257.958,75	86.592,11	33,57
5.1- Transferências do Salário-Educação	180.000,00	180.000,00	58.398,36	32,44
5.2- Transferências Diretas - PDDE	2.756,25	2.756,25	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	41.895,00	41.895,00	12.795,20	30,54
5.4- Transferências Diretas - PNATE	30.000,00	30.000,00	15.317,04	51,06
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	3.307,50	3.307,50	81,51	2,46
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	138.300,00	138.300,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	138.300,00	138.300,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	12.789,00	12.789,00	485,82	3,80
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	409.047,75	409.047,75	87.077,93	21,29
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.743.361,00	2.743.361,00	894.006,59	32,59
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.640.000,00	1.640.000,00	532.018,77	32,44
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.050.000,00	1.050.000,00	347.144,20	33,06
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.410,00	4.410,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	13.230,00	13.230,00	4.022,44	30,40
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	441,00	441,00	21,65	4,91
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	35.280,00	35.280,00	10.799,53	30,61
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.662.646,00	1.662.646,00	577.087,28	34,71
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.660.000,00	1.660.000,00	576.928,86	34,75
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	2.646,00	2.646,00	158,42	5,99
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.083.361,00	-1.083.361,00	-317.077,73	29,27
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.497.969,00	1.497.969,00	403.208,47	26,92	403.208,47	26,92
13.1- Com Educação Infantil	700.000,00	700.000,00	207.268,95	29,61	207.268,95	29,61
13.2- Com Ensino Fundamental	797.969,00	797.969,00	195.939,52	24,55	195.939,52	24,55
14- OUTRAS DESPESAS	16.864,00	179.094,36	55.989,48	31,26	54.789,08	30,59
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	16.864,00	179.094,36	55.989,48	31,26	54.789,08	30,59
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.666.615,00	1.677.063,36	459.197,95	27,38	457.997,55	27,31
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						457.997,55
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						69,87
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						9,49
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						20,64
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	940.000,00	940.000,00	247.495,94	26,33	233.039,91	24,79
22.1- Creche	570.000,00	570.000,00	159.585,66	28,00	151.805,42	26,63
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	450.000,00	450.000,00	133.440,29	29,65	133.440,29	29,65
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	120.000,00	120.000,00	26.145,37	21,79	18.365,13	15,30
22.2- Pré-escola	370.000,00	370.000,00	87.910,28	23,76	81.234,49	21,96
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	250.000,00	250.000,00	73.828,66	29,53	73.828,66	29,53
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	120.000,00	120.000,00	14.081,62	11,73	7.405,83	6,17
23- ENSINO FUNDAMENTAL	966.615,00	1.022.358,37	297.202,78	29,07	286.398,60	28,01
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	966.615,00	977.063,36	251.929,00	25,78	250.728,60	25,66
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	45.295,01	45.273,78	99,95	35.670,00	78,75
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	1.906.615,00	1.962.358,37	544.698,72	27,76	519.438,51	26,47
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-317.077,73
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.j)						-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)						-317.077,73
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))						836.516,24
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						18,30
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	183.307,50	183.307,50	43.050,91	23,49	33.911,18	18,50
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.061.092,75	2.160.086,93	600.886,35	27,82	480.730,63	22,26
42 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	2.244.400,25	2.343.394,43	643.937,26	27,48	514.641,81	21,96
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	4.151.015,25	4.305.752,80	1.188.635,98	27,61	1.034.080,32	24,02
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2020 (i)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	10.448,36	10.286,68
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	576.928,86	58.398,36
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	420.521,01	30.879,68
47.1 Orçamento do Exercício	420.521,01	30.879,68
47.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	158,42	81,51
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	167.014,63	37.886,87
50- (+) Ajustes	18.654,33	0,00
50.1. (+) Retenções	0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária	18.654,33	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	185.668,96	37.886,87

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Entre Rios - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)			
	0,00	224.800,00	-224.800,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.878.145,76	542.336,60	1.335.809,16
Investimentos	1.489.220,26	324.904,75	1.164.315,51
Inversões Financeiras	138.925,50	138.925,50	0,00
Amortização de Dívida	250.000,00	78.506,35	171.493,65
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.878.145,76	542.336,60	1.335.809,16
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	1.878.145,76	317.536,60	1.560.609,16

FONTE:

Município de Entre Rios - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/MÊS ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

PREÇO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)		R\$ 1,00					
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO (c) = (a-b)				
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	3.307,50	5,51	3.301,99				
Receita de Alienação De Bens Móveis	0,00	0,00	0,00				
Receita de Alienação De Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00				
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.307,50	5,51	3.301,99				
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	3.307,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.307,50
Despesas de Capital	3.307,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.307,50
Investimentos	3.307,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.307,50
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2019 (i)	Em 2020 (j) = (Ib - (IIf + IIg))				SALDO ATUAL (k) = (III + IIj)
Valor(III)	1.735,84	5,51				1.741,35	
FONTE:							

TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = I + II	14.087.850,00	14.087.850,00	4.572.142,45	32,45
---	---------------	---------------	--------------	-------

[illegible]

Município de Entre Rios - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	2.723.737,50	2.770.176,38	1.495.767,77	54,00	907.664,05	32,77	789.677,55	28,51	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS									
			DESPESAS EMPENHADAS (d)		DESPESAS LIQUIDADAS (e)		DESPESAS PAGAS (f)		
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)			1.495.767,77		907.664,05		789.677,55		
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)			0,00		0,00		0,00		
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)			0,00		0,00		0,00		
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)			0,00		0,00		0,00		
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)			1.495.767,77		907.664,05		789.677,55		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)							685.821,37		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)							0,00		
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)			809.946,40		221.842,68		-		
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			0,00		-		-		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)			32,71		19,85		-		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012									
			LIMITE NÃO CUMPRIDO				Saldo Final (não aplicado)¹ (= h - (i ou j))		
			Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência	Liquidadas (j)	Empenhadas (i)	Pagas (k)		
Diferença de limite não cumprido em 2020			-	-	-	-	-	-	
Diferença de limite não cumprido em 2019			-	-	-	-	-	-	
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores			-	-	-	-	-	-	
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)			-	-	-	-	-	-	

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de Entre Rios - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	985.385,00	1.370.014,66	551.433,99	40,25	351.579,14	25,66	318.719,14	23,26	-
Despesas Correntes	881.385,00	1.266.014,66	542.728,99	42,87	346.254,14	27,35	313.394,14	24,75	-
Despesas de Capital	104.000,00	104.000,00	8.705,00	8,37	5.325,00	5,12	5.325,00	5,12	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	122.205,00	157.607,89	42.150,00	26,74	39.450,00	25,03	39.450,00	25,03	-
Despesas Correntes	122.205,00	157.607,89	42.150,00	26,74	39.450,00	25,03	39.450,00	25,03	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	42.997,50	74.157,76	0,00	0,00	629,10	0,85	629,10	0,85	-
Despesas Correntes	42.997,50	74.157,76	6.720,00	9,06	629,10	0,85	629,10	0,85	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	1.150.587,50	1.601.780,31	600.303,99	37,48	391.658,24	24,45	358.798,24	22,40	-

Página 5/5

Município de Entre Rios - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até Bimestre (f)	% (f/c)x100	
ATENÇÃO BÁSICA (XI) = (IV + XXXII)	3.709.122,50	4.140.191,04	2.047.201,76	49,45	1.259.243,19	30,42	1.108.396,69	26,77	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	122.205,00	157.607,89	42.150,00	26,74	39.450,00	25,03	39.450,00	25,03	-
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	42.997,50	74.157,76	6.720,00	9,06	629,10	0,85	629,10	0,85	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLI) = (XI + XXXIX)	3.874.325,00	4.371.956,69	2.096.071,76	47,94	1.299.322,29	29,72	1.148.475,79	26,27	-
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	3.874.325,00	4.371.956,69	2.096.071,76	47,94	1.299.322,29	29,72	1.148.475,79	26,27	-

FONTE:

¹ Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
² Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).
³ Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

Município de Entre Rios - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		16.600.000,00		
Previsão Atualizada		16.600.000,00		
Receitas Realizadas		5.581.833,24		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.138.462,45		
DESPESAS				
Dotação Inicial		16.600.000,00		
Créditos Adicionais		1.492.323,41		
Dotação Atualizada		18.092.323,41		
Despesas Empenhadas		7.272.285,97		
Despesas Liquidadas		5.275.302,08		
Despesas pagas		4.889.705,91		
Superavit Orçamentário		306.531,16		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		7.272.285,97		
Despesas Liquidadas		5.275.302,08		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		16.503.898,81		
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		15.978.898,81		
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		15.978.898,81		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	545.833,68	0,00
Resultado Primário		0,00	539.970,14	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	4.089.515,28	0,00	0,00	4.089.515,28
EXECUTIVO	4.089.515,28	0,00	0,00	4.089.515,28
TOTAL:	4.089.515,28	0,00	0,00	4.089.515,28
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		836.516,24	25%	18,30
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		403.208,47	60%	69,87

Continua 1/2

Município de Entre Rios - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL				Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito				224.800,00	-224.800,00
Despesa de Capital Líquida				542.336,60	1.335.809,16
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				2040	2055
Plano Previdenciário					
Receitas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro					
Receitas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS				Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				5,51	3.301,99
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				0,00	3.307,50
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		907.664,05	15,00	19,85	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)		0,00			

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

RGF 1 QUADRIMESTRE 2020

Publicação Nº 2524882

Município de Entre Rios - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2019 A ABRIL/2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (b)
	LÍQUIDADAS												
	Maio/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	556.377,83	1.015.028,84	659.655,68	664.458,82	682.828,75	673.744,61	636.198,03	985.609,73	759.786,63	688.710,84	648.840,43	671.487,49	8.622.737,78
Pessoal Ativo	552.877,83	1.015.028,84	659.655,68	664.458,82	682.828,75	673.744,61	636.198,03	985.609,73	759.786,63	688.710,84	648.840,43	671.487,49	8.619.237,78
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	543.931,80	775.610,70	536.808,43	541.119,93	539.134,67	549.655,54	536.354,94	833.132,86	624.052,10	562.211,65	527.792,74	547.829,55	7.117.632,91
Obrigações Patronais	8.946,03	239.418,24	122.847,25	123.338,89	123.694,08	124.091,07	99.843,09	152.476,87	135.734,53	126.469,19	121.047,69	123.667,94	1.501.604,87
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reservas e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos terceirizados ou contratação formal indireta (art. 1º do art. 18 da LRF)	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS § 1º do art. 19 da LRF (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituições por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar decorrentes de contratos terceirizados ou contratação formal indireta (art. 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar decorrentes de contratos terceirizados ou contratação formal indireta (art. 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo de contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	556.377,83	1.015.028,84	659.655,68	664.458,82	682.828,75	673.744,61	636.198,03	985.609,73	759.786,63	688.710,84	648.840,43	671.487,49	8.561.587,27
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)													
RECETA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			16.503.898,81	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)			525.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 169, § 1º, da CF) (VI)			0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECETA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)			15.978.898,81	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + VII)			8.561.587,27	53,88									
LIMITE MÁXIMO (IX) (Índices I, II e III, art. 20 da LRF)			9.587.339,29	60,00									
LIMITE PREVIDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)			9.107.972,33	57,00									
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)			8.628.605,36	54,00									

Entre Rios, 05/09/2020

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTEADOR

JURANDI DELLOSSEL
PREFEITO MUNICIPAL

KIYAR CEZAR BIASUS
TESOUREIRO

FONTE:



MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.003.603,29	1.149.896,94	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	908.402,86	834.874,31	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	908.402,86	834.874,31	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	908.402,86	834.874,31	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	95.200,43	315.022,63	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.213.676,49	2.488.839,05	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	2.274.935,36	2.550.097,92	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.274.935,36	2.935.694,09	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	385.596,17	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	-61.258,87	-61.258,87	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.210.073,20	-1.338.942,11	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	16.332.075,32	16.503.898,81	0,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	425.000,00	525.000,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	15.907.075,32	15.978.898,81	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	6,31%	7,20%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-7,61%	-8,38%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	19.088.490,38	19.174.678,57	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	17.179.641,35	17.257.210,71	0,00	0,00
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	1.338,10	113.969,50	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	4.089.515,28	6.086.499,17	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	1.500,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020

Continuação 2/2

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pecatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

Entre Rios, 05/06/2020

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR

JURANDI DELL OSBEL
PREFEITO MUNICIPAL

IOMAR CEZAR BIASUS
TESOUREIRO

FONTE:

MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2020

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	16.332.075,32	16.503.898,81	0,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	425.000,00	525.000,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	15.907.075,32	15.978.898,81	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.593.056,57	3.630.857,74	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	3.233.750,91	3.267.771,97	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Entre Rios, 05/06/2020

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR

JURANDI DELL OSBEL
PREFEITO MUNICIPAL

IOMAR CEZAR BIASUS
TESOUREIRO

MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	16.503.898,81	—
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º da C)	525.000,00	—
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	15.978.898,81	—
OPERAÇÕES VEDADAS(VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.556.623,81	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.300.961,43	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.118.522,92	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

Entre Rios, 05/06/2020

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR

JURANDI DELL OSBEL
PREFEITO MUNICIPAL

IOMAR CEZAR BIASUS
TESOUREIRO

MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	(h)		(i) = (g - h)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	1.234.178,47	0,00	318.424,15	331.923,28	91.155,01	0,00	492.676,03	1.717.403,25	0,00	(1.224.727,22)
Recursos Ordinários	1.234.178,47	0,00	318.424,15	331.923,28	91.155,01	0,00	492.676,03	1.717.403,25	0,00	(1.224.727,22)
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	1.701.515,62	0,00	67.172,02	3.757.592,00	22.814,49	0,00	(2.146.062,89)	279.590,64	0,00	(2.425.643,53)
Recalculados de Impostos e de Transferência de Impostos - Edu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	167.252,28	0,00	22.084,54	0,00	15.392,00	0,00	129.775,74	1.200,40	0,00	128.575,34
Outros Recursos Vinculados à Educação	37.886,87	0,00	3.031,50	0,00	0,00	0,00	34.855,37	18.743,51	0,00	16.111,86
Recalculados de Impostos e de Transferência de Impostos - Sai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Saúde	138.379,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	138.379,82	0,00	0,00	138.379,82
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Ex	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Aterção de Bens/Ativos	1.741,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.741,35	0,00	0,00	1.741,35
Outros Recursos Vinculados	1.356.265,30	0,00	42.055,98	3.757.592,00	7.422,49	0,00	(2.450.815,17)	259.636,73	0,00	(2.710.451,90)
TOTAL (III) = (I + II)	2.935.694,09	0,00	385.596,17	4.089.515,28	113.969,50	0,00	(1.653.386,86)	1.986.993,89	0,00	(3.650.370,75)

Entre Rios, 05/06/2020

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADORJURANDI DELL OSBEL
PREFEITO MUNICIPALIOMAR CEZAR BIASUS
TESOUREIRO

MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2020

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	16.503.898,81	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	15.978.898,81	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	15.978.898,81	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE ARCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	8.561.587,27	53,58
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	9.902.339,29	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	9.407.222,33	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	8.912.105,36	54,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE ARCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.338.942,11	-8,11
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	19.804.678,57	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE ARCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.630.857,74	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE ARCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.640.623,81	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.155.272,92	7,00
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE:

Entre Rios, 05/06/2020

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR

JURANDI DELL OSBEL
PREFEITO MUNICIPAL

IOMAR CEZAR BIASUS
TESOUREIRO

Ermo

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO 531.552-DVº: 20/2020/CAIXA

Publicação N° 2526054

EXTRATO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO

CAIXA / ERMO/SC; CNPJ 01.608.905/0001-01; CT 531.552-DVº: 20/2020/CAIXA; Objeto: Financiar Despesas de Capital no Município; Programa de Financiamento a Infraestrutura e ao Saneamento: FINISA; Valor do Empréstimo sob forma de financiamento com recursos CAIXA: R\$ 1.740.000,00; Carência: 24 meses; Amortização: 96 meses; Data e Assinaturas: 03/06/2020, RENATO FRANCISCO SAVARIS, ALDOIR CADORIN.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERMO RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 04/2020

Publicação N° 2526043

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERMO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 04/2020

Objeto: Aquisição de dois veículos zero km, micro ônibus/ minibus modelo VAN.

Vencedor: INGÁ CAMINHÕES LTDA

Valor: 157.000,00

Lélis Helena Leonardo - Pregoeira

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

AVISO DE PUBLICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.0003/2020 FMS

Publicação Nº 2525472

AVISO DE PUBLICAÇÃO DO
PREGÃO PRESENCIAL N. 0003/2020-FMS
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que PUBLICA o Edital da licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0003/2020 – Menor Preço – Preço por Item, visando registro de preços para AQUISIÇÃO DE ELETROCARDIOGRAFOS E DESFIBRILADOR/CARDIOVERSOR. De acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 08h00m às 08h30m horas do dia 29 de junho de 2020, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 07h30m às 11h30m e das 13h00m às 17h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4340.

Faxinal dos Guedes/SC, 16 de junho de 2020.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 154/2020

Publicação Nº 2524750

	PORTARIA Nº 154/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal EDINA BENELLI CICHELERO, ocupante do Cargo de Assistente Social lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 16/06/2020 a 30/06/2020, Conforme Decreto nº 002/2017 relativo ao período aquisitivo 07/18 a 07/19.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 16 dias do mês de Junho de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

Formosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N.º 4986/2020

Publicação N° 2524756

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4986, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 71 da Lei Orgânica do Município, o Art. 9.º do Estatuto dos Servidores Públicos e considerando o resultado do Concurso Público N.º 001/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Servidor Público Municipal RAFAEL ARAÚJO LAFETÁ, para o Cargo de Médico, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo o vencimento constante no grupo Técnico Científico (TEC).

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto será utilizado os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 16 de junho de 2020.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N.º 4987/2020

Publicação N° 2524759

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4987, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 71 da Lei Orgânica do Município, o Art. 9.º do Estatuto dos Servidores Públicos e considerando o resultado do Concurso Público N.º 001/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Servidor Público Municipal DEMETRIUS CANSIAN BALDISSARELLI, para o Cargo de Médico Veterinário, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo o vencimento constante no grupo Técnico Científico (TEC).

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto será utilizado os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 16 de junho de 2020.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N.º 4988/2020

Publicação N° 2525509

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4988, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 71, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o que dispõe a Lei Municipal N.º 455, de 16 de junho de 2009 E Lei Municipal N.º 748 de 06 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Formosa do Sul passa a ter a seguinte composição:

I – Representante do Sindicato da Agricultura Familiar de Formosa do Sul:

Titular: Ermelindo Dalla Cort

Suplente: Rosangela Moro

II – Representante da Associação Comercial e Industrial de Quilombo - ACIQ:

Titular: Fernando Cella

Suplente: Gleisiane Pazinato

III – Representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas de Quilombo - CDL:

Titular: Jaiane Deconto

Suplente: Nelso Pazinato

IV – Representantes Indicados pelo Poder executivo Municipal:

Titular: Ademar André Szczepanski

Suplente: Sandra de Abreu

Titular: Luizete R. Lorensen

Suplente: Aline Vian

Titular: Léo Pedro Migliavacca

Suplente: Altemir José Bianchetti

Titular: Rafael Júnior Spagnollo

Suplente: Divonei De Cézar

VI – Representante de Cooperativas de Crédito estabelecidas no Município:

Titular: Ivanilde Gris Conte

Suplente: Adionir Antonio Klindges

VII – Representante de Cooperativas de Produção estabelecidas no Município:

Titular: Maria Dal Bosco Conte

Suplente: Nilva Gris

Art. 2º O Conselho constituído por este decreto, atuará como um órgão deliberativo, vinculado ao Gabinete do Prefeito, tendo como atribuição específica analisar as solicitações de empresas interessadas nos incentivos previstos na Lei Municipal N.º 455, de 16 de junho de 2009 e posteriores, bem como as demais competências fixadas em lei.

Art. 3º Os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico terão mandato de 02 (dois) anos, podendo haver recondução por igual período, de acordo com indicação dos seus respectivos segmentos, entidades ou órgãos.

Art. 4º O exercício do mandato de membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico constitui serviço de caráter relevante, sem ônus para os cofres Públicos Municipais e sem caracterizar vínculo empregatício.

Art. 5º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico estabelecerá por regimento interno sua estrutura operacional e critérios para seu funcionamento, por meio de Resolução.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário e em especial o Decreto Municipal N.º 4621, de 18 de dezembro de 2018.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 16 de junho de 2020.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO Nº13/2020

Publicação Nº 2525542

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº13/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BATERIAS E ADITIVOS PARA A FROTA MUNICIPAL
CONTRATADO: COMERCIO DE BATERIAS ATOMICA EIRELI
Município de Formosa do Sul (CNPJ 80.637.424/0001-09)
VALOR: R\$ 6.830,00 (seis mil oitocentos e trinta reais)
Fundo Municipal de Saúde (CNPJ 11.460.159/0001-05)
VALOR: R\$ 2.070,00 (dois mil e setenta reais)
Vigência: Início: 16/06/2020 Término: 15/06/2021
Licitação: Processo Administrativo Nº.: 30/2020
Pregão Presencial para Registro de Preços nº 10/2020

Formosa Do Sul, 16 de Junho de 2020
RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO Nº14/2020

Publicação Nº 2525547

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº14/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BATERIAS E ADITIVOS PARA A FROTA MUNICIPAL
CONTRATADO: MECANICA FORMOSA LTDA - ME
Município de Formosa do Sul (CNPJ 80.637.424/0001-09)
VALOR: R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais)
Fundo Municipal de Saúde (CNPJ 11.460.159/0001-05)
VALOR: R\$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais)
Vigência: Início: 16/06/2020 Término: 15/06/2021
Licitação: Processo Administrativo Nº.: 30/2020
Pregão Presencial para Registro de Preços nº 10/2020

Formosa Do Sul, 16 de Junho de 2020
RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO Nº15/2020

Publicação Nº 2525549

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BATERIAS E ADITIVOS PARA A FROTA MUNICIPAL
CONTRATADO: AUTO ELETRICA GUBERT LTDA - ME
Município de Formosa do Sul (CNPJ 80.637.424/0001-09)
VALOR: R\$ 11.998,00 (onze mil novecentos e noventa e oito reais)
Fundo Municipal de Saúde (CNPJ 11.460.159/0001-05)
VALOR: R\$ 645,00 (seiscentos e quarenta e cinco reais)
Vigência: Início: 16/06/2020 Término: 15/06/2021
Licitação: Processo Administrativo Nº.: 30/2020
Pregão Presencial para Registro de Preços nº 10/2020

Formosa Do Sul, 16 de Junho de 2020
RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO N.º 02/2020 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 02/2020

Publicação Nº 2524761

TERMO ADITIVO N.º 02/2020
À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 02/2020

Processo n.º 12/2020
Pregão Presencial p/ Registro de Preços n.º 04/2020
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

O preço registrado para o item abaixo especificado, vencido pela empresa POSTO SANTO ANTONIO LTDA, passa a vigorar nos termos da Cláusula Segunda, com vistas a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro preconizado no item 1 da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº 02/2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste do valor registrado para o item 1, vencido pela empresa POSTO SANTO ANTONIO LTDA , registrado nas Ata de Registro de Preços em referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES REAJUSTADOS

Município de Formosa do Sul (CNPJ 80.637.424/0001-09)

Item	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR REGISTRADO	NOVO VALOR REGISTRADO
1	GASOLINA COMUM	R\$ 3,899	R\$ 4,059

Fundo Municipal de Saúde (CNPJ 11.460.159/0001-05)

Item	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR REGISTRADO	NOVO VALOR REGISTRADO
1	GASOLINA COMUM	R\$ 3,899	R\$ 4,059

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços acima citada.

Formosa do Sul, 16 de junho de 2020.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 35/PMF/2020 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/PMF/2020

Publicação Nº 2525199

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 35/PMF/2020
(Referente Pregão Presencial nº. 68/PMF/2020)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, nº 3.400, Paço Municipal 26 de Abril, Forquilha/SC, inscrita no CNPJ nº. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº.1.328.011 e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1- S3 SINALIZAÇÃO VIÁRIA EIRELI, inscrita no CNPJ nº. 34.456.944/0001-90 estabelecida na Rodovia SC 108,1976, Corridas em Orleans/SC, neste ato representada pelo Sr. Moacir Samuel Redivo, brasileiro, CI3267918, CPF 019.735.249-96;

2- FAROPOINT SINALIZAÇÃO VIÁRIA LTDA – ME, inscrita no CNPJ nº. 09.464.434/0001-17 estabelecida na Rua Mendes Sá, nº 420, Bairro Michel em Criciúma/SC, neste ato representada pelo Sr. Fabricio Ronconi Porto, brasileiro, CI 3.013.585, CPF 909.374.499-20;

3- MERCOVIA SINALIZAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº. 00.096.960/0001-05 estabelecida na Praça Dr. João Nery,06, Centro em Mendes/RJ, neste ato representada pelo Sr. Leonardo Kluppell Bonaewski, brasileiro, CI 10.060.231-8, CPF 101.131.169-00;

4- SUPERTINTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 24.642.584/0001-67 estabelecida na Rodovia RS 239, Bairro São Luiz em Sapiranga/RS, neste ato representada pelo Sr. Rudinei Constante de Oliveira, brasileiro, CI 1076050441, CPF 812.378.390-68;

Doravante denominada DETENTORAS DA ATA nos termos do Artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 68/PMF/2020, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de materiais e serviços para sinalização horizontal e vertical viária nas ruas e logradouros públicos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria correspondente, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de Ordens de Serviço previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo de execução dos serviços ou fornecimento dos materiais constarão expressamente nas requisições que deverão ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas Neste edital de licitação.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 10 (dez) dias a contar do envio da mesma.

2. O objeto será transportado por conta e risco da DETENTORA DA ATA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município processará a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser refeito pela CONTRATADA num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados da notificação da não aceitação.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da DETENTORA DA ATA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta de preços pertencente ao processo licitatório, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

2.1. Os reajustes e reequilíbrios de preços motivados pela DETENTORA DA ATA seguirão os padrões de avaliação previstos no Artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do Município.

1.1. O CERTIFICO pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, consiste na sua assinatura, data e respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores do objeto.

1.2. Na Nota Fiscal deverá constar, necessariamente, o número do Processo de Licitação e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

2. O recebimento do objeto ou a constatação de irregularidades pelo Fiscal do Contrato será procedida conforme reza o edital de chamamento do processo licitatório que gerou a presente Ata de Registro.

3. O Município não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

Cláusula Sexta – Da Autorização de Fornecimento

1. A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador sendo obrigatório informar ao Setor de Compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pela mesma autoridade, ou a quem este delegar a competência para tanto.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as Notas Fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à Detentora da ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo, após a entrega do objeto e da respectiva Nota Fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto;

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer o objeto dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das Penalidades e Sanções Administrativas

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

A) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

B) apresentar documentação falsa;

C) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

D) ensejar o retardamento da execução do objeto;

- E) não manter a proposta;
- F) cometer fraude fiscal;
- G) comportar-se de modo inidôneo.

2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas neste Edital ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

A) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido na cláusula segunda do Contrato

B) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

C) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

D) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

E) de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito pela administração quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente do Município.

3. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada mediante solicitação por escrito da Detentora, comprovando estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, na ocorrência das hipóteses previstas na Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Da Fiscalização e Gestão da Ata

1. A Sra. Adriana Boaroli, será a Fiscal desta Ata, sendo dela a competência de fiscalizar e receber o objeto, garantindo a devida execução do mesmo.

2. O Sr. Ademir Brandieli Pedro, Secretário de Administração e Finanças será o Gestor desta Ata, sendo dele a responsabilidade de acionados os meios pertinentes, quando necessário, para garantir o recebimento de seus créditos, devendo comunicar a Autoridade Competente quando convir.

Cláusula Décima Segunda – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 68/PMF/2020, seus anexos e a proposta da Detentora desta Ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº. 53/2013 e pelo Decreto Municipal nº 167, de 15/08/2018 (microempresa), no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Terceira – Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente, feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante o Fiscal abaixo assinado.
Forquilha/SC, 16 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal
S3 SINALIZAÇÃO VIÁRIA EIRELI
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Moacir Samuel Redivo
FAROPORT SINALIZAÇÃO VIÁRIA LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Fabricio Ronconi Porto
MERCOVIA SINALIZAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Leonardo Kluppell Bonarowski
SUPERTINTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Rudinei Constante de Oliveira
Adriana Boaroli
Fiscal da Ata

DECRETO AP Nº. 068, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524970

DECRETO AP Nº. 068, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

EXONERA, ADEMIR BRANDIELI PEDRO DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, Lei Municipal nº 1.408, de 08 de dezembro de 2008, seus anexos,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, o servidor ADEMIR BRANDIELI PEDRO do Cargo em Comissão de Secretário de Administração e Finanças, matrícula nº 5.316.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias o orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir da sua assinatura.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de junho de 2020.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 16 de junho de 2020.

JULIANA TAVARES

Chefe do Departamento de Governo

Fraiburgo

PREFEITURA

DECRETO Nº 132 - 2020

Publicação Nº 2525111

DECRETO Nº 132, DE 16 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2467 de 04 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo, para o exercício de 2020, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

04.00 – Secretaria de Administração, Planejamento e Inovação		
04.01 – Secretaria de Administração, Planejamento e inovação		
04.122.0001.2.007 – Manutenção da Secretaria de Administração, Planejamento e Inovação		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (25)	R\$	25.000,00
TOTAL	R\$	25.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

04.00 – Secretaria de Administração, Planejamento e Inovação		
04.01 – Secretaria de Administração, Planejamento e inovação		
04.122.0001.2.007 – Manutenção da Secretaria de Administração, Planejamento e Inovação		
3.1.71 – Transferências a Consórcios Públicos – Recurso 0.1.0200 (17)	R\$	6.500,00
3.3.50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativo – Recurso 0.1.0200 (19)	R\$	9.500,00
4.4.71 – Transferências a Consórcios Públicos – Recurso 0.1.0200 (23)	R\$	4.000,00
4.4.93 – Aplicações Diretas Decorrente de Operações Entre Órgãos – Recurso 0.1.0200 (26)	R\$	5.000,00
TOTAL	R\$	25.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 16 DE JUNHO 2020.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3173 e 17/06/2020, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

DECRETO Nº 133 - 2020

Publicação Nº 2525114

DECRETO Nº 133, DE 16 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os Artigos 14 e 16 da Lei 2467 de 04 de Dezembro de 2019;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2019 no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), nas seguintes dotações:

04.00 – Secretaria de Administração, Planejamento e Inovação		
04.01 – Secretaria de Administração, Planejamento e Inovação		
04.122.0001.2.007 – Manutenção da Secretaria de Administração, Planejamento e Inovação		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0292 (24)	R\$	15.000,00
TOTAL	R\$	15.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício de acordo com cada fonte de recurso.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 16 DE JUNHO DE 2020.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3173 e 17/06/2020, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - ULTRAGÁS S 2020

Publicação Nº 2526037

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0030/2020 – PMF

OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO EM CARGAS DE 13 KG E 45 KG, CILINDRO DE GÁS P45 E BOTTÃO VAZIO DE 13 KG, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), DURANTE OS MESES DE 12 (DOZE) MESES.

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0013/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0011/2020

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.947.979/0001-74, NOTIFICA a empresa COMPANHIA ULTRAGÁS S.A, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Antônio Frederico Ozanan, nº 1655, na cidade de Canoas-RS (92.420-360), inscrita no CNPJ sob o nº 61.602.199/0232-44, a tomar ciência acerca da Notificação constante dos autos do Processo Administrativo Licitatório em epígrafe. O inteiro teor da Notificação foi encaminhado via correspondência eletrônica. Será assegurada ainda, caso entenda necessário, a vista dos autos.

Eventual manifestação deve ser protocolada dentro do prazo estabelecido e em horário de expediente, no Protocolo junto ao Departamento de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município: Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, CEP 89.580-000, ou então remetida via postal com aviso de recebimento, mediante comprovação do seu envio com o código rastreador para o e-mail: licita@fraiburgo.sc.gov.br

Não serão consideradas manifestações através de fac-símile (FAX) ou e-mail. Caso a correspondência seja enviada fora do prazo acima estipulado, ela será considerada intempestiva.

Fraiburgo(SC), 17 de junho de 2020.
Roalves Jorge Polese
Pregoeiro

PORTARIA 08492020

Publicação Nº 2525118

PORTARIA Nº 0849, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 907.133.209-82, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 2909, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo nº CT20PMF57, Processo Administrativo Licitatório nº 0079/2020 – PMF, Tomada de Preços nº 0007/2020, cujo objeto é a execução dos serviços pavimentação em asfalto, sinalização viária e passeios na Av. 01, bairro X de Novembro na cidade de Fraiburgo – SC, nesta cidade

de Fraiburgo, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativos (ANEXOS ao PAL e parte dele integrante).

Art. 2º. Incumbe aos fiscais acima designados acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 08502020

Publicação N° 2525130

PORTARIA N° 0850, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido a servidora FRANCIANE GOMES, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o nº 049.105.969-84, nomeada no cargo de provimento efetivo de ODONTÓLOGO, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 29 de junho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Galvão

PREFEITURA

LEIS 2020 - 938

Publicação Nº 2525451

LEI Nº 938/2020

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO E DO SISTEMA "S", PARA A IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS EMPREENDEDORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar ou formar parcerias com Instituições de Ensino e do Sistema "S", com vistas à implantação de programas e projetos visando fortalecer a cultura empreendedora no Município de Galvão-SC, através de pesquisas de campo, palestras e cursos profissionalizantes.

Parágrafo único. As instituições do Sistema "S" compreendem:

- I - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR);
- II - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC);
- III - Serviço Social do Comércio (SESC);
- IV - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP);
- V - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
- VI - Serviço Social da Indústria (SESI);
- VII - Serviço Social do Transporte (SEST);
- VIII - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT);
- IX - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Art. 2º. Fica ainda, o Poder Executivo, autorizado a custear despesas com transporte de agricultores, estudantes e empresários em viagens de estudos e participação em seminários, missões técnicas, feiras e congressos, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Art. 3º. Fica igualmente, o Poder Executivo autorizado a subsidiar os custos com a realização de eventos, palestras, oficinas e cursos profissionalizantes para agricultores, empresários e estudantes.

Art. 4º. As despesas decorrentes para a execução desta Lei correm à conta do orçamento municipal vigente e futuros.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 16 de junho de 2020.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito do Município

Roberval Dalla Cort
Registrado e Publicado

LEIS 2020 - 939

Publicação Nº 2525452

LEI Nº 939/2020

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GALVÃO adquirir IMÓVEL e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Galvão-SC, autorizado adquirir a Chácara nº 27, com a superfície de 19.320 m2 (dezenove mil e trezentos e vinte metros quadrados), situada no Quadro Urbano do Município de Galvão-SC, pertencente ao senhor João Gomes Pereira, brasileiro, inscrito no CPF nº 447.436.109-15, portador do RG nº 403.016 SSP/SC, com inscrição na Matrícula nº 8.243, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Domingos, declarada de utilidade pública para fins desapropriação amigável ou judicial através do Decreto Municipal nº 130/2020 de 14/05/2020.

Art. 2º. Fica ainda, autorizado a efetuar o pagamento pela referida aquisição, dispensando para tanto recursos financeiros na ordem de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), conforme avaliação realizada por profissional externo e laudo de avaliação municipal nº 002/2020.

Art. 3º. As despesas decorrentes pela execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente e futuros.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 16 de junho de 2020.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Roberval Dalla Cort

Registrado e Publicado

Garopaba

PREFEITURA

AVISO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2020

Publicação Nº 2525103

AVISO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 072/2020

OBJETO DO CANCELAMENTO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2020, ORIGINADA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/2019, FIRMADA COM A EMPRESA ANA MARIA PIRES BELEM - ME, CNPJ Nº 04.360.651/0001-43, CUJO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E DEMAIS MATERIAIS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DATA DO CANCELAMENTO: 15/05/2020.

AVISO DE LICITAÇÃO PE039/2020

Publicação Nº 2525462

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 039/2020
PROCESSO Nº 067/2020

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP – Atendimento ao inciso I do Artigo 48 da LC147/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE (REPRESENTADO PELO MAIOR PERCENTUAL (%) DE DESCONTO), através de sistema de registro de preço para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão de passagens aéreas para servidores e agentes políticos da Câmara de Vereadores de Garopaba, Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 29/06/2020. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 29/06/2020, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 16 de junho de 2020.
Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PE040/2020

Publicação Nº 2525910

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2020
PROCESSO Nº 068/2020

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de veículos para uso das secretarias da Prefeitura Municipal de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site <http://bllcompras.org.br> até as 16h00min do dia 29/06/2020. A sessão pública será realizada a partir das 16h10min do dia 29/06/2020, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 16 de junho de 2020.
Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 132/2020

Publicação Nº 2525104

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PMG

ATA Nº. 132/2020; PROCESSO Nº 029/2019; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: ANDREIA LORENZI CNPJ Nº 17.189.700/0001-79 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E DEMAIS MATERIAIS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$7.710,00 DATA DA ASSINATURA: 16/06/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 133/2020

Publicação Nº 2525105

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 133/2020; PROCESSO Nº 029/2019; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: VL FUZETI COMERCIAL ME CNPJ Nº 05.523.731/0001-35 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E DEMAIS MATERIAIS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$30.580,00 DATA DA ASSINATURA: 16/06/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 134/2020

Publicação Nº 2525106

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 134/2020; PROCESSO Nº 029/2019; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: MF DE ALMEIDA & CIA LTDA EPP CNPJ Nº 05.021.932/0001-34 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E DEMAIS MATERIAIS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$13.455,00 DATA DA ASSINATURA: 16/06/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 135/2020

Publicação Nº 2525107

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 135/2020; PROCESSO Nº 029/2019; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: OLIMEDIC INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS HOSPITALARES - EIRELI CNPJ Nº 17.039.142/0001-65 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E DEMAIS MATERIAIS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$16.990,00 DATA DA ASSINATURA: 16/06/2020.

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 018-2020

Publicação Nº 2525955

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS**PAUTA DE JULGAMENTO Nº 018/2020**

Na condição de Secretário da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem possa interessar que, no dia 23 de Junho de 2020 (23/06/2020), terça-feira às 19 horas e 15 minutos, em sessão ordinária, serão julgados na sala de sessões os recursos referentes aos seguintes processos:

10270077062019 (8467/2018) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: MARIA RODRIGUES (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Interessada).

Relator: GUILHERME DA SILVA CRISPIM.

10270077082019 (8446/2018) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: MICHELLE NUNES DA SILVEIRA (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR.

10270094002019 (8389/2019) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: MANOEL EUGENIO DE AMORIM (Requerente/Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: SUELEN BARICALLA DE OLIVEIRA.

Garopaba, 16 de Junho de 2020.

Marcelo da Fonte Albuquerque

Secretário da JARF

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 019-2020

Publicação Nº 2525956

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS**PAUTA DE JULGAMENTO Nº 019/2020**

Na condição de Secretário da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem possa interessar que, no dia 25 de Junho de 2020 (25/06/2020), quinta-feira às 19 horas e 15 minutos, em sessão extraordinária, serão julgados na sala de sessões os recursos referentes aos seguintes processos:

10270094542019 (0019/2019) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: IOLANDA FERRARI VARGAS (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Interessada).

Relator: GUILHERME DA SILVA CRISPIM.

10270081452019 (1173/2017) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: GILSON DE SOUZA FERNANDES (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR.

10270094392019 (8349/2019) – Reexame Necessário– Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: CLAUDIA MAIRESSE (Requerente/Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: SUELEN BARICALLA DE OLIVEIRA.

Garopaba, 16 de Junho de 2020.

Marcelo da Fonte Albuquerque

Secretário da JARF

PORTARIA Nº. 790/2020.

Publicação Nº 2525553

PORTARIA N.º 790, 16 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, LUIZ OSÓRIO PEREIRA DE ALBUQUERQUE NETO, CPF n.º ***.***.670-95, do cargo de AUDITOR FISCAL DA FAZENDA, do quadro de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 15/06/2020.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 15/06/2020.

Garopaba, 16 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 17/06/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº. 791/2020.

Publicação Nº 2525557

PORTARIA N.º 791, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 56, Inciso II da Lei Municipal n.º 1000/2005, JEAN RICARDO ANTUNES, CPF n.º ***.***.149-67, das funções comissionadas do cargo de COORDENADOR DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS E MÍDIAS, do Gabinete do Prefeito, a partir de 30/06/2020.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 17/06/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 23, DE 16 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2525946

PORTARIA Nº 23, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a prorrogação das medidas preventivas de combate à propagação do novo Coronavírus - COVID-19, nas dependências da Câmara Municipal de Garopaba/SC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE GAROPABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em consonância com o Regimento Interno, e demais legislações em vigor;

Considerando o Decreto Estadual nº. 525/2020 e demais alterações posteriores que estabelecem regras de enfrentamento à epidemia do Coronavírus (COVID-19);

Considerando que a medida de distanciamento social é uma ferramenta eficaz de combate a proliferação do vírus, defendida por organismos internacionais, tais como a Organização Mundial da Saúde;

Considerando os princípios da legalidade, moralidade e eficiência da Administração Pública, e demais princípios expressos no artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando as necessidades da continuação de medidas, visando a contenção da propagação do vírus em resposta a emergência de saúde pública prevista no artigo 3º da Lei Federal de nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

Considerando a necessidade urgente de continuar evitando o contágio ou propagação do vírus COVID-19;

RESOLVE:

Art. 1º Apenas terão acesso à Câmara Municipal de Garopaba e à unidade administrativa os seus membros, servidores, empregados terceirizados, bem como autoridades nacionais, estaduais e municipais, profissionais de imprensa, assessores de entidades e órgãos públicos, representantes de instituições de âmbito nacional, estadual e/ou municipal, e outros empregados e/ou fornecedores que prestam serviços no âmbito da Câmara Municipal de Garopaba/ou do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Será válido pela data e horário de envio, o protocolo de documentos em geral via e-mail oficial da Câmara Municipal (contato@camaragaropaba.sc.gov.br), devidamente digitalizado, cabendo à Secretaria Administrativa a impressão e encaminhamento regular.

Art. 3º Fica suspensa a realização, nas dependências da Câmara Municipal de Garopaba, de eventos coletivos ou reuniões e todas as atividades com público externo que envolva aglomeração de pessoas até decisão do Estado de Santa Catarina permitindo a realização total de eventos.

§1º As atividades legislativas como as sessões plenárias e reuniões de comissões retornarão a ser realizadas de forma presencial, porém vedado o acesso ao público externo.

§2º Nas atividades legislativas - referidas no parágrafo anterior - realizadas no Plenário e nas Comissões, somente terão acesso os agentes políticos e servidores públicos essenciais ao seu funcionamento.

§3º Caso a presidência desta Casa de Leis entenda por conveniente, oportuno e necessário as atividades legislativas retornarão a ser realizadas preferencialmente através da plataforma Zoom ou outra ferramenta compatível, desde, que ocorra a comunicação formal e prévia de todos os envolvidos.

Art. 4º Segue suspensa a realização, inclusive fora das dependências da Câmara Municipal de Garopaba, de:

I – Eventos de Lideranças Partidárias e Bancadas, Frentes e Fóruns Parlamentares;

II – Audiências Públicas, seminários, congressos, fóruns e outros programas e eventos patrocinados pela Câmara Municipal de Garopaba, ou com sua parceria;

Art. 5º Fica suspensa a autorização de afastamento em missão oficial de parlamentares e servidores bem como deslocamentos de servidores e de vereadores para fora do município, com a finalidade de participação em eventos, treinamentos ou similares relacionados ao aperfeiçoamento às custas do legislativo.

Art. 6º Qualquer vereador ou servidor que apresentar sintomas que indiquem a presença de infecção serão colocados em trabalho remoto, por meio de tecnologia, devendo exercer suas atividades em sua residência.

§1º É facultado o comparecimento ao trabalho, sem prejuízo do salário os vereadores e servidores que:

I. Tiverem idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

II. Sejam portadores de doenças crônicas, elencadas no grupo de risco, devidamente comprovados;

III. Gestantes.

§3º Os vereadores e servidores da Câmara Municipal que apresentem sintomas comumente relacionados à infecção pelo COVID-19 deverão seguir a orientação médica correspondente, comunicando-a imediatamente a Presidência.

§ 4º Os vereadores e servidores da Câmara Municipal que tenham tido contato com casos suspeitos de COVID-19, devem comunicar o fato imediatamente à Presidência, além de manterem-se afastados administrativamente por 14 (quatorze) dias, independentemente de apresentarem sintomas.

Art. 7º Segue suspenso o registro de frequência em ponto eletrônico de todos os servidores até 30 de junho de 2020.

Art. 8º O expediente da Câmara Municipal será interno e de “portas fechadas” sem atendimento ao público externo até decisão do Estado de Santa Catarina permitindo a realização total de eventos.

§1º Fica mantido o atendimento ao público externo, através da Secretaria Geral da Câmara pelos telefones (48) 3254-3279 ou e-mail contato@camaragaropaba.sc.gov.br

Art. 9º À Presidência e Secretaria Geral da Câmara ficam autorizados a adotar outras providências administrativas necessárias para evitar a propagação interna do vírus COVID-19, como:

I. reforçar a limpeza e a desinfecção das dependências da Câmara Municipal de Garopaba, especialmente banheiros, elevador e dispositivos de uso coletivo;

II. instalar dispensadores de álcool gel nas áreas de circulação da casa para higienização regular das mãos;
III. Garantir fornecimento e utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs) pelos vereadores, servidores e terceirizados envolvidos nas atividades de assistência legislativa, de limpeza e de recepção;
IV. Reforçar as ações e campanhas de comunicação visando à conscientização e orientação do público interno sobre as medidas de prevenção necessárias;
V. Estabelecer que as pessoas que acessarem e saírem do setor façam a higienização com álcool-gel 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar;
VI. Garantir a manutenção de todas as áreas ventiladas;
VII. Os vereadores, servidores e todos que acessam as dependências da Câmara Municipal devem utilizar máscaras de proteção, conforme disciplinado na Portaria SES nº 224, 03 de abril de 2020, bem como a intensificar a higienização das mãos, principalmente antes e depois de atendimentos, após uso do banheiro, após entrar em contato com superfícies de uso comum como balcões, corrimões, teclados, etc.;
VIII. Realizar procedimentos que garantam a higienização contínua dos setores, intensificando a limpeza das áreas com desinfetantes próprios para a finalidade e realizar frequente desinfecção com álcool 70%, quando possível, sob fricção de superfícies expostas, como maçanetas, mesas, teclados, mouses, materiais de escritório, balcões, corrimões, interruptores, banheiros, lavatórios, entre outros;
IX. Quaisquer equipamentos que possuam painel eletrônico de contato físico, especialmente computadores e telefones, deverão ser higienizados com álcool 70% ou preparações antissépticas, após cada uso.
Art. 10º O não cumprimento do regramento disposto nesta Portaria implicará em abertura de processo administrativo sanitário nos termos da lei nº 6.320/1983.
Art. 11º Esta portaria poderá ser prorrogada e/ou alterada em qualquer tempo a critério da Presidência.

Á Presidência, em 16 de junho de 2020.

TARGINO HENRIQUE DE SOUZA
Presidente
Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Portaria, no site oficial da Câmara da Câmara Municipal de Garopaba, aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em ____/____/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

IVALDO DA SILVA LOBO FILHO
Secretário
Câmara Municipal de Garopaba

PRIMEIRO ADITIVO LEGISLADOR GAROPABA_2020

Publicação Nº 2525327

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL
CLIENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA
RUA 30 DE DEZEMBRO, Nº 240, SALA 04, CENTRO CEP 88.495-000, GAROPABA — SC
CGC Nº. 80.987.423/0001-86

PRODUTOR: LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.
RUA XV DE NOVEMBRO, Nº 1.480, sala 704 — CENTRO
89.010-002, BLUMENAU — SC
CGC Nº 00.685.840/0001-35

SISTEMA: LEGISLADOR

Pelo presente instrumento particular, as partes acima qualificadas resolvem, de comum acordo, ADITAR ao contrato, celebrado em maio/2019 que regulamenta o direito de uso mensal do sistema Legislador sua manutenção, atualização e suporte, o seguinte:

1 — As letras 'a', 'b', 'c', 'e' e 'f' do item 1º da CLÁUSULA QUARTA — CONDIÇÕES COMERCIAIS, passam a vigorar com a seguinte redação:

1ª O VALOR e a FORMA do DIREITO de USO MENSAL, da MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO E SUPORTE do Sistema Legislador, será cobrado pelo PRODUTOR nas seguintes bases:

a- Pelos serviços prestados dentro das atividades contratuais previstas na CLÁUSULA SEGUNDA 8ª e CLÁUSULA TERCEIRA 1º do contrato original, permanece o valor mensal líquido de R\$ 430,30 (Quatrocentos e trinta reais e trinta centavos).

b- Pelo atendimento que contiver atividades extraordinárias, será cobrado o número de horas especificados na CAT — Chamado de Atendimento Técnico — à base de R\$ 140,00 (Cento e quarenta reais) a hora.

c- O faturamento do Direito de Uso, Manutenção, Atualização e Suporte contratual, terá vencimento no dia 25 do mês da prestação de serviços. O faturamento do valor supracitado dar-se-á a partir de maio/2020. O faturamento baseado na CAT (Chamado de Atendimento Técnico) será, de acordo com o mês de ocorrência.

e- O pagamento de faturas em atraso acarretará na cobrança de multa de 2% (dois por cento) mais juros de 1% (um por cento) ao mês, que será faturado juntamente com os valores do mês em questão. O não pagamento, implicará na cobrança em cartório.

f- Todos os valores deste contrato estão expressos em Reais. O reajuste de preço do valor do Direito de Uso mensal, da Manutenção, Atualização e Suporte do sistema será feito de acordo com a legislação em vigor, sendo aplicado, como índice de reajuste anual, o IGP-M da FGV acumulado nos 12 meses. Extinta ou modificada a legislação em vigor a freq-ência de reajuste de preços será aquela prevista na nova lei. Caso venha a ser editado índice setorial de preços o PRODUTOR reserva-se o direito de optar por sua adoção, mediante prévia comunicação ao CLIENTE.

2 — A CLÁUSULA SEXTA — DO PRAZO E RESCISÃO, passa a vigorar com a seguinte redação:

O prazo de vigência para MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO e SUPORTE, do referido sistema — é de 12(doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado por iguais períodos, salvo menção em contrário por quaisquer das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

3 — Fica estabelecido, para finalização:

1ª As demais cláusulas do contrato original, não prejudicadas pelas alterações e inclusões ora realizadas, permanecem inalteradas e em pleno vigor.

2ª As partes elegem o FORO da cidade de Garopaba/SC como único competente, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão do presente termo aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, datam e assinam o presente TERMO ADITIVO, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas que também o subscrevem.

Garopaba, 11 de maio de 2020.

Targino Henrique de Souza Presidente – Interino Câmara Municipal de Garopaba	Jeser Mauri Alvarenga Sócio Administrador Lancer Soluções em Informática Ltda
--	---

TESTEMUNHAS

Ivaldo da Silva Lobo Filho CPF 033.372.079-28	Gustavo Victor Olegário CPF 098.694.519-23
Advogado: Dr. Eron Elias Rutkosky OAB/SC 20.732 Lancer Soluções em Informática Ltda	Dr. Henrique da Silva Telles Vargas Assessor Jurídico Câmara Municipal de Garopaba OAB/SC 36048

PRIMEIRO ADITIVO LEGWEB GAROPABA_2020

Publicação Nº 2525358

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL

CLIENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA

RUA 30 DE DEZEMBRO, Nº 240, SALA 04, CENTRO CEP 88.495-000, GAROPABA — SC

CGC Nº. 80.987.423/0001-86

PRODUTOR: LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.

RUA XV DE NOVEMBRO, Nº 1.480, sala 704 — CENTRO

89.010-002, BLUMENAU — SC

CGC Nº 00.685.840/0001-35

SISTEMA: LEGISLADOR WEB

Pelo presente instrumento particular, as partes acima qualificadas resolvem, de comum acordo, ADITAR ao contrato original, firmado em maio/2019, que regulamenta o direito de uso mensal do sistema Legislador WEB sua manutenção, atualização e suporte, o seguinte:

1 — As letras 'a', e 'b', 'c', 'e' e 'f' do item 1º da CLÁUSULA QUARTA — CONDIÇÕES COMERCIAIS, passam a vigorar com a seguinte redação:

1ª O VALOR e a FORMA da MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO E SUPORTE do referido Sistema será cobrado pelo PRODUTOR nas seguintes bases:

a- Pelos serviços prestados dentro das atividades contratuais previstas na CLÁUSULA SEGUNDA 9ª e CLÁUSULA TERCEIRA 1º, o valor mensal de R\$ 203,20 (Duzentos e três reais e vinte centavos), com o Banco de Dados até 500 MB. Excedendo este tamanho será acrescido ao valor mensal R\$ 10,00 a cada 100 MB.

b- Pelo atendimento que contiver atividades extraordinárias, será cobrado o número de horas especificados na CAT — Chamado de

Atendimento Técnico — à base de R\$ 140,00 (Cento e quarenta reais) a hora.

c- O faturamento do Direito de Uso, Manutenção, Atualização e Suporte contratual , terá vencimento no dia 25 do mês de referência. O faturamento do valor supracitado dar-se-á a partir de maio/2020, menos aquele baseado na CAT (Chamado de Atendimento Técnico) que será posterior, de acordo com o mês de ocorrência.

e- O pagamento de faturas em atraso acarretará a cobrança de encargos financeiros, de acordo com o que permite a legislação em vigor. Ao valor devido, é acrescido multa de 2% (dois por cento) mais juros de 1% (um por cento) ao mês. O não pagamento, implicará na cobrança em cartório.

f- Todos os valores deste contrato estão expressos em Reais. O reajuste de preço do valor do Direito de Uso mensal, da Manutenção, Atualização e Suporte do sistema será feito de acordo com a legislação em vigor, sendo aplicado, como índice de reajuste anual, o IGP-M da FGV acumulado nos 12 meses. Extinta ou modificada a legislação em vigor a freq-ência de reajuste de preços será aquela prevista na nova lei. Caso venha a ser editado índice setorial de preços o PRODUTOR reserva-se o direito de optar por sua adoção, mediante prévia comunicação ao CLIENTE

2 – A CLÁUSULA SEXTA — DO PRAZO E RESCISÃO, passa a vigorar com a seguinte redação:

O prazo de vigência para MANUTENÇÃO, atualização e SUPORTE — é de 12 doze meses, a partir da data da sua assinatura, podendo ser renovado, salvo menção em contrário por quaisquer das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

3 — Fica estabelecido, para finalização:

1ª As demais cláusulas do contrato original, não prejudicadas pelas alterações e inclusões ora realizadas, permanecem inalteradas e em pleno vigor.

2ª As partes elegem o FORO da cidade de Garopaba/SC como único competente, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão do presente termo aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, datam e assinam o presente TERMO ADITIVO, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas que também o subscrevem.

Garopaba, 11 de maio de 2020.

Targino Henrique de Souza Presidente – Interino Câmara Municipal de Garopaba	Jeser Mauri Alvarenga Sócio Administrador Lancer Soluções em Informática Ltda
--	---

TESTEMUNHAS

Ivaldo da Silva Lobo Filho CPF 033.372.079-28	Gustavo Victor Olegário CPF 098.694.519-23
Advogado: Dr. Eron Elias Rutkosky OAB/SC 20.732 Lancer Soluções em Informática Ltda	Dr. Henrique da Silva Telles Vargas Assessor Jurídico Câmara Municipal de Garopaba OAB/SC 36048

Garuva

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATO Nº 103/2019

Publicação Nº 2525439

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 103/2019

PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra. ANASTACIA MURARO, brasileira, casada, RG nº 51512910, CPF: 885.713.869-00, residente e domiciliado na Av Parana, 1050, Garuva/SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com o Memorando nº 2127/2019, justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 103/2019 até o dia 28/02/2021.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 103/2019 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de SAÚDE.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 16 de junho de 2020. Município de Garuva Rodrigo Adriany David	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Roland Ristow Junior Cpf: 398.714.879-91	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

ADITIVO CONTRATO Nº 96/2019

Publicação Nº 2525440

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 96/2019

PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, o Sr. GEOVANI DIAS, brasileiro, solteiro, RG nº 4663890, CPF: 06776856966, residente e domiciliado na Rua XV de novembro, 68, Garuva/SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com o Memorando nº 1841/2019, justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 96/2019 até o dia 28/02/2021.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 96/2019 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de SAÚDE.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 16 de junho de 2020. Município de Garuva Rodrigo Adriany David	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
--	--

Contratado

Roland Ristow Junior
Cpf: 398.714.879-91Adamastor Saad Benedet
Cpf: 902.318.999-04**AVISO DE LICITAÇÃO N° 022/2019 - PMG**

Publicação N° 2525260

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS**AVISO DE LICITAÇÃO**Processo Licitatório PMG n° 022/2020
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Aquisição de um veículo tipo Minibus, capacidade mínima 11 lugares (10 + 01); 0 km, pintura sólida na cor branca, ano/modelo - mínimo 2020, potência mínima de 115 cv, combustível diesel, com ar condicionado na cabine de motorista e passageiros, câmbio manual 6 marchas, direção hidráulica ou elétrica, freio ABS, airbag motorista, vidros e travas elétricos, tração dianteira, teto elevado, tacógrafo digital e demais acessórios/ itens de série, para atender às necessidades da SMEC através do Transporte Escolar.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 01/07/2020 as 09:00 horas.
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site garuva.atende.ne

GARUVA, 16 de junho de 2020.
Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

DISTRATO N° 014/2020

Publicação N° 2525274

DISTRATO N° 14/2020

Termo de Distrato do Contrato Administrativo n° 26/2020, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ n° 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG n°. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o n°. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG n° 6640709, inscrito no CPF sob o n° 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Distratante, e do outro a Sra JENIFFER CRISTINA FERREIRA MASCHIO, casada, RG n° 5049607, CPF: 05312867977, residente e domiciliada na Rua Maria Clara Frohlich, 777, Garuva/SC, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obriga a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato n° 26/2020, cujo objeto era a prestação de serviços como PROFESSOR NIVEL II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 29/01/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário N° 26/2020. E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.
Garuva, 04 de junho de 2020.

Município de Garuva
Rodrigo Adriany David - PrefeitoSecretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças
Marcio Ricardo Herpich

Distratado

Monise Nagel Moreira da Silva
Cpf: 025.518.569-30Adamastor Saad Benedet
Cpf: 902.318.999-04

Gaspar

PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 112/2020 DISPENSA N° 16/2020

Publicação N° 2526055

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 112/2020
DISPENSA N° 16/2020

OBJETO: Aquisição de sacolas plásticas, conforme especificações técnicas previstas no Termo de Referência, para embalagem adequada de "kits" de merenda escolar para distribuição aos responsáveis dos educandos tendo em vista a faculdade prevista na Lei 13.987/2020. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (CNPJ N° 83.102.244/0001-02). CONTRATADA: PLASKO INDUSTRIA COMERCIO DE EMBALAGENS (CNPJ N° 10671971000117).

VALOR TOTAL JULGADO: R\$ 7.843,25 (sete mil oitocentos e quarenta e três reais e vinte e cinco centavos).

BASE LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 05 de junho de 2020.
JORGE LUIZ PRUCINIO PEREIRA
Secretário Municipal de Educação

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

ERRATA EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 104/2020 - REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONSERTO E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA SECRETA

Publicação Nº 2525503

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONSERTO E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - (FAMGOV), CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL.

Aos 8 dias do mês de junho do ano de 2020, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) RICIERY ALVES COSTA estabelecida à Avenida Patrocinio Manoel Sagas, S/N inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 19.860.930/0001-43, neste ato representado pelo(a) RICIERY ALVES COSTA, brasileiro(a), , inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 024.248.069-18, portador(a) do RG n.º 3.789.031-0, para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONSERTO E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - (FAMGOV), CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL., conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 47/2020, objeto do Processo 47/2020. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
25	Óleo lubrificante 20w50 4 tempo para moto	LTR	60	22,90	1.374,00
61	Serviço de lavagem completa em moto	UND	50	24,90	1.245,00
62	Serviço de lavagem completa em quadriciclo	UND	50	49,90	2.495,00
63	Serviço de lavagem completa em veículos leves	UND	500	50,00	25.000,00

Governador Celso Ramos/SC, 08 de Junho de 2020.

RICIERY ALVES COSTA
Contratada

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

ERRATA EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 109/2020 - REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONSERTO E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA SECRETA

Publicação Nº 2525500

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONSERTO E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA SECRETARIA DA SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL.

Aos 8 dias do mês de junho do ano de 2020, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) DIEGO SAGAS FILTROS E ÓLEO EIRELI, estabelecida à Avenida Ganchos, nº 19, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 15.349.837/0001-18, neste ato representado pelo(a) Diego Sagas, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 032.936.069-89, portador(a) do RG n.º 3.780.191, para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONSERTO E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA SECRETARIA DA SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL, conforme especificado

no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 48/2020, objeto do Processo 48/2020. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
9	Óleo lubrificante 5w30 sintético motor a diesel	LTR	100	39,00	3.900,00
10	Fornecimento com troca de óleo 10w40 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo Fiat Uno 1.0 Ano 2008/2008	UND	10	118,00	1.180,00
11	Fornecimento com troca de óleo 10w40 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo Fiat Elba 1.6 Ano 1995/1996	UND	5	148,00	740,00
12	Fornecimento com troca de óleo 10w40 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo Fiat Doblo Ano 2005/2005	UND	5	139,00	695,00
13	Fornecimento com troca de óleo 10w40 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo Ford Fiesta Sedan 1.6 Ano 2011/2012	UND	12	149,00	1.788,00
14	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo Fiat Uno Vivace 1.0 Ano 2013/2014	UND	12	119,00	1.428,00
15	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo Fiat Uno Vivace 1.0 Ano 2014/2014	UND	24	139,00	3.336,00
16	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo Fiat Uno Drive 1.0 Ano 2017/2018	UND	15	118,00	1.770,00
17	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo Fiat Uno Attractive 1.0 Ano 2019/2019	UND	40	119,00	4.760,00
18	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo Fiat Uno Attractive 1.0 Ano 2019/2020	UND	36	118,00	4.248,00
19	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo Hyundai Hb 20 Unique 1.0 Ano 2018/2019	UND	18	149,00	2.682,00
28	Serviço de lavagem completa em vans	UND	340	99,90	33.966,00
29	Serviço de lubrificação em vans	UND	340	47,00	15.980,00
30	Serviço de higienização em ambulância	UND	200	87,90	17.580,00

Governador Celso Ramos/SC, 08 de Junho de 2020.

DIEGO SAGAS FILTROS E ÓLEO EIRELI

Contratada

Juliano Duarte Campos

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO TP 32/2020

Publicação Nº 2525875

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC
TOMADA DE PREÇO 32/2020

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, JULIANO DUARTE CAMPOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 32/2020
- b) Licitação Nr.: 32/2020 – TP
- c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
- d) Data Homologação: 03/06/2020

e) Data da Adjudicação: 03/06/2020 Sequência: 0

f) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA 1ª (PRIMEIRA) ETAPA DO MIRANTE PÚBLICO NA COMUNIDADE DA FAZENDA DA ARMAÇÃO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC REFERENTE AO CONTRATO DE REPASSE Nº 869934/2018, FIRMADO JUNTO AO MINISTÉRIO DO TURISMO/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

(em Reais R\$)

g) Fornecedores e Itens Vencedores: Qtde de Itens Média descto (%) Total dos itens

-012354- RDG CONSTRUÇÕES EIRELI __1__ 0,0000 286.332,46
1 286.332,46

02- Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).
Dotação(ões): 1.021.4.4.90.00.00.00.00 (178)

Governador Celso Ramos, 3 de Junho de 2020. _____
CARLOS CESAR DA COSTA
Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TP 32/2020

Publicação Nº 2525867

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC
TOMADA DE PREÇO 32/2020
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, JULIANO DUARTE CAMPOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 32/2020

b) Licitação Nr.: 32/2020 – TP

c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

d) Data Homologação: 03/06/2020

e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA 1ª (PRIMEIRA) ETAPA DO MIRANTE PÚBLICO NA COMUNIDADE DA FAZENDA DA ARMAÇÃO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC REFERENTE AO CONTRATO DE REPASSE Nº 869934/2018, FIRMADO JUNTO AO MINISTÉRIO DO TURISMO/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

RDG CONSTRUÇÕES EIRELI (12354)

item	unid.	Quant	Desc-to(%)	Preço Unitário	Total do Item
1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA 1ª (PRIMEIRA) ETAPA DO MIRANTE PÚBLICO NA COMUNIDADE DA FAZENDA DA ARMAÇÃO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC REFERENTE AO CONTRATO DE REPASSE Nº 869934/2018, FIRMADO JUNTO AO MINISTÉRIO DO TURISMO/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SERV	1	0,0000	286.332,46	286.332,46

Total do Fornecedor: 286.332,46

Total Geral: 286.332,46

Governador Celso Ramos, 3 de Junho de 2020. _____
Prefeito- Juliano Duarte Campos

Grão Pará

PREFEITURA

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2525348

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa MDG SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA possui valores em haver do Município de Grão-Pará; considerando que o município está em mora com os referidos valores e que isso pode acarretar prejuízos financeiros futuros para o município; considerando os serviços/produtos fornecidos vão ao encontro do interesse público primário do Município, justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 3.015,00 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Restos a pagar nº 3245/2020.

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 16 de junho de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2525344

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa PATRIK FRASSON DA SILVA possui valores em haver do Município de Grão-Pará; considerando que o município está em mora com os referidos valores e que isso pode acarretar prejuízos financeiros futuros para o município; considerando os serviços/produtos fornecidos vão ao encontro do interesse público primário do Município, justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 2.900,00 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Restos a pagar nº 2992/2020.

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 16 de junho de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2525347

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa ALCEDIR EDERILDO SOMBRIO FERNANDES possui valores em haver do Município de Grão-Pará; considerando que o município está em mora com os referidos valores e que isso pode acarretar prejuízos financeiros futuros para o município; considerando os serviços/produtos fornecidos vão ao encontro do interesse público primário do Município, justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 780,00 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Restos a pagar nº 3273/2020.

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta

os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 16 de junho de 2020.
MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2525345

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa IRYS LAIPELT SCHLICKMANN possui valores em haver do Município de Grão-Pará; considerando que o município está em mora com os referidos valores e que isso pode acarretar prejuízos financeiros futuros para o município; considerando os serviços/produtos fornecidos vão ao encontro do interesse público primário do Município, justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 682,50 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Restos a pagar nº 1985, 1986, 2383 e 2385/2020.

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 16 de junho de 2020.
MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2525349

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa A.D.E. DIESEL LTDA possui valores em haver do Município de Grão-Pará; considerando que o município está em mora com os referidos valores e que isso pode acarretar prejuízos financeiros futuros para o município; considerando os serviços/produtos fornecidos vão ao encontro do interesse público primário do Município, justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 2.704,00 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Restos a pagar nº 3079, 3080, 3139 e 3140/2020.

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 16 de junho de 2020.
MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2525340

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL DE RIO FORTUNA possui valores em haver do Município de Grão-Pará; considerando que o município está em mora com os referidos valores e que isso pode acarretar prejuízos financeiros futuros para o município; considerando os serviços/produtos fornecidos vão ao encontro do interesse público primário do Município, justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 800,00 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Restos a pagar nº 3046/2020.

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 16 de junho de 2020.
MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2525342

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa VALDAIR FOLQUINI possui valores em haver do Município de Grão-Pará; considerando que o município está em mora com os referidos valores e que isso pode acarretar prejuízos financeiros futuros para o município; considerando os serviços/produtos fornecidos vão ao encontro do interesse público primário do Município, justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 990,00 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Restos a pagar nº 1647 e 2276/2020.

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 16 de junho de 2020.
MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

Gravatal

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 21/2020 - LIMPEZA PÚBLICA

Publicação Nº 2525383

MUNICIPIO DE GRAVATAL. AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2020. PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2020. O Prefeito Municipal de Gravatal, Sr. WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA, torna público Processo Licitatório, critério de julgamento MAIOR DESCONTO PERCENTUAL GLOBAL EM ITENS DA TABELA SINAPI E SICRO, Lei Federal Nº 8666/93 e atualizações, Lei Complementar 123/2006 e alterações e 10.520/2002, abertura dia 02 de julho de 2020, às 09:00hs, objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO." Mais informações e retirada de Edital disponíveis na Rua Eng. Annes Gualberto, Nº 121, Centro, (048) 3648-8022, E-mail licitacao@gravatal.sc.gov.br ou site do Portal Transparência https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01035-001/con_licitacoes.faces. Gravatal, 16 de junho de 2020. WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA Prefeito Municipal.

DECRETO N. 58, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2526041

DECRETO N. 58, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial aquelas contidas na Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º Ficam autorizadas, diante do Decreto Estadual n. 630/2020, o retorno das atividades de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros neste território, bem como as atividades de ensino superior consistentes em estágios obrigatórios e as atividades práticas presenciais curriculares nos laboratórios de cursos superiores.

Parágrafo Primeiro - É obrigatório o cumprimento das ações de prevenção em saúde, contidas em protocolos específicos, determinadas pelas autoridades públicas e validadas por Portaria do Secretário Municipal de Saúde.

Parágrafo Segundo - Permanecem suspensas as atividades de ensino fundamental, médio, técnico e superior, ressalvada, para essa última, a previsão contida no caput.

Art. 2º - Fica aprovado os protocolos de prevenção e combate à COVID-19 contido nos anexos I e II, face autorização contida no caput do artigo anterior.

Art. 3º - Fica designado ao órgão de Vigilância Sanitária Municipal, a competência para fiscalizar e fazer cumprir as normas de saúde e combate à COVID-19, previstas nos protocolos anexos a este Decreto e, em outros atos editados pelo Governo do Estado ou Governo Federal.

Parágrafo Único - Sendo constatado o descumprimento das normas previstas nos protocolos citados no caput, o órgão fiscalizador deve lavrar termo próprio e determinar a suspensão imediata das atividades pela infratora, até regularização das medidas de prevenção.

Art. 4º - Este decreto entre em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade a publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei Municipal nº 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gravatal, SC, em 15 de junho de 2020.

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA

Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL Nº 27/2020

Publicação Nº 2525032

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL Nº 27/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 504/2020 CONDER

O município de Guaraciaba, estabelecida na Rua Ademir de Barros – 85 – Centro, CNPJ 82.821.216/0001-82, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de Declaração de Atividade não Constante, com prazo de validade de 16/06/2021, formulado pelo empreendedor: Maicon Luan Ogliari, inscrita no CPF: 062.994.659-05, informou a implantação/operação da atividade: – Instalação de sistema de fertirrigação, situado na Linha Sede Flores, s/n, Interior, no Município de Guaraciaba, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

EXTRATOS CONTRATOS 23.2020 FMS

Publicação Nº 2525293

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 23/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC

Contratada.: CLINICA OFTALMOLOGICA LINNER EIRELI

Valor : 9.000,00 (nove mil reais)

Vigência : Início: 16/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 2/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MEDICAS ESPECIALIZADAS EM OFTALMOLOGIA DESTINADOS AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA SC, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA E AUTORIZAÇÃO EMITIDA PELA SECRETARIA PARA O ANO DE 2020

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 06.2020 SEQUENCIA 5 FMS

Publicação Nº 2525292

OUTRAS MODALIDADES Nº 2/2020

PROCESSO Nº 6/2020 HOMOLOGAÇÃO: 16/06/2020

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA REALIZAÇÃO DE SESSÕES DE FISIOTERAPIA, TESTE DE ORELHINA/ EMISSÕES OTOACÚSTICAS, SESSÕES DE FONOAUDIOLOGIA E CONSULTAS MEDICAS ESPECIALIZADAS EM OFTALMOLOGIA DESTINADOS AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA SC, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA E AUTORIZAÇÃO EMITIDA PELA SECRETARIA PARA O ANO DE 2020

CONTRATADO: CLINICA OFTALMOLOGICA LINNER EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.000,00 (nove mil reais)

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 59.2020 PMGBA

Publicação Nº 2525297

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2020

PROCESSO Nº 59/2020 HOMOLOGAÇÃO: 16/06/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS: 1400R24 PARA APLICAÇÃO NA MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K; 17.5R25 PARA APLICAÇÃO NA MOTONIVELADORA VOLVO G930; E 18.4X30 PARA APLICAÇÃO NO ROLO COMPACTADOR MULLER VAP70 E EM TRATORES AGRÍCOLAS.

CONTRATADO: GBA PNEUS LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 59.460,00 (cinquenta e nove mil quatrocentos e sessenta reais)

CONTRATADO: XAP COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.748,20 (nove mil setecentos e quarenta e oito reais e vinte centavos)

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 61.2020 PMGBA

Publicação Nº 2525298

PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2020
PROCESSO Nº 61/2020 HOMOLOGAÇÃO: 16/06/2020
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE PEQUENOS TRECHOS DE CALÇAMENTO NOVO E REFORMAS, CONSERTOS E REPAROS EM VIAS URBANAS MUNICIPAIS PAVIMENTADAS COM PEDRAS IRREGULARES (CALÇAMENTO) EM FUNÇÃO DE DESGASTES QUE PODEM OCORRER DEVIDO AO TRÂNSITO E INTEMPÉRIES, CONFORME A NECESSIDADE DO MUNICIPIO.

CONTRATADO: SEBASTIAO DA LUZ BORGES 46935177987
VALOR DA DESPESA: R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais)

CONTRATADO: WELLINTON FELIPE DE QUADROS 13041221900
VALOR DA DESPESA: R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais)

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 69.2020 PMGBA

Publicação Nº 2525300

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2020
PROCESSO Nº 69/2020 HOMOLOGAÇÃO: 16/06/2020
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE USO DIÁRIO (PARAFUSOS, PORCAS, ARRUELAS, DISCOS DE CORTE E DESBASTE, TINTA SPRAY, SILICONE) PARA SEREM ADQUIRIDOS, CONFORME A NECESSIDADE, PELAS SECRETARIAS DE OBRAS E AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA, DESTINADOS PARA A MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS.

CONTRATADO: AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.482,80 (sete mil quatrocentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.844,00 (dois mil oitocentos e quarenta e quatro reais)

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 70.2020 PMGBA

Publicação Nº 2525302

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2020
PROCESSO Nº 70/2020 HOMOLOGAÇÃO: 16/06/2020
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA MÃO DE OBRA BÁSICA (REPOSIÇÃO DE PEÇAS E REPAROS EM GERAL) E PRESTAÇÃO DE SOCORRO PARA PROBLEMAS MECÂNICOS, COM ATENDIMENTO IMEDIATO, PARA MÁQUINA PESADAS DAS SECRETARIAS DE OBRAS, TRANSPORTES E SERV. URBANOS E AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

CONTRATADO: TCM SOLUCOES MECANICAS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 32.700,00 (trinta e dois mil e setecentos reais)

Guaramirim

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 24/2020 – PMG

Publicação Nº 2525430

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 24/2020 – PMG

Processo Licitatório nº: 210/2019 – PMG

Modalidade: Pregão.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A COLETA DE RESÍDUOS REUTILIZÁVEIS E RECICLÁVEIS NO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situada na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.073.536/0001-64 e Inscrição Estadual nº 4220142503-8, estabelecida na Rua Ottokar Doerffel, nº 841, bairro Atiradores, município de Joinville, estado de Santa Catarina, CEP 89.203-0001.

Valor: R\$ 348.000,00 (trezentos e quarenta e oito mil reais).

Vigência: Início: 03/06/2020 Término: 02/06/2021

Guaramirim (SC), 16 de junho de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLOGICA - BIG BENEFICIOS LTDA.

Publicação Nº 2525419

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor BIQ BENEFÍCIOS LTDA referente ao empenho nº 130-6/2020, no valor de R\$ 26.449,80. Este pagamento refere-se Referente aquisição de cartões alimentação com recarga para substituir a tradicional cesta básica de acordo com o processo licitatório nº 23/2018. O objetivo é atender as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social atendidas nos serviços de Proteção Social Básica do município de Guaramirim- SC.

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para a recarga dos cartões de alimentação das cesta básicas atendidas por famílias carentes.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

GUARAMIRIM - SC, 16 DE JUNHO DE 2020.

JAIR TOMELIN

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLOGICA - COMERCIAL JR FILHOS LTDA - ME.

Publicação Nº 2525149

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor COMERCIAL JR FILHOS LTDA - ME referente ao empenho nº 2471-0/2020 de 24/04/2020, no valor de R\$ 355,50.

Este pagamento refere-se AQUISIÇÃO DE HIPOCLORITO E LIXA PARA MANUTENÇÃO NA PINTURA DO CEI ZILMA FLORES DA SILVA.

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para continuação dos trabalhos.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

GUARAMIRIM - SC, 16 JUNHO DE 2020.

JAIR TOMELIN

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLOGICA - EDITORA DO VALE LTDA

Publicação Nº 2525156

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor EDITORA DO VALE LTDA referente ao empenho nº 2578-0/2020 de 13/05/2020 no valor de R\$ 110,00.

Este pagamento e referente a manutenção de serviços e materiais.

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para continuação da manutenção e dos serviços em andamento.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim - SC, 16 de junho de 2020.

JAIR TOMELIN

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLOGICA - ELTON LUIZ MADEIRA - ME.

Publicação Nº 2524800

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor ELTON LUIZ MADEIRA - ME referente ao empenho nº 2470-0/2020, com emissão no dia 04/05/2020, no valor de R\$ 2.441,50.

Este pagamento refere-se AQUISIÇÃO DE TINTA PARA PINTURA DO CEI ZILMA FLORES DA SILVA.

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para terminar os trabalhos iniciados e continuação da obra.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim - SC, 16 de junho de 2020.

JAIR TOMELIN

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLOGICA - PANIFICADORA E CONFEITARIA KENOS LTDA EPP.

Publicação Nº 2525143

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor PANIFICADORA E CONFEITARIA KENOS LTDA EPP, referente ao empenho nº 1674-0/2020, de 03/03/2020, no valor de R\$ 786,30.

Este pagamento refere-se a AQUISIÇÃO DE ITENS PARA COMPOR O COFFEE BREAK DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE 1º AO 5º ANO, COORDENADORES ESCOLARES E EQUIPE PEDAGÓGICA DA SEMED, NOS DIAS 03/03 E 17/03, NA BIBLIOTECA MUNICIPAL.

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para cumprir o prazo do contrato assinado.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

GUARAMIRIM - SC, 16 DE JUNHO DE 2020.

JAIR TOMELIN

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLOGICA - POSTO DE GASOLINA MAIOCHI LTDA.

Publicação Nº 2525147

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLOGICA

Em atendimento ao art. 5º da lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor POSTO DE GASOLINA MAIOCHI LTDA referente aos empenhos relacionados em planilha anexa:

EMPENHOS	DATA DA EMISSÃO	VALOR LIQUIDADO
698-6/2020	14/04/2020	R\$897,40
698-5/2020	14/04/2020	R\$1.381,10
TOTAL		R\$2.278,50

Este pagamento refere-se AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL PARA ABASTECER OS ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR.

O pagamento dos referidos empenhos foram antecipados antecipadamente para continuação dos trabalhos prestados do fornecedor.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

GUARAMIRIM - SC, 16 JUNHO DE 2020.
JAIR TOMELIN
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLOGICA - ROTOFABEIL PRODUTOS E SERVIÇOS DE ROTOMODELAR

Publicação Nº 2525157

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art.5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor ROTOFABRIL PRODUTOS E SERVIÇOS DE ROTOMODELAR referente aos empenhos nº 1161-2/2020 , com emissão no dia 30/03/2020, no valor de R\$ 2.183,52 e O empenho nº 1161-1/2020, com emissão no dia 30/03/2020, no valor de R\$ 472,32.

Este pagamento refere-se SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE PARQUES DAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS. O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para continuação dos trabalhos iniciados e termino das manutenções. Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais,devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim - SC, 16 de junho de 2020.
JAIR TOMELIN
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 007/2020

Publicação Nº 2526044

PORTARIA Nº 007/2020

Nomeia Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão no âmbito da Câmara Municipal de Guaramirim.

Romeu Butschardt Júnior, Presidente da Câmara Municipal de Guaramirim, usando da competência que lhe confere o Inciso XXII, do Artigo 46 do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Pregoeiro em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Câmara Municipal de Guaramirim, o servidor Aurélio Tadeu Tomaselli.

Art. 2º - Ficam nomeados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Câmara Municipal de Guaramirim, os servidores:

Arthur Gustavo Delmonego – membro
Rosane Letícia Maffei - membro
Catiane de Souza - suplente
Luis Eduardo Delai – suplente

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim - SC, 16 de Junho de 2020.
Romeu Butschardt Júnior
Presidente

Herval d'Oeste

PREFEITURA

ATA Nº 001/2020 TP 005/2020

Publicação Nº 2524965

Processo Licitatório nº 053/2020

Tomada de Preços nº 05/2020

Ata Sessão Pública nº 001 –Recebimento e Habilitação

Aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e vinte às nove horas e dez minutos, nas dependências da sala do setor de licitações na Prefeitura Municipal, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo decreto número 4045/2019, para o ato de abertura e julgamento de propostas referente ao Processo Licitatório nº 053/2020 na modalidade de Tomada de Preços nº 005/2020 destinada a Contratação de empresa Especializada para execução em regime de empreitada por preço unitário de pavimentação em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) da Estrada Geral da Serra Alta com fornecimento de Material e Mão de Obra. O aviso do edital foi publicado na imprensa conforme determina a legislação vigente: Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado, Diário Oficial dos Municípios, Mural Público e site da Administração Municipal. Protocolaram, tempestivamente os envelopes de Documentação de Habilitação e Proposta, as seguintes empresas:

Empresa CNPJ

Viapavi Obras e Serviços Ltda. ME 27.303.137/0001-71

Planaterra Terraplanagem e Pavimentação Ltda. 82.743.832.0001-62

Triangulo Engenharia Eireli. 12.816.075/0001-24

Viga Pavimentação e Obras Ltda. 09.223.659/0001-81

Setep Construções S/A 83.665.141/0001-50

Na sequência dos trabalhos foram feitos os informes de praxe, ausentes representantes das demais licitantes Na sequência os membros da comissão rubricaram os Envelopes e que conferiram a sua inviolabilidade. Em prosseguimento passou à abertura dos envelopes Documentação, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos para assinatura e posterior exame. Inicialmente a comissão constatou que a nenhuma das empresas licitantes apresentaram documentação de comprovação da condição para usufruir dos benefícios da Lei complementar 123/2006. Da análise documental, foi constatado que as quatro empresas estão habilitadas a prosseguir no certame, tendo em vista a ausência dos representantes legais das demais licitantes, a comissão em conformidade com o artigo 109 alínea "a" da Lei 8.666/ 93 abre prazo para possíveis interposições de recursos quanto às habilitações de 05 (cinco) dias úteis. Decorridos o prazo legal serão notificadas as outras licitantes para possível interposição de contrarrazões para posterior decisão, na ausência de recurso administrativo as licitantes serão convocadas para sessão pública de abertura e julgamento de propostas, sendo que todos os atos estarão disponíveis no site da administração municipal e os licitantes notificados. Os envelopes de propostas devidamente lacrados foram rubricados por todos os presentes. Foi encerrada a sessão, Eu _____ Rubens Antonio Correia, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, segue assinada pelos membros da Comissão, representante legal, encerrando-se a sessão às 10h09min. Sendo que esta será publicada no site do município e diário oficial dos municípios.

CIBELY SCHNEIDER

Membro

RAPHAEL ANZOLIN WITTE

Membro

DECRETO Nº 4.198/2020

Publicação Nº 2525087

DECRETO Nº 4.198 de 09 de junho DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA OUVIDORIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Herval d'Oeste-SC, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei e regulamentando o artigo 14 inciso II da Lei Municipal nº 2.882/2011, DECRETA:

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.1º Fica instituída a ouvidoria municipal que terá como atribuição receber reclamações, denúncias, elogios, solicitações, sugestões e pedidos de informação pelo usuário, sobre os serviços prestados pela administração pública direta, respeitando os interesses individuais e coletivos legalmente assegurados, da mesma forma, auxiliando a Secretaria de Transparência, Controle e Gestão Pública na investigação e fiscalização das atividades dos órgãos da administração direta do Município de Herval d'Oeste-SC.

Art.2º A ouvidoria municipal ficará vinculada à Secretaria de Administração e Finanças e ao sistema municipal de controle interno.

Art.3º O ouvidor deverá ser servidor efetivo do município, vinculado diretamente à Secretaria de Administração e Finanças do Município.

Capítulo II

DAS COMPETÊNCIAS DA OUVIDORIA

Art.4º A Ouvidoria do Município de Herval d'Oeste-SC tem as seguintes atribuições:

I - receber e apurar denúncias, reclamações, críticas e pedidos de informação sobre atos considerados ilegais comissivos ou omissivos, arbitrários, desonestos, indecorosos, ou que contrariem o interesse público, praticados por servidores públicos do município de Herval d'Oeste-SC ou agentes públicos;

II - diligenciar junto às unidades da Administração Municipal competentes para a prestação por estes, de informações e esclarecimentos sobre atos praticados ou de sua responsabilidade, objeto de reclamações ou pedidos de informações, na forma do inc. I deste artigo;

III - cobrar respostas coerentes das unidades a respeito das manifestações a eles encaminhados e levar ao conhecimento da direção do órgão ou entidade os eventuais descumprimentos;

IV - manter sigilo, quando solicitado, sobre as reclamações ou denúncias, bem como sobre sua fonte, providenciando, junto aos órgãos competentes, proteção aos denunciante;

V - informar ao usuário as providências adotadas em razão de seu pedido, excepcionados os casos em que a lei assegurar o dever de sigilo;

VIII - realizar ou apoiar iniciativas de cursos, seminários, encontros, debates, pesquisas e treinamento que tratam sobre temas da ouvidoria municipal;

IX - comunicar ao órgão da administração direta e indireta competente para a apuração de todo e qualquer ato lesivo ao patrimônio público de que venha a ter ciência em razão do exercício de suas funções, mantendo atualizado arquivo de documentação relativa às reclamações, denúncias e representações recebidas;

X - resguardar o sigilo das informações, mantendo atualizado arquivo de documentação relativa às reclamações, denúncias e representações recebidas;

XI - em caso de urgência, encaminhar via e-mail ou memorando ao Gabinete e/ou à Secretaria, para suas devidas providências e, extraordinariamente, estabelecendo prazo para atender a solicitação ou justificar, sobre suas dificuldades para o atendimento;

XII - atender o usuário de forma adequada, observando os princípios da regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia;

XIII - quando necessário, ouvir a outra parte envolvida bem como visitar o local/serviço onde o fato ocorreu;

XIV - garantir respostas conclusivas aos usuários;

XV - promover a adoção de mediação e conciliação entre o usuário e o órgão ou entidade pública, sem prejuízo de outros órgãos competentes;

XVII - na hipótese de ocorrência de denúncia que não seja relacionada às finalidades da ouvidoria, esta será protocolada e encaminhada ao órgão competente.

§ 1º Não serão objeto de apreciação, por parte da Administração Municipal, as questões pendentes de decisão judicial.

§2º A ouvidoria terá até 20 (vinte) dias úteis para responder o usuário.

Art.5º Compete ao especificamente ao servidor responsável pela ouvidoria, sob supervisão da Secretaria de Administração e Finanças:

I - planejar, coordenar, acompanhar, supervisionar e elaborar normas e procedimentos padrões, para as atividades da ouvidoria;

II - receber, analisar, organizar e interpretar o conjunto de manifestações recebidas e produzir um parecer técnico devidamente fundamentado;

III - oficiar as autoridades competentes, cientificando-as das questões apresentadas, e requisitando informações e documentos; e, sendo o caso, recomendando a instauração de procedimentos administrativos para o exame técnico das questões e a adoção de medidas para prevenção de falhas e omissões responsáveis pela inadequada prestação do serviço público;

IV - contribuir com a disseminação das formas de participação da população e do servidor no acompanhamento e fiscalização na execução dos serviços prestados;

V - elaborar relatórios estatísticos e analíticos, sobre os resultados de monitoramento das opiniões expressas pelos usuários, sendo os primeiros, referentes às quantificações das manifestações recebidas e os segundos, referentes ao exame da adequação do atendimento em relação à legislação e ao planejamento estratégico e organizacional, nas questões referidas pelos usuários;

VI - elaborar relatórios anuais com indicadores sobre as críticas do usuário e o nível de solução das Secretarias, para as manifestações registradas na ouvidoria;

VII - propor, com base nos levantamentos e estudos realizados, medidas que visem aperfeiçoar o serviço público desenvolvido;

VIII - impedir que os relatórios contenham opiniões pessoais e assegurar que eles se restrinjam à análise das adequações do que é oferecido ao público;

IX - realizar, juntamente com a Secretaria de Administração e Finanças e Controle Interno, o planejamento anual das atividades da ouvidoria, com avaliações continuadas e participativas, sobre os serviços da unidade;

X - manter postura cooperativa e fluência na comunicação interna com as Secretarias e demais gestores, em benefício dos encaminhamentos em que esteja envolvida a opinião do usuário;

XI - promover o diálogo com o usuário;

XII - organizar a memória história da ouvidoria.

§ 1º As Secretarias e demais gestores deverão enviar regularmente à ouvidoria a programação atualizada, os relatórios de gestão com indicadores de avaliação sobre a qualidade dos serviços prestados ao usuário, o relatório de planejamento estratégico participativo e todas as informações solicitadas para o desenvolvimento do serviço de ouvidoria.

Art. 6º Compete à Ouvidoria, quanto ao atendimento:

I - atender ao usuário, com respeito e cortesia, assegurando a rapidez e a qualidade no serviço;

II - zelar pela ética pública;

III - colher as reivindicações manifestadas pelo usuário e encaminhar as informações ao setor responsável;

IV - ser solidário e cooperativo para o efetivo cumprimento da missão da ouvidoria, bem como, dos objetivos, das diretrizes e dos valores da Município de Herval d'Oeste-SC;

V - defender o interesse público expresso nas manifestações dos usuários, sobre o atendimento ao público do Município de Herval d'Oeste-SC e zelar pela unidade do mesmo, cumprindo e fazendo cumprir seu planejamento estratégico;

VI - realizar quando possível em conjunto com as áreas envolvidas, prestação de contas, para a avaliação dos usuários, sobre os serviços da unidade e a comunicação direta como usuário dos serviços públicos do Município de Herval d'Oeste-SC;

VII - respeitar e fazer respeitar as normas e regulamentos internos;

VIII - analisar as denúncias a fim de verificar se realmente carecem de investigação;

IX - solicitar instauração de processo administrativo para averiguar denúncias e assim contribuir para que falhas ou omissões não mais aconteçam.

Capítulo III

DOS DEVERES E DIREITOS DOS USUÁRIOS

Art.7º São direitos básicos do usuário:

I - participar do acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços;

II - obter e utilizar os serviços com liberdade de escolha entre os meios oferecidos e sem discriminação;

III - acessar e obter informações relativas à sua pessoa constantes de registros ou bancos de dados, observado o disposto no inc. X do caput do art. 5º da Constituição Federal e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

IV - proteger informações pessoais, nos termos da Lei nº 12.527, de 2011;

V - atuar de forma integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade.

Art.8º Será assegurada ao usuário a obtenção de informações precisas e de fácil acesso nos locais de prestação do serviço e na internet por meio do site oficial da Prefeitura Municipal, especialmente sobre:

I - o horário de funcionamento das unidades administrativas;

II - os serviços prestados pelo órgão ou entidade, sua localização exata e a indicação do setor responsável pelo atendimento ao público;

III - o acesso ao agente público ou ao órgão encarregado de receber manifestações;

IV - a situação da tramitação dos processos administrativos em que figure como interessado;

V - o valor das taxas e tarifas cobradas pela prestação dos serviços, contendo informações para a compreensão exata da extensão do serviço prestado.

Art.9º São deveres do usuário:

I - utilizar adequadamente os serviços, procedendo com urbanidade e boa-fé;

II - prestar as informações pertinentes ao serviço prestado quando solicitadas;

III - colaborar para a adequada prestação do serviço;

IV - preservar as condições dos bens públicos por meio dos quais lhe são prestados os serviços de que trata esta Lei.

Capítulo IV

DO ATENDIMENTO AO USUÁRIO

Art.10 O atendimento realizado pela ouvidoria será gratuito, e as reivindicações poderão ser formuladas das seguintes formas:

I - por escrito, redigida e apresentada pelo interessado diretamente afetado;

II - por telefone, desde que o usuário informe seu CPF, nome completo, telefone e endereço residencial;

III - por meio eletrônico, formulário de contato da página da Ouvidoria da Prefeitura ou por e-mail, com as mesmas identificações mencionadas acima;

IV - por carta.

Parágrafo único. No caso de o usuário ser analfabeto, será lavrada ata da manifestação, contendo assinatura de testemunha e aposição da impressão digital do usuário.

Art.11 Em todos os casos citados acima, o usuário poderá exigir da ouvidoria que sua identidade seja mantida em sigilo.

Art.12 As manifestações dos usuários observarão os princípios da eficiência e da celeridade, visando a sua efetiva resolução, especialmente sobre:

I - recepção da manifestação no canal de atendimento adequado;

II - emissão de comprovante de recebimento da manifestação com o número de protocolo;

III - análise e obtenção de informações, quando necessário;

IV - acompanhamento do pedido pela internet;

V - decisão administrativa final;

VI - ciência ao usuário;

VII - satisfação do usuário.

Art.13 As manifestações serão analisadas pela Ouvidoria que, levando em conta os compromissos de atendimento assumidos pelo ente responsável pela prestação do serviço, deverá:

I - acolher a manifestação;

II - encaminhar a manifestação às Secretarias, obedecendo preferencialmente à ordem de protocolo, desde que dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

III - as demandas encaminhadas para outros órgãos serão acompanhadas pela ouvidoria, até o término do processo;

IV - avaliar a resposta da Administração Municipal e comunicar ao usuário o resultado de seus estudos, investigações e sugestões no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis;

V - comunicar à Administração Municipal e ao usuário o resultado de suas verificações;

VI - indicar pontos de melhoria a serem encaminhados para a Administração Municipal quando forem detectadas falhas sistemáticas em determinada prestação de serviços.

Art.14 As manifestações recebidas pela ouvidoria serão encaminhadas às unidades envolvidas para que possam:

I - no caso de reclamações: explicar o fato, retificá-lo ou não reconhecê-lo como verdadeiro;

II - no caso de denúncias: receber, examinar e encaminhar às unidades administrativas competentes do órgão ou entidade;

III - no caso de sugestões: adotá-las, estudá-las ou justificar a impossibilidade de sua adoção;

IV - no caso de solicitações e/ou pedidos de informações: responder às questões dos solicitantes;

V - no caso de elogios: conhecer os aspectos positivos e admirados da atividade ou do trabalho.

Parágrafo único. Em se tratando as manifestações de denúncias e reclamações referentes aos dirigentes, servidores ou atividades e serviços prestados pelo órgão ou entidade, a ouvidoria dará o devido encaminhamento aos órgãos de controle e de correição, no âmbito institucional para adoção das medidas cabíveis.

Art.15 As manifestações levadas à ouvidoria não suspendem o andamento de processos administrativos.

Art.16 Como resultados de suas investigações, a ouvidoria poderá recomendar a adoção de medidas que alterem os processos de trabalhos considerados inadequados, com como a instauração de processo administrativo disciplinar.

Art.17 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste-SC, 09 de junho de 2020

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2020

Publicação Nº 2524781

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 061/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2020

OBJETO
Aquisição de 300 Testes Rápidos para Diagnóstico de COVID - 19 para uso nas ações de enfrentamento a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19).

CONTRATADO
1000 MEDIC DISTRIBUIDORA IMPORT. EXPORT. DE MEDICAMENTOS LTDA.
CNPJ: 05.993.698.0001/07

VALOR TOTAL
R\$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Artigo 24, inciso IV da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada. Art. 4º CAPUT da Lei Federal nº13.979/2020 e suas atualizações.

Herval d'Oeste, 15 de junho de 2020.
EUGÊNIA BUCCO
Secretaria de Saúde
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 751/2020

Publicação Nº 2525688

PORTARIA Nº 751/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito em Exercício do Município de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora IVANI SIQUEIRA SCHUVAIZERSKI (MATRÍCULA 2789), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "E", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de julho de 2018 e 03 de julho de 2019, para serem usufruídas a partir de 15 de junho de 2020 a 14 de julho de 2020, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de junho de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d'Oeste/SC, 16 de Junho de 2020.
Mauro Sérgio Martini
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 752/2020

Publicação Nº 2525690

PORTARIA Nº 752/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito em Exercício do Município de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, ao Servidor MARCELO JOSÉ VASCONCELLOS (MATRÍCULA 2799), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de MOTORISTA, Nível – 7, Referência "E", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de julho de 2018 e 01 de julho de 2019, para serem usufruídas a partir de 15 de junho de 2020 a 14 de julho de 2020, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de junho de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d'Oeste/SC, 16 de Junho de 2020.
Mauro Sérgio Martini
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 753/2020

Publicação Nº 2525694

PORTARIA Nº 753/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito em Exercício do Município de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar de 15 de junho de 2020, a servidora SIRLEI DE FÁTIMA MIGUELÃO (MATRÍCULA 729), ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE, Nível – 8, Referência – G, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de junho de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 16 de Junho de 2020.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 754/2020

Publicação Nº 2525695

PORTARIA Nº 754/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito em exercício do Município de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor CARLOS NORBERTO PESSOLI (MATRÍCULA 540), ocupante do Cargo de Provimento efetivo de MOTORISTA, Nível – 7, Referência - K, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme prevê o artigo 103 da Lei Complementar nº 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2017 a 18 de agosto de 2018, para serem gozadas a contar de 12 de junho de 2020 a 26 de junho de 2020.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de junho de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 16 de Junho de 2020.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 755/2020

Publicação Nº 2525698

PORTARIA Nº 755/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito em Exercício do Município de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor SELMIRO ALBERTO BEHREND (MATRÍCULA 204), ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência - I, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme prevê o artigo 103 da Lei Complementar nº 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2018 a 18 de agosto de 2019, para serem gozadas a contar de 15 de junho de 2020 a 26 de junho de 2020.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de junho de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 16 de Junho de 2020.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 756/2020

Publicação Nº 2525699

PORTARIA Nº 756/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito em Exercício do Município de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Substituir a servidora Lourdes Ferreira Brandão, designada pela Portaria nº 531/2020, para compor a Comissão Coordenadora para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação, pela servidora Eliane Paviani Gab.

Permanecem inalterados os demais dispositivos.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 16 de Junho de 2020.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 757/2020

Publicação Nº 2525704

PORTARIA Nº 757/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito em Exercício do Município de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a contar de 09 de junho de 2020, por 30 (TRINTA) DIAS, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar nº 281/2011, à servidora MAIZA MOZARA DA ROSA BUTH (MATRÍCULA 4037), ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência – A, Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de junho de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 16 de Junho de 2020.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 758/2020

Publicação Nº 2525708

PORTARIA Nº 758/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito em Exercício do Município de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar de 16 de junho de 2020, a servidora ANA PAULA COSTENARO (MATRÍCULA 4040), ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL, Nível – 6, Referência "A", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 16 de Junho de 2020.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito em Exercício

Ibicaré**PREFEITURA****EXTRATO 3 TA CONTRATO 054-2017 FMS**

Publicação N° 2524898

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato Terceiro Termo Aditivo Contrato nº 054/2017

FUNDAMENTO LEGAL - Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993.

DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA DOS OBJETOS DE ALTERAÇÃO

"DO REAJUSTE

Os valores serão reajustados conforme variação do INPC, de 2,05%, acumulado de junho/2019 a maio/2020. Sendo que, o valor mensal a ser pago será R\$ 870,49 (Oitocentos e setenta reais e quarenta e nove centavos)."

DO PRAZO

O prazo de vigência passará a vigorar até o dia 18 de junho de 2021."

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ/SC

CONTRATADA: INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA

Ibicaré, SC, aos 15 de junho de 2020.

Marlene Alberguini

Gestor

Ibirama

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 77/2020

Publicação Nº 2525200

MUNICÍPIO DE IBIRAMA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 77/2020

REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de Preços para eventuais compras parceladas de massa asfáltica a usinada a quente para aplicação a frio, destinada ao reparo de pavimentação em ruas deste município, procedimento na forma da Lei 10.520/2002. Abertura: 29 de junho de 2020, as 09:00 h – Local: Portal de Compras Publicas na Internet – www.portaldecompraspublicas.com.br. Recebimento propostas: Até 08:59h. do mesmo dia 29/06/2020, no portal supra citado. Informações: (47) 3357 8523 - www.portaldecompraspublicas.com.br, email - compras@ibirama.sc.gov.br ou na Prefeitura Municipal, no horário comercial. Ibirama, 15 de junho de 2020.

Adriano Poffo – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 4.521, DE 16 DE JUNHO DE 2020 - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DO EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2524890

DECRETO nº 4.521, de 16 de junho de 2020.**“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DO EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

O Prefeito do Município de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e fundamentado no artigo 5º, inciso II, da Lei nº 3.418, de 17 de dezembro de 2019:

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado o valor de R\$ 48.031,00 (quarenta e um mil e trinta e um reais) no orçamento vigente do exercício de 2020 da Unidade Fundo Municipal de Saúde a seguinte dotação orçamentária:

09	Fundo Municipal de Saúde	Valor R\$
001	Funcionamento e Manut. do Fundo Munic. de Saúde	
010.0301.0060.2057	Manutenção das Ações do Fundo de Saúde	
30000000	Despesas Correntes	
31000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000	Aplicações Diretas	
01520001	COVID-19 – Recursos Transferidos da União Destinados a Ações de Saúde (LC 173/2020-Art. 5º, I-b)	48.031,00

Art. 2º Para a suplementação da Dotação Orçamentária constante no Art. 1º será utilizado o Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2020 na fonte de recursos código 01520001 – COVID-19 – Recursos Transferidos da União Destinados a Ações de Saúde (LC 173/2020-Art. 5º, I-b).

Art. 3º Fica suplementado o valor de R\$ 536.017,63 (quinhentos e trinta e seis mil, dezessete reais e sessenta e três centavos) no orçamento vigente do exercício de 2020 da Unidade Prefeitura Municipal as seguintes dotações orçamentárias:

04	Secretaria de Administração e Finanças	Valor R\$
001	Departamento de Administração	
0004.0122.0020.2004	Manutenção do Departamento de Administração	
30000000	Despesas Correntes	
31000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000	Aplicações Diretas	
01530000	COVID-19 – Recursos Transferidos da União sem Destinação Específica (LC 173/2020-Art. 5º, II-b)	180.000,00

04	Secretaria de Administração e Finanças	Valor R\$
002	Departamento de Finanças	
0004.0123.0022.2006	Manutenção do Departamento de Finanças	
30000000	Despesas Correntes	
31000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000	Aplicações Diretas	
01530000	COVID-19 – Recursos Transferidos da União sem Destinação Específica (LC 173/2020-Art. 5º,II-b)	125.000,00
0009.0845.0023.0003	Contribuição PASEP	
30000000	Despesas Correntes	
33000000	Outras Despesas Correntes	
33900000	Aplicações Diretas	
01530000	COVID-19 – Recursos Transferidos da União sem Destinação Específica (LC 173/2020-Art. 5º,II-b)	5.840,47
05	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
001	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
0026.0782.0040.2017	Manutenção do Departamento de Obras	
30000000	Despesas Correntes	
31000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000	Aplicações Diretas	
01530000	COVID-19 – Recursos Transferidos da União sem Destinação Específica (LC 173/2020-Art. 5º,II-b)	60.000,00
0015.0452.0041.2018	Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos	
30000000	Despesas Correntes	
31000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000	Aplicações Diretas	
01530000	COVID-19 – Recursos Transferidos da União sem Destinação Específica (LC 173/2020-Art. 5º,II-b)	144.592,45
10	Fundo Municipal de Assistência Social	
001	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência social	
0008.0244.0062.2055	Manutenção do Fundo de Assistência Social	
30000000	Despesas Correntes	
33000000	Outras Despesas Correntes	
33900000	Aplicações Diretas	
01520002	COVID-19 – Recursos Transferidos da União Destinados a Ações de Assistência Social (LC 173/2020-Art. 5º, I-b)	20.584,71

Art. 4º Para as suplementações das Dotações Orçamentárias constantes no Art. 3º será utilizado o Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2020 nas seguintes fontes de recursos:

Código Recurso	Fonte de	Descrição	Valor R\$
-------------------	----------	-----------	-----------

01530000	COVID-19 – Recursos Transferidos da União sem Destinação Específica (LC 173/2020-Art. 5º,II-b)	515.432,92
01520002	COVID-19 – Recursos Transferidos da União Destinados a Ações de Assistência Social (LC 173/2020-Art. 5º, I-b)	20.584,71
Total R\$		536.017,63

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 16 de junho de 2020.

ADRIANO POFFO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO
Secretário de Administração e Finanças

Ilhota

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 023 PP 020 - 2020 PMI - MACADAME - CAIBI MINERAÇÃO LTDA

Publicação Nº 2524943

Extrato de Contrato nº 023/2020
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações

Processo de Licitação nº 211/2020
Pregão Presencial nº 020/2020 - PMI

Objeto: AQUISIÇÃO DE MACADAME BRITADO PARA MANUTENÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: CAIBI MINERAÇÃO LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
1	Macadame Britado Comum - COTA PRINCIPAL	20,00	6.270,00	CAIBI MINERAÇÃO LTDA	CAIBI
2	Macadame Britado Comum - COTA RESERVADA	20,00	2.090,00	CAIBI MINERAÇÃO LTDA	CAIBI

Assinatura do Contrato: 10 de junho de 2020.
Valor Global: R\$ 167.200,00 (cento e sessenta e sete mil e duzentos reais).
Vigência do Contrato: 12 meses

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 15/2020

Publicação Nº 2525768

Câmara Municipal de Ilhota
Estado de Santa Catarina
Rua Bertoldo Simon, 98
Centro - Ilhota - SC
CEP: 88.320-000
Fone/Fax: (047) 3343-1182 E-mail contábil@camarailhota.sc.gov.br

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2020
CONTRATANTE – CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA/SC
CONTRATADO – Vision Hard Informática Ltda ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ-MF sob o nº CNPJ 10.157.209/0001-17, com sede à Rua 21 de junho, 420, bairro Centro, cidade de Ilhota, Estado de Santa Catarina.
OBJETO - a contratação de empresa para fornecimento de disco rígido hd 1 tb e bateria 12v para alarme para a Câmara de Vereadores de Ilhota/SC.

VALOR – O valor global de R\$ 585,00 (Quinhentos e oitenta e cinco reais).
VIGÊNCIA – 6 meses.
FUNDAMENTO LEGAL – Dispensa de Licitação nº15/2020, na forma do artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993.

DOTAÇÕES QUE SERÃO UTILIZADAS:
01 – CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA
01.031.0001.2.001.000 Manutenção e Funcionamento da Câmara Municipal
3.3.90.30.17.00.00.00 - Material de Processamento de Dados

Ilhota, 17 de junho 2020.
ARNOLDO ADRIANO
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO

Vision Hard Informática Ltda ME
CONTRATADA

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 116, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2526052

DECRETO PMI Nº 116, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 5.096, de 28 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO – SEINFRA		
Convênio Rádio Patrulha		
06.181.0002-2.078		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0108)	Aplicações Diretas	15.000,00
Total		15.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO – SEINFRA		
Convênio Rádio Patrulha		
06.181.0002-2.078		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0107)	Aplicações Diretas	15.000,00
Total		15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Junior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

PORTARIA PMI/SEAD Nº 419/2020

Publicação Nº 2525902

PORTARIA PMI/SEAD Nº 419, de 16 de junho de 2020.

Dispõe sobre Concessão de licenças-prêmio, Retificação da Portaria PMI/SEAD nº 415, de 15 de junho de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando os memorandos da SEDUCE abaixo relacionados, ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licenças-prêmio, aos servidores abaixo descritos, de acordo com o q-inq-ênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Matr.	Nome	Cargo	Admissão	Período Aquisitivo	Período de Fruição	Memorandos
5860	Eliane Matias Zerwes	Servente Merendeira	10/06/2011	2011 a 2016	17/06/2020 a 14/09/2020	9.911/2020
4440	Norberto Espezim	Motorista	26/05/2008	2013 a 2018	17/06/2020 a 14/09/2020	9.913/2020
5423	Roseli Horminio Viana Patrício	Servente Merendeira	03/05/2010	2015 a 2020	17/06/2020 a 14/09/2020	9.912/2020

Art. 2º Retifica-se a Portaria PMI/SEAD nº 415, de 15 de junho de 2020, cancelando os respectivos lançamentos de licenças-prêmio:

Matr.	Nome	Cargo	Admissão	Período Aquisitivo	Período de Fruição	Memorandos
5041	Fabiane de Jesus Froes	Servente Merendeira	13/07/2009	2014 a 2019	17/06/2020 a 14/09/2020	9.822/2020
4777	Maria Madalena Monteiro Vitório	Servente Merendeira	09/03/2009	2009 a 2015 (período remodelado)	17/06/2020 a 14/09/2020	9.813/2020

4597	Sandra Barreto Pires	Servente Meren- deira	07/10/2008	2013 a 2018	17/06/2020 a 14/09/2020	9.819/2020
------	----------------------	--------------------------	------------	-------------	----------------------------	------------

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 420/2020

Publicação Nº 2525908

PORTARIA PMI/SEAD Nº 420, de 16 de junho de 2020.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Protocolo nº 7.503/2019 ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. LISIANE BITTENCOURT VIEIRA, Administradora Escolar, inscrita no CPF sob o n.º 888.448.389-15, admitida em 01 de junho de 1994, contrato nº 270, referente ao q-inq-ênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2014 a 2019	17.06.2020 a 14.09.2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

Imbuia

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO EDITAL 14/2020

Publicação Nº 2524994

**PREGÃO PRESENCIAL 14/2020
MULTIENTIDADES
1º ADENDO AO EDITAL
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL**

RETIFICA o Edital de Pregão nº 14/2020, de 19 de junho de 2020, tendo como objeto: eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/LIGA/ASSOCIAÇÃO ESPECIALIZADA EM ARBITRAGEM PARA REALIZAÇÃO DE CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO E FUTSAL, NO MUNICÍPIO DE IMBUIA**

**Fica excluída do edital as seguintes cláusulas, do item 6 – 6.4 – a) – b) – c)
Não sendo mais documentação exigida, levando em consideração que estes documentos não convêm ao objeto da licitação.**

6.4- Relativos à Qualificação Técnica:

- a) Comprovação de aptidão de ter executado os serviços licitados, mediante apresentação da **Certidão de Acervo Técnico - CAT expedido pelo CREA**, em nome do Responsável Técnico indicado para a execução dos serviços, de acordo com a natureza do projeto a ser elaborado para cada lote cotado
- b) Certificado de Registro de Pessoa Física junto ao CREA em nome do Responsável Técnico;
- c) Certificado de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA/SC, em nome da empresa.

A data de abertura continua mantida para o dia 19 de junho de 2020 às 08:15 horas.

Imbuia, em 15 de julho de 2020.

AMILTON MACHADO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**16ª SESSÃO ORDINÁRIA (08.06.2020)**

Publicação Nº 2524885

Ata da 15ª SESSÃO ORDINÁRIA realizada na modalidade virtual, do 1º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, da Câmara Municipal de Imbuia, realizada no dia oito de junho de dois mil e vinte, às dezenove horas. Sob a Presidência do Vereador Aldori Rengel, e secretariado pelos vereadores Ana Maria de Andrade Kreusch, Santelmo Zimmermann e Elimar Schlickmann. À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes Vereadores: Aldori Rengel, Alson Brito, Ana Maria de Andrade Kreusch, Elimar Schlickmann, Elio Esser, Henrique Leopoldo Erhardt, Lorival Arnold, Santelmo Zimmermann e Zulmar Machado, verificado o número regimental com a presença de nove Vereadores, o Senhor Presidente declarou aberta à sessão. Segue foi realizada a leitura, discussão e aprovação da ordem do dia e da ata da sessão anterior. E realizada a leitura das correspondências. Segue foi realizada a leitura da seguinte Matéria Legislativa: PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 04/2020 – “Autoriza, excepcionalmente, a realização de Sessão Ordinária presencial, com a finalidade de efetuar a votação secreta do Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2020, que trata da aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Imbuia, referente ao Exercício Financeiro de 2018”. Segue não havendo inscritos para a Palavra Livre de Pequeno Expediente. E não havendo inscritos para a Palavra Livre de Grande Expediente o Senhor Presidente então declarou intervalo de cinco minutos. Na reabertura seguindo a Ordem do Dia o Senhor Presidente colocou em 02ª Discussão o PROJETO DE LEI Nº 04/2020 - Dispõe sobre medidas administrativas a serem adotadas no âmbito do Poder Executivo do Município de Imbuia, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Bem como suas Emendas Supressiva e Modificativa. Aprovado por unanimidade em 02ª Votação. Segue colocou em 01ª Discussão o PROJETO DE LEI Nº 05/2020 – “Fixa o subsídio do Prefeito, do Vice-prefeito e dos Secretários Municipais para a legislatura 2021/2024 e estabelece outras providências”. VEREADOR ALSON BRITO: Cumprimentou Presidente, e demais Vereadores. Lamentou a situação que o mundo inteiro vive. Entende que seria de extrema necessidade dar aumento de salário para Prefeito, Vice e principalmente Secretários. Estes que tem o valor mais defasado. Onde o Secretário, responsável por uma pasta, tem um salário de menos de quatro mil, entende como uma desvalorização. Mas por determinação de forças maiores, não terão como dar ajuste até final de 2021. Sendo assim favorável ao projeto por não ter outra alternativa. VEREADOR ELIMAR SCHLICKMANN: Cumprimentou Presidente, e demais Vereadores. Coloca que acompanha o pensamento do Vereador Alson deles serem merecedores. Mas desde que partiu da Mesa a manutenção dos valores atuais, observado que não seria justo com os demais funcionários da Prefeitura, alguns que ganham bem abaixo, dar aumento a estes cargos. Assim seria de acordo dar aumento a eles, desde que desse pra dar aumento aos demais. Sendo que no momento que saiu da mesa, não se tinha a noção do impedimento que foi apontado mais tarde pelo assessor jurídico da Câmara. E entende também que manter os valores ajuda o Prefeito a manter o limite prudencial. VEREADOR SANTELMO ZIMMERMANN: Cumprimentou Presidente, e demais Vereadores. Acompanhou a fala do Vereador Elimar. Diz que tem muitas categorias na Prefeitura que ganham valores considerados baixa. E apresentando algumas categorias. E onde não acharia justo aumentar estes salários. Assim apoiando que se deve manter o atual valor. Aprovado por unanimidade em 01ª Votação. Seguindo o Senhor Presidente colocou em 1ª discussão e votação do PROJETO DE LEI Nº 06/2020 – “Fixa subsídio dos Vereadores para a legislatura 2021/2024 e estabelece outras providências”. Aprovado por unanimidade em 01ª Votação. Ato continuo o Vereador colocou em Discussão PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 04/2020 – “Autoriza, excepcionalmente, a realização de Sessão Ordinária presencial, com a finalidade de efetuar a votação secreta do Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2020, que trata da aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Imbuia, referente ao Exercício Financeiro de 2018”. VEREADOR ALSON BRITO: Cumprimentou Presidente, e demais Vereadores. Coloca que como a realização da Sessão é em uma quarta-feira ela seria extraordinária e não ordinária conforme apresentado no Projeto. O Senhor Presidente então suspendeu a sessão por um minuto. Na reabertura concedeu espaço ao Advogado da Câmara Senhor MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA: Cumprimentou Presidente, e demais Vereadores. Explicou que a realização da Sessão Ordinária em um dia diferente da Segunda se deve ao fato que o Regimento Interno aponta que somente serão realizadas Sessões Ordinárias nas Segundas Feiras, porem como houve a suspensão das sessões presenciais e de algumas entre março e abril, estará marcando está para uma quarta-feira e para tanto está tramitando este Projeto de Resolução. VEREADOR ALSON BRITO: Questionou o fato de estar de licença e quem deveria ser chamado a participar desta Sessão seria a suplente que ocupava a cadeira na época. Advogado da Câmara Senhor MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA: Apresentou que será uma nova Sessão Ordinária e não estará sendo feito a Sessão de um período anterior. E acrescentando que demais discussões devem ser realizadas fora de Sessão e destacou que somente está explicando o Projeto, não tendo nem espaço para discuti-lo ou vota-lo. VEREADOR ALSON BRITO: Apresentou que como foi pago pelas sessões na época então que deveria chamar a Vereadora que recebeu referente a Sessão. E entendendo desta forma se absteria da Sessão e que assim se convoque a suplente. O Senhor Presidente então suspendeu a Sessão por dificuldades técnicas. Na reabertura concedeu espaço para concluir sua fala ao VEREADOR ALSON BRITO: Coloca que o Projeto de Resolução se trata de uma reunião Ordinária, que contemplará uma reunião que não houve em março. Se não isso ela deverá ser uma extraordinária. E se for uma ordinária que contemple as que não tiveram então que convoque o Vereador que recebeu o salário esta sessão. VEREADOR ANA MARIA DE ANDRADE KREUSCH: Cumprimentou Presidente, e demais Vereadores. Coloca que o Projeto deixa claro que é para a aprovação de contas. E que as mesmas só podem ser discutidas em Reunião presencial. E para isso acontecer precisa desta autorização. E que será contado como uma reposição das sessões suspensas no início da pandemia. E qualquer outra abordagem deste tema que a conversa seja realizada com jurídico de maneira reservada. O Senhor Presidente concedeu tempo novamente ao VEREADOR ALSON BRITO: Reforça que questiona a título de esclarecimento. Pois se vai votar algo tem que apresentar sua opinião no momento e não depois de votar. Entende que a Reunião é para cobrir uma que não teve entre março e abril, época que estava de licença. Assim cobrindo a falha de alguém que recebeu sem participar da Sessão. VEREADOR ELIMAR SCHLICKMANN: Cumprimentou Presidente e demais Vereadores. Coloca que compreendeu o Projeto após a discussão dos Vereadores Alson e Ana. VEREADOR ELIO ESSER: Cumprimentou Presidente e demais Vereadores. Colocou se favorável ao Projeto. Colocou em março foi explicado a todos os Vereadores que as reuniões suspensas seriam repostas e todos Vereadores concordaram na época. E mesmo se o Vereador não estava, a sua suplente concordou. Em votação foi aprovador por maioria, A favor: Vereadora Ana Maria de Andrade Kreusch, Vereador Elimar Schlickmann, Vereador Elio Esser, Vereador Henrique Leopoldo Erhardt, Vereador Lorival Arnold, Vereador Santelmo Zimmermann e Vereador Zulmar Machado. Contra Vereador Alson Brito. E não havendo mais Matéria Legislativa a ser discutida e ou votada na Ordem do Dia o Senhor Vereador Presidente concedeu espaço para Explicações Pessoais: VEREADOR ALSON BRITO: Se absteve da Palavra, no entanto questionou o Presidente como foi pago no mês ao Vereador e não teve Sessão, se faltar em uma destas Sessões o Presidente ira descontar? Não havendo mais inscritos e nada havendo a tratar o Senhor Presidente Vereador Aldori Rengel agradeceu a presença de todos e marcou a próxima Sessão Ordinária para o dia quinze de junho de dois mil e vinte,

às dezenove horas e em nome de Deus e da Lei, declarou encerrada a Sessão da qual, eu Daniel Augusto Schmoller, lavrei a presente Ata que será lida e se considerada a rigor, será datada e assinada por todos os membros presentes da mesa diretora.

Imbuia, 15 de junho de 2020

Presidente da Mesa Aldori Rengel	Vice-Presidente Elimar Schlickmann
1º Secretário Ana Maria de Andrade Kreusch	2º Secretário Santelmo Zimmermann

Indaial**PREFEITURA****PORTARIA Nº 692/20**

Publicação Nº 2524971

PORTARIA Nº 692/20

De 03 de junho de 2020

Normatiza Escala de Plantão e Sobreaviso Secretaria de Planejamento/Trânsito

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Complementar Nº 83 de 22 de dezembro de 2008, obedecendo o disposto na lei 4.507 de 03 de novembro de 2011, alterada pelo Decreto 1643 de 19 de novembro de 2015; que regulamenta o regime de sobreaviso e o regime de plantão na Secretaria Municipal de Planejamento/Departamento de Trânsito e considerando as Comunicações Internas nº 100 e 101 de junho de 2020 e o artigo 1º, § 2º do Decreto nº 2216 de 28 de abril de 2020, resolve:

Normatizar as escalas de serviços de sobreaviso e hora plantão no âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento/ Departamento de Trânsito, com efeitos ao período de 01 de junho de 2020 até 30 de junho de 2020 conforme tabela abaixo:

Nome	Cargo	Períodos
Carlos José Koehler	Pintor de Obras	De 11 de junho de 2020 à 30 de junho de 2020 das 17:30 às 7:00 h/s.
Carlos de Freitas	Aux. de Serviços Gerais	De 01 de junho de 2020 à 10 de junho de 2020 das 17:30 às 7:00 h/s.

Prefeitura Municipal de Indaial em 03 de junho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

FABIANO DOS SANTOS

Secretário de Planejamento

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

CÂMARA MUNICIPAL**ATA AUDIÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA - METAS FISCAIS 1º QUADRIMESTRE 2020**

Publicação Nº 2525544

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ONLINE PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE FINANÇAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL – APRESENTAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020.

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, às dez horas, através de recursos da tecnologia da informação, realizou-se AUDIÊNCIA PÚBLICA ONLINE, promovida pela Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal, para apresentação das Metas Fiscais do Município de Indaial, relativas ao 1º quadrimestre do exercício financeiro de 2020, em cumprimento do disposto no artigo 9º, § 4º da Lei Complementar Federal nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal e transmitida ao vivo no perfil oficial da Câmara de Vereadores na rede social Facebook. O representante do Poder Legislativo, vereador Osvaldo Metzner (Santo Antônio), saudou a todos os servidores do Executivo e do Legislativo que promoveram a audiência, à distância, via utilização do aplicativo Zoom – graciosamente disponibilizado pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), bem como ao público que acompanhava a transmissão ao vivo no Facebook. Declarou aberta a audiência e passou a palavra ao representante do Departamento de Contabilidade da Prefeitura, senhor Vladimir Steiner, para iniciar a apresentação. Vladimir passou a abordar sobre a legislação aplicável à transparência da informação e as audiências públicas, aqui em especial às relativas às Metas Fiscais, demonstrando que a arrecadação prevista para o exercício de 2020 é de R\$ 397.173.000,00 para uma arrecadação realizada no primeiro quadrimestre de R\$ 93.341.607,39, ou seja, uma realização de cerca de 23,50% do previsto. Que o destaque da receita fica para as oriundas da origem de Transferências Correntes que juntas representam 50,80% do total das receitas arrecadadas no período. Que a RCL apresentou uma retração nominal em relação a 30/04/2019 de cerca de -0,15%. Que a execução orçamentária da despesa alcançou no período o montante de R\$ 85.426.736,93, com destaque em termos de Grupo de Natureza da despesa para pessoal e encargos com R\$ 38.401.264,59. No que tange aos principais índices relativos ao controle da Gestão Fiscal e Execução Orçamentária, previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, relativos ao acumulado no primeiro quadrimestre do exercício financeiro vigente, os mesmos ficaram, segundo apuração do Executivo Municipal, em: a)% mínimo em gastos com Educação (25%) = percentual aplicado 22,00%; b)% mínimo em gastos com folha de pagamento para o magistério custeado com recursos do FUNDEB (60%) = percentual aplicado 64,23%; c)% mínimo em gastos com Saúde (15%) = percentual aplicado 30,31%; d)% máximo com despesas de pessoal e encargos do Poder Executivo em relação à receita corrente líquida (54%) = percentual verificado 47,22%. Que o limite para dívidas em relação a RCL - Receita Corrente Líquida (120%) está de acordo com o disposto nas Resoluções n. 40 e 43/01 do Senado Federal, ou seja, representa hoje cerca de 28,37% da RCL, e que igualmente se observa o atendimento aos limites de contratação anual que representa 7,84% da RCL para um limite de 16,0% e de encargos e amortização da dívida contratual, a qual apresenta 1,10% para um limite máximo de 11,5% da RCL. A planilha de Metas Anuais prevista / fixada e realizada para fins de acompanhamento do Resultado Primário do 1º quadrimestre que

ficou em negativos R\$ 4.721.605,91 e que as metas anuais previstas apontam para negativos R\$ 65.460.431,41; que o resultado nominal do 1º quadrimestre apurado foi negativo em R\$ 5.836.506,96, sendo que o resultado previsto do exercício aponta para negativos R\$ 44.950.000,00. Que ambas as metas previstas são impactadas por previsões de operações de créditos, transferências de capital, e receitas patrimoniais até então realizadas em patamares inferiores ao previsto. Após, o representante do Departamento de Contabilidade abriu espaço para eventuais perguntas dos internautas e em seguida passou a palavra ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, senhor Silvio César da Silva, que saudou os servidores técnicos do Executivo e Legislativo que viabilizaram a promoção da audiência pública online e os expectadores que acompanhavam a transmissão ao vivo no Facebook. Comentou da importância das audiências para o acompanhamento das ações, metas e finanças públicas, destacando os desafios diários para o controle e acompanhamento, e apresentou dados da redução de receitas comparadas com o mesmo período do ano anterior e das dificuldades financeiras causadas pela pandemia do COVID-19. Nada mais havendo a tratar, eu, Carin Maria Bachmann Brandt, redigi a presente ata, a qual ficará gravada e, se possível, assinada oportunamente pelos participantes da Audiência Pública Online, para que surta seus efeitos legais.

Indaial, em 28 de maio de 2020.

Iomerê

PREFEITURA

CONTRATO ACT42/2020

Publicação Nº 2524854

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT42/2020

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal, Luciano Paganini, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, LUCIANE EVA SUCH, brasileira, inscrita no CPF sob nº 082.982.009-42 e RG 8.438.752, residente em Videira - SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº. 0373/06, de 22 de junho de 2006, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Técnica de Enfermagem, no âmbito do SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, unidade básica, instalada no Município de Iomerê, comprometendo-se a CONTRATADA a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LOTAÇÃO

2.1 – A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

3.1 – A carga horária da CONTRATADA será de 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, com 72 (setenta e duas) horas de descanso remunerado, devendo ser observada a escala de plantão a ser definida pela Secretaria de Saúde do Município de Iomerê.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei nº 373/2006 do Município de Iomerê, equivalente a 2.383,99 (Dois mil trezentos e oitenta e três reais e noventa e nove centavos).

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 16 de junho de 2020 e com termino previsto no retorno da Funcionária Regiane Pelizzari, que encontra-se em auxílio maternidade.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 – O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, mediante notificação ou aviso escrito, com antecedência mínima de trinta (30) dias, exceto por motivo de força maior.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 15 de junho de 2020

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

LUCIANE EVA SUCH
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Assessor Jurídico
Rafael Deon
OAB/SC 35259

PORTARIA 3588/20

Publicação N° 2524846

PORTARIA N° 3588 DE 05 DE JUNHO DE 2020
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora municipal SIBELE ORSATTO, pelo Período de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 01/03/2017 a 28/02/2018 a contar de 08/06/2020 a 22/06/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 05 DE junho DE 2020
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS N° 01/2020 - FMS

Publicação N° 2524744

Município de Iomerê - FMS
Edital de Tomada de Preços nº 01/2020

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Tomada de Preços visando a Contratação de empresa para execução de reforma em posto de saúde. A abertura das propostas se dará no dia 07/07/2020 às 08h30m na sede da Prefeitura Municipal. Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 16 de junho de 2020.
Luciano Paganini
Prefeito Municipal

Ipira

PREFEITURA

1TAC77/2019-FMS

Publicação Nº 2525776

16/06/2020 18/12/2020 16/06/2020 2019 9 955 1TAC77/2019 77/2019 2 O objeto da presente licitação consiste na realização de REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de medicamentos para a atenção básica e programas da saúde das Unidades de Saúde do Fundo Municipal de Saúde. 24,96 8999 ALTERMED Materiais Médicos Hospitalares Ltda. J 1 0 0 0 36 C 0 0 14 PE 4 2019 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

Iporã do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO 068-2020

Publicação Nº 2524914

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC
EXTRATO CONTRATO Nº 068/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2020

O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE torna publico a seguinte contratação:
DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE BOTIJÃO MVE 34,8 LITROS PARA ARMAZENAMENTO DE SEMEN DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC
DO VALOR TOTAL: R\$ 4.830,00 (Quatro mil e oitocentos e trinta reais).
DA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC – CNPJ sob nº 78.485.554/0001-13 .
DO CONTRATADO: ALTA GENETICS DO BRASIL LTDA - CNPJ sob nº. 00.771.945/0001-07
DA VIGÊNCIA: Da data da assinatura até o dia 31/12/2020.
DO FUNDAMENTO: Art. 24 da Lei 8.666/93
DO FORO: Foro da Comarca de Mondaí/SC.

Iporã do Oeste/SC, 28 de Maio de 2020.
LUCIO MALLMANN
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 69/2020

Publicação Nº 2525239

DECRETO Nº 69 DE 30 DE ABRIL DE 2020.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR CONTA DO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e o art. 10 da Lei nº 1.885/2019.
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais), em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	10.00	ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA	
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Proj./Ativ.	10.304.0008.2025	Manutenção das Ações da Vigilância Sanitária e Ambiental	
4.4.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
01.02.00.00		Rec.de impostos e de transf. imp-saúde	3.600,00
01.00.07.07		Taxa de Fiscalização Sanitária	1.500,00
		Total	5.100,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, redução parcial e/ou total das dotações orçamentárias abaixo especificadas, com fulcro no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes:

Órgão:	10.00	ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA	
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Proj./Ativ.	10.304.0008.2025	Manutenção das Ações da Vigilância Sanitária e Ambiental	
3.1.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
01.02.00.00		Rec.de impostos e de transf. imp-saúde	3.600,00
01.00.07.07		Taxa de Fiscalização Sanitária	1.500,00
		Total	5.100,00

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1.789/2017, da LDO 2020 - Lei Municipal nº 1.878/2019 e da LOA 2020 – Lei Municipal nº 1.885/2019, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de até 5.100,00 (cinco mil e cem reais).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 30 de abril de 2020.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN

Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO N° 94/2020

Publicação N° 2525643

DECRETO N° 94 DE 15 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ORGANIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 004/2020 PARA ADMISSÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER DE URGÊNCIA, PARA O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, de conformidade com a competência privativa prevista no art. 109, incisos XXXI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, a necessidade de realizar Processo Seletivo Simplificado visando à seleção de Enfermeiro, Farmacêutico e Psicólogo para futura contratação;

CONSIDERANDO, a necessidade de manter reserva técnica;

DECRETA:

Art. 1º Fica CONSTITUÍDA a COMISSÃO MUNICIPAL DE ORGANIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N° 004/2020 para as finalidades dos procedimentos previstos no presente Decreto.

Parágrafo único. À Comissão Municipal de Organização e Acompanhamento do Processo Seletivo cabe: elaborar e divulgar o Edital do Processo Seletivo Simplificado; receber as fichas de inscrição dos candidatos, avaliar as inscrições, verificar a publicidade dos atos; receber documentos para Prova de Títulos, avaliar a Prova de Títulos; dar classificação final à prova aos candidatos; julgar os recursos interpostos pelos candidatos e emitir lista de aprovados sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital.

Art. 2º DESIGNA, sem ônus adicionais para o Município, os servidores: Rafaela Matte, Cristiane Hahn e Ângela Teresinha Friedrich para compor, sob a presidência do primeiro, a Comissão Municipal de Acompanhamento de Processo Seletivo do Edital 004/2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 15 de junho de 2020.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN

Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER

Secretário de Administração e Finanças

Ipuacú**PREFEITURA****12 ADTO CT FMS 59.2019**

Publicação Nº 2525989

DATA DE ADITAMENTO: 10/06/2020.

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N.º 59 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019.

Processo Licitatório Pref. n.º 82.2019, Pregão Presencial Pref n.º 42.2019 e Ata de Registro de Preços n.º 33/2019 datada de 19/11/2019.

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF Nº. 59/2019 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUAÇU – SC E A EMPRESA “SIVIERO DIESEL LTDA” PARA OS FINS QUE ESPECÍFICA- REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: SIVIERO DIESEL LTDA inscrita no CNPJ n. 76.592.286/0001-03.

DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da cláusula quarta –preço, forma de pagamento e reajuste e entrega do contrato FMS n. 59/2019 de 19 de novembro de 2019.

Considerando solicitação da empresa de reequilíbrio econômico financeiro e parecer jurídico favorável, faz-se o reequilíbrio de valor de R\$ 0,07 no custo do litro do óleo diesel S10.

Sendo assim, o valor antes pago de R\$ 2,779 por litro de óleo diesel S10 passa a ser de R\$ 2,849 por litro sobre o saldo remanescente.

Sendo assim, o saldo remanescente fica assim reajustado, passando a vigorar da seguinte forma:

Combustível	Unid	Quantidade	Marca	Valor Unitário Reajus- tado	Valor Total Máximo
Diesel S10 ou S50	Litros	9.500,00	Petrobras	R\$ 2,849	R\$ 27.065,50

12 ADTO CT PREF 146.2019

Publicação Nº 2525988

DATA DE ADITAMENTO: 10/06/2020.

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N.º 146 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019.

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF Nº. 146/2019 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUAÇU – SC E A EMPRESA “SIVIERO DIESEL LTDA” PARA OS FINS QUE ESPECÍFICA – REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: SIVIERO DIESEL LTDA inscrita no CNPJ n. 76.592.286/0001-03 .

DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da cláusula quarta –preço, forma de pagamento e reajuste e entrega do contrato PREF n. 146/2019 de 19 de novembro de 2019.

Considerando solicitação da empresa de reequilíbrio econômico financeiro e parecer jurídico favorável, faz-se o reequilíbrio de valor de R\$ 0,07 no custo do litro do óleo diesel S10 e de R\$ 0,089 no custo do diesel S500 sobre o saldo remanescente ao contrato original.

Sendo assim, o valor antes pago de R\$ 2,779 por litro de óleo diesel S10 passa a ser de R\$ 2,849 e o valor do óleo diesel comum antes pago R\$2,645 passa a ser de R\$ 2,734 por litro sobre o saldo remanescente.

Sendo assim, o saldo remanescente fica assim reajustado, passando a vigorar da seguinte forma:

Combustível	Unid	Quantidade	Marca	Valor Unitário Reajustado	Valor Total Máximo
Diesel S10 ou S50	Litros	63.000,00	Petrobras	R\$ 2,849	R\$ 179.487,00
Diesel Comum	Litros	94.500,00	Petrobras	R\$ 2,734	R\$ 258.363,00
					Total de R\$ 437.850,00

DECRETO Nº 108 DE 10 DE JUNHO DE 2020. DESIGNA RESPONSÁVEL PELA INTERLOCUÇÃO DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2524791

DECRETO Nº 108

DE 10 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA RESPONSÁVEL PELA INTERLOCUÇÃO DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela legislação em vigor; e
Considerando que o Município de Ipuacú/SC aderiu ao Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo;

DECRETA:

Art. 1º Fica o prestador de serviços ALDAIR LUIZ DA SILVEIRA, CNPJ nº 28.834.888/0001-87, contratado através do Ato Administrativo

PREF. Nº 11, de 08 de janeiro de 2018, na pessoa de seu Sócio Administrador ALDAIR LUIZ DA SILVEIRA, CPF nº 915.636.159-91, DESIGNADO como responsável pela interlocução do programa de Regionalização do Turismo, do Ministério do Turismo, no Município de Ipuacu/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu/SC, em 10 de junho de 2020.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 109 DE 10 DE JUNHO DE 2020. NOMEIA DELEGADOS E SUPLENTE PARA O FÓRUM PERMANENTE DE DISCUSSÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE TURISMO DE IPUAÇU-SC.

Publicação Nº 2524793

DECRETO Nº 109

DE 10 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA DELEGADOS E SUPLENTE PARA O FÓRUM PERMANENTE DE DISCUSSÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE TURISMO DE IPUAÇU-SC.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para delegados e suplentes do Fórum Permanente de Discussão e Acompanhamento do Plano Municipal de Turismo de Ipuacu-SC:

I – Representantes Governamentais:

a) Secretaria de Indústria, Comércio, Urbanismo e Turismo:

· Titular: Indiamara Aline Vizolli

· Suplente: Aldair Luiz da Silveira;

b) Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:

· Titular: Eliane Magali Turossi

· Suplente: Nelcy Nicolao Mocellin;

c) Secretaria de Assuntos Indígena:

· Titular: Jonatas de Oliveira

· Suplente: Volmir Palhano;

d) Secretaria de Administração:

· Titular: Alexandre Henrique Ceron

· Suplente: Mari Lucia Rovani Zamberlan;

e) Secretaria da Fazenda:

· Titular: Leonir Paulo Mottin

· Suplente: Erica Aparecida de Souza Tomazetto.

II – Representantes de entidades e empresas ligadas ao Turismo:

a) Câmara do Dirigentes Lojistas (CDL):

· Titular: Francianes Maria

· Suplente: Itacir Flores Soares;

b) Debiasi Indústria Familiar:

· Titular: André José Debiasi

· Suplente: José Hilton Debiasi;

c) G8 Amigos da Natureza:

· Titular: Giovano Vizolli

· Suplente: Dirceu Fumagalli;

d) Amigos do Pedal:

- Titular: Marcelo Adolfo Franzosi
- Suplente: Marcos Berticelli;

e) Representantes Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI:

- Titular: Ires Cristina Ribeiro Oliari
- Suplente: Alaercio Paliano.

Art. 2º Os membros titulares e suplentes do FPDA terão mandato até a aprovação do PMT pela Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu/SC, em 10 de junho de 2020.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal.

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 110 DE 10 DE JUNHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2020 PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2524795

DECRETO Nº 110

DE 10 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2020 PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e XXVII do artigo 91 da Lei Orgânica do Município, Art. 9 da Lei 910 de 05 de dezembro de 2019 – Lei Orçamentária para o exercício de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar pelo remanejamento de dotação na seguinte programação de despesa:

Da programação de despesa:

05.00 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Projeto/Atividade n. 12.361.1201.2.037 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 0.0101 – Recursos Ordinários

Despesa: 21 – R\$ 480,50

Para a programação de despesa:

05.00 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Projeto/Atividade n. 12.361.1201.2.037 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recurso: 0.0101 – Recursos Ordinários

Despesa: 22 – R\$ 480,50

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 10 de junho de 2020.

CLORI PEROZA

Prefeita do Município.

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 114 DE 02 DE JUNHO DE 2020. CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Publicação Nº 2524805

PORTARIA Nº 114
DE 02 DE JUNHO DE 2020.
CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005, artigo 76 e seguintes – Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder FÉRIAS, de 30 (trinta) dias para o Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica, conforme recibo de férias:

Servidor:	Cargo:	Período Aquisitivo:	Gozo:
PAULO RENATO DALLMANN	Médico Veterinário	01/05/2019 à 30/04/2020	04/06/2020 à 03/07/2020

Art. 2º Esta Portaria é publicada na presente data, produzindo efeitos a contar do dia 04 de junho de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 02 de junho de 2020.
CLORI PEROZA
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 115 DE 04 DE JUNHO DE 2020. CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Publicação Nº 2524809

PORTARIA Nº 115
DE 04 DE JUNHO DE 2020.
CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005, artigo 76 e seguintes – Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder FÉRIAS, de 30 (trinta) dias para o Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica, conforme recibo de férias:

Servidor:	Cargo:	Período Aquisitivo:	Gozo:
EMERSON DE PAULA	Operador de Máquinas Rodoviárias	01/11/2018 à 31/10/2019	09/06/2020 à 08/07/2020

Art. 2º Esta Portaria é publicada na presente data, produzindo efeitos a contar do dia 09 de junho de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 04 de junho de 2020.
CLORI PEROZA
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO N.º 2504 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525550

REAJUSTA TABELA PRÓPRIA PARA A REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS REALIZADOS COM EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE IPUMIRIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLNEI ANTONIO SCHMDIT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas por lei e de conformidade com o que preceitua o art. 3º, da Lei Municipal 1797 de 19 de abril de 2017.

DECRETA

Art. 1º. Ficam reajustados os valores da tabela própria para remuneração de serviços realizados com máquinas e equipamentos do Município de Ipumirim, constantes no anexo I da presente decreto;

Art. 2º. O índice utilizado para o reajuste foi INPC acumulado nos últimos 12 meses, correspondente 2,4599%, conforme discriminado no anexo II;

Art. 3º. Os valores serão arredondados com o objetivo de facilitar o cálculo;

Art. 4º. O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 16 de junho de 2020

VOLNEI ANTONIO SCHMDIT

Prefeito Municipal

ANEXO I

EQUIPAMENTO	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR ARREDONDADO
Retroescavadeira	Hora Máquina (HM)	R\$ 65,57	R\$ 66,00
Trator de Esteira	Hora Máquina (HM)	R\$ 105,53	R\$ 106,00
Pá Carregadeira	Hora Máquina (HM)	R\$ 85,04	R\$ 85,00
Moto Niveladora	Hora Máquina (HM)	R\$ 105,53	R\$ 106,00
Caminhão	Quilômetro (Km)	R\$ 1,73	R\$ 1,73
Trator de Pneus	Hora Máquina (HM)	R\$ 39,96	R\$ 40,00
Silagem	Hora Máquina (HM)	R\$ 65,57	R\$ 66,00
Rolo Compactador manual	Hora Máquina (HM)	R\$ 39,96	R\$ 40,00
Rolo Compactador motorizado	Hora Máquina (HM)	R\$ 52,25	R\$ 52,00
Escavadeira Hidráulica	Hora Máquina (HM)	R\$ 105,53	R\$ 106,00
Mini Carregadeira	Hora Máquina (HM)	R\$ 21,52	R\$ 22,00

Ipumirim-SC, 16 de junho de 2020

VOLNEI ANTONIO SCHMDIT

Prefeito Municipal

EDITAL Nº 14/2020 DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2525295

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito de Ipumirim - SC, no uso de suas atribuições legais e considerando o Resultado Final do Processo Seletivo – Edital Nº 10/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVOCAR todos os candidatos classificados no Processo Seletivo Edital nº 10/2019 para escolha de vagas de contratação temporária para o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA conforme local e cronograma a seguir:

Local: Secretaria Municipal de Educação, sito à Rua Bento Gonçalves, nº 220

Data: dia 18 de junho de 2020 quinta – feira;

Horário: 8h30min.

Art. 6º As vagas desta chamada encontram-se discriminadas no Anexo que integra o presente Edital

Art. 8º A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

Art. 9º - Para o procedimento de escolha de vagas será observado todos os itens do Edital nº 10/2019 e os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Elaboração e Execução do Processo Seletivo.

Art. 10º - Revogadas as disposições em contrário, o presente Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim – SC, 16 de junho de 2020.
Volnei Antonio Schmidt
Prefeito

VAGAS OITAVA CHAMADA PROCESSO SELETIVO EDITAL 10/2019
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Local: Secretaria Municipal de Educação, sito à Rua Bento Gonçalves, nº 220
Data: dia 18 de junho de 2020 quinta – feira;
Horário: 8h30min

I – Núcleo Educacional Municipal Professor Claudino Locatelli

Vaga	Carga Horária	Turno
Educação Física	20 horas substituição Angélica Mendes Patzlaff vaga de ampliação temporária sendo a titular da vaga Dilviana Cason	Matutino e Vespertino

IV– Núcleo Educacional Municipal Prefeito Isidoro Giácomo Savaris

Vaga	Carga Horária	Turno
Educação Física	20 horas substituição Angélica Mendes Patzlaff	Vespertino

1. Só serão chamados para a escolha das vagas os candidatos aprovados no teste de seleção.
2. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato obedecendo à ordem de classificação.
3. Para escolha de vagas e contratação será respeitado o Edital 10/2019 e as demais disposições vigentes.

Ipumirim – SC, 16 de junho de 2020.
Volnei Antonio Schmidt
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04-2020-LD HEALTH SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA-ME

Publicação Nº 2525005

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 04/2020

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2020, Processo de Licitação nº 8/2020, homologado em 29 de maio de 2020.

Objeto: Prestação de serviço técnico de informática para Implantação e treinamento, para os Sistemas ESUS e PEC, disponibilizado pelo Ministério da Saúde.

Valor: R\$ 7.990,00 (Sete Mil Novecentos e Noventa Reais)
Assinatura: 29/05/2020 Vigência: 01/06/2020 Á 31/12/2020
Contratante:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: LD HEALTH SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA-ME, situada na RUA PEDRO LEOPOLDO JUNGES S/N, BAIRRO: CENTRO, CIDADE DE ARABUTÃ-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.575.259/0001-54.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 57-2020-BETHA SISTEMA LTDA

Publicação Nº 2524906

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 57/2020

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2018, Processo de Licitação nº 43/2018, homologado em 15 de maio de 2018.

Objeto: TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 49/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Assinatura: 14/05/2020 Vigência: 15/05/2020 Á 15/05/2021.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: BETHA SISTEMA LTDA, situada na RUA JOÃO PESSOA Nº 120 ANDAR 03 SALA 04, BAIRRO CENTRO, CIDADE DE CRICIÚMA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.456.865/0007-52.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 58-2020-SEBRAE-SERVICO DE APOIO AS M.PEQ.EMPR.SC

Publicação Nº 2524918

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 58/2020

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2020, Processo de Licitação nº 44/2020, homologado em 28 de maio de 2020.

Objeto: Contratação de consultoria técnica especializada em parceria com o SEBRAE, para o atendimento em 10 (dez) propriedades rurais do Município de Ipumirim que desenvolvem a atividade da ovinocultura.

Valor: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

Assinatura: 29/05/2020 Vigência: 01/06/2020 Á 30/11/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: SEBRAE-SERVICO DE APOIO AS M.PEQ.EMPR.SC, situada na RODOVIA SC 401, KM 01, LOTE 02 , PARQUE, Bairro: JOÃO PAULO, cidade de FLORIANÓPOLIS-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.515.859/0001-06.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 59-2020-CONSTRUTORA ARTIFON LTDA-QUADRA ESPORTIVA

Publicação Nº 2524926

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 59/2020

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de Tomada de Preço para obra e serviços de engenharia nº 4/2019, Processo de Licitação nº 102/2019, homologado em 27 de dezembro de 2.019.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº 154/2019, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA CONSTRUTORA ARTIFON LTDA.

Assinatura: 04/06/2020 Vigência: 01/08/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: CONSTRUTORA ARTIFON LTDA, situada na AVENIDA DOM PEDRO II, Nº 42 SALA 08, BAIRRO CENTRO, CIDADE DE IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.044.422/0001-48.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 60-2020-BANRISUL CARTÕES-AUXILIO ALIMENTAÇÃO

Publicação Nº 2524974

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 60/2020

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2020, Processo de Licitação nº 45/2020, homologado em 09 de junho de 2020.

Objeto: Fornecimento de CARTÕES ALIMENTAÇÃO, na modalidade CARTÃO MAGNÉTICO, que serão utilizados pelos servidores da CONTRATANTE na aquisição de gêneros alimentícios "in natura" na rede de estabelecimentos comerciais credenciados; em conformidade com o Programa de Alimentação do Trabalhador ("PAT"), criado pela Lei 6.321, de 14 de abril de 1976, e regulamentado pelo Decreto 5, de 14 de janeiro de 1991, e demais legislação, apresentado na forma de um cartão plástico de uso pessoal, exclusivo e intransferível.

Assinatura: 09/06/2020 Vigência: 09/06/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: BANRISUL CARTÕES S.A, situada na RUA CALDAS JUNIOR, Nº 120, 11º ANDAR, BAIRRO: CENTRO HISTÓRICO, CIDADE DE PORTO ALEGRE-RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.934.215/0001-06.

PORTARIA Nº. 360/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524738

RETIFICA PORTARIA 350/2020 QUE ALTEROU MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 4º da Lei nº 0866/91 de 30 de Setembro de 1991.

R E T I F I C A

Fica retificada a portaria 350/2020 de 03 de junho de 2020 que alterou os seguintes membros para constituírem o Conselho Municipal de Assistência Social de Ipumirim – SC.

I – Governo:

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Patricia de Pinho Bonassi

Suplente: Gisele Taina Prezotto

Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Cidiane Ribeiro Soares Benelli

Suplente: Luciane Dezzanetti

Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Titular: Adriana Giombelli Bordinhon

Suplente: Ione Farina

Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio.

Titular: Claudira Andreia Kammers Costa

Suplente: Ingridy Kelli Zanchet

Representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças:

Titular: Moira Comboski

Suplente: Tatiane Zanella

II – Sociedade Civil:

Representantes usuários:

Titular: Adiles Benelli Zanatta

Suplente: Erculino Accadrolli

Titular: Gema Fratta Gubert
Suplente: Neiva Bernadete Fabry

Titular: Rosa Gema Baron Comboski
Suplente: Thamires Silva dos Santos

Representante de Entidades e/ou organizações de Assistência Social devidamente inscrita no CMAS:

Titular: Ledimar Casagrande Locatelli
Suplente: Nelva Burin Refatti

Representante dos trabalhadores do SUAS:

Titular: Janete Regina Kist Neis.
Suplente: Mariângela Wermeier.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de Junho de 2020.

Ipumirim – SC, 15 de Junho de 2020.
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT.
Prefeito Municipal.

RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 01/2020

Publicação Nº 2525740

RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 01/2020

Dispõe sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil para integrar a nova gestão do CMDCA.

O Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições em consonância com a Lei complementar nº. 179 de 04 de abril de 2019, em Reunião Ordinária realizada em 16 de junho de 2020:

RESOLVE:

Art. 1º - Para composição da representação da sociedade civil serão escolhidos 05 (cinco) representantes titulares, com igual número de suplentes dentre entidades e ou grupos de atendimentos, defesa, estudo, pesquisa, religiosos, de classe e de garantia dos direitos da criança e do adolescente, e escolhido em fórum próprio, convocados a cada 02 (dois) anos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Art. 2º - As entidades e/ou grupos acima referenciados poderão encaminhar por e-mail (assistenciasocial@ipumirim.sc.gov.br) ou entregar pessoalmente na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação até a data de 23 de junho de 2020, os seguintes documentos:

I – Ofício da entidade e/ou grupos indicando o representante para participar do fórum e posterior do CMDCA caso for escolhido no fórum;
II – Cópia de RG e CPF;

Art. 3º - O fórum próprio será realizado na data de 24 de junho de 2020 às 13h30min tendo como local a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Ipumirim/SC, 16 de junho de 2020.
Marisa Rossetto
Vice Presidente do CMDCA de Ipumirim

Iraceminha

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO 1 ADT 056/2020

Publicação Nº 2525273

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 056/2020 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 056/2020, que celebram a Prefeitura Municipal de Iraceminha e a empresa GAIA RODOVIAS LTDA.

Pelo presente instrumento de prestação de serviços sob o regime de execução por preço global, que entre si celebram: o MUNICÍPIO DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Dona Paulina nº. 780, Centro, nesta cidade de Iraceminha, inscrito no CNPJ-MF sob o nº. 80.623.606/0001-12, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. JEAN CARLOS NYLAND, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF sob o nº. 057.328099-10, e portador da Carteira de Identidade sob o nº. 4.479638, residente nesta cidade de Iraceminha, Estado de Santa Catarina, neste ato designado simplesmente de CONTRATANTE e, Empresa GAIA RODOVIAS LTDA, estabelecida na Rodovia BR 282, Km 607, Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 03.257.777/0001-24, neste ato representado pelo seu Procurador Sr. RENATO ADRIANO SEIBT, brasileiro, portador do CPF nº 526.393.209-04, RG nº 1.612.469, residente e domiciliado na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina, doravante denominado de CONTRATADO, neste ato designado simplesmente de CONTRATADO, observado o dispositivo na Lei nº. 8.666/93, e Processo Licitatório 020/2020 - Tomada de Preços nº. 002/2020 ficam justos e contratados sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do Contrato nº 056/2020, de comum acordo entre as partes fica prorrogado, mediante ao presente aditamento até o dia 31/08/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO CONTRATO

Todas as demais cláusulas do contrato 056/2020 de 19 de fevereiro de 2020 permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha – SC, para dirimir questões decorrentes deste Contrato, com renúncia expressa aos demais, competente para dirimir controvérsias que possam decorrer da execução deste instrumento, ficando desde já consignado que, se ocorrerem, os casos omissos serão solucionados à luz das disposições constantes da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

E por estarem assim justas e acordadas firmam as partes o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor, forma e data, para num só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Iraceminha, SC, 16 de Junho de 2020.

MUNICÍPIO DE IRACEMINHA

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

RENATO ADRIANO SEIBT

GAIA RODOVIAS LTDA

CONTRATADO

Irani

PREFEITURA

AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2020

Publicação Nº 2526031

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 045/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2020

OBJETO: Contratação de empresa, por empreitada global, para construção de 30 m² de muro de pedra (com fornecimento do material), localizado na Rua Ângelo Zampieri, objetivando a continuidade da pavimentação do Bairro Alto Irani, contrato de repasse nº 837733/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

CONTRATADO: PEDRO FERNANDES ME, com sede administrativa na Rua Vicente Lemos das Neves, nº 185, Bairro Santo Antonio, Irani – Santa Catarina, CEP: 89.680-000, inscrito no CNPJ sob o nº 20.852.861/0001-05.

VALOR TOTAL: R\$ 6.750,00 (seis mil e setecentos e cinquenta reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: inciso II do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93.

VIGÊNCIA: 18 de agosto de 2020.

Irani, SC, 17 de junho de 2020.

GILSON MOREIRA LEITE – SECRETÁRIO DE OBRAS

DECRETO 102/2020

Publicação Nº 2525062

DECRETO Nº 102, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

REVOGA O ART. 2º DO DECRETO MUNICIPAL 38/2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 104, da Lei Orgânica do Município de Irani,

DECRETA:

Art.1º Fica revogado o art. 2º, do Decreto nº 38, de 24 de março de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Irani/SC, 16 de junho de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Gestão em 16/06/2020.

DECRETO Nº 099.2020

Publicação Nº 2524785

DECRETO Nº 099, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

"NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DO MUNICIPIO DE IRANI/SC – CMI, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Municipal nº. 1.158 de 11 de abril de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para a composição do Conselho Municipal do Idoso de Irani:

I - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

TITULAR: Claudete Deitos Gonzaga

SUPLENTE: Bárbara Patrícia de Mello

II – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TITULAR: Carolina de Paris

SUPLENTE: Rodrigo Andruchewicz

III – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

TITULAR: Neusa Prior

SUPLENTE: Joice Gonçalves Lins

IV – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

TITULAR: Gilson Moreira Leite

SUPLENTE: Mauricio Pino Gomes

V – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

TITULAR: Carine Mineiro

SUPLENTE: Denise Regina Salvador Mazieiro

VI – REPRESENTANTES DO GRUPO DE IDOSOS MATE AMARGO

TITULAR: Neusa Lopes

SUPLENTE: Odir Salvador De Bastiani

VII – REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

TITULAR: Leliz Lenzi Stiner

SUPLENTE: Elza Maria Deola

VIII – REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE IRANI

TITULAR: Sandro Alves Pereira

SUPLENTE: Adão de Jesus Correa Gonçalves

IX – REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IRANI

TITULAR: Milton Antônio Griza

SUPLENTE: Juscielly Mara Ronchetti

X – REPRESENTANTES DA CÂMARA DE DIRIGENTES LOGISTAS DE IRANI (CDL)

TITULAR: Danieli Machado Fidel

SUPLENTE: Salete Vieia Machado

Art.2º. Os Serviços prestados serão gratuitos e considerados relevantes para o serviço público municipal.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto Municipal nº 014/2019.

Irani/SC, 15 de junho de 2020.

Sívio Antonio Lemos das Neves

Prefeito

Publicado e Registrado na Secretaria de Administração e Gestão em 15/06/2020.

DECRETO Nº 100.2020

Publicação Nº 2524787

DECRETO Nº 100 DE 15 DE JUNHO DE 2020

NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÍVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei nº 1.757/2015.

DECRETO:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), indicados pelos órgãos que o compõe, assim constituído:

I – REPRESENTANTES DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Elisangela de Jesus;

Suplente: Aline Bonamigo;

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Titular: Margarida Gazoni Zenaro;

Suplente: Neusa Prior;

Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Mireli De Cezare

Suplente: Leticia Lemos das Neves

Secretaria Municipal de Administração e Gestão

Titular: Luana Deola

Suplente: Carine Mineiro

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE

Titular: Leliz Lenzi Steiner

Suplente: Elza Maria Deola

Associação de Pais e Professores

Titular: Juliana Cordeiro Paz

Suplente: Clores D'Aghetti

Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Irani

Titular: Sandro Alves Pereira

Suplente: Juliano Camelo de Oliveira

Pastoral da Criança

Titular: Iraci Fangmeier

Suplente: Lourdes Perão Furlanetto

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto 64/2019.

Irani/SC, 15 de Junho de 2020.

Sívio Antonio Lemos das Neves

Prefeito

Registrado e publicado nessa Secretaria em 15/06/2020.

Secretaria Municipal de Administração e Gestão

DECRETO Nº 101.2020

Publicação Nº 2524957

DECRETO Nº 092, DE 25 DE MAIO DE 2020.

PRORROGA AS MEDIDAS DO DOS DECRETOS MUNICIPAIS 081, DE 09 DE MAIO DE 2020 E 085, DE 15 DE MAIO DE 2020.

SÍVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 104, da Lei Orgânica do Município de Irani,

CONSIDERANDO a deliberação entre os Chefes do Poder Executivo dos Municípios que compõem a Associação de Municípios do Alto Uruguai Catarinense, em reunião online realizada em 15 de junho de 2020;

DECRETA:

Art.1º Ficam prorrogadas até dia 08 de julho de 2020, as medidas previstas no Decreto Municipal 081, de 09 de maio de 2020, com as alterações previstas no Decreto Municipal 082, de 12 de maio de 2020 e no Decreto Municipal 085, de 15 de maio de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 17 de junho de 2020.

Irani/SC, 16 de junho de 2020.

SÍVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Gestão em 16/06/2020.

DECRETO Nº 102.2020

Publicação Nº 2525092

DECRETO Nº 102, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

REVOGA O ART. 2º DO DECRETO MUNICIPAL 38/2020.

SÍVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 104, da Lei Orgânica do Município de Irani,

DECRETA:

Art.1º Fica revogado o art. 2º, do Decreto nº 38, de 24 de março de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Irani/SC, 16 de junho de 2020.

SÍVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Gestão em 16/06/2020.

Irati

PREFEITURA

PREGÃO Nº 043/2020-PMI - REFERENTE AQUISIÇÃO DE 01 PROPULSORA PNEUMÁTICA PARA TAMBOR DE GRAXA 200 L E 01 CONJUNTO LUBRIFICANTE DA PROPULSORA, PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE IRATI/SC

Publicação Nº 2526035

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

Processo Administrativo Nº 077/2020

Processo Licitatório Nº 077/2020

Edital: Pregão Presencial Nº 043/2020

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: REFERENTE AQUISIÇÃO DE 01 PROPULSORA PNEUMÁTICA PARA TAMBOR DE GRAXA 200 L E 01 CONJUNTO LUBRIFICANTE DA PROPULSORA, PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE IRATI/SC

Entrega dos Envelopes: 13:30 horas do dia 29.06.2020

Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 29.06.2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, pelo site: www.irati.sc.gov.br, ou através de do e-mail: irati@irati.sc.gov.br.

Irati – SC, 17 de junho de 2020.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

PREGÃO RP Nº 076/2020-MULTIENTIDADE - AQUISIÇÃO EVENTUAL, FUTURA E PARCELADA DE MADEIRAS DIVERSAS

Publicação Nº 2524939

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

Processo Administrativo Nº 076/2020

Processo Licitatório Nº 076/2020

Edital: Pregão Presencial RP Nº 042/2020

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: REFERENTE AQUISIÇÃO EVENTUAL, FUTURA E PARCELADA DE MADEIRAS DIVERSAS (20,0 M3 VIGA EUCALIPTO PARA PONTE 30 X 50 CM, 100 UN POSTE EUCALIPTO 7 CM X 15 CM X 3,5 M, POSTE 12 CM X 12 CM X 1,90 M, ...), PARA UTILIZAÇÃO EM PROGRAMA HABITACIONAL, CONSTRUÇÃO DE CERCAS, MANUTENÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES – DIVERSAS SECRETARIAS - MUNICÍPIO DE IRATI/SC.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 29.06.2020

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 29.06.2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, pelo site: www.irati.sc.gov.br, ou através de do e-mail: irati@irati.sc.gov.br.

Irati – SC, 15 de junho de 2020.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3788

Publicação Nº 2524863

DECRETO Nº 3.788/2020.

REGULAMENTA A FORMA DE PAGAMENTO DOS TRIBUTOS E PREÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS POR MEIO DE CARTÃO DE DÉBITO OU CRÉDITO, NA FORMA ESTABELECIDADA EM LEI.

O Prefeito Municipal de Irineópolis (SC), cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições legais, e com base nos preceitos definidos na lei tributária local,

DECRETA:

Art. 1º Nos termos do art. 27 do Código Tributário Municipal de Irineópolis (SC), Lei Complementar Municipal 185/1973, fica autorizado o recebimento dos tributos e preços públicos municipais por meio de cartão de débito ou crédito.

§1º O pagamento por meio de cartão de crédito ou débito é facultativo, sendo que o contribuinte que desejar utilizar este mecanismo ficará sujeito às regras e determinações deste Regulamento.

§2º Em nenhuma hipótese o contribuinte pode ser obrigado a realizar o pagamento por meio de cartão de crédito ou débito e nem ter limitado o seu acesso ao pagamento por meio de guia municipal de arrecadação (boleto bancário).

§3º O pagamento por meio de guia de arrecadação municipal continua a ser o meio oficial de recebimento, sendo o recebimento por cartão uma opção destinada a facilitar o recolhimento.

§4º O pagamento do tributo por meio de cartão de crédito ou débito tem o mesmo valor legal que os demais meios e o recibo da operação, regularmente emitido, servindo de comprovante de pagamento.

§5º Em razão dos mecanismos de confirmação e recebimento, a baixa definitiva dos tributos e preços públicos ocorrerá somente com o ingresso dos valores pagos nos cofres públicos.

Art. 2º Poderão ser pagos por meio de cartão de crédito ou débito:

I. os impostos municipais (IPTU, ITBI e ISSQN);

II. as taxas tributárias previstas na lei tributária municipal;

III. os preços públicos municipais e as tarifas de uso de espaços públicos e outros;

IV. as multas tributárias aplicadas sobre o descumprimento de obrigações acessórias;

V. as multas não tributárias, como de posturas, ambientais, da vigilância sanitária e outras;

VI. demais débitos lançados, gerados ou cobrados pelo Município.

Art. 3º O pagamento por meio de cartão de crédito ou débito se dará em unidades de atendimento indicadas pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 4º Os terminais estarão vinculados a uma ou mais operadoras, que tenham contrato com o Município para ofertar este tipo de pagamento, nos termos do edital de credenciamento n.º 001/2019 realizado pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA.

§1º Considera-se operadora, neste Regulamento, a empresa responsável pelo terminal ou plataforma de pagamento e, consequentemente, pelo recebimento dos dados do titular do cartão, pela validação das informações do titular e pelo depósito do valor do tributo ou preço público na conta bancária do Município.

§2º Os trâmites estabelecidos no §1º deste artigo envolvem operadoras, bandeiras, credenciadoras e instituições financeiras, sendo que a empresa credenciada que responderá integralmente pelo fluxo de pagamento e deverá assegurar o ingresso do valor na conta bancária do município.

§3º O credenciamento da operadora seguirá os trâmites estabelecidos nas normas legais que regulam a contratação pelo Poder Público.

Art. 5º O valor devido ao Município e que será pago pelo contribuinte por meio de cartão de crédito ou débito corresponderá ao montante atualizado do tributo ou preço público no dia em que se realizar a operação, considerando-se:

I. os juros, multas e acréscimos legais incidentes, nas situações de pagamento após a data de vencimento original;

II. os descontos ou reduções, previstos na legislação local, para o pagamento antecipado ou em cota única.

§1º O valor do tributo ou preço público indicado no caput deve ser repassado integralmente ao Município pela operadora, sem qualquer redução, nos prazos estipulados no contrato ou edital de credenciamento.

§2º Mesmo nas situações de parcelamento pelo contribuinte via cartão, o recebimento do valor pelo Município será integral, em um único depósito, nos prazos estipulados no contrato ou edital de credenciamento.

Art. 6º Além do valor estabelecido no art. 5º serão acrescidos no montante a ser pago pelo contribuinte as tarifas e/ou juros cobrados diretamente pela operadora, com base nas seguintes regras:

I. Nos pagamentos a débito, será cobrada a tarifa pela operação, em valor fixo ou percentual;

II. Nos pagamentos a crédito, à vista ou de forma parcelada, poderão ser cobradas tarifas pela operação, em valor fixo ou percentual, além de juros.

§1º As tarifas e juros previstas neste artigo devem ser informadas, obrigatoriamente, ao contribuinte no ato de pagamento.

§2º Os valores das tarifas e juros devem ficar expostos, de forma visível a todos, nos locais em que se encontram os terminais para pagamento.

§3º Os recursos arrecadados por meio de tarifas e juros mencionados neste artigo não pertencem ao Município, por isso não devem ser transferidos para a conta bancária do Poder Público e nem consideradas como receita orçamentária, já que são cobradas diretamente pela

operadora.

Art. 7º Quando optar pelo pagamento por meio de cartão de crédito ou débito o contribuinte deverá escolher o formato, se débito ou crédito, e no caso de crédito se à vista ou em parcelas.

Art. 8º Nos tributos ou preços públicos com possibilidade de pagamento com desconto em cota única e/ou com parcelamento por meio de guia de arrecadação municipal, conforme estabelecido pela legislação municipal, o contribuinte deve se atentar que:

- I. Ao optar pelo pagamento por cartão da cota única com desconto sofrerá os acréscimos de tarifas e ou juros cobrados pela operadora, especialmente nos casos de parcelamento da cota única via cartão de crédito, em que incidirão tarifas e juros explicitados neste Decreto;
- II. Se não efetuar o pagamento em cota única e/ou se o tributo ou preço público permitir o parcelamento, poderá pagar as parcelas com o uso do cartão de crédito ou débito, incidindo normalmente as tarifas e juros descritos neste Decreto, conforme o método de pagamento escolhido.

Parágrafo único. Conforme estabelecido no caput, A possibilidade de parcelamento estabelecida na lei municipal para os tributos ou preços públicos, especialmente para o IPTU e taxa de coleta de lixo, não deve ser confundida com o parcelamento por meio de cartão crédito, já que o parcelamento previsto na lei municipal divide o valor do tributo ou preço público em parcelas menores, que deverão ser pagas, por guia de arrecadação municipal (boleto bancário) ou pelo pagamento via cartão.

Art. 9º Nos pagamentos via cartão de crédito ou débito deverá ser impresso e entregue para o contribuinte comprovante da transação, que obrigatoriamente deve mencionar:

- I. o nome de cada tributo ou preço público pago e o respectivo valor dos mesmos;
- II. o valor das tarifas e dos juros cobrados pela operadora do contribuinte;
- III. a quantidade de parcelas, quando for o caso.

Art. 10. O pagamento por meio de cartão de crédito ou débito somente será aceito se o cartão utilizado no pagamento seja da mesma titularidade do contribuinte para qual foi lançado o valor.

Art. 11. Nas questões relativas as tarifas e juros cobrados pelas operadoras, o contribuinte deverá entrar em contato diretamente com a empresa.

Parágrafo único. As operadoras credenciadas deverão deixar a disposição, em local visível nos órgãos municipais, os dados de contato, como site, e-mail e telefone, para questionamentos, dúvidas e impugnações.

Art. 12. Quando o contribuinte discordar dos valores ou cálculo dos tributos ou preços públicos pagos pelo cartão, deverá requerer a revisão ou análise diretamente ao Município, com o uso dos procedimentos estabelecidos em lei.

Art. 13. Nas situações em que o contribuinte efetue o estorno sem motivo do pagamento ou utilize meios fraudulentos que impeçam o recebimento do valor, o tributo ou preço público será lançado normalmente em nome do devedor, que ficará sujeito à cobrança extrajudicial e judicial, e poderá sua conduta, depois de instaurado o processo administrativo concernente, ser enquadrada como crime contra a ordem tributária, sujeita as penalidades da lei.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Irineópolis (SC), 15 de Junho de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 215/2020

Publicação Nº 2525648

PORTARIA Nº 215/2020.

DISPENSA SERVIDORA DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE GESTÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1.º- DISPENSAR a servidora ANDREIA APARECIDA KASCHUK JANISZEWSKI do exercício da Função de Gestão de Diretor de Escola, para a qual foi designada através da Portaria nº 132/2020, de 01/04/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 15 de Junho de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

RESOLUÇÃO HMBJ Nº 016/2020

Publicação Nº 2525718

RESOLUÇÃO Nº. 016/2020.

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, cidadã WIANEY DE CASSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR LIZIANE JOSINO, nascida em 10/08/1982, portadora do CPF nº. 053.596.569-99 RG n.º 9.644.093-6 SESP/PR, para no período de 15/06/2020 à 14/12/2020, exercer as atividades de Enfermeira (44h/sem), na forma de contratação direta, conforme Contrato de Trabalho Temporário nº 02/2020, visando o atendimento temporário e excepcional na área da Saúde, atuando em substituição a servidora efetiva Giseli Kempinski, em exercício do cargo de Secretária Municipal da Saúde.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis (SC), em 15 de Junho de 2020.

WIANEY DE CASSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS

Presidente.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 10/2019**

Publicação Nº 2525457

Portaria Nº 10/2020

NOMEIA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

FERNANDO TURRA, Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Nomear a Servidora ALDRIÉLI NASCIMENTO inscrita no CPF sob o nº 065.670.669-46, RG Nº 5.224.968-9, para o Cargo de Provimento em Comissão de ASSESSORA PARLAMENTAR, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal, recebendo os vencimentos previstos em Lei.

Gabinete da Presidência, em 17 de Junho de 2020.

FERNANDO TURRA

Presidente da Mesa

Itá

PREFEITURA

ATA DE ANALISE DA DOCUMENTAÇÃO DO PL 038/2020, TP 007/2020

Publicação Nº 2524742

ATA DE ANALISE DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2020 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 007/2020, DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Às 15h30min do dia quinze do mês de junho do ano de dois mil e vinte, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, reuniram-se o presidente e a membros da comissão permanente de licitações designados pelo Decreto nº 062 de 10 de junho de 2020, sob a Presidência do Senhor Delso Minski, membros Silviane Carla Mertins e Franciele Dall Bello para o ato de análise da documentação das empresas participantes do certame. Analisada a documentação pelo presidente e membros restou em: a) HABILITAR as empresas L e Z COMERCIO E INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA e ENERGIZA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA por cumprir os requisitos do edital; e b) INABILITAR a empresa FABIANO FRANCHIN por deixar de cumprir o item 5.1.1.8 do edital (apresentou cópia não autenticada da identificação do representante legal). Diante do fato o presidente abre o prazo de cinco dias úteis para recurso da fase de habilitação; Intima-se os licitantes da decisão. Em nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo presidente, membros da Comissão. Esta Ata será publicada nesta data no mural público do Município de Itá, na página do Município na internet www.ita.sc.gov.br.

Delso Minski
Presidente

Silviane Carla Mertins
Membro

Franciele Dall Bello
Membro

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2020, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020

Publicação Nº 2525001

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2020

EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO Nº 001/2020

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Eletronico, no dia 06 de julho de 2020, para a aquisição de material esportivo e uniformes para desenvolvimentos de escolinha de futsal no município. As propostas serão recebidas até as 09h00min do dia 06 de julho de 2020 e abertas as 09h00min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" e "www.comprasgovernamentais.gov.br", as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9510. Itá-SC, 16 de junho de 2020.

JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 001/2020

Publicação Nº 2524852

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2020

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o artigo 145, III da Constituição Federal, artigos 1º a 3º, do Decreto-lei 195/67 e artigos 81 e 82 da Lei n. 5.172/66 Código Tributário Nacional, especialmente a Lei Complementar Municipal nº 105, de 10 de dezembro de 2013 e alterações posteriores, faz saber, que por meio do presente EDITAL traz ao conhecimento dos munícipes interessados, os custos relativos à execução de obra pública de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA que será executada em via localizada no perímetro urbano do Município, para fins de ressarcimento ao erário público dos valores despendidos com sua execução, de conformidade com os itens a seguir relacionados:

A rua a ser pavimentada e que é objeto do presente edital, compreende ao trecho da Rua UHE Machadinho, conforme Anexo I deste edital.

1 - DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

1.1 – Em atenção à alínea "a", inciso I, art. 82, da Lei 5.172/66, o memorial descreve normas para a execução dos serviços de "pavimentação da rua pública" compreendendo todos os serviços e materiais necessários à execução da obra, conforme termos definidos no memorial descritivo.

1.2 - A íntegra do memorial descritivo e a descrição individual dos serviços executados constam no Anexo II deste Edital, considerado como parte integrante do presente.

2 - DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

2.1 – Atendendo exigência descrita na alínea "b", inciso I, art. 82, da Lei 5.172/66, o custo total da obra corresponde a R\$ 261.949,42 (duzentos e sessenta e um mil, novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e dois centavos).

2.2 – As demais especificações do projeto constam nos Anexos deste Edital.

3 - DA DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

3.1 – A determinação do valor da contribuição de melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel beneficiado pela obra não podendo ser superior ao seu custo, obedecendo ao previsto no art. 198 da Lei Complementar Municipal nº 105/2013 e alterações posteriores.

3.2 - No custo da contribuição de melhoria, estão computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para

que os benefícios da obra sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência, nos termos da alínea "c", inciso I, art. 82, da Lei 5.172/66.

4 - DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA

4.1 - Os Imóveis beneficiados estão situados na Rua UHE Machadinho, da Vila Gerasul, conforme Anexo I deste edital.

5 - DA DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

5.1 - O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de até 100% (cem por cento) dos valores constantes nos itens do Orçamento Quantitativo e Financeiro (Anexo V), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida em cada imóvel, o que corresponde o valor total de R\$ 261.949,42 (duzentos e sessenta e um mil, novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e dois centavos), nos termos da alínea "e", inciso I, art. 82, da Lei 5.172/66.

6 - DA PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES:

6.1 - A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 157.169,65 (cento e cinquenta e sete mil, cento e sessenta e nove reais e sessenta e cinco centavos).

6.2 - Considerando que a área total da obra corresponde a 640 (seiscentos e quarenta) metros lineares, e que o valor estimado a ser absorvido pelos contribuintes importará em R\$ 157.169,65 (cento e cinquenta e sete mil, cento e sessenta e nove reais e sessenta e cinco centavos), o custo estimado por metro linear da obra absorvido pelos contribuintes, será de R\$ 245,58 (duzentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos).

7 - DA FORMA DE PAGAMENTO:

A Contribuição de Melhoria poderá ser paga no prazo de até 72 (setenta e dois) meses, contados da data da notificação do lançamento, ou em prazos menores mediante desconto de acordo com a tabela abaixo, cujo valor original, será sempre convertido em UFRMs.

OPÇÃO	FORMA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL
I	Parcela única - Prazo: 30 dias	30,00% (trinta por cento) de desconto
II	Parcelado em até 12 meses	25,00% (vinte e cinco por cento) de desconto
III	Parcelado de 13 a 24 meses	20,00% (vinte por cento) de desconto
IV	Parcelado de 25 a 36 meses	15,00% (quinze por cento) de desconto
V	Parcelado de 37 a 48 meses	10,00% (dez por cento) de desconto
VI	Parcelado de 49 a 60 meses	5,00% (cinco por cento) de desconto
VII	Parcelado de 61 a 72 meses	VALOR INTEGRAL SEM DESCONTO

8 - DA IMPUGNAÇÃO:

8.1 - Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas, terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente Edital para interpor impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova, indicando fatos e fundamentos.

8.2 - A Impugnação deverá ser encaminhada ao Secretário de Administração e Fazenda do Município de ITÁ, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil seguinte à data da publicação do presente edital.

9 - DO ÍNDICE DE VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS

O índice de Valorização individual de cada imóvel corresponde a 100% (cem por cento), sobre o valor total aplicado em cada lote, tendo como parâmetro o custo total da obra por metro linear, na sua área de abrangência, ou seja, a parte paga pelo contribuinte mais a parte suportada pela municipalidade.

Os interessados terão acesso a este Edital na íntegra, bem como seus Anexos, por meio do endereço eletrônico www.ita.sc.gov.br, ou pelo E-mail administracao@ita.sc.gov.br ou na sede do Município.

Itá, SC, 15 de junho de 2020.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeita Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL N° 26/2020

Publicação N° 2525407

OBJETO: Registro de Preços para locação mensal de Rolo Compactador de pneus. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 30 de junho de 2020, até as 08h30. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 30 de junho de 2020, as 08h45. O Edital está à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaiopis.sc.gov.br. Itaiópolis, 16 de junho de 2020. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 03/2020 – FMAS

Publicação N° 2525373

PREGÃO PRESENCIAL N° 21/2020 – Objeto: contratação de empresas para prestarem serviços de reparos, consertos, em veículos, do Fundo Municipal de Assistência Social. Fornecedoras: JOÃO ALVES MAIA MEI – ITEM: 7. Valor Total: R\$ 15.750,00; JRC COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS EIRELI ME – ITEM: 25. Valor Total: R\$ 1.080,00; MK PNEUS LTDA. EPP – ITENS: 12 e 23. Valor Total: R\$ 30.750,00. PRAZO: 12 (doze) meses. Itaiópolis, 04 de junho de 2020. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 18/2020 – PMI

Publicação N° 2525369

PREGÃO PRESENCIAL N° 21/2020 – Objeto: contratação de empresas para prestarem serviços de reparos, consertos, em veículos, caminhões, ônibus, equipamentos, máquinas, das Secretarias Municipais, Polícia Militar e Civil, Corpo de Bombeiros Militar (Convênio nº 008/2015). Fornecedoras: AUTO PEÇAS BAUER LTDA. EPP – ITENS: 1, 6, 17, 26, 27 e 28. Valor Total: R\$ 489.100,00; AUTO PEÇAS MARGOTI LTDA. EPP – ITENS: 2, 5, 9, 15 e 29. Valor Total: R\$ 532.800,00; EDENILSON BOSSE ME – ITENS: 18, 19 e 24. Valor Total: R\$ 355.600,00; JOÃO ALVES MAIA MEI – ITEM: 7. Valor Total: R\$ 201.600,00; JRC COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS EIRELI ME – ITENS: 4, 25, 30 e 31. Valor Total: R\$ 191.580,00; MK PNEUS LTDA. EPP – ITENS: 11, 12, 22 e 23. Valor Total: R\$ 352.800,00; MOLASUL POSTO DE MOLAS E MECÂNICA DIESEL EIRELI EPP – ITEM: 8. Valor Total: R\$ 102.200,00; RC ELETROMECÂNICA AUTOMOTIVA LTDA. ME – ITENS: 20 e 21. Valor Total: R\$ 106.000,00; RETÍFICA MOTOCAR LTDA. EPP – ITENS: 3, 10, 13, 14 e 16. Valor Total: R\$ 1.006.000,00. PRAZO: 12 (doze) meses. Itaiópolis, 04 de junho de 2020. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO N° 33/2020

Publicação N° 2525377

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 08/2020 – Objeto: contratação de empresa para prestar serviços de limpeza das Ruas: Alan Kardec, Pedro Veiga, Ricardo Koenig e Guilherme Lang, na Vila José Dresseno. Contrato nº 33/2020. Contratada: Maria Grazielle Alves Guedes - Engefaz. Valor Total: R\$ 9.888,50. Prazo de execução: 30 (trinta) dias, a contar da Ordem de Serviço. Itaiópolis, 10 de junho de 2020. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO PE 10/2020

Publicação N° 2524810

Pregão Eletrônico nº 10/2020. objeto: Aquisição de uniformes e EPI's para uso dos profissionais da área da Saúde que trabalham na linha de frente, contra a Pandemia da COVID-19, (no pronto Atendimento Municipal, anexo a Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio e demais Unidades Básicas de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde de Itaiópolis). Data para recebimento das propostas até às 10:00horas do dia 18 de junho de 2020. Exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico no site www.bllcompras.org.br. Data e hora para sessão dos lances: dia 25 de junho de 2020 às 13:15horas. O Edital estará à disposição dos interessados no site da Prefeitura de Itaiópolis www.itaiopis.sc.gov.br. Maiores informações no fone 047 3652 2211. Itaiópolis, 16/06/2020. Kelly Evelllyn Ientz de Souza – Secretária Municipal da Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 77/2020

Publicação Nº 2525346

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRONICO Nº 77/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL DE CONCRETO USINADO E DE SERVIÇO DE BOMBEAMENTO DE CONCRETO PARA AS OBRAS EFETUADAS PELO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA-SC.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Tipo: Menor Preço por LOTE.

Recebimento das Propostas: até às 07h55min do dia 29/06/2020.

Início da Sessão: dia 29/06/2020, às 08h:00min, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 16 de junho de 2020.

José Gilvane Lauer

Secretaria de Administração

LEI MUNICIPAL Nº 3.343, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525584

LEI MUNICIPAL Nº 3.343, DE 16 DE JUNHO DE 2020

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, SC, RECEBER POR DOAÇÃO ÁREA DE TERRA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a receber por doação a área de terra de 60,00 m², (sessenta metros quadrados), sem benfeitorias, confrontando: PARTE DOS URBANOS Nº 41 e 43, ambos da Avenida Uruguai, situado nesta cidade de Itapiranga, com área de 60,00 m² (sessenta metros quadrados), sem benfeitorias, confrontando em conjunto: ao NOROESTE, em 20,00 metros e Azimute de 59° 23' 30", com a Avenida Uruguai; ao NORDESTE, em 3,00 metros e Azimute de 329° 23' 30", com a área incorporada na Avenida Uruguai, de parte restante do mesmo lote nº 41, de propriedade de Mauro Luis Franzen e outros, objeto da matrícula nº 2.808; ao SUESTE, em 20,00 metros e Azimute de 59° 23' 30", com terras do mesmo lote nº 41 e 43, da Avenida Uruguai, desta proprietária Teresinha Masetto Pauli, objeto da matrícula nº 1.601; ao SUDOESTE, em 3,00 metros e Azimute de 329° 23' 30", com a área incorporada na Avenida Uruguai, de parte restante do mesmo lote nº 43, de propriedade de Kurt Jung e Sandra Jung, objeto da matrícula nº 1.841.

Parágrafo único. O Imóvel referido no caput deste artigo será incorporado ao patrimônio público municipal.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a receber a respectiva escritura pública, sem ônus para o Município.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Itapiranga, em 16 de junho de 2020.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Secretaria de Administração.

LEI MUNICIPAL Nº 3.344, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525587

LEI MUNICIPAL Nº 3.344, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CEDER MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL AOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder máquinas, equipamentos e pessoal aos municípios do Estado de Santa Catarina que declararem Situação de Emergência - SE ou Estado de Calamidade Pública - ECP, na forma da lei.

Parágrafo único. Os serviços de máquinas, equipamentos e pessoal cedidos para o restabelecimento dos serviços públicos essenciais, tais como desobstrução e recuperação de vias limítrofes, estendem-se também aos setores de saúde, assistência social, agricultura, educação, urbanismo, trânsito e segurança, a juízo do município.

Art. 2º O controle das máquinas, equipamentos e pessoal cedido será de competência do Poder Executivo, que deverá atuar conjuntamente com o órgão competente do município beneficiado com a presente lei.

Art. 3º As despesas de locomoção das máquinas, equipamentos e pessoal até os municípios atingidos correrão por conta de dotações de orçamentos vigentes em cada exercício.

Art. 4º O Executivo Municipal expedirá decreto especificando as máquinas, os equipamentos e pessoal a serem cedidos, estipulando um prazo determinado pela cessão e sua finalidade.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Itapiranga, em 16 de junho de 2020.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Secretaria de Administração.

Itapoá

PREFEITURA

ATA SESSÃO PÚBLICA - TOMADA DE PREÇO Nº 09/2020

Publicação Nº 2525019

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	16/06/2020	Horário início: 09h00min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 09/2020 Nº 54/2020

OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OBRAS EMERGÊNCIAS DE INFRAESTRUTURA ELÉTRICA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARTE INTEGRANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. No dia e hora supramencionados, na sede da Casa da Cultura, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 4064/2019. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial do Estado, Jornal de Grande Circulação, Diário Oficial dos Municípios e Site Oficial do Município, no dia 27/05/2020 a fim de ampla divulgação. Exatamente às 08h30min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolou envelope a empresa:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
16/06/2020	126	08h00	ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA	09.008.659/0001-69

Iniciada a sessão, os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação da empresa licitante, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que a empresa apresentou contrato de prestação de serviços com o técnico responsável, Fernando Aviz Motta, com prazo superior a 4 anos, iniciando em 02 de janeiro de 2015, descumprindo o art. 598 do Código Civil, no entanto, apresentou contrato de prestação de serviços com o técnico responsável Carlos Gilberto Dutra, com validade vigente e acervo que atendem ao Edital, e, portanto considerada HABILITADA. A empresa habilitada abre mão do direito de recurso. Passando à fase seguinte, foi aberto o envelope de PROPOSTA da empresa habilitada, chegando ao seguinte resultado classificatório:

Empresa	VALOR
1º ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA	R\$ 1.320.149,03

Fica aberto o prazo para a empresa apresentar as amostras, conforme item 5.13 do Edital, até o dia 19/06/2020, no entanto, a empresa se compromete a entregar até o dia 18/06/2020 às 13h30m, por este motivo fica agendada a sessão pública para análise das amostras para o dia 19/06/2020 às 08h00m na Sala de Reuniões no Prédio Sede da Prefeitura Municipal de Itapoá, conforme abaixo:

5.13. Após o resultado do julgamento das propostas, a licitante detentora da proposta de menor preço, deverá apresentar ao Município de Itapoá, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do resultado do julgamento das propostas, amostra dos itens 1.140, 1.143, 1.144, 1.145. As amostras para fins de análise deverá ser entregue no prazo estipulado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, da Prefeitura Municipal de Itapoá, localizada a Rua Mariana Michels Borges nº201, Balneário Itapema do norte, durante o horário de expediente das 07h:30min as 13h:30min.

5.13.1. As amostras devem estar embaladas em caixas próprias para o armazenamento, devem ser novas, e acompanhadas de carta da licitante, contendo a especificação do nome do fabricante, lote, data da fabricação e prazo de garantia.

5.13.2. A Comissão somente declarará o licitante vencedor e adjudicará o objeto da licitação após a análise das amostras, ocasião em que informará o resultado final à todas as licitantes participantes da fase de classificação das propostas e somente após, abrirá o prazo legal de recurso.

A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

FERNANDA CRISTINA ROSA PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	LAYRA DE OLIVEIRA MEMBRO
RICARDO LASTRA MEMBRO	STEFANIE LIARA CASTILHO DE AGUIAR MEMBRO
Licitante presente: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA FERNANDO SATTIS TRENTIN	

LEI MUNICIPAL Nº 1012, DE 15 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525384

LEI MUNICIPAL Nº 1012, DE 15 DE JUNHO DE 2020

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar por anulação parcial de dotação.

O PREFEITO DE ITAPOÁ, Marlon Roberto Neuber: Faço saber que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação parcial de dotação, em conformidade com o artigo 43º, inciso III da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964 e o artigo 5º da Lei Orçamentária nº 962, de 09 de dezembro de



2019 – LOA – 2020, conforme abaixo:

ANULAÇÃO

13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001 – Ensino Fundamental

0012.0361.0021.2092 Material de distribuição gratuita

33390 Aplicações Diretas (488) FR 1010000R\$ 100.000,00

13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001 – Ensino Fundamental

0012.0361.0021.2095 Manutenção do Ensino Fundamental

33390 Aplicações Diretas (532) FR 1010100R\$ 447.000,00

13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002 – Ensino Infantil

0012.0365.0021.2098 Manutenção do Ensino Infantil

33390 Aplicações Diretas (553) FR 1010300R\$ 150.000,00

Total das anulaçõesR\$ 697.000,00

SUPLEMENTAÇÃO

13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001 – Ensino Fundamental

0012.0361.0021.1045 Construção, ampliação e reforma de escolas

34490 Aplicações Diretas (615) FR 1010000R\$ 697.000,00

Total da suplementação..... R\$ 697.000,00

Art. 2º Fica incluído o artigo 2º nas Leis Municipais nº 1003, 1004, 1005 e 1006/2020 com a seguinte redação:

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 15 de junho de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete

NOTIFICAÇÃO TP Nº32-20- AV MARGARIDAS CONTRARRAZÃO

Publicação Nº 2526032

NOTIFICAÇÃO

À

Empresa	CNPJ/MF
ARBO EMPREENDIMENTOS	21.457.375/0001-55
DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP	82.887.829/0001-12
KJPR PAVIMENTAÇÕES EIRELI EPP	26.786.919/0001-46
EFETIVA CONSTRUÇÕES EIRELI ME	25.526.024/0001-00
PALETA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	14.589.125/0001-03
JOTAS CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA	19.679.035/0001-27

O Município de Itapoá, através da Secretária de Obras e Serviços Públicos e da Comissão Permanente de Licitação, vem se manifestar quanto à licitação na modalidade Tomada de Preço nº 32/2019 – Processo nº147/2019, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTOS DE MATERIAIS PARA A URBANIZAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA DAS MARGARIDAS, TRECHO I, COM EXTENSÃO DE 800METROS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL, vez que apresentou RECURSO contra a decisão da Comissão Permanente de Licitação, a empresa abaixo relacionada:

· JOINPAV PAVIMENTAÇÃO LTDA-ME, na data de 10/06/2020, protocolo sob nº6254/2020, sob fls. 969/983. (Disponível no site da Prefeitura).

· DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, na data de 16/06/2020, protocolo sob nº6364/2020, sob fls.984/987. (Disponível no site da Prefeitura).

No mais, segue para conhecimento e posterior pronunciamento e apresentação de contrarrazões, observando os prazos recursais previstos no edital, o qual iniciará na data de publicação deste, dia 17/06/2020 com término em 24/06/2020. Solicita-se que a parte interessada, se resolver desistir de apresentar contrarrazões favor emitir TERMO DE RENÚNCIA de interposição de recurso pelo e-mail: licitacoes@itapoa.sc.gov.br.

Itapoá, 17 de junho de 2020.

STÉFANIE LIARA CASTILHO DE AGUIAR

SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

FERNANDA CRISTINA ROSA

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 74, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524874

DECRETO Nº 74, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

"Dispõe sobre anulação do pregão presencial nº 07/2020 – Fexponace"

O Prefeito em exercício do Município de Ituporanga/SC, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que na descrição do equipamento que se deseja adquirir neste processo (termo de referência de fl. 33), evidencia-se que não condiz com o objeto constante do ofício de fl. 03;

Considerando a pesquisa de preço de fls. 05/07 trata de um motor com 15cv, e o objeto descrito no edital contém potência de apenas 7,5cv, que não atende a altura manométrica total em metros do poço que se deseja perfurar;

Considerando que é preocupação constante deste Gestor para que seja observada a legalidade dos procedimentos licitatórios;

Considerando a orientação das Súmulas 346 e 473 do Colendo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, segundo as quais "a Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos" e que "a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

DETERMINO:

Art. 1º A ANULAÇÃO do Pregão Presencial nº 07/2020.

Art. 2º. Proceda-se à correção na requisição, e busque-se novos orçamentos, considerando que a estimativa de preço do objeto que se deseja adquirir é do mês de abril de 2020.

Art. 3º Intimem-se os licitantes, por e-mail ou carta com AR.

Art. 4º Publique-se no órgão oficial.

Ituporanga, 16 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em exercício

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 24/2020/PMI REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE PINTURA, PARA MANUTENÇÃO E REPAROS NOS EDIFÍCIOS E BENS PÚBLICOS QUANDO HOUVER NECESSIDADE.

Publicação Nº 2525668

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº 24/2020

Processo: 35/2020/PMI

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE PINTURA, PARA MANUTENÇÃO E REPAROS NOS EDIFÍCIOS E BENS PÚBLICOS QUANDO HOUVER NECESSIDADE. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 30 de junho de 2020 até as 09h00min. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 30 de junho de 2020 às 09h30min no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10h00min do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações. Ituporanga, 17 de junho de 2020 – Gervasio Jose Maciel – Prefeito em Exercício

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 25/2020/PMI REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS ATENDIDOS NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS DE ITUPORANGA, PELO PERÍODO DE 09 MESES.A AQUISIÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS GARANTE

Publicação Nº 2526048

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº 25/2020

Processo: 39/2020/PMI

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS ATENDIDOS NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS DE ITUPORANGA, PELO PERÍODO DE 09 MESES.A AQUISIÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS GARANTE O CUMPRIMENTO DA LEI Nº 11.947 - 16/06/2009, ART.2º, INCISO I - O EMPREGO DA

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E ADEQUADA, COMPREENDENDO O USO DE ALIMENTOS VARIADOS, SEGUROS, QUE RESPEITEM A CULTURA, AS TRADIÇÕES E OS HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS, CONTRIBUINDO PARA O CRESCIMENTO ESCOLAR, EM CONFORMIDADE COM A SUA FAIXA ETÁRIA E SEU ESTADO DE SAÚDE, INCLUSIVE DOS QUE NECESSITAM DE ATENÇÃO ESPECÍFICA. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 01 de julho de 2020 até as 09h00min. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 01 de julho de 2020 às 09h30min no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10h00min do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações. Ituporanga, 17 de junho de 2020 – Gervasio Jose Maciel – Prefeito em Exercício

ERRATA - PORTARIA Nº 1.345, DE 08 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2524774

ERRATA - PORTARIA Nº 1.345, DE 08 DE MARÇO DE 2020.

A presente ERRATA é ora levado a efeito, para retificar a PORTARIA Nº 1.261, DE 25 DE MAIO DE 2020, que autoriza o gozo de Licença Prêmio à servidora EVA RODRIGUES DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE, desempenhando suas funções na Secretaria da Educação, para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que houve um equívoco, cabendo a seguinte correção: Onde se lê "referente o período aquisitivo de 24/02/2011 a 24/02/2016."

Leia-se: "referente o período aquisitivo de 24/02/2006 a 24/02/2011."

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA, 08 de março de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN

Secretária da Educação

LEI Nº 2.800, DE 10 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524899

LEI Nº 2.800, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

"Dispõe sobre a concessão, o valor das diárias, adiantamento de despesas com combustível pela utilização de veículo particular e o ressarcimento de outras despesas aos vereadores e servidores no âmbito do Poder Legislativo Municipal"

Art. 1º. Esta Lei disciplina a concessão de diárias, o adiantamento de despesas com combustível pela utilização de veículo particular e o ressarcimento de outras despesas aos vereadores e servidores do Poder Legislativo do Município de Ituporanga.

Art. 2º. Os vereadores e servidores do Poder Legislativo de Ituporanga que se deslocarem da sede do município de Ituporanga, a serviço ou para participar de cursos, palestras, congressos, seminários e outros eventos de interesse do Poder Legislativo, poderão requerer o pagamento de diárias nos valores fixados no Anexo I desta Lei, que variam de acordo com o destino da viagem.

§1º. As diárias se destinam ao pagamento das despesas com alimentação e hospedagem, não incluídos os gastos com transporte público terrestre ou passagens aéreas, que serão ressarcidos conforme o disposto nos artigos 9º e 10º desta Lei.

§2º. O pagamento de diárias fica vinculado à compatibilidade do evento com as atribuições do cargo, observado sempre o interesse do Poder Legislativo.

Art. 3º. Nas viagens cujo destino seja município inserido na região do Alto Vale do Itajaí, as diárias terão valores reduzidos, conforme a distância, nos termos do Anexo I desta Lei.

Art. 4º. Quando o deslocamento não exigir o pernoite fora do município de Ituporanga ou quando a Câmara Municipal ou a organização do evento custearem, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias, a diária corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor fixado no Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. Apenas ensejará o pagamento de diária o deslocamento que superar 5 (cinco) horas de duração, contados da saída do município de Ituporanga até o horário de retorno previsto.

Art. 5º. Quando a diária for concedida para participação em cursos, palestras, congressos, seminários e outros eventos de interesse do Poder Legislativo, os vereadores e servidores deverão apresentar relatório escrito dos principais acontecimentos do evento.

§1º. A não apresentação do relatório impedirá o recebimento de novas diárias enquanto não sanada a falha.

§2º. É dispensado o relatório quando a diária for concedida para a participação em assembleias da UCAVI – União de Câmara e Vereadores do Alto vale do Itajaí.

Art. 6º. O pagamento das diárias será realizado apenas:

I - quando o vereador ou servidor solicitar previamente o pagamento, apresentando o roteiro de viagem, o período e os motivos do deslocamento;

II - quando o deslocamento for autorizado ou determinado pelo Presidente da Câmara.

Art. 7º. As diárias serão pagas antecipadamente, ficando o vereador ou servidor obrigado a ressarcir os valores recebidos, caso não realize o deslocamento ou o faça por período inferior ao solicitado.

§1º. O ressarcimento será feito em até 5 (cinco) dias úteis, podendo ser descontado na folha do mês em curso ou seguinte em caso de descumprimento.

§2º. O presidente da Câmara Municipal de Ituporanga designará servidor responsável por operacionalizar os processos de concessão de diárias e análise das prestações de contas.

Art. 8º. O total das diárias concedidas no período de um mês não poderá ultrapassar o valor equivalente aos subsídios mensais dos vereadores e, quanto aos servidores, o total da sua remuneração.

Art. 9º. As despesas com passagens rodoviárias de transporte coletivo e passagens aéreas serão realizadas diretamente pela Câmara Municipal.

§1º. As disposições do caput se aplicam às despesas com inscrição de cursos, palestras, congressos, seminários e outros eventos de interesse do Poder Legislativo.

§2º. No caso de impossibilidade técnica da realização tempestiva da contratação, a despesa poderá ser objeto de ressarcimento, mediante a apresentação dos respectivos comprovantes de pagamento pelo vereador ou servidor.

Art. 10. As despesas com combustível por uso de veículos próprios serão adiantadas pela Câmara Municipal à razão de 20% do valor referencial da gasolina comum para Santa Catarina estabelecidos na tabela de preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) por quilômetro previsto no roteiro de viagem, obtido por meio de sistema online de mapeamento fidedigno, a título de indenização.

§1º. A inscrição do veículo particular na secretaria da Câmara deverá preceder sua utilização em viagens a serviço.

§2º. Caso o vereador ou servidor tenha despesas com combustível adiantadas pela Câmara Municipal e não apresentar comprovante idôneo de uso efetivo do veículo próprio, deverá providenciar o ressarcimento dos valores pagos no prazo previsto no artigo 7º desta lei.

Art. 11. Todas as diárias, adiantamentos de despesas com combustível e outras cujo ressarcimento seja efetuado pela Câmara Municipal deverão ser objeto de prestação de contas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do retorno da viagem.

Parágrafo único. A inobservância do dever de prestar contas impedirá o recebimento de novas diárias, adiantamentos de despesas com combustível e outras cujo ressarcimento seja efetuado pela Câmara Municipal, bem como importará no desconto integral do valor adiantado ou ressarcido.

Art. 12. Para fins do disposto no artigo 11, o beneficiário deverá apresentar como comprovantes um dos documentos descritos em cada um dos incisos I, II e III deste artigo, se couber:

I - do deslocamento:

- a) ordem de tráfego ou autorização para uso de veículo, em caso de viagem com veículo oficial ou próprio;
- b) bilhete de passagem, se o meio de transporte utilizado for o coletivo, exceto aéreo;
- c) comprovante de embarque, em se tratando de transporte aéreo;

II – da estada no local de destino:

- a) nota fiscal de hospedagem, quando for o caso; e
- b) nota fiscal de alimentação; ou
- c) outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada.

III – do cumprimento do objetivo da viagem:

- a) fotocópia de ata de presença em reunião ou missão; ou
- b) lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento ou atividade de capacitação ou formação profissional; ou
- c) outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem.

Parágrafo único. O beneficiário deverá apresentar, no mínimo, um comprovante listado no inciso II do caput por dia de deslocamento.

Art. 13. Os procedimentos de solicitação, concessão de diárias e prestação de contas serão objeto de regulamento.

Art. 14. Os valores fixados por esta Lei poderão ser anualmente revistos pela Presidência da Câmara Municipal, que os fará publicar no Diário Oficial, observando como limite superior a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revoga-se a Lei nº 2.179 de 30 de julho de 2007 e alterações posteriores.

Ituporanga/SC, 10 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1.238, DE 25 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2525504

PORTARIA Nº 1.238, DE 25 DE MAIO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere os artigos 157 e 159 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, e de acordo com certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos, RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a concessão e o gozo da Licença Prêmio com 1/3 de abono pecuniário a servidora JOSIANE CRISTINE WEBER ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, na Secretaria da Educação, no período de 15/05/2020 a 13/07/2020 referente o período aquisitivo de 09/02/2015 a 09/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos de 15 de maio de 2020, revogando-se os efeitos da Portaria Nº 492, de 05 de março de 2020.

Ituporanga, 25 de maio de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.333, DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524765

PORTARIA Nº 1.333, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores relacionados abaixo como gestores do Processo Licitatório nº 24/2020, de 15 de abril de 2020, modalidade Pregão Presencial nº 05/2020, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de combustíveis (gasolina, óleo diesel e óleo diesel S-10) para manutenção da frota deste município.

- LUISMAR AGUIAR SENA – Gestor do Contrato
- WILMAR VANDRESEN – Gestor de Contrato
- SANDRA REGINA BERNES CLASEN – Gestora de Contrato
- GILSON BROERING – Fiscal
- CELSO DANIEL BOAVENTURA - Fiscal

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de hoje.

ITUPORANGA, 04 de junho de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 1.335, DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524768

PORTARIA Nº 1.335, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, de acordo com Requerimento nº 2557/2019 e a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a concessão e o gozo da Licença Prêmio à servidora MILEIDE MARIAN, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR III, na Secretaria da Educação, no período de 08/06/2020 a 05/09/2020, referente o período aquisitivo de 09/02/2015 a 09/02/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de maio de 2020.

Ituporanga, 04 de junho de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária Interina de Educação

PORTARIA Nº 1.343, DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524770

PORTARIA Nº 1.343, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores relacionados abaixo como gestores do Processo Licitatório nº 04/2020, de 03 de fevereiro de 2020, modalidade Pregão Presencial nº 06/2020, cujo objeto é a contratação de arbitragem para diversas modalidades para o ano letivo de 2020.

- PAULO ROBERTO RIBEIRO - Gestor do Contrato
- PAULO CESAR MOHR – Fiscal do Contrato

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de hoje.

ITUPORANGA, 04 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 1.344, DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524772

PORTARIA Nº 1.344, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores relacionados abaixo como gestores do Processo Licitatório nº 18/2020, de 13 de março de 2020, modalidade Pregão Presencial nº 09/2020, cujo objeto é o registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de material hidráulico para uso em manutenções dos prédios, unidades escolares, praças, parques e unidades de saúde do município de Ituporanga-SC

- LUISMAR AGUIAR SENA - Gestor do Contrato
- GILSON BROERING – Fiscal do Contrato

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de hoje.

ITUPORANGA, 04 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 1.345, DE 08 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2524775

ERRATA - PORTARIA Nº 1.345, DE 08 DE MARÇO DE 2020.

A presente ERRATA é ora levado a efeito, para retificar a PORTARIA Nº 1.261, DE 25 DE MAIO DE 2020, que autoriza o gozo de Licença Prêmio à servidora EVA RODRIGUES DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE, desempenhando suas funções na Secretaria da Educação, para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que houve um equívoco, cabendo a seguinte correção: Onde se lê "referente o período aquisitivo de 24/02/2011 a 24/02/2016."

Leia-se: "referente o período aquisitivo de 24/02/2006 a 24/02/2011."

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA, 08 de março de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.386, DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524776

PORTARIA Nº 1.386, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde ao(a) servidor(a) ANA ISADORA SCHLICHTING ROSA, ocupante do cargo de ESTAGIÁRIA, na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, no período de 25/05/2020 a 08/06/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de maio de 2020.

Ituporanga, SC, 09 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA BEZERRA LOFFY PETRY
Secretária de Agricultura e Meio Ambiente

PORTARIA Nº 1.397, DE 10 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524779

PORTARIA Nº 1.397, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores relacionados abaixo como gestores do Processo Licitatório nº 11/2020, de 21 de fevereiro de 2020, modalidade Tomada de Preços nº 05/2020, cujo objeto é a contratação de empresa para construção do Centro Comunitário Boa Vista, através de termo de convênio Nº 2020TR000183 com a Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social e o Município de Ituporanga, Processo Nº SEF 5258/2019

- LIA CAROLINE MIGUEL - Gestora do Contrato
- MORGANA CASATTI – Fiscal do Contrato

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de hoje.

ITUPORANGA, 10 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 1.405, DE 10 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524780

PORTARIA Nº 1.405, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em exercício de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga e de acordo com a Lei nº 2.189/2007,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear EDENIR SILVA para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL/IMPrensa, no Gabinete do Prefeito, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de junho de 2020.

Ituporanga, 10 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

Jaborá

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.914

Publicação Nº 2525101

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE ESPECIFICA."

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito de Jaborá(SC) em exercício, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 5º, da Lei Municipal 1.653, de 03 de dezembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) por conta do superávit financeiro do exercício anterior na seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Jaborá:

03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

06.181.0007.2.005 – MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0011(0011) (184) – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Superávit Financeiro de Recursos Policia Civil - 0.3.0011.000000 – R\$ 5.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 5.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício anterior na(s) seguinte(s) Fontes de Recursos:

Superávit Financeiro de Recursos Policia Civil - 0.3.0011.000000– R\$ 5.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC, em 16/junho/2020.

ADELIR MANOEL INÁCIO

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 17/06/2020.

MARLENE F.M.C.PICINATTO

Secretária De Administração

Jacinto Machado**PREFEITURA****DECRETO Nº 057 DE 09 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2524820

DECRETO Nº 057 DE 09 DE JUNHO DE 2020.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 9º, da Lei nº 909 de 11 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado, abaixo discriminada, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais), como segue:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: (9) – 3.3.90.00.00.00.0696 – Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 120.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior correrá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: (13) – 3.3.93.00.00.00.0696 – Aplicação Direta Decorrente de Op. entre Órgão R\$ 120.000,00

TOTAL GERAL R\$ 120.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 09 de Junho de 2020.

Jacinto Machado/SC, 09 de Junho de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. B. CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº 058 DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524821

DECRETO Nº 058 DE 09 DE JUNHO DE 2020.

CRIA NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MODALIDADE DE APLICAÇÃO E FONTE DE RECURSOS, ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinadas com os artigos 7º e 43, IV, da Lei Federal nº 4.320/64 e em conformidade com a autorização no Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº. 909 de 11 de Dezembro de 2019.

Considerando os dispositivos da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2020 - Lei Municipal nº 908/2019, em especial o contido no seu artigo 47;

Considerando os termos dos parágrafos 1, 2 e 3, do Prejulgado nº 1794, resultante da Decisão Plenária nº 1087/2006, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando que a inclusão no Orçamento Anual de Modalidade de Aplicação e Fonte de Recurso na classificação orçamentária, não caracteriza alteração orçamentária do tipo abertura de crédito adicional especial,

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluído no Orçamento Municipal a classificação orçamentária (modalidade de aplicação e fonte de recurso), a qual passa integrar o Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, com a seguinte estrutura orçamentária:

Órgão: 03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS
Unidade: 01 – DIRETORIA GERAL DA ADM. E PLANEJAMENTO

Projeto/Atividade: 2.005 – Manut. dos Serviços Administrativos e de Planejamento
Modalidade de Aplicação: (134) – 3.3.90.00.00.00.00.00.0741 – Aplicações Diretas R\$ 3.210,26
TOTAL GERAL R\$ 3.210,26

Art. 2º- Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, por conta do excesso de arrecadação, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, no valor de R\$ 3.210,26 (Três Mil, Duzentos e Dez Reais e Vinte e Seis Centavos), conforme abaixo especificado:

Órgão: 03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS
Unidade: 01 – DIRETORIA GERAL DA ADM. E PLANEJAMENTO

Projeto/Atividade: 2.005 – Manut. dos Serviços Administrativos e de Planejamento
Modalidade de Aplicação: (134) – 3.3.90.00.00.00.00.00.0741 – Aplicações Diretas R\$ 3.210,26
TOTAL GERAL R\$ 3.210,26

Art. 3º - Os recursos financeiros para suprir as despesas por conta da suplementação de que trata o artigo 2º estão creditados na conta corrente nº 5.235-3, Agência 2192-X do Banco do Brasil vinculada as Transferências da Lei Complementar nº 173, de 27 de Maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000, e dá outras providências.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de 09 de Junho de 2020.

Jacinto Machado/SC, 09 de Junho de 2020.
JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES DA CONCORRÊNCIA 86/2020

Publicação Nº 2525629

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES DA CONCORRÊNCIA 86/2020

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, com início às quatorze horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, sita na Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 13.826/2020, formada pelos membros Ronis Roberto Bosse, Marcelo Elias da Silveira e Bruna Franciele Ristau, para sob a presidência do primeiro, procederem à abertura dos envelopes referentes a CONCORRÊNCIA 86/2020, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para revitalização da iluminação pública na Ciclovia do Trabalhador, localizada entre a Rua Joaquim Francisco de Paula, bairro Água Verde, e a Rua João Rudolfo Florêncio Loss, bairro Vila Lalau. Apresentaram-se a sessão as seguintes empresas:

Proponentes	Representante	Identificação
ENERGIZA MONTAGENS ELETRICAS LTDA	Sandro Rogerio Ribeiro	782.610.231-68
SERRANA ENGENHARIA LTDA	Carlos Eduardo Duarte	044.019.769-40

Dando início a sessão a Comissão realizou o credenciamento dos Representantes presentes. Após passou-se à verificação da inviolabilidade dos envelopes 01-Habilitações e 02 – Propostas Comerciais. Logo após, passou-se à abertura dos Envelopes 01 – Habilitações, cujas documentações foram rubricadas pelos membros da Comissão Especial e pelos Representantes presentes. As documentações apresentadas pelas proponentes foram as seguintes:

Nome da proponente	Quantidade de folhas	Numeração das folhas
ENERGIZA MONTAGENS ELETRICAS LTDA	49	Sem numeração
SERRANA ENGENHARIA LTDA	110	Sem numeração

Após análise criteriosa das Habilitações a Comissão declara INABILITADA a empresa ENERGIZA MONTAGENS ELETRICAS LTDA por não apresentar a declaração exigida no item 7.1 alínea "m" -Declaração de que a licitante (ou consórcio), caso sagrar-se vencedora da licitação, e por ocasião do início do contrato, irá dispor de toda a equipe operacional (veículo e mão de obra) exigida no item 7 do Anexo IV – Termo de Referência, necessários para execução do objeto da presente licitação; e por não atender ao item 7.1 alínea "o.3.4, onde o Edital exige o grau de endividamento igual ou menor que 0,50 e a empresa apresentou para este item 0,60. Quanto a Certidão Federal (item 7.1 alínea "b") está vencida em 26/02/2020, mas considerando o item 7.2.2 e por ela ser EPP comprovado na Certidão Simplificada apresentada na sua documentação, fica assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para regularizar a certidão, caso seja declarado vencedora da licitação e declara a empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA HABILITADA, visto ter atendido as exigências do Edital. A seguir foi colocada a palavra livre aos representantes presentes onde o Representante da empresa ENERGIZA MONTAGENS ELETRICAS LTDA se manifestou não concordando com a sua Inabilitação e o Representante da empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA se manifestou solicitando para registrar em Ata que no seu entendimento a empresa ENERGIZA MONTAGENS ELETRICAS LTDA não atendeu 7.1 alínea "j.2" visto que não apresentou atestado de instalação de pontos metálicos para iluminação pública; não atendeu o item 7.1 alínea "o" não apresentou as demonstrações contábeis cfme normas do CFC e "o.2" por não ter acompanhamento do certificado de regularidade do CRC; não atendeu o item 7.1 alínea "k" porque não atendeu a alínea anterior "j.2" do Edital. Desta forma, a Comissão comunica aos Representantes presentes que está suspendendo a sessão e Na forma da Lei, abre-se prazo recurso de 05 (cinco) dias úteis "concedendo-se vistas as partes".

Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se o presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Especial e pelos Representantes presentes, a qual será fornecida cópia desta. Jaraguá do Sul, 16 de junho de 2020.

Ronis Roberto Bosse	
Marcelo Elias da Silveira	
Bruna Franciele Ristau	
Sandro Rogerio Ribeiro	
Carlos Eduardo Duarte	

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES E PROPOSTAS DA CONCORRÊNCIA Nº 79/2020

Publicação Nº 2525627

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES e PROPOSTAS DA CONCORRÊNCIA nº 79/2020

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, com início às nove horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, sita na Rua Walter Marquardt, nº 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 13.976/2020, formada pelos membros Ivan Andreias Wolter, Marcio Bylaardt e Carla Eduarda Scheuer Keiser, para sob a presidência do primeiro, procederem à abertura dos envelopes referentes a Concorrência nº 31/2020, que tem como objeto a Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica (capeamento), drenagem pluvial, sinalização viária, terraplenagem e serviços complementares nas Ruas 55 – Ângelo Schiochet, 181 – Marina Frutuoso, 53 – Leopoldo Mahnke, 54 – Leopoldo Malheiro, 189 – Emil Burow e 459 – Severino Schiochet – Bairro Centro, com extensão total de 2.680,77m (dois mil, seiscentos e oitenta metros e setenta e sete centímetros). Apresentaram-se a sessão as seguintes empresas:

Proponentes	Representante	Identificação
BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM	Sem representante	xxxxxxx
CETENCO ENGENHARIA SA	Emerson Patrício Magalhães dos Santos	148.861.658-26
INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA	Sem representante	xxxxxxx
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	Silvia Priscila de Souza Voltolini	085.562.779-42
QUALIDADE PAVIMENTAÇÕES LTDA	Sem representante	xxxxxxx

Após a identificação dos envelopes das proponentes, passou-se à verificação da inviolabilidade dos envelopes 01-Habilitações e 02 – Propostas Comerciais. Logo após, passou-se à abertura dos Envelopes 01 – Habilitações, cujas documentações foram rubricadas pelos membros da Comissão Especial e pelos Representantes presentes. As documentações apresentadas pelas proponentes foram as seguintes:

Nome da proponente	Quantidade de folhas	Numeração das folhas
BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM	106	Numeradas de 01 a 106
CETENCO ENGENHARIA SA	157	Numeradas de 01 a 154 e 03 sem numeração
INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA	97	Numeradas de 01 a 94 e 03 sem numeração
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	44	Sem numeração
QUALIDADE PAVIMENTAÇÕES LTDA	76	Numeração de 01 a 76

Após análise criteriosa das Habilitações à Comissão declara as proponentes HABILITADAS, visto terem atendido as exigências do Edital. A seguir foi colocada a palavra livre aos representantes presentes que não se manifestaram. Consultados os mesmos concordaram com o julgamento das Habilitações e renunciaram ao direito e prazo de recurso assim descrito "RENUNCIO AO DIREITO E PRAZO DE RECURSO QUANTO AO JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES".

Nome das proponentes	Representante	Assinatura
CETENCO ENGENHARIA SA	Emerson Patrício Magalhães dos Santos	
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	Silvia Priscila de Souza Voltolini	

Prosseguindo, a Comissão Especial entrou em contato com as empresas BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM, INFRA-SUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA e QUALIDADE PAVIMENTAÇÕES LTDA, informando suas habilitações, solicitando o termo de renúncia quanto ao prazo de recurso ao julgamento das habilitações, sendo que as mesmas concordaram e renunciaram conforme documentos anexos a esta Ata. Dando prosseguimento foram abertos os envelopes 02 – Proposta Comercial das proponentes. Foram as seguintes as propostas apresentadas em valor global:

Nome das proponentes	VALOR GLOBAL da proposta R\$
BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM	2.672.809,28
CETENCO ENGENHARIA SA	2.361.849,26
INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA	3.048.692,84
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	2.284.095,56
QUALIDADE PAVIMENTAÇÕES LTDA	2.887.384,83

Dando prosseguimento, a Comissão passa para a análise criteriosa das propostas comerciais apresentadas e após a análise foram CLASSIFICADAS por estarem de acordo com as exigências do edital. Quanto à verificação do Direito de Preferência conforme Lei Federal 123/2006, verificou-se não haver necessidade de aderir a Lei, pois nenhuma empresa se enquadra nesta lei. Posto isto, a Comissão Especial declara vencedora do certame a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, com o valor Global de R\$ 2.284.095,56 (dois milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos). Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se o presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Especial. Na forma da Lei, abre-se prazo recurso de 05 (cinco) dias úteis "concedendo-se vistas as partes". Jaraguá do Sul, 16 de junho de 2020.

Ivan Andréias Wolter	
Carla Eduarda Scheuer Keiser	
Marcio Bylaardt	
Emerson Patrício Magalhães dos Santos	
Silvia Priscila de Souza Voltolini	

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 002/2019.

Publicação Nº 2525247

Convocação de Processo Seletivo 002/2019.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, até às 16:00h do dia 18 de Junho de 2020, na Rua Walter Marquardt nº 1111 – Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, haja vista a vossa classificação no Processo Seletivo 002/2019 conforme segue:

Nome: FERNANDA IZUMI RUBEL

Cargo: Enfermeiro - 40hs

Secretaria: SEMSA

Classificação: 03º lugar (segunda chamada)

Nome: BRENA ANAISA TRINDADE

Cargo: Enfermeiro - 40hs
Secretaria: SEMSA
Classificação: 04º lugar (segunda chamada)

DECISÃO Nº 0017/2020/GABPREF

Publicação Nº 2525997

DECISÃO/GAPREF

Decisão nº 0017/2020/GABPREF

Autos nº 003/19 (Vol. I e II)
Impetrante: VHR Distribuidora Eireli ME
Impetrado: Município de Jaraguá do Sul (Secretaria Municipal de Educação)

DECISÃO ADMINISTRATIVA

I - Trata-se de recurso visando o pedido de reconsideração da Decisão nº 005/2020/GABPREF, emitida por este Gabinete, em fevereiro de 2019, a qual penalizou a empresa por descumprimento contratual diante da não entrega dos itens discriminados em edital Pregão Presencial nº 194/2018 (fl. 25/46. Vol.I), contratos nº 049/2019 (100/104. Vol.I) e nº 053/2019 (fls.105/112. Vol. I), a tempo e modo, mesmo diante da cobrança extrajudicial do Município.

Da apuração das provas trazidas nos autos, restou caracterizado o atraso reiterado e injustificado da entrega de produtos.

II - FUNDAMENTO E DECIDO

II.I Em sede preliminar, tempestiva a manifestação, vez que houve intimação por meio eletrônico em 19 de fevereiro de 2020 (fl. 233) e trazido o recurso em 21 de fevereiro (fl. 236/248), assim, a tempo e modo, conforme regra do art. 109 da Lei de Licitações.

II.II – DA PRELIMINAR: CERCEAMENTO DE DEFESA:

A contratada argumenta em preliminar o cerceamento de defesa. Aduz que teve o prazo de 05 (cinco) dias para manifestação escrita, não havendo nenhuma resposta no que se refere a produção de prova testemunhal, requerida expressamente na defesa.

Em análise a documentação apresentada, percebe-se que o pedido da prova testemunhal foi genérico, colaciona-se: "Protesta pela produção de todas as provas admitidas em direito, em especial, pela produção de prova testemunhal, cujo rol será apresentado no momento oportuno".

A Secretaria de origem, conforme consta no Processo Administrativo, seguiu a instrução dos autos, com o mais absoluto respeito aos princípios da ampla defesa e do contraditório. A empresa foi Notificada Extrajudicialmente em todos os descumprimentos contratuais, e teve a oportunidade de apresentar sua defesa:

- Notificação da Secretaria (fl. 02/4 Vol. I) - defesa da contratada (fl. 23. Vol. I).
- Notificação (fl. 57 Vol. I) - defesa da contratada (63/66 Vol. I).
- Notificação (fl. 78/81 Vol. II) - defesa da contratada (fls. 190/196. Vol. II)

Ainda, consta nos autos que a Secretaria de origem, intimou a contratada em 14 de janeiro de 2020, do teor integral do processo administrativo, nos termos da certidão (fl. 204) para que se manifestasse acerca de eventual pedido.

A contratada informou (através do seu advogado Dr. Diego Guilherme Lasta), "que a empresa não teria nada a acrescentar", nos termos do e-mail (fls. 129. Vol. I).
Pois bem.

Não há dúvidas de que a Secretaria de Educação, procedeu de forma correta e diligente, cumprindo com o devido processo legal.

O Ônus de comprovar os motivos/justificativas do atraso ou descumprimento contratual é do contratado. No caso concreto, evidencia que a empresa utilizou a mesma alegação em todas as defesas!!!

Os contratos nº 049/2019 (100/104. Vol.I) e nº 053/2019 (fls.105/112. Vol. I), traz na cláusula sétima as responsabilidades do contratado. Logo, sabia de suas obrigações e principalmente, do seu dever de recolher e repor as mercadorias rejeitas no prazo máximo de 24 horas.

Ademais, em nenhum momento houve negativa ou indeferimento de prova pela Secretaria. Pelo contrário, a prova foi permitida.

Com relação ao que se pretendia comprovar com prova cerceada, aduz o Recorrente que: a prova testemunhal, teria o objetivo de provar que o atraso na entrega e o problema de qualidade dos produtos, não decorreu de culpa sua, mas sim de motivos que fogem de seu controle, a exemplo o período "entre safra".

Salta aos olhos, que tal justificativa não passa de uma argumentação protelatória, uma vez que o período "entressafra" foi uma das teses alegadas em todas as defesas, justificativa que poderia ter sido provada com documentos.

Cabe destacar que a Empresa Recorrente em nenhum momento trouxe aos autos, as notas fiscais de compra do seu fornecedor, a fim de comprovar a região/local que adquiriu os produtos hortifrutigranjeiros. No Brasil e no estado de Santa Catarina, existem diversos produtores, diversas "entressafas" que variam de acordo com cada região.

Desta forma, não há o que se falar em prejuízo ou cerceamento de defesa, uma vez que foram várias as oportunidades concedidas ao Recorrente. Se houve imprudência ou falta de conhecimento em requerer uma prova específica, no caso a oitiva de testemunhas, não pode o Recorrente imputar à Administração Municipal o erro, e sim assumir sua autoria e negligência.

Diante do Exposto, INDEFIRO A PRELIMINAR.

II. III - Ao mérito, então.

Desde já, digo, ciente do conteúdo recursal (fls. 236/248), tenho, as respostas estão na fundamentação da decisão combatida (fls. 227/229), bem por isso, com relação ao descumprimento comprovado da obrigação contratual há de se mantê-la na integralidade.

O Recorrente insiste em afirmar que o atraso contratual é advindo de situações imprevisíveis e excepcionais, mesma razão da existência de obras públicas atrasadas, e registra o exemplo da BR 108, onde atribui a culpa as chuvas pelo atraso (fl. 240).

Lastimável que empresas que contratam com Poder Público tenham o senso comum de que: toda e qualquer situação que ocorra após a assinatura do contrato, configura os elementos da "Teoria da Imprevisão", e ensejam a alteração contratual. Justifico com dois motivos: primeiro, a gestão pública depende de pessoas competentes e eficientes, o Chefe do Poder Executivo de Jaraguá do Sul, tem por missão o respeito ao Contrato, ao Edital, à Lei e ao Interesse Público Coletivo, porque nenhum deles coaduna com o desrespeito às regras, tampouco o recebimento de produto impróprio para consumo, um acinte que por si só merece séria reprimenda, conforme já dito em decisão. Segundo, o atraso na BR 108 já ultrapassa os limites e paciência para qualquer cidadão do bem!!! Um ano de descaso, transtornos e atrasos entrelaçados de ações ineficientes (contratante e contratado) que não tratam a coisa pública como deveria.

A alteração contratual SOMENTE pode ocorrer nos motivos expressos em lei e devidamente justificados ao interesse público.

Nesse contexto, há a necessidade de comprovação da alteração da realidade, somada a um evento imprevisível e extraordinário. Isto porque seria necessário que a contratada, quando celebrou o contrato, não pudesse ter previsto esse evento anormal, fora do curso habitual das coisas. Ao revés, se o evento é advindo do próprio risco contratual, então não se poderá suscitar a revisão.

Ora, o período entressafra é um evento comum, é fato totalmente previsível, até porque existem muitos produtores no estado.

Caberia a contratada, demonstrar inequivocamente que um determinado período, de determinada fruta ou verdura, teve algum problema de plantio ou colheita, o que não o fez.

Da mesma forma, não foi apresentada nenhuma prova para contrapor os produtos "podres" "impróprio" para consumo que foram entregues para rede pública de ensino para serem consumidas.

Nesse sentido, é o entendimento do Nosso Egrégio Tribunal de Justiça

Consoante noção cediça, a teoria da imprevisão (rebus sic stantibus) tem aplicabilidade quando as circunstâncias que envolveram o objeto do contrato vierem a ser, "de maneira imprevisível, modificadas no momento da execução e que tal transformação acarrete como consequência direta, necessariamente, prejuízo de uma parte em benefício da outra" (Apelação Cível n. 2014.092671-4, de Meleiro. Relator: Des. Túlio Pinheiro, j. 30.4.2015).

Vale dizer que, a referida teoria é de ser aplicada quando ocorrido fato superveniente que extrapole a esfera da previsibilidade humana:

In casu, a variação do dólar não pode ser considerada como imprevisível, uma vez que o núcleo de tal instituto refere-se a fato irresistível e excepcional, o que não se configura nos casos dos autos, eis que é de sabença de todos que a moeda possui variação diária, a qual ocorre de acordo com a situação econômica mundial. "Abraçar uma tese tal, nesse contexto, serviria para justificar toda a sorte de inadimplementos nos contratos do tipo, o que não convém, devendo ser assim mantida a mora para todos os seus fins[...]" (Apelação Cível n. 2011.102035-1, de Canoinhas. Relator: Des. Saul Steil, j. 08.05.2012).

Ou seja, o motivo para a empresa se eximir da responsabilidade, pelo descumprimento contratual, faz-se necessária a presença da inevitabilidade, isso significa que o evento deve ser totalmente irresistível, sem qualquer possibilidade de se cogitar da respectiva ocorrência, o que, repise-se, não se aplica à espécie, pois, além de previsível, é inerente à contratação realizada entre as partes, isto porque, está atrelada à atividade comercial desenvolvida pela empresa contratada, de modo que não há, portanto, inaplicabilidade de penalidade.

Para corroborar os argumentos da decisão combatida, trago aqui as obrigações assumidas pelo Recorrente, nos dois contratados administrativos na cláusula sexta:

"CLÁUSULA SEXTA – DA QUALIDADE:

6.1 – Os gêneros alimentícios adquiridos deverão ser de qualidade inquestionável, devendo estar em conformidade com a descrição constante deste Edital, estando ainda sujeito a amplo teste de qualidade, reservado-se a Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, e/ou RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO – ESCOLAS MUNICIPAIS, ENTIDADES E CENTOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – o direito de rejeitá-los, no todo ou em parte, obrigando-se a empresa vencedora a promover suas substituições EM NO MÁXIMO 24 HORAS sem qualquer ônus adicional, sujeitando-se a aplicação das penalidades previstas; no de se verificar comprometimento da qualidade – manchas, podres – na parte interna da fruta ou da verdura (que não é visível na ocasião do recebimento), por ocasião do pré-preparo (corte e manipulação) em que se verifique o comprometimento da qualidade interna da fruta ou verdura, a empresa vencedora deverá comprovar suas substituições (recolhimento e reposição) EM NO MÁXIMO 24 HORAS sem qualquer ônus adicional, sujeitando-se a aplicação da penalidade."(grifei)

Logo, quanto à penalização, basta simples leitura da cláusula citada.

A Lei nº 8.666, de 1993 traz vários pressupostos que impõem ao administrador público o dever de aplicar as sanções decorrentes de comportamentos que violem a Lei ou o contrato, dos quais é possível citar alguns importantes cuja base legal está disposta nos seguintes artigos, dentre outros:

“Art. 41. A administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada;”

“Art. 76. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o Contrato;”

“Art. 77. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento;”

“Art. 86. O atraso injustificado na execução do Contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no Contrato;

“Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contrato as seguintes sanções;

Sempre que o gestor constatar a existência de infração às licitações ou contratos nasce para ele a obrigação de agir no sentido de instaurar procedimento específico visando à apuração dos fatos. A doutrina é unânime em afirmar que se trata de um poder, ou “dever-poder”.

Dito isso, quanto a justificativas do atraso, mantenho a mesma motivação estabelecida na decisão recorrida. Não há como “aceitar” como causa superveniente e excepcional, o simples período de entressafra, intervalo entre um período de colheita e o próximo, situação normal e previsível e não enseja por si só, uma causa superveniente.

Passo à análise do percentual da multa aplicada. Vejo que nesse exclusivo ponto, a decisão merece reforma.

Infere-se que os contratos:

Nº contrato	Valor Adjudicado	% Multa	Valor/Multa
049/2019	R\$ 103.002,48	20%	R\$ 20.600,49
053/2019	R\$ 854.837,81	20%	R\$ 170.967,56
	R\$ 957.840,29		R\$ 191.568,06

Aduz o Recorrente que o valor da multa R\$ 191.568,06, fere razoabilidade e proporcionalidade. Porém, deve ser ponderado que trata-se de uma contratação no valor R\$ 957.840,29.

A multa foi aplicada dentro dos percentuais, definidos no edital, que traz o mínimo de 1% (um por dia) até no máximo 20% do valor adjudicado.

Já adianto que o percentual mínimo (1%) e máximo (20%) é sobre o valor adjudicado. Como dito, a Administração está estritamente vinculada ao edital. Logo o pedido do Recorrente que a multa recaia sobre o valor da Autorização de Fornecimento fere o edital e o princípio da vinculação ao edital.

Contudo, vejo que o percentual aplicado merece reforma.

O objetivo da multa pecuniária é fazer com que o contratado aprenda a honrar e cumprir suas obrigações contratuais. Da mesma forma, serve para inibir que outros acontecimentos venham a se repetir.

É possível elencar alguns parâmetros e critérios que podem ser utilizados para a dosimetria das penas: (i) gravidade da conduta em relação ao objeto licitado; (ii) rapidez ou demora do contratado para reparar a obrigação; (iii) reiteração da conduta faltosa; os argumentos da defesa e as provas que a instruem; (iv) infração atinge o objeto principal contratado ou alguma obrigação acessória menos importante, dentre outros.

A decisão deve ser transparente quanto aos critérios escolhidos para dosar as sanções, buscando-se a individualização da penalidade de acordo com a situação concreta. Busca-se, nessa perspectiva, materializar os postulados da razoabilidade e da proporcionalidade de forma que atuem como ferramenta de aferição dos limites da atuação do gestor.

No caso concreto faço os seguintes apontamentos e critérios;

1. Gravidade da conduta – gêneros alimentícios (hortifrutigranjeiros) para abastecer TODAS as unidades escolares que seguem um cardápio programado.
2. Demora do contratado para reparar a obrigação – contrato prevê que a demora não pode ultrapassar o prazo de 24 horas.
3. Reiteração da conduta faltosa – vários atrasos de entregas
4. Qualidade do produto: Péssima qualidade do limão e cebola

Presume e se espera, que a empresa que trabalha no ramo de hortifrutigranjeiros, que participa de compras públicas tenha uma programação de compra em vários estados com períodos de entressafra diferentes, que faça garantir a obrigação assumida. Até porque, conforme demonstrado acima, no contrato estava expresso que qualquer atraso ensejaria na aplicação de penalidade, logo era de conhecimento do

recorrente.

O valor adjudicado é de quase um milhão de reais, ou seja, é inadmissível que a empresa que "assuma" uma contratação dessa envergadura, não tenha uma logística de fornecedores para cumprir a obrigação contratual.

Repito, o Chefe do Executivo Municipal, atua com respeito ao dinheiro público e a população, e não pode ficar a mercê de problemas de má gestão administrativa e financeira, daqueles que contratam com o poder público.

Ademais, gize-se: os gêneros alimentícios e suas especificações de locais de entrega e programação estavam especificados em edital, ao apresentar-se no certame sabia o que deveria entregar, bem como, do prazo, e a qualidade dos gêneros hortifrutigranjeiros.

Dito isso, pelas razões colacionadas, e pelas razões trazidas no recurso, cumprindo aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade RE-DUZO a multa no percentual de 7% (sete por cento) do valor adjudicado.

III – DISPOSITIVO

Diante do exposto, conheço do recurso porque preenche os requisitos de admissibilidade, no MÉRITO DEFIRO PARCIALMENTE O PROVIMENTO, PARA REDUZIR O PERCENTUAL DA MULTA APLICADA, PARA 7% (sete por cento) DO VALOR ADJUDICADO, e mantendo incólume as demais disposições da Decisão nº 0005/2020/GABPREF pelos fundamentos postos nesta e naquela decisão.

Determino em relação à empresa VHR Distribuidora Eireli, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 31.844.838/0001-95, correspondente ao Pregão Presencial nº 194/2018, Contratos nº 049/2019 e nº 053/2019, diante dos reiterados atrasos e pela entrega em desacordo de itens discriminados no edital, a tempo e modo, mesmo diante da cobrança extrajudicial do Município, aplicação de:

A) ADVERTÊNCIA à empresa de que novos descumprimentos ensejará em reincidência, o que resultará em aplicação de penalidade mais severa.

B) APLICAÇÃO DE MULTA de 7% (sete por cento) sobre do valor adjudicado, conforme prevista na cláusula XII, item 12.2.3, nos termos do Pregão nº 194/2018 (fls. 172) Cláusula 8, item 8.3 do contrato nº 53/2019 (fl.53) e Nº 049/2019 (fl. 177).

C) enviem-se os autos à Secretaria de origem para que se apliquem os comandos da decisão, qual seja:

c.1) Advertir a contratada que: no caso de novo descumprimento contratual a tempo e modo, será reincidente e acarretará na rescisão contratual.

c.2) encaminhar ao Setor de Licitação para registro;

c.3) encaminhar para emissão de documento de arrecadação municipal da multa aplicada no item "a" desta decisão.

d) caso não seja pago, inscreva-se em dívida ativa;

e) deve o Gabinete colocar etiqueta "decisão do Gabinete" nesta peça processual;

f) efetivada a decisão, comprovada nos autos, não havendo pendências, arquivem-se com as baixas de estilo.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Após todos os trâmites legais, arquivem-se.

Jaraguá do Sul, 05 de Março 2020.

Antônio Aleixo Lunelli

Prefeito

DECISÃO Nº 0020/2020/GABPREF

Publicação Nº 2525998

DECISÃO/GAPREF

Decisão nº 0020/2020/GABPREF

Autos nº004/2019

Impetrante: BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS

Impetrado: Município de Jaraguá do Sul (Secretaria Municipal de Educação)

DECISÃO ADMINISTRATIVA

I - Trata-se de processo administrativo geral Autos nº 004/2019, contendo pedido de multa, em relação à Contratada Barra Embalagens e Acessórios Ltda, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 14.722.310/0001-24, correspondente ao Edital de Pregão Presencial nº 198/2018 (fls. 17/33), cujo objeto consiste no fornecimento de produtos e higiene e limpeza destinados às unidades escolares na Rede Pública Municipal de Ensino, por reiterado descumprimento contratual, Ata de Registro nº 246/2018 (fls. 34/43), levando-se em consideração os indícios denunciados do provável descumprimento contratual da empresa das obrigações assumidas.

Conforme consta na decisão interlocutória nº 003/2020/GabSecr/Semed (fls. 80/89), de lavra da Sra. Secretária de Educação, com muita propriedade, relata que a empresa contratada descumpriu suas obrigações na Ata de Registro nº 246/2018 (fl. 34/43), o que requer a aplicação de penalidade administrativa nos termos legais e contratuais.

Em análise aos autos, em homenagem à ampla defesa e ao contraditório, a empresa foi notificada extrajudicialmente (fls.03/06) apresentada, tempestivamente Defesa Prévia (fls. 44/45) e notificada extrajudicialmente (fls. 67/68) apresentado defesa final (fls. 70/77).

Em manifestação final a Secretaria de Educação manteve o pedido de sanção à contratada, pelas razões motivadas (fls. 80/89).

Em 24 de fevereiro vieram-me os autos conclusos.

É o relato.

II - FUNDAMENTO E DECIDO

II.I - Em sede preliminar, observe-se, este Mandatário decide de acordo com o art. 71, XXII, da Lei Orgânica do Município.

Trata-se de processo administrativo geral Autos nº 004/2019, contendo pedido de multa, em relação à Contratada Barra Embalagens e Acessórios Ltda, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 14.722.310/0001-24, correspondente ao Edital de Pregão Presencial nº 198/2018 (fls. 17/33), cujo objeto consiste no fornecimento de produtos e higiene e limpeza destinados às unidades escolares na Rede Pública Municipal de Ensino, por reiterado descumprimento contratual, Ata de Registro nº 246/2018 (fls. 34/43), levando-se em consideração os indícios denunciados do provável descumprimento contratual da empresa das obrigações assumidas.

Pois muito bem.

É farta a instrução dos autos e bem por isso, com base nos fatos contidos e neles apontados, é que este Julgador, com o mais absoluto respeito aos princípios insculpidos no art. 37 da Constituição Federal, aqui especial legalidade, moralidade e a impessoalidade, por si, apenagens da Administração Pública e, por consequência, subordinam a eles este Julgador, decide.

Dito isso, trata-se de pedido de penalização da contratada por descumprimento contratual do Pregão Presencial nº 198/2018, Ata de Registro de Preços nº246/2018, para o fornecimento dos itens 31, 34, 42 e 43 (fl. 33 e seguintes).

Conforme consta na Notificação Extrajudicial, o Item 34 (vassoura de nylon), houve a entrega do produto com metade da espessura normal, poucas cerdas e tamanho diminuto, em desacordo com o estabelecido no edital.

Com relação aos Itens 31, 42 e 43, refere-se a sacos de lixos, de tamanhos definidos constantes, no Edital e Ata de Registro:

Item 31 - Saco para lixo 40 litros com 100 unidades

Item 42 – Saco para lixo 100 litros com 100 unidades

Item 43 – Saco para lixo 100 litros com 100 unidades

A Contratada entregou tamanho diverso e com baixa qualidade, sendo necessário a utilização de três unidades para a função de um (fl. 10).

Na defesa prévia (fl.44) a empresa informou que não havia percebido a existência de tamanhos diferenciados no edital (itens 42 e 43), e realizou a troca dos referidos itens (fl. 48/66) e das vassouras (item 31), informou que nas especificações do edital (15 cm de cerdas 30x6) no preço cotado, não conseguiria entregar, mas percebeu o erro em momento posterior, da possibilidade de solicitar a desclassificação do item. A Secretaria de Educação, em análise aos motivos apresentados, manteve o descumprimento contratual, nos termos da decisão interlocutória 003/2020.

Muito bem.

É consabido que o Edital Licitatório faz lei entre as partes, ao anuir com as regras do certame, anui-se com a Lei, bem por isso:

A licitação é um procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia. Está voltada a um duplo objetivo: o de proporcionar à Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso --- o melhor negócio --- e o de assegurar aos administrados a oportunidade de concorrerem, em igualdade de condições, à contratação pretendida pela Administração. Imposição do interesse público, seu pressuposto é a competição. Procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia, a função da licitação é a de viabilizar, através da mais ampla disputa, envolvendo o maior número possível de agentes econômicos capacitados, a satisfação do interesse público. A competição visada pela licitação, a instrumentar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, impõe-se seja desenrolada de modo que reste assegurada a igualdade (isonomia) de todos quantos pretendam acesso às contratações da Administração.

Ainda, no dizer do ilustre doutrinador Hely Lopes Meirelles a vinculação ao instrumento convocatório é:

[...] Princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. (grifado)

E Joel de Niebuhr Menezes quanto ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório:

[...] Os licitantes, ao analisarem o instrumento convocatório, devem ter condições de precisar tudo o que serão obrigados a fazer, caso saiam vencedores do certame. E por outro lado, a Administração Pública só pode exigir aquilo que efetivamente estiver no instrumento convocatório salvo, futuramente, se alterar o contrato, dentro das balizas legais, restabelecendo o equilíbrio econômico-financeiro. [...]

Ora, os materiais estavam especificados em edital, ao apresentar-se no certame sabia o que deveria entregar, o que não pode, e inadmissível, é que o Poder Público tenha de provocar intimando à correta entrega dos itens conforme o Edital.

A empresa "tenta" se defender quando aduz que fez as trocas dos produtos, e confirma que os itens foram entregues em desacordo com o edital pelos motivos explanados.

Vejo que a troca dos produtos não passa de sua obrigação!!!

Aliás, se o Contratado percebeu o "erro" com relação as especificações das vassouras (item 34), logo no início do prazo da Ata, por qual motivo não comunicou a situação à Administração ??? Preferiu se omitir e entregar o produto em desacordo com a Ata de Registro de Preço. Um absurdo!!!

Acrescento que a Administração Pública está adstrita ao princípio da vinculação ao edital, conquanto, é evidente, então, trata-se o caso concreto de inobservância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois ao se comprometer em entregar o produto licitado, quando não tinha preparo para isso, o Município deixou de contratar a oferta realmente mais vantajosa e, não tenho, dúvida, feriu-se de morte o princípio da isonomia, conquanto aos outros administrados (licitantes) provavelmente capacitados para a oferta foram alijados da competição, ferindo de morte o interesse público coletivo, objeto precípua de uma licitação, eis que como diz o doutrinador Joel de Niebuhr Menezes quanto ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório, pois "[...] Os licitantes, ao analisarem o instrumento convocatório, devem ter condições de precisar tudo o que serão obrigados a fazer, caso saiam vencedores do certame. E por outro lado, a Administração Pública só pode exigir aquilo que efetivamente estiver no instrumento convocatório salvo, futuramente, se alterar o contrato, dentro das balizas legais, restabelecendo o equilíbrio econômico-financeiro. [...]"

Da análise aos autos, tem-se que de fato a Secretaria de origem não se manteve omissa diante do arguido descumprimento contratual, tanto é que expediu a Notificação extrajudicial já mencionada, como ainda, várias mensagens eletrônicas, via correio conforme se depreende dos autos.

A Administração Presume que as empresas que contratam com o poder público cumpram com o contrato exatamente nos termos do expressos. No caso concreto, o fato de ter sido constatada a irregularidade, somente no final prazo da Ata, não exclui e/ou exige o caráter desabonador da empresa em ter entregue produto diverso em desacordo com o edital.

Pelo contrário, demonstra o quanto é importante e necessário a fiscalização da entrega do objeto licitado.

Detendo-se aos autos retira-se que existe razão à Secretaria da Educação, porquanto o contrato não tem sido cumprido com o rigor que deve ser atendida a Coisa Pública, aliás assumem caráter de gravidade ainda maior, pois, na outra ponta, deixou-se munícipes em situação delicada e sem o produto licitado.

Gize-se, ao aderir o edital e, inclusive, sagrar-se campeã, sabia das regras, conquanto estão claramente dispostas, ou imaginava a vencedora que tão logo assinasse contrato poder-se-ia flexibilizar as regras de maneira que lhe aprovesse ?

Repita-se: passa-se da hora de que se entenda que quem contrata com a Administração Pública contrata com o Dinheiro Público e, bem por isso, não se pode aceitar entrega de produto com qualidade inferior ao estabelecido na Ata, uma vez que a conta é paga pela população!

Quem contrata com a Coisa Pública precisa ter o discernimento que trata de receita pública, e que o Gestor Público precisa atender toda população nas suas necessidades básicas, como, saúde e educação. Logo, não há como permitir "enganos" dos licitantes, o prejuízo é de todos, que trabalham e pagam e seus impostos, e acreditam que as compras públicas estejam sendo feitas dentro da moralidade e da lei.

Ainda, nos contratos públicos vigora a supremacia do interesse público e demanda tal interesse que aquele que contrata com a Administração cumpra à risca o pactuado, sob pena de responder por isso, sempre, por óbvio, nos limites da Lei, porque o produto licitado atende às necessidades básicas da população, porquanto:

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Na espécie, a questão deve ser resolvida quanto à observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, logo, em deixando a licitante de fornecer o equipamento de acordo com as características exigidas, não pode alegar ofensa aos seus direitos o fato de a Administração lhe exigir a multa contratualmente prevista, na medida em que descumpriu sua parte no contrato, e, em assim agindo, está sujeita às penalidades previstas no instrumento contratual e na legislação de regência.

Princípio decorrente do Regime Jurídico Administrativo. Significa que estando a Administração na tutela de interesses da coletividade, deles não pode dispor livremente para a satisfação de quem quer que seja. Justamente por serem indisponíveis os interesses públicos, cuja guarda lhes são determinados por lei, os poderes atribuídos à Administração têm o caráter de poder-dever, conferindo-lhe posição de supremacia em suas relações com os administrados

Muito bem. Do rol de penalidades definidas as cláusulas punitivas já aqui mencionadas e aceitas as condições contratuais pelo fornecedor dos materiais, o documento assinado está no setor de Licitações, resta definida a possibilidade relacionada à aplicação de sanção punitiva de natureza pecuniária e restritiva.

Quanto ainda à aplicação da penalidade prevista e atendendo o limite posto na Lei de Licitações no art. 87, eis que:

Art.87.Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I – Advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Ademais, a própria Lei 10.520/2002, a já mencionada Lei do Pregão, impõe ao Ente Público o dever de aplicar as penalidades, conquanto retira-se do art. 7º de tal texto legiferante:

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Ainda, o Edital do Pregão Presencial nº 198/2018, e na Ata de Registros nº 246/2018 (fl. 34 e seguintes), nos seguintes termos: 6.1 "O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante, sem justificativas aceita pela Administração, resguardado os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, as sanções administrativas de advertência, multas, ou suspensão temporária do direito de licitar, a critério da Administração;"

6.2 - Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato/Ata de Registro de Preços:

- a) a entrega dos produtos com atraso;
 - b) a entrega de produtos diversos do especificado na proposta;
- a entrega parcial dos produtos solicitados.

6.4. As sanções Administrativas serão aplicadas de acordo com a gravidade das infrações cometidas pela contratada, nos seguintes casos:

6.4.1 – Advertência, nos casos de descumprimento parcial do contrato/Ata de Registro de Preços, a critério do Contratante.

6.4.2 - Multa de 1% (um por cento) por dia sobre o valor apresentado na autorização de fornecimento, até no máximo 20% (vinte por cento) quando a proponente, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida:

6.4.3 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado quando a licitante vencedor não assinar a ata de registro de preço.

6.4.4 Multa de 10% sobre o valor homologado, quando:

6.4.4.1 Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte a terceiros;

6.4.4.2 Não obedecer as condições de entrega especificadas na Ata de Registro de Preços;

6.4.4.4 Se negar a entregar os itens após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

Perfila o Superior Tribunal de Justiça :

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. LICITAÇÃO E CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL. RESCISÃO UNILATERAL E APLICAÇÃO DE MULTA. PREVISÃO NA LEI E NO CONTRATO ADMINISTRATIVO. LEGALIDADE DO ATO. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. (STJ – RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA: RMS 45524 RS 2014/0108243-9, T2 – Segunda Turma, Publicação DJe 24/02/2016, Julgamento 16 de Fevereiro de 2016, Relator Ministro Humberto Martins) (Grifei)

E:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. INEXECUÇÃO PARCIAL. APLICAÇÃO DE PENALIDADE DE SUSPENSÃO PARA PARTICIPAÇÃO DE LICITAÇÃO E MULTA. LEGALIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA.

I – Verificado que foi garantido a parte a apresentação de defesa prévia e recurso em processo administrativo, não há que se falar em cerceamento de defesa.

II – Nos termos do art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução parcial do contrato autoriza a sua rescisão, cabendo à Administração, nessa hipótese, aplicar as penalidades previstas nos arts. 86 e 87 da referida lei.

III – Constatando-se que o ato indigitado coator foi produzido em conformidade com a lei e precedido de regular processo administrativo, não merece procedência a alegação de nulidade.

IV – Segurança denegada. (TJ-MA – MANDADO DE SEGURANÇA: MS 250272008 MA, Órgão Julgador São Luis, Julgamento 10 de Março de 2009, Relator Jorge Rachid Mubárack Maluf) (Grifei)

Assim digo porque as provas sustentam tais afirmações. No caso dos autos, incontroverso que a empresa descumpriu a Ata de Registro e entregou os itens em desacordo com as especificações.

Sempre que, em matéria administrativa, se verificar que o comportamento de uma ou de outra parte, embora em conformidade com a lei, ofende a moral, os bons costumes, as regras de boa administração, os princípios de justiça e de equidade, a ideia comum de honestidade, caracterizar-se-á ofensa a este postulado.

O objetivo da multa pecuniária é fazer com que o contratado aprenda a honrar e cumprir suas obrigações contratuais. Da mesma forma, serve para inibir que outros acontecimentos venham a se repetir.

A decisão deve ser transparente quanto aos critérios escolhidos para dosar as sanções, buscando-se a individualização da penalidade de acordo com a situação concreta. Busca-se, nessa perspectiva, materializar os postulados da razoabilidade e da proporcionalidade de forma que atuem como ferramenta de aferição dos limites da atuação do gestor.

É entendimento do STJ (julgando o REsp 914087/RJ) que a escolha, pela Administração, da penalidade a ser aplicada com base na razoabilidade, deve adotar, entre outros critérios, a própria gravidade do descumprimento do contrato, a noção de adimplemento substancial, e a proporcionalidade. Trata-se de princípios destinados, principalmente, à proteção dos administrados contra desvios dos atos da Administração, impondo a esta, limitações ao seu poder discricionário.

Considerando que os itens em desacordo com a Ata: 31, 34, 42 e 43 (fl. 33 e seguintes), refere-se a duas Autorizações de Fornecimento AF 5545 e 5546. Em cumprimento aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, o percentual da multa deve recair apenas sobre os respectivos valores.

A dosimetria da penalidade aplicada, além dos fatos e provas constantes do processo administrativo, considerou a conduta praticada pelo contratado, o caráter educativo da pena e a proporcionalidade.

Repito, o Chefe do Executivo Municipal, atua com respeito ao dinheiro público e a população, e não pode de omitir diante de uma entrega de itens em desacordo com o edital, na qual, evidencia prejuízo ao interesse público, uma vez que recebia produtos de baixa qualidade.

III – DISPOSITIVO

Diante do exposto, determino em relação à Trata-se de processo administrativo geral Autos nº 004/2019, contendo pedido de multa, em relação à Contratada Barra Embalagens e Acessórios Ltda, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 14.722.310/0001-24, correspondente ao Edital de Pregão Presencial nº 198/2018, cujo objeto consiste no fornecimento de produtos e higiene e limpeza destinados às unidades escolares na Rede Pública Municipal de Ensino, por reiterado descumprimento contratual, Ata de Registro nº 246/2018, levando-se em consideração os indícios denunciados do provável descumprimento contratual da empresa das obrigações assumidas, mesmo diante da cobrança extrajudicial do Município.

a) ADVERTÊNCIA à empresa;

b) APLICAÇÃO DE MULTA no percentual de 10% (dez por cento) somente sobre o valor das autorizações de fornecimento AF 5545/2019 (fl.12) e 5546/2019(fl.14):

c) haja compensação entre eventuais valores contratuais a serem pagos da Ata de Registro de Preços nº 246/18, emitindo-se documento de arrecadação municipal do saldo a pagar, se houver, pela empresa, à Administração.

d) caso o saldo fique negativo e não seja pago, inscreva-se-á em dívida ativa;

e) enviem-se os autos à Secretaria de origem para que se apliquem os comandos da decisão, qual seja:

f) efetivada a decisão, comprovada nos autos, não havendo pendências, arquivem-se com as baixas de estilo.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Jaraguá do Sul, 10 de Março 2020.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito

DECISÃO Nº 0043/2020/GABPREF

Publicação Nº 2525999

DECISÃO/GAPREF

Decisão nº 0043/2020/GABPREF

Autos nº0000849/2020

Impetrante: REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME

Impetrado: Município de Jaraguá do Sul (Secretaria Municipal de Educação)

DECISÃO ADMINISTRATIVA

I - Trata-se de processo administrativo geral Autos nº 0000849/2020, contendo pedido de penalização à Contratada REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 79.912.788/0001-62, com sede na Rua dos Escoteiros, nr. 30, Bairro Chico de Paula, Jaraguá do Sul - SC, correspondente ao Edital de Pregão Presencial nº 311/2019 (fls. 06/20), Contrato nr. 620/2019 (fls. 21/34), cujo objeto consiste na "aquisição de brinquedos destinados às Escolas Municipais de Educação Básica e aos Centros Municipais de Educação Infantil em conformidade com as especificações e quantidades constantes no ANEXO VII – Termo de Referência", levando-se em consideração os indícios denunciados do provável descumprimento contratual da empresa das obrigações assumidas.

Infere-se nos autos, que a empresa Contratada requereu (21/01/2020) a prorrogação de prazo para entrega de 39 (trinta e nove) brinquedos (fl. 03) e substituição do brinquedo descrito no "Item 80" (carrinho modelo corrida 21 cm), pelo carrinho "Artoys", justificando que o referido produto saiu de linha no final de 2019. (fl.03).

Em 30/01/2020, a empresa contratada requereu novo pedido de prorrogação de prazo (fl. 40), para entrega do "Item 89" (Túnel centopeia).

A decisão Administrativa nº 006/2020/GabSecr/Semed, deferiu a substituição do "item 80", mantendo incólume os demais itens (fls. 50/59).

Em homenagem à ampla defesa e ao contraditório, a empresa foi devidamente Notificada Extrajudicialmente (fls.64), apresentando tempestivamente Defesa Prévia (fls. 65/66).

Em manifestação final, a Secretaria na decisão interlocutória nº 006/2020/GabSecr/Semed (fls. 72/80), de lavra da Sra. Secretária de Educação, com muita propriedade, relata o descumprimento contratual com relação ao prazo da entrega. Requer a aplicação de penalidade administrativa nos termos legais e contratuais.

Em 07 de maio vieram-me os autos conclusos.

É o relato.

II - FUNDAMENTO E DECIDO

II.I - Em sede preliminar, observe-se, este Mandatário decide de acordo com o art. 71, XXII, da Lei Orgânica do Município.

Trata-se de processo administrativo geral Autos nº 0000849/2020, contendo pedido de multa, em relação à Contratada REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 79.912.788/0001-62, com sede na Rua dos Escoteiros, nr. 30, Bairro Chico de Paula, Jaraguá do Sul - SC, correspondente ao Edital de Pregão Presencial nº 311/2019 (fls. 06/20), Contrato nr. 620/2019 (fls. 21/34), cujo objeto consiste na "aquisição de brinquedos destinados às Escolas Municipais de Educação Básica e aos Centros Municipais de Educação Infantil em conformidade com as especificações e quantidades constantes no ANEXO VII – Termo de Referência", levando-se em consideração os indícios denunciados do provável descumprimento contratual da empresa das obrigações assumidas.

Pois muito bem.

É farta a instrução dos autos e bem por isso, com base nos fatos contidos e neles apontados, é que este Julgador, com o mais absoluto respeito aos princípios insculpidos no art. 37 da Constituição Federal, aqui especial legalidade, moralidade e a impessoalidade, eis que respeitadas todas as fases processuais, pois:

O princípio do contraditório, que é inerente ao direito de defesa, é decorrente da bilateralidade do processo: quando uma das partes alega alguma coisa, há de ser ouvida também a outra, dando-se-lhe oportunidade de resposta. Ele supõe o conhecimento dos atos processuais pelo acusado e o seu direito de resposta ou de reação. Exige: notificação dos atos processuais à parte interessada; possibilidade de exame das provas constantes do processo; direito de assistir à inquirição de testemunhas; direito de apresentar defesa escrita." (in Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2001, p. 502) .

Vejo que o embaraço dos autos se trata do atraso da entrega do objeto do contrato, nos termos legais e contratuais.

Conforme consta na decisão interlocutória nº 006/2020/GabSecr/Semed (fls. 72/80), a empresa contratada recebeu as autorizações de fornecimento em 17 de dezembro de 2019. Informa que o contrato determina o prazo da entrega em até 30(trinta) dias consecutivos, contados do recebimento da AF, porém a municipalidade estendeu o prazo da entrega para os dias 03 a 05 de fevereiro, por se tratar de férias escolares.

Aduz que houve o atraso apenas do "item 89" cindo a entregar 25(vinte e cinco) unidades de "túnel centopeia" em 10 de fevereiro 2020 (fl.77).

Na defesa prévia a empresa aduz que não possui estoque de brinquedos, em relação aos itens nr. 80, o produto saiu de linha de fabricação. Com relação ao Item 89, justifica o atraso pela falta da matéria prima (mola, bagum) e a forma artesanal de fabricação do item (fl.43)

Muito bem.

É consabido que Administração Pública está adstrita ao princípio da vinculação ao edital, conquanto, é evidente, então, trata-se o caso concreto de inobservância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Diz o doutrinador Joel de Niebuhr Menezes quanto ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório, pois "[...] Os licitantes, ao analisarem o instrumento convocatório, devem ter condições de precisar tudo o que serão obrigados a fazer, caso saiam vencedores do certame. E por outro lado, a Administração Pública só pode exigir aquilo que efetivamente estiver no instrumento convocatório salvo, futuramente, se alterar o contrato, dentro das balizas legais, restabelecendo o equilíbrio econômico-financeiro. [...]

Ainda, no dizer do ilustre doutrinador Hely Lopes Meirelles a vinculação ao instrumento convocatório é:

[...] Princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. (grifado)

Os itens (brinquedos) estavam especificados em edital, ao apresentar-se no certame sabia do prazo e das especificações do objeto.

Destaco que a prorrogação do prazo para cumprimento do contrato, apesar de autorizado pela Lei n. 8.666/1993, exegese do seu art. 57, § 4º, não significa dizer que o contratado goza deste benefício, trata-se, em verdade, de uma prerrogativa do poder público, quando devidamente justificado as razões do pedido.

É certo que, ocorrendo algum dos casos previstos pela doutrina, anteriormente descritos, a configurar imprevisibilidade, pode o contratado pleitear o aproveitamento em seu benefício. Contudo, para tanto, deve prová-lo de maneira insofismável.

A Administração tem o poder-dever de aplicar penalidade ao contratado que agir com culpa e não justificar o atraso na execução do contrato firmado, nos termos do instrumento convocatório e no contrato.

Ainda, nos contratos públicos vigora a supremacia do interesse público e demanda tal interesse que aquele que contrata com a Administração cumpra à risca o pactuado, sob pena de responder por isso, sempre, por óbvio, nos limites da Lei, porque o produto licitado atende às necessidades básicas da população, porquanto:

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Na espécie, a questão deve ser resolvida quanto à observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, logo, em deixando a licitante de fornecer o equipamento de acordo com as características exigidas, não pode alegar ofensa aos seus direitos o fato de a Administração lhe exigir a multa contratualmente prevista, na medida em que descumpriu sua parte no contrato, e, em assim agindo, está sujeita às penalidades previstas no instrumento contratual e na legislação de regência.

Tal princípio decorrente do Regime Jurídico Administrativo que significa que estando a Administração na tutela de interesses da coletividade, deles não pode dispor livremente para a satisfação de quem quer que seja. Justamente por serem indisponíveis os interesses públicos, cuja guarda lhes são determinados por lei, os poderes atribuídos à Administração têm o caráter de poder-dever, conferindo-lhe posição de supremacia em suas relações com os administrados.

Quanto ainda à aplicação da penalidade prevista e atendendo o limite posto na Lei de Licitações no art. 87, eis que:

Art.87.Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I – Advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. § 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Ademais, a própria Lei 10.520/2002, a já mencionada Lei do Pregão, impõe ao Ente Público o dever de aplicar as penalidades, conquanto retira-se do art. 7º de tal texto legiferante:

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

O Contrato nº 620/2019 (fl. 31/32) nos seguintes termos: 7.1 "O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante, sem justificativas aceita pela Administração, resguardado os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, as sanções administrativas de advertência, multas, ou suspensão temporária do direito de licitar, a critério da Administração;"

Ainda:

7.2 - Considerar-se-á descumprimento parcial da Autorização de Fornecimento:

a) a entrega dos produtos licitados com atraso;

b) a entrega de produtos diversos do especificado no Edital e Planilha orçamentária;

c) a entrega parcial dos produtos solicitados.

7.3 – (...)

7.4 - As sanções Administrativas serão aplicadas de acordo com a gravidade das infrações cometidas pela contratada, nos seguintes casos:

7.4.1 – Advertência, nos casos de descumprimento parcial do contrato/Ata de Registro de Preços, a critério do Contratante.

7.4.2 - Multa de 1% (um por cento) por dia sobre o valor apresentado na autorização de fornecimento, até no máximo 20% (vinte por cento) quando a proponente, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida:

7.4.3 Multa de 30% (vinte por cento) sobre o valor apresentado na Autorização de Fornecimento, até no máximo 20% (vinte por cento)

quando a proponente sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida.

7.4.4 Multa de 20% sobre o valor adjudicado, quando a licitante vencedora não assinar o contrato/Autorização de fornecimento.

7.4.5 Multa de 10% sobre o valor adjudicado do(s) item (ns), quando:

(...)

7.4.5.3 Não obedecer às condições de entrega especificada no contrato. (Grifei)

A decisão deve ser transparente quanto aos critérios escolhidos para dosar as sanções, buscando-se a individualização da penalidade de acordo com a situação concreta. Busca-se, nessa perspectiva, materializar os postulados da razoabilidade e da proporcionalidade de forma que atuem como ferramenta de aferição dos limites da atuação do gestor.

No caso dos autos, incontroverso que a empresa descumpriu o contrato e entregou os itens fora do prazo em desacordo, vindo a fazer a entrega em 10/02/2020, das 25(vinte e cinco) unidades de "túnel centopeia".

De outro lado, a empresa justifica que as 25 (vinte e cinco) unidades entregues em 10 de fevereiro, correspondem a 0,00649% do total efetivamente entregue, além da fabricação do Item "Centopeia" ter sido fabricado da forma artesanal, uma vez que ela é de mola sanfonada, e quando aberta toma uma dimensão de quatro metros de comprimento. A mola é envolta de tecido bagum (tecido colorido), e por falta da referida matéria prima, o fabricante atrasou entrega à empresa Contratada. Ademais, consigno que o atraso foi de 05 (cinco) dias corridos (fl. 76).

A jurisprudência do TCU é firme no sentido de que o Administrador está vinculado à aplicação das sanções administrativas previstas na legislação. Porém, sempre há a possibilidade de não ser adequada ou necessária a sua aplicação, diante de certas circunstâncias do caso concreto.

Uma sanção administrativa apenas será legítima se garantida uma medida de proporcionalidade entre conduta ilícita (inclusive considerando o dano e as circunstâncias de culpabilidade do caso) e a reprimenda sancionatória

É entendimento do STJ (julgando o REsp 914087/RJ) que a escolha, pela Administração, da penalidade a ser aplicada com base na razoabilidade, deve adotar, entre outros critérios, a própria gravidade do descumprimento do contrato, a noção de adimplemento substancial, e a proporcionalidade. Trata-se de princípios destinados, principalmente, à proteção dos administrados contra desvios dos atos da Administração, impondo a esta, limitações ao seu poder discricionário.

Diante disso, respeitados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, tomando por pressuposto as especificidades de cada caso e a gravidade das condutas apuradas, decido:

III – DISPOSITIVO:

Diante do exposto, determino em relação à empresa REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 79.912.788/0001-62, com sede na Rua dos Escoteiros, nr. 30, Bairro Chico de Paula, Jaraguá do Sul - SC, correspondente ao Edital de Pregão Presencial nº 311/2019 (fls. 06/20), Contrato nr. 620/2019 (fls. 21/34), pelo descumprimento contratual a aplicação de:

a) ADVERTÊNCIA à empresa;

b) enviem-se os autos à Secretaria de origem para que se apliquem os comandos da decisão, inclusive efetuando-se registros em relação ao setor de Licitações;

c) deve o Gabinete colocar etiqueta "decisão do Gabinete" nesta peça processual;

d) efetivada a decisão, comprovada nos autos, não havendo pendências, arquivem-se-os com as baixas de estilo.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Jaraguá do Sul, 27 de Maio 2020.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito

DECRETO Nº 13.972/2020

Publicação Nº 2524789

D E C R E T O Nº 13.972/2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18 de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), a saber:

19 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

19.001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

19.001.16.122.300.2.511 - Manutenção das Atividades

Administrativas - Frohab

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

19.001.436 3.3.90 - Aplicações Diretas

0.6.89.0084 - SF - Próprios - Alienação de Bens - Demais Entidades R\$ 1.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2019, do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), proveniente dos recursos vinculados aos Próprios - Alienação de Bens - Demais Entidades, no valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.973/2020

Publicação Nº 2524790

D E C R E T O Nº 13.973/2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18 de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 257.250,00 (Duzentos e cinquenta e sete mil, duzentos e cinquenta reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), a saber:

16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16.001.8.122.850.2.804 - Manutenção da Gestão da Política de Assistência Social

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

16.001.8 3.3.90 - Aplicações Diretas

0.2.35.0643 - COVID-19 Ações no SUAS para EPI - Portaria 369 R\$ 114.450,00

0.2.35.0644 - COVID-19 Ações no SUAS para Acolhimento - Portaria 369 R\$ 122.800,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

16.001.9 4.4.90 - Aplicações Diretas

0.2.35.0644 - COVID-19 Ações no SUAS para Acolhimento - Portaria 369 R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 257.250,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Excesso de Arrecadação" do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), proveniente de recursos vinculados ao COVID-19 Ações no SUAS para EPI - Portaria 369, no valor de R\$ 114.450,00 (Cento e quatorze mil, quatrocentos e cinquenta reais); e ao COVID-19 Ações no SUAS para Acolhimento - Portaria 369, no valor de R\$ 142.800,00 (Cento e quarenta e dois mil e oitocentos reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

E D I T A L TOMADA DE PREÇOS Nº 101/2020 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Publicação Nº 2525630

E D I T A L

TOMADA DE PREÇOS Nº 101/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para reforma na E.M.E.B. Maria Nilda Salai Stahelin, localizada na Rua 868 – Elpídio Rodrigues nº 99 no Bairro Tifa Martins em Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias/Quantitativas e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93 e demais alterações posteriores.

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 13:30 horas do dia 06 de julho de 2020, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

ABERTURA dos ENVELOPES: 14:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.
RETIRADA DO EDITAL E ANEXO: O edital e seus anexos estarão disponíveis na Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br sem qualquer custo.
VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 623.343,92 (seiscentos e vinte e três mil trezentos e quarenta e três reais e noventa e dois centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 02 de junho de 2020.
ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretario Municipal de Administração

**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2020-FMS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

Publicação Nº 2525625

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2020-FMS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de Próteses dentárias totais (superiores e/ou inferiores), destinadas para o CEO - Centro de Especialidades Odontológicas Policlínica João Biron ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III e Termo de referência Anexo IX deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009 Lei Federal 8.666/93 e Lei Complementar 147/2014.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 13:30 hs do dia 01 de julho de 2020, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 14:00 do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR MÁXIMO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 338.244,00 (trezentos e trinta e oito mil duzentos e quarenta reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 05 de junho de 2020.
ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

ALCEU GILMAR MORETTI
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ORDEM DE REINÍCIO – Nº 01/2020 CONTRATO Nº 443/2019

Publicação Nº 2525631

ORDEM DE REINÍCIO – nº 01/2020
Contrato nº 443/2019

Considerando o Decreto 13.733/2020 que revogava o artigo 1º, que suspendia os contratos e obras.
Determinamos por meio desta, a empresa SC ENGENHARIA E GEOTECNOLOGIA LTDA., o reinício dos serviços referentes a execução de serviços técnicos de ensaios e levantamentos, estudos específicos e elaboração de projetos executivos para obras de pavimentação no município de Jaraguá do Sul, objeto da Tomada de Preços nº 40/2019, e, formalizada pelo Contrato nº 443/2019, a partir da data do recebimento desta Ordem.

Jaraguá do Sul, 18 de maio de 2020.

Ivan Andréias Wolter Engenheiro Civil - Fiscal Designado	Marcelo Gumboski Engenheiro Civil - Fiscal Designado
---	---

Recebi em ____/____/____

SC ENGENHARIA E GEOTECNOLOGIA LTDA.
CNPJ 05.039.594/0001-68

OBS:- Será lavrada em 6 (seis) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Licitações; d) Controladoria; e) Arquivo no Setor responsável pelas obras; f) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos;
- REINÍCIO DOS SERVIÇOS deverá ser também autorizado, expressamente pelo contratante.

RATIFICAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Conforme justificativa do Engenheiro(a) Fiscal ratifico as informações constantes da presente Ordem de Paralisação, nos termos propostos.

Jaraguá do Sul, 18 de Maio de 2020.

OTONIEL DA SILVA

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

P O R T A R I A Nº 165/2020/SEMTIP

Publicação Nº 2524745

PORTARIANº 165/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO a necessidade de substituição de membro da Primeira Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial;

CONSIDERANDO o art. 5º do Decreto 10.302/2018 de 06/09/2018;

RESOLVE :

Art.1º SUBSTITUIR a servidora pública municipal BEATRIZ DIAS DE ALMEIDA, matrícula 8186, pelo servidor público municipal VANTUIR MARTINS, matrícula 11254, na composição da PRIMEIRA COMISSÃO PERMANENTE DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/06/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

P O R T A R I A Nº 166/2020/SEMTIP

Publicação Nº 2524746

PORTARIANº 166/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o Ofício nº 095/2020/1ªCPAD, firmado pelo Presidente da Comissão em 05/06/2020, que solicita a substituição da servidora Danielle Wanessa Weege, membro da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o art. 5º do Decreto 12.302/2018 de 06/09/2018;

RESOLVE :

Art.1º SUBSTITUIR a servidora pública municipal DANIELLE WANESSA WEEGE, matrícula 9043, pela servidora pública municipal BEATRIZ DIAS ALMEIDA, matrícula 8186, na composição da PRIMEIRA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/06/2020.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

PORTARIA Nº 282/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2524977

PORTARIA Nº 282/2020 – ISSEM

De 1º.06.2020.

Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. CAROLINA DOS SANTOS LIMA BAADE, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 28.05.2020 a 12.07.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 28.05.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de junho de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 283/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2524980

PORTARIA Nº 283/2020 – ISSEM

De 02.06.2020.

Concede Licença Maternidade

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 103, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. JAQUELINE ARNOLD, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 27.05.2020 a 25.06.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 27.05.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de junho de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 284/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2524982

PORTARIA Nº 284/2020 – ISSEM

De 03.06.2020.

Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ELSA FELIPETO MELCHERT, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 02.06.2020 a 25.09.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de junho de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 285/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2524983

PORTARIA Nº 285/2020 – ISSEM

De 03.06.2020.

Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. VIVIAN SCHUNKE, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 03.06.2020 a 17.06.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de junho de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 286/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2524985

PORTARIA Nº 286/2020-ISSEM

De 03/06/2020

Concede Aposentadoria ao Sr. Tarcisio Schneider.

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 217/2018, de 20/09/2018, e suas alterações, c/c o disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c art. 93 da LCM 217/2018, e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 1240,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SR. TARCISIO SCHNEIDER, inscrito no CPF sob nº 366.449.601-97, servidor do Município de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Fiscal Tributário, matriculado sob o nº 7054, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 9, Letra "I", triênios equivalentes a 48% (quarenta e oito por cento) e carga horária de 200 horas mensais/ 40 horas semanais.

Art. 2º. O benefício será reajustado com paridade aos reajustes aplicados aos servidores ativos da Prefeitura de Jaraguá do Sul, nos termos do art. 93, §2º, da LCM 217/2018;

Art. 3º. As despesas correrão por conta do Issem, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 77, I, "c", da LCM 217/2018.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 15/06/2020.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 3 de junho de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente

Portaria nº 066/2019

PORTARIA Nº 287/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2524987

PORTARIA Nº 287/2020-ISSEM

De 03/06/2020

Concede Aposentadoria à Sra. Eliane Montibeller da Silva.

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 217/2018 c/c o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c art. 92 da LCM 217/2018, e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 1271,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SRA. ELIANE MONTIBELLER DA SILVA, inscrita no CPF sob nº 457.540.209-53, servidora do Município de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Coordenador Pedagógico, matriculada sob o nº 8422, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 7, Letra "G", triênios equivalentes a 42% (quarenta e dois por cento) e carga horária de 200 horas mensais/ 40 horas semanais.

Art. 2º. O benefício será reajustado com paridade aos reajustes aplicados aos servidores ativos do Município de Jaraguá do Sul, nos termos do art. 93, §2º, da LCM 217/2018;

Art. 3º. As despesas correrão por conta do Issem, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 77, I, "c", da LCM 217/2018.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/07/2020.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 3 de junho de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente

Portaria nº 066/2019

PORTARIA Nº 288/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2524988

PORTARIA Nº 288/2020 – ISSEM
De 09.06.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARI NEIVA RODRIGUES DOS SANTOS, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 04.06.2020 a 02.08.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 09 de junho de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 289/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2524990

PORTARIA Nº 289/2020 – ISSEM
De 09.06.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. ADAIR SCHUG, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – Samae – de Jaraguá do Sul, no período de 09.06.2020 a 12.06.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 09 de junho de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 290/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2524991

PORTARIA Nº 290/2020 – ISSEM
De 09.06.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ROBERTA FACHINI LINS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 09.06.2020 a 12.06.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 09 de junho de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 291/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2524992

PORTARIA Nº 291/2020 – ISSEM
De 09.06.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. GISELIA ZANCHIN, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 09.06.2020 a 15.06.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 09 de junho de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 292/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2524993

PORTARIA Nº 292/2020-ISSEM
De 09/06/2020
Concede Aposentadoria ao Sr. Glenio Mota Rodrigues.

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 217/2018 c/c art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c art. 93 da LCM 217/2018, e tendo em vista o contido no processo administrativo previdenciário nº 0013,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SR. GLENIO MOTA RODRIGUES, inscrito no CPF sob nº 292.186.329-49, servidor do Município de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Médico do Trabalho, matriculado sob o nº 4383, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 13, Letra "J", triênios equivalentes a 54% (cinquenta e quatro por cento) e carga horária de 200 horas mensais/ 40 horas semanais, com a aplicação do limitador previsto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

Art. 2º. O benefício será reajustado com paridade aos reajustes aplicados aos servidores ativos da Prefeitura de Jaraguá do Sul, nos termos do art. 93, §2º, da LCM 217/2018;

Art. 3º. As despesas correrão por conta do Issem, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 77, I, "c", da LCM 217/2018.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/07/2020.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 9 de junho de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente

Portaria nº 066/2019

PORTARIA Nº 293/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2524995

PORTARIA Nº 293/2020-ISSEM
De 10/06/2020
Concede Aposentadoria à Sra. Denise Correia Zanotti.

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 217/2018 c/c art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c art. 93 da LCM 217/2018, e tendo em vista o contido no processo administrativo previdenciário nº 0003,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SRA. DENISE CORREIA ZANOTTI, inscrita no CPF sob nº 606.638.809-63, servidora do Município de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental – Lic. Plena, matriculada sob o nº 2321, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com

referência salarial: Classe 7, Letra "L", triênios equivalentes a 66% (sessenta e seis por cento) e carga horária de 200 horas mensais/ 40 horas semanais.

Art. 2º. O benefício será reajustado com paridade aos reajustes aplicados aos servidores ativos da Prefeitura de Jaraguá do Sul, nos termos do art. 93, §2º, da LCM 217/2018;

Art. 3º. As despesas correrão por conta do Issem, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 77, I, "c", da LCM 217/2018.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 06/07/2020.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.
Jaraguá do Sul, 10 de junho de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente
Portaria nº 066/2019

PORTARIA Nº 294/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2524996

PORTARIA Nº 294/2020 – ISSEM
De 10.06.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. TALITA DA SILVA JOLY, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 08.06.2020 a 22.06.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Jaraguá do Sul, 10 de junho de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 295/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2524997

PORTARIA Nº 295/2020 – ISSEM
De 10.06.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. JONATHAN DALCANALE WEILER, lotado na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 11.06.2020 a 25.06.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Jaraguá do Sul, 10 de junho de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 377/2020

Publicação Nº 2524769

PORTARIANº 377/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,
RESOLVE :

Art.1º RETIFICAR o artigo 1º, da Portaria Nº 372/2020, de 12/06/2020, na seguinte forma:

“Art.1º DESIGNAR, a partir de 16/06/2020, RONIS ROBERTO BOSSE, matrícula 7183, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE PLANEJAMENTO, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, do Poder Executivo do Município.”

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/06/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 378/2020

Publicação Nº 2524771

PORTARIANº 378/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º RETIFICAR o artigo 1º, da Portaria Nº 376/2020, de 12/06/2020, na seguinte forma:

“Art.1º DESIGNAR, a partir de 16/06/2020, ALESSANDRA SUGAWARA PRUDENCIATI, matrícula 9588, ocupante do cargo efetivo de Arquiteta e Urbanista, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, para exercer o cargo de provimento em comissão de GERENTE DE ANÁLISE DE EDIFICAÇÕES, da Diretoria de Urbanismo, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, do Poder Executivo do Município.”

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/06/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

Publicação Nº 2525635

RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

De acordo com o que estabelece a Lei 8.666/93 – Art. 73 – Inciso I – letra “a” e suas alterações posteriores e o Contrato nº 248/2019, firmado em 11/06/2019, com a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., referente a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, calçadas e sinalização viária na Rua 1355 Carlos Horongozo Júnior, no Bairro Jaraguá 99, procedemos a vistoria para emissão do Termo de Recebimento Provisório.

Atestamos que os serviços e aplicação de materiais foram devidamente concluídos, conforme exigência do edital.

Diante do exposto, DECLARAMOS ter recebido em caráter PROVISÓRIO a referida obra.

E por estarem cientes e de acordo, assinamos o presente Termo de Recebimento Provisório em 03 (três) vias de igual teor para que produza seus legítimos e legais efeitos, e para análise e aceitação para receberem o objeto em definitivo.

Jaraguá do Sul (SC), 21 de maio de 2020.

Marcelo Gumboski

Engº. Civil – CREA/SC 110461-7

Fiscal Designado

Ciente:

Paviplan Pavimentação Ltda.

Contratada

RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

Publicação Nº 2525636

RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

De acordo com o que estabelece a Lei 8.666/93 – Art. 73 – Inciso I – letra “a” e suas alterações posteriores e o Contrato nº 248/2019, firmado em 11/06/2019, com a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., referente a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, calçadas e sinalização viária na Rua 938 Pastor Harold Willians, no Bairro Jaraguá 99, procedemos a vistoria para emissão do Termo de Recebimento Provisório.

Atestamos que os serviços e aplicação de materiais foram devidamente concluídos, conforme exigência do edital.

Diante do exposto, DECLARAMOS ter recebido em caráter PROVISÓRIO a referida obra.

E por estarem cientes e de acordo, assinamos o presente Termo de Recebimento Provisório em 03 (três) vias de igual teor para que produza seus legítimos e legais efeitos, e para análise e aceitação para receberem o objeto em definitivo.

Jaraguá do Sul (SC), 21 de maio de 2020.

Marcelo Gumboski

Engº. Civil – CREA/SC 110461-7

Fiscal Designado

Ciente:

Paviplan Pavimentação Ltda.

Contratada

RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

Publicação Nº 2525637

RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

De acordo com o que estabelece a Lei 8.666/93 – Art. 73 – Inciso I – letra “a” e suas alterações posteriores e o Contrato nº 248/2019, firmado em 11/06/2019, com a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., referente a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, calçadas e sinalização viária na Rua 556 Serafim Satler, no Bairro Jaraguá 99, procedemos a vistoria para emissão do Termo de Recebimento Provisório.

Atestamos que os serviços e aplicação de materiais foram devidamente concluídos, conforme exigência do edital.

Diante do exposto, DECLARAMOS ter recebido em caráter PROVISÓRIO a referida obra.

E por estarem cientes e de acordo, assinamos o presente Termo de Recebimento Provisório em 03 (três) vias de igual teor para que produza seus legítimos e legais efeitos, e para análise e aceitação para receberem o objeto em definitivo.

Jaraguá do Sul (SC), 21 de maio de 2020.

Marcelo Gumboski

Engº. Civil – CREA/SC 110461-7

Fiscal Designado

Ciente:

Paviplan Pavimentação Ltda.

Contratada

RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

Publicação Nº 2525633

RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

De acordo com o que estabelece a Lei 8.666/93 – Art. 73 – Inciso I – letra “a” e suas alterações posteriores e o Contrato nº 248/2019, firmado em 11/06/2019, com a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., referente a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, calçadas e sinalização viária na Rua 940 Arco Íris, no Bairro Jaraguá 99, procedemos a vistoria para emissão do Termo de Recebimento Provisório.

Atestamos que os serviços e aplicação de materiais foram devidamente concluídos, conforme exigência do edital.

Diante do exposto, DECLARAMOS ter recebido em caráter PROVISÓRIO a referida obra.

E por estarem cientes e de acordo, assinamos o presente Termo de Recebimento Provisório em 03 (três) vias de igual teor para que produza seus legítimos e legais efeitos, e para análise e aceitação para receberem o objeto em definitivo.

Jaraguá do Sul (SC), 21 de maio de 2020.

Marcelo Gumboski

Engº. Civil – CREA/SC 110461-7

Fiscal Designado

Ciente:

Paviplan Pavimentação Ltda.

Contratada

RESOLUÇÃO Nº 009/2020/CA/ISSEM

Publicação Nº 2524749

RESOLUÇÃO Nº 009/2020/CA/Issem

Dispõe sobre a Reorganização das Comissões Permanentes.

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - Issem, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 217/2018, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 25 de maio de 2020 e

CONSIDERANDO que a nomeação de novos conselheiros indicados, para comporem o Conselho de Administração e consequentemente a necessidade de reorganizar as comissões internas;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros das Comissões Permanentes do Conselho de Administração:

I – COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA: Titulares – Joseane Regina Gerent Garcia, Silvia Regina Toassi Kita, Maristela Alberton, Pietro Galvan. Suplente – Cristiane Gregolewitsch;

II – COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO: Titulares – Cleonis Rosália Tomaselli, César Pompeu, Dirceu Hiller e Pericles Furlani. Suplentes – Josiane Trocatti;

III – COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA: Titulares – Espedito Pauli, Denise Correia Zanotti, Péricles Furlani;

IV – COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE: Titulares – Espedito Pauli, Silvia Regina Toassi Kita, Maristela Alberton Silva e Rafael Busch. Suplente – Josiane Trocatti.

Art. 2º Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 8 de junho do corrente ano.

Jaraguá do Sul, 8 de junho de 2020.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do Conselho de Administração do Issem

RESOLUÇÃO Nº 010/2020/CA/ISSEM

Publicação Nº 2524751

RESOLUÇÃO Nº 010/2020/CA/Issem

Dispõe sobre a adequação do rol de cobertura.

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – Issem, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 217/2018, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Extraordinária virtual realizada no dia 8 de junho de 2020 e,

CONSIDERANDO que os Ofícios nº 541/2020/Issem e 542/2020/Issem , que tratam de alteração do rol de cobertura do Issem-Saúde;

CONSIDERANDO o Art. nº 10 da LCM nº 217/2018 que em seu inciso XXIX diz:

XXIX - manifestar-se sobre assuntos de relevância para o ISSEM sempre que julgar necessário e/ou oportuno;

CONSIDERANDO o § 4º do Art. 180 da LCM nº 217/2018 que determina que:

§ 4º As inclusões, alterações ou exclusões de serviços serão tratadas em regulamento e deverão ser embasadas em cálculo atuarial e aprovadas pelo Conselho de Administração.

CONSIDERANDO que a Comissão de Assistência e Saúde fez a análise das propostas encaminhadas, sendo:

1 – Ajuste do percentual de coparticipação dos procedimentos elencados abaixo, de 40% (quarenta por cento) para 0% (zero por cento), a

fim de adequá-los ao percentual dos demais procedimentos de terapia oncológica, constantes do rol de cobertura, sendo:

- a) 2.02.04.08-6 Terapia oncológica com aplicação intra-arterial de medicamentos, em regime de aplicação peroperatória, por meio de cro-noinfusor ou perfusor extracorpórea.
- b) 3.03.07.14-7 Tratamento ocular quimioterápico com antiangiogênico. Programa de 24 meses. Uma sessão por mês (por sessão).
2 – Alterar a carência do procedimento, realizado por psiquiatra em consultório:
- a) 2.01.04.21-9 – Sessão de psicoterapia individual – de 90 (noventa) para 30 (trinta) dias, uma vez que este é um procedimento acessório à consulta de psiquiatria, conforme previsão contratual, e esta possui carência de 30 (trinta) dias.

As alterações propostas são para regularizar situação existente, tendo em vista que os referidos procedimentos já acontecem, mas que não foram tratados com o mesmo parâmetro no regulamento, necessitando desses ajustes para atender de forma isonômica todos os segurados.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar às alterações propostas, conforme a análise.

Art. 2º Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 8 de junho de 2020.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do Conselho de Administração do Issem

RESOLUÇÃO Nº 011/2020/CA/ISSEM

Publicação Nº 2524752

RESOLUÇÃO Nº 011/2020/CA/Issem

Dispõe sobre alteração do Decreto nº 12.620/2019 – que trata do Regulamento do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS).

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – Issem, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 217/2018, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Extraordinária virtual realizada no dia 8 de junho de 2020 e,

CONSIDERANDO o Ofício nº 305/2020/Issem que solicita alteração do Decreto nº 12.620/2019, que trata do Regulamento do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), denominado Issem-Previdência.

CONSIDERANDO que no ofício supracitado propõe:

1. A inclusão do Art. nº 9ºA:

Art. 9º-A. Sendo o segurado representado por advogado, este poderá autenticar os documentos juntados ao processo administrativo, que equiparar-se-ão aos documentos originais.

§ 1º Para fins do disposto no caput, o documento autenticado deverá conter nome completo, número de inscrição na OAB e assinatura do advogado.

§ 2º Caso identificado indício de irregularidade nas cópias apresentadas, o Issem poderá exigir a apresentação dos originais para conferência, sem prejuízos da responsabilidade do advogado se constatada fraude.

2. A inclusão do Art. nº 24-A:

Art. 24-A. Constatando a inexistência de documentos essenciais à análise do requerimento de aposentadoria, o Issem solicitará ao segurado que os apresente no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos.

§ 1º Não apresentados os documentos no prazo referido no caput, o processo será arquivado administrativamente.

§ 2º Apresentados os documentos solicitados, antes ou após o arquivamento administrativo, os mesmos serão juntados ao processo, que passará a ocupar o lugar na fila de análise conforme a data de apresentação daqueles.

3. A alteração na redação do Art. nº 62 que trata da análise do preenchimento dos requisitos para o deferimento do abono de permanência será realizada pelo Issem, a saber:

Art. 62. A análise do preenchimento dos requisitos para o deferimento do abono de permanência será realizada pelo Issem.

§ 1º Confirmado o implemento de regra de aposentadoria que garanta ao segurado a percepção do abono de permanência, ele deverá manifestar sua opção pela permanência em atividade mediante o preenchimento de formulário próprio disponibilizado pelo Issem.

§ 2º O Issem comunicará o deferimento do abono de permanência oficialmente ao setor de recursos humanos do órgão ao qual está vinculado o servidor público para que proceda ao pagamento do benefício.

§ 3º O início da vigência do ato de aposentadoria interrompe o pagamento do abono de permanência.

4. A inclusão da Seção IX – Do Recurso Administrativo do Indeferimento dos Benefícios - incluindo o Art. 63-A informando sobre prazos e recursos, a saber:

Seção IX

DO RECURSO ADMINISTRATIVO DO INDEFERIMENTO DOS BENEFÍCIOS

Art. 63-A. Ressalvado o recurso administrativo da perícia médica, que possui regramento próprio, em relação à análise e ao indeferimento dos benefícios observar-se-á o seguinte:

I - o segurado poderá, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da notificação da análise ou do indeferimento do pedido e mediante o preenchimento de formulário próprio disponibilizado pelo Issem, requerer a revisão do ato através da interposição de recurso administrativo devidamente fundamentado e dirigido à Autoridade que proferiu a decisão recorrida;

II - apresentado o recurso, a Autoridade recorrida decidirá, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, se reconsidera a sua decisão;

III - mantida a decisão, a Autoridade recorrida encaminhará o recurso à Autoridade imediatamente superior, que proferirá sua decisão no prazo de até 5 (cinco) dias úteis do recebimento do encaminhamento;

IV - da decisão revisional não caberá novo recurso.

Parágrafo único. A notificação das decisões sempre será realizada ao segurado.

5. A alteração no Art. nº 70 que trata do recurso administrativo da Perícia Médica, onde passa a Superintendência de Previdência a ser a última instância de análise de recursos.

Art. 70. Havendo indeferimento do pedido, observar-se-á o seguinte:

I - o segurado poderá, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data da notificação do indeferimento do pedido e mediante o preenchimento de formulário próprio disponibilizado pelo Issem, requerer a revisão do ato através da interposição de recurso administrativo devidamente fundamentado e dirigido à Autoridade que proferiu a decisão recorrida;

II - apresentado o recurso, a Autoridade recorrida decidirá, no prazo de até

3 (três) dias úteis, se reconsidera a sua decisão;

III - mantida a decisão, a Autoridade recorrida encaminhará o recurso ao Superintendente de Previdência, que proferirá sua decisão no prazo de até 3 (três) dias úteis do recebimento do encaminhamento;

IV - da decisão revisional não caberá novo recurso.

§ 1º Entendendo necessário, a Autoridade recorrida poderá solicitar documentos complementares e realizar nova perícia médica no segurado, hipótese em que o prazo de análise recomeça a correr por todo o período a partir do recebimento das informações e/ou da realização da nova perícia.

§ 2º A notificação das decisões sempre será realizada ao associado.

6. A revogação do Art. nº 71.

CONSIDERANDO que as alterações estão de acordo com a legislação vigente, são pertinentes as situações propostas verificadas na prática e que facilitam aos segurados;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar às alterações elencadas no Ofício nº 305/2020/Issem e seu anexo.

Art. 2º Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 8 de junho de 2020.

Sidnei Marcelo Lope

Presidente do Conselho de Administração do Issem

RESOLUÇÃO Nº 012/2020/CA/ISSEM

Publicação Nº 2524753

RESOLUÇÃO Nº 012/2020/CA/Issem

Dispõe sobre contratação de serviço técnico especializado.

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – Issem, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 217/2018, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Extraordinária virtual realizada no dia 8 de junho de 2020 e,

CONSIDERANDO o Ofício nº 543/2020/Issem que solicita a contratação de serviço técnico especializado, devido à proximidade da data de término dos contratos de:

a) Contratação de assessoria e consultoria atuarial para o Fundo Municipal de Previdência Social – FMPS, cujo contrato finaliza em 31/07/2020

b) Contratação de pessoa jurídica especializada, com a finalidade de prestação de serviços de assessoria e consultoria em relação ao mercado financeiro, para os investimentos do Fundo Municipal de Previdência Social – FMPS, cujo contrato finaliza em 31/08/2020;

CONSIDERANDO que o art. 10 da LCM nº 217/2018 define como competência deste Conselho:

XVIII – deliberar sobre a contratação de serviços técnicos profissionais especializados de interesse do ISSEM;

CONSIDERANDO que os serviços especializados contratados desenvolverão atividades específicas de assessoria e consultoria atuarial e financeira, serviços esses necessários para o acompanhamento dos investimentos e garantir o equilíbrio financeiro do Issem-Previdência.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar à contratação de assessoria e consultoria atuarial, bem como de pessoa jurídica para assessoria e consultoria no mercado financeiro para o Fundo Municipal de Previdência Social.

Art. 2º Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 8 de junho de 2020.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do Conselho de Administração do Issem

RESOLUÇÃO Nº 013/2020/CA/ISSEM

Publicação Nº 2524754

RESOLUÇÃO Nº 013/2020/CA/Issem

Dispõe sobre alteração do regulamento do FMSA (Decreto nº 12976/2019).

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – Issem, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 217/2018, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Extraordinária virtual realizada no dia 8 de junho de 2020 e,

CONSIDERANDO o Ofício 328/2020/Issem, que encaminha Minuta de Lei para alteração do Decreto nº 12.796/2019 para repassar aos Órgãos de Origem dos servidores beneficiários do Issem-Saúde a responsabilidade pelo cálculo e desconto das contribuições e coparticipações.

CONSIDERANDO que no Ofício supracitado se propõe:

1. A alteração na redação do Art. nº 74 que diz:

Art. 74. Para o cálculo e desconto das contribuições e coparticipações devidas, o Issem-Saúde remeterá ao órgão de origem do servidor associado as seguintes informações:

I - percentual da contribuição patronal devida;

II - percentual da contribuição do grupo familiar devida pelo servidor associado;

III - valor, em moeda corrente, da coparticipação do grupo familiar devida pelo servidor associado;

IV - valor, em moeda corrente, da contribuição e coparticipação do grupo familiar devida pelo servidor associado e que não fora descontada em meses anteriores.

§ 1º Se na hipótese do inc. IV do caput o associado não contiver saldo em sua folha de pagamento para que se efetue o desconto, ele e seus dependentes terão os serviços de saúde bloqueados e o associado será notificado para regularizar o débito no prazo de 30 (trinta) dias corridos, sob pena de perda da condição de associado, com o consequente cancelamento das inscrições de todos os beneficiários de seu grupo familiar.

§ 2º Os débitos relativos a associados falecidos serão cobrados na folha de rescisão, descontados da pensão por morte a ser recebida por seus pensionistas ou através de processo judicial de cobrança.

2. A alteração no Art. nº 75 que versa o seguinte:

Art. 75. Concluída a rotina de cálculo da folha de pagamento, os órgãos de origem remeterão ao Issem-Saúde informações sobre os vencimentos, vantagens e descontos de cada um dos servidores associados.

§ 1º Com base nas informações remetidas pelos órgãos de origem, o Issem-Saúde recalculará as contribuições e coparticipações para apurar eventuais divergências entre os valores devidos e os efetivamente descontados.

§ 2º As diferenças encontradas serão informadas pelo Issem-Saúde aos órgãos de origem para lançamento nas competências seguintes.

CONSIDERANDO que o repasse aos Órgãos de Origem dos servidores beneficiários do Issem-Saúde a responsabilidade pelo cálculo e desconto das contribuições e coparticipações, contribuirá para a melhoria dos processos e procedimentos;

CONSIDERANDO que o recálculo proposto no Art. nº 75, se faz necessário para verificar divergências de valores e posterior cobrança;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar às alterações propostas através do Ofício nº 328/2020 e seu anexo.

Art. 2º Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 8 de junho de 2020.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do Conselho de Administração do Issem

RESOLUÇÃO Nº 014/2020/CA/ISSEM

Publicação Nº 2524755

RESOLUÇÃO Nº 014/2020/CA/Issem

Dispõe sobre a inclusão de procedimento no rol de cobertura do Issem-Saúde.

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – Issem, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 217/2018, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Extraordinária virtual realizada no dia 8 de junho de 2020 e,

CONSIDERANDO o Ofício nº 339/2020/Issem que solicita inclusão de procedimento no rol de cobertura do Issem-Saúde.

CONSIDERANDO o Art. nº 180 da LCM nº 217/2018 - §1º e § 4º:

§ 1º Os serviços serão gradualmente implementados pelo FMASA-Saúde na medida das suas possibilidades e disponibilidades financeiras, sempre observado o cálculo atuarial.

§ 4º As inclusões, alterações ou exclusões de serviços serão tratadas em regulamento e deverão ser embasadas em cálculo atuarial e aprovadas pelo Conselho de Administração.

CONSIDERANDO que o Art. nº 33 da LCM nº 217/2018 versa que:

Art.33. Em relação à solicitação do exame complementar, observar-se-á o seguinte:

I - o médico poderá solicitar qualquer um dos exames complementares cobertos pelo Issem-Saúde. (Grifo nosso)

CONSIDERANDO que o exame em questão que solicita “pesquisa de padrão de metilação para a síndrome de prader-Will e CGH em alta definição ou 750K”, não constam do hall de cobertura do Issem-Saúde e tampouco listados na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos –CBHPM 2016;

CONSIDERANDO o Parecer emitido em março de 2020 pelo Conselho Fiscal que aponta grande preocupação e solicita medidas urgentes em relação a saúde financeira do FMASA;

CONSIDERANDO a necessidade de cálculo atuarial para verificar a possibilidade de inserção de novo procedimento, bem como para verificar a perenidade do Issem-Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Não aprovar a inclusão de novos procedimentos no rol de cobertura do Issem-Saúde pelas considerações apresentadas na análise e enquanto não for realizado e apresentado a este Conselho o cálculo atuarial do respectivo Fundo que comprove ou aponte soluções para a premente necessidade de equilíbrio financeiro do FMASA.

Art. 2º Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 8 de junho de 2020.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do Conselho de Administração do Issem

Joaçaba

PREFEITURA

CONTRATO Nº 38/2018/FMS – TA 02

Publicação Nº 2524840

CONTRATO Nº 38/2018/FMS – TA 02

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, neste ato representada pelo Secretário, Sr. VALMOR JOÃO REISDORFER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa CSA – COMERCIO, SUPRIMENTOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE MÁQUINAS COPIADORAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.243.167/0001-83, estabelecida na Avenida Brasil Leste, nº. 1504, Bairro Petrópolis, no Município de Passo Fundo/RS, CEP 99050-144, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. SULTIR ANTONIO LUZA, portador do documento de identidade nº 3038062968, inscrito no CPF sob o nº 477.698.070-34, residente e domiciliado na cidade de PASSO FUNDO / RS, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 38/2018/FMS, firmado em 18/05/2018, proveniente do Processo de Licitação nº 21/2018/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 10/2018/FMS, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços "outsourcing" de impressão e fotocópias, com cessão de equipamentos (multifuncionais monocromáticas a laser), conforme especificações do Anexo I do Edital, destinados à manutenção das atividades dos diversos setores e programas mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 26 de junho de 2020, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses, contados do seu início.

A execução do contrato passará a ser acompanhada e fiscalizada pela servidora KARLA VANESSA SIMAS, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor global contratado fica reajustado em 2,459930% correspondentes à variação do INPC/IBGE no período de 01/05/2018 a 30/04/2019, passando para R\$ 31.320,00 (trinta mil trezentos e vinte reais), considerando a quantidade mensal estimada de 50.000 (cinquenta mil) cópias e o valor unitário de R\$ 0,0522 (quinhentos e vinte e dois milésimos de centavos de real) por cópia.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 12 de junho de 2020.
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
VALMOR JOÃO REISDORFER – Secretário

CSA COMERCIO, SUPRIMENTOS E ASSISTENCIA TECNICA DE MAQUINAS COPIADORAS LTDA
SULTIR ANTONIO LUZA

Testemunhas:

1. _____

2. _____

CONTRATO Nº 40/2018/FMS – TA 02

Publicação Nº 2524847

CONTRATO Nº 40/2018/FMS – TA 02

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Secretário, Sr. VALMOR JOÃO REISDORFER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado CREDENCIANTE, e a Empresa AUDI PRÓTESE'S APARELHOS AUDITIVOS LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Santa Terezinha, nº 243, sala 101, centro, Joaçaba, SC, inscrita no CNPJ/MJ sob nº 14.055.452/0002-66, doravante denominada CREDENCIADA, neste ato representada por Cristiane Moreira Santos Souza, portadora do documento de identidade nº RG 3588410, e inscrita no CPF/MF sob o nº 025.328.349-35, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 40/2018/FMS (Termo de Credenciamento), firmado em 28/06/2018, proveniente do Edital de Credenciamento nº 3/2018/FMS e Anexos, lançado no dia 13 de junho de 2018, e o Processo de Licitação nº 28/2018/FMS – Inexigibilidade nº 11/2018/FMS, cujo objeto é a realização pela CREDENCIADA de consultas em Fonoaudiologia / Terapia Ocupacional, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR e a CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DO VALOR**

Os valores ficam reajustados em 6,930520% correspondentes a variação do INPC (IBGE) no período de junho/2018 a maio/2020, passando a vigorar, a contar de 28 de junho de 2020, conforme discriminado a seguir:

ITEM	PROCEDIMENTO	VALOR A SER PAGO POR PROCEDIMENTO R\$
1	CONSULTA EM FONOAUDIOLOGIA	53,47
2	CONSULTA EM TERAPIA OCUPACIONAL	53,47

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 28 de junho de 2020, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, SC, 12 de junho de 2020.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CREDENCIANTE
VALMOR JOÃO REISDORFER - Secretário

AUDI PRÓTESE'S APARELHOS AUDITIVOS LTDA – ME
CREDENCIADA
CRISTIANE MOREIRA DOS SANTOS SOUZA

Testemunhas:

1. _____

2. _____

CONTRATO Nº 70/2019/FMS - TA 02

Publicação Nº 2524778

CONTRATO Nº 70/2019/FMS – TA 02

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, SC, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, representada neste ato pelo Secretário, Sr. VALMOR JOÃO REISDORFER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, doravante denominado CREDENCIANTE, e OCULARE INSTITUTO DE OFTALMOLOGIA DE JOAÇABA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Rio Branco, nº 56, 1º andar, centro, Joaçaba, SC, inscrita no CNPJ/MJ sob nº 31.047.406/0001-53, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato por Fernanda Borba Vanhoni, portadora do documento de identidade nº 04119262007 (CNH), inscrita no CPF/MF sob o nº 059.624.489-44 e por Jayme Pichler Von Tennenberg Wendhausen, portador do documento de identidade nº 04102369973 (CNH), inscrito no CPF/MF sob o nº 070.155.459-26, residentes e domiciliados em Joaçaba, SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 70/2019/FMS firmado em 07/05/2019, proveniente do Edital de Credenciamento nº 1/2014/FMS e Anexos, lançado no dia 16 de setembro de 2014 e o Processo de Licitação nº 08/2019/FMS – Inexigibilidade nº 05/2019/FMS, cujo objeto é a realização de consultas médicas especializadas em caráter de urgência, terapias e exames de imagem, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR CLÁUSULA, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR**

Os valores dos procedimentos constantes no contrato original ficam reajustados em 2,203780% correspondentes à variação do INPC/IBGE no período de maio/2019 a maio/2020, passando a vigorar conforme o discriminado a seguir:

CONSULTAS ESPECIALIZADAS - EM CARÁTER DE URGÊNCIA		
5	OFTALMOLOGIA	153,31

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba/SC, 12 de junho de 2020.

Valmor João Reisdorfer – Secretário
MUNICÍPIO DE JOAÇABA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CREDENCIANTE

Fernanda Borba Vanhoni	Jayme Pichler Von Tennenberg Wendhausen
------------------------	---

OCULARE INSTITUTO DE OFTALMOLOGIA DE JOAÇABA LTDA
CREDENCIADA

Testemunhas: 1 _____ 2 _____

CONTRATO Nº 71/2019/FMS – TA 01

Publicação Nº 2524782

CONTRATO Nº 71/2019/FMS – TA 01

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pelo Secretário, VALMOR JOÃO REISDORFER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, 223, centro, inscrita no CNPJ sob o número 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa OCULARE INSTITUTO DE OFTALMOLOGIA DE JOAÇABA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Rio Branco, nº 56, 1º andar, centro, Joaçaba, SC, inscrita no CNPJ/MJ sob nº 31.047.406/000153, representada neste ato por Fernanda Borba Vanhoni, portadora do documento de identidade nº 04119262007 (CNH), inscrita no CPF/MF sob o nº 059.624.489-44 e por Jayme Pichler Von Tennenberg Wendhausen, portador do documento de identidade nº 04102369973 (CNH), inscrito no CPF/MF sob o nº 070.155.459-26, residentes e domiciliados em Joaçaba, SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 71/2019/FMS, firmado em 17/06/2019, proveniente do Edital de Credenciamento nº 6/2018/FMS e Anexos, lançado no dia 19 de outubro de 2018, e o Processo de Licitação nº 11/2019/FMS – Inexigibilidade nº 06/2019/FMS, cujo objeto é a realização, pela CONTRATADA, de consultas, exames e procedimentos oftalmológicos, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DO VALOR e a CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DO VALOR

Os valores ficam reajustados em 2,050700% correspondentes a variação do INPC (IBGE) no período de junho/2019 a maio/2020, passando a vigorar, a contar de 17 de junho de 2020, conforme discriminado a seguir:

ITEM	PROCEDIMENTO	VALOR A SER PAGO POR PROCEDIMENTO R\$
1	BIOMETRIA BINOCULAR	248,32
2	BIOMETRIA MONOCULAR	145,42
3	CONSULTA ESPECIALIZADA EM RETINA	256,83
4	CONSULTA ESPECIALIZADA EM GLAUCOMA	216,86
5	CONSULTA ESPECIALIZADA EM Córnea	216,86
6	MICROSCOPIA MONOCULAR	195,60
7	MICROSCOPIA BINOCULAR	293,33
11	MAPEAMENTO BINOCULAR	299,35
12	MAPEAMENTO MONOCULAR	163,28
13	PAQUIMETRIA BINOCULAR	156,47
14	PAQUIMETRIA MONOCULAR	93,55
15	TOPOGRAFIA MONOCULAR	175,19
16	TOPOGRAFIA BINOCULAR	268,73
17	PTRÍGIO	408,20
18	ULTRASSOM BINOCULAR	251,73
19	ULTRASSOM MONOCULAR	178,59
20	PTRÍGIO COM TX	408,20

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 (doze) meses, a contar de 17 de maio de 2020, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes firmam o presente instrumento, por seus representantes legais, em 04 vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Joaçaba (SC), 12 de junho de 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
VALMOR JOÃO REISDORFER- Secretário

Fernanda Borba Vanhoni

Jayme Pichler Von Tennenberg Wendhausen

OCULARE INSTITUTO DE OFTALMOLOGIA DE JOAÇABA LTDA
CRENCIADA

Testemunhas:

1. _____

2. _____

CONTRATO Nº 95/2016/FMS – TA 04

Publicação Nº 2524812

CONTRATO Nº 95/2016/FMS – TA 04

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pelo Secretário VALMOR JOÃO REISDORFER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CREDENCIANTE, e APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JOAÇABA, associação privada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.780.396/0001-00, estabelecida na Rua Amiano Pozzobon, nº 190, bairro Nossa Senhora de Lourdes, Joaçaba, SC, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato por sua Presidente, Sra. ANDRÉA MANTOVANI BONATO, inscrita no CPF sob o nº 915.115.349-15, portadora da cédula de identidade nº 3.153.706 SSP/SC, residente e domiciliada na Rua Paulo Stuart Wright, nº 12, apto 1101, Município de Joaçaba/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 95/2016/FMS, firmado em 17/06/2016, proveniente do Edital de Credenciamento nº 1/2015/FMS, cujo objeto é a realização pela CREDENCIADA dos procedimentos constantes no GRUPO 03.01 B – 03.01.07.007-5 – Atendimento/Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor do TCGA – TERMO DE COMPROMISSO DE GARANTIA DE ACESSO – PPI AMBULATORIAL, com a finalidade de suprir as necessidades de média complexidade da população própria do Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEXTA**

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 meses, a contar de 17 de junho de 2020, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 60 (sessenta) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de junho de 2020.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
VALMOR JOÃO REISDORFER- Secretário

APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JOAÇABA
CREDENCIADA
ANDRÉA MANTOVANI BONATO

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

RESOLUÇÃO 05/2020/CMS - PLANO DE AÇÕES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Publicação Nº 2524816

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 15 DE JUNHO DE 2020

Aprova a pactuação do Plano de Ações da Vigilância Sanitária para o período 2020-2023.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, em sua trecentésima reunião ordinária, realizada no dia 04 de junho de 2020, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei nº 8080/90 e 8142/90,

Considerando a apresentação do Plano de Ações da Vigilância Sanitária de Joaçaba, elaborado e apresentado de forma satisfatória aos Conselheiros de Saúde;

Considerando que o plano contém as atividades que serão realizadas pela Vigilância Sanitária de Joaçaba durante o período 2020-2023, de forma detalhada;

Considerando que as ações programadas apresentadas levam em consideração o grau de risco sanitário e o perfil da equipe de fiscais para cada atividade;

RESOLVE

Aprovar a pactuação do Plano de Ações da Vigilância Sanitária do município de Joaçaba/SC para o período 2020-2023.

Joaçaba/SC, 15 junho de 2020

PAULA GIOVANA KLEBER
Presidente do CMS de Joaçaba

Homologo a Resolução do CMS nº 05 de 15 de junho de 2020, em conformidade com o inciso XII da quarta diretriz da resolução nº 453 de 10 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Saúde.

VALMOR JOÃO REISDORFER
Secretário de Saúde de Joaçaba

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

ERRATA CONTRATO JHL 0067/2020 - SIMAE

Publicação Nº 2524876

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA
ERRATA RESUMO DO CONTRATO Nº 0067/2020
PREGÃO PRESENCIAL 0016/2020
NA EDIÇÃO DOM/SC – EDIÇÃO Nº 3167 – PAG. 458 DO DIA 10/06/2020

Onde lê-se:

Projeto/Atividade: 2.062

Leia-se:

Projeto/Atividade: 1.052

Joaçaba - SC, 16 de junho de 2020.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae

PORTARIA JHL 257/2020

Publicação Nº 2524788

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 257/2020 DE 15.06.2020

Patrícia Callegari Warken, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna – Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONSTITUIR de acordo com os artigos 22 à 31 da Lei Complementar 193/2010 de 06/09/10, Comissão de Avaliação para servidor Lucas Ramon Sartori, durante o estágio probatório, com a seguinte composição, sendo presidida pelo primeiro:

André Francisco Fiorin

Jean Ribeiro

André Luiz Sauer

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 15 de junho de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 05 de junho de 2020.

Patrícia Callegari Warken
Diretora Presidente

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0020/2020 - SIMAE

Publicação Nº 2522556

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0025/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0020/2020
PROTOCOLO JHL 0898/2020

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0020/2020 – Licitação 0025/2020, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE

MOVIMENTAÇÃO DE CARGA A SEREM UTILIZADOS NAS ATIVIDADES DAS ÁREAS TÉCNICAS DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: até as 13h 50min do dia 09/07/2020 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 09/07/2020 às 14h, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 17/06/2020 a 09/07/2020.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: licitacao@simae.sc.gov.br.

Joaçaba - SC, 12 de junho de 2020.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae.

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0023/2019 - SIMAE

Publicação Nº 2513843

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA QUARTA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0023/2019

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0044/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0054/2019

PROTOCOLO Nº 2101/2019

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de óleos, querosene, graxa grafitada e filtros para manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos do Simae.

PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:

CONCEITO DE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA EIRELI:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	ÓLEO 5W30 SEMI SINTÉTICO - Marca: SPEEDY	LT	60	14,85	R\$ 891,00
5	Óleo 15w 40 TDX - Marca: LUCHETI	LT	60	7,79	R\$ 467,40
8	ÓLEO 5W40 SEMI SINTÉTICO - Marca: SPEEDY	LT	60	14,85	R\$ 891,00
9	ÓLEO 10W30 SEMI SINTÉTICO - Marca: VR	LT	100	12,50	R\$ 1.250,00
10	ÓLEO MINERAL API-CI4 15W40 - Marca: LUCHETI	LT	300	7,79	R\$ 2.337,00
14	ÓLEO MINERAL 40 - Marca: SPEEDY	LT	60	9,98	R\$ 598,80
15	ÓLEO MINERAL API-SF SAE 50 - Marca: VR	LT	80	9,79	R\$ 783,20
19	OLEO 424 EIXO TRASEIRO - Marca: SPEEDY	LT	300	11,80	R\$ 3.540,00
21	ÓLEO 4T SAE 20W50 - Marca: LUCHETI	LT	500	9,98	R\$ 4.990,00
24	ÓLEO MINERAL CLP 220 - Marca: SPEEDY	LT	20	9,90	R\$ 198,00
25	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA COMPRESSOR DE AR - ISSO VG 150 - Marca: SPEEDY	LT	20	9,99	R\$ 199,80

VIGÊNCIA: 17/09/2019 a 16/09/2020.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 17 de junho de 2020.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0024/2019 - SIMAE

Publicação Nº 2513861

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA QUARTA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0024/2019

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0044/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0054/2019

PROTOCOLO Nº 2101/2019

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de óleos, querosene, graxa grafitada e filtros para manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos do Simae.

PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:

DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	ÓLEO 5W30 SINTÉTICO - Marca: MULT LUB	LT	60	13,85	R\$ 831,00
7	ÓLEO 5W40 SINTÉTICO - Marca: MULT LUB	LT	80	14,90	R\$ 1.192,00
11	ÓLEO MINERAL API-GL5 80W90 - Marca: LION	LT	80	9,47	R\$ 757,60
13	ÓLEO MINERAL GL4 SAE 80W - Marca: MULT LUB	LT	80	9,45	R\$ 756,00
16	ÓLEO SAE 68 HIDRÁULICO - Marca: MULT LUB	LT	1.500	6,75	R\$ 10.125,00
17	ÓLEO MINERAL SAE 15W40 - Marca: MULT LUB	LT	300	7,80	R\$ 2.340,00
20	ÓLEO 2T (FRASCO COM 500 ML) - Marca: LION	LT	200	6,89	R\$ 1.378,00
27	ÓLEO 10W30 - Marca: MULT LUB	LT	100	9,20	R\$ 920,00

VIGÊNCIA: 17/09/2019 a 16/09/2020.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 17 de junho de 2020.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0025/2019 - SIMAE

Publicação Nº 2513991

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA QUARTA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0025/2019

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0044/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0054/2019

PROTOCOLO Nº 2101/2019

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de óleos, querosene, graxa grafitada e filtros para manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos do Simae.

PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:

JULIO SILVESTRI FILHO ME:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
33	Filtro de ar externo - Marca: XANFIL	UN	24	39,50	R\$ 948,00
34	filtro de ar interno - Marca: XANFIL	UN	24	21,00	R\$ 504,00
35	FILTRO DE AR CONDICIONADO - Marca: IDELMAX	UN	24	45,00	R\$ 1.080,00
41	FILTRO DE AR EXTERNO RETROESCAVADEIRA CASE 580L	UN	24	19,50	R\$ 468,00

VIGÊNCIA: 17/09/2019 a 16/09/2020.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 17 de junho de 2020.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0026/2019 - SIMAE

Publicação Nº 2513995

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
 JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
 EXTRATO DA QUARTA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0026/2019
 PREGÃO PRESENCIAL JHL 0044/2019
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0054/2019
 PROTOCOLO Nº 2101/2019

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de óleos, querosene, graxa grafitada e filtros para manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos do Simae.

PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:

LOCOMAQ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
40	FILTRO DE AR INTERNO RETRO-ESCAVADEIRA CASE 580L - Marca: TECFIL	UN	24	35,00	R\$ 840,00

VIGÊNCIA: 17/09/2019 a 16/09/2020.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 17 de junho de 2020.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0027/2019 - SIMAE

Publicação Nº 2513997

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
 JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
 EXTRATO DA QUARTA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0027/2019
 PREGÃO PRESENCIAL JHL 0044/2019
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0054/2019
 PROTOCOLO Nº 2101/2019

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de óleos, querosene, graxa grafitada e filtros para manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos do Simae.

PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:

MGS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
28	FILTRO LUBRIFICANTE PARA RETROESCAVADEIRA CASE 580L - Marca: TURBO	PÇ	24	19,50	R\$ 468,00
29	FILTRO COMBUSTÍVEL RETROESCAVADEIRA CASE 580L - Marca: TURBO	PÇ	24	39,00	R\$ 936,00
30	ELEMENTO FILTRANTE RETROESCAVADEIRA CASEL - Marca: TURBO	UN	24	30,00	R\$ 720,00
31	Filtro da Transmissão Retroescaveira Case 580L - Marca: TURBO	UN	24	99,00	R\$ 2.376,00
32	FILTRO HIDRÁULICO RETROESCAVADEIRA CASE 580L - Marca: TURBO	UN	24	117,00	R\$ 2.808,00
36	FILTRO DE COMBUSTÍVEL - Marca: TURBO	PÇ	24	21,00	R\$ 504,00
37	ELEMENTO FILTRO LUBRIFICANTE - Marca: TURBO	UN	24	21,00	R\$ 504,00
38	FILTRO DE OLEO DE TRANSMISSÃO - Marca: TURBO	UN	24	99,00	R\$ 2.376,00
39	FILTRO HIDRÁULICO CARTUCHO CASE 580L - Marca: TURBO	UN	24	129,00	R\$ 3.096,00

VIGÊNCIA: 17/09/2019 a 16/09/2020.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 17 de junho de 2020.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0028/2019 - SIMAE

Publicação Nº 2514002

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA QUARTA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0028/2019

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0044/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0054/2019

PROTOCOLO Nº 2101/2019

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de óleos, querosene, graxa grafitada e filtros para manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos do Simae.

PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:

RODAMAX COMÉRCIO DE PNEUS, LUBRIFICANTES E ACESSÓRIOS LTDA ME:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ÓLEO 15W40 SEMI SINTÉTICO - Marca: MULTI LUB	LT	100	10,89	R\$ 1.089,00
2	OLEO 5W30 SINTÉTICO/DIESEL - Marca: INCOL LUB	LT	80	15,89	R\$ 1.271,20
6	Óleo 10w40 Semissintético - Marca: INCOL LUB	LT	80	11,85	R\$ 948,00
12	ÓLEO MINERAL GL5 SAE 85W140 - Marca: MULTI LUB	LT	300	9,98	R\$ 2.994,00
18	ÓLEO HIDRAÚLICO 46 - Marca: MULTI LUB	LT	600	7,49	R\$ 4.494,00
23	GRAXA GRAFITADA - Marca: IPS	GL	5	188,87	R\$ 944,35
26	ÓLEO SAE 140 - Marca: MULTI LUB	LT	60	10,43	R\$ 625,80

VIGÊNCIA: 17/09/2019 a 16/09/2020.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 17 de junho de 2020.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0029/2019 - SIMAE

Publicação Nº 2514011

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA QUARTA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0029/2019

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0044/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0054/2019

PROTOCOLO Nº 2101/2019

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de óleos, querosene, graxa grafitada e filtros para manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos do Simae.

PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:

RP COMÉRCIO DE PEÇAS E FERRAMENTAS EIRELI:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
20	QUEROSE INDUSTRIAL EM GALÕES DE 20 LITROS - Marca: AGRICOPEL	GL	02	195,00	R\$ 390,00

VIGÊNCIA: 17/09/2019 a 16/09/2020.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 17 de junho de 2020.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae

RESUMO CONTRATO 68/2020

Publicação Nº 2524975

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0068/2020

CONCORRENCIA 001/2020

PROCESSO 0018/2018

PROTOCOLO Nº 0435/2018

Data: 16/06/2020

Objeto: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso II e III, da Lei nº 8.666/93, as partes resolvem prorrogar o prazo de vigência do Contrato 0091/2018 por 9 (nove) meses encerrando em até 20/03/2021.

Contratado: Restelo Construções e Consultoria Ltda

Prazo de vigência: 20/03/2021

Patrícia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae

RESUMO CONTRATO 69/2020

Publicação Nº 2524984

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0068/2020

INEXIGIBILIDADE 0001/2020

PROCESSO 0037/2020

PROTOCOLO Nº 1175/2020

Data: 15/06/2020

Objeto: Prestação de serviço, pela CONTRATADA, de Manutenção/Atualização de Software de Planejamento e Gestão Estratégica, gerenciamento eletrônico de documentos e gerenciamento e gestão de auditorias, através de licença de uso, e capacitação de usuários, se necessário.

Contratado: INTERACT SOLUTIONS LTDA

Valor Contratado: R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais).

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 2.060

Prazo de vigência: 15/06/2020 a 14/06/2021.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae

RETOMADA DE SESSÃO PÚBLICA TOMADA DE PREÇOS 0003/2020 - SIMAE

Publicação Nº 2524737

Licitação nº 0028/2020

Modalidade Tomada de Preços JHL nº 0003/2020

COMUNICADO RETOMADA DE SESSÃO PÚBLICA

Objeto: Contratação de empresa especializada para: 1) execução de implantação de adutora e rede de distribuição de água tratada na Av. XV de Novembro, Av. Rio Branco, Rua Cel. Artur Pereira, Rua Duque de Caxias e Rua Manoel Antônio Perez, no município de Joaçaba/SC; 2) execução de implantação de rede coletora de esgoto e rede de distribuição de água nas Ruas Alberto Carlos Saccol, Luis Motta e Santa Marta, no município de Joaçaba/SC; 3) execução de rede de distribuição de água tratada na Av. Ayrton Senna da Silva, Ruas Tancredo Neves e Waldomiro de Março, em Joaçaba/SC.

O Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Tomada de Preços JHL 0003/2020, Licitação 0028/2020, informa que a retomada da sessão pública de análise das propostas será realizada no dia 19/06/2020, às 9 (nove) horas, na Sede Administrativa do Simae, Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC.

Joaçaba/SC, 16 de junho de 2020.

Cesar Augusto Maciel Ribeiro – Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Simae

HOMOLOGAÇÃO PR 0022/2020 - SIMAE

Publicação Nº 2525761

 ESTADO DE SANTA CATARINA SIMAE - SERV. INTERM. ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA CNPJ: 84.591.890/0001-43 Telefone: (49) 3551-8200 Endereço: Rua Tiradentes, 123 - Centro CEP: 89600-000 - Joaçaba	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 22/2020
	Processo Adm.: 27/2020 Data do Processo: 24/04/2020 Folha: 1 / 6

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 27/2020
b) **Nr. Licitação:** 22/2020 - PR
c) **Modalidade:** Pregão presencial
d) **Data de Homologação:** 16/06/2020
e) **Objeto da Licitação:** Registro de Preços para eventual e futura para aquisição de equipamentos de proteção e segurança a serem utilizados pelos servidores do Simae.


f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
PINGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA EIRELI				
4 - Calça para saneamento confeccionada em tecido sintético (Trevira KP400) revestido com PVC em ambas as faces, totalmente impermeável, costuras por meio de solda eletrônica, reforço entre as pernas, ajuste na cintura através de cordão. Botas de PVC, sem biqueira, acopladas através de costura por solda eletrônica. Disponibilizar EPI com CA ou similar, impresso/gravado no produto comprovando proteção dos membros inferiores do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água. Cor: calça amarela, bota preta. Tamanho calça: G, GG e EXG. Tamanho bota: 39 a 44. Indicar CA ou similar na proposta. CA de Referência: 28447. - Marca: Brascamp ca 28447	UN	10,000	95,0000	R\$ 950,00
5 - Cavelete de sinalização com parede dupla vazada, confeccionado em polietileno laranja, dimensões aproximadas 1,16 m (A) X 0,63 m (L), peso mínimo 4 kg e máximo 6,5 Kg vazio. Possuir compartimento para preenchimento com água ou areia para aumentar o peso do equipamento. As duas partes do cavelete devem ser unidas por dispositivo que permita fechamento e abertura do cavelete, com limite de abertura máximo de 80 cm. Na parte central superior possuir alça do mesmo material para transporte. Ambas as paredes são divididas em parte superior, com altura de 32 cm, intercalado por um vão vazado, e parte inferior com 21 cm de altura, seguido de outro vão vazado, e uma barra de apoio horizontal inferior. O cavelete deve conter inscrições personalizadas em serigrafia, sendo na parte superior centralizado um símbolo de homens trabalhando (losango branco, com desenho na cor laranja de um homem trabalhando) sobre faixas refletivas brancas. Na parte inferior fundo branco, com logotipo do Simae nas cores originais, altura de aproximadamente 12 cm e largura proporcional, seguido abaixo dos telefones "(49) 3551-8200 ou 115", letra Sansation, negrito, cor azul marinho, com dimensões aproximadas 7 cm de altura e 58 cm de largura. Necessário enviar amostra para aprovação. Marca de referência: Tubo art sinalização, Ecosinal sinalização. - Marca: Ecosinal	UN	20,000	387,0000	R\$ 7.740,00

Joaçaba, 16/06/2020

.....
Patricia Callegari Warken

Diretor Presidente

 ESTADO DE SANTA CATARINA SIMAE - SERV. INTERM. ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 22/2020
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Endereço: Rua Tiradentes, 123 - Centro CEP: 89600-000 - Joaçaba	Telefone: (49) 3551-8200	Processo Adm.: 27/2020 Data do Processo: 24/04/2020
		Folha: 2 / 6

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:


	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
11 - Joelheira para uso em atividades profissionais que demandam tempo ajoelhado (colocação de paralelepípedo em calçamento). Confeccionada em tecido neoprene, com preenchimento interno em gel, parte externa frontal do equipamento em tecido resistente (Nylon ou similar) e casco para proteção contra objetos pontiagudos em material resistente e antiderrapante. Possuir colarinho/bordas salientes em espuma ou outro material macio para evitar que o joelho escorregue e fivelas resistentes com ajuste de tamanho para fixação, preferencialmente em velcro. Dimensões mínimas: 13 cm (L) x 25 cm (A). Garantia mínima 12 meses. Marca de referência: Carbografite, L.A. Tools, Colar, Craftsm, Ergodyne. - Marca: Carbografite CG01	PAR	4,000	49,9000	R\$ 199,60
15 - Luva de segurança confeccionada em vaqueta natural curtida ao cromo, cinco dedos, reforço interno na face palmar, tira de reforço externa entre o polegar e o indicador, punho com ajuste em elástico e acabamento em material têxtil na borda do punho. Possuir CA ou similar, impresso/gravado no produto, comprovando proteção das mãos contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes, com desempenho mínimo conforme EN388 de 3243. Comprimento total mínimo de 24 cm. Tamanhos: G e GG. Indicar CA ou similar na proposta. CA de referência: 3983, 9455. - Marca: Luvas Koch ca 9455	PAR	150,000	8,5000	R\$ 1.275,00
23 - Respirador purificador de ar tipo peça semifacial filtrante (PFF2), modelo concha, para proteção contra poeira, névoas, fumos e odores de vapores orgânicos. Confeccionado em material não tecido, composto de fibra de poliéster e polipropileno tratados eletrostaticamente e manta de carvão ativado. Na parte frontal superior deve conter um clipe flexível em material plástico ou metálico, para ajuste no nariz do usuário, e internamente uma camada de espuma na ponte nasal, fixada ao corpo do respirador através de solda. Possuir válvula de exalação, soldada diretamente ao seu corpo e dois elásticos para a fixação da peça ao rosto do usuário, preferencialmente com dispositivo para ajuste do comprimento. Disponibilizar EPI com CA ou similar, gravado/impresso no equipamento, comprovando proteção das vias respiratórias do usuário contra poeiras, névoas e fumos (PFF2). Indicar CA na proposta. CA de referência: 9626, 39226 - Marca: M.S.A Brasil ca 3922	UN	50,000	12,4000	R\$ 620,00
PROTEGERE INDUSTRIA E COMERCIO DE EPI S EIRELI				
7 - Creme protetor de segurança para pele, classificado como grupo 3, com proteção contra agentes químicos e biológicos. Aprovado para riscos provenientes de produtos químicos, como: tolueno, xileno, benzina, querosene, thinner, gasolina, óleo mineral, óleo diesel, pós em geral, cloreto de metileno, tintas, ácido fosfórico 15%, ácido clorídrico 15%, ácido sulfúrico 15%, ácido acético 10%, hidróxido de sódio 10%). Possuir ação antisséptica para bactérias do grupo coliformes totais e fecais. Dermatologicamente testado e hipoalergênico. Bisnaga com no mínimo 120 gramas. Disponibilizar com mínimo 18 meses de validade. Indicar CA ou similar na proposta. CA de referência: 11946, 38185. - Marca: NUTRIEX	UN	5,000	6,8900	R\$ 34,45
17 - Palmilha de conforto, confeccionada em EVA ou PU, altura mínima 5 mm, dublada com revestimento em tecido, tratamento antibacteriano e antifúngico, lavável. Tamanho: 35 ao 44. Marca de referência: Viposa, Marluvas, Bracol - Marca: COUROARTE	PAR	60,000	1,9400	R\$ 116,40
20 - Protetor solar de uso profissional, destinado a proteção da pele contra a ação nociva da radiação solar e/ou solda elétrica, abrangendo as radiações dos tipos UVA e UVB, e com fator de proteção mínimo de FPS 60 e UVA mínima de 1/3 da UVB. Composição isenta de ingredientes perigosos à saúde, fórmula fotoestável, resistente ao suor e contato com	UN	60,000	14,0000	R\$ 840,00

Joaçaba, 16/06/2020

.....

 Patrícia Callegari Warken

Diretor Presidente

 ESTADO DE SANTA CATARINA SIMAE - SERV. INTERM. ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 22/2020
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Endereço: Rua Tiradentes, 123 - Centro CEP: 89600-000 - Joaçaba	Telefone: (49) 3551-8200	Processo Adm.: 27/2020 Data do Processo: 24/04/2020
		Folha: 3 / 6

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

água, hipoalergênico, ação imediata, formulação cosmética não comedogênica, não oleoso (oil-free), não perfumado, não conter base facial nem corantes ou tonalizantes, livre de ácido paraminobenzóico (PABA) e benzofenona-3 em concentração não superior a 10%. Conter em sua composição dióxido de titânio e/ou óxido de zinco. Testado dermatologicamente para utilização em qualquer parte do corpo sem restrição, e com efeito de duração de 4 horas em pele seca. Registro na ANVISA. Embalagem com 120ml/120gr, com validade mínima de 12 meses a contar da data da entrega.

Marca de referência: Mavaro, Nutriex, Luvex. - Marca: NUTRIEX

25 - Calça em tecido FR (Fire Resistent) 100% algodão, com gramatura máxima de 290 g/m², na cor azul Royal, com faixas refletivas retardante a chamas. Cós preferencialmente em elástico com cordão para ajuste, dois bolsos frontais e dois bolsos traseiros, com costuras reforçadas tipo travete nos pontos vulneráveis. Estampa em serigrafia "SIMAE" na vertical, na coxa direita, a 2 cm da costura da direita (costura de fora), aproximadamente 14 cm abaixo do bolso, fonte "arial black", tamanho da serigrafia 22 cm altura x 5 cm largura, na cor branca, conforme imagem ilustrativa abaixo:

S
I
M
A
E

Faixa refletiva de acordo com as especificações da NBR 15292, com no mínimo 50 mm de largura, constituída de segmento central retrorrefletivo na cor prata que reflete cor branca sob foco de luz incidente, de no máximo 25 mm de largura, entre dois segmentos laterais na cor amarelo esverdeado fluorescente de no máximo 15 mm de largura cada. A faixa deve estar localizada abaixo dos joelhos em toda a circunferência, sendo costurada e colada nas duas extremidades e em toda a extensão.

Resistência mínima ATPV 8 cal/cm². Costura reforçada com linha retardante a chama 100% meta aramida. Possuir CA ou similar, impresso/gravado no produto, comprovando proteção contra arco elétrico e fogo repentino. Tamanho M e G.

Indicar CA ou similar na proposta.

CA de referência: 38906, 31127, 30903. - Marca: COMMANDERS

26 - Camisa em Tecido FR (Fire Resistent) 100% algodão, com gramatura máxima de 290 g/m², na cor azul Royal, com faixas refletivas retardante a chamas. Fechamento frontal em botões plásticos com vista. Mangas longas com fechamento em botão plástico ou elástico no punho. Gola tipo esporte, abotoada até em cima. Bolso superior esquerdo com no mínimo 12 cm largura x 14 cm altura, com estampa em serigrafia centralizada sobre o bolso com logotipo do Simae na horizontal na cor branca, tamanho aproximado 2,5 x 8 cm. Estampa serigrafada nas costas, 15 cm abaixo da gola, fonte "arial black" tamanho 22 cm largura x 5 cm altura, na cor branca, com a inscrição "SIMAE" na horizontal, conforme imagem abaixo:

S I M A E

Faixa refletiva de acordo com as especificações da NBR 15292, com no mínimo 50 mm de largura, constituída de segmento central retrorrefletivo na cor prata que reflete cor branca sob foco de luz incidente, de no máximo 25 mm de largura, entre dois segmentos laterais na cor amarelo esverdeado fluorescente de no máximo 15 mm de largura cada. A faixa deve estar localizada no tronco, abaixo do bolso, e nas mangas na mesma altura em toda a circunferência, sendo costurada e colada nas duas extremidades e em toda a extensão. Costuras reforçadas tipo travete nos pontos vulneráveis. Resistência mínima de ATPV 8 cal/cm². Costura reforçada com linha retardante a chama 100% meta aramida.

Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
-----	------------	--------------	-----------------


UN	10,000	118,0000	R\$ 1.180,00
----	--------	----------	--------------

UN	5,000	140,0000	R\$ 700,00
----	-------	----------	------------

Joaçaba, 16/06/2020

.....
 Patrícia Callegari Warken

Diretor Presidente

 ESTADO DE SANTA CATARINA SIMAE - SERV. INTERM. ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 22/2020
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Endereço: Rua Tiradentes, 123 - Centro CEP: 89600-000 - Joaçaba	Telefone: (49) 3551-8200	Processo Adm.: 27/2020 Data do Processo: 24/04/2020
		Folha: 4 / 6

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

Possuir CA ou similar, impresso/gravado no produto, comprovando proteção contra arco elétrico e fogo repentino. Tamanho M e G. Indicar CA na proposta. CA de referência: 38905, 31126, 30774. - Marca: COMMANDERS

RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902

3 - Calçado de segurança tipo botina, confeccionado em couro hidrofugado curtido ao cromo de alta resistência, fechamento por cadaço com ponteiros resinados, sem ilhoses metálicos, lingueta tipo morcego totalmente fixada ao cabedal por costura nas extremidades impedindo a entrada de água pelas laterais, colarinho, lingueta e cano acolchoado, forro interno em não tecido com tratamento antimicrobiano na gáspea e cano, biqueira de composite com resistência mínima de 200J de compressão do bico, palmilha de montagem resistente a perfuração, flexível e não metálica, palmilha de conforto confeccionada em espuma EVA com no mínimo 5 mm de espessura, microperfurada, lavável e antimicrobiana, solado poliuretano bidensidade injetado diretamente ao cabedal. Atender a norma NBR 20345. Com CA ou similar, gravado/impresso no produto, comprovando proteção dos pés do usuário contra impactos de quedas de objetos sobre os artelhos, contra agentes abrasivos e escoriantes e contra choques elétricos. Tamanhos 35 ao 44. Indicar CA ou similar na proposta.

CA de Referência: 32630, 32210. - Marca: MARLUVAS CA 32210

29 - Bota para motociclista cano longo (Tipo D), em couro hidrofugado, resistente a absorção de água (WR ou WRU), conter tala em material rígido na região de canela e gomos acolchoados no dorso do pé, tornozelo e panturrilha, reforço em couro na parte superior do cabedal e biqueira de conformação, forração interna em tecido transpirável, com zíper na lateral e lapela de proteção, palmilha antimicrobiana, solado bidensidade resistente ao escorregamento (SRA ou SRC) e com absorção de impacto na área do calcanhar (E). Possuir detalhe refletivo no tornozelo. Atender pelo menos uma das normas: NBR 20344 e/ou NBR 20347. Com CA ou similar gravado/impresso no produto, comprovando proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve e contra agentes abrasivos e escoriantes. Tamanhos 37 ao 44. Indicar CA na proposta.

CA de Referência: 34459, 39808, 17073. - Marca: MARLUVAS

Robinson Dresch 0042666941

1 - Avental de segurança, tipo barbeiro, confeccionado em raspa de couro, manga longa, elástico ou velcro nas costas, elástico no punho, gola tipo padre, tiras para ajustes na cintura, sem emendas e livre de falhas. Comprimento aproximado 1,20m. Conter CA ou similar, gravado/impresso no produto comprovando proteção do tronco e membros superiores do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes e térmicos provenientes de operações de soldagem e processos similares. Nível de desempenho "classe 2" para ISO 11611:2015. Indicar CA ou similar na proposta.

CA de referência: 34510. - Marca: ZANEL INDUSTRIAL EIRE

2 - Calçado de segurança tipo bota, confeccionado em policloreto de vinila (PVC) injetado em uma só peça, sem forração interna, comprimento do cano aproximadamente 30 cm, 100% impermeável, na cor predominante preta, sem componentes metálicos, solado resistente ao escorregamento. Possuir CA ou similar, gravado/impresso no produto comprovando proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, e contra umidade proveniente de operações com uso de água. Tamanhos: 41 ao 45. Indicar CA ou similar na proposta.

Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
-----	------------	--------------	-----------------

PAR	100,000	70,0000	R\$ 7.000,00
-----	---------	---------	--------------

PAR	6,000	349,0000	R\$ 2.094,00
-----	-------	----------	--------------


UN	2,000	38,3100	R\$ 76,62
----	-------	---------	-----------

PAR	20,000	21,0000	R\$ 420,00
-----	--------	---------	------------

Joaçaba, 16/06/2020

Patricia Callegari Warken

Diretor Presidente

 ESTADO DE SANTA CATARINA SIMAE - SERV. INTERM. ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 22/2020
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Endereço: Rua Tiradentes, 123 - Centro CEP: 89600-000 - Joaçaba	Telefone: (49) 3551-8200	Processo Adm.: 27/2020 Data do Processo: 24/04/2020
		Folha: 5 / 6

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:


	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
CA de referência: 37455, 42291 - Marca: INNOVARE EQUIP PROTE				
6 - Cone injetado em PVC flexível, cor laranja, 75 cm de altura, proteção contra raios ultravioleta, duas faixas refletivas brancas na horizontal, com aproximadamente 10 cm de altura cada, local das faixas com rebaixo. Possuir orifício com diâmetro aproximado de 35 mm no topo do cone para encaixe de placa de sinalização ou sinalizador luminoso intermitente, e orifícios laterais no topo do cone para inserções de corrente ou fita zebrada. Base de 400 mm por 400 mm, composta por oito sapatas distribuídas uniformemente melhorando a aderência e permitindo a passagem de água sob o cone. Produto em conformidade com NBR 15071. Entre a base do cone e a primeira faixa refletiva, centralizado, deve conter em dois lados (frente e atrás) o logotipo do Simae, com 8 cm de altura e largura proporcional, em serigrafia (pintada) na cor branca. Na base deve constar numeração sequencial em serigrafia (pintada) com 2,5 a 3 cm de altura e largura proporcional. A sequência numérica será repassada posteriormente.	UN	50,000	64,0000	R\$ 3.200,00
Marca de referência: Plastcor, Ktell - Marca: PLASTCOR DO BRASIL				
9 - Filtro químico para respirador semifacial Top Air IV da marca Master, CA 12944, modelo CQ-BA para vapores orgânicos e gases ácidos. Deve acompanhar peça em plástico com rosca interna para fixação de filtros combinados (químico e mecânico) no respirador. Disponibilizar com no mínimo 1 ano de validade no momento da entrega. - Marca: MASTER	PAR	10,000	24,3800	R\$ 243,80
10 - Filtro mecânico para respirador semifacial Top Air IV da marca Master, CA 12944, modelo Master P1 para poeiras e névoas. Disponibilizar com no mínimo 1 ano de validade no momento da entrega. - Marca: MASTER	PAR	10,000	4,6700	R\$ 46,70
16 - Óculos de proteção confeccionado em policarbonato óptico, com armação e visor (lentes) injetados em uma só peça, resistente a impacto, com tratamento anti-risco e antiembaçante. Haste tipo espátula maleável e emborrachada, apoio nasal em material macio. Design esportivo. Proteção contra raios UVA e UVB. Lentes escuras na cor cinza. Com CA ou similar gravado/impresso no equipamento, comprovando proteção dos olhos do usuário contra impactos de partículas volantes frontais e contra luminosidade intensa. Indicar CA ou similar na proposta.	UN	50,000	16,1300	R\$ 806,50
CA de referência: 35156, 35267, 27186. - Marca: KALIPSO				
24 - Calçado ocupacional modelo tipo tênis esportivo. 100% têxtil. Cabedal confeccionado em nylon hidro-repelente e microfibra de alta resistência, fechamento tipo cadarço, parte interna com forro permeável em nylon acolchoado e macio, palmilha de conforto em EVA, sem biqueira, solado de poliuretano bidensidade injetado diretamente no cabedal, antiderrapante, sistema de absorção de energia do salto. Calçado próprio para longas caminhadas. Conter CA ou similar, impresso/gravado no equipamento comprovando proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes. Atender pelo menos uma das seguintes normas: ABNT NBR ISO 20345:2011, 20346:2008 ou 20347:2008. Cor predominante: Preto. Tamanho: 37 ao 44. Indicar CA ou similar na proposta.	PAR	6,000	169,5000	R\$ 1.017,00
Marca de referência: Bracol, Fujiwara - Marca: BSB				
27 - Viseira para capacete da marca EBF, modelo/referência E-17, na cor cristal, injetada em policarbonato com no mínimo 2.0 mm de espessura e tratamento antirrisco. Acessório para substituição em capacetes de propriedade do Simae. Marca de referência: EBF - Marca: EBF	UN	10,000	28,8000	R\$ 288,00
28 - Viseira para capacete da marca EBF, modelo/referência E-08, na cor cristal, injetada em policarbonato com no mínimo 2.0 mm de espessura e tratamento antirrisco. Acessório para substituição em capacetes de	UN	3,000	28,8000	R\$ 86,40

Joaçaba, 16/06/2020

.....

 Patrícia Callegari Warken

Diretor Presidente

 ESTADO DE SANTA CATARINA SIMAE - SERV. INTERM. ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 22/2020
	Processo Adm.: 27/2020 Data do Processo: 24/04/2020
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Telefone: (49) 3551-8200 Endereço: Rua Tiradentes, 123 - Centro CEP: 89600-000 - Joaçaba	Folha: 6 / 6

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

propriedade do Simae. Marca de referência: EBF - Marca: EBF

Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
-----	------------	--------------	-----------------

Total geral:			R\$ 28.934,47
---------------------	--	--	---------------

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - SIMAE	14.001.17.122.0028.2060.3.3.90.00.00	R\$ 10.549,74
OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO	14.001.17.512.0028.2061.3.3.90.00.00	R\$ 16.000,00
OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE ESGOTO	14.001.17.512.0028.2062.3.3.90.00.00	R\$ 16.000,00

Joaçaba, 16/06/2020

.....

Patrícia Callegari Warken
Diretor Presidente

José Boiteux**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO 15/2020 REFORMA CEI TIA PÁSCOA**

Publicação N° 2524740

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC

EXTRATO DE CONTRATO N.º 15/2020

OBJETO: O presente instrumento de contrato tem como objetivo a REFORMA CEI TIA PÁSCOA, bem como a conversão de dados existentes, conforme especificações dos Anexos, que integram o presente Edital.

CONTRATADOS: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA CIPRIANI LTDA EPP.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX/SC.

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$15.347,90 (QUINZE MIL TREZENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E NOVENTA CENTAVOS).

DATA DE ASSINATURA: 10/06/2020

VALIDADE: 15/07/2020

PROCESSO LICITATÓRIO: 07/2020.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 02/2020.

Jupirá

PREFEITURA

TERMO ADITIVO 06/20 DE 12/06/2020

Publicação Nº 2525135

TERMO ADITIVO nº 06/20 de 01/06/2020

QUARTO TERMO ADITIVO nº 27/17 de 12/06/2017.

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

MUNICÍPIO DE JUPIÁ, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua Rio Branco, 320, com sede na cidade de Jupirá, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.593.132/0001-37, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, brasileiro, titular do CPF n.º 508.670.329-87, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ nº. 11.381.861/0001-83, neste ato representado por seu Presidente, ADINAN SOUTHER SOARES, titular do CPF Nº 010.446.099-74, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE;

FUNDAÇÃO MÉDICO ASSISTENCIAL AO TRABALHADOR RURAL DE SLO, inscrita no CNPJ sob n.º 86.223.864/0001-98, sito a Rua Coronel Bertaso 1750, cidade de São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representada por seu Presidente VALENTIN CASAGRANDE DE MACEDO, residente e domiciliado no mesmo endereço, inscrito no CPF sob nº. 249.689.439-20, assistido tecnicamente pelo Dr. Ricardo Goldoni Neto, brasileiro, inscrito no CRM/SC nº 9507, CPF nº 020.380.849-55 e pelo Dr. Marco Antonio Longo, brasileiro, inscrito no CRM/SC nº 2629, CPF nº 322.359.929-00, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste – SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADOS, firmam o presente Termo Aditivo de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal 8.666/93, e pelas seguintes cláusulas que seguem:

Considerando, a necessidade de atendimento a população para prestação de serviços hospitalares até o encerramento do exercício;

RESOLVEM, aditar o contrato acima mencionado conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica reajustados os termos do contrato nº 27/17 de 12/06/2017, bem como a ata de registro de preços nº 10/2017, sendo efetuado o reajuste de acordo com a cláusula sexta do contrato supra citado, cujo valor a partir desta data será de R\$ 19.335,93(dezenove mil trezentos e trinta e cinco reais c/ noventa e três centavos) mensais, e os excedentes serão revistos a cada 06(seis) meses, totalizando até o final do exercício de 2020 a quantia de R\$ 135.351,51(cento e trinta e cinco mil trezentos e cinquenta e um reais c/ cinquenta e um centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por estarem justo e acertados, assim o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus devidos e legais efeitos.

Município de Jupirá – SC, 01 de Junho de 2020.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO VALENTIN CASAGRANDE DE MACEDO
Prefeito Municipal Pelos Contratados

Fiscal designado para este aditivo:

ADINAN SOUTHER SOARES - _____
Presidente do FMS Assinatura

Testemunhas:

NOME:	NOME:
CPF:	CPF:
ASSINATURA	ASSINATURA

Após análise do conteúdo acima mencionado, verificou-se que este cumpre os requisitos exigidos pela Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações posteriores, opinando assim pela assinatura do presente termo aditivo.

Gilberto Veraldo Schiavini
Assessor Jurídico
OAB/SC 4568

Lages

PREFEITURA

RERRATIFICAÇÃO PE 50/2020 PML

Publicação Nº 2525219

RERRATIFICAÇÃO

REF: Pregão ELETRÔNICO Nº 50/2020 – pml.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À AQUISIÇÃO DE MATERIAL PÉTREO.

O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário de Administração e Fazenda, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no edital em comento:

No subitem 13.3 do Edital e 2.3 da Minuta da Ata de Registro de Preços, passar a considerar a redação:

13.3 De Entrega(s)/Local(is): em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) da Secretaria de Planejamento e Obras, sendo que os produtos serão retirados diretamente da empresa vencedora, numa distância máxima de 10 (dez) quilômetros do centro do Município, acima desta distância, deverão ser entregues pela empresa em local a ser definido pela Secretaria de Planejamento e Obras;

Em consequência, adia-se os prazos para:

Credenciamento, até as 23:59 horas do dia 30/06/2020;

Recebimento das Propostas Comerciais e Documentos de Habilitação, até as 09:00 horas do dia 01/07/2020;

Sessão Pública, às 09:00 horas do dia 01/07/2020;

Recebimento dos Lances será aberta às 11:00 horas do dia 01/07/2020;

Impugnação, até as 23:59 horas do dia 25/06/2020;

Esclarecimentos, para até as 23:59 horas do dia 25/06/2020;

Sem mais para o momento, subscrevo-me, atenciosament

Antonio Cesar Alves de Arruda

Secretário de Administração e Fazenda

RETOMADA PE 33/2020 SMS

Publicação Nº 2525259

RETOMADA

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2020 – SMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, LIMPEZA DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA E LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS, CAIXAS DE PASSAGENS DOS COMPLEXOS E OUTROS DAS UNIDADES E SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES.

A Pregoeira, em face da conclusão da demanda pela equipe da Caixa Econômica Federal, torna notório aos interessados, a RETOMADA do Certame, ficando estabelecidos os seguintes prazos:

Credenciamento, até as 23:59 horas do dia 30/06/2020;

Recebimento das Propostas Comerciais e Documentos de Habilitação, até as 09:00 horas do dia 01/07/2020;

Sessão Pública, às 09:00 horas do dia 01/07/2020;

Recebimento dos Lances para os itens: 01,02 e 03: será aberta às 10:00 horas do dia 01/07/2020;

Impugnação, até as 23:59 horas do dia 25/06/2020;

Esclarecimentos, para até as 23:59 horas do dia 25/06/2020;

Sem mais para o momento, subscrevo-me, atenciosamente,

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

Laguna

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – CLASSIFICADOS CONCURSO 01/2019-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGUNA

Publicação N° 2525912

CONVOCAÇÃO – Classificados Concurso 01/2019

A Secretária Municipal de Saúde, Valéria Olivier Alves, no uso de suas atribuições, convoca os candidatos classificados no Concurso Público nº 01/2019, para comparecerem nessa Secretaria na data e horários marcados:

Enfermeiros: Dia 22/06/2020 – As 08:30 horas

- Danúbia Alves Maxmiliano de Farias

- Maurício Arza Krube

Técnico em Enfermagem – Dia 22/06/2020 as 09:00 horas

- Schayane Schimitt Apolinário

- Gilson Marques Bentes

Auxiliar de Consultório Dentário – Dia 22/06/2020 as 09:30 horas

- Fernando Candido Mendonça

Odontólogo – 40 horas – Dia 22/06/2020 as 10:00 horas

- Jenifer Matos Mendes

- Motorista – Dia 22/06/2020 as 10:00 horas

- Isasc Fernandes de Oliveira

Valéria Olivier Alves

Secretária de Saúde

Lajeado Grande

PREFEITURA

DECRETO Nº 027/2020 DE 16/06/2020 DECRETA ESTABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RUDICLEI TOFFOLO, NO CARGO DE OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA POR CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2525321

DECRETO Nº 027/2020
DE 16/06/2020

“DECRETA ESTABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RUDICLEI TOFFOLO, NO CARGO DE OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA POR CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente com o art. 20 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais CONSIDERANDO o cumprimento do estágio probatório, nos termos do Art. 20º Parágrafo Único do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;
CONSIDERANDO os boletins de avaliação da Comissão de Avaliação, dando conta que o respectivo servidor atingiu o índice necessário para a sua aprovação.

DECIDE

Art. 1º - Decretar a estabilidade do Servidor Público Municipal RUDICLEI TOFFOLO, no cargo de OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, 40 horas semanais, em virtude do cumprimento do estágio probatório nos termos do art. 19 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e, por ter completado três anos de efetivo exercício no referido cargo no serviço público municipal.

Art. 2ª - Revogadas as disposições em contrário

Art. 3º - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 16 de Junho de 2020.

Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler
Servidora Designada

DECRETO Nº 024/2020 DE 08/05/2020 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2525007

DECRETO Nº 024/2020
De 08/05/2020

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RODRIGO BARELA, Prefeito Municipal em Exercício de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº 772/2019, de 12/11/2019.
DECRETA

Art. 1º - Ficam abertos créditos suplementares no Orçamento Geral do Município no presente Exercício, no montante de R\$ 520.782,79 (Quinhentos e vinte mil, setecentos e oitenta e dois reais e setenta e nove centavos) conforme segue:

Órgão 09 SEC. MUNIC. DE TRANSP. OBRAS, SERV. URBANOS
Unidade Orçamentária 0901 SEC. MUNIC. DE TRANSP. OBRAS, SERV. URBANOS
Função 26 TRANSPORTE
Sub-função 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO
Programa 2601 ESTRADAS VICINAIS
Projeto/Atividade 2020 Manutenção das Atividades Rodoviárias
Elemento 3.1.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Elemento 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 1142 R\$ 37.007,80

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAJEADO GRANDE
Unidade Orçamentária 1301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função 10 SAÚDE
Sub-função 301 ATENÇÃO BÁSICA
Programa 1001 SAÚDE COM QUALIDADE
Projeto/Atividade 2038 Manutenção dos Programas do SUS / Estado
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 1178 R\$ 200.000,00

Projeto/Atividade 2033 Manutenção do Bloco de Atenção Básica Variável
Elemento 3.1.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Elemento 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 1177 R\$ 150.000,00
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 1178 R\$ 100.000,00

Órgão 14 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária 1401 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-função 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa 801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
Projeto/Atividade 2041 Manutenção do Bloco PSB
Elemento 3.1.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Elemento 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 1135 R\$ 33.774,99

TOTAL GERAL SUPLEMENTADO NESTE ARTIGO R\$ 270.782,79

Art. 2º - Para cobertura dos créditos suplementares do Artigo anterior no montante de R\$ 520.782,79 (Quinhentos e vinte mil, setecentos e oitenta e dois reais e setenta e nove centavos), serão utilizados o excesso de arrecadação na respectiva fonte de recursos, oriundos da MP 938, de 02/04/2020 e Incrementos Temporários ao BPSB para ações de combate ao COVID-19 e Emendas Parlamentares e de Bancada para Atenção Básica a Saúde.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina em 08 de maio de 2020.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler
Servidora Designada

DECRETO Nº 028 DE 16 DE JUNHO DE 2020 DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO DECRETO MUNICIPAL N. 011 DE 20 DE MARÇO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2525324

DECRETO Nº 028, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO DECRETO MUNICIPAL N. 011 DE 20 DE MARÇO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente com o Art. 98, inc. “I” da Lei Orgânica Municipal e,

DECRETA:

Art.1º. Fica revogado o Parágrafo Único do Decreto Municipal n. 011 de 20 de Março de 2020.

Art. 2º. Proceda-se com a devida publicação oficial dos aditamentos contratuais realizados e que deixaram de ser publicados, com base no dispositivo ora revogado.

Art. 3º. Abstenha-se de realizar aditamentos contratuais sem a devida publicação oficial.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 16 de Junho de 2020.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler
Servidora Designada

PORTARIA Nº 141/2020 DE 16.06.2020 HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RUDICLEI TOFFOLO RELATIVO AO PERÍODO DE 01/08/2019 A 31/01/2020 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2525307

PORTARIA Nº 141/2020
DE 16.06.2020

"HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RUDICLEI TOFFOLO RELATIVO AO PERÍODO DE 01/08/2019 A 31/01/2020 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o Artigo 19 § 3º da Lei Municipal Complementar nº. 15/2001 de 26/11/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

E CONSIDERANDO o boletim de avaliação do estágio probatório.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a avaliação do Servidor Público Municipal RUDICLEI TOFFOLO relativo ao período 01/08/2019 A 31/01/2020, APROVADO no SEXTO semestre do estágio probatório.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 16 de Junho de 2020.

Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler
Servidora Designada

PORTARIA Nº 142/2020 DE 16/06/2020 REDISTRIBUI E TRANSFERE DE DEPARTAMENTO O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL ANDREIA BAGGIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2525311

PORTARIA N. 142/2020
DE 16/06/2020

"REDISTRIBUI E TRANSFERE DE DEPARTAMENTO O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL ANDREIA BAGGIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NOELI JOSÉ DAL MAGRO - Prefeito Municipal em exercício de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, em especial o Art. 98, inciso II, letra "b" da Lei Orgânica Municipal c/c Art.37 parágrafo único da Lei Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001

E CONSIDERANDO as atribuições do cargo de Chefe de Divisão, detalhadas no anexo X da lei Complementar 054/2017 de 18/12/2017. CONSIDERANDO que a Administração Pública pode suprimir, transformar e alterar os cargos públicos ou serviços independentemente da anuência de seu titular, não possuindo o servidor direito adquirido à imutabilidade de suas atribuições, nem à continuidade de suas funções originárias, sendo permitida a remoção ou transferência, como também o remanejamento do horário desempenhado pelo servidor, desde que não haja arbitrariedade e ilegalidade. CONSIDERANDO que o servidor não possui direito de permanecer sempre lotado em um mesmo local ou no mesmo horário de trabalho, reconhecendo-se à autoridade competente da Administração Pública o direito de proceder a alteração das suas condições de trabalho, mas de forma motivada, considerando-se a conveniência, a razoabilidade, a necessidade e a oportunidade do ato, que deve espelhar o interesse público, que é pressuposto de toda atividade administrativa; CONSIDERANDO a necessidade do ajustamento do quadro de pessoal às necessidades do serviço público municipal, o que vem justificar o interesse público.

DECIDE:

Art. 1º - REDISTRIBUIR o Servidor Público Municipal ANDREIA BAGGIO, chefe de divisão, cargo comissionado, 40 horas, da Secretaria Municipal de Saúde para a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, de acordo com as considerações acima.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande 16 de Junho de 2020.

Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler
Servidora Designada

PORTARIA N° 143/2020 DE 16/06/2020 CONCEDE FÉRIAS PROPORCIONAIS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CARINA PAULA CERATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação N° 2525313

PORTARIA N° 143/2020
DE 16/06/2020

"CONCEDE FÉRIAS PROPORCIONAIS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CARINA PAULA CERATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 e art. 66 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001. Considerando o artigo 1º inciso II do decreto municipal 013/2020 de 31/03/2020.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias proporcionais ao Servidor Público Municipal CARINA PAULA CERATTO, sendo 30 dias de gozo, de 01 de julho de 2020 a 30 de julho de 2020, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de maio de 2019 a 01 de maio 2020.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 16 de Junho de 2020.

Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler
Servidora designada

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 093/2020**

Publicação Nº 2524870

DECRETO Nº 093/2020

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.062/2018, de 30 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual LOA),
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

09 - SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.02 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.044 - Manutenção das Ações Vinculadas FMAS - Estado

3.3.90.00.00.00.5061 Aplicação DiretaR\$ 25.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta da anulação em igual quantia no seguinte item:

09 - SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.02 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.044 - Manutenção das Ações Vinculadas FMAS - Estado

3.3.50.00.00.00.5061 Aplicação DiretaR\$ 25.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE JUNHO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

DECRETO Nº 094/2020

Publicação Nº 2524873

DECRETO Nº 094/2020.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, JAQUELINE NAZARIO, para exercer o cargo de Coordenador de Departamento de Transportes junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 15/06/2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE JUNHO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fina. e Planej.

DECRETO Nº 095/2020

Publicação Nº 2524877

DECRETO Nº 095/2020.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.062/2018, de 30 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual LOA),
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

05 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
05.01 - Departamento de Obras
2.015 - Manutenção da Secretaria de Obras
3.3.90.00.00.00.5000 Aplicação DiretaR\$ 200.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta da anulação em igual quantia no seguinte item:

05 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
05.01 - Departamento de Obras
2.015 - Manutenção da Secretaria de Obras
3.3.71.00.00.00.5000 Aplicação DiretaR\$ 200.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE JUNHO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fina. e Planej.

DECRETO Nº 096/2020

Publicação Nº 2524879

DECRETO Nº 096/2020.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.062/2018, de 30 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual LOA),
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

03 - Secretaria Municipal da Adm. Finanças e Planejamento
03.01 - Departamento de Administração
2.004 - Manutenção da Secretaria de Administração
3.3.90.00.00.00.5000 Aplicação DiretaR\$ 100.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta da anulação em igual quantia no seguinte item:

03 - Secretaria Municipal da Adm. Finanças e Planejamento
03.01 - Departamento de Administração
2.004 - Manutenção da Secretaria de Administração

3.1.90.00.00.00.5000	Aplicação Direta	R\$ 100.000,00
TOTAL		R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE JUNHO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fina. e Planej.

Lebon Régis

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº. 43/2019 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2019

Publicação Nº 2525359

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº. 43/2019 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2019.

Objeto: Esta contratação tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo CONTRATANTE para pagamento das ações executadas através do CONTRATADO para fornecimento de serviços e elaboração de projetos elétricos de extensão de Rede destinados a Iluminação Pública e elaboração de Projeto de Luminotécnico da Rua Júlio Vieira Gonsalves, rua que dá acesso ao Bairro Núcleo Rio Doce, localizada no Município de Lebon Régis. As ações executadas estão previstas no Protocolo de Intenções do CINCATARINA, que foi integralmente ratificado pelo município através da Lei Municipal 1471/2014, sem qualquer ressalva.

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS – SC – CNPJ Nº 83.074.310/0001-88.

Empresa Contratada: Consórcio Interfederativo Santa Catarina Catarinense – CINCATARINA – CNPJ Nº 12.075.748/0001-32.

Valor Global: R\$ 6.238,90 (seis mil, duzentos e trinta e oito reais e noventa centavos). Vigência: 14/10/2019. Término: 30/12/2019.

Lebon Régis, 14/10/2019. Douglas Fernando de Mello.

PORTARIA Nº 457/2020 DE 03 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525960

PORTARIA Nº 457/2020 DE 03 DE JUNHO DE 2020

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, ADAIR DA SILVA MATTOS, do cargo de ASS. ESPECIAL DE CONTABILIDADE, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03/06/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de junho de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 458/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525961

PORTARIA Nº 458/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ADAIR DA SILVA MATTOS, para ocupar o cargo de ASSESSOR ESPECIAL DE CONTABILIDADE, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 04/06/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de junho de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 459/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525962

PORTARIA Nº 459/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando as medidas para enfrentamento de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando a proteção da coletividade;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a situação de Estado de Emergência no âmbito do Município de Lebon Régis decorrente do coronavírus (COVID-19), declarada por meio dos Decretos 13/2020, 14/2020, 15/2020 E 16/2020, e as Medidas Administrativas da Lei 1695/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) EDENIR FURTADO DE MARAFIGO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, LICENÇA PRÊMIO, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
01/04/2009 A 31/12/2011	01/06/2020 A 18/07/2020	48
01/01/2013 A 31/12/2013	19/07/2020 A 05/08/2020	18

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de junho de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 460/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525963

PORTARIA Nº 460/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando as medidas para enfrentamento de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando a proteção da coletividade;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a situação de Estado de Emergência no âmbito do Município de Lebon Régis decorrente do coronavírus (COVID-19), declarada por meio dos Decretos 13/2020, 14/2020, 15/2020 E 16/2020, e as Medidas Administrativas da Lei 1695/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ELENICE RIBEIRO DA SILVA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, LICENÇA PRÊMIO, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
01/01/2012 A 31/12/2012	06/06/2020 A 23/06/2020	18
01/01/2013 A 31/12/2013	24/06/2020 A 11/07/2020	18
01/01/2014 A 31/12/2014	12/07/2020 A 28/07/2020	18

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de junho de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 461/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525964

PORTARIA Nº 461/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando as medidas para enfrentamento de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando a proteção da coletividade;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a situação de Estado de Emergência no âmbito do Município de Lebon Régis decorrente do coronavírus (COVID-19), declarada por meio dos Decretos 13/2020, 14/2020, 15/2020 E 16/2020, e as Medidas Administrativas da Lei 1695/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) GILVANE APARECIDA DO PRADO GOETTEN, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, LICENÇA PRÊMIO, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
01/01/2016 A 31/12/2016	06/06/2020 A 23/06/2020	18
01/01/2017 A 31/12/2017	24/06/2020 A 11/07/2020	18

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de junho de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 462/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525965

PORTARIA Nº 462/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando as medidas para enfrentamento de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando a proteção da coletividade;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a situação de Estado de Emergência no âmbito do Município de Lebon Régis decorrente do coronavírus (COVID-19), declarada por meio dos Decretos 13/2020, 14/2020, 15/2020 E 16/2020, e as Medidas Administrativas da Lei 1695/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) GRACENIR PADILHA DE MARAFIGO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, LICENÇA PRÊMIO, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
15/04/2007 A 31/12/2011	06/06/2020 A 28/08/2020	84

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de junho de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 463/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525966

PORTARIA Nº 463/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando as medidas para enfrentamento de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando a proteção da coletividade;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a situação de Estado de Emergência no âmbito do Município de Lebon Régis decorrente do coronavírus (COVID-19), declarada por meio dos Decretos 13/2020, 14/2020, 15/2020 E 16/2020, e as Medidas Administrativas da Lei 1695/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) IARA DE FATIMA MOURA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, LICENÇA PRÊMIO, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
07/03/2008 A 31/12/2011	01/06/2020 A 06/08/2020	67

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de junho de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 464/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525967

PORTARIA Nº 464/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando as medidas para enfrentamento de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando a proteção da coletividade;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a situação de Estado de Emergência no âmbito do Município de Lebon Régis decorrente do coronavírus (COVID-19), declarada por meio dos Decretos 13/2020, 14/2020, 15/2020 E 16/2020, e as Medidas Administrativas da Lei 1695/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) LUCIMARI APARECIDA KREPEL MELO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, LICENÇA PRÊMIO, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
15/04/2016 A 14/04/2017	01/06/2020 A 18/06/2020	18
15/04/2019 A 14/04/2020	19/06/2020 A 06/07/2020	18

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de junho de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 465/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525968

PORTARIA Nº 465/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando as medidas para enfrentamento de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando a proteção da coletividade;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a situação de Estado de Emergência no âmbito do Município de Lebon Régis decorrente do coronavírus (COVID-19), declarada por meio dos Decretos 13/2020, 14/2020, 15/2020 E 16/2020, e as Medidas Administrativas da Lei 1695/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) MAIRA ZULEICA MACIEL, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, LICENÇA PRÊMIO, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
01/01/2013 A 31/12/2013	01/06/2020 A 18/06/2020	18
01/01/2014 A 31/12/2014	19/06/2020 A 06/07/2020	18
01/01/2015 A 31/12/2015	07/07/2020 A 24/07/2020	18

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de junho de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 466/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525969

PORTARIA Nº 466/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando as medidas para enfrentamento de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando a proteção da coletividade;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a situação de Estado de Emergência no âmbito do Município de Lebon Régis decorrente do coronavírus (COVID-19), declarada por meio dos Decretos 13/2020, 14/2020, 15/2020 E 16/2020, e as Medidas Administrativas da Lei 1695/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) MARELI PIRES DE MORAES, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, LICENÇA PRÊMIO, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
08/04/2008 A 31/12/2011	01/06/2020 A 05/08/2020	66

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de junho de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 467/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525970

PORTARIA Nº 467/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando as medidas para enfrentamento de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando a proteção da coletividade;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a situação de Estado de Emergência no âmbito do Município de Lebon Régis decorrente do coronavírus (COVID-19), declarada por meio dos Decretos 13/2020, 14/2020, 15/2020 E 16/2020, e as Medidas Administrativas da Lei 1695/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) MARIA VATRIN DOS SANTOS, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, LICENÇA PRÊMIO, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
21/02/2000 A 20/02/2005	01/06/2020 A 29/08/2020	90

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de junho de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 468/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525971

PORTARIA Nº 468/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando as medidas para enfrentamento de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando a proteção da coletividade;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a situação de Estado de Emergência no âmbito do Município de Lebon Régis decorrente do coronavírus (COVID-19), declarada por meio dos Decretos 13/2020, 14/2020, 15/2020 E 16/2020, e as Medidas Administrativas da Lei 1695/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) MARIZETE FERREIRA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Servente de serviços Internos, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, LICENÇA PRÊMIO, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
01/03/2004 A 28/02/2009	01/06/2020 A 29/08/2020	90

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de junho de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 469/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525972

PORTARIA Nº 469/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando as medidas para enfrentamento de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando a proteção da coletividade;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a situação de Estado de Emergência no âmbito do Município de Lebon Régis decorrente do coronavírus (COVID-19), declarada por meio dos Decretos 13/2020, 14/2020, 15/2020 E 16/2020, e as Medidas Administrativas da Lei 1695/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) MAURITA APARECIDA ABRAO DA SILVA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, LICENÇA PRÊMIO, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
19/02/2009 A 31/12/2011	06/06/2020 A 26/07/2020	51

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de junho de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 470/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525973

PORTARIA Nº 470/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando as medidas para enfrentamento de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando a proteção da coletividade;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a situação de Estado de Emergência no âmbito do Município de Lebon Régis decorrente do coronavírus (COVID-19), declarada por meio dos Decretos 13/2020, 14/2020, 15/2020 E 16/2020, e as Medidas Administrativas da Lei 1695/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) NEIDE ALVES DE SOUZA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, LICENÇA PRÊMIO, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
07/06/2007 A 31/12/2011	06/06/2020 A 25/08/2020	81

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de junho de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 471/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525974

PORTARIA Nº 471/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando as medidas para enfrentamento de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando a proteção da coletividade;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a situação de Estado de Emergência no âmbito do Município de Lebon Régis decorrente do coronavírus (COVID-19), declarada por meio dos Decretos 13/2020, 14/2020, 15/2020 E 16/2020, e as Medidas Administrativas da Lei 1695/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ANDERSON LUIZ DA COSTA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Motorista de Veículo Escolar, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, FÉRIAS ANTECIPADAS, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
09/05/2019 A 08/05/2020	03/06/2020 A 02/07/2020	30

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de junho de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 472/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525975

PORTARIA Nº 472/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando as medidas para enfrentamento de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando a proteção da coletividade;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a situação de Estado de Emergência no âmbito do Município de Lebon Régis decorrente do coronavírus (COVID-19), declarada por meio dos Decretos 13/2020, 14/2020, 15/2020 E 16/2020, e as Medidas Administrativas da Lei 1695/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) SIRLENY DE FATIMA DIAS SAMPAIO BORTOLOZO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, LICENÇA PRÊMIO, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
01/01/2012 A 31/12/2012	06/06/2020 A 23/06/2020	18
01/01/2013 A 31/12/2013	24/06/2020 A 11/07/2020	18
01/01/2014 A 31/12/2014	12/07/2020 A 29/07/2020	18

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de junho de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 473/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525976

PORTARIA Nº 473/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando as medidas para enfrentamento de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando a proteção da coletividade;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a situação de Estado de Emergência no âmbito do Município de Lebon Régis decorrente do coronavírus (COVID-19), declarada por meio dos Decretos 13/2020, 14/2020, 15/2020 E 16/2020, e as Medidas Administrativas da Lei 1695/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) SIRLEY APARECIDA DIAS SAMPAIO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, LICENÇA PRÊMIO, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
01/01/2015 A 31/12/2015	01/06/2020 A 18/06/2020	18

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de junho de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 474/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525977

PORTARIA Nº 474/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando as medidas para enfrentamento de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando a proteção da coletividade;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a situação de Estado de Emergência no âmbito do Município de Lebon Régis decorrente do coronavírus (COVID-19), declarada por meio dos Decretos 13/2020, 14/2020, 15/2020 E 16/2020, e as Medidas Administrativas da Lei 1695/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ZENILDA DAS GRAÇAS WILLIMANN RIBEIRO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, LICENÇA PRÊMIO, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
01/03/2007 A 31/12/2011	09/06/2020 A 01/09/2020	85

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de junho de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 475/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525978

PORTARIA Nº 475/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando as medidas para enfrentamento de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando a proteção da coletividade;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a situação de Estado de Emergência no âmbito do Município de Lebon Régis decorrente do coronavírus (COVID-19), declarada por meio dos Decretos 13/2020, 14/2020, 15/2020 E 16/2020, e as Medidas Administrativas da Lei 1695/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ZENITA ALVES DOS SANTOS, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, LICENÇA PRÊMIO, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
01/01/2012 A 31/12/2012	03/06/2020 A 20/06/2020	18
01/01/2013 A 31/12/2013	21/06/2020 A 08/07/2020	18
01/01/2014 A 31/12/2014	09/07/2020 A 26/07/2020	18

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de junho de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 476/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525979

PORTARIA Nº 476/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando as medidas para enfrentamento de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando a proteção da coletividade;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a situação de Estado de Emergência no âmbito do Município de Lebon Régis decorrente do coronavírus (COVID-19), declarada por meio dos Decretos 13/2020, 14/2020, 15/2020 E 16/2020, e as Medidas Administrativas da Lei 1695/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ROSANGELA DA SILVA CORREA SANTOS, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, LICENÇA PRÊMIO, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
01/01/2012 A 31/12/2012	08/06/2020 A 25/06/2020	18

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de junho de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 477/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525980

PORTARIA Nº 477/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando as medidas para enfrentamento de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando a proteção da coletividade;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a situação de Estado de Emergência no âmbito do Município de Lebon Régis decorrente do coronavírus (COVID-19), declarada por meio dos Decretos 13/2020, 14/2020, 15/2020 E 16/2020, e as Medidas Administrativas da Lei 1695/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) IDILENA APARECIDA GUEDES, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, FÉRIAS, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
04/10/2018 A 03/10/2019	12/06/2020 A 11/07/2020	30

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de junho de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 478/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525981

PORTARIA Nº 478/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando as medidas para enfrentamento de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando a proteção da coletividade;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a situação de Estado de Emergência no âmbito do Município de Lebon Régis decorrente do coronavírus (COVID-19), declarada por meio dos Decretos 13/2020, 14/2020, 15/2020 E 16/2020, e as Medidas Administrativas da Lei 1695/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) MARIA HELENA FOGAÇA SOSTIZZO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Agente de Saúde, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, FÉRIAS, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
01/08/2018 A 31/07/2019	09/06/2020 A 08/07/2020	30

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de junho de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 479/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525982

PORTARIA Nº 479/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando as medidas para enfrentamento de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando a proteção da coletividade;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a situação de Estado de Emergência no âmbito do Município de Lebon Régis decorrente do coronavírus (COVID-19), declarada por meio dos Decretos 13/2020, 14/2020, 15/2020 E 16/2020, e as Medidas Administrativas da Lei 1695/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) VASCONCELO CARLIM DA SILVA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Motorista de Veículo Escolar, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, FÉRIAS, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
09/04/2019 A 08/04/2020	08/06/2020 A 07/07/2020	30

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de junho de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 480/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525983

PORTARIA Nº 480/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

REDISTRIBUI FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. REDISTRIBUIR a(o) funcionário(a) ADAIR DA SILVA MATTOS, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Assessor Especial de Contabilidade, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para ficar responsável pela contabilidade da Secretaria de Saúde e do Hospital Municipal Santo Antonio, ficando o mesmo cedido com ônus para a Secretaria de Saúde, a partir de 04/06/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de junho de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 481/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525984

PORTARIA Nº 481/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária ALINE CORREIA DE SOUZA, Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria Municipal de

Educação e Cultura, LICENÇA MATERNIDADE (120 DIAS), cf. Art. 91 do Estatuto dos Servidores, a partir de 30/05/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de junho de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

LEI N.º 1.471/2020

Publicação Nº 2525639

LEI N.º 1.471, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

"AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS PARA O MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar, mediante leilão, os bens a seguir descritos, de propriedade do Município de LEOBERTO LEAL/SC, no estado em que se encontram, considerados inservíveis para o serviço a que se destina:

LOTE 01: VW KOMBI LOTAÇÃO, ano e modelo 2009, placas MHH 7555, renavam 162964161, cor branca, Álcool/Gasolina, sob o número de patrimônio 4806. LANCE INICIAL R\$ 6.900,00.

LOTE 02: VW KOMBI ESCOLAR, ano e modelo 2008, placas MEZ 1544, renavam 967245109, cor branca, Álcool/Gasolina, 15 lugares, sob o número de patrimônio 5514. LANCE INICIAL R\$ 5.800,00.

LOTE 03: VW KOMBI ESCOLAR, ano 2007 e modelo 2008, placas MDV 2233, renavam 921221010, cor branca, Álcool/Gasolina, 15 lugares, sob o número de patrimônio 4222. LANCE INICIAL R\$ 2.900,00.

LOTE 04: VW KOMBI LOTAÇÃO, ano 2011 e modelo 2012, placas MIV 6603, renavam 330653407, cor branca, Álcool/Gasolina, 12 lugares, sob o número de patrimônio 5024. LANCE INICIAL R\$ 7.900,00.

LOTE 05: RETROESCAVADEIRA CASE 580M 4 x 4, ano 2007, Chassi N7AH15948, sob o número de patrimônio 4267. LANCE INICIAL R\$ 29.900,00.

LOTE 06: SUCATA DE ELETRODOMÉSTICOS, contendo fogão, cadeiras, carteiras, entre outros. LANCE INICIAL R\$ 10,00.

LOTE 07: SUCATA DE INFORMÁTICA, contendo CPU'S, teclados, impressoras, nobreak, entre outros. LANCE INICIAL R\$ 10,00.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de junho de 2020.

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal

LEI N.º 1.472/2020

Publicação Nº 2525640

LEI N.º 1.472, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

"RECONHECE E AUTORIZA O PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecido o direito à indenização a ROBSON LEAL ZOPELLARO, CPF: 070.200.699-83, na forma do Protocolo/Interno 63/2020, anexo e inseparável da presente Lei, bem como autorizado o seu pagamento, conforme Parecer Jurídico n.º 21/2020.

Art. 2º Fica autorizado o Município realizar o pagamento de indenização por acidente de trânsito ao proprietário do veículo ou seu procurador, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), referente aos danos materiais ocorridos no veículo vw/fox 1.0, Ano/modelo 2005/2006, Renavam 00866721355, placa MDY4408, conforme apresentado no mencionado Processo Administrativo.

Art. 3º A despesa desta lei correrá por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de junho de 2020.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 158, DE 01 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525736

PORTARIA Nº 158, DE 01 DE JUNHO DE 2020

Concede Férias a Servidora Pública Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder Férias Regulares a Servidora Pública Municipal Sidiane Correia de Souza Pramio, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, executando suas funções junto a Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, referente ao período aquisitivo de 16 de novembro de 2018 a 15 de novembro de 2019, para gozo no período de 29 de junho de 2020 a 28 de julho de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 01 de Junho de 2020.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 159, DE 01 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525738

PORTARIA Nº 159, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

Concede Férias a Servidora Pública Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

RESOLVE

Art. 1º. Concedeu, 30(trinta) dias de Férias a Servidora Pública Municipal Marciane Agustini, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Gestora Escolar, vinculada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 15 de Maio de 2018 a 14 de Maio de 2019, com gozo no período de 26 de Março de 2020 a 10 de Abril de 2020 e de 04 a 31 de Maio de 2020, período vespertino, conforme regulamentações determinadas pelos Decretos com relação ao COVID-19.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 01 de Junho de 2020.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 160, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2525741

PORTARIA Nº 160, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

Concede Férias a Servidor Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder, 10 (dez) dias de férias, a partir de 01 de Junho de 2020, ao Servidor Público Municipal Lair Leal de Vargas, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2019 a 28 de Fevereiro de 2020, para gozo no período de 01 a 10 de Junho de 2020, sendo que 20 (vinte) dias, foram concedidos através da Portaria nº 359, de 13 de Dezembro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 01 de Junho de 2020.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 161, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2525744

PORTARIA Nº 161, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Concede Licença Saúde a Servidora Publica Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e,

Considerando o artigo 100 da Lei Complementar n. 050/2003, de 10 de Janeiro de 2003,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder Licença saúde a partir de 09 de Junho de 2020, por um período de 15 (quinze) dias, a Servidora Pública Municipal Joana Caroline Spricigo Frare, ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 09 de Junho de 2020.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 162, DE 12 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2525745

PORTARIA Nº 162, DE 12 DE JUNHO DE 2020.

Concede Férias Interrompidas a Servidor Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder 15(quinze) dias de férias interrompidas, ao Servidor Público Municipal Jonas Fábio Dalmora, ocupante do cargo de Provi-mento Efetivo de Cirurgião Dentista do ESF, vinculado na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, vinculado na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, para gozo no período de 15 de Junho de 2020 a 29 de Junho de 2020, conforme Portaria nº 22, de 17 de Janeiro de 2020 e interrupção pela Portaria nº 49, de 03 de Fevereiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 12 de Junho de 2020.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 163, DE 12 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2525747

PORTARIA Nº 163, DE 12 DE JUNHO DE 2020.

Concede Férias Interrompidas a Servidora Pública Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder 10(dez) dias de férias interrompidas, a Servidora Pública Municipal Municipal Franciele Locatelli, contratada em carater temporário para exercer as funções do cargo efetivo de Auxiliar de Cirurgião Dentista do ESF, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, para gozo no período de 15 a 24 de Junho de 2020, conforme Portaria nº 23, de 17 de Janeiro de 2020 e interrupção pela Portaria nº 50, de 03 de Fevereiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 12 de Junho de 2020.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO 49/2018

Publicação Nº 2524819

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO N.º 49/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CALCÁRIO, TRAJETO BOTUVERÁ - LONTRAS, COM CAMINHÃO BASCULANTE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 TONELADAS.

Contratado: INBOX TRANSPORTE DE CARGAS LTDA ME, inscrito no CNPJ no 26.381.545/0001-89. Valor da carga: R\$ 1.082,94 (mil e oitenta e dois reais e noventa e quatro centavos). Prazo: até 31 de dezembro de 2020.

Lontras, 16 de junho de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO 30.1/2020

Publicação Nº 2525011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONTRAS

EXTRATO DE CONTRATO 30.1/2020

OBJETO: Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar destinada aos alunos da rede municipal de ensino (educação infantil, pré-escola e fundamental), englobando gêneros secos e hortifrutigranjeiros, para o 2º semestre de 2020. Contratada: JOÃO ALFLEN, inscrita no CPF sob n.º 576.524.659-15. Valor: R\$ 10.530,00 (dez mil quinhentos e trinta reais). Prazo: até 31/12/2020.

Lontras, 16 de junho de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO 30.10/2020

Publicação Nº 2525068

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONTRAS

EXTRATO DE CONTRATO 30.10/2020

OBJETO: Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar destinada aos alunos da rede municipal de ensino (educação infantil, pré-escola e fundamental), englobando gêneros secos e hortifrutigranjeiros, para o 2º semestre de 2020. Contratado: ANGELA MARIA HERMANN FERREIRA, inscrito no CPF sob n.º 970.073.079-49. Valor: R\$ 2.975,00 (dois mil novecentos e setenta e cinco reais). Prazo: até 31/12/2020.

Lontras, 16 de junho de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO 30.11/2020

Publicação Nº 2525070

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONTRAS

EXTRATO DE CONTRATO 30.11/2020

OBJETO: Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar destinada aos alunos da rede municipal de ensino (educação infantil, pré-escola e fundamental), englobando gêneros secos e hortifrutigranjeiros, para o 2º semestre de 2020. Contratado: ROBERTO PFLEGER, inscrito no CPF sob n.º 082.855.409-95. Valor: R\$5.220,00 (cinco mil duzentos e vinte reais). Prazo: até 31/12/2020.

Lontras, 16 de junho de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO 30.12/2020

Publicação Nº 2525072

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONTRAS

EXTRATO DE CONTRATO 30.12/2020

OBJETO: Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar destinada aos alunos da rede municipal de ensino (educação infantil, pré-escola e fundamental), englobando gêneros secos e hortifrutigranjeiros, para o 2º semestre de 2020. Contratado: COOPERAÇÃO COOPERATIVA AGRÍCOLA FAMILIAR SERRA TABOÃO, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob n.º 20.432.884/0001-60. Valor: R\$11.325,30 (onze mil trezentos e vinte e cinco reais e trinta centavos). Prazo: até 31/12/2020.

Lontras, 16 de junho de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO 30.13/2020

Publicação Nº 2525074

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONTRAS
EXTRATO DE CONTRATO 30.13/2020

OBJETO: Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar destinada aos alunos da rede municipal de ensino (educação infantil, pré-escola e fundamental), englobando gêneros secos e hortifrutigranjeiros, para o 2º semestre de 2020. Contratado: SONIA VALCANIA DALPRA, pessoa física, inscrito no CPF 902.427.859-72. Valor: R\$10.401,00 (dez mil quatrocentos e um reais). Prazo: até 31/12/2020. Lontras, 16 de junho de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO 30.14/2020

Publicação Nº 2525075

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONTRAS
EXTRATO DE CONTRATO 30.14/2020

OBJETO: Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar destinada aos alunos da rede municipal de ensino (educação infantil, pré-escola e fundamental), englobando gêneros secos e hortifrutigranjeiros, para o 2º semestre de 2020. Contratado: GLEISON RICARDO PEREIRA, inscrito no CPF 066.393.799-02. Valor: R\$8.319,50 (oito mil trezentos e dezenove reais e cinquenta centavos). Prazo: até 31/12/2020. Lontras, 16 de junho de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO 30.15/2020

Publicação Nº 2525077

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONTRAS
EXTRATO DE CONTRATO 30.15/2020

OBJETO: Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar destinada aos alunos da rede municipal de ensino (educação infantil, pré-escola e fundamental), englobando gêneros secos e hortifrutigranjeiros, para o 2º semestre de 2020. Contratado: VALMIR GUTKNECHT, inscrito no CPF 036.790.409-89. Valor: R\$15.564,00 (quinze mil quinhentos e sessenta e quatro reais). Prazo: até 31/12/2020. Lontras, 16 de junho de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO 30.16/2020

Publicação Nº 2525078

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONTRAS
EXTRATO DE CONTRATO 30.16/2020

OBJETO: Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar destinada aos alunos da rede municipal de ensino (educação infantil, pré-escola e fundamental), englobando gêneros secos e hortifrutigranjeiros, para o 2º semestre de 2020. Contratado: ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES ORGÂNICOS DO PLANALTO, VALE DO ITAJAÍ E LITORAL CATARINENSE - ECOFRUTAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ 11.001.445/0001-02. Valor: R\$18.000,00 (dezoito mil reais). Prazo: até 31/12/2020. Lontras, 16 de junho de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO 30.2/2020

Publicação Nº 2525014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONTRAS
EXTRATO DE CONTRATO 30.2/2020

OBJETO: Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar destinada aos alunos da rede municipal de ensino (educação infantil, pré-escola e fundamental), englobando gêneros secos e hortifrutigranjeiros, para o 2º semestre de 2020. Contratado: VALDEMAR JOÃO DALPRA, inscrito no CPF sob n.º 096.934.409-00 Valor: R\$10.401,00 (dez mil quatrocentos e um reais). Prazo: até 31/12/2020. Lontras, 16 de junho de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO 30.3/2020

Publicação Nº 2525016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONTRAS
EXTRATO DE CONTRATO 30.3/2020

OBJETO: Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar destinada aos alunos da rede municipal de ensino (educação infantil, pré-escola e fundamental), englobando gêneros secos e hortifrutigranjeiros, para o 2º semestre de 2020. Contratado: ALBERTINO HERMANN, inscrita no CPF sob n.º 095.030.309-78. Valor: R\$11.574,50 (onze mil quinhentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos). Prazo: até 31/12/2020. Lontras, 16 de junho de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO 30.4/2020

Publicação Nº 2525021

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONTRAS
EXTRATO DE CONTRATO 30.4/2020

OBJETO: Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar destinada aos alunos da rede municipal de ensino (educação infantil, pré-escola e fundamental), englobando gêneros secos e hortifrutigranjeiros, para o 2º semestre de 2020. Contratado: EGON BUTZKE, inscrita no CPF sob n.º 915.770.639-53. Valor: R\$16.044,50 (dezesesseis mil, quarenta e quatro reais e cinquenta centavos). Prazo: até 31/12/2020.

Lontras, 16 de junho de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO 30.5/2020

Publicação Nº 2525024

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONTRAS
EXTRATO DE CONTRATO 30.5/2020

OBJETO: Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar destinada aos alunos da rede municipal de ensino (educação infantil, pré-escola e fundamental), englobando gêneros secos e hortifrutigranjeiros, para o 2º semestre de 2020. Contratado: JONAS MAUERVERKC, inscrito no CPF sob n.º 833.674.549-15 Valor: R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais). Prazo: até 31/12/2020.

Lontras, 16 de junho de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO 30.6/2020

Publicação Nº 2525027

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONTRAS
EXTRATO DE CONTRATO 30.6/2020

OBJETO: Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar destinada aos alunos da rede municipal de ensino (educação infantil, pré-escola e fundamental), englobando gêneros secos e hortifrutigranjeiros, para o 2º semestre de 2020. Contratado: JUAREZ PENZ, pessoa física, inscrito no CPF sob n.º 833.674.549-15. Valor: R\$11.482,00 (onze mil quatrocentos e oitenta e dois reais). Prazo: até 31/12/2020. Lontras, 16 de junho de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO 30.7/2020

Publicação Nº 2525057

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONTRAS
EXTRATO DE CONTRATO 30.7/2020

OBJETO: Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar destinada aos alunos da rede municipal de ensino (educação infantil, pré-escola e fundamental), englobando gêneros secos e hortifrutigranjeiros, para o 2º semestre de 2020. Contratado: JUAREZ SEBASTIAO HERMANN, pessoa física, inscrito no CPF sob n.º 047.277.699-13. Valor: R\$13.089,50 (treze mil, oitenta e nove reais e cinquenta centavos)

Prazo: até 31/12/2020. Lontras, 16 de junho de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO 30.8/2020

Publicação Nº 2525063

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONTRAS
EXTRATO DE CONTRATO 30.8/2020

OBJETO: Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar destinada aos alunos da rede municipal de ensino (educação infantil, pré-escola e fundamental), englobando gêneros secos e hortifrutigranjeiros, para o 2º semestre de 2020. Contratado: AIRTON PENZ, inscrito no CPF sob n.º 026.040.849-29. Valor: R\$9.689,00 (nove mil seiscentos e oitenta e nove reais). Prazo: até 31/12/2020.

Lontras, 16 de junho de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO 30.9/2020

Publicação Nº 2525065

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONTRAS
EXTRATO DE CONTRATO 30.9/2020

OBJETO: Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar destinada aos alunos da rede municipal de ensino (educação infantil, pré-escola e fundamental), englobando gêneros secos e hortifrutigranjeiros, para o 2º semestre de 2020. Contratado: DANIEL PAUL, pessoa física, inscrito no CPF sob n.º 898.144.449-87. Valor: R\$19.909,00 (dezenove mil novecentos e nove reais). Prazo: até 31/12/2020. Lontras, 16 de junho de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

Luiz Alves**PREFEITURA****EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 04/2020 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2018**

Publicação Nº 2525425

EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 04/2020
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2018

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES – SC, por meio do seu Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Luiz Alves – SC e, considerando a homologação final do resultado do Processo Seletivo n.º 02/2018 para provimento de vagas em caráter temporário, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal de 1988 e da Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, ao Quadro Específicos de Empregos Públicos do Município de Luiz Alves, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados conforme relação constante no Anexo I deste Edital, observadas as seguintes condições:

DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS

1. Os candidatos relacionados no Anexo I deste Edital, após receberem a convocação, deverão comparecer na Secretaria Municipal de Administração, com sede da Prefeitura Municipal de Luiz Alves, situada na Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves – SC, no prazo de até 03 (três) dias úteis, no horário compreendido entre às 08:00h às 12:00h, para assinar o termo de interesse na vaga.

1.1. O candidato convocado que não quiser ser admitido poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

1.2. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá até 10 (dez) dias para entregar a documentação relacionada no Anexo II e os exames relacionados no Anexo III deste Edital.

1.3. Por ordem de chegada dos candidatos, caso haja necessidade, serão distribuídas senhas, limitadas à capacidade de atendimento da Secretaria Municipal de Administração.

1.4. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do Anexo II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.5. O não comparecimento nos termos do item 1 acima implicará a renúncia tácita do convocado e, consequentemente, a perda do direito à vaga para o qual o candidato foi aprovado.

DOS EXAMES MÉDICOS

2. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes do ANEXO III do presente Edital, devidamente acompanhados de atestado de saúde física e mental realizado por um Médico do Trabalho, munidos dos exames clínicos constantes do referido anexo, sendo que, ausentes os documentos exigidos, o Município de Luiz Alves irá convocar os classificados e aprovados no referido Processo Seletivo em sua substituição, obedecendo à ordem legal.

2.1. Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais convocados neste Edital, além de atender ao que determina o item 2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado (prazo máximo de 30 dias).

DOS ATOS DO CHAMAMENTO

3. As publicações dos atos de chamamento se darão por meio de edital, obedecendo ao disposto no parágrafo único, do artigo 13, do Decreto Municipal n.º 62, de 16 de setembro de 2014, e do Decreto Municipal n.º 50, de 21 de junho de 2017.

DA ADMISSÃO

4. Cumpridas as exigências constantes do item 3 deste Edital, o candidato deverá se apresentar em 03 (três) dias úteis à Secretaria Municipal de Administração para ser admitido e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.

5. Da data da admissão, o candidato terá 01 (um) dia útil para apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais imediatamente a sua apresentação, que será atestada pelo Secretário Municipal e/ou Diretor da repartição à qual ficará subordinado.

Luiz Alves, 16 de junho de 2020.

GILMAR DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 04/2020

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2018

RELAÇÃO DE CANDIDATOS

Assistente Social – Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social

N.º da inscrição	Candidato(a)
0000009	Etiene Cristina Checo Schicovski

ANEXO II – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 04/2020

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2018

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. 01 (uma) Foto 3 X 4;
2. Cópia da Carteira de Trabalho – CTPS;
3. Cópia do PIS/PASEP;

4. Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:

- 4.1. CPF;
- 4.1.1. Declaração de Imposto de Renda (caso seja isento de apresentar a declaração, deverá apresentar comprovante de situação regular do CPF emitido pelo site: <<https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>>);
- 4.2. Cédula de Identidade (RG) ou de Órgão de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada;
- 4.3. Título de eleitor;
- 4.4. Certidão de quitação eleitoral (comprovante de votação 2016 ou quitação eleitoral emitido pelo site: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>>);
- 4.5. Certidão de Casamento ou de Nascimento, se solteiro;
- 4.6. Certidão de Nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos, se tiver;
- 4.7. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 (seis) anos;
- 4.8. Certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;
- 4.9. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
- 4.10. Comprovante de residência atualizado;
- 4.11. Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional e/ou cópia da Carteira de Registro nos conselhos, devidamente acompanhada da certidão de situação de regularidade;
- 4.12. Carteira de habilitação (para o cargo de motorista na categoria exigida);
- 4.13. Certidão negativa de ações cíveis e criminais (expedidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Justiça Federal de Santa Catarina pelo site: <<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>> e pelo site: <<https://www2.trf4.jus.br/trf4/>>);
5. Declaração/Relação de Bens assinada (modelo em anexo), podendo ser substituída pela declaração do imposto de renda;
6. Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, que gere impedimento legal (modelo em anexo);
7. Termo de interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (modelo em anexo);
8. Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico;
9. Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidade no exercício de cargo na Administração Pública (modelo anexo);
10. Documentação para abertura de conta no banco:
- 10.1. 02 (duas) cópias do CPF;
- 10.2. 02 (duas) cópia do RG;
- 10.3. 01 (duas) cópias do comprovante de residência.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo bens a declarar.

() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

IMÓVEIS

Endereço	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

VEÍCULOS

Tipo	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

OUTROS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

FONTES DE RENDA

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, inscrito(a) no CPF n.º _____, declaro para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço emprego ou função pública em quaisquer das esferas (Federal, Estadual ou Municipal) que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha admissão para o cargo de _____, deste Poder.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do Candidato

ANEXO II

TERMO DE INTERESSE NA VAGA

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, frente à aprovação no Processo Seletivo (Edital n.º 02/2018) da Prefeitura Municipal de Luiz Alves – SC, CONFIRMO O INTERESSE de ser admitido(a) na vaga de _____, nos termos da legislação municipal em vigor.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II

TERMO DE NÃO INTERESSE NA VAGA

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, frente à aprovação no Processo Seletivo n.º 02/2018, do Município de Luiz Alves – SC, DECLARO NÃO TER INTERESSE de ser admitido(a) na vaga de _____, no presente momento, requerendo minha reclassificação, nos termos do item 12.3.8, do Edital n.º 02/2018.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, declaro para os devidos fins, que no exercício de cargo ou função pública, não sofri penalidade disciplinares, inclusive, as previstas na Lei Complementar n.º 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), conforme legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO III – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 04/2020

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2018

RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

Tabela de Exame Medico PCMSO			
Função	Tipo de Exames		Observação
	Clinico	Complementar	
Assistente Administraivo	Sim	**	
Instrutor de Artes Artesanais	Sim	**	
Motorista	Sim	Acuidade Visual	
		Eletrocardiograma	
		Eletroencefalograma	
Psicologo	Sim	**	
Recepcionista	Sim	**	
Secretario	Sim	**	
Zeladora	Sim	**	
Conselheiro Tutelar	Sim	**	
Assistente Social	Sim	**	
Assistente Administrativo	Sim	**	
Fonoaudiologo	Sim	**	
Nutricionista	Sim	**	

Professor de Anos iniciais		**	
Professor Educação Infantil		**	
Professor Educação Física		**	
Professor Ciencias		**	
Professor Matematica		**	
Professor Hsitoria		**	
Professor Geografia	Sim	**	
Professor de Artes		**	
Professor Musica		**	
Professor Ensino Religioso		**	
Professor Ingles		**	
Professor Portugues		**	
Professor Anos Finais		**	
Diretor de Ensino	Sim	**	
Diretor de Escola	Sim	**	
Cozinheira	Sim	**	
Atendente de Educação Infantil	Sim	**	
Secretario Escola	Sim	**	
Coordenador Centro Ed Inf.	Sim	**	
Agente Comunitario Saúde	Sim	**	
Atendente consultorio Dentario	Sim	**	
Auxiliar de Enfermagem	Sim	**	
Enfermeiro	Sim	**	
Farmaceutico	Sim	**	
Medico Clinico Geral	Sim	**	
Medico Especialista		**	
Odontologo	Sim	Hemograma Completo + Plaquetas	
Atendente de Enfermagem	Sim	**	
Fisioterapeuta	Sim	**	
Nutricionista	Sim	**	
Técnico da Vugilancia Sanitária	Sim	**	
Agente Defesa Civil	Sim	**	
Mecânico	Sim	Espirometria	
		Audiometria	
		Raio X de Tórax PA - OIT	
		Urina Manganês	
		Urina Níquel	
Operario Braçal	Sim	**	
Vigia	Sim	**	
Contador	Sim	**	
Fiscal de Obra-Saude-Trib.	Sim	Acuidade Visual	
Engenheiro Florestal/Ambiental	Sim	**	
Engenheiro Agronomo	Sim	**	
Engenheiro Civil	Sim		
Medico Veterinário	Sim	**	
Operador de Maquinas	Sim	Acuidade Visual	
		Eletroencefalograma	
		Eletrocardiograma	
		Audiometria	
Tecnico Agrícola	Sim	**	

Luzerna

PREFEITURA

3º TERMO DE APOSTILAMENTO A ARP PML Nº 166.19

Publicação Nº 2525923

3º TERMO DE APOSTILAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 166/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2019

Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de junho do ano de 2020, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, nos termos da Portaria nº 097/20 de 26 maio de 2020, neste ato representado pelo Chefe de Gabinete, Sr. ITAMAR TONETTO, brasileiro, casado, servidor público, inscrito no CPF/MF sob o nº 014.174.411-19, e portador da cédula de identidade RG nº 8.363.186-4, denominado CONTRATANTE, e a empresa REDE PORTAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA (filial 3), pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. 16 de fevereiro, 8-A, Box 1, Centro, no Município de Luzerna(SC), inscrita no CNPJ sob o nº 05.610.041/0004-66, neste ato representada por seu procurador, LAURI NITZ, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 041.625.659-70, portador da cédula de identidade nº 1.516.661-SESP/SC, residente e domiciliado no Município de Luzerna(SC), denominado FORNECEDOR 1, RESOLVEM, com supedâneo no artigo 65, § 8º, da Lei de Licitações e alterações posteriores, APOSTILAR a Ata de Registro de Preços n. 166/2019, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo de Apostilamento tem por objeto, com a concordância das partes, com base na Cláusula 2.5. da ARP n. 166/2019, a partir de 17 de junho de 2020, reajustar o valor do item:

Item	Unid.	Descrição	Preço Unit. Reajustado
4	L	Gasolina Comum	R\$ 3,64

CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas na Ata e nos Aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 16 de junho de 2020.

ITAMAR TONETTO
MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATANTE

LAURI NITZ
REDE PORTAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA (filial 3)
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Nome: Nome:

CPF: CPF:

AVISO DE EDITAL ALTERADO - PL 041/2020 - PE 022/2020 - MOBILIÁRIOS ESCOLARES PADRÃO FNDE - PML

Publicação Nº 2525926

MUNICÍPIO DE LUZERNA
AVISO DE EDITAL ALTERADO
NOVA DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS

Processo Licitatório nº 041/2020 - PML
Pregão Eletrônico nº 022/2020 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, neste ato representada por sua Secretária, Sra. REGINA CARIN JACOBY CUREAU, leva ao conhecimento dos interessados que ALTEROU O EDITAL de Pregão Eletrônico nº



022/2020, marcando nova data de abertura das propostas.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços destinado à aquisição eventual e futura de mobiliários escolares padrão FNDE para a Escola Municipal São Francisco, em conformidade com este Edital e Anexos que o integram.

REGIMENTO: Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Complementar nº 123/06, Decretos Municipais nº 918/2007, 2.631/2018 e 2920/2020, bem como da Portaria nº 071/2020, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:

Recebimento das propostas: até o dia 01/07/2020 às 13h30min.

Abertura das propostas: dia 01/07/2020 às 13h30min.

Início da sessão de disputa de lances: dia 01/07/2020 às 14h30min.

Referência de tempo: horário de Brasília (DF).

LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:

O Edital está disponível na íntegra nos sítios da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL (www.bll.org.br) e do Município de Luzerna (www.luzerna.sc.gov.br), ou poderá ser solicitado através do e-mail: debora@luzerna.sc.gov.br.

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0019/2020

Publicação Nº 2525691

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0009/2020

TIPO MENOR PREÇO POR LOTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0019/2020

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através do Prefeitura Municipal, representada neste ato pelo Sr. Zelir Citadin, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como Lei nº 10.520/2002, e ainda Decreto Municipal nº 1825/2019, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se Retificado o Processo Licitatório nº 0019/2020, na modalidade PREGÃO ELETRONICO nº 0009/2020, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme especificações a seguir:

Objeto: Registro de preços, com pedidos parcelados, visando os serviços de recauchutagem, recapagem, vulcanização e conserto dos pneus de veículos e máquinas pertencentes a frota municipal, conforme especificações do Anexo I do Edital.

Valor Máximo: R\$ 170.091,04 (cento e setenta mil noventa e um reais com quatro centavos), conforme estabelecido no Anexo VI do Edital.

RETIFICADO:

Recebimento das propostas: do dia 18/06/2020, às 09h00 ao dia 01/07/2020, às 08h30.

Limite para impugnação ao edital: até o dia 26/06/2020 às 16h50.

Abertura das propostas/Sessão Pública: dia 01 de julho de 2020, às 09h00.

Site: constante da página eletrônica www.bll.org.br "acesso identificado" e ainda no endereço eletrônico do Município em www.macieira.sc.gov.br

Justificativa: Foi constatado divergência nos itens de alguns lotes ocasionando problemas na apresentação de propostas, ressalta-se que para a correção todas as propostas já apresentadas serão excluídas, devendo o fornecedor apresenta-las novamente.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas no site do Município em www.macieira.sc.gov.br ou diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste, através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2017, de segunda à sexta-feira, das 08h00min as 12h00min e das 13h00min. as 17h00min.

Macieira – SC, 16 de junho de 2020.

REJANE SPANHOLO ABRAÃO
PREGOEIRA

DECRETO 1917

Publicação Nº 2525108

DECRETO Nº 1917, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR CONFORME LEI 1003 DE 18/12/2019, PELO EXCESSO PROVÁVEL DE ARRECADAÇÃO DO AUXÍLIO AO COVID-19.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no artigo 58, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar por conta do provável excesso de arrecadação do Auxílio ao COVID 19 aos Municípios

02.00 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

02.03 Secretaria de Administração e Fazenda

20.04 Manutenção das Ativ. Adm. e Financeiras 33.90.10.52 Aplicações Diretas

R\$ 257,08

02.00 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

02.03 Secretaria de Administração e Fazenda

20.04 Manutenção das Ativ. Adm. e Financeiras 33.90.10.53 Aplicações Diretas

R\$ 1.932,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,
15 de junho de 2020.

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 1918

Publicação N° 2525138

DECRETO N° 1918, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS - PROGRAMAS SOCIAIS DO ESTADO.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no artigo 58, VIII, da Lei Orgânica Municipal e pela Lei 1.020 de 16 de junho de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação.

11.00 Fundo Municipal de Assistência Social
11.01 Fundo Municipal de Assistência Social
20.36 Manutenção dos prog. sociais do estado
33.90.1065 Aplicações Diretas.
R\$ 39.795,90

11.00 Fundo Municipal de Assistência Social
11.01 Fundo Municipal de Assistência Social
20.36 Manutenção dos prog. sociais do estado
44.90.1065 Aplicações Diretas.
R\$ 19.897,95

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de junho de 2020.

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

LEI 1020

Publicação N° 2525131

LEI N° 1.020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS - PROGRAMAS SOCIAIS DO ESTADO.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação.

11.00 Fundo Municipal de Assistência Social
11.01 Fundo Municipal de Assistência Social
20.36 Manutenção dos prog. sociais do estado
33.90.1065 Aplicações Diretas.
R\$ 39.795,90

11.00 Fundo Municipal de Assistência Social
11.01 Fundo Municipal de Assistência Social
20.36 Manutenção dos prog. sociais do estado
44.90.1065 Aplicações Diretas.

R\$ 19.897,95

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 16 de junho de 2020.

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

Mafra

PREFEITURA

COMUNICADO PROCESSO LICITATÓRIO N° 467/2019 – CREDENCIAMENTO N° 015/2019

Publicação N° 2525507

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

COMUNICADO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 467/2019 –
CREDENCIAMENTO N° 015/2019.

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público aos interessados, que para o Credenciamento de prestadores de serviços de consultas clínicas médicas, para atendimento na unidade de saúde do município, através da Secretaria Municipal da Saúde de Mafra, se credenciou na presente data:

Empresa: CAROLINA DRESCH DOCIATTI.

Valor: Conforme ANEXO I do Edital de Credenciamento nº 015/2019.

Mafra, 16 de junho de 2020.

Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

COMUNICADO PROCESSO LICITATÓRIO N° 467/2019 – CREDENCIAMENTO N° 015/2019

Publicação N° 2525505

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

COMUNICADO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 467/2019 –
CREDENCIAMENTO N° 015/2019.

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público aos interessados, que para o Credenciamento de prestadores de serviços de consultas clínicas médicas, para atendimento na unidade de saúde do município, através da Secretaria Municipal da Saúde de Mafra, se credenciou na presente data:

Empresa: MURILO GIACOMELLI RIGO.

Valor: Conforme ANEXO I do Edital de Credenciamento nº 015/2019.

Mafra, 16 de junho de 2020.

Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

DECRETO N° 4324 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2524764

DECRETO N°. 4324

DE 04 DE JUNHO DE 2020

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DO EXERCÍCIO DE 2020

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município e Lei nº 4471 de 27 de maio de 2020.

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no orçamento público municipal de 2020 no valor de R\$ 274.884,00 (Duzentos e setenta e quatro mil e oitocentos e oitenta e quatro reais), conforme descrição abaixo:

Unidade Gestora:2 - Fundo Municipal de Saúde de Mafra
Órgão Orçamentário:16000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária:16001 - PROGRAMAS E ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:10 - Saúde
Subfunção:122 - Administração Geral
Programa:16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação: 2.252 - Enfrentamento da Emergência de Saúde – COVID 19
Despesa: (440) 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: Receita de Impostos e de Transferências - Saúde - 0.1.02
R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)

Despesa: (441) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: Receita de Impostos e de Transferências - Saúde - 0.1.02
R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais)

Despesa: (442) 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: Receita de Impostos e de Transferências - Saúde - 0.1.02
R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais)

Despesa: (443) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado - 0.1.67
R\$ 1.025,00 (Um mil e vinte e cinco reais)

Despesa: (444) 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado - 0.1.67
R\$ 8.859,00 (Oito mil e oitocentos e cinquenta e nove reais)

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação total das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora: 2 - Fundo Municipal de Saúde de Mafra
Órgão Orçamentário: 16000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 16001 - PROGRAMAS E ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:10 - Saúde
Subfunção:122 - Administração Geral
Programa:16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação:2.84 - Manutenção da Secretaria de Saúde
Despesa: (50) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: Receita de Impostos e de Transferências - Saúde - 0.1.02

R\$: 147.785,00 (Cento e quarenta e sete mil e setecentos e oitenta e cinco reais)

Despesa: (44) 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: Receita de Impostos e de Transferências - Saúde - 0.1.02
R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação: 2.92 - Estratégia Saúde da Família - ESF
Despesa: (78) 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: Receita de Impostos e de Transferências - Saúde - 0.1.02
R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação: 2.89 - MAC - Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
Despesa: (103) 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: Receita de Impostos e de Transferências - Saúde - 0.1.02
R\$ 37.215,00 (Trinta e sete mil e duzentos e quinze reais)

Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação: 2.169 - Cofinanciamento Atenção Básica
Despesa: (83) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado - 0.1.67
R\$ 9.884,00 (Nove mil e oitocentos e oitenta e quatro reais)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, 04 de junho de 2020.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

ALEXANDRE SOLESINSKI
Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 4325 DE 05 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524773

DECRETO Nº 4325

DE 05 DE JUNHO DE 2020

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR FONTE DE RECURSOS NO VALOR DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).

O Prefeito do Município de Mafra WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320/64 de 17 de março de 1964;

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar com recursos do excesso de arrecadação da fonte de recursos 0.1.80-1 – Outras Especificações - COVID-19, conforme segue:

Unidade Gestora: 2 - Fundo Municipal de Saúde de Mafra
Órgão Orçamentário: 16000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 16001 - PROGRAMAS E ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação: 2.252 - Enfrentamento da Emergência de Saúde - COVID 19
Despesa: (445) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: Outras Especificações - COVID-19 - 0.1.80
R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, 05 de junho de 2020.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

ALEXANDRE SOLESINSKI
Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 4326 DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524777

DECRETO Nº 4326

DE 08 DE JUNHO DE 2020

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DO EXERCÍCIO DE 2020.

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com art. 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº. 4.320/64 de 17 de março de 1964 e art. 5º da Lei nº 4452 de 18 de dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Público Municipal de 2020 até o valor de R\$ 352.780,31 (Trezentos e cinquenta e dois mil, setecentos e oitenta reais e trinta e um centavos) conforme descrição abaixo:

Unidade Gestora: 2 - Fundo Municipal de Saúde de Mafra
Órgão Orçamentário: 16000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 16001 - PROGRAMAS E ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação: 2.169 - Cofinanciamento Atenção Básica
Despesa: (84) 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado - 0.1.67
R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais)

Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação: 2.214 - Unidades de Saúde
Despesa: (163) 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: Receita de Impostos e de Transferências - Saúde - 0.1.02
R\$ 100.000,00

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação: 2.192-Piso de Atenção Básica – PAB Fixo
Despesa: (448) 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: Receita de Impostos e de Transferências - Saúde - 0.1.02
R\$ 52.780,31 (Cinquenta e dois mil, setecentos e oitenta reais e trinta e um centavos)

Art. 2º As despesas decorrente do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora: 2 - Fundo Municipal de Saúde de Mafra
Órgão Orçamentário: 16000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 16001 - PROGRAMAS E ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação: 2.169 - Cofinanciamento Atenção Básica
Despesa: (83) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado - 0.1.67
R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais)

Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação: 2.214 - Unidades de Saúde
Despesa: (162) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: Receita de Impostos e de Transferências - Saúde - 0.1.02
R\$ 100.000,00

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação: 2.192-Piso de Atenção Básica – PAB Fixo
Despesa: (85) 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: Receita de Impostos e de Transferências - Saúde - 0.1.02
R\$ 52.780,31 (Cinquenta e dois mil, setecentos e oitenta reais e trinta e um centavos)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, 08 de junho de 2020.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

ALEXANDRE SOLESINSKI
Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2020

Publicação Nº 2525519

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Empresa Registrada: CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES CNPJ: 01.328.535/0001-59

Valor registrado: R\$ 131.695,00 (cento e trinta e um mil seiscentos e noventa e cinco reais).

Objeto: aquisição de aquisição de material médico de consumo hospitalar, que será destinado para todas as unidades de Saúde do Município de Mafra, incluindo Atenção Primária em Saúde, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, CAPS e Policlínica Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 028/2020, Pregão Eletrônico RP Nº 010/2020.

Data de assinatura: 07 de abril de 2020.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 07 de abril de 2021.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2020

Publicação Nº 2525540

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Empresa Registrada: FACIOLI&FACIOLI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 31.133.295/0001-06

Valor registrado: R\$ 5.295,00 (cinco mil duzentos e noventa cinco reais).

Objeto: aquisição de aquisição de material médico de consumo hospitalar, que será destinado para todas as unidades de Saúde do Município de Mafra, incluindo Atenção Primária em Saúde, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, CAPS e Policlínica Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 028/2020, Pregão Eletrônico RP Nº 010/2020.

Data de assinatura: 07 de abril de 2020.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 07 de abril de 2021.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2020

Publicação Nº 2525529

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: L. A. FERREIRA SOUZA - MAQUINAS-ME

CNPJ: 14.693.114/0001-79

Valor registrado: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Objeto: aquisição de materiais de informática e mão de obra técnica, destinados ao quartel da Polícia Militar de Mafra.

Origem: Processo nº 084/2020, Pregão Eletrônico RP Nº 035/2020.

Data de assinatura: 15 de abril de 2020.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 15 de abril de 2021.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2020

Publicação Nº 2525532

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: DAMIÃO, LIZOTTI & CIA LTDA-ME

CNPJ: 32.302.947/0001-43

Valor registrado: R\$ 2.553,00 (dois mil quinhentos cinquenta três reais).

Objeto: aquisição de materiais de informática e mão de obra técnica, destinados ao quartel da Polícia Militar de Mafra.

Origem: Processo nº 084/2020, Pregão Eletrônico RP Nº 035/2020.

Data de assinatura: 15 de abril de 2020.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 15 de abril de 2021.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2020

Publicação Nº 2525525

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Empresa Registrada: MAXIMA ATACADISTA EIRIELI - EPP

CNPJ: 26.716.048/0001-94

Valor registrado: R\$ 12.092,70 (doze mil noventa e dois reais e setenta centavos).

Objeto: aquisição de materiais e produtos de limpeza, destinados as Unidades de Saúde, através da Secretaria Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 018/2020, Pregão Eletrônico RP Nº 006/2020.

Data de assinatura: 15 de abril de 2020.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 15 de abril de 2021.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2

Publicação Nº 2525513

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Empresa Registrada: P. A. S. PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO SOCIAL - IND. E COM. LTDA-EPP

CNPJ: 08.903.201/0001-00

Valor registrado: R\$ 2.536,90 (dois mil quinhentos e trinta e seis reais e noventa centavos).
 Objeto: aquisição de materiais e produtos de limpeza, destinados as Unidades de Saúde, através da Secretaria Municipal de Saúde.
 Origem: Processo nº 018/2020, Pregão Eletrônico RP Nº 006/2020.
 Data de assinatura: 15 de abril de 2020.
 Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 15 de abril de 2021.
 Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 088/2020

Publicação Nº 2525517

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 088/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Empresa Registrada: MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LOURENÇONE ME
 CNPJ: 17.992.596/0001-56
 Valor registrado: R\$ 644,00 (seiscentos e quarenta e quatro reais).
 Objeto: aquisição de equipamentos de proteção individual, destinados aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.
 Origem: Processo nº 060/2020, Pregão Eletrônico RP Nº 024/2020.
 Data de assinatura: 27 de abril de 2020.
 Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 27 de abril de 2021.
 Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2020

Publicação Nº 2525522

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Empresa Registrada: ACCUMED PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA
 CNPJ: 06.105.362/0001-23
 Valor registrado: R\$ 57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais).
 Objeto: aquisição de insumos para diabetes, destinados aos pacientes e as Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.
 Origem: Processo nº 058/2020, Pregão Eletrônico RP Nº 023/2020.
 Data de assinatura: 11 de maio de 2020.
 Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 11 de maio de 2021.
 Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE 12º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 012/2018

Publicação Nº 2525538

EXTRATO DE 12º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 012/2018

Contrato nº: 012/2018
 Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Contratada: SOETUR TURISMO EIRELI
 CNPJ: 01.111.753/0001-37
 Modalidade Processo Licitatório 016/2018 Pregão Presencial n.º 004/2018.
 Data Assinatura do termo aditivo: 05 de março de 2020.
 O Termo Aditivo visa suprimir os itens inicialmente contratado conforme tabela abaixo:

Lote	Linha	Descrição	Total/KM Atual	Total KM c/ Supressão
02	5	PAPUAN PERIZAL RIO DA AREIA DE BAIXO AV. SÃO SEBASTIÃO KM 09 CENTRO PERÍODO: MATUTINO VEÍCULO MÍNIMO: 32 LUGARES SENTADOS	96 Km	78 Km
02	6	MATO PRETO AV. SÃO SEBASTIÃO KM 09 CENTRO AVENCAL DE CIMA AV. SÃO SEBASTIÃO PERÍODO: MATUTINO E VESPERTINO VEÍCULO MÍNIMO: 32 LUGARES SENTADOS	110 Km	95 Km
04	10	BUTIÁ DOS TABORDAS SÃO LOURENÇO PORTÃO SÃO LOURENÇO IMBUIAL VILA NOVA CENTRO PERÍODO: MATUTINO VEÍCULO MÍNIMO: 32 LUGARES SENTADOS	89 Km	80 Km

Lote	Linha	Descrição	Total/KM Atual	Total KM c/ Supressão
04	11	BUTIA DOS TABORDAS SÃO LOURENÇO PORTÃO SÃO LOURENÇO IMBUIAL VILA NOVA CENTRO PERÍODO: MATUTINO VEÍCULO MÍNIMO: 32 LUGARES SENTADOS 2	86 Km	80 Km
Lote	Linha	Descrição	Total/KM Atual	Total KM c/ Supressão
06	18	PEDRA FINA AUGUSTA VITÓRIA PERÍODO: MATUTINO VEÍCULO MÍNIMO: 18 LUGARES SENTADOS	76Km	46 Km

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO DE 13º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 012/2018

Publicação Nº 2525536

EXTRATO DE 13º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 012/2018

Contrato nº: 012/2018

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Contratada: SOETUR TURISMO EIRELI

CNPJ: 01.111.753/0001-37

Modalidade Processo Licitatório 016/2018 Pregão Presencial n.º 004/2018.

Data Assinatura do termo aditivo: 05 de março de 2020.

O Termo Aditivo visa aditar os itens inicialmente contratado conforme tabela abaixo:

Lote	Linha	Descrição	Total/KM Atual	Total KM c/ Aditivo
02	04	PAPUAN PERIZAL RIO DA AREIA DE BAIXO AV. SÃO SEBASTIÃO KM 09 CENTRO PERÍODO: MATUTINO VEÍCULO MÍNIMO: 32 LUGARES SENTADOS	98 Km	101 Km
Lote	Linha	Descrição	Total/KM Atual	Total KM c/ Aditivo
06	19	AUGUSTA VITÓRIA CONTAGEM SCHADECK PERÍODO: MATUTINO VEÍCULO MÍNIMO: 18 LUGARES SENTADOS	50 Km	53 Km
Lote	Linha	Descrição	Total/KM Atual	Total KM c/ Aditivo
06	20	RIO DO CEDRO VILA SCHAFASCHEK AVENCAL DO SALTINHO PERÍODO: VESPERTINO VEÍCULO MÍNIMO: 18 LUGARES SENTADOS	49 Km	52Km
Lote	Linha	Descrição	Total/KM Atual	Total KM c/ Aditivo
06	21	LAGOA SECA GUARUPÚ AVENCAL DO SALTINHO PERÍODO: VESPERTINO VEÍCULO MÍNIMO: 18 LUGARES SENTADOS	36 Km	42Km
Lote	Linha	Descrição	Total/KM Atual	Total KM c/ Aditivo
06	23	R SALTINHO BELA VISTA PERÍODO: MATUTINO E VESPERTINO VEÍCULO MÍNIMO: 32 LUGARES SENTADOS	89 Km	100Km

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 026/2018

Publicação Nº 2525499

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 026/2018

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: GENTE SEGURADORA S.A

CNPJ nº 90.180.605/0001-02

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de seguro com cobertura total para o veículo, Ford Ecosport SE 1.6 2016/2017 Placa QIG-3930, através da Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 065/2018 Pregão Presencial Nº 021/2018.

Data Assinatura do termo aditivo: 20 de abril de 2020.

Prazo: com vigência até 25 de abril de 2021, a contar da data de vencimento do 1º Termo Aditivo do Contrato nº 026/2018.

Foro: Comarca de Mafra.

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 557/2020

Publicação Nº 2524824

DECRETO Nº 557, DE 15 DE JUNHO DE 2020

Altera dispositivos do Decreto nº 505, de 14 de maio de 2020 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º Fica pelo presente Decreto criado o parágrafo único no o art. 3º com a seguinte redação:

Art. 3º [...]

Parágrafo único. Os valores da desapropriação não serão objeto do presente decreto em decorrência da ação judicial de desapropriação contra o Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Fica pelo presente Decreto alterado o art. 4º que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º O presente decreto é editado com a exclusiva finalidade de regularização da rua e do imóvel atingido, não implicando em eventuais mudanças em direitos discutidos judicialmente contra outros Entes que porventura tenham praticado intervenção na propriedade.

Art. 3º Fica pelo presente Decreto alterado o art. 5º que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º As despesas do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Fica pelo presente Decreto criado o art. 6º com a seguinte redação:

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 15 de junho de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 558/2020

Publicação Nº 2524864

DECRETO Nº 558, DE 15 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre decisão judicial e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada em definitivo SERGIANETE PASQUALOTTO DE BASTIANI, considerando a decisão do Acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, nos termos da Apelação Cível nº 0300477-48.2018.8.24.0042.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 15 de junho de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 559/2020

Publicação Nº 2525234

DECRETO Nº 559, DE 15 DE JUNHO DE 2020

Altera dispositivos do Decreto nº 429, de 22 de abril de 2020, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que no Loteamento denominado "Seminário" foi denominada rua com o nome de "Gralha Azul";

CONSIDERANDO que no Município de Maravilha já existe rua oficial com a mesma denominação;

CONSIDERANDO que se trata de erro material na análise do projeto de loteamento, muito embora não há na legislação fator impeditivo para que na mesma cidade, em bairros diferentes, possa existir nome de rua com a mesma nomenclatura;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar a alteração para evitar eventuais transtornos referente a localização;

CONSIDERANDO que o caminho técnico melhor indicado é não mais denominar referido trecho como "Rua Gralha Azul" e sim "Travessa Gralha Azul";

CONSIDERANDO que referida alteração em nada afeta todos os demais encaminhamentos já adotados em relação ao citado loteamento;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art. 4º o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º As vias públicas do Loteamento "SEMINÁRIO", terão as seguintes denominações, larguras e direcionamento:

Prolongadas: Rua 15 de Novembro, com 16,00 metros de largura.

Rua Irmã Lucia Linck, com 16,00 metros de largura.

Rua Olavo Bilac, com 16,00 metros de largura.

Avenida Araucária, com 22,00 metros de largura.

Rua Cruz e Souza, com 16,00 metros de largura.

Rua Aracaju, com 12,00 metros de largura.

Rua Goiânia, com 12,00 metros de largura.

Rua Porto Alegre, com 12,00 metros de largura.

Rua Rio de Janeiro, com 14,00 metros de largura.

Projetadas: Travessa Gralha Azul, com 12,00 metros de largura.

Rua Clementina Lorenzetti Matana, com 16,00 metros de largura.

Rua Faustino Manfrin, com 12,00 metros de largura.

Rua Padre João Berthier, com 12,00 metros de largura.

Rua Marciany Cristina Zat, com 12,00 metros de largura.

Rua Contestado, com 12,00 metros de largura.

Confrontantes: Rua Santa Catarina, com 16,00 metros de largura.

Avenida Padre Antônio, com 20,00 metros de largura.

Rua Irmã Maria Borja, com 16,00 metros de largura.

Direcionamento das Vias de Circulação:

Norte - Sul: Rua 15 de Novembro e Travessa Gralha Azul.

Oeste - Leste: Rua Irmã Lucia Linck e Rua Contestado.

Noroeste - Sudeste/Oeste - Leste: Rua Marciany Cristina Zat.

Sudoeste - Nordeste: Rua Porto Alegre, Rua Cruz e Souza, Rua Olavo Bilac, Rua Goiânia, Rua Padre João Berthier, Rua Faustino Manfrin, Rua Clementina Lorenzetti Matana.

Sudeste - Noroeste: Rua Rio de Janeiro.

Norte - Sul/Oeste - Leste: Avenida Araucária.

Norte - Sul/Noroeste - Sudeste: Rua Aracaju.

Art. 2º Fica alterado o art. 8º o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º Este Decreto foi elaborado nos termos dos memoriais descritivos e plantas, devidamente assinadas por profissionais especializados e aprovadas pelos órgãos competentes.

Parágrafo único. O Município de Maravilha está de acordo com o projeto de esgotamento sanitário, aprovado pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN em 28 de maio de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 15 de junho de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

CLEITON BORGARO
Secretário de Planejamento, Administração e Fazenda

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 095/2020

Publicação Nº 2525497

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 095/2020 – Modalidade de Pregão Presencial n. 042/2020.

O Senhor Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo de Maravilha, SC, Airto Gonçalves, juntamente com o pregoeiro e equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço – SRP, a aquisição de massa asfáltica ensacada, conforme a necessidade, para o Município de Maravilha, SC, tipo menor preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93 e LC 123/2006, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até as 14h do dia 29 de junho de 2020, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 16 de junho de 2020. AIRTO GONÇALVES – Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo.

Marema

PREFEITURA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 03/2020

Publicação Nº 2525236

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE MAREMA CNPJ: 78.509.072/0001-56 RUA VIDAL RAMOS, 357 C.E.P.: 89860-000 - Marema - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 3/2020 - TP Processo Administrativo: 19/2020 Processo de Licitação: 19/2020 Data do Processo: 17/04/2020 Folha: 1/2
--	---

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Adilson Barella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 19/2020
b) Licitação Nr.: 3/2020-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 02/06/2020
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Contratação de empresa especializada para Pavimentação Asfáltica, Conclusão de Pavimentação Rua Júlio de Castilho e Rua Lauro Muller. Contrato de repasse OGU nº 847102/2017.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

PAVOESTE PAVIMENTACOES LTDA (3863)

1 Contratação de empresa especializada para conclusão de Pavimentação Asfáltica, por empreitada global, com fornecimento de material e mão-de-obra, na Rua Júlio de Castilho e Rua Lauro Muller. Tipo CBUQ sobre base de pavimentação poliédrica, vinculada ao Contrato de Repasse OGU nº 847102/2017- Operação n. 1042411-75 firmado entre o Ministério das Cidades/Caixa/Município de Marema, sendo; Pavimentação Asfáltica com CBUQ SOBRE PEDRAS POLIÉDRICAS na Rua Júlio de Castilho - trecho entre as ruas José Gaspari e Voluntários da Pátria, e Rua Lauro Muller - trecho entre a Rua Voluntários da Pátria à estaca 9+ 5,00 m.	UND	1,00	0,0000	145.559,44	145.559,44
---	-----	------	--------	------------	------------

Total do Fornecedor: 145.559,44

Total Geral: 145.559,44

Adilson Barella
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MAREMACNPJ: 78.509.072/0001-56
RUA VIDAL RAMOS, 357
C.E.P.: 89860-000 - Marema - SC**TOMADA DE PREÇO****Nr.: 3/2020 - TP**Processo Administrativo: 19/2020
Processo de Licitação: 19/2020
Data do Processo: 17/04/2020

Folha: 2/2

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.020.4.4.90.00.00.00.00.00 (59), 1.020.4.4.90.00.00.00.00.00 (60)

Adilson Barella
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 03/2020

Publicação Nº 2524735

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE MAREMA	TOMADA DE PREÇO Nr.: 3/2020 - TP
CNPJ: 78.509.072/0001-56 RUA VIDAL RAMOS, 357 C.E.P.: 89860-000 - Marema - SC	Processo Administrativo: 19/2020 Processo de Licitação: 19/2020 Data do Processo: 17/04/2020
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Adilson Barella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 19/2020
b) Licitação Nr.: 3/2020-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 02/06/2020
e) Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada para Pavimentação Asfáltica, Conclusão de Pavimentação Rua Júlio de Castilho e Rua Lauro Muller. Contrato de repasse OGU nº 847102/2017.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

PAVOESTE PAVIMENTACOES LTDA (3863)

1 Contratação de empresa especializada para conclusão de Pavimentação Asfáltica, por empreitada global, com fornecimento de material e mão-de-obra, na Rua Júlio de Castilho e Rua Lauro Muller. Tipo CBUQ sobre base de pavimentação poliédrica, vinculada ao Contrato de Repasse OGU nº 847102/2017- Operação n. 1042411-75 firmado entre o Ministério das Cidades/Caixa/Município de Marema, sendo: Pavimentação Asfáltica com CBUQ SOBRE PEDRAS POLIÉDRICAS na Rua Júlio de Castilho - trecho entre as ruas José Gaspari e Voluntários da Pátria, e Rua Lauro Muller - trecho entre a Rua Voluntários da Pátria à estaca 9+ 5,00 m.	UND	1,00	0,0000	145.559,44	145.559,44
---	-----	------	--------	------------	------------

Total do Fornecedor: 145.559,44

Total Geral: 145.559,44

Marema, 2 de Junho de 2020.

Adilson Barella
Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 23.2020 (PMM) - MATERIAIS PARA SOLDA

Publicação Nº 2525360



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2020

VALIDADE: 10/06/2020 A 10/06/2021

PUBLICADO EM:

____/____/____

LOCAL: _____

ASS: _____

1

Ao décimo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Sr. ARMINDO SESAR TASSI**, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal 3.749/18 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas comerciais apresentadas no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2020**, através do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os preços oferecidos referentes ao Processo supramencionado, tendo sido os preços oferecidos pela(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) comercial(is) foi(ram) classificada(s):

LICITANTE(S) PRESENTE(S)	CNPJ/CPF
BLU SOLDAS MAQ.FERRAMENTAS LTDA, neste ato representado por ELBIO TEIXEIRA FLORES DA CUNHA	85.100.519/0001-02

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta ata de registro de preços a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE SOLDA PARA USO DA OFICINA DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)**, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

FORNECEDOR: 264334 - BLU SOLDAS MAQ.FERRAMENTAS LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	ARAME SOLDA MIG 1,00MM, 18KG	PECAS	ESAB	12	322,2000	3.866,4000
2	BOCAL MIG MB24 CONICO 145.0080 DIAM 12,5	UNID	BINZEL	20	35,0000	700,0000
3	BICO DE CONTATO 140.0242 1,0MM E-CU	UNID	BINZEL	30	7,4000	222,0000
4	MASCARA DE SOLDA ESCURECIDA AUT. 06 A 13 ADF615S	UNID	ESAB	4	502,5000	2.010,0000
5	LUVA RASPA PUNHO 20CM COM REFORÇO LRAP 2002.	PAR	AM COUROS	4	15,0000	60,0000
6	7596 ELETRODO DE CORTE 4,00MM	KG	ESAB	100	49,0000	4.900,0000
7	4065 46.00 3.25 MM ELETRODO	KG	ESAB	72	51,8000	3.729,6000
8	ELETRODO OK 21.03 P 3,25MM CHANFRO LATA C/ 18 KG 0307046	KG	ESAB	90	51,2000	4.608,0000
9	DIFUSOR DE GÁS MB 24	UNID	BINZEL	20	14,9500	299,0000
10	PORTA BICO M6 MB23 E 24KD	UNID	BINZEL	10	14,9000	149,0000
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 20.544,00						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 20.544,00						

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

1.2. O valor estimado para a aquisição/execução do objeto é de: **R\$ 20.544,00 (VINTE MIL QUINHENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS).**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS E UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante a validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a adquirir/contratar o objeto exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à(s) licitante(s) vencedora(s), ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma hipótese legalmente prevista para tanto, garantindo à(s) vencedor(as), neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

2.3. Fica ressalvada à Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total do objeto desta ata de registro de preços.

2.4. O fornecimento/execução do objeto desta ata de registro de preços será autorizado pela Prefeitura de Massaranduba (SC), órgão gerenciador da mesma bem como responsável pela unidade financeira competente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

3.1. O objeto deste procedimento licitatório deverá ser entregue/executado em, no máximo, 15 (quinze) dias consecutivos após a solicitação/emissão de ordem de compra, no Almoxarifado da Prefeitura, situado na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina.

3.1.1. As entregas/execuções serão parceladas, conforme necessidade.

3.2. A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com a ordem de compra/serviço e enviada eletronicamente para o seguinte e-mail: contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

3.2.1. A nota fiscal deverá ser elaborada com detalhes minuciosos acerca do objeto entregue/executado, conforme descritivo do edital ou descritivo resumido, a fim de melhorar o cadastramento no sistema de patrimônio e almoxarifado, conforme o caso.

3.3. A não entrega/execução do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata de registro de preços.

3.4. O objeto somente será considerado aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

3.5. Caso o objeto não atenda às especificações desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

3.5.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

a) Nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente;

b) Nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente.

4.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

4.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

4.4. O objeto licitado poderá sofrer reajuste após 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidos as prerrogativas da Lei e mediante efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração Municipal, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

5.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre seu pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização da referida Prefeitura em seu acompanhamento.

5.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

5.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

5.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

5.6. Manter vigente durante a validade da ata de registro de preços os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

4

5.7. Entregar/executar o objeto desta licitação em, no máximo, 15 (quinze) dias consecutivos após a solicitação/emissão de ordem de compra, no Almoxarifado da Prefeitura, situado na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina.

5.8. Será recusado o objeto que seja imprestável, defeituoso, ou que não atenda as especificações constantes no edital e/ou que não esteja adequado para o uso.

5.8.1. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem que isso acarrete ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.9. Aceitar as condições de pagamento previstas neste edital, sendo que o valor constante na ata de registro de preços será a única remuneração devida à licitante vencedora.

5.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.11. Submeter-se à fiscalização por parte da Prefeitura de Massaranduba (SC).

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

6.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas comerciais que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar, no todo ou em parte, esta licitação.

6.2. Efetuar os pagamentos de acordo com as condições previstas nesta ata de registro de preços.

6.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que estas possam desempenhar normalmente seu serviço.

6.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

6.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares previstas nesta ata de registro de preços ou nas Leis cabíveis, quando for o caso.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA****CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES**

7.1. A licitante vencedora estará sujeita por falhas, irregularidades ou pelo não cumprimento dos prazos e demais condições/obrigações estipuladas, às seguintes penalidades, isoladas ou cumulativamente:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de mora no valor de 01% (um por cento) do valor da ata de registro de preços por dia de atraso na prestação do serviço e/ou por atraso na adequação do serviço fornecido, limitado a 20% (vinte por cento);
- c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da ata de registro de preços, devidamente atualizado, pelo não cumprimento de quaisquer cláusulas deste edital e seus anexos, quando a licitante não assinar o contrato/ata de registro de preços, ou pela desistência imotivada da manutenção de sua proposta comercial;
- d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado quando:
- d.1) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte;
- d.2) Desatender às determinações da fiscalização;
- e) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da licitação quando a licitante apresentar declaração falsa;
- f) Suspensão do direito de licitar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, observadas as disposições legais;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição.

7.1.1. Caso haja inexecução total ou parcial do objeto, a concessão do objeto poderá ser rescindida unilateralmente, a qualquer tempo, pelo Município de Massaranduba (SC).

7.2. Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato/ata de registro de preços:

- a) A entrega/execução do objeto com atraso;
- b) A entrega/execução do objeto alheio ao especificado;
- c) A entrega/execução do objeto em embalagem violada ou com indícios de má conservação, hipótese esta em que o recebimento poderá ser rejeitado;
- d) A entrega/execução do objeto de forma parcial à quantidade solicitada.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

7.3. Considerar-se-á descumprimento total do contrato/ata de registro de preços:

- a) A recusa injustificada em assinar o termo contratual/ata de registro de preços ou receber a autorização de fornecimento/execução;
- b) A não entrega/execução do objeto.

6

7.4. Deverão ser observados, na hipótese de aplicação das sanções administrativas, os princípios do devido processo legal e ampla defesa, com a expedição de notificação pelo poder público para apresentação de defesa no prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias.

7.5. As sanções previstas neste edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente.

7.6. A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei Federal 8.666/93.

7.7. As multas serão recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que as tenham aplicado, podendo ser descontadas dos valores devidos, o que é totalmente aceito pela licitante vencedora.

7.8. As importâncias relativas às multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da ata (situação que a licitante vencedora tem plena ciência e aceita para todos os fins), podendo, entretanto, conforme o caso, se processar a cobrança judicialmente.

7.9. A falta de pagamento da(s) multa(s) aplicada(s) mediante regular processo administrativo acarretará à licitante a suspensão do direito de licitar e/ou contratar com a Administração Pública municipal direta e indireta, enquanto perdurar sua inadimplência, independente da instauração de novo processo, até o efetivo cumprimento da obrigação.

7.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas e/ou penais e/ou civis, previstas na Lei Federal 8.666/93 e demais atinentes à espécie.

7.11. A aplicação das referidas sanções administrativas não obsta as responsabilidades legais da licitante por perdas e danos causados à Prefeitura de Massaranduba (SC).

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. Constituem motivo para rescisão do contrato/ata de registro de preços, conforme o caso:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração Municipal a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Municipal;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital;
- g) O desatendimento das determinações regulares da Autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei Federal 8.666/93;
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima Autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- m) A supressão, por parte da Administração Municipal, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração Municipal, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração Municipal decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao

7

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

p) A não liberação, por parte da Administração Municipal, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

8

q) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

8.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

9.1. A licitante vencedora assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento das obrigações. A Prefeitura de Massaranduba (SC) ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integram esta ata de registro de preços: o edital do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2020** e a(s) proposta(s) comercial(is) da(s) licitante(s) classificada(s) no certame.

10.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 bem como as demais normas aplicáveis.

10.4. A execução da presente ata de registro de preços será acompanhada e fiscalizada pelo servidor Moacir Fischer, que exercerá rigoroso controle em relação ao presente certame, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução desta ata determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Massaranduba (SC), 10 de junho de 2020.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

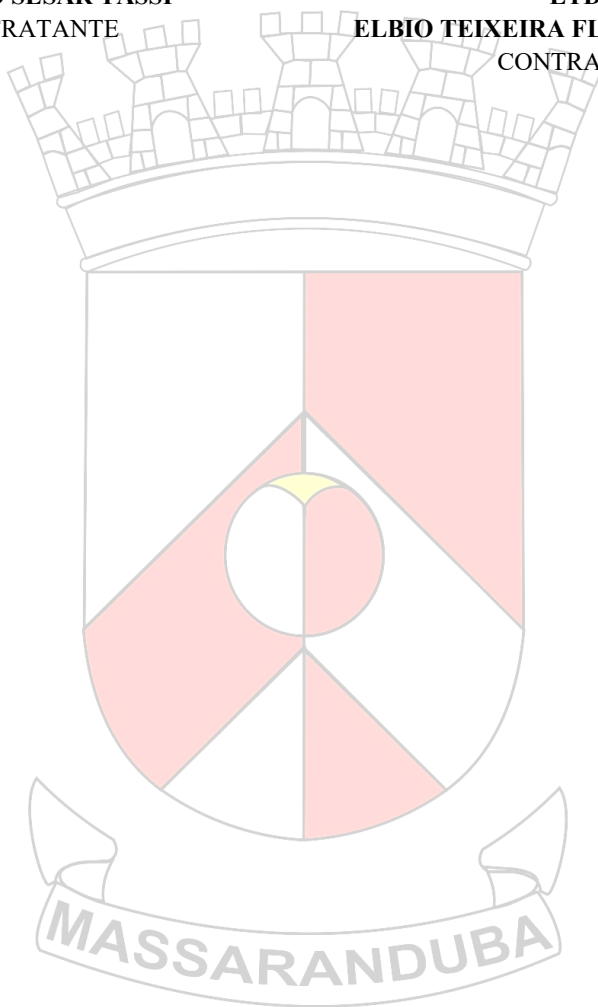


ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
CONTRATANTE

BLU SOLDAS MAQ.FERRAMENTAS
LTDA
ELBIO TEIXEIRA FLORES DA CUNHA
CONTRATADA

9



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 24.2020 (PMM) - ACRÍLICOS PARA O MUSEU MUNICIPAL

Publicação Nº 2525363

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2020****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2020****PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2020****VALIDADE: 10/06/2020 A 10/06/2021****PUBLICADO EM:**

____/____/____

LOCAL: _____**ASS:**

1

Ao décimo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Sr. ARMINDO SESAR TASSI**, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal 3.749/18 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas comerciais apresentadas no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2020**, através do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os preços oferecidos referentes ao Processo supramencionado, tendo sido os preços oferecidos pela(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) comercial(is) foi(ram) classificada(s):

LICITANTE(S) PRESENTE(S)	CNPJ/CPF
SILVA & DAL MOLIN P. EVENTOS LTDA ME, NESTE ATO REPRESENTADO POR ERLON CARLON DA SILVA	08.663.333/0001-02
ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO BRUSQUE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR ERASMO PAVESI	73.379.026/0001-66
PATRICIA DAVET - ME, NESTE ATO REPRESENTADO POR RODRIGO JUNIOR MARQUES	18.201.973/0001-54

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta ata de registro de preços a **AQUISIÇÃO DE ACRÍLICOS PARA O MUSEU MUNICIPAL**, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

FORNECEDOR: 298760 - ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO BRUSQUE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
2	CÚPULA EM ACRÍLICO CRISTAL 5MM + FENDA U PARA FIXAÇÃO - TAM. 39CM LARGURA X 40CM ALTURA X 55CM DE PROFUNDIDADE.	UNID		1	418,0000	418,0000
3	CÚPULA EM ACRÍLICO CRISTAL 5MM + FENDA U PARA FIXAÇÃO - TAM. 80CM LARGURA X 40CM ALTURA X 80CM DE PROFUNDIDADE.	UNID		2	831,0000	1.662,0000
5	CÚPULA EM ACRÍLICO CRISTAL 5MM + FENDA U PARA FIXAÇÃO - TAM. 150CM LARGURA X 40CM ALTURA X 80CM DE	UNID		4	1.202,0000	4.808,0000

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62





ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	PROFUNDIDADE.					
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 6.888,00						
FORNECEDOR: 297844 - SILVA & DAL MOLÍN P. EVENTOS LTDA ME						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
13	PAINEL INFORMATIVO EM ACRÍLICO, 90 CM DE ALTURA POR 120 CM DE LARGURA, COM 3 ENVELOPES HORIZONTAIS A4 E 6 ENVELOPES VERTICAIS A4 COM ESPESSURA DE 2MM. COM DIZERES PERSONALIZADOS, ACOMPANHA ACESSÓRIO PARA INSTALAÇÃO.	UNID	EVENTOSUL	20	360,9000	7.218,0000
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 7.218,00						
FORNECEDOR: 312835 - PATRICIA DAVET - ME						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	CÚPULA EM ACRÍLICO CRISTAL 5MM + FENDA U PARA FIXAÇÃO - TAM. 180CM LARGURA X 40CM ALTURA X 55CM DE PROFUNDIDADE.	UNID		2	1.138,0000	2.276,0000
4	CÚPULA EM ACRÍLICO CRISTAL 5MM + FENDA U PARA FIXAÇÃO - TAM. 50CM LARGURA X 40CM ALTURA X 50CM DE PROFUNDIDADE.	UNID		2	450,0000	900,0000
6	DISPLAY PARA PAREDE FEITO DE MATERIAL PETG, 2MM NO FORMATO U PARA ENCAIXE DE FOLHA NO TAMANHO DE 8CM DE ALTURA X 28CM DE LARGURA	UNID		150	4,9900	748,5000
7	DISPLAY EM ACRÍLICO CRISTAL, HORIZONTAL, MODELO L, LEVEMENTE INCLINADO, COM VISUALIZAÇÃO PARA UM LADO, ESPESSURA 2 MM, 15 CM DE ALTURA POR 21 CM DE LARGURA (15 X 21).	UNID		5	11,9800	59,9000
8	DISPLAY EM ACRÍLICO CRISTAL, VERTICAL, MODELO L, LEVEMENTE INCLINADO, COM VISUALIZAÇÃO PARA UM LADO, ESPESSURA DE 2 MM, 21 CM DE ALTURA POR 15 CM DE LARGURA (21 X 15)	UNID		5	11,9800	59,9000
9	DISPLAY EM ACRÍLICO CRISTAL, HORIZONTAL, MODELO L, LEVEMENTE INCLINADO, COM VISUALIZAÇÃO PARA UM LADO, ESPESSURA 2 MM, 10 CM DE ALTURA POR 15 CM DE LARGURA (10 X 15).	UNID		10	7,7500	77,5000
10	DISPLAY EM ACRÍLICO CRISTAL, VERTICAL, MODELO L, LEVEMENTE INCLINADO, COM VISUALIZAÇÃO PARA UM LADO, ESPESSURA DE 2 MM, 15 CM DE ALTURA POR 10 CM DE LARGURA (15 X 10)	UNID		10	7,7500	77,5000
11	DISPLAY PARA PAREDE FEITO DE MATERIAL PETG, 2MM NO FORMATO U PARA ENCAIXE DE FOLHA NO TAMANHO DE 6CM DE ALTURA X 10 CM DE LARGURA, ACOMPANHA FITA DUPLA FACE VHB.	UNID		200	2,3000	460,0000

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

12	DISPLAY DE PAREDE VERTICAL EM PETG A4, TAMANHO 30 X 21CM, 2MM NO FORMATO U PARA ENCAIXE DE FOLHA, ACOMPANHA FITA DUPLA FACE VHB.	UNID		50	10,7500	537,5000
14	DEFLETOR EM ACRÍLICO PARA AR CONDICIONADO SPLIT 18.000 BTUS, NA COR TRANSPARENTE CRISTAL. (100 CM)	UNID		5	134,0000	670,0000
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 5.866,80						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 19.972,80						

1.2. O valor estimado para a aquisição/execução do objeto é de: **R\$ 19.972,80 (DEZENOVE MIL NOVECENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E OITENTA CENTAVOS).**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS E UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante a validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a adquirir/contratar o objeto exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à(s) licitante(s) vencedora(s), ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma hipótese legalmente prevista para tanto, garantindo à(s) vencedor(as), neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

2.3. Fica ressalvada à Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total do objeto desta ata de registro de preços.

2.4. O fornecimento/execução do objeto desta ata de registro de preços será autorizado pela Prefeitura de Massaranduba (SC), órgão gerenciador da mesma bem como responsável pela unidade financeira competente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

3.1. O objeto deste procedimento licitatório deverá ser entregue/executado em, no máximo, 15 (quinze) dias consecutivos após a solicitação/emissão de ordem de compra, na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, situada na Rua 25 de Julho, número 1.015, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina.

3.1.1. As entregas/execuções serão parceladas, conforme necessidade.

3.2. A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com a ordem de compra/serviço e enviada eletronicamente para o seguinte e-mail: contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

3.2.1. A nota fiscal deverá ser elaborada com detalhes minuciosos acerca do objeto entregue/executado, conforme descritivo do edital ou descritivo resumido, a fim de melhorar o cadastramento no sistema de patrimônio e almoxarifado, conforme o caso.

3.3. A não entrega/execução do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata de registro de preços.

4

3.4. O objeto somente será considerado aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

3.5. Caso o objeto não atenda às especificações desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

3.5.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

a) Nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente;

b) Nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente.

4.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

4.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

4.4. O objeto licitado poderá sofrer reajuste após 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidos as prerrogativas da Lei e mediante efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração Municipal, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

5.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre seu pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

5.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização da referida Prefeitura em seu acompanhamento.

5.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

5

5.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

5.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

5.6. Manter vigente durante a validade da ata de registro de preços os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

5.7. Entregar/executar o objeto desta licitação em, no máximo, 15 (quinze) dias consecutivos após a solicitação/emissão de ordem de compra, na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, situada na Rua 25 de Julho, número 1.015, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina.

5.8. Será recusado o objeto que seja imprestável, defeituoso, ou que não atenda as especificações constantes no edital e/ou que não esteja adequado para o uso.

5.8.1. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem que isso acarrete ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.9. Aceitar as condições de pagamento previstas neste edital, sendo que o valor constante na ata de registro de preços será a única remuneração devida à licitante vencedora.

5.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.11. Submeter-se à fiscalização por parte da Prefeitura de Massaranduba (SC).

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

6.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas comerciais que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar, no todo ou em parte, esta licitação.

6.2. Efetuar os pagamentos de acordo com as condições previstas nesta ata de registro de preços.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

6.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que estas possam desempenhar normalmente seu serviço.

6.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

6

6.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares previstas nesta ata de registro de preços ou nas Leis cabíveis, quando for o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. A licitante vencedora estará sujeita por falhas, irregularidades ou pelo não cumprimento dos prazos e demais condições/obrigações estipuladas, às seguintes penalidades, isoladas ou cumulativamente:

a) Advertência por escrito;

b) Multa de mora no valor de 01% (um por cento) do valor da ata de registro de preços por dia de atraso na prestação do serviço e/ou por atraso na adequação do serviço fornecido, limitado a 20% (vinte por cento);

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da ata de registro de preços, devidamente atualizado, pelo não cumprimento de quaisquer cláusulas deste edital e seus anexos, quando a licitante não assinar o contrato/ata de registro de preços, ou pela desistência imotivada da manutenção de sua proposta comercial;

d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado quando:

d.1) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte;

d.2) Desatender às determinações da fiscalização;

e) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da licitação quando a licitante apresentar declaração falsa;

f) Suspensão do direito de licitar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, observadas as disposições legais;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição.

7.1.1. Caso haja inexecução total ou parcial do objeto, a concessão do objeto poderá ser rescindida unilateralmente, a qualquer tempo, pelo Município de Massaranduba (SC).

7.2. Considerar-se-á descumprimento *parcial* do contrato/ata de registro de preços:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

- a) A entrega/execução do objeto com atraso;
- b) A entrega/execução do objeto alheio ao especificado;
- c) A entrega/execução do objeto em embalagem violada ou com indícios de má conservação, hipótese esta em que o recebimento poderá ser rejeitado;
- d) A entrega/execução do objeto de forma parcial à quantidade solicitada.

7

7.3. Considerar-se-á descumprimento total do contrato/ata de registro de preços:

- a) A recusa injustificada em assinar o termo contratual/ata de registro de preços ou receber a autorização de fornecimento/execução;
- b) A não entrega/execução do objeto.

7.4. Deverão ser observados, na hipótese de aplicação das sanções administrativas, os princípios do devido processo legal e ampla defesa, com a expedição de notificação pelo poder público para apresentação de defesa no prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias.

7.5. As sanções previstas neste edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente.

7.6. A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei Federal 8.666/93.

7.7. As multas serão recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que as tenham aplicado, podendo ser descontadas dos valores devidos, o que é totalmente aceito pela licitante vencedora.

7.8. As importâncias relativas às multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da ata (situação que a licitante vencedora tem plena ciência e aceita para todos os fins), podendo, entretanto, conforme o caso, se processar a cobrança judicialmente.

7.9. A falta de pagamento da(s) multa(s) aplicada(s) mediante regular processo administrativo acarretará à licitante a suspensão do direito de licitar e/ou contratar com a Administração Pública municipal direta e indireta, enquanto perdurar sua inadimplência, independente da instauração de novo processo, até o efetivo cumprimento da obrigação.

7.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas e/ou penais e/ou civis, previstas na Lei Federal 8.666/93 e demais atinentes à espécie.

7.11. A aplicação das referidas sanções administrativas não obsta as responsabilidades legais da licitante por perdas e danos causados à Prefeitura de Massaranduba (SC).

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. Constituem motivo para rescisão do contrato/ata de registro de preços, conforme o caso:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração Municipal a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Municipal;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital;
- g) O desatendimento das determinações regulares da Autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei Federal 8.666/93;
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima Autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- m) A supressão, por parte da Administração Municipal, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração Municipal, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração Municipal decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

p) A não liberação, por parte da Administração Municipal, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

q) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

8.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

9.1. A licitante vencedora assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento das obrigações. A Prefeitura de Massaranduba (SC) ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integram esta ata de registro de preços: o edital do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2020** e a(s) proposta(s) comercial(is) da(s) licitante(s) classificada(s) no certame.

10.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 bem como as demais normas aplicáveis.

10.4. A execução da presente ata de registro de preços será acompanhada e fiscalizada pela servidora Carolina Laise Kasmirski, que exercerá rigoroso controle em relação ao presente certame, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução desta ata determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Massaranduba (SC), 10 de junho de 2020.

10

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ARMINDO SESAR TASSI

CONTRATANTE

SILVA & DAL MOLÍN P. EVENTOS

LTDA ME

ERLON CARLON DA SILVA

CONTRATADA

ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO

BRUSQUE INDUSTRIA E COMERCIO

LTDA

ERASMO PAVESI

CONTRATADA

PATRICIA DAVET - ME

RODRIGO JUNIOR MARQUES

CONTRATADA



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

DECRETO Nº 4203 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525705

DECRETO Nº 4203 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 2106 de 16 de junho de 2020, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no Orçamento de 2020 (Lei Municipal nº 2060/2019), no valor de R\$ 102.016,44 (cento e dois mil, dezesseis reais e quarenta e quatro centavos) conforme classificação funcional programática abaixo:

08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

08.001 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

08.001.0012.0361.0020.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental

08.001 – 4.4.00 - Investimentos

08.001 – 4.4.90 – Aplicações diretas

08.001 – 01010000 – Receita de Impostos-Educação R\$ 19.000,00

08.001 – 01360100 – Transferência Salário Educação R\$ 45.000,00

08.001.0012.0365.0035.2049 – Manutenção da Pré Escola

08.001 – 3.3.00 - Outras Despesas Correntes

08.001 – 3.3.90 – Aplicações diretas

08.001 – 01450000 – Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE
..... R\$ 8.016,44

08.001 – 4.4.00 - Investimentos

08.001 – 4.4.90 – Aplicações diretas

08.001 – 01360100 – Transferência Salário Educação R\$ 30.000,00

Art. 2º Os recursos para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, são oriundos da anulação parcial ou total de dotação orçamentária conforme artigo 43, § 1º, III da lei federal nº 4.320/64, a saber:

08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

08.001 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

08.001.0012.0361.0020.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental

08.001 – 3.3.90 – Aplicações diretas

08.001 – 01010000 – Receita de Impostos - Educação.....R\$ 19.000,00

08.001 – 01360100 – Transferência Salário EducaçãoR\$ 45.000,00

08.001 – 01450000 - Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE
.....R\$ 8.016,44

08.001.0012.0365.0035.2049 – Manutenção da Pré Escola

08.001 – 3.3.00 - Outras Despesas Correntes

08.001 – 3.3.90 – Aplicações diretas

08.001 – 01360100 – Transf.-Salário Educação R\$ 30.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 16 de junho de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº 4202 DE 15 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525282

DECRETO Nº 4202 DE 15 DE JUNHO DE 2020

Abre crédito adicional suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), no uso das suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal 2060 de 17 de dezembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no Orçamento de 2020 (Lei Municipal nº 2060/2019), no valor de R\$ 46.500,00 (Quarenta

e seis mil e quinhentos reais), conforme classificação funcional programática abaixo:

06 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
06.003 – GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
06.003.0028.0843.0008.0002 – Amortização da Dívida Pública
06.003 - 3.2.00 – Juros e Encargos da Dívida
06.003– 3.2.90 – Aplicações Diretas
06.003 – 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 46.500,00

Art. 2º Os recursos para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, são oriundos da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias conforme artigo 43, § 1º, III da lei federal nº 4.320/64, a saber:

06 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
06.003 – GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
06.003.0028.0843.0008.0002 – Amortização da Dívida Pública
06.003 - 4.6.00 – Amortização da Dívida
06.003– 4.6.90 – Aplicações Diretas
06.003 – 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 46.500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 15 de Junho de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

LEI Nº 2106 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524741

LEI Nº 2106 DE 16 DE JUNHO DE 2020
Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito adicional suplementar no Orçamento de 2020 (Lei Municipal nº 2060/2019), no valor de R\$ 102.016,44 (cento e dois mil, dezesseis reais e quarenta e quatro centavos) conforme classificação funcional programática abaixo:

08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
08.001 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
08.001.0012.0361.0020.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental
08.001 – 4.4.00 - Investimentos
08.001 – 4.4.90 – Aplicações diretas
08.001 – 01010000 – Receita de Impostos-Educação R\$ 19.000,00
08.001 – 01360100 – Transferência Salário Educação R\$ 45.000,00

08.001.0012.0365.0035.2049 – Manutenção da Pré Escola
08.001 – 3.3.00 - Outras Despesas Correntes
08.001 – 3.3.90 – Aplicações diretas
08.001 – 01450000 – Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE
..... R\$ 8.016,44
08.001 – 4.4.00 - Investimentos
08.001 – 4.4.90 – Aplicações diretas
08.001 – 01360100 – Transferência Salário Educação R\$ 30.000,00

Art. 2º Os recursos para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, são oriundos da anulação parcial ou total de dotação orçamentária conforme artigo 43, § 1º, III da lei federal nº 4.320/64, a saber:

08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
08.001 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
08.001.0012.0361.0020.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental
08.001 – 3.3.90 – Aplicações diretas

08.001 – 01010000 – Receita de Impostos - Educação....R\$ 19.000,00

08.001 – 01360100 – Transferência Salário EducaçãoR\$ 45.000,00

08.001 – 01450000 - Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE
.....R\$ 8.016,44

08.001.0012.0365.0035.2049 – Manutenção da Pré Escola

08.001 – 3.3.00 - Outras Despesas Correntes

08.001 – 3.3.90 – Aplicações diretas

08.001 – 01360100 – Transf.-Salário Educação R\$ 30.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 16 de junho de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

LEI Nº 2105 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524736

LEI Nº 2105 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Aprova o Loteamento Smart Business

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e nos termos da Lei Federal nº 6.766 de 19/12/1979, da Lei Estadual nº 6.063 de 24/05/1982 e da Lei Municipal nº 211 de 09/11/1984, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Loteamento Smart Business, com área de 33.453,02m² (Matrícula nº 21.033, Livro 2, Cartório de Registro de Imóveis de Guaramirim), de propriedade de Smart Business Participações EIRELI, situado na Rua Patrimônio, no Bairro Patrimônio, área urbana do município, conforme plantas e documentação anexas ao Processo PMM 1674/2017.

Art. 2º O empreendimento consiste em um loteamento com área total e útil do imóvel de 33.453,02 m², que é assim composta: 48 (quarenta e oito) lotes comercializáveis (21.733,33 m²), 01 (um) lote destinado ao Uso Público Especial - AUPE (3.356,42m²), 03 (três) lotes destinados à Área Verde (3.345,30 m²) e arruamento de 5.017,97 m², compreendendo leito carroçável e passeios da Rua A e Rua B.

§ 1º As obras de infraestrutura do empreendimento compreendem:

I – Rua A: terraplenagem com demarcação dos lotes, drenagem pluvial, meio-fio, calçada, pavimentação com blocos de concreto intertravados, implantação da rede de energia elétrica, implantação da rede coletora de esgoto sanitário, abastecimento de água potável e implantação de sinalização viária (vertical e horizontal).

II – Rua B: terraplenagem com demarcação dos lotes, drenagem pluvial, meio-fio, calçada, pavimentação com blocos de concreto intertravados, implantação da rede de energia elétrica, implantação da rede coletora de esgoto sanitário, abastecimento de água potável e implantação de sinalização viária (vertical e horizontal).

§ 2º Todos os lotes possuem frente no alinhamento predial das vias públicas oficiais.

§ 3º O Parcelamento do Solo tem Licença Ambiental de Operação - LAO SEPLAMA nº 196/2020.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 16 de junho de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO 103.2020 INEX 103.2020 - CURSO ONLINE - IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA

Publicação Nº 2525018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2020

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 103/2020

1 – PREÂMBULO

1.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, torna público para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Assim sendo, elaborou-se o presente termo para a contratação solicitada, nos termos dos art. 25 e 26 da Lei Federal 8.666/93.

2 – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto desta inexigibilidade de licitação 2 (dois) cursos online, sendo um curso sobre "1ª SEMANA ONLINE DO CONTROLE INTERNO – A ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO FRENTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS", e o outro curso sobre "FONTES DE RECURSOS E CON 'S DO TCE/SC" para 02 (dois) servidores públicos, no valor de R\$ 480,00 (QUATROCENTOS E OITENTA REAIS).

3 – DO FORNECEDOR

3.1. RAZÃO SOCIAL: IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDA - ME

CNPJ: 28.474.582/0001-67

ENDEREÇO: Rua General Liberato Bittencourt, número 1885, salas 301 e 302, bairro Estreito, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.070-800

TELEFONE/E-MAIL: (48) 3307-9946 / 98824-5207 / financeiros@igam.com.br

4 – DA DOCUMENTAÇÃO

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias;

b) Certidão conjunta negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos relativos aos tributos Federais e a dívida ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" e "d" do § único do art. 11 da Lei Federal 8.212/91, consoante Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/14;

c) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos Estaduais, expedida pela Secretaria do Estado da sede da licitante;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal expedida pela Prefeitura Municipal da sede da licitante;

e) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) expedido pela Caixa Econômica Federal;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei Federal 12.440/11 e na Resolução Administrativa 1.470/11 do Tribunal Superior do Trabalho.

5 – DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento dar-se-á em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão e aceite da nota fiscal.

5.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

5.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

5.4. As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

5 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

1 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

2009 - MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA

33903948 – SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO

10000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

6 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

2015 - MANUTENÇÃO DA CONTABILIDADE

33903948 – SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO

10000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

6 – DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DO PREÇO

6.1. Trata-se de 2 (dois) cursos online promovido pela empresa IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDA, sendo um curso sobre "1ª semana online do controle interno – a atuação do controle interno frente a pandemia do coronavírus", e o outro curso sobre "fontes de recursos e con 's do TCE/SC", sendo necessária a participação de servidores vinculados a esta matéria, ampliando o conhecimento e consequentemente

otimizando o serviço.

6.2. Assim, participará 02 (dois) servidores que estão diretamente ligados à matéria, sendo 01 servidor da Secretaria de Administração e Finanças e 01 servidor da Controladoria Municipal.

6.3. A IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDA - ME é a única instituição que, neste momento, disponibiliza este treinamento, cabendo à Administração Municipal aderir o preço praticado pela mesma.

7 – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

7.1. A presente inexigibilidade de licitação tem como fundamento o inciso II do art. 25 da Lei Federal 8.666/93:

“Art. 25 É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;”

7.2. Por sua vez, o art. 13 da mesma Lei dispõe:

“Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;”

7.3. Por fim, submete-se à análise jurídica o presente expediente de inexigibilidade de licitação, embasado no inciso II do art. 25 da Lei Federal 8.666/93, para verificação e ratificação da justificativa exposta, no inciso VI do art. 13 da Lei Federal 8.666/93.

Massaranduba (SC), 16 de junho de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI
PREFEITO MUNICIPAL

Matos Costa**PREFEITURA****AVISO PROCESSO LICITATÓRIO 09/2020 - FMS - COVID-19**

Publicação Nº 2525877

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2020 - FMS - COVID-19

A Presidente da Comissão de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 061/2019, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR a instauração de procedimento de dispensa de licitação, art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020.

Objeto: Aquisição de teste rápido Covid-19 para o Município de Matos Costa - SC. Ação que visa o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente a Covid-19 (coronavírus).

Valor Total de R\$: 9.375,00 (nove mil trezentos e setenta e cinco reais).

Dotação Orçamentária: 3.3.90.00.00.00.00 (11) (50)

Matos Costa, 16 de junho de 2020. Camila Carneiro - Presidente da Comissão.

DECRETO 85/2020

Publicação Nº 2525262

DECRETO N.º 85/2020 – de 10 junho de 2020.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 002249/2019 de 09 de outubro de 2019:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 9.038,38 (Nove mil e trinta e oito reais e trinta e oito centavos), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, do Fundo Municipal de Saúde, que especifica:

ORGÃO	14.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2.021		Manut. Das Atividades da Saúde	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1152		Aplicações Diretas – 50	9.038,38

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado Excesso de arrecadação da LC 173/2020 como auxílio financeiro.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 10 de junho de 2020.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM. Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM. Oderlaine N S Moraes Assistente Administrativo II
---	--

PORTARIA 334/2020

Publicação Nº 2524924

PORTARIA Nº 334/2020 – De 12 de Junho de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora DELCI WARTA DEBOVI, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional SERVIÇOS

GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 05 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 12 de Junho de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16
--	---

PORTARIA 335/2020

Publicação Nº 2524929

PORTARIA Nº 335/2020 – De 15 de Junho de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

Considerando Decreto Municipal nº 41/2020 de 06/04/2020, o qual adota medidas administrativas no âmbito municipal, ao cumprimento de ações de saúde pública emanadas pelo governo federal e estadual voltados ao enfrentamento do COVID – 19.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias a Servidora investida em cargo de provimento em carreira, abaixo relacionada da Secretaria Municipal de Saúde especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
483	Giceli Carneiro	Agente Comunitário de Saúde	30 Dias	2019/2020	15/06/2020 a 14/07/2020

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 15 de Junho de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16
--	---

PORTARIA 336/2020

Publicação Nº 2524932

PORTARIA Nº 336/2020 – De 15 de Junho de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

Considerando Decreto Municipal nº 41/2020 de 06/04/2020, o qual adota medidas administrativas no âmbito municipal, ao cumprimento de ações de saúde pública emanadas pelo governo federal e estadual voltados ao enfrentamento do COVID – 19.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias a Servidora investida em cargo de provimento em carreira, abaixo relacionada da Secretaria Municipal de Administração, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
516	Ana Salete Skibinski Garcia	Auxiliar de Serviços Gerais	30 Dias	2019/2020	15/06/2020 a 14/07/2020

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 15 de Junho de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16
--	---

PORTARIA 337/2020

Publicação Nº 2524935

PORTARIA Nº 337/2020 – De 15 de Junho de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

Considerando Decreto Municipal nº 41/2020 de 06/04/2020, o qual adota medidas administrativas no âmbito municipal, ao cumprimento de ações de saúde pública emanadas pelo governo federal e estadual voltados ao enfrentamento do COVID – 19.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias ao Servidor investido em cargo de provimento em carreira, abaixo relacionado da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
1129	Ederson Diedrich	Operador de Maquinas Rodoviárias	10 Dias	2019/2020	15/06/2020 a 24/06/2020

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 15 de Junho de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16
--	---

PORTARIA 338/2020

Publicação Nº 2524937

PORTARIA Nº 338/2020 – De 15 de Junho de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

Considerando Decreto Municipal nº 41/2020 de 06/04/2020, o qual adota medidas administrativas no âmbito municipal, ao cumprimento de ações de saúde pública emanadas pelo governo federal e estadual voltados ao enfrentamento do COVID – 19.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Premio ao Servidor investido em cargo de provimento em carreira, abaixo relacionado da Secretaria Municipal de Saúde, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo Efetivo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
551	Venturino Jose Zardo	Odontologo I	15 Dias	26/06/2012 a 26/06/2017	15/06/2020 a 29/06/2020

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 15 de Junho de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09
--	---

PORTARIA 339/2020

Publicação Nº 2524941

PORTARIA Nº 339/2020 – De 16 de Junho de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a pedido do servidor DANIEL MACHADO, investido no cargo de provimento em Carreira do Grupo Ocupacional PROFISIONAL na categoria funcional de MEDICO GINECOLOGISTA.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 16 de Junho de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16
--	---

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº. 033/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2525432

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 033/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: INGÁ CAMINHÕES LTDA

Objeto: Aquisição de 02 (dois) veículos: 01 (um) tipo ambulância, 01 (um) micro-ônibus tipo van, visando o cumprimento do Convênio 2020TR128, oriundo da Proposta de Transferência n. 23172/2019, Programa de Transferência n. 2019008748, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, com interveniência da Casa Civil, e o Município de Meleiro/SC, conforme Termo de Referência deste edital.

Valor: R\$ 179.000,00 (cento e setenta e nove mil).

Vigência: Início: 15/06/2020 Término: 31/12/2020.

Data da assinatura: 15 de junho de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº. 034/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2525436

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 034/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: PGL COMÉRCIO DE VEÍCULOS EIRELI

Objeto: Aquisição de 02 (dois) veículos: 01 (um) tipo ambulância, 01 (um) micro-ônibus tipo van, visando o cumprimento do Convênio 2020TR128, oriundo da Proposta de Transferência n. 23172/2019, Programa de Transferência n. 2019008748, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, com interveniência da Casa Civil, e o Município de Meleiro/SC, conforme Termo de Referência deste edital.

Valor: R\$ 175.999,00 (cento e setenta e cinco mil, novecentos e noventa e nove reais).

Vigência: Início: 15/06/2020 Término: 31/12/2020.

Data da assinatura: 15 de junho de 2020.

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2020

Publicação Nº 2525029

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO

Aviso de Licitação

Processo nº: 1017/2020

Modalidade: Tomada de Preços nº 005/2020

Tipo: Menor preço – Global

Objeto: TOMADA DE PREÇOS DESTINADO A EXECUÇÃO DE COBERTURAS METALICAS NO ACESSO A ENTRADA DO GINÁSIO MUNICIPAL ALOISIO KNORST, LOCALIZADO NA RUA XV DE NOVEMBRO - CENTRO, COM ÁREA DE 24,66M², CONFORME PROJETO, MEMORIAL, CRO-NOGRAMA FISICO FINANCEIRO, ART Nº 7399625-1 E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 03 de julho de 2020.

Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 03 de julho de 2020.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07h:30min às 13h:00min, ou a qualquer horário pelo site www.modelo.sc.gov.br

Modelo/SC 16/06/2020

Ricardo Luis Maldaner

Prefeito

Morro da Fumaça

PREFEITURA

ERRATA DO REGISTRO PREÇO 087/2020

Publicação N° 2525398

MORRO DA FUMAÇA. ERRATA do Pregão Presencial para Registro Preço 087/2020. Objeto: AQUISIÇÃO DE GUARDA CORPO COM CORRIMÃO E TELA E GUARDA CORPO COM TELA ONDULADA(INSTALADO),conforme anexo Altera-se o anexo I. Data 26/06/2020 as 10:30 Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

Morro Grande

PREFEITURA

DECRETO 59/2020

Publicação Nº 2525602

DECRETO Nº 59/2020

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR VISANDO A REALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR TRANSFERÊNCIA NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 27, parágrafo único da Lei Municipal n. 956/2019 e artigo 8º, da Lei Municipal n. 960/2019,

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) com a seguinte classificação:

3100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

3103 – DEPARTAMENTO DE SAÚDE.

2.033 – MANUTENÇÃO DO GRUPO DE ATENÇÃO BÁSICA.

3.3.71.00.00.00.00.0009 (57) – Transferências a Consórcio Público R\$ 15.00,00

TOTAL R\$ 15.00,00

Art. 2º O recurso para suplementação da dotação orçamentária prevista no artigo 1º correrá por conta da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo especificada.

3100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

3103 – DEPARTAMENTO DE SAÚDE.

2.033 – MANUTENÇÃO DO GRUPO DE ATENÇÃO BÁSICA.

3.3.90.00.00.00.00.0009 (20) – Transferências a Consórcio Público R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 15.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 16 de junho de 2020.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

DECRETO LEGISLATIVO Nº 12/2020

Publicação Nº 2524895

DECRETO LEGISLATIVO N.º 012/2020

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2016.

DIOGO CREPALDI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores Morro Grande, faço saber que o Poder Legislativo, pelo seu Plenário aprovou e eu promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º- Ficam aprovadas às Contas da Prefeitura Municipal de Morro Grande, referente ao Exercício de 2016, conforme Parecer prévio n.: 0098/2017, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Processo n. @ PCP 17/00165795.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Morro Grande - SC, em 08 de junho de 2020.

Diogo Crepaldi
Presidente

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

Davi Luis Spader
Secretário Administrativo

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2020 - PMMG

Publicação Nº 2525240

Ata de Registro de Preços nº	10/2020
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	Gold Computadores Ltda
Valor	R\$ 36.829,06
Data da Assinatura	08/06/2020
Vigência Inicial	08/06/2020
Vigência Final	08/06/2021
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 4/2020
Objeto Resumido	Aquisição parcelada de material de limpeza e higiene visando atender as necessidades do município de Morro Grande.
Espécie	Fornecimento de bens de consumo
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site www.morrogrande.sc.gov.br

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2020 - PMMG

Publicação Nº 2525244

Ata de Registro de Preços nº	11/2020
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	Klein Simionato & Santos Ltda
Valor	R\$ 14.417,95
Data da Assinatura	08/06/2020
Vigência Inicial	08/06/2020
Vigência Final	08/06/2021
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 4/2020
Objeto Resumido	Aquisição parcelada de material de limpeza e higiene visando atender as necessidades do município de Morro Grande.
Espécie	Fornecimento de bens de consumo
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site www.morrogrande.sc.gov.br

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2020 - PMMG

Publicação Nº 2525245

Ata de Registro de Preços nº	12/2020
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	L.T. Serrano Distribuidora
Valor	R\$ 15.400,07
Data da Assinatura	08/06/2020
Vigência Inicial	08/06/2020
Vigência Final	08/06/2021
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 4/2020
Objeto Resumido	Aquisição parcelada de material de limpeza e higiene visando atender as necessidades do município de Morro Grande.
Espécie	Fornecimento de bens de consumo
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site www.morrogrande.sc.gov.br

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2020 - PMMG

Publicação Nº 2525250

Ata de Registro de Preços nº	13/2020
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	M.D.A. – Armarinhos Ltda
Valor	R\$ 15.462,94
Data da Assinatura	08/06/2020
Vigência Inicial	08/06/2020
Vigência Final	08/06/2021
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 4/2020
Objeto Resumido	Aquisição parcelada de material de limpeza e higiene visando atender as necessidades do município de Morro Grande.
Espécie	Fornecimento de bens de consumo
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site www.morrogrande.sc.gov.br

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2020 - PMMG

Publicação Nº 2525253

Ata de Registro de Preços nº	14/2020
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	Maria Stela Bristot Brina
Valor	R\$ 22.363,72
Data da Assinatura	08/06/2020
Vigência Inicial	08/06/2020
Vigência Final	08/06/2021
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 4/2020
Objeto Resumido	Aquisição parcelada de material de limpeza e higiene visando atender as necessidades do município de Morro Grande.
Espécie	Fornecimento de bens de consumo
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site www.morrogrande.sc.gov.br

Navegantes

PREFEITURA

ATA HABILITAÇÃO E PROPOSTA TP 01/2020 FCN.

Publicação Nº 2525949

ATA HABILITAÇÃO E PROPOSTA TP 01/2020 FCN.

Em 16 de junho de 2020, às 14:00 horas, na Sala de Administração do Paço municipal, com a presença da Comissão Permanente nomeada pela portaria nº 952 de treze de fevereiro de dois mil e vinte, para a abertura da Tomada de Preço nº 01/2020 FCN - com a participação das empresa/s : Luiza Leão Alves Construções, MS Parsevitt Construtora Ltda e Autentika Engenharia Ltda e WR Assessoria e Planejamento para Construção Civil Ltda (ausente).

Após as considerações iniciais, procedeu a abertura dos envelopes de habilitação. Todas foram consideradas ME/EPP por apresentarem a declaração e certidão simplificada.

A comissão após analisar a documentação apresentada, passou aos licitantes para conferência dos mesmos. Não havendo considerações, a Comissão entrou em contato com a licitante ausente (WR) para a mesma apresentar a declaração de renúncia e dar prosseguimento a abertura da proposta técnica.

Os valores apresentados foram: Luiza Leão Alves: R\$ 86.407,29, Autentika: R\$ 89.681,30, MS Parsevitt: R\$ 94.445,82 e WR Assessoria: R\$ 105.849,76.

Desta forma, foi considerada vencedora do certame a empresa Luiza Leão Alves. Momento em que se encerra a sessão.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 04/2020 FUMSCI

Publicação Nº 2526018

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 04/2020 FUMSCI

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a aquisição de equipamentos de segurança contra incêndio e manutenção de extintores para atender as instalações do Corpo de Bombeiros Militar de Navegantes, através do FUMSCI - Fundo de Segurança Contra Incêndio e Pânico de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 29/06/2020 até às 13h50. Abertura/envelopes: 29/06/2020 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 63/2020 PMN -- RETIFICADO E REPUBLICADO

Publicação Nº 2526017

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 63/2020 PMN RETIFICADO E REPUBLICADO

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preço visando a aquisição de produtos de limpeza, higiene e descartáveis, para atendimento a Secretaria de Educação e respectivas unidades de ensino infantil e fundamental e Secretarias, Fundos e Fundações do município de Navegantes, através da Secretaria de Administração e Logística de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 29/06/2020 até às 7h50. Abertura/envelopes: 29/06/2020 às 8h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

CONTRATO Nº.....: 114/2020 FMS

Publicação Nº 2525886

EXTRATO CONTRATUAL

Fundo Municipal de Saúde de Navegantes

Contrato Nº : 114/2020 FMS

Contratante : Fundo Municipal de Saúde de Navegantes

Contratada : ASSOCIAÇÃO BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE NAVEGANTES

CNPJ : 04.572.977/0001-34

Presidente(a)....: Silvana Aparecida da Silva

Vigência : Início: 10/06/2020 Término: 10/12/2020

Licitação/Credenciamento : nº 03/2020 FMS

Valor Total : R\$ 198.000,00

Recursos..... : Dotações: 2. 083.3390.00.00

Objeto : CREDENCIAMENTO VISANDO PROPORCIONAR COLABORAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCS) PARA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR MÓVEL NA ÁREA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, TRANSPORTE INTRA-HOSPITALAR, COMBATE A INCÊNDIO, SALVAMENTO AQUÁTICO, PRESTAÇÃO DE SOCORRO EM CASOS DE INUNDAÇÕES, DESABAMENTOS, CATÁSTROFES E CALAMIDADES PÚBLICAS, ENTRE OUTROS, POR 24H POR DIA DE FORMA ININTERRUPTA A TODOS OS MUNICÍPIOS DE NAVEGANTESQUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC, E A ASSOCIAÇÃO BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE NAVEGANTES INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 04.572.977/0001-34.

Navegantes, 10 de Junho de 2020.

PORTARIA N º 2528 E 2527 DE 15 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524734

PORTARIA N º 2527 DE 15 DE JUNHO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a LAURA MILENE BANDEIRA CREMONESE, matrícula 1736907, ocupante do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL com carga horária de 30 horas semanais, pelo período de 96 (noventa seis) dias consecutivo, com início em 12.03.2020 e término em 15.06.2020, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 15.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JUNHO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA
Secretário de Administração e Logística

PORTARIA N º 2528 DE 15 DE JUNHO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a LUCIANA ANDREIA ALMEIDA ARIOLI, matrícula 6245302, ocupante do cargo de PROFESSORA com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 96 (noventa seis) dias consecutivo, com início em 12.03.2020 e término em 15.06.2020, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 15.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JUNHO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA
Secretário de Administração e Logística

PORTARIA N º 2529 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2526049

PORTARIA N º 2529 DE 16 DE JUNHO DE 2020
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE QUE ESPECIFICA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE a FABIANA APARECIDA CARDOSO FISCHER, matrícula 63442401 ocupante do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL com carga horária de 30 horas semanais, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, com início em 16.06.2020 e término em 12.12.2020, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Os 60 (sessenta) dias de prorrogação já incluídos no período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria estão amparados pela lei municipal 2088/2007.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 16.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JUNHO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Erechim

PREFEITURA

DECRETO Nº 156/2020 DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CADASTRO Nº 001/2019

Publicação Nº 2524966

DECRETO Nº 156, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a prorrogação do Edital de Cadastro nº 001/2019.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e conforme dispõe o Edital de Cadastro nº 001/2019, de 10 de maio de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o Edital de Cadastro nº 001/2019, de seleção de estagiários.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 28 de maio de 2020.

Nova Erechim (SC), em 16 de junho de 2020.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 157/2020 DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE NOVA MEDIDAS SUPLEMENTARES RELATIVAS AO MONITORAMENTO E ENFRENTAMENTO DO COVID-19 (CORONAVÍRUS), ESPECIALMENTE PARA SUSPENDER A EXECUÇÃO DE CONCESSÕES ADMINISTRATIVOS

Publicação Nº 2525583

DECRETO Nº 157 DE 16 DE JUNHO DE 2020

"Dispõe sobre a adoção de nova medidas suplementares relativas ao monitoramento e enfrentamento do COVID-19 (Coronavírus), especialmente para suspender a execução de concessões administrativos no âmbito do município de Nova Erechim – SC, nos termos que especifica".

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no art. 61 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO todas as medidas já decretadas no âmbito municipal até a presente data a fim de minimizar a disseminação do COVID-19 (coronavírus) no âmbito do território do Município de Nova Erechim;

CONSIDERANDO a situação de emergência em saúde pública evidenciada na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020;

CONSIDERANDO o reconhecimento, pelo Congresso Nacional, da situação de calamidade pública, conforme Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, publicado no Diário do Congresso Nacional - DCN nº 9, da mesma data;

CONSIDERANDO o reconhecimento, pelo Governo do Estado de Santa Catarina, da situação de emergência no âmbito do Estado, através do Decreto 515 de 19 de março de 2020.

CONSIDERANDO a decretação de Emergência, no âmbito deste Município, ocorrida por meio do Decreto Municipal 98 de 23 de março de 2020.

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas que visem a minimizar eventuais impactos negativos ao erário em decorrência da manutenção da execução de contratos administrativos de prestação de serviços considerados não essenciais à manutenção do serviço público;

CONSIDERANDO que, uma vez cessada a situação de emergência em saúde pública, atualmente enfrentadas em todo País, deverão ser retomadas, de forma imediata, a execução de contratos de prestação de serviços cujo objeto se revele imprescindível para manutenção de políticas públicas constitucionalmente exigidas,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensos por 180 dias, a contar do mês de março, o pagamento das concessões administrativos celebrados pela Prefeitura cuja execução tenha por objeto a prestação de serviços e/ou fornecimentos de bens ou insumos não essenciais ao enfrentamento da situação de emergência em saúde pública gerada pela pandemia do COVID-19 (Coronavírus).

Parágrafo único. Caberá a cada Secretário Municipal identificar, no âmbito dos respectivos órgãos, os contratos atingidos pela suspensão ora decretada, assim como notificar a empresa contratada da referida suspensão e da necessidade de, cessada a causa que a enseja, retomada imediata de sua execução.

Art. 2º Os Secretários Municipais poderão, se for o caso, editar normas suplementares, no âmbito de suas pastas, necessárias à fiel aplicação do presente Decreto.

Art. 3º Fica revogado o artigo 2º, alínea a, b e c do Decreto Municipal 100, de 24 de março de 2020.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim, 16 de junho de 2020.

Nélio Antonio Cassol

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 96/2020 DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO E NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA SINDICÂNCIA Nº 01/2020.

Publicação Nº 2524963

PORTARIA Nº 96, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a instauração e nomeação dos membros da sindicância nº 01/2020.

NEDIO ANTONIO CASSOL, Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e conforme dispõe o artigo 61 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Designar as servidoras Janaina Fernanda Konflanz, Psicóloga, matrícula nº 5584/01; Scheron Marlise Trentin, Professora de Educação Física, matrícula nº 5605/01, para sobre a presidência da primeira, constituírem comissão de sindicância destinada a apurar, no prazo de 30 dias, os fatos de que trata o ofício nº 001/2020, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º -Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Nova Erechim (SC), em 16 de junho de 2020.

NEDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 97/2020 FÉRIAS RUDI JOSE SCHNORR

Publicação Nº 2524964

PORTARIA Nº 97, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de férias para servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, de acordo o artigo 59 da Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 15 (quinze) dias de Férias para o Servidor Municipal RUDI JOSÉ SCHNORR, matrícula 3395/01, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a ser usufruída no período de 22.06.2020 a 06.07.2020, referente ao período 05.02.2019 a 04.02.2020.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 16 de junho de 2020.

NEDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 27/2020 EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS

Publicação Nº 2525528

AVISO DE LICITAÇÃO**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2020****PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 27/2020**

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL, Prefeito Municipal de Nova Erechim/SC, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC. A abertura dos envelopes acontecerá às 09h15min do dia 26 de junho de 2020, junto a Secretaria Municipal da Administração, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3109, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 16 de junho de 2020.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

Nova Itaberaba

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO CONCURSO 01 2017 - 011 2020

Publicação Nº 2526034

Nova Itaberaba - SC, 16 de Junho de 2020.
CONVOCAÇÃO Nº 011/2020

O Município de Nova Itaberaba, Pessoa jurídica, de direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 95.990.131/0001-70, através do presente faz saber a todos ou a quem interessa possa que estão sendo convocados: MATHEUS DE OLIVEIRA BROCK – Médico Clínico Geral, aprovados no Concurso Público do Edital nº 001/2017 de 27 de Dezembro de 2017 e em cumprimento ao disposto no referido Edital, devendo comparecer nas dependências da Prefeitura Municipal, Departamento de Pessoal, no prazo máximo de dez dias, a fim de receber orientações quanto a exames médicos, documentação necessária e data da Admissão, para preencher vagas previstas no referido Edital, desde que sejam julgados aptos para o trabalho, declarado pelo órgão médico oficial deste município. O não comparecimento no prazo determinado será considerado como desistência da vaga, sendo convocado o classificado seguinte.

Atenciosamente,

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 231/2020 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2526030

DECRETO Nº 231/2020 DE 16 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS EM RELAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA EM DECORRÊNCIA DA SITUAÇÃO EMERGENCIAL DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID 19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Nova Itaberaba;

CONSIDERANDO que o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a edição da MP nº 934, de 1º de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Nova Itaberaba, decretada através do Decreto nº 118/2020, de 18 de março de 2020, em virtude da pandemia decorrente do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o decreto municipal no 210/2020 que decretou o fim do turno único, diante do número baixo de casos confirmados no município;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa no 10/2020, da Secretaria do Estado da Administração:

DECRETA:

Art. 1º Ficam facultados a retomar as atividades presenciais a partir de 18 de junho de 2020, os servidores:

I – que apresentem doenças respiratórias crônicas, cardiopatias, diabetes, hipertensão ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico;

II – com 60 anos ou mais;

III – gestantes e lactantes;

Parágrafo único. Aos servidores do chamado “grupo de risco” que decidirem retornar ao trabalho presencial, deverão apresentar requerimento ao seu chefe imediato, (anexo I deste Decreto), devidamente assinado um dia antes do seu retorno ao trabalho.

Art. 2º Deverão, obrigatoriamente, exercer suas atividades de forma remota, os agentes públicos que convivem com:

I – pessoas acometidas pela COVID-19; ou

II – pessoas que estejam em quarentena por terem sido consideradas suspeitas de estarem acometidas pela COVID-19.

Art. 3º A autorização para o retorno das atividades presenciais está condicionada ao cumprimento das regras estabelecidas pela Secretaria de Estado da Saúde (SES), dentre elas:

I – adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do

coronavírus no ambiente de trabalho;

II – estabelecer que as pessoas que acessarem e saírem dos órgãos públicos municipais façam a higienização com álcool-gel 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, disponibilizando em pontos estratégicos como na entrada dos locais de trabalho, nos corredores, balcões e mesas de atendimento dispensadores para uso dos usuários e agentes públicos;

III – manter todas as áreas ventiladas, incluindo, caso existam, os refeitórios de agentes públicos e locais de descanso;

IV – os usuários e agentes públicos devem utilizar máscaras de tecido durante toda a jornada de trabalho, bem como intensificar a higienização das mãos, principalmente antes e depois do atendimento, após uso do banheiro, após entrar em contato com superfícies de uso comum como balcões, corrimões e teclados; e,

V – realizar procedimentos que garantam a higienização contínua dos locais de trabalho, intensificando a limpeza das áreas com desinfetantes próprios para a finalidade e realizar frequente desinfecção com álcool 70%, quando possível, sob fricção de superfícies expostas, como maçanetas, mesas, teclados, mouses, materiais de escritório, balcões, corrimões, interruptores, elevadores, banheiros, lavatórios, parte interna de veículos, máquinas pesadas, entre outros;

VI – os servidores que retornarem a ativa não poderão realizar atendimento presencial, bem como, deverão realizar suas atividades de forma individual;

VII – a secretaria responsável deverá disponibilizar todos os EPIs necessários para desenvolvimento dos trabalhos, como: máscara de pano, álcool-gel 70%, e demais EPIs necessários para desenvolvimento de cada função em particular;

Art. 4º Para os servidores que permanecerem em trabalho remoto ou sob regime de banco de horas, ficam convalidados os atos praticados anteriormente à promulgação deste Decreto, naquilo que não lhe seja contrário, especialmente o Decreto no 185 de 05 de maio de 2020.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o art. 4º do Decreto 185 de 05 de maio de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, EM 16 DE JUNHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

ANEXO I

REQUERIMENTO

Eu, _____, portador do CPF no _____, Servidor(a) Público(a) ocupante do cargo/função de: _____, lotado(a) no _____, considerando o DECRETO Nº 231/2020 DE 16 DE JUNHO DE 2020, venho solicitar o retorno ao trabalho, a partir do dia ____/____/____.

Nestes termos, peço deferimento.

Nova Itaberaba/SC, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Requerente

De acordo (chefe imediato),

Assinatura/Carimbo do Secretário/Chefe de Departamento/Assessor

DECRETO Nº 234/2020 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2526029

	Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO de Nova Itaberaba Administrativo
--	---

DECRETO Nº 234/2020 DE 16 DE JUNHO DE 2020.

"CONCEDE ADICIONAL INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 1.225/2019 de 12 de Março de 2019, Lei 1.204/2018 de 12 de Setembro de 2018.

CONSIDERANDO: que o servidor passou a atuar na Secretaria Municipal de saúde, para cobrir férias de servidor titular do cargo, atividade considerada insalubre e que lhe dá o direito de recebimento do adicional, conforme LTCAT.

DECRETA:

Art. 1º - FICA concedido o adicional de Insalubridade ao servidor municipal EDMILSON GRANDO, Motorista, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo nacional vigente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de Junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, EM 16 DE JUNHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTOS SOUZA DOS SANTOS
Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO CESAR R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 235/2020 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2526021

DECRETO Nº 235/2020 DE 16 DE JUNHO DE 2020.

“EXONERA SERVIDOR EFETIVO, DECLARA VACÂNCIA DE VAGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar 1.225/2019 de 12 de Março de 2019;

CONSIDERANDO: o pedido de exoneração apresentado pelo servidor;

DECRETA:

ART. 1º - Fica exonerado das funções de Médico Clínico Geral, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, o servidor municipal RAFAEL LUCHETTA, efetivo, com carga horária de 40 horas semanais, admitido pelo Decreto nº 290/2018.

ART. 2º - Declara a vacância da vaga de Médico Clínico Geral - 40 horas semanais.

ART. 3º - Este decreto entra em vigor na de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de Junho de 2020, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 290/2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, SC, EM 16 DE JUNHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO S. DOS SANTOS
Secretário de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

DECRETO Nº. 233/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2526025

DECRETO Nº. 233/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020

“DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.262/2019 de 17 de dezembro de 2019:

CONSIDERANDO: Que a movimentação de dotação orçamentária é pratica comum nas administrações públicas, muitas vezes sendo feita por Decreto, quando dentro da mesma Unidade Gestora, em outras por lei quando de Unidades Gestoras diversas.

CONSIDERANDO: Que no presente caso movimentou-se orçamento por decreto, no valor de R\$ 33.000,00 (Trinta e três mil reais). Dando

conta de que referido numerário era oriundo do superávit do exercício de 2019, da fonte 03.36 - Salário Educação, entretanto, referido saldo, ao se proceder uma análise contábil, concluiu-se pela sua inexistência, o que importa a anulação orçamentária gerada.

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada a dotação orçamentária, gerada pelo Decreto nº 138/2020, que assim previa:

“Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Unidade Orçamentária 01 Departamento de Educação

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa: 0004 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Projeto/Atividade: 2.031 – AMPLIAÇÃO, REFORMAS E MELHORIAS NAS ESCOLAS

Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta

Fonte: 0.3.36 - Superávit – Salário Educação

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 33.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, decorrerá do disposto no art. 5º, inciso III da Lei Municipal nº 1.262/2019 – LOA, Superávit Financeiro do exercício de 2019, no valor de R\$ 33.000,00 (Trinta e três mil reais) ”

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 138/2020.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 15 DE JUNHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Mun. De Administração

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

LEI Nº 1.279/2020 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2526036

LEI Nº 1.279/2020 DE 16 DE JUNHO DE 2020.

“ALTERA O ART. 1º DA LEI 1.273 DE 30 DE ABRIL DE 2020, QUE ALTEROU O ART. 3º DA LEI 1.188 DE 10 DE MAIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores de Nova Itaberaba VOTOU e APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte:

LEI:

Art. 1º – Fica alterado o art. 1º da Lei 1.273 de 30 de Abril de 2020, passando a constar da seguinte forma:

“Fica alterado o art. 3º da Lei 1.188 de 10 de Maio de 2018, passando a constar da seguinte forma: “Art. 3º A competência para condução dos processos administrativos de responsabilização das pessoas jurídicas da administração direta e das entidades da administração indireta do município, serão da Unidade Central de Controle Interno, assessorado pelo departamento jurídico municipal, que formarão o processo para que o mesmo seja instaurado pelo Prefeito.”

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – SC, EM 16 DE JUNHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário de Administração e Fazenda

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS

Assessor Jurídico

Nova Trento

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 2525043

Retifica Portaria nº 004/2020 "L"

Fica retificada a Portaria nº 004/2020 "L", de 06 de janeiro de 2020, publicada em 13 de janeiro de 2020 no DOM/SC – edição nº 3226, página 1043, passando a vigorar a Portaria nº 004/2020 "L", devidamente retificada, publicada na data de 17/06/2020, por motivo de equívoco na digitação da matrícula do servidor.

Nova Trento, 16 de junho de 2020.

Ivana Regina Cadore
Diretora Recursos Humanos

PORTARIA Nº 004/2020 "L"

Publicação Nº 2525040

PORTARIA Nº 004/2020 "L"

Altera Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os itens I, VIII E XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, de conformidade com o Art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Alterar a Portaria nº 753/2019 que Nomeou o Servidor Público Municipal, AGILSON PEREIRA, matrícula 7271, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Departamento Serviços Descentralizados, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Nova Trento, com 40(quarenta) horas semanais, passando a ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Distrital, de acordo com o disposto no inciso VI do artigo 9º da Lei nº 2.741 de 10 de dezembro de 2019, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 06 de janeiro de 2020.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios/DOM/SC.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal Administração e Finanças

PORTARIA Nº 510/2020

Publicação Nº 2525071

PORTARIA Nº 510/2020

Rescisão de Contrato de Trabalho

Isabel Cristina Cipriani Tell, Secretária Municipal de Educação do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Decreto 095 de 18 de Abril de 2017 e de acordo com o que determina a Cláusula Quinta, inciso IV, do Contrato de Trabalho nº 039/2020, firmado entre as partes,

RESOLVE:

Rescindir o Contrato de Trabalho do Servidor Público Municipal Admitido em Caráter Temporário, PAULO ROBERTO RODRIGUES, matrícula nº 8261, ocupante do cargo de Motorista de Transporte Escolar, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 15 de junho de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de junho de 2020.

Isabel Cristiana Cipriani Tell
Secretária Municipal de Educação

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 511/2020

Publicação Nº 2525995

PORTARIA Nº 511/2020

Concessão de Férias

Rafael Visentainer Adami, Secretário Municipal de Administração e Finanças, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30(trinta) dias, ao Servidor Público Municipal, RINALDO ISAIAS ECCEL, matrícula nº 7111, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe Serviços Transportes Oficiais, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal Comissionado da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 17/06/2020 a 16/07/2020, relativo ao período aquisitivo de 01/04/2020 a 31/03/2021.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de junho de 2020.

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

PORTARIA Nº 512/2020

Publicação Nº 2525996

PORTARIA Nº 512/2020

Rescisão de Contrato de Trabalho

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Decreto 095 de 18 de Abril de 2017 e de acordo com o que determina a Cláusula Quinta, inciso III do Contrato de Trabalho nº 281/2019, firmado entre as partes,

RESOLVE:

Rescindir o Contrato de Trabalho da Servidora Pública Municipal Admitida em Caráter Temporário, DANIELA CRISTINA TIRLONI HASS, matrícula nº 8205, ocupante do cargo de Cirurgião Dentista, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade Básica de Saúde Trinta Réis, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 17 de junho de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de junho de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 513/2020

Publicação Nº 2526001

PORTARIA Nº513/2020

Admissão em caráter temporário

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas com Decreto nº 095 de 18 de abril de 2017, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2019, de 01/07/2019, homologado em 02/09/2019, convocada conforme Decreto nº 086/2020, DANIELA CRISTINA TIRLONI HASS, matrícula nº 8382, para exercer o cargo de Cirurgião Dentista, com 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Unidade Básica de Saúde Besenello, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 17 de junho de 2020 a 16 de junho de 2021, por motivo de vacância do cargo do titular (Portaria nº 482/2020).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de junho de 2020.

Adauton Raulino

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Rafael Visentainer Adami

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 151/2020**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, ADAUTON RAULINO, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 030.380.110-08, RG nº 3.355.628, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 599, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora DANIELA CRISTINA TIRLONI HASS, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Giacomo Polli, s/nº, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 083.160.969-94, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Cirurgião Dentista, com 40(quarenta) horas semanais, para atuar na Unidade Básica de Saúde do Besenello, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 17 de junho de 2020 a 16 de junho de 2021, por motivo de vacância do cargo do titular (Portaria nº 482/2020).

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato 151/2020)

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08(oito) horas diárias, totalizando 40(quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 17 de junho de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Mun. Saúde e Desenvol. Comunitário

Daniela Cristina Tirloni Hass
Contratada

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHAS:

Francielli Sabrina Andrietti
Assist. Adm./Assessor Adm.
CPF: 076.577.989-71

Rafael Diego Mathias
Assist. Adm/ Assessor Adm.
CPF: 040.788.629-00

PRIMEIRO ADITIVO - CONTRATO Nº 088/2019

Publicação Nº 2524692

TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 088/2019**

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica Direito Público Interno, inscrita no CNPJ Nº 82.925.025/0001-60, estabelecida na Rua Santo Inácio 126, Praça Del Comune – Centro – representado pelo Sr. Prefeito Municipal GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, doravante denominado de "CONTRATANTE" e, de outro, a empresa REZZINITECH PRODUTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA com sede à Rua Independência, nº 253, Trinta Réis, Nova Trento/SC, e registro no CNPJ - MF. sob o Nº 19.374.707/0001-96, neste ato representada pelo senhor Rodrigo André Rezzini, inscrito no CPF sob o Nº 054.383.209-00, doravante denominado "CONTRATADA" firmam o presente CONTRATO para execução do objeto abaixo, sujeitando-se às normas da Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato de nº 088/2019, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste contrato a Contratação de serviços especializados na área de Tecnologia da Informação – T.I., visando o atendimento das necessidades da Prefeitura de Nova Trento e todas as suas Secretarias, conforme Projeto Básico constante do Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

Fica alterada a Cláusula Segunda do Contrato nº 088/2019, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 10 de junho de 2021 (Vigência: 11/06/2020 até 10/06/2021), tendo validade por mais 12 meses, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 57, II da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato nº 088/2019, para alteração de valor, devido a aplicação do índice de reajuste INPC (2,46 %) sobre o valor do Contrato inicial, que passará a ser de R\$ 3.278,72 (três mil, duzentos e setenta e oito reais e setenta e dois centavos) mensais, totalizando a importância de R\$ 39.344,64 (trinta e nove mil, trezentos e quarenta e quatro reais, sessenta e quatro centavos), obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 088/2019, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 08 de junho de 2020.

Gian Francesco Voltolini Prefeito Contratante	REZZINITECH PRODUTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA Contratada
---	--

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Testemunhas:

1. _____
Aprígio José Botameli2. _____
Fábio de Freitas**SAMAE - Nova Trento****CONTRATO ANDRADE & AMORIM ENGENHARIA LTDA 00029/2020**

Publicação Nº 2525094

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO
CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, nº 356
C.E.P.: 88270-000 -Nova Trento -SC
Mês/Ano da Assinatura: ABRIL/2020

Resumo dos Instrumentos do Contrato

Contratado: ANDRADE & AMORIM ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 22.853.624/0001-94
Modalidade: CARTA CONVITE/Compras e Serviços
Número da Licitação: 2/2020 – CV Número do Processo: 14/2020
Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: 00029/2020
Fundamento Legal: 8666/93
Decreto Municipal: nº 054/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE CAPTAÇÃO, BEM COMO A CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA A CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DE ÁGUA BRUTA PARA REFORÇAR O ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA ETA-1, LOCALIZADA NA VASCA – NO BAIRRO TRINTA RÉIS, PARA USO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, NA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA, VISANDO ATENDER A DEMANDA DE TODA A CIDADE DO MUNICÍPIO MDE NOVA TRENTO/SC.

Data da Assinatura: 10/06/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 17/06/2020
Vigência: 10/06/2020 a 10/10/2020
Dotação Orçamentaria: 4.4.90.51.98.00.00.00 E 3.3.90.39.99.00.00.00
Valor: 91.254,36 (Noventa e Um mil, Duzentos e Cinquenta e Quatro Reais e Trinta e Seis Centavos).
Forma de Pagamento: 5º dia útil de cada mês

IVA ALESSANDRO FRANZOI
DIRETOR DO SAMAE

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO 2.647 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524748

DECRETO Nº 2.647 de 16 de junho de 2020.

Abre crédito adicional SUPLEMENTAR por excesso de arrecadação e dá outras providências

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 – II, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei Municipal Nº 599 de 14 de outubro de 2019;

CONSIDERANDO: Transferência SUS fundo a fundo, para despesas de custeio.

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto crédito adicional Suplementar por excesso de arrecadação no orçamento vigente, no valor de R\$ 100.000.00 (Cem mil reais) relativo a recursos vinculados:

60.00 – SECRET. DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade. 2.031– Manutenção do fundo municipal de saúde

Elemento de Despesa – 3.3.90-00.01.0072 aplicações diretasR\$ 100.000.00

TOTAL R\$ 100.000.00

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Novo Horizonte – SC.

Em 16 de junho de 2020.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se Aimar Francisco Pavelecini

Publique-se Secretário de Administração e Fazenda

Orleans

PREFEITURA

ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS REFERENTE O PROCESSO Nº 107/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2525352

PROCESSO Nº 107/2020

TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 7/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÕES EM LAJOTA DAS RUAS, JONÉLIO CARRER E HORÁCIO PALADINI LOCALIZADAS NO BAIRRO JARDIM DAS ORQUÍDEAS, CONFORME ANEXO.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:

CONFORME ABERTO OS PRAZOS DE RECURSO, E NÃO HOUVE NENHUMA MANIFESTAÇÃO, FINDO O PRAZO A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DECIDIU POR MARCAR UMA NOVA SESSÃO PARA ESTAR ABRINDO OS ENVELOPES DE PROPOSTAS, NO DIA 19/06/2020 AS 13:30HS.

ORLEANS, 16 DE JUNHO DE 2020

FABIO SALVADOR

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ERRATA 1 PROCESSO Nº 128/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2525764

ERRATA 1 DO PROCESSO Nº 128/2020

Motivo: Alteração na planilha orçamentária após pedido de esclarecimentos e necessidade de reabertura de prazo.

PROCESSO Nº 128/2020

TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGª Nº 8/2020

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE UM TRECHO NA ESTRADA GERAL BARRAÇÃO COM EXTENSÃO 1.110,00M, CONFORME ANEXOS.

Recebimento dos Envelopes de Propostas e Habilitação até o dia: 03/07/2020 às 17h30min.

Abertura dos Envelopes dia: 06/07/2020, às 14h30min.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 16 de Junho de 2020.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

SUSPENSÃO DO PROCESSO Nº 123/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2525887

MUNICÍPIO DE ORLEANS

SETOR JURÍDICO

AVISO DE SUSPENSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2020

Modalidade: Pregão Presencial Nº 32/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO COMPLETA DE TELEFONIA IP E GERENCIAMENTO DE SISTEMA BASEADO EM PABX IP, CONTENDO SOFTWARE NATIVO PARA GERENCIAMENTO DA PLATAFORMA, PARA AS SECRETARIAS E DEPARTAMENTO DESTES MUNICÍPIO CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

Tendo em vista a apresentação das impugnações das empresas Unifique Telecomunicações S.A e Tecnologia, Informação e Comunicação para Todos – TIC4ALL, considerando que as questões eminentemente técnicas demandam de maior análise e tempo para resposta, o município resolve SUSPENDER o certame até o julgamento.

Orleans, 16 de Junho de 2020.

Bianca Durante Bagio

OAB/SC 57.585

Otacílio Costa**PREFEITURA****DEC 2.879/2020**

Publicação Nº 2525913

DECRETO Nº 2.879/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DE 2020 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACÍLIO COSTA.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Otacílio Costa e autorização contida no artigo 14, da Lei Municipal nº 2.743 de 19 de Dezembro de 2019

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto credito adicional suplementar para FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, no orçamento de 2020, no valor de R\$ 20.000,00(vinte mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 2.028– Manutenção Programa Saúde Bucal

19-3190000000000000.0002–AplicaçõesDiretas- R\$ 20.000,00

Total R\$ 20.000,00

Art. 2º. Para atendimento da abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, por conta de anulação de dotações orçamentárias no valor R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme preceitua o artigo 12 da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2743 de 17 de Dezembro de 2019 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 2.028– Manutenção Programa Saúde Bucal

22-3390000000000000.0002–AplicaçõesDiretas- R\$ 20.000,00

Total R\$ 20.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Otacílio Costa, 25de Maio de 2020

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

O presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*), na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal.

Otacílio Costa (SC), 25 de maio de 2020

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS

Chefe de Gabinete do Prefeito

DEC 2.880/2020

Publicação Nº 2525914

DECRETO Nº 2.880/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DE 2020 DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE OTACÍLIO COSTA.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Otacílio Costa e autorização contida no artigo 14, da Lei Municipal nº 2.743 de 19 de Dezembro de 2019

DECRETO:

Art. 1º. Fica aberto credito adicional suplementar para FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES , no orçamento de 2020, no valor de R\$ 30.000,00(trinta mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 22 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE OTACÍLIO COSTA

Unidade:01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE OTACÍLIO COSTA

2.082– Manutenção Fundação Municipal de Esportes

05-3191000000000000.0002–AplicaçõesDiretas-ope-intra-orçam R\$ 30.000,00

TotalR\$ 30.000,00

Art. 2º. Para atendimento da abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, por conta de anulação de dotações orçamentárias no valor R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), conforme preceitua o artigo 12 da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2743 de 17 de Dezembro de 2019 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Órgão: 22 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE OTACÍLIO COSTA

Unidade:01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE OTACÍLIO COSTA

2.082– Manutenção Fundação Municipal de Esportes

04-3190000000000000.0000-AplicaçõesDiretas- R\$ 30.000,00
TotalR\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Otacílio Costa, 25 de Maio de 2020

LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

O presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*), na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal.

Otacílio Costa (SC), 25 de maio de 2020

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA 084/2020

Publicação Nº 2525917

PORTARIA Nº 084/2020

INTERROMPE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO CONCEDIDA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, SRA. CLAUDIA APARECIDA DA SILVA

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos I e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, que a servidora Claudia Aparecida da Silva, Agente Operacional, requereu licença sem vencimentos, sendo deferido o seu pedido por meio da Portaria nº 097 de 26 de abril de 2019,

CONSIDERANDO, que a servidora supracitada requereu cancelamento da sua licença a fim de reintegrar a suas funções a partir de 01 de junho de 2020, através do Protocolo nº 1624.0183744,

RESOLVE:

Art. 1º. Cancelar a LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO, na forma do art. 71, da Lei Complementar nº 45/03, da servidora pública municipal, Sra. CLÁUDIA APARECIDA DA SILVA, ocupante do cargo de AGENTE OPERACIONAL, devendo esta retornar as suas funções.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário, em especial a portaria nº 097/2019.

Otacílio Costa (SC), 01 de junho de 2020

LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 01 de junho de 2020

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

Ouro

PREFEITURA

TP 0008/2020

Publicação Nº 2525304

MUNICÍPIO DE OURO / SC

Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 0008/2020

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 07/07/2020, às 14:00 horas, o Processo Licitatório n. 0048/2020, na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 0008/2020, tipo menor preço global, sob o regime de execução imediata. Objeto: A presente licitação visa contratação de empresa especializada para pavimentação em C.A.U.Q. – Concreto Asfáltico Usinado a Quente, em parte da Rua Presidente Costa e Silva e em parte da Rua Raimundo Bernardi, ambas no Bairro Parque e Jardim Ouro, tudo conforme constante no memorial descritivo e especificações técnicas que compõem o anexo I e seus Itens, do edital. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br; licitacao2@ouro.sc.gov.br; www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 16/06/2020. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

Ouro Verde

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 038

Publicação Nº 2525416

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº038/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº007/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE HORAS DE CONSULTORIA DESTINADAS AOS PRODUTORES RURAIS E AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MUNICIPIO DE OURO VERDE/SC. Valor certo e ajustado de R\$: 10.560,00 (dez mil quinhentos e sessenta reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 16 de junho de 2020. Amélio Remor Junior- Prefeito Municipal

Paial

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 033-2020 PP 014-2020

Publicação N° 2524763

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PAIAL, Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, TORNA PÚBLICO que realizará o certame licitatório acima mencionado, conforme o objeto e demais indicações a seguir, na forma consubstanciada nas cláusulas deste Edital.

PROCESSO N.º		
033/2020		
MODALIDADE:		N.º:
PREGÃO PRESENCIAL		014/2020
OBJETO:		
Contratação de empresa especializada para fornecimento de sêmen bovino de touro da raça holandês preto e branco e da raça jersey, conforme edital.		
RECEBIMENTO DOS ENVELOPES		
O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 08:45h do dia 26 de Junho de 2020 no Setor de Protocolo desta Prefeitura, sito a Rua Goiás, 400, centro – Paial – SC.		
JULGAMENTO DA PROPOSTAS DE PREÇOS HABILITAÇÃO		
A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS dar-se-á a partir das 09 h do dia 26 de junho de 2020. em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Paial e da PROPOSTA DE PREÇOS no mesmo local e horário, desde que atendido o disposto no inciso III, art. 43 de Lei 8.666/93 em caso contrario a abertura das Propostas se dará após o prazo recursal previsto no art. 109 da Lei 8.666/93.		
LOCAL DE RETIRADA DO EDITAL E OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES		
Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3451-0045, ou diretamente no Setor Administrativo da Prefeitura Municipal de PAIAL, Rua Goiás nº 400, Centro e ainda no site: www.paial.sc.gov.br		
Declaro que a presente Licitação foi disponibilizada no Site: www.paial.sc.gov.br em 16/06/2020 AMAURO JOSE AUZILIERO	Declaro que a presente Licitação foi Publicada no Mural Publico desta Prefeitura Municipal em 16/06/2020 RENAN VIZZOTO	

Paial – SC, 16 DE JUNHO de 2019.
NÉVIO ANTONIO MORTARI
Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

AVISO CHAMADA PÚBLICA 004 - SESP

Publicação Nº 2525656

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO
CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2020
REGULARIZAÇÃO DE SEPULTURAS NO CEMITÉRIO "SENHOR BOM JESUS DE NAZARÉ" NO BAIRRO PASSA VINTE

O Município de Palhoça torna público o Edital nº 004/2020 de Notificação e Chamamento Público, de 18 de JUNHO a 20 de JULHO, de familiares de pessoas sepultadas ou responsáveis por sepulturas, carneiras, túmulos e/ou jazigos abandonados e/ou em estado de abandono, sem identificação ou visitação de familiares ou terceiros, no Cemitério Municipal "Senhor Bom Jesus de Nazaré", localizado no Bairro Passa Vinte, para proceder à atualização de cadastro e regularização dos locais de sepultamento fazendo agendamento no telefone (48) 98446-1328 (Cristina) ou diretamente no Cemitério "Senhor Bom Jesus de Nazaré", localizado na rua Cecílio Antônio Leal, 97 - Passa Vinte, Palhoça - SC, de segunda a sexta-feira, das 08h às 11h30 e das 14h às 18. Mais informações: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 16 de junho de 2020. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 115/2020

Publicação Nº 2525595

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 115/2020

Espécie: DISPENSA DE LICITAÇÃO com fundamento no art. 24, XIII, da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Favorecidos: FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS – FIPE.

Objeto: contratação de empresa especializada para atuar como VERIFICADOR INDEPENDENTE na aferição do desempenho da CONCESSIONÁRIA do Contrato n.º 118/2020 celebrado entre o Município de Palhoça e a Concessionária Qluz Concessionária de Iluminação Pública SPE S.A. O serviço consiste nas premissas apresentadas no edital de Concorrência Pública n.º 175/2018.

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 115/2020.

VIGÊNCIA: 16/06/2020 A 16/06/2021.

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: "57" / "3.3.90.35.01".

VALOR TOTAL: O valor total da remuneração do presente contrato para os serviços de prestação continuada é de R\$ 297.600,00 (duzentos e noventa e sete mil e seiscentos reais), a serem pagos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 24.800,00 (vinte e quatro mil e oitocentos reais) cada, contra a entrega dos relatórios, conforme proposta da CONTRATADA anexa no processo de Dispensa de Licitação nº 115/2020, devidamente homologada.

2.2 – Com relação aos valores dos serviços específicos conforme demanda será definida por meio de ordem de compra específica e deverá ser pago do seguinte modo:

ITEM	UNIDADE	VALOR
Consultoria	R\$/Hora	R\$ 324,00
Despesas com deslocamento	Unidade	Por estimativa

* O valor das despesas com deslocamento inclui diárias e passagens aéreas. E, o pagamento será efetuado após apresentação das notas fiscais comprovando as despesas.

Autorização em 03/06/2020.

Ratificada em: 16/06/2020.

CRISTINA SHCWINDEN SCHMIDT

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 49/2020

Publicação Nº 2525310

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 49/2020

CRISTINA SCWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar nº. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

Considerando o Memorando nº 68.885/2019 da Secretaria de Assistência Social.

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Sindicância Investigatória para apurar responsabilidade pelos fatos, nos termos do art. 229, § 2º, I e II da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Presidente da Sindicância que será integrada pelo membro a seguir:

A) MILENE THEODOROVICZ - mat. 210687 - Presidente

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 229, § 4º da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 30 dias.

Palhoça - SC, em 02 de junho de 2020.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 50/2020

Publicação Nº 2525317

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 50/2020

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar nº. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

Considerando o Memorando nº 65.573/2019 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Sindicância Investigatória para apurar responsabilidade pelos fatos, nos termos do art. 229 § 2º, I e II da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Presidente da Sindicância que será integrada pelo membro a seguir:

A) MILENE THEODOROVICZ - mat. 210687 - Presidente

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 229, § 4º da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 30 dias.

Palhoça - SC, em 29 de maio de 2020.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 57/2020

Publicação Nº 2525325

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA N. 57/2020

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 31º, inciso IV, alínea K, da Lei Complementar n. 235/2016 combinado com o artigo 227 § 2º da Lei Complementar n. 96/2010.

Considerando o Memorando nº 29.238/2019 e 14.489/2020 da Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como arguido a servidora pública T. de S. nos termos do art. 233 a 235 da Lei Complementar nº. 96, de 15 de dezembro de 2010, haja vista que a servidora supostamente, é inassídua e impontual, apresentando ineficiência desidiosa no exercício de suas funções.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que vão a seguir individuados:

- A) ROSI MARIA VARELLA– mat. 801097- Presidente
- B) MILENE THEODOROVICZ – mat. 210687 – Secretária
- C) GUILHERME AGUIAR LOPES – mat. 3745134

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

3.1 A Não conclusão do Processo Administrativo Disciplinar no prazo, não determinará nulidade, salvo prejuízo ao servidor.

Palhoça - SC, em 08 de junho de 2020.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 58/2020

Publicação Nº 2525319

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA N. 58/2020

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 31º, inciso IV, alínea K, da Lei Complementar n. 235/2016 combinado com o artigo 227 § 2º da Lei Complementar n. 96/2010.

Considerando o Memorando nº 56.476/2017 e Memorando nº 31.048/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como arguido a servidora pública H. S. de A. nos termos do art. 233 a 235 da Lei Complementar nº. 96, de 15 de dezembro de 2010, haja vista que a servidora supostamente, é inassídua; desrespeitou ordens superiores.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que vão a seguir individuados:

- A) ROSI MARIA VARELLA– mat. 801097- Presidente
- B) MILENE THEODOROVICZ – mat. 210687 – Secretária
- C) MAIKON ABENI RAULINO– mat. 400734 – Vogal

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

3.1 A Não conclusão do Processo Administrativo Disciplinar no prazo, não determinará nulidade, salvo prejuízo ao servidor.

Palhoça - SC, em 09 de junho de 2020.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 60/2020

Publicação N° 2525326

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA N° 60/2020

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar nº. 149/2013 combinado com o artigo 227 §2º da Lei Complementar nº. 096/2010.

Considerando o Memorando nº 30.475/2020 da Procuradoria Geral do Município.

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Sindicância Investigatória para apurar responsabilidade pelos fatos, nos termos do art. 229 § 2º, I e II da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Presidente da Sindicância que será integrada pelo membro a seguir:

A) MILENE THEODOROVICZ - mat. 210687 - Presidente

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 229, § 4º da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 30 dias.

Palhoça - SC, em 10 de junho de 2020.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

RESULTADO PREGÃO 106/2020

Publicação N° 2526005

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 106/2020

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO N° 106/2020, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de medicamentos para distribuição nas Farmácias Básicas Municipais e para uso nos atendimentos das Unidades da rede Municipal de Saúde.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 3, 7, 9 e 13, totalizando R\$221.548,00 (duzentos e vinte e um mil e quinhentos e quarenta e oito reais);

ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 04 e 05, totalizando R\$153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais);

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA ficou classificada em 1º lugar no item 11, totalizando R\$128.400,00 (cento e vinte e oito mil e quatrocentos reais);

SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ficou classificada em 1º lugar no item 12, totalizando R\$16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais).

Palhoça, 17 de junho de 2020.

RESULTADO PREGÃO N° 032/2020

Publicação N° 2525252

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 032/2020

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2020, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa para fornecimento de tintas para sinalização viária bem como sinalizações verticais e serviço de pintura de vias Municipais, conforme prevê o CTB, através de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA ficou classificada em 1º lugar nos lotes 01, 02, 03 e 04, totalizando R\$ R\$2.054.205,80 (dois milhões cinq-enta e quatro mil duzentos e cinco reais e oitenta centavos)

Palhoça, 16 de junho de 2020.

RESULTADO PREGÃO Nº 107/2020

Publicação Nº 2525404

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 107/2020

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2020, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de mudas de plantas, insumos e ferramentas de jardinagem, para uso do Horto Florestal de Palhoça, através de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

JB COMERCIO DE INSUMOS E SUBSTRATOS LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 07 e 09, totalizando R\$ R\$13.650,00 (treze mil e seiscentos e cinq-enta reais).

Palhoça, 16 de junho de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO DE EDITAL. PREGÃO ELETRÔNICO N. 08/2020.

Publicação Nº 2525985

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº09/2020

OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP).

Trata-se de pedido de impugnação formulado pela empresa TELEFÔNICA BRASIL S/A (CNPJ 02.558.157/0001-62) ao edital do PREGÃO ELETRÔNICO n. 08/2020, em tramitação nesta Casa Legislativa.

Nos termos do item 20 do edital, conheço da solicitação por tempestiva, e torno público seu teor e decisão.

DA IMPUGNAÇÃO

A Impugnante irressigna-se em três pontos do edital, quais sejam:

1. Questionamento acerca da cláusula contratual referente ao pagamento;
2. Questionamento acerca das especificações técnicas constantes na descrição do objeto;
3. Omissão quanto à informação do envio dos documentos originais.

DA ANÁLISE DO PEDIDO

1. Do questionamento acerca da cláusula contratual referente ao pagamento;

A minuta do contrato trata dos questionamentos, quais sejam:

FORMA: pela apresentação da fatura para pagamento, conforme subitem 10.1.

PRAZO: a fatura deve ser apresentada 5 antes do vencimento, conforme subitem 10.1. Logo o pagamento será realizado dentro do prazo conforme preconiza o art. 40, inc. XIV, alínea "a" da Lei 8.666/93

MEIO DE PAGAMENTO: por fatura

2. Do questionamento acerca das especificações técnicas constantes na descrição do objeto;

Na data de 15 de junho de 2020, após o pedido de esclarecimentos impetrado por parte da empresa TELEFÔNICA BRASIL, foi publicada a ERRATA n. 01/2020, retirando a previsão de velocidade mínima de download do edital e alterando a data da sessão pública, perdendo assim, o objeto de questionamento.

3. Da omissão quanto à informação do envio dos documentos originais.

O edital prevê, nos itens 16.2.1 e 16.2.2, o seguinte:

"16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite

do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento."

"16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração."

Portanto, há meio alternativo para o envio da documentação (eletrônico), além da possibilidade de dilatação do prazo.

DA CONCLUSÃO

Portanto, conheço do pedido de impugnação por tempestivo, e no mérito, com lastro em todo o exposto, nego-lhe provimento, mantendo em sua plenitude, todos os termos do edital já retificado, e por consequência, a abertura do certame na data de 26 de junho de 2020, às 10h, conforme disposto no instrumento convocatório retificado.

Palhoça, 16 de junho de 2020.

DELEON DE SOUSA

Pregoeiro

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2019**

Publicação Nº 2525372

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2019 –
Pregão Presencial 70/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e
a empresa: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE
MEDICAMENTOS LTDA. - OBJETO: Aquisição de
medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas
contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias
Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos
da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e Centro de Castração Animal.
DATA: 10/06/2019 à 09/06/2020.

Fornecedor: 755087 - MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
14	74222 - Budesonida 32 mcg por dose, aerossol nasal, frasco com 120 doses	FRS	200,	0,	R\$13,25	R\$0,00	R\$2.650,00
30	3334 - Cloridrato de ondansetrona 2 mg, injetável c/ 2 ml	AMP	0,	0,	R\$1,14	R\$0,00	R\$0,00
36	74228 - Dexametasona 4mg + cianocobalamina 55mg + tiamina 100 mg + piridoxina 100, ampola I de vitaminas e ampola II com dexametasona	AMP	20.000,	0,	R\$6,36	R\$0,00	R\$127.200,00
39	71224 - Diosmina 450mg + hesperidina 50mg, cx com 30cp	CX	60,	0,	R\$10,50	R\$0,00	R\$630,00
88	64012 - Pregabalina 150mg c/28 comp.	CX	0,	0,	R\$70,42	R\$0,00	R\$0,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2019

Publicação Nº 2525374

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2019 –
Pregão Presencial 70/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e
a empresa: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES
LTDA. - OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento
de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para
distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e
para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e Centro
de Castração Animal.

DATA: 10/06/2019 à 09/06/2020.

Fornecedor: 1593781 - DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
4	2656 - Alendronato de sódio 70 mg,	COMP	34.000,	R\$0,18	R\$6.120,00
6	1635 - Amiodarona 200mg	COMP	0,	R\$0,539	R\$0,00
7	68198 - Amoxicilina 500mg - acondicionado de forma unitarizada, constando em cada unidade de comprimido, delimitada por picote, a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade - blister fracionável.	CPS	0,	R\$0,29	R\$0,00
18	74225 - Carbamazepina xarope 20mg/ml, frasco 100ml	FRS	2.150,	R\$9,95	R\$21.392,50
21	74226 - Ceftriaxona sódica 1G, solução injetável endovenosa	FRS	0,	R\$7,99	R\$0,00
24	68213 - Ciprofloxacino cloridrato, 500 mg-acondicionado de forma unitarizada, constando em cada unidade de comprimido, delimitada por picote, a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade - blister fracionável.	COMP	129.000,	R\$0,342	R\$44.118,00
67	3171 - Losartana potássica 50mg	COMP	0,	R\$0,063	R\$0,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2019

Publicação Nº 2525376

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2019 –
Pregão Presencial 70/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e
a empresa: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS
LTDA. - OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento
de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para
distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e
para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e Centro
de Castração Animal.
DATA: 10/06/2019 à 09/06/2020.

Fornecedor: 1641042 - CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
25	2318 - CLARITROMICINA 500 mg	COMP	27.600,	R\$2,325	R\$64.170,00
78	64007 - Mononitrato de isossorbida 10mg/ml, ampolas de 1 ml	AMP	100,	R\$1,92	R\$192,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2019

Publicação Nº 2525378

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2019 –
Pregão Presencial 70/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e
a empresa: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS
FARMACÊUTICOS LTDA. - OBJETO: Aquisição de
medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas
contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias
Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos
da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e Centro de Castração Animal.
DATA: 10/06/2019 à 09/06/2020.

Fornecedor: 1964372 - CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
11	68206 - Betaxolol, cloridrato, 0,5%, solução oftálmica, frasco com 5 ml (5mg/ml)	FRS	14,	R\$15,78	R\$220,92
32	1887 - Cloridrato de clorpromazina 25mg.	COMP	0,	R\$0,19	R\$0,00
33	68217 - Codeína, 30mg	COMP	500.000,	R\$0,748	R\$374.000,00
43	66492 - Etomidato, 2mg/mL, solução injetável, ampola 10mL	AMP	300,	R\$9,99	R\$2.997,00
54	1690 - Haloperidol 5mg	COMP	0,	R\$0,18	R\$0,00
55	57977 - Hidralazina 20mg c/1ml	AMP	1.200,	R\$4,41	R\$5.292,00
86	68306 - Prednisona, 20 mg - acondicionado de forma unitarizada, constando em cada unidade de comprimido, delimitada por picote, a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade - blister fracionável.	COMP	0,	R\$0,23	R\$0,00
87	68308 - Prednisona, 5 mg - acondicionado de forma unitarizada, constando em cada unidade de comprimido, delimitada por picote, a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade - blister fracionável.	COMP	0,	R\$0,15	R\$0,00
90	60875 - Propofol 10mg/ml, frasco de 20 ml	FRS	0,	R\$12,59	R\$0,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2019

Publicação Nº 2525381

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2019 –
Pregão Presencial 70/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e
a empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS
LTDA. - OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento
de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para
distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e
para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e Centro
de Castração Animal.
DATA: 10/06/2019 à 09/06/2020.

Fornecedor: 3536564 - PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
1	1655 - Ácido Fólico 5mg	COMP	250.000,	R\$0,035	R\$8.750,00
3	68196 - Água destilada, estéril e apirogênica, 10 ml injetável	AMP	62.000,	R\$0,14	R\$8.680,00
8	2309 - Amoxilina+Ácido clavulâmico 500/125 mg	COMP	35.043,	R\$0,87	R\$30.487,41
23	66489 - Ciprofloxacino 2mg/mL solução injetável, frasco 200mL.	AMP	0,	R\$48,00	R\$0,00
27	71221 - Cloreto de sódio 0,9%, solução nasal, frasco com 50ml	FRS	3.900,	R\$2,88	R\$11.232,00
45	74244 - Flunitrazepam, 1mg, (Rohydorm, Rohypnol)	COMP	1.200,	R\$0,4417	R\$530,04
50	2169 - Glicose 25% 10ml	AMP	2.400,	R\$0,19	R\$456,00
70	1592 - Metformina 850mg	COMP	100.000,	R\$0,0524	R\$5.240,00
71	1567 - Metronidazol 250mg	COMP	82.761,4433	R\$0,097	R\$8.027,86
89	64013 - Pregabalina 75mg c/28 comp.	CX	15,	R\$23,75	R\$356,25
101	71254 - Sulfato de Polimixina + Sulfato de Neomicina + Fluocinolona, Acetonida + Cloridrato de Lidocaína (10.000 UI + 3,5mg/mL + 0,25mg/mL + 20mg/mL) - Frasco 5mL - Solução Otológica	FRS	50.000,	R\$1,739	R\$86.950,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2019

Publicação Nº 2525385

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2019 –
Pregão Presencial 70/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e
a empresa: CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS
HOSPITALARES LTDA. - OBJETO: Aquisição de medicamentos
para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município
de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede
Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU,
CEAP, CAPS e Centro de Castração Animal.

Fornecedor: 3564223 - CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
13	74182 - Budesonida 64 mcg por dose, aerossol nasal, frasco com 120 doses	FRS	0,	R\$21,90	R\$0,00
65	64002 - Lidocaina geléia 20mg/g tubo 30g	TB	8.700,	R\$2,299	R\$20.001,30
72	3590 - Metronidazol 4% suspensão, frasco com 100 ml.	FRS	2.450,	R\$6,20	R\$15.190,00
85	71241 - Permetrina 5% loção frasco com 60mL	FRS	8.500,	R\$2,336	R\$19.856,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2019

Publicação Nº 2525388

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2019 –
Pregão Presencial 70/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e
a empresa: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR
LTDA. - OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento
de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para
distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e
para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e Centro
de Castração Animal.

DATA: 10/06/2019 à 09/06/2020.

Fornecedor: 3584976 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
12	63983 - Brometo de ipratrópio 0,25mg/ml sol inal. 20ml	FRS	600,	R\$0,6599	R\$395,94
28	3479 - Cloridrato de bupropiona 150 mg, caixa com 60 comp.	CX	20,	R\$29,382	R\$587,64
34	74227 - Complexo B, composição básica vitaminas B1+B6+B12, solução injetável, ampola com 2 ml.	AMP	400,	R\$0,75	R\$300,00
52	68263 - Glimepirida, 4 mg	COMP	640,	R\$0,195	R\$124,80
84	71240 - Paroxetina 20mg	COMP	4.320,	R\$0,234	R\$1.010,88
91	2552 - Risperidona 2 mg	COMP	184.000,	R\$0,1123	R\$20.663,20
92	71242 - Risperidona, 3mg	COMP	190.000,	R\$0,1899	R\$36.081,00
95	66118 - Seretide diskus 50/500mcg c/ 60 doses	CX	0,	R\$162,80	R\$0,00
100	1538 - Sulfadiazina 500mg	COMP	0,	R\$0,2216	R\$0,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2019

Publicação Nº 2525390

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2019 –
Pregão Presencial 70/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e
a empresa: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. -
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações
Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para
distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e
para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e Centro
de Castração Animal.
DATA: 10/06/2019 à 09/06/2020.

Fornecedor: 3589315 - SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
2	2745 - Acido fólico 15 mg	COMP	0,	R\$1,20	R\$0,00
17	1878 - Captopril 25 mg.	COMP	0,	R\$0,02	R\$0,00
37	1679 - Diazepam 10mg	COMP	0,	R\$0,0798	R\$0,00
38	3101 - Digoxina elixir, frasco com 60 ml	FRS	100,	R\$6,9281	R\$692,81
49	63995 - Gliconato de cálcio 100mg/ml, frascos de 10 ml, injetável	FRS	200,	R\$1,43	R\$286,00
61	3163 - Isossorbida, dinitrato 5mg sublingua.	COMP	82.400,	R\$0,2205	R\$18.169,20
62	64000 - Latanoprost + maleato de timolol 50mcg+5mg/ml oftal 2,5ml	FRS	47,	R\$36,00	R\$1.692,00
63	64001 - Latanoprost 50mcg sol. Oftálmica 2,5ml	FRS	28,	R\$19,90	R\$557,20
64	64073 - Lidocaina 20 mg + epinefrina 0,005mg, ampola com 20 ml.	AMP	2.000,	R\$2,47	R\$4.940,00
75	66519 - Miconazol creme dermatológico (20mg/g) tubo com 28g	TB	5.800,	R\$1,68	R\$9.744,00
82	71239 - Óleo Mineral 100% c/100mL	FRS	13.900,	R\$1,86	R\$25.854,00
94	3453 - Salbutamol 100mcg aerossol c/200 doses	FRS	0,	R\$6,615	R\$0,00
99	74253 - Suxametônio Cloreto de 100mg , injetável	AMP	10,00069	R\$8,6814	R\$86,82

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 60/2019

Publicação N° 2525393

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 60/2019 –
Pregão Presencial 70/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e
a empresa: CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD.
HOSPITALARES LTDA. - OBJETO: Aquisição de medicamentos
para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município
de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede
Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU,
CEAP, CAPS e Centro de Castração Animal.
DATA: 10/06/2019 à 09/06/2020.

Fornecedor: 3594211 - CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
29	71220 - Cloridrato de Fexofenadina 180mg	COMP	880,	R\$1,00	R\$880,00
80	64074 - Nifedipino 10mg	COMP	0,	R\$0,0295	R\$0,00
81	2887 - Nortriptilina 25mg	COMP	229.000,	R\$0,198	R\$45.342,00
96	74252 - Sertralina cloridrato, 50mg	COMP	0,	R\$0,115	R\$0,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2019

Publicação Nº 2525395

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2019 –
Pregão Presencial 70/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e
a empresa: ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE
PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - OBJETO: Aquisição de
medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas
contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias
Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos
da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e Centro de Castração Animal.
DATA: 10/06/2019 à 09/06/2020.

Fornecedor: 3777510 - ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
19	66487 - Carvedilol 12,5mg.	COMP	10,	114.990,	R\$0,11	R\$12.648,90	R\$1,10
20	2566 - Carvedilol 25 mg	COMP	20,	3.900,	R\$0,1375	R\$536,25	R\$2,75

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2019

Publicação Nº 2525397

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2019 –
Pregão Presencial 70/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e
a empresa: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS
LTDA. - OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento
de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para
distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e
para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e Centro
de Castração Animal.

DATA: 10/06/2019 à 09/06/2020.

Fornecedor: 3846237 - INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
22	63984 - Cetoconazol xampu 20mg/g frasco 100ml	FRS	1.170,	R\$4,31	R\$5.042,70
26	3216 - Clonazepam 2,5mg/ml, frasco com 20ml.	FRS	100,	R\$1,82	R\$182,00
40	71225 - Dipirona 500mg/ml solução injetável, ampola 2ml	AMP	48.000,	R\$0,4878	R\$23.414,40
44	74243 - Fluconazol, 150mg, blister com 2 cápsula.	CPS	138.000,	R\$0,27	R\$37.260,00
48	1968 - Furosemida 40mg.	COMP	0,	R\$0,035	R\$0,00
51	60886 - Glicose 50%, ampolas de 10ml.	AMP	600,	R\$0,2244	R\$134,64
56	2326 - Ibuprofeno 300 mg	COMP	500.000,	R\$0,1289	R\$64.450,00
68	66518 - Manitol 20%, solução injetável, sistema fechado, bolsa com 250mL	FRS	252,	R\$3,89	R\$980,28
74	74247 - Miconazol 20mg/g creme vaginal, tubo com 80gr e com no mínimo 7 aplicadores.	TB	26.000,	R\$5,84	R\$151.840,00
107	74254 - Vitamina B1 300 mg (Tiamina)	COMP	200.000,	R\$0,18	R\$36.000,00
108	74255 - Vitamina K 10mg/ml, ampolas de 1 ml (Fitomenadiona)	AMP	100,	R\$1,10	R\$110,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 63/2019

Publicação N° 2525401

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 63/2019 –
Pregão Presencial 70/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e
a empresa: INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI EPP. -
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações
Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para
distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e
para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e Centro
de Castração Animal.
DATA: 10/06/2019 à 09/06/2020.

Fornecedor: 3964302 - INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
57	71228 - Insulina asparte (Novorapid) 100UI/mL, caixa com 5 refis com 3mL (penfill ou flexpen)	CX	4,	R\$141,70	R\$566,80

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA**PORTARIA Nº 050/2020**

Publicação Nº 2525456

PORTARIA Nº 050/2020

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c § 5º do art. 40 da Constituição Federal, respaldado no Inciso II do Art. 36 da EC 103/2019 e declara a vacância do cargo público da servidora Simone Zenir Bernardes.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c § 5º do art. 40 da Constituição Federal, respaldado no Inciso II do Art. 36 da EC 103/2019, a servidora Simone Zenir Bernardes, detentora da matrícula funcional nº 127063-02, inscrita no CPF sob o nº 803.112.709-30 e no PIS/PASEP sob o nº 123.478.498-26, lotada na Secretaria Municipal da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor da Educação Infantil – Nível: DOC 3 - Letra: M, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único À revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 – Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/06/2020, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, 16 de junho de 2020.

Milton Luiz Espindola
Presidente do IPPA

Maria Terezinha Broering Fernandes
Técnico Previdenciário
Matricula 300155-01

IPPA/mtbf

PORTARIA Nº 051/2020

Publicação Nº 2525474

PORTARIA Nº 051/2020

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, respaldado no Inciso II do art. 36 da EC 103/2019, declara a vacância do cargo público da servidora Lenita Althoff.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, respaldado no Inciso II do art. 36 da EC 103/2019 a servidora Lenita Althoff, detentora da matrícula funcional nº 800051-01, inscrita no CPF sob o nº 509.397.009-30 e no PIS/PASEP sob o nº 120.397.685-23, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Operacionais, Nível: ANF-B 2, Letra: "G", do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/06/2020, condicionada a sua validade à publicação

no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 16 de junho de 2020.

Milton Luiz Espindola
Presidente do IPPA

Andréa Mara Harger Luckmann Pléticos
Técnico Previdenciário
Matrícula 300169-01

IPPA/mtbf

PORTARIA Nº 052/2020

Publicação Nº 2525482

PORTARIA Nº 052/2020

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, respaldado no Inciso II do art. 36 da EC 103/2019, declara a vacância do cargo público da servidora Rita de Cassia Espindola.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, respaldado no Inciso II do art. 36 da EC 103/2019 a servidora Rita de Cassia Espindola, detentora da matrícula funcional nº 300197-02, inscrita no CPF sob o nº 507.331.769-68 e no PIS/PASEP sob o nº 120.397.687-01, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, Nível: ANMAA 3, Letra: "G", do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/06/2020, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 16 de junho de 2020.

Milton Luiz Espindola
Presidente do IPPA

Maria Eduarda da Rosa Custódio
Técnico Previdenciário
Matrícula 900033-53

IPPA/mtbf

PORTARIA Nº 053/2020

Publicação Nº 2525485

PORTARIA Nº 053/2020

Concede a aposentadoria por invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, §1º, inciso I, da Constituição da República, observada a modificação determinada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, respaldado no Inciso II do art. 36 da EC 103/2019 e do art. 1º da Lei Federal nº 10887/04 e declara a vacância do cargo público da servidora Aglaia Gisela Coêlho da Silva.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, §1º, inciso I, da Constituição da República, observada a modificação determinada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1.320/01, respaldado no Inciso II do art. 36 da EC 103/2019, a servidora Aglaia Gisela Coêlho da Silva, detentora da matrícula funcional nº 401931-05, inscrita no CPF sob o Nº 455.194.129-87 e no PIS/PASEP sob o nº 180.131.169-35, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo - Nível: ANMAA - 2, Letra: B, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria, em caráter integral ao tempo de contribuição, nos termos do art. 27, inciso

I da Lei Municipal nº 1.320/01, correspondente a 100,00% (cem por cento) da média das contribuições calculada em conformidade com o disposto no art. 1º e seus parágrafos da Lei Federal Nº 10.887/04, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único. A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/06/2020, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 16 de junho de 2020

Milton Luiz Espindola
Presidente do IPPA

Thiago Pedro da Rosa
Técnico previdenciário Matrícula 900049

IPPA/mtbf

PORTARIA Nº 054/2020

Publicação Nº 2525488

PORTARIA Nº 054/2020

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c § 5º do art. 40 da Constituição Federal, respaldado no Inciso II do Art. 36 da EC 103/2019 e declara a vacância do cargo público da servidora Sirlene Silva da Rocha

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c § 5º do art. 40 da Constituição Federal, respaldado no Inciso II do Art. 36 da EC 103/2019, a servidora Sirlene Silva da Rocha, detentora da matrícula funcional nº 122441-02, inscrita no CPF sob o nº 754.560.529-20 e no PIS/PASEP sob o nº 1.706.177.436-1, lotada na Secretaria Municipal da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor da Educação Infantil – Nível: DOC 3 - Letra: G, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único À revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 – Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/06/2020, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, 16 de junho de 2020.

Milton Luiz Espindola
Presidente do IPPA

Andréa Mara Harger Luckmann Pléticos
Técnico Previdenciário
Matrícula 300169-01

IPPA/mtbf

PORTARIA Nº 055/2020

Publicação Nº 2525663

PORTARIA Nº 055/2020

Retifica a Portaria nº 106/2019 e dá outras providências.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve,

Art. 1º - Retificar o caput e o Art. 1º da Portaria nº 106/2019, ou seja, onde se lê "(...) Daiana Assis Debaquer (...)", leia-se "(...)Daiana Assis Debaquer Gonçalves".

Art. 2º As demais disposições contidas na Portaria nº 106/2019 permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/09/2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 16 de junho de 2020.

Milton Luiz Espindola
Presidente do IPPA

PORTARIA Nº 056/2020

Publicação Nº 2525671

PORTARIA Nº 056/2020

Retifica a Portaria nº 103/2019 e dá outras providências.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve,

Art. 1º - Retificar o Art. 1º da Portaria nº 103/2019, ou seja, onde se lê "(...) Secretaria Municipal da Educação (...)", leia-se "(...)Secretaria Municipal de Administração".

Art. 2º Retificar o Art. 2º da Portaria nº 103/2019, ou seja, onde se lê "(...) correspondente a 43,33% (quarenta e três vírgula trinta e três por cento) (...)", leia-se "(...) correspondente a 45,41% (quarenta e cinco vírgula quarenta e um por cento).

Art. 3º As demais disposições contidas na Portaria nº 103/2019 permanecem inalteradas.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/09/2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 16 de junho de 2020.

Milton Luiz Espindola
Presidente do IPPA

PORTARIA Nº 057/2020

Publicação Nº 2525673

PORTARIA Nº 057/2020

Retifica a Portaria nº 049/2017 e dá outras providências.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve,

Art. 1º - Excluir o nome da servidora Laura Maria da Silva Morfim, matrícula 800140, da Portaria 049/2017.

Art. 2º Alterar o provento da servidora Laura Maria da Silva Morfim, matrícula 800140, devido decisão transitada em julgado nos autos da Apelação Cível nº 2012.04.9195-4 conforme abaixo:

Nome	Matrícula	Provento Anterior (Abril 2020)	Provento Atual (maio 2020)
Laura Maria da Silva Morfim	800140	R\$ 3.221,89	R\$ 2.849,45

Art. 3º As demais disposições contidas na Portaria nº 049/2017 permanecem inalteradas.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 01/05/2020, condicionada a sua validade à

publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto n° 1.304/2011.

Palhoça, em 16 de junho de 2020.

Milton Luiz Espindola
Presidente do IPPA

Palma Sola

PREFEITURA

EXTRATO DO S CONTRATOS DE N°. 049/2020 E 050/2020 - PAVIMAR

Publicação N° 2525003

EXTRATO DO CONTRATO N°. 049/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO N°. 70/2020
TOMADA DE PREÇOS N°. 04//2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: PAVIMAR CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

OBJETO: Execução de obra de pavimentação asfáltica em C.A.U.Q (Concreto asfáltico Usinado a Quente) e sinalização Viária da Rua Padre Adelino Benetti, centro, com área a ser pavimentada de 1.369,00 m² e Rua Santa Catarina no Conjunto Habitacional Palmares, com área a ser pavimentada de 1.793,00 m² totalizando uma área de 3.162,00 m² a ser pagos com recurso oriundos do contrato de repasse n°. 896141/2019/MDR/CAIXA, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério de Desenvolvimento Regional, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Palma Sola
VALOR TOTAL: 258.049,39
VIGÊNCIA: 31/12/2020

ASSINATURA: 16/06/2020

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EXTRATO DO CONTRATO N°. 050/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO N°. 71/2020
TOMADA DE PREÇOS N°. 05//2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: PAVIMAR CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

OBJETO: Execução de obra de pavimentação asfáltica em C.A.U.Q (Concreto asfáltico Usinado a Quente) e sinalização Viária da Rua Dona Cecília, centro, com área a ser pavimentada de 1.085,53 m² e Rua Rene Francisco Damo, Centro, com área a ser pavimentada de 1.230,00 m² e prolongamento da Av Catharina Seger, centro com área a ser pavimentada de 366,55 m², Corpo de Bombeiros, centro com área a ser pavimentada de 475,00 m² e faixa elevadas e quebra mola de acordo com a localização dos projetos com área de 262,10 m² totalizando uma área de 3.419,18 m², a ser pago com recursos próprios do município.

VALOR TOTAL: 270.208,52
VIGÊNCIA: 31/12/2020

ASSINATURA: 16/06/2020

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

TERMO DE READEQUAÇÃO DE VALOR - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2020 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2525006



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA
Compras e Contratos

Processo Licitatório **27/2020**
Pregão Presencial **15/2020** – Registro de Preços

Fornecedor: **142522 - A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI - ME**

Item	Produto	Unidade	Novo Valor Unitário
84	5942 - LEITE PASTEURIZADO UHT LONGA VIDA. EMBALAGEM COM 01 LT, CONTENDO: REGISTRO MÍNIMO DO S.I.M. RÓTULO COM IDENTIFICAÇÃO DA ORIGEM DO PRODUTO; INFORMAÇÃO NUTRICIONAL; PESO LÍQUIDO, DATA DE FABRICAÇÃO; PRAZO DE VALIDADE E IDENTIFICAÇÃO DO LOTE.	LT	R\$2,96

Palma Sola, 15 de Junho de 2020.

Palmeira

PREFEITURA

FMS_PL_06_PE_01_2020_REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA REFORMA E PINTURA.

Publicação Nº 2525994

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONVOCAÇÃO DE INTERESSADOS NA LICITAÇÃO/ PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020_FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA – SC, inscrita no CPNJ sob nº. 11.299.998/0001-93, com sede a Rua Alziro Xavier, nº. 80, centro, em Palmeira/SC, representado por sua Prefeita Municipal, Sra. FERNANDA DE SOUZA CORDOVA e pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde Bruna de Jesus Muniz, e por meio da Comissão Permanente de Licitações, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO para REGISTRO DE PREÇO, para fornecimento de serviço de mão de obra para reforma e pintura, conforme especificações deste Edital. Sessão de disputa ocorrerá no dia 01/07/2020. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. Meio de utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, no endereço eletrônico: www.bll.org.br "Acesso Identificado", licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO. A pasta técnica, com o inteiro teor do Edital, poderá ser examinada no endereço supramencionado a partir do dia 17 de junho de 2020, nos endereços eletrônicos: <http://www.bll.org.br> e <http://www.palmeira.sc.gov.br>. Palmeira, 16 de junho de 2020. VIVIANE LOPES GODOY – Pregoeira

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 62/2020

Publicação N° 2525492

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório n° 62/2020. Modalidade: Tomada de Preço 07/2020. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE MELHORIA EM REDE DE ENERGIA ELÉTRICA NA RUA GERTRUD RESENER, MUNICÍPIO DE PALMITOS-SC. Data da entrega dos envelopes: 02/07/2020 até as 08:30 horas. Data da abertura: 02/07/2020 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 16 de Junho de 2020. Mario Alceu Peiter – Prefeito Municipal E. E..

Passo de Torres

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO -PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020

Publicação Nº 2525991

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

AVISO DE LICITAÇÃO -PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por finalidade a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA MANUAL E MECANIZADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC, ALÉM DO TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS MESMOS, CONFORME DESCRIMINADO NO ANEXO I DO EDITAL.

Regime Legal: Lei nº 10.520/2002; Lei nº 8.666/1993 e suas alterações; Lei Complementar nº 123/2006; Decreto Municipal nº 114/2018, demais legislações aplicáveis à espécie, bem como pelas disposições fixadas no Edital e seus anexos.

Entrega e Abertura dos Envelopes: os envelopes deverão ser entregues até às 14:45 horas do dia 30/06/2020 com início do credenciamento e abertura da licitação marcada para as 15h00min, do mesmo dia.

O Edital e maiores informações deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à AV. BEIRA RIO, Nº 20, CENTRO, PASSO DE TORRES – SC, no horário das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

Paulo Lopes**PREFEITURA****DECRETO 38/2020**

Publicação Nº 2525097

DECRETO Nº 38/2020

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, usando das atribuições a ele concedidas pela Lei 1.842 de 11 de dezembro de 2019 - LOA,

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar a dotação abaixo, no limite de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0401 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 56.000,00
12.365.0004.1.013 – Const., Reforma e Ampl. de CEI R\$ 56.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0260.000049 – Aplicações Diretas R\$ 56.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º da Lei 1859/2020 será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais):

0401 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 56.000,00
12.361.0004.2.014 – Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 56.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0260.000049 – Aplicações Diretas R\$ 56.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 17 de junho de 2020.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
Secretária Municipal de Administração

LEI 1859/2020

Publicação Nº 2525000

LEI Nº 1859/2020

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, usando das atribuições a ele concedidas pela Lei 1.842 de 11 de dezembro de 2019 - LOA,

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar a dotação abaixo, no limite de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0401 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 56.000,00
12.365.0004.1.013 – Const., Reforma e Ampl. de CEI R\$ 56.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0260.000049 – Aplicações Diretas R\$ 56.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais):

0401 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 56.000,00
12.361.0004.2.014 – Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 56.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0260.000049 – Aplicações Diretas R\$ 56.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 17 de junho de 2020.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
Secretária Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

043/2020 PMP

Publicação Nº 2525904

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA NAJ EMPREITEIRA LTDA ME PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E REPAROS EM REDE PLUVIAL E DE ESGOTO, PARA FAZER A MANUTENÇÃO DAS RUAS EM TODO O MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 043/2020-PMP de 29/05/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2019-PMP
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2019
HOMOLOGADO EM 30/05/2019

Através do presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa NAJ EMPREITEIRA LTDA ME, estabelecida à Rua Luiz Manoel do Nascimento nº 668, na cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.980.713/0001-12, representada, neste ato pelo Sr. Pedro de Souza, CPF sob o nº 824.411.119-49, Cargo/Função Responsável Legal, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em recuperação e reparos em rede pluvial e de esgoto, para fazer a manutenção das ruas em todo o Município, conforme solicitação nº 403/2019, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Nº	ESPECIFICAÇÃO	UNID DE MEDIDA	QUANT	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Empresa especializada em recuperação e reparos em rede pluvial e de esgoto onde a mesma deverá conter 2(duas) retroescavadeiras, com fornecimento de combustível, 01(um) caminhão toco de 5m³, bem como todo equipamento necessário para execução dos trabalhos, 02(dois) operadores e 08(oito) auxiliares operacionais.	Mês	6	R\$ 69.308,00	R\$ 415.848,00
TOTAL R\$ 415.848,00					

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 415.848,00 (Quatrocentos e Quinze Mil Oitocentos e Quarenta e Oito Reais).

2.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria de Serviços Urbanos, de acordo com as condições do edital e as constantes da proposta vencedora e as demais exigências administrativas em vigor;

2.2 - A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da certidão negativa Federal, Estadual, Municipal e do FGTS;

2.3 - Os pagamentos serão realizados através de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica);

2.4 - Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços poderão ser reajustados anualmente, no que couber, de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor) ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, observada a Legislação Federal que regulamenta o reajustamento dos contratos ou ainda quando comprovadas situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei nº

3.1 - A variação de preço, quando ocorrente e necessária, deverá sempre ser indicada e justificada pela CONTRATADA, e procedida na forma do § 8º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3.2 - O MUNICÍPIO responsabilizar-se-á pelo pagamento do fornecimento resultante de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA

4 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta da dotação:

Órgão: 12 - Secretaria de Serviços Urbanos

Unidade: 03 - Departamento Operacional

Projeto/Atividade: 2.040 - Funcionamento e manutenção do Departamento Operacional

Elemento: 12.03.2.040.3.3.90.39.12.00.00.00 (47/2020)

CLÁUSULA QUINTA

5 – A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - Caberá à CONTRATADA, para a efetiva execução do objeto do presente contrato, pelo valor por hora/homem trabalhada:

- a) disponibilizar o número de homens e maquinários para a execução dos serviços conforme dispõe o termo de referência anexo I do edital.
- b) responsabilizar-se pela mobilização e transporte dos profissionais até o local da prestação de serviço, bem como ao local de origem, sem custos para o Município;
- c) realizar os serviços de acordo com normas técnicas e legislações pertinentes vigentes ao tipo de serviço solicitado, bem como determinações de órgãos competentes, disponibilizando pessoal qualificado para a perfeita execução do objeto;
- d) as despesas com locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, se necessárias, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação de serviços serão de inteira responsabilidade da Empresa Contratada.
- e) executar os serviços conforme a necessidade e solicitação da Secretaria de Serviços Urbanos, contados a partir do recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos;

7.1. O serviços deverão ser realizados a contar do recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, conforme prazos definidos pela Secretaria de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA OITAVA

8 – São obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer o objeto mencionado na Cláusula Primeira e Anexo I, segundo as especificações e normas técnicas adequadas, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) Cumprir a data da entrega do objeto, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- c) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do serviço;
- d) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do serviço prestado, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- e) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- f) A falta do material/produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.
- g) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- h) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- i) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- j) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- k) Responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO;
- l) Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 24 (vinte) horas, caso constatadas divergências nas especificações.
- m) A CONTRATADA, deverá realizar durante a execução do Contrato 2 (dois) testes com emissão de Laudo Técnico de resistência a compressão diametral com certificação pela Rede Brasileira de Calibração do produto, escolhido de forma aleatória, conforme determinação da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, garantindo desta forma a qualidade do material/produto fornecido. Todos os custos referentes à realização dos testes e emissão dos Laudos ficarão por conta da CONTRATADA. O laudo técnico de resistência a compressão diametral, deverá atender a NBR 8890 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente.

CLÁUSULA NONA

9 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.
- c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 - O fornecimento contratado será acompanhado e fiscalizado por funcionário designado pela Secretaria de Serviços Urbanos, a quem caberá fiscalizar os materiais utilizados, com poder de veto.

11.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE: a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes: a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida; b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial; c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, de acordo com o Art. 65, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

18.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

18.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 29 de maio de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração
Contratante

NAJ EMPREITEIRA LTDA ME
Contratado

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:
C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretária Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI

Controle interno

Portaria nº 739/2019

CONTRATO 006/2020 FMT

Publicação Nº 2525243

CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA SILVESTRE SOM - ME, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROPAGANDA DE RUA PARA CAMPANHA DE COMBATE E ORIENTAÇÃO AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), CONFORME DO DECRETO Nº 3506/2020, PARA ATENDER À SOLICITAÇÃO Nº 21/2020 DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO.

CONTRATO Nº 006/2020 - FMT de 16/04/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2020 - FMT

MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2020 - FMT

RATIFICADO EM 16/04/2020

Através do presente instrumento de Contrato firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO DE PENHA, neste ato representada pelo seu Gestor, Sr. CLEBER MARCIEL NEUMANN, brasileiro, Solteiro, inscrito no CPF sob nº 040.233.849-92, residente e domiciliado à Rua Timóteo Perfeito Flores, nº 1800, Gravata, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, SILVESTRE SOM - ME, estabelecida à Rua Sidnei Schulze, nº 532, Bairro Cidade Nova, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 74.486.189/0001-24, CEP: 88308-000, representada neste ato pelo Sr. PEDRO SILVESTRE PAULI, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 746.854 e inscrito no CPF sob o nº 447.299.019-93, residente à Sidnei Schulze, nº 532, Cidade Nova, Itajaí, Santa Catarina, CEP 88.308.000, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93 e alterações, Decreto Estadual 515/2020 e Decretos Municipais 3506/2020, 3507/2020 e 3508/2020 como meio de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19), Justificativa e Solicitação nº 21/2020 do Fundo Municipal de Turismo, (documentos integrantes do Processo de Dispensa).

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente Contrato tem por objeto a Contratação de serviços de sonarização com auxílio de veículo, compreendendo a utilização de 02 (dois) veículos pelo período de 16 (dezesesseis dias). Objetivando a divulgação de informações sobre a interdição ao acesso das praias, aos comércios e prestadores de serviços (hotéis e pousadas) que influenciará diretamente no Setor de Turismo do Município de Penha/SC, conforme decretos municipais nº 3506/2020, 3507/2020 e 3508/2020 como medida de enfrentamento ao novo coronavírus (COVID-19), de acordo com a solicitação nº 21/2020 do fundo Municipal de Turismo.

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 8.800,00 (Oito mil e oitocentos reais), conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR R\$ TOTAL ESTIMADO
01	Contratação de serviços de sonarização com auxílio de veículo, compreendendo a utilização de 02 (dois) veículos pelo período de 16 (dezesesseis dias). Objetivando a divulgação de informações sobre a interdição ao acesso das praias, aos comércios e prestadores de serviços (hotéis e pousadas) que influenciará diretamente no Setor de Turismo do Município de Penha/SC, conforme decretos municipais nº 3506/2020, 3507/2020 e 3508/2020 como medida de enfrentamento ao novo coronavírus (COVID-19), de acordo com a solicitação nº 21/2020 do fundo Municipal de Turismo.	Serviço	1	R\$ 8.800,00	R\$ 8.800,00
	TOTAL			R\$	8.800,00

2.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido por responsável do Fundo Municipal de Turismo.

2.2 - A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável do Fundo Municipal de Turismo, acompanhados das certidões negativa Federal, Estadual, Municipal FGTS e Trabalhista.

2.3 - Os pagamentos serão realizados através de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica).

2.4 - Caso constatada alguma irregularidade na nota fiscal, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as

informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços são fixos e irredutíveis em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28, da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

CLÁUSULA QUARTA

4 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação:

Órgão: 40 - Fundo Municipal de Turismo

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Turismo

Elemento: 50.01.2.076.3.3.90.39.88.00.00.00 (07/2020)

CLÁUSULA QUINTA

5 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - Caberá à CONTRATADA, fornecer o objeto de forma imediata, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade do Fundo Municipal de Turismo de Penha.

CLÁUSULA OITAVA

8 - O presente contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA

9 - São obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer o objeto mencionado na Cláusula Primeira, segundo as especificações, normas técnicas adequadas e legislação vigente, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) Cumprir as datas e horários para execução dos serviços, não sendo aceito aqueles que foram executados em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- c) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;
- d) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- e) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- f) A falta de mão de obra, equipamento e ou materiais que sejam necessários à execução do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;
- g) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- h) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- i) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- j) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- k) Responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - As partes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

10.1 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 - Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.
- c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02 (dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 - O fornecimento do material serão acompanhados e fiscalizados por responsável do Fundo Municipal de Turismo, a quem caberá fiscalizar com poder de veto.

12.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

- a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes:

- a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, de acordo disposto no Art. 65, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

18.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

18.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

19 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 16 de abril de 2020.

CLEBER MARCIEL NEUMANN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
Contratante

PEDRO SILVESTRE PAULI
SILVESTRE SOM - ME
Contratado

TESTEMUNHAS

Nome Completo: Nome Completo:

CPF nº.: CPF nº.:

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

CONTRATO 020A/2020 - PMP

Publicação Nº 2525534

5º TERMO ADITIVO Nº. 020A/2020-PMP - MULTIENTIDADE

AO CONTRATO Nº. 050/2018-PMP - MULTIENTIDADE

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 17/2018 - Multientidade – PMP, modalidade Pregão Presencial nº 10/2018 – PMP

OBJETO: Fornecimento de link de dados através de fibra óptica, para conexão com a Rede Mundial de Computadores (Internet), com fornecimento de roteador e instalação nas Secretarias, Fundação e Fundos Municipais, conforme especificações do Anexo I – Termo de Referência/Proposta de Preços, parte integrante do Processo.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, na Avenida Nereu Ramos, n 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado pelo Secretário de Administração e Ordenador de Despesas com Portaria nº1230/2018, Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, portador do RG 5.101.530 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a Empresa SN INTERNET NAVEGANTES LTDA ME com sede em Navegantes/SC, na Rua Av. Prefeito José Juvenal Mafra, n.6885, Bairro Gravatá, CEP: 88372-506, Telefone: 47 3319-7000, Dados Bancários: Banco Caixa Econômica Federal, Ag. 1879, C/C: 1361-1, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.513.343/0001-00, neste ato representada por seu bastante procurador Sr. Francini Schroeder Kegler, inscrito no CPF sob nº 058.288.529-90, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Sétima do Contrato Principal nº 50/2018 e a Cláusula Primeira do 4º Contrato Aditivo nº_168/2019 – PMP Multientidade, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 010/2018, fica prorrogado para mais 180 (Cento e Oitenta) dias a contar da data de sua assinatura.

As demais cláusulas do contrato principal permanecem inalteradas.

Penha/SC, 18 de março de 2020

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
ORDENADOR DE DESPESAS
Portaria nº1230/2018

SN INTERNET NAVEGANTES LTDA ME
Francini Schroeder Kegler
Contratado

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Termo Aditivo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

CONTRATO 039/2020 PMP

Publicação Nº 2525906

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA DELCI A. DE SOUZA E CIA LTDA PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CAÇAMBA ESTACIONÁRIA PARA DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS PROVENIENTES DE LIMPEZA URBANA, LIMPEZA DAS PRAIAS, OBRAS PÚBLICAS, RESTOS DE ASFALTO, COM RETIRADA IN LOCO E LEVADA AO ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO DA EMPRESA.

CONTRATO Nº 039/2020-PMP de 27/05/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2019-PMP

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2019

HOMOLOGADO EM 17/05/2019

Através do presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa DELCI A. DE SOUZA E CIA LTDA, estabelecida à Rua Osmar Gaya nº 953, na cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 73.260.945/0001-16, Telefone (47) 3319-0088, representada, neste ato pelo Sr. Delci Alves de Souza, CPF sob o nº 615.730.199-68, Cargo/Função Responsável Legal, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente Contrato tem por objeto o futura contratação de empresa especializada em caçamba estacionária para destinação de resíduos provenientes de limpeza urbana, limpeza das praias, obras públicas, restos de asfalto, com retirada in loco e levada ao aterro sanitário licenciado da empresa, conforme solicitação nº 313/2019, anexa ao Processo, nas quantidades especificadas no Anexo I – Termo de Referência/Proposta de Preços, parte integrante do Processo.

Nº	ESPECIFICAÇÃO	UNID DE MEDIDA	QUANT	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Empresa especializada em locação de caçamba estacionária para destinação de resíduos provenientes de limpeza urbana, limpeza das praias, obras públicas, restos de asfalto, com retirada in loco e levada ao aterro sanitário licenciado da empresa	UN.	100	R\$ 165,00	R\$ 16.500,00
TOTAL R\$ 16.500,00					

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 16.500,00 (Dezesseis Mil e Quinhentos Reais.).

2.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria de Serviços Urbanos, de acordo com as condições do edital e as constantes da proposta vencedora e as demais exigências administrativas em vigor;

2.2 - A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da certidão negativa Federal, Estadual, Municipal e do FGTS;

2.3 - Os pagamentos serão realizados através de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica);

2.4 - Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços poderão ser reajustados anualmente, no que couber, de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor) ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, observada a Legislação Federal que regulamenta o reajustamento dos contratos ou ainda quando comprovadas situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei nº

3.1 - A variação de preço, quando ocorrente e necessária, deverá sempre ser indicada e justificada pela CONTRATADA, e procedida na forma do § 8º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3.2 - O MUNICÍPIO responsabilizar-se-á pelo pagamento do fornecimento resultante de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA

4 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta da dotação:

Órgão: 12 - Secretaria de Serviços Urbanos

Unidade: 03 - Departamento Operacional

Projeto/Atividade: 2.040 - Funcionamento e manutenção do Departamento Operacional

Elemento: 12.03.2.040.3.3.90.39.12.00.00.00 (47/2020)

CLÁUSULA QUINTA

5 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - A CONTRATADA deverá fornecer o objeto de forma parcelada, em até 5 (cinco) dias, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, conforme pedido da Secretaria de Serviços Urbanos.

7.1 - O presente contrato terá vigência de a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA

8 - São obrigações da CONTRATADA:

a) Fornecer o objeto mencionado na Cláusula Primeira e Anexo I, segundo as especificações e normas técnicas adequadas, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

b) Cumprir a data da entrega do objeto, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

c) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;

d) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do objeto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

e) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

- f) A falta do material/produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.
- g) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- h) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- i) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- j) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- k) Responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO;
- l) Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 24 (vinte) horas, caso constatadas divergências nas especificações.
- m) A CONTRATADA, deverá realizar durante a execução do Contrato 2 (dois) testes com emissão de Laudo Técnico de resistência a compressão diametral com certificação pela Rede Brasileira de Calibração do produto, escolhido de forma aleatória, conforme determinação da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, garantindo desta forma a qualidade do material/produto fornecido. Todos os custos referentes à realização dos testes e emissão dos Laudos ficarão por conta da CONTRATADA. O laudo técnico de resistência a compressão diametral, deverá atender a NBR 8890 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente.

CLÁUSULA NONA

9 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.
- c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 – O fornecimento contratado será acompanhado e fiscalizado por funcionário designado pela Secretaria de Serviços Urbanos, a quem caberá fiscalizar os materiais utilizados, com poder de veto.

11.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE: a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes: a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida; b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial; c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, de acordo com o Art. 65, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

18.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

18.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 27 de maio de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA DELCI A. DE SOUZA E CIA LTDA

Secretário de Administração Delci Alves de Souza

Contratado

Contratante

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretária Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI

Controle interno

Portaria nº 739/2019

CONTRATO 040/2020 PMP

Publicação Nº 2525905

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA EPP PARA FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO.

CONTRATO Nº 040/2020-PMP de 29/05/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2019-PMP

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 018/2019

HOMOLOGADO EM 29/05/2019

Através do presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA EPP, estabelecida à Rodovia BR 470, nº 2233, na cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.862.946/0001-66, telefone nº 47 3148-0060, representada, neste ato pelo Sr. Janaina Alves Fernandes, Sócio Gerente., CPF sob o nº 056.341.799-47, Cargo/Função Proprietário, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de tubos de concreto para serem utilizados em manutenções e confecções de sistema de drenagem em diversas ruas por todo o Município, conforme solicitação nº 797/2019, anexa ao Processo, nas quantidades especificadas no Anexo I – Termo de Referência/Proposta de Preços, parte integrante do Processo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID DE MEDIDA	QUANT	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Tubo de concreto PS-2 de 20 cm	UNI	4.770	R\$ 16,70	R\$ 79.659,00
2	Tubo de concreto PA-2 de 30 cm	UNI	4.251	R\$ 38,40	R\$ 163.238,40
TOTAL R\$ 242.897,40					

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 242.897,40 (Duzentos e Quarenta e Dois Mil Oitocentos e Noventa e Sete Reais e Quarenta Centavos).

2.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria de Serviços Urbanos, de acordo com as condições do edital e as constantes da proposta vencedora e as demais exigências administrativas em vigor;

2.2 - A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da certidão negativa Federal, Estadual, Municipal e do FGTS;

2.3 - Os pagamentos serão realizados através de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica);

2.4 - Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços poderão ser reajustados anualmente, no que couber, de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor) ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, observada a Legislação Federal que regulamenta o reajustamento dos contratos ou ainda quando comprovadas situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei nº

3.1 - A variação de preço, quando ocorrente e necessária, deverá sempre ser indicada e justificada pela CONTRATADA, e procedida na forma do § 8º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3.2 - O MUNICÍPIO responsabilizar-se-á pelo pagamento do fornecimento resultante de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA

4 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta da dotação:

Órgão: 12 - Secretaria de Serviços Urbanos

Unidade: 03 - Departamento Operacional

Projeto/Atividade: 2.040 - Funcionamento e manutenção do Departamento Operacional

Elemento: 12.03.2.040.3.3.90.39.12.00.00.00 (47/2020)

CLÁUSULA QUINTA

5 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - A CONTRATADA deverá fornecer o objeto de forma parcelada, em até 2 (dois) dias, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, conforme pedido da Secretaria de Serviços Urbanos.

7.1. LAUDO TÉCNICO DE RESISTÊNCIA - NBR 8890: 2007 DA ABNT:

A licitante CONTRATADA deverá realizar durante a execução do contrato o que preconiza a NBR 8890:2007- (Tubo de concreto de seção circular para águas pluviais e esgotos sanitários — Requisitos e métodos de ensaios), em específico também quanto ao item 6.3- Formação de lote, e ao item 6.5- Ensaios, sendo que a formação de lote se dá com 100 (cem) unidades, e destes devem ser retirado 2 (dois) tubos para testes com emissão de Laudo Técnico de resistência a compressão diametral e mais 2 (dois) tubo para teste de absorção, com certificação pela Rede Brasileira de Calibração do produto, conforme determinação e escolha in loco da Secretaria de Serviços Urbanos do Município. Todos os custos referentes à realização dos testes e emissão dos Laudos ficarão por conta da CONTRATADA. O Laudo técnico de resistência à compressão diametral deverá atender todos os itens da NBR 8890: 2007 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devidamente registrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.), devendo o laudo estar em nome da proponente. A licitante CONTRATADA deverá apresentar os laudos de teste diametral e testes de absorção referente aos últimos 3 (três) meses, atendendo aos itens que preconiza a NBR 8890:2007.

7.2 – O presente contrato terá vigência de a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA

8 – São obrigações da CONTRATADA:

a) Fornecer o objeto mencionado na Cláusula Primeira e Anexo I, segundo as especificações e normas técnicas adequadas, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

b) Cumprir a data da entrega do objeto, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

c) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;

d) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do objeto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

e) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

- f) A falta do material/produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.
- g) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- h) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- i) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- j) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- k) Responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO;
- l) Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 24 (vinte) horas, caso constatadas divergências nas especificações.
- m) A CONTRATADA, deverá realizar durante a execução do Contrato 2 (dois) testes com emissão de Laudo Técnico de resistência a compressão diametral com certificação pela Rede Brasileira de Calibração do produto, escolhido de forma aleatória, conforme determinação da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, garantindo desta forma a qualidade do material/produto fornecido. Todos os custos referentes à realização dos testes e emissão dos Laudos ficarão por conta da CONTRATADA. O laudo técnico de resistência a compressão diametral, deverá atender a NBR 8890 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente.

CLÁUSULA NONA

9 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.
- c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 – O fornecimento contratado será acompanhado e fiscalizado por funcionário designado pela Secretaria de Serviços Urbanos, a quem caberá fiscalizar os materiais utilizados, com poder de veto.

11.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE: a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes: a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida; b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial; c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, de acordo com o Art. 65, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei

n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

18.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

18.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 29 de maio de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA EPP
Janaina Alves Fernandes
Contratado

Contratante

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:
C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretária Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle interno
Portaria nº 739/2019

DECRETO Nº. 3539/2020 DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2525664

DECRETO Nº. 3539/2020

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município:

DECRETA

Art. 1º Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 526.061,25 (Quinhentos e vinte e seis e sessenta e um mil reais e vinte e cinco centavos) para atender as seguintes dotações orçamentárias, consoante preconiza o Art. 43, §1º, I e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, Lei Municipal nº 3.134, de 11 de dezembro de 2019 (LOA) e o Art. 17 Lei Municipal Complementar nº 133, de 20 de março de 2020.

Órgão: 90 – Fundação Municipal Cultural de Penha

Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal Cultural de Penha

Programa de Trabalho: 13.392.0010

Atividade: 2.135 - Funcionamento e manutenção da Fundação Municipal Cultural

Recurso: Próprios

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (01) - Aplicações Diretas R\$ 175.902,15

Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00 (02) - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (03) - Aplicações Diretas R\$ 150.159,10

Art. 2º As suplementações das dotações decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta da anulação total dos saldos das seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Órgão: 10 - Secretaria da Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Cultura

Programa de Trabalho: 13.392.0010

Atividade: 2.034 - Funcionamento e manutenção do Departamento de Cultura

Recurso: Próprios

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (33) - Aplicações Diretas R\$ 175.902,15

Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00 (34) - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (35) - Aplicações Diretas R\$ 150.159,10

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 01 de junho de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário da Administração

DECRETO Nº. 3540/2020 DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2525667

DECRETO Nº. 3540/2020

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município:

DECRETA

Art. 1º Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 19.897,95 (Dezenove oitocentos e noventa e sete mil reais e noventa e cinco centavos) para atender a seguinte dotação orçamentária, consoante preconiza o Art. 43, §1º, I e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei Municipal nº 3.134, de 11 de dezembro de 2019 (LOA):

Órgão: 40 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Programa de Trabalho: 8.244.0008

Fonte de Recursos: 0.1.0065.0552 - Transferência do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - Benefícios Eventuais - Estado

Atividade: 2.098 - Gestão Benefícios Eventuais

Elemento: 3.3.90.00.00.00/52 - Aplicações Diretas R\$ 19.897,95

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo primeiro serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação referente ao repasse estadual para Benefícios Eventuais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 01 de junho de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário da Administração

DECRETO Nº. 3541/2020 DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2525669

DECRETO Nº. 3541/2020

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município:

DECRETA

Art. 1º Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 315.853,91 (Trezentos e quinze e oitocentos e cinquenta e três mil reais e noventa e um centavos) para atender as seguintes dotações orçamentárias, consoante preconiza o Art. 43, §1º, I e III, da

Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei Municipal nº 3.134, de 11 de dezembro de 2019 (LOA):

Órgão: 40 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Programa de Trabalho: 08.122.0008

Fonte de Recursos: 0.3.0035.540 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social - IGD - SUAS

Atividade: 2.069 - Aprimoramento da Gestão do SUAS

Elemento: 3.3.90.00.00.00/38 - Aplicações Diretas R\$ 8.291,42

Órgão: 40 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Programa de Trabalho: 08.244.0008

Atividade: 2.070 - Proteção Social Básica

Fonte de Recursos: 0.3.0035.542 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social - PAIF

Elemento: 3.3.90.00.00.00/40 - Aplicações Diretas R\$ 87.000,00

Elemento: 3.1.90.00.00.00/41 - Aplicações Diretas R\$ 48.267,10

Fonte de Recursos: 0.3.0065.582 - Transferência do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - Proteção Social Básica – Estado

Elemento: 3.3.90.00.00.00/42 - Aplicações Diretas R\$ 8.840,23

Elemento: 4.4.90.00.00.00/43 - Aplicações Diretas R\$ 35.088,66

Órgão: 40 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Programa de Trabalho: 08.244.0008

Atividade: 2.071 - Proteção Social Especial

Fonte de Recursos: 0.3.0035.0000 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social

Elemento: 3.3.90.00.00.00/44 - Aplicações Diretas R\$ 39.086,42

Fonte de Recursos: 0.3.0065.0000 - Transferência do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado

Elemento: 3.3.90.00.00.00/45 - Aplicações Diretas R\$ 1.305,52

Elemento: 4.4.90.00.00.00/46 - Aplicações Diretas R\$ 44.384,59

Fonte de Recursos: 0.3.0065.0551 - Transferência do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado – Alta Complexidade

Elemento: 3.3.90.00.00.00/47 - Aplicações Diretas R\$ 175,64

Elemento: 4.4.90.00.00.00/48 - Aplicações Diretas R\$ 54,59

Órgão: 40 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Programa de Trabalho: 08.122.0008

Fonte de Recursos: 0.3.0035.0541 - Superávit Transf.Recursos - Bolsa Família - IGD

Atividade: 2.097 - Gestão do Bolsa-Família - IGD/PBF

Elemento: 3.3.90.00.00.00/49 - Aplicações Diretas R\$ 12.630,05

Elemento: 4.4.90.00.00.00/50 - Aplicações Diretas R\$ 29.470,12

Órgão: 40 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Programa de Trabalho: 8.244.0008

Fonte de Recursos: 0.3.0065.0552 - Transferência do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - Benefícios Eventuais - Estado

Atividade: 2.098 - Gestão Benefícios Eventuais

Elemento: 3.3.90.00.00.00/51 - Aplicações Diretas R\$ 0,20

Órgão: 40 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Programa de Trabalho: 08.243.0008

Fonte de Recursos: 0.3.0035.544 - Recursos FNAS - Superávit Financeiro - BPC

Atividade: 2.134 – BPC Escola

Elemento: 3.3.90.00.00.00/39 - Aplicações Diretas R\$ 1.259,37

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento dos presentes créditos suplementares correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior, oriundo de repasse da União e Estado para os Programas de Assistência Social, como segue:

- a) BPC - Benefício de Prestação Continuada R\$ 1.259,37
- b) Programa Bolsa Família - Apoio à Gestão Descentralizada R\$ 42.100,17
- c) Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF R\$ 135.267,10
- d) Piso Fixo de Média Complexidade - PAEFI R\$ 28.322,34
- e) IGD - SUAS R\$ 8.291,42
- f) Alta Complexidade - FNAS R\$ 10.764,08
- g) Proteção Social Especial de Alta Complexidade - FEAS - Custeio R\$ 175,64
- h) Proteção Social Especial de Alta Complexidade - FEAS - Investimento R\$ 54,59
- i) Benefícios Eventuais - FEAS R\$ 0,20
- j) Proteção Social Básica - FEAS - Custeio R\$ 8.840,23
- k) Proteção Social Básica - FEAS - Investimento R\$ 35.088,66
- l) Proteção de Média Complexidade - FEAS - Custeio R\$ 1.305,52

m) Proteção de Média Complexidade - FEAS - Investimento R\$ 44.384,59

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 01 de junho de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário da Administração

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2020 - FMT

Publicação Nº 2525272

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO 004/2020 – FMT
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 001/2020 – FMT

Contrato: 006/2020 - FMT
Contratado: SILVESTRE SOM - ME

Objeto: Contratação de serviços de sonarização com auxílio de veículo, compreendendo a utilização de 02 (dois) veículos pelo período de 16 (dezesesseis dias). Objetivando a divulgação de informações sobre a interdição ao acesso das praias, aos comércios e prestadores de serviços (hotéis e pousadas) que influenciará diretamente no Setor de Turismo do Município de Penha/SC, conforme decretos municipais nº 3506/2020, 3507/2020 e 3508/2020 como medida de enfrentamento ao novo coronavírus (COVID-19), de acordo com a solicitação nº 21/2020 do fundo Municipal de Turismo.

Valor: R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais)
Dotação Orçamentária:
Órgão: 40 - Fundo Municipal de Turismo
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Turismo
Elemento: 50.01.2.076.3.3.90.39.88.00.00.00 (07/2020)
Vigência do contrato: 180 (cento e oitenta) dias

Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93 e alterações, Justificativa, Decretos Municipais 3506/2020, 3507/2020 e 3508/2020 e Solicitação nº 21/2020 do Fundo Municipal de Turismo, (documentos integrantes do Processo de Dispensa).
Penha/SC, 16 de junho de 2020.

PEDRO SILVESTRE PAULI – Representante Legal.
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA - Gestor

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020 - FMEDUC

Publicação Nº 2525176

AVISO DE REMARCAÇÃO DE ABERTURA DE SESSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020 – FMEDUC
PREGÃO PRESENCIAL 006/2020 – FMEDUC
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PENHA/SC, torna público que realizará Processo Licitatório, nos termos a seguir: Modalidade: Pregão Presencial nº 012/2020.

Objeto: Registro de Preços para futura contratação de empresa especializada em prestação de serviço de vigilância humana desarmada diurna e noturna, para atendimento da Unidade Escolar GEM Antônio José Tiago pertencente a Secretaria de Educação e Cultura do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 90/2020 do Fundo Municipal de Educação, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Valor: R\$ 194.899,56 (Cento e noventa e quatro mil, oitocentos e noventa e nove reais e cinquenta e seis centavos).

FICA REMARCADA A ABERTURA DA SESSÃO PARA O DIA: 29/06/2020 – ÀS 14:00 HORAS.

Local: Sala de licitações.

Endereço: Rua Nilo Anastácio Vieira, nº 180, Bairro Centro, Penha/SC – Sala do Empreendedor.

Demais informações poderão ser obtidas no endereço acima citado em horário normal de expediente e no site www.penha.sc.gov.br.

Penha-SC, 15 de junho de 2020
André Luis Santos Valadão- Pregoeiro

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 36/2020, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020

Publicação Nº 2525288

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação nº 36/2020 – Pregão Eletrônico nº 02/2020.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de um retroescavadeira nova para o Município de Peritiba em atendimento ao Convênio Plataforma + Brasil nº 897296/2019, conforme especificações constantes no Anexo I do edital.

DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: até o dia 30/06/2020.

HORÁRIO LIMITE: até às 14h00 – horário de Brasília – DF.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: dia 30/06/2020.

HORÁRIO: às 14h30 - horário de Brasília – DF.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br>, www.portaldecompraspublicas.com.br e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba SC., 16 de junho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 75/2020

Publicação Nº 2525117

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo de Licitação 107/2019, na modalidade CONCORRÊNCIA nº 03/2019

Objeto: Registrar a compensação e aumento de valor do contrato original nº 39/2020, que tem por objeto a contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, regime por empreitada global, na forma de execução indireta (material e mão de obra), para a execução de pavimentação asfáltica, em atendimento ao financiamento junto ao BRDE nº PVL02.000286/2019-21e de acordo com o memorial descritivo, orçamento, projeto básico e cronograma que constituem parte integrante do Edital supramencionado.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 75/2020, TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 39/2020.

Contratado: KOPAV - PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO LTDA.

CNPJ nº: 31.659.735/0001-55.

Valor: R\$ 48.897,08 (Quarenta e oito mil, oitocentos e noventa e sete reais e oito centavos).

Data de Vigência: 15/06/2020 a 31/12/2020.

Município de Peritiba – SC., em 15 de junho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

LEI Nº 2206/2020

Publicação Nº 2525864

LEI Nº 2.206 DE 16 DE JUNHO DE 2020

RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA (Segunda Alteração e Consolidação), em anexo, nos termos da Lei Federal nº 11.107/05 e Decreto Federal nº 6.017/07.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC., 16 DE JUNHO DE 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Publicado nesta secretaria na data supra.

DÂNDARA LUÍSA BAZZEI
Secretária Adjunta de Administração e Finanças

Pescaria Brava

PREFEITURA

DECRETO Nº 539, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2526045

DECRETO Nº 539, de 10 de Junho de 2020.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no Artigo 9, caput, da Lei nº 308, de 20 de Dezembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por remanejamento no valor de R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais) para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	05	Secretaria de Transportes, Obras e Planejamento
UNIDADE	01	Secretaria de Transportes, Obras e Planejamento
FUNÇÃO	06	Segurança Pública
PROGRAMA	09	Gestão da Segurança
SUBFUNÇÃO	181	Policiamento
RECURSO	5012	Convênio de Trânsito – Prefeitura/Rádio Prefeitura
PROJETO/ATIVIDADE	2.020	Manutenção dos Recursos de Convênio com o Trânsito
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	79	

Valor R\$: R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais)

Art. 2º Para atendimento da realocação de que trata o artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da redução da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	05	Secretaria de Transportes, Obras e Planejamento
UNIDADE	01	Secretaria de Transportes, Obras e Planejamento
FUNÇÃO	06	Segurança Pública
PROGRAMA	09	Gestão da Segurança
SUBFUNÇÃO	181	Policiamento
RECURSO	5012	Convênio de Trânsito – Prefeitura/Rádio Prefeitura
PROJETO/ATIVIDADE	2.020	Manutenção dos Recursos de Convênio com o Trânsito
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	77	

Valor R\$: R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais)

Art. 3º A suplementação por remanejamento mencionada no Artigo 1º, dar-se-á conforme Artigo 9, da Lei nº 308, de 20 de Dezembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 10 de Junho de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Petrolândia

PREFEITURA

ERRATA TOMADA DE PREÇOS 03 2020 - AMPLIAÇÃO DE QUADRA ESPORTIVA

Publicação Nº 2525539

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

ERRATA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2020

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA/SC, através da sua Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 001 de 06/01/2020, torna público para conhecimento dos interessados, que foi realizada correção no Edital de LICITAÇÃO Nº 23/2020 na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tendo por objetivo a CONTRATAÇÃO SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA QUADRA POLIESPORTIVA NO CENTRO EDUCACIONAL PROFESSORA MARIA SAFIRA DA SILVEIRA, NA LOCALIDADE DE BARRA NOVA, MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/SC, CONFORME DESCRIÇÃO DO EDITAL. A cópia da Errata, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo e-mail licita@petrolandia.sc.gov.br. Petrolândia, 17 de junho de 2020. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

Pinhalzinho**PREFEITURA****128**

Publicação Nº 2524796

DECRETO Nº 128/2020, DE 03 DE JUNHO DE 2020

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito Municipal do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto no artigo 13 da Lei Municipal No 2.643/2019 de 20/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional, Espécie Suplementar no valor de R\$ 11.050,00 (onze mil e cinquenta reais) no seguinte projeto/atividade do Orçamento Municipal abaixo:

10.002.0015.0451.0020.1017 – CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PARQUES E PRAÇAS PÚBLICAS

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	10.000,00

11.001.0010.0302.0023.2064 – ATENDIMENTO DE MÉDIA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR - MAC

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33930000	0.1.02.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	1.050,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional, espécie suplementar aberto no artigo 1o, ficam anulados R\$ 11.050,00 (onze mil e cinquenta reais) na dotação orçamentaria no seguinte Projeto/Atividade:

10.002.0015.0451.0020.1017 – CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PARQUES E PRAÇAS PÚBLICAS

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
44930000	0.1.00.0000	Outras Despesas de Capital – Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	10.000,00

11.001.0010.0302.0023.2064 – ATENDIMENTO DE MÉDIA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR - MAC

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
44900000	0.1.02.0000	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	1.050,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhalzinho – SC, 03 de junho de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA

Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra

Sílvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

129

Publicação Nº 2524797

DECRETO Nº 129/2020, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

"ALTERA MEMBRO DA COMISSÃO INTERSETORIAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CIAE) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito Municipal do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de

conformidade com a Legislação vigente:

CONSIDERANDO o estado de pandemia definido pela Organização Mundial de Saúde pelo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, a qual "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019";

CONSIDERANDO a Portaria nº. 188, de 3 de fevereiro de 2020 (expedida pelo Ministro de Estado da Saúde), a qual "Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)";

CONSIDERANDO a declaração de situação de emergência pelo Município de Pinhalzinho, por meio dos Decretos nº.s 060/2020 e 066/2020, inclusive com a suspensão das atividades escolares.

CONSIDERANDO que a existência de alimentos perecíveis ou não perecíveis em estoque, mas com data de vencimento próxima, e que a não utilização do mesmo resultará em descarte, e, portanto, em desperdício de recursos públicos;

CONSIDERANDO a edição da Lei Federal nº 13.987 de 07 de abril de 2020 que autoriza, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.

DECRETA:

Art. 1º Altera Membro da Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar (CIAE), composta por representantes dos seguintes órgãos:

I – 3 (três) representantes da Secretaria Municipal de Educação;

II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal Assistência Social;

III - 2 (dois) representantes do Serviço de Nutrição Escolar;

IV - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;

V - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

§ 1º A CIAE tem a incumbência da definição de critérios de destinação e operacionalização da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública.

§ 2º A CIAE se destitui imediatamente, após ato legal das autoridades políticas e sanitárias para o retorno das atividades escolares regulares.

Art. 2º Ficam nomeados para compor a Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar (CIAE), os seguintes membros:

Representantes da Secretária de Educação: Ires Frozza, Luiz Hentz e Marcos Alfredo Deufel;

Representante da Secretaria Municipal Assistência Social: Ivone Orso;

Representantes do Serviço de Nutrição Escolar: Linéia Pezzini e Cheila Regina Frey;

Representante do Conselho Municipal de Educação: Simone Spier;

Representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar: Edimar Cansi.

Art. 3º No prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação desta resolução, a CIAE deve efetuar o levantamento dos gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis estocados nas escolas ou depósitos, procedendo a descrição dos itens, quantidades, prazos de validade, nome das unidades escolares, dentre outras informações que o Serviço de Nutrição Escolar considerar necessário.

Art. 4º Inventariado todos os gêneros alimentícios em estoque, poderão, a critério do CIAE, ser montados "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar", seguindo as orientações do Serviço de Nutrição Escolar, visando o manejo e equilíbrio nutricional.

§1º Devem ser priorizados os gêneros alimentícios perecíveis ou que estejam próximos de seu prazo de validade.

§ 2º A manipulação e eventual fracionamento de gêneros alimentícios deverão garantir todas as condições sanitárias de segurança de acordo com as normas vigentes.

Art. 5º Esgotados os gêneros alimentícios em estoque e ainda havendo demanda por parte das famílias que se enquadram nas condições estabelecidas, os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) existentes em conta deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios em quantidades definidas pela CIAE e aprovadas pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

§ 1º A aquisição de que trata o caput deverá ser realizada pelo Setor de Compras do Município.

§ 2º Deverá ser mantida a aquisição de produtos da agricultura familiar do Município.

Art. 6º A distribuição dos "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar" adquiridos com recursos do PNAE não se confunde com ações da Assistência Social, e devem, obrigatoriamente, serem destinados aos pais ou responsáveis dos alunos devidamente matriculados nas escolas públicas de educação básica mantidas pelo Município, conforme critérios definidos pela CIAE, e aprovados pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

Art. 7º A CIAE deve observar as orientações do CAE, estruturadas em atas de reunião e/ou resoluções específicas para o monitoramento, fiscalização e emissão de pareceres para fins de aprovação de contas.

Art. 8º A entrega do "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar" se dará mediante recibo que contenha as seguintes informações:

I – Nome do aluno, idade, série e unidade escolar que está matriculado;

II – Nome, CPF, RG e endereço dos pais ou responsável legal;

III – Descrição dos itens que compõem o "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar";

IV – Data de entrega;

V – Termo de responsabilidade com a vedação expressa de venda ou destinação diferenciada dos bens.

Art. 9º A CIAE poderá realizar a entrega diretamente nas escolas municipais, com horários previamente agendados, ou ainda, requisitar um único veículo de transporte escolar, para que auxilie na entrega domiciliar da distribuição dos alimentos de que trata esta Resolução, a fim de impedir a aglomeração de pessoas.

Parágrafo único – Após a utilização, o veículo deverá ser higienizado, seguindo os protocolos sanitários vigentes.

Art. 10 O Comitê de Enfrentamento da Crise deverá ser constantemente informado das deliberações e encaminhamentos da CIAE.

Art. 11 As despesas decorrentes deste Decreto correrão pelo orçamento vigente.

Art. 12 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se o Decreto nº 097/2020.

Pinhalzinho – SC, 08 de Junho de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA
Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra
Sílvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

130

Publicação Nº 2524798

DECRETO Nº 130/2020, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE PINHALZINHO (SC), EM ATENDIMENTO AO QUE ESTABELECE O ART 9º DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101, DE MAIO DE 2000 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito Municipal do Município de Pinhalzinho (SC), no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto no art. 9º da lei complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto limitadas as dotações orçamentárias a serem utilizados pelo Poder Executivo Municipal até o restabelecimento total do déficit orçamentário no montante de R\$ 1.154.241,59 (um milhão cento e cinquenta e quatro mil duzentos e quarenta e um reais e cinquenta e nove centavos) apurado no período de março a abril de 2020.

Art. 2º Em cumprimento ao que determina a Lei Municipal nº 2.638/2019, de 05 de dezembro de 2019 – Lei de diretrizes Orçamentárias 2020, ficam bloqueadas as seguintes dotações orçamentárias classificadas nos grupos de Natureza de Despesa descritas a seguir:

10.002-0017.0512.0020.1.016 - PROGRAMA DE SANEAMENTO URBANO

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
449000	0.1.00.0003	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	68,84

10.002-0015.0452.0020.2.058 – MANUTENÇÃO E MELHORIAS DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA E COLETA DE LIXO

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
339000	0.1.00.0004	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	72.299,51

10.002-0015.0451.0020.2.054 – MANUTENÇÃO, SINALIZAÇÃO DE VIAS URBANAS E ESPAÇOS PÚBLICOS

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
339000	0.1.00.0007	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	258.993,68

09.001-0020.0606.0007.2.016 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
339000	0.1.00.0008	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	3.045,29

10.002-0015.0451.0020.1.018 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
449000	0.1.00.0009	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	73.202,88

10.005-0016.0482.0021.1.026 – AQUISIÇÃO E INFRAESTRUTURA DE LOTEAMENTOS POPULARES

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
449000	0.1.06.0002	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	13.059,36

10.002-0025.0752.0020.2.057 - MANUTENÇÃO E MELHORIAS DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
339000	0.1.08.0011	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	31.700,93

10.002-0006.0181.0020.2.055 – MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA – CONVÊNIOS SSP

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
339000	0.1.10.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	18.668,73

449000	0.1.11.0000	Outras Despesas Capital – Aplicações Diretas	4.046,71
339000	0.1.11.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	4.323,90
339000	0.1.12.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	1.019,28

10.002-0006.0181.0020.2.074 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CONVÊNIO – BOMBEIROS

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
449000	0.1.64.0001	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	19.584,76

08.001-0008.0244.0016.2.038 - MANUTENÇÃO DO BLOCO DE SERVIÇOS PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL ALTA COMPLEXIDADE

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
449000	0.1.65.0087	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	194,40

08.001-0008.0244.0016.2.039 – MANUTENÇÃO BLOCO DE SERVIÇOS IGD - SUAS

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
449000	0.1.35.0046	Outras Despesas Capital – Aplicações Diretas	117,04

08.001-0008.0244.0016.2.037 - MANUTENÇÃO BLOCO DE SERVIÇOS PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA COMPLEXIDADE

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
449000	0.1.65.0086	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	81,57

06.001-0012.365.0025.2.028 – ENSINO INFANTIL (Creche)

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
319000	0.1.18.0000	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas	69.025,88
319000	0.1.19.0000	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas	15.234,72

06.001-0012.361.0025.2.022 – ENSINO FUNDAMENTAL

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
319000	0.1.18.0000	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas	69.025,88
339000	0.1.36.0000	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas	42.366,04

06.001-0012.0306.0025.2.033 – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ENSINO INFANTIL (PRÉ-ESCOLAR)

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
339000	0.1.43.0053	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas	952,20

06.001-0012.0361.0025.2.023 – TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
339000	0.1.66.0000	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas	61.401,18

11.01-10.301.0023.2.063 – ATENÇÃO BÁSICA

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
339000	0.1.38.0060	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas	1.973,62
449000	0.1.38.0060	Outras Despesas de Capital - Aplicações Diretas	60.051,16
319000	0.1.38.0062	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas	92.000,00
319000	0.1.38.0063	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas	18.745,45

319000	0.1.38.0064	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas	128.000,00
339000	0.1.38.0071	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas	577,12
319000	0.1.38.0071	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas	15.422,88

11.01-10.302.0023.2.064 – ATENDIMENTO DE MÉDIA COMPLEXIDADE AMBULATORIA E HOSPITALAR - MAC

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
319000	0.1.38.0066	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas	27.057,20
339000	0.1.67.0096	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas	6.548,53

11.01-10.304.0023.2.066 – VIGILÂNCIA SANITÁRIA

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
319000	0.1.00.0005	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas	45.452,85

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Pinhalzinho – SC, 09 de junho de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA
Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra

Sílvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

131

Publicação Nº 2524801

DECRETO Nº 131/2020, DE 09 DE JUNHO DE 2020

“TRANSFERE VEÍCULO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA - FMEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito de Pinhalzinho, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente;

DECRETA:

Art.1º - Fica transferido o veículo Fiat/Uno Mille Fire, placa nº MEV 4862, nº patrimônio nº 10060, destinado a Secretaria Municipal de Saúde para a Fundação Municipal de Esporte e Cultura – FMEC.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Pinhalzinho - SC, 09 de Junho de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA
Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Sílvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

132

Publicação Nº 2524803

DECRETO Nº 132/2020, DE 09 DE JUNHO DE 2020

"NUMERA LOTES URBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito de Pinhalzinho, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação vigente,

Considerando a necessidade de Desdobro das áreas que compõe a Escola Municipal de Educação Básica - EMEB e a Associação de Pais e amigos dos Excepcionais - APAE, situado entre as avenidas Voluntários da Pátria e Capitão Anízio, Ruas Niterói e São Salvador, no Loteamento Municipal e Loteamento da Imobiliária Pinhalense, no Município de Pinhalzinho – SC;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suprimidos os Lotes Urbanos nºs. 19 e 01, todos da quadra nº 127, com as áreas respectivas de 705,50 m² e 13.334,50m² perfazendo a área total de 14.040,00 m², registrados na Matrícula nº12.748, na Comarca de Pinhalzinho/SC.

Art. 2º - Ficam numerados os Lotes Urbanos nºs. 19 e 01, com área de 2.691,00m² e 11.349,00m², respectivamente, ambos localizados na quadra nº 127, do Loteamento Municipal, anteriormente registrados no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pinhalzinho na matrícula nº12.748, que são objetos de Desdobro, permanecendo sua destinação como Área de Equipamentos Comunitários;

Art. 2º - Comunique-se o Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sobre a presente numeração.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho - SC, 09 de Junho de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA

Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e publicado em data supra:

Silvia Regina Kulakowki Utzig
Supervisora

133

Publicação Nº 2524806

DECRETO Nº 133/2020, DE 10 DE JUNHO DE 2020

"ESTABELECE LIBERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA BLOQUEADA POR DECRETO, EM ATENDIMENTO AO QUE ESTABELECE O ARTIGO 9º DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MÁRIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito Municipal de Pinhalzinho (SC), no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto efetivado a Liberação de Dotações Orçamentárias no valor de R\$ 34.667,82 (trinta e quatro mil, seiscentos e sessenta e sete reais e oitenta e dois centavos), em função do bloqueio através do Decreto nº 85/2020, tendo em vista arrecadação nas respectivas fonte de recursos, conforme dotações orçamentárias descritas a seguir:

08.003-0014.0422.0017.2.044 – ATENDIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTE

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
449000	0.1.09.0012	Outras Despesas Capital – Aplicações Diretas	152,33
339000	0.1.09.0013	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	2.078,53

08.001-0008.0244.0016.2.036 - MANUT. BLOCO DE SERVIÇOS PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PSB)

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
319000	0.1.35.0040	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	343,26
339000	0.1.35.0041	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	118,80

449000	0.1.65.0085	Outras Despesas Capital – Aplicações Diretas	186,99
--------	-------------	--	--------

08.001-0008.0244.0016.2.038 - MANUTENÇÃO DO BLOCO DE SERVIÇOS PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL ALTA COMPLEXIDADE

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
339000	0.1.35.0045	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	108,00

06.001-0012.0306.0025.2.034 – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ENSINO INFANTIL (CRECHE)

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
339000	0.1.43.0050	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas	10.413,84

06.001-0012.0306.0025.2.033 – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ENSINO INFANTIL (PRÉ-ESCOLAR)

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
339000	0.1.43.0051	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas	6.158,40

06.001-0012.0306.0025.2.032 – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
339000	0.1.43.0052	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas	6.700,00

06.001-0012.0365.0025.2.029 – TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO INFANTIL (PRÉ-ESCOLAR)

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
339000	0.1.44.0000	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas	5.376,42

11.01-10.302.0023.2.064 – ATENDIMENTO DE MÉDIA COMPLEXIDADE AMBULATORIA E HOSPITALAR - MAC

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
319000	0.1.67.0091	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas	2.225,33

11.01-10.301.0023.2.063 – ATENÇÃO BÁSICA

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
339000	0.1.67.0093	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas	805,92

Art 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Pinhalzinho - SC, 10 de junho de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA
Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra
Sílvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

2664

Publicação Nº 2525017

LEI Nº 2664/2020, 16 DE JUNHO DE 2020.

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PINHALZINHO A AFETAR E DESAFETAR BEM PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MÁRIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar as Áreas Verdes com áreas de 450,29m² (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados e vinte e nove décimos quadrados) e 35,34m² (trinta e cinco metros quadrados e trinta e quatro décimos quadrados) de Propriedade

do Município de Pinhalzinho, registradas na Matrícula nº.10.742, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca e Pinhalzinho, SC para fins de regularização fundiária.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar como Área Pública e afetar como Área Verde, a Área Pública nº.02, de Propriedade do Município de Pinhalzinho, com 6.719,53 m² (seis mil, setecentos e dezenove metros quadrados e cinquenta e três decímetros quadrados), registrada na Matrícula nº. 21.521, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca e Pinhalzinho, SC.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Pinhalzinho – SC, 16 de Junho de 2020.

MÁRIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito de Pinhalzinho Publicado e Registrado em data supra:

Sílvia Regina Kulakowski Utzig Supervisora

2665

Publicação Nº 2525020

LEI Nº 2665/2020, 16 DE JUNHO DE 2020.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM A UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC, CAMPUS PINHALZINHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MÁRIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, nas condições descritas na presente Lei e no Termo de Convênio anexo.

Art. 2º O Município se compromete, através do convênio, a realizar obra de pavimentação asfáltica na via de acesso ao Campus da UDESC localizada no Município de Pinhalzinho, orçada em R\$ 99.922,35 (noventa e nove mil, novecentos e vinte e dois reais e trinta e cinco centavos), conforme projeto e memorial descritivo anexos, enquanto que a UDESC assumirá as obrigações de prestação de serviços à comunidade, descritas no item 2 da Cláusula Terceira do Termo de Convênio anexo.

Art. 3º O Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo, no prazo de 30 dias, cópia assinada do instrumento de Convênio firmado com a UDESC.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e suas despesas serão suportadas pelo orçamento vigente.

Pinhalzinho - SC, 16 de Junho de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito de Pinhalzinho

Publicado e Registrado em data supra:

Sílvia Regina Kulakowski utzig Supervisora

Este documento é cópia do original assinado digitalmente (Assinado por: Mario Afonso Woitexem - 44919492987) Para conferir o original, acesse o site <https://www.camarapzo.sc.gov.br/cer>, informe o código: 20061608453388E297

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO PREGÃO N. 037/2020

Publicação Nº 2525171

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 037/2020
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 02/07/2020, Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 037/2020, que visa AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MUDAS DE FLORES E ÁRVORES, GRAMA, VASOS, ADUBO E DEMAIS ITENS PARA O PLANTIO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E DESENVOLVIMENTO URBANO.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 02/07/2020, até às 08:15h, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 08:30h.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 16 DE JUNHO DE 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO 123/2020

Publicação Nº 2524730

** REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO 123/2020

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE TESTE RAPIDO 2019-NCOV IGM/IGG celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MEDIC DIST. IMPORT. EXPORT. DE MEDICAMENTOS LTDA, autorizado através do Processo n. 77/2020, Licitação n. 21DL2020, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:

Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
CNPJ-MF nº 10.642.703/0001-77
Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto-SC.
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: MEDIC DIST. IMPORT. EXPORT. DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ-MF nº 05.993.698/0001-07
Endereço: Rua Lidio Oltramari, 1796
Bairro Fraron – Pato Branco PR

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 21DL2020, datado de 03/06/2020, conforme Art 24, II e IV da Lei 8.666/93 e art 1, I, b da Medida Provisória 961/2020, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE TESTE RAPIDO 2019-NCOV IGM/IGG

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	TESTE RAPIDO 2019-nCov IgM/IgG,	un	200	88,00	17.600,00
17.600,00					

TOTAL CONTRATADO: R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
10 - Saúde
301 - Atenção Básica
9 - Saude Com Qualidade
2.52 - MANUTENÇÃO PISO ATENDIMENTO BÁSICA VARIÁVEL - UNIÃO
37 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
138 - Transferencia do SUS/União

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em 31/12/2020 com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

3.3 O prazo de entrega será de 15 (quinze) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 21DL2020 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 3 de junho de 2020.

CONTRATANTE

Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

MEDIC DIST. IMPORT. EXPORT. DE MEDICAMENTOS LTDA

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

DECRETO Nº 5244, DE 16 DE JUNHO DE 202

Publicação Nº 2525211

DECRETO Nº 5244, DE 16 DE JUNHO DE 202

DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE REGÊNCIA DE CLASSE AOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL PÚBLICA DE ENSINO EM RAZÃO DA QUEDA DAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, prefeito de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e

CONSIDERANDO a situação de emergência de saúde pública de relevância nacional;

CONSIDERANDO a imprescindibilidade de adoção de medidas preventivas o fim de minimizar os efeitos causados pelo COVID-19;

CONSIDERANDO o caráter vinculado de algumas gratificações no efetivo exercício das funções inerentes aos cargos, especialmente a regência de classe;

CONSIDERANDO o que a Lei Complementar 112/2004, a qual dispõe sobre o pagamento da gratificação da regência de classe;

CONSIDERANDO a necessidade de medidas por contenção de gastos, a fim de que não haja descontinuidade nos serviços essenciais prestados pelo município;

CONSIDERANDO a incerteza quanto ao retorno das atividades escolares.

DECRETA:

Art. 1º Ficarão suspensos temporariamente, enquanto não retornarem as aulas presenciais, o pagamento da gratificação denominada regência de classe dos profissionais da rede municipal de educação.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de junho de 2020

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Pinheiro Preto, 16 de junho de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 398, DE 02 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2525184

PORTARIA Nº 398, DE 02 DE JUNHO DE 2020

APROVA PROJETO BÁSICO PARA CONSTRUÇÃO DE LIXEIRAS MODELO TAÇA EM CONCRETO ARMADO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando disposto no inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam aprovados projeto básico para construção de lixeiras modelo taça em concreto armado do Município de Pinheiro Preto, na forma dos seguintes anexos:

- I – ANEXO I: Projeto básico de engenharia- memorial descritivo;
- II- ANEXO II: Projeto básico de engenharia- ART/RRT;
- III- ANEXO III: Projeto básico de engenharia- cronograma global;
- IV- ANEXO IV: Projeto básico de engenharia- QCI- Quando de composição do Investimento;

Art. 2º Determinar à comissão de licitação o lançamento do edital competente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC,

Pedro Rabuske
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 407, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2525213

PORTARIA Nº 407, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

AUTORIZA PESSOA QUE IDENTIFICA A CONSULTAR SALDOS E EXTRATOS BANCÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado o Sr. Jean Sauer, inscrito no CPF sob nº 082.202.739-92 a consultar saldos e extratos na conta bancária nº 5560-3/Ag. 5327-9 Banco do Brasil, Pinheiro Preto/SC.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto – SC, 16 de junho de 2020

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 408, DE 16 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2526040

PORTARIA Nº 408, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA NOVO MEMBRO PARA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o processo administrativo nº 014/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Nomeia a servidora LIGIANE ZAGO SILVA, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Analista de Licitações e Atos Administrativos.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 16 DE JUNHO DE 2020.

PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

Piratuba

PREFEITURA

PORTARIA Nº 219/2020

Publicação Nº 2524799

PORTARIA Nº219/2020

NOMEIA SERVIDORA PARA O CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

NOMEIA

KAROLINE PETRY, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua João Ritter, nº596 cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº5.182.429 e CPF sob o nº 070.096.449-50, ocupante do cargo comissionado de Executiva de Gabinete, para exercer concomitantemente com sua função de origem a função de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no dia 15 de junho de 2020, com remuneração do referido cargo, em substituição ao titular Giovani Gelson Meneghel, em seu período de afastamento médico.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 15 de junho de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº 1.388/2017
Em 15 de junho de 2020

Karoline Petry
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 220/2020

Publicação Nº 2524802

PORTARIA Nº 220/2020

SUSPENDE DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA A SERVIDORA.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar nº 65/2015, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

Considerando a Comunicação Interna nº051/2020, expedida pelo Prefeito Municipal, na qual solicita suspensão do exercício da função pública em desfavor da servidora C.S.A, conforme elementos e justificativas:

- Determina o imediato afastamento da servidora C.S.A, matrículas nº393 e nº2239, em razão de decisão judicial nos autos nº 0001956-33.2018.8.24.0016, pela qual restou determinada a suspensão do exercício da função pública em desfavor da servidora (art. 319, inc. VI, do Código de Processo Penal);
- O afastamento ora determinado ocorrerá pelo período de vigência da decisão de suspensão do exercício da função pública proferida nos autos nº 0001956-33.2018.8.24.0016;
- A servidora C.S.A perderá um 1/3 (um terço) da sua remuneração integral durante o afastamento determinado na presente portaria, com base no art. 64, IV, da Lei Complementar nº 065/2015.

Considerando que a redução de remuneração foi orientada pela Assessoria Jurídica Municipal, utilizando por analogia o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Piratuba, ante a omissão do Código de Processo Penal sobre o tema.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 15 de junho de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registre-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº 226/93 e Lei nº 1.388/2017.
Em 15 de junho de 2020.

Karoline Petry
Secretária de Administração e Finanças

Planalto Alegre

PREFEITURA

DECRETO 5018/2020

Publicação Nº 2525502

*Estado de Santa Catarina***FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS****DECRETO Nº 5018, DE 15 DE JUNHO DE 2020****DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, PROVENIENTE DE SUPERÁVIT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Municipal nº 842/2019, etc;

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para as dotações orçamentárias constantes do Anexo I deste Decreto.

Art. 2 - Os recursos para cobertura do Crédito Adicional proveniente do provável superávit são oriundos das fontes constantes do Anexo I e do balanço financeiro do exercício 2019.

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4 - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 15 de junho de 2020

JUARES BET
PREFEITO MUNICIPAL



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PLANALTO ALEGRE/SC

Lei: 842/2019 Decreto: 5018/2020

Data Lei: 03/12/2019 Data Decreto: 15/06/2020

Data Lançamento: 15/06/2020

Código da Suplementação: 8

Lote		Tipo		Ref.		Crédito Adicional		Valor		Vínculo		Origem de Recursos		Valor	
1		Suplemen		204		06.003.0010.0301.0008.2026.		03381064		150.000,00		Dotação/Receita		150.000,00	
		tar												03381064	
														Total	

Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

DECRETO- 1961/2020 - DOTAÇÃO

Publicação Nº 2525987

DECRETO Nº.1961/2020

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orçamentária nº. 1164/19 de 27/11/2019, Art. 5º Inciso III, e pelo Art. 81º, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas, no montante de R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais), a saber:

10 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.301.1001.2.034 – MANUT. BL. MAC AMB. E HOSP. E LIM. DE FINANC.

3.3.90.00.00.00.00.0138 – Outras Despesas Correntes R\$ 120.000,00

Art. 2º - Para cobertura das Suplementações acima mencionadas, ficam utilizados recursos do superávit financeiro apurados no balanço do exercício anterior por fonte e destinação de recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 17 de Junho de 2020.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

Fica publicado o presente decreto aos dezessete dias do mês de Junho de 2020, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa
Secretaria Executiva

Ponte Serrada

PREFEITURA

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 102/2018 - DIMENZO ENGENHARIA LTDA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2018 - TOMADA DE PREÇO Nº 08/2018

Publicação Nº 2525038

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 102/2018
TOMADA DE PREÇO Nº 08/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2018

O MUNICIPIO DE PONTE SERRADA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Centro, na cidade de Ponte Serrada, SC, com CNPJ sob n.º 82.777.236/0001-01, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor ALCEU ALBERTO WRUBEL, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade registrada sob o nº. 1.306.106 expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal sob nº. 469.966.309-59, residente e domiciliado na cidade de Ponte Serrada, Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de Contratante, e do outro lado a empresa DIMENZO ENGENHARIA LTDA, com sede à Rua Travessa Santa Catarina, s/n, Centro, Município de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 02.084.677/0001-80, neste ato por seu representante legal OSÓRIO FRARE, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do CPF/MF nº 423.443.609-72, CREA/SC 18.154-7 doravante denominada Contratada, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Termo Aditivo ao contrato nº 102/2018 firmado em 25 de setembro de 2018, originário do processo licitatório n.º 82/2018, conforme condições abaixo estabelecidas:

Cláusula I

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar o item 12.1 da Cláusula XII do Contrato nº 102/2018, de 15/09/2018, realizado segundo os termos do processo licitatório nº 82/2018, conforme justificativa apresentada pela contratada em virtude da pandemia do COVID-19, que passa a ter a seguinte redação:

"CLAUSULA XII - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

12.1 – A vigência deste Contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura, encerrando-se no dia 22 de julho de 2020, possibilitando a sua prorrogação mediante aprovação da CONTRATANTE, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado."

Cláusula II

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

Cláusula III

O presente Termo Aditivo será levado à publicação no Diário Oficial dos Municípios, dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor. E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de testemunhas abaixo.

Ponte Serrada/SC, 16 de junho de 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	OSÓRIO FRARE DIMENZO ENGENHARIA CONTRATADA
---	--

Analisado e aprovado em conformidade com o Art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, por:

André Luiz Panizzi
OAB/SC: 23.051

Testemunhas:

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 048/2020 - PMPB

Publicação Nº 2524829

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

MULTIENTIDADES

Modalidade de licitação: Pregão Presencial - Registro de Preço - Nº 048/2020 - PMPB

Tipo de licitação: MENOR PREÇO - representado maior desconto sobre a passagem em favor da Contratante.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados de aquisição de passagens, compreendendo a cotação, reserva, marcação, remarcação, emissão e cancelamento de passagens terrestres no âmbito estadual e interestadual, para atender as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 08h30min do dia 29/06/2020, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 09h00min do dia 29/06/2020, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 17 de Junho de 2020.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 2896, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525759

LEI MUNICIPAL Nº 2896, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar até a importância de R\$ 397.269,92 (Trezentos e noventa e sete mil, duzentos e sessenta e nove reais e noventa e dois centavos) ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Educação

Funcional Programática: 12.361.0011

Atividade: 2.040 – Conservação do Patrimônio Público no Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 02360000 – Salário Educação

Valor: R\$ 191.769,92

Funcional Programática: 12.365.0011

Atividade: 2.044 – Conservação do Patrimônio Público na Educação Infantil

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 01010100 – Recursos: Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Valor: R\$ 85.500,00

Fonte de Recursos: 02360000 – Salário Educação

Valor: R\$ 20.000,00

Órgão: 19 – Fundação Municipal de Esporte

Unidade: 001 – Fundação Municipal de Esporte

Funcional Programática: 27.812.0022

Atividade: 2.079 – Manutenção das atividades da Fundação Municipal de Esportes

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 100.000,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes das anulações parciais das dotações orçamentária abaixo descritas na mesma importância:

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Educação
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Educação
Funcional Programática: 12.361.0011
Projeto: 1.017 – Construção da Sede da Secretaria Municipal da Educação
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 01010100 – Recursos: Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 4.000,00
Projeto: 1.018 – Aquisição de Imóvel para o Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 4.5.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 01010100 – Recursos: Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 4.000,00
Projeto: 1.019 – Construção de Unidade Escolar de Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 01010100 – Recursos: Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 4.000,00
Projeto: 1.021 – Construção e Reforma de Quadras Poliesportivas nas Unidades Escolares
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 01010100 – Recursos: Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 4.000,00
Atividade: 2.048 – Apoio aos Conselhos Municipal na área da Educação
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 01010100 – Recursos: Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 2.000,00
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 01010100 – Recursos: Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 2.000,00
Atividade: 2.110 – Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 02360000 – Salário Educação
Valor: R\$ 191.769,92
Funcional Programática: 12.365.0011
Projeto: 1.022 – Aquisição de Imóvel para Educação Infantil
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 01010100 – Recursos: Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 4.000,00
Projeto: 1.023 – Construção de Unidade Escolar da Educação Infantil
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 01010100 – Recursos: Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 4.000,00
Atividade: 2.111 – Manutenção do Transporte Escolar da Educação Infantil para as Creches
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 01010100 – Recursos: Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 20.000,00
Atividade: 2.112 – Manutenção do Transporte Escolar da Educação Infantil para as Pré-Escolas
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 01010100 – Recursos: Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 20.000,00
Funcional Programática: 12.366.0011
Atividade: 2.046 – Manutenção das atividades da Educação de Jovens e Adultos
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 02360000 – Recursos: Salário Educação
Valor: R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos: 001010100 – Recursos: Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 5.000,00
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 02360000 – Recursos: Salário Educação
Valor: R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos: 001010100 – Recursos: Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 2.000,00
Funcional Programática: 12.367.0012
Atividade: 2.047 – Manutenção das atividades da Educação Especial
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 001010100 – Recursos: Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 8.000,00
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 500,00
Fonte de Recursos: 001010100 – Recursos: Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 2.000,00

Órgão: 19 – Fundação Municipal de Esporte
Unidade: 001 – Fundação Municipal de Esporte
Funcional Programática: 27.812.0022
Atividade: 2.080 – Apoio e Realização de eventos esportivos
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 100.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 16 dias do mês de junho de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 9/2020

Publicação Nº 2525795

RESOLUÇÃO Nº 9/2020

“MODIFICA O PERÍODO DE RECESSO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DIOGO DOS SANTOS, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições asseguradas por Lei, na conformidade com o que dispõe o artigo 25º, inciso I, alínea "t" do Regimento Interno, PROMULGA a presente RESOLUÇÃO:

Art. 1º. Altera o Art. 5º do Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo, que passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 5º Será considerado como o recesso legislativo da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo, o período de 23 (vinte e três) dias do mês de dezembro do ano em curso ao 1º (primeiro) dia do mês de fevereiro do ano subsequente. ”

Art. 2º - Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, aos 16 dias do mês de junho de 2020.

Diogo dos Santos - MDB	
Presidente da Mesa	

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 978/2020

Publicação Nº 2525116

DECRETO Nº 978, de 12 de junho de 2020.

Dispõe sobre o fechamento temporário do atendimento presencial e digital pelo Setor Tributário do Município, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a migração dos Sistemas de Gestão desta Prefeitura,

CONSIDERANDO que o MUNICÍPIO vem investindo na modernização dos sistemas de informática implantados;

CONSIDERANDO que o novo software está em fase de implantação nos Setores TRIBUTÁRIO e FISCAL e a migração para a nova plataforma se dará efetivamente no período de 29 de junho a 03 de julho de 2020;

CONSIDERANDO que para a referida migração dos dados é necessária a interrupção da utilização do Sistemas de Protocolo, Tributos, Fiscalização, Livro Eletrônico e outros relacionados ao sistema tributário do município;

CONSIDERANDO que os servidores que operam o Sistema Tributário estarão em treinamento neste período;

DECRETA:

Art. 1º O Setor Tributário do Município (Protocolo, Tributos, Fiscalização e Livro Eletrônico) permanecerá fechado para atendimento presencial e digital no período de 29 de junho a 03 de julho de 2020.

Art. 2º Os impostos com vencimentos compreendidos no período de fechamento supracitado serão prorrogados para o dia 06 de julho de 2020, sem prejuízos ao contribuinte.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 12 de junho de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 037/2020 - AMASPU

Publicação Nº 2525611

Extrato de Termo Aditivo nº 037/2020 ao Contrato 047/2018

Partes: AMASPU - Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União e OTOCLÍNICA SUL ME

Valor: Adita-se o valor estimado em R\$6.000,00 (seis mil reais).

Porto União, SC, 09 de junho de 2020.

MARGARETH FLISSAK

Presidente AMASPU

ELISEU MIBACH

Curador AMASPU

OTOCLÍNICA SUL ME

Contratada

LEI MUNICIPAL Nº 4.667/2020

Publicação Nº 2525112

LEI Nº 4.667, de 15 de junho de 2020.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder, mediante procedimento licitatório, Direito Real de Uso de imóvel que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar, mediante procedimento licitatório, na modalidade concorrência, a concessão do Direito Real de Uso, previsto no Art. 7º do Decreto Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, c/c o Art. 6º, Inciso XI da Lei Orgânica do Município, pelo prazo de até 50 (cinquenta) anos, de área de terras com total de 6.104,83m² (seis mil cento e quatro metros e oitenta e três decímetros quadrados), situada no lugar denominado Capão Grande, à Rua Walfrido Soares dos Santos no quadro urbano desta cidade

de Porto União, SC, constante da Matrícula no Cartório do Registro de Imóveis em Porto União sob o n.º 11.628, para fins de instalação de parque industrial.

§ 1º A área de terras de que trata este artigo tem as seguintes medidas e confrontações: FRENTE: 63,53 metros confrontando com a Rua Valdir Lemos de Camargo e terras do Município de Porto União; FUNDOS: 64,69 metros, confrontando com terras de SPS – Tecnologia Ambiental Indústria & Comércio Ltda.; LADO DIREITO: 93,83 metros confrontando com terras do Município de Porto União; LADO ESQUERDO: 96,67 metros confrontando com terras de Vitor Borba, conforme memorial descritivo em anexo.

§ 2º Decorrido o prazo da concessão do Direito Real de Uso mencionado no caput, o mesmo poderá ser prorrogado por igual período.

Art. 2º As condições de habilitação para obtenção do ato ou instrumento de concessão do Direito Real de Uso de que trata esta lei, serão estipuladas pelo Município, através de Edital de Concorrência Pública.

Art. 3º Fica reservado ao Município o direito de fiscalizar, quando julgar necessário, as obras e instalações das cessionárias na área referida no Artigo 1º desta lei.

Art. 4º Durante a vigência desta lei, todos os encargos civis, administrativos e tributários que incidirem sobre o imóvel ora cedido ou atividade exercida ficarão a cargo da cessionária.

Art. 5º A falta de cumprimento do disposto nesta lei, a modificação da finalidade da concessão (instalação de parque industrial) e do Direito Real de Uso ou a extinção da empresa cessionária farão o imóvel, com todas as benfeitorias e instalações nele introduzidas, reverter automaticamente, independentemente de ações judiciais e de pleno direito à posse do Município, as quais, como parte integrante daquele, não darão direito a nenhuma indenização ou compensação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 15 de junho de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

CÂMARA MUNICIPAL

ERRATA DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2020 – PROCESSO Nº 017/2020

Publicação Nº 2525763

Câmara de Vereadores de Porto União

Estado de Santa Catarina

ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATO – Dispensa de Licitação nº 020/2020 – Processo nº 017/2020

ONDE SE LÊ: Objeto: Fornecimento de álcool em gel.

LEIA-SÊ: Objeto: Fornecimento de álcool líquido glicerinado.

Porto União (SC), 16 de Junho de 2020.

Sandro Luciano Calikoski
Presidente

ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATO – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2020 – PROCESSO Nº 017/2020

Publicação Nº 2525760

Câmara de Vereadores de Porto União

Estado de Santa Catarina

ERRATA DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – Dispensa de Licitação nº 020/2020 – Processo nº 017/2020

ONDE SE LÊ: Objeto: Fornecimento de álcool em gel.

LEIA-SÊ: Objeto: Fornecimento de álcool líquido glicerinado.

Porto União (SC), 16 de Junho de 2020.

Sandro Luciano Calikoski
Presidente

Pouso Redondo

PREFEITURA

DECRETO N° 068/2020 DE 15/06/2020 - DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação N° 2525651

DECRETO N° 068/2020 de 15/06/2020

Dispõe sobre a suplementação por excesso de arrecadação, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município.

Órgão: 13 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Funcional: 08.244.0028.2.038 - Manutenção do Fundo de Assistência Social

(154) 3.3.90.00.00.00.00 0187 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 15 de junho de 2020.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO PROCESSO 602020

Publicação Nº 2524825

**PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2020 PROCESSO Nº60/2020**

A Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, através de seu prefeito municipal o Sr. Oscar Gutz, torna público a RETIFICAÇÃO do Edital do pregão eletrônico 42/2020, de **OBJETO**: Registro de preço para aquisição de suprimentos de informática para todas as secretarias do município, devido a alterações no ANEXO I do edital,

ANEXO 01**OBJETO / JUSTIFICATIVA:**

O presente Pregão tem por objeto Registro de preço para aquisição de suprimentos de informática para todas as secretarias do município.

Em caso de divergência existente entre as especificações dos itens que compõem o objeto descrito no site da BLL e as especificações constantes deste Termo, prevalecerão as últimas.

PREGÃO ELETRONICO Nº 42/2020**TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO**

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	10,00	UN		Computador: Processador com no mínimo 4 núcleos físicos e 8 threads, memória 16gb ddr4 2666mhz, SSD 480 GB 300 MB/s Escrita 300 MB/s leitura, Placa mãe socket 1151 com no mínimo 4 slots de memória, HDMI e Rede Gigabit, Placa de vídeo 1.6 Ghz 6b DDR5, fonte de energia 450w Certificação 80 plus, monitor 23" 1920x1080 hdmi, mouse e teclado sem fio	5.700,00	57000,00
2	30,00	UN		Computador: Processador com no mínimo 4 núcleos físicos e 4 threads, memória 8gb ddr4 2666mhz, SSD 480 GB 300 MB/s Escrita 300 MB/s leitura Placa mãe socket 1151 com no mínimo 4 slots de memória HDMI e Rede Gigabit, fonte de energia 400w Certificação 80 plus, monitor 23" 1920x1080 hdmi, teclado e mouse sem fio.	3.150,00	94500,00
3	10,00	UN		HARD DISK 1 TB. Disco rígido com capacidade de 1 TB de armazenagem, padrão SATA, 7.200 RPM de rotação, Cache 64 MB, Buffer para host: 6 Gb/s	315,00	3150,00
4	30,00	UN		TECLADO USB PADRAO ABNT2. Teclas impressas à laser, cor preta, com indicadores (LEDs) de NUM LOCK, CAPS LOCK e SCROLL LOCK.	35,00	1050,00
5	30,00	UN		MOUSE OPTICO USB. Três botões, com rolagem vertical, cor preta, resolução: 1.000 dpi, dimensões aproximadas: 60,6 mm x 100,6 mm x 33,5 mm.	30,00	900,00

6	10,00	UN		ROTEADOR WIRELESS 4 PORTAS LAN 0/100 base-TX Fast Ethernet. 1 porta LAN 10/100 base-TX Fast Ethernet. Rede sem fio 802.11 b/g/n. Energia: entrada 100/240 V AC, 50/60 Hz. Voltagem: Bivolt	127,50	1275,00
7	5,00	UN		HD EXTERNO 1TB. HD EXTERNO portátil 1TB, compatível com USB 3.0, alimentação direto da porta USB, cor preta;	400,00	2000,00
8	10,00	UN		IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL. Impressão: tempo de impressão da primeira página: menos de 10 segundos. Tecnologia de Impressão: Laser eletrográfico. Memória Padrão: 32MB. Velocidade Máxima em preto (ppm): até 20ppm. Resolução (máxima) em dpi: até 2400x600 dpi. Capacidade da Bandeja de papel: 150folhas. Interface de rede embutida: wireless e ethernet. Emulação: GDI. Volume Máximo de Ciclo Mensal: 10000 páginas. Cópia: Resolução de cópia (máxima): 600x600 dpi; Opções de Cópia: Impressão N em 1, impressão de pôsteres, cabeçalho rodape, impressão de marca d água, impressão duplex manual, impressão de folhetos. velocidade da cópia em preto: até 21 ppm. Ampliação/Redução: 25%-400%. Agrupamento de cópias (2 em 1). Tamanho do vidro de exposição: 21,6 x 29,7 cm (A4). Cópia Duplex Automática: Manual. Digitalização: ADF: 10 folhas. Resolução Interpolada: Até 19200x19200 dpi. Digitalização Color e Mono. Resolução óptica do scanner: até 600x1200 dpi. Digitaliza para: arquivo, imagem e e-mail. Voltagem: 110-120V. Velocidade do Processador: 200MHz. Modo Toner Save. Consumo de Energia: Printing/ Standby-by/Sleep: modo espera 8.1W/ Modo repouso 1.4W. Capacidade de saída do papel: 50 folhas. Gramatura de papel: 65 a 105g/m². Certificação Energy Star. Geral: Interfaces: USB 2.0 de alta velocidade, Wireless e Ethernet. Duplex: Manual	1.300,00	13000,00
9	20,00	UN		IMPRESSORA LASER, Tipo de Impressão: Laser Eletrofotográfico. Capacidade de memória: 1MB. Conexão: USB 2.0. Gramatura de Papel: 60 - 105g/m2. Tipos de Papel Suportado: Papel simples e Reciclado. Tamanhos do Papel Suportado: Carta, A4, Folio, Executivo, A5, B5, Legal, CxL148 a 355.6mm X 148 a 216 mm. Velocidade de Impressão: até 20 páginas por minuto. Tempo de Primeira Impressão: menos de 10 segundos. Capacidade de Bandeja: entrada: até 150 folhas de papel comum com 80g; saída: até 50 folhas de papel comum com 80g.	800,00	16000,00
10	10,00	UND		IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL - Funcionalidades: Imprimir / Digitalizar / Copiar Velocidade de Impressão ISO: 10 ppm / 5 ppm. Velocidade Máxima de Impressão (Preto e Colorido): 33ppm/15ppm. Resolução Óptica do Scanner: 600dpi Conectividade: USB 2.0. Tipo de Tinta : À base da água e corante.	1.980,00	19800,00
11	10,00	UN		Routerboard - Roteamento Dinâmico, Hotspot, Firewall, Mpls, Vpn, Qualidade Avançada De Serviço, Balanceamento De Carga E Ligação, Configuração E Monitoramento Em Tempo Real com 5 Portas Ethernet 10/100/1000, 4 Contagem	650,00	6500,00

				de threads de CPU, 2 Contagem do núcleo da CPU, Frequência nominal da CPU 880 MHz, Tamanho da RAM 256 MB, tamanho do armazenamento 16 MB		
12	10,00	UN		Access Point de teto - energizado através de um adaptador PoE (Power Over Ethernet), Portas 1 Ethernet Poe (Auto MDX, auto-sensing 10/100 Mbps) Botões Reset Antenas 2 Integradas (suporta MIMO 2x2 com diversidade espacial) Padrões Wi-Fi 802.11 b/g/n Energia Power over Ethernet passivo (12-24V) Fonte Alimentação 24V 1A PoE Adaptador incluído Consumo Máximo de Energia 4 Watts (Power Save Supported) Potência do Cartão (wlan) 20 dBm (100mW)	665,00	6650,00
13	5,00	UN		Switch 48 portas, Portas: - (48) portas RJ-45 10/100/1000 com detecção automática - (4) portas SFP 100/1000 Mbps - Suporta no máximo 48 portas 10/100/1000 com detecção automática, mais 4 portas SFP Memória e processador: - ARM Cortex-A9 a 400 MHz - SDRAM de 128 MB - Tamanho do buffer de pacotes: 1,5 MB - 16 MB de flash Latência: - Latência de 100 Mb: < 7 µs - Latência de 1000 Mb: < 2 µs Capacidade de produção: - até 77,3 Mpps Capacidade de routing/switching: - 104 Gbps, máximo, dependendo da configuração Capacidade de Switching: - 104 Gbps Características de gestão: - Navegador Web"	1.700,00	8500,00
14	40,00	UN		Estabilizador 1000VA, Tensão Entrada: Bivolt - 115/220V (Seleção Automática) Tensão Saída: 115V Número de tomadas: 6 Tomadas	220,00	8800,00
15	10,00	UN		Conector RJ 45 Cabo de Rede Pacote com 100 unidades	75,00	750,00
16	10,00	UN		Caixa de Cabo de Rede CAT6 305 Metros	485,00	4850,00
17	50,00	UN		Filtro de Linha 6 Tomadas	42,50	2125,00
18	50,00	UND		FONTE DE ENERGIA 200W. Fonte de energia chaveada, com tensão nominal de 115/230V, com a capacidade mínima de 200 Watts reais, silencioso.	115,00	5750,00
19	30,00	UN		Teclado e Mouse Sem Fio	155,00	4650,00
20	30,00	UN		Monitor 23" 1920x1080 hdmi	650,00	19500,00
21	10,00	UN		Monitor com regulagem de altura e rotação 21,5"	850,00	8500,00
22	20,00	UN		Transformador 1,5 kva	225,00	4500,00
23	40,00	UN		SSD 480GB 300MB/s Escrita 300MB/s leitura	360,00	14400,00
24	10,00	UN		Placa mãe socket 1151 com no mínimo 4 slots de memória HDMI e Rede Gigabit	500,00	5000,00
25	10,00	UN		Placa de vídeo 1.6 Ghz 6b DDR5 a 8 Gbps	1.550,00	15500,00
26	20,00	UN		Processador com no mínimo 4 núcleos físicos e 8 threads	1.850,00	37000,00
27	20,00	UN		Fonte de energia 450w Certificação 80 plus	290,00	5800,00
28	10,00	UN		Notebook c/ Processador 4 núcleos de 2.4 Ghz ou superior, 4mb cache, 8Gb de memória RAM ou superior, 2GB de memória de vídeo dedicada, tela Led 15.6 , 1tb de Hd , c/ saídas Usb 3.0, Vga, hdmi, RJ45, Som, interface wifi, marca de 1ª Linha, Garantia de 1 Ano, 8 GB (+2GB de memória dedicada) , tela 15,6" "	3.350,00	33500,00
29	10,00	UN		Projektor Multimidia ±Com as seguintes características mínimas: Luminosidade 3000 lumens, lente Foco manual e Zoom Digital Índice de Projeção / Throw Ratio: 1,45 - 1,96 Distância de Projeção: 0,88 - 10,44 metros (100" a 3m de distância) Tamanho da Imagem: 23" - 350" Foco: manual / Zoom: 1 - 1.35 (digital), conexões	1.980,00	19800,00

				Entrada: HDMI x 1; Computador : VGA RGB (D-sub 15-pinos) x 1; S-Vídeo: Mini DIN x 1; Vídeo Composto: RCA (amarelo) x1; USB Tipo A x 1 (Memória USB, Wi-fi); USB Tipo B x 1 (USB Display, Mouse, Controle); Áudio: RCA x 2 (vermelho/branco); Controle: RS-232 x 1 Saída: VGA (Mini D-sub 15 pin) x 1 - Monitor Out; Áudio (Stereo Mini Jack) x1, Bivolt, com controle remoto"		
30	2,00	UN		Alicate Crimpar RJ45 RJ11 R112	75,00	150,00
31	10,00	UN		pendrive 32GB	42,50	425,00
32	10,00	UN		pendrive 8 GB	32,50	325,00
33	5,00	UN		Case Slim Hd Ssd Adaptador Usb 3.0 Sata3 Externo	60,00	300,00
34	30,00	UN		Adaptador de Rede Wireless usb, Vel. 300mbps, c/ antena	42,50	1275,00
35	10,00	UN		Nobreak 2,5 KVA modelo EXT Premium senoidal + banco de baterias (2 anos de garantia)	3.150,00	31500,00
36	5,00	UN		Caixa de som para computador, de alta qualidade, potência 3W RMS, controle de volume e botão ligadesliga	32,50	162,50
37	30,00	UN		Nobreak 600 VA 110v (1 ANO DE GARANTIA E FUSIVEL RESERVA)	285,00	8550,00
38	2,00	UN		Impressora Matricial monocromático formulário 7 vias formato A3	4.400,00	8800,00
39	10,00	UN		Placa de Rede p/ Computador (Conexão RJ45), conexão c/ Placa Mãe via Pci, Transmissão 10/100 Mbps, Garantia contra defeitos de Fabrica	50,00	500,00
40	10,00	UN		Memória DDR3 4GB 1333 mhz	140,00	1400,00
41	10,00	UN		Memória DDR4 8GB 2666 Mhz	290,00	2900,00
42	20,00	UN		Gabinete P4 4Baías (c/ usb frontal), cor Preta, c/ parafusos. Garantia contra Defeitos de fábrica. Inf. detal.: K-MEX / GM-02T9 GABINETE	155,00	3100,00
43	5,00	UN		Tela de projeção com tripé Com as seguintes características mínimas: ±altura 200 cm, largura 200 cm, comprimento 21 cm, peso 12,5Kg, - com garantia mínima de 12 meses, - com suporte e tripé Sistema de molas semiautomáticas com alta precisão - Perfil sextavado com acabamento em pintura eletrostática - Tripé com ajuste de altura - Alça para transporte	750,00	3750,00
Total						483.887,50

VALORES PARA A PROPOSTA CORRIGIDA DEVERÃO SER LINEAR EM TODOS OS ITENS.

As mercadorias deverão ser entregues somente no local indicado na ORDEM DE FORNECIMENTO e obrigatoriamente acompanhada da cópia da Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento e Declaração de responsabilidade (modelo anexo 10).

LOCAL E DATA

- a) Entende-se por recebimento o descarregamento e acomodação dos produtos no local acima indicado;
- b) Caso fiquem constatadas irregularidades em relação ao objeto, ou mesmo não se enquadrar nas exigências mínimas, resultará na não aceitação do objeto e imediata rescisão do contrato;
- c) O não cumprimento da obrigação, ocorrerá em penalidade, nos termos da Lei 8.666/93;
- d) As condições estabelecidas no edital e seus anexos vinculam as partes, e nos casos em que se encontram presentes os requisitos do Artigo 55 da Lei 8.666/93, há substituição do instrumento do contrato, na forma do artigo 62 da mesma Lei já mencionada.

Prazo para Entrega

Após a homologação do resultado, será a vencedora notificada e convocada, através da devida nota de empenho, para, no prazo de até 10 (dez) dias, pelo período de 12 meses, entregar o objeto desta licitação, para todos os **LOTES**, nas quantidades e locais indicados.

Devido as alterações e republicação do edital, altera-se a data do certame conforme abaixo:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h00 do dia 17/06/2020 às 08:00 do dia 30/06/2020.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h00 às 09h00 horas do dia 30/06/2020

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00 horas do dia 30/06/2020

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2020

Publicação Nº 2525366

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2020

EXTRATO

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08 horas e 45 minutos (oito horas e quarenta e cinco minutos), do dia 01 (um) de julho de 2020, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a escolha mais vantajosa para a aquisição de óleos lubrificantes e hidráulicos, a fim de atender a demanda da frota de veículos do Município de Presidente Castello Branco/SC, no ano de 2020. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 17 DE JUNHO DE 2020.

Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 78/2019

Publicação Nº 2525318

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 78/2019

CONTRATANTE:	MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	CRI COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA
OBJETO:	O presente termo aditivo tem por objeto a aditivação da cláusula quarta do contrato: Do preço e condição de pagamento: O preço total ajustado para a prestação dos serviços passa de R\$ 75.200,00 (setenta e cinco mil e duzentos reais) para de 76.741,60 (setenta e seis mil, setecentos e quarenta e um reais e sessenta centavos), perfazendo o valor mensal de R\$ 9.592,70 (nove mil, quinhentos e noventa e dois reais e setenta centavos). Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditivado e não alterado pelo presente termo aditivo
VIGÊNCIA:	31/01/2021

Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

Presidente Getúlio

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 47/2020

Publicação Nº 2525701

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 47/2020
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 44/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA USO NAS IMPRESSORAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO
EMPRESA: IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME
CNPJ: 20.081.724/0001-14
VIGÊNCIA: 6 MESES
PRESIDENTE GETÚLIO, 16 DE JUNHO DE 2020
NELSON VIRTUOSO – PREFEITO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 48/2020

Publicação Nº 2525707

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 48/2020
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 44/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA USO NAS IMPRESSORAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO
EMPRESA: ELECTROINOX COMERCIO DE EQUIP E ELETRONICOS EIRELI EPP
CNPJ: 01.027.088/0001-06
VIGÊNCIA: 6 MESES
PRESIDENTE GETÚLIO, 16 DE JUNHO DE 2020
NELSON VIRTUOSO – PREFEITO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 49/2020

Publicação Nº 2525710

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 49/2020
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 44/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA USO NAS IMPRESSORAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO
EMPRESA: ZERO5 DISTRIBUIDORA EIREL
CNPJ: 31.552.106/0001-21
VIGÊNCIA: 6 MESES
PRESIDENTE GETÚLIO, 16 DE JUNHO DE 2020
NELSON VIRTUOSO – PREFEITO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 50/2020

Publicação Nº 2525730

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 50/2020
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 44/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA USO NAS IMPRESSORAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO
EMPRESA: L&S COMERCIAL
CNPJ: 32.763.201/0001-37
VIGÊNCIA: 6 MESES
PRESIDENTE GETÚLIO, 16 DE JUNHO DE 2020
NELSON VIRTUOSO – PREFEITO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2020

Publicação Nº 2525731

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2020
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 44/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA USO NAS IMPRESSORAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO
EMPRESA: WP DO BRASIL LTDA.EPP WP
CNPJ: 04.483.808/0001-28

VIGÊNCIA: 6 MESES
PRESIDENTE GETÚLIO, 16 DE JUNHO DE 2020
NELSON VIRTUOSO – PREFEITO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 52/2020

Publicação Nº 2525735

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 52/2020
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 44/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA USO NAS IMPRESSORAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO
EMPRESA: TECTONER RECARGA DE TONER LTDA
CNPJ: 01.027.088/0001-06
VIGÊNCIA: 6 MESES
PRESIDENTE GETÚLIO, 16 DE JUNHO DE 2020
NELSON VIRTUOSO – PREFEITO

Princesa

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 17.2020 E 18.2020

Publicação Nº 2525328

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 17/2020

Contratante.: MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA Contratada...: SIDINEI ALTEVOGT 08376334948

Valor : 960,40 (novecentos e sessenta reais e quarenta centavos)

Vigência : Início: 17/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 20/2020

Recursos : Dotação: 2.060.3.3.90.00.00.00.00 (202)

Objeto : Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS da AGRICULTURA FAMILIAR e do Empreendedor Familiar Rural, que serão utilizados na confecção da merenda escolar dos educandários municipais, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE. Princesa, 16 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 18/2020

Contratante.: MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

Contratada...: COOPERATIVA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E

Valor : 13.250,09 (treze mil duzentos e cinq-enta reais e nove centavos)

Vigência : Início: 17/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 20/2020

Recursos : Dotação: 2.040.3.3.90.00.00.00.00 (87),

2.059.3.3.90.00.00.00.00 (89), 2.060.3.3.90.00.00.00.00 (91) ,

2.040.3.3.90.00.00.00.00 (200), 2.059.3.3.90.00.00.00.00 (201) ,

2.060.3.3.90.00.00.00.00 (202)

Objeto : Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS da AGRICULTURA FAMILIAR e do Empreendedor Familiar Rural, que serão utilizados na confecção da merenda escolar dos educandários municipais, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE. Princesa, 16 de Junho de 2020

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 71.2020-PM - TOMADA DE PREÇOS 04.2020 - GINÁSIO 1ª ETAPA

Publicação Nº 2525230

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Processo Licitatório 71/2020-PM
Tomada de Preços 04/2020-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que está realizando licitação, na modalidade Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global, cujo objeto é "Contratação de pessoal jurídica para construção da primeira etapa de um GINÁSIO DE ESPORTES, conforme Contrato de Repasse 888622/2019, firmado entre o Município de Princesa/SC e o Ministério da Cidadania". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 02 de junho de 2020 às 08h00min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 16 de junho de 2020. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal.

LEI Nº 1.055 DE 17 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524837

LEI Nº 1.055 DE 17 DE JUNHO DE 2020.

"REVOGA OS DECRETOS 59 E 60 de 24.02.2012 E AUTORIZA A RETROCESSÃO ou ALIENAÇÃO DO IMÓVEL".

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Ficam revogados os Decretos numero 59 de 24 de fevereiro de 2012, que declarou imóvel de utilidade pública para fins de desapropriação, e o Decreto número 60 de 24 de fevereiro de 2012 que desapropriou 450,1m² do imóvel pertencente a matrícula 6924 do Registro de Imóveis de São José do Cedro.

Art. 2º O imóvel retrocederá ao proprietário desapropriado, mediante prévio ressarcimento aos cofres públicos, do valor atual de avaliação. Parágrafo Primeiro. Conforme parecer de avaliação mercadológica, a área a retroceder com 450m² pertence a matrícula 11.531 (onze mil quinhentos e trinta e um) e possui valor de R\$ 52.000,00 – cinquenta e dois mil reais.

Parágrafo Segundo. Para ser dispensado o ITBI, a área de terra deverá reincorporar a matrícula original.

Art. 3 Não havendo interesse do proprietário em adquirir o imóvel por retrocessão, fica autorizada a municipalidade a aliená-lo em hasta pública.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Estado de Santa Catarina, Município de Princesa.

Gabinete do Prefeito Municipal, 16 de junho de 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL 52.2020 DL 20.2020

Publicação Nº 2524886

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Edilson Miguel Volkweis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 52/2020 b) Licitação Nr.: 20 /2020-DL					
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços d) Data Homologação: 16/06/2020 e) Data da Adjudicação: 16/06/2020 Sequência: 0					
f) Objeto da Licitação Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS da AGRICULTURA FAMILIAR e do Empreendedor Familiar Rural, que serão utilizados na confecção da merenda escolar dos educandários municipais, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.					
g) Fornecedores e Itens Vencedores: COOPERATIVA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E (9095)	Unid.	Qtde Descto (%) Preço Unitário		(em Reais R\$)	
				Total do Item	
1 Alface - de primeira qualidade, folhas íntegras, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, estar livre de sujidades.	Un	50,00	0,0000	2,46	123,00
2 Alho - de primeira qualidade, firme, grão, cabeças intactas.	Kg	8,00	0,0000	23,42	187,36
3 Batata doce - de boa qualidade, fresca, compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica; tamanho uniforme, devendo ser grão; livre de sujidades.	Kg	50,00	0,0000	3,68	184,00
4 Bergamota - de primeira qualidade, in natura, inteira, firme, maturação adequada para o consumo, com ausência de sujidades, parasitos e larvas.	Kg	40,00	0,0000	3,27	130,80
5 Beterraba - de primeira qualidade, tamanho médio, sem folhas, sem lesões, livre de sujidades.	Kg	30,00	0,0000	3,67	110,10
6 Bolacha caseira de sabores diversos, conformidade com a legislação vigente.	Kg	80,00	0,0000	21,90	1.752,00
7 Brócolis - deverá ser fresco e saudável, não estar danificado por	Un	10,00	0,0000	4,80	48 , 00

qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

COOPERATIVA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E (9095)

8 Cebola - de primeira qualidade, sem lesões, isento de sujidades, de tamanho médio.	Kg	30,00	0,0000	3,90	117,00
9 Cenoura - de primeira qualidade, deve estar firme, sem lesões, sem folhas, tamanho médio.					121,20
10 Chuchu - deve estar firme, sem lesões, ter aroma e cor característicos, estar livre de insetos e sujidades.					66 , 80

11 Couve flor - deverá ser sã, fresca, ter atingido o grau máximo no tamanho, não estar danificada por qualquer lesão que afete a sua aparência.					34 , 80
12 Couve folha - deverá ser sã, fresca, não estar danificada por qualquer lesão que afete a sua aparência, maços de 300 g.					30 , 96
13 Cuca sovada, com identifica- ção de acordo com a legislação vigente, tamanho grande, em média 900g					388,85
14 Feijão preto, tipo 1, de boa qualidade, embalagem de 1kg, contendo rótulo com informa- ções em conformidade com a legislação vigente.					313,80
15 Geladinho de polpa de Frutas, 100% natural, unidade com 40 gramas, sem adição de conservantes e açúcar, embalado individualmente, sabores diver- sos, com rotulagem contendo informações conforme legislação vigente, entregue em condições de temperatura para a conserva- ção do produto.					225,00
16 Iogurte, líquido, sabores di- versos, com rotulagem contendo informações conforme legislação vigente.					1.492,00
17 Laranja de primeira quali- dade, in natura, inteira, firme, casca lisa, maturação adequada para o consumo.					60 , 40
18 Leite integral pasteurizado, tipo C, com rotulagem con- tendo informações conforme a legislação vigente, deverá ter identificação do órgão de inspe- ção sanitária, 1lt					3.593,40
19 Mandioca, descascada, con- gelada, primeira qualidade, em- balagem atóxica, com rotulagem conforme legislação vigente, embalagem de 1Kg, validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega do produto.					535,00
20 Maracujá, com coloração própria e uniforme, fresco, em perfeito estado de desenvolvi- mento, sem danos que alterem a conformação e aparência.					59 , 80
21 Melado - com coloração pró- pria e uniforme, lacrado, com					372,90

rotulagem contendo informações conforme legislação vigente. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega do produto.

Kg 30,00 0,0000 4,04

Kg 20,00 0,0000 3,34

Un 8,00 0,0000 4,35

Un 8,00 0,0000 3,87

Un 55,00 0,0000 7,07

Kg 60,00 0,0000 5,23

Un 225,00 0,0000 1,00

L 400,00 0,0000 3,73

Kg 20,00 0,0000 3,02

L 1.130,00 0,0000 3,18

Kg 100,00 0,0000 5,35

Kg 5,00 0,0000 11,96

Kg 30,00 0,0000 12,43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
COOPERATIVA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E (9095)

22 Milho de pipoca, boa qualidade, com rotulo contendo especificações conforme a legislação vigente.	Kg	8,00	0,0000	5,09	40 , 72
23 Morango, maturação adequada para o consumo, de primeira qualidade, não devem estar amassados, sem lesões, com coloração característica.	Kg	30,00	0,0000	17,63	528,90
24 Nata (creme de leite), embalado e rotulado conforme a legislação vigente, pacote com 300g	PCT	20,00	0,0000	5,68	113,60
25 Pão Branco Sovado, de boa qualidade, macio, em conformidade com a legislação vigente, tamanho médio de 500g	Un	60,00	0,0000	5,12	307,20
26 Picolé de polpa de Frutas, 100% natural, unidade com 40 gramas, sem adição de conservantes e açúcar, embalado individualmente, sabores diversos, com rotulagem contendo informações conforme legislação vigente, entregue em condições de temperatura para conservação do produto.	Un	225,00	0,0000	3,00	675,00
27 Queijo muzzarella ou tipo colonial, pedaço inteiro, inspecionado, com rotulagem contendo informações conforme legislação vigente. Deverá ter identificação do órgão de inspeção sanitária.	Kg	50,00	0,0000	25,86	1.293,00
28 Repolho verde, graúdo, isento de material terroso, de primeira qualidade, coloração uniforme e sem manchas, livre de insetos.	Kg	50,00	0,0000	3,13	156,50
29 Tempero verde (salsa e cebolinha) de ótima qualidade, sem defeitos, com folhas verdes sem traços de descoloração, intactas, tamanho e coloração uniformes e típicos da variedade, não estar danificada.	Kg	50,00	0,0000	2,73	136,50
30 Tomate graúdo, maturação adequada para o consumo, casca lisa, sem ferimentos, de primeira qualidade.	Kg	10,00	0,0000	5,15	51 , 50
SIDINEI ALTEVOGT 08376334948 (10506)			Total do Fornecedor:		13.250,09

15 Geladinho de polpa de Frutas, 100% natural, unidade com 40 gramas, sem adição de conservantes e açúcar, embalado individualmente, sabores diversos, com rotulagem contendo informações conforme legislação vigente, entregue em condições de temperatura para a conservação do produto.	Un	225,00	0,0000 1,00	225,00
17 Laranja de primeira qualidade, in natura, inteira, firme, casca lisa,	Kg	20,00	0,0000 3,02	60 , 40

maturação adequada para o consumo.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

SIDINEI ALTEVOGT 08376334948 (10506)

26 Picolé de polpa de Frutas, 100% natural, unidade com 40 gramas, sem adição de conservantes e açúcar, embalado individualmente, sabores diversos, com rotulagem contendo informações conforme legislação vigente, entregue em condições de temperatura para conservação do produto.	Un	225,00	0,0000 3,00	675,00
			Total do Fornecedor:	960,40
			Total Geral:	14.210,49

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (87), 2.059.3.3.90.00.00.00.00.00 (89), 2.060.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (200), 2.059.3.3.90.00.00.00.00.00 (201), 2.060.3.3.90.00.00.00.00.00 (202)

Quilombo

PREFEITURA

LEI N° 2834/2020 - DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2525450

LEI N.º 2834/2020 – DE 16 DE JUNHO DE 2020.

AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL E OS REPRESENTANTES DO SETOR JURÍDICO MUNICIPAL A CELEBRAREM ACORDO EM PROCESSO JUDICIAL DE COBRANÇA EM QUE O MUNICÍPIO DE QUILOMBO É RÉU, E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Prefeito Municipal, bem como os representantes do setor jurídico Municipal, autorizados a promover acordo em processo judicial de cobrança – autos nº 0300167-72.2019.8.24.0053, movido em face do Município de Quilombo pela empresa Construtora Oliveira, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 80.095.466/0001-57, estabelecida comercialmente na Avenida Araucária, nº. 596, Centro, na cidade de Maravilha/SC.

Art. 2º O acordo deverá ser realizado sobre os valores já sentenciados no processo nº 0300167-72.2019.8.24.0053.

Art. 3º A empresa Oliveira desiste da cobrança de parte da condenação, no valor de R\$ 13.993,53 (treze mil novecentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos), referente à glosa definitiva (serviços não executados).

Art. 4º A empresa Oliveira desiste da cobrança da importância de R\$ 1.478,77 (mil quatrocentos e setenta e oito reais com setenta e sete centavos), referente as despesas, suportadas pelo Município por ocasião da emissão da nota fiscal, geradas pelos impostos ISS e IRF.

Art. 5º O Município efetuará o pagamento dos honorários sucumbências fixados na sentença (10% sobre o valor de 134.443,38), que corresponde ao valor de R\$13.443,33 (treze mil quatrocentos e quarenta e três mil reais e trinta e três centavos).

Art. 6º O município de Quilombo efetuará o pagamento das custas processuais em favor da Construtora Oliveira no valor de R\$ 2.401,08 (dois mil quatrocentos e um reais e oito centavos).

Art. 7º O acordo somente será avençado com a parte interessada e/ou advogado que a represente no processo judicial mediante procuração.

Art. 8º Os valores apurados no acordo deverão ser pagos pelo Município por meio de depósito judicial, devendo ser pago até 15 (quinze) dias após a homologação judicial do acordo.

Art. 9º A partir do cumprimento do acordo narrado, inexistirá qualquer obrigação entre as partes, resultando a ampla, geral e irrevogável quitação à cerca dos fatos.

Art. 10 As despesas do referido acordo deverão ocorrer por suplementação orçamentária.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 16 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Em ____/06/2020.

Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos

Funcionário Designado

PORTARIA Nº 0422/2020 – DE 10 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525753

PORTARIA Nº 0422/2020 – DE 10 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA 04/2020, NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a Lei Complementar nº. 032 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município, de 05 de dezembro de 2001,

Considerando a comunicação interna nº018/2020 emitida pelo Secretário Municipal de Saúde, em 13 de maio de 2020;

Considerando a comunicação interna 01/2020, emitida pela servidora Sidiane Costarelli Paiva, no dia 12 de maio de 2020, relatando denúncia de usuário do serviço de saúde mental junto ao CAPS;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Comissão Especial de Sindicância Administrativa nº04/2020, visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas na Comunicação Interna nº01/2020, registrada no dia 12 de maio de 2020.

Parágrafo Único. Nomeia-se para conduzir os trabalhos a seguinte comissão:

I. Tairone Padilha Dos Santos – Presidente;

II. Daniela Moura Bortolatto – Membro;

III. Ivanete Bison – Membro;

IV. Luciana Lima – Membro;

V. Rildo José Beber – Membro;

Art. 2º A presente Comissão de Sindicância Administrativa deverá concluir os trabalhos no prazo de 30 (sessenta) dias.

Art. 3º A Comissão de Sindicância Administrativa poderá contar com o tempo, os meios e a estrutura material necessária para realização de seu mister, podendo, inclusive, requisitar o auxílio de demais servidores, se for o caso.

Art. 4º Os serviços da comissão são considerados de caráter relevante, não sendo atribuída aos seus membros qualquer remuneração.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 10 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em___/06/2020

Lei Municipal 1087/1993

Luciana Lima

Servidora Designada

Rancho Queimado

PREFEITURA

ATO CONVOCATÓRIO 80

Publicação Nº 2525650

PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

ATO CONVOCATÓRIO LXXX

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, informa e convoca os candidatos abaixo, aprovados através do Concurso Público nº 01/2017, a comparecerem no Setor Pessoal para manifestar seu interesse de ingressar no quadro da Administração Municipal:

- ANA LUISA REMOR DA SILVA

Rancho Queimado, em 16 de junho de 2020.

CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

Rio do Campo

PREFEITURA

13º ALTERAÇÃO VALORES ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 45 2019

Publicação Nº 2525197

Alteração de valores do combustível referente ao Pregão Presencial nº 28/2019 – Ata Registro de Preço nº 45/2019

Com base no requerimento apresentado pela empresa Auto Posto Fontanive Ltda, fica alterado o valor do item 01 – Gasolina Comum, que passará a vigorar com o valor de R\$ 4,197. A vigência dos valores alterados será a partir de 15 de junho de 2020.

Rodrigo Preis – Prefeito Municipal

267 PORTARIA Nº 267 CONCEDE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA A SERVIDORA CLAUDIA REGINA LOBO MERÍSIO

Publicação Nº 2524910

Portaria nº. 267, de 16 de junho de 2020.

“Dispõe sobre a redução de Carga Horária para servidora CLAUDIA REGINA LOBO MERÍSIO”.

RODRIGO PREIS, prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei nº 01/2009, alterada pela Lei Complementar 19/2013.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER alteração de Carga Horária a servidora CLAUDIA REGINA LOBO MERÍSIO, matrícula 33333, efetivo no cargo de professor, de com carga 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único: A alteração da Carga Horária dar-se-á em 20 (vinte) horas semanais, passando o servidor a cumprir a jornada semanal de 20 (vinte) horas semanais, com redução proporcional do respectivo vencimento, para o ano letivo de 2020.

Art 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 01 de maio de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 16 de junho de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Secretaria de Administração e Finanças

268 PORTARIA Nº 268 CONCEDE FÉRIAS CONVERTIDA EM PECUNIA AO SERVIDOR JEFFERSON CARDOUZO

Publicação Nº 2524912

Portaria nº. 268, de 16 de junho de 2020.

“Concede Férias convertidas em pecunia ao Servidor jefferson cardouzo.”

rodrigo preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro nos artigos 116 e 120, da Lei nº. 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor JEFFERSON CARDOUZO, matrícula nº. 34165, 10 (dez) dias de férias convertidos em pecúnia, referente ao período aquisitivo de 14 de maio de 2016 à 13 de maio de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 16 de junho de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Secretaria de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.170

Publicação Nº 2526026

**MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO**

Pág 1 / 2

Estado de Santa Catarina

CNPJ: 83.102.707/0001-36

Endereço: Rua 29 de Dezembro - 70

Telefone: (47) 3564-8100

CEP: 89.198-000

Cidade: Rio do Campo

DECRETO Nº 4.170, DE 16 DE JUNHO DE 2020

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar por anulações de dotações do orçamento vigente, por excesso de arrecadação e da providências"

Rodrigo Preis, prefeito do município de Rio do Campo, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município e autorização contida na lei orçamentária 2.295 de 20 de novembro de 2019:

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 8.925,00 (oito mil e novecentos e vinte e cinco reais).

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Manutenção da Secretaria de Assistência Social	10.001.0004.0122.0018.2069.33390000000000000000.01350490	8.925,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Excesso		01350490	8.925,00

Art. 3 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 7.324,00 (sete mil e trezentos e vinte e quatro reais).

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Manutenção do Setor Administrativo e Fazendário	03.001.0004.0122.0002.2009.33390000000000000000.01520000	861,00
Suplementar	Manutenção do Setor Administrativo e Fazendário	03.001.0004.0122.0002.2009.33390000000000000000.01530000	6.463,00

Art. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Excesso		01520000	861,00
Excesso		01530000	6.463,00

Art. 5 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 154.000,00 (cento e cinquenta e quatro mil reais).

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Manutenção do Setor Administrativo e Fazendário	03.001.0004.0122.0002.2009.33190000000000000000.01530000	74.000,00
Suplementar	Manutenção do Setor Administrativo e Fazendário	03.001.0004.0122.0002.2009.33191000000000000000.01530000	19.000,00
Suplementar	Manutenção da Diretoria de Transportes, Obras e Edificações	04.001.0026.0122.0003.2011.33190000000000000000.01530000	47.000,00
Suplementar	Manutenção da Diretoria de Transportes, Obras e Edificações	04.001.0026.0122.0003.2011.33191000000000000000.01530000	14.000,00

Art. 6 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 5 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

**MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO**

Pág 2 / 2

Estado de Santa Catarina

CNPJ: 83.102.707/0001-36

Endereço: Rua 29 de Dezembro - 70

Telefone: (47) 3564-8100

CEP: 89.198-000

Cidade: Rio do Campo

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Excesso		01530000	154.000,00

Art. 7 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Atendimento Odontológico na Atenção Básica	11.001.0010.0302.0014.2093.33190000000000000000.02380506	20.000,00
Suplementar	Atendimento Odontológico na Atenção Básica	11.001.0010.0302.0014.2093.33191000000000000000.02380506	4.000,00

Art. 8 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 7 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Atendimento Odontológico na Atenção Básica	11.001.0010.0302.0014.2093.33390000000000000000.02380506	24.000,00

Art. 9 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 99.758,00 (noventa e nove mil e setecentos e cinquenta e oito reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.33190000000000000000.02380570	27.758,00
Suplementar	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.33191000000000000000.02380570	72.000,00

Art. 10 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 9 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Excesso		02380570	99.758,00

Art. 11 – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio do Campo - Santa Catarina, 16 de junho de 2020

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal de Rio do Campo

DECRETO Nº 4.171

Publicação Nº 2526027

DECRETO Nº 4.171 DE 16 DE JUNHO DE 2020.

“Revoga o parágrafo único do Art. 2º do Decreto nº 4.146 de 19 de março de 2020 que declara situação de emergência no Município de Rio do Campo, define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento à COVID-19”.

RODRIGO PREIS, Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela lei orgânica municipal, artigo 65, inciso VII,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o parágrafo único do artigo 2º do Decreto nº 4.146, de 19 de março de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Campo 16 de junho de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

EDITAL Nº 006-2020 - NOTIFICAÇÃO DE DIVIDA ATIVA

Publicação Nº 2525045

EDITAL Nº 006, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DIVIDA ATIVA

Ficam os contribuintes abaixo relacionados notificados a comparecer ao Departamento de Tributação da Prefeitura para, no prazo de 30 (trinta) dias, promover a regularização dos débitos inscritos em Dívida Ativa na forma dos Artigos 118 a 121 da Lei Complementar n. 002/2009.

Os débitos poderão ser pagos à vista ou o contribuinte poderá aderir ao parcelamento, na forma do art. 74 do Código Tributário Municipal, a serem pagos em até 36 parcelas mensais com juro de 1% (um) ao mês. Na eventualidade de não ocorrer o pagamento espontâneo do débito tributário, o município de Rio do Campo não hesitará em realizar medidas coercitivas extrajudiciais e/ou submeter o seu crédito ao Poder Judiciário para cobrança coercitiva, através da ação competente Ação de Execução Fiscal, onde serão exigidos multa, juros, correção monetária, e todos os demais encargos originados pela demanda civil fiscal (despesas processuais e honorários advocatícios), com a possibilidade, inclusive, de arresto, penhora e leilão de bens, visto que o bem comum exige que os tributos sejam rigorosamente arrecadados.

PROCESSO Nº	NOME	CPF/CNPJ	ANO	RECEITA	VALOR R\$
1431/2005	EMILIO DA SILVA VEICULOS	00.000.000/0000-00	2001	100	4.859,44
1660/2005	CELIO AMARILDO DIAS	715.705.609-78	2003	500	69,94
10/2020	EMILIO KOCH	095.014.109-78	2018	100	337,47
108/2019	ALFREDO FERNANDES	080.484.749-56	2019	100	296,60
1423/2005	AGROPECUARIA BOM AGRICULTOR LTD	78.526.491/0001-04	2005	700, 500	2.251,59
1424/2005	AGROPECUARIA BOM AGRICULTOR LTD	78.526.491/0001-04	2005	700,500	765,53
20/2018	AUTO MECANICA WEISS LTDA - ME	73.351.553/0001-62	2011	700,600	1.698,82
1772/2006	BOGO E & LTDA	86.323.185/0001-90	2002	100	10.393,61
1465/2005	BOGOTINI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	79.287.025/0001-78	2001	700	2.560,68
63/2018	CEMASTRO MADEIREIRA E CERAMICA	03.395.330/0001-11	2011	600,700	756,98
1866/2006	CEMASTRO MADEIREIRA E CERAMICA	03.395.330/0001-11	2005	600,700	1.233,10
1667/2005	K E M ASSESSORIA E REPRESENTAÇÕES	05.618.865/0001-30	2003	500	239,36
11/2020	JOSE ALEXANDRE WEBER	868.392.099-20	2013	500	515,05
1139/2005	VILMAR MANFRINI	983.715.099-87	2004	500	64,49
134/2019	EUCLIDES ADILSON BOGO	613.177.809-49	2019	100	269,49
139/2019	GERVASIO FABIO KESTRING	705.609.199-72	2019	300	2.457,32

1041/2005	FUNERARIA RIOCAM-PENSE LTDA	03.888.378/0001-61	2004	300	1.720,60
1879/2006	FUNERARIA RIOCAM-PENSE LTDA	03.888.378/0001-61	2005	300	1.654,61
50/2018	ANTONIO CAMARGO	502.126.809-00	2011	100	390,03
138/2019	FRIDOLINO JOSÉ MARTINS	597.313.899-20	2019	100	294,65
153/2019	LATICÍNIOS MOREIRA LTDA	01.240.171/0001-50	2019	700	357,91
1828/2006	LUIZ MARCHESE	292.717.039-87	2005	600,700	3.080,98
1529/2005	LOSI SERVICOS LTDA ME	03.583.372/0001-86	2001	100	3.154,80
113/2018	NILSA MENEGAZZI STINGHEN ME	08.281.527/0001-43	2011	600,700	1.355,14
124/2018	MARCOS SERVIÇO TECNICOS TOPAGRAFICOS LTDA	02.988.372/0001-01	2009	600,700	2.839,24
12/2020	ALVISIO BELEGANTE	093.337.469-00	2009	600,700	21.787,51
13/2020	VALDECIR DIAS MACHADO	733.249.579-15	2019	100	3.549,68
1842/2006	VTL MOVEIS LTDA ME	01.992.876/0001-24	2002	100,500	3.296,96
207/2019	SILVIA DAS GRAÇAS LEHMANN	707.849.229-34	2019	100	463,63
14/2020	FREDERICO MARTINS	019.973.359-72	2019	100	7.018,46
127/2018	RAQUEL APARECIDA LOSI ME	07.165.296/0001-40	2011	600,700	2.158,33
63/2018	LEONARDO MONTEIRO – ME	02.255.337/0001-75	2011	600,700	1.897,89
1469/2005	TC CALCADOS	00.000.000/0000-00	2011	100	1.047,30
15/2020	AMILTON JOSE MATUZAKI & CIA LTDA	03.165.406/0001-12	2019	600,700	903,83
16/2020	IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR	62.955.505/1346-00	2019	100	653,85
1540/2005	MARIA SCHROEDER	613.803.349-34	2002	500	435,60
110/2018	AUTO MECANICA MILES LTDA ME	08.001.087/0001-23	2011	600,700	3.864,37
5/2018	AGEMIRO MEDEIROS	671.055.219-53	2011	100	349,83
2100/2006	JAQUELINE DAROLT ME	01.762.352/0001-47	2006	600,700	3.982,93
2056/2006	MINIMERCADO E LANCHONETE RAMOS E JUNCHECK LTDA	07.308.336/0001-65	2005	600,700	9.800,66
1844/2006	SILVIA MARIA JUNCHECK BAR E LANCHONETE	83.195.016/0001-24	2005	600,700	4.013,17
17/2020	CARLOS EDUARDO LEFFER DE LIZ	046.462.289-12	2005	500	1.555,70
1544/2005	ADELINO CARARA	154.561.889-53	2003	500	214,97
619/2011	MATER-LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	02.374.358/0001-00	2004	600,700	11.495,93
157/2019	LINO NIEHUES	019.977.429-34	2019	100	1.324,71
688/2014	LINO NIEHUES	019.977.429-34	2013	100	5.596,11
18/2020	IGOR RAPHAEL CORREA RAMOS ME	11.434.145/0001-17	2011	600,700	888,30
19/2020	ANDRIOLI COMERCIO DE ARTIGOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTD	09.003.514/0004-18	2013	600,700	1.289,12
20/2020	JUSSA COMERCIO DE VESTUARIO LTDA	85.325.900/0001-61	2011	600,700	873,50
21/2020	COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO KLEIS LTDA	76.377.738/0001-34	2011	600,700	760,27
22/2020	MIRIAM BENINCA	242.824.135-49	2013	100	5.524,00
106/2019	ALDO EYNG	292.486.479-87	2019	100	679,23
200/2019	GRAZIELI SCHMITZ	052.483.389-30	2019	100	326,21
1252/2005	JAISOM PEREIRA	040.603.819-85	2005	500	591,00
248/2019	GRAZIANE TAMBOSI	031.885.949-17	2019	100	106,93

23/2020	JULIO CESAR IG-NACZUK	070.489.219-78	2018	100	802,47
264/2019	MAURICIO FELIPPE MARIAN – ME	15.035.807/0001-37	2019	600,700	470,51
285/2019	NOVO HORIZONTE FLORICULTURA E COM. DE ART. EM GERAL LTDA ME	15.196.541/0001-04	2019	600,700	470,51
232/2019	ANTONIO ALVES	054.404.739-71	2019	100	489,37
273/2019	LUZIA PEREIRA DOS SANTOS RAKOCHINSKI	987.478.789-91	2019	100	474,77
24/2020	ADINEI ORTIZ DOS SANTOS 04759099921	23.057.786/0001-89	2016	600,700	685,87
289/2019	JAISON DE LIMA	078.990.379-21	2019	100	72,33
293/2019	ANA JESSICA WEISS	095.789.379-54	2019	100	481,62
246/2018	ALURINDO DIAS	095.789.379-54	2018	500	459,85
214/2019	JANETE LEVANDOVSKI WAISCZYK	950.892.929-49	2019	100	137,07
25/2020	TATIANE EVANGELISTA DEDA ME	06.272.523/0001-73	2005	600,700	1.064,43
26/2020	DANIEL SOARES	088.612.219-80	2018	100	895,39
333/2019	DANIELA RIBEIRO DE OLIVEIRA	29.937.082/0001-87	2019	700	329,66
341/2019	KLOVES FERNANDO COMELLI LEITE	31.911.354/0001-11	2019	600,700	376,55
27/2020	RENATO RAFAELI	458.119.899-20	2015	500,700	488,92
344/2019	LURDES DE MELLO DA SILVA	908.051.609-06	2019	500	425,41
247/2019	JOELTON SCHWARZ	064.403.189-18	2019	100	806,85
223/2019	LEANDRO CEZAR CARDOZO	066.877.989-60	2019	500	327,73
303/2019	LUCAS HONÓRIO – ME	26.300.600/0001-69	2019	700	329,66
289/2018	ARI STRINGARI JUNIOR	054.287.609-40	2013	500	459,85
113/2019	ANA VAVASSORI	216.804.699-91	2019	100	429,65
28/2020	JLV CONSULTORIA LTDA – ME	04.357.557/0001-35	2018	100	4.872,33
267/2019	VAGNER SEMIANO VAVASSORI	059.733.279-73	2019	100	714,21
319/2019	FABRÍCIO VAVASSORI	068.848.889-70	2019	500	66,66
328/2019	J M INDUSTRIA E ARTEFATOS DE MADEIRA EIRELI	29.601.413/0001-03	2019	600,700	432,85
259/2019	ORLANDO ORLANDI	560.743.879-15	2019	700	329,66
29/2020	NILSON LEANDRO	380.728.239-49	2018	100	1.023,57
236/2019	ADRI-MAR INDUSTRIA E COM DE MADEIRAS LTDA ME	06.226.024/0001-40	2019	700	187,67
286/2018	GIOVANE DA SILVA	048.668.419-90	2013	500	616,20
107/2019	ROSE MARIA SILVERIO ODERDENG	069.157.199-62	2019	100	461,13
266/2019	EDSON DE MORAES	045.284.389-84	2019	100	814,07
144/2019	IVO FRANCISCO BORNELLI	165.696.799-53	2019	100	805,14
30/2020	CERAMICA VULCAO LTDA - ME	04.200.335/0001-04	2019	600,700	1.896,03
185/2019	VANDERLI PACHECO	575.476.889-34	2019	100	6.675,93
265/2019	JEAN LUIZ MUELLER BOGO EIRELI – ME	15.745.190/0001-43	2019	600,700	268,35
249/2019	CATARINA CARLINI	852.131.109-59	2019	100	737,97
				TOTAL	170.447,65

Legenda Receitas:

Imposto Predial e Territorial Urbano: 100

Taxas do Econômico: 300

Imposto Sobre Serviço: 400



Receitas Diversas: 500
Taxas Vigilância Sanitária: 600 Taxas de Alvará de Licença e Localização: 700

Rio do Campo (SC), 01 de junho de 2020.

Alicio Giacomozzi Neto Fiscal de Tributos
Matrícula 34342

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 14 2020 HETRIOS TERRAPLENAGEM

Publicação Nº 2525192

Ata Registro de Preço nº 14/2020

Contratante: Município de Rio do Campo

Contratada: HETRIOS TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA ME

Licitação: Pregão Presencial nº 11/2020

Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA Vigência: 16/06/2020 a 15/06/2021

Assinatura: 16/06/2020

Valor Registrado:

Item	Descrição	Unidade	Valor Unitário
01	SERVIÇO DE MÁQUINA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, PESO OPERACIONAL MÍNIMO 13 TON E MÁXIMO 17 TON, INCLUSO OPERADOR	HORA	R\$ 200,00

LEI Nº 2.325

Publicação Nº 2524961

LEI Nº 2.325, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

“Fixa Subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais para a Legislatura 2021/2024 e estabelece outras providências”.

RODRIGO PREIS, prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município, que a câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os subsídios mensais dos Agentes Políticos para a legislatura 2021/2024, ficam fixados em:

I - Prefeito: R\$ 17.903,04 (dezessete mil, novecentos e três reais e quatro centavos);

II - Vice-Prefeito: R\$ 6.885,73 (seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e três centavos);

III - Secretário Municipal: R\$ 5.226,32 (cinco mil, duzentos e vinte e seis reais e trinta e dois centavos).

Art. 2º A partir de 01/01/2022, os valores fixados nesta lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões concedidas aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores, quando da revisão geral prevista no art. 37, X da Constituição Federal, tendo como base os doze meses do exercício anterior.

Art. 3º O Vice-Prefeito que, na forma legal, assumir a chefia do Executivo Municipal, nos impedimentos ou ausências do Prefeito, fará jus ao recebimento do subsídio, previsto no artigo 1º inciso I desta Lei, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 4º O Prefeito Municipal e os Secretários Municipais farão jus ao 13º Subsídio a ser pago no valor correspondente ao subsídio mensal fixado no art. 1º desta Lei, o pagamento ocorrerá até o dia 20 de dezembro de cada ano.

§ 1º Em caso de licença do Prefeito Municipal ou exoneração dos Secretários Municipais, o 13º Subsídio será pago no valor correspondente a fração de 1/12 avos por mês de efetivo exercício do cargo, a quem efetivamente o exercer.

§ 2º O Vice-Prefeito ou o Presidente da Câmara, em caso de substituição do Prefeito Municipal, terá direito ao 13º Subsídio proporcional ao período da substituição.

Art. 5º As despesas decorrentes desta lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na lei orçamentária anual.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2021.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Campo, 16 de junho de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.326

Publicação Nº 2524968

LEI Nº 2.326, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

“Fixa Subsídio dos Vereadores para a Legislatura 2021/2024 e estabelece outras providências”.

RODRIGO PREIS, prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município, que a câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O subsídio mensal do Vereador para a legislatura 2021/2024 será de R\$ 3.220,50 (três mil, duzentos e vinte reais e cinquenta centavos)

Art. 2º O Presidente da Câmara Municipal receberá o subsídio mensal de R\$ 4.988,72 (quatro mil, novecentos e oitenta e oito reais e setenta e dois centavos).

Parágrafo único. O Vice-Presidente que, na forma regimental, assumir a Presidência, nos impedimentos ou ausência do Presidente da Câmara Municipal, fará jus ao recebimento do subsídio do Presidente da Câmara previsto neste artigo, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 3º A ausência de vereadores na ordem do dia de sessão plenária ordinária, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio em valor proporcional ao número total de sessões plenárias ordinárias realizadas no mês.

Parágrafo único. As reuniões extraordinárias, solenes e especiais, realizadas no período ordinário, não serão remuneradas.

Art. 4º Considera-se, como justificativa legal, para efeitos deste artigo, a aprovação em plenário dos motivos apresentados para a ausência, sob a forma de requerimento.

Art. 5º Os Vereadores e o Presidente da Câmara farão jus ao 13º Subsídio a ser pago no valor correspondente ao subsídio mensal fixado no art. 1º e 2º desta Lei, o pagamento ocorrerá até o dia 20 de dezembro de cada ano.

§ 1º Em caso de licença do Vereador ou do Presidente da Câmara, o 13º Subsídio será pago no valor correspondente a fração de 1/12 avos por mês de efetivo exercício da vereança ou da Presidência da Câmara, a quem efetivamente o exercer.

§ 2º O Vereador suplente em caso de licença do Vereador titular ou o substituto do Presidente da Câmara, terá direito ao 13º Subsídio proporcional ao período da substituição.

Art. 6º A partir de 01/01/2022, os valores fixados nesta lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões concedidas aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores, quando da revisão geral prevista no art. 37, X da Constituição Federal, tendo como base os doze meses do exercício anterior.

Art. 7º É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar 101/2000, ficando desde já o Presidente da Câmara autorizado a fazer as devidas reduções.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações consignadas na respectiva Lei Orçamentária.

Art. 9º Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2021.

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Campo, 16 de junho de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMDCA/RC Nº 03/2020

Publicação Nº 2525026

RESOLUÇÃO CMDCA/RC nº03/2020

Dispõe sobre a nomeação da equipe para compor o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DO MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO/SC, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com deliberação emanada em reunião ordinária do CMDCA, realizada na data de 03/06/2020, as 13h00min, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social de Rio do Campo/SC,

Considerando a LEI 13.431/17, que Estabelece o Sistema de Garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

Considerando que o Decreto 9603/18, em seu art. 9º, inciso II, § 1º dispõe a escuta especializada dentre os procedimentos possíveis do atendimento intersetorial;

Considerando que o Decreto Presidencial n.º 9.603/2018 regulamenta a Lei n.º 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantias de direito da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, reiterando que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, que devem receber proteção integral.

Considerando que o Decreto Presidencial n.º 9.603/2018, especifica que o sistema de garantia de direitos intervirá nas situações de violência contra crianças e adolescentes com a finalidade de mapear as ocorrências das formas de violência e suas particularidades no País.

Considerando que o Decreto Presidencial n.º 9.603/2018, afirma que é preciso prevenir, fazer cessar e evitar a reiteração da violência, promovendo o atendimento de crianças e adolescentes para minimizar as sequelas da violência sofrida, bem como para garantir a reparação integral de seus direitos.

Considerando a Lei 13.431/17, que define ser a escuta especializada um procedimento realizado pelos órgãos da rede de proteção nos campos da educação, da saúde, da assistência social, da segurança pública e dos direitos humanos, com o objetivo de assegurar o acompanhamento da vítima em suas demandas, na perspectiva de superação das consequências da violação sofrida, inclusive no âmbito familiar. Deve-se limitar estritamente ao necessário para o cumprimento da finalidade de proteção.

Considerando que nas políticas intersetoriais é imprescindível que haja integração dos serviços e o estabelecimento de fluxo de atendimento, sendo que os atendimentos devem ser realizados de maneira articulada; não havendo a superposição de tarefas; necessária a prioridade na cooperação entre os entes; exigindo a fixação de mecanismos de compartilhamento das informações; e a definição do papel de cada instância/serviço e do profissional de referência que supervisionará as atividades.

Considerando que o Decreto fixou o prazo de 180 dias, a partir de sua publicação, para a criação, preferencialmente no âmbito dos conselhos de direitos das crianças e adolescentes, de um Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.

Considerando a Resolução CMDCA nº 02/2020, que cria o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência e dá outras providências.

Resolve:

Art. 1º - Nomear os membros para compor o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, que fica assim composto:

- Representação da Política Municipal de Saúde: Edina Costa Borghezan
- Representação da Política Municipal de Assistência Social: Ducinéia Bauner
- Representação da Política Municipal de Educação: Lucineide Leite
- Representação do CMDCA: Sabrina Rocha
- Representação da APAE: Cassiane Winiarski da Silva
- Representação das Escolas Estaduais: Alventina Kuhlkamp Agostini
- Representação do Hospital: Darlene Beatriz Cruz Barbosa
- Representação do Conselho Tutelar: Sandra Aparecida da Silva Contezini

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Campo, 03 de junho de 2020.

Janete Torquato Estácio Leite
Presidente do CMDCA

Rio do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO 040/2020 - AQUISIÇÃO DE ITENS PARA O CINE TEATRO

Publicação Nº 2525161

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE / SC - DISPENSA Nº 010/2020 – PROCESSO Nº 040/2020. O Prefeito de Rio do Oeste/SC torna público a Dispensa de Licitação cujo Objeto é a Aquisição de equipamentos e produtos eletrônicos e cortinas para o cine/teatro de rio do oeste, conforme processo licitatório nº 25/2020, tendo em vista que os itens 02, 03, 07, 08, 09 e 28 tornaram desertos, dessa forma serão adquiridos, com base em três orçamentos, Diante do exposto, justifica a compra por meio de edital de dispensa de licitação. Contratados:

Requisição nº 035/2020:

· E. R. KOCH & CIA. LTDA. EPP

CNPJ nº 02.215.552/0001-42

RUA SC 350, 3348, Bairro CENTRO

Laurentino/SC, CEP 89.170-000.

Vencedora dos itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07.

Valor Total do Fornecedor: R\$ 2.711,00 (dois mil, setecentos e onze reais).

Requisição nº 037/2020:

· DOILE E CIA LTDA

CNPJ nº 01.961.752/0001-82

ALAMEDA ARISTILIANO RAMOS, 813, Bairro CENTRO

Rio do Sul/SC, CEP 89.160-000

Vencedora dos itens: 08 e 09.

Valor Total do Fornecedor: R\$ 2.765,00 (dois mil, setecentos e setenta e cinco reais). O valor total do processo é de R\$ 5.476,00 (cinco mil, quatrocentos e setenta e seis reais). A presente Processo de DISPENSA, reger-se à pelas normas da Lei nº 8.666/93, Artigo 24, Inciso II, com suas alterações. Vê-se pelo exposto, que é possível ocorrer a Dispensa de licitação, quando os preços encontram-se de acordo com os praticados no mercado, o que é o caso, pois, a licitante ofertou o menor preço para o objeto desta Dispensa. Dotação Orçamentária: 05.504.2016.4490.01000001 e 05.504.2016.4490.03500001 – Orçamento de 2020. A íntegra do Edital está no site: riodoeste.atende.net, no link "consulta de licitações". Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste/SC, 10 de junho de 2020.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

PROCESSO 042/2020 - CONCRETO USINADO

Publicação Nº 2525957

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE / SC - DISPENSA Nº 011/2020 – PROCESSO Nº 042/2020. O Prefeito de Rio do Oeste/SC torna público a Dispensa de Licitação cujo Objeto é a Aquisição de concreto 30MPA, com bomba estacionaria para a quadra de vôlei na praça Vitorio Lenzi, conforme projetos, Diante do exposto, justifica a compra por meio de edital de dispensa de licitação. Contratado: BETON MIX – COMERCIO DE CONCRETO LTDA, CNPJ nº 02.479.417/0001-04. Valor Total: R\$ 7.320,00 (sete mil, trezentos e vinte reais). O presente Processo de DISPENSA, reger-se à pelas normas da Lei nº 8.666/93, Artigo 24, Inciso II, com suas alterações. Vê-se pelo exposto, que é possível ocorrer a Dispensa de licitação, quando os preços encontram-se de acordo com os praticados no mercado, o que é o caso, pois, a licitante ofertou o menor preço para o objeto desta Dispensa. Dotação Orçamentária: 07.701.2025.34490.01000001 – Orçamento de 2020. A íntegra do Edital está no site: riodoeste.atende.net, no link "consulta de licitações". Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste/SC, 16 de junho de 2020.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

PROCESSO 043/2020 - CÂMERAS DE SEGURANÇA

Publicação Nº 2525959

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE / SC - DISPENSA Nº 012/2020 – PROCESSO Nº 043/2020. O Prefeito de Rio do Oeste/SC torna público a Dispensa de Licitação cujo Objeto é a Aquisição de câmeras de segurança e sistema de alarme para cine teatro de rio do oeste. Contratado: DANILO PEREIRA – ME. CNPJ nº 08.038.249/0001-06. Valor Total: R\$ 4.490,00 (quatro mil, quatrocentos e noventa reais). O presente Processo de DISPENSA, reger-se à pelas normas da Lei nº 8.666/93, Artigo 24, Inciso II, com suas alterações. Vê-se pelo exposto, que é possível ocorrer a Dispensa de licitação, quando os preços encontram-se de acordo com os praticados no mercado, o que é o caso, pois, a licitante ofertou o menor preço para o objeto desta Dispensa. As despesas decorrentes do presente certame, correrão da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA – Orçamento de 2020. A íntegra do Edital está no site: riodoeste.atende.net, no link "consulta de licitações". Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste/SC, 16 de junho de 2020.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

Rio do Sul

PREFEITURA

CANCELAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2020

Publicação Nº 2524972

AVISO DE CANCELAMENTO DO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2020
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2020
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

A Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, por determinação de seu Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, o CANCELAMENTO da licitação divulgada através do edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2020, tendo por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL, COM APARELHOS EM COMODATO, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DESTA MUNICIPALIDADE, DE ACORDO COM ANEXOS E TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, devido à alteração do conteúdo do Edital.

Rio do Sul, 16 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 086/2020

Publicação Nº 2524727

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 086/2020

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) VALTER ACACIO NAZARIO JUNIOR, portador(a) do CPF nº 057.378.109-50 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Luis Pasteur, nº 54, Apt 306, Bairro Budag, na Cidade de Rio do Sul-SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações, prestará serviços de Educador Social com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público, até a realização de novo concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.090,76 (Dois Mil e Noventa Reais e Setenta e Seis Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/06/2020 e encerrando-se em 30/06/2020, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 27 de Maio de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	VALTER ACACIO NAZARIO JUNIOR
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 087/2020

Publicação Nº 2524729

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 087/2020

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LAUANA GRAZIÉLI FORBICI, portador(a) do CPF nº 091.049.139-90 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua bom Jesus, nº 58, Bairro Riachuelo, na Cidade de Lontras-SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações, prestará serviços de Educador Social com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público, até a realização de novo concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.090,76 (Dois Mil e Noventa Reais e Setenta e Seis Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/06/2020 e encerrando-se em 30/06/2020, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 28 de Maio de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	LAUANA GRAZIÉLI FORBICI
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

CONTRATO Nº 071/2020

Publicação Nº 2525208

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER Nº 071/2020

Inexigibilidade nº 067/2020

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri

Objeto: Prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural

Valor Total: R\$ 28.663,23 (vinte e oito mil seiscentos e sessenta e três reais e vinte e três centavos)

Prazo de Vigência: até 31/12/2020

Recurso: O presente instrumento tem como dotação orçamentária os seguintes códigos: Fonte – DOTAÇÃO 450 – Recursos Ordinários 01000, Ação 2049 e Item 3.33.90.39.05.00.00. – Serviços Técnicos Profissionais.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 20 de maio de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 9092, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2526039

DECRETO Nº 9092, de 16 de junho de 2020.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 6.090 de 19 de dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º – Fica suplementada até o limite de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

82.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
82.01	DIRETORIA TÉCNICA DE FAZENDA		
0.002	Pagamento da Dívida Fundada Interna		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida		
3.2.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	160.000,00
	TOTAL	R\$	160.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial até o limite de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

82.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
82.01	DIRETORIA TÉCNICA DE FAZENDA		
0.002	Pagamento da Dívida Fundada Interna		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.6.00.00	Amortização da Dívida		
4.6.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	160.000,00
	TOTAL	R\$	160.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO PREFEITO

16 de junho de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 024/2020

Publicação Nº 2524827

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 024/2020

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 119, § 6º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DE TRIBUTOS E PENALIDADES, CONFORME RESPECTIVA NOTIFICAÇÃO, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM TAMBÉM OS CONTRIBUINTES, CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 147, § 1º (TRINTA DIAS ÚTEIS), A CONTAR DA DATA MENCIONADA NO INCISO III, DO § 2º, DO ARTIGO 187, PARA IMPETRAR RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO, NOS MOLDES DO ARTIGO 175, § 1º, TODOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
54/2020	03/06/20	S KLETTENBERG COMERCIO DE AGUA MINERAL	28.344.302/0001-04

Rio do Sul, 16 de junho de 2020.

Alexandre Matos Pereira Secretário Municipal de Administração e Fazenda	José Luiz do Nascimento Diretor Técnico da Fazenda
--	---

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 007/2020

Publicação Nº 2525343

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTE

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 007/2020

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no Art 13 § 1º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 29 de Junho de 2020, às 08h00 no Auditório Renato Cardoso, sito no 1º andar do prédio central da Prefeitura Municipal, para julgamento do seguinte Recurso Ordinário:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 170608/2018

Número do Recurso Ordinário: Nº 005/2020

Nome do Recorrente: Rogério Coelho

Nome do Relator: Conselheiro Juliano Muller

Rio do Sul, 16 de Junho de 2020.

LEONICE WITTE

Secretária geral do CMC

PORTARIA N. 0425/DGP

Publicação Nº 2525231

PORTARIA Nº. 0425/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0157/2020 de 11/02/2020, a qual nomeia MOACIR DORDETTI NAZARIO para exercer o cargo de provimento efetivo MOTORISTA DE CAMINHÃO – 40H, em virtude da perda do prazo legal para posse, nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de abril de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

phb

PORTARIA N. 0426/DGP

Publicação Nº 2525237

PORTARIA Nº. 0426/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0175/2020 de 14/02/2020, a qual nomeia THAIS FERNANDA GOEDE para exercer o cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO – 40H, em virtude de perda de prazo para posse, nos termos do Art. 14, da Lei Complementar

n. 309, de 01 de dezembro de 2015.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de abril de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
phb

PORTARIA N. 0427/DGP

Publicação Nº 2525248

PORTARIA Nº. 0427/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0172/2020 de 13/02/2020, a qual nomeia THAISA VALERIO para exercer o cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO – 40H, em virtude de desistência da vaga, nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de abril de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
phb

PORTARIA N. 0428/DGP

Publicação Nº 2525266

PORTARIA Nº. 0428/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0186/2020 de 13/02/2020, a qual nomeia ANDREA LUCIANE DE MATTOS para exercer o cargo de provimento efetivo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I – 40 horas, em virtude de perda de prazo legal para posse, nos termos do Artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de abril de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
phb

PORTARIA N. 0429/DGP

Publicação Nº 2525279

PORTARIA Nº. 0429/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0169/2020 de 03/02/2020, a qual nomeia DEBORA LEMES DE ASSIS para exercer o cargo de provimento efetivo AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL – 40 horas, em virtude de perda de prazo legal para posse, nos termos do Artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de abril de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
phb

PORTARIA N. 0430/DGP

Publicação Nº 2525285

PORTARIA Nº. 0430/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0161/2020 de 13/02/2020, a qual nomeia ANA CLAUDIA VOSS para exercer o cargo de provimento efetivo MONITOR ESCOLAR – 40 horas, em virtude de perda de prazo legal para posse, nos termos do Artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de abril de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
phb

PORTARIA Nº. 0020 DE 10 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525674

PORTARIA Nº. 0020 DE 10 DE JUNHO DE 2020.

“RETIFICA A PORTARIA DE Nº 0019 DE 19 DE MAIO DE 2020, QUE CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL DE MAGISTÉRIO AO SR. JAIRO ROBERTO CONSTANTINO”

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 104, da Lei Complementar n. 432 de 04 de Outubro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - A Portaria de nº 0019 de 19 de Maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL DE MAGISTÉRIO AO SR. JAIRO ROBERTO CONSTANTINO.”

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 104, da Lei Complementar n. 432 de 04 de Outubro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição – Especial de Magistério ao Sr. JAIRO ROBERTO CONSTANTINO, brasileiro, casado, servidor público, portador da C.I. n. 1.893.237 SSP/SC e inscrito no CPF n. 575.981.939-91, residente e domiciliado na Rua Goiás, 50, Bairro Boa Vista, Rio do Sul, SC., no cargo de Professor, com proventos Integrais ao tempo de contribuição e paridade, a partir de 01/06/2020.

Art. 2º - A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 51 da Lei Complementar nº 432/2019 de 04/10/2019, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, e Art. 6º da Emenda Constitucional 41/2003 c/c art. 40, § 5º da Constituição Federal.

Art. 3º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas

do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/06/2020.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 10 de Junho de 2020.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA
Presidente do Conselho de Administração do Rio do Sul PREV

VALDENIR BORGES RIBEIRO
Diretor Executivo do Rio do Sul PREV

PORTARIA Nº. 0021 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525680

PORTARIA Nº. 0021 DE 16 DE JUNHO DE 2020.

“CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE A JAIME JUSTINO DE ALCANTARA.”

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 104, da Lei Complementar n. 432 de 04 de Outubro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a aposentadoria voluntária por Idade - Art.40, § 1º, inciso III, alínea “b”, da Constituição Federal ao Sr. JAIME JUSTINO DE ALCANTARA, brasileiro, separado, vigia, portador da C.I. n. 5.578.198 e inscrito no CPF n. 852.921.178-20, residente e domiciliado na Rua Valdemiro da Silva, 350, bloco 18, apto 11, Bairro Barra do Trombudo, cidade e comarca de Rio do Sul, SC., no cargo de Vigia, nível B-I, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição a partir de 01/07/2020.

Art. 2º - A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 32 da Lei Complementar nº 432/2019 de 04/10/2019, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, e artigo 40, §1º, inciso III, alínea “b”, da Constituição Federal

Art. 3º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/07/2020.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 16 de Junho de 2020.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA
Presidente do Conselho de Administração do Rio do Sul PREV

VALDENIR BORGES RIBEIRO
Diretor Executivo do Rio do Sul PREV

PORTARIA Nº. 0022 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525682

PORTARIA Nº. 0022 DE 16 DE JUNHO DE 2020.

“CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL DE MAGISTÉRIO A SRA. VERIA SCHREIBER.”

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 104, da Lei Complementar n. 432 de 04 de Outubro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição a Sra. VERIA SCHREIBER, brasileira, divorciada, servidora pública, portadora da C.I. n. 3.494.967 e inscrita no CPF n. 792.097.349-04, residente e domiciliada na Rua Câmara Junior, 365, Bairro Jardim Alexandro, Rio do Sul, SC., no cargo de Professora, com proventos Integrais ao tempo de contribuição, e paridade, a partir de 01/07/2020.

Art. 2º - A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 51 da Lei Complementar nº 432/2019 de 04/10/2019, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, e Art. 6º da Emenda

Constitucional 41/2003 c/c art. 40, § 5º da Constituição Federal.

Art. 3º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/07/2020.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 16 de Junho de 2020.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA
Presidente do Conselho de Administração do Rio do Sul PREV

VALDENIR BORGES RIBEIRO
Diretor Executivo do Rio do Sul PREV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2020

Publicação Nº 2525290

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DA MUNICIPALIDADE.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 08h00 min do dia 17/06/2020.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 08h00min do dia 02/07/2020.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 08h10min do dia 02/07/2020.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL: Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico: www.comprasbr.com.br

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Federal 123/2006, Decreto Municipal nº 8955/2020 e subsidiariamente a Lei 8.666/93.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul, 09 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário de Administração e Fazenda

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL - CONTRATO Nº 130/2017

Publicação Nº 2525895

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 130/2017

Pelo presente termo de Rescisão Contratual, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, CEP 89.160-900, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.574/0001-06, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, de agora em diante denominado DISTRATANTE, e o Senhor Erico Torinelli, pessoa física, CPF nº 009.656.349-49 e RG nº 161.502, residente e domiciliado na Rua Pernambuco, nº 166, Centro, no município de Rio do Sul/SC, doravante denominada DISTRATADA, tem justo e decidido o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a rescisão unilateral do Contrato de Locação de Imóvel nº 130/2017, firmada em 12 de dezembro de 2017, cujo objeto é a locação da área de terra, de propriedade do Sr. Erico Torinelli, localizada no Pico da Bandeira, Bairro Boa Vista, originária

da Dispensa de Licitação nº 103/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Pelo advento de caso fortuito ou força maior, devidamente descrito no memorando nº 053/2020, caracterizando assim a situação prevista no Art. 78, Inciso XII, da Lei nº 8.666/93. E, ainda, conforme determina a Cláusula Quinta, item 5.2, do Contrato em questão.

Desta forma, a Administração Municipal promove a rescisão unilateral do Contrato de Locação de Imóvel nº 130/2017, nos termos do Art. 79, Inciso I, da Lei nº 8.666/93 e nos termos da Cláusula Quinta do referido Contrato de Locação de Imóvel, conforme Memorando nº 046/2020/CI.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA

Fica desde já intimada esta DISTRATADA para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, apresente sua defesa, se por oportuno for, sobre os termos do presente, conforme estabelecido no parágrafo único do Art. 78 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

Rio do Sul, 08 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE RIO DO SUL
José Eduardo Rothbarth Thomé
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525692

RESOLUÇÃO Nº 002, de 16 de Junho de 2020.

Dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho de Administração do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Rio do Sul/SC.

No uso de suas atribuições legais o Conselho de Administração do Instituto de Previdência dos Servidores Social dos Servidores Públicos do Município de Rio do Sul conforme Lei Complementar nº. 432 de 04 de Outubro de 2019 que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social, criação do Instituto Municipal de Rio do Sul – RPPS elaborou e votou o seu REGIMENTO INTERNO o qual faz publicar a seguir:

**Capítulo I
DA NATUREZA**

Art. 1º O Conselho de Administração do Rio do Sul PREV é o órgão de deliberação colegiada e de orientação superior do RPPS, competindo-lhe fixar as políticas, as normas e as diretrizes gerais de administração.

**Capítulo II
DA COMPOSIÇÃO**

Art. 2º O Conselho de Administração, órgão superior de deliberação colegiada, será composto por 09 (nove) membros designados dentre os servidores ativos estáveis e inativos, e seus respectivos suplentes, do quadro de pessoal do município, sendo:

I 03 (três) membros eleitos representantes e respectivos suplentes oriundos dos quadros dos servidores municipais efetivos estáveis e em atividade;

II 02 (dois) membros eleitos representantes e respectivos suplentes dos servidores aposentados, do Rio do Sul PREV;

III 03 (três) membros indicados e seus respectivos suplentes oriundos dos quadros dos servidores efetivos estáveis em atividade, sendo dois, indicados pelo Poder Executivo e um indicado pelo Poder Legislativo Municipal, obrigatoriamente, com curso superior completo;

IV 01 (um) membro, sendo este o Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Rio do Sul e Região.

Art. 3º Os integrantes dos órgãos de que tratam os incisos I, II e III do *caput* deste artigo serão escolhidos, nos termos do regulamento, para um mandato de 03 (três) anos, permitida uma recondução.

Art. 4º Dos membros que compõem o Conselho de Administração serão escolhidos, por

meio de voto secreto pelos próprios conselheiros, um presidente, um vice-presidente e um secretário.

Art. 5º O exercício da função de Conselheiro de Administração não será remunerado, considerando serviço relevante.

Art.6º No caso de vacância, ausência ou impedimento temporário do membro efetivo do Conselho de Administração, o respectivo suplente assumirá o cargo até conclusão do mandato.

Capítulo III DA COMPETÊNCIA

Art. 7º Compete privativamente ao Conselho de Administração:

I - Eleger o seu Presidente, Vice-presidente e Secretário;

II - Elaborar, aprovar e alterar o seu Regimento Interno;

III - Aprovar a política e as diretrizes de investimentos dos recursos do RPPS, a serem aplicados de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, pelas normas do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência - MPE e pela Lei Complementar n. 432 de 04 de outubro de 2019, observados os estudos atuariais do RPPS;

IV - Acompanhar e avaliar a gestão operacional, econômica e financeira dos recursos, bem como os ganhos sociais e os resultados alcançados pelos programas executados pelo RPPS;

V - Apreciar e aprovar a programação anual e plurianual do RPPS;

VI - Deliberar sobre a aceitação de doações, cessões de direitos e legados, quando onerados por encargos;

VII - Determinar a realização de inspeções e auditorias;

VIII - Acompanhar e apreciar, por meio de relatórios gerenciais por ele definidos, a execução dos planos, programas e orçamentos previdenciários do RPPS;

IX - Apreciar e aprovar as diretrizes orçamentárias do RPPS;

X - Pronunciar-se quanto às contas prestadas pelo gestor do RPPS, podendo, se julgar necessário, solicitar o apoio do município ou autorizar a contratação de empresa de auditoria externa para aprofundamento dos exames;

XI - Adotar as providências cabíveis para a correção de atos e fatos, decorrentes de gestão, que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades do RPPS;

XII - Autorizar a contratação de empresas especializadas para a realização de estudos atuariais;

XIII - Aprovar a contratação de assessoria ou consultoria técnica e financeira para assessoramento na gestão do RPPS, na forma da Lei Complementar n. 432 de 04 de outubro de 2019, bem como a celebração de contratos, convênios, acordos e ajustes que impliquem, direta ou indiretamente, o comprometimento de bens patrimoniais, respeitado o limite da taxa de administração;

XIV - Autorizar a aquisição, a alienação e o gravame de bens móveis ou imóveis

integrantes do patrimônio do RPPS;

XV - Dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares relativas ao RPPS, nas matérias de sua competência;

XVI - Exercer outras atividades correlatas;

XVII - Analisar/aprovar/reprovar processos de concessão de aposentadorias e pensões.

Parágrafo único. As matérias submetidas ao Conselho de Administração deverão estar consubstanciadas em estudos e pareceres técnicos aprovados previamente pela Diretoria Executiva.

Capítulo IV DO PLENÁRIO E DAS SESSÕES

Art. 8º O plenário é o órgão soberano de deliberação do Conselho de Administração e compõe-se dos Conselheiros no exercício pleno de seu mandato.

Art. 9º As decisões do Conselho de Administração, sob forma de Resolução, serão numeradas em ordem cronológica.

Art. 10 O Conselho de Administração se reunirá ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente, ou a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, ou a requerimento do Conselho Fiscal.

§ 1º O quórum mínimo para a instalação da reunião do Conselho e para as deliberações será de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros.

§ 2º Será automaticamente destituído do mandato o membro que deixar de comparecer, injustificadamente, a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) intercaladas, anualmente, na forma regulamentar.

§ 3º Entende-se como faltas justificadas aquelas decorrentes das licenças previstas no Estatuto dos Servidores Públicos, bem como os afastamentos para participação de cursos de capacitação.

§ 4º Compete ao membro titular informar ao seu suplente sobre suas ausências, para que o mesmo possa substituí-lo de modo a não prejudicar os trabalhos do respectivo conselho.

Art.11 As sessões plenárias obedecerão a seguinte ordem:

I Verificação do número de conselheiros presentes;

- II** Instalações dos trabalhos pelo Presidente do Conselho;
- III** Leitura da ata da reunião anterior;
- IV** Discussão, aprovação e leitura da ata;
- V** Leitura da ordem do dia, abrangendo apresentação, discussão e votação dos assuntos em pauta;
- VI** Outros assuntos de caráter geral e interesse do Conselho;
- VII** Avisos, comunicações, registro de fatos, correspondências e documentos de interesse do Plenário;
- VIII** - Encerramento da reunião pelo Presidente do Conselho.

§ 1º A preferência para discussão de matéria constante da ordem do dia dependerá de requerimento verbal dirigido ao Presidente e sujeito à deliberação do Plenário.

§2º Sempre que o assunto exigir, o Presidente, por sua iniciativa ou a requerimento de qualquer Conselheiro, poderá convidar especialista ou pessoa habilitada para prestar informações específicas ou complementares, consideradas necessárias ou imprescindíveis à compreensão da matéria.

Art. 12 Os Conselheiros que desejarem incluir itens na pauta das sessões ordinárias deverão enviar a diretoria do conselho suas sugestões, por escrito, com antecedência de 5 (cinco) dias úteis.

Art. 13 As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria simples, com quórum mínimo de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros, sendo sua votação nominal e aberta.

Art. 14 Os debates serão conduzidos pelo Presidente do Conselho, sendo que este poderá chamar os trabalhos à ordem ou suspender a sessão, quando julgar necessário.

Art. 15 Os conselheiros suplentes votarão somente quando estiverem substituindo seus respectivos titulares.

Art. 16 Será lavrada ata de todas as reuniões do Conselho de Administração, contendo todas as deliberações e discussões, devendo, no mínimo, o resumo ser publicado no site do Rio do Sul PREV.

Art.17 Os assuntos tratados e as deliberações tomadas em cada assembleia serão registrados em ata, a qual será lida e aprovada na assembleia subsequente, devendo conter:

- I** Dia, mês, ano, local e hora da abertura da assembleia;
- II** Nome dos conselheiros e demais pessoas presentes;
- III** Resumo da matéria incluída na ordem do dia;
- IV** Conteúdo das discussões;
- V** Resoluções e resultados de votações com as
- VI** posições majoritárias e minoritárias.

Capítulo V

DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art.18. São Obrigações dos membros do Conselho de Administração:

- I** Comparecer às sessões plenárias, justificando suas faltas, quando ocorrem;
- II** Relatar e proferir votos nos processos que lhe forem distribuídos;
- III** Discutir e votar assuntos debatidos em plenário; **IV** - Assinar o registro em ata;
- IV** Observar os prazos para restituição dos processos em seu poder;
- V** Apreciar, individualmente ou em grupo, matérias levadas à consideração do Conselho;
- VI** Sugerir normas e procedimentos para o bom desempenho e funcionamento do Conselho de Administração;
- VII** Votar e ser votado em cargos do Conselho;
- V** Requerer por escrito à Presidência, em caso de ausência ou impedimento, sua substituição ou afastamento, em 5 (cinco) dias antes da realização da próxima sessão e comunicar o seu suplente para que compareça à reunião em sua substituição;
- VI** – Apresentar relatório aos demais membros do Conselho de Administração, quando participar de cursos de capacitação custeados pelo Rio do Sul PREV, no prazo máximo de 15 (quinze) após o retorno do curso;
- VII** - Exercer quaisquer outras atribuições que lhe sejam conferidas por leis ou regulamentos.

Art. 19 São deveres dos Conselheiros, além do cumprimento a este Regimento, proceder eticamente, manter conduta apropriada e acatar as decisões do colegiado.

Parágrafo único. É vedado a qualquer dos Conselheiros agirem individualmente em nome do Conselho.

Capítulo VI

DA DIRETORIA DO CONSELHO

Art. 20 A mesa diretora do Conselho de Administração é composta pelo Presidente do Conselho, Vice-presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, eleitos entre os Conselheiros.

Parágrafo único. A eleição de que trata o caput deste artigo será feita a cada novo mandato dos Membros do Conselho.

Art.21 A presidência das sessões será exercida pelo Presidente, e em sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente.

Art. 22 Ocorrendo ausência do Vice-Presidente, a presidência será exercida pelo Primeiro Secretário.

Art. 23 No caso de vacância do cargo do Presidente, o Vice-Presidente completará o mandato.

Art. 24 São atribuições do Presidente do Conselho:

I – Dirigir e coordenar as atividades do Conselho;

II – Convocar, instalar e presidir as reuniões do Conselho;

III – Designar o seu substituto eventual;

IV – Assinar as atas das sessões, o orçamento anual, o relatório do exercício anterior e demais documentos;

V – Ordenar as despesas autorizadas e visar as contas a pagar de acordo com o cronograma de pagamentos;

VI – Assinar, juntamente com o Diretor Executivo do Rio do Sul PREV, as transações eletrônicas do Rio do Sul PREV;

VII – Expedir e assinar as resoluções do Rio do Sul PREV das matérias deliberadas pelo Conselho;

VIII – Praticar os demais atos atribuídos por Lei Complementar como de sua competência.

Art. 25 São atribuições do Vice-Presidente do Conselho:

I - Substituir o Presidente nas ausências ou impedimento;

II - Participar das Discussões e votações nas sessões Plenárias.

Art.26 São atribuições do Secretário:

I – Secretariar as assembleias ordinárias e extraordinárias do Conselho;

II – Redigir as atas das assembleias, providenciando encaminhamento aos interessados via e- mail;

III– Determinar a preparação dos expedientes que deverão constar da pauta das sessões;

IV - Expedir avisos e comunicações aos conselheiros;

V – Ter sob guarda e responsabilidade o livro ata, e documentos do Conselho;

VI – Cumprir as demais ordens do Presidente do Conselho;

VII – Exercer quaisquer outras atribuições que lhe sejam conferidas por leis ou regulamentos.

Parágrafo único. As atribuições do Secretário serão exercidas com o auxílio da Diretoria Executiva.

Capítulo VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27 As omissões deste regimento serão dirimidas ou resolvidas mediante aprovação de 2/3 (dois terços) dos Membros do Conselho.

Art. 28 O Conselho de Administração se reunirá nas dependências que lhe for destinado.

Art. 29 As propostas de alteração deste Regimento, assim como a solução tanto das dúvidas surgidas na sua aplicação, como dos casos omissos, serão tomadas pelo voto de, no mínimo 2/3 (dois terços) dos Membros do Conselho, em reunião especialmente convocada para este fim.

Art.30 Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

Aprovado em sessão ordinária de 19 de Maio de 2020.

**RAMIRO DE LIZ E SOUZA
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP**

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 1321/2020**

Publicação Nº 2524814



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br

**PORTARIA Nº 1321, DE 15 DE JUNHO DE 2020**

Dispõe sobre a promoção da Servidora
Efetiva Sandra Regina Orlando Solano

**O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL,
Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela
Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:**

RESOLVE:

Art. 1º Fica promovida a servidora efetiva Sandra Regina Orlando Solano, da classe "D" para a classe "E", da Categoria Funcional de Auxiliar Legislativa, do Quadro de Cargos de Provimento efetivo da Câmara Municipal de Rio do Sul, de conformidade com o disposto nos artigos 16, 17 e 18 da Lei Complementar nº 224, de 15 de fevereiro de 2011, na Resolução nº 619, de 31 de maio de 2011, alterada pelas Resoluções nº 647, de 03 de abril de 2012, e nº 845, de 29 de março de 2016, e Processo Digital nº 595/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de junho de 2020.

ROBERTO ANDRADE
BASTOS:026885439
46
ROBERTO ANDRADE BASTOS
Diretor Geral

Assinado de forma digital
por ROBERTO ANDRADE
BASTOS:02688543946
Dados: 2020.06.16
09:00:13 -03'00'

THAYNÁ FIAMONCINI
Diretora Administrativa

THAYNA
FIAMONCINI:
05666277952

Assinado de forma
digital por THAYNA
FIAMONCINI:0566627
7952
Dados: 2020.06.16
09:00:13 -03'00'

Portaria nº 1321/2020 – Folhas 1 de 1

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

RESOLUÇÃO Nº 1095, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525215



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camamariodosul.sc.gov.br

**RESOLUÇÃO Nº 1095, DE 16 DE JUNHO DE 2020.**

Altera e acrescenta dispositivos da Resolução nº 482, de 18 de março de 2008, que Institui o Código de Ética e cria o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Rio do Sul.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, no uso de suas atribuições regimentais, conforme preceitua o inciso IX do art. 40 da Resolução 597, de 13 de dezembro de 2010 - Regimento Interno da Câmara:

Art. 1º Fica alterado o *caput* do art. 13 da Resolução nº 482, de 18 de março de 2008 que “Institui o Código de Ética e cria o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Rio do Sul”, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. A representação contra vereador poderá ser provocada por qualquer parlamentar da Câmara Municipal, Mesa Diretora ou partido político com representação na Câmara, sendo a aplicação das penalidades de competência do Plenário, que deliberará por maioria absoluta de seus membros.

[...]” (NR)

Art. 2º Fica alterado o *caput* e os incisos de I a IX e acrescentado o parágrafo único no art. 14 da Resolução nº 482, de 18 de março de 2008 que Institui o Código de Ética e cria o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Rio do Sul, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. Recebida a Representação, nos termos do art. 13 da presente Resolução, o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, dentro de 10 dias contados do protocolamento da representação, determinará os seguintes procedimentos:

I – Designação de reunião preparatória para promoção das devidas ações de apuração dos fatos e responsabilidades, quando for o caso, e nomeação de relator da matéria;

II – Intimação do vereador representado, com cópia dos autos, para que, no prazo de 30 dias, apresente sua defesa, com indicação de até 2 testemunhas por fato;

Resolução nº 1095/2020 – Folhas 1 de 3

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1052/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br



III – Esgotado o prazo sem apresentação de defesa, será o Procurador da Câmara designado como defensor dativo, com prazo de 10 dias para o oferecimento da defesa;

IV – Esgotados os prazos, o Conselho designará reunião de instrução, com oitiva das testemunhas, abrindo prazo de 3 dias para as alegações finais do representado;

V – Juntadas as alegações finais, o relator emitirá parecer, no prazo de 20 dias, concluindo pela procedência da representação, com indicação da sanção a ser aplicada, ou pelo arquivamento da mesma;

VI – O parecer será deliberado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, considerando-se aprovado pela maioria de seus membros, em votação nominal;

VII – Concluído o procedimento pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, será o parecer encaminhado à Mesa Diretora para inclusão na Ordem do Dia, em até 10 dias, com pauta exclusiva, e votação nominal.

VIII – Na Sessão que deliberar o parecer, será concedido o prazo de 30 minutos para sustentação oral do representado ou seu procurador.

IX – Encerrada a Sessão, será publicada em até 5 dias, Resolução da Mesa Diretora com a sanção a ser aplicada ao vereador ou o arquivamento, conforme o caso.

Parágrafo único. Em qualquer momento do procedimento, constatado violação à normal legal ou constitucional, poderá o representado interpor recurso à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Ética e Decoro Parlamentar e Redação Final, que decidirá no prazo de até 5 dias.” (NR)

Art. 3º Fica alterado o art. 17 da Resolução nº 482, de 18 de março de 2008 que Institui o Código de Ética e cria o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Rio do Sul, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. Ficam impedidos de votar os parlamentares representantes e representados, bem como aqueles envolvidos diretamente no ato, ficando reduzido proporcionalmente o quórum.” (NR)

Art. 4º Fica alterado o art. 19 da Resolução nº 482, de 18 de março de 2008 que Institui o Código de Ética e cria o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Rio do Sul, passando a vigorar com a seguinte redação:

Resolução nº 1095/2020 – Folhas 2 de 3

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1052/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br



“Art. 19. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, do qual não poderá ser partícipe o Presidente da Câmara, será constituído por 3 membros titulares, eleitos para mandato de dois anos, impedida a reeleição, observando, quando possível, o princípio da proporcionalidade partidária e o rodízio entre partidos políticos ou blocos parlamentares.

§1º A votação para eleição dos membros do Conselho dar-se-á na mesma forma e data das Comissões Legislativas Permanentes.

§2º Na mesma votação serão designados 2 vereadores suplentes, para substituição dos membros titulares em caso de suspeição e impedimentos.

§3º O vereador suplente não poderá integrar o Conselho de Ética como membro titular.” (NR)

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de junho de 2020.

CARISO SAVIO Assinado de forma digital
por CARISO SAVIO
GIACOMINI:52865762904
Dados: 2020.06.16
865762904 12:00:37 -03'00'

CARISO SÁVIO GIACOMINI
[Assinado digitalmente]

Resolução nº 1095/2020 – Folhas 3 de 3

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1052/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

Rio dos Cedros

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 111/2020 DATA: 10/06/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2020. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: 3A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI EPP

Publicação Nº 2525134

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 111/2020
DATA: 10/06/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2020. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço
CONTRATO: 3A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI EPP CNPJ nº 95.822.136/0001-93
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TINTA
INÍCIO: 10/06/2020
TÉRMINO: 10/06/2021
VALOR: Total de R\$99.060,00 (noventa e nove mil e sessenta reais)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 112/2020 DATA: 10/06/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2020. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: BIGUACU ENGENHARIA LTDA

Publicação Nº 2525142

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 112/2020
DATA: 10/06/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2020. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço
CONTRATO: BIGUACU ENGENHARIA LTDA CNPJ nº 03.786.293/0001-72
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TINTA
INÍCIO: 10/06/2020
TÉRMINO: 10/06/2021
VALOR: Total de 89.279,20 (oitenta e nove mil, duzentos e setenta e nove reais e vinte centavos)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 113/2020 DATA: 15/06/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO - JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO – CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 046/2020 - LEI Nº 8.666/93 ART.24,X,C/C ART.25 CONTRATO: GERALDO OSS-EMER

Publicação Nº 2525145

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 113/2020
DATA: 15/06/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO - JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO – CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 046/2020 - Lei nº 8.666/93 art.24,X,c/c art.25
CONTRATO: GERALDO OSS-EMER CPF nº 509.799.309-87
OBJETO: CONTRATO DE LOCAÇÃO DE DIREITO DE EXTRAÇÃO E RETIRADA DE SAIBRO E CASALHO COM PASSAGEM DE VEÍCULOS ATÉ O LOCAL DE EXPLORAÇÃO.
INÍCIO: 15/06/2020
TÉRMINO: 15/06/2021
VALOR: Mensal de R\$500,00 (quinhentos reais)

DECRETO DE 01 DE JUNHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO

Publicação Nº 2525898

DECRETO DE 01 DE JUNHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados dentro dos respectivos projetos/atividades os valores das dotações abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

06 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
001 – ADM. DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
0004.0122.0015.2099 – Manut. Atividades da Secretaria de Planejamento e Infra-Estrutura
33390000000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Recursos Ordinários) R\$ 5.000,00

PARA:

06 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
001 – ADM. DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
0004.0122.0015.2099 – Manut. Atividades da Secretaria de Planejamento e Infra-Estrutura
34490000000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Recursos Ordinários) R\$ 5.000,00

Total R\$ 5.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 01 de Junho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 01 de Junho de 2020.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 01 DE JUNHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO

Publicação Nº 2525478

DECRETO DE 01 DE JUNHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados dentro dos respectivos projetos/atividades os valores das dotações abaixo relacionadas até o limite de:
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

DE

03 – SECRETARIA DE FAZENDA
002 – DIRETORIA DO SERVIÇO DE TRIBUTAÇÃO
0004.0122.0015. 2093 – Manutenção das Atividades da Diretoria do Serviço de Tributação
34490000000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Recursos Ordinários) R\$ 1.000,00

PARA:

03 – SECRETARIA DE FAZENDA
002 – DIRETORIA DO SERVIÇO DE TRIBUTAÇÃO
0004.0122.0015. 2093 – Manutenção das Atividades da Diretoria do Serviço de Tributação
33390000000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Recursos Ordinários) R\$ 1.000,00
Total R\$ 1.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 01 de Junho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 01 de Junho de 2020.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 01 DE JUNHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO

Publicação Nº 2525896

DECRETO DE 01 DE JUNHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados dentro dos respectivos projetos/atividades os valores das dotações abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

DE

04 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

003 – DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0015.0452.0020.2007 – Manutenção e Melhoria Iluminação Pública Municipal

34490000000000000000 – Aplic. diretas (3.080.000 – Contrib Custeio Serv.illum.públ.- Cosip)

..... R\$ 100.000,00

PARA:

04 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

003 – DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0015.0452.0020.2007 – Manutenção e Melhoria Iluminação Pública Municipal

33390000000000000000 – Aplic. Diretas (3.080.000 – Contrib Custeio Serv.illum.públ.- Cosip)

..... R\$ 100.000,00

Total R\$ 100.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 01 de Junho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 01 de Junho de 2020.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO DE 01 DE JUNHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO

Publicação Nº 2525481

DECRETO DE 01 DE JUNHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados dentro dos respectivos projetos/atividades os valores das dotações abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

DE

07 – SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA, TURISMO E EVENTOS

002 – DIRETORIA DE CULTURA

0013.0392.0090.2009 – Manutenção do Fundo Municipal da Cultura

33390000000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Recursos Ordinários) R\$ 1.500,00

PARA

07 – SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA, TURISMO E EVENTOS

002 – DIRETORIA DE CULTURA

0013.0392.0090.2009 – Manutenção do Fundo Municipal da Cultura

34490000000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Recursos Ordinários) R\$ 1.500,00

Total R\$ 1.500,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 01 de Junho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 01 de Junho de 2020.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 01 DE JUNHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 2525897

DECRETO DE 01 DE JUNHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior as dotações orçamentárias abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

04 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

001 – DIRETORIA DO SERVIÇO RODOVIÁRIO MUNICIPAL

0026.0782.0020.2008 – Manutenção dos Serviços Rodoviários

33390000000000000000 – Aplicações diretas (3.000.000– Recursos Ordinários) R\$ 58.000,00

Total R\$ 58.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 01 de Junho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 01 de Junho de 2020.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 01 DE JUNHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 2525480

DECRETO DE 01 DE JUNHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior as dotações orçamentárias abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

09 – SEGURANÇA PÚBLICA

001 – APOIO A SEGURANÇA PÚBLICA

0006.0182.0035.2082 – Apoiar Ações da Polícia Militar

33390000000000000000 – Aplic. Dir. (3.100.000 – Convênio Trânsito - Militar) R\$ 74.195,26

Total R\$ 74.195,26

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 01 de Junho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 01 de Junho de 2020.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 01 DE JUNHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 2525489

DECRETO DE 01 DE JUNHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior as dotações orçamentárias abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

09 – SEGURANÇA PÚBLICA

001 – APOIO A SEGURANÇA PÚBLICA

0006.0182.0035.2081 – C. Corp - Convênio Corpo de Bombeiros

33390000000000000000 – Aplic. Dir. (3.800.100– Outras Especif. - Bombeiros) R\$ 22.876,45

Total R\$ 22.876,45

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 01 de Junho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 01 de Junho de 2020.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 02 DE JUNHO DE 2020. ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

Publicação Nº 2525900

DECRETO DE 02 DE JUNHO DE 2020.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 10º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019 e pela Lei Municipal nº 2.086 de 31 de Março de 2020.

DECRETA:

Art.1º. Ficam anuladas no orçamento vigente as dotações orçamentárias a seguir demonstradas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

05 – Secretaria de Educação

002 – Educação Básica

0012.0365.0050.1008 – Construção e Ampliação de Creches

34490000000000000000 – Aplic. Diretas (1.010.000 – Receita de Imp.- Educação)...R\$50.000,00

0012.0361.0060.2010 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

33190000000000000000 – Aplic. Diretas (1.180.000 – Tr. Fundeb/Fundef Rem. Mag.)
.....R\$ 200.000,00

3449000000000000 – Aplic. Diretas (1.010.000 – Receita de Imp.- Educação)...R\$13.990,81

Total Geral R\$263.990,81

Art.2º. Com a soma das anulações do artigo anterior, ficam suplementadas as dotações orçamentárias a seguir demonstradas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

05 – Secretaria de Educação

001 – Administração da Secretaria de Educação

0012.0361.0065.2025 – Gestão Administrativa na Educação

3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.010.000 – Receita de Imp.- Educação)...R\$50.000,00

002 – Educação Básica

0012.0361.0060.1020 – Construção e Ampliação de Escolas

3449000000000000 – Aplic. Diretas (1.010.000 – Receita de Imp.- Educação)..R\$ 13.990,81

0012.0365.0050.2012 – Manutenção CEI/Jardim

3319000000000000 – Aplic. Diretas (1.180.000 – Tr. Fundeb/Fundef Rem. Mag.)
.....R\$200.000,00

Total GeralR\$ 263.990,81

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 02 de Junho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 02 de Junho de 2020.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS/SC AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATORIO Nº 47/2020 PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MEIO FIO PRENSADO PARA UTILIZAÇÃO NAS RUAS QUE SERÃO PAVIMENTADAS PELO SISTEMA MUTIRÃO

Publicação Nº 2525901

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATORIO Nº 47/2020

PREGÃO ELETRÔNICO

O Município de Rio dos Cedros – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MEIO FIO PRENSADO PARA UTILIZAÇÃO NAS RUAS QUE SERÃO PAVIMENTADAS PELO SISTEMA MUTIRÃO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 09h00min do dia 29 de Junho de 2020. ABERTURA DAS PROPOSTAS E DISPUTA: a partir das 09h05min do dia 29 de Junho de 2020. ATRAVES DO ENDEREÇO ELETRÔNICO: <http://www.compras-br.com.br/>. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro ou pelo Fone: (47) 3386-1050 Ramal 2021, no site: www.riodoscedros.sc.gov.br e <http://www.comprasbr.com.br/> e no e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros (SC), 16 de Junho de 2020.

Diego Ricardo Fernandes

Secretario de Infraestrutura

PREFEITURA

Publicação Nº 2525410

FiltroInicialDataAssinatura: 01/09/2018 filtroFinalDataAssinatura: 31/12/2018 Somente Aditivos: Não



Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
069 / 2019	13/05/2019	12/05/2020	12/05/2020	13/05/2019		921781 - CRAVO ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - ME	29.900,00
Objeto:Contratação de empresa de engenharia especializada para elaboração de estudo técnico de manutenção e melhorias na iluminação pública e predial							
Aditivos:							
Número/Ano	Tipo	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura		Valor
069/2020/2020	Prazo	13/05/2020	11/07/2020	11/07/2020	12/05/2020		0,00
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura <td>Licitação</td> <td>Fornecedor</td> <td>Valor</td>	Licitação	Fornecedor	Valor
073 / 2019	29/05/2020	28/05/2020	28/05/2020	29/05/2020		912794 - MERKADIA INTERNET EIRELI ME	9.975,00
Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE WEBSITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO E O DESENVOLVIMENTO, HOSPEDAGEM, MANUTENÇÃO E CONSULTORIA DOS SITES DA SEC DE SAUDE, DEFESA CIVIL E INFORMAÇÕES DE CONVÊNIOS MUNICIPAIS.							
Aditivos:							
Número/Ano	Tipo	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura		Valor
073/2020/2020	Prorrogação	29/05/2020	29/05/2021	29/05/2021	28/05/2020		9.975,00
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura <td>Licitação</td> <td>Fornecedor</td> <td>Valor</td>	Licitação	Fornecedor	Valor
077 / 2019	04/06/2019	31/01/2020	31/01/2020	04/06/2019		208426 - JDI CONSTRUTORA LTDA	554.635,96
Dispensa de Licitação - 58/2019							
Objeto:Execução remanescente de obra, pelo sistema de empreitada global, de reforma e ampliação do Centro Integrado de Saúde - CIS, localizado à Av. Richard Schweizer de Albuquerque nº 40, Centro, em Rio Negrinho, conforme memorial descritivo, quantitativos, cronograma e projetos anexos ao Processo Licitatório n° 090/2018, com recursos oriundos do Convênio 2018TR001066 celebrado entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Rio Negrinho.							
Aditivos:							
Número/Ano	Tipo	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura		Valor
081/2020	Prazo	30/06/2020	26/11/2020	26/11/2020	15/06/2020		0,00
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura <td>Licitação</td> <td>Fornecedor</td> <td>Valor</td>	Licitação	Fornecedor	Valor
083 / 2019	14/06/2019	13/06/2020	13/06/2020	14/06/2019		878383 - LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA	13.818,24
Objeto:Prestação de serviços técnicos especializados no gerenciamento, divulgação e publicação on-line das Leis do Município (Lei Orgânica, Leis Complementares e Decretos) na rede mundial de computadores - Internet, utilizando avançada tecnologia de hardware e software em um sistema que propicia legalidade, publicidade, economia e praticidade no acesso e pesquisa aos atos oficiais pelos administradores públicos e pela população em geral.							
Aditivos:							
Número/Ano	Tipo	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura		Valor
074/2020	Prorrogação	14/06/2020	13/06/2021	13/06/2021	01/06/2020		14.742,84
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura <td>Licitação</td> <td>Fornecedor</td> <td>Valor</td>	Licitação	Fornecedor	Valor
087 / 2019	18/12/2019	16/03/2020	16/03/2020	18/12/2019		59362 - PROFUZZY CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA	17.526,18
Objeto:CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TECNICA ESPECIALIZADA, VISANDO A ADEQUAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE OUTORGA PARA A CONCESSÃO COMUM DOS SERVIÇOS FUNERARIOS DO MUNICIPIO DE RIO NEGRINHO.							
Aditivos:							
Número/Ano	Tipo	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura		Valor
070/2020	Prazo	15/05/2020	14/06/2020	14/06/2020	14/05/2020		0,00
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura <td>Licitação</td> <td>Fornecedor</td> <td>Valor</td>	Licitação	Fornecedor	Valor
072 / 2020	26/05/2020	31/12/2020	31/12/2020	26/05/2020		933770 - LUCIO RASERA JUNIOR EIRELE - ME	51.880,00
Objeto:Aquisição de calcão dolomítico a granel, PRNT 75% ou superior, norma MAPA, com transporte até Rio Negrinho, para distribuição aos produtores rurais de Rio Negrinho.							
Aditivos:							
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura <td>Licitação</td> <td>Fornecedor</td> <td>Valor</td>	Licitação	Fornecedor	Valor
076 / 2020	03/06/2020	03/10/2020	03/10/2020	03/06/2020		929069 - SANEVILLE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - EPP	18.500,00
Objeto:Contratação de empresa especializada de engenharia consultiva na área civil, sanitária e ambiental, para Elaboração de Estudo Técnico que auxilie o Município na melhor alternativa para a Contratação dos serviços relacionados ao Sistema de Coleta dos Resíduos Urbanos Domiciliares (RSU) e da Coleta Seletiva do Município de Rio Negrinho, com fornecimento de ART contemplando as seguintes etapas relacionadas no contrato 076/2020.							
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura <td>Licitação</td> <td>Fornecedor</td> <td>Valor</td>	Licitação	Fornecedor	Valor
077 / 2020	03/06/2020	03/06/2021	03/06/2021	03/06/2020		10551395 - ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA	192.400,00

Identificador: WCO321101-1749-MBBJU-280409825 - Emitido por: CINTIA ESTER ANACLETO

20/11/2018 11:37



PREFEITURA MUNICIPAL RIO NEGRINHO

Compras e Contratos

Relatório de Contratos

filtroInicialDataAssinatura: 01/09/2018 filtroFinalDataAssinatura: 31/12/2018 Somente Aditivos: Não

Pág 2 / 2

Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA MÁQUINA TIPO RETROSCAVADEIRA PARA SECRETARIA DE AGRICULTURA, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVENIO Nº 890101/2019, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E O MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO.

Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Licitação	Fornecedor	Valor
079 / 2020	05/06/2020	05/12/2020	05/06/2020	934488 - CENTRO DE CONVIVENCIA POMMERN HEIM	21.768,00
Objeto: Contratação de acolhimento para o idoso Sr. A. D. V. F. em instituição de longa permanência, conforme requisição do Ministério Público de Santa Catarina contida no ofício nº 0561/2019/01P/JRNE.					
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Licitação	Fornecedor	Valor
080 / 2020	08/06/2020	08/01/2021	08/01/2020	917133 - PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA EPP	7.490,00
Objeto: Prestação de serviços de empresa especializada para manutenção de solução em software para a gestão da informação da política de habitação da Secretaria Municipal de Habitação de Rio Negrinho, incluindo os serviços hospedagem, manutenção e suporte do software WEB de gestão de Assistência social, suporte técnico, atualização tecnológica, e hospedagem.					
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Licitação	Fornecedor	Valor
0034/2019 / 2020	08/06/2020	31/12/2020	08/06/2020	929700 - CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA	98.052,00
Objeto: aquisição de equipamentos para o corpo de Bombeiros					
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Licitação	Fornecedor	Valor
034 / 2020	21/02/2020	21/02/2021	21/02/2020	51055 - VANDERLEI LEITHOLD	3.600,00
Objeto: Locação de um imóvel sito na Rua Mathias Simões de Oliveira, - Bairro Vila Nova, na cidade de Rio Negrinho - SC, em cumprimento ao mandado judicial Autos nº 0001760-432018.8.24.0055, na condição de aluguel social onde o município de Rio Negrinho se responsabiliza pelo pagamento do valor constante do presente contrato durante o prazo de 12 (doze) meses. O LOCADOR é por todos os títulos procurador dos proprietários do imóvel.					

Aditivos:

Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Valor
034/2020/2020	25/05/2020	25/05/2020	25/05/2020	25/05/2020	2.400,00
Tipo Rescisão Contratual					

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
212/2017 / 2017	15/12/2017	15/12/2018	15/12/2017	15/12/2017	Pregão - 114/2017	929638 - CELK SISTEMAS LTDA	425.000,00
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTACAO, LICENCIAMENTO E SUPORTE DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GERENCIAMENTO E CONTROLE DE SAÚDE ESF'S, VIGILANCIA EM SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CAPS E NASF, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE IMPLANTACAO, CONFIGURACAO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO LEGAL, MANUTENÇÃO CORRETIVA E CUSTOMATIZACAO, COM RECURSOS ORIUNDOS DO GOVERNO FEDERAL - PROPOSTA 36000.1367512/01-700 - INCREMENTOS DO PAB E CONTRAPARTIDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.							

Aditivos:

Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
071/2020	05/12/2019	05/06/2020	05/06/2020	05/12/2019	124/2019	10545891 - JOAO APARECIDO SOUTELLO	12.240,00

Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
168 / 2019	05/12/2019	05/06/2020	05/06/2020	05/12/2019	124/2019	10545891 - JOAO APARECIDO SOUTELLO	12.240,00
Objeto: Contratação de clínica psiquiátrica para internação, acompanhamento e tratamento médico, em regime hospitalar para F. DE M. F., Ministério Público de Santa Catarina contida nos Autos nº 5001161-82.2019.8.24.0055, conforme documentos anexos ao presente processo de Dispensa de Licitação.							

Aditivos:

Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
078/2020	05/12/2019	05/06/2020	05/06/2020	05/12/2019	124/2019	10545891 - JOAO APARECIDO SOUTELLO	12.240,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO321101-1749-MBUJ-280409825 - Emitido por: CINTIA ESTER ANACLETO

20/11/2018 11:37

PRIMEIRA ATA DE HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 049/2020

Publicação Nº 2525080

ATA DA FASE DE HABILITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2020 – CONCORRÊNCIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COMPREENDENDO AS ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO, MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E GERAÇÃO AUTÔNOMA DE ENERGIA, PARA O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO. Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às nove horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, sita na Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro, nesta Cidade e Comarca, com a presença dos Srs. Cintia Ester Anacleto, Glaucio Liebl e Claudia Simone de Souza Campos, respectivamente, presidente, secretário e membro da Comissão Permanente de Licitações - CPL, nomeada através da Portaria nº 24.487, de 22 de janeiro de 2020, foi instalada a sessão de abertura da proposta do Processo Licitatório supracitado autorizado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal e publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e Jornal A Notícia, edições do dia 13/5/2020, bem como no mural localizado no átrio da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho. Iniciados os trabalhos, foram rubricados e abertos os envelopes das empresas participantes, Eletro Comercial Energiluz Ltda e Engeluz Iluminação e Eletricidade Eireli. A CPL atesta a presença do senhor Fernando Sattis Trentin, representante da empresa Eletro Comercial Energiluz Ltda. Após a análise dos documentos da licitante Engeluz Iluminação e Eletricidade Eireli pelo senhor Fernando Sattis Trentin, representante da licitante Eletro Comercial Energiluz Ltda, o mesmo apontou as seguintes inconsistências:

- 1 - que a empresa não atendeu o disposto no item 3.1.1."a", no que tange ao Contrato Social, apresentando somente a consolidação do mesmo;
- 2 - que a empresa não atendeu o disposto no item 3.1.2."e", não apresentando a certidão unificada ou o complemento certidão imobiliária;
- 3 - que a empresa não atendeu o disposto item 3.1.3."c" e "e", na questão de ampliação, supervisão e controle, pois não é citado no atestado conforme solicitado no edital;
- 4 - que a empresa não atendeu o disposto no item 3.1.3."g", faltando a capacidade de cada veículo, também não atendendo ao mínimo exigido no edital, nos seguintes itens: número de camionetes insuficiente, caminhão apresentado não atende a quantidade de anos de uso conforme edital, sendo que todos estão bem acima do exigido;
- 5 - que a empresa não atendeu o disposto no item 3.1.3."h", onde a declaração apresentada não está assinada pelo responsável técnico, conforme exigido no edital;
- 6 - que a empresa não atendeu o disposto no item 3.1.3."m", pois não apresentou o documento;
- 7 - que a empresa não atendeu o disposto no item 3.1.4."c", onde os cálculos apresentados não estão de acordo com o edital.

Isto posto, com base no item 5.3 do edital, a CPL suspende a sessão para uma análise mais detalhada sobre as inconsistências apontadas, bem como para verificação da autenticidade dos documentos emitidos via internet, voltando a se reunir às 10h30min do dia 16/6/2020, com

resultado da fase de habilitação, ficando a critério das licitantes a presença nesta sessão. O resultado da fase de habilitação do processo licitatório se dará através da publicação das atas de habilitação, em seu inteiro teor, no Diário Oficial dos Municípios – DOM, edição do dia 17/6/2020, bem como na página oficial do município na internet, juntamente aos anexos do edital. O prazo legal de recursos será contabilizado a partir da publicação da ata no DOM. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, segue por todos assinada. Rio Negrinho, 15 de junho de 2020.

NOME	FUNÇÃO	ASSINATURA
Cintia Ester Anacleto	Presidente CPL	
Glaucio Liebl	Secretário CPL	
Claudia Simone de Souza Campos	Membro CPL	
Fernando Sattis Trentin	Representante	

SEGUNDA ATA DE HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 049/2020

Publicação Nº 2525084

SEGUNDA ATA DA FASE DE HABILITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2020 – CONCORRÊNCIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COMPREENDENDO AS ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO, MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E GERAÇÃO AUTÔNOMA DE ENERGIA, PARA O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO. Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às dez horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, sita na Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro, nesta Cidade e Comarca, com a presença dos Srs. Cintia Ester Anacleto, Glaucio Liebl e Claudia Simone de Souza Campos, respectivamente, presidente, secretário e membro da Comissão Permanente de Licitações - CPL, nomeada através da Portaria nº 24.487, de 22 de janeiro de 2020, foi instalada a sessão de reabertura do julgamento da fase de habilitação do Processo Licitatório supracitado. Iniciados os trabalhos, foram analisadas as inconsistências apontadas pelo representante da empresa Eletro Comercial Energiluz Ltda na sessão anterior, da seguinte forma:

1 - que a empresa não atendeu o disposto no item 3.1.1."a", no que tange ao Contrato Social, apresentando somente a consolidação do mesmo;

Resposta: embora o edital exija contrato social e última alteração contratual consolidada, a CPL entende que, a consolidação do contrato traz em seu teor todas as informações do contrato original e alterações anteriores, razão pela qual inabilitar a licitante por este motivo configuraria excesso de rigor.

2 - que a empresa não atendeu o disposto no item 3.1.2."e", não apresentando a certidão unificada ou o complemento certidão imobiliária;

Resposta: a CPL verificou que na certidão negativa municipal apresentada pela licitante Engeluz Iluminação e Eletricidade Eireli, mais especificamente no campo "finalidade" consta a seguinte observação: "não consta Déb. Mobiliários e Imobiliários", comprovando assim as exigências do edital.

3 – que a empresa não atendeu o disposto item 3.1.3.“c” e “e”, na questão de ampliação, supervisão e controle, pois não é citado no atestado conforme solicitado no edital;

Resposta: a CPL observou que no atestado de capacidade técnica emitido pela Prefeitura Municipal de Curitiba consta a implantação de novos equipamentos o que configura ampliação e consta também o controle e supervisão dos pontos de iluminação pública, o que comprova o item exigido pelo edital.

4 – que a empresa não atendeu o disposto no item 3.1.3.“g”, faltando a capacidade de cada veículo, também não atendendo ao mínimo exigido no edital, nos seguintes itens: número de camionetes insuficiente, caminhão apresentado não atende a quantidade de anos de uso conforme edital, sendo que todos estão bem acima do exigido;

Resposta: a CPL observou que na alínea “g” do item 3.1.3 do edital, consta apenas a exigência da declaração formal de disponibilidade de máquinas e equipamentos, não citando em momento algum especificações mínimas quanto aos veículos e data de fabricação dos equipamentos, nem tampouco nenhuma referência ao memorial descritivo anexo do edital. Se havia exigências de especificações mínimas e datas de fabricação dos veículos, as mesmas deveriam estar claras no item 3.1.3 alínea “g” do edital e não de forma subjetiva levando a erros de interpretação que não configuram motivo para inabilitação.

5 – que a empresa não atendeu o disposto no item 3.1.3.“h”, onde a declaração apresentada não está assinada pelo responsável técnico, conforme exigido no edital;

Resposta: a CPL reconhece que a licitante Engeluz Iluminação e Eletricidade Eireli não cumpriu o exigido na alínea “h” do item 3.1.3 do edital, uma vez que quem assinou a declaração foi o Gerente Administrativo e Procurador da empresa e não o responsável técnico como está claramente exigido no edital.

6 – que a empresa não atendeu o disposto no item 3.1.3.“m”, pois não apresentou o documento;

Resposta: a licitante Engeluz Iluminação e Eletricidade Eireli realmente não apresentou as comprovações referentes as luminárias de LED tais como possibilidade de verificação no site do INMETRO e os ensaios exigidos.

7 – que a empresa não atendeu o disposto no item 3.1.4.“c”, onde os cálculos apresentados não estão de acordo com o edital.

Resposta: como o representante da licitante Eletro Comercial Energiluz Ltda não deixou claro a CPL por quais motivos os cálculos não estariam de acordo e levando em consideração que o resultado dos cálculos apresentados pela licitante Engeluz Iluminação e Eletricidade Eireli estão dentro dos limites dos índices exigidos no edital, a CPL entende que inabilitar a licitante por este motivo seria excesso de rigor. Diante de todo o exposto, a CPL por unanimidade de seus membros, decide a fase de habilitação da Concorrência nº 049/2020 da seguinte forma:

LICITANTE HABILITADA: Eletro Comercial Energiluz Ltda.

LICITANTE INABILITADA: Engeluz Iluminação e Eletricidade Eireli, por não ter cumprido o exigido no item 3.1.3 alínea “h” e não ter apresentado o exigido no item 3.1.3 alínea “m” do edital. Fica concedido o prazo legal de recurso, contados da publicação da presente ata no Diário Oficial dos Municípios – DOM, edição do dia 17/6/2020, até às 17h do dia 24/6/2020 e marcada a sessão de abertura da proposta da licitante habilitada para às 10h do dia 29/6/2020, se nenhum recurso for impetrado. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, segue por todos assinada. Rio Negrinho, 16 de junho de 2020.

NOME	FUNÇÃO	ASSINATURA
Cintia Ester Anacleto	Presidente CPL	
Glaucio Liebl	Secretário CPL	
Claudia Simone de Souza Campos	Membro CPL	

SAMAE - RIO NEGRINHO

BOLETIM DE EXAMES FÍSICO-QUÍMICOS E BACTERIOLÓGICOS MAIO 2020

Publicação Nº 2525308

BOLETIM DOS EXAMES FÍSICO-QUÍMICOS E BACTERIOLÓGICOS DA REDE MÊS DE MAIO DE 2020

RESULTADOS FÍSICO-QUÍMICOS DA ÁGUA TRATADA NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO										
LOCALIDADE	pH		COR (PtCo)		CLORO (mg/l)		TURBIDEZ(NTU)		FLUORETO (mg/l)	
	Freq.	Res. Méd.	Freq.	Res. Méd.	Freq.	Res. Méd.	Freq.	Res. Méd.	Freq.	Res. Méd.
RIO NEGRINHO	52	7.24	52	1.93	52	0.94	52	0.37	52	0.83
VOLTA GRANDE	34	7.11	34	2.61	38	0.97	38	0.67	34	0.91
CORREDEIRAS	17	7.65	17	7.87	21	1.05	21	0.72	17	0.89
POCINHO	31	8.33	31	3.17	38	0.79	36	0.78	31	0.77
PARÂMETROS DA PORTARIA Nº2914 M.S.	6.0 à 9.5		MÁX. 15.00 PtCo		0.20 à 2.00 mg/L		MÁX. 5.00 NTU		*0.70 à 1.00 mg/L	

NTU - Unidade Nefelométrica de Turbidez mg/L - Miligramas por Litro PtCo - Unidade de Medição Platina/Cobalto

Freq. = Nº de análises no mês Res.Méd. = Média do mês

* Parâmetro estabelecido pela Portaria nº421 SES - 13/05/2016

RESULTADOS DOS EXAMES BACTERIOLÓGICOS DA ÁGUA TRATADA NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO						
LOCALIDADE	COLIFORMES TOTAIS UFC/100ML		ESCHERICHIA COLI UFC/100ML		HETEROTRÓFICAS UFC/ML	
	POSITIVOS	NEGATIVOS	POSITIVOS	NEGATIVOS		
RIO NEGRINHO	0	52	0	52	ausente	
VOLTA GRANDE	0	132	0	12	ausente	
CORREDEIRAS	0	8	0	8	ausente	
POCINHO	0	12	0	12	ausente	
PARÂMETROS DA PORTARIA Nº2914 M.S.	AUSÊNCIA EM 100 ML EM 95% DAS AMOSTRAS		AUSÊNCIA EM 100 ML 100% DAS AMOSTRAS		MÁXIMO	500 UFC

UFC - Unidade Formadora de Colônia

OBS: A Portaria nº 2914/11 do Ministério da Saúde estabelece parâmetros para água potável (Água Tratada).

Publicação conforme Decreto nº 5.440 de 04/05/2005.

Nilceu Nunes de Lima
Técnico em Saneamento
CRQ/SC nº 13401044

Gilson José Reckziegel
Diretor Geral

EXTRATO DE CONTRATOS 2020

Publicação Nº 2525301

EXTRATO DE CONTRATOS 2020**CONTRATO Nº 8/2020****PROCESSO 14/2017****CREDENCIAMENTO Nº 2/2017**

OBJETO: TERMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 24/2017, CELEBRADO ENTRE O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE RIO NEGRINHO E O BANCO DO BRASIL S/A, PARA RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE

DO PREÇO: Pela prestação dos serviços de arrecadação, objeto da cláusula sétima do Contrato 24/2017, a ENTIDADE CONTRATANTE pagará a CONTRATADA tarifas nas seguintes bases:

a) TARIFA DE R\$ 1,74 (um real e setenta e quatro centavos), por recebimento de documentos de auto atendimento nas agências do contratado, recebimento de documento nas lotéricas e/ou correspondentes bancários com código de barras padrão FEBRABAN e auto atendimento pela internet no Home/Office Banking no padrão FEBRABAN e prestação de contas através de meio magnético;

b) TARIFA DE R\$ 1,35 (um real e trinta e cinco centavos), por recebimento efetuado através do sistema de Débito Automático padrão FEBRABAN;

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA debitará em conta corrente, no último dia útil de cada mês, o valor correspondente as tarifas previstas no caput desta Cláusula, encaminhando ao SAMAE, o Aviso de Débito.

DOS PRAZOS: Conforme cláusula décima quinta do Contrato 24/2017, o prazo de execução deste Termo Aditivo inicia-se no dia 01/06/2020 a 31/05/2021.

DAS DESPESAS: A despesa resultante deste contrato correrá a conta do Orçamento próprio do SAMAE, dotação 323/2020 – 14.01.17.122.0014.2.168.3.3.9.0 – Aplicações Diretas do orçamento vigente do SAMAE.

As demais cláusulas do contrato primitivo não modificada por este termo permanecem inalteradas.

CONTRATO Nº 9/2020**PROCESSO 14/2017****CREDENCIAMENTO Nº 2/2017**

OBJETO: TERMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 25/2017, CELEBRADO ENTRE O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE RIO NEGRINHO E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PARA RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE

DO PREÇO: Pela prestação dos serviços de arrecadação, objeto da cláusula sétima do Contrato 25/2017, a ENTIDADE CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, tarifas nas seguintes bases:

a) TARIFA DE R\$ 1,74 (um real e setenta e quatro centavos), por recebimento de documentos nos Guichês de caixas e de auto atendimento nas agências do contratado, recebimento de documento nas lotéricas e/ou correspondentes bancários com código de barras padrão FEBRABAN e auto atendimento pela internet no Home/Office Banking no padrão FEBRABAN e prestação de contas através de meio magnético;

b) TARIFA DE R\$ 1,35 (um real e trinta e cinco centavos), por recebimento efetuado através do sistema de Débito Automático padrão FEBRABAN, através do código convênio SICOV 110100.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA debitará diariamente em conta corrente, o valor correspondente as tarifas previstas no caput desta Cláusula, encaminhando ao SAMAE, o Aviso de Débito.

DOS PRAZOS: Conforme cláusula décima quinta do Contrato 25/2017, o prazo de execução deste Termo Aditivo inicia-se no dia 01/06/2020 a 31/05/2021.

DAS DESPESAS: A despesa resultante deste contrato correrá a conta do Orçamento próprio do SAMAE, dotação 323/2020 – 14.01.17.122.0014.2.168.3.3.9.0 – Aplicações Diretas do orçamento vigente do SAMAE.

As demais cláusulas do contrato primitivo não modificada por este termo permanecem inalteradas.

CONTRATO Nº 10/2020**PROCESSO 14/2017****CREDENCIAMENTO Nº 2/2017**

OBJETO: TERMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 30/2017, CELEBRADO ENTRE O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE RIO NEGRINHO E O BANCO BRADESCO S.A., PARA RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE

DO PREÇO: Pela prestação dos serviços de arrecadação, objeto da cláusula sétima do Contrato 30/2017, a ENTIDADE CONTRATANTE pagará a CONTRATADA tarifas nas seguintes bases:

a) TARIFA DE R\$ 1,74 (um real e setenta e quatro centavos), por recebimento de documentos de auto atendimento nas agências do contratado, recebimento de documento nas lotéricas e/ou correspondentes bancários com código de barras padrão FEBRABAN e auto atendimento pela internet no Home/Office Banking no padrão FEBRABAN e prestação de contas através de meio magnético;

b) TARIFA DE R\$ 1,35 (um real e trinta e cinco centavos), por recebimento efetuado através do sistema de Débito Automático padrão FEBRABAN;

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA debitará em conta corrente, no último dia útil de cada mês, o valor correspondente as tarifas previstas no caput desta Cláusula, encaminhando ao SAMAE, o Aviso de Débito.

DOS PRAZOS: Conforme cláusula décima quinta do Contrato 30/2017, o prazo de execução deste Termo Aditivo inicia-se no dia 01/06/2020 a 31/05/2021.

DAS DESPESAS: A despesa resultante deste contrato correrá a conta do Orçamento próprio do SAMAE, dotação 323/2020 – 14.01.17.122.0014.2.168.3.3.9.0 – Aplicações Diretas do orçamento vigente do SAMAE.

As demais cláusulas do contrato primitivo não modificada por este termo permanecem inalteradas.

CONTRATO Nº 11/2020**PROCESSO 14/2018****CREDENCIAMENTO 2/2017**

OBJETO: TERMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/2017, CELEBRADO ENTRE O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE RIO NEGRINHO E O BANCO ITAÚ S.A., PARA RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE

DO PREÇO: Pela prestação dos serviços de arrecadação, objeto da cláusula sétima do Contrato 26/2017, a ENTIDADE CONTRATANTE pagará a CONTRATADA tarifas nas seguintes bases:

a) TARIFA DE R\$ 1,74 (um real e setenta e quatro centavos), por recebimento de documentos de auto atendimento nas agências do

contratado, recebimento de documento nas lotéricas e/ou correspondentes bancários com código de barras padrão FEBRABAN e auto atendimento pela internet no Home/Office Banking no padrão FEBRABAN e prestação de contas através de meio magnético;

b) TARIFA DE R\$ 1,35 (um real e trinta e cinco centavos), por recebimento efetuado através do sistema de Débito Automático padrão FEBRABAN;

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA debitará em conta corrente, no último dia útil de cada mês, o valor correspondente as tarifas previstas no caput desta Cláusula, encaminhando ao SAMAE, o Aviso de Débito.

DOS PRAZOS: Conforme cláusula décima quinta do Contrato 26/2017, o prazo de execução deste Termo Aditivo inicia-se no dia 01/06/2020 a 31/05/2021.

DAS DESPESAS: A despesa resultante deste contrato correrá a conta do Orçamento próprio do SAMAE, dotação 323/2020 – 14.01.17.122.0014.2.168.3.3.9.0 – Aplicações Diretas do orçamento vigente do SAMAE.

As demais cláusulas do contrato primitivo não modificado por este termo permanecem inalteradas.

CONTRATO Nº 12/2020

PROCESSO 14/2017

CREDENCIAMENTO Nº 2/2017

OBJETO: TERMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 28/2017, CELEBRADO ENTRE O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE RIO NEGRINHO E A COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO – CECRED, PARA RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE

DO PREÇO: Pela prestação dos serviços de arrecadação, objeto da cláusula sétima do Contrato 28/2017, a ENTIDADE CONTRATANTE pagará a CONTRATADA tarifas nas seguintes bases:

a) TARIFA DE R\$ 1,74 (um real e setenta e quatro centavos), por recebimento de documentos de auto atendimento nas agências do contratado, recebimento de documento nas lotéricas e/ou correspondentes bancários com código de barras padrão FEBRABAN e auto atendimento pela internet no Home/Office Banking no padrão FEBRABAN e prestação de contas através de meio magnético;

b) TARIFA DE R\$ 1,35 (um real e trinta e cinco centavos), por recebimento efetuado através do sistema de Débito Automático padrão FEBRABAN;

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA debitará em conta corrente, no último dia útil de cada mês, o valor correspondente as tarifas previstas no caput desta Cláusula, encaminhando ao SAMAE, o Aviso de Débito.

DOS PRAZOS: Conforme cláusula décima quinta do Contrato 28/2017, o prazo de execução deste Termo Aditivo inicia-se no dia 01/06/2020 a 31/05/2021.

DAS DESPESAS: A despesa resultante deste contrato correrá a conta do Orçamento próprio do SAMAE, dotação 320/2020 – 14.01.17.122.0014.2.168.3.3.9.0 – Aplicações Diretas do orçamento vigente do SAMAE.

As demais cláusulas do contrato primitivo não modificado por este termo permanecem inalteradas.

CONTRATO Nº 13/2020

PROCESSO 14/2017

CREDENCIAMENTO Nº 2/2017

OBJETO: TERMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 29/2017, CELEBRADO ENTRE O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE RIO NEGRINHO E O BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A, PARA RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE

DO PREÇO: Pela prestação dos serviços de arrecadação, objeto da cláusula sétima do Contrato 29/2017, a ENTIDADE CONTRATANTE pagará a CONTRATADA tarifas nas seguintes bases:

a) TARIFA DE R\$ 1,74 (um real e setenta e quatro centavos), por recebimento de documentos de auto atendimento nas agências do contratado, recebimento de documento nas lotéricas e/ou correspondentes bancários com código de barras padrão FEBRABAN e auto atendimento pela internet no Home/Office Banking no padrão FEBRABAN e prestação de contas através de meio magnético;

b) TARIFA DE R\$ 1,35 (um real e trinta e cinco centavos), por recebimento efetuado através do sistema de Débito Automático padrão FEBRABAN;

Parágrafo Primeiro: A ENTIDADE CONTRATANTE pagará mensalmente à CONTRATADA até o 10º dia útil após a cobrança realizada, o valor devido pelos serviços prestados, calculado com base na quantidade de transações apuradas nos arquivos liquidados no mês anterior, para a conta corrente nº 99999-9, agência 0001, banco 756 - BANCOOB.

DOS PRAZOS: Conforme cláusula décima quinta do Contrato 29/2017, o prazo de execução deste Termo Aditivo inicia-se no dia 01/06/2020 a 31/05/2021.

DAS DESPESAS: A despesa resultante deste contrato correrá a conta do Orçamento próprio do SAMAE, dotação 323/2020 – 14.01.17.122.0014.2.168.3.3.9.0 – Aplicações Diretas do orçamento vigente do SAMAE.

As demais cláusulas do contrato primitivo não modificado por este termo permanecem inalteradas.

CONTRATO Nº 14/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2020

CONTRATADA: DRYLLER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE HIDRÓXIDOS LTDA

DO OBJETO: Fornecimento de 65.000 kg de HIDRÓXIDO DE CÁLCIO EM SUSPENSÃO AQUOSA, em entregas fracionadas, em 10.000 kg cada, até a entrega final do produto, conforme solicitação do SAMAE.

DAS DESPESAS: As despesas oriundas do presente Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: 323/2020.14.01.17.122.0014.2.168.3.3.90.00 – Aplicações Diretas do orçamento vigente do SAMAE.

DO PREÇO: O preço unitário por quilograma em 21/05/2020 (data da abertura das propostas), para HIDRÓXIDO DE CÁLCIO EM SUSPENSÃO AQUOSA é de R\$ 0,86 (oitenta e seis centavos).

DA VIGÊNCIA: O prazo do presente contrato será da data da homologação do processo, com término até a entrega total do produto, ou pelos quantitativos estabelecidos no Pregão Presencial nº 3/2020, ou seja, 65.000 kg de HIDRÓXIDO DE CÁLCIO EM SUSPENSÃO AQUOSA.

CONTRATO Nº 15/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2020

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

DO OBJETO: Constitui o objeto deste Contrato a aquisição de 150 toneladas de material de reposição (asfalto/tapa buraco) de uso nos

trabalhos de conserto e manutenção de pavimentação asfáltica em ruas danificadas em virtude de manutenção de redes e adutoras de água e esgoto, de acordo com a necessidade do SAMAE.

DAS DESPESAS: Para cobertura das despesas resultantes da contratação serão utilizados recursos provenientes da dotação: 323/2020 – 14.01.17.122.0014.2.168.3.3.90.00 - Aplicações Diretas do orçamento vigente do SAMAE.

DO PREÇO: O preço para execução do objeto descrito é de R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais).

DA VIGÊNCIA: Este contrato se finda quando entregue as 150 toneladas.

CONTRATO N° 16/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 6/2020

PREGÃO ELETRÔNICO N° 2/2020

CONTRATADA: AVANEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

DO OBJETO: Fornecer 170.000 kg de SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO, ISENTO DE FERRO, EM SOLUÇÃO A 50%, A GRANEL, em entregas fracionadas, até a entrega final do produto, entregas com 14.000 kg cada, conforme a solicitação do SAMAE.

DAS DESPESAS: As despesas oriundas do presente Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: 323/2020.14.01.17.122.0014.2.168.3.3.90.00 – Aplicações Diretas do orçamento vigente do SAMAE.

DO PREÇO: O preço unitário por quilograma em 20/05/2020 (data da abertura das propostas), para SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO, ISENTO DE FERRO, EM SOLUÇÃO A 50%, A GRANEL, é de R\$ 0,69 (sessenta e nove centavos).

DA VIGÊNCIA: O prazo do presente contrato será da data da homologação do processo, com término até a entrega total do produto, ou pelos quantitativos estabelecidos no Pregão Eletrônico nº 2/2020, ou seja, 170.000 kg de SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO, ISENTO DE FERRO, EM SOLUÇÃO A 50%, A GRANEL.

Os contratos em inteiro teor estão publicados no site www.samaerne.com.br/publicacoes/contratos.

Rio Negrinho, 16 de junho de 2020.

Gilson Jose Reckziegel

Diretor Geral

Romelândia

PREFEITURA

CADERNO DE PROVA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PS 01/2020

Publicação Nº 2525512

MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO 01/2020
14 de Junho de 2020

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

INSTRUÇÕES

Este Caderno contém 20 (vinte) questões, constituídas com cinco opções (A, B, C, D, E) e uma única resposta correta. Em caso de divergência de dados e/ou defeitos, solicite providências ao fiscal de sala.

Você receberá o Cartão Resposta, no qual serão transcritas as respostas do Caderno de Questões, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de acordo com as orientações de preenchimento contidas nele.

Após o preenchimento do Cartão Resposta, o candidato **deverá assinar o mesmo**, sob pena de invalidez do documento.

Durante a realização das provas é vedado:

- a) consultar livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações ou equipamentos eletrônicos;
- b) a comunicação entre os candidatos;
- c) ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal;
- d) a ingestão de alimentos e bebidas, com exceção de água acondicionada em embalagem plástica transparente sem rótulos e/ou etiquetas;
- e) entregar a prova e o cartão resposta antes de decorrida 45 (quarenta e cinco) minutos do seu início.
- f) o uso de relógio de qualquer tipo e aparelhos telefônicos, quaisquer equipamentos elétrico ou eletrônico, bonés, chapéus e porte de qualquer tipo de arma.

A saída da sala de prova, com a entrega do Caderno de Questões e Cartão Resposta, somente será permitida depois de transcorrido 45 minutos do início da mesma.

Ao concluir a prova e o preenchimento do Cartão Resposta, entregue o Caderno de Questões e o Cartão Resposta ao fiscal de sala. A não entrega de qualquer um dos itens especificados acima, implicará na eliminação do candidato do Teste Seletivo Público.

O tempo de duração total da prova é de 01h30min (uma hora e trinta minutos), incluído o tempo para preenchimento do Cartão Resposta.

Os 3 últimos candidatos, ao terminarem a prova, deverão permanecer juntos em sala para, juntamente com os fiscais assinar a folha ata, o verso dos cartões respostas, o lacre dos envelopes que guardarão os Cartões Resposta.

Português

01) “Foi ao mercado, comprou o molho, mas não conseguiu acertar a receita.” A última oração é classificada como coordenada sintética:

- a) reflexiva
- b) alternativa
- c) adversativa
- d) conclusiva
- e) explicativa

02) Dadas as frases:

- 1- Encontramos aquele velho conhecido.
- 2- Contamos tudo àquela velha conhecida.
- 3- Não vou a festas.

De acordo com as regras do emprego ou não da crase, das sentenças acima:

- a) estão todas corretas.
- b) estão todas incorretas.
- c) somente 1 está correta.
- d) somente 2 está correta.
- e) somente 3 está correta.

03) Observe o exemplo dado abaixo:

“água da chuva = água pluvial”

Qual das alternativas abaixo apresenta um adjetivo que não corresponde à locução adjetiva apontada:

- a) de cobra = viperino
- b) de cinza = cinéreo
- c) de águia = aquilino
- d) de abelha = apícola
- e) de ouro = ígneo

04) Veja as expressões:

“O sol tá queimando mais atualmente”

“Dizem que é o tal buraco da camada de ozônio”

Com base na tirinha acima assinale a alternativa correta:

- a) A tirinha, através da linguagem verbal e não verbal, faz uma reflexão sobre os problemas causados pelo desmatamento.
- b) A tira, através da linguagem não verbal, constrói enredo de forma hostil.
- c) A expressividade da tira é realçada no segundo quadrinho onde o desmatamento é apontado como principal causa para o aumento do buraco da camada de ozônio.
- d) Através do emprego da aliteração é que se dá a comicidade da tirinha, ao mesmo tempo em que leva o leitor a refletir sobre um problema social.
- e) A expressão errônea empregada no segundo quadrinho é que reitera a questão do desmatamento que transformou os ambientes no mundo.

05) Uma das alternativas abaixo utiliza uma palavra homônima e/ou parônima indevidamente.

Identifique-a:

- a) A baleia imergiu nas profundezas do oceano.
- b) Ela cumprimentou o diretor.
- c) O conserto da bicicleta custou caro.
- d) Após cassar a presa preparou um belo assado.
- e) A bandeira foi arriada.

Matemática

06) A média final de um aluno é composta por três notas e é definida da seguinte forma: duas notas de peso 3 e uma nota de peso 4. Se um aluno recebeu a primeira prova com nota 3,7 e a segunda prova com nota 7,9 qual a nota mínima para a terceira prova de modo que sua média final seja igual a 7,0.

- (a) 8,8 (b) 9,4 (c) 7,6 (d) 9,6 (e) 8,3

2) Na aplicação de R\$ 25.000,00 Gustavo optou por um fundo de investimento que rende 2% ao mês na modalidade de juro composto. Qual é o montante a ser resgatado no final de 4 meses de aplicação?

- (a) R\$ 27.000,00 (b) R\$ 27.060,80 (c) R\$ 26.900,20 (d) R\$ 28.800,00
(e) R\$ 26.960,60

3) Um aluno de matemática faz uma experiência de lançar um dado aleatoriamente por duas vezes. Sabendo que o dado não é viciado, qual a probabilidade de a soma dos lançamentos ser igual a 7?

- (a) $\frac{1}{4}$ (b) $\frac{3}{25}$ (c) $\frac{1}{5}$ (d) $\frac{1}{9}$ (e) $\frac{6}{2}$

4) Uma casa foi construída e ocupou um terço da área do terreno, a casa apresenta as seguintes dimensões 12 metros de largura e 10,5 metros de comprimento. Nessas condições o terreno apresenta que área?

- (a) 412m². (b) 248m². (c) 120m². (d) 378m². (e) 512m².

5) O pai do Gustavo tem um campo de futebol que apresenta as seguintes dimensões 110m de comprimento e 90 metros de largura. Ele pretende construir um minicampo para seu filho, onde o comprimento do mini campo é igual a 13,75m. qual a medida da largura do minicampo sabendo que terá que obedecer a proporcionalidade entre as medidas.

- (a) 9,75m. (b) 10,75m. (c) 11,00m. (d) 11,25m. (e) 8,85m

Conhecimentos Específicos

Responda as questões de 11 a 13 de acordo com a Lei Orgânica da Saúde.

11- Assinale o número e ano da Lei que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

- a) N° 8.080 de 1990.
- b) N° 7.080 de 1890.
- c) N° 8.090 de 1980.
- d) N° 9.080 de 1970.
- e) N° 8.060 de 1996.

12. De acordo com a Lei, assinale “V” para verdadeiro e “F” para falso.

- () Conforme art. 1º. Essa lei regula, em todo o território nacional, as ações e serviço de saúde, executados isolado ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito Público ou privado.
- () De acordo com o art. 2º. A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.
- () De acordo com o §2º do art. 2º. O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas.

Assinale a alternativa correta.

- a) V, V, V. b) V, F, V. c) F, V, V. d) F, F, V. e) V, V, F.

13. No art. 5º consta os objetivos do Sistema Único de Saúde.

- I. a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde;
- II. a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância do disposto no § 1º do art. 2º desta lei;
- III. a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente o item I está correto.
- b) Somente o item II está correto.
- c) Somente o item III está correto.
- d) Somente os itens I e II estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

Responda as questões 14 e 15 de acordo com a Portaria N° 648/GM.

14. A Portaria N° 648/GM é do mês e ano respectivamente:

- a) 28 de março de 2003. b) 28 de abril de 2004. c) 28 de março de 2005.
d) 28 de março de 2006. e) 28 de maio de 2010.

15. O que aprova a Portaria?

- a) A Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família e o Programa Agentes Comunitários de Saúde.
b) Os recursos referidos no inciso V deste artigo não destinar-se-ão a investimentos na rede de serviços, à cobertura assistencial ambulatorial e hospitalar e às demais ações de saúde.
c) Fundo de Saúde;
d) Conselho de Saúde, com composição paritária de acordo com o [Decreto nº 99.438, de 7 de setembro de 1980](#);
e) Plano de saúde coletivo;

16. Assinale o significado das siglas respectivamente: SUS, ESF, PACS.

- a) Sistema Unificado de Saúde, Estratégia Saúde da Família, Programa Agentes Comunitários de Saúde.
b) Sistema Único de Saúde, Estratégia Saúde da Família, Programa Agentes Comunitário de Saúde.
c) Sistema Único de Saúde, Estratégia Saudável da Família, Programa Agentes Comunitários de Saúde.
d) Sistema Único de Saúde, Estratégia Saúde da Família, Pacto das Agentes Comunitários de Saúde.
e) Nenhuma das alternativas.

Responda as questões 7 e 8 de acordo com a Lei nº 8.142/1990.

17. A lei acima citada dispõe sobre:

- a) A Conferência de Saúde, a qual reunir-se-á a cada seis anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde.
b) A representação dos usuários nos Conselhos de Saúde e Conferências será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.
c) A participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.
d) As Conferências de Saúde não sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, aprovadas pelo respectivo.
e) As Conferências não serão paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.

18. De acordo com o Art. 2º. Os recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) serão alocados como:

- I - despesas de custeio e de capital do Ministério da Saúde, seus órgãos e entidades, da administração direta e indireta;
II - investimentos previstos em lei orçamentária, de iniciativa do Poder Legislativo e aprovados pelo Congresso Nacional;
III - investimentos previstos no Plano Quinquenal do Ministério da Saúde;

IV - cobertura das ações e serviços de saúde a serem implementados pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente os itens I, II e IV estão corretos.
- b) Somente os itens I, II e III estão corretos.
- c) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
- d) Somente os itens III e IV estão corretos.
- e) Os itens I, II, III e IV estão corretos.

19. “Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006.”

O texto acima é da Lei:

- a) Lei Nº 11.550.
- b) Lei Nº 11.350.
- c) Lei Nº 12.350.
- d) Lei Nº 15.550
- e) Lei Nº 13.350.

20. Leia atentamente o texto de seu respectivo artigo da Lei [Nº 11.350, de 5 de outubro de 2006](#).

I. No Art. 1º As atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, passam a reger-se pelo disposto nesta Lei.

II. No Art. 2º O exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, nos termos desta Lei, dar-se-á exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, na execução das atividades de responsabilidade dos entes federados, mediante vínculo direto entre os referidos Agentes e órgão ou entidade da administração direta, autárquica ou fundacional.

III. No § 1º do art. 2º É essencial e obrigatória a presença de Agentes Comunitários de Saúde na Estratégia Saúde da Família e de Agentes de Combate às Endemias na estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental. ([Redação dada pela Lei nº 13.708, de 2018](#)).

IV. No § 2º do art. 2º. Incumbe aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias desempenhar com zelo e presteza as atividades previstas nesta Lei. ([Incluído dada pela Lei nº 13.595, de 2018](#)).

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente os itens I e II estão corretos.
- b) Somente os itens II e III estão corretos.
- c) Somente os itens III e IV estão corretos.
- d) Os itens I, II, III e IV estão corretos.
- e) Somente os itens I, II e IV estão corretos.

CADERNO DE PROVA PROFESSOR DE INGLÊS PS 01/2020

Publicação Nº 2525520

MUNICÍPIO DE ROMELANDIA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO 01/2020
14 de Junho de 2020

PROFESSOR DE INGLES**INSTRUÇÕES**

Este Caderno contém 20 (vinte) questões, constituídas com cinco opções (A, B, C, D, E) e uma única resposta correta. Em caso de divergência de dados e/ou defeitos, solicite providências ao fiscal de sala.

Você receberá o Cartão Resposta, no qual serão transcritas as respostas do Caderno de Questões, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de acordo com as orientações de preenchimento contidas nele.

Após o preenchimento do Cartão Resposta, o candidato **deverá assinar o mesmo**, sob pena de invalidez do documento.

Durante a realização das provas é vedado:

- a) consultar livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações ou equipamentos eletrônicos;
- b) a comunicação entre os candidatos;
- c) ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal;
- d) a ingestão de alimentos e bebidas, com exceção de água acondicionada em embalagem plástica transparente sem rótulos e/ou etiquetas;
- e) entregar a prova e o cartão resposta antes de decorrida 45 (quarenta e cinco) minutos do seu início.
- f) o uso de relógio de qualquer tipo e aparelhos telefônicos, quaisquer equipamentos elétrico ou eletrônico, bonés, chapéus e porte de qualquer tipo de arma.

A saída da sala de prova, com a entrega do Caderno de Questões e Cartão Resposta, somente será permitida depois de transcorrido 45 minutos do início da mesma.

Ao concluir a prova e o preenchimento do Cartão Resposta, entregue o Caderno de Questões e o Cartão Resposta ao fiscal de sala. A não entrega de qualquer um dos itens especificados acima, implicará na eliminação do candidato do Teste Seletivo Público.

O tempo de duração total da prova é de 1:30 (uma hora e trinta minutos), incluído o tempo para preenchimento do Cartão Resposta.

Os 3 últimos candidatos, ao terminarem a prova, deverão permanecer juntos em sala para, juntamente com os fiscais assinar a folha ata, o verso dos cartões respostas, o lacre dos envelopes que guardarão os Cartões Resposta.

Português

01) “Foi ao mercado, comprou o molho, mas não conseguiu acertar a receita.” A última oração é classificada como coordenada sintética:

- a) reflexiva
- b) alternativa
- c) adversativa
- d) conclusiva
- e) explicativa

02) Dadas as frases:

- 1- Encontramos aquele velho conhecido.
- 2- Contamos tudo àquela velha conhecida.
- 3- Não vou a festas.

De acordo com as regras do emprego ou não da crase, das sentenças acima:

- a) estão todas corretas.
- b) estão todas incorretas.
- c) somente 1 está correta.
- d) somente 2 está correta.
- e) somente 3 está correta.

03) Observe o exemplo dado abaixo:

“água da chuva = água pluvial”

Qual das alternativas abaixo apresenta um adjetivo que não corresponde à locução adjetiva apontada:

- a) de cobra = viperino
- b) de cinza = cinéreo
- c) de águia = aquilino
- d) de abelha = apícola
- e) de ouro = ígneo

04) Veja as expressões:

“O sol tá queimando mais atualmente”

“Dizem que é o tal buraco da camada de ozônio”

Com base na tirinha acima assinale a alternativa correta:

- a) A tirinha, através da linguagem verbal e não verbal, faz uma reflexão sobre os problemas causados pelo desmatamento.
- b) A tira, através da linguagem não verbal, constrói enredo de forma hostil.
- c) A expressividade da tira é realçada no segundo quadrinho onde o desmatamento é apontado como principal causa para o aumento do buraco da camada de ozônio.
- d) Através do emprego da aliteração é que se dá a comicidade da tirinha, ao mesmo tempo em que leva o leitor a refletir sobre um problema social.
- e) A expressão errônea empregada no segundo quadrinho é que reitera a questão do desmatamento que transformou os ambientes no mundo.

05) Uma das alternativas abaixo utiliza uma palavra homônima e/ou parônima indevidamente.

Identifique-a:

- a) A baleia imergiu nas profundezas do oceano.
- b) Ela cumprimentou o diretor.
- c) O conserto da bicicleta custou caro.
- d) Após cassar a presa preparou um belo assado.
- e) A bandeira foi arriada.

Matemática

06) A média final de um aluno é composta por três notas e é definida da seguinte forma: duas notas de peso 3 e uma nota de peso 4. Se um aluno recebeu a primeira prova com nota 3,7 e a segunda prova com nota 7,9 qual a nota mínima para a terceira prova de modo que sua média final seja igual a 7,0.

- (a) 8,8 (b) 9,4 (c) 7,6 (d) 9,6 (e) 8,3

07) Na aplicação de R\$ 25.000,00 Gustavo optou por um fundo de investimento que rende 2% ao mês na modalidade de juro composto. Qual é o montante a ser resgatado no final de 4 meses de aplicação?

- (a) R\$ 27.000,00 (b) R\$ 27.060,80 (c) R\$ 26.900,20 (d) R\$ 28.800,00
(e) R\$ 26.960,60

08) Um aluno de matemática faz uma experiência de lançar um dado aleatoriamente por duas vezes. Sabendo que o dado não é viciado, qual a probabilidade de a soma dos lançamentos ser igual a 7?

- (a) $\frac{1}{4}$ (b) $\frac{3}{25}$ (c) $\frac{1}{5}$ (d) $\frac{1}{9}$ (e) $\frac{6}{2}$

09) Uma casa foi construída e ocupou um terço da área do terreno, a casa apresenta as seguintes dimensões 12 metros de largura e 10,5 metros de comprimento. Nessas condições o terreno apresenta que área?

- (a) 412m². (b) 248m². (c) 120m². (d) 378m².
(e) 512m².

10) O pai do Gustavo tem um campo de futebol que apresenta as seguintes dimensões 110m de comprimento e 90 metros de largura. Ele pretende construir um minicampo para seu filho, onde o comprimento do mini campo é igual a 13,75m. qual a medida da largura do minicampo sabendo que terá que obedecer a proporcionalidade entre as medidas.

- (a) 9,75m. (b) 10,75m. (c) 11,00m. (d) 11,25m.
(e) 8,85m

Conhecimentos Específicos

Read the text below and answer the questions 11 to 15:

CRIMINALS HAVE SMALLER BRAIN SIZE, SAYS STUDY

A new study has found that antisocial people are more likely to have smaller areas of their brain. Researchers said criminals' brains had a different structure to the brains of people who followed the law. The study is published in the journal "Lancet Psychiatry". Researchers used data from 672 people born in 1972-73. They looked at records of the people's antisocial behaviour between the ages of seven and 26. At the age of 45, the researchers scanned the people's brains. Eighty of the people had a history of criminal and antisocial behaviour from being early teenagers. Researchers found that the areas of the brain linked to emotions, motivation and behaviour control were smaller in the long-term criminals' brains.

Professor Terrie Moffitt, a co-author of the research, said the research could help doctors understand what is behind long-term antisocial behaviour. She said the antisocial people in the study may have behaved badly because of their brain structure. She said: "They are actually operating under some [disability] at the level of the brain." She added that because of this, we needed to care for these people in a kinder way. Lead author Dr Christina Carlisi said: "Differences in brain structure might make it difficult for people to develop social skills. This may prevent them from engaging in antisocial behaviour. These people could benefit from more support throughout their lives."

Available on: <https://breakingnewsenglish.com/2002/200221-brain-size.html> Accessed on: March, 20th 2020.

11- Check the correct alternative according to the text:

- a) A new study found that antisocial people have smaller areas of the brain.
- b) The researchers used data from people who were between 72 and 73 years old.
- c) The areas of the brain linked to emotions, motivation and behavior control were the most fun in the brain of long-term criminals.
- d) For professor Terrie Moffitt, the antisocial people in the study may have misbehaved because of their brain structure.
- e) Christina Carlisi, co-author of the research, said that differences in brain structure hamper the development of social skills.

12- "... we needed to care for these people in a kinder way." The underlined part means:

- a) friendly manner
- b) as a child
- c) as a killer
- d) child manner
- e) egg form

13- "*A new study has found that antisocial people...*" In this excerpt we have an example of:

- a) Present Perfect
- b) Simple Present
- c) Past Perfect
- d) Simple Past
- e) Conditional sentence

14- "*These people could benefit from more support throughout their lives.*" The word in bold can be replaced in the previous sentence by:

- a) thinking about
- b) however
- c) as result of
- d) careful
- e) during of

15- "*Differences in brain structure might make it difficult for people...*" The modal verb in the sentence expresses:

- a) necessity
- b) probability
- c) capacity
- d) permission
- e) logical deduction

16- The sentence that doesn't contain a "common" mistake is:

- a) I like play handball.
- b) She has a brother. Your name is Tom.
- c) I am agree with you.
- d) My sister works in a hospital.
- e) I'm going to a party in Saturday.

17- *The candies are being sold by my aunt.* In the active voice:

- a) My aunt is being sold the candies.
- b) My aunt is sold the candies.
- c) My aunt is being sold the candies.
- d) My aunt are selling the candies.
- e) My aunt is selling the candies.

18- *Drink your tea, _____?* The question tag for the sentence is:

- a) will you
- b) won't you
- c) don't you
- d) didn't you
- e) do you?

19- Complete the sentence: *If she _____ at 11 a.m., she _____ at home after midnight.*

- a) leave- will arrive

- b)leaves- will arrive
- c)leaves- would arrive
- d)left- will arrive
- e)left- arrives

20-Complete the sentences with the correct form of the verb in parenthesis:

- 1.She _____ the text frequently.(to forget)
- 2.I _____ a new bicycle two months ago. (to buy)

Respectively the order is:

- a)has forget / bought
- b)has forgotten / bought
- c)have forgotten / has bought
- d)forgot / bought
- e)has forgotten / have bought

CADERNO DE PROVA TREINADOR DESPORTIVO PS 01/2020

Publicação Nº 2525526

MUNICÍPIO DE ROMELANDIA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO 01/2020
14 de Junho de 2020

TREINADOR DESPORTIVO**INSTRUÇÕES**

Este Caderno contém 20 (vinte) questões, constituídas com cinco opções (A, B, C, D, E) e uma única resposta correta. Em caso de divergência de dados e/ou defeitos, solicite providências ao fiscal de sala.

Você receberá o Cartão Resposta, no qual serão transcritas as respostas do Caderno de Questões, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de acordo com as orientações de preenchimento contidas nele.

Após o preenchimento do Cartão Resposta, o candidato **deverá assinar o mesmo**, sob pena de invalidez do documento.

Durante a realização das provas é vedado:

- a) consultar livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações ou equipamentos eletrônicos;
- b) a comunicação entre os candidatos;
- c) ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal;
- d) a ingestão de alimentos e bebidas, com exceção de água acondicionada em embalagem plástica transparente sem rótulos e/ou etiquetas;
- e) entregar a prova e o cartão resposta antes de decorrida 45 (quarenta e cinco) minutos do seu início.
- f) o uso de relógio de qualquer tipo e aparelhos telefônicos, quaisquer equipamentos elétrico ou eletrônico, bonés, chapéus e porte de qualquer tipo de arma.

A saída da sala de prova, com a entrega do Caderno de Questões e Cartão Resposta, somente será permitida depois de transcorrido 45 minutos do início da mesma.

Ao concluir a prova e o preenchimento do Cartão Resposta, entregue o Caderno de Questões e o Cartão Resposta ao fiscal de sala. A não entrega de qualquer um dos itens especificados acima, implicará na eliminação do candidato do Teste Seletivo Público.

O tempo de duração total da prova é de 01h30min (uma hora e trinta minutos), incluído o tempo para preenchimento do Cartão Resposta.

Os 3 últimos candidatos, ao terminarem a prova, deverão permanecer juntos em sala para, juntamente com os fiscais assinar a folha ata, o verso dos cartões respostas, o lacre dos envelopes que guardarão os Cartões Resposta.

Português

01) “Foi ao mercado, comprou o molho, mas não conseguiu acertar a receita.” A última oração é classificada como coordenada sintética:

- a) reflexiva
- b) alternativa
- c) adversativa
- d) conclusiva
- e) explicativa

02) Dadas as frases:

- 1- Encontramos aquele velho conhecido.
- 2- Contamos tudo àquela velha conhecida.
- 3- Não vou a festas.

De acordo com as regras do emprego ou não da crase, das sentenças acima:

- a) estão todas corretas.
- b) estão todas incorretas.
- c) somente 1 está correta.
- d) somente 2 está correta.
- e) somente 3 está correta.

03) Observe o exemplo dado abaixo:

“água da chuva = água pluvial”

Qual das alternativas abaixo apresenta um adjetivo que não corresponde à locução adjetiva apontada:

- a) de cobra = viperino
- b) de cinza = cinéreo
- c) de águia = aquilino
- d) de abelha = apícola
- e) de ouro = ígneo

04) Veja as expressões:

“O sol tá queimando mais atualmente”

“Dizem que é o tal buraco da camada de ozônio”

Com base na tirinha acima assinale a alternativa correta:

- a) A tirinha, através da linguagem verbal e não verbal, faz uma reflexão sobre os problemas causados pelo desmatamento.
- b) A tira, através da linguagem não verbal, constrói enredo de forma hostil.
- c) A expressividade da tira é realçada no segundo quadrinho onde o desmatamento é apontado como principal causa para o aumento do buraco da camada de ozônio.
- d) Através do emprego da aliteração é que se dá a comicidade da tirinha, ao mesmo tempo em que leva o leitor a refletir sobre um problema social.
- e) A expressão errônea empregada no segundo quadrinho é que reitera a questão do desmatamento que transformou os ambientes no mundo.

05) Uma das alternativas abaixo utiliza uma palavra homônima e/ou parônima indevidamente.

Identifique-a:

- a) A baleia imergiu nas profundezas do oceano.
- b) Ela cumprimentou o diretor.
- c) O conserto da bicicleta custou caro.
- d) Após cassar a presa preparou um belo assado.
- e) A bandeira foi arriada.

Matemática

06) A média final de um aluno é composta por três notas e é definida da seguinte forma: duas notas de peso 3 e uma nota de peso 4. Se um aluno recebeu a primeira prova com nota 3,7 e a segunda prova com nota 7,9 qual a nota mínima para a terceira prova de modo que sua média final seja igual a 7,0.

- (a) 8,8 (b) 9,4 (c) 7,6 (d) 9,6 (e) 8,3

07) Na aplicação de R\$ 25.000,00 Gustavo optou por um fundo de investimento que rende 2% ao mês na modalidade de juro composto. Qual é o montante a ser resgatado no final de 4 meses de aplicação?

- (a) R\$ 27.000,00 (b) R\$ 27.060,80 (c) R\$ 26.900,20 (d) R\$ 28.800,00
(e) R\$ 26.960,60

08) Um aluno de matemática faz uma experiência de lançar um dado aleatoriamente por duas vezes. Sabendo que o dado não é viciado, qual a probabilidade de a soma dos lançamentos ser igual a 7?

- (a) $\frac{1}{4}$ (b) $\frac{3}{25}$ (c) $\frac{1}{5}$ (d) $\frac{1}{9}$ (e) $\frac{6}{2}$

09) Uma casa foi construída e ocupou um terço da área do terreno, a casa apresenta as seguintes dimensões 12 metros de largura e 10,5 metros de comprimento. Nessas condições o terreno apresenta que área?

- (a) 412m². (b) 248m². (c) 120m². (d) 378m².
(e) 512m².

10) O pai do Gustavo tem um campo de futebol que apresenta as seguintes dimensões 110m de comprimento e 90 metros de largura. Ele pretende construir um minicampo para seu filho, onde o comprimento do mini campo é igual a 13,75m. qual a medida da largura do minicampo sabendo que terá que obedecer a proporcionalidade entre as medidas.

- (a) 9,75m. (b) 10,75m. (c) 11,00m. (d) 11,25m.
(e) 8,85m

Conhecimentos Específicos

11) De acordo com a LDB – Lei de Diretrizes e Bases em seu Art. 2º A educação, dever da _____ e do _____, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente os espaços em branco.

- a) saúde, Estado.
- b) família, Estado.
- c) família, Município.
- d) sociedade, Estado.
- e) escola, Município.

12) O ECA, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Essa Lei é?

- a) Lei nº 8.079, de 13 de julho de 1990.
- b) Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990.
- c) Lei nº 8.059, de 13 de agosto de 1990.
- d) Lei nº 8.089, de 13 de setembro de 1991.
- e) Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990

13) De acordo com o PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais, de Educação Física, assinale “V” para verdadeiro e “F” para falso.

() A Educação Física como uma área de conhecimento da cultura corporal de movimento e a Educação Física escolar como uma disciplina que introduz e integra o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir dos jogos, dos esportes, das danças, das lutas e das ginásticas em benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida.

() Trata-se, portanto, de localizar em cada uma dessas modalidades (jogo, esporte, dança, ginástica e luta) seus benefícios humanos e suas possibilidades de utilização como instrumentos de comunicação, expressão de sentimentos e emoções, de lazer e de manutenção e melhoria da saúde. E a partir deste recorte, formular as propostas de ensino e aprendizagem da Educação Física escolar.

() A Educação Física escolar deve dar oportunidades a todos os alunos para que desenvolvam suas potencialidades, de forma democrática e não seletiva, visando seu aprimoramento como seres humanos.

Assinale a alternativa correta.

- a) F, V, V.
- b) V, F, V.
- c) V, V, F.
- d) F, F, V.
- e) V, V, V.

14) O atletismo é composto por uma série de provas, que podem ser realizadas em:

- a) Campo, pista ou rua.
- b) Calçada, estrada ou rua.
- c) Pista, rua ou ciclovias.
- d) Pista, trilha ou asfalto.
- e) Rua, Mata ou calçada.

15) De acordo com as Regras do Futebol de Campo - O equipamento obrigatório do jogador compõe-se das seguintes peças separadas:

I- camiseta com mangas;

II- calções;

III- meias – se for usada fita adesiva ou qualquer material na parte exterior das meias, deve ser da mesma cor da parte da meia em que é aplicada ou que cobre;

IV- caneleiras – devem ser feitas de material apropriado, de modo a garantir uma proteção razoável e devem ser cobertas pelas meias;

V – calçado.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente os itens I e II estão corretos.
- b) Somente os itens II e V estão incorretos.
- c) Os itens I, II, III, IV e V estão corretos.
- d) Somente o item III está incorreto.
- e) Somente o item IV está incorreto.

16) De acordo com as regras do Futsal – Bola de Futsal, marque “V” para verdadeiro e “F” para falso.

() A bola deve ser esférica, feita de couro macio ou outro material previamente aprovado;

() A circunferência da bola tem o mínimo de 62 centímetros e máximo 64 centímetros nas categorias adultas, Sub-20, Sub-17 e Sub-15;

() O peso não pode ter menos de 400 gramas e ultrapassar 440 gramas.

Assinale a alternativa correta.

- a) F, F, V.
- b) V, F, V.
- c) V, V, F.
- d) V, V, V.
- e) V, F, F.

17) De acordo com a modalidade esportiva Voleibol ou Vôlei, leia atentamente cada item.

I - O voleibol ou vôlei é um esporte praticado entre duas equipes numa quadra retangular (aberta ou fechada).

II - Ela é dividida por uma rede colocada verticalmente sobre a linha central.

III - O voleibol é jogado com uma bola e inclui diversos passes com as mãos.

IV - O objetivo principal é lançar a bola por cima da rede e fazê-la tocar no chão do adversário.

Assinale a alternativa correta.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Somente os itens I e II estão corretos.
- c) Somente os itens II e III estão corretos.
- d) Somente os itens III e IV estão corretos.
- e) Somente os itens I e III estão corretos.

18) De acordo com as regras do Basquete, marque “V” para verdadeiro e “F” para falso.

- () Quanto a equipe, terá 5 jogadores em jogo, com 7 reservas.
- () Quanto ao início do jogo, começa com o lançamento da bola no ar, pelo árbitro, entre dois jogadores adversários no círculo central.
- () Quanto a duração do jogo, 4 períodos de 10 minutos.
- () Quanto a Pontuação: 1 ponto para lance livre, 2 pontos dentro da linha dos 6,25 m e 3 pontos atrás dos 6,25 m.
- () Quanto ao Lance Livre, quando ocorre uma falta, o jogador que sofreu faz 2 arremessos livres.

Assinale a alternativa correta.

- a) F, V, V, V, V.
- b) V, V, V, V, V.
- c) V, F, F, V, V.
- d) V, V, F, F, V.
- e) V, F, V, V, F.

19) Assinale o significado da sigla SAMU.

- a) Socorro de Atendimento ao Município.
- b) Serviço de Atendimento ao Município.
- c) Socorro de Agendamento Móvel de Urgência.
- d) Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.
- e) Socorro ao Município.

20) O Código de Ética dos Profissionais de Educação Física está previsto em qual documento?

- a) Resolução nº 8.069/90.
- b) Resolução nº 9.394/96.
- c) Resolução nº 056/2003.
- d) Lei nº 9.396/97.
- e) Lei nº 8.079/95.

CADERNO DE PROVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM PS 01/2020

Publicação Nº 2525523

MUNICÍPIO DE ROMELANDIA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO 01/2020
14 de Junho de 2020

TECNICO ENFERMAGEM**INSTRUÇÕES**

Este Caderno contém 20 (vinte) questões, constituídas com cinco opções (A, B, C, D, E) e uma única resposta correta. Em caso de divergência de dados e/ou defeitos, solicite providências ao fiscal de sala.

Você receberá o Cartão Resposta, no qual serão transcritas as respostas do Caderno de Questões, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de acordo com as orientações de preenchimento contidas nele.

Após o preenchimento do Cartão Resposta, o candidato **deverá assinar o mesmo**, sob pena de invalidez do documento.

Durante a realização das provas é vedado:

- a) consultar livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações ou equipamentos eletrônicos;
- b) a comunicação entre os candidatos;
- c) ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal;
- d) a ingestão de alimentos e bebidas, com exceção de água acondicionada em embalagem plástica transparente sem rótulos e/ou etiquetas;
- e) entregar a prova e o cartão resposta antes de decorrida 45 (quarenta e cinco) minutos do seu início.
- f) o uso de relógio de qualquer tipo e aparelhos telefônicos, quaisquer equipamentos elétrico ou eletrônico, bonés, chapéus e porte de qualquer tipo de arma.

A saída da sala de prova, com a entrega do Caderno de Questões e Cartão Resposta, somente será permitida depois de transcorrido 45 minutos do início da mesma.

Ao concluir a prova e o preenchimento do Cartão Resposta, entregue o Caderno de Questões e o Cartão Resposta ao fiscal de sala. A não entrega de qualquer um dos itens especificados acima, implicará na eliminação do candidato do Teste Seletivo Público.

O tempo de duração total da prova é de 1:30 (uma hora e trinta minutos), incluído o tempo para preenchimento do Cartão Resposta.

Os 3 últimos candidatos, ao terminarem a prova, deverão permanecer juntos em sala para, juntamente com os fiscais assinar a folha ata, o verso dos cartões respostas, o lacre dos envelopes que guardarão os Cartões Resposta.

Português

01) “Foi ao mercado, comprou o molho, mas não conseguiu acertar a receita.” A última oração é classificada como coordenada sintética:

- a) reflexiva
- b) alternativa
- c) adversativa
- d) conclusiva
- e) explicativa

02) Dadas as frases:

- 1- Encontramos aquele velho conhecido.
- 2- Contamos tudo àquela velha conhecida.
- 3- Não vou a festas.

De acordo com as regras do emprego ou não da crase, das sentenças acima:

- a) estão todas corretas.
- b) estão todas incorretas.
- c) somente 1 está correta.
- d) somente 2 está correta.
- e) somente 3 está correta.

03) Observe o exemplo dado abaixo:

“água da chuva = água pluvial”

Qual das alternativas abaixo apresenta um adjetivo que não corresponde à locução adjetiva apontada:

- a) de cobra = viperino
- b) de cinza = cinéreo
- c) de águia = aquilino
- d) de abelha = apícola
- e) de ouro = ígneo

04) Veja as expressões:

“O sol tá queimando mais atualmente”

“Dizem que é o tal buraco da camada de ozônio”

Com base na tirinha acima assinale a alternativa correta:

- a) A tirinha, através da linguagem verbal e não verbal, faz uma reflexão sobre os problemas causados pelo desmatamento.
- b) A tira, através da linguagem não verbal, constrói enredo de forma hostil.
- c) A expressividade da tira é realçada no segundo quadrinho onde o desmatamento é apontado como principal causa para o aumento do buraco da camada de ozônio.
- d) Através do emprego da aliteração é que se dá a comicidade da tirinha, ao mesmo tempo em que leva o leitor a refletir sobre um problema social.
- e) A expressão errônea empregada no segundo quadrinho é que reitera a questão do desmatamento que transformou os ambientes no mundo.

05) Uma das alternativas abaixo utiliza uma palavra homônima e/ou parônima indevidamente.

Identifique-a:

- a) A baleia imergiu nas profundezas do oceano.
- b) Ela cumprimentou o diretor.
- c) O conserto da bicicleta custou caro.
- d) Após cassar a presa preparou um belo assado.
- e) A bandeira foi arriada.

Matemática

06) A média final de um aluno é composta por três notas e é definida da seguinte forma: duas notas de peso 3 e uma nota de peso 4. Se um aluno recebeu a primeira prova com nota 3,7 e a segunda prova com nota 7,9 qual a nota mínima para a terceira prova de modo que sua média final seja igual a 7,0.

- (a) 8,8 (b) 9,4 (c) 7,6 (d) 9,6 (e) 8,3

07) Na aplicação de R\$ 25.000,00 Gustavo optou por um fundo de investimento que rende 2% ao mês na modalidade de juro composto. Qual é o montante a ser resgatado no final de 4 meses de aplicação?

- (a) R\$ 27.000,00 (b) R\$ 27.060,80 (c) R\$ 26.900,20 (d) R\$ 28.800,00
(e) R\$ 26.960,60

08) Um aluno de matemática faz uma experiência de lançar um dado aleatoriamente por duas vezes. Sabendo que o dado não é viciado, qual a probabilidade de a soma dos lançamentos ser igual a 7?

- (a) $\frac{1}{4}$ (b) $\frac{3}{25}$ (c) $\frac{1}{5}$ (d) $\frac{1}{9}$ (e) $\frac{6}{2}$

09) Uma casa foi construída e ocupou um terço da área do terreno, a casa apresenta as seguintes dimensões 12 metros de largura e 10,5 metros de comprimento. Nessas condições o terreno apresenta que área?

- (a) 412m². (b) 248m². (c) 120m². (d) 378m².
(e) 512m².

10) O pai do Gustavo tem um campo de futebol que apresenta as seguintes dimensões 110m de comprimento e 90 metros de largura. Ele pretende construir um minicampo para seu filho, onde o comprimento do mini campo é igual a 13,75m. qual a medida da largura do minicampo sabendo que terá que obedecer a proporcionalidade entre as medidas.

- (a) 9,75m. (b) 10,75m. (c) 11,00m. (d) 11,25m. (e) 8,85m

Conhecimentos Específicos

11) O Sistema Único de Saúde pode ser considerado uma das maiores conquistas sociais consagradas na Constituição de 1988 (Ministério da Saúde, 2000)

Sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), é correto afirmar que:

- A) Entende-se por vigilância epidemiológica o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo.
- B) As comissões intersetoriais terão a finalidade de articular políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução envolva áreas não compreendidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- C) As populações indígenas devem ter acesso garantido ao SUS, em âmbito local, regional e de centros especializados, de acordo com suas necessidades, compreendendo exclusivamente a atenção primária.
- D) Em tempo de guerra e havendo interesse recíproco, os serviços de saúde das Forças Armadas poderão integrar-se ao Sistema Único de Saúde (SUS), conforme se dispuser em convênio que, para esse fim, for firmado.
- E) Fundações mantidas pelo Poder Público, não constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).

12) Analise as afirmativas abaixo sobre o Sistema Único de Saúde como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- () A integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema é um dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).
- () Os municípios poderão constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam. Aplica-se aos consórcios administrativos intermunicipais o princípio da direção única, e os respectivos atos constitutivos disporão sobre sua observância.
- () A Conferência de Saúde reunir-se-á a cada dois anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por esta ou pelo Conselho de Saúde.

A sequência correta corresponde a:

- a) V F F. b) F V V. c) V V F. d) F F V. e) V V V.

13).Na Política Nacional de Humanização (PNH), a ferramenta teórica e prática cuja finalidade é contribuir para uma abordagem clínica do adoecimento e do sofrimento, que considere a singularidade do sujeito e a complexidade do processo saúde/doença é denominada de:

- A) Autotutela.
- B) Ambiência.

- C) Acolhimento.
- D) Longitudinalidade.
- E) Clínica ampliada.

14) A paciente informou que a Data de sua Última Menstruação (DUM) ocorreu em 17/08/2019. A Data Provável do Parto (DPP) será em:

- A) 17/05/2020.
- B) 24/05/2020.
- C) 26/05/2020.
- D) 17/06/2020.
- E) 28/06/2020.

15) O cuidado da Enfermagem se fundamenta no conhecimento próprio da profissão e deve se basear nas orientações do Código de Ética de Enfermagem.

De acordo com a Resolução COFEN 564/2017, que estabelece o Código de Ética de Enfermagem, não representa um dos deveres do profissional de enfermagem:

- A) Aprimorar seus conhecimentos técnico-científicos, ético-políticos, socioeducativos, históricos e culturais que dão sustentação à prática profissional.
- B) Esclarecer à pessoa, família e coletividade, a respeito dos direitos, riscos, benefícios e intercorrências acerca da assistência de Enfermagem.
- C) Respeitar o pudor, a privacidade e a intimidade da pessoa, em todo seu ciclo vital e nas situações de morte e pós-morte.
- D) Registrar no prontuário e em outros documentos as informações inerentes e indispensáveis ao processo de cuidar de forma clara, objetiva, cronológica, legível, completa e sem rasuras.
- E) Incentivar e apoiar a participação dos profissionais de Enfermagem no desempenho de atividades em organizações da categoria.

16) Uma mãe levou seu filho à Unidade Básica de Saúde para serem administradas as vacinas Meningocócica C e Pneumocócica 10V.

Sobre as vias de administração destas vacinas, é correto afirmar que:

- A) Ambas as vacinas são administradas através da via intramuscular.
- B) A vacina Meningocócica C deve ser administrada através da via subcutânea.
- C) Ambas as vacinas devem ser administradas através da via subcutânea.
- D) A vacina Pneumocócica 10V deve ser administrada através da via subcutânea.
- E) A vacina Meningocócica C deve ser administrada através da via subcutânea e a Pneumocócica 10V através da via intramuscular.

17) Um paciente com suspeita de Tuberculose compareceu à Unidade de Saúde para coletar a primeira amostra de escarro para a realização do exame diagnóstico. Considerando que para o diagnóstico desta doença devem ser realizadas duas coletas de amostra, o Técnico em Enfermagem deve orientar este paciente que a segunda coleta deverá ser realizada:

- A) na manhã do dia seguinte.

- B) em até três dias.
- C) sete dias depois da primeira coleta.
- D) dez dias depois da primeira coleta.
- E) quinze dias depois da primeira coleta.

18) A Doença sexualmente transmissível e seu principal sintoma não estão corretamente associados em:

- A) Gonorreia – Verrugas.
- B) Cancro mole – Úlceras.
- C) Tricomoníase – Corrimento.
- D) Donovanose – Úlceras.
- E) Herpes genital – Úlceras.

19) O valor de pressão arterial (PA) de 150/ 99 mmHg é classificado como:

- A) Normotensão.
- B) Hipertensão estágio 1.
- C) Hipertensão estágio 2.
- D) Hipertensão estágio 3.
- E) Hipertensão estágio 4.

20) A verificação da temperatura de um paciente pode ser realizada pelas vias oral, axilar ou retal. Não se verifica a temperatura oral no seguinte caso:

- A) Paciente com abscesso retal.
- B) Paciente com fratura dos membros superiores.
- C) Paciente com inflamação na cavidade oral.
- D) Paciente com processos inflamatórios na axila.
- E) Paciente vítimas de queimaduras no tórax.

DECRETO Nº 4.249/2020

Publicação Nº 2525280

DECRETO Nº 4.249/2020**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes:

DECRETA

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizado a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

08.01– Dep. de Infra Estrutura, Obras e Transp.	
26.782.0017.2.044000 – Manutenção das Atividades de Abertura e Conservação de Estradas Vicinais	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	50.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), são provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias, conforme discriminação a seguir:

06.03– Departamento de Esportes	
27.812.0014.2.038000 – Manutenção das Atividades do Depto de Esportes	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	50.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

Art. 3º - Fica pelo presente Decreto autorizado a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

05.01– Departamento de Assistência Social – SCFV	
08.243.0009.2.021000 – Manutenção das Atividades do Componente – SCFV	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte: 335 – Superávit Transferências do SUAS	

Art. 4º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes do Superávit financeiro do exercício de 2019, apurado no Anexo 14 – Balanço Patrimonial, mais especificamente recursos do Bloco da Proteção Social Básica / Fundo Nacional de Assistência Social.

Art. 5º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º– Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia (SC), 16 de junho de 2020.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e publicado em data supra

Milton Aimi

Secretário de Administração e Fazenda

GABARITO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO 01/2020

Publicação Nº 2525533

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ROMELÂNDIA****PROCESSO SELETIVO 001/2020****GABARITO PRELIMINAR**

O Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, Sr. **VALDIR BUGS** no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO** o **GABARITO PRELIMINAR**, do Processo Seletivo 001/2020.

GABARITO PRELIMINAR**Português e Matemática**

Cargo – Agente Comunitário de Saúde, Técnico em Enfermagem, Professor de Inglês não Habilitado e Treinador Desportivo.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	E	A	D	A	B	D	D	D

Conhecimentos Específicos

CARGO – Agente Comunitário de Saúde

11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	E	D	A	B	C	E	B	D

Conhecimentos Específicos

CARGO – Professor de Inglês

11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	A	E	B	D	E	A	B	B

Conhecimentos Específicos

CARGO – Técnico Enfermagem

11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	E	B	A	A	A	A	B	C

Conhecimentos Específicos

CARGO – Treinador Desportivo

11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	E	E	A	C	D	A	B	D	C

2. O prazo para a interposição de recurso contra o gabarito preliminar da Prova Objetiva é do dia **17 a 18 de junho de 2020, exclusivamente.**
3. Este edital entra em vigor a partir da sua data de publicação, revogadas disposições em contrário.

Romelândia - SC, 16 de junho de 2020.

VALDIR BUGS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

LEI MUNICIPAL Nº 2.395

Publicação Nº 2525277

LEI Nº 2.395/2020**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes: faço a todos os habitantes do Município saber que a Câmara de Vereadores aprovou e EU sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica pela presente Lei autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

08.01– Dep. de Infra Estrutura, Obras e Transp.	
26.782.0017.2.044000 – Manutenção das Atividades de Abertura e Conservação de Estradas Vicinais	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	50.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), são provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias, conforme discriminação a seguir:

06.03– Departamento de Esportes	
27.812.0014.2.038000 – Manutenção das Atividades do Depto de Esportes	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	50.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

Art. 3º - Fica pela presente Lei autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

05.01– Departamento de Assistência Social – SCFV	
08.243.0009.2.021000 – Manutenção das Atividades do Componente – SCFV	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte: 335 – Superávit Transferências do SUAS	

Art. 4º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes do Superávit financeiro do exercício de 2019, apurado no Anexo 14 – Balanço Patrimonial, mais especificamente recursos do Bloco da Proteção Social Básica / Fundo Nacional de Assistência Social.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º– Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia (SC), 16 de junho de 2020.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada em data supra

Milton Aimi

Secretário de Administração e Fazenda

Salto Veloso

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSES Nº 01/2020

Publicação Nº 2524834

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSES Nº 01/2020

A Administração Municipal de Salto Veloso, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município de Salto Veloso, que recebeu recursos federais conforme abaixo especificado:

Contrato de Repasse nº 862919/2017 - Operação nº 1046697-79

Objeto: Reforma do Ginásio Municipal de Esportes de Salto Veloso - SC.

Origem dos Recursos: Ministério dos Esportes

- Valor da parcela: R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) - Data do repasse da parcela: 22/07/2019;
- Valor da parcela: R\$ 31.250,00 (Trinta e Um mil duzentos e cinquenta reais) - Data do repasse da parcela: 23/12/2019;
- Valor da parcela: R\$ 162.500,00 (Cento e Sessenta e dois mil e quinhentos Reais) - Data do repasse da parcela: 23/12/2020.

Salto Veloso/SC, 16 de Junho de 2020.

Ana Rosa Zanela
Prefeita Municipal

Santa Helena

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 062/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524855

RESOLUÇÃO Nº. 062/2020

ALTERA O ART. 122 E SEU PARAGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO DA CAMARA MUNICIPAL DE SANTA HELENA.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Santa Helena, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno desta Casa de Leis:

RESOLVE:

Faço saber a todos os habitantes do Município que o Plenário aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Dá nova redação ao artigo 122 e seu parágrafo único do Regimento Interno, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 122. Sessão Legislativa é o período anual de reuniões da Câmara de Vereadores, iniciando-se em 2 de fevereiro e encerrando-se em 31 de janeiro do ano seguinte, exceto no primeiro ano da legislatura que começa em 1º de janeiro, e no último ano, quando finda em 31 de dezembro.

Parágrafo Único. A Câmara Municipal entra em recesso de 22 de dezembro a 2 de fevereiro do ano seguinte.

Art. 2º. Esta Emenda ao Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena, 16 de junho de 2020.

JUARES DA COSTA
Presidente

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PL 05-2020 PP 02-2020 - FMS

Publicação N° 2525545

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC
PROCESSO LICITATÓRIO N°. 05/2020 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL - N°. 02/2020 - FMS

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, por seu Prefeito Municipal, Sr. DERLI FURTADO, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que fica remarcado para as 13:00 horas do dia 29 de junho de 2020, na sede da Municipalidade, Processo Licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tendo como objeto: A PRESENTE LICITAÇÃO VISA AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO VAN PARA TRANSPORTE DE PACIENTES FORA DO DOMICÍLIO PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS, POR MEIO DE PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA 0000022268, COM O FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE. O processo será regido pelas Leis Federais, nº. 8666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto a comissão de Licitações do Município, sito a Av. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Telefone (49) 36570046, e-mail:compras@staterezinhaprogresso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezinhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC – 15 de junho de 2020

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

ARP PL 50-2020 PP 30-2020

Publicação Nº 2525844

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 1/7
Processo Nº.: 50/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2020

No dia 9 do mês de Junho do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.847/0001-90, com sede administrativa localizada na Avenida Tancredo Neves, 337, bairro Centro, CEP nº. 89983-000, nesta cidade de Santa Terezinha do Progresso/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). DERLI FURTADO, inscrito no CPF sob o nº. 219.982.219-20, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 30/2020, Processo Licitatório nº. 50/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A PRESENTE LICITAÇÃO VISA O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA DE FAIXAS - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLEXIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, NAS DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
1047	AGV SINALIZAÇÕES LTDA ME	
1717	CNI MANUTENCAO DE RODOVIAS LTDA	
1715	NOROESTE COMERCIO E MANUTENCAO LTDA	1
1716	PATRICIA DO CARMO OLIBONI GAMBETA EIRELI	
1718	SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZACAO LTDA	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AGV SINALIZAÇÕES LTDA ME	09.303.928/0001-10	ADEMILSON INVERNIZZI	845.578.269-20
CNI MANUTENCAO DE RODOVIAS LTDA	29.287.032/0001-00	PAULO MARCELO BRANCO	033.396.009-29
NOROESTE COMERCIO E MANUTENCAO LTDA	32.124.126/0001-64	EDUARDO OLIVO RIZZOTTO	084.695.779-56
PATRICIA DO CARMO OLIBONI GAMBETA EIRELI	36.023.332/0001-39	WILLIAN FERNANDO MENDES	051.479.339-21
SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZACAO LTDA	02.898.145/0001-87	WILLIAN PABLO LAMPERTI	081.640.939-04

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

A PRESENTE LICITAÇÃO VISA O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA DE FAIXAS - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLEXIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, NAS DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 1715 - NOROESTE COMERCIO E MANUTENCAO LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PINTURAS EM FAIXAS DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLEXIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO	M2	NOROESTE	5.000,000	10,0000	50.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 2/7
Processo Nº.: 50/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2020

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 3/7
Processo Nº.: 50/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2020

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 4/7
Processo Nº.: 50/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2020

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 5/7
Processo Nº.: 50/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2020

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSOPágina: 6/7
Processo Nº.: 50/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2020

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Terezinha do Progresso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Santa Terezinha do Progresso, 9 de Junho de 2020.

DERLI FURTADO
PREFEITO

Empresas Participantes:

AGV SINALIZAÇÕES LTDA ME	CNPJ: 09.303.928/0001-10	_____
CNI MANUTENCAO DE RODOVIAS LTDA	CNPJ: 29.287.032/0001-00	_____
NOROESTE COMERCIO E MANUTENCAO LTDA	CNPJ: 32.124.126/0001-64	_____
PATRICIA DO CARMO OLIBONI GAMBETA EIRELI	CNPJ: 36.023.332/0001-39	_____

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 7/7

Processo Nº.: 50/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2020

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Santa Terezinha do Progresso, 9 de Junho de 2020.

DERLI FURTADO
PREFEITO

Empresas Participantes:

SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZACAO LTDA

CNPJ: 02.898.145/0001-87 _____

ARP PL 56-2020 PP 36-2020

Publicação Nº 2525882

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 1/6
 Processo Nº.: 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 24/2020

No dia 15 do mês de Junho do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.847/0001-90, com sede administrativa localizada na Avenida Tancredo Neves, 337, bairro Centro, CEP nº. 89983-000, nesta cidade de Santa Terezinha do Progresso/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). DERLI FURTADO, inscrito no CPF sob o nº. 219.982.219-20, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 36/2020, Processo Licitatório nº. 56/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A PRESENTE LICITAÇÃO VISA O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE PLACAS DE INAUGURAÇÃO DE OBRAS NO TAMANHO DE 60CM X 40CM, PARA ATENDIMENTO DE TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
1287	PONTOCOM BRINDES LTDA	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
PONTOCOM BRINDES LTDA	18.036.328/0001-23	DOUGLAS JOSE WAIAND	021.394.299-23

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

A PRESENTE LICITAÇÃO VISA O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE PLACAS DE INAUGURAÇÃO DE OBRAS NO TAMANHO DE 60CM X 40CM, PARA ATENDIMENTO DE TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 1287 - PONTOCOM BRINDES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PLACAS DE INAUGURAÇÃO COM VIDRO E ADESIVOS TAMANHO 60X40 CM	Und	PONTO COM	20,000	336,8800	6.737,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 2/6
Processo Nº.: 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2020

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 3/6
Processo Nº.: 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2020

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 4/6
Processo Nº.: 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2020

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 5/6
Processo Nº.: 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2020

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 6/6
Processo Nº.: 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2020

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3. será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Terezinha do Progresso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Santa Terezinha do Progresso, 15 de Junho de 2020.

DERLI FURTADO
PREFEITO

Empresas Participantes:

PONTOCOM BRINDES LTDA

CNPJ: 18.036.328/0001-23 _____

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO PL 56-2020 PP 36-2020

Publicação Nº 2525883

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 36/2020 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 56/2020 Data do Processo: 28/05/2020
Folha: 1/1	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

A PRESENTE LICITAÇÃO VISA O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE PLACAS DE INAUGURAÇÃO DE OBRAS NO TAMANHO DE 60CM X 40CM, PARA ATENDIMENTO DE TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 15 de Junho de 2020, às 08:13 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 01/2020, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 56/2020, Licitação nº 36/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aberto o 2º Envelope do Licitante e analisados os documentos de habilitação, foi verificado o atendimento dos requisitos estabelecidos no Edital. Os documentos de habilitação examinados e as propostas do credenciado foram rubricados pela Pregoeira e pelos membros da Equipe de Apoio. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, cuja ata vai assinada pela Pregoeira, pelos membros da Equipe de Apoio e representante.

Participante: 1287 - PONTOCOM BRINDES LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	PLACAS DE INAUGURAÇÃO COM VIDRO E ADESIVOS TAMANHO 60X40 CM	Und	20,00	PONTO COM BRINDES	0,0000	336,88	6.737,60
Total do Participante ----->							6.737,60
Total Geral ----->							6.737,60

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Santa Terezinha do Progresso, 15 de Junho de 2020

COMISSÃO:

ELENICE ELECIR PORSCHE - - Pregoeiro(a)
ELENICE ELECIR PORSCHE - - ASSESSOR DE PLANEJAMENTO
MARGARETE ROSA ALVES - - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
ERONI ALLEBRANDT - - TECNICO EM ADMINISTRAÇÃO
MARCIANE ELENI PINNO - - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
SOLANGE BRAGA - - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
JULIANA DAL MAGO - - PSICÓLOGA
ANGÉLICA APARECIDA GARMATZ - - ATENDENTE DE FARMÁCIA
LUANA CAROLINE STEIN HUPPES - - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

DOUGLAS JOSE WAIAND - - Representante



ATA DE JULGAMENTO PL 50-2020 PP 30-2020

Publicação Nº 2525851

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 30/2020 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 50/2020 Data do Processo: 13/05/2020
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

A PRESENTE LICITAÇÃO VISA O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA DE FAIXAS - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLEXIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, NAS DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 9 de Junho de 2020, às 13:44 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 01/2020, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 50/2020, Licitação nº 30/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Na sequência procedeu-se abertura do envelope nº 02, da habilitação, após analisado a documentação da pregoeira e equipe de apoio, constatou que a empresa apresentou toda documentação solicitada conforme instrumento convocatório e foi habilitado, sendo então vencedor no certame. Não houve objeção. Questionados sobre a fase recursal, nenhum licitante manifestou interesse de interpor recursos do que foi decidido na sessão pública. Sendo assim lavramos a presente ata que vai assinada por todos e será encaminhada a autoridade superior para apreciação e deliberação. Santa Terezinha do Progresso - SC, 09 de junho de 2020

Participante: 1715 - NOROESTE COMERCIO E MANUTENCAO LTDA

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	PINTURAS EM FAIXAS DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLEXIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO	M2	5.000,00	NOROESTE	0,0000	10,00	50.000,00
Total do Participante ----->							50.000,00
Total Geral ----->							50.000,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Santa Terezinha do Progresso, 9 de Junho de 2020

COMISSÃO:

ELENICE ELECIR PORSCHE - - Pregoeiro(a)
 ELENICE ELECIR PORSCHE - - ASSESSOR DE PLANEJAMENTO
 MARGARETE ROSA ALVES - - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
 ERONI ALLEBRANDT - - TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO
 MARCIANE ELENI PINNO - - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
 SOLANGE BRAGA - - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
 JULIANA DAL MAGO - - PSICÓLOGA
 ANGÉLICA APARECIDA GARMATZ - - ATENDENTE DE FARMÁCIA
 LUANA CAROLINE STEIN HUPPES - - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ADEMILSON INVERNIZZI - - Representante
 EDUARDO OLIVO RIZZOTTO - - Representante
 WILLIAN FERNANDO MENDES - - Representante

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

CNPJ: 01.612.847/0001-90
Avenida Tancredo Neves, 337
C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 30/2020 - PR**

Processo Administrativo:

Processo de Licitação:

Data do Processo:

50/2020**13/05/2020**

Folha: 2/2

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

PAULO MARCELO BRANCO

- - Representante

WILLIAN PABLO LAMPERTI

- - Representante

TERMO DE HOM E ADJ PL 50-2020 PP 30-2020

Publicação N° 2525855

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 30/2020 - PR
CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 50/2020 Data do Processo: 13/05/2020
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 50/2020
b) Licitação Nr.: 30/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 16/06/2020
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação A PRESENTE LICITAÇÃO VISA O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA DE FAIXAS - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLEXIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, NAS DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO

			(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 001715 - NOROESTE COMERCIO E MANUTENCAO LTDA	1	0,0000	50.000,00
	1		50.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

DERLI FURTADO
PREFEITO

TERMO DE HOM E ADJ PL 56-2020 PP 36-2020

Publicação N° 2525892

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 36/2020 - PR
CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 56/2020 Data do Processo: 28/05/2020
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 56/2020
b) Licitação Nr.: 36/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 16/06/2020
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação A PRESENTE LICITAÇÃO VISA O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE PLACAS DE INAUGURAÇÃO DE OBRAS NO TAMANHO DE 60CM X 40CM, PARA ATENDIMENTO DE TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS

			(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 001287 - PONTOCOM BRINDES LTDA	<u>1</u>	0,0000	<u>6.737,60</u>
	1		6.737,60

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

DERLI FURTADO
PREFEITO

Santiago do Sul

PREFEITURA

29-2020 - LICITAÇÃO COMBUSTIVEL - ELETRONICO

Publicação Nº 2525600

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo Nº 58/2020.

Edital: PREGÃO ELETRONICO Nº 29/2020.

Objeto: Aquisição de combustíveis para abastecimento dos veículos da frota do Município e Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul, com abastecimento direto nos tanques dos veículos da frota municipal, com unidade de abastecimento localizada na sede do município de Santiago do Sul/SC.

Recebimento das propostas: até às 13h30min do dia 29/06/2020

Início da sessão: dia 29/06/2020, às 14h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. Edital disponível no sitio www.santiagodosul.sc.gov.br.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br.

SANTIAGO DO SUL, 16 de junho de 2020.

JULCIMAR A. LORENZETTI

PREFEITO MUNICIPAL

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020

Publicação Nº 2525840

ANEXO II

MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2.020.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2020

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, a Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, senhor Edésio Justen e a empresa Lusa Comércio de Veículos Ltda, sito à Av. Centenário, 3625, no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina, inscrita sob o CNPJ nº 17.902.884/0001-72, neste ato, representada por seu representante legal, Senhor Ney Botto Guimarães Filho, conforme documento comprobatório, nos termos regida pela Lei 10.520, de 17/07/02, pelos Decretos Municipais 2.325/02 e 2.915/06 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, resolvem REGISTRAR OS PREÇOS, em conformidade com o constante no edital, seus anexos e demais documentos que integram o processo epigrafado.

Item 01 – 02 Veículos tipo caminhonete Huynday HR 2.5 diesel

Valor total R\$ 235.400,00 (duzentos e trinta e cinco mil e quatrocentos reais).

CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA NO ANEXO I e da proposta

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo da validade da proposta apresentada no Pregão em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes em quatro vias de igual teor, bem como o Termo de Ciência e Notificação em duas vias de igual teor, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento.

Município de Santo Amaro da Imperatriz
Contratante

Lusa Comércio de Veículos Ltda
Contratada

CONTRATO Nº 55/2020

Publicação Nº 2525823

CONTRATO Nº 55, de 09 de Junho de 2020

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA LUSA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA

Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, o Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.329/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, CPF 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, no Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, doravante denominado simplesmente Contratante e a empresa Lusa Comércio de Veículos Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob CNPJ nº 17.902.884/0001-72, estabelecida na Av. Centenário, 3625 – sala 6, Centro – Criciúma - SC, neste ato representada por seu procurador Ney Botto Guimarães Filho, brasileiro, solteiro, vendedor, portador do CPF nº 003.455.899-39, residente e domiciliado na Rua José Fermínio Novaes, 1030, apto 205, Kobrasol – São José - SC, doravante denominada de contratada, celebram este termo de Contrato, em conformidade com o Pregão Presencial Nº 19/2020, regulada pela lei federal nº 8666 de 21.06.1993 e demais alterações posteriores, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de veículo tipo caminhonete, zero quilômetro, nas quantidades e especificações contidas no anexo I e II, parte integrante deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

Este contrato guarda conformidade com o Pregão Presencial supramencionado e seus anexos, vinculando-se, ainda, à proposta de preços da contratada, à nota de empenho e demais documentos constantes do processo administrativo que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

a) O prazo para entrega do veículo será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr

conta e risco da CONTRATADA, em perfeito estado de conservação, com as respectivas garantias de validade, em horário a ser estabelecido, pelo setor de compras do Município de Santo Amaro da Imperatriz.

b) O veículo deverá ser entregue, de acordo com as características exigidas no termo de referência – anexo I constante no edital de licitações nº 19/2020, que deu origem a este contrato.

c) O prazo de entrega deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

d) O prazo de entrega estabelecido é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de “força maior”, previsto em lei, comunicado pela CONTRATADA, por escrito, ao Setor de Compras do CONTRATANTE, antes do vencimento do prazo.

e) Aceito e oficializado por escrito, pelo setor de compras, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente, e por igual número de dias em que perdurar o evento causador do atraso.

CLÁUSULA QUARTA – DO TRANSPORTE E LOCAL DE ENTREGA

O veículo deverá ser entregue, pôr conta e risco da CONTRATADA, conforme solicitação do setor de compras do Município, em perfeito estado de conservação e com as respectivas garantias solicitadas.

CLÁUSULA QUINTA – DA ACEITAÇÃO E DO CONTROLE DE QUALIDADE

a) Somente será considerada devidamente aceita após analisada e aprovada pelo servidor municipal designado para fiscalizar este contrato, com base nas exigências previstas no edital de licitação supramencionado e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste termo contratual.

b) Todos os itens rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

CLÁUSULA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

a) Fica designado o(a) Servidor(a) Público Municipal, Sr(a) Éder Martins de Souza para realizar a fiscalização do presente contrato, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à administração.

b) O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para o fim de eventual aplicação de sanção.

c) Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

d) Caberá ao fiscal de contrato designado atestar as notas fiscais/faturas correspondentes ao fornecimento dos itens.

e) A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O fornecimento do veículo relacionados no objeto deste contrato será até 08/06/2021, mediante requisição do setor de compras do Município, firmada por pessoa autorizada, tendo este contrato, vigência a contar desta data.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

a) A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pelo fornecimento dos veículos, o valor unitário constante na proposta da contratada e demonstrada no quadro abaixo:

Item	Qtd	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor Total R\$
01	02	Veículo tipo caminhonete	117.700,00	235.400,00

b) O preço especificado, será absolutamente líquido, já com todas as despesas com impostos, taxas, frete/transporte, seguro, etc.

c) É vedada a CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que por ventura venham a ser contratadas em sua proposta ou, ainda decorrentes das variações das quantidades previstas no parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1 - O pagamento será efetuado via transferência bancária, em até 30 (trinta) dias após a data em que for entregue o veículo, devidamente acompanhada da respectiva nota fiscal e após a data de emissão da ordem de pagamento.

2 - Nenhum pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, sem que a CONTRATADA exiba, nas datas de liquidação, o CND do INSS e o CRS do FGTS, devidamente atualizados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE DE PREÇO

1 – O preço proposto não será reajustável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária: 04.01.1.077-4490.52.52 e 06.01.2.069.4490.5252.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO VALOR

1 - O valor global estimado deste contrato é de até R\$ 235.400,00 (duzentos e trinta e cinco mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO

1 - Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada

uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

2 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

1 – Quando a CONTRATADA deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2 - Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega dos produtos no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido na cláusula segunda do Contrato

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da CONTRATADA adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de o produto não serem entregues a partir da data aprazada.

e) Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

3 - No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

4 - No caso de suspensão do direito de licitar, a CONTRATADA deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais.

5 - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

6 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o município de Santo Amaro da Imperatriz, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

7 - Todos os produtos fornecidos deverão estar estritamente dentro da ficha técnica apresentada pelo Edital, sob pena da empresa ser considerada inidônea.

8 - Não serão aplicadas as multas decorrentes de "casos fortuitos" ou "força maior", devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

1 - Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, a autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109 da Lei No. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

1 - O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes contratantes, mediante aviso prévio, e desde que seja feito com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

2 - O presente instrumento considerar-se-á rescindido de pleno direito, independentemente de qualquer notificação, que judicial ou extrajudicial, uma vez verificada a ocorrência de um dos seguintes eventos:

a) falência ou pedido de concordata da CONTRATADA;

b) a dissolução da sociedade ou falecimento do CONTRATADO se for firma individual ou pessoa física;

c) a insolvência da CONTRATADA, caracterizada pelo protesto de títulos;

d) o não cumprimento de qualquer das Cláusulas do presente contrato, desde que não tomadas as devidas providências dentro de 30 (trinta) dias, a contar do envio, pela CONTRATANTE, da notificação de tal evento;

e) a subcontratação, do objeto deste contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

3 - A rescisão contratual, nos casos acima especificados acarretará a CONTRATADA;

a) responsabilidade financeira pelos prejuízos causados a CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até a apuração dos prejuízos causados a CONTRATANTE, a seus servidores ou a terceiros;

CLÁUSULA DÉCIMA - Do Foro:

10.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com renúncia de qualquer outro, para dirimir questões oriundas do presente contrato.

10.2. Por estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente termo, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em quatro vias de igual teor e forma.

Santo Amaro da Imperatriz, em 09 de Junho de 2020

Município de Santo Amaro das Imperatriz Lusa Comércio de Veículos Ltda.
Contratante Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

PORTARIA Nº 15.875 - LEILÃO

Publicação Nº 2525336

PORTARIA Nº 15.875, de 15 de junho de 2020.

Constitui Comissão de Avaliação de Bens Móveis para Leilão.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe a Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão de Avaliação de Bens Móveis para Leilão, composta pelos servidores: Carlos Rafael de Souza, Eder Martins de Souza e Adolfo Julio Derner, sob a presidência do primeiro, a fim de que avaliem os bens que irão a leilão.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Santo Amaro da Imperatriz, 15 de junho de 2020.

Registrada e publicada na data supra.

EDESIO JUSTEN
Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 97/2020

Publicação N° 2525598

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 97/2020

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE ELETRICISTA PREDIAL, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Forma do Pregão: ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 06/07/2020

Início da sessão: dia 06/07/2020, às 09h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e saobentodosul.atende.net. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, ou através do telefone (47)36316125.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2020.

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI
PREGOEIRA MUNICIPALFABIA ALESSANDRA MENGARDA BERLAMINO
Secretária de Assistência SocialMARGARETH BAYERL KEISER
Secretária de AdministraçãoLUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES
Secretário Interino de Obras e Serviços UrbanosNILVA MARLI LARSEN HOLZ
Chefe de GabineteMARCELO HUBEL
Secretário de Agricultura e Meio AmbienteFABIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO
Secretária de Assistência SocialNOELI REGINA NOVAK DOS SANTOS
Secretária de EducaçãoLUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES
Secretário de Planejamento e UrbanismoADELINO DENK
Secretário de Desenvolvimento Econômico e TurismoMANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

DECRETO N° 1810/2020

Publicação N° 2525441

DECRETO N° 1810, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA O DECRETO N° 1.801, DE 5 DE JUNHO DE 2020, QUE TRATA SOBRE A RETOMADA GRADUAL DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas na Constituição Federal, no artigo 51, inciso XIII da Lei Orgânica do Município, atendendo ainda o disposto na Lei Federal n° 13.979, de 06 de fevereiro de

2020, e no Decreto Estadual nº 630, de 1º de junho de 2020,

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2/COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO o conteúdo do Decreto Estadual nº 630, de 1º de junho de 2020, que alterou dispositivos do Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, que possibilitou às autoridades sanitárias municipais a adoção de medidas específicas que suspendam ou restrinjam atividades;

CONSIDERANDO a baixa ocupação de leitos em decorrência de internamento hospitalar em enfermaria ou UTI por diagnóstico do novo coronavírus no Hospital e Maternidade Sagrada Família de São Bento do Sul até a presente data;

CONSIDERANDO o pedido feito pela empresa "Transportes Coletivos Rainha Ltda.", em complementação àqueles do processo nº 8997/2020, para retorno da linha de transporte intermunicipal, estendendo-se os regimentos de operação já definidos nas linhas interbairros;

CONSIDERANDO o resultado da reunião realizada por videoconferência entre os membros do Comitê Municipal de Enfrentamento ao Covid-19, estabelecido por meio do Decreto nº 1.721/2020, no dia 10 de junho de 2020,

DECRETA

Art. 1º Fica incluído o parágrafo único no artigo 1º do Decreto nº 1.801 de 5 de junho de 2020, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. O transporte intermunicipal poderá operar a partir do dia 17 de junho de 2020 e deve observar as regras específicas da Portaria nº 321 da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Mobilidade, com a limitação de atendimento às cidades vizinhas e às linhas de operação São Bento do Sul/Rio Negrinho e São Bento do Sul/Campo Alegre."

Art. 2º Fica incluído o artigo 4º-A no Decreto nº 1.801 de 5 de junho de 2020, com a seguinte redação:

"Art. 4º-A Fica autorizado o retorno do transporte acessível com 100% (cem por cento) da capacidade, no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h de segunda-feira a sexta-feira."

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1811/2020

Publicação Nº 2525443

DECRETO Nº 1811, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores, Carla Camila Salvador Andrade, Jocemari Telma Teixeira, Larissa Juliane Jablonski, Marcelo Laynes Milla e Sergio Ricardo Pereira, sob a presidência da primeira, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Tomada de Preços nº 90/2020, a realizar-se às 09:00 horas, do dia 29 de junho de 2020, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 1812/2020

Publicação Nº 2525445

DECRETO Nº 1812, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Odirlei Dias, Jocemari Telma Teixeira, Larissa Juliane Jablonski, Raphael Bedin Bueno e Sergio Ricardo Pereira, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 88/2020, a realizar-se às 09:00 horas, do dia 6 de julho de 2020, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO Nº 1813/2020

Publicação Nº 2525447

DECRETO Nº 1813, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Odirlei Dias, Jocemari Telma Teixeira, Larissa Juliane Jablonski, Scheliga Monia Foitt Poltronieri e Sergio Ricardo Pereira, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 84/2020, a realizar-se às 09:00 horas, do dia 13 de julho de 2020, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO Nº 1814/2020

Publicação Nº 2525449

DECRETO Nº 1814, DE 16 DE JUNHO DE 2020

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Marina dos Santos Bonin, Jonas Fernando Engel, Dorotéia Kovalski Martins, Lisane Krisz Ilg e Daniele Celeski Wojakiewicz, para, sob a presidência da primeira, constituírem a Comissão de Acompanhamento e Seleção do Edital de Chamamento

Público nº 01/2020 – Termo de Fomento, com a finalidade de cessão de uso de equipamentos para utilização por associação sem fins lucrativos que promovam através de agroindústria incubadora o desenvolvimento da agricultura familiar, proporcionando benefícios sociais, econômicos e culturais, com abertura em 29 de junho de 2020, às 10:00 horas, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2020

Publicação Nº 2525115

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO 01/2020

O Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através do Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, torna público, para quem interessar possa que foi realizada alteração no Edital de Chamamento Público Para Termo de Fomento 01/2020, objeto: Cessão de uso de equipamentos para utilização por associação sem fins lucrativos que promovam através de agroindústria incubadora o desenvolvimento da agricultura familiar, proporcionando benefícios sociais, econômicos e culturais, assim como se segue:

Onde se lê:

A ABERTURA DOS ENVELOPES SE DARÁ EM SESSÃO PÚBLICA REALIZADA NO DIA 27 DE JUNHO DE 2020 ÀS 14H30.

Leia-se:

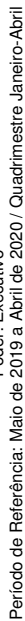
A ABERTURA DOS ENVELOPES SE DARÁ EM SESSÃO PÚBLICA REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 2020 ÀS 10:00h.

Tendo em vista que as alterações acima não afetarão o processo, permanecem inalterados os demais dispositivos esposados no Edital.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2020.

MARCELO HÜBEL
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

Publicação Nº 2524758



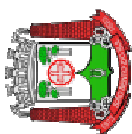
Período de Referência: Maio de 2019 a Abril de 2020 / Quadrimestre Janeiro-Abril

Período de Referência: Maio de 2019 a Abril de 2020 / Quadrimestre Janeiro-Abril

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Emissão: 15/06/2020, às 14:41:24.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
 Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622
 Poder: Executivo

Período de Referência: Maio de 2019 a Abril de 2020 / Quadrimestre Janeiro-Abril

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL									
1º Quadrimestre		Primeiro período seguinte		Segundo período seguinte		% DTP		% DTP	
Limite Máximo (a)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3)*c	Limite (e) = (b-d)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	% DTP (i)	Redutor Residual (g) = (f-a)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

¹ DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Identificador: WPP3761101-3370-VXD-329831573 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

Pág 2 / 2



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253;13622
Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Quadrimestre Janeiro-Abril

RCF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")		RS 1,00			
		SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
			Até 1º Quadrimestre	Até 2º Quadrimestre	Até 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)					
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)		7.584.319,06	3.657.816,76	0,00	0,00
Dívida Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual		7.325.891,84	3.399.389,54	0,00	0,00
Empréstimos		5.178.290,84	2.891.788,54	0,00	0,00
Internos		5.178.290,84	2.891.788,54	0,00	0,00
Externos		0,00	0,00	0,00	0,00
Resestruturação da Dívida de Estados e Municípios		0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Internos		0,00	0,00	0,00	0,00
Externos		0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos		2.147.601,00	507.601,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais		2.147.601,00	507.601,00	0,00	0,00
Do FGTS		0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas		258.427,22	258.427,22	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)					
Disponibilidade de Caixa ¹		48.764.476,08	56.388.807,60	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta		43.625.172,83	50.928.417,70	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados		52.407.579,13	56.386.149,70	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros		8.782.406,30	5.457.732,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)		5.139.303,25	5.460.389,96	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		(41.180.157,02)	(52.730.990,84)	0,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)		322.966.485,45	317.038.038,78	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)		1.090.000,00	1.090.000,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)		321.876.485,45	315.948.038,78	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)		2,36	1,16	0,00	0,00
LÍMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%		(12,79)	(16,69)	0,00	0,00
LÍMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%		386.251.782,54	379.137.646,54	0,00	0,00
		347.626.604,29	341.223.881,88	0,00	0,00

Identificador: WPR377101-3370-XGIF-328831587 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

Pag 1 / 3



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622
Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Quadrimestre Janeiro-Abril

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até 1º Quadrimestre	Até 2º Quadrimestre	Até 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) ²	321.439.082,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	321.439.082,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	2.949.850,34	4.036.260,40	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	10.822.020,90	2.366.646,40	0,00	0,00
ANTICIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Emissão: 15/06/2020, às 14:41:38.

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não Integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

² Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pecatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

NOTA:

Identificador: WPR3771101-3370-XGIF-325831587 - Emitido por: SÉRGIO RICARDO PEREIRA

Pág 2 / 3



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
 Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622
 Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Quadrimestre Janeiro-Abril

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA									
Quadrimestre/Semestre		Primeiro período seguinte		Segundo período seguinte		Terceiro período seguinte			
Limite Máximo	% DCL	Redutor mínimo de 25% do Excedente	Limite	Redutor Residual	Limite	Redutor Residual	Limite	Redutor Residual	% DCL
(a)	(b)	(d) = (0,25 * c)	(e) = (b-d)	(g) = (f-a)	(h) = (e)	(j) = (i-a)	(k) = (a)	(l)	(m)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: 86.95.96.99.100.132.177.350.357.1013.8253.13622
Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Quadrimestre Janeiro-Abril

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c", e art. 40, § 1º)		SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2020				RS 1,00
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Até 1º Quadrimestre			Até 2º Quadrimestre	Até 3º Quadrimestre
DOIS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DOIS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DOIS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DOIS MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DOIS ESTADOS (VI)	322.966.485,45	317.038.038,78	317.038.038,78	317.038.038,78	317.038.038,78	317.038.038,78
Em Operações de Crédito Externas	322.966.485,45	317.038.038,78	317.038.038,78	317.038.038,78	317.038.038,78	317.038.038,78
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	1.090.000,00	1.090.000,00	1.090.000,00	1.090.000,00	1.090.000,00	1.090.000,00
Em Operações de Crédito Externas	1.090.000,00	1.090.000,00	1.090.000,00	1.090.000,00	1.090.000,00	1.090.000,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VII) = (VI - VII)	321.876.485,45	315.948.038,78	315.948.038,78	315.948.038,78	315.948.038,78	315.948.038,78
Em Operações de Crédito Externas	321.876.485,45	315.948.038,78	315.948.038,78	315.948.038,78	315.948.038,78	315.948.038,78
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	70,812.826,80	69.508.568,53	69.508.568,53	69.508.568,53	69.508.568,53	69.508.568,53
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	63.731.544,12	63.731.544,12	63.731.544,12	63.731.544,12	63.731.544,12	63.731.544,12
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - (90% dos 22%)	57.358.389,91	57.358.389,91	57.358.389,91	57.358.389,91	57.358.389,91	57.358.389,91

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2020			
		Até 1º Quadrimestre			Até 3º Quadrimestre
		Até 2º Quadrimestre			
DOIS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DOIS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XD) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM. Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Emissão: 15/06/2020, às 14:44:55.

NOTA:

Identificador: WPP3781101-3370-FNKS-329831806 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

Pág 1 / 1



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
 Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: 86,95,96,99,100,132,177,350,357,1013,8253,13622
 Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Quadrimestre Janeiro-Abril

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R\$ 1,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	No 1º Quadrimestre	Até 1º Quadrimestre (a)	
Mobiliária	0,00	0,00	
Interna	0,00	0,00	
Externa	0,00	0,00	
Contratual	2.366.031,57	2.366.031,57	
Interna	2.366.031,57	2.366.031,57	
Empréstimos	0,00	0,00	
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00	
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00	
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação¹ (I)	2.366.031,57	2.366.031,57	
Externa	0,00	0,00	
Empréstimos	0,00	0,00	
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00	
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00	
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação¹ (II)	0,00	0,00	
TOTAL (III)	2.366.031,57	2.366.031,57	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	317.038.038,78	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	1.090.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	315.948.038,78	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	50.551.686,20	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (90% dos 16%)	45.496.517,58	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	22.116.362,71	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No 1º Quadrimestre	Até 1º Quadrimestre (a)
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Emissão: 15/06/2020, às 14:45:08.

¹ Conforme Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

NOTA:



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
 Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: 86,95,96,99,100,132,177,350,357,1013,8253,13622
 Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Quadrimestre Janeiro-Abril

LRF, art. 48 - Anexo 6		R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		
Receita Corrente Líquida		
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		315.948.038,78

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	141.614.068,13	44,82
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	170.611.940,94	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	162.081.343,89	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	153.550.746,85	48,60

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada Líquida	(52.730.990,84)	(16,69)
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	379.137.646,54	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	69.508.568,53	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	50.551.686,20	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	22.116.362,71	7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Emissão: 15/06/2020, às 14:51:25.

NOTA:

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2º BIMESTRE DE 2020

Publicação Nº 2524760

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

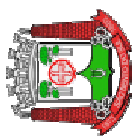
Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			Em Reais
			No 2º Bimestre	Até 2º Bimestre	%	
(a)	(b)	(c)	(d/a)	(e/a)	(f/a)	(g/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	353.542.952,67	353.542.952,67	57.026.091,09	106.450.366,73	30,11	247.092.585,94
RECEITAS CORRENTES	293.684.128,67	293.684.128,67	53.589.498,96	101.639.747,94	34,61	192.044.380,73
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	70.783.260,00	70.783.260,00	9.631.592,57	15.909.817,79	22,48	54.873.442,21
Impostos	61.752.720,00	61.752.720,00	8.325.995,53	13.227.365,90	21,42	48.525.354,10
Taxas	8.794.540,00	8.794.540,00	1.299.645,41	2.664.134,90	30,29	6.130.405,10
Contribuição de Melhoria	236.000,00	236.000,00	5.951,63	18.316,99	7,76	217.683,01
CONTRIBUIÇÕES	4.691.411,00	4.691.411,00	2.150.504,57	4.106.261,74	87,53	585.149,26
Contribuições Sociais	0,00	0,00	1.425.358,75	2.625.602,17	0,00	(2.625.602,17)
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	4.691.411,00	4.691.411,00	725.145,82	15,46	3,29	3.210.751,43
RECEITA PATRIMONIAL	3.475.953,00	3.475.953,00	6.519.693,53	187,57	283,90	(6.392.450,96)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.074.000,00	1.074.000,00	8.661,64	0,81	2,35	1.048.811,40
Valores Mobiliários	2.401.953,00	2.401.953,00	6.491.675,15	270,27	408,99	(7.421.905,62)
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	19.356,74	19.356,74	0,00	(19.356,74)
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	33.117.696,43	33.117.696,43	4.753.487,95	14,35	28,30	23.746.969,81
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	20.769.754,03	20.769.754,03	2.959.477,82	14,25	28,09	14.935.010,93
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	100.000,00	100.000,00	8.666,94	8,67	20,18	79.822,88
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	12.247.942,40	12.247.942,40	1.785.343,19	14,58	28,71	8.732.136,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	176.768.044,24	176.768.044,24	28.763.069,71	16,27	33,98	116.705.795,08
Transferências da União e de suas Entidades	66.325.545,32	66.325.545,32	11.450.611,12	17,26	32,95	44.468.783,34
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	57.870.099,92	57.870.099,92	9.029.422,21	15,60	34,44	37.942.394,33
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	57.800,00	57.800,00	14.935,64	25,84	229,55	(74.882,44)
Transferências de Outras Instituições Públicas	52.179.141,00	52.179.141,00	8.256.403,61	15,82	34,75	34.045.738,98
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	335.458,00	335.458,00	0,00	0,00	0,00	335.458,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	11.697,13	0,00	0,00	(11.697,13)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.847.764,00	4.847.764,00	1.771.150,63	36,54	47,90	2.525.475,33

Identificador: WPR3631101-3370-SUL-329929453 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

Pag 1 / 6





MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

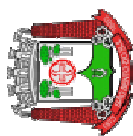
Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	4.216.957,00	4.216.957,00	774.911,80	18,38	1.116.269,20	26,47	3.100.687,80
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	233.507,00	233.507,00	54.572,42	23,37	92.675,92	39,69	140.831,08
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	397.300,00	397.300,00	941.666,41	237,02	1.113.343,55	280,23	(716.043,55)
RECEITAS DE CAPITAL	59.858.824,00	59.858.824,00	3.436.592,13	5,74	4.810.618,79	8,04	55.048.205,21
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	33.467.883,00	33.467.883,00	1.034.615,86	3,09	2.366.031,57	7,07	31.101.851,43
Operações de Crédito - Mercado Interno	33.467.883,00	33.467.883,00	1.034.615,86	3,09	2.366.031,57	7,07	31.101.851,43
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS	1.273.573,00	1.273.573,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.273.573,00
Alienação de Bens Móveis	415.573,00	415.573,00	0,00	0,00	0,00	0,00	415.573,00
Alienação de Bens Imóveis	858.000,00	858.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	858.000,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	892.850,00	892.850,00	44.738,14	5,01	87.349,09	9,78	805.500,91
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	24.224.518,00	24.224.518,00	2.357.238,13	9,73	2.357.238,13	9,73	21.867.279,87
Transferências da União e de suas Entidades	17.206.335,00	17.206.335,00	1.686.026,38	9,80	1.686.026,38	9,80	15.520.308,62
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	7.018.183,00	7.018.183,00	671.211,75	9,56	671.211,75	9,56	6.346.971,25
Transferências de Outros Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.211.194,15	2.211.194,15	4.054.274,61	183,35	7.591.794,39	343,33	(5.380.600,24)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	355.754.146,82	355.754.146,82	61.080.365,70	17,17	114.042.161,12	32,06	241.711.985,70
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	355.754.146,82	355.754.146,82	61.080.365,70	17,17	114.042.161,12	32,06	241.711.985,70
DÉFICIT (VI)¹	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	355.754.146,82	355.754.146,82	61.080.365,70	17,17	114.042.161,12	32,06	241.711.985,70
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	17.058.564,95	-	-	2.220.412,07	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-

Identificador: WPP3631101-3370-SJUL-329829453 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

Pág

2 / 6

**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

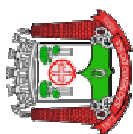
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	17.058.564,95	-	-	2.220.412,07	-	-
---	---	---------------	---	---	--------------	---	---



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATE 2º Bimestre (j)
			No 2º Bimestre	Até 2º Bimestre (f)		No 2º Bimestre	Até 2º Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	364.229.622,53	383.912.183,21	48.164.272,52	145.911.785,00	238.000.398,21	47.005.221,35	84.854.292,67	299.057.890,54	81.962.690,78
DESPESAS CORRENTES	275.874.097,16	285.779.829,31	34.043.956,54	119.171.985,81	166.607.843,50	42.319.267,86	77.932.452,87	207.847.376,44	76.291.770,47
Pessoal e Encargos Sociais	167.109.067,83	168.460.503,90	26.513.987,70	53.579.067,64	114.881.436,26	26.279.791,62	52.960.878,15	115.499.625,75	52.259.684,86
Juros e Encargos da Dívida	1.346.648,00	746.648,00	60.000,00	543.000,00	203.648,00	79.344,26	160.795,00	585.853,00	160.795,00
Outras Despesas Correntes	107.418.381,33	116.572.677,41	7.469.968,84	65.049.918,17	51.522.759,24	15.960.131,98	24.810.779,72	91.761.897,69	23.871.290,61
DESPESAS DE CAPITAL	88.055.525,37	97.832.353,90	14.120.315,98	26.739.799,19	71.092.554,71	4.685.953,49	6.921.839,80	90.910.514,10	5.670.920,31
Investimentos	85.120.085,37	94.311.913,90	13.520.315,98	23.993.799,19	70.318.114,71	4.246.043,37	6.082.373,67	88.229.540,23	4.831.454,18
Inversões Financeiras	788.108,00	773.108,00	0,00	0,00	773.108,00	0,00	0,00	773.108,00	0,00
Amortização da Dívida	2.147.332,00	2.747.332,00	600.000,00	2.746.000,00	1.332,00	439.910,12	839.466,13	1.907.865,87	839.466,13
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	28.532.333,72	28.552.833,72	2.329.447,46	15.361.711,88	13.191.121,84	3.403.643,43	7.353.541,19	21.199.292,53	6.210.374,99
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	392.761.956,25	412.465.016,93	50.493.719,98	161.273.496,88	251.191.520,05	50.408.864,78	92.207.833,86	320.257.183,07	88.173.065,77
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (X + XI)	392.761.956,25	412.465.016,93	50.493.719,98	161.273.496,88	251.191.520,05	50.408.864,78	92.207.833,86	320.257.183,07	88.173.065,77
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	21.834.327,26	-	25.869.095,35
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	392.761.956,25	412.465.016,93	50.493.719,98	161.273.496,88	-	50.408.864,78	114.042.161,12	-	114.042.161,12
RESERVA DO RPPS	52.226.639,69	52.226.639,69	0,00	0,00	52.226.639,69	0,00	0,00	52.226.639,69	0,00

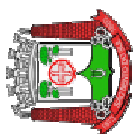
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Emissão: 15/06/2020, às 14:04:55.

¹ O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.

NOTA:

Identificador: WPR3631101-3370-SUUL-3282829453 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

Pág 4 / 6



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-e)
			No 2º Bimestre (b)	% (b/a)	Até 2º Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.211.194,15	2.211.194,15	4.054.274,61	183,35	7.591.794,39	343,33
RECEITAS CORRENTES	2.211.194,15	2.211.194,15	4.054.274,61	183,35	7.591.794,39	343,33
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	75.257,00	75.257,00	10.586,56	14,07	13.594,50	18,06
Impostos	5.000,00	5.000,00	4.533,51	90,67	4.533,51	90,67
Taxas	70.257,00	70.257,00	6.053,05	8,62	9.060,99	12,90
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	2.412.612,44	0,00	4.488.102,38	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	2.412.612,44	0,00	4.488.102,38	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	879,37	0,00	879,37	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	879,37	0,00	879,37	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.135.937,15	2.135.937,15	66.806,93	3,13	127.087,40	5,95
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.135.937,15	2.135.937,15	58.013,50	2,72	109.790,86	5,14
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	8.793,43	0,00	17.296,54	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	1.563.389,31	0,00	2.962.130,74	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	1.563.389,31	0,00	2.962.130,74	0,00

Identificador: WPP3631101-3370-SJUL-32929453 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

Pág 5 / 6



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

	DESPESAS EMPENHADAS		CRÉDITOS ADICIONAIS	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS PAGAS	
	No 2º Bimestre	Até 2º Bimestre (f)		No 2º Bimestre	Até 2º Bimestre (h)		ATE 2º Bimestre (i) = (e-h)	(j)
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
OPERACÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATE 2º Bimestre (j)
			No 2º Bimestre	Até 2º Bimestre (f)		No 2º Bimestre	Até 2º Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	28.532.333,72	28.552.833,72	2.329.447,46	15.361.711,88	13.191.121,84	3.403.643,43	7.353.541,19	21.199.292,53	6.210.374,99
DESPESAS CORRENTES	28.532.333,72	28.552.833,72	2.329.447,46	15.361.711,88	13.191.121,84	3.403.643,43	7.353.541,19	21.199.292,53	6.210.374,99
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.078.713,00	17.078.713,00	2.211.814,66	5.885.974,87	11.192.738,13	2.509.070,74	4.844.565,97	12.234.147,03	3.766.038,45
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.453.620,72	11.474.120,72	117.632,80	9.475.737,01	1.998.383,71	894.572,69	2.508.975,22	8.965.145,50	2.444.336,54
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPP8631101-3370-SUL-32929453 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

Pág 6 / 6



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS				RS 1,00	
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (I)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até 2º Bimestre	RECEITAS REALIZADAS	
				(b)	(b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	61.705.720,00	61.705.720,00	13.225.398,85	21,43	15,74
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	29.837.840,00	29.837.840,00	4.696.324,93	15,74	15,66
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	25.005.000,00	25.005.000,00	3.916.534,96	15,66	16,14
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	4.832.840,00	4.832.840,00	779.789,97	16,14	20,04
ITBI	3.794.580,00	3.794.580,00	760.580,58	20,04	20,10
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	3.784.300,00	3.784.300,00	760.580,58	20,10	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	10.280,00	10.280,00	0,00	0,00	29,32
ISS	17.973.300,00	17.973.300,00	5.269.131,32	29,32	29,68
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	16.972.500,00	16.972.500,00	5.037.300,88	29,68	23,16
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	1.000.800,00	1.000.800,00	231.830,46	23,16	24,75
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.615.935,00	10.615.935,00	2.499.362,02	24,75	34,25
Cota-Parte FPM	35.960.000,00	35.960.000,00	35.831.189,23	34,25	34,52
Cota-Parte ITR	75.850,00	75.850,00	1.944,13	2,56	32,65
Cota-Parte IPVA	13.050.000,00	13.050.000,00	4.260.512,87	32,65	34,71
Cota-Parte ICMS	54.538.385,00	54.538.385,00	18.927.552,63	34,71	29,38
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	217.700,00	217.700,00	227.405,29	29,38	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	217.700,00	217.700,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	29,50
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (II) = (I) + (II)	166.321.655,00	166.321.655,00	49.056.588,08		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA				DESPESAS PAGAS	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até 2º Bimestre	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
				(e/c) x 100	(f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	31.621.627,16	32.851.084,29	10.295.173,42	30,04	28,95
Despesas Correntes	31.540.627,16	32.670.084,29	10.286.130,42	30,18	29,09
Despesas de Capital	81.000,00	181.000,00	9.043,00	5,00	5,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	17.200.872,84	17.300.872,84	9.820.101,52	17,98	17,96
Despesas Correntes	12.185.872,84	12.285.872,84	9.815.331,52	25,28	25,26
Despesas de Capital	5.015.000,00	5.015.000,00	4.770,00	0,10	0,10
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	(0,00)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	(0,00)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	48.822.500,00	50.151.957,13	20.115.274,94	40,11	25,16

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS				DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
				DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS

Identificador: WPR3731101-3370-DWGW-329931314 - Emitido por: SÉRGIO RICARDO PEREIRA

Pág 1 / 5



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

	(d)	(e)	(f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	20.115.274,94	12.980.813,32	12.618.916,61
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
[=] VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	20.115.274,94	12.980.813,32	12.618.916,61

Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15,00 % (LC 141/2012)

Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15,00 % (Lei Orgânica Municipal)

Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI) (h ou i) - XVII

Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)

PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III) *100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)

	LIMITE NÃO CUMPRIDO				Saldo Final (não aplicado) (k = g - (f ou h))
	Saldo Inicial (no exercício atual) (g)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência	Liquidadas (f)	Pagas (h)	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012					
Diferença de limite não cumprido em 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR									
CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Valor Mínimo para aplicação em ASPS	Valor aplicado em ASPS no exercício	Valor inscrito em RP considerando no Limite ¹	Valor aplicado além do limite mínimo	Total inscrito em RP no exercício	Total de RP pagos ³	Total de RP a pagar	Total de RP cancelados ou prescritos	Saldo do valor aplicado além do limite mínimo após cancelamentos e compensações ² (r) = (o + q - p)
	(l)	(m)	(n)	(o) = (m - l)	(p)	(q)	(r)	(s) = (s-t ou ut)	
Empenhos de 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2015 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS VALORES A COMPENSAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO SEGUINTE (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º E 2º DA L.C. 141/2012									
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º E 2º DA L.C. 141/2012	Saldo Inicial	Despesas Cuidadas no Exercício de Referência			Pagas		Saldo Final (não aplicado)		
	(s)	Empenhadas	Liquidadas	(t)	(u)	(v)	(x) = (s-t ou ut)	(y) = (s-t ou ut)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a compensar (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2018 a compensar (XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a compensar (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO				
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até 2º Bimestre	%
	(a)	(b)	(c)	(d/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVI)	28.746.850,24	28.746.850,24	10.078.227,95	35,06
Proveniente da União - Fundo a Fundo	26.417.039,32	26.417.039,32	9.037.603,76	34,21
Proveniente dos Estados	2.329.810,92	2.329.810,92	1.040.624,19	44,67
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXVII)	4.800.000,00	4.800.000,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXVIII)	27.420,00	27.420,00	5.987,22	21,84
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXIX) = (XXVI + XXVII + XXVIII)	33.574.270,24	33.574.270,24	10.084.215,17	30,04

Identificador: WFR2731101-3370-DWCW-329931314 - Emitido por: SÉRGIO RICARDO PEREIRA

Pág 3 / 5



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO					
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	Até 2º Bimestre (d)	(d/c) x 100 %	DESPESAS LIQUIDADAS Até 2º Bimestre (e)	(e/c) x 100 %
ATENÇÃO BÁSICA (XXX)	7.446.939,56	3.566.965,78	34,01	2.306.520,63	21,99
Despesas Correntes	7.010.114,56	3.564.045,78	35,97	2.306.520,63	23,27
Despesas de Capital	436.825,00	2.920,00	0,50	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXI)	20.843.699,16	14.912.004,39	67,54	5.741.766,17	26,01
Despesas Correntes	20.518.699,16	14.901.304,39	68,98	5.731.066,17	26,53
Despesas de Capital	325.000,00	10.700,00	2,24	10.700,00	2,24
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXIII)	54.135,00	57.688,51	13,98	14.265,28	34,33
Despesas Correntes	49.135,00	57.688,51	27,78	14.265,28	68,7
Despesas de Capital	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXIV)	344.496,52	107.526,35	22,54	77.363,71	16,22
Despesas Correntes	334.496,52	107.526,35	23,03	77.363,71	16,57
Despesas de Capital	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXVII) = (XXX + XXXI + XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI)	28.689.270,24	18.678.404,76	53,97	8.174.135,52	23,62

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE					
(Computadas e não computadas no cálculo do limite mínimo)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	Até 2º Bimestre (d)	(d/c) x 100 %	DESPESAS LIQUIDADAS Até 2º Bimestre (e)	(e/c) x 100 %
ATENÇÃO BÁSICA (XXXVIII) = (IV + XXX)	39.068.566,72	13.862.139,24	31,98	12.176.171,97	28,09
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIX) = (V + XXXI)	38.044.572,00	24.732.105,91	62,81	8.852.928,15	22,48
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XL) = (VI + XXXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLI) = (VII + XXXIII)	54.135,00	57.688,51	13,98	14.265,28	34,33
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLII) = (VIII + XXXIV)	344.496,52	107.526,35	22,54	77.363,71	16,22
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLIII) = (IX + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLIV) = (X + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLV) = (XI + XXXVII)	77.511.770,24	38.793.679,70	45,77	21.154.948,84	24,96
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVI)	77.511.770,24	38.793.679,70	45,77	21.154.948,84	24,96

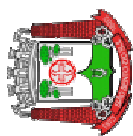
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Emissão: 15/06/2020, às 14:36:08.

1 A coluna de RP Considerado no Limite deve ser comparada com a coluna de RP Pagos. Sempre que os valores pagos de um ano forem maiores que o total de RP Considerado no Limite, todo o restante do RP poderá ser cancelado sem comprometer o limite do respectivo ano.
 2 O controle dos cancelamentos no quadro específico "Controle dos Restos a Pagar Cancelados para fins de Cumprimento do Limite Mínimo de Despesas com Saúde, conforme o artigo 24 da LC nº 141/2012" será realizado apenas para os exercícios que tiverem valores negativos na coluna "Saldo Excedente".
 3 Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

NOTA:

Identificador: WPR3731101-3370-DWGOW-329931314 - Emitido por: SÉRGIO RICARDO PEREIRA

Pág 4 / 5



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

Identificador: WPR87311 01-3370-DWCW-329931314 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

Pág 5 / 5



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS PARCEIRAS PÚBLICO-PRIVADAS
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

RRERO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)							Em reais
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2020					
		No 2º Bimestre	Até 2º Bimestre				
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Obrigações contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Garantias concedidas	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2020)	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
= (I.1 + I.2)											
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	322.966.485,45	317.038.038,78									
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%)											
(V) = (I / IV)											

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Emissão: 15/06/2020, às 14:36:47.

NOTA:

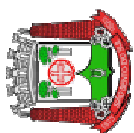
Identificador: WPR3741101-3370-FIHI-329831328 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

Pág 1 / 1



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

REO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até 2º Bimestre	Em Reais
RECEITAS			
	Previsão Inicial		355.754.146,82
	Previsão Atualizada		355.754.146,82
	Receitas Realizadas		114.042.161,12
	Deficit Orçamentário		0,00
	Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		2.220.412,07
DESPESAS			
	Doação Inicial		392.761.956,25
	Créditos Adicionais		19.703.060,68
	Doação Atualizada		412.465.016,93
	Despesas Empenhadas		161.273.496,88
	Despesas Liquidadas		92.207.833,86
	Despesas Pagas		88.173.065,77
	Superávit Orçamentário		21.834.327,26
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até 2º Bimestre	
	Despesas Empenhadas		161.273.496,88
	Despesas Liquidadas		92.207.833,86
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até 2º Bimestre	
	Receita Corrente Líquida		317.038.038,78
	Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		315.948.038,78
	Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		315.948.038,78
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até 2º Bimestre	
	Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO		7.612.673,50
	Receitas Previdenciárias Realizadas		17.125.960,85
	Despesas Previdenciárias Empenhadas		9.513.287,35
	Despesas Previdenciárias Liquidadas		9.513.287,35
	Resultado Previdenciário		7.612.673,50
	Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO		0,00
	Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00
	Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00
	Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00
	Resultado Previdenciário		0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO			
	Méda fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até 2º Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
	Resultado Primário - Acima da Linha	2.872.629,90	150,19
	Resultado Nominal - Acima da Linha	12.526.056,63	0,00



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Canç. Até 2º Bimestre	Pag. Até 2º Bimestre	Saldo a pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		8.782.406,30	0,00	3.533.039,87	5.249.366,43
Poder Executivo		8.782.406,30	0,00	3.533.039,87	5.249.366,43
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		10.822.020,90	61.937,82	8.185.071,11	2.575.011,97
Poder Executivo		10.822.020,90	61.937,82	8.185.071,11	2.575.011,97
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		19.604.427,20	61.937,82	11.718.110,98	7.824.378,40

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até 2º Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até 2º Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		12.685.238,44	25,00	25,86
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio		0,00	0,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		18.439.767,93	60,00	70,85
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado Até 2º Bimestre	Saldo Não Realizado	
Receita de Operação de Crédito		2.366.031,57		31.101.851,43
Despesa de Capital Líquida		26.739.799,19		70.957.554,71

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Plano Previdenciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário		0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR375101-3370-LPFY-328931342 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

Pag 2 / 3



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor Apurado Até 2º Bimestre	Saldo a Realizar
Receitas de Alienação de Ativos		1.529,96	1.280.651,04
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		18.744,78	1.283.631,13
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor Apurado Até 2º Bimestre	Limite Constitucional Anual
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		12.980.813,32	% Aplicado Até 2º Bimestre
			15,00
			26,46
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente	
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)			

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Emissão: 15/06/2020, às 14:45:15.

NOTA:

Identificador: WPR375101-3370-LPFY-329831342 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

Pág 3 / 3

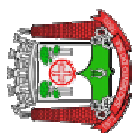


MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

Anexo 2 - LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											Em Reais
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	
			No 2º Bimestre	Até 2º Bimestre (b)	% (b/total b)		No 2º Bimestre	Até 2º Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	416.456.262,22	436.138.822,90	48.164.272,52	145.911.785,00	90,47	290.227.037,90	47.005.221,35	84.854.292,67	92,03	351.284.530,23	
LEGISLATIVA	4.788.742,48	4.788.742,48	428.140,40	1.072.879,60	0,67	3.715.862,88	442.141,34	814.941,72	0,88	3.973.800,76	
Ação Legislativa	4.788.742,48	4.788.742,48	428.140,40	1.072.879,60	0,67	3.715.862,88	442.141,34	814.941,72	0,88	3.973.800,76	
ESSENCIAL A JUSTIÇA	2.169.500,00	2.169.500,00	318.665,70	555.872,13	0,34	1.613.627,87	313.862,63	531.676,41	0,58	1.637.823,59	
Representação Judicial e Extrajudicial	2.169.500,00	2.169.500,00	318.665,70	555.872,13	0,34	1.613.627,87	313.862,63	531.676,41	0,58	1.637.823,59	
ADMINISTRAÇÃO	19.066.523,00	19.512.872,94	1.723.883,33	6.110.202,17	3,79	13.402.670,77	2.201.443,62	4.240.398,02	4,60	15.272.474,92	
Administração Geral	12.907.345,00	13.453.694,94	1.306.539,58	4.046.835,76	2,51	9.406.859,18	1.503.551,03	3.062.816,19	3,32	10.390.878,75	
Administração Financeira	3.472.790,00	3.472.790,00	340.788,68	764.130,22	0,47	2.708.659,78	344.413,07	715.921,32	0,78	2.756.868,68	
Normalização e Fiscalização	25.000,00	25.000,00	4.138,10	4.138,10	0,00	20.861,90	0,00	0,00	0,00	25.000,00	
Tecnologia da Informação	1.004.000,00	1.004.000,00	64.959,47	643.664,07	0,40	360.335,93	137.808,28	180.735,72	0,20	823.264,28	
Administração de Receitas	696.388,00	596.388,00	(3.675,00)	189.442,71	0,12	406.945,29	126.245,36	131.902,62	0,14	464.485,38	
Comunicação Social	541.000,00	541.000,00	362,50	301.244,36	0,19	239.755,64	35.357,30	35.357,30	0,04	505.642,70	
Demais Subfunções	420.000,00	420.000,00	10.950,00	160.746,95	0,10	259.253,05	54.068,58	113.664,87	0,12	306.335,13	
SEGURANÇA PÚBLICA	2.348.586,00	2.685.757,23	748.111,59	1.056.219,63	0,65	1.629.537,60	179.701,87	333.339,57	0,36	2.352.476,66	
Policimento	928.086,00	1.265.257,23	63.391,65	203.374,98	0,13	1.061.882,25	105.502,51	180.475,01	0,20	1.084.782,22	
Defesa Civil	1.420.500,00	1.420.500,00	684.719,94	852.844,65	0,53	567.655,35	74.199,36	152.864,56	0,17	1.267.635,44	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.695.950,00	11.106.909,12	1.142.267,99	3.891.925,05	2,41	7.214.984,07	1.305.151,80	2.688.830,82	2,92	8.418.078,30	
Assistência ao Idoso	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	57.045,71	0,00	0,00	0,00	57.045,71	
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.354.630,00	1.538.050,11	11.700,00	736.637,15	0,46	801.412,96	197.204,15	517.319,86	0,56	1.020.730,25	
Assistência Comunitária	1.462.070,00	2.607.563,30	235.411,49	394.789,85	0,24	2.212.773,45	61.252,40	78.438,15	0,09	2.529.125,15	
Demais Subfunções	6.854.250,00	6.904.250,00	895.156,50	2.760.498,05	1,71	4.143.751,95	1.046.695,25	2.093.072,81	2,27	4.811.177,19	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	40.933.000,00	40.933.000,00	6.200.985,85	11.115.439,24	6,89	29.817.560,76	6.193.951,48	11.043.365,65	11,98	29.889.634,35	
Previdência do Regime Estatutário	37.973.000,00	37.973.000,00	6.043.663,78	10.798.950,90	6,70	27.174.049,10	6.043.663,78	10.798.950,90	11,71	27.174.049,10	
Demais Subfunções	2.960.000,00	2.960.000,00	157.322,07	316.488,34	0,20	2.643.511,66	150.287,70	244.414,75	0,27	2.715.585,25	
SAÚDE	72.983.670,24	80.233.482,85	6.697.601,34	37.687.812,90	23,37	42.545.669,95	11.558.630,23	20.080.565,86	21,78	60.152.916,99	
Atenção Básica	34.737.566,72	39.008.947,25	5.979.917,02	12.802.868,71	7,94	26.206.078,54	5.650.504,22	11.134.667,73	12,08	27.874.279,52	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	37.860.472,00	39.194.910,07	624.972,72	24.698.509,60	15,31	14.496.400,47	5.836.903,82	8.822.431,84	9,57	30.372.478,23	
Vigilância Sanitária	52.135,00	410.663,58	7.680,76	55.688,51	0,03	354.975,07	4.957,53	14.265,28	0,02	396.398,30	
Vigilância Epidemiológica	333.496,52	465.991,93	50.811,11	96.526,35	0,06	369.445,58	32.044,93	74.981,28	0,08	391.010,65	
Demais Subfunções	(0,00)	1.152.970,02	34.219,73	34.219,73	0,02	1.118.750,29	34.219,73	34.219,73	0,04	1.118.750,29	
TRABALHO	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	
Fomento ao Trabalho	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	
EDUCAÇÃO	75.660.455,00	75.666.455,00	10.883.693,91	26.861.305,22	16,66	48.805.149,78	11.959.430,68	23.039.421,66	24,99	52.627.033,34	
Ensino Fundamental	40.334.441,00	40.334.441,00	5.405.710,10	13.120.645,53	8,14	27.213.795,47	5.861.126,92	11.207.362,90	12,15	29.127.078,10	
Ensino Médio	7.600,00	7.600,00	0,00	0,00	0,00	7.600,00	0,00	0,00	0,00	7.600,00	
Ensino Superior	265.000,00	265.000,00	0,00	71.000,00	0,04	194.000,00	17.750,00	26.625,00	0,03	238.375,00	
Educação Infantil	32.657.773,00	32.657.773,00	5.489.196,61	12.125.664,80	7,52	20.532.108,20	5.768.075,72	11.324.467,37	12,28	21.333.305,63	
Demais Subfunções	2.401.641,00	2.401.641,00	(11.212,80)	1.543.994,89	0,96	857.646,11	312.478,04	480.966,39	0,52	1.920.674,61	
CULTURA	3.072.476,90	3.209.203,79	338.664,51	842.978,23	0,52	2.366.225,56	386.269,72	771.874,85	0,84	2.437.328,94	
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	379.000,00	379.000,00	5.890,00	28.880,15	0,02	350.119,85	8.637,40	12.255,35	0,01	366.744,65	
Difusão Cultural	2.693.476,90	2.830.203,79	352.774,51	814.098,08	0,50	2.016.105,71	377.632,32	759.619,50	0,82	2.070.584,29	

Identificador: WPR3641101-3370-TLID-323929468 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

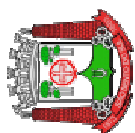
	1.454.100,00	1.454.100,00	5.491,73	80.461,21	0,05	1.373.638,79	16.922,62	22.945,92	0,02	1.431.154,08
DIREITOS DA CIDADANIA	1.454.100,00	1.454.100,00	5.491,73	80.461,21	0,05	1.373.638,79	16.922,62	22.945,92	0,02	1.431.154,08
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.454.100,00	1.454.100,00	5.491,73	80.461,21	0,05	1.373.638,79	16.922,62	22.945,92	0,02	1.431.154,08
URBANISMO	60.669.276,00	70.306.582,16	8.038.363,55	21.656.224,78	13,43	48.650.357,38	4.840.475,24	8.875.061,99	9,63	61.431.520,17
Infra-Estrutura Urbana	29.178.103,00	30.885.409,16	346.103,64	16.182.971,35	3,83	24.702.487,77	1.494.445,22	3.143.209,14	3,41	27.742.200,02
Serviços Urbanos	26.449.673,00	34.379.673,00	7.084.722,86	14.076.483,11	8,73	20.303.189,89	2.735.452,02	4.466.153,38	4,84	29.013.519,62
Demais Subfunções	5.041.500,00	5.041.500,00	607.537,05	1.396.820,28	0,87	3.644.679,72	610.538,00	1.265.699,47	1,37	3.775.890,53
HABITAÇÃO	5.911.944,00	5.911.944,00	151.751,46	357.587,21	0,22	5.554.356,79	142.971,96	292.310,44	0,32	5.619.633,56
Habituação Urbana	2.127.532,00	2.127.532,00	5.929,71	24.034,13	0,01	2.103.497,87	2.590,71	3.982,13	0,00	2.123.549,87
Demais Subfunções	3.784.412,00	3.784.412,00	145.821,75	333.553,08	0,21	3.450.858,92	140.381,25	288.328,31	0,31	3.496.083,69
SANEAMENTO	40.009.732,21	40.124.732,21	9.469.347,34	23.079.035,64	14,31	17.045.696,57	4.885.285,20	7.397.864,27	8,02	32.726.867,94
Saneamento Básico Urbano	34.607.622,89	34.722.622,89	8.272.080,44	20.416.087,29	12,66	14.306.535,60	4.172.323,60	6.067.782,87	6,58	28.654.840,02
Demais Subfunções	5.402.109,32	5.402.109,32	1.197.266,90	2.662.948,35	1,65	2.739.160,97	712.961,60	1.330.081,40	1,44	4.072.027,92
GESTÃO AMBIENTAL	434.650,00	434.650,00	35.512,36	74.802,95	0,05	359.847,05	35.512,36	74.802,95	0,08	359.847,05
Preservação e Conservação Ambiental	434.650,00	434.650,00	35.512,36	74.802,95	0,05	359.847,05	35.512,36	74.802,95	0,08	359.847,05
AGRICULTURA	2.471.190,00	2.471.190,00	297.542,27	660.448,49	0,41	1.810.741,51	315.758,36	557.893,01	0,61	1.913.296,98
Extensão Rural	2.377.190,00	2.377.190,00	260.640,41	599.205,12	0,37	1.777.984,88	275.525,19	517.659,84	0,56	1.859.530,16
Demais Subfunções	94.000,00	94.000,00	36.901,86	61.243,37	0,04	32.756,63	40.233,17	40.233,17	0,04	53.766,83
INDÚSTRIA	3.166.350,70	3.166.350,70	318.026,90	567.418,92	0,35	2.598.931,78	187.454,68	386.288,02	0,42	2.780.062,68
Promoção Industrial	3.166.350,70	3.166.350,70	318.026,90	567.418,92	0,35	2.598.931,78	187.454,68	386.288,02	0,42	2.780.062,68
COMERCIO E SERVIÇOS	1.820.216,00	1.978.417,67	58.389,94	518.320,81	0,32	1.460.096,86	92.980,65	129.637,60	0,14	1.848.780,07
Promoção Comercial	3.250,00	3.250,00	0,00	0,00	0,00	3.250,00	0,00	0,00	0,00	3.250,00
Turismo	1.813.466,00	1.971.667,67	58.389,94	518.320,81	0,32	1.453.346,86	92.980,65	129.637,60	0,14	1.842.030,07
Demais Subfunções	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00
ENERGIA	4.684.411,00	4.684.411,00	9.555,18	3.183.462,03	1,97	1.500.948,97	647.723,91	1.240.109,87	1,34	3.444.301,13
Demais Subfunções	4.684.411,00	4.684.411,00	9.555,18	3.183.462,03	1,97	1.500.948,97	647.723,91	1.240.109,87	1,34	3.444.301,13
DESPORTO E LAZER	6.211.819,00	6.402.852,06	543.431,79	1.931.763,71	1,20	4.471.088,35	427.463,93	805.441,10	0,87	5.597.410,94
Desporto de Rendimento	1.315.000,00	1.315.000,00	141.600,00	1.082.400,00	0,67	232.600,00	185.120,00	341.920,00	0,37	973.080,00
Desporto Comunitário	2.861.800,00	3.053.833,06	206.460,82	206.460,82	0,13	2.847.372,24	71.914,21	71.914,21	0,08	2.981.918,85
Demais Subfunções	2.035.019,00	2.034.019,00	195.370,97	642.902,89	0,40	1.391.116,11	170.429,72	391.606,89	0,42	1.642.412,11
ENCARGOS ESPECIAIS	6.365.030,00	6.365.030,00	734.845,38	4.607.625,08	2,86	1.757.404,92	872.089,07	1.527.522,94	1,66	4.837.507,06
Serviço da Dívida Interna	3.493.980,00	3.493.980,00	660.000,00	3.289.000,00	2,04	204.980,00	519.254,38	1.000.261,13	1,08	2.493.718,87
Transferências	828.750,00	828.750,00	65.517,80	92.969,92	0,06	735.780,08	69.455,80	76.016,92	0,08	752.733,08
Outros Encargos Especiais	2.042.300,00	2.042.300,00	9.327,58	1.225.655,16	0,76	816.644,84	283.378,89	451.244,89	0,49	1.591.055,11
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	52.526.639,69	52.526.639,69	0,00	0,00	0,00	52.526.639,69	0,00	0,00	0,00	52.526.639,69
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	28.532.333,72	28.552.833,72	2.329.447,46	15.361.711,88	9,53	13.191.121,84	3.403.643,43	7.353.541,19	7,97	21.199.292,53
TOTAL (III) = (I + II)	444.988.595,94	464.691.656,62	50.493.719,98	161.273.496,88	100,00	303.418.159,74	50.408.864,78	92.207.833,86	100,00	372.483.822,76

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Emissão: 15/06/2020, às 14:05:55.

NOTA:

Identificador: WPR3441101-3370-TLID-323829488 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

Pág 2 / 4



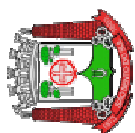
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS				SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (e) = (a-d)		
			DESPESAS EMPENHADAS			%		No 2º Bimestre	Até 2º Bimestre	%	No 2º Bimestre		Até 2º Bimestre	%
			(b)	(b/III b)	(d/III d)									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	28.532.333,72	28.552.833,72	2.329.447,46	15.361.711,88	9,53	13.191.121,84	3.403.643,43	7.353.541,19	7,97	21.199.292,53				
LEGISLATIVA	161.257,52	161.257,52	18.061,72	28.380,28	0,02	132.877,24	18.252,48	26.232,45	0,03	135.025,07				
Ação Legislativa	161.257,52	161.257,52	18.061,72	28.380,28	0,02	132.877,24	18.252,48	26.232,45	0,03	135.025,07				
ESSENCIAL A JUSTIÇA	43.500,00	43.500,00	7.855,71	13.970,58	0,01	29.529,42	7.855,71	13.970,58	0,02	29.529,42				
Representação Judicial e Extrajudicial	43.500,00	43.500,00	7.855,71	13.970,58	0,01	29.529,42	7.855,71	13.970,58	0,02	29.529,42				
ADMINISTRAÇÃO	9.787.027,50	9.787.027,50	155.425,49	8.956.356,91	5,55	830.670,59	878.141,51	2.454.989,27	2,66	7.332.038,23				
Administração Geral	9.787.027,50	9.787.027,50	112.796,03	8.874.932,11	5,50	612.095,39	835.512,05	2.373.564,47	2,57	7.113.463,03				
Administração Financeira	300.000,00	300.000,00	42.629,46	81.424,80	0,05	218.575,20	42.629,46	81.424,80	0,09	218.575,20				
ASSISTÊNCIA SOCIAL	639.950,00	639.950,00	105.974,00	190.430,03	0,12	469.019,97	96.097,64	178.139,74	0,19	481.310,26				
Assistência Comunitária	23.950,00	43.450,00	0,00	0,00	0,00	43.450,00	0,00	0,00	0,00	43.450,00				
Demais Subfunções	616.000,00	616.000,00	105.974,00	190.430,03	0,12	425.569,97	96.097,64	178.139,74	0,19	437.860,26				
PREVIDÊNCIA SOCIAL	127.809,43	127.809,43	14.597,82	30.100,14	0,02	97.709,29	14.660,72	29.817,09	0,03	97.992,34				
Demais Subfunções	127.809,43	127.809,43	14.597,82	30.100,14	0,02	97.709,29	14.660,72	29.817,09	0,03	97.992,34				
SAÚDE	4.528.100,00	4.528.100,00	492.033,78	1.105.866,80	0,69	3.422.233,20	497.103,58	1.074.382,98	1,17	3.453.717,02				
Atenção Básica	4.331.000,00	4.331.000,00	474.996,69	1.059.270,49	0,66	3.271.729,51	477.684,06	1.041.504,24	1,13	3.289.495,76				
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	184.100,00	184.100,00	17.037,09	33.596,31	0,02	150.503,69	17.037,09	30.496,31	0,03	153.603,69				
Vigilância Sanitária	2.000,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00				
Vigilância Epidemiológica	11.000,00	11.000,00	0,00	11.000,00	0,01	0,00	2.382,43	2.382,43	0,00	8.617,57				
EDUCAÇÃO	8.517.900,00	8.517.900,00	1.095.598,24	2.345.429,89	1,45	6.172.470,11	1.124.347,23	2.063.867,66	2,24	6.454.032,34				
E ensino Fundamental	4.953.800,00	4.953.800,00	530.251,72	1.143.488,41	0,71	3.810.311,59	545.287,96	1.001.942,77	1,09	3.951.857,23				
Educação Infantil	3.564.100,00	3.564.100,00	565.346,52	1.201.941,48	0,75	2.362.158,52	579.059,27	1.061.924,89	1,15	2.502.175,11				
CULTURA	354.343,10	354.343,10	33.896,17	215.234,71	0,13	139.108,39	59.233,18	117.976,56	0,13	236.366,54				
Difusão Cultural	354.343,10	354.343,10	33.896,17	215.234,71	0,13	139.108,39	59.233,18	117.976,56	0,13	236.366,54				
DIREITOS DA CIDADANIA	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00				
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00				
URBANISMO	1.009.200,00	1.009.200,00	156.127,59	312.638,74	0,19	696.561,26	158.451,44	294.678,22	0,32	714.521,78				
Infra-Estrutura Urbana	5.000,00	5.000,00	0,00	1.070,00	0,00	3.930,00	58,97	187,70	0,00	4.812,30				
Serviços Urbanos	624.200,00	624.200,00	94.537,58	196.921,60	0,12	427.278,40	96.802,46	179.843,38	0,20	444.356,62				
Demais Subfunções	380.000,00	380.000,00	61.590,01	114.647,14	0,07	265.352,86	61.590,01	114.647,14	0,12	265.352,86				
HABITAÇÃO	115.047,12	115.047,12	21.857,05	43.363,29	0,03	71.683,83	21.857,05	43.363,29	0,05	71.683,83				
Demais Subfunções	115.047,12	115.047,12	21.857,05	43.363,29	0,03	71.683,83	21.857,05	43.363,29	0,05	71.683,83				
SANEAMENTO	1.250.888,37	1.250.888,37	180.367,01	364.516,63	0,23	886.371,74	181.108,19	362.046,03	0,39	888.842,34				
Saneamento Básico Urbano	815.500,00	815.500,00	123.166,65	246.794,22	0,15	568.705,78	123.907,83	244.323,62	0,26	571.176,38				
Demais Subfunções	435.388,37	435.388,37	57.200,36	117.722,41	0,07	317.665,96	57.200,36	117.722,41	0,13	317.665,96				
GESTÃO AMBIENTAL	30.600,00	30.600,00	4.672,94	8.665,89	0,01	21.934,11	2.507,56	6.500,51	0,01	24.099,49				
Preservação e Conservação Ambiental	30.600,00	30.600,00	4.672,94	8.665,89	0,01	21.934,11	2.507,56	6.500,51	0,01	24.099,49				
AGRICULTURA	130.000,00	130.000,00	16.522,22	35.059,32	0,02	94.940,68	9.415,80	24.741,17	0,03	105.258,83				
Extensão Rural	130.000,00	130.000,00	16.522,22	35.059,32	0,02	94.940,68	9.415,80	24.741,17	0,03	105.258,83				
INDÚSTRIA	88.000,00	88.000,00	15.454,84	28.709,56	0,02	59.290,44	15.454,84	28.709,56	0,03	59.290,44				
Promoção Industrial	88.000,00	88.000,00	15.454,84	28.709,56	0,02	59.290,44	15.454,84	28.709,56	0,03	59.290,44				

Identificador: WPR3641101-3370-TLID-32829468 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

	10.000.000	10.000.000	1.423,27	3.739,92	0,00	6.260,08	1.633,75	3.143,68	0,00	6.856,32
COMÉRCIO E SERVIÇOS	10.000.000	10.000.000	1.423,27	3.739,92	0,00	6.260,08	1.633,75	3.143,68	0,00	6.856,32
Turismo	10.000.000	10.000.000	1.423,27	3.739,92	0,00	6.260,08	1.633,75	3.143,68	0,00	6.856,32
ENERGIA	11.200.000	11.200.000	1.099,44	2.038,24	0,00	9.161,76	1.099,44	2.038,24	0,00	9.161,76
Demais Subfunções	11.200.000	11.200.000	1.099,44	2.038,24	0,00	9.161,76	1.099,44	2.038,24	0,00	9.161,76
DESPORTO E LAZER	86.410.688	87.410.688	8.480,17	37.210,95	0,02	50.199,73	9.401,94	20.587,77	0,02	66.822,91
Demais Subfunções	86.410.688	87.410.688	8.480,17	37.210,95	0,02	50.199,73	9.401,94	20.587,77	0,02	66.822,91
ENCARGOS ESPECIAIS	1.640.000.000	1.640.000.000	0,00	1.640.000,00	1,02	0,00	307.021,37	608.356,39	0,66	1.031.643,61
Serviço da Dívida Interna	1.640.000.000	1.640.000.000	0,00	1.640.000,00	1,02	0,00	307.021,37	608.356,39	0,66	1.031.643,61

Identificador: WPR3641101-3370-TLID-323929468 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

Pág 4 / 4



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

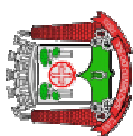
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
	Maio/2019	Junho/2019	Julho/2019	Agosto/2019	Setembro/2019	Outubro/2019	Novembro/2019	Dezembro/2019	Janeiro/2020	Fevereiro/2020	Março/2020	Abril/2020		
RECEITAS CORRENTES (I)	32.425.385,59	30.184.796,68	28.114.427,33	22.894.863,48	30.081.865,54	36.326.051,63	32.022.797,90	31.662.651,69	25.192.914,49	26.846.441,31	24.958.736,26	31.808.481,30	351.017.613,20	314.548.065,67
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.993.036,55	3.490.522,02	3.740.817,80	3.526.554,23	3.964.511,88	7.618.817,80	3.843.378,67	5.123.816,96	3.324.778,79	2.953.446,43	2.958.736,26	5.892.480,38	47.340.066,89	70.783.260,00
IPRU	741.950,02	723.264,73	662.538,02	705.034,26	787.237,72	776.863,21	660.983,89	798.999,54	3.324.778,79	254.931,82	700.173,56	3.429.283,41	16.711.357,55	29.832.800,00
ISS	1.461.434,32	1.319.735,24	1.377.521,27	1.397.229,32	1.418.305,47	1.427.156,83	1.402.929,81	1.547.913,95	1.507.029,84	1.308.243,36	1.357.415,84	1.096.443,28	16.711.357,55	17.973.300,00
ITBI	336.359,91	281.471,01	229.926,29	183.164,76	232.722,40	238.115,18	393.676,99	576.487,41	207.043,50	198.148,17	160.749,15	194.039,76	3.232.594,53	3.794.580,00
IRRF	744.182,08	507.834,06	761.931,96	575.437,61	862.603,04	631.347,12	626.127,70	1.490.628,56	610.020,51	504.006,92	870.508,43	514.826,16	8.699.454,15	10.100.000,00
Melhoria	709.110,22	658.216,98	708.900,26	665.688,28	663.643,25	712.128,65	671.660,28	709.787,50	692.682,31	688.117,16	649.855,21	658.297,77	8.188.087,87	9.082.540,00
Contribuições	1.076.594,05	1.111.587,65	1.097.456,64	1.129.095,87	1.120.761,82	1.115.365,61	1.106.775,35	1.986.077,79	883.637,61	1.072.119,56	1.076.064,11	1.074.440,46	13.850.076,52	4.691.411,00
Recita Patrimonial	5.459.287,19	7.246.770,16	3.951.961,93	825.160,28	5.793.239,47	13.266.329,08	(600.471,24)	6.001.301,68	2.191.125,72	1.157.584,71	(73.726,93)	6.593.420,46	51.880.982,51	3.475.653,00
Readmitidos de Aplicação Financeira	5.450.812,91	7.244.578,56	3.942.885,82	818.006,02	5.785.258,11	5.785.258,11	(634.525,88)	6.063.603,44	2.182.564,86	1.149.616,61	(81.601,77)	6.573.276,92	44.385.663,47	2.401.653,00
Outras Receitas Patrimoniais	8.474,28	2.241,60	9.076,11	7.154,26	7.981,36	7.375.093,21	34.054,64	6.998,24	8.560,86	7.966,10	7.874,84	20.143,54	7.495.319,04	1.074.300,00
Recita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	2.284.368,19	2.182.185,09	2.297.227,86	2.275.730,79	2.343.596,06	2.457.062,75	2.338.200,94	2.466.958,52	2.358.418,52	2.258.820,15	2.313.952,16	2.439.535,79	28.016.056,82	33.117.696,43
Transferências Correntes	16.892.448,72	15.613.535,79	16.667.393,47	14.852.742,58	16.071.733,61	15.280.588,55	15.981.196,89	22.898.340,32	16.259.045,14	19.028.831,13	16.344.161,52	15.506.626,79	201.486.644,51	197.632.521,24
Cota-Parte do FPM	3.425.548,41	2.698.296,96	3.689.910,99	2.693.383,42	2.397.508,47	2.207.217,90	2.995.510,52	5.106.850,95	3.014.755,04	4.355.781,91	2.546.946,23	2.496.571,13	37.628.001,93	38.060.000,00
Cota-Parte do ICMS	4.538.647,76	4.452.155,56	4.505.840,28	4.537.280,06	4.724.469,48	4.762.441,78	4.910.627,13	5.228.527,09	4.920.333,33	5.522.994,65	4.966.836,68	3.787.187,97	56.607.511,77	54.538.385,00
Cota-Parte do IPVA	1.042.184,79	926.114,70	1.112.960,83	974.818,75	974.217,18	945.096,87	499.691,42	327.441,79	1.402.327,00	877.442,76	986.495,83	994.247,28	11.063.039,20	13.050.000,00
Cota-Parte do ITR	535,67	414,67	135,85	396,71	913,06	38.365,45	1.163,19	1.354,70	257,20	607,57	351,25	728,11	53.441,06	75.850,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	217.700,00
Transferências da LC 61/1989	57.744,82	60.557,92	61.304,19	54.867,77	66.885,20	59.192,63	62.160,87	73.064,35	57.195,61	61.871,01	57.097,97	51.240,70	723.183,04	774.000,00
Transferências do FUNDEB	4.576.688,04	4.179.078,90	4.195.520,10	4.289.573,68	4.474.240,90	4.353.483,48	4.522.230,88	4.931.539,54	4.890.764,43	4.986.233,98	4.634.098,67	3.622.304,94	53.655.759,54	52.179.141,00
Outras Transferências Correntes	3.231.099,23	3.296.917,08	3.101.721,23	2.302.452,11	3.425.281,69	2.478.748,44	2.989.812,88	7.229.561,90	1.973.492,53	3.493.892,25	3.242.334,89	4.554.346,66	41.755.707,97	38.737.445,24
Outras Receitas Correntes	2.719.650,89	540.195,97	359.659,63	275.479,63	788.022,70	461.094,65	351.717,29	620.766,42	175.908,71	375.229,33	1.469.583,21	301.567,42	8.438.785,95	4.847.764,00
DEDUÇÕES (II)	4.890.896,09	2.514.958,40	2.280.799,16	2.354.541,72	2.833.738,83	2.438.543,54	3.719.423,11	3.719.423,11	2.368.606,68	2.988.437,47	2.324.734,08	2.324.734,08	33.974.574,42	20.864.477,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	669.218,81	707.838,03	700.900,96	702.988,64	703.012,12	702.843,15	705.008,03	1.610.008,64	489.649,25	710.594,17	713.438,02	711.920,73	9.126.830,55	0,00
Composição Financeira entre Reg. Previd.	2.404.745,24	179.611,92	0,00	0,00	466.284,74	133.248,70	132.812,74	267.381,90	0,00	168.103,91	333.071,38	146.818,51	4.232.079,04	0,00
Dedução de Rec. Formação do FUNDEB	1.816.932,04	1.627.508,45	1.579.898,20	1.652.143,08	1.634.441,97	1.602.462,69	1.693.830,41	1.812.032,57	1.878.937,43	2.109.739,39	1.711.723,76	1.465.994,84	20.615.664,83	20.864.477,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III)=(I-II)	27.534.489,50	27.669.838,28	25.833.628,17	20.530.321,76	27.278.126,71	33.887.497,09	20.491.146,72	35.446.838,58	22.824.307,81	23.857.593,84	22.200.503,10	29.483.747,22	317.038.038,78	295.684.128,67
Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.090.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.090.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	27.534.489,50	27.669.838,28	25.833.628,17	20.530.321,76	27.278.126,71	33.887.497,09	20.491.146,72	34.356.838,58	22.824.307,81	23.857.593,84	22.200.503,10	29.483.747,22	315.948.038,78	295.684.128,67
Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	27.534.489,50	27.669.838,28	25.833.628,17	20.530.321,76	27.278.126,71	33.887.497,09	20.491.146,72	34.356.838,58	22.824.307,81	23.857.593,84	22.200.503,10	29.483.747,22	315.948.038,78	295.684.128,67

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Emissão: 15/06/2020, às 14:05:24.

NOTA:

Identificador: WPR3651101-3370-CWB3-32929-484 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

Pág 1 / 1



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 2º Bimestre/2020	Até 2º Bimestre/2019
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	20.088.091,59	21.064.373,31
Recita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	2.625.602,17	2.617.684,99
Civil	0,00	0,00	2.625.602,17	2.617.684,99
Ativo	0,00	0,00	2.602.613,43	2.598.434,47
Inativo	0,00	0,00	17.717,45	13.631,72
Pensionista	0,00	0,00	5.271,29	5.618,80
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	4.482.547,17	4.284.375,60
Ativo	0,00	0,00	4.482.547,17	4.284.375,60
Inativo	0,00	0,00	4.482.547,17	4.284.375,60
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recitas Imobiliárias	0,00	0,00	9.368.843,13	11.421.452,61
Recitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recitas Patrimoniais	0,00	0,00	9.368.843,13	11.421.452,61
Recita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	3.611.099,12	2.740.860,11
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹	0,00	0,00	647.993,80	0,00
Demais Recitas Correntes	0,00	0,00	2.962.130,74	2.740.860,11
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	974,58	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	17.125.960,85	18.323.513,20

Identificador: WPP3661101-3370-LBRV-329829505 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

Pág 1 / 4



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

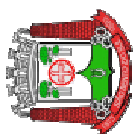
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até 2º Bimestre/2020	Até 2º Bimestre/2019	Até 2º Bimestre/2020	Até 2º Bimestre/2019
Benefícios - Civil	32.800.000,00	32.800.000,00	9.507.376,99	7.080.678,16	9.507.376,99	7.080.678,16
Aposentadorias	26.000.000,00	26.000.000,00	8.306.436,13	6.129.170,78	8.306.436,13	6.129.170,78
Pensões	3.800.000,00	3.800.000,00	1.200.940,86	951.507,38	1.200.940,86	951.507,38
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	53.946.639,69	53.946.639,69	5.910,36	2.511,51	5.910,36	2.511,51
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	53.946.639,69	53.946.639,69	5.910,36	2.511,51	5.910,36	2.511,51
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	86.746.639,69	86.746.639,69	9.513.287,35	7.083.189,67	9.513.287,35	7.083.189,67
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V) 2	(86.746.639,69)	(86.746.639,69)	7.612.673,50	11.240.323,53	7.612.673,50	11.240.323,53

Identificador: WPR3661101-3370-LBRV-329929505 - Emitido por: SÉRGIO RICARDO PEREIRA

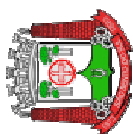
Pág 2 / 4



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
	VALOR	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
	VALOR	52.226.639,69
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos Outros Aportes para o RPPS Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	APORTES REALIZADOS	
		0,00
		3.150.752,51
		0,00
		0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2020	2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	305.523,12	632,61
Investimentos e Aplicações	363.244.661,64	374.729.641,88
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária **DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES** **Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

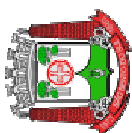
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 2º Bimestre/2020	Até 2º Bimestre/2019
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	125.849,57	162.171,17
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00	0,00	125.849,57	162.171,17
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até 2º Bimestre/2020	Até 2º Bimestre/2019
DESPESAS CORRENTES (XIII)	2.137.809,43	2.137.809,43	332.509,48	542.451,30
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	950.000,00	950.000,00	14.079,00	14.211,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XV) = (XIII + XIV)	3.087.809,43	3.087.809,43	346.588,48	556.662,30
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	(3.087.809,43)	(3.087.809,43)	(220.738,91)	(394.491,13)
			(148.382,27)	(148.887,18)

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS, Emissão: 15/06/2020, às 14:05:46.

¹ Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

² O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa empenhada e as despesa liquidada.

NOTA:



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Marco-Abril

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Marco-Abril

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)			Em reais
RECEITAS PRIMÁRIAS		PREVISÃO ATUALIZADA	Até 2º Bimestre/2020
			RECEITAS REALIZADAS
			(a)
RECEITAS CORRENTES (I)			101.639.747,94
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		293.684.128,67	13.909.817,79
IPTU		70.783.260,00	4.691.791,42
ISS		29.832.840,00	5.269.131,32
ITBI		17.973.300,00	760.580,58
ITR		3.794.580,00	2.461.715,51
IRRF		9.800.000,00	2.726.598,96
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		9.382.540,00	4.106.261,74
Contribuições		4.691.411,00	9.868.403,96
Receita Patrimonial		3.475.953,00	9.823.858,62
Aplicações Financeiras (II)		2.401.653,00	44.545,34
Outras Receitas Patrimoniais		1.074.300,00	60.062.249,16
Transferências Correntes		176.768.044,24	9.931.019,53
Cota-Parte do FPM		30.868.000,00	15.142.042,47
Cota-Parte do ICMS		43.630.708,00	3.408.232,24
Cota-Parte do IPVA		10.440.000,00	1.555,34
Cota-Parte do ITR		75.850,00	0,00
Transferências da LC 87/1996		217.700,00	0,00
Transferências da LC 61/1989		619.200,00	181.924,23
Transferências do FUNDEB		52.179.141,00	18.133.402,02
Outras Transferências Correntes		38.737.445,24	13.264.073,33
Demais Receitas Correntes		37.965.460,43	11.693.015,29
Outras Receitas Financeiras (III)		4.000,00	542,94
Receitas Correntes Restantes		37.961.460,43	11.692.472,35
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)		291.278.475,67	91.815.346,38
RECEITAS DE CAPITAL (V)		59.858.824,00	4.810.618,79
Operações de Crédito (VI)		33.467.883,00	2.366.031,57
Anotação de Empréstimos (VII)		892.850,00	87.349,09
Alienação de Bens		1.273.573,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)		0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)		0,00	0,00
Outras Alienações de Bens		1.273.573,00	0,00
Transferências de Capital		24.224.518,00	2.357.238,13
Convênios		18.545.934,00	671.211,75
Outras Transferências de Capital		5.678.584,00	1.686.026,38
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)		0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias		0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XD) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)		25.498.091,00	2.357.238,13
RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL (XII) = (IV + XD)		316.776.566,67	94.172.584,51

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até 2º Bimestre/2020			
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR
					PROCESSADOS PAGOS
					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
					RESULTADO PAGOS
					PAGOS

Identificador: WPR3671101-3370-SNFN-329929730 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

Página 1 / 3



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

	(a)	(b)	(c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	285.779.829,31	1.608.651,86	4.277.351,73
Pessoal e Encargos Sociais	168.460.503,90	52.259.684,86	8.795,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	746.648,00	160.795,00	0,00
Outras Despesas Correntes	116.572.677,41	23.871.290,61	4.268.556,73
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	285.033.181,31	1.608.651,86	4.277.351,73
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	97.832.353,90	5.670.920,31	3.907.719,38
Investimentos	94.311.913,90	4.831.454,18	3.907.719,38
Inversões Financeiras	773.108,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	135.000,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	638.108,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	2.747.332,00	839.466,13	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	94.950.021,90	543.801,99	3.907.719,38
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	300.000,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	380.283.203,21	2.152.453,85	8.185.071,11
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]	142.622.785,00	0,00	2.872.629,90

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	1.912.666,62

JUROS NOMINAIS	Até 2º Bimestre/2020
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	9.814.221,73
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	160.795,00
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	12.526.056,63



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	ABAIXO DA LINHA	
	Em 31/Dez/2019 (a)	Até 2º Bimestre (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	7.584.319,06	3.657.816,76
DEDUÇÕES (XXIX)	48.764.476,08	57.259.686,13
Disponibilidade de Caixa ¹	43.625.172,83	51.798.846,23
Disponibilidade de Caixa Bruta	52.407.579,13	57.256.578,23
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	8.782.406,30	5.457.732,00
Demais Haveres Financeiros	5.139.303,25	5.460.839,90
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	(41.180.157,02)	(53.601.869,37)
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		12.421.712,35

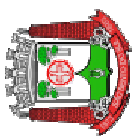
AJUSTE METODOLÓGICO	Até 2º Bimestre/2020
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	3.324.674,30
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	9.097.038,05
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	(556.388,68)

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	52.226.639,69

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Emissão: 15/06/2020, às 14:11:06.

¹ Essa linha não deverá apresentar saldo negativo, portanto, se o total dos Restos a Pagar Processados for maior que o total da Disponibilidade de Caixa Bruta, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero"

NOTA:



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

PREÇO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)														Em Real
PODER/ÓRGÃO	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidades	Pagos	Cancelados	Saldo	Saldo Total	I = (+k)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2019				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2019							
		(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b)-(c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g)-(h+i)		
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	Executivo	1.093.939,16	4.487.686,91	2.152.453,85	0,00	3.429.172,22	323.863,11	10.498.157,79	8.398.311,31	61.937,82	2.575.011,97	6.004.184,19		
	Empresa Municipal de Habitação	0,00	377,65	377,65	0,00	0,00	0,00	12.083,17	6.788,42	1,82	5.292,93	5.292,93		
	Fundação Cultural de São Bento do Sul	0,00	9.827,77	9.827,77	0,00	0,00	0,00	6.118,77	5.748,07	0,00	370,70	3.094,27		
	Fundação Municipal de Desportos	244.794,55	21.106,98	21.106,98	0,00	244.794,55	24.205,45	2.686.898,98	7.999,39	0,00	136.186,44	380.980,99		
	Fundo Municipal de Saúde	83.000,00	394.566,28	153.566,28	0,00	324.000,00	0,00	350.117,50	244.343,18	0,00	139.584,48	463.584,48		
	Gabinete do Prefeito	0,00	1.081,07	1.081,07	0,00	0,00	6.631,16	122.550,41	49.164,37	49.164,37	0,00	80.017,20	80.017,20	
	IPRESBS	0,00	1.899,30	8.699,30	0,00	84.000,00	0,00	4.030,61	784,00	0,00	3.246,61	87.246,61		
	Procuradoria	21.000,00	71.699,30	248.065,15	0,00	5.000,00	0,00	158.597,91	82.141,68	0,18	76.456,05	81.456,05		
	Secretaria Municipal de Administração	2.000,00	251.065,15	94.562,70	0,00	74.500,00	0,00	25.823,50	25.823,50	0,00	0,00	74.500,00		
	Secretaria Municipal de Agricultura	23.500,00	145.062,70	45.805,43	0,00	168.500,00	641,18	244.059,47	192.519,15	4.304,91	47.876,59	216.376,59		
	Secretaria Municipal de Assistência Social	45.500,00	168.805,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01		
	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo	0,00	24.362,75	21.362,75	0,00	3.000,00	0,00	559.402,19	330.685,92	3,42	228.712,85	231.712,85		
	Secretaria Municipal de Educação	592.766,94	2.328.392,81	737.159,75	0,00	2.184.000,00	32.131,38	1.254.709,48	1.108.097,83	27.310,01	215.530,10	2.399.530,10		
	Secretaria Municipal de Finanças	0,00	869,12	869,12	0,00	0,00	0,00	10.918,27	10.914,35	3,92	0,00	0,00		
	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	51.500,00	238.936,29	55.936,29	0,00	234.500,00	0,00	668.129,61	374.186,86	321.367,44	0,00	346.762,17	581.262,17	
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	27.500,00	186.004,95	109.004,95	0,00	104.500,00	64.376,48	643.091,79	345.998,29	283.484,75	26,19	423.957,33	528.457,33		
SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00		
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	Executivo	2.377,67	576.593,06	576.593,06	0,00	2.377,67	15.777,70	3.740.632,22	3.068.484,85	0,83	687.924,24	690.301,91		
	Fundação Cultural de São Bento do Sul	1.820.194,21	1.380.586,02	1.380.586,02	0,00	1.820.194,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.820.194,21		
	Fundação Municipal de Desportos	0,00	26.311,11	26.311,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	Gabinete do Prefeito	0,00	5.523,25	5.523,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	IPRESBS	0,00	7.427,30	7.427,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	Procuradoria	0,00	2.570,05	2.570,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	Secretaria Municipal de Administração	0,00	2.955,13	2.955,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	Secretaria Municipal de Agricultura	0,00	655.633,74	655.633,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	Secretaria Municipal de Assistência Social	0,00	10.698,16	10.698,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo	0,00	45.211,87	45.211,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	Secretaria Municipal de Educação	0,00	7.431,55	7.431,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	Secretaria Municipal de Finanças	1.820.194,21	521.680,40	521.680,40	0,00	1.820.194,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.820.194,21		
	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	0,00	21.679,92	21.679,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	0,00	44.395,51	44.395,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	TOTAL (III) = (I + II)	2.914.133,37	5.868.272,93	3.533.039,87	0,00	5.249.366,43	323.863,11	10.498.157,79	8.398.311,31	8.185.071,11	61.937,82	2.575.011,97	7.824.378,40	

NOTA: FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Emissão: 15/06/2020, às 14:09:16.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)				RS 1,00	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)				RECEITAS REALIZADAS	
				Até 2º Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
PREVISÃO INICIAL				PREVISÃO ATUALIZADA (a)	
1- RECEITAS DE IMPOSTOS				61.705.720,00	13.225.398,85
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU				29.837.840,00	4.696.324,93
1.1.1- IPTU				25.005.000,00	3.916.534,96
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU				4.832.840,00	779.789,97
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI				3.794.580,00	760.580,58
1.2.1- ITBI				3.784.500,00	760.580,58
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI				10.280,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS				17.973.300,00	5.269.131,32
1.3.1- ISS				16.972.500,00	5.037.300,86
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS				1.000.800,00	231.830,46
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF				10.100.000,00	2.499.362,02
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS				106.715.935,00	35.831.189,23
2.1- Cota-Parte FPM				38.060.000,00	12.413.774,31
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b				35.960.000,00	12.413.774,31
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d				0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e				2.100.000,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS				54.538.385,00	18.927.552,63
2.3- ICMS Desoneração - L.C. n°87/1996				217.700,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação				774.000,00	227.405,29
2.5- Cota-Parte ITR				75.850,00	1.944,13
2.6- Cota-Parte IPVA				13.050.000,00	4.260.512,87
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro				0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)				168.421.655,00	49.056.588,08



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

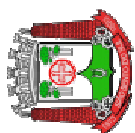
Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

RECEITA ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 2º Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	14.000,00	14.000,00	516,79	3,69
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	6.460.986,00	6.460.986,00	2.370.745,53	36,69
5.1- Transferências do Salário-Educação	4.975.945,00	4.975.945,00	1.800.363,21	36,18
5.2- Transferência Diretas do PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferência Diretas do PNAE	1.394.641,00	1.394.641,00	540.563,00	38,76
5.4- Transferência Diretas do PNATE	24.000,00	24.000,00	10.048,05	41,87
5.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	66.400,00	66.400,00	19.771,27	29,78
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.150.984,00	1.150.984,00	671.211,75	58,32
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	7.625.970,00	7.625.970,00	3.042.474,07	39,90

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 2º Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	20.864.477,00	20.864.477,00	7.166.415,42	34,35
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	7.192.000,00	7.192.000,00	2.482.754,78	34,52
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	10.907.677,00	10.907.677,00	3.785.510,16	34,71
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	154.800,00	154.800,00	45.481,06	29,38
10.5- Cota-Parte ITR Destinados ao FUNDEB - (20% de 2.5)	2.610.000,00	2.610.000,00	388,79	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	52.259.141,00	52.259.141,00	852.280,63	32,65
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	52.179.141,00	52.179.141,00	18.142.266,96	34,72
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	18.133.402,02	34,75
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	31.314.664,00	31.314.664,00	8.864,94	11,08
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	31.314.664,00	31.314.664,00	10.966.986,60	35,02
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	31.314.664,00	31.314.664,00	10.966.986,60	35,02
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR3691101-3370-FNLS-328831297 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

Pág 2 / 6



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até 2º Bimestre	%	Até 2º Bimestre	%
		(d)	(e)	(f) = (e/d)x100	(g)	(h) = (g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	36.139.541,00	36.139.541,00	12.859.542,23	35,58	12.854.340,19	35,57
13.1- Com Educação Infantil	17.926.733,00	17.926.733,00	5.697.722,68	31,78	5.692.537,42	31,75
13.2- Com Ensino Fundamental	18.212.808,00	18.212.808,00	7.161.819,55	39,32	7.161.802,77	39,32
14- OUTRAS DESPESAS	16.119.600,00	16.119.600,00	5.585.427,74	34,65	5.585.427,74	34,65
14.1- Com Educação Infantil	5.804.520,00	5.804.520,00	3.723.733,90	64,15	3.723.733,90	64,15
14.2- Com Ensino Fundamental	10.315.080,00	10.315.080,00	1.861.693,84	18,05	1.861.693,84	18,05
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	52.259.141,00	52.259.141,00	18.444.969,97	35,30	18.439.767,93	35,29

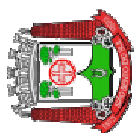
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB		VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB		0,00
16.1- FUNDEB 60%		0,00
16.2- FUNDEB 40%		0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		0,00
17.1- FUNDEB 60%		0,00
17.2- FUNDEB 40%		0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)		0,00

INDICADORES DO FUNDEB		VALOR
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)		18.439.767,93
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério I ((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100)%		70,85
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100)%		30,79
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %		(1,64)

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTES		VALOR
20- RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS		0,00
21- DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020		0,00

Identificador: WPR3691101-3370-FNLB-329831297 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

Pág 3 / 6



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB		DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Até 2º Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até 2º Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)				
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	33.195.889,00	12.420.707,87	37,42	11.986.097,61	36,11
22.1- Creche	33.195.889,00	12.420.707,87	37,42	11.986.097,61	36,11
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	33.195.889,00	9.421.456,58	30,70	9.416.271,32	39,68
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	23.731.253,00	2.999.251,29	31,69	2.569.826,29	27,15
22.2- Pré-Escola	9.464.636,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	41.257.115,00	12.352.647,23	29,94	11.675.637,51	28,30
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	28.527.888,00	9.023.513,39	31,63	9.023.496,61	31,63
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	12.729.227,00	3.329.133,84	26,15	2.652.140,90	20,84
24- ENSINO MÉDIO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	1.267.000,00	227.108,95	17,92	77.310,71	6,10
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	75.722.004,00	25.000.464,05	33,02	23.739.045,83	31,35
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					10.966.986,60
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB					0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					0,00
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)					9.510,08
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)					10.976.496,68
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))					12.685.238,44
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%					25,86



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

OUTRAS INFORMACOES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADA (h) = (g/d)x100	
			Ale 2º Bimestre (e)	(f) = (e/d)x100		
8- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICACAO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
9- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUICAO SOCIAL DO SALARIO-EDUCACAO	5.035.945,00	5.035.945,00	2.704.385,12	53,70	819.962,81	
10- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERACOES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
11- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.426.406,00	3.426.406,00	1.501.885,94	43,83	544.280,68	
12- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38+ 39 + 40 + 41)	8.462.351,00	8.462.351,00	4.206.271,06	49,71	1.364.243,49	
13- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCACAO (28 + 42)	84.184.355,00	84.184.355,00	29.206.735,11	34,69	25.103.289,32	
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2020 (f)
14- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE					4.200.911,89	9.510,08
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino					2.016.911,89	9.510,08
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB					2.184.000,00	0,00



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária **DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE** **Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Abril de 2020 / Bimestre Março-Abril

	VALOR	
	FUNDEB (b)	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	4.342.786,04	2.840.877,53
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário)	18.133.402,02	1.800.363,21
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	18.320.577,69	1.036.258,69
47.1 (-) Orçamento do Exercício	18.093.625,62	618.319,87
47.2 (-) Restos a Pagar	226.952,07	417.938,82
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	8.864,94	18.883,12
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	4.164.475,31	3.623.865,17
50- (+) AJUSTES	307.741,87	2.570,29
50.1 (+) Retenções	0,00	0,00
50.2 (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3 (+) Outros valores extrorçamentários	0,00	0,00
50.4 (+) Conciliação Bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	4.472.217,18	3.626.435,46

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM. Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Emissão: 15/06/2020, às 14:35:29.

1. A linha "19.1" refere-se aos limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2. A linha "21" refere-se ao Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."
3. Caput do artigo 212 da CF/1988.
4. A linha "33" refere-se aos valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5. A linha "37" refere-se aos limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6. Nas linhas "35" e "36", nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7. A coluna "TNSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" será apresentada somente no último bimestre.

NOTA:

Identificador: WPF3691101-3370-RNLB-329831297 - Emitido por: SERGIO RICARDO PEREIRA

Pág 6 / 6

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL**EXTRATO DO CONTRATO Nº07/2020**

Publicação Nº 2524920

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Largo Hugo Fischer, 33 – Centro

Fone/Fax: (47) 3635-6079

89.280-364 – SÃO BENTO DO SUL – SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 7/2020

DA ESPÉCIE: Contrato de prestação de serviços, que entre si celebram a FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL e a EMPRESA TRANSPORTES COLETIVOS RAINHA LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a FORNECIMENTO DE PASSES PARA FUNCIONÁRIOS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL PARA O PERÍODO DE JUNHO A OUTUBRO DE 2020, CONFORME PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 9/2020, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

VALOR TOTAL: R\$ 4.560,00 (quatro mil quinhentos e sessenta reais).

DA VIGÊNCIA: até 05 de outubro de 2020.

São Bento do Sul, 15 de junho de 2020.

Ass: MÁRCIO BROSOWSKY, pela Fundação Cultural.

FLÁVIO HENRIQUE DE OLIVEIRA LIMA, pela contratada.

EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 9/2020

Publicação Nº 2524909

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2020

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

OBJETO: FORNECIMENTO DE VALE-TRANSPORTE PARA FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL, PARA O PERÍODO DE JUNHO DE 2020 A OUTUBRO DE 2020.

CONTRATADO: TRANSPORTES COLETIVOS RAINHA LTDA

VALOR: R\$ 4.560,00 (quatro mil quinhentos e sessenta reais)

SÃO BENTO DO SUL, 08 de junho de 2020.

MARLA HUEBL KAISER

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

MÁRCIO BROSOWSKY

DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação por meio de inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: FORNECIMENTO DE VALE-TRANSPORTE PARA FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL, PARA O PERÍODO DE JUNHO DE 2020 A OUTUBRO DE 2020.

II – Contratado: TRANSPORTES COLETIVOS RAINHA LTDA

III - Característica da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a inexigibilidade de licitação se baseia no CAPUT do Artigo 25 da Lei 8.666/93, onde é inviável a competição. Faz-se necessária a compra de passes para os funcionários públicos municipais que atuam na Fundação Cultural de São Bento do Sul, conforme Lei nº 397, de 17 de setembro de 2002, a qual "Institui o vale-transporte aos servidores públicos da administração municipal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências".

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a única concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano em São Bento do Sul, escolhida através do processo licitatório nº 85/96, modalidade concorrência pública e contratada por meio do contrato nº 166/96, de 25/07/1996, com prazo permissionário previsto de 20 (vinte) anos, prorrogado conforme Aditivo Contratual nº 065/2020 e anteriores, firmados entre o Município de São Bento do Sul e a empresa Nivaldo Stoeberl & Cia Ltda atualmente denominada Transportes

Coletivos Rainha Ltda., sendo, portanto, inviável a competição.

V - Justificativa do Preço: o valor de R\$ 4,75 (quatro reais e setenta e cinco centavos) por passe fornecido justifica-se, visto que o parágrafo único da Cláusula Sexta do Contrato nº 166/96 dispõe:

“Parágrafo Único: As tarifas a serem cobradas serão aprovadas pelo poder permitente, e os reajustes das mesmas serão precedidas de estudo específico, levando-se em conta, entre outros fatores, a depreciação geral do veículo, as despesas médias de conservação e manutenção, inclusive substituição de peças e acessórios, contribuições de previdência social, custo do combustível e lubrificantes, sendo assegurada a justa remuneração do capital”. O valor atual da Tarifa do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros para o município de São Bento do Sul foi instituída pelo Decreto Municipal nº 1.770 de 08 de maio de 2020, sendo, portanto, impraticável pesquisa de mercado, pois o valor cobrado está de acordo com a normativa citada.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Diretor-Presidente da Fundação Cultural, Sr. MÁRCIO BROSOWSKY.

MARLA HUEBL KAISER
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ratifico a justificativa e determino a publicação no Diário Oficial dos Municípios e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

MÁRCIO BROSOWSKY
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL

São Bernardino

PREFEITURA

CONTRATO Nº 36/2020

Publicação Nº 2525570

CONTRATO Nº 36/2020

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pela Coordenadora o Sr. AGOSTINHO LUZZI, brasileiro, casado, portador do CPF 657.838.919-91, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid S/N, na cidade de São Bernardino-SC, doravante denominado FUNDO, e a Empresa DELMA ELOI BITTENCOURT DA SILVA, Pessoa jurídica, de direito privado, sito a AV. PROGRESSO 528, 528, na cidade de Nova Itaberaba - SC, inscrita no CNPJ sob nº 91416065000178, neste ato representado por seu sócio gerente, o Sr. DELMA ELOI BITTENCOURT DA SILVA, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na cidade de Nova Itaberaba - SC, inscrita no CPF nº 295.585.650-91, doravante denominado CONTRATADA, de comum, resolvem contratar o objeto pelas seguintes cláusulas que segue:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SELEÇÃO DE PESSOAL, ATRAVÉS DE PROCESSO SELETIVO, PARA CONTRATAÇÃO DE PSICÓLOGA (O) E AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, ATRAVÉS DE EMPREGO PÚBLICO, PARA ATUAR JUNTO AO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS E NA UNIDADE DE SAÚDE.

CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS:

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Processo Licitatório nº 36/2020, Modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços.

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	R\$ Unit.	R\$ Total
2	1,00	Und	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SELEÇÃO DE PESSOAL, ATRAVÉS DE PROCESSO SELETIVO, PARA CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, ATRAVÉS DE EMPREGO PÚBLICO, PARA ATUAR JUNTO A UNIDADE DE SAÚDE, COMPREENDENDO: ORGANIZAÇÃO, ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO, CORREÇÃO DAS PROVAS E ENTREGA DE RESULTADOS.	800,00	800,00
TOTAL					800,00

O valor total do contrato é de R\$ 800,00 (oitocentos reais), sendo nos preços acima estão incluídos fretes, tributos e demais custos.

II - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, mediante a execução, entrega dos materiais e fornecimento de Nota Fiscal emitida pela contratada, da seguinte forma:

EM DUAS PARCELAS

III - Da Vigência:

A Vigência deste contrato é do período de 16/06/2020 até 31/12/2020, havendo interesse do Município o mesmo poderá ser aditado mediante realização de termo aditivo, nos termos regulamentados no Art. 57 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993), além das hipóteses previstas na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

IV - Do reajustamento:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, consolidada.

V - Da atualização.

A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimentos da obrigação), até o efetivo pagamento, será calculado tomando-se por base a variação do IPCR (índice de preços ao consumidor série r) ou outro índice que vier à substituir.

VI - Das compensações financeiras:

a) - Do desconto por antecipação de pagamento:

O Município poderá negociar descontos para antecipação do pagamento dos materiais.

b) - O desconto não poderá ultrapassar o limite da adimplência do objeto contratado, condicionando a comprovação de ganhos reais para o Fundo.

c) - Do desconto por atraso na entrega do objeto:

O Município descontará o percentual de 0,3 % (zero, três por cento) do valor contratado a cada dia de atraso na entrega do objeto ou proporcional se a entrega for parcelada.

VII - Da Dotação Orçamentária.

Para fazer frente as despesas decorrentes deste contrato serão utilizados recursos previstos no 2.008.3390.00 - 1002 - 3/2020 - Manutenção da Saúde Pública . A CONTRATADA declara ter examinado em detalhe a documentação objeto do presente contrato e possuir condições de executá-lo dentro da melhor técnica.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

I - Efetuar a entrega dos materiais, após solicitação por parte do FUNDO.

II - Fornecer ao FUNDO sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre os produtos contratados enquanto estiverem na garantia e/ou prazo de validade.

III - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que incidirem sobre os materiais contratados.

IV - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os materiais contratados em qualquer esfera.

V - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 36/2020 Modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços.

VI - Fornecer produtos de primeira qualidade e garantia de fábrica.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO:

I - Fiscalizar e controlar os materiais contratados.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 36/2020 Modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços.

CLAUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 36/2020, modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - As comunicações entre as partes, em relação a assuntos deste contrato, poderão ser formalizadas por escrito, e-mail, ou por qualquer meio de comunicação, porém quando efetuadas por escrito, será efetuado em duas vias, sendo uma destinada ao Fornecedor, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

III - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883 de 08 de Junho de 1994.

IV - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

V - Poderá o MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

VI - Fica por desde já, designado o Sr. Agostinho Luzzi, Secretário da Saúde, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente contrato, a qualquer momento, poderá ser rescindido por mútuo consenso, ou conveniência administrativo, não lhe sendo devido qualquer valor, a título de indenização, ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei 8.666/93, por culpa do Fornecedor, ficam estabelecidas a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

Presume-se culpa do Fornecedor a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supramencionado.

CLAUSULA SÉTIMA - DO FORO:

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do Art. 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Bernardino-SC, em 16 de Junho de 2020.

AGOSTINHO LUZZI

Coordenador do Fundo Municipal de Saúde

DELMA ELOI BITTENCOURT DA SILVA

Contratado

RUDIMAR BORCIONI

OAB/SC – 15.411

Assessor Jurídico

Testemunhas:-----

CONTRATO Nº 98/2020

Publicação Nº 2525574

CONTRATO Nº 98/2020

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa DELMA ELOI BITTENCOURT DA SILVA, Pessoa jurídica, de direito privado, sito a AV. PROGRESSO 528, 528, na cidade de Nova Itaberaba - SC, inscrita no CNPJ sob nº 91416065000178, neste ato representado por seu sócio gerente, o Sr. DELMA ELOI BITTENCOURT DA SILVA, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na cidade de Nova Itaberaba - SC, inscrita no CPF nº 295.585.650-91, doravante denominado CONTRATADA, de comum, resolvem contratar o objeto pelas seguintes cláusulas que segue:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SELEÇÃO DE PESSOAL, ATRAVÉS DE PROCESSO SELETIVO, PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR (A) COM LICENCIATURA EM: PEDAGOGIA, ARTES, INGLES E INFORMÁTICA, E CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS PARA ATUAR JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS:

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Processo Licitatório nº 36/2020, Modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços.

II – Da forma de Execução e do valor:

Os serviços contratados deverão ser fornecidos parceladamente, conforme necessidade do Município, sendo, que o valor dos mesmos, obedecerá à tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	R\$ Unit.	R\$ Total
1	1,00	Und	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SELEÇÃO DE PESSOAL, ATRAVÉS DE PROCESSO SELETIVO, PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR(A) COM LICENCIATURA EM: PEDAGOGIA, ARTES, INGLES E INFORMÁTICA, E DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS PARA ATUAR JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ATRAVÉS DO REGIME ESTATUTÁRIO, COMPREENDENDO: ORGANIZAÇÃO, ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO, CORREÇÃO DAS PROVAS E ENTREGA DE RESULTADOS.	1.750,00	1.750,00
3	1,00	Und	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SELEÇÃO DE PESSOAL, ATRAVÉS DE PROCESSO SELETIVO, PARA CONTRATAÇÃO DE PSICÓLOGA(O) , ATRAVÉS DE EMPREGO PÚBLICO, PARA ATUAR JUNTO AO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS, COMPREENDENDO: ORGANIZAÇÃO, ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO, CORREÇÃO DAS PROVAS E ENTREGA DE RESULTADOS.	500,00	500,00
				TOTAL	2.250,00

O valor total do contrato é de R\$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinq-enta reais), sendo que nos preços acima, estão incluídos fretes, tributos e demais custos.

II - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, mediante a execução e entrega dos serviços e fornecimento de Nota Fiscal, emitida pela contratada, da seguinte forma:

EM DUAS PARCELAS**III - Da Vigência:**

A Vigência deste contrato é do período de 16/06/2020 até 31/12/2020, havendo interesse do Município o mesmo poderá ser aditado mediante realização de aditivo, nos termos regulamentados no Art. 57 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993), além das hipóteses previstas na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

IV - Do reajustamento:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, consolidada.

V - Da atualização.

A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimentos da obrigação), até o efetivo pagamento, será calculado tomando-se por base a variação do IPCR (índice de preços ao consumidor série r) ou outro índice que vier à substituir.

VII - Da Dotação Orçamentária.

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato serão utilizados recursos previstos no 2.016.3390.00 - 1001 - 41/2020 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 2.045.3390.00 - 1000 - 101/2020 - Manutenção do Programa CRAS/PAINF . A CONTRATADA declara ter examinado em detalhe a documentação objeto do presente contrato e possuir condições de executá-lo dentro da melhor técnica.

VIII - Das compensações financeiras:

a) - O Município descontará o percentual de 1% (um por cento) do valor a cada dia de atraso na entrega após emissão da ordem de fornecimento.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

I - Iniciar os serviços na data estabelecida pela Prefeitura, obedecendo a ordem de serviços emitida pelo órgão Municipal competente.

II - Permitir que os prepostos do Município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos Serviços.

III - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o andamento dos serviços.

IV - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e providenciárias.

V - Formar o quadro de pessoal necessário a execução dos serviços objeto contratado, pagando os salários, e demais despesas inerentes.

VI - O presente Contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a Constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

VII - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços contratados, em qualquer esfera.

VIII - É de responsabilidade da contratada possíveis danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado, bem como custo para a reparação dos mesmos.

IX - Manter o Município permanentemente informado sobre o andamento dos serviços e sua qualidade e orientações técnicas relacionados com o objeto contratado.

X - Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, em relação as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XI - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 36/2020, Modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar desde o início, até a aceitação definitiva do objeto contratado.

II - Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações.

III - Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

IV - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 36/2020, Modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços.

CLAUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto, sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

II - Ocorrendo modificações e/ou alterações no objeto, o ajuste, será efetuado mediante termo aditivo.

III - As comunicações entre as partes, em relação a assuntos deste contrato, poderão ser formalizadas por escrito, e-mail, ou por qualquer meio de comunicação, porém quando por escrito, será efetuado em duas vias, sendo uma destinada ao Contratado, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

IV - A fiscalização e o controle aludidos na cláusula terceira, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do Município, nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumida.

V - Os casos omissos a este contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93, conforme o caso.

VI - Ficam fazendo parte integrante do presente as cláusulas fixadas no Processo Licitatório nº 36/2020, Modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços.

VII - O presente será juntado aos autos do Processo Licitatório nº 36/2020, Modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços, bem como, no mesmo, serão registradas todas as ocorrências e decididos as controvérsias administrativas.

VII - Fica por desde já, designada a Sra. ROZILEI TEREZINHA FRITZEN, portadora do CPF nº 021.826.479-88, Secretária da Educação Cultura e Esportes, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente contrato, a qualquer momento, poderá ser rescindido por mútuo consenso, ou conveniência administrativa, não lhe sendo devido qualquer valor, a título de indenização, ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei 8.666/93, por culpa do contratado, fica estabelecida a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

Presume-se culpa do contratado a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supra mencionado.

CLAUSULA SÉTIMA - DO FORO:

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do Art. 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Bernardino-SC, em 16 de Junho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

DELMA ELOI BITTENCOURT DA SILVA
Contratado

RUDIMAR BORCIONI
Assessor Jurídico
OAB-SC 15.411

Testemunhas: _____

CONTRATO Nº 99/2020

Publicação Nº 2525660

CONTRATO Nº 99/2020

O Município de SÃO BERNARDINO-SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa EMILY NICOLE DE SOUZA 05687353909, inscrita no CNPJ nº 30246901000129, localizada na RUA SAO VICENTE DE PAULA, 999, na cidade de Chapecó - SC, neste ato representado pela Sra. EMILY NICOLE DE SOUZA, brasileira, residente e domiciliado na RUA SAO VICENTE DE PAULA, 999, na Cidade Chapecó, inscrito no CPF sob nº 056.873.539-09, neste ato contratual simplesmente denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE DOIS PAINÉIS EM ACM, COM ENCAIXE DE CORES, ESTRUTURA EM TUBO GALVANIZADO, COM LETREIROS, ILUMINAÇÃO COM MÓDULOS LED ESPELHANDO NO PAINEL, INSTALADOS, PARA IDENTIFICAÇÃO DO NÚCLEO ESCOLAR ALDINO LEO SCHEID E DA CRECHE MUNICIPAL JOÃO CLAUDIO BEVILAQUA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE DOIS PAINÉIS EM ACM, COM ENCAIXE DE CORES, ESTRUTURA EM TUBO GALVANIZADO, COM LETREIROS, ILUMINAÇÃO COM MÓDULOS LED ESPELHANDO NO PAINEL, INSTALADOS, PARA IDENTIFICAÇÃO DO NÚCLEO ESCOLAR ALDINO LEO SCHEID E DA CRECHE MUNICIPAL JOÃO CLAUDIO BEVILAQUA, do aqui denominado Fornecedor, PREGÃO PRESENCIAL o qual foi vencedor dos itens "01 e 02", do Processo Licitatório 39/2020 modalidade PREGÃO PRESENCIAL, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 39/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
------	-------	-------	---------------	-------	-----------	-----------

1	1,00	Und	PAINEL EM ACM COM ENCAIXE DE CORES TAMANHO 4,80M X 0,70M, ESTRUTURA EM TUBO GALVANIZADO 20 X 30MM. 15 LETRAS CAIXA EM ACM GRANDES MEDINDO 27CM ALTURA X LARGURA PROPORCIONAL CAIXA DA LETRA MEDINDO 4CM. ILUMINAÇÃO COM MÓDULOS DE LED ESPELHANDO NO PAINEL. TIMER PARA PROGRAMAÇÃO DE ACIONAMENTO DA ENERGIA. 20 LETRAS CAIXA EM ACM PEQUENAS MEDINDO 15CM ALTURA X LARGURA PROPORCIONAL CAIXA DA LETRA MEDINDO 3CM, ILUMINAÇÃO COM MÓDULOS DE LED ESPELHANDO NO PAINEL. TIMER PARA PROGRAMAÇÃO DE ACIONAMENTO DA ENERGIA. 1 LOGO EDUCAÇÃO MEDINDO 26,5 CM ALTURA X 26 CM DE LARGURA, CAIXA MEDINDO 4 CM, FRENTE ACRÍLICO COM ADESIVO IMPRESSÃO DIGITAL, ILUMINAÇÃO INTERNA DE LED. 1 BRASÃO MUNICÍPIO MEDINDO 31 CM ALTURA X 26 CM DE LARGURA CAIXA MEDINDO 4 CM. FRENTE EM ACRÍLICO COM ADESIVO IMPRESSÃO DIGITAL. ILUMINAÇÃO INTERNA DE LED. COM ESCRITO CRECHE MUNICIPAL JOÃO CLÁUDIO BEVILAQUA.	RECAL	3.769,92	3.769,92
2	1,00	Und	PAINEL EM ACM COM ENCAIXE DE CORES TAMANHO 6,00 M X 0,80 M, ESTRUTURA EM TUBO GALVANIZADO 20X30MM, COM 13 LETRAS CAIXA EM ACM GRANDES MEDINDO 31 CM DE ALTURA X LARGURA PROPORCIONAL CAIXA DA LETRA MEDINDO 4 CM. ILUMINAÇÃO COM MÓDULOS DE LED ESPELHANDO NO PAINEL, TIMER PARA PROGRAMAÇÃO DE ACIONAMENTO DA ENERGIA. 15 LETRAS CAIXA EM ACM PEQUENAS MEDINDO 22 CM ALTURA X LARGURA PROPORCIONAL CAIXA DA LETRA MEDINDO 3CM. ILUMINAÇÃO COM MÓDULOS DE LED ESPELHANDO NO PAINEL, TIMER PARA PROGRAMAÇÃO DE ACIONAMENTO DA ENERGIA. 1 LOGO EDUCAÇÃO MEDINDO 58 CM DE ALTURA X 57 CM DE LARGURA, CAIXA MEDINDO 4 CM, FRENTE EM ACRÍLICO COM ADESIVO IMPRESSÃO DIGITAL, ILUMINAÇÃO INTERNA DE LED. 1 BRASÃO DO MUNICÍPIO MEDINDO 55 CM DE ALTURA X 67 CM DE LARGURA CAIXA MEDINDO 4 CM, FRENTE EM ACRÍLICO COM ADESIVO IMPRESSÃO DIGITAL, ILUMINAÇÃO INTERNA DE LED. COM ESCRITO NÚCLEO ESCOLAR ALDINO LÉO SCHEID.	RECAL	5.385,60	5.385,60
Total						9.155,52

O valor total do contrato é de R\$ 9.155,52 (nove mil cento e cinquenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), assim distribuído pelas Secretarias Municipais, nas seguintes dotações orçamentárias:

2.015.3390.00 - 1001 - 63/2020 - Manutenção da Creche 2.016.3390.00 - 1001 - 41/2020 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado avista, em moeda corrente nacional mediante a entrega dos equipamentos, conforme solicitação da Prefeitura Municipal, aqui denominado Município.

IV - Da vigência:

A vigência do presente contrato será de 16/06/2020 até 31/12/2020, ficando sua eficácia condicionada a publicação do mesmo no Mural



Público Municipal conforme determina o Artigo 73 da Lei Orgânica do Município, podendo o mesmo ser prorrogado através da realização de termo aditivo. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Do Reajustamento e atualização:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

VI - Das compensações financeiras:

a) - O Município poderá negociar descontos para antecipação do pagamento.

b) - O desconto não poderá ultrapassar o limite da adimplência do objeto contratado, condicionando a comprovação de ganhos reais para o Município.

c) - O Município descontará do fornecedor o percentual de 0,3 % (zero, três por cento) do valor do produto a cada dia de atraso na entrega após solicitação do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

I - Efetuar a entrega dos equipamentos ora contratados conforme solicitação por parte do Município.

II - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre os equipamentos contratados enquanto estiverem na garantia e/ou prazo de validade.

III - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que coincidirem sobre os equipamentos contratados.

IV - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os equipamentos ora contratado em qualquer esfera.

V - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 39/2020 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

VI - Fornecer equipamentos de primeira qualidade e com garantia de fábrica.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar dos equipamentos contratados.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 39/2020, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizados recursos previstos no Orçamento de 2020 da Prefeitura Municipal de São Bernardino-SC, nos Projetos Atividades conforme consta inciso II da Cláusula Segunda deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 39/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99.

III - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

IV - Cabe ao MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

V - Fica por desde já, designada a Sra. ROZILEI TEREZINHA FRITZEN, portadora do CPF nº 021.826.479-88, Secretária da Educação Cultura e Esportes, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal. E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino SC, 16 de Junho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal
Município

EMILY NICOLE DE SOUZA
Fornecedor

RUDIMAR BORCIONI
OAB/SC/Nº 15.411
Assessor Jurídico

Testemunhas: _____

DECRETO Nº 157/2020

Publicação Nº 2524927

DECRETO Nº 157/2020 DE 04/06/2020

	DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2019 E NO ORÇAMENTO 2020 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei nº 1.312/2020 de 04/06/2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica realizada a abertura de Crédito Especial no valor de R\$ 149.140,00 (cento e quarenta e nove mil cento e quarenta reais) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Manutenção da Saúde Pública

VALOR =====> R\$ 55.140,00 (cinquenta e cinco mil cento e quarenta reais)

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão

VALOR =====> R\$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Especial, no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 149.140,00 (cento e quarenta e nove mil cento e quarenta reais), serão utilizados recursos proveniente da tendência de excesso previsto para o exercício financeiro de 2020 do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino – SC.

Art. 3º - Fica realizada a abertura de Crédito Especial no valor de R\$ 149.140,00 (cento e quarenta e nove mil cento e quarenta reais), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2019, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.284/2019 de 04/09/2019 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Manutenção da Saúde Pública

VALOR =====> R\$ 55.140,00 (cinquenta e cinco mil cento e quarenta reais)

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão

VALOR =====> R\$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Especial, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2019, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.284/2019 de 04/09/2019 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 149.140,00 (cento e quarenta e nove mil cento e quarenta reais), serão utilizados recursos proveniente da tendência de excesso previsto para o exercício financeiro de 2020 do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino – SC.

Art. 5º - Fica realizada a abertura de Crédito Especial no valor de R\$ 149.140,00 (cento e quarenta e nove mil cento e quarenta reais), no Orçamento Financeiro de 2020, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.299/2019 de 18/12/2019, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria da Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.000.0000.0.000.000 – Saúde

10.301.0000.0.000.000 – Atenção Básica

10.301.0012.0.000.000 – Saúde é Vida

10.301.0012.2.008.000 – Manutenção da Saúde Pública

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.71.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1401 - Transferência Recursos Emenda Parlamentar Individual SUS - Incremento PAB.

..... R\$ 55.140,00

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria da Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.000.0000.0.000.000 – Saúde

10.301.0000.0.000.000 – Atenção Básica

10.301.0012.0.000.000 – Saúde é Vida

10.301.0012.2.028.000 – Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.71.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1401 - Transferência Recursos Emenda Parlamentar Individual SUS - Incremento PAB.
..... R\$ 94.000,00

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Especial, no Orçamento Financeiro de 2020, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.299/2019 de 18/12/2019, na ordem de R\$ 149.140,00 (cento e quarenta e nove mil cento e quarenta reais), serão utilizados recursos proveniente da tendência de excesso previsto para o exercício financeiro de 2020 do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino – SC.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 04 de Junho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 161/2020

Publicação Nº 2524930

DECRETO Nº 161/2020 DE 10/06/2020

	DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2019 E NO ORÇAMENTO 2020 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o inciso II do § 1º, do Art. 43 da Lei 4.320/64 e inciso I da letra "C", do Art. 5º da Lei nº 1.299/2019 de 18/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 250.860,00 (duzentos e cinquenta mil oitocentos e sessenta reais) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Manutenção da Saúde Pública

VALOR =====> R\$ 134.860,00 (cento e trinta e quatro mil oitocentos e sessenta reais)

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Manutenção do Programa Medicamento ao Cidadão

VALOR =====> R\$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 250.860,00 (duzentos e cinquenta mil oitocentos e sessenta reais), serão utilizados recursos proveniente da tendência de excesso de arrecadação para o exercício financeiro de 2020 do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino - SC.

Art. 3º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 250.860,00 (duzentos e cinquenta mil oitocentos e sessenta reais), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2019, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.284/2019 de 04/09/2019 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Manutenção da Saúde Pública

VALOR =====> R\$ 134.860,00 (cento e trinta e quatro mil oitocentos e sessenta reais)

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Manutenção do Programa Medicamento ao Cidadão

VALOR =====> R\$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Adicional Suplementar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2019, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.284/2019 de 04/09/2019 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 250.860,00 (duzentos e cinquenta mil oitocentos e sessenta reais), serão utilizados recursos proveniente da tendência de excesso de arrecadação para o exercício financeiro de 2020 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 5º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 250.860,00 (duzentos e cinquenta mil oitocentos e

sessenta reais), no Orçamento Financeiro de 2020, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.299/2019 de 18/12/2019, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria de Saúde
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde
 10.000.0000.0.000.000 – Saúde
 10.302.0000.0.000.000 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
 10.302.0012.0.000.000 – Saúde é Vida
 10.302.0012.2.008.000 – Manutenção da Saúde Pública
 3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
 3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1401 - Transferência Recursos Emenda Parlamentar Individual SUS - Incremento PAB.
 R\$ 134.860,00

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria de Saúde
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde
 10.000.0000.0.000.000 – Saúde
 10.302.0000.0.000.000 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
 10.302.0012.0.000.000 – Saúde é Vida
 10.302.0012.2.028.000 – Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão
 3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
 3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1401 - Transferência Recursos Emenda Parlamentar Individual SUS - Incremento PAB.
 R\$ 116.000,00

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Financeiro de 2020, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.299/2019 de 18/12/2019, na ordem de R\$ 250.860,00 (duzentos e cinquenta mil oitocentos e sessenta reais), serão utilizados recursos proveniente da tendência de excesso de arrecadação para o exercício financeiro de 2020 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 159/2020 de 04/06/2020.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 10 de Junho de 2020.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
 Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
 Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 218/2020

Publicação Nº 2525702

PORTARIA Nº 218/2020 DE 15/06/2020

	CONCEDE AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORATIVAS PRESENCIAIS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal, Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97 e Decreto 108 de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder afastamento das atividades laborativas presenciais a servidora pública municipal Sra. ELIANE CECILIA PIPPER HOLDE-FER, ocupante do cargo de Professor com Licenciatura, matrículas 399/01 e 399/09, em razão de pertencer a grupo de risco do coronavírus, conforme declaração de grupo de risco emitida pela médica Dra. Karine Krindges (CRM/SC 27432), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 15 de junho de 2020.
--

ADELI JOSÉ RIFFEL
 Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINÉ GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda**PORTARIA Nº 219/2020**

Publicação Nº 2525706

PORTARIA Nº 219/2020 DE 15/06/2020

	CONCEDE AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORATIVAS PRESENCIAIS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal, Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97 e Decreto 108 de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder afastamento das atividades laborativas presenciais a servidora pública municipal Sra. MAIARA SCHNEIDER, ocupante do cargo de Professor com Licenciatura, matrícula 408/06, em razão de pertencer a grupo de risco do coronavírus, conforme declaração de grupo de risco emitida pela médica Dra. Karine Krindges (CRM/SC 27432), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina,
em 15 de junho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINÉ GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda**PORTARIA Nº 220/2020**

Publicação Nº 2525709

PORTARIA Nº 220/2020 DE 16/06/2020

	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal, Sr. RONALDO ANTONIO DA SILVA, ocupante do cargo de Sub Diretor, matrícula nº 575/02 - 40hs semanais, licença para tratamento de saúde no período de 09/06/2020 a 21/06/2020 (13 dias), conforme atestados médicos da Dra. Karine Krindges (CRM/SC 27432), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 09/06/2020.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 16 de junho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINÉ GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 221/2020

Publicação Nº 2525711

PORTARIA Nº 221/2020 DE 16/06/2020

	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidora Pública Municipal, Sra. DENISE MARIA KRINDGES NETTO, ocupante do cargo de Professor Normal Superior, matrícula nº 191/01 - 20hs semanais e do cargo de Professor com Licenciatura, matrícula nº 191/05 - 20hs semanais licença para tratamento de saúde no período de 09/06/2020 a 21/06/2020 (13 dias), conforme atestados médicos da Dra. Karine Krindges (CRM/SC 27432), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 09/06/2020.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 16 de junho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 222/2020

Publicação Nº 2525712

PORTARIA Nº 222/2020 DE 16/06/2020

	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal, Sr. ANTONIO DOS SANTOS MEDEIROS, ocupante do cargo de Secretário, matrícula nº 440/03 - 40hs semanais, licença para tratamento de saúde no período de 15/06/2020 a 21/06/2020 (07 dias), conforme atestado médico da Dra. Karine Krindges (CRM/SC 27432), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 15/06/2020.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 16 de junho de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 223/2020

Publicação Nº 2525713

PORTARIA Nº 223/2020 DE 16/06/2020

	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal, Sr. CACILDO WEIZMANN, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 565/01 - 40hs semanais, licença para tratamento de saúde no período de 15/06/2020 a 21/06/2020 (07 dias), conforme atestado médico da Dra. Karine Krindges (CRM/SC 27432), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 15/06/2020.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 16 de junho de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 224/2020

Publicação Nº 2525717

PORTARIA Nº 224/2020 DE 16/06/2020

	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal, Sra. ROZINHA WEIZMANN, ocupante do cargo de Zeladora, matrícula nº 499/01 - 40hs semanais, licença para tratamento de saúde no período de 15/06/2020 a 21/06/2020 (07 dias), conforme atestado médico da Dra. Karine Krindges (CRM/SC 27432), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 15/06/2020.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 16 de junho de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 225/2020

Publicação Nº 2525720

PORTARIA Nº 225/2020 DE 16/06/2020

	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal, Sra. TATIANA MAFFISSONI, ocupante do cargo de Assistente Social, matrícula nº 364/05 - 30hs semanais, licença para tratamento de saúde no período de 15/06/2020 a 21/06/2020 (07 dias), conforme atestado médico da Dra. Karine Krindges (CRM/SC 27432), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 15/06/2020.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 16 de junho de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 39/2020

Publicação Nº 2525238

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID, 1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 23/2020 - PR Processo Administrativo: 39/2020 Processo de Licitação: 39/2020 Data do Processo: 29/05/2020
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 39/2020
b) Licitação Nr.: 23/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 16/06/2020
e) Data da Adjudicação: 16/06/2020 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE DOIS PAINÉIS EM ACM, COM ENCAIXE DE CORES, ESTRUTURA EM TUBO GALVANIZADO, COM LETREIROS, ILUMINAÇÃO COM MÓDULOS LED ESPELHANDO NO PAINEL. INSTALADOS, PARA IDENTIFICAÇÃO DO NÚCLEO ESCOLAR ALDINO LEO SCHEID E DA CRECHE MUNICIPAL JOÃO CLÁUDIO BEVILAQUA.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

EMILY NICOLE DE SOUZA 05687353909 (5454)

1	PAINEL EM ACM COM ENCAIXE DE CORES TAMANHO 4,80M X 0,70M, ESTRUTURA EM TUBO GALVANIZADO 20 X 30MM. 15 LETRAS CAIXA EM ACM GRANDES MEDINDO 27CM ALTURA X LARGURA PROPORCIONAL CAIXA DA LETRA MEDINDO 4CM. ILUMINAÇÃO COM MÓDULOS DE LED ESPELHANDO NO PAINEL. TIMER PARA PROGRAMAÇÃO DE ACIONAMENTO DA ENERGIA.	Und	1	-	3.769,92	3.769,92
	20 LETRAS CAIXA EM ACM PEQUENAS MEDINDO 15CM ALTURA X LARGURA PROPORCIONAL CAIXA DA LETRA MEDINDO 3CM, ILUMINAÇÃO COM MÓDULOS DE LED ESPELHANDO NO PAINEL. TIMER PARA PROGRAMAÇÃO DE ACIONAMENTO DA ENERGIA: 1 LOGO EDUCAÇÃO MEDINDO 26,5 CM ALTURA X 26 CM DE LARGURA, CAIXA MEDINDO 4 CM, FRENTE ACRÍLICO COM ADESIVO IMPRESSÃO DIGITAL, ILUMINAÇÃO INTERNA DE LED. 1 BRASÃO MUNICÍPIO MEDINDO 31 CM ALTURA X 26 CM DE LARGURA CAIXA MEDINDO 4 CM, FRENTE EM ACRÍLICO COM ADESIVO IMPRESSÃO DIGITAL, ILUMINAÇÃO INTERNA DE LED, COM ESCRITO CRECHE MUNICIPAL JOÃO CLÁUDIO BEVILAQUA. - Marca: RECAL					

São Bernardino, 16 de Junho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID,1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 23/2020 - PR Processo Administrativo: 39/2020 Processo de Licitação: 39/2020 Data do Processo: 29/05/2020
	Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

EMILY NICOLE DE SOUZA 05687353909 (5454).

2 PAINEL EM ACM COM ENCAIXE DE CORES TAMANHO 6,00 M X 0,80 M, ESTRUTURA EM TUBO GALVANIZADO 20X30MM, COM 13 LETRAS CAIXA EM ACM GRANDES MEDINDO 31 CM DE ALTURA X LARGURA PROPORCIONAL CAIXA DA LETRA MEDINDO 4 CM. ILUMINAÇÃO COM MÓDULOS DE LED ESPELHANDO NO PAINEL, TIMER PARA PROGRAMAÇÃO DE ACIONAMENTO DA ENERGIA. 15 LETRAS CAIXA EM ACM PEQUENAS MEDINDO 22 CM ALTURA X LARGURA PROPORCIONAL CAIXA DA LETRA MEDINDO 3CM. ILUMINAÇÃO COM MÓDULOS DE LED ESPELHANDO NO PAINEL, TIMER PARA PROGRAMAÇÃO DE ACIONAMENTO DA ENERGIA. 1 LOGO EDUCAÇÃO MEDINDO 58 CM DE ALTURA X 57 CM DE LARGURA, CAIXA MEDINDO 4 CM, FRETE EM ACRILICO COM ADESIVO IMPRESSÃO DIGITAL, ILUMINAÇÃO INTERNA DE LED. 1 BRASÃO DO MUNICIPIO MEDINDO 55 CM DE ALTURA X 67 CM DE LARGURA CAIXA MEDINDO 4 CM, FRETE EM ACRILICO COM ADESIVO IMPRESSÃO DIGITAL, ILUMINAÇÃO INTERNA DE LED. COM ESCRITO NÚCLEO ESCOLAR ALDINO LÉO SCHEID. - Marca: RECAL	Und 1 -		5.385,60	5.385,60
---	---------------	--	----------	----------

Total do Fornecedor: 9.155,52

Total Geral: 9.155,52

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (41), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (63)

São Bernardino, 16 de Junho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID,1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 23/2020 - PR Processo Administrativo: 39/2020 Processo de Licitação: 39/2020 Data do Processo: 29/05/2020
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 39/2020
b) Licitação Nr.: 23/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 16/06/2020
e) Data da Adjudicação: 16/06/2020 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE DOIS PAINÉIS EM ACM, COM ENCAIXE DE CORES, ESTRUTURA EM TUBO GALVANIZADO, COM LETREIROS, ILUMINAÇÃO COM MÓDULOS LED ESPELHANDO NO PAINEL, INSTALADOS, PARA IDENTIFICAÇÃO DO NÚCLEO ESCOLAR ALDINO LEO SCHEID E DA CRECHE MUNICIPAL JOÃO CLAUDIO BEVILAQUA.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

EMILY NICOLE DE SOUZA 05687353909 (5454)

1 PAINEL EM ACM COM ENCAIXE DE CORES TAMANHO 4,80M X 0,70M, ESTRUTURA EM TUBO GALVANIZADO 20 X 30MM. 15 LETRAS CAIXA EM ACM GRANDES MEDINDO 27CM ALTURA X LARGURA PROPORCIONAL CAIXA DA LETRA MEDINDO 4CM. ILUMINAÇÃO COM MÓDULOS DE LED ESPELHANDO NO PAINEL. TIMER PARA PROGRAMAÇÃO DE ACIONAMENTO DA ENERGIA.	Und	1	-	3.769,92	3.769,92
20 LETRAS CAIXA EM ACM PEQUENAS MEDINDO 15CM ALTURA X LARGURA PROPORCIONAL CAIXA DA LETRA MEDINDO 3CM. ILUMINAÇÃO COM MÓDULOS DE LED ESPELHANDO NO PAINEL. TIMER PARA PROGRAMAÇÃO DE ACIONAMENTO DA ENERGIA. 1 LOGO EDUCAÇÃO MEDINDO 26,5 CM ALTURA X 26 CM DE LARGURA. CAIXA MEDINDO 4 CM, FRENTE ACRÍLICO COM ADESIVO IMPRESSÃO DIGITAL. ILUMINAÇÃO INTERNA DE LED. 1 BRASÃO MUNICIPIO MEDINDO 31 CM ALTURA X 26 CM DE LARGURA CAIXA MEDINDO 4 CM. FRENTE EM ACRÍLICO COM ADESIVO IMPRESSÃO DIGITAL. ILUMINAÇÃO INTERNA DE LED. COM ESCRITO CRECHE MUNICIPAL JOÃO CLÁUDIO BEVILAQUA. - Marca: RECAL					

São Bernardino, 16 de Junho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID,1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 23/2020 - PR
	Processo Administrativo: 39/2020 Processo de Licitação: 39/2020 Data do Processo: 29/05/2020

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**EMILY NICOLE DE SOUZA 05687353909 (5454).**

2	PAINEL EM ACM COM ENCAIXE DE CORES TAMANHO 6,00 M X 0,80 M, ESTRUTURA EM TUBO GALVANIZADO 20X30MM, COM 13 LETRAS CAIXA EM ACM GRANDES MEDINDO 31 CM DE ALTURA X LARGURA PROPORCIONAL CAIXA DA LETRA MEDINDO 4 CM. ILUMINAÇÃO COM MÓDULOS DE LED ESPELHANDO NO PAINEL, TIMER PARA PROGRAMAÇÃO DE ACIONAMENTO DA ENERGIA. 15 LETRAS CAIXA EM ACM PEQUENAS MEDINDO 22 CM ALTURA X LARGURA PROPORCIONAL CAIXA DA LETRA MEDINDO 3CM. ILUMINAÇÃO COM MÓDULOS DE LED ESPELHANDO NO PAINEL, TIMER PARA PROGRAMAÇÃO DE ACIONAMENTO DA ENERGIA. 1 LOGO EDUCAÇÃO MEDINDO 58 CM DE ALTURA X 57 CM DE LARGURA, CAIXA MEDINDO 4 CM, FRETE EM ACRILICO COM ADESIVO IMPRESSÃO DIGITAL, ILUMINAÇÃO INTERNA DE LED. 1 BRASÃO DO MUNICIPIO MEDINDO 55 CM DE ALTURA X 67 CM DE LARGURA CAIXA MEDINDO 4 CM, FRETE EM ACRILICO COM ADESIVO IMPRESSÃO DIGITAL, ILUMINAÇÃO INTERNA DE LED. COM ESCRITO NÚCLEO ESCOLAR ALDINO LÉO SCHEID. - Marca: RECAL	Und	1	-	5.385,60	5.385,60
---	---	-----	---	---	----------	----------

Total do Fornecedor: 9.155,52

Total Geral: 9.155,52

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (41), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (63)

São Bernardino, 16 de Junho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

São Bonifácio

PREFEITURA

DECRETO CTB Nº 40/2020

Publicação Nº 2525915

Decreto CTB Nº 040/2020

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1493/2019, de 20 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos oriundos do Excesso de Arrecadação um Crédito Suplementar no montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO BONIFÁCIO

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO BONIFACIO

15.01.10.301.0005.2.039 3.1.90.00.00.00.00.667 Aplicações Diretas R\$ 60 .000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 17 de junho de 2020.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

DECRETO CTB Nº 41/2020

Publicação Nº 2525916

Decreto CTB Nº 41/2020

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1493/2019, de 20 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos de Transferencias FNAS para o COVID 19 um Crédito Suplementar no montante de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

07.03 -FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

07.03.08.244.0006.2.010-3.1.90.00.00.00.00.0744 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

07.03.08.244.0006.2.010-3.3.90.00.00.00.00.0744 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Art. 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 17 de junho de 2020

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

DECRETO CTB Nº 42/2020

Publicação Nº 2525918

Decreto CTB Nº 12/2020

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1493, de 20 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos das Transferencias Decorrentes da Compensação Financeira – Petroleo, um Crédito Suplementar no montante de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

12 - SECRETARIA MUNICIPAL TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS

12.01.15.451.0008.2.024-3.3.90.00.00.00.00.00.0700 - Aplicações Diretas R\$ 46.000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 17 de junho de 2020.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

DECRETO CTB Nº 43/2020

Publicação Nº 2525919

Decreto CTB Nº 08/2020

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1493, de 20 de novembro de 2019

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta um Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no montante de R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais) para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DO TURISMO E CULTURA

09.01 - Secretaria Municipal do Turismo e Cultura

09.01.027.695.0003.2.020 – 3.1.90.00.00.00.000.00 R\$ 68.000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 17 de junho de 2020.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

DECRETO CTB Nº 44/2020

Publicação Nº 2525920

Decreto CTB Nº 044/2020

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 28.700,00 (vinte e oito mil, setecentos reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1493/2019, de 20 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos oriundos do Excesso de Arrecadação, Recursos Transferidos da União destinados a Ações de Saúde, COVID 19, Lei 173/2020, um Crédito Suplementar no montante de R\$ 28.700,00 (vinte e oito mil, setecentos reais) para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO BONIFÁCIO

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO BONIFACIO

15.01.10.301.0005.2.039 3.1.90.00.00.00.00.3081 Aplicações Diretas R\$ 28.700,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 17 de junho de 2020.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

DECRETO CTB Nº 45/2020

Publicação Nº 2525921

Decreto CTB Nº 45/2020

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 412,00 (quatrocentos e doze reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1493, de 20 de novembro de 2019

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta do Excesso de Arrecadação, Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde e Assistência Social - COVID 19 - LEI 173, um Crédito Suplementar no montante de R\$ 412,00 (quatrocentos e doze reais) para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

13 – ENCARGOS GERAIS

13.01.28.845.0000.0.2031 -3.3.90.00.00.00.00.00.3079 - Aplicações Diretas R\$ 412,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 17 de junho de 2020

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

DECRETO CTB Nº 46/2020

Publicação Nº 2525922

Decreto CTB Nº 46/2020

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1493/2019, de 20 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos de Transferências FNAS para o COVID 19 um Crédito Suplementar no montante de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

07.03 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

07.03.08.244.0006.2.010-3.1.90.00.00.00.00.3079 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Art. 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 17 de junho de 2020

Ricardo de Souza Carvalho

DECRETO CTB Nº 47/2020

Publicação Nº 2525924

Decreto CTB Nº 47/2020

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.090,00 (três mil e noventa reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1493, de 20 de novembro de 2019

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta do Excesso de Arrecadação, Recursos transferidos da União, Auxílio Emergencial- COVID 19 - LEI 173, um Crédito Suplementar no montante de R\$ 3.090,00 (três mil e noventa reais), para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada: 13 – ENCARGOS GERAIS

13.01.28.845.0000.0.2031 -3.3.90.00.00.00.00.00.3080 - Aplicações Diretas R\$ 3.090,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 17 de junho de 2020

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

DECRETO CTB Nº 48/2020

Publicação Nº 2525925

Decreto CTB Nº 48/2020

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 308.000,00 (trezentos e oito mil reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1493/2019, de 20 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos oriundos do Excesso de Arrecadação, Recursos transferidos da União - COVID 19 - LEI 173/2020, um Crédito Suplementar no montante de R\$ 308.000,00 (trezentos e oito mil reais), para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.01.04.122.0001.2.003-3.1.90.00.00.3080 – Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

04.01.04.123.0001.2.004-3.1.90.00.00.3080 – Aplicações Diretas R\$ 148.000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 17 de julho de 2020

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

São Carlos

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL N. 032/2020 - ADM

Publicação N° 2526046

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 032/2020 - ADM	
Processo Adm. n°:	074/2020 - ADM
Dispensa de Licitação n°:	010/2020 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
Objeto :	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO 0KM TIPO VAN, PARA TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME CONVÊNIO 2020TR000083, PROPOSTA SIGEFWEB N. 22.995/2019.
Valor :	R\$ 144.200,00 (cento e quarenta e quatro mil e duzentos reais).
Vigência :	31/12/2020
Recursos :	1.025.4490.00 - 62 - 123/2020 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DESTINADOS AS ATIVIDADES EDUCACIONAIS; 1.025.4490.00 - 1 - 122/2020 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DESTINADOS AS ATIVIDADES EDUCACIONAIS.
SÃO CARLOS/SC, 09 DE JUNHO DE 2020.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

São Cristóvão do Sul

PREFEITURA

ANDAMENTO LICITAÇÃO 21/2016

Publicação Nº 2525885

AVISO DE ANDAMENTO DE LICITAÇÃO

OBJETO: Edital de Processo Licitatório nº 21/2016 – Pregão Presencial nº 10/2016.

O Município de São Cristóvão do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita sob CNPJ nº 95.991.261/0001-27,

CONSIDERANDO:

1. Que no ano de 2016 o Município de São Cristóvão do Sul publicou edital que tem por objeto o “Fornecimento de licença de uso em caráter não permanente, instalação, manutenção treinamento e suporte técnico para sistema de informatização de Gestão Pública para a Administração direta e indireta do Município de São Cristóvão do Sul/SC”.
2. Que em primeiro plano, reuniram-se no dia 14/06/2016, às 14:00, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, o pregoeiro, e mais duas empresas interessadas no objeto da licitação. A par disso, disputaram as empresas Betha Sistemas Ltda e Pública Informática Ltda o pregão presencial nº 10.
3. Que quando iniciou a fase de habilitação da impetrante, foi verificado que no envelope não constava a Certidão Negativa Municipal do Município de São Cristóvão do Sul (item 8.2.i.). De imediato, o pregoeiro indeferiu a proposta e passou a verificar a documentação do outro licitante.
4. Que diante do indeferimento da proposta a empresa Pública Informática impetrou mandado de segurança contra o ato praticado pelo pregoeiro do Município, o qual tramitou perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Curitiba, autos nº 301988-15.2016.8.24.0022.
5. Que após a interposição de recurso por parte do Município, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina reformou a sentença de primeiro grau, denegando a segurança pleiteada pela empresa Pública Informática.
6. A necessidade de continuidade do processo licitatório anteriormente suspenso pela decisão judicial, a qual foi reformada.

Assim, diante do exposto, vimos pela presente Notificar aos interessados que o Edital de Processo Licitatório nº 21/2016 – Pregão Presencial nº 10/2016 terá andamento conforme edital.

São Cristóvão do Sul, 16 de junho de 2020.

TONIEL DA SILVA
Pregoeiro

São Domingos

PREFEITURA

DECRETO Nº 1131, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2525700

DECRETO Nº 1131, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

REGULAMENTA A APLICAÇÃO DE MULTAS POR DESCUMPRIMENTO DO CONTIDO NO DECRETO Nº 1130, DE 10 DE JUNHO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto n. 1065 de 17 de março de 2020, que implementava ações, no âmbito do Município, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 525, de 24 de março de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação para aplicação de multa prevista no artigo 1130/2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, enquanto perdurar a pandemia, órgão de fiscalização denominado VISAMAIS, sob a coordenação da Vigilância Sanitária em âmbito municipal, ao qual incumbirá a fiscalização ostensiva das determinações legais de enfrentamento da pandemia do COVID-19, emitidas pelo Município de São Domingos e pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

§1º As ações de fiscalização serão executadas por servidores de todas as Secretarias Municipais, conforme a necessidade, incumbindo ao gestor de cada pasta indicar servidores para a formação do órgão de fiscalização, os quais atuarão como fiscais em todo e qualquer espaço público ou privado, sendo legitimados a impor as sanções previ

§2º A designação de que trata o parágrafo anterior será concretizada mediante portaria.

§3º Além da função fiscalizatória, cabe aos servidores temporariamente investidos da função a orientação de caráter pedagógico aos cidadãos.

Art. 2º A partir de 22/06/2020, a infração decorrente do descumprimento às determinações do presente decreto, conforme o caso, sujeitará o infrator ao pagamento de:

I - multa, no valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais), aplicada à empresa, qualquer que seja a sua forma de constituição ou enquadramento de porte, bem como aos empresários individuais e microempreendedores individuais, em cujo estabelecimento for constatado o descumprimento das obrigações do art. 1º, do Decreto nº 1130, alusivas ao uso obrigatório de máscaras;

Art. 3º No caso de reincidência a penalidade de multa será aplicada de imediato através do auto de imposição de penalidade.

Art. 4º Em caso de reincidência específica, as penalidades previstas no Artigo 4º do Decreto 1130, e I do caput deste artigo serão aplicadas em dobro.

Art. 5º A comprovação do descumprimento das determinações previstas no presente decreto poderá se dar por imagens, vídeos e todo e qualquer meio a disposição dos cidadãos, os quais servirão como embasamento para a fixação da penalidade.

Art. 6º A administração municipal disponibilizará número de telefone específico para denúncias e envio das mídias referidas no parágrafo anterior.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos-sc, 16 de junho de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra

Paula Natana Comachio
Secretária de Administração e Fazenda

LEI Nº 1887 DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524851

LEI Nº 1887 DE 15 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS DROGARIAS E FARMÁCIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o horário de funcionamento das drogarias e farmácias no município de São Domingos, que ficarão sujeitas aos seguintes horários:

I - De segunda a sexta-feira das 07:30 às 12:00 e 13:00 às 20:00 horas;

II - Nos sábados das 7:30 às 12:00 horas;

III - Nos dias 24 e 31 de dezembro, sendo dia útil, será das 07:30 às 12:00 e 13:00 às 18:00 horas.

§ 1º Semanalmente 1 (uma) das drogarias e farmácias ficará obrigada a cumprir regime de plantão, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, em horário especial de 24:00 (vinte e quatro horas) diárias, sendo que as demais drogarias e farmácias fecharão conforme horários fixados nos incisos I e II deste artigo.

I - Das 22:30 (vinte e duas horas e trinta minutos) as 7:30 (sete horas e trinta minutos) do dia seguinte, os plantonistas estão obrigados a atender somente com receita médica ou situação de emergência.

II - Os plantões começarão às 07:30 do sábado até às 07:30 do sábado subsequente, com intervalos das 12:00 às 13:00 horas.

§ 2º A escala de funcionamento dos plantões será organizada pela Secretaria Municipal de Saúde, via ato administrativo competente, devendo as demais drogarias e farmácias identificar de forma visível qual o plantonista do dia.

I - A escala de Plantão deverá ser comunicado o Centro de Saúde Santa Paulina com antecedência.

II - Na impossibilidade da realização do plantão, poderá ocorrer a troca com outra drogaria ou farmácia, de comum acordo, desde que seja comunicada a Secretaria Municipal de Saúde, demais drogarias e farmácias e o Centro de Saúde Santa Paulina, com 3 (três) dias de antecedência.

a) O comunicado deve ser feito oficialmente e devidamente protocolado na Secretaria Municipal de Saúde.

b) O comunicado deverá conter a assinatura/concordância da drogaria ou farmácia que fará a permuta.

III - Quando da abertura de nova drogaria ou farmácia, entrará no final da próxima escala de plantão.

§ 3º A municipalidade facultará às drogarias e farmácias, que em comum acordo, apresentem escala de plantão à Secretaria Municipal de Saúde, no prazo de 5 (cinco) dias após a publicação desta Lei.

§ 4º Será facultado ao proprietário que possua mais de uma drogaria ou farmácia, fazer plantão na drogaria ou farmácia de sua preferência, fazendo assim mais de um plantão por escala no mesmo estabelecimento.

Art. 2º No caso de descumprimento das disposições presentes ou recebimento de denúncia, o infrator será notificado, e imediatamente será instaurado processo administrativo, o qual deverá respeitar a ampla defesa e contraditório.

§ 1º Se constatada afronta efetiva à lei, punido com multa de 1.000 (um mil) UFM's, além de suspensão do alvará pelo período de 30 (trinta) dias.

§ 2º No caso de reincidência no cometimento da infração, a multa será aplicada em dobro, além de o infrator ter o alvará de localização e funcionamento suspenso por um período de 60 (sessenta) dias.

§ 3º Será informado as Vigilâncias Estadual e Municipal quanto a suspensão do alvará.

Art. 3º A penalidade pecuniária será judicialmente executada se, imposta de forma regular e pelos meios hábeis, o infrator se recusar a satisfazê-la no prazo de 30 (trinta) dias após a sua intimação.

Parágrafo único. A multa não paga no prazo regular será inscrita na dívida ativa, acrescida de juros e a devida correção monetária.

Art. 4º O processo administrativo para apurar os fatos de que trata o artigo 2º, será conduzido por Comissão especialmente designada, formada por 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde, 1 (um) representante da:

Secretaria Municipal de Administração e 1 (um) representante do Legislativo Municipal.

Parágrafo único. Os representantes serão indicados, respectivamente:

I - Representante da Secretaria Municipal de Saúde, pelo Secretário Municipal de Saúde;

II - Representante da Secretaria Municipal de Administração pelo Secretário Municipal de Administração;

III - Representante do Legislativo Municipal pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 5º Instaurado o processo disciplinar, o indiciado será citado pessoalmente, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, para ser interrogado sobre os fatos, podendo reservar-se o direito de se manter em silêncio.

§ 1º Esquivando-se o indiciado da citação, será o fato declarado por 2 (duas) testemunhas, e dar-se a prosseguimento ao processo disciplinar a sua revelia. Se citado, deixar de comparecer, o processo também seguirá.

§ 2º Comparecendo o indiciado, assumirá o processo no estágio em que se encontrar.

Art. 6º Após o interrogatório o indiciado será intimado do prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia, em que poderá juntar documentos, solicitar diligências e arrolar testemunhas, no número máximo de 3 (três).

Art. 7º Na oitiva das testemunhas, primeiro serão ouvidas as indicadas na denúncia e as de interesse da comissão, sendo por último as arroladas pela defesa.

Parágrafo único. O indiciado ou seu defensor, se tiver, será intimado da data e horário da audiência, podendo se fazer presente e participar.

Art. 8º Concluída a instrução do processo, o indiciado ou seu defensor, se tiver, será intimado para no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentar alegações finais.

Parágrafo único. Encerrado o prazo, a comissão emitirá relatório conclusivo no prazo de 10 (dez) dias, manifestando-se quanto a procedência ou não da acusação, e no primeiro caso, sugerindo ao Secretário Municipal de Saúde a penalidade a ser aplicada.

Art. 9º O Secretário Municipal de Saúde decidirá o caso.

§ 1º Sendo pela aplicação de penalidade, tomará as medidas cabíveis para o cumprimento.

§ 2º Da decisão que aplicar penalidade, em 10 (dez) dias, poderá ser apresentado recurso dirigido ao Prefeito Municipal, de cuja decisão, procedida de parecer emitido pela Assessoria Jurídica, encerra a instância administrativa.

Art. 11 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos, 15 de junho de 2020.

ELIEZE COMACHIO
PREFEITA MUNICIPAL

São João Batista

PREFEITURA

DECRETO Nº 3971/2020

Publicação Nº 2526023

DECRETO 3.971/2020

Autorizada a Procuradora-Geral do Município a representar o Município de São João Batista nas Escrituras Públicas de Caução de Lotes em Loteamentos.

Considerando que a Lei Orgânica Municipal em seu art. 67, V, atribuí competência à Procuraria-Geral do Município, em representar o ente público, em nome do Prefeito, em Juízo e fora dele;

Considerando o art. 16, VIII, da Lei Municipal nº 3729/2017, o qual estabelece que cabe a Procuradoria-Geral do Município, realizar acordos judiciais e extrajudiciais em nome do Município, desde que haja autorização expressa do Prefeito Municipal;

Considerando que a mesma lei prevê a possibilidade de delegação de competências, em seu art. 7º, situação também prevista na Lei Orgânica Municipal em seu art. 67, parágrafo único;

Considerando a necessidade de promover a agilidade e descentralização de algumas atividades administrativas;

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 67, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a Procuradora-Geral do Município, servidora NEIVA CORDEIRO, matrícula funcional nº 9730, a representar o Município de São João Batista nas Escrituras Públicas de Caução de Lotes em Loteamentos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 16 de junho de 2020

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 3977/2020

Publicação Nº 2526020

Lei Municipal 3.977, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Autoriza a transferência de modalidade de aplicação no valor de R\$ 500.000,00.

O Prefeito do Município de São João Batista faz saber que a Câmara aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para as seguintes modalidades de aplicação:

05 – SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

0501 – SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

15.452.0006.2.066 – Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)

06 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO

0601 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO

22.661.0007.2.089 – Incentivo a Instalações de Novas Empresas

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da anulação parcial da seguinte modalidade de aplicação:

14 – ENCARGOS GERAIS

1401 – ENCARGOS GERAIS

28.843.0000.0.093 – Amortização do Principal e Encargos da Dívida

4.6.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicação Direta

Valor – R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista - SC, 15 de junho de 2020.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL N° 3978/2020

Publicação N° 2526022

Lei Municipal 3.978, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Transforma o feriado de 24 de junho (Padroeiro Municipal), previsto no art. 1º, da Lei Municipal n. 221, de 29 de junho de 1971, que dispõe sobre as datas que são consideradas feriados municipais, em ponto facultativo, com efeitos apenas para o corrente ano.

O Prefeito do Município de São João Batista faz saber que a Câmara aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei: Art.1º Fica transformado em ponto facultativo, o feriado de 24 de junho (Padroeiro do Município), previsto no artigo 1º, da Lei Municipal n. 221, de 29 de junho de 1971, a qual dispõe sobre as datas que são consideradas feriados no Município de São João Batista, excepcionalmente neste ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João Batista - SC, 16 de junho de 2020.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 006/FMAS/2020 - INEXIGIBILIDADE N° 001/FMAS/2020

Publicação N° 2525341

PROCESSO LICITATÓRIO 006/FMAS/2020 - INEXIGIBILIDADE N° 001/FMAS/2020

O Fundo Municipal da Assistência Social de São João Batista, inscrito no CNPJ nº 11.588.933/0001-68, neste ato representado por Rosane Sartori Rosa, Secretária Municipal de Assistência Social, nomeada pelo Decreto Funcional 64/2018, comunica que inexigiu o processo licitatório conforme:

PROCESSO LICITATÓRIO 006/FMAS/2020 - Inexigibilidade 001/FMAS/2020.

OBJETO: Acolhimento institucional de longa permanência para "M. F.", "M. de L. C.", "M. da C." e "S. da S." do município de São João Batista, SC;

CONTRATADA: Cagere Casa Assistencial Ltda, inscrita no CNPJ nº 19.354.317/0001-54, com sede na Rua Professor Francisco Bodenmuller, nº 100, casa A, Centro, município de Brusque, SC – CEP 88.353-145;

VALOR GLOBAL: R\$ 238.164,00 (duzentos e trinta e oito mil cento e sessenta e quatro reais), a serem pagos em 12 parcelas mensais de R\$ 19.847,00 (dezenove mil oitocentos e quarenta e sete reais), mediante apresentação de nota fiscal.

DESPESA: A despesa decorrente da presente contratação correrá por conta do orçamento do Fundo Municipal da Assistência Social, conforme segue: (57) 3.3.90.39.53.00.00.00.00.00; (15) 3.3.90.39.53.00.00.00.00.

BASE LEGAL: Artigo 25, caput, da Lei 8.666/93.

São João Batista, 16 de junho de 2020.

Rosane Sartori Rosa
Secretária Municipal de Assistência Social

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/FMAS/2020

Publicação Nº 2524808

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/7

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SAO JOAO BATISTA**Processo Nº.: 3/2020****PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 3/2020****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 3/2020**

No dia 16 do mês de Junho do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SAO JOAO BATISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.588.933/0001-68, com sede administrativa localizada na RUA TIBURCIO TAURINO BOZZANO, 210, bairro JARDIM SÃO PAULO, CEP nº. 88240-000, nesta cidade de São João Batista/SC, representado pelo(a) seu titular infra firmado, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 3/2020, Processo Licitatório nº. 3/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO FUTURA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL PARA AS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELOS SETORES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
17153	CARLA CRISINA CANDIDO 10296363979	11
17154	ELISVANDIA MATTOS DONINI	5, 6
367	SUPER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelos Decretos Municipais nº. 3378 (pregão) e nº. 2153 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CARLA CRISINA CANDIDO 10296363979	35.285.737/0001-82		-
ELISVANDIA MATTOS DONINI	13.547.970/0001-53		-
SUPER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	12.970.750/0001-75		-

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO FUTURA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL PARA AS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELOS SETORES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 367 - SUPER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CONDICIONADOR PARA CABELO 500 ML.	UN	CONDICIONA	100,000	8,4100	841,00
2	CREME DENTAL 90G.	UN	CREME DENT	150,000	1,2600	189,00
3	DESODORANTE ROLON 50 ML.	UN	ROLL ON	150,000	6,6400	996,00
4	ESCOVA DE CABELO COM CERDAS DE NYLON.PONTAS PROTETORAS QUE NÃO AGRIDEM O COURO CABELUDO, COM CABO GRANDE, IDEAL PARA PENTEAR TODOS OS TIPOS DE CABELO.	UN	ESCOVA CAB	50,000	13,4100	670,50
7	PENTE PARA CABELO COM DENTES LARGOS, CABO GRANDE, QUE PERMITAM A CRIANÇA E O ADULTO USAREM COM FACILIDADE, MATERIAL PLÁSTICO.	UN	PENTE PARA	50,000	4,3100	215,50
8	SABONETE CORPORAL EM BARRA 90G.	UN	SABONETE	200,000	1,3500	270,00
9	SHAMPOO PARA CABELO 500 ML.	UN	SHAMPOO	100,000	7,0700	707,00
10	TOALHA DE BANHO CLARA, TAM.1,40CMX70CM, COMPOSIÇÃO 100% ALGODÃO	UN	TALHA BANHO	50,000	19,2900	964,50

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SAO JOAO BATISTA

Página: 2/7

Processo Nº.: 3/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 3/2020

Fornecedor: 17153 - CARLA CRISINA CANDIDO 10296363979

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	TOALHA DE ROSTO CLARA, TAMANHO 45CMX 70CM. COMPOSIÇÃO 100% ALGODÃO	UN	TOALHA DE F	50,000	10,6300	531,50

Fornecedor: 17154 - ELISVANDIA MATTOS DONINI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	ESCOVA DE DENTE COM CERDAS EM NYLON, TAMANHO APROXIMADAMENTE DE 15 A 17CM.	UN	MEDFIO	150,000	0,9800	147,00
6	FIO DENTAL	UN	HIGIX	50,000	2,8900	144,50

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da mesma, sem a possibilidade de prorrogação.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 3/7

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SAO JOAO BATISTA**Processo Nº.: 3/2020****PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 3/2020****CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/7

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SAO JOAO BATISTA**Processo Nº.: 3/2020****PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 3/2020****5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SAO JOAO BATISTA

Página: 5/7
Processo Nº.: 3/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 3/2020

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, de acordo com o especificado na Autorização de Fornecimento.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SAO JOAO BATISTA

Página: 6/7
Processo Nº.: 3/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 3/2020

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 7/7

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SAO JOAO BATISTA**Processo N°.: 3/2020****PREGÃO ELETRÔNICO N°. 3/2020****CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 16 de Junho de 2020.

Assinatura do Responsável

Empresas Participantes:

CARLA CRISINA CANDIDO 10296363979

CNPJ: 35.285.737/0001-82 _____

ELISVANDIA MATTOS DONINI

CNPJ: 13.547.970/0001-53 _____

SUPER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ: 12.970.750/0001-75 _____

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 02/2020

Publicação Nº 2525798

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2020

PARTES: Câmara de Vereadores e Elias Niehues Gasparin ME

ORIGEM: Dispensa de licitação 01/2020

OBJETO: "Contratação de empresa especializada para instalação e fornecimento de películas para as janelas do prédio da Câmara de Vereadores de São João do Oeste."

VALOR: 1.562,10

PRAZO: 16.06.2020 até 31.07.2020

São João do Oeste – 16 de junho de 2020

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

AVISO PRAZO PARA RECURSO PROCESSO 22/2020 TP 02/2020 FME

Publicação Nº 2525484

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE PRAZO PARA RECURSO

Processo Licitatório 22/2020

Edital de Tomada de Preços Nº 02/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada visando à execução de reforma e pintura das unidades escolares: Centro de Educação Boa vista, Centro de Educação Infantil Direitos Humanos, Escola Jurema Hugem Palma, Escola Jarbas Amarante Ferreira e Centro de Educação Infantil Filomena Martorano Vieira Rodrigues com recursos do FNDE.

A Prefeitura Municipal de São Joaquim, por intermédio de sua Comissão de Licitações comunica que abre-se prazo para recurso referente ao processo supra citado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar desta publicação.

São Joaquim SC, 17 de junho de 2020

Comissão de Licitação

PORTARIA Nº 330/2020

Publicação Nº 2525890

PORTARIANº 330/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 07 (sete) dias, por Falecimento de seu Pai, conforme apresentação de Certidão de óbito a servidora RAQUEL OLIVEIRA NUNES, ocupante do cargo de Pedagoga, a contar do dia 13/06/2020 até o dia 19/06/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 13 de junho de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 16 de junho de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 331/2020

Publicação Nº 2525891

PORTARIANº 331/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 05 (cinco) dias por Falecimento de seu pai, conforme apresentação de Certidão de óbito a servidora RITA DE CASSIA NUNES, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, a contar do dia 13/06/2020 até o dia 17/06/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 13 de junho de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 16 de junho de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2020 SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO CONFORME LEI 4.589/2018.

Publicação Nº 2525575

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM-SC****CNPJ: 82.561.093/0001-98****Secretaria Municipal de Administração****EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2020 PARA CONTRATAÇÃO
EM CARÁTER TEMPORÁRIO CONFORME LEI 4.589/2018.**

AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, conforme **Lei nº 4.589/2018** torna pública a abertura de **CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2020**, destinado ao preenchimento de vaga temporária para o quadro de pessoal do Município de São Joaquim, conforme quadro abaixo, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde.

Cabe ressaltar que a vaga pertinente ao quadro da Secretaria Municipal de Saúde é em razão da necessidade de suprir às demandas no serviço do **Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)**, sendo esta vaga vinculada a licença gestação da servidora **Nathalia Zandonadi Telles (até 10/08/2020)**.

Salienta-se ainda, que no momento não há servidores em cadastro de reserva para tal cargo. Devido à urgência temporal, não há possibilidade para espera de realização de Processo Seletivo e em obediência aos **Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa** se impõe a presente **CHAMADA PÚBLICA** objetivando a continuidade dos serviços públicos serem prestados a população.

A coordenação técnica administrativa da **Chamada Pública nº 003/2020** será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, Setor de Recursos Humanos, e Secretaria Municipal de Saúde.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A Chamada Pública tem por objetivo a contratação de **pessoal por tempo determinado**, para suprir a falta de profissionais quando não houver candidatos aprovados em Concurso Público e ou estiver esgotada a lista de vagas de Processo Seletivo.

1.2 A coordenação de todas as etapas da chamada pública será de responsabilidade da Secretaria Municipal da Administração.

2. DOS CARGOS E REQUISITOS

2.1 O cargo a ser provido é:

Secretaria Municipal de Saúde				
Nº de Vagas	Cargo	Habilitação Necessária	Carga Horária	Vencimento Inicial
01	Médico Psiquiatra (CAPS)	Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Nível Superior na área de Medicina, com especialização em Psiquiatria ou Saúde Mental com Registro no respectivo Órgão Fiscalizador da Profissão.	20h	R\$ 8.789,62

Fone/Fax: (49) 3233-6424 - www.saojoaquim.sc.gov.br - email : administração@
Praça João Ribeiro, 01 - Centro - Cx. Postal 11 - CEP: 88600-000 - São Joaquim - Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM-SC****CNPJ: 82.561.093/0001-98****Secretaria Municipal de Administração****2.2. Atribuições e competências:**

As atribuições e competências estão nas Leis Federais e Municipais de Planos de Cargos e Carreiras.

2.3. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;

2.3.1 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

2.3.2 - Ter aptidão física e mental;

2.3.3 - Comprovar habilitação mínima exigida pelo Edital;

2.3.4 - Carteira de Identidade;

2.3.5 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;

2.3.6 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

2.3.7 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino) até 45 anos de idade;

2.3.8 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;

2.3.9 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;

2.3.10 - Certidão de nascimento e carteirinha de vacinação dos filhos menores de 14 anos;

2.3.11 - Certidão de casamento ou união estável;

2.3.12 - 01 foto 3x4

2.3.13 - PIS/PASEP (frente e verso);

2.3.14 - Declaração de bens e rendas que constituem seu patrimônio;

2.3.15 - Declaração de inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, emprego ou função pública nas esferas federal, estadual ou municipal;

2.3.16 - Certidão negativa de antecedentes criminais

2.3.17 - Documentos comprobatórios dos requisitos do cargo.

2.3.18 - Registro no Conselho de Classe, quando for o caso.

2.4. O candidato deverá comprovar, por ocasião do contrato, o preenchimento de todos os requisitos exigidos para investidura no cargo. A não apresentação dos documentos comprobatórios exigidos desclassificará o candidato no certame.

3. DA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO:

Os interessados deverão comparecer na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SETOR DE RH, sito à Praça João Ribeiro, nº 01, Bairro Centro, **dia 22 de Junho de 2020, às 14h.**

3.1 Serão considerados como critérios de seleção e classificação dos candidatos:

1º Títulos de Especialização;

2º Maior experiência comprovada na área de atuação;

3º Maior Idade;

4º Número de filhos;

Fone/Fax: (49) 3233-6424 - www.saojoaquim.sc.gov.br – email : administração@
Praça João Ribeiro, 01 - Centro - Cx. Postal 11 - CEP: 88600-000 - São Joaquim - Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM-SC****CNPJ: 82.561.093/0001-98****Secretaria Municipal de Administração**

3.2 No ato da chamada pública, o candidato deverá apresentar os documentos originais ou cópias autenticadas, necessários para comprovação dos critérios de seleção e classificação.

3.3 Ocorrendo empate, serão considerados como critério preponderante de desempate o Maior tempo de atuação comprovada na área (experiência).

3.4 Os candidatos deverão conhecer os termos deste Edital e certificar-se de que preenchem todos os requisitos exigidos para o cargo e para a investidura de cargo no serviço público, conforme consta no item 2.3 deste edital, antes de participar da convocação.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração.

4.2 A participação dos candidatos interessados na vaga desta chamada pública apenas será permitida respeitando as orientações do uso de máscaras e distanciamento social.

GIOVANI NUNES

PREFEITO MUNICIPAL

TERESINHA GORETE GODOI VIEIRA

Secretária Municipal de Saúde

Fone/Fax: (49) 3233-6424 - www.saojoaquim.sc.gov.br – email : administração@
Praça João Ribeiro, 01 - Centro - Cx. Postal 11 - CEP: 88600-000 - São Joaquim - Santa Catarina

São José

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº136/2020

Publicação Nº 2525155

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2020 – PE 174/2019 – Processo 637/2019 – Proc. Adm. 11066/2019 – Fornecedor: KLEBER VALDE-NÉSIO DE FARIA - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE FECHADURAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, CÓPIA DE CHAVES E CONFECÇÃO E AQUISIÇÃO DE CARIMBOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIA PERTENCENTES A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 298.937,90 (duzentos e noventa e oito mil, novecentos e trinta e sete reais e noventa centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, improrrogáveis, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 03 de junho de 2020

CONTRATO CT Nº 044/2020

Publicação Nº 2525409

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 044/2020 – TP 054/2019 – Processo 648/2019 – Proc. Adm. 11649/2019 – Contratado: MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELI ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS DA RUA PAULO BASTOS, BAIRRO AREIAS EM SÃO JOSÉ/SC. Valor do Contrato: R\$ 121.741,24 (cento e vinte e um mil, setecentos e quarenta um reais e vinte e quatro centavos). Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 05 (cinco) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 03 de junho de 2020.

CONTRATO CT Nº 046/2020

Publicação Nº 2525766

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 046/2020 – PE 189/2019 – Processo n.º 676/2019 – Proc. Adm. 12181/2019 – Contratado: PAULO ALBERTO SPIECKER EIRELI. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS DE DIGITADOR E SERVENTES DE SERVIÇO BRAÇAL, OPERADOR DE ROÇADEIRA E ENCARREGADO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, VEÍCULOS E MÁQUINAS, PARA REALIZAÇÃO DA LIMPEZA URBANA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor do Contrato: R\$ 7.255.998,72 (sete milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e oito reais e setenta e dois centavos). Data da Assinatura do Contrato: 15 de junho de 2020.

DECRETO Nº 13416/2020

Publicação Nº 2525568

DECRETO Nº 13416/2020
NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada LETÍCIA DOS SANTOS para exercer o cargo de Assessor Administrativo II – CCM-2, com lotação na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, nos termos da Lei Complementar N.º 075/2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 13366/2020.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 13417/2020

Publicação Nº 2525566

DECRETO Nº 13417/2020

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado CIRILO ACÁCIO BARCELOS FILHO para o cargo de Assessor Administrativo II - CCM 2, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 13379/2020.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

EDITAL DE VESTIBULAR DE INVERNO USJ 2020

Publicação Nº 2525909

VESTIBULAR DE INVERNO USJ 2020

Devido à pandemia da COVID-19, a organização, a logística e as atividades presenciais estão limitadas, afetando o cronograma de atividades e sem garantias legais para a realização do Vestibular de Inverno USJ 2020 no formato presencial. Sendo assim, o processo acontecerá de modo totalmente informatizado e gratuito, sem envolver a aplicação de provas, e sem a realização de inscrições presenciais. Tudo será feito de modo virtual, e o que é melhor para os candidatos, sem taxa de inscrição!

Ao preencher o Formulário de Inscrição, no nosso site (usj.edu.br), o candidato informará seus dados, o curso pretendido, assim como a nota obtida no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e o ano em que o realizou. A classificação, portanto, dar-se-á pela apuração da média aritmética simples das notas obtidas no ENEM, pelos candidatos.

O momento pede alternativas mais simples, rápidas e seguras! Por isso, o Centro Universitário Municipal de São José – USJ está sempre atento às necessidades de mudanças.

CRONOGRAMA BÁSICO - Previsão

Inscrição	A partir das 14h de 17 de junho de 2020
	Até às 23h59min de 16 de julho de 2020
Data limite para a realização da inscrição	16 de julho de 2020
Divulgação da nota final preliminar	A partir das 14h de 28 de julho de 2020
Interposição de recurso referente a nota final preliminar	Das 16h de 28 de julho de 2020
	Até às 23h59min de 30 de julho de 2020
Resultado Final do Vestibular de Inverno USJ 2020	A partir das 18h de 31 de julho de 2020

EDITAL EXTERNO Nº 002/2020/USJ

VESTIBULAR DE INVERNO USJ 2020

O Reitor do Centro Universitário Municipal de São José - USJ, com sede na Rua Jair Vieira, 76, bairro Kobrasol, CEP 88102-180, em São José - SC, no uso de suas atribuições e considerando a legislação em vigor, faz saber, através do presente Edital, que estão abertas as inscrições para o Vestibular de Inverno USJ 2020 para admissão aos cursos de graduação do Centro Universitário Municipal de São José - USJ.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Da validade do Vestibular de Inverno USJ 2020

O Vestibular de Inverno USJ 2020 só é válido para a matrícula no segundo semestre letivo de 2020, nos termos deste Edital, para candidatos que tenham concluído o ensino médio até a data final de matrícula.

2. DOS CURSOS E DAS VAGAS

2.1. O número de vagas ofertadas em cada curso, com a especificação do respectivo turno de estudos, está indicado abaixo:

Curso	Turno	Vagas
Administração (1)	Noturno	40
Ciências Contábeis (2)	Noturno	40
Tecnologia de Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS) (3)	Noturno	40
Pedagogia (4)	Noturno	40

(1) Ato de reconhecimento (resolução): RECONHECIDO PELO DECRETO Nº 2.284, DE 23 DE ABRIL DE 2009, PARECER Nº 509, APROVADO EM 09 DE DEZEMBRO DE 2008, D.O.E Nº 18.590 PUBLICADO EM 23 DE ABRIL DE 2009. RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO EM 12 DE

DEZEMBRO DE 2017 PELO PARECER Nº 252/CEE/SC E RESOLUÇÃO Nº 242.

Observação: NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - TURNO NOTURNO PODERÁ TER AULAS AOS SÁBADOS NO PERÍODO MATUTINO. PARA ESSE CURSO, NESSE TURNO, OS PRIMEIROS CLASSIFICADOS NO VESTIBULAR, NO LIMITE DAS VAGAS OFERTADAS, INICIARÃO AS AULAS NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2020. 70% DA OFERTA DE VAGAS PARA CANDIDATOS QUE CONCLUÍRAM O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO EM ESCOLAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ (LEI MUNICIPAL 4.310, DE 06 DE JUNHO DE 2005). 30% DAS VAGAS PARA DEMAIS CANDIDATOS (LEI MUNICIPAL 4.310, DE 06 DE JUNHO DE 2005).

(2) Ato de reconhecimento (resolução): RECONHECIDO PELO DECRETO ESTADUAL Nº 2.137, DE 20/02/2009, COM BASE NA RESOLUÇÃO Nº 189 E NO PARECER Nº 508, APROVADO EM 09/12/2008, D.O.E Nº 18.553 PUBLICADO EM 20/02/2009. RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO EM 12/12/2017 PELO PARECER 251/CEE/SC E RESOLUÇÃO Nº 243.

Observação: NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - TURNO NOTURNO PODERÁ TER AULAS AOS SÁBADOS NO PERÍODO MATUTINO. PARA ESSE CURSO, NESSE TURNO, OS PRIMEIROS CLASSIFICADOS NO VESTIBULAR, NO LIMITE DAS VAGAS OFERTADAS, INICIARÃO AS AULAS NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2020. 70% DA OFERTA DE VAGAS PARA CANDIDATOS QUE CONCLUÍRAM O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO EM ESCOLAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ (LEI MUNICIPAL 4.310, DE 06 DE JUNHO DE 2005). 30% DAS VAGAS PARA DEMAIS CANDIDATOS (LEI MUNICIPAL 4.310, DE 06 DE JUNHO DE 2005).

(3) Ato de reconhecimento (resolução): CRIADO PELA RESOLUÇÃO CONSUNI 001/2014/USJ DE 11 DE JUNHO DE 2014 RESPALDADO PELO ART. 36 DA RESOLUÇÃO 100/2011 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011. RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO PELO PARECER CEE/SC 114E PELA RESOLUÇÃO CEE/SC Nº 068, DE 11 DE JUNHO DE 2019, HOMOLOGADA

Observação: NO CURSO DE CURSO SUPERIOR EM TECNOLOGIA DE ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - TURNO NOTURNO PODERÁ TER AULAS AOS SÁBADOS NO PERÍODO MATUTINO. PARA ESSE CURSO, NESSE TURNO, OS PRIMEIROS CLASSIFICADOS NO VESTIBULAR, NO LIMITE DAS VAGAS OFERTADAS, INICIARÃO AS AULAS NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2020. 70% DA OFERTA DE VAGAS PARA CANDIDATOS QUE CONCLUÍRAM O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO EM ESCOLAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ (LEI MUNICIPAL 4.310, DE 06 DE JUNHO DE 2005). 30% DAS VAGAS PARA DEMAIS CANDIDATOS (LEI MUNICIPAL 4.310, DE 06 DE JUNHO DE 2005).

(4) Ato de reconhecimento (resolução): RECONHECIDO PELO DECRETO 2.029, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2008, COM BASE NA RESOLUÇÃO Nº 165 E NO PARECER Nº 403, APROVADO EM 25 DE NOVEMBRO DE 2008, PUBLICADO NO DOE/SC Nº 18.511 EM 16 DE DEZEMBRO DE 2008. RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO PARECER CEE/SC Nº 115 E R

Observação: NO CURSO DE PEDAGOGIA - TURNO NOTURNO PODERÁ TER AULAS AOS SÁBADOS NO PERÍODO MATUTINO. PARA ESSE CURSO, NESSE TURNO, OS PRIMEIROS CLASSIFICADOS NO VESTIBULAR, NO LIMITE DAS VAGAS OFERTADAS, INICIARÃO AS AULAS NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2020. 70% DA OFERTA DE VAGAS PARA CANDIDATOS QUE CONCLUÍRAM O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO EM ESCOLAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ (LEI MUNICIPAL 4.310, DE 06 DE JUNHO DE 2005). 30% DAS VAGAS PARA DEMAIS CANDIDATOS (LEI MUNICIPAL 4.310, DE 06 DE JUNHO DE 2005).

2.2. Caso venha a ocorrer qualquer alteração nas informações sobre os cursos, número de vagas e turno de estudos, a Comissão Permanente de Vestibular do USJ fará divulgação das alterações até o término da inscrição.

3. DA OPÇÃO DE CURSO

3.1. Em cumprimento à Lei Municipal 4.310, de 6 de junho de 2005, o candidato optante por curso oferecido pelo Centro Universitário Municipal de São José – USJ deverá, obrigatoriamente, informar no Formulário de Inscrição se irá concorrer a 70% (setenta por cento) das vagas destinadas a candidatos que tenham cursado todas as séries/anos do Ensino Fundamental e a 1ª, 2ª e 3ª série do Ensino Médio em Escola Pública (Municipal, Estadual ou Federal) do Município de São José / SC.

3.2. A cota de 30% (trinta por cento) refere-se a candidatos que não atendem a essa especificidade.

4. DO CANCELAMENTO DE OFERTA DE CURSO

4.1. O Centro Universitário Municipal de São José - USJ reserva-se o direito de não ofertar a turma inicial de curso cujo número de candidatos inscritos seja inferior ao número de vagas.

4.2. O candidato cujo curso não for ofertado no segundo semestre de 2020, em detrimento do item acima, será comunicado pela Comissão Permanente de Vestibular do USJ, pelo endereço eletrônico (e-mail) cadastrado, para escolher uma nova opção de curso, em substituição ao curso cuja turma inicial não será ofertada.

4.3. O candidato, cujo curso escolhido no ato da inscrição permanecer ofertado, não poderá substituí-lo em hipótese alguma.

5. DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

5.1. A inscrição do candidato implica o conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Permanente de Vestibular do USJ.

5.2. É de exclusiva responsabilidade do candidato, ou de seu representante legal, o correto preenchimento do Formulário de Inscrição e do envio de documentação exigida (relatório do resultado do ENEM).

5.3. Da validade da inscrição

5.3.1. Ao candidato, só será permitida uma inscrição. Caso o candidato efetue mais de uma inscrição, será considerada válida a de data e hora mais recente.

5.4. Da assinatura no Formulário de Inscrição

5.4.1. O candidato, ou seu representante legal, ao assinalar o termo de aceite no Formulário de Inscrição, declara que leu e que concorda, mesmo que tacitamente, com as normas deste Edital. Declara, ainda, que está ciente das orientações disponíveis na página que regerão o Vestibular de Inverno USJ 2020, e que concorda com as decisões que possam ser tomadas pela Comissão Permanente de Vestibular do USJ nos casos omissos e não previstos no Edital.

5.5. Da inscrição

5.5.1. A inscrição deverá ser feita exclusivamente pela internet, no ícone VESTIBULAR DE INVERNO 2020, no site usj.edu.br.

5.5.2. Somente poderá se inscrever no Vestibular de Inverno USJ 2020, o candidato que tenha realizado, no mínimo, uma das edições do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) dos anos de 2015 a 2019.

5.6. É facultado ao candidato, no ato da inscrição, a escolha de apenas uma das edições do ENEM, citadas no item acima, para obtenção da nota que será utilizada para fins de classificação.

5.6.1. Para efetuar a inscrição pela internet, o candidato, ou seu representante legal, deverá:

5.6.1.1. Acessar o ícone VESTIBULAR DE INVERNO 2020 no site usj.edu.br no período entre às 14h de 17 de junho de 2020, até às 23h59min de 16 de julho de 2020, e preencher o Formulário de Inscrição, conforme instruções contidas na página.

5.6.2. A inscrição será validada após o preenchimento das informações solicitadas no Formulário de Inscrição, acompanhado do Relatório

do Resultado do INEP/ENEM que deverá ser anexado ao respectivo Formulário de Inscrição, até o dia 16 de julho de 2020.

5.6.3. A Comissão Permanente de Vestibular do USJ irá verificar a regularidade das notas do ENEM informadas no Formulário de Inscrição, confrontando-as com os resultados oficiais do INEP/ENEM. Caso haja alguma informação de nota divergente, a inscrição será automaticamente cancelada.

5.7. O Centro Universitário Municipal de São José - USJ não se responsabiliza por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, ou por outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

5.8. Após a confirmação da inscrição, não será aceito pedido de mudança de opção de curso e do ano informado para obtenção da nota do Enem.

6. DA RETIFICAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS

6.1. Para correção de dados pessoais

6.1.1. O candidato poderá retificar os dados pessoais de sua inscrição (nome, documento de identidade, CPF e data de nascimento), encaminhando um e-mail para vestibular@usj.edu.br.

6.1.2. No e-mail, deverá constar o número de inscrição, nome completo do candidato devendo ser enviado fotocópia do documento que comprove o pedido de alteração dos dados cadastrados.

6.2. Para alteração de endereço

6.2.1. Em caso de mudança de endereço após a inscrição, é responsabilidade do candidato, em qualquer tempo, atualizá-lo pelo e-mail vestibular@usj.edu.br.

6.2.1.1. O Centro Universitário Municipal de São José - USJ não se responsabiliza por prejuízos decorrentes de convocações, informativos e comunicados que o candidato deixe de receber em razão da imprecisão e/ou desatualização de seus dados cadastrais.

7. DOS DADOS DO ENEM, DA AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

7.1. Para efeito de classificação, serão consideradas as notas obtidas em cada uma das áreas de conhecimento e da redação, pelo candidato, no ENEM, observado o limite de vagas ofertadas no curso escolhido no ato da inscrição.

7.2. O candidato será classificado na ordem decrescente da nota final, calculada pela média aritmética simples, de acordo com a fórmula abaixo:

$$NF = CNT + CHT + LCT + MT + R$$

5

Onde:

NF	-	Nota Final
CNT	-	Nota da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias
CHT	-	Nota da área de Ciências Humanas e suas Tecnologias
LCT	-	Nota da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias
MT	-	Nota da área de Matemática e suas Tecnologias
R	-	Nota da Redação

7.3. No caso de empate da nota final, prevalecerão como critério de desempate, nesta ordem:

7.3.1. maior nota na Redação;

7.3.2. maior nota na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias;

7.3.3. maior nota na área de Matemática e suas Tecnologias;

7.3.4. maior nota na área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias;

7.3.5. maior nota na área de Ciências Humanas e suas Tecnologias;

7.3.6. maior idade.

7.4. Com a inscrição concluída, o candidato autoriza o Centro Universitário Municipal de São José - USJ a divulgar suas notas e data de nascimento, tendo em vista que ela será utilizada para classificação e desempate

8. DA DIVULGAÇÃO DA NOTA FINAL PRELIMINAR

8.1. O candidato, a partir das 14h de 28 de julho de 2020, por meio de consulta pela internet no site usj.edu.br, poderá ter acesso ao resultado de sua classificação final, considerando a cota escolhida pelo candidato, informada no Formulário de Inscrição. A cota de 70% (setenta por cento) significa que irá concorrer a 70% (setenta por cento) das vagas destinadas a candidatos que tenham cursado todas as séries/anos do Ensino Fundamental e as 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio em escola pública (municipal, estadual ou federal) do município de São José/SC. A cota de 30% (trinta por cento) refere-se a candidatos que não atendem a essa especificidade.

9. DO RECURSO QUANTO A NOTA FINAL PRELIMINAR

9.1. O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao cálculo da nota final, poderá interpor recurso das 16h de 28 de julho de 2020 até às 23h59min de 30 de julho de 2020, exclusivamente, encaminhando um e-mail para vestibular@usj.edu.br, apresentando os argumentos que porventura considerar válidos.

10. DA DESCLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO

10.1. Estarão automaticamente desclassificados do Vestibular de Inverno USJ 2020 os candidatos que:

10.1.1. Obtiver nota final calculada para fins de classificação inferior a 450;

10.1.2. Obtiverem nota zero na redação do ENEM;

10.1.3. Apresentar informações inverídicas, documentos falsos ou qualquer incompatibilidade entre dados e documentos;

10.1.4. Descumprirem quaisquer das instruções contidas neste edital.

11. DO RESULTADO FINAL DO VESTIBULAR DE INVERNO USJ 2020

11.1. A relação final dos candidatos classificados, conforme o número de vagas especificadas no Quadro de Cursos e Vagas será divulgada a partir das 18h de 31 de julho de 2020, na sede do Centro Universitário Municipal de São José – USJ e pela internet, no site usj.edu.br.

11.2. O candidato poderá obter a sua classificação no curso através do Resultado Final do Vestibular de Inverno do USJ 2020, que estará disponível no dia da divulgação do resultado pela internet, no site usj.edu.br.

12. DA MATRÍCULA

- 12.1. O Centro Universitário Municipal de São José - USJ divulgará em seu respectivo site os editais de matrícula, em todas as chamadas.
- 12.2. A matrícula será realizada no Centro Universitário Municipal de São José - USJ, de acordo com o Edital de matrícula divulgado e conforme as normas internas.
- 12.3. O Centro Universitário Municipal de São José - USJ não aceita matrícula condicional.
- 12.4. O Centro Universitário Municipal de São José - USJ reserva-se o direito de não oferecer a turma inicial do curso que, após a realização da matrícula, apresente um número inferior ao somatório de vagas ofertadas em todas as modalidades de ingresso. Neste caso, o candidato será comunicado oficialmente, de acordo com o Edital de matrícula por ela divulgado e conforme as normas internas.
- 12.5. Com o deferimento da matrícula, o aluno adere às normas do USJ, obrigando-se a observá-las.
- 12.6. No ato de matrícula, o USJ poderá solicitar que o candidato imprima o boletim de desempenho do ENEM mediante acesso em equipamento da própria instituição, acompanhado de preposto da instituição, que certificará a autenticidade do documento. Este procedimento poderá ser adotado para todos os alunos/candidatos, caso haja qualquer contestação ou suspeita sobre veracidade das informações apresentadas pelos candidatos, mesmo que tais suspeitas ou alegações não envolvam o candidato, cujos documentos estão sendo impressos e/ou verificados.
- 12.7. Do preenchimento das vagas
- 12.7.1. O preenchimento das vagas ofertadas obedecerá à ordem de classificação dos candidatos no curso escolhido.
- 12.8. Da perda da vaga
- 12.8.1. Perderá o direito à vaga e será considerado, formalmente, desistente o candidato classificado que, por qualquer motivo, não comparecer para matrícula no prazo fixado pelo Centro Universitário Municipal de São José - USJ, apresentar incompatibilidade entre as informações prestadas e os documentos, ou não apresentar qualquer dos documentos listados no subitem 12.9 deste Edital, sendo substituído pelo candidato imediatamente subsequente na lista de classificação.
- 12.8.2. É responsabilidade do candidato se informar sobre os prazos fixados para matrícula, a partir da data de divulgação do resultado do Vestibular de Inverno USJ 2020.
- 12.8.3. O candidato que à época da matrícula não comprovar a conclusão do ensino médio, de acordo com o Inciso II do Art. 44, da LDB nº 9.394, de 1996, perderá o direito à vaga mesmo que seu nome conste na relação dos candidatos classificados.
- 12.9. Dos documentos obrigatórios
- 12.9.1. Para matrícula, é obrigatória a apresentação do original e de uma fotocópia da documentação a seguir especificada:
- 12.9.2. diploma ou certificado de conclusão do ensino médio, devidamente registrado (Inciso II do Art. 44, da LDB nº 9.394, de 1996);
- 12.9.3. histórico escolar do Ensino Fundamental e do Ensino Médio;
- 12.9.4. cédula de identidade;
- 12.9.5. registro nacional de estrangeiro e visto de permanência no país, para candidatos estrangeiros;
- 12.9.6. certidão de nascimento ou casamento;
- 12.9.7. CPF próprio;
- 12.9.8. título de eleitor (opcional a partir dos 16 anos e obrigatório a partir dos 18 anos);
- 12.9.9. quitação com serviço militar, obrigatório para estudantes do sexo masculino a partir dos 18 anos;
- 12.9.10. duas fotografias 3 x 4 recentes;
- 12.9.11. comprovante de residência (água, luz, telefone);
- 12.9.12. comprovante do atestado de vacina contra rubéola, para mulheres de 12 a 40 anos (Lei nº 10.196 de 24/07/96).
- 12.10. no ato da matrícula, o candidato menor de 18 (dezoito) anos deverá estar acompanhado pelo responsável legal, para assinar o contrato, salvo se emancipado, momento em que deverá comprovar através de cópia autenticada da Escritura de Emancipação.
- 12.10.1. O responsável legal deverá, obrigatoriamente, apresentar fotocópia dos seguintes documentos: comprovante de residência, carteira de identidade e CPF.
- 12.11. Das informações adicionais
- 12.11.1. Para os candidatos que concluíram o ensino médio no exterior, deverá ser apresentado, em substituição ao Certificado de Conclusão do Ensino Médio e ao Histórico Escolar, o Parecer de Equivalência de Estudos, na forma da legislação vigente, exceto para Países do Mercosul.
- 12.11.2. É de responsabilidade do candidato que os documentos em língua estrangeira estejam traduzidos oficialmente e autenticados no Consulado Brasileiro.
- 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 13.1. A fraude, adulteração ou falsificação nas informações ou nos documentos fornecidos pelo candidato, verificada a qualquer tempo, implicará o cancelamento da respectiva inscrição e/ou matrícula, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
- 13.2. A oferta dos cursos obedece o disposto nos documentos acadêmicos da instituição de ensino, que possui autonomia para decidir sobre as questões acadêmicas, observando as normas regulatórias aplicáveis.
- 13.3. O USJ poderá efetuar alterações e adequações nos projetos dos cursos ofertados, visando a melhoria dos padrões de qualidade e o atendimento das normas dos órgãos regulatórios, podendo haver inclusive alteração da grade curricular, acréscimo ou diminuição do tempo necessário para integralização do curso.
- 13.4. Em decorrência da necessidade de se completarem os dias letivos exigidos no semestre poderá haver aulas aos sábados, no período diurno, para alunos matriculados em cursos de quaisquer turnos.
- 13.5. Em decorrência da Pandemia causada pelo Covid-19, poderá haver a substituição de atividades presenciais por atividades remotas ou a distância, na forma autorizada e/ou recomendada pelos órgãos públicos competentes.
- 14. DA PUBLICAÇÃO E DO FORO**
- 14.1. As disposições e instruções contidas na página da internet, no Formulário de Inscrição do Vestibular de Inverno USJ 2020 constituirão normas que integram o presente Edital.
- 14.2. Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer Editais ou Portarias que forem publicadas pela Comissão Permanente de Vestibular do USJ.
- 14.3. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação pela internet, no site usj.edu.br.
- 14.4. Do resultado do Vestibular de Inverno USJ 2020, não caberá recurso de qualquer natureza.
- 14.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Vestibular do USJ.

14.6. Fica eleito o Foro da Comarca de São José/SC para dirimir toda e qualquer questão inerente ao presente certame.

São José, 16 de junho de 2020

RENATO BRITES

Reitor do Centro Universitário Municipal de São José - USJ

PORTARIA Nº 09, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525907

PORTARIA Nº 09, DE 16 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE A CONDUÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS PELOS SERVIDORES PARA O DESEMPENHO DE SUAS ATIVIDADES PÚBLICAS

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam autorizados os servidores públicos a seguir relacionados para conduzir veículo oficial quando as atividades institucionais assim exigirem e não existirem outros meios de deslocamento entre seu ponto de origem e de seu destino, ou quando estes, por algum motivo impossibilitem o eficiente desempenho de suas atividades.

- I. Rosemeri Baruchski, matrícula nº427665-5;
- II. Simone Cristina Vieira Machado, matrícula nº427679-5;
- III. Glades Gonçalves Panasolo, matrícula nº428038-5;
- IV. Diego Gnecco, matrícula nº426362-6;
- V. Tábata Gomes Panozzo, matrícula nº426687-0;
- VI. Cleidimar Aparecida Furlanetto, matrícula nº22693-9;
- VII. Mário Sérgio do Nascimento, matrícula nº428284-1;
- VIII. Marla Sacco Martins, matrícula nº430093-9;
- IX. Zamilé Cristina da Silva Schutz, matrícula nº033207-0;
- X. Iria Locks, matrícula nº33197-0;
- XI. Gabriella Dornelles Chagas, matrícula nº428537-9;
- XII. Renaldo Osvaldo da Silva, matrícula nº428271-0;
- XIII. Manoel Abreu, matrícula nº34414;
- XIV. Gilson Gonzaga dos Santos, matrícula nº17565;
- XV. Patrícia Cristina da Silva, matrícula nº 32243-1;
- XVI. Jule Nazário Mendes Minelli, matrícula nº 43009-9;
- XVII. Daiany Sheilla de Oliveira, matrícula nº 428285-0;
- XVIII. Fabiola Grams Porto, matrícula nº 429777-6;
- XIX. Kerlen Mignoni da Silva, matrícula nº 429773-3;
- XX. Walter Correa de Faveri, matrícula nº 36977-2;
- XXI. Henrique Cabral Faraco, matrícula nº 426402-9;
- XXII. Lais Santos Silva, matrícula nº 430092;
- XXIII. Sandra Regina Souza e Souza, matrícula nº 39713-0;
- XXIV. Roberta T. S. Ferraz de Campos, matrícula nº 428539-5;
- XXV. Marissandro Goulart, matrícula nº 428201-9;
- XXVI. Juceliani da Silva Borges, matrícula nº 428368-6;
- XXVII. Marilene Alves dos Santos, matrícula nº 34518;
- XXVIII. Márcio Antônio do Reino da Luz, matrícula nº 428299-0;
- XXIX. Regis Rosa Custodio Matrícula, matrícula nº 43091-1;
- XXX. Daniela Nascimento Santana Pinto, matrícula nº 429808-0;
- XXXI. Tiago Ferreira Duarte, matrícula nº 431937-0.

Art. 2º A autorização concedida por este ato terá validade até o término do ano corrente, podendo ser revalidada, obedecido aos seguintes requisitos:

- I - apresentação, pelo servidor, da Carteira Nacional de Habilitação – CNH, com categoria compatível com o tipo de veículo a ser conduzido;
- II - preenchimento, pelo servidor, do formulário “diário de bordo”;

Art. 3º Concedida à autorização para dirigir veículo oficial, o servidor:

I - não poderá:

- a) ceder à direção do veículo a terceiros;
- b) utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

II - deverá:

- a) preencher corretamente o formulário “diário de bordo”;
- b) exibir a presente Portaria, sempre que solicitada por quem de direito;
- c) findo o deslocamento, guardar o veículo oficial no órgão detentor.

Parágrafo único. Em caso de acidente ou surgimento de dano no veículo concedido, serão aplicadas as normas constantes da Lei Orgânica do Município, bem com as constantes da Lei Ordinária nº2248, de 20 de março de 1991, e demais aplicáveis.

Art. 4º Findo a prazo fixado no Art. 2º, a autorização a que refere a presente Portaria, poderá ser revalidado, desde que:

I - haja interesse da Administração;

II - o servidor não tenha infringido qualquer das vedações constantes do art. 3º.

Art. 5º O cancelamento da autorização para dirigir veículo oficial se dará:

I - a qualquer tempo, por interesse da Administração;

II - a pedido do servidor.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José, 16 de junho de 2020.

ROSEMERI BARTUCHESKI

Secretária Municipal de Assistência Social

PORTARIA SMI/PMSJ Nº 013/2020

Publicação Nº 2525338

PORTARIA SMI/PMSJ nº 013, de 03 de JUNHO de 2020.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o Servidor Sr. NARDI FRANCISCO DE SOUSA ARRUDA, matrícula nº 22753-6, para efetuar a fiscalização do Contrato nº 045/2020 decorrentes do CONCORRÊNCIA Nº 028/2020, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

I. Acompanhar toda a execução contratual;

II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;

III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;

IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;

V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;

VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;

VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;

VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;

IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados

X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;

XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;

XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;

XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;

XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;

XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designada a Servidora Sr. JAISON HAMES - matrícula nº 33154-6, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Milton Bley Junior

Secretário Municipal de Infraestrutura

PORTARIA SMI/PMSJ Nº 014/2020

Publicação Nº 2525414

PORTARIA SMI/PMSJ nº 014, de 03 de JUNHO de 2020.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o Servidor Sr. Jailson Hames, matrícula nº 33154-6, para efetuar a fiscalização do Contrato nº 044/2020 decorrentes do Tomada de Preços nº 054/2019, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

I. Acompanhar toda a execução contratual;
II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias
Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designada a Servidora Sr. Diego Vicente - matrícula n.º 39697-4, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Milton Bley Junior
Secretário Municipal de Infraestrutura

PORTARIA SMI/PMSJ N° 017/2020

Publicação N° 2525770

PORTARIA SMI/PMSJ n° 017, de 15 de JUNHO de 2020.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N° 8.666/1993.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei n° 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. n° 65, da Lei Ordinária n° 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar a Servidor, VOLNEI BORDA, matrícula n.º 426529-7, para efetuar a fiscalização dos Contratos n.º 046/2020 decorrentes do Pregão Eletrônico n.º 189/2019, nos termos do art. 67 da Lei n° 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

I. Acompanhar toda a execução contratual;
II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias
Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado a Servidor, VALNIR VITOR DE SOUZA matrícula n.º 1227-0, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Milton Bley Junior
Secretário Municipal de Infraestrutura

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 189/2019

Publicação Nº 2525033

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 189/2019 – Processo nº 676/2019 – Proc. Adm. 12181/2019 Fornecedor: PAULO ALBERTO SPIEKER EIRELI. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, VEÍCULOS E MÁQUINAS VISANDO A LIMPEZA URBANA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 7.255.998,72 (sete milhões, duzentos e cinq-enta e cinco mil, novecentos e noventa e oito reais e setenta e dois centavos). Vera Suely de Andrade – Secretaria de Administração.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 031/2020-01

Publicação Nº 2525556

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 031/2020-01 Proc. Adm. 3042/2020 – Contratado: MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objetivo a PRORROGAÇÃO DE PRAZO, nos termos previstos no Contrato nº 031/2020. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato nº 031/2020, por mais 07 (sete) meses, com efeito a partir de 31/05/2020. Data da assinatura: 29 de maio de 2020.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 064/2014-06

Publicação Nº 2525577

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 064/2014-06 Proc. Adm. 1826/2020 – Contratado: BROGNOLI IMÓVEIS LTDA. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objetivo a PRORROGAÇÃO DE PRAZO, nos termos previstos no Contrato nº 064/2014. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato nº 064/2018, por mais 12 (doze) meses, com efeito a partir de 10/03/2020. Data da assinatura: 29 de maio de 2020.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 102/2019-02

Publicação Nº 2525490

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 102/2019-02 – Proc. Adm. 02964/2020 – Contratado: PNA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DE PRAZO, nos termos previstos nas cláusulas do Contrato nº 102/2019. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Conforme o art. 57, §1º da Lei Federal nº 8.666/1993 e pelo presente termo aditivo fica prorrogado o prazo de execução e vigência do Contrato nº 102/2019, por mais 90 (noventa) dias, a partir do termo de reinício. Data da assinatura: 08 de junho de 2020.

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.71/2020

Publicação N° 2524732

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N°71/2020
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove o Processo Licitatório nº71/2020, Edital de Pregão N°71/2020, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL HIGIENE E LIMPEZA, PARA SER CONCEDIDO COMO CESTA BÁSICA AOS USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. O recebimento, abertura e julgamento fica marcado para às 09:00 horas do dia 29/06/2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no www.prefcedro.sc.gov.br, maiores informações pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, no horário de expediente, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.72/2020

Publicação N° 2525437

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N°72/2020
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove o Processo Licitatório nº72/2020, Edital de Pregão N°72/2020, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FILTROS E ÓLEOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA NOS VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SEMAE, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR DO MUNICÍPIO. O recebimento, abertura e julgamento fica marcado para às 09:00 horas do dia 30/06/2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no www.prefcedro.sc.gov.br, maiores informações pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, no horário de expediente, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2020 - SRP - 049/2020

Publicação Nº 2525309

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 29/06/2020, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2020. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2020. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS A SEREM UTILIZADAS NA MANUTENÇÃO DE PONTES, NO PROGRAMA “MORAR MELHOR”, E OUTRAS OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC NO ANO DE 2020. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 16 de Junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 093/2020 - SRP - 050/2020

Publicação Nº 2525314

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 29/06/2020, às 14h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 093/2020. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2020. OBJETO: AQUISIÇÃO DE BATERIAS AUTOMOTIVAS PARA USO DA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 16 de Junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 697, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2525096

PORTARIA Nº 697, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Altera a Portaria nº 1.075, de 28 de agosto de 2019, que designa servidores públicos municipais para análise de viabilidade da implantação do serviço de guincho no município de São Lourenço do Oeste.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e, nos termos da Lei Complementar nº 208, de 20 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o inciso I do artigo 1º da Portaria nº 1.075, de 28 de agosto de 2019, que designa servidores públicos municipais para análise de viabilidade da implantação do serviço de guincho no município de São Lourenço do Oeste/SC, para que passe a constar com a seguinte redação:

“Art. 1º
I - Keli Cristiane Dallagnol, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Diretor de Trânsito, matrícula nº 1771/02.
..... ” (NR).

Art. 2º Fica revogado o inciso IV do artigo 1º, da Portaria nº 1.075, de 28 de agosto de 2019.

Art. 3º Permanecem inalterados os demais dispositivos da Portaria nº 1.075, de 28 de agosto de 2019, naquilo em que não alterados pela presente Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 698, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2525110

PORTARIA Nº 698, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município e com base no art. 41 inciso II, da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010; e artigo 17 do decreto 6.720 de 05 de junho de 2020.

CONSIDERANDO, o decreto 6.720 de 05 de junho de 2020 que Dispõe sobre novas medidas de enfrentamento à epidemia da Covid-19.

RESOLVE:

Art.1º Conceder, a partir de 22 de junho de 2020, Regime Especial de Trabalho a servidora pública JULIANE PERUZZO TARTAS ocupante do cargo de Agente de Apoio Operacional, matrícula 185/02, sendo de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 13h30 horas.

Parágrafo único. O período de concessão previsto no caput terá validade enquanto perdurar o período de suspensão das aulas presenciais, nas unidades das redes pública e privada de ensino.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 699, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2525604

PORTARIA Nº 699, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal FABIO QUADROS MARTINS, matrícula nº 1785/02, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, no período de 01 a 15 de julho de 2020, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 700, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2526047

PORTARIA Nº 700, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município e com base no art. 41 inciso II, da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010; e artigo 17 do decreto 6.720 de 05 de junho de 2020.

CONSIDERANDO, o decreto 6.720 de 05 de junho de 2020 que Dispõe sobre novas medidas de enfrentamento à epidemia da Covid-19.

RESOLVE:

Art.1º Conceder, a partir de 18 de junho de 2020, Regime Especial de Trabalho a servidora pública ZENAIDE DA SILVA DAL ZOT ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula 3000/09, sendo de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 13h00 horas.

Parágrafo único. O período de concessão previsto no caput terá validade enquanto perdurar o período de suspensão das aulas presenciais, nas unidades das redes pública e privada de ensino.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 0081/2020

Publicação Nº 2525767

PORTARIA Nº 0081/2020

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações, e,

CONSIDERANDO o memorando interno nº 106/2020 da Secretaria Municipal de Assistência Social, protocolado sob nº 8057/2020, o qual indica servidor para fiscalização de contrato.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora Franciely Aparecida da Silva, portadora da matrícula funcional nº 21950801, ocupante do cargo de Diretora do Abrigo Institucional, para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações de fornecimento para contratação de empresa prestadora de serviços de acolhimento institucional para o adolescente K.M.S, conforme determinação judicial, autos nº 0004153-36.2017.8.24.0067, na Associação Beneficente Social, Educacional e Cultural - APRISCO, no Município de São José do Cedro/SC, oriundo do seguinte processo licitatório:

I - Processo Licitatório nº 35/2018, Inexigibilidade de Licitação nº 11/2018, Contrato nº 23/2018.

Art. 2º A servidora ora designada exercerá a atividade sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em, 16 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Duany Schenkel

Advogada Assessora

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA Nº 0082/2020

Publicação Nº 2525772

PORTARIA Nº 0082/2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DO MERCADO IMOBILIÁRIO PARA FINS DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com base na Lei Municipal nº 7.084/2014 e Lei Municipal nº 7.099/2015, e,

CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob nº 7417/2020, no qual o Sr. Marcos Feltez, solicita avaliação do imóvel matriculado no CRISMO sob nº 15.629;

CONSIDERANDO o memorando interno nº 0007/2020 da Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis, o qual solicita nomeação de perito avaliador representante do mercado imobiliário.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear como perito avaliador representante do Mercado Imobiliário, para compor a Comissão Permanente de Avaliação de Bens

Imóveis, a empresa STRAPASSON IMÓVEIS LTDA ME, CRECI nº 26.293, para aferição do valor de mercado do imóvel:

I – Chácara nº 72, com área de 5.004,50m², matriculado no CRISMO sob nº 15.629, localizado na Rua Alfredo Burgin, bairro Santa Rita, neste Município, de propriedade de Rudi Watte.

Parágrafo único. Ao final dos trabalhos a empresa ora nomeada deverá emitir laudo técnico da avaliação.

Art. 2º O trabalho desempenhado pela empresa ora nomeada será remunerado mediante pagamento do valor de R\$ 415,92 (quatrocentos e quinze reais e noventa e dois centavos).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 16 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Douglas Arcari

Advogado Assessor

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0790/2020

Publicação Nº 2525424

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0790/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º RONEI PERASSOLI, ocupante do cargo de Diretor de Gestão Administrativa, servidor comissionado, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 15 de junho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 15 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0791/2020

Publicação Nº 2525426

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0791/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º SOELI DO CARMO GUERRA, ocupante do cargo de Professor, servidora contratada, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15 de junho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 15 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PROCESSO N° 98/2020 PREFEITURA

Publicação N° 2525899

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO N° 98/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N° 55/2020

O Município de São Miguel do Oeste/SC, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Registro de preço para eventual aquisição de materiais pedagógicos destinados às unidades do Ensino Infantil (Creches e Pré - Escola) e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino do Município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o anexo I, termo de referência do edital.

Cadastro das propostas: Às 08h do dia 19 de junho de 2020 até às 08h15min do dia 01 de julho de 2020.

Abertura da sessão pública: Às 8h30min do dia 01 de julho de 2020.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações vigentes, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 36312006, e o edital consta na íntegra no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no site www.saomiguel.sc.gov.br.

São Miguel do Oeste/SC, 16 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 0059/2020 - PRORROGAÇÃO**

Publicação Nº 2525888

PORTARIA 0059/2020

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 029/2019, A QUAL NOMEIA E DÁ POSSE AOS MEMBROS DA OUVIDORIA PÚBLICA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a existência da Ouvidora Pública do Poder Legislativo de São Miguel do Oeste, criada pela Resolução nº 008/00;

CONSIDERANDO a necessidade de composição mínima de membros para funcionamento da Ouvidora Pública do Poder Legislativo de São Miguel do Oeste;

CONSIDERANDO a atuação da ouvidoria no recebimento de reclamações, sugestões e apontamentos dos cidadãos referentes ao serviço público Municipal em todas suas esferas administrativas;

CONSIDERANDO o vencimento do prazo de atuação da atual composição da ouvidoria;

CONSIDERANDO a necessidade de continuação dos trabalhos desenvolvidos pela Ouvidoria Pública do poder Legislativo.

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada, até 31 de dezembro de 2020, a Portaria Nº 029/2019, a qual nomeia e dá posse aos membros da Ouvidoria Pública da Câmara de Vereadores do Município de São Miguel do Oeste.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 22 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Presidente da Câmara de São Miguel do Oeste, SC,
Em 16 de junho de 2020.

Everaldo Di Berti
Presidente

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

José Cirilo Chittó
Secretário Executivo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 08/2020

Publicação Nº 2525438

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 08/2020

A Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, apresenta o presente Edital:

Art. 1º - Fica regulamentado no município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, o Edital de chamada pública para seleção de (1) um Psicólogo(a) núcleo de apoio à saúde da Família(NASF-SC), sua carga horária é de 40h semanais, para complementar a equipe de saúde do município de São Pedro de Alcântara.

Art. 2º - Os/as interessados (as) em participar, deverão realizar a entrega da documentação na Secretaria Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, no dia 22 de junho de 2020, às 09h, portando a seguinte documentação:

I - Xerox Identidade;

II - Xerox CPF;

III - Xerox PIS PASEP;

IV - Xeros da Carteira Trabalho;

V - Xerox Título de Eleitor;

VI - Quitação Eleitoral;

VII - Xerox Certificado de Reservista (masculino);

VIII - Xerox do comprovante de escolaridade;

IX - Xerox Certidão de Casamento;

X - Xerox Certidão Filhos menores de 14 anos e CPF;

XI - Atestado de Saúde Admissional (Médico do Trabalho);

XII - 01 Foto 3 x 4 atual;

XIII - Comprovante de Residência atual (último mês);

XIV - Declaração de bens;

XV - Declaração de Acumulação;

XVI - Conta Banco Brasil;

XVII - Certidão Negativa de Antecedentes Criminais;

§ 1º - Dúvidas e/ou esclarecimentos sobre a documentação a ser apresentada, poderá ser retirada no Setor de Recursos Humanos, localizada no 2º andar, do Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, no horário de funcionamento 07:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou através do telefone (48) 32770122 R:221.

Art. 3º - Havendo mais de um candidato (a) interessado pela vaga serão adotados os seguintes critérios de desempate:

I - Maior tempo de experiência profissional na área, comprovado na seguinte maneira:

a) Entidade Pública: Declaração/Certidão de tempo de serviço em papel timbrado e assinado por profissional competente.

b) Entidade Privada: Registro na Carteira de Trabalho (CTPS), Contrato de Prestação de Serviço ou Contrato de Trabalho.

II - Havendo empate no critério acima, será utilizado para desempate a maior idade do candidato(a).

Art. 4º - Os habilitados e classificados na chamada pública serão admitidos sob o regime Celetista.

Art. 5º - A validade deste chamamento público será até 31/12/2020.

§ 1º - A aprovação na chamada pública não gera o direito à admissão, mas credencia o aprovado à nomeação durante o prazo de sua validade.

§ 2º - Taxa de inscrição: isento;

SIMONE MORETTI

Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

CARGO	Nº VAGAS	Habilitação Profissional	SALÁRIO BASE (R\$)	CARGA HORÁRIA
PSICÓLOGO	01	Certificado de conclusão de curso superior na área com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	R\$ 5.003,06 (Salário base) + R\$ 460,00 (Vale Alimentação)	40 horas

São Pedro de Alcântara, 16 de junho de 2020.

PORTARIA N.º 258/2020

Publicação N° 2525672

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 258/2020

Concede férias ao servidor ANTÔNIO LORIBERTO HAMES.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ANTÔNIO LORIBERTO HAMES, ocupante do cargo de Operador de Máquina II, férias por 16 dias que gozará a partir de 16/06/2020 a 01/07/2020, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de junho de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 259/2020

Publicação N° 2525677

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 259/2020

Concede férias ao servidor ALMIR FORSTER.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ALMIR FORSTER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 30 dias que gozará a partir de 01/07/2020 a 30/07/2020, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de junho de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2020-SANEAMENTO

Publicação Nº 2524811

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2020-SANEAMENTO

PROCESSO Nº. 08/2020-SANEAMENTO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em serviço de eletromecânica e manutenção em painéis, boosters, bombas dosadoras, equipamentos de laboratório, incluindo assessoria técnica no dimensionamento de boosters para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 02 de julho de 2020 às 14h.

Abertura do Processo: 02 de julho de 2020 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 17 de junho de 2020.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 05/2020-FAS

Publicação Nº 2524783

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 05/2020-FAS

PROCESSO Nº. 08/2020-FAS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO:, Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Schroeder/SC ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 02 de julho de 2020 às 08h45min.

Abertura do Processo: 02 de julho de 2020 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 17 de maio de 2020.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 09/2020-FMS

Publicação Nº 2524762

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 09/2020-FMS

PROCESSO Nº. 31/2020-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos de ações judiciais para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 01 de julho de 2020 às 08h45min.

Abertura das Propostas: 01 de julho de 2020 às 09h

Etapa de lance: será marcada após parecer técnico da Secretaria de Saúde sobre as propostas comerciais, conforme Portaria nº. 7.338/2018, de 30 de janeiro de 2018.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 17 de junho de 2020.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 69/2020-PMS

Publicação Nº 2525015

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 69/2020-PMS

Dispensa nº. 38/2020-PMS - Processo nº. 99/2020-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: NICKSON INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PERFILADOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 13.239.717/0001-32, estabelecida na Rua João Januário Ayroso nº. 2874, Jaraguá Esquerdo, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.253-100

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato aquisição de material e mão de obra para instalação de divisórias acústicas para suprir as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Schroeder/SC ,conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Kit porta pronta 80x210 cx 9,5 esq, jogo de vista 50x50 mont 70 primer 9,5cm.	4	Unidade	400,00	1.600,00
2	Parede drywall standard áreas secas st/st estrut. 70mm + trat. Juntas (ref. 95/70/400/st12,5+st12,5/BR) - Material + Montagem	68	m²	75,00	5.100,00
3	Isolamento acustico lã de vidro 50mm (enchimento interno das paredes e forros drywall) - Material + Montagem	128	m²	16,60	2.124,80
TOTAL R\$					8.824,80

Valor do contrato: R\$ 8.824,80 (oito mil oitocentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos)

Data da Assinatura: 16/06/2020 Vigência: 31/12/2020

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal



EXTRATO DO CONTRATO Nº. 70/2020-PMS

Publicação Nº 2525121

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 70/2020-PMS

Dispensa nº. 39/2020-PMS - Processo nº. 100/2020-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 20.531.686/0001-54, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco nº. 5203, sala 01, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato Revisão luminárias LED 60W E 100W - Serviço de troca de componentes, chip led,dps, base foto celula, cabo alimentação, lentes, drives. Luminárias afetadas com descarga elétrica, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Revisão luminárias LED 60W E 100W - Serviço de troca de componentes, chip led,dps, base foto celula, cabo alimentação, lentes, drives. Luminárias afetadas com descarga elétrica.	1	Unidade	13.882,68	13.882,68
TOTAL R\$					13.882,68

Valor do contrato: R\$ 13.882,68 (treze mil oitocentos e oitenta e dois reais e sessenta e oito centavos)

Data da Assinatura: 16/06/2020 Vigência: 31/12/2020

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 71/2020-PMS

Publicação Nº 2525267

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 71/2020-PMS

Tomada de Preços nº. 07/2020-PMS - Processo nº. 66/2020-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Estrada Rancho Bom - Trecho 01, Est. OPP 00 a est. 54 + 0,00 m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 1.080,00m e área total de 10.080,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, Contrato de Financiamento com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul -BRDE nº SC-45.505/2020-BNDES/AUT-TLP ST. PÚBLICO e em regime de PARCE-RIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.461/2020, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

Valor do contrato: R\$ 1.465.683,11 (um milhão quatrocentos e sessenta e cinco mil seiscentos e oitenta e três reais e onze centavos)

Data da Assinatura: 16/06/2020 - Vigência: 31/12/2020

Osvaldo Juck - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 72/2020-PMS

Publicação Nº 2525386

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 72/2020-PMS

Tomada de Preços nº. 10/2020-PMS - Processo nº. 69/2020-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.094.645/0001-29, estabelecida na Rua Eugênio Moreira, nº. 187, salas 06, 07 e 09, Bairro Anita Garibaldi, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.202-100

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da ESTRADA

BRAÇO DO SUL – TRECHO 01, Est. OPP 00 a est. 30 + 10,00 m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 610,00m e área total de 6.205,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, Contrato de Financiamento com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul -BRDE nº SC-45.505/2020-BNDES/AUT-TLP ST. PÚBLICO e em regime de PARCE-RIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.467/2020, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Valor do contrato: R\$ 859.022,03 (oitocentos e cinquenta e nove mil vinte e dois reais e três centavos)

Data da Assinatura: 16/06/2020 – Vigência: 31/12/2020

Osvaldo Juck - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 73/2020-PMS

Publicação Nº 2525470

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 73/2020-PMS

Dispensa nº. 40/2020-PMS - Processo nº. 102/2020-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 74.111.428/0001-48, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco nº. 5685, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato Aquisição de caixa de arquivo morto destinado a Prefeitura Municipal de Schroeder, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Caixa de papelão para arquivo morto com espessura mínima de 2mm. As medidas da caixa quando montadas devem ser de: 30cm de altura, 18cm de largura, 43cm de comprimento (Caixa Grande). Com furos de no mínimo 2cm de diâmetro nas laterais e na tampa da caixa.	200	Unidade	3,80	760,00
TOTAL R\$					760,00

Valor do contrato: R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais)

Data da Assinatura: 16/06/2020 Vigência: 31/12/2020

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Publicação Nº 2525082

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre normas e procedimentos aplicáveis no âmbito de trabalho nas Unidades de Ensino da Rede Municipal do Município de Schroeder, em decorrência da Pandemia (COVID-19) e tendo em vista a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em razão da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19).

CONSIDERANDO o que estabelece em 11 de março do corrente ano, quando a Organização Mundial de Saúde declarou como pandemia a infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Nota Informativa nº 3/2020-CGGAP/DESF/SAPS/MS, do Ministério da Saúde, a qual dispõe sobre critérios a serem observados para a produção de máscaras caseiras;

CONSIDERANDO que uma das principais medidas para conter a disseminação do novo Coronavírus é o isolamento e o distanciamento social, conforme orientação das autoridades sanitárias;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 235/2020, da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, que dispõe sobre os cuidados mínimos para evitar a propagação do vírus;

CONSIDERANDO que as pesquisas têm destacado que a utilização de máscaras caseiras impede a disseminação de gotículas expelidas do nariz ou da boca do usuário no ambiente, garantindo uma barreira física que vem auxiliando na mudança de comportamento da população e diminuição de casos;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 5.068/2020, de 24 de março de 2020 em seu Artigo 4º estabelece: "Art. 4º Ficam suspensas, em todo o território municipal, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, por tempo indeterminado: (...) - III - as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente";

CONSIDERANDO que o Decreto nº 5.068/2020, de 24 de março de 2020 que em seu Artigo 8º estabelece: "Art. 8º Os agentes públicos poderão desempenhar suas funções em domicílio, em regime excepcional de trabalho remoto.

§1º No caso de impossibilidade de realização de trabalho remoto, as Secretarias por intermédio da chefia imediata em conjunto Poder Executivo poderão conceder antecipação de férias ou flexibilização da jornada de trabalho, com efetiva compensação";

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 5.068/2020, de 24 de março de 2020, em seu Artigo 9º estabelece: "Art. 9º Ato do Poder Executivo e do Secretário Municipal da Educação disporá sobre o calendário de reposição das aulas na Rede Municipal de Ensino";

CONSIDERANDO que esta Instrução Normativa tem como objetivo estabelecer normas de aplicação aos Professores da Rede Municipal de Ensino, conforme o que estabelece a legislação federal, estadual e Decreto Municipal nº 5.068/2020, de 24/3/2020, que estabelece a suspensão das aulas na redes pública e privada de ensino, federal, estadual e municipal, bem como trata do trabalho remoto/home office.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE SCHROEDER, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer que os Professores da Rede Municipal de Ensino realizem suas atividades/trabalho em regime "home office", com alunos e pais, no horário das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira a sexta-feira.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 16 de junho de 2020.

EBERTON VARGAS TRENTIN
Secretário de Educação e Cultura

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2020-PMS

Publicação Nº 2525271

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2020-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2020-PMS, PROCESSO Nº. 66/2020-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Estrada Rancho Bom – Trecho 01, Est. OPP 00 a est. 54 + 0,00 m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 1.080,00m e área total de 10.080,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, Contrato de Financiamento com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul -BRDE nº SC-45.505/2020-BNDES/AUT-TLP ST. PÚBLICO e em regime de PARCE-RIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.461/2020, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

Vencedor: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000

Valor da proposta vencedora: R\$ 1.465.683,11 (um milhão quatrocentos e sessenta e cinco mil seiscentos e oitenta e três reais e onze centavos)

Data da Assinatura: 16/06/2020 – Vigência: 31/12/2020

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 10/2020-PMS

Publicação Nº 2525403

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 10/2020-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 10/2020-PMS, PROCESSO Nº. 69/2020-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da ESTRADA BRAÇO DO SUL – TRECHO 01, Est. OPP 00 a est. 30 + 10,00 m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 610,00m e área total de 6.205,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, Contrato de Financiamento com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul -BRDE nº SC-45.505/2020-BNDES/AUT-TLP ST. PÚBLICO e em regime de PARCE-RIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.467/2020, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Vencedor: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.094.645/0001-29, estabelecida na Rua Eugênio Moreira, nº. 187, salas 06, 07 e 09, Bairro Anita Garibaldi, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.202-100

Valor da proposta vencedora: R\$ 859.022,03 (oitocentos e cinquenta e nove mil vinte e dois reais e três centavos)

Data da Assinatura: 16/06/2020 – Vigência: 31/12/2020

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER		TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2020 - TP	
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Administrativo: 4/2020 Processo de Licitação: 21/02/2020 Data do Processo:	Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 7/2020 (Sequência: 3)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

ontratação de profissional com graduação em Direito para atuar junto ao CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Schroeder/SC

A comissão reuniu-se para recebimento do Parecer nº. 080/2020-PROJUR, o qual traz em sua conclusão que "esta procuradoria sugere pelo conhecimento do recurso apresentado pela empresa WAKASUGI ADVOGADOS ASSOCIADOS, e quanto ao seu mérito, pelo indeferimento.", sendo assim mantém-se a inabilitação da empresa. Fica marcado para o dia 19 de junho de 2020 às 10h, a aberturas das propostas das profissionais habilitadas LUANA MURARA RODRIGUES e JENEFFER MAYARA DA LUZ. Diante do exposto encerra-se a sessão e pede-se que seja encaminhado cópia da ata e do Parecer nº. 080/2020-PROJUR aos participantes.

Schroeder, 16 de Junho de 2020

COMISSÃO:

- | | | |
|-------------------------------|---------|---------------------------------------|
| Daniela Samulescki | - | - Presidente da Comissão de Licitação |
| Rafaela Susan Kienen | - | - Membro |
| Valderi Rocha de Camargo | - | - Membro |
| Ivandra de Souza | - | - Membro |
| Marlene Neumann | - | - Secretária |
| Tiago Rafael Muchalski Petry | - | - Membro Suplente |
| Natascha Luize Kopper Sirelow | - | - Membro Suplente |

DISPENSA 38/2020-PMS

Publicação Nº 2524973

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 38/2020 - DL**

Processo Nr.: 99/2020
Data: 16/06/2020

Folha: 1/2

Fornecedor: NICKSON INDUSTRIA E COMERCIO DE PERFILADOS EIRELI

Código: 14242

Endereço: R JOAO JANUARIO AYROSO,2874 - .

Cidade: Jaraguá do Sul - SC

CNPJ: 13.239.717/0001-32

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: aquisição de material e mão de obra para instalação de divisórias acústicas para suprir as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	4,00	Kit porta pronta 80x210 cx 9,5 esq. jogo de vista 50x50 mont 70 primer 9,5cm.	UN	400,00	1.600,00
2	68,00	Parede drywall standard áreas secas st/st estrut. 70mm + trat. Juntas (ref. 95/70/400/st12,5+st12,5/BR) - Material + Montagem	M²	75,00	5.100,00
3	128,00	Isolamento acustico lã de vidro 50mm (enchimento interno das paredes e forros drywall) - Material + Montagem	M²	16,60	2.124,80

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Em decorrência do pregão presencial 13/2020 ter sido deserto em ambas as datas 09/03/2020 e 05/05/2020. e da necessidade do material se faz a justificativa para esta dispensa

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 16 de Junho de 2020

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 38/2020 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 99/2020 Data: 16/06/2020	
		Folha: 2/2

09/06/2020

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 9 de Junho de 2020

Valor da Despesa: 8.824,80 (oito mil oitocentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA 39/2020-PMS

Publicação Nº 2525066

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 39/2020 - DL**

Processo Nr.: 100/2020
Data: 16/06/2020

Folha: 1/2

Fornecedor: OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO LTDA

Código: 13376

Endereço: R MARECHAL CASTELO BRANCO, 5203, SALA 0

Cidade: Schroeder - SC

CNPJ: 20.531.686/0001-54

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Revisão luminárias LED 60W E 100W - Serviço de troca de componentes, chip led,dps, base foto celula, cabo alimentação, lentes, drives. Luminárias afetadas com descarga elétrica.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Revisão luminárias LED 60W E 100W - Serviço de troca de componentes, chip led,dps, base foto celula, cabo alimentação, lentes, drives. Luminárias afetadas com descarga elétrica.	UN	13.882,68	13.882,68

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

O PERIODO DE GARANTIA OFERTADO PELO FABRICANTE É DE 5 ANOS , CONTADO A PARTIR DO ANO DA ENTREGA 2017 E 2018 . A MANUTENÇÃO DO PRODUTO É EXCLUSIVO DO FORNECEDOR ORIGINAL DA MESMA. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 16 de Junho de 2020

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 39/2020 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 100/2020 Data: 16/06/2020	
		Folha: 2/2

08/06/2020

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 8 de Junho de 2020

Valor da Despesa: 13.882,68 (treze mil oitocentos e oitenta e dois reais e sessenta e oito centavos)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA 40/2020-PMS

Publicação Nº 2525448

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 40/2020 - DL****Processo Nr.:** 102/2020
Data: 16/06/2020

Folha: 1/2

Fornecedor: PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA
Endereço: RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, Nº 5685
Cidade: Schroeder - SC
CNPJ: 74.111.428/0001-48**Código:** 7496**Inscrição Estadual:** 252.767.136**Objeto da Compra:** Aquisição de caixa de arquivo morto destinado a Prefeitura Municipal de Schroeder.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	200,00	Caixa de papelão para arquivo morto com espessura mínima de 2mm. As medidas da caixa quando montadas devem ser de: 30cm de altura, 18cm de largura, 43cm de comprimento (Caixa Grande). Com furos de no mínimo 2cm de diâmetro nas laterais e na tampa da caixa .	UN	3,80	760,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Devido o item do processo 83/2019-PMS do pregão presencial 51/2019-PMS ser cancelado e não haver segundo colocado para o mesmo, pela necessidade do arquivamento de processos e que se enquadra nos limites de valores do artigo 24, II da lei 8.666/93.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 16 de Junho de 2020

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 40/2020 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 102/2020 Data: 16/06/2020	
		Folha: 2/2

08/06/2020

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 8 de Junho de 2020

Valor da Despesa:

760,00 (setecentos e sessenta reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1908

Publicação Nº 2525737

DECRETO Nº 1908, de 16 de Junho de 2020.

Prorroga o prazo de conclusão do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) nº 001/2019.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 108, inciso X da Lei Orgânica Municipal, com fundamento na Lei Federal nº 12.846/2013 e Decreto Municipal nº 1.642/2019 e,
Considerando a situação excepcional causada pela emergência em saúde pública em razão do novo coronavírus, que afetou toda população mundial, interferindo no andamento dos trabalhos em razão das restrições impostas para controle da propagação da doença.
DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de conclusão do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) nº 001/2019 por 180 (cento e oitenta dias) a contar de 24 de junho de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 16 de junho de 2020

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 16 de junho de 2020

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

DECRETO Nº 1909

Publicação Nº 2525748

DECRETO Nº 1909, de 16 de Junho de 2020.

Prorroga o prazo de conclusão do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) nº 003/2019.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 108, inciso X da Lei Orgânica Municipal, com fundamento na Lei Federal nº 12.846/2013 e Decreto Municipal nº 1.642/2019 e,
Considerando a situação excepcional causada pela emergência em saúde pública em razão do novo coronavírus, que afetou toda população mundial, interferindo no andamento dos trabalhos em razão das restrições impostas para controle da propagação da doença.
DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de conclusão do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) nº 003/2019 por 180 (cento e oitenta dias) a contar de 24 de junho de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 16 de junho de 2020

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 16 de junho de 2020

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

DECRETO Nº 1910

Publicação Nº 2525751

DECRETO Nº 1910, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Suspende o cumprimento das obrigações estabelecidas nos contratos administrativos, cujas atividades se encontram suspensas, a partir de 19 de março de 2020, estendendo-se enquanto se perdurar o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia causada pelo novo coronavírus-COVID-19,

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município, e

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS;

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

Considerando o disposto nos Decretos Estaduais n.º 509, de 17 de março de 2020, n.º 521, de 19 de março de 2020, e o decreto n.º 515, de 17 de março de 2020, que no art. 2º determinou:

Art. 2º. Para enfrentamento da emergência de saúde pública declarada no art. 1º deste Decreto, ficam suspensas, em todo o território estadual, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, pelo período de 7 (sete) dias:

I - a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;

II - as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, shopping centers, restaurantes e comércio em geral;

III - as atividades e os serviços públicos não essenciais, no âmbito municipal, estadual e federal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto; e

IV - a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro.

Considerando o disposto no Decreto Estadual n.º 525, de 23 de março de 202, que no art. 7º adotou as seguintes medidas:

Art. 7º. Ficam suspensas, em todo o território catarinense, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020:

I –pelo período de 7 (sete) dias:

- a) as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, shopping centers, bares, restaurantes e comércio em geral;
- b) os serviços públicos considerados não essenciais, em âmbito municipal, estadual e federal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro;
- d) a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros ; e
- e) a circulação e o ingresso no território catarinense de veículos de transporte interestadual e internacional de passageiros, público ou privado, bem como os veículos de fretamento para transporte de pessoas;

II –pelo período de 30 (trinta) dias:

- a) os eventos e as reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos;
- b) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e praias; e
- c) contados de 19 de março de 2020, as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente; e

III –por tempo indeterminado, o calendário de eventos esportivos organizados pela Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE), bem como o acesso público a eventos e competições da iniciativa privada.

Considerando o disposto no Decreto Estadual n.º 535, de 30 de março de 202, que no art. 1º prorrogou por mais 07 dias, as medidas estabelecidas no Decreto Estadual n.º 525/2020;

Considerando o disposto no Decreto Estadual n.º 562, de 17 de abril de 2020, alterado pela redação do Decreto Estadual n.º 587, de 30 de abril de 2020, que declarou estado de calamidade pública em todo o território catarinense, e estabeleceu a adoção das seguintes práticas:

Art. 8º Ficam suspensas, em todo o território catarinense, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, por tempo indeterminado (g.n.):

I - a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros; e

II - a circulação e o ingresso no território catarinense de veículos de transporte interestadual e internacional de passageiros, público ou privado, bem como os veículos de fretamento para transporte de pessoas;

III - as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente;

IV - o calendário de eventos esportivos organizados pela Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE), bem como o acesso público a eventos e competições da iniciativa privada; e V - as atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, bem como a realização de shows e espetáculos que acarretam reunião de público.

Parágrafo único. Além das atividades e dos serviços suspensos conforme o disposto neste artigo, fica limitada a aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja interno ou externo, conforme regras sanitárias emitidas pelo COES da SES. (Redação dada pelo Decreto nº 587/2020)

Considerando o disposto no Decreto Estadual n.º 630, de 01 de junho de 2020, que Altera o Decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

Considerando o disposto nos Decretos Municipais nº 1848, de 17 de março de 2020, n.º 1849, de 18 de março de 2020, n.º 1856, de 25 de março de 2020, e nº 1865, de 14 de abril de 2020, os quais deliberam sobre medidas de enfrentamento de combate a propagação do novo coronavírus-COVID-10, e acata as determinações expedidas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências;

Considerando o art. 78, inciso XIV, da lei 8.666/93, que estabelece:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

...

XIV - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

....

Considerando, a impossibilidade da prestação e/ou fornecimento/exploração de serviços contratados por meio de regular processo licitatório, devido a suspensão das atividades, determinadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, e adotada no âmbito do Município de Seara, a que se referem o objeto dos contratos, cuja vigência se encontrava em curso durante o período da pandemia causada pelo novo coronavírus-COVID-19,

DECRETA,

Art. 1º. Ficam suspensos do cumprimento das obrigações estabelecidas nos contratos administrativos a seguir elencados, desde 19 de março de 2020, estendendo-se enquanto se perdurar o estado de calamidade pública, os contratos a seguir elencados:

Contrato nº	Fornecedor/Locador/Prestador Serviços
018/2016	Prigol Transportes Ltda
091/2020	Montanha Transportes Ltda
097/2020	Cleice Somensi
223/2018	Sergio Mezzaroba
072/2017	Jung & Cia Ltda
073/2017	Montanha Transportes Ltda
093/2020	Maristela F.M. Fernandes Ltda
040/2020	Montanha Transportes Ltda
078/2017	Clair e Vitalino Transportes Ltda
021/2016	Dalamar Transportes Ltda
075/2017	Transportes Coletivos Hermes Ltda
095/2020	Loiri A. Christ ME
096/2020	PM Transportes Ltda

060/2017	Prigol Transportes Ltda
010/2018	Clair e Vitalino Transportes Ltda
074/2017	Nova Teotonia Transportes Ltda
094/2020	Bordignon & Cia Ltda
092/2020	Clair e Vitalino Transportes Ltda
224/2018	Erineu Mocellin
039/2019	Pinhal Transportes Ltda
148/2018	Maristela F.M. Fernandes Ltda
069/2019	Auto Viação Seara Ltda
023/2020	Reunidas S/A Transportes Coletivos
065/2018	Ademar Telles Sobrinho
176/2017	Lanchonete CG Ltda
216/2018	Robson Vanderlei dos Santos

Art. 2º. Fica assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, ou a rescisão do contrato.

Art. 3º. Em caso de permanência do vínculo contratual com a administração, o Poder Público, mediante justificativa, poderá retomar a execução da obrigação contratual quando entender conveniente e adequado ao serviço público.

Art. 4º. O período de vigência e/ou abrangência se restringe ao prazo de suspensão das atividades dos contratos constantes no art. 1º deste Decreto, estabelecidos pelos Decretos e Portarias de autoria do Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 16 de junho de 2020

EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 16 de junho de 2020.

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

EDITAL Nº 63/2020

Publicação Nº 2525850

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 63/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, § 2º do art. 3º da Lei 1.332, de 22 de junho de 2005 CONVOCA representantes de cada uma das seguintes entidades ou órgãos: Entidades de Classe, Associações de Moradores e de Funcionários, Secretarias da Administração Municipal, Superintendências, Conselhos Populares, Câmara de Vereadores, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior para a Conferência Municipal para a revisão do PPA 2018-2021, e proposta da LDO/2021 e LOA/2021 a ser realizada no dia 31 de julho de 2020, com início às 13h30min, com a seguinte,

ORDEM DO DIA

- Abertura pelo senhor Prefeito Municipal;
- Análise da situação econômica, financeira e social do Município;
- Análise da situação econômica e projeção da receita/despesa para o exercício de 2021 com projeções para os anos de 2022 e 2023 (LDO/2021 e LOA/2021);
- Análise do Plano de Trabalho da Administração – Programas e Ações (PPA 2018/2021);
- Encerramento.

Considerando o Decreto nº 1856, de 25 de março de 202, que declara situação de emergência no Município de Seara, e prorroga o prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências, a realização da Conferência convocada pelo presente Edital, será efetua de forma virtual. Seara/SC, em 16 de junho de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

PORTARIAS Nº 280/2020 A Nº 283/2020

Publicação Nº 2525878

Portaria nº. 280/2020. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 104 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e da outras providências, resolve,

Conceder, A servidora Francieli Zolett Dalavechia, matrícula 246604, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor/20h, licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico, pelo período de 12 a 26 de junho de 2020, mediante remuneração pelo município e a partir de 27 de junho de 2020, pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo a servidora se submeter à perícia médica junto ao INSS. Os efeitos desta Portaria estender-se-ão até a cessação do benefício previdenciário.

Seara - SC, 16 de junho de 2020.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 16 de junho de 2020.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

Portaria nº. 281/2020. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 1º da lei complementar nº. 35 de 17 de março de 2010, que altera a redação do artigo 110 e acrescenta os artigos 110-A, 110-B, 110-C e 110-D da lei complementar 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e da outras providências, resolve, Prorrogar, Por mais 60 (sessenta) dias consecutivos, no período de 09 de setembro a 07 de novembro de 2020, a Licença Maternidade da servidora Angelica Fernanda Zandonai, matrícula 256301, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Interno.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 16 de junho de 2020.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 16 de junho de 2020.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

Portaria nº. 282/2020. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso X do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, resolve, Prorrogar, O prazo de vigência da Portaria nº. 111/2020, que contrata Silvana Zanco, em caráter temporário, para exercer a função de Professor Titulado, constante no anexo I, Grupo B – Secretaria Municipal de Educação, da Lei Complementar 98/2019, na Educação Infantil, no Centro de Educação Infantil Dona Ilse, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos conforme o estabelecido em lei, a partir de 02 de julho de 2020, em razão de constatação de gravidez, até o término da licença maternidade.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 16 de junho de 2020.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 16 de junho de 2020.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

Portaria nº. 283/2020. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve, Demitir a pedido, Eloneide Regina Chiossi, contratada em caráter temporário, para exercer a função de Professor Titulado, constante no anexo I, Grupo B – Secretaria Municipal de Educação, da Lei Complementar 98/2019, a partir de 15 de junho de 2020.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 16 de junho de 2020.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 16 de junho de 2020.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretaria da Administração

PROCESSO LICITATÓRIO 102/2020

Publicação Nº 2526002

Processo Licitatório n.º 102/2020.

Edital de Pregão Presencial n.º 055/2020 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei n.º 10.520/02 e lei n.º 8.666/93, estará recebendo e protocolizando no livro respectivo, impreterivelmente até às 08h30min do dia 29/06/2020, "envelope de credenciamento, da proposta e da

documentação” referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de filtros de: ar, combustível, hidráulico, lubrificante e de transmissão. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtido no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 17 de junho de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 040/2020

Publicação Nº 2525418

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 040 DE 15/06/2020.

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 040/2020 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC E A EMPRESA ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA - ME.

MUNICIPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa de direito público interno, com endereço na(o) Av. Dom Pedro II, 830, centro, Serra Alta, inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL DARCI CERIZOLLI, brasileiro, casado, domiciliado no Município de Serra Alta - SC, portador do CPF sob nº. 430.332.889-87 e RG 1.233.665/SSP/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e a ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.397.355/0001-30, com endereço à Tr Sia Trecho 17 Rua 20 Lote 90 Sala, 201 - 2 Pavimento Zona Industrial, CEP: 71.200-256 - Brasília/DF, neste ato representado pelo Senhor Leonardo Cesar Ladeira, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 1.106.097 SSP/DF e do CPF nº 505.439.381-15, têm entre si o presente CONTRATO, celebrado com o amparo da Lei n.º 8.666/93 e em decorrência da Dispensa de Licitação nº 022/2020, com base no Inciso II, do art. 24 da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação do sistema denominado WCompras, para realização de licitação em meio digital, por intermédio da rede mundial de computadores, especificamente na modalidade Pregão, em todas as suas formas.

1.2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

Conforme Termo de Referência em Anexo a este contrato

CLÁUSULA segunda – DAS Alterações

2.1- Os serviços que compõem o objeto deste contrato poderão ser alterados em função de motivação da CONTRATANTE por meio de re-dimensionamento mediante celebração de Termo Aditivo. As alterações poderão ser:

2.1.1- Quantitativas– Quando houver mudança nos volumes contratados.

2.1.2. Qualitativas– Quando houver mudança nas especificações dos serviços contratados, desde que não haja descaracterização destes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1. Integram este contrato, como se transcrito, naquilo em que não contrariar o presente instrumento, a proposta comercial da CONTRATADA.

CLÁUSULA quarta – DA FUNDAMENTAÇÃO

4.1. Este contrato é celebrado por Dispensa de Licitação, com fulcro no art. 24, inc. II, da Lei 8.666/93, e autorizado por ato administrativo exarado nos autos do processo administrativo nº 022/2020 da CONTRATANTE.

CLÁUSULA quinta – DO REGIME DE EXECUÇÃO

5.1. A execução deste contrato terá como base a quantidade de usuários da Administração, sem dispêndio financeiro por parte desta.

CLÁUSULA SEXTA – das obrigações da contratante

Receber o objeto no prazo e condições preestabelecidas na proposta da CONTRATADA;

6.1. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços contratados, bem como, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, diligenciando a para que as mesmas sejam plenamente reparadas ou corrigidas;

6.2. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às instalações da CONTRATANTE para o cumprimento das rotinas de instalação e manutenção que visem a continuidade da prestação do serviço, desde que tenham sido credenciados pela CONTRATANTE e exclusivamente para atender o objeto contrato;

6.3. Acompanhar e fiscalizar os serviços, objeto deste contrato, por meio de representante designado para esse fim, realizando todos os registros que achar necessário;

6.4. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir com suas obrigações dentro dos prazos, normas e condições preestabelecidas na proposta;

6.5. Notificar, por escrito, à CONTRATADA por eventuais ocorrências, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa antes da aplicação de sanção administrativa ou rescisão do contrato;

6.6. Responder pelas consequências de suas ações ou omissões;

6.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

6.8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS obrigações da contratada

7.1. Atender ao pedido de informações, mediante solicitação expressa da CONTRATANTE, efetuadas por pessoas ou entidades por ela credenciada, relacionada com o desenvolvimento dos serviços contratados;

7.2. Processar diariamente o sistema, com todo suporte necessários a sua operação e ao armazenamento de seus dados, viabilizando consultas e atualizações pelos usuários;

7.3. Disponibilizar acesso lógico das estações de trabalho de seus usuários ao banco de dados do sistema;

7.4. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução deste Instrumento responsabilizando-se pelo pagamento de tributos e

despesas inerentes aos insumos necessários à prestação dos serviços;

7.5. Responsabilizar-se pela garantia dos serviços objeto deste contrato, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990;

7.6. Assumir inteira responsabilidade por danos ou desvios causados ao patrimônio da CONTRATANTE por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, mesmo que fora do exercício de atribuições previstas no contrato;

7.7. Responsabilizar-se pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;

7.8. Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições firmadas em sua proposta inicial;

7.9. Executar o objeto contratado em conformidade com as condições e prazos estabelecidos na proposta;

7.10. Submeter à aprovação do CONTRATANTE toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações, em face de imposições técnicas ou de cunho administrativo e legal indispensáveis à perfeita execução do Sistema;

7.11. Assumir o ônus decorrente de todas as despesas, tributos e demais encargos inerentes ao objeto deste contrato;

7.12. Cobrar os custos pela utilização do sistema dos fornecedores, nos termos do art. 5º, inc. III, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

7.13. Não transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações vinculadas à contratação;

7.14. Sujeitar-se à fiscalização da CONTRATANTE, no tocante a verificação e certificação das especificações técnicas exigidas, prestando todos os esclarecimentos solicitados e, atendendo de imediato às reclamações fundamentadas, caso venham a ocorrer;

7.15. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, em até 48 (quarenta e oito) horas, por intermédio do fiscal designado para acompanhamento do contrato;

7.16. Levar imediatamente, ao conhecimento do Fiscal do Contrato, qualquer fato anormal ou extraordinário que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;

7.17. Entregar, no prazo previsto na proposta o sistema pronto para operar;

7.18. Manter em dia suas obrigações, legais, fiscais sobre o serviço e sociais para com o pessoal envolvido no presente serviço, sob sua responsabilidade;

7.19. A CONTRATADA será responsável por todas as despesas com atualização e melhoria do sistema, bem como por todo serviço necessário à perfeita e completa execução do objeto do presente contrato;

7.20. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do início da prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.21. Indicar preposto para representá-la durante a vigência contratual.

7.22. Sujeitar-se à fiscalização do Fiscal do Contrato quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo às reclamações consideradas procedentes.

CLÁUSULA OITAVA – DO REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO

8.1. Conforme dispõe o art. 67 da Lei 8.666/93, a CONTRATANTE designará formalmente representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato e assegurar o perfeito cumprimento do contrato, além de intermediar as tratativas entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE.

8.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante designado serão imediatamente repassadas aos seus superiores para a adoção das medidas que couberem.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO E SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Em caso de cancelamento ou suspensão dos serviços, no todo ou em parte, por iniciativa das partes, estes serão considerados parcialmente entregues e caberá a notificação formal com 60 (sessenta) dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS NÍVEIS DE SERVIÇO

10.1. Os níveis de serviço deverão ser acompanhados e registrados pelo fiscal do contrato em instrumento próprio, que servirá de avaliação do serviço para a manutenção do contrato ou no caso de instrução de processo administrativo de rescisão ou de sanção administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO AUTORAL

11.1. A propriedade intelectual e titularidade de direito autoral correlato ao sistema WCompras se darão conforme descrito a seguir:

11.2. A solução de tecnologia da informação desenvolvida pela CONTRATADA para atendimento deste contrato é de propriedade intelectual da CONTRATADA, assim como seus direitos autorais;

11.3. Os programas de computador ou soluções em tecnologia da informação desenvolvidos pela CONTRATADA a partir de necessidades identificadas pela empresa, e que venham a ser utilizados como ferramenta de apoio ou estrutura de trabalho aos sistemas relacionados com os serviços contratados, sem que sua idealização decorra do disposto nos requisitos do sistema formulados pela CONTRATANTE, desde que sejam dispensáveis para o correto funcionamento e manutenção do sistema e afastada qualquer possibilidade de dependência na gestão e operação do sistema, constituirão propriedade da CONTRATADA;

11.4. De modo semelhante, os programas de computador ou soluções em tecnologia da informação idealizadas e desenvolvidas pela CONTRATADA, anterior ou posterior ao contrato, sem vinculação com os serviços contratados, poderão, a qualquer tempo e mediante requisição formal do CONTRATANTE, serem utilizados na prestação dos serviços, sempre que possam vir a agregar funcionalidades ao objeto principal do contrato, mediante termo de cessão de direito de uso, sem que ocorra qualquer alteração da titularidade original, que prevalecerá como sendo da CONTRATADA;

11.5. A CONTRATADA deve se abster de divulgar ou repassar quaisquer dados e informações dos sistemas dos clientes mantidas sob sua guarda, salvo se expressamente autorizado pelo CONTRATANTE;

11.6. A internalização de soluções não desenvolvidas pela CONTRATADA deverá ser precedida de apresentação de meios comprobatórios de direito e propriedade das soluções, códigos-fonte, etc., devendo ser anexados na documentação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO SIGILO E DA SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES

12.1. A CONTRATADA garante o sigilo e a segurança das informações no âmbito de sua operação dentro dos limites aos quais se restringem os serviços que compõem o objeto deste contrato.

12.2. A CONTRATADA somente fará uso de informações obtidas da CONTRATANTE para finalidades não previstas neste contrato se previamente autorizada de forma expressa pela CONTRATANTE.

12.3. A CONTRATANTE é responsável pela destinação que der as informações fornecidas por meio da execução do objeto deste contrato.

12.4. Este termo contratual, sua respectiva proposta comercial, bem como eventuais aditamentos poderão ser objeto de posterior análise de outros entes da Administração para parâmetro em processos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1. Os serviços que compõem o objeto deste contrato serão realizados via internet.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GRATUIDADE DO SISTEMA

14.1. Para a execução deste contrato não serão dispendidos recursos financeiros por parte da CONTRATANTE.

14.2. A CONTRATADA poderá cobrar pelos custos da utilização do sistema dos fornecedores interessados e cadastrados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

15.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE especialmente designado, observado o que se segue:

15.1.1. O representante da CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, inclusive a observância do seu prazo de vigência, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

15.1.2. As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;

15.1.3. A existência da fiscalização do CONTRATANTE de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da CONTRATADA na prestação dos serviços a serem executados;

15.1.4. A CONTRATANTE poderá exigir o afastamento de qualquer funcionário ou preposto que venha causar embaraço a fiscalização ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESCISÃO CONTRATUAL

16.1 A CONTRATADA comete infração administrativa nos casos de inexecução total ou parcial dos serviços, de acordo com a sua proposta.

16.2 A CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, no caso de descumprimento contratual, às seguintes sanções:

a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos ao CONTRATANTE; e

b) multa por faltas graves, assim entendidas aquelas que acarretem prejuízos significativos ao CONTRATANTE, no limite do prejuízo, a ser apurado em processo administrativo próprio.

16.3 A aplicação de qualquer das penalidades previstas neste contrato, realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.

16.4 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.5. O contrato só poderá ser rescindido pelas partes, com comunicação prévia de 60 (sessenta) dias, ou em prazo inferior de comum acordo entre as partes, sem aplicação de sanção administrativa no caso de cumprimento do prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

17.1. O presente contrato vigorará a partir da sua data de assinatura, pelo período de 60 meses, não podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. As partes elegem o foro da Modelo/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. Conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, caberá a CONTRATANTE providenciar, a sua conta, a publicação resumida deste instrumento e dos seus eventuais aditamentos na imprensa oficial.

19.2. E, para firmeza e como prova da realização de negócio jurídico bilateral, as partes contratantes e testemunhas assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, depois de lido e aceito, dele sendo extraídas as cópias necessárias à sua execução.

Serra Alta/SC, 15 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA – ME

LEONARDO CESAR LADEIRA

CONTRATADA

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

MAURÍCIO LEONIR SONDA

Advogado

OAB/SC 54.175

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI LUANA RAFAELA WALKER GIRELLI

CPF: 029.867.439-43 CPF: 009.277.159-96

Sec. de Administração Diretora do Dpto. de Plan. e Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2020 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525435

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2020 DE 16 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA A SER FINANCIADA E COBRADA DOS PROPRIETÁRIOS DA ZONA DE INFLUÊNCIA DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA 08 DE MAIO.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao Capítulo VIII da Lei Complementar nº 017/2014 de 17 de setembro de 2014 – Código Tributário Municipal, e de acordo com o previsto no Código Tributário Nacional (Lei nº. 5.172/1966), Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei Federal nº. 10.257/2001 (Estatuto das Cidades), Lei Municipal nº. 1.085/2017 de 14 de setembro de 2017 (Plano Plurianual – PPA exercício 2018/2021), Lei Municipal nº. 1.125/2019 de 16 de julho de 2019 (Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO exercício 2020), Lei Municipal nº. 1.137/2019 de 13 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária Anual – LOA exercício 2020) e Lei Municipal nº. 1.140/2020 de 04 de maio de 2020 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências),

FAZ SABER a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº. 1.140/2020 de 04 de maio de 2020, localizados na: I - Rua 08 de Maio, trecho entre a Rua José Cerizolli e Adalbio Ghidini, com a área de 2.560,00m²; nesta data TORNA PÚBLICO que o Poder Público Municipal de Serra Alta, a partir da publicação deste EDITAL, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de reurbanização, consistente de pavimentação asfáltica sobre calçamento existente (pedra basalto irregular), drenagem pluvial, sinalização vertical, meio-fio e demais obras complementares.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Fica publicado o presente Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria como forma de atender ao Art. 3º da Lei Municipal nº. 1.140/2020 de 04 de maio de 2020, aos Arts. 148 e 149 da Lei Complementar nº. 017/2014 de 17 de setembro de 2014 (Código Tributário Municipal) e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 135/2020 de 15 de junho de 2020 que "Dispõe sobre a nomeação dos Membros da Comissão para avaliação dos imóveis para contribuição de melhoria, e dá outras providências".

1.2 São partes integrantes deste Edital:

I – Memorial descritivo do projeto;

II – Orçamento do custo da obra;

III – A determinação do custo da obra a ser financiada pela contribuição;

IV – Determinação da zona beneficiada, com relação dos imóveis nela compreendidos;

V – Valorização individual e total dos imóveis em consequência da obra pública;

VI – Valor da contribuição de melhoria a ser paga pelo proprietário.

VII – Determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contida;

1.3 A contribuição de melhoria é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

1.4 São contribuintes da contribuição de melhoria o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóvel situado na zona de influência da obra.

1.4.1 Os bens indiviso serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhe couberem.

1.4.2 Os demais imóveis serão lançados em nome de seus titulares respectivos.

2 MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

2.1 O memorial descritivo, Anexo I do presente Edital, descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação asfáltica sobre calçamento existente (pedra basalto irregular), drenagem pluvial, sinalização vertical, meio-fio e demais obras complementares, na área de influência da obra, descrita no Item 5 do presente Edital, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, conforme projeto de engenharia elaborados e aprovados pelo Município, que se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria de Planejamento e Finanças da Prefeitura Municipal de Serra Alta..

2.2 Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas da ABNT, sob a fiscalização de responsável técnico designado pela Prefeitura Municipal de Serra Alta.

3 ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

3.1 O custo total/orçamento estimado para a consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Municipal nº. 1.140/2020 de 04 de maio de 2020, corresponde a quantia de R\$ 101.995,20 (cento e um mil, novecentos e noventa e cinco reais e vinte centavos), conforme descritos no Anexo II do presente Edital.

4 PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO

4.1 O fato gerador da contribuição de melhoria será a valorização que a obra pública proporcionará a cada imóvel, à qual será apurada através de avaliação antecedente e posterior a realização da obra, e, que servirá de base de cálculo da contribuição. As avaliações devem constar de Editais específicos, indicando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº. 1.140/2020 de 04 de maio de 2020.

5 DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA

5.1 A zona de influência do benefício direto da obra é aquela correspondente aos imóveis confrontantes com a:

I - Rua 08 de Maio, trecho entre a Rua José Cerizolli e Adalbio Ghidini, com a área de 2.560,00m²;

5.2 Os imóveis diretamente beneficiados com a obra são os constantes no Anexo III do presente Edital, conforme definido pela comissão nomeada pelo Decreto Municipal nº. 135/2020 de 15 de junho de 2020.

6 VALORIZAÇÃO INDIVIDUAL E TOTAL DOS IMÓVEIS EM CONSEQUÊNCIA DA OBRA PÚBLICA

6.1 A valorização individual e total dos imóveis diretamente beneficiados em consequência da obra pública será apurada através de avaliação antecedente e posterior a realização da obra, e, que servirá de base de cálculo da contribuição. A avaliação antecedente, são as constantes no Anexo III do presente Edital, conforme definido pela comissão nomeada pelo Decreto Municipal nº. 135/2020 de 15 de junho de 2020 e as avaliações posteriores devem constar de Editais específicos, indicando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº. 1.140/2020 de 04 de maio de 2020.

7 VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA A SER PAGA PELO PROPRIETÁRIO (Fator de Rateio)

7.1 A determinação da Contribuição de Melhoria será nos limites da valorização imobiliária produzida com a obra pública, rateando-se, proporcionalmente, nos limites da valorização imobiliária gerada em cada imóvel incluído na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função dos fatores individuais. Sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto na Lei Municipal nº. 1.140/2020 de 04 de maio de 2020, art. 145, inciso III, da Constituição Federal de 1998 c/c artigos 81 e 82 ambos da Lei nº. 5.172 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto das Cidades) e Lei Complementar nº. 017/2014 de 17 de setembro de 2014 (Código Tributário Municipal).

7.2 A apuração da valorização do imóvel far-se-á levando em conta:

I – valor da propriedade localizada na área de influência da obra pública, verificado antes e após a realização da obra pública;

II – a situação do terreno na zona de influência;

III – sua testada e área;

IV – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente;

V – a efetiva valorização do imóvel com a obra pública.

7.3 Para o cálculo da contribuição de melhoria será utilizada a seguinte fórmula:

$$CM = CO \times (VII / STI)$$

Onde:

CM = Valor a ser pago a título de Contribuição de Melhoria;

CO = Custo da Obra, ou se for o caso, parcela do custo da obra a ser financiada pelos contribuintes;

VII = Valorização Individual do Imóvel em consequência da Obra (a valorização do imóvel deverá ser igual ou maior do que o valor a ser pago a título de contribuição de melhoria);

STI = Somatório da Valorização de Todos os Imóveis pertencentes à zona beneficiada.

7.4 Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

7.5 Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme previsão na Lei Municipal nº. 1.140/2020 de 04 de maio de 2020, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

7.6 Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos do pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam aos requisitos previstos na Lei Complementar nº. 017/2014 de 17 de setembro de 2014 (Código Tributário Municipal), sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema, o que será analisado pela Autoridade Administrativa, de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido em lei e, mediante requerimento administrativo para os demais casos.

8 FATOR DE ABSORÇÃO DO BENEFÍCIO DA VALORIZAÇÃO

8.1 O fator de absorção do benefício da zona atingida tem como base à valorização dos imóveis, para as áreas diretamente atingidas pela obra, tendo como limite máximo o custo total da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no respectivo imóvel, apurada mediante procedimento administrativo que consta no laudo anexo, levando-se em conta os índices cadastrais, ou seja, a parcela a ser financiada pelos contribuintes será de 50,00% (cinquenta por cento) do custo da obra (Item 3.1 deste Edital).

9 DA IMPUGNAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

9.1 A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Órgão Fazendário do Município de Serra Alta, dirigido ao Secretário Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico, observando as seguintes disposições:

9.1.1 O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil à publicação do presente, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo ao exame do Poder Judiciário.

9.1.2 As impugnações aos elementos a que se refere este artigo serão apresentadas por meio de petição formalizada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob a pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria de Administração e Desenvolvimento Econômico o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e Finanças e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior será feita:

a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;

c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

9.1.3 Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, entre outras, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 10 (dez) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de

publicidade.

9.2 As petições de impugnação não suspenderão o início ou prosseguimento da obra.

10 DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis às disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto das Cidades), Lei Complementar nº. 017/2014 de 17 de setembro de 2014 (Código Tributário Municipal) e Lei Municipal nº. 1.140/2020 de 04 de maio de 2020.

10.2 Para os fins da aplicação deste Edital, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada em estrita observância à Legislação indicada neste Edital.

10.3 Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I, II e III) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados no site oficial do Município (www.serraalta.sc.gov.br), e na Secretaria de Planejamento e Finanças, junto ao Departamento de Tributação do Município, durante o horário de expediente, para informações e/ou esclarecimentos de eventuais dúvidas.

10.4 Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br) nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22 de Maio de 2013.

Serra Alta, SC, 16 de junho de 2020.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CERIZOLLI

Secretário de Administração

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico:

MAURÍCIO LEONIR SONDA

OAB/SC 54.175

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

Lei Municipal nº. 1.140/2020 de 04 de maio de 2020.

Obra/Serviço: pavimentação asfáltica sobre calçamento existente (pedra basalto irregular), drenagem pluvial, sinalização vertical, meio-fio e demais obras complementares.

Local: Rua 08 de Maio.

Área total: 2.560,00m²

Valor Orçado/Estimado: R\$ 101.995,20 (cento e um mil, novecentos e noventa e cinco reais e vinte centavos).

O presente memorial descritivo refere-se à execução de pavimentação asfáltica da Rua 8 de Maio e do pátio do Cemitério Municipal, num total de 3.257,20 m², sendo a pavimentação executada sobre o solo natural no pátio do cemitério e sobre calçamento existente da Rua 8 de Maio onde será realizada uma reperfilagem asfáltica.

☐ DRENAGEM PLUVIAL

A drenagem pluvial da Rua 8 de Maio é existente e no pátio do cemitério a área encontra-se situada em posição que não recebe contribuição de áreas à montante, e a área a ser pavimentada tem caimento natural para onde as águas estão desaguando atualmente e a contribuição é pequena, não necessitando ser tubulada.

☐ TERRAPLENAGEM – SUB-LEITO E BASE

Como o pátio já possui um subleito com revestimento em cascalho e brita, e também por estar sendo usado já a muitos anos, pode-se considerar que somente será necessária uma base em brita graduada para reforçar o pavimento e dar a conformação necessária para o revestimento asfáltico.

As obras de terraplenagem deverão estar concluídas antes do início da construção do pavimento. Inicialmente será feita a marcação da terraplenagem conforme o projeto, para em seguida serem executados os serviços necessários.

Como a via já é utilizada com um revestimento primário em cascalho e brita, e já está compactada devido ao uso contínuo e prolongado, a camada de cascalho existente é considerada como a sub-base. Sobre esta sub-base será executada uma base de brita graduada na espessura de 10,0 cm. A camada de brita graduada deverá ser devidamente compactada.

Terminada a compressão, o acabamento deverá ser verificado por meio de réguas, devendo as saliências e reentrâncias serem corrigidas. Sobre a via preparada não será permitido trânsito, devendo a base e o pavimento asfáltico serem executados o mais rapidamente possível, para evitar danos por chuvas.

I PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

PAVIMENTAÇÃO DO PÁTIO

Imprimação

Para aumentar a coesão da superfície, impermeabilizar a camada inferior e aumentar a aderência com a camada superior será realizada a imprimação com asfalto diluído CM-30 sobre a base granular.

A camada (base ou sub-base) sobre a qual vai ser executada a imprimação impermeabilizante deve estar totalmente concluída, com as declividades estipuladas no projeto.

A taxa de aplicação ideal do material betuminoso é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas. Deve ser determinada, experimentalmente, no canteiro de obra: segundo a norma ABNT NBR 12.950, essa taxa varia de 0,8 l/m² a 1,6 l/m², conforme o tipo e textura da base de aplicação e do material betuminoso escolhido. Para este projeto foi considerada uma taxa de 1,2 l/m².

A temperatura do material betuminoso é o que determina sua viscosidade. A distribuição desse material não pode ser iniciada enquanto não for atingida e mantida, dentro do veículo distribuidor, a temperatura necessária para obtenção da viscosidade adequada à distribuição. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias chuvosos ou com chuva iminente.

A aplicação do material betuminoso é feita pela barra de distribuição de um caminhão distribuidor. Ele deve percorrer a extensão a ser imprimada em velocidade uniforme, segundo trajetória equidistante do eixo da pista. Durante a aplicação, devem ser evitados e corrigidos imediatamente o excedente ou a falta do material asfáltico.

Pintura de ligação

Pintura de ligação consiste na aplicação de ligante betuminoso sobre superfície de base ou revestimento betuminoso anterior à execução de uma camada betuminosa qualquer, objetivando promover condições de aderência entre as mesmas.

O ligante betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente for inferior a 10° C, ou em dias de chuva, ou quando a superfície a ser pintada apresentar qualquer sinal de excesso de umidade.

Os ligantes betuminosos empregados na pintura de ligação poderão ser dos tipos seguintes: Emulsões asfálticas, tipos RR-1C e RR-2C.

A taxa recomendada de ligante betuminoso residual é de 0,3 l/m² a 0,4 l/m². Antes da aplicação, a emulsão deverá ser diluída na proporção de 1:1 com água a fim de garantir uniformidade na distribuição desta taxa residual. A taxa de aplicação de emulsão diluída é da ordem de 0,8 l/m² a 1,0 l/m². A água deverá ser isenta de teores nocivos de sais ácidos, álcalis, ou matéria orgânica, e outras substâncias nocivas.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do ligante betuminoso em quantidade uniforme.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao tráfego. Quando isto não for possível, trabalha-se em meia pista, executando a pintura de ligação da adjacente assim que a primeira for permitida ao tráfego.

Camada de rolamento sobre base granular

Para a camada de revestimento será utilizado CBUQ numa espessura final de 4,0 cm. O lançamento será com vibro-acabadora e a rolagem deverá ser feita com rolo pneumático e o fechamento com rolo liso (Tandem).

Material da camada de rolamento

O agregado utilizado na camada de rolamento terá idênticas especificações acima descritas, sendo que deverá obedecer a seguinte faixa granulométrica, composta de brita no. 1, pó, pedrisco e Filler calcáreo:

Peneira – ASTM mm % que passa

	3/4"	19,1	100
	1/2"	12,7	80 - 100
	3/8"	9,52	70 - 90
	no. 4	4,76	44 - 72
	no. 10	2,0	22 - 50
	no. 40	0,42	8 - 26
	no. 80	0,177	4 - 16
	no. 200	0,074	2 - 10

Pelo menos metade da fração que passa na peneira de 0,074mm deverá ser constituída de Filler calcáreo.

Para a execução do Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) será utilizado Cimento Asfáltico de Petróleo CAP-50/70, a 5,5%.

A temperatura do cimento asfáltico empregado na mistura deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o cimento asfáltico apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 a 150 SSF, "SayboltFurol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 75 a 95 SSF. A temperatura do ligante não deve ser inferior a 107°C nem exceder a 177°C. Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10°C a 15°C acima da temperatura do ligante asfáltico, sem ultrapassar 177°C. A distribuição do concreto asfáltico deve ser feita por equipamentos adequados. Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas devem ser sanadas pela adição manual de concreto asfáltico, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos. Após a distribuição do concreto asfáltico, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura asfáltica possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso. Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual deve ser aumentada à medida que a mistura seja compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compactação deve ser iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compactação deve começar sempre do ponto mais baixo para o ponto mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não são permitidas mudanças de direção e inversões bruscas da marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém – rolado. As rodas do rolo devem ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

A compressão requerida nos lugares inacessíveis aos compressores será executada por meio de soquete manual. As depressões ou saliências

que apareçam depois da rolagem deverão ser corrigidas pelo afrouxamento, regularização e compressão da mistura até que a mesma adquira densidade igual à do material circunjacente.

PAVIMENTAÇÃO SOBRE CALÇAMENTO

Quando a superfície do pavimento apresentar sulcos, painelas ou desagregações, a causa dessas irregularidades deve ser investigada por meio de estudo de infraestrutura do pavimento existente e as reparações devem ser procedidas antes da regularização das ondulações ou desníveis verificados.

Os locais em que possa ocorrer acúmulo de água, nas depressões que permanecerem sob o pavimento asfáltico deverão ser drenados. Para tanto, deverão ser escavadas pequenas valas desde a depressão até os drenos laterais, e preenchidas com brita. No caso de não existirem drenos, as valas deverão ser direcionadas às sarjetas laterais da via.

Depois de feitos os serviços de drenagem pluvial, será feita a limpeza da superfície do pavimento existente, por meio de vassourões de fibras grossas, auxiliados por jatos de água, se necessário. A superfície será irrigada até a eliminação total dos resíduos nocivos à aderência. Após o calçamento estar devidamente limpo, será executada uma pintura de ligação com emulsão asfáltica RR-2C numa taxa de 0,5 l/m². A distribuição do material betuminoso deverá ser feita sob pressão nos limites de temperatura de aplicação especificados. Deverá ser feita nova aplicação do material betuminoso com o distribuidor manual nos lugares onde houver deficiência dele. Depois de aplicada, a pintura deverá permanecer em repouso, até que seque e endureça suficientemente para receber a próxima camada.

O serviço de reperfilagem do calçamento será executado numa espessura média de 4,0cm com CBUQ espalhado com motoniveladora (pátrona) para deixar as superfícies irregulares do calçamento niveladas, sendo esta camada suficientemente compactada.

O agregado deverá consistir de pedra britada, de fragmentos angulares, limpos, duros, tenazes e isentos de fragmentos moles ou alterados, de fácil desintegração. Deverá apresentar boa adesividade. A mistura de agregados para a regularização deverá obedecer a seguinte faixa granulométrica composta de brita no. 2, 1 e pó de pedra:

Peneira – ASTM mm % que passa

	3/4"	19,1	100
	1/2"	12,7	80 - 100
	3/8"	9,52	70 - 90
	no. 4	4,76	44 - 72
	no. 10	2,0	22 - 50
	no. 40	0,42	8 - 26
	no. 80	0,177	4 - 16
	no. 200	0,074	2 - 10

Para a execução do Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) será utilizado Cimento Asfáltico de Petróleo CAP-50/70, a 5,5%. A mistura deverá deixar a usina a uma temperatura de no máximo 150 °C e chegar ao local da obra a uma temperatura não inferior a 120 °C. O transporte será feito em caminhões providos de caçamba metálica com uso de coberturas de lona para proteção da mistura.

A rolagem deverá ser iniciada à temperatura de 120 °C e encerrada sem que a temperatura caia abaixo de 80 °C.

A rolagem deverá ser iniciada nas bordas e progredir longitudinalmente para o centro, de modo que os rolos cubram uniformemente em cada passada, pelo menos a metade da largura de seu rastro de passagem anterior. Nas curvas a rolagem deverá progredir do lado mais baixo para o mais alto, paralelamente ao eixo da guia e nas mesmas condições de recobrimento do rastro.

Os compressores não poderão fazer manobras sobre camadas que estejam sofrendo rolagem. A compressão requerida nos lugares inacessíveis aos compressores será executada por meio de soquete manual.

Para o controle da massa asfáltica primeiramente deverá ser feito o controle da temperatura do agregado no silo quente da usina, do ligante na usina e da mistura no momento da saída do misturador. A tolerância deve ser de apenas 5%, para mais ou para menos, em relação às temperaturas especificadas no projeto.

Na sequência poderão ser feitos os ensaios de percentagem de ligante na mistura, granulometria, Ensaio Marshall e Ensaio de Tração por Compressão diametral. Todos estes ensaios serão descritos logo no próximo item.

As depressões ou saliências que apareçam depois da rolagem deverão ser corrigidas pelo afrouxamento, regularização e compressão da mistura até que a mesma adquira densidade igual à do material circunjacente.

Crítérios de medição

Os serviços serão medidos de acordo com os critérios estabelecidos no Edital de Licitação dos serviços ou, na falta destes critérios, de acordo com as seguintes disposições gerais:

- o concreto asfáltico será medido em toneladas de mistura efetivamente aplicada na pista.
- o transporte do concreto asfáltico efetivamente aplicado será medido com base na distância entre a refinaria e o canteiro de serviço;
- nenhuma medição será processada se a ela não estiver anexado um relatório de controle da qualidade contendo os resultados dos ensaios e determinações devidamente interpretados, caracterizando a qualidade do serviço executado.

Fiscalização do pavimento asfáltico

Todos os materiais utilizados na fabricação de Concreto Asfáltico (Insumos) devem ser examinados em laboratório, obedecendo à metodologia indicada pelo DNIT, e satisfazer às especificações em vigor, sendo eles o cimento asfáltico de petróleo - CAP e os agregados (DNIT 031/2006 – ES).

De acordo com o DNIT um dos ensaios deve ser o de controle da quantidade de ligante na mistura. Devem ser efetuadas extrações de asfalto a cada 700 m² de pista, de amostras coletadas na pista, logo após a passagem da acabadora (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante na mistura deve respeitar os limites estabelecidos no projeto da mistura, devendo-se observar a tolerância máxima de $\pm 0,3\%$.

Também deverá ser feito o ensaio de controle das características da mistura. Devem ser realizados ensaios Marshall em três corpos-de-prova de cada mistura por jornada de oito horas de trabalho (DNER-ME043). Os resultados obtidos deverão ser comparados com os parâmetros especificados em projeto.

O controle do grau de compactação - GC da mistura asfáltica deve ser feito, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e compactada na pista, por meio de brocas rotativas e comparando-se os valores obtidos com os resultados da

densidade aparente de projeto da mistura. Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos, aleatoriamente, durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos GC inferiores a 97% ou superiores a 101%, em relação à massa específica aparente do projeto da mistura. Ensaio de Granulometria conforme DNER-ME 083). A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias especificadas no projeto da mistura.

Também deverá ser verificada a espessura da camada e para isso deve ser medida por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos; antes e depois do espalhamento e compactação da mistura. Admite-se a variação de $\pm 5\%$ em relação às espessuras de projeto. Pare este ensaio deverão ser coletados no mínimo de 6 pontos.

Após a execução de todos os ensaios descritos acima a empresa executora deverá realizar o laudo técnico. O laudo técnico deverá ser realizado por empresa idônea e deverá ser acompanhado de ART do profissional responsável pelo serviço.

I SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL

A sinalização viária vertical é existente, apenas será colocada uma placa de velocidade máxima e as placas do estacionamento para idoso e deficiente por mobilidade reduzida, próximo à Câmara Municipal de Vereadores.

Serão colocadas placas de sinalização vertical nos pontos indicados em projeto, de acordo com as medidas e indicações constantes no Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, Volume I – “Sinalização Vertical de Regulamentação” e Volume II – “Sinalização Vertical de Advertência”.

As placas serão de chapas metálicas galvanizadas com espessura de 2,0mm e o poste de sustentação será de aço galvanizado de diâmetro 60,3mm (DN 50) e com dispositivo anti-giro.

Os postes serão fixados no solo em buraco feito previamente nas dimensões de 30x30x50cm e após o poste estar devidamente aprumado será colocado no fundo da vala uma camada de concreto de 20,0cm e o restante do buraco preenchido com cascalho e parte do solo escavado.

PINTURA DAS PLACAS DE SINALIZAÇÃO

Como as placas serão em chapa galvanizada, isto é, um metal não-ferroso, necessitam ser tratadas adequadamente para promover a aderência das tintas.

Como as chapas saem da fábrica com uma camada de proteção, normalmente à base de óleos minerais. Esta camada precisa ser removida, pois é anti-aderente por natureza. Com o passar do tempo, se a superfície estiver exposta ao tempo, esta camada se desgasta e por isso se diz que galvanizado envelhecido pode ser pintado. Só que junto com a camada de óleo, se perdeu também um pouco a camada de zinco que é a proteção do aço abaixo dela.

Outro problema do galvanizado é a saponificação do filme acima dele, pois zinco é um metal alcalino. Em outras palavras: se pintar galvanizado com tinta esmalte e/ou sintética (alquídicas em geral), sem o uso de um primer adequado, o próprio zinco provocará a degradação da tinta e em pouco tempo começará a descascar.

Primeiramente é necessário proceder a uma boa limpeza para remover óleos e outros contaminantes. Em seguida é necessário aplicar um primer adequado. Em se tratando de aço galvanizado, o mais adequado é a aplicação de um primer à base de epóxi ou de PU-epóxi em espessura de 25 a 40 micrometros, preferentemente à pistola para garantir uma camada uniforme. Após a secagem da superfície a placa é pintada com tinta esmalte sintético automotivo.

DISPOSIÇÕES GERAIS

É um subsistema da sinalização viária, que se utiliza de placas, onde o meio de comunicação (sinal) está na posição vertical, fixado ao lado ou suspenso sobre a pista, transmitindo mensagens de caráter permanente e, eventualmente, variáveis, mediante símbolos e/ou legendas pré-reconhecidas e legalmente instituídas. As placas, classificadas de acordo com as suas funções, são agrupadas em um dos seguintes tipos de sinalização vertical:

- Sinalização de Regulamentação;
- Sinalização de Advertência;
- Sinalização de Indicação.

SINALIZAÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO

Tem por finalidade informar aos usuários das condições, proibições, obrigações ou restrições no uso das vias. Suas mensagens são imperativas e seu desrespeito constitui infração.

Forma e cores

A forma padrão do sinal de regulamentação é a circular, nas seguintes cores:

Cores:

- Fundo: Branco
- Tarja: Vermelha
- Orla: Vermelha
- Símbolo: Preto Letras: Pretas
- Obrigações Proibição

Constituem exceção quanto à forma, os sinais "Parada Obrigatória" - R-1 e "Dê a Preferência" - R-2, com as seguintes características:

Cores: Cores:

- Fundo: Vermelho Fundo: Vermelho
- Letras: Brancas Letras: Brancas
- Orla Interna: Branca
- Orla Externa: Vermelha

R-1 R-2

DIMENSÕES

As dimensões serão aquelas indicadas em prancha própria, podendo mudar para valores maiores até o limite constante no manual indicado acima.

Dimensões mínimas

a) PLACAS COM FORMA CIRCULAR

Área Urbana:

Diâmetro - 0,400 m

Tarja - 0,040 m Orla - 0,040 m

Área Rural:

Diâmetro - 0,750 m

Tarja - 0,075 m Orla - 0,075 m

b) PLACAS COM FORMA OCTOGONAL - R-1

Lado - 0,250 m

Orla Interna Branca - 0,020 m

Orla Externa Vermelha 0,010 m

c) SINAL DE FORMA TRIANGULAR - R-2

Lado - 0,750 m.

Orla - 0,100 m.

Obs.: O aumento no tamanho dos sinais implicará em variações proporcionais de orlas e símbolos.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Sendo necessário acrescentar informações para complementar os sinais de regulamentação, como período de validade, características e uso do veículo, condições de estacionamento, além de outras, deve ser utilizada uma placa adicional ou incorporada à placa principal, formando um só conjunto, na forma retangular, com as mesmas cores do sinal de regulamentação.

Exemplos de placas de regulamentação com informações complementares:

Forma e cores

A forma padrão do sinal de informações complementares é retangular, nas seguintes cores:

- Fundo: Branco

- Orla Interna: Vermelho

- Orla Externa: Branco

- Símbolo e/ou Legenda: Azul/Preto

Dimensões

As dimensões serão as indicadas abaixo, podendo mudar para valores maiores até o limite da lei.

- Placa retangular: lado menor = 40,0cm e lado maior = 70,0cm

SINALIZAÇÃO DE ADVERTÊNCIA

Tem por finalidade alertar aos usuários da via para condições potencialmente perigosas, indicando sua natureza. Suas mensagens possuem caráter de recomendação.

Forma e cores

A forma padrão do sinal de advertência é quadrada, devendo uma das diagonais ficar na posição vertical, nas seguintes cores:

Cores:

Fundo: Amarelo

Orla Interna: Preto

Orla Externa: Amarelo

Símbolo e/ou Legenda: Preto

Dimensões

As dimensões serão as indicadas abaixo, podendo mudar para valores maiores até o limite da lei.

- Placa quadrada: lado = 50,0cm

SINALIZAÇÃO DE ADVERTÊNCIA - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

As informações complementares à sinalização de advertência são utilizadas quando for necessário informar ao condutor ou demais usuários da via, sobre a distância, extensão, posição, direção, alternativa existente aos locais onde há restrição de tráfego ou de reforço dos sinais principais.

Exemplos de placas de advertência com informações complementares:

Forma e cores

A forma padrão do sinal de informações complementares é retangular, nas seguintes cores:

- Fundo: Amarelo
- Orla Interna: Preto
- Orla Externa: Amarelo
- Símbolo e/ou Legenda: Preto

Dimensões

As dimensões serão as indicadas abaixo, podendo mudar para valores maiores até o limite da lei.

- Placa retangular: lado menor = 40,0cm e lado maior = 70,0cm

☐ SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL

É um subsistema da sinalização viária que se utiliza de linhas, marcações, símbolos e legendas, pintados ou apostos sobre o pavimento das vias.

Tem como função organizar o fluxo de veículos e pedestres; controlar e orientar os deslocamentos em situações com problemas de geometria, topografia ou frente a obstáculos; complementar os sinais verticais de regulamentação, advertência ou indicação.

Características

Diferentemente dos sinais verticais, a sinalização horizontal mantém alguns padrões cuja mescla e a forma de colocação na via definem os diversos tipos de sinais.

Padrão e traçado

Seu padrão de traçado pode ser:

- Contínua: são linhas sem interrupção pelo trecho da via onde estio demarcando; podem estar longitudinalmente ou transversalmente opostas à via;
- Tracejada ou Seccionada: são linhas seccionadas com espaçamentos de extensão igual ou maior que o traço;
- Símbolos e Legendas: são informações escritas ou desenhadas no pavimento indicando uma situação ou complementando sinalização vertical.

Cores

A sinalização horizontal se apresenta em cinco cores:

- Amarela: utilizada na regulação de fluxos de sentidos opostos, na delimitação de espaços proibidos para estacionamento e/ou parada e na marcação de obstáculos;
- Vermelha: utilizada na regulação de espaço destinado ao deslocamento de bicicletas leves (ciclovias). Símbolos (Hospitais e Farmácias/cruz);
- Branca: utilizada na regulação de fluxos de mesmo sentido; na delimitação de espaços especiais, de trechos de vias, destinados ao estacionamento regulamentado de veículos em condições especiais; na marcação de faixas de travessias de pedestres; na pintura de símbolos e legendas. utilizada na regulação de fluxos de mesmo sentido; na delimitação de espaços especiais, de trechos de vias, destinados ao estacionamento regulamentado de veículos em condições especiais; na marcação de faixas de travessias de pedestres; na pintura de símbolos e legendas;
- Azul: utilizada nas pinturas de símbolos em áreas especiais de estacionamento ou de parada para embarque e desembarque;
- Preto: utilizada para proporcionar contraste entre o pavimento e a pintura.

Classificação

A sinalização horizontal é classificada em:

- Marcas longitudinais;
- Marcas transversais;
- Marcas de canalização;
- Marcas de delimitação e controle de Estacionamento e/ou Parada; - Inscrições no pavimento.

Marcas longitudinais

Separar e ordenar as correntes de tráfego, definindo a parte da pista destinada ao rolamento, a sua divisão em faixas, a divisão de fluxos opostos, as faixas de uso exclusivo de um tipo de veículo, as reversíveis, além de estabelecer as regras de ultrapassagem.

De acordo com a sua função as marcas longitudinais são subdivididas nos seguintes tipos:

a) LINHAS DE DIVISÃO DE FLUXOS OPOSTOS (COR AMARELA):

- Largura das Linhas: 0,10 m;
- Distância entre as Linhas (quando for o caso de faixa dupla): 0,10 m;

A pintura de sinalização longitudinal central, dividindo as faixas de rolamento será simples contínua, com largura de 0,10m, na cor amarela. Serão pintadas também faixas de pedestre para travessia das ruas como indicado em projeto e as vagas para idoso e deficiente com mobilidade reduzida.

OBSERVAÇÕES

A obra deverá obedecer às especificações estabelecidas pelo DNIT e DEINFRA sobre obras de pavimentação.

☐ PLACAS DA OBRA

– PLACA DO CONVÊNIO

Conforme previsto em contrato, todas as obras deverão possuir placas indicativas em conformidade com cores, medidas, proporções e

demais orientações contidas no presente manual e deverão ser confeccionadas em chapas planas, com material resistente às intempéries, metálicas galvanizadas ou de madeira compensada impermeabilizada, com a pintura a óleo ou esmalte.

As placas serão afixadas pelo agente promotor, em local visível, preferencialmente no acesso principal do empreendimento ou voltadas para a via que favoreça a melhor visualização das placas, e deverão ser mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade do padrão das cores, durante todo o período de execução das obras, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste ou a sua precariedade.

As placas deverão ser confeccionadas de acordo com cores, medidas, proporções e demais orientações do convênio.

– PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DA RUA

A Rua 8 de Maio já possui placas com a identificação dos nomes das ruas transversais e dela própria.

☐ SERVIÇOS GERAIS

Depois de finalizada a obra no que diz respeito a execução da camada de CBUQ, sinalização vertical e horizontal e ensaios, deve-se realizar a remoção dos entulhos que foram gerados durante o período e proceder com a limpeza final.

Também será a hora de retirar todo o material utilizado para a sinalização da obra, como por exemplo, placas, cavaletes, cones, fitas zebreadas, entre outros, uma vez que deverá ser feita a instalação de bueiros novos e reparos nos existentes e para que não ocorra acidente com os pedestres durante o período, deverá ser feita esta sinalização.

MEMORIAL DE CÁLCULO

☐ RUA 8 DE MAIO

Área da via

Área de pavimentação: $320,00 \times 8,0 = 2.560,00 \text{ m}^2$

Área de limpeza do calçamento existente: $2.560,00 \text{ m}^2$

Pavimento asfáltico – reperfilagem

Pintura de ligação com emulsão asfáltica RR-2C: área da via = $2.560,00 \text{ m}^2$

Concreto betuminoso usinado quente: área da via $\times 0,04 = 2.560,00 \times 0,04 = 102,40 \text{ m}^3$ Transporte – DMT 25 km (densidade $2,50 \text{ t/m}^3$)
 $= 102,40 \times 2,5 \times 25 = 6.400,00 \text{ t} \times \text{km}$

Sinalização viária

Faixa longitudinal simples contínua central (amarelo) = $258,0 \times 0,10 = 25,80 \text{ m}^2$

Pintura de faixa de pedestre, linha de retenção e vagas de idoso e deficiente com mobilidade reduzida: $81,60 \text{ m}^2$

Placas de regulamentação circulares de velocidade máxima (40km) (Diâmetro=0,50m) = 1 Placa retangular (40x70cm) para estacionamento de idoso e deficiente de mobilidade = 2

Passeios em blocos de concreto Comprimento total = $613,60 \text{ m}$

Área do passeio = $613,60 \times 2,00 = 1.227,20 \text{ m}^2$

Canteiros/floreiras = 40 um

Colarinho em concreto no canteiro (10x20x4,5m) = $0,09 \text{ m}^3$

Volume de concreto da totalidade dos colarinhos: $40 \times 0,09 = 3,60 \text{ m}^3$

Área de canteiro sobreposta ao passeio = $1,13 \text{ m}^2$

Área total de blocos = $613,60 \times 1,90 - 40 \times 1,13 = 1.120,60 \text{ m}^2$

Lastro de brita 1 = $1.120,60 \times 0,03 = 33,60 \text{ m}^3$

Blocos – espessura 6,0cm

Quantidade de rampas = 12 un

Piso tátil de alerta por rampa = $(1,9 + 1,5 + 1,9) \times 0,40 = 2,12 \text{ m}^2$

Área de blocos tátil de alerta = $2,12 \times 12 \text{ rampas} = 25,40 \text{ m}^2$

Área de blocos cinza natural = $1.120,60 - 25,40 = 1.095,20 \text{ m}^2$

I PÁTIO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL

O pátio de estacionamento do Cemitério Municipal possui uma região com calçamento, numa área de $245,50 \text{ m}^2$ e uma região com revestimento primário em cascalho e brita, numa área de $451,70 \text{ m}^2$.

Área de pavimentação asfáltica sobre calçamento

Área de pavimentação: $245,50 \text{ m}^2$

Área de limpeza do calçamento existente: $245,50 \text{ m}^2$

Pavimento asfáltico – reperfilagem

Pintura de ligação com emulsão asfáltica RR-2C: área da via = $245,50 \text{ m}^2$ Concreto betuminoso usinado quente: área da via $\times 0,04 = 245,50 \times 0,04 = 9,80 \text{ m}^3$ Transporte – DMT 25 km (densidade $2,50 \text{ t/m}^3$) = $9,80 \times 2,5 \times 25 = 612,50 \text{ t} \times \text{km}$

Área de pavimentação asfáltica sobre solo natural

Preparo da base

Regularização do subleito: $451,70 \text{ m}^2$

Base com brita graduada simples: área da via $\times 0,10 \text{ m} = 451,70 \times 0,10 = 45,20 \text{ m}^3$

Transporte – DMT 25 km (densidade 1,65 t/m³) = 1.864,50 t x km

Imprimação – asfalto diluído CM-30: área da via = 451,70 m²

Camada de revestimento asfáltico – espessura de 4,0cm Área de pavimentação (área da via): 451,70 m²

Pintura de ligação (emulsão asfáltica RR-2C): área da via = 451,70 m²

Concreto betuminoso usinado quente: área da via x 0,04 = 451,70 x 0,04 = 18,10 m³ Transporte – DMT 25 km (densidade 2,50 t/m³) = 18,10 x 2,5 x 25 = 1.131,20 t x km

Chapecó, 22 de abril de 2020.

Fernando L. Becker

Engenheiro Civil – Crea/SC 21.266-9

ANEXO II

ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

Lei Municipal nº. 1.140/2020 de 04 de maio de 2020.

Obra/Serviço: pavimentação asfáltica sobre calçamento existente (pedra basalto irregular), drenagem pluvial, sinalização vertical, meio-fio e demais obras complementares.

Local: Rua 08 de Maio.

Área total: 2.560,00m²

Valor Orçado/Estimado: R\$ 101.995,20 (cento e um mil, novecentos e noventa e cinco reais e vinte centavos).

PLANILHA DE ORÇAMENTO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA								
MUNICÍPIO: SERRA ALTA – SC							FOLHA No	
PROJETO: Pavimentação asfáltica e sinalização viária							22/04/20	
LOCALIZAÇÃO: Rua 8 de Maio								
ITEM	CÓDIGO (SINAPI / SICRO)	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT.	CUSTO UNIT	BDI (%)	PREÇO UNIT	PREÇO DO SERVIÇO
1.0		SERVIÇOS INICIAIS						
1.1	Sinapi 74209/001	Placa de obra em chapa galvanizado (3,0m x 1,0m)	m²	3,00	300,00	27,00%	381,00	R\$ 1.143,00
		Total do item					R\$ 1.143,00	
2.0		RUA 08 DE MAIO						
2.1		PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE CALÇAMENTO						
2.1.1		Reperfilagem / regularização – espessura 4,0cm						
2.1.1.1	Sinapi 73806/001	Limpeza do calçamento	m²	2.560,00	1,40	0,00%	1,40	R\$ 3.584,00
2.1.1.2	Sinapi 72943	Pintura de ligação com emulsão RR-2C (taxa aplicação = 0,5 l/m²) inclusive transporte da emulsão Canoas - Chapecó	m²	2.560,00	1,80	0,00%	1,80	R\$ 4.608,00
2.1.1.3	Sinapi 95993	Construção de pavimento com aplicação de CBUQ, camada de rolamento com espessura de 4,0 cm	m³	102,40	860,00	0,00%	860,00	R\$ 88.064,00
2.1.1.4	Sinapi 72840	Transporte de CBUQ com c/ base 6,0 m³ rodovia pavimentada DMT – 25km densidade 2,5 t/m³	t km	6.400,00	0,50	0,00%	0,50	R\$ 3.200,00
		Total do item					R\$ 99.456,00	
2.2		SINALIZAÇÃO VIÁRIA						
2.2.1	Sinapi 72947	Pintura horizontal de faixa longitudinal contínua c/ tinta acrílica amarela com micro esfera	m²	25,80	13,00	0,00%	13,00	R\$ 335,40

2.2.2	Sinapi 72947	Pintura horizontal de faixas de pedestre e indicações de estacionamento c/ tinta acrílica branca com micro esfera	m²	81,60	13,00	0,00%	13,00	R\$ 1.060,80
2.2.3	Sinapi 91131	Placa de sinalização viária retangular (40x70cm) com suporte de aço galvanizado D=60,3mm (DN50) h=3m, inclusive base de concreto não estrutural	un					
2.2.4	Sinapi 91127	Placa de sinalização viária circular d= 50cm com suporte de aço galvanizado D=60,3mm (DN50) e h= 3,0m, inclusive base de concreto não estrutural	un					
Total do item							R\$ 1.396,20	
VALOR TOTAL R\$							R\$ 101.995,20	

ANEXO III

DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA E

AVALIAÇÃO INDIVIDUAL E TOTAL DOS IMÓVEIS ANTES DA REALIZAÇÃO DA OBRA

Lei Municipal nº. 1.140/2020 de 04 de maio de 2020.

Obra/Serviço: pavimentação asfáltica sobre calçamento existente (pedra basalto irregular), drenagem pluvial, sinalização vertical, meio-fio e demais obras complementares.

Local: Rua 08 de Maio.

Área total: 2.560,00m²

Valor Orçado/Estimado: R\$ 101.995,20 (cento e um mil, novecentos e noventa e cinco reais e vinte centavos).

DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA COM A RELAÇÃO DOS IMÓVEIS NELA COMPREENDIDOS E								
AVALIAÇÃO INDIVIDUAL E TOTAL DOS IMÓVEIS ANTES DA REALIZAÇÃO DA OBRA								
PROPRIETÁRIO	NOME DA RUA	QUADRA	LOTE	ÁREA DO LOTE (m²)	TESTADA (mt linear)	ESQUINA (m²)	TOTAL PAVIMENTAÇÃO (m²)	VALOR DO IMÓVEL (R\$) ANTES DO INÍCIO DA OBRA
Município De Serra Alta	Rua 08 de Maio	40	1D	760,00	40,00	17,32	177,32	272.162,48
Mario Luiz Argenta	Rua 08 de Maio	40	2G	400,00	20,00	24,00	104,00	47.112,00
Moacir Diniz Argenta	Rua 08 de Maio	40	2S	400,00	20,00		80,00	47.112,00
Natalina Donida	Rua 08 de Maio	96	1	432,00	15,00	8,00	68,00	50.880,96
Natalina Donida	Rua 08 de Maio	96	2	360,00	12,50		50,00	42.400,80
Casa Novo Incorporações Ltda	Rua 08 de Maio	96	3	360,00	12,50		50,00	42.400,80
Genny Bresolin	Rua 08 de Maio	96	4	360,00	12,50		50,00	42.400,80
Genny Bresolin	Rua 08 de Maio	96	5	360,00	12,50		50,00	42.400,80
Ivan Ragazon	Rua 08 de Maio	96	6	432,00	15,00	24,00	84,00	240.654,74
Ulisses Girelli	Rua 08 de Maio	97	1	579,87	20,09	24,00	104,36	68.297,09
Evandro José De Carli	Rua 08 de Maio	97	2	360,18	14,31		57,24	223.898,33
Inês Lúcia Benvenutti	Rua 08 de Maio	97	3	360,18	14,31		57,24	42.422,00

Pedro Oracildo Haas	Rua 08 de Maio	97	4	360,18	14,31		57,24	42.422,00
Alaídes Terezi-nha Santoro	Rua 08 de Maio	97	5	360,18	14,31		57,24	42.422,00
Djonatan Ronning	Rua 08 de Maio	97	6	360,18	14,31		57,24	116.274,59
Maisa Ronning	Rua 08 de Maio	97	7	360,18	14,31		57,24	116.168,89
Carla Senhor	Rua 08 de Maio	97	8	360,18	14,31		57,24	179.092,10
Airton Lopes	Rua 08 de Maio	97	9	360,18	14,31		57,24	139.306,62
Luiz Carlos Andrighetto	Rua 08 de Maio	97	10	360,18	14,31		57,24	170.847,50
Sérgio Moser	Rua 08 de Maio	97	11	360,18	14,31		57,24	42.422,00
Sérgio Moser	Rua 08 de Maio	97	12	360,18	14,31		57,24	42.422,00
Casa Novo Incorporações Ltda	Rua 08 de Maio	97	13	360,18	14,31		57,24	42.422,00
Casa Novo Incorporações Ltda	Rua 08 de Maio	97	14	360,18	14,31		57,24	42.422,00
Cristiano Tomazelli	Rua 08 de Maio	97	15	360,84	18,12	8,00	80,48	116.415,75
Município De Serra Alta	Rua 08 de Maio	98	18	412,34	17,26	24,00	93,04	48.565,41
Município De Serra Alta	Rua 08 de Maio	98	17	360,00	12,00		48,00	42.400,80
Inês Lúcia Benvenuti	Rua 08 de Maio	98	16	360,00	12,00		48,00	42.400,80
Casa Novo Incorporações Ltda	Rua 08 de Maio	98	15	360,00	12,00		48,00	187.738,30
Volnei Detoni	Rua 08 de Maio	98	14	424,24	12,00		48,00	150.360,85
Claudemir De Jesus	Rua 08 de Maio	98	13	390,50	12,00		48,00	108.948,01
Aline Sartori	Rua 08 de Maio	98	12	362,75	12,00		48,00	217.129,70
Anderson Bolis	Rua 08 de Maio	98	11	360,00	12,00		48,00	212.250,13
Edson Diego Biolchi	Rua 08 de Maio	98	10	360,00	24,00	24,00	120,00	189.915,72
Daniel Da Silva	Rua 08 de Maio	99	12	360,00	24,00	24,00	120,00	42.400,80
Cleomar Ranzolin	Rua 08 de Maio	99	11	360,00	12,00		48,00	144.189,90
Elaine Lúcia Freitag	Rua 08 de Maio	99	10	360,00	12,00		48,00	127.045,56
Cleciana Maria Haslinger	Rua 08 de Maio	99	9	360,00	12,00		48,00	116.253,39
Elizandro Dall Agnol	Rua 08 de Maio	99	8	362,55	24,17	8,00	104,68	138.000,26
TOTAL GERAL					593,67	185,32	2.560,00	4.022.379,88
Serra Alta, SC, 16 de junho de 2020.								
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS								

MARINA RITA CHAGAS		JAIR DE ASSIS				LOIVO BERTOLDI	
Presidente da Comissão		Secretário da Comissão				Membro da Comissão	
de Avaliação		de Avaliação				de Avaliação	
De acordo,							
		DARCI CERIZOLLI					
		Prefeito Municipal					

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2020 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525446

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2020 DE 16 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA A SER FINANCIADA E COBRADA DOS PROPRIETÁRIOS DA ZONA DE INFLUÊNCIA DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NAS RUAS CONDE D'EU, PEDRO DAMO, DOM JOÃO VI, JOSÉ CERIZOLLI E MANOEL DA NÓBREGA.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao Capítulo VIII da Lei Complementar nº 017/2014 de 17 de setembro de 2014 – Código Tributário Municipal, e de acordo com o previsto no Código Tributário Nacional (Lei nº. 5.172/1966), Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei Federal nº. 10.257/2001 (Estatuto das Cidades), Lei Municipal nº. 1.085/2017 de 14 de setembro de 2017 (Plano Plurianual – PPA exercício 2018/2021), Lei Municipal nº. 1.125/2019 de 16 de julho de 2019 (Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO exercício 2020), Lei Municipal nº. 1.137/2019 de 13 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária Anual – LOA exercício 2020) e Lei Municipal nº. 1.142/2020 de 15 de junho de 2020 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências),

FAZ SABER a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº. 1.142/2020 de 15 de junho de 2020, localizados na: **I – Rua Pedro Damo**, compreendida entre a Avenida D. Pedro II e Rua Conde D'Eu, com área total de 588,40m² (quinhentos e oitenta e oito vírgula quatro metros quadrados); **II – Rua Conde D'Eu**, compreendida entre as Ruas Pedro Damo e Dom João VI, com área total de 896,00m² (oitocentos e noventa e seis metros quadrados); **III – Rua D. João VI**, compreendida entre a Rua Conde D'Eu e José Cerizolli, com área total de 336,00 m² (trezentos e trinta e seis metros quadrados); **IV – Rua Manoel da Nóbrega**, compreendida entre as Ruas Conde D'Eu e José Cerizolli, com área total de 593,68 m² (quinhentos e noventa e três vírgula sessenta e oito metros quadrados); **V – Rua José Cerizolli**, compreendida entre as Ruas D. João VI e final da mesma (Q43/Q59), com área total de 1.597,76 m² (mil quinhentos e noventa e sete vírgula setenta e seis metros quadrados), totalizando uma área total de 4.011,84m² (quatro mil e onze vírgula oitenta e quatro metros quadrados), nesta data **TORNA PÚBLICO** que o Poder Público Municipal de Serra Alta, a partir da publicação deste **EDITAL**, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de reurbanização, consistente de pavimentação asfáltica sobre solo natural e sobre pedra basalto irregular (calçamento), drenagem pluvial, sinalização vertical, meio-fio e demais obras complementares.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

1.1 Fica publicado o presente Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria como forma de atender ao Art. 3º da Lei Municipal nº. 1.142/2020 de 15 de junho de 2020, aos Arts. 148 e 149 da Lei Complementar nº. 017/2014 de 17 de setembro de 2014 (Código Tributário Municipal) e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 135/2020 de 15 de junho de 2020 que “Dispõe sobre a nomeação dos Membros da Comissão para avaliação dos imóveis para contribuição de melhoria, e dá outras providências”.

1.2 São partes integrantes deste Edital:

I – Memorial descritivo do projeto;

II – Orçamento do custo da obra;

III – A determinação do custo da obra a ser financiada pela contribuição;

IV – Determinação da zona beneficiada, com relação dos imóveis nela compreendidos;

V – Valorização individual e total dos imóveis em consequência da obra pública;

VI – Valor da contribuição de melhoria a ser paga pelo proprietário.

VII – Determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contida;

1.3 A contribuição de melhoria é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

1.4 São contribuintes da contribuição de melhoria o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóvel situado na zona de influência da obra.

1.4.1 Os bens indiviso serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhe couberem.

1.4.2 Os demais imóveis serão lançados em nome de seus titulares respectivos.

2 MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

2.1 O memorial descritivo, **Anexo I** do presente Edital, descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação asfáltica sobre solo natural e sobre pedra basalto irregular (calçamento), drenagem pluvial, sinalização vertical, meio-fio e demais obras complementares, na área de influência da obra, descrita no Item 5 do presente Edital, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, conforme projeto de engenharia elaborados e aprovados pelo Município, que se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria de Planejamento e Finanças da Prefeitura Municipal de Serra Alta..

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

2.2 Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas da ABNT, sob a fiscalização de responsável técnico designado pela Prefeitura Municipal de Serra Alta.

3 ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

3.1 O custo total/orçamento estimado para a consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Municipal nº. 1.142/2020 de 15 de junho de 2020, corresponde a quantia de **R\$ 204.354,79** (duzentos e quatro mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e setenta e nove centavos), conforme descritos no **Anexo II** do presente Edital.

4 PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO

4.1 O fato gerador da contribuição de melhoria será a valorização que a obra pública proporcionará a cada imóvel, à qual será apurada através de avaliação antecedente e posterior a realização da obra, e, que servirá de base de cálculo da contribuição. As avaliações devem constar de Editais específicos, indicando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº. 1.142/2020 de 15 de junho de 2020.

5 DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA

5.1 A zona de influência do benefício direto da obra é aquela correspondente aos imóveis confrontantes com a:

I – Rua Pedro Damo, compreendida entre a Avenida D. Pedro II e Rua Conde D’Eu, com área total de 588,40m² (quinhentos e oitenta e oito vírgula quatro metros quadrados);

II – Rua Conde D’Eu, compreendida entre as Ruas Pedro Damo e Dom João VI, com área total de 896,00m² (oitocentos e noventa e seis metros quadrados);

III – Rua D. João VI, compreendida entre a Rua Conde D’Eu e José Cerizolli, com área total de 336,00 m² (trezentos e trinta e seis metros quadrados);

IV – Rua Manoel da Nóbrega, compreendida entre as Ruas Conde D’Eu e José Cerizolli, com área total de 593,68 m² (quinhentos e noventa e três vírgula sessenta e oito metros quadrados);

V – Rua José Cerizolli, compreendida entre as Ruas D. João VI e final da mesma (Q43/Q59), com área total de 1.597,76 m² (mil quinhentos e noventa e sete vírgula setenta e seis metros quadrados);

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

5.2 Os imóveis diretamente beneficiados com a obra são os constantes no **Anexo III** do presente Edital, conforme definido pela comissão nomeada pelo Decreto Municipal nº. 135/2020 de 15 de junho de 2020.

6 VALORIZAÇÃO INDIVIDUAL E TOTAL DOS IMÓVEIS EM CONSEQUÊNCIA DA OBRA PÚBLICA

6.1 A valorização individual e total dos imóveis diretamente beneficiados em consequência da obra pública será apurada através de avaliação antecedente e posterior a realização da obra, e, que servirá de base de cálculo da contribuição. A avaliação antecedente, são as constantes no **Anexo III** do presente Edital, conforme definido pela comissão nomeada pelo Decreto Municipal nº. 135/2020 de 15 de junho de 2020 e as avaliações posteriores devem constar de Editais específicos, indicando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº. 1.142/2020 de 15 de junho de 2020.

7 VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA A SER PAGA PELO PROPRIETÁRIO (Fator de Rateio)

7.1 A determinação da Contribuição de Melhoria será nos limites da valorização imobiliária produzida com a obra pública, rateando-se, proporcionalmente, nos limites da valorização imobiliária gerada em cada imóvel incluído na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função dos fatores individuais. Sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto na Lei Municipal nº. 1.142/2020 de 15 de junho de 2020, art. 145, inciso III, da Constituição Federal de 1998 c/c artigos 81 e 82 ambos da Lei nº. 5.172 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto das Cidades) e Lei Complementar nº. 017/2014 de 17 de setembro de 2014 (Código Tributário Municipal).

7.2 A apuração da valorização do imóvel far-se-á levando em conta:

- I** – valor da propriedade localizada na área de influência da obra pública, verificado antes e após a realização da obra pública;
- II** – a situação do terreno na zona de influência;
- III** – sua testada e área;
- IV** – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente;
- V** – a efetiva valorização do imóvel com a obra pública.

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

7.3 Para o cálculo da contribuição de melhoria será utilizada a seguinte fórmula:

$$CM = CO \times (VII / STI)$$

Onde:

CM = Valor a ser pago a título de Contribuição de Melhoria;

CO = Custo da Obra, ou se for o caso, parcela do custo da obra a ser financiada pelos contribuintes;

VII = Valorização Individual do Imóvel em consequência da Obra (a valorização do imóvel deverá ser igual ou maior do que o valor a ser pago a título de contribuição de melhoria);

STI = Somatório da Valorização de Todos os Imóveis pertencentes à zona beneficiada.

7.4 Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

7.5 Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme previsão na Lei Municipal nº. 1.142/2020 de 15 de junho de 2020, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

7.6 Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos do pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam aos requisitos previstos na Lei Complementar nº. 017/2014 de 17 de setembro de 2014 (Código Tributário Municipal), sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema, o que será analisado pela Autoridade Administrativa, de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido em lei e, mediante requerimento administrativo para os demais casos.

8 FATOR DE ABSORÇÃO DO BENEFÍCIO DA VALORIZAÇÃO

8.1 O fator de absorção do benefício da zona atingida tem como base a valorização dos imóveis, para as áreas diretamente atingidas pela obra, tendo como limite máximo o custo total da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no respectivo imóvel, apurada mediante procedimento administrativo que consta no laudo anexo, levando-se em conta os

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

índices cadastrais, ou seja, a parcela a ser financiada pelos contribuintes será de 50,00% (cinquenta por cento) do custo da obra (Item 3.1 deste Edital).

9 DA IMPUGNAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

9.1 A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Órgão Fazendário do Município de Serra Alta, dirigido ao Secretário Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico, observando as seguintes disposições:

9.1.1 O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil à publicação do presente, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo ao exame do Poder Judiciário.

9.1.2 As impugnações aos elementos a que se refere este artigo serão apresentadas por meio de petição formalizada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob a pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria de Administração e Desenvolvimento Econômico o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e Finanças e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

9.1.3 Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, entre outras, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 10 (dez) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

9.2 As petições de impugnação não suspenderão o início ou prosseguimento da obra.

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

10 DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis às disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto das Cidades), Lei Complementar nº. 017/2014 de 17 de setembro de 2014 (Código Tributário Municipal) e Lei Municipal nº. 1.142/2020 de 15 de junho de 2020.

10.2 Para os fins da aplicação deste Edital, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada em estrita observância à Legislação indicada neste Edital.

10.3 Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I, II e III) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados no site oficial do Município (www.serraalta.sc.gov.br), e na Secretaria de Planejamento e Finanças, junto ao Departamento de Tributação do Município, durante o horário de expediente, para informações e/ou esclarecimentos de eventuais dúvidas.

10.4 Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br) nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22 de Maio de 2013.

Serra Alta, SC, 16 de junho de 2020.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico:

MAURÍCIO LEONIR SONDA

OAB/SC 54.175

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

Lei Municipal nº. 1.142/2020 de 15 de junho de 2020.

Obra/Serviço: pavimentação asfáltica sobre solo natural e sobre pedra basalto irregular (calçamento), drenagem pluvial, sinalização vertical, meio-fio e demais obras complementares.

Local: Ruas Conde D'Eu, Pedro Damo, Dom João VI, José Cerizolli e Manoel da Nóbrega.

Área total: 4.011,84m²

Valor Orçado/Estimado: R\$ 204.354,79 (duzentos e quatro mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e setenta e nove centavos).

O presente memorial descritivo refere-se à execução de pavimentação asfáltica em diversas ruas da cidade de Serra Alta, num total de 7.877,46 m², sendo a pavimentação executada sobre perfilagem asfáltica (Rua Luiz Baesso), sobre solo natural (Ruas Pedro Damo e Conde D'Eu) e sobre calçamento existente (Ruas D. João VI, Manoel da Nóbrega, José Cerizolli, Almirante Barroso e Rua Anchieta).

- **DRENAGEM PLUVIAL**

A drenagem pluvial é existente. Se houver a necessidade deve ser feita a adequação de acordo com o projeto.

Antes da execução da pavimentação deverá ser verificada e em caso de necessidade deverá ser executada a complementação da drenagem pluvial conforme segue:

Deverá ser feita a locação da tubulação, levando-se em conta pontos importantes do projeto, tais como caixas de ligação, bocas de lobo, encontros de condutos, variações de declividade e cada estaca será marcada a cota do terreno e a profundidade da escavação necessária.

Escavações

Serão feitas as escavações necessárias para execução da alvenaria. Nos aterros deverá ser utilizado material isento de matéria orgânica, em camadas sucessivas de 20cm, molhadas e apiloadas, garantindo-se a estabilidade do terreno.

O sentido normal da escavação será sempre de jusante para montante. Quando a coesão do solo for muito baixa deverá ser efetuado escoramento de madeira para evitar o desmoronamento.

A reposição da terra na vala deverá ser executada da seguinte maneira: - Inicialmente deverá ser colocado material de granulometria fina de cada lado da canalização, o qual irá sendo cuidadosamente apilado. Será conveniente tomar precauções de compactar todo solo até cerca de 60 cm acima do tubo, fazendo-se sempre esta compactação lateralmente ao tubo. Depois de 60 cm a terra será compactada em camadas de no máximo 20 cm.

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

A largura da vala será igual ao diâmetro externo do tubo acrescido de 60 cm para tubos de diâmetro de 30 cm e 40 cm, acrescido de 70 cm para diâmetros de tubos de 50 cm e 60 cm e acrescido de 1,0m para tubos de 80 cm e 1,0m de diâmetro.

A profundidade da tubulação será de no mínimo: 100cm para tubos de d=30cm e 40cm; de 120cm para tubos de d=60cm; e de 150cm para tubos de d=80cm. O recobrimento mínimo dos tubos em concreto simples e em concreto armado será de 60 cm.

Alvenaria

Serão executadas em tijolo maciço, nas dimensões de projeto. Os tijolos deverão ser molhados antes de sua colocação.

O assentamento será com argamassa 1:4 ou 1:5 com areia média e produto substituto da cal. As juntas terão espessura máxima de 15mm e rebaixadas a ponta de colher.

O assentamento da tubulação deverá ser feito sobre a argila compactada ou quando o solo for rochoso deverá ser realizado um colchão em areia ou pedrisco, para então assentar a tubulação.

Tubulação

Os tubos em concreto simples utilizados na obra deverão ser da classe PS-1 (NBR 8890/03) nos diâmetros de 0,30m, 0,40m e 0,50 m;

Os tubos em concreto armado utilizados na obra deverão ser da classe PA-1 (NBR 8890/03) nos diâmetros de 0,60, 0,80, 1,00, 1,20 , 1,50 m e 2,00m.

Os tubos deverão ser rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

Órgãos complementares

Os órgãos complementares da rede pluvial serão as bocas de lobo, caixas de ligação e a canalização do esgotamento das bocas de lobo. As bocas de lobo deverão ser executadas com dimensões que se possa ter acesso à tubulação para ser realizada a limpeza quando necessária. Quando se utilizar sistemas de drenagem sem poços de visita, a manutenção será feita pelas bocas de lobo das galerias, sendo que estas deverão ser executadas com as dimensões especificadas para as caixas de ligação anexas, com a grelha na parte superior.

Os dispositivos de boca de lobo e caixas de ligação serão executados com concreto armado com $f_{ck} \geq 20,0 \text{ MPa}$ e terão o traço da argamassa de revestimento interno de 1:2:8 em cimento, cal e areia. A espessura do revestimento interno da boca de lobo e caixa de ligação será de no mínimo 1,5cm. Observar as disposições construtivas da prancha anexa "A".

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

- **TERRAPLENAGEM, SUB-LEITO, SUB-BASE E BASE**

A pavimentação será executada sobre o leito original, e como o mesmo se apresenta na maior parte do trecho em condições favoráveis para a pavimentação, serão feitos apenas serviços para conformação da pista.

As obras de terraplenagem deverão estar concluídas antes do início da construção do pavimento. Inicialmente será feita a marcação da terraplenagem conforme o projeto, para em seguida serem executados os serviços necessários.

A superfície do subleito deverá ser regularizada na largura de toda pista, de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal do projeto. Procede-se, então, à escarificação do material, e o seu umedecimento até o teor ótimo de umidade, determinado pelo ensaio de Proctor simples.

A compressão deverá iniciar-se nos bordos, e prosseguir para o centro, devendo cada passada do compressor cobrir, pelo menos, metade da faixa coberta na passada anterior. Nas zonas onde é impossível passar-se o compressor, a compressão deverá ser executada com soquetes manuais ou mecânicos. A compressão estará terminada quando for atingida 95% da densidade máxima, obtida pelo ensaio de Proctor simples. Nas curvas, a compressão deverá começar no bordo interno e progredir até o bordo externo.

Terminada a compressão, o acabamento deverá ser verificado por meio de réguas, devendo as saliências e reentrâncias serem corrigidas.

Sobre a via preparada não será permitido trânsito, devendo a base e o pavimento asfáltico serem executados o mais rapidamente possível, para evitar danos por chuvas.

Onde o subleito não apresenta condições favoráveis à compactação como: baixo suporte, material saturado, etc..., deverá o material existente ser retirado e substituído por material selecionado, de modo a conseguir-se um bom suporte.

Sub-base e base

Na Rua Pedro Damo e Conde D'Eu já foi executado revestimento primário em cascalho e já está compactada devido ao uso contínuo e prolongado, a camada de cascalho existente é considerada como a sub-base. Sobre esta sub-base também já foi executada uma base de rachão na espessura de 20,0 cm que será travada com uma camada de brita graduada na espessura de 10,0 cm a ser executada. As camadas serão devidamente compactadas.

- **PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**

Imprimação

Para aumentar a coesão da superfície, impermeabilizar a camada inferior e aumentar a aderência com a camada superior será realizada a imprimação com asfalto diluído CM-Imprimação sobre a base granular.

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

A camada (base ou sub-base) sobre a qual vai ser executada a imprimação impermeabilizante deve estar totalmente concluída, com as declividades estipuladas no projeto.

A taxa de aplicação ideal do material betuminoso é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas. Deve ser determinada, experimentalmente, no canteiro de obra: segundo a norma ABNT NBR 12.950, essa taxa varia de 0,8 l/m² a 1,6 l/m², conforme o tipo e textura da base de aplicação e do material betuminoso escolhido. Para este projeto foi considerada uma taxa de 1,2 l/m².

A temperatura do material betuminoso é o que determina sua viscosidade. A distribuição desse material não pode ser iniciada enquanto não for atingida e mantida, dentro do veículo distribuidor, a temperatura necessária para obtenção da viscosidade adequada à distribuição. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias chuvosos ou com chuva iminente.

A aplicação do material betuminoso é feita pela barra de distribuição de um caminhão espargidor, limpo e sem resíduos de outros produtos, verificando também se os leques de espargimento se apresentam uniformes e com boa pressão. Pode ser feita à temperatura ambiente.

Caso seja necessário o aquecimento prévio para melhor espargimento recomenda-se até 45°C.

O produto não deverá ser diluído com água ou outros. A taxa de aplicação deve variar entre 1,0 a 1,5 L/m², conforme exigência de projeto na aplicação do CM 30 ou análise ensaiada em laboratório pelo fornecedor, indicando taxa específica diferente.

O tempo de liberação se dará no período mínimo de 24 horas da sua aplicação. Tempo este que é função das condições climáticas. Não se recomenda a aplicação em caso de chuva iminente.

O caminhão espargidor deve percorrer a extensão a ser imprimada em velocidade uniforme, segundo trajetória equidistante do eixo da pista. Durante a aplicação, devem ser evitados e corrigidos imediatamente o excedente ou a falta do material asfáltico.

Pintura de ligação

Pintura de ligação consiste na aplicação de ligante betuminoso sobre superfície de base ou revestimento betuminoso anterior à execução de uma camada betuminosa qualquer, objetivando promover condições de aderência entre as mesmas.

O ligante betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente for inferior a 10 °C, ou em dias de chuva, ou quando a superfície a ser pintada apresentar qualquer sinal de excesso de umidade.

Os ligantes betuminosos empregados na pintura de ligação poderão ser dos tipos seguintes: Emulsões asfálticas, tipos RR-1C e RR-2C.

A taxa recomendada de ligante betuminoso residual é de 0,3 l/m² a 0,4 l/m². Antes da aplicação, a emulsão deverá ser diluída na proporção de 1:1 com água a fim de garantir uniformidade na distribuição desta taxa residual. A taxa de aplicação de emulsão diluída é da

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

ordem de 0,8 l/m² a 1,0 l/m². A água deverá ser isenta de teores nocivos de sais ácidos, álcalis, ou matéria orgânica, e outras substâncias nocivas.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do ligante betuminoso em quantidade uniforme.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao tráfego. Quando isto não for possível, trabalha-se em meia pista, executando a pintura de ligação da adjacente assim que a primeira for permitida ao tráfego.

Camada de rolamento sobre base granular

Para a camada de rolamento será utilizado CBUQ numa espessura final de 4,0 cm. O lançamento será com vibro-acabadora e a rolagem deverá ser feita com rolo pneumático e o fechamento com rolo liso (Tandem).

Material da camada de rolamento

O agregado utilizado na camada de rolamento terá idênticas especificações acima descritas, sendo que deverá obedecer a seguinte faixa granulométrica, composta de brita no. 1, pó, pedrisco e Filler calcário:

Peneira – ASTM	mm	% que passa
3/4"	19,1	100
1/2"	12,7	80 - 100
3/8"	9,52	70 - 90
no. 4	4,76	44 - 72
no. 10	2,0	22 - 50
no. 40	0,42	8 - 26
no. 80	0,177	4 - 16
no. 200	0,074	2 - 10

Pelo menos metade da fração que passa na peneira de 0,074mm deverá ser constituída de Filler calcário.

Para a execução do Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) será utilizado Cimento Asfáltico de Petróleo CAP-50/70, a 5,5%.

A temperatura do cimento asfáltico empregado na mistura deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o cimento asfáltico apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 a 150 SSF, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 75 a 95 SSF. A temperatura do ligante não deve ser inferior a 107°C nem exceder a 177°C. Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10°C a 15°C acima da temperatura do ligante asfáltico, sem ultrapassar 177°C.

A distribuição do concreto asfáltico deve ser feita por equipamentos adequados. Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas devem ser sanadas pela adição manual

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

de concreto asfáltico, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos. Após a distribuição do concreto asfáltico, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura asfáltica possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual deve ser aumentada à medida que a mistura seja compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compactação deve ser iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compactação deve começar sempre do ponto mais baixo para o ponto mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não são permitidas mudanças de direção e inversões bruscas da marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém – rolado. As rodas do rolo devem ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

A compressão requerida nos lugares inacessíveis aos compressores será executada por meio de soquete manual. As depressões ou saliências que apareçam depois da rolagem deverão ser corrigidas pelo afrouxamento, regularização e compressão da mistura até que a mesma adquira densidade igual à do material circunjacente.

Critérios de medição

Os serviços serão medidos de acordo com os critérios estabelecidos no Edital de Licitação dos serviços ou, na falta destes critérios, de acordo com as seguintes disposições gerais:

- a) o concreto asfáltico será medido em toneladas de mistura efetivamente aplicada na pista.
- b) o transporte do concreto asfáltico efetivamente aplicado será medido com base na distância entre a refinaria e o canteiro de serviço;
- c) nenhuma medição será processada se a ela não estiver anexado um relatório de controle da qualidade contendo os resultados dos ensaios e determinações devidamente interpretados, caracterizando a qualidade do serviço executado.

Fiscalização do pavimento asfáltico

Todos os materiais utilizados na fabricação de Concreto Asfáltico (Insumos) devem ser examinados em laboratório, obedecendo à metodologia indicada pelo DNIT, e satisfazer às especificações em vigor, sendo eles o cimento asfáltico de petróleo - CAP e os agregados (DNIT 031/2006 – ES).

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

De acordo com o DNIT um dos ensaios deve ser o de controle da quantidade de ligante na mistura. Devem ser efetuadas extrações de asfalto a cada 700 m² de pista, de amostras coletadas na pista, logo após a passagem da acabadora (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante na mistura deve respeitar os limites estabelecidos no projeto da mistura, devendo-se observar a tolerância máxima de $\pm 0,3\%$.

Também deverá ser feito o ensaio de controle das características da mistura. Devem ser realizados ensaios Marshall em três corpos-de-prova de cada mistura por jornada de oito horas de trabalho (DNER-ME043). Os resultados obtidos deverão ser comparados com os parâmetros especificados em projeto.

O controle do grau de compactação - GC da mistura asfáltica deve ser feito, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e compactada na pista, por meio de brocas rotativas e comparando-se os valores obtidos com os resultados da densidade aparente de projeto da mistura. Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos, aleatoriamente, durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos GC inferiores a 97% ou superiores a 101%, em relação à massa específica aparente do projeto da mistura.

Ensaio de Granulometria conforme DNER-ME 083). A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias especificadas no projeto da mistura.

Também deverá ser verificada a espessura da camada e para isso deve ser medida por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos; antes e depois do espalhamento e compactação da mistura. Admite-se a variação de $\pm 5\%$ em relação às espessuras de projeto. Pare este ensaio deverão ser coletados no mínimo de 6 pontos.

Após a execução de todos os ensaios descritos acima a empresa executora deverá realizar o laudo técnico. O laudo técnico deverá ser realizado por empresa idônea e deverá ser acompanhado de ART do profissional responsável pelo serviço.

- **MEIO-FIO EM CONCRETO**

Nas Ruas Pedro Damo, Conde D'Eu e Luiz Baesso, será executado meio-fio pré-moldado em concreto com fck mínimo de 22 Mpa, tendo as dimensões de 12,0cm de topo, 14,0cm de base e 30 cm de altura.

- **SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL**

Existem em todas as ruas de abrangência deste projeto placas de sinalização vertical. Essas deverão ser revisadas quanto ao seu estado de conservação e nos locais em que não houverem deverão ser colocadas conforme Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, Volume I – “Sinalização Vertical de Regulamentação” e Volume II – “Sinalização Vertical de Advertência”.

As placas serão de chapas metálicas galvanizadas com espessura de 2,0mm e o poste de sustentação será de aço galvanizado de diâmetro 60,3mm (DN 50) e com dispositivo anti-giro.

Os postes serão fixados no solo em buraco feito previamente nas dimensões de 30x30x50cm e após o poste estar devidamente apurcado será colocado no fundo da vala uma

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

camada de concreto de 20,0cm e o restante do buraco preenchido com cascalho e parte do solo escavado.

PINTURA DAS PLACAS DE SINALIZAÇÃO

Como as placas serão em chapa galvanizada, isto é, um metal não-ferroso, necessitam ser tratadas adequadamente para promover a aderência das tintas.

Como as chapas saem da fábrica com uma camada de proteção, normalmente à base de óleos minerais. Esta camada precisa ser removida, pois é antiaderente por natureza. Com o passar do tempo, se a superfície estiver exposta ao tempo, esta camada se desgasta e por isso se diz que galvanizado envelhecido pode ser pintado. Só que junto com a camada de óleo, se perdeu também um pouco a camada de zinco que é a proteção do aço abaixo dela.

Outro problema do galvanizado é a saponificação do filme acima dele, pois zinco é um metal alcalino. Em outras palavras: se pintar galvanizado com tinta esmalte e/ou sintética (alquídicas em geral), sem o uso de um primer adequado, o próprio zinco provocará a degradação da tinta e em pouco tempo começará a descascar.

Primeiramente é necessário proceder a uma boa limpeza para remover óleos e outros contaminantes. Em seguida é necessário aplicar um primer adequado. Em se tratando de aço galvanizado, o mais adequado é a aplicação de um primer à base de epóxi ou de PU-epóxi em espessura de 25 a 40 micrometros, preferentemente à pistola para garantir uma camada uniforme.

Após a secagem da superfície a placa é pintada com tinta esmalte sintético automotivo.

DISPOSIÇÕES GERAIS

É um subsistema da sinalização viária, que se utiliza de placas, onde o meio de comunicação (sinal) está na posição vertical, fixado ao lado ou suspenso sobre a pista, transmitindo mensagens de caráter permanente e, eventualmente, variáveis, mediante símbolos e/ou legendas pré-reconhecidas e legalmente instituídas. As placas, classificadas de acordo com as suas funções, são agrupadas em um dos seguintes tipos de sinalização vertical:

- Sinalização de Regulamentação;
- Sinalização de Advertência;
- Sinalização de Indicação.

SINALIZAÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO

Tem por finalidade informar aos usuários das condições, proibições, obrigações ou restrições no uso das vias. Suas mensagens são imperativas e seu desrespeito constitui infração.

Forma e cores

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

A forma padrão do sinal de regulamentação é a circular, nas seguintes cores:

Cores:



Obrigações



Proibição

Fundo: Branco

Tarja: Vermelha

Orla: Vermelha

Símbolo: Preto

Letras: Pretas

Constituem exceção quanto a forma, os sinais "Parada Obrigatória" - R-1 e "Dê a Preferência" - R-2, com as seguintes características:



Cores:

Fundo: Vermelho

Letras: Brancas

Orla Interna: Branca

Orla Externa: Vermelha

R-1



Cores:

Fundo: Vermelho

Letras: Brancas

R-2

DIMENSÕES

As dimensões serão aquelas indicadas em prancha própria, podendo mudar para valores maiores até o limite constante no manual indicado acima.

Dimensões mínimas**a) PLACAS COM FORMA CIRCULAR**

Área Urbana:

Diâmetro - 0,400 m

Tarja - 0,040 m

Orla - 0,040 m

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

Área Rural:

Diâmetro - 0,750 m

Tarja - 0,075 m

Orla - 0,075 m

b) PLACAS COM FORMA OCTOGONAL - R-1

Lado - 0,250 m

Orla Interna Branca - 0,020 m

Orla Externa Vermelha 0,010 m

c) SINAL DE FORMA TRIANGULAR - R-2

Lado - 0,750 m.

Orla - 0,100 m.

Obs.: O aumento no tamanho dos sinais implicará em variações proporcionais de orlas e símbolos.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Sendo necessário acrescentar informações para complementar os sinais de regulamentação, como período de validade, características e uso do veículo, condições de estacionamento, além de outras, deve ser utilizada uma placa adicional ou incorporada à placa principal, formando um só conjunto, na forma retangular, com as mesmas cores do sinal de regulamentação.

Exemplos de placas de regulamentação com informações complementares:**Forma e cores**

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

A forma padrão do sinal de informações complementares é retangular, nas seguintes cores:

- Fundo: Branco
- Orla Interna: Vermelho
- Orla Externa: Branco
- Símbolo e/ou Legenda: Azul/Preto

Dimensões

As dimensões serão as indicadas abaixo, podendo mudar para valores maiores até o limite da lei.

- Placa retangular: lado menor = 40,0cm e lado maior = 70,0cm

SINALIZAÇÃO DE ADVERTÊNCIA

Tem por finalidade alertar aos usuários da via para condições potencialmente perigosas, indicando sua natureza. Suas mensagens possuem caráter de recomendação.

Forma e cores

A forma padrão do sinal de advertência é quadrada, devendo uma das diagonais ficar na posição vertical, nas seguintes cores:



Cores:

Fundo: Amarelo

Orla Interna: Preto

Orla Externa: Amarelo

Símbolo e/ou Legenda: Preto

Dimensões

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

As dimensões serão as indicadas abaixo, podendo mudar para valores maiores até o limite da lei.

- Placa quadrada: lado = 50,0cm

SINALIZAÇÃO DE ADVERTÊNCIA - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

As informações complementares à sinalização de advertência são utilizadas quando for necessário informar ao condutor ou demais usuários da via, sobre a distância, extensão, posição, direção, alternativa existente aos locais onde há restrição de tráfego ou de reforço dos sinais principais.

Exemplos de placas de advertência com informações complementares:**Forma e cores**

A forma padrão do sinal de informações complementares é retangular, nas seguintes cores:

- Fundo: Amarelo
- Orla Interna: Preto
- Orla Externa: Amarelo
- Símbolo e/ou Legenda: Preto

Dimensões

As dimensões serão as indicadas abaixo, podendo mudar para valores maiores até o limite da lei.

- Placa retangular: lado menor = 40,0cm e lado maior = 70,0cm

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

• SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL

É um subsistema da sinalização viária que se utiliza de linhas, marcações, símbolos e legendas, pintados ou apostos sobre o pavimento das vias.

Tem como função organizar o fluxo de veículos e pedestres; controlar e orientar os deslocamentos em situações com problemas de geometria, topografia ou frente a obstáculos; complementar os sinais verticais de regulamentação, advertência ou indicação.

Características

Diferentemente dos sinais verticais, a sinalização horizontal mantém alguns padrões cuja mescla e a forma de colocação na via definem os diversos tipos de sinais.

Padrão e traçado

Seu padrão de traçado pode ser:

- Contínua: são linhas sem interrupção pelo trecho da via onde estio demarcando; podem estar longitudinalmente ou transversalmente opostas à via;

- Tracejada ou Seccionada: são linhas seccionadas com espaçamentos de extensão igual ou maior que o traço;

- Símbolos e Legendas: são informações escritas ou desenhadas no pavimento indicando uma situação ou complementando sinalização vertical.

Cores

A sinalização horizontal se apresenta em cinco cores:

- Amarela: utilizada na regulação de fluxos de sentidos opostos, na delimitação de espaços proibidos para estacionamento e/ou parada e na marcação de obstáculos;

- Vermelha: utilizada na regulação de espaço destinado ao deslocamento de bicicletas leves (ciclovias). Símbolos (Hospitais e Farmácias/cruz);

- Branca: utilizada na regulação de fluxos de mesmo sentido; na delimitação de espaços especiais, de trechos de vias, destinados ao estacionamento regulamentado de veículos em condições especiais; na marcação de faixas de travessias de pedestres; na pintura de símbolos e legendas. utilizada na regulação de fluxos de mesmo sentido; na delimitação de espaços especiais, de trechos de vias, destinados ao estacionamento regulamentado de veículos em condições especiais; na marcação de faixas de travessias de pedestres; na pintura de símbolos e legendas;

- Azul: utilizada nas pinturas de símbolos em áreas especiais de estacionamento ou de parada para embarque e desembarque;

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

- Preto: utilizada para proporcionar contraste entre o pavimento e a pintura.

Classificação

A sinalização horizontal é classificada em:

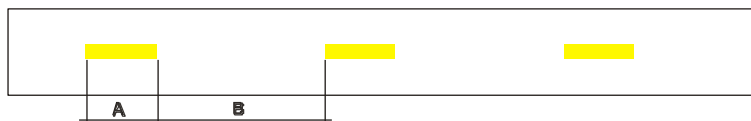
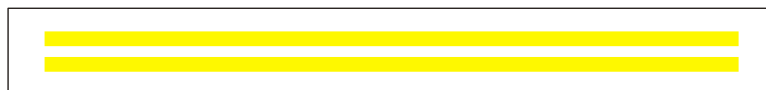
- Marcas longitudinais;
- Marcas transversais;
- Marcas de canalização;
- Marcas de delimitação e controle de Estacionamento e/ou Parada;
- Inscrições no pavimento.

Marcas longitudinais

Separar e ordenar as correntes de tráfego, definindo a parte da pista destinada ao rolamento, a sua divisão em faixas, a divisão de fluxos opostos, as faixas de uso exclusivo de um tipo de veículo, as reversíveis, além de estabelecer as regras de ultrapassagem.

De acordo com a sua função as marcas longitudinais são subdivididas nos seguintes tipos:

a) LINHAS DE DIVISÃO DE FLUXOS OPOSTOS (COR AMARELA):

SIMPLES SECCIONADA**DUPLA CONTÍNUA****DUPLA CONTÍNUA / SECCIONADA**

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

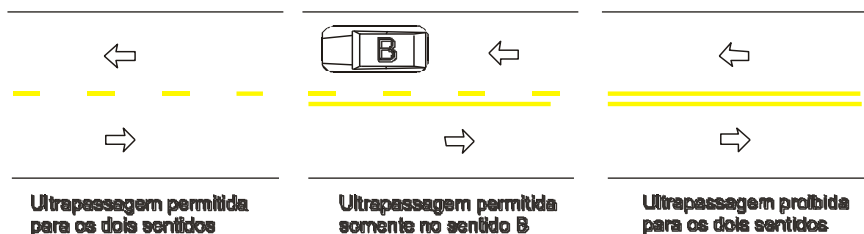
www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

- Largura das Linhas: 0,10 m;

- Distância entre as Linhas (quando for o caso de faixa dupla): 0,10 m;

Exemplos de Aplicação:



A pintura de sinalização longitudinal central, dividindo as pistas de rolamento será contínua, com largura de 0,10m, na cor amarela. Será pintada a faixa longitudinal de estacionamento, afastada 2,5 m do meio fio, seccionada com faixas de 2,0m e espaçadas da mesma medida, largura de 0,10m, na cor branca. Serão demarcadas as entradas de veículos com faixas de largura 0,10m na cor amarela. A pintura de estacionamento será feita apenas em um lado da via, no lado norte da via.

Serão pintadas também faixas de pedestre para travessia das ruas como indicado em projeto.

OBSERVAÇÕES

A obra deverá obedecer rigorosamente às especificações estabelecidas pelo DNIT e DEINFRA sobre obras de pavimentação.

- **PLACAS DA OBRA**

-

- **PLACA DO CONVÊNIO**

Conforme previsto em contrato, todas as obras deverão possuir placas indicativas em conformidade com cores, medidas, proporções e demais orientações contidas no presente manual e deverão ser confeccionadas em chapas planas, com material resistente às intempéries, metálicas galvanizadas ou de madeira compensada impermeabilizada, com a pintura a óleo ou esmalte.

As placas serão afixadas pelo agente promotor, em local visível, preferencialmente no acesso principal do empreendimento ou voltadas para a via que favoreça a melhor visualização das placas, e deverão ser mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade do padrão das cores, durante todo o período de execução das obras, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste ou a sua precariedade.

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98



As placas deverão ser confeccionadas de acordo com cores, medidas, proporções e demais orientações do convênio.

– PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DA RUA

Deverão colocadas placas de identificação do nome das ruas no início e final do trecho a ser pavimentado.

Características da placa e poste

- Poste: Deve ser em tubo de aço carbono 1010/1020 com diâmetro externo de 60,3mm, com espessura de 2,25mm, comprimento total de 3,5m, galvanizado à fogo e com dispositivo anti-giro. Deve ser fixado com 0,5m de profundidade diretamente ao solo, sendo que o passeio dará a firmeza necessária para não ocorrer a inclinação do poste.

- Placas de nomenclatura: As placas de nomenclatura de vias públicas devem ter 0,5m de largura por 0,25m de altura e 1,25mm de espessura, devendo ser confeccionadas em aço carbono 1010/1020, galvanizadas e com vincos dispostos longitudinalmente a fim de evitar a flambagem. Devem ser pintadas na cor azul e com informações em vinil adesivo branco.

- Braçadeiras: As placas de nomenclatura devem ser fixadas ao poste por meio de braçadeiras fundidas em alumínio.

- Acabamento superior: Na parte superior do poste deve haver uma peça para fechamento e acabamento do poste, podendo ser de aparência esférica ou plana, tendo a finalidade de evitar a entrada de água no poste.



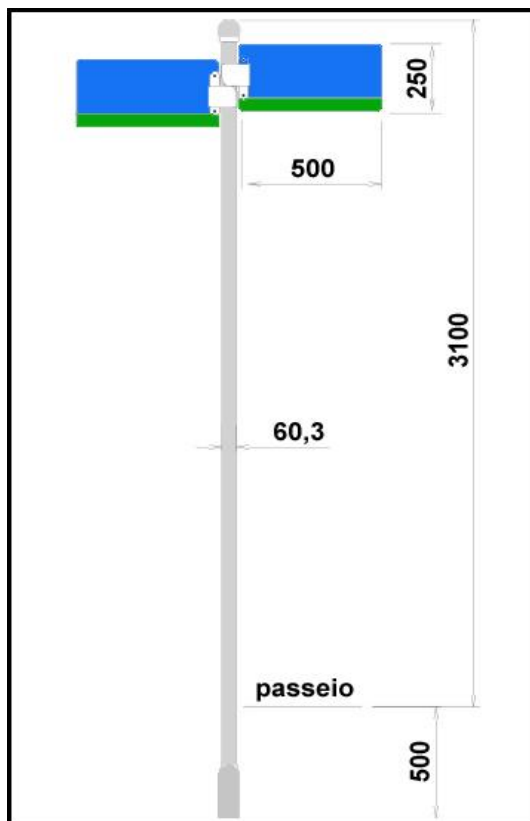
Ilustração 1: Detalhe da placa

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

*Ilustração 2: Detalhe do poste (medidas em mm)*

- SERVIÇOS GERAIS**

Depois de finalizada a obra no que diz respeito a execução da camada de CBUQ, sinalização vertical e horizontal e ensaios, deve-se realizar a remoção dos entulhos que foram gerados durante o período e proceder com a limpeza final.

Também será a hora de retirar todo o material utilizado para a sinalização da obra, como por exemplo, placas, cavaletes, cones, fitas zebradas, entre outros, uma vez que deverá ser feita a instalação de bueiros novos e reparos nos existentes e para que não ocorra acidente com os pedestres durante o período, deverá ser feita esta sinalização.

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

MEMORIAL DE CÁLCULO**• RUA PEDRO DAMO**

Esta rua possui pavimento com calçamento e está compreendida entre a Avenida D. Pedro II e Rua Conde D'Eu.

Pavimentação asfáltica e meio-fio**Preparo da base – largura de 8,00m**

Base com brita graduada simples: área da via x 0,10 m = 588,40 x 0,10 = 58,84 m³

Transporte – DMT 25 km (densidade 1,65 t/m³) = 2.427,15 t x km

CM-Imprimação – asfalto diluído: área da via = 588,40 m²

Camada de rolamento – largura de 8,00m e espessura de 4,0cm

Área de pavimentação (área da via): 73,55 x 8,00 = 588,40 m²

Pintura de ligação (emulsão asfáltica RR-2C): área da via = 588,40 m²

Concreto betuminoso usinado quente: área da via x 0,04 = 588,40 x 0,04 = 23,54 m³

Transporte – DMT 25 km (densidade 2,50 t/m³) = 23,54 x 2,5 x 25 = 1471,25 t x km

Carga, manobra e descarga de mat. betuminoso a quente = 23,54 x 2,5 = 58,85 t

Execução de meio-fio pré-fabricado em concreto: 155,10 m

Sinalização viária

Faixa dupla longitudinal contínua central (amarelo) = 59,55 x 2 x 0,10 = 11,91 m²

Área de uma faixa pedestre em via de 8,00 m de largura: (10 x 2m x 0,4m) e uma linha de retenção (4,00m x 0,40m) = 8,0 + 1,6 = 9,60 m² por faixa / linha de retenção.

Pintura de faixa de pedestre: 2 faixa x 9,60m² = 19,20 m²

• RUA D. JOÃO VI

Esta rua possui pavimentação em calçamento e está compreendida entre as Ruas Conde D'Eu e José Cerizolli.

Pavimentação asfáltica e meio-fio**Camada de rolamento – largura de 8,00m e espessura de 4,0cm**

Área de pavimentação (área da via): 42,00 x 8 = 336,00 m²

Pintura de ligação (emulsão asfáltica RR-2C): área da via = 336,00 m²

Concreto betuminoso usinado quente: área da via x 0,04 = 336,00 x 0,04 = 13,44 m³

Transporte – DMT 25 km (densidade 2,50 t/m³) = 13,44 x 2,5 x 25 = 840,00 t x km

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

Carga, manobra e descarga de mat. betuminoso a quente = $13,44 \times 2,5 = 33,60$ t

Sinalização viária

Faixa dupla longitudinal contínua central (amarelo) = $60,00 \times 2 \times 0,10 = 12,00$ m²

Área de uma faixa pedestre em via de 8,00 m de largura: $(10 \times 2 \text{ m} \times 0,4 \text{ m})$ e uma linha de retenção $(4,00 \text{ m} \times 0,40 \text{ m}) = 8,0 + 1,6 = 9,60$ m² por faixa / linha de retenção.

Pintura de faixa de pedestre: $2 \text{ faixa} \times 9,60 \text{ m}^2 = 19,20$ m²

- **RUA CONDE D'EU**

Esta rua não possui pavimentação, mas a sub-base está concluída e está compreendida entre as Ruas Pedro Damo e Dom João VI.

Pavimentação asfáltica e meio-fio**Preparo da base – largura de 8,00m**

Base com brita graduada simples: área da via $\times 0,10 \text{ m} = 896,00 \times 0,10 = 89,60$ m³

Transporte – DMT 25 km (densidade 1,65 t/m³) = $3.696 \text{ t} \times \text{km}$

CM-Imprimação – asfalto diluído: área da via = $896,00 \text{ m}^2$

Camada de rolamento – largura de 8,00m e espessura de 4,0cm

Área de pavimentação (área da via): $104 \times 8 + 8 \times 8 = 896,00 \text{ m}^2$

Pintura de ligação (emulsão asfáltica RR-2C): área da via = $896,00 \text{ m}^2$

Concreto betuminoso usinado quente: área da via $\times 0,04 = 896,00 \times 0,04 = 35,84$ m³

Transporte – DMT 25 km (densidade 2,50 t/m³) = $35,84 \times 2,5 \times 25 = 2.240,00 \text{ t} \times \text{km}$

Carga, manobra e descarga de mat. betuminoso a quente = $35,84 \times 2,5 = 89,60$ t

Execução de meio-fio pré-fabricado em concreto: $188,00 \text{ m}$

Sinalização viária

Faixa dupla longitudinal contínua central (amarelo) = $76,00 \times 2 \times 0,10 = 15,20$ m²

Área de uma faixa pedestre em via de 8,00 m de largura: $(10 \times 2 \text{ m} \times 0,4 \text{ m})$ e uma linha de retenção $(4,00 \text{ m} \times 0,40 \text{ m}) = 8,0 + 1,6 = 9,60$ m² por faixa / linha de retenção.

Pintura de faixa de pedestre: $2 \text{ faixa} \times 9,60 \text{ m}^2 = 19,20$ m²

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

- **RUA MANOEL DA NÓBREGA**

Esta rua possui pavimento com calçamento e está compreendida entre as Ruas Conde D'Eu e José Cerizolli.

Pavimentação asfáltica e meio-fio

Camada de rolamento – largura de 8,00m e espessura de 4,0cm

Área de pavimentação (área da via): $74,21 \times 8 = 593,68 \text{ m}^2$

Pintura de ligação (emulsão asfáltica RR-2C): área da via = $593,68 \text{ m}^2$

Concreto betuminoso usinado quente: área da via $\times 0,04 = 593,68 \times 0,04 = 23,75 \text{ m}^3$

Transporte – DMT 25 km (densidade $2,50 \text{ t/m}^3$) = $23,75 \times 2,5 \times 25 = 1.484,38 \text{ t} \times \text{km}$

Carga, manobra e descarga de mat. betuminoso a quente = $23,75 \times 2,5 = 59,38 \text{ t}$

Sinalização viária

Faixa dupla longitudinal contínua central (amarelo) = $60,22 \times 2 \times 0,10 = 12,05 \text{ m}^2$

Área de uma faixa pedestre em via de 8,00 m de largura: $(10 \times 2 \text{ m} \times 0,4 \text{ m})$ e uma linha de retenção $(4,00 \text{ m} \times 0,40 \text{ m}) = 8,0 + 1,6 = 9,60 \text{ m}^2$ por faixa / linha de retenção.

Pintura de faixa pedestre: $2 \text{ faixa} \times 9,60 \text{ m}^2 = 19,20 \text{ m}^2$

- **RUA JOSÉ CERIZOLLI**

Esta rua possui pavimento com calçamento e está compreendida entre a Rua D. João VI e final da mesma (Q43/Q59).

Pavimentação asfáltica e meio-fio

Camada de rolamento – largura de 8,00m e espessura de 4,0cm

Área de pavimentação (área da via): $191,78 \times 8 + 8 \times 8 = 1.597,76 \text{ m}^2$

Pintura de ligação (emulsão asfáltica RR-2C): área da via = $1.597,76 \text{ m}^2$

Concreto betuminoso usinado quente: área da via $\times 0,04 = 1.597,76 \times 0,04 = 63,91 \text{ m}^3$

Transporte – DMT 25 km (densidade $2,50 \text{ t/m}^3$) = $63,91 \times 2,5 \times 25 = 3.994,38 \text{ t} \times \text{km}$

Carga, manobra e descarga de mat. betuminoso a quente = $63,91 \times 2,5 = 159,78 \text{ t}$

Sinalização viária

Faixa dupla longitudinal contínua central (amarelo) = $146,72 \times 2 \times 0,10 = 29,35 \text{ m}^2$

Área de uma faixa pedestre em via de 8,00 m de largura: $(10 \times 2 \text{ m} \times 0,4 \text{ m})$ e uma linha de retenção $(4,00 \text{ m} \times 0,40 \text{ m}) = 8,0 + 1,6 = 9,60 \text{ m}^2$ por faixa / linha de retenção.

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98



Pintura de faixa de pedestre: 3 faixa x $9,60\text{m}^2 = 28,80\text{ m}^2$

- **RUA ALMIRANTE BARROSO**

Esta rua possui pavimento com calçamento e está compreendida entre as Ruas 07 de Setembro e 08 de Maio.

Pavimentação asfáltica e meio-fio

Camada de rolamento – largura de 8,00m e espessura de 4,0cm

Área de pavimentação (área da via): $81,88 \times 8 = 655,04\text{ m}^2$

Pintura de ligação (emulsão asfáltica RR-2C): área da via = $655,04\text{ m}^2$

Concreto betuminoso usinado quente: área da via x $0,04 = 655,04 \times 0,04 = 26,20\text{ m}^3$

Transporte – DMT 25 km (densidade $2,50\text{ t/m}^3$) = $26,20 \times 2,5 \times 25 = 1.637,60\text{ t} \times \text{km}$

Carga, manobra e descarga de mat. betuminoso a quente = $26,20 \times 2,5 = 65,50\text{ t}$

Sinalização viária

Faixa dupla longitudinal contínua central (amarelo) = $67,88 \times 2 \times 0,10 = 13,58\text{ m}^2$

Área de uma faixa pedestre em via de 8,00 m de largura: $(10 \times 2\text{m} \times 0,4\text{m})$ e uma linha de retenção $(4,00\text{m} \times 0,40\text{m}) = 8,0 + 1,6 = 9,60\text{ m}^2$ por faixa / linha de retenção.

Pintura de faixa de pedestre: 2 faixa x $9,60\text{m}^2 = 19,20\text{ m}^2$

- **RUA ANCHIETA**

Esta rua possui pavimento com calçamento e está compreendida entre A Rua dos Pinhais e o final da mesma (Q03/Q54).

Pavimentação asfáltica e meio-fio

Camada de rolamento – largura de 8,00m e espessura de 4,0cm

Área de pavimentação (área da via): $169,40 \times 8 = 1.355,20\text{ m}^2$

Pintura de ligação (emulsão asfáltica RR-2C): área da via = $1.355,20\text{ m}^2$

Concreto betuminoso usinado quente: área da via x $0,04 = 1.355,20 \times 0,04 = 54,21\text{ m}^3$

Transporte – DMT 25 km (densidade $2,50\text{ t/m}^3$) = $54,21 \times 2,5 \times 25 = 3.388,12\text{ t} \times \text{km}$

Carga, manobra e descarga de mat. betuminoso a quente = $54,21 \times 2,5 = 135,53\text{ t}$

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

Sinalização viária

Faixa dupla longitudinal contínua central (amarelo) = $144,40 \times 2 \times 0,10 = 28,88 \text{ m}^2$

Área de uma faixa pedestre em via de 8,00 m de largura: $(10 \times 2 \text{ m} \times 0,4 \text{ m})$ e uma linha de retenção $(4,00 \text{ m} \times 0,40 \text{ m}) = 8,0 + 1,6 = 9,60 \text{ m}^2$ por faixa / linha de retenção.

Pintura de faixa de pedestre: $3 \text{ faixa} \times 9,60 \text{ m}^2 = 28,80 \text{ m}^2$

- **RUA LUIZ BAESSO**

Esta rua possui pavimento com perfilagem asfáltica e está compreendida entre a SC-160 e a Rua Enrique Girelli.

Pavimentação asfáltica e meio-fio

Camada de rolamento – largura de 8,00m e espessura de 4,0cm

Área de pavimentação (área da via): $227,923 \times 8,0 + 8 \times 4 = 1.855,38 \text{ m}^2$

Pintura de ligação (emulsão asfáltica RR-2C): área da via = $1.855,38 \text{ m}^2$

Concreto betuminoso usinado quente: área da via $\times 0,04 = 1.855,38 \times 0,04 = 74,21 \text{ m}^3$

Transporte – DMT 25 km (densidade $2,50 \text{ t/m}^3$) = $74,21 \times 2,5 \times 25 = 4.638,45 \text{ t} \times \text{km}$

Carga, manobra e descarga de mat. betuminoso a quente = $74,21 \times 2,5 = 185,54 \text{ t}$

Execução de meio-fio moldado no local: $431,85 \text{ m}$

Sinalização viária

Faixa dupla longitudinal contínua central (amarelo) = $192,40 \times 2 \times 0,10 = 38,48 \text{ m}^2$

Área de uma faixa pedestre em via de 8,00 m de largura: $(10 \times 2 \text{ m} \times 0,4 \text{ m})$ e uma linha de retenção $(4,00 \text{ m} \times 0,40 \text{ m}) = 8,0 + 1,6 = 9,60 \text{ m}^2$ por faixa / linha de retenção.

Pintura de faixa de pedestre: $1 \text{ faixa} \times 9,60 \text{ m}^2 = 9,60 \text{ m}^2$

Serra Alta, 30 de março de 2020.

Darci Cerizolli
Prefeito Municipal

Loivo Bertoldi
Engenheiro Civil
CREA/SC 046.997-2

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98


**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

ANEXO II**ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA****Lei Municipal nº. 1.142/2020 de 15 de junho de 2020.****Obra/Serviço:** pavimentação asfáltica sobre solo natural e sobre pedra basalto irregular (calçamento), drenagem pluvial, sinalização vertical, meio-fio e demais obras complementares.**Local:** Ruas Conde D'Eu, Pedro Damo, Dom João VI, José Cerizolli e Manoel da Nóbrega.**Área total:** 4.011,84m²**Valor Orçado/Estimado:** R\$ 204.354,79 (duzentos e quatro mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e setenta e nove centavos).**ORÇAMENTO****Agente Promotor / Proponente****PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA****Empreendimento****REPERFILAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA RUAS DIVERSAS****Nº do contrato****Programa**

Nº do Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valores (R\$)		*Obs.
				Unitário	Total	
2	RUA PEDRO DAMO					
2.1	ESCAVAÇÃO E TERRAPLENAGEM					
2.1.1	Regularização e compactação de subleito	m²	588,40	1,15	676,66	
2.1.2	Execução e compact. da base com brita grad. e=10cm	m³	58,84	105,00	6.178,20	
2.1.3	Transporte de brita graduada DMT 25KM - densidade 1,65 t/m³	t km	2.427,15	0,50	1.213,58	
2.1.4	Execução de meio-fio pré-fabricado em concreto	m	155,10	51,52	7.990,75	
2.2	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TERRENO NATURAL					
2.2.1	Imprimação de base com emulsão CM-30 (taxa de aplicação = 1,2 l/m²) inclusive transporte da emulsão de Canoas - Chapecó	m²	588,40	6,14	3.612,78	
2.2.2	Pintura de ligação com emulsão RR-2C (taxa aplicação = 0,5 l/m²) inclusive transporte da emulsão Canoas - Chapecó	m²	588,40	1,80	1.059,12	
2.2.3	Construção de pavimento com aplicação de CBUQ, camada de rolamento com espessura de 4,0 cm	m³	23,54	860,00	20.244,40	
2.2.4	Transporte de CBUQ com c/ base 6,0 m³ rodovia pavimentada DMT - 25km densidade 2,5 t/m³	t km	1.471,25	0,50	735,63	
2.2.5	Carga, manobra e descarga de mat. betuminoso a quente	t	28,85	2,70	77,90	
2.3	SINALIZAÇÃO VIÁRIA					
2.3.1	Pintura horizontal de faixa longitudinal dupla contínua c/ tinta acrílica amarela com micro esfera	m²	11,91	13,00	154,83	
2.3.2	Pintura de faixa de pedestre com linha de retenção c/ tinta acrílica branca com micro esfera	m²	19,20	13,00	249,60	
3	RUA DOM JOÃO VI					
3.1	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE CALÇAMENTO					
	Reperfilagem / regularização - espessura 4,0cm					
3.1.1	Limpeza do calçamento	m²	336,00	1,40	470,40	
3.1.2	Pintura de ligação com emulsão RR-2C (taxa aplicação = 0,5 l/m²) inclusive transporte da emulsão Canoas - Chapecó	m²	336,00	1,80	604,80	

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
 Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
 CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98


**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

3.1.3	Construção de pavimento com aplicação de CBUQ, camada de rolamento com espessura de 4,0 cm	m²	13,44	860,00	11.558,40	
3.1.4	Transporte de CBUQ com c/ base 6,0 m³ rodovia pavimentada DMT – 25km densidade 2,5 t/m	t km	840,00	0,50	4200,00	
3.1.5	Carga, manobra e descarga de mat. betuminoso a quente	t	33,60	2,70	90,72	
3.2	SINALIZAÇÃO VIÁRIA					
3.2.1	Pintura horizontal de faixa longitudinal dupla contínua c/ tinta acrílica amarela com micro esfera	m²	12,00	13,00	156,00	
3.2.2	Pintura de faixa de pedestre com linha de retenção c/ tinta acrílica branca com micro esfera	m²	19,20	13,00	249,60	
4	RUA CONDE D'EU					
4.1	ESCAVAÇÃO E TERRAPLENAGEM					
4.1.1	Regularização e compactação de subleito	m²	896,00	1,15	1.030,40	
4.1.2	Execução e compact. da base com brita grad. e=10cm	m³	89,60	105,00	9.408,00	
4.1.3	Transporte de brita graduada DMT 25KM - densidade 1,65 t/m³	t km	3.696,00	0,50	1.848,00	
4.1.4	Execução de meio-fio pré-fabricado em concreto	m	188,00	51,52	9.685,76	
4.2	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TERRENO NATURAL					
4.2.1	Imprimação de base com emulsão CM-30 (taxa de aplicação = 1,2 l/m²) inclusive transporte da emulsão de Canoas - Chapecó	m²	896,00	6,14	5.501,44	
4.2.2	Pintura de ligação com emulsão RR-2C (taxa aplicação = 0,5 l/m²) inclusive transporte da emulsão Canoas - Chapecó	m²	896,00	1,80	1.612,80	
4.2.3	Construção de pavimento com aplicação de CBUQ, camada de rolamento com espessura de 4,0 cm	m³	35,84	860,00	30.822,40	
4.2.4	Transporte de CBUQ com c/ base 6,0 m³ rodovia pavimentada DMT – 25km densidade 2,5 t/m³	t km	2.240,00	0,50	1.120,00	
4.2.5	Carga, manobra e descarga de mat. betuminoso a quente	t	89,60	2,70	241,92	
4.3	SINALIZAÇÃO VIÁRIA					
4.3.1	Pintura horizontal de faixa longitudinal dupla contínua c/ tinta acrílica amarela com micro esfera	m²	15,20	13,00	197,60	
4.3.2	Pintura de faixa de pedestre com linha de retenção c/ tinta acrílica branca com micro esfera	m²	19,20	13,00	249,60	
5	RUA MANOEL DA NÓBREGA					
5.1	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE CALÇAMENTO					
	Reperfilagem / regularização – espessura 4,0cm					
5.1.1	Limpeza do calçamento	m²	593,68	1,40	831,15	
5.1.2	Pintura de ligação com emulsão RR-2C (taxa aplicação = 0,5 l/m²) inclusive transporte da emulsão Canoas - Chapecó	m²	593,68	1,80	1.068,62	
5.1.3	Construção de pavimento com aplicação de CBUQ, camada de rolamento com espessura de 4,0 cm	m³	23,75	860,00	20.425,00	
5.1.4	Transporte de CBUQ com c/ base 6,0 m³ rodovia pavimentada DMT – 25km densidade 2,5 t/m	t km	1.484,38	0,50	742,19	
5.1.5	Carga, manobra e descarga de mat. betuminoso a quente	t	59,38	2,70	160,33	
5.2	SINALIZAÇÃO VIÁRIA					
5.2.1	Pintura horizontal de faixa longitudinal dupla contínua c/ tinta acrílica amarela com micro esfera	m²	12,05	13,00	156,65	
5.2.2	Pintura de faixa de pedestre com linha de retenção c/ tinta acrílica branca com micro esfera	m²	19,20	13,00	249,60	

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
 Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
 CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98


**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

6	RUA JOSÉ CERIZOLLI					
6.1	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE CALÇAMENTO					
	Reperfilagem / regularização – espessura 4,0cm					
6.1.1	Limpeza do calçamento	m²	1.597,76	1,40	2.236,86	
6.1.2	Pintura de ligação com emulsão RR-2C (taxa aplicação = 0,5 l/m²) inclusive transporte da emulsão Canoas - Chapecó	m²	1.597,76	1,80	2.875,97	
6.1.3	Construção de pavimento com aplicação de CBUQ, camada de rolamento com espessura de 4,0 cm	m³	63,91	860,00	54.962,60	
6.1.4	Transporte de CBUQ com c/ base 6,0 m³ rodovia pavimentada DMT – 25km densidade 2,5 t/m	t km	3.994,38	0,50	1.997,19	
6.1.5	Carga, manobra e descarga de mat. betuminoso a quente	t	159,78	2,70	431,41	
6.2	SINALIZAÇÃO VIÁRIA					
6.2.1	Pintura horizontal de faixa longitudinal dupla contínua c/ tinta acrílica amarela com micro esfera	m²	29,35	13,00	381,55	
6.2.2	Pintura de faixa de pedestre com linha de retenção c/ tinta acrílica branca com micro esfera	m²	28,80	13,00	374,40	
				TOTAL	204.354,79	

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
 Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
 CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br



ANEXO III

DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA E
AValiação INDIVIDUAL E TOTAL DOS IMÓVEIS ANTES DA REALIZAÇÃO DA OBRA

Lei Municipal nº. 1.142/2020 de 15 de junho de 2020.

Obra/Serviço: pavimentação asfáltica sobre solo natural e sobre pedra basalto irregular (calçamento), drenagem pluvial, sinalização vertical, meio-fio e demais obras complementares.

Local: Ruas Conde D'Eu, Pedro Damo, Dom João VI, José Cerizolli e Manoel da Nóbrega.

Área total: 4.011,84m²

Valor Orçado/Estimado: R\$ 204.354,79 (duzentos e quatro mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e setenta e nove centavos).

DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA COM A RELAÇÃO DOS IMÓVEIS NELA COMPREENDIDOS E
AValiação INDIVIDUAL E TOTAL DOS IMÓVEIS ANTES DA REALIZAÇÃO DA OBRA

PROPRIETÁRIO	NOME DA RUA	QUADRA	LOTE	ÁREA DO LOTE (m ²)	TESTADA (mt linear)	ESQUINA (m ²)	TOTAL PAVIMENTAÇÃO (m ²)	VALOR DO IMÓVEL (R\$) ANTES DO INÍCIO DA OBRA
Jones Paulo Bao	Rua Conde D'eu	41	10	600,00	17,88	8,00	79,52	212.366,40
Silvia Maria Gamba Bortolozzo	Rua Conde D'eu	41	9	600,00	17,88		71,52	134.994,00
Jair Glehl	Rua Conde D'eu	41	8	600,00	17,88		71,52	175.498,24
Teresinha De Souza	Rua Conde D'eu	41	7	600,00	17,88		71,52	77.916,00
Volmir Partzotto	Rua Conde D'eu	41	6	619,50	18,46	32,00	105,84	80.448,27
	Rua Pedro Damo				33,55		134,20	
Jair Martini	Rua Pedro Damo	41	5	300,00	20,00		80,00	80.448,27
Cleomar Ranzolin	Rua Pedro Damo	41	5-a	300,00	20,00	8,00	88,00	87.882,00
Angelin Senhor	Rua Conde D'eu	72	1	550,25	31,00	8,00	132,00	166.585,47
Jose Ransolin	Rua Conde D'eu	72	2	444,00	12,00		48,00	186.019,92
Brunilda Lubenow	Rua Conde D'eu	72	3	444,00	12,00		48,00	57.657,84
Maria Karlinski Marin	Rua Conde D'eu	72	4	471,75	12,75		51,00	61.261,46
Neuri Damo e Neuci Damo	Rua Conde D'eu				22,25	32,00	121,00	56.112,51
	Rua Pedro Damo	72	5	432,10	0,99		3,94	

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br



Ederson Ceresolli & Cia Ltda	Rua Conde D'eu	74	9	432,00	2,00	32,00	32,00	56.099,52
Ari Francisco Bottega	Rua Pedro Damo	75	3	600,23	33,60	35,94	170,34	247.065,87
Ivone Eberhardt	Rua Pedro Damo	75	4	600,00	40,00	8,00	168,00	173.046,00
Ederson Ceresolli	Rua Dom João VI	72	14	658,75	7,35		29,40	292.717,28
Viviana Ceresolli	Rua Dom João VI	72	13	450,00	15,00		60,00	200.476,66
Claudinei Pauletto	Rua Dom João VI	72	12	600,00	20,00	24,00	104,00	133.453,80
Nirto Senhor	Rua José Ceresolli	42	5	600,00	8,35	4,00	4,00	96.036,00
Mauro Escher	Rua Dom João VI	42	6	510,00	34,00	32,00	168,00	114.593,90
Eufilha Miotto Cerizolli	Rua José Ceresolli	42	7	510,00	15,00		60,00	119.259,80
Ilario cerizolli	Rua José Ceresolli	42	8	510,00	15,00		60,00	95.130,00
Volnei Rech	Rua José Ceresolli	42	9	510,00	15,00		60,00	125.299,80
Valter Stadtlöber	Rua José Ceresolli	42	10	698,60	35,70	32,00	174,80	153.068,40
Elenir Janice Damo	Rua Monel Da Nobrega	42	11	667,80	20,00		80,00	146.774,51
Rosane S. Giaretta	Rua Monel Da Nobrega	42	12	460,26	18,72		74,88	155.790,05
Darci J. Johann	Rua Monel Da Nobrega	42	1	600,00	16,00	8,00	72,00	194.729,60
Inacio Luiz Diel	Rua Monel Da Nobrega	43	6	378,00	15,00	8,00	68,00	153.364,81
Luciane Vogel	Rua Monel Da Nobrega	43	7	800,00	20,00		80,00	160.677,59
Ivania Dreher	Rua Monel Da Nobrega	43	8	800,00	20,30		81,20	222.332,40
Antonio Wenceslau Griebler	Rua Monel Da Nobrega	43	9	694,15	18,91	32,00	107,64	240.306,99
Moacir J. Barro	Rua José Ceresolli	43	10	553,35	33,39		133,56	214.331,36
Ivanir Biolchi	Rua José Ceresolli	59	1	905,63	38,63		154,52	180.655,10
Jorge Eberhart	Rua José Ceresolli	59	2	602,16	24,82		99,28	144.912,40
Ivo Cieplack	Rua José Ceresolli	59	3	390,01	13,60		54,40	104.644,18
Delcir Cerizolli	Rua Monel Da Nobrega	58	1	918,80	32,96	24,00	155,84	291.077,26
	Rua José Ceresolli				37,55	24,00	174,20	
	Rua Monel Da Nobrega					4,00	4,00	

Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
 Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
 CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

www.serraalta.sc.gov.br

E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br

Alderí Nazari	Rua José Cerezolli	58	2	600,00	15,00	60,00	152.208,00
Valmir Senhor	Rua José Cerezolli	58	3	600,00	15,00	60,00	127.746,00
Romeu Waiand	Rua José Cerezolli	58	4	621,20	15,53	62,12	142.546,42
Noir Girelli	Rua José Cerezolli	58	5	542,00	13,55	78,20	141.831,28
	Rua Dom João VI				4,00	4,00	
Ari de Souza	Rua Dom João VI	85	15	1.048,67	24,00	24,00	229.212,35
	Rua José Cerezolli				4,00	4,00	
						0,00	
TOTAL GERAL					898,98	415,94	6.186.577,71

Serra Alta, SC, 16 de junho de 2020.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

MARINA RITA CHAGAS
 Presidente da Comissão
 de Avaliação

De acordo,

JAIR DE ASSIS
 Secretário da Comissão
 de Avaliação

LOIVO BERTOLDI
 Membro da Comissão
 de Avaliação

DARCI CERIZOLLI
 Prefeito Municipal

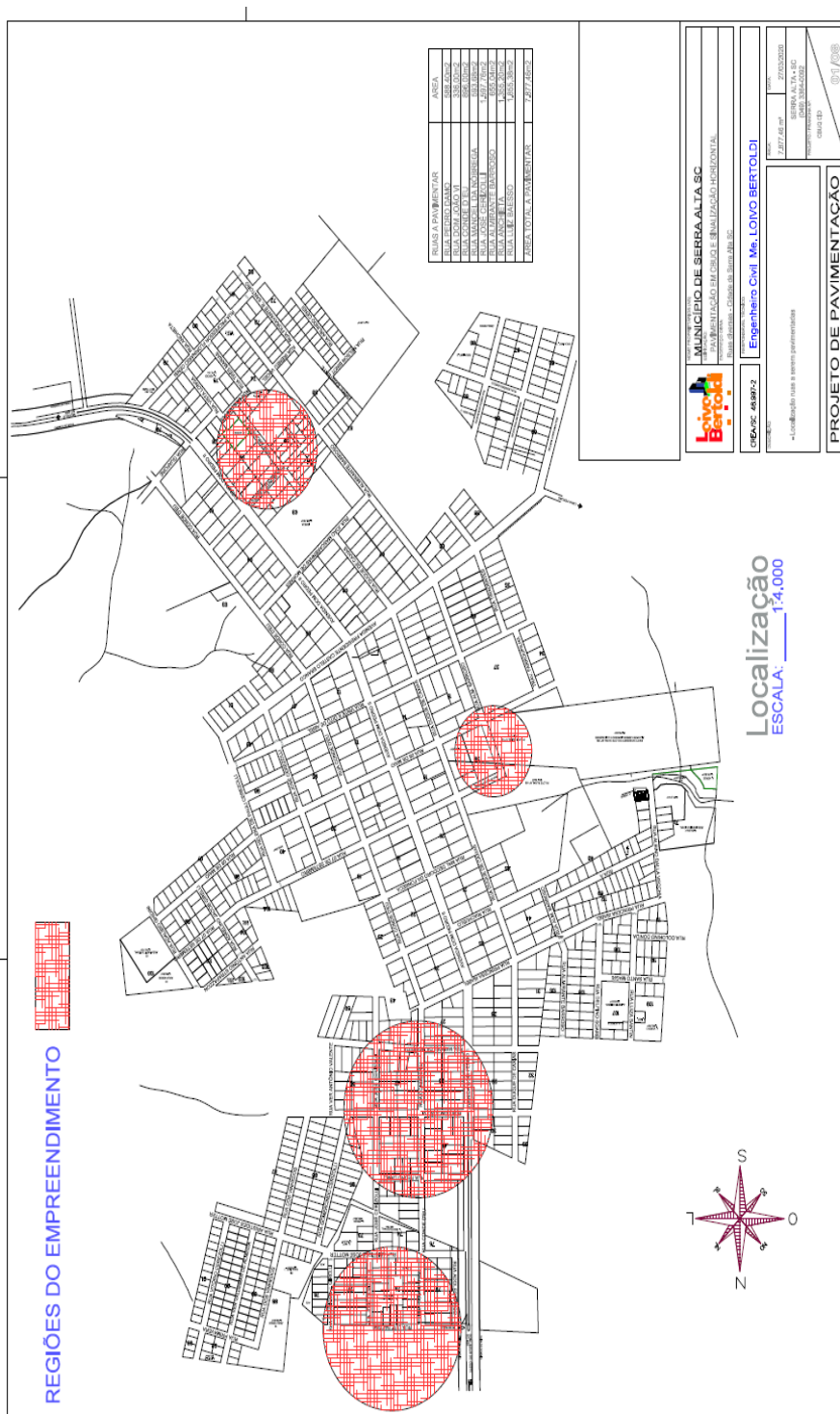
Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
 Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
 CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

www.serraalta.sc.gov.br

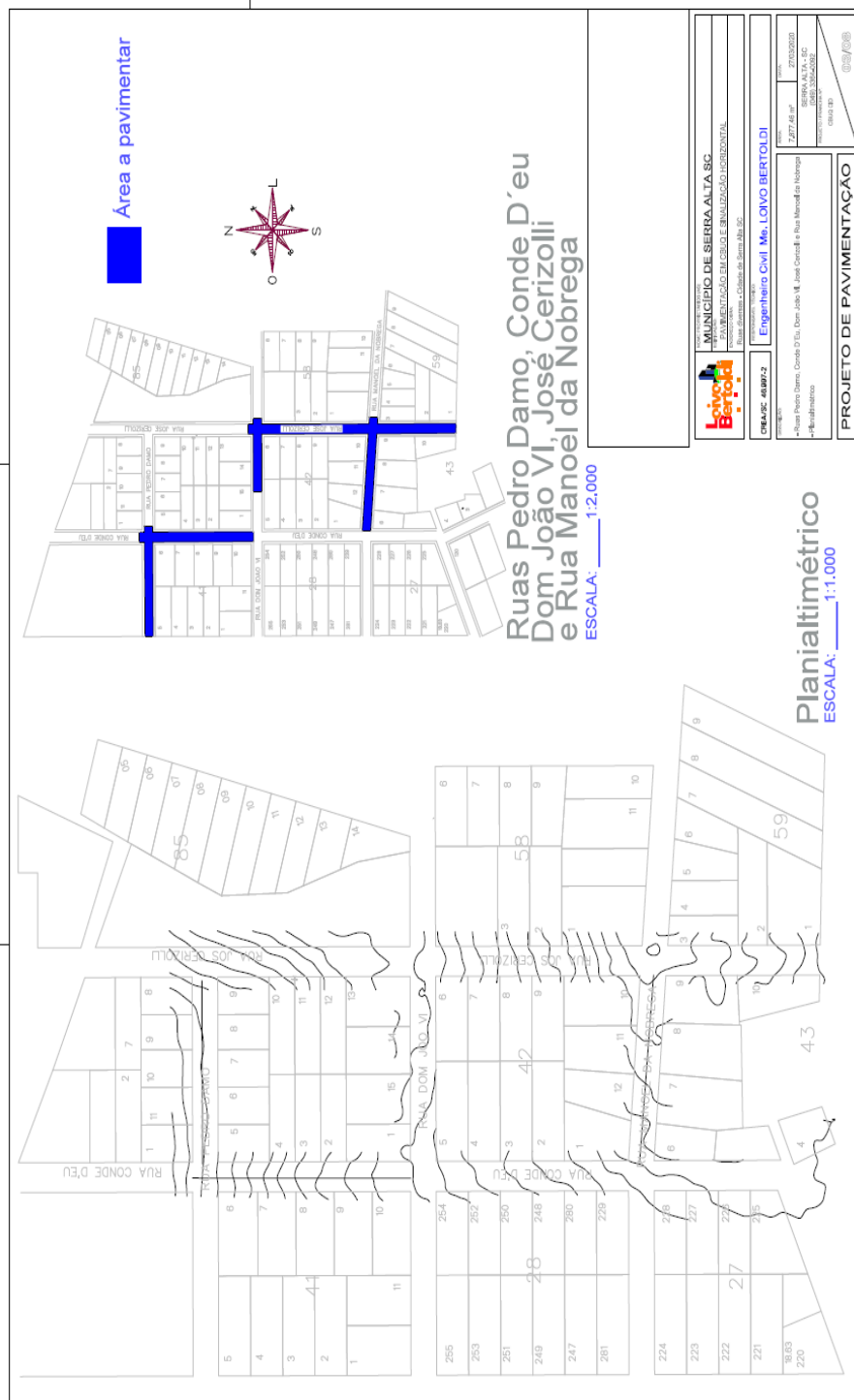
www.serraalta.sc.gov.br
E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br



Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
www.serraalta.sc.gov.br
 E-mail: administracao@serraalta.sc.gov.br



Fone: (49) 3364-0092 | 3364-0076 | 3364-0172
Av. Dom Pedro II, 830 - Centro - Serra Alta/SC
CEP.: 89871-000 | CNPJ.: 80.622.319/0001-98

RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERV. Nº 022/2020

Publicação Nº 2524845

PLANO DE TRABALHO

Dispensa por Limite nº22/2020

Processo nº22/2020

1. OBJETO

Contratação de serviços para disponibilização de SISTEMA DIGITAL COMO MEIO DE REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO, ESPECIFICAMENTE NA MODALIDADE PREGÃO, em todas as suas formas.

2. JUSTIFICATIVA

Atender a necessidade de realização de licitação em meio digital, com padronização de procedimentos, unificação de banco de dados e mais eficiência nas compras públicas, especificamente na modalidade Pregão, em todas as suas formas.

3. DEMANDA PREVISTA E QUANTIDADE A SEREM CONTRATADOS

A demanda é definida pelas modalidades que serão utilizadas, quantidades de certames durante o exercício financeiro e pela quantidade de usuários da Administração que poderão utilizar o sistema.

As modalidades demandas são: Pregão (eletrônico e presencial), cotação eletrônica e sistema de registro de preços.

A demanda de usuários/servidores podem ser visualizadas a seguir:

SETOR	QTD. USUÁRIOS
Depto de Licitações	04
Depto de Compras	02
TOTAL DE USUÁRIOS	06

4. VANTAGENS PARA A ADMINISTRAÇÃO E RESULTADOS PRETENDIDOS

A vantagem para a Administração será a utilização de sistema que não exija contraprestação financeira, ou seja, não haja dispêndio financeiro por parte da Administração Pública.

O resultado a ser alcançado é o aumento da eficiência nas compras públicas, sem dispêndio financeiro para a Administração e com a satisfação de fornecedores, além da obtenção de economicidade nas contratações.

Pretende-se com a contratação do sistema e dos serviços complementares, a customização de módulos específicos de acordo com a demanda desta Administração, no intuito de compatibilizar a estrutura existente com o sistema a ser utilizado.

A padronização dos procedimentos, de acordo com a legislação de regência, a unificação de banco de dados, a fácil interface do sistema e a segurança da informação, são pontos fundamentais que devem constar no sistema.

A eficiência nos procedimentos, a redução de custos e o aumento da competitividade nos certames são resultados pretendidos com a contratação do sistema.

5. CRITÉRIOS DE CONTROLE E REGISTROS A SEREM ADOTADOS

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do serviço, anotando e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

O setor que participará da execução e da fiscalização será: Secretaria Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico.

Serra Alta- SC, 15 de junho de 2020.

EDERSON CEREZOLLI

Secretário Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico

De acordo:

Serra Alta- SC, 15 de junho de 2020

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

PROJETO BÁSICO

DISPENSA POR LIMITE Nº22/2020

PROCESSO Nº22/2020

1. DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DO SISTEMA DENOMINADO WCOMPRAS, PARA A REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO EM MEIO DIGITAL, POR INTERMÉDIO DA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES, ESPECIFICAMENTE NA MODALIDADE PREGÃO, EM TODAS AS SUAS FORMAS.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Atender a necessidade de realização de licitação em meio digital, com padronização de procedimentos, unificação de banco de dados e mais eficiência nas compras públicas e aumento da competitividade, especificamente na modalidade Pregão, em todas as suas formas.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO:

A. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

Atender a necessidade administrativa especificada no item anterior e atingir um maior número de fornecedores, inclusive em âmbito nacional, nos procedimentos licitatórios desta Administração.

Pretende-se com essa contratação a realização de Pregão, em todas as suas formas, além de cotação eletrônica e outras modalidades existentes no sistema WCompras.

B. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO:

Atender à demanda de disponibilização e manutenção de sistema de gerenciamento digital de procedimentos licitatórios, realizados por meio da rede mundial de computadores.

Como resultado da contratação, verificam-se os seguintes benefícios para a Administração:

- a) ausência de dispêndio financeiro;
- b) aumento da competitividade em suas licitações;
- c) mais celeridade e eficiência em seus procedimentos;
- d) controle de documentação e atestado de fornecedores;
- e) possibilidade de personalização de formulários;
- f) integração com outros sistemas porventura existentes, incluindo sistemas de Tribunais de Contas; e
- g) capacitação e cursos operacionais.

A contratação do sistema trará também os seguintes benefícios para os fornecedores:

- a) a redução de custos para garantir participação nos certames, já que não há necessidade de deslocamento ou acomodação;
- b) a ampliação do raio de atuação, podendo fazer propostas e lances em processos de qualquer lugar do Brasil;
- c) o conhecimento de todas as licitações na sua área de atuação via meio eletrônico;
- d) a pesquisa, a visualização e o download de editais de forma online; e
- e) a certificação de todos os preços praticados após abertura de propostas e fases dos processos.

C. CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE:

A Contratação direta da empresa especializada no fornecimento e manutenção do sistema WCompras está alinhada com o Plano de Trabalho, documento integrante deste processo administrativo, com demonstrativo da demanda existente.

D. TIPAGEM DO SERVIÇO (COMUM OU NÃO) E SUA NATUREZA (SE CONTINUADO OU NÃO):

O objeto, quanto ao seu tipo, em tese, pode ser visualizado como comum, porém, a sua disponibilidade gratuita e a inviabilidade de definir objetivamente padrões de desempenho e qualidade dos benefícios indiretos resultantes do sistema, não se coaduna com a realização de licitação para contratação em tela.

A contratação direta do objeto, por meio de dispensa de licitação, é opção mais viável e vantajosa para a Administração, considerando os estudos preliminares realizados e a análise de outros sistemas disponíveis no mercado e que no momento nosso sistema de software tem integração com este portal o que facilita ainda mais. .

O serviço tem natureza não continuada, porém, em virtude da ausência de dispêndio financeiro e de vínculo ao orçamento anual, poderá ser firmado contrato até de até 60 (sessenta) meses.

E. REFERÊNCIAS A ESTUDOS PRELIMINARES:

Para a contratação do sistema WCompras, foram analisados outros sistemas com objetivos semelhantes, tais como o sistema e-licitações, fornecido pelo Banco do Brasil S.A, e o sistema comprasgovernamentais, fornecido pelo SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados.

Observou-se que para a utilização do sistema fornecido pelo SERPRO, haverá necessidade de dispêndio financeiro, e realização de dispensa de licitação.

Para a contratação do sistema e-licitações, haverá necessidade de se firmar termo de cooperação técnica entre as partes, com necessidade de pagamento por usuário.

Em relação ao sistema WCompras, verificou-se que este, em 2015, teve mais de 57 mil fornecedores cadastrados, mais de 150 mil itens negociados, mais de 7.614 pregões realizados e um volume transacionado superior a 7 bilhões de dólares.

Observou-se, ainda, que o sistema WCompras tem mais de 14 (quatorze) anos no mercado, disponibilizando um sistema que imprime agilidade nos processos de compras públicas e potencializando negócios para fornecedores, além de trazer economia e segurança para a Administração Pública.

Sendo assim, diante das características do sistema WCompras e da demanda existente, optou-se pela sua contratação direta, por meio de dispensa de licitação em razão do valor.

F. RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE A SER CONTRATADA:

A demanda é definida pelas licitações a serem realizadas e pela quantidade de usuários da Administração que poderão utilizar o sistema.

As modalidades demandas são: Pregão (eletrônico e presencial), cotação eletrônica e sistema de registro de preços, não afastadas outras porventura existentes ou criadas no sistema WCompras.

A demanda de usuários/servidores podem ser visualizadas a seguir:

SETOR	USUÁRIOS
Depto de Licitações	04
Depto de Compras	02
TOTAL DE USUÁRIOS	06

4. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Será adotado registro próprio pelo fiscal do contrato para avaliação dos serviços contratados, que observará os seguintes requisitos:

- a) disponibilidade;
- b) integração de módulos;
- c) interface gráfica;
- d) facilidade de acesso aos usuários; e
- e) tempo médio de recuperação em caso de indisponibilidade do sistema.

Não será considerado descumprimento de disponibilidade a ocorrência das seguintes situações:

- a) Interrupções programadas para manutenções preventivas e configurações (upgrade, correção de desvios e adequação tecnológica), de iniciativa da CONTRATADA, previamente acordadas e comunicadas à CONTRATANTE.
- b) Incidentes que, após análise, foram descaracterizados como indisponibilidade, devidamente comprovados pela CONTRATADA.
- c) Períodos de manutenção de interesse de órgão controlador;
- d) Recusa de conexão, lentidão ou degradação de qualidade, nos casos em que as instalações do Centro de Dados da CONTRATADA estejam em perfeitas condições de disponibilidade, devidamente comprovada.
- e) Falhas ocasionadas por imperícia, imprudência, conduta negligente ou dolosa da CONTRATANTE.
- f) Problemas de infraestrutura de responsabilidade da CONTRATANTE.
- g) Motivos de calamidade pública, desastres naturais e força maior, de acordo com a conceituação prevista em regulamentação legal.

5. EXECUÇÃO DO SERVIÇO E SEU RECEBIMENTO

Descrição dos prazos e formas de execução do serviço:

- a) o prazo de início da operacionalização do sistema será aquele previsto no contrato;
- b) a descrição dos serviços, as características dos módulos, bem como a disponibilidade do sistema, são os discriminados neste Projeto Básico, no Contrato e principalmente na proposta da futura contratada;
- c) o horário de disponibilidade do WCompras será de 08:00 as 18:00 nos dias úteis. Eventualmente, com solicitação prévia da Administração, poderá o horário ser estendido, desde que registrado e de comum acordo;
- d) a manutenção nos equipamentos e no sistema poderá ser realizada, após formalização da CONTRATANTE, no horário de 19:00 as 07:00;
- e) A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE, com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência, eventos de parada programada que impactem na disponibilidade do serviço contratado. O CONTRATANTE deverá autorizar formalmente a parada, com no mínimo 3 (três) dias úteis de antecedência ao evento;
- f) os serviços serão executados via internet e no endereço da CONTRATADA, onde se encontrará o ambiente operacional do sistema.
- g) as especificidades do sistema deverão ser apresentadas por meio de treinamento;
- h) caberá ao representante da administração, devidamente designado, receber o sistema, incumbindo-lhe a conferência, em atendimento às normas administrativas aplicáveis;
- i) o recebimento formal do sistema, tido como a sua disponibilidade e operacionalidade, está condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando-se o gerenciador (preposta da contratada) a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectados, na forma prevista no contrato a ser celebrado entre as partes;
- j) o objeto do contrato deve atender às especificações constantes do contrato e deste PB, com a observância das seguintes prescrições: ser

iniciado no prazo previsto em contrato; estar em perfeitas condições de uso; apresentar boa qualidade exigida ou superior nas especificações, estar pronto para ser utilizado, a partir da data da entrega do objeto (disponibilização) e o aceite do representante responsável pelo acompanhamento da execução do objeto, que deverá ser registrado;

k) o recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade do serviço prestado, sob pena de rescisão do contrato, após previa comunicação, nos termos do contrato;

l) o objeto será rejeitado quando não atender às condições oferecidas no sistema pela CONTRATADA;

m) havendo vícios ou incompatibilidades no serviço, a CONTRATADA deverá corrigi-los, no prazo previsto no contrato, sob pena de rescisão do contrato, na forma do contrato;

n) somente admitir-se-á a prorrogação do prazo para a execução quando verificada a ocorrência de uma das hipóteses previstas nos incisos do §1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, devendo ser adotado o procedimento previsto no § 2º do citado dispositivo legal, mediante solicitação expressa da CONTRATADA.

o) o sistema poderá ser rejeitado quando não apresentar conformidade com as especificações técnicas;

p) para o objeto em tela, não haverá o procedimento de recebimento provisório, afinal o recebimento do serviço impõe que sua prestação e seu recebimento sejam imediatos;

q) a prestação do serviço será executada de modo que se atenda plenamente as necessidades expostas na letra F do item 3, que prevê a relação entre a demanda e a quantidade a ser contratada.

6. DA VISTORIA

Não haverá necessidade de vistoria antes da disponibilização do sistema, porém a eventual necessidade de instalação do sistema e de manutenção in loco poderá ser realizada pela CONTRATADA, desde que previamente autorizada pela CONTRATANTE.

Só poderão acessar as dependências da CONTRATANTE funcionário da CONTRATADA previamente autorizado e identificado.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) receber o objeto no prazo e condições preestabelecidas neste PB;

b) comunicar à CONTRATADA, por escrito, toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços contratados, bem como, sobre imperfeições, falhas

ou irregularidades verificadas na execução do objeto, diligenciando a para que as mesmas sejam plenamente reparadas ou corrigidas;

c) permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às instalações da CONTRATANTE para o cumprimento das rotinas de instalação e manutenção que visem a continuidade da prestação do serviço, desde que tenham sido credenciados pela CONTRATANTE e exclusivamente para atender o objeto deste PB;

d) acompanhar e fiscalizar os serviços, objeto deste PB, por meio de representante designado para esse fim, realizando todos os registros que achar necessário;

e) proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir com suas obrigações dentro dos prazos, normas e condições preestabelecidas neste PB e no contrato;

f) notificar, por escrito, à CONTRATADA por eventuais ocorrências, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa antes de rescisão do contrato;

g) responder pelas consequências de suas ações ou omissões;

h) a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

i) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) atender ao pedido de informações, mediante solicitação expressa da CONTRATANTE, efetuadas por pessoas ou entidades por ela credenciada, relacionada com o desenvolvimento dos serviços contratados;

b) processar diariamente o sistema, com todo suporte necessários a sua operação e ao armazenamento de seus dados, viabilizando consultas e atualizações pelos usuários;

c) disponibilizar acesso lógico das estações de trabalho de seus usuários ao banco de dados do sistema;

d) tomar todas as providências necessárias à fiel execução deste Instrumento responsabilizando-se pelo pagamento de tributos e despesas inerentes aos insumos necessários à prestação dos serviços;

e) responsabilizar-se pela garantia dos serviços objeto deste PB, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990;

f) assumir inteira responsabilidade por danos ou desvios causados ao patrimônio da CONTRATANTE por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, mesmo que fora do exercício de atribuições previstas no contrato;

g) responsabilizar-se pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;

h) manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições firmadas em sua proposta inicial;

i) executar o objeto contratado em conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste PB;

j) submeter à aprovação da CONTRATANTE toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações, em face de imposições técnicas ou de cunho administrativo e legal indispensáveis à perfeita execução do Sistema;

k) assumir o ônus decorrente de todas as despesas, tributos e demais encargos inerentes ao objeto deste PB;

l) A CONTRATADA poderá cobrar os custos pela utilização do sistema dos fornecedores, nos termos do art. 5º, inc. III, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

m) não transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações vinculadas à contratação;

n) sujeitar-se à fiscalização da CONTRATANTE, no tocante a verificação e certificação das especificações técnicas exigidas, prestando todos

os esclarecimentos solicitados e, atendendo de imediato às reclamações fundamentadas, caso venham a ocorrer;

o) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, em até 48 (quarenta e oito) horas, por intermédio do fiscal designado para acompanhamento do contrato;

p) levar imediatamente, ao conhecimento do Fiscal do Contrato, qualquer fato anormal ou extraordinário que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;

q) entregar, no prazo previsto no contrato o sistema pronto para operar;

r) manter em dia suas obrigações, legais, fiscais sobre o serviço e sociais para com o pessoal envolvido no presente serviço, sob sua responsabilidade;

s) a CONTRATADA será responsável por todas as despesas com atualização e melhoria do sistema, bem como por todo serviço necessário à perfeita e completa execução do objeto do presente contrato;

t) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do início da prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

u) indicar preposto para representá-la durante a vigência contratual.

v) sujeitar-se à fiscalização do Fiscal do Contrato quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo às reclamações consideradas procedentes.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto.

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma da Lei nº 8.666, no que couber.

10.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, conforme previsto na Lei nº 8.666/1993.

10.3 O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato e anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste PB.

10.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, nos termos da Lei nº 8.666/1993.

10.6 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar a perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para as providências cabíveis.

10.7 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará apenas as sanções administrativas previstas neste Projeto Básico e no contrato, nos termos do art. 62, §3º, da Lei nº 8.666/1993.

11- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESCISÃO

11.1 A CONTRATADA comete infração administrativa nos casos de inexecução total ou parcial dos serviços.

11.2 A Contratada ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, no caso de descumprimento contratual, às seguintes sanções:

a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos ao CONTRATANTE; e

b) multa por faltas graves, assim entendidas aquelas que acarretem prejuízos significativos ao CONTRATANTE, no limite do prejuízo, a ser apurado em processo administrativo próprio.

11.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas neste PB e no contrato, realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999.

11.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.6. O contrato só poderá ser rescindido pelas partes, com comunicação prévia de 60 (sessenta) dias, ou em prazo inferior de comum acordo entre as partes.

Serra Alta – SC, 15 de junho de 2020

EDERSON CEREZOLLI
Secretário Municipal de Administração

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

MAURÍCIO LEONIR SONDA

Advogado
OAB/SC 54.175

Aprovo, de acordo com o art. 7º, § 2º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

TERMO DE DISPENSA Nº22/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº22/2020

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

I – REFERÊNCIA

1 – CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) Av. Dom Pedro II, nº830, centro, Serra Alta – SC, CEP 89.871-000, inscrita no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representada por seu PREFEITO, Senhor DARCI CERIZOLLI, inscrito no CPF nº430.332.889-87.

2 – CONTRATADA

ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.397.355/0001-30, com endereço à Tr Sia Trecho 17 Rua 20 Lote 90 Sala, 201 - 2 Pavimento Zona Industrial, CEP: 71.200-256 - Brasília/DF.

3 – OBJETO

Contratação do sistema denominado WCompras, para realização de licitação em meio digital, por intermédio da rede mundial de computadores, especificamente na modalidade Pregão, em todas as suas formas.

4 – PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO:

O prazo de início da operacionalização do sistema será aquele previsto no contrato e na proposta da contratada;

A descrição dos serviços, as características dos módulos, bem como a disponibilidade do sistema, são os discriminados nos documentos integrantes deste termo;

O horário de disponibilidade do WCompras será de 08:00 as 18:00h nos dias úteis. Eventualmente, com solicitação prévia da Administração, poderá o horário ser estendido, desde que registrado e de comum acordo;

A manutenção nos equipamentos e no sistema poderá ser realizada, após formalização da CONTRATANTE, no horário de 19:00 as 07:00;

A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE, com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência, eventos de parada programada que impactem na disponibilidade do serviço contratado. O CONTRATANTE deverá autorizar formalmente a parada, com no mínimo 3 (três) dias úteis de antecedência ao evento;

Os serviços serão executados via internet e no endereço da CONTRATADA, onde se encontrará o ambiente operacional do sistema.

As especificidades do sistema deverão ser apresentadas por meio de treinamento, de acordo com a proposta e com posterior relatório a ser elaborado pelo fiscal do contrato e anexado neste processo.

5 – DO PREÇO

O serviço será executado de forma gratuita para a Administração, não afastada a possibilidade da CONTRATADA cobrar os custos pela utilização do sistema dos fornecedores, nos termos do art. 5º, inc. III, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

6 - DA VIGÊNCIA

O contrato vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogado.

7 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Não haverá dispêndio financeiro.

II – AMPARO LEGAL

Artigo 24, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.

III – DOCUMENTOS INTEGRANTES

- a) Plano de Trabalho
- b) Projeto Básico

IV – JUSTIFICATIVA

A contratação visa atender a demanda de disponibilização e manutenção de sistema de gerenciamento digital de procedimentos licitatórios, realizados por meio da rede mundial de computadores.

A demanda inicial desta Administração é na realização de Pregão, em todas as suas formas, não excluídas outras modalidades a serem oferecidas ou criadas no sistema WCompras. Como resultado da contratação, verificam-se os seguintes benefícios para a Administração: ausência de dispêndio financeiro; aumento da competitividade em suas licitações; mais celeridade e eficiência em seus procedimentos; controle de documentação e atestado de fornecedores; possibilidade de personalização de formulários; integração com outros sistemas porventura existentes, incluindo sistemas de Tribunais de Contas; e capacitação e cursos operacionais.

A contratação do sistema trará também os seguintes benefícios para os fornecedores:

A redução de custos para garantir participação nos certames, já que não há necessidade de deslocamento ou acomodação;

A ampliação do raio de atuação, podendo fazer propostas e lances em processos de qualquer lugar do Brasil;

O conhecimento de todas as licitações na sua área de atuação via meio eletrônico;

A pesquisa, a visualização e o download de editais de forma online; e

A certificação de todos os preços praticados após abertura de propostas e fases dos processos.

No vertente caso, não haverá dispêndio financeiro por parte da Administração, o que, objetivamente, se enquadra na hipótese legal do art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos na Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Assim, considerando a possibilidade de contratação direta em razão do valor, tendo em vista estar no limite preconizado no inc. II, é possível a contratação por meio de dispensa de licitação, com observância dos requisitos previstos na Lei nº 8.666/1993.

V – RESOLUÇÃO

Presentes os pressupostos do art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, resolvo considerar DISPENSÁVEL a licitação para a contratação dos serviços que constituem o objeto do presente Termo, e encaminhar o processo para a deliberação da autoridade superior para, considerando que nada obste, ratifique-o.

Serra Alta – SC, 15 de junho de 2020.

MARINA RITA CHAGAS

Presidente Comissão Permanente de Licitação

LIANE TERESINHA DE ALMEIDA

Secretária CPL

JOSÉ DOMINGOS DE SOUZA

Membro CPL

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

MAURÍCIO LEONIR SONDA

Advogado OAB/SC 54.175

RATIFICAÇÃO:

Nos exatos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/1993, ratifico a dispensa de licitação para a contratação do objeto do Termo de Dispensa nº022/2020.

Serra Alta – SC, 15 de junho de 2020.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERV. Nº 022/2020

Publicação Nº 2525412

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SERRA ALTA CNPJ: 80.622.319/0001-98 AV. DOM PEDRO II, 830 C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 22/2020 - DL Processo Administrativo: 22/2020 Processo de Licitação: 22/2020 Data do Processo: 15/06/2020
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DARCI CERIZOLLI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 22/2020
b) Licitação Nr.: 22/2020-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 15/06/2020
e) Data da Adjudicação: 15/06/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DO SISTEMA DENOMINADO WCOMPRAS POR INTERMÉDIO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, PARA A REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO EM MEIO DIGITAL, POR INTERMÉDIO DA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES, ESPECIFICAMENTE NA MODALIDADE PREGÃO, EM TODAS AS SUAS FORMAS, ATENDENDO A DETERMINAÇÃO E OBRIGATORIEDADE DO DECRETO FEDERAL Nº 10.024 DE 20/09/2019.

			(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 007360 - ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA ME	<u>1</u>	0,0000	<u>0,01</u>
	1		0,01

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.300.3.3.90.00.00.00.00.00 (10) Saldo: 263.438,07

Serra Alta, 15 de Junho de 2020.

MARINA RITA CHAGAS
Presidente da Comissão de Licitação

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Sombrio

PREFEITURA

TERMO DE REVOGAÇÃO - TP 041/2020

Publicação Nº 2524928

TERMO DE REVOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2020

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 041/2020

O MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC, com sede à Av. Nereu Ramos, nº 31, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.963.216/0001-17, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições legais. RESOLVE:

REVOGAR em todos os seus termos, por interesse da administração para ajustes e correções, o Processo Licitatório tombado sob o nº 041/2020, e consequentemente a licitação por Tomada de Preços sob o mesmo número, cujo objeto é: "Ref.: A presente licitação tem por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para futura contratação de empresa especializada para construção do novo Centro de Educação Infantil, na localidade de Morro do Cipó, município de Sombrio/SC. Conforme localização, condições, quantitativos e demais informações técnicas constantes nos projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, projetos, edital e anexos.

Sombrio/SC, em 16 de junho de 2020.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Sul Brasil

PREFEITURA

PORTARIA Nº 077 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525758

PORTARIA Nº 077, DE 16 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARISA REGINA WEBER CAPRINI, ocupante do cargo de Diretora do Departamento no setor da Educação, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de 10 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 02.01.2019 a 01.01.2020 a serem gozadas no período de 17.06.2020 a 26.06.2020.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,
Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
16 de junho de 2020.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

JOAO PAULO GUBERT
Diretor de Administração

Tangará

PREFEITURA

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2020 REGISTRO DE PREÇO

Publicação Nº 2525120

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2020 REGISTRO DE PREÇO

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às nove horas, reuniram-se os membros da Equipe de Apoio, designada pela Portaria nº 235/2019, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 043/2020, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto o registro de preço a AQUISIÇÃO DE CARRINHOS PARA BEBÊ E COLCHONETES DESTINADOS À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Participam deste certame as seguintes empresas:

- 1) ROBERTO TESSARO & CIA LTDA, representada neste ato por Roberto Antonio Tessaro;
- 2) BIANCA RICACHESKI RAUBER, representada neste ato por Edison Luis Mayrer;
- 3) COMÉRCIO DE LIVROS ODY LTDA, representada neste ato por Querino José Ody;
- 4) DAVID JOSÉ BRESOLIN, representada neste ato por Tiago Bresolin;
- 5) LUCIANO PILATTI, representada neste ato por Luciano Rodrigues Paz;
- 6) OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, representada neste ato por Kleber Luiz Libano;

Iniciado o certame, passa a vista e rubrica nos envelopes pelos representantes presentes, analisado o credenciamento das empresas que estavam de acordo com o edital, sendo habilitadas para o certame. Após passou-se para a abertura dos envelopes das propostas, constatou-se que as empresas participantes encontravam-se habilitadas para os lances. Passou-se então para fase dos lances, após sagrou-se vencedor do item 1 a empresa OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP com o valor total de R\$ 12.396,00 (doze mil trezentos e noventa e seis reais), sagrou-se vencedor do item 2 a empresa BIANCA RICACHESKI RAUBER com o valor total de R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais). Após abertos os envelopes das documentações das empresas vencedoras, constatou-se que estavam de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. Nenhuma empresa manifestou intenção de recurso. Sem mais encerrado o certame. Publique-se o presente resultado no site www.tangara.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 16/06/2020. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 16 de Junho de 2020.

Cristiane Piccinin
Pregoeira

Daiane N. A. dos Santos Paula A. Taffarel Motter
Equipe de Apoio Equipe de Apoio

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

BIANCA RICACHESKI RAUBER

COMÉRCIO DE LIVROS ODY LTDA

DAVID JOSÉ BRESOLIN

LUCIANO PILATTI

OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

LEI Nº 2.507, DE 16 DE JUNHO DE 2020. "DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA."

Publicação Nº 2525678

LEI Nº 2.507, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA."

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no artigo 167, inciso II, da Constituição Federal; no artigo 41, inciso I, da Lei nº 4.320/64; e de conformidade com a Lei nº 2.483/19; Faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no atual orçamento do Fundo Municipal da Saúde no valor de R\$ 260.00,00 (Duzentos e sessenta mil reais) nas dotações abaixo especificadas, com recursos obtidos pelo superávit financeiro apurado

no exercício anterior.

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2005

Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.3038 Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.3458 Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art.2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 16 DE JUNHO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 351, DE 01 DE JUNHO DE 2020. "PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação N° 2525684

PORTARIA N.º 351, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

"PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, VII e XIX e no art. 97,II, c, ambos da Lei Orgânica do Município e;

Considerando o prazo legal para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar e a necessidade de se apurar os fatos e as responsabilidades acerca do ocorrido;

Considerando a gravidade dos atos supostamente praticados pelo referido servidor e o contido no artigo 166 e no Parágrafo único do mesmo artigo da Lei supracitada;

Considerando a grave pandemia que está assolando o mundo e a necessidade de distanciamento social para fins de evitar o contágio;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica prorrogado até o dia 30 de junho do corrente ano o prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instituído pela Portaria nº 382, de 26 de julho de 2019.

Art. 2º. Tendo em vista a gravidade dos atos supostamente praticados pelo referido servidor e visando evitar que este prejudique a apuração das irregularidades apontadas, com base no art. 166 e Parágrafo único do mesmo artigo da Lei Complementar nº 057/12, como medida cautelar, esta Autoridade Superior prorroga o afastamento do servidor André Luiz Schneider do exercício de seu cargo, até o dia 30 de junho do corrente ano, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 01 DE JUNHO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 372, DE 16 DE JUNHO DE 2020. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO A SERVIDORA QUE MENCIONA, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2525714

PORTARIA Nº 372, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO A SERVIDORA QUE MENCIONA, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012, Lei Complementar nº 092, de 04 de abril de 2017, e Art. 1, da Lei Complementar nº 100, de 17 de abril de 2018;

Considerando, o Edital nº 002/2020, que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário, para a Prefeitura Municipal de Tangará;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, a partir de 16 de junho de 2020, por necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora CAMILA SLHES-SARENKO SANTIN, para exercer as funções do cargo de FARMACÊUTICO – NÍVEL 15 – CLASSE A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme Lei Complementar nº 092/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 16 DE JUNHO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO Nº 157 DE 17 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525152

DECRETO Nº. 157 , DE 17 DE JUNHO DE 2020.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL INCLUSÃO DE AÇÃO DE GOVERNO, FONTE DE RECURSO E MODALIDADE DE APLICAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso III, da Lei Municipal nº 956, de 04 de Novembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o Plano Plurianual – Lei nº 879, de 22 de agosto de 2017 e alterações posteriores, através da INCLUSÃO de fonte de recurso e ação de governo:

PROJETO 1.004 – ENCARGOS GERAIS

AÇÃO 0.003 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA EMPRESTIMOS

FUNÇÃO : 28 ENCARGOS ESPECIAIS

SUBFUNÇÃO: 843 SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA para constar no ANEXO II, conforme a seguir:

- Meta Física: 60 Meses

- Meta Financeira: R\$ 61.000,00 (fonte: 0183 – Recursos de Superávit Financeiro)

= Total – R\$ 61.000,00

Art. 2º. Fica alterada a Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 912/2019, de 22 de agosto de 2019, através da INCLUSÃO de Ações de governo e fonte de recurso na seguinte ação de governo:

PROJETO 1.004 – ENCARGOS GERAIS

AÇÃO 0.003 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA EMPRESTIMOS

FUNÇÃO : 28 ENCARGOS ESPECIAIS

SUBFUNÇÃO: 843 SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA para constar no ANEXO II, conforme a seguir:

- Meta Física: 60 Meses

- Meta Financeira: R\$ 61.000,00 (fonte: 0183 – Recursos de Superávit Financeiro)

= Total – R\$ 61.000,00

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional especial no valor de até R\$ 61.000,00 (Sessenta e um mil reais), destinados a INSERIR nova ação no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 4 – SECRETARIA DA FAZENDA

UNIDADE: 01 – ENCARGOS GERAIS

1004.0.003.28.843– AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA EMPRESTIMOS Modalidade Aplicação: 3.2.90.00.0183 - Aplicações Diretas (XXX) R\$ 31.000,00

Fonte de Recurso: 03.0183 – Superávit Financeiro Recursos Ordinários Livres

Modalidade Aplicação: 4.6.90.00.0183 - Aplicações Diretas (XXX) R\$ 30.000,00

Fonte de Recurso: 03.0183 – Superávit Financeiro Recursos Ordinários Livres

Art. 4º De acordo com a Lei nº 4.320/1964, art. 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do Crédito Adicional especial de que trata o artigo 3º da presente Lei, a ser operada mediante Decreto específico, as receitas provenientes do superávit financeiro do exercício de 2019 na fonte de recursos 01.0000 – Recursos Ordinários Livres no valor de R\$ 61.000,00 (Sessenta e um mil reais).

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE JUNHO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito

LEI Nº 970 DE 17 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525122

LEI Nº. 970 DE 17 DE JUNHO DE 2020

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL INCLUSÃO DE AÇÃO DE GOVERNO, FONTE DE RECURSO E MODALIDADE DE APLICAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Fica alterado o Plano Plurianual – Lei nº 879, de 22 de agosto de 2017 e alterações posteriores, através da INCLUSÃO de fonte de recurso e ação de governo:

PROJETO 1.004 – ENCARGOS GERAIS

AÇÃO 0.003 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA EMPRESTIMOS

FUNÇÃO : 28 ENCARGOS ESPECIAIS

SUBFUNÇÃO: 843 SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA para constar no ANEXO II, conforme a seguir:

- Meta Física: 60 Meses

- Meta Financeira: R\$ 61.000,00 (fonte: 0183 – Recursos de Superávit Financeiro)

= Total – R\$ 61.000,00

Art. 2º. Fica alterada a Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 912/2019, de 22 de agosto de 2019, através da INCLUSÃO de Ações de governo e fonte de recurso na seguinte ação de governo:

PROJETO 1.004 – ENCARGOS GERAIS

AÇÃO 0.003 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA EMPRESTIMOS

FUNÇÃO : 28 ENCARGOS ESPECIAIS

SUBFUNÇÃO: 843 SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA para constar no ANEXO II, conforme a seguir:

- Meta Física: 60 Meses

- Meta Financeira: R\$ 61.000,00 (fonte: 0183 – Recursos de Superávit Financeiro)

= Total – R\$ 61.000,00

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional especial no valor de até R\$ 61.000,00 (Sessenta e um mil reais), destinados a INSERIR nova ação no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 4 – SECRETARIA DA FAZENDA

UNIDADE: 01 – ENCARGOS GERAIS

1004.0.003.28.843– AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA EMPRESTIMOS Modalidade Aplicação: 3.2.90.00.0183 - Aplicações Diretas (XXX) R\$ 31.000,00

Fonte de Recurso: 03.0183 – Superávit Financeiro Recursos Ordinários Livres

Modalidade Aplicação: 4.6.90.00.0183 - Aplicações Diretas (XXX) R\$ 30.000,00

Fonte de Recurso: 03.0183 – Superávit Financeiro Recursos Ordinários Livres

Art. 4º De acordo com a Lei nº 4.320/1964, art. 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do Crédito Adicional especial de que trata o artigo 3º da presente Lei, a ser operada mediante Decreto específico, as receitas provenientes do superávit financeiro do exercício de 2019 na fonte de recursos 01.0000 – Recursos Ordinários Livres no valor de R\$ 61.000,00 (Sessenta e um mil reais).

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tigrinhos SC, 17 de junho de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

LEI Nº 971 DE 17 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525128

LEI Nº. 971, DE 17 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE TIGRINHOS PARA O QUADRIÊNIO 2021/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. O subsídio mensal do Prefeito Municipal, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, para o quadriênio 2021/2024, fica estabelecido nos termos desta lei.

Art. 2º. O subsídio do Prefeito Municipal de Tigrinhos/SC, será de R\$ 11.028,97 (onze mil vinte e oito reais e noventa e sete centavos).

Art. 3º. O subsídio do Vice-prefeito Municipal de Tigrinhos/SC, será de R\$ 6.837,95 (seis mil oitocentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos), mensais, observando-se o Parágrafo 1º, do art. 33, da Lei Orgânica Municipal de Tigrinhos/SC.

Art. 4º. Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais terão seus valores revisados anualmente, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do município de que trata o inciso X, do art. 37, da Constituição Federal Brasileira.

Parágrafo Único. A exceção a regra prevista no "caput", do presente artigo se faz no primeiro ano do mandato, onde os agentes políticos de que trata esta Lei não farão jus à revisão geral que exceda a perda de 1º de janeiro até a data de concessão da revisão.

Art. 5º. O Prefeito e o Vice-prefeito têm direito ao gozo de férias em decorrência de previsão na Lei Orgânica Municipal, sem direito ao acréscimo de um terço sobre as férias em seus vencimentos.

Parágrafo Único. Fica vedado o pagamento de indenização referente ao período de férias não gozadas pelo Prefeito e Vice-prefeito.

Art. 6º. O substituto legal que, na forma legal, assumir a Chefia do Poder Executivo Municipal, durante eventuais impedimentos e ausências do Prefeito Municipal, fará jus ao recebimento do valor do subsídio do Prefeito, previsto nesta lei, proporcionalmente ao período da substituição por mês ou fração.

Art. 7º. Em caso de licença para tratamento de saúde, superior a 15 (quinze) dias, o Prefeito, o Vice-prefeito e os Secretários Municipais serão encaminhados à Previdência Social, para eventual concessão de benefícios previdenciários previstos na legislação competente.

Art. 8º. Os Secretários Municipais receberão subsídio mensal no valor de R\$ 3.860,14 (três mil oitocentos e sessenta reais e quatorze centavos).

Art. 9º. Ao ensejo do gozo de férias anuais, os Secretários Municipais perceberão o subsídio acrescido de um terço.

Art. 10. Além do subsídio mensal, os Secretários Municipais perceberão, em dezembro de cada ano, na mesma data em que for pago a gratificação natalina aos servidores do Município, uma quantia igual ao respectivo subsídio vigente naquele mês que corresponde ao 13º (décimo terceiro) subsídio.

Art. 11. Os subsídios de que trata esta Lei serão pagos na mesma data dos pagamentos feitos aos demais servidores municipais.

Art. 12. As despesas decorrentes da realização desta Lei serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na lei orçamentária anual.

Art. 13. A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2021.

Tigrinhos SC, 17 de junho de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito

LEI Nº 972 DE 17 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525129

LEI Nº. 972, DE 17 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS PARA A LEGISLATURA 2021/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Fica por esta Lei fixado o subsídio mensal dos Senhores Vereadores do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, para a legislatura que se inicia no dia 01 de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º. O subsídio dos Vereadores, a partir de 01 de janeiro de 2021, será de R\$ 2.646,96 (dois mil seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e seis centavos) mensais, sendo que o subsídio do Presidente do Legislativo será de R\$ 3.970,44 (três mil novecentos e setenta reais e quarenta e quatro centavos).

Parágrafo Único. O substituto legal que, na forma regimental, assumir a Presidência do Legislativo Municipal, durante eventuais impedimentos e ausências do Presidente da Casa de Leis, fará jus ao recebimento do valor do subsídio do Presidente, previsto nesta lei, proporcionalmente ao período da substituição, por mês ou fração.

Art. 3º. Em caso de substituição, o(s) Vereador(es) suplente(s) terá(o) direito ao valor do subsídio mensal proporcional ao número de participações nas sessões, correspondente a 1/4 (um quarto), do subsídio mensal dos Senhores Vereadores por sessão.

Art. 4º. O subsídio mensal dos Vereadores será pago durante os recessos parlamentares, independentemente de convocação de sessões legislativas extraordinárias.

Parágrafo Único. As sessões plenárias extraordinárias, nos termos do § 7º, do art. 57 da Constituição Federal e § 4º, do art. 103 do Regimento Interno desta Casa de Leis, não serão remuneradas.

Art. 5º. A ausência do vereador na ordem do dia de cada sessão plenária ordinária, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio no importe correspondente a 1/4 (um quarto) do subsídio mensal.

Parágrafo Único. Considera-se como justificativa legal, para efeitos deste artigo, a comunicação antecipada do Vereador ao Presidente ou ao Diretor Geral de Expediente da Casa, sob a forma de justificativa.

Art. 6º. Em caso de licença do Presidente do Legislativo ou do Vereador para tratamento de saúde superior a 15 (quinze) dias, serão encaminhados à Previdência Social, a fim de pleitear a concessão do respectivo benefício previdenciário.

Art. 7º. O subsídio mensal do Presidente da Casa e dos Vereadores terá seu valor revisado anualmente, observado os limites legais e constitucionais, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do município, nos termos do inciso X, do art. 37, da Constituição Federal Brasileira.

Art. 8º. É condição de legalidade para o pagamento do subsídio dos Vereadores a observância dos limites legais impostos pela Constituição Federal Brasileira e pela Lei Complementar n. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º. A ultrapassagem dos limites anuais impedirá o pagamento dos próximos subsídios, ou ainda, importarão na devolução dos subsídios pagos indevidamente, corrigidos com os mesmos acréscimos a que se refere a cobrança dos tributos municipais em atraso.

§ 2º. É vedada, em exercícios seguintes, a recuperação de valores não pagos em decorrência dos limites constitucionais e legais.

Art. 9º. Os subsídios de que trata esta lei serão pagos na mesma data dos pagamentos feitos aos demais servidores.

Art. 10. Em qualquer hipótese, o subsídio dos Vereadores não poderá ultrapassar o limite de 5% (cinco por cento), da receita efetivamente realizada no exercício, nos termos do art. 90, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Tigrinhos/SC.

Art. 11. As despesas decorrentes da realização desta lei, serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos reais e legais a partir de 1º de janeiro de 2021.

Tigrinhos SC, 17 de junho de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito

Tijucas

PREFEITURA

AVISO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/SAMAE/2020 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/SAMAE/2020

Publicação Nº 2525196

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIJUCAS

SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, inscrito sob o CNPJ nº 02.396.675/0001-27, com sede na Rua Santa Catarina, 47, Centro, Tijucas SC, CEP 88.200-000 de conformidade com a Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 023/SAMAE/2020

Dispensa de Licitação nº 017/SAMAE/2020

Objeto: Contratação de Serviço Técnico Especializado para LICENCIAMENTO AMBIENTAL de Processo de Captação, Adução e Tratamento de Água Bruta para o SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, do município de Tijucas/SC.

Contratado: BIOSYSTEM ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA.

Valor: R\$. 11.900,00 (Onze mil e novecentos reais).

Amparo Legal: Art. 24 inciso II, Art. 23 inciso I e II, "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável nº 186/2020/PGM.

Jilson José de Oliveira – PRESIDENTE DO SAMAE

DECRETO Nº 1557-2020

Publicação Nº 2524956

DECRETO Nº 1557, 16 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a Suplementação de Dotação Orçamentária da Prefeitura Municipal de Tijucas.

ELÓI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 82, na forma da alínea "o", do inciso I, do parágrafo único do art. 31-A, ambos da Lei Orgânica Municipal, e em atendimento a recomendação contábil e de conformidade com a art. 17 da Lei 2762/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada em R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais) a dotação orçamentária que segue:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

01 - Divisão de Administração e Pessoal

41220007.2004 - Manutenção e Funcionamento da SA

3.3.90.00 (14) - Aplicação Direta R\$ 150.000,00

Art. 2º A Suplementação referida no artigo anterior correrá por conta da anulação da dotação conforme segue:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

01 - Divisão de Administração e Pessoal

41220007.2004 - Manutenção e Funcionamento da SA

3.1.90.00 (12) - Aplicação Direta R\$ 150.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 16 de Junho de 2020.

ELÓI MARIANO ROCHA

Prefeito do Município de Tijucas

DECRETO Nº 1558-2020

Publicação Nº 2525123

DECRETO Nº 1558, 17 DE JUNHO DE 2020.

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Contribuintes do Município de Tijucas.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 e na forma da alínea "e", do inciso I, do parágrafo único do art. 31, todos da Lei Orgânica Municipal, considerando as normas estabelecidas na Lei Complementar Municipal nº 01, de 24 de setembro de 2010, na Lei Complementar Municipal nº 02, de 16 de novembro de 2010, e demais disposições legais, e ainda;

Considerando as indicações dos titulares e suplentes pelos dirigentes dos Órgãos Governamentais e das Entidades da Sociedade Civil Organizada e dos Representantes dos Contribuintes;

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Municipal de Contribuintes do Município de Tijucas será constituído por representantes do Governo Municipal e de representantes da Sociedade Civil Organizada e dos Contribuintes, composto dos seguintes membros:

I - Procuradoria-Geral do Município:

a) Titular: Berenice Gonçalves;

b) Suplente: Fabiana Meschke;

II - Secretaria Municipal de Finanças (Fazenda Municipal):

a) Titular: Jaime Martins;

b) Suplente: Michel Vitor da Silva;

III - Secretaria Municipal de Administração:

a) Titular: Cláudia Maria Schizzi;

b) Suplente: Sebastião Silva;

IV - Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos:

a) Titular: Maycom Wollinger de Melo;

b) Suplente: Adão Aparecido Paes Correia;

V - Contadores (Conselho Regional de Contabilidade – subseção de Tijucas):

a) Titular: Anderson Fausto da Cruz;

b) Suplente: Giselle Varela Serpa;

VI - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina:

a) Titular: Rodrigo Zimmermann;

b) Suplente: Renato Simões Tedesco;

VII - Associações de Bairros:

a) Titular: Gilmar Saramento;

b) Suplente: Vilton Gonçalves;

VIII - Sindicato dos trabalhadores Rurais de Tijucas:

a) Titular: Ana Paula Ribeiro Ramos Martinenghi;

b) Suplente: Vinicius Gabriel Martinenghi;

IX - Ordem dos Advogados do Brasil, subseção de Tijucas:

a) Titular: Dr. Roberto Vailatti;

b) Suplente: Dra. Sirley Rambo;

Parágrafo Único. O Conselho Municipal de Contribuintes do Município de Tijucas será presidido por um conselheiro, escolhido por seus pares em assembléia geral.

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Contribuintes será de 2 (dois) anos, contados a partir da posse, que poderá ser renovado, observados, sempre, as regras estabelecidas nos parágrafos do artigo 198, da Lei Complementar Municipal nº 01, de 24 de setembro de 2010.

Art. 3º O Conselho Municipal de Contribuintes tem a finalidade de:

I - Julgar todos os recursos interpostos pelos contribuintes do Município de Tijucas, em nível de segunda instância;

II - Fiscalizar e orientar o fiel cumprimento da legislação em vigor, notadamente a tributária;

III - Atuar sempre em benefício do Município de Tijucas quando este for lesado economicamente.

Art. 4º A Administração Municipal assegurar ao Conselho Municipal de Contribuintes os meios necessários ao exercício de suas competências, incluindo suporte administrativo e técnico e recursos financeiros assegurados pelo orçamento municipal.

Art. 5º O Conselho Municipal de Contribuintes só poderá deliberar quando presente a maioria absoluta de seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente somente exercer o seu direito a voto em caso de empate em todas as deliberações.

Art. 6º A função de membro do Conselho Municipal de Contribuintes, considerada serviço público de caráter relevante, será exercida sem qualquer encargo ou ônus para o Município de Tijucas, salvo quando em representação, participação de seminários, encontros, conferências, palestras e outros eventos, sendo assegurado o direito ao pagamento de passagens e diárias equivalentes ao padrão usual dos Secretários Municipais, prevista na Lei Municipal nº 2173, de 17 de fevereiro de 2009.

Art. 7º O funcionamento e a ordem dos trabalhos do Conselho Municipal de Contribuintes reger-se-ão pelo disposto na Lei Complementar Municipal nº 01, de 24 de setembro de 2010, na Lei Complementar Municipal nº 02, de 16 de novembro de 2010 e no regimento interno formalizado pelo Conselho, após aprovado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 17 de junho de 2020.

ELOI MARIANO ROCHA

Prefeito do Município de Tijucas

DECRETO Nº 1559-2020

Publicação Nº 2526011

DECRETO Nº 1559, 17 DE JUNHO DE 2020.

Autoriza abertura de processo seletivo simplificado para contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público e de urgência na forma da lei e dá outras providências.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 82, na forma da alínea "e", do inciso I, do parágrafo único do art. 31-A, ambos da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto no art. 2º da Lei Municipal nº 2.325, de 15 de dezembro de 2010, e demais disposições legais, e ainda,

Considerando o pedido formulado pela Secretaria de Saúde, objetivando garantir a contratação emergencial e excepcional de preenchimento dos cargos vacantes, diante da rotatividade dos profissionais desta área, em função da necessidade do interesse público voltado para o atendimento à população carente;

Considerando a necessidade de formar um cadastro de reserva para garantir o atendimento à população carente, no intuito de completar as equipes da Estratégia da Saúde da Família (ESF) e da Rede de Municipal de Saúde, que desenvolvem ações preventivas de saúde pública e de promoção da qualidade de vida da população em geral;

Considerando as informações prestadas pela Diretoria de Recursos Humanos, que no caso específico da Secretaria de Saúde, que verificado no cadastro de reserva do último concurso público e dos processos seletivos simplificados anteriores não existem candidatos aprovados a serem chamados, se que comprometa o atendimento a comunidade, o retardamento nas contratações inviabilizaria os serviços anteriormente citados;

CONSIDERANDO a abertura de processo administrativo para a realização de concurso público, que entre outros contém os cargos relacionados para este processo seletivo simplificado, que se encontrava na fase já executada da contratação de Entidade para a sua realização, foi suspenso por motivo de estudos que demonstram a eficácia e aplicação das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19, que culmina na necessidade de restrição drástica da circulação e aglomeração de pessoas;

CONSIDERANDO que este processo seletivo simplificado será avaliado por meio de prova de títulos, conforme orientação extraída do Prejulgado 2041 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que "nos casos de contratação de pessoal por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, pode o Município escolher os critérios que serão adotados no processo seletivo simplificado, respeitada a publicidade, normatização e objetividade na avaliação, que poderá ocorrer unicamente com base no exame de títulos", evitando desta forma, aglomeração de pessoas em espaço fechado, respeitando as medidas estabelecidas para o afastamento social;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no Decreto Municipal nº 1516, de 18 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública, em função da pandemia do coronavírus,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a imediata abertura de processo seletivo simplificado para contratação por tempo determinado para atender

necessidade temporária de excepcional interesse público e de urgência da Secretaria Municipal de Saúde, na forma da Lei Municipal nº 2.325, de 15 de dezembro de 2010, mediante a contratação dos profissionais abaixo identificados:

I – 01 (uma) vaga para o cargo de Odontólogo da Estratégia da Saúde da Família (ESF), carga horária de 40 (vinte) horas semanais;

II – 01 (uma) vaga para o cargo de Odontólogo REDE (PNASP/PRESÍDIO), carga horária de 20 (vinte) horas semanais;

III – 01 (uma) vaga para o cargo de farmacêutico REDE, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

IV – 01 (uma) vaga para o cargo de Enfermeiro da Estratégia da Saúde da Família (ESF), carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

V – 01 (uma) vaga para o cargo de Técnico em Enfermagem da Estratégia da Saúde da Família (ESF), carga horária de 40 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A responsabilidade e a coordenação do processo seletivo simplificado caberão a Secretaria de Saúde, sob a orientação da Secretaria de Administração, através da Diretoria de Recursos Humanos, da Procuradoria-Geral e do Controle Interno.

§ 1º Como forma de conter gastos públicos, a Secretaria envolvida no processo seletivo simplificado, se necessário, deverá solicitar a colaboração técnica, pessoal e material dos demais órgãos e unidades da estrutura básica da Administração Pública do Município de Tijucas, enumeradas no art. 10 da Lei Complementar nº 2, de 16 de novembro de 2010.

§ 2º Objetivando a lisura do processo seletivo simplificado, visando à manutenção dos princípios constitucionais voltados para a administração pública, em especial da impessoalidade, moralidade e transparência, deverão ser convidados para participar de todos os atos do processo, membros das entidades representativas dos servidores públicos municipais, ou seja, Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Município de Tijucas.

Art. 3º As contratações autorizadas, que serão feitas por tempo determinado, nos termos da lei anteriormente mencionada, observarão o prazo máximo de 1 (um) ano de vigência, sendo admitida prorrogação, mediante justificativa fundamentada, caso não seja homologado o concurso público no período.

Parágrafo único. Dentro da validade do processo seletivo e mediante justificativa da autoridade competente, poderá ser reconduzida a lista de aprovados, respeitada a ordem de classificação.

Art. 4º Aplica-se ao pessoal contratado nos termos deste decreto, o regime estatutário (jurídico-administrativo), respeitados os termos do contrato, as disposições referentes à gratificação natalina, ao pagamento de hora extra e adicional noturno, as férias, insalubridade ou periculosidade nos termos de lei ou conforme apurado em regular perícia, aos direitos de ausência do serviço, aos direitos de petição e deveres, proibições, responsabilidades e penalidades, excluindo-se todas e quaisquer vantagens pessoais e impessoais concedidas exclusivamente aos servidores efetivos ocupantes de cargos tomados como paradigma.

Art. 5º O candidato aprovado, obedecido à ordem classificatória e dentro da validade do processo seletivo simplificado, deverá ser obrigatoriamente chamado, se por ventura, houver necessidade de nova contratação para ocupar vaga do mesmo cargo em que foi aprovado, mesmo sendo para outra divisão dentro da Secretaria de Saúde ou até mesmo para outra Secretaria, desde que a habilitação e as funções sejam compatíveis.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 17 de junho de 2020.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito do Município de Tijucas

EXTRATO DO JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO APÓS PRAZO DE RECURSO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/PMT/2020 TOMADA DE PREÇO Nº 008/PMT/2020

Publicação Nº 2524822

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/PMT/2020
TOMADA DE PREÇO Nº 008/PMT/2020

JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO APÓS PRAZO DE RECURSO

A Comissão Permanente de Licitação, torna público que fora concluído o julgamento da Documentação do Processo Licitatório nº 101/PMT/2020 Tomada de Preço nº 008/PMT/20, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A REFORMA DO PRÉDIO QUE ABRIGOU O CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "ENEIDE MANNIRICH DOS SANTOS", LOCALIZADO NA RUA CEL. BUCHELLE Nº 116, BAIRRO CENTRO – TIJUCAS/SC, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC. Após habilitação das empresas CLARAIZA LTDA, EMPREITEIRA KJ LTDA EPP e CONSTRUTORA MASTER EIRELI. Ficou aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, conforme artigo 109, inciso I "a" da Lei 8.666/93, o qual ninguém manifestou intenção de recorrer. Nada mais havendo a declarar, a Presidente da CPL encerra a sessão. Publique-se para os fins e efeitos legais, designando à abertura das propostas das empresas

habilitadas para o certame, para o dia 18/06/2020, 08h00. Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/PMT/2020 DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 040/PMT/2020

Publicação Nº 2524916

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 078/PMT/2020 DO
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 040/PMT/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento de Vidros e Espelhos incluindo instalação e todos os materiais necessários para atender a Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Assistência Social, do município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: GABRIEL FAGUNDES ZAMPIRON LTDA, foi vencedora dos Itens (global): 01, 02, 03, 04, 05,06 e 07, no valor de R\$ 100.100,00 (Cem mil e cem reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 073/PMT/2020

Publicação Nº 2524831

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 073/PMT/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/PMT/2020 – TOMADA DE PREÇO Nº 007/PMT/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL DA AVENIDA HERCÍLIO LUZ – TRECHO COMPREENDIDO ENTRE A AVENIDA BAYER FILHO E A RUA FLORIANÓPOLIS, BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC, CONFORME, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, QUADRO DE COMPOSIÇÕES, BDI, PROJETOS E ART (CREA) NECESSÁRIA, PARA A SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, de acordo com as condições estipuladas neste Edital, nos seus anexos e no contrato, cujos termos, igualmente, o integram. Contrato Repasse nº OGU 875650/20188 – Operação 1059378-68.

EMPRESA VENCEDORA: AZIMUTE PAVIMENTAÇÃO EIRELI

VALOR: R\$. 408.480.00 (QUATROCENTOS E OITO MIL, QUATROCENTOS E OITENTA REAIS)

TIJUCAS/SC, 16 DE JUNHO DE 2020.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 074/PMT/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/PMT/20 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 046/PMT/20

Publicação Nº 2525191

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 074/PMT/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/PMT/20 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 046/PMT/20

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

CONTRATADA: PAULA RENATA WILHELM 07413324938

OBJETO: Aquisição de equipamentos e acessórios táticos para o efetivo operacional da Polícia Militar, por meio da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do município de Tijucas/SC.

Valor: R\$ 14.420,00 (Quatorze mil, quatrocentos e vinte reais).

Tijucas, 15 de junho de 2020.

EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/PMT/2020 TOMADA DE PREÇO Nº 007/PMT/2020

Publicação Nº 2524828

EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/PMT/2020 – TOMADA DE PREÇO Nº 007/PMT/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL DA AVENIDA HERCÍLIO LUZ – TRECHO COMPREENDIDO ENTRE A AVENIDA BAYER FILHO E A RUA FLORIANÓPOLIS, BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC, CONFORME, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, QUADRO DE COMPOSIÇÕES, BDI, PROJETOS E ART (CREA) NECESSÁRIA, PARA A SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, de acordo com as condições estipuladas neste Edital, nos seus anexos e no contrato, cujos termos, igualmente, o integram. Contrato Repasse nº OGU 875650/20188 – Operação 1059378-68.

EMPRESA VENCEDORA: AZIMUTE PAVIMENTAÇÃO EIRELI

VALOR: R\$. 408.480.00 (QUATROCENTOS E OITO MIL, QUATROCENTOS E OITENTA REAIS)

TIJUCAS/SC, 16 DE JUNHO DE 2020.

PUBLICAÇÃO PROCESSO 113/PMT/2020 - DISPENSA 046/PMT/2020

Publicação Nº 2525031

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. B-chelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 113/PMT/2020

Dispensa de Licitação nº 046/PMT/2020

Objeto: Aquisição de equipamentos e acessórios táticos para o efetivo operacional da Polícia Militar, por meio da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas – SC

Contratado: PAULA RENATA WILHELM

Valor: R\$. 14.420,00 (quatorze mil, quatrocentos e vinte reais)

Amparo Legal: Art. 23, inciso II, alínea "a" c/c Art. 24. Inciso II, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável nº 190/2020/PGM

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO Nº 17/2020 DISPENSA CVT Nº 12/2020**

Publicação Nº 2525022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 17/2020
DISPENSA CVT Nº 12/2020

Contratante: Câmara Municipal de Tijucas

CNPJ: 80.669.864/0001-30

Contratado: CLARAIZA (CLARAIZA LTDA) inscrita sob o CNPJ 28.986.557/0001-62

Objeto: O presente Processo de Compra tem por objetivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COM O FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA COLOCAÇÃO DE PISO E RODAPÉ NA ÁREA EXTERNA COMPREENDENDO: REVESTIMENTO E LIMPEZA NO FINAL DA OBRA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIJUCAS-SC. conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I da Dispensa 12/2020.

Fundamento Legal: Lei 8666/93, Art. 24, inciso II; Dec. 7.892/13, Dec. 2.271/97 e IN 02/2008 e alterações.

Vigência: 08/06/2020 à 31/12/2020

Valor Global: R\$ 14.440,04 (quatorze mil quatrocentos e quarenta reais e quatro centavos)

PORTARIA 60/2020

Publicação Nº 2525175

PORTARIA Nº 60/2020.

Estabelece novas regras e procedimentos a serem adotados de forma temporária no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Tijucas.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei, com fulcro no artigo 45, inciso I, do Regimento Interno,

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO a edição pelo Governo do Estado de Santa Catarina do Decreto nº 509, de 17 de março de 2020 e alterações posteriores;

CONSIDERANDO a edição pelo Município de Tijucas do Decreto nº 1515, de 18 de março de 2020 e alterações posteriores;

CONSIDERANDO as últimas informações da Secretária Municipal de Saúde acerca do aumento de número de casos de pessoas diagnosticadas com o Covid -19, em Tijucas,

RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria estabelece regras e procedimentos a serem adotados de forma temporária para fins de prevenção à infecção e à propagação do vírus COVID-19 no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Tijucas.

Parágrafo único. As medidas de que trata esta Portaria vigorarão até decisão em sentido diverso.

Art. 2º Ficam suspensos por tempo indeterminado:

I - A realização de Sessões Solenes, Comemorativas e/ou Especiais;

II - As audiências públicas presenciais;

III - Os cursos externos presenciais; e

IV – demais eventos que gerem aglomerações.

Art. 3º Os processos de licitação em curso terão seu fluxo norma, garantindo-se a realização de sessões públicas, conforme recomendações dos órgãos de saúde e vigilância sanitária, mantendo-se a distância adequada, uso de mascaras, sala aberta, entre outras medidas.

Parágrafo único. Poderá ser disponibilizado link para substituição das sessões públicas por vídeo conferência, a qual será realizada em sala aberta ao público, garantindo-se a publicidade e transparência do ato.

Art. 4º As sessões ordinárias ou extraordinárias serão realizadas na modalidade remota.

§ 1º A modalidade remota consiste no uso de soluções tecnológicas aplicadas ao legislativo e coleção de procedimentos, por áudio e vídeo.

§ 2º As sessões devem seguir, no que for possível, o Regimento da Câmara, terão início as 20 horas, admitindo-se 15 minutos de tolerância, com duração de 2(duas) horas e 30 (trinta) minutos e, se realizarão às segundas e/ou quintas feiras, podendo ser modificado o dia, desde que de comum acordo das bancadas.

§ 3º As sessões extraordinárias poderão ter horários coincidentes com os das Sessões Ordinárias.

§ 4º As sessões serão transmitidas online pelo Youtube, sem a presença do público.

§ 5º Os Vereadores no exercício do mandato receberão endereço eletrônico e/ou código de acesso para a devida conexão remota.

§ 6º Não havendo reunião por falta de quorum, os expedientes serão despachados.

Art. 5º Para a coleção de procedimentos no uso de ferramentas, a sessão na modalidade remota funcionará com o uso de sistemas de videoconferência e de votação, e permitir a participação a distância do Vereador nos debates e votação dos projetos em geral, aos moldes da presença física, compreendendo:

I – funcionamento em equipamentos de comunicação móvel (aparelho celular) ou em equipamentos conectados à rede mundial de computadores (internet), que garantam a autenticidade e reconhecimento dos parlamentares;

II – exigência de requisitos para verificação de presença e participação nas deliberações dos Vereadores;

III – gravação da íntegra dos debates e dos resultados das votações em registro de ata da sessão na modalidade remota;

IV – permissão e controle do tempo para o uso da palavra do Vereadores;

V – registro de votação nominal e aberta dos Vereadores;

VI – captura de imagem e/ou áudio identificador nas discussões e votações;

VII – disponibilização do resultado da matéria legislativa, somente quando ultimar a votação;

VIII – proclamação do resultado pelo Presidente.

Art. 6º A Sessão Ordinária remota compor-se-á das seguintes partes:

I – Pequeno Expediente; e

II – Ordem do Dia (projetos em geral).

Parágrafo único. Somente serão submetidos a votação os projetos que estiverem em condições de pauta, instruídos com os pareceres das Comissões.

Art. 7º As Sessões serão convocadas pelo Presidente da Câmara, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, mediante Portaria.

Parágrafo único. A Sessão terá a sua pauta definida pelo Presidente;

Art. 8º Serão permitidas inscrições antes da discussão da matéria da Ordem do Dia, pelo prazo improrrogável de 3 (três) minutos, com as restrições contidas no Regimento Interno.

§ 1º A forma de inscrição será informada pelo Presidente no momento da sessão, podendo ser realizada pelo chat ou outra forma mais acessível;

§ 2º A chamada para o uso da palavra será por ordem de inscrição, mediante sinal convencionado pelo Presidente da sessão.

§ 3º Não havendo oradores inscritos, o Presidente dará por encerrada a discussão.

Art. 9º O Presidente fará chamada nominal para que o Vereador declare seu voto verbalmente, identificando o voto do parlamentar com as opções 'SIM', 'NÃO' e 'ABSTENÇÃO'.

§ 1º Para registrar o voto, o Vereador deverá posicionar-se frente à câmara de seu dispositivo para a captura da imagem e/áudio, para fins de eventual auditoria.

§ 2º O quórum de votação será apurado apenas para os Vereadores que se acharem conectados e que proferirem seus votos, consignando-se falta aos desconectados, salvo problemas técnicos.

§ 3º A conclusão dos votos pelos Vereadores será proclamada pelo Presidente e disponibilizada por meio eletrônico.

Art. 10 Havendo pane no sistema de videoconferência, ou que impossibilite seu funcionamento, reserva-se à Câmara Municipal a adoção de um grupo fechado por aplicativo para a chamada dos Vereadores (whatsapp), em caso de falha do sistema no momento da votação.

Art. 11 As atas das sessões pela modalidade remota serão submetidas à deliberação plenária na reunião subsequente.

Art. 12 Caberá ao Vereador:

I – providenciar equipamento compatível para conexão à Rede Mundial de Computadores (Internet), com banda larga que permita qualidade de transmissão e recepção de áudio e vídeo; recomendando a conexão fibra ótica de velocidade mínima de 30 mbps, e para garantir a disponibilidade para o serviço de videoconferência que seja evitada a utilização de outros dispositivos para outras atividades como serviços de streaming de vídeo como netflix, youtube, jogos online, downloads de grandes arquivos, e etc;

II – utilizar equipamento que possua dispositivo de câmara frontal habilitada e com acessibilidade remota;

III – Fornecer número de contato telefônico e/ou endereço eletrônico da rede social para recebimento de mensagens, nos casos de pane do sistema de videoconferência;

IV – Manter-se conectado ao dispositivo e ao sistema sem entregar a outrem, evitando interrupções, enquanto durar a sessão pela modalidade remota;

V – Evitar exposição pública de pessoas que não sejam parlamentares; e,

VI – Portar-se adequadamente com vestuário condigno durante a realização da sessão pela modalidade remota.

Art. 13. A integração do sistema de videoconferência deverá integrar as soluções tecnológicas disponíveis na Câmara, ou que venham a ser desenvolvidas ou adquiridas.

Art. 14 O acesso às dependências da Câmara de Vereadores durante a Sessão será exclusivamente aos Vereadores e servidores de apoio para a realização da mesma, restando condicionada:

I. Uso de máscara ou equipamento similar;

II. Manter distância de no mínimo 1,5 metro entre as pessoas, em qualquer ambiente;

III. Lavar as mãos com água e sabão ou usar álcool em gel frequentemente;

IV. Cobrir o nariz ou boca ao espirrar ou tossir;

V. Medição da temperatura na entrada;

VI. Manter os ambientes limpos e ventilados;

Art. 15 O Presidente da Câmara Municipal decidirá sobre os casos omissos.

Art. 16. Caberá à Mesa Diretora da Câmara disponibilizar número telefônico para suporte aos Vereadores durante as sessões remotas.

Art. 17 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas, 15 de junho de 2020.

VILSON NATALIO SILVINO
Presidente

MARIA EDESIA DA SILVA VARGAS
Vice-Presidente

ELIZABETE MIANES DA SILVA
1ª Secretária

RUDNEI DE AMORIM
2º Secretário

PORTARIA 61/2020

Publicação N° 2526024

PORTARIA N° 61/2020.

Altera a portaria nº 047/2020 que dispõe da nomeação dos integrantes da Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro da Câmara Municipal de Tijucas/SC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 2º da Portaria 47/20, que passa a ter a seguinte redação:

§ 1º - Designa Joice Peres, matrícula nº 184, para exercer as funções de Pregoeira, na realização de licitação na modalidade Pregão Presencial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de junho, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas, 16 de junho de 2020.

VILSON NATALIO SILVINO
Presidente

Timbé do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 57/2020

Publicação N° 2525046

Estado de Santa Catarina
Município de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 57/2020

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Rodrigo Davila 04947619970

Objeto: Aquisição parcelada de peças para manutenção e recuperação das máquinas pesadas do município de Timbé do Sul.

Valor: R\$ 19.484,76 (dezenove mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e setenta e seis centavos) global estimado

Vigência: de 19/05/2020 a 31/12/2020

EXTRATO DO CONTRATO 58/2020

Publicação N° 2525048

Estado de Santa Catarina
Município de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 58/2020

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Nazamak Peças e Equipamentos Ltda ME

Objeto: Aquisição parcelada de peças para manutenção e recuperação das máquinas pesadas do município de Timbé do Sul.

Valor: R\$ 59.366,23 (cinquenta e nove mil, trezentos e sessenta e seis reais e vinte e três centavos) global estimado

Vigência: de 19/05/2020 a 31/12/2020

EXTRATO DO CONTRATO 59/2020

Publicação N° 2525050

Estado de Santa Catarina
Município de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 59/2020

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Lopes Autopeças Ltda

Objeto: Aquisição parcelada de peças para manutenção e recuperação dos veículos leves da Administração Municipal de Timbé do Sul.

Valor: R\$ 17.116,11 (dezessete mil, cento e dezesseis reais e onze centavos) global estimado

Vigência: de 19/05/2020 a 31/12/2020

EXTRATO DO CONTRATO 60/2020

Publicação N° 2525052

Estado de Santa Catarina
Município de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 60/2020

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Rodrigo Davila 04947619970

Objeto: Aquisição parcelada de peças para manutenção e recuperação dos veículos leves da Administração Municipal de Timbé do Sul.

Valor: R\$ 1.043,70 (um mil, quarenta e três reais e setenta centavos) global estimado

Vigência: de 19/05/2020 a 31/12/2020

EXTRATO DO CONTRATO 61/2020

Publicação N° 2525056

Estado de Santa Catarina
Município de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 61/2020

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Kaleu Americo de Souza 07506319969

Objeto: Aquisição parcelada de peças para manutenção e recuperação dos veículos leves da Administração Municipal de Timbé do Sul.

Valor: R\$ 1.800,80 (um mil, oitocentos reais e oitenta centavos) global estimado

Vigência: de 19/05/2020 a 31/12/2020

EXTRATO DO CONTRATO 62/2020

Publicação N° 2525060

Estado de Santa Catarina
Município de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 62/2020

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Eliane Costa De Souza 62111833991

Objeto: Aquisição parcelada de material escolar e de expediente para manutenção das Secretarias da Administração Municipal de Timbé do Sul.

Valor: R\$ 55.545,70 (cinquenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e setenta centavos) global estimado

Vigência: de 28/05/2020 a 31/12/2020

EXTRATO DO CONTRATO 63/2020

Publicação N° 2525061

Estado de Santa Catarina
Município de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 63/2020

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Inês Zilli Teixeira 62295802920

Objeto: Aquisição parcelada de material escolar e de expediente para manutenção das Secretarias da Administração Municipal de Timbé do Sul.

Valor: R\$ 30.466,05 (trinta mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e cinco centavos) global estimado

Vigência: de 28/05/2020 a 31/12/2020

Timbó**PREFEITURA****ATA CONVOCAÇÃO ABERTURA PROPOSTA TOMADA DE PREÇO 35.2020 PMT**

Publicação Nº 2525603

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CONVOCAÇÃO DA ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇO

TOMADA DE PREÇO Nº. 35/2020 - PMT

HABILITADAS: SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP
INFRASTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.
PACOPEDEIRA PAV. E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.
TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA.

Às nove horas e trinta minutos, do décimo sexto dia, do mês de junho de dois mil e vinte (16/06/2020), na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº. 1782, de 18 de dezembro de 2019, alterada pelas Portarias de nº. 1880 – 10/02/20 e de nº. 2053 – 29/05/2020, com o objetivo de dar continuidade ao procedimento licitatório Tomada de Preço n.º 35/2020 – PMT.

A Comissão Permanente de Licitações leva ao conhecimento dos interessados, que a sessão pública de abertura da Proposta de Preço das empresas habilitadas realizar-se-á no dia 19 de Junho de 2020, às 08hs00min, na Sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó/SC.

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intemem- se.

THOMAZ H. N. CAMPREGHER Presidente	TAINARA FISTAROL Membro	LOURDES MOSER Membro
---------------------------------------	----------------------------	-------------------------

AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 43 2020 PMT - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAS DE COPA E COZINHA

Publicação Nº 2525623

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 43/2020 PMT

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios e materiais de copa e cozinha para atender as necessidades da administração direta e indireta.
ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14h30min do dia 30 de junho de 2020.
ABERTURA: dia 30 de junho de 2020 às 14h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br ou telefone (47) 3380-7000, ramal 7035.

Timbó (SC), 16/06/2020
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

AVISO RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 73 2019 PMT

Publicação Nº 2525889

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 73/2019 PMT
AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó/SC, informa aos interessados que, considerando incorreções observadas no instrumento convocatório referente ao Pregão Presencial nº 73/2019 PMT, que objetiva a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO (LOCAÇÃO) DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, INCLUINDO AINDA SERVIÇOS NECESSÁRIOS A SUA IMPLANTAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E CÂMARA DE VEREADORES, fica alterado o Anexo I, contendo as Especificações e Quantidades do Objeto – Termo de Referência; excluído o Anexo VII, que trata do Cronograma de Implantação; incluída a seguinte redação: "11.1.4 – Deverá a empresa apresentar Cronograma de

Implantação no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato.”.

O Edital Retificado ficará substituído no site: www.timbo.sc.gov.br, link de licitações, devidamente renomeado para livre consulta.

Em atenção às alterações, fica cancelada a sessão pública designada para o dia 19/06/2020 e a entrega dos documentos fica agendada para a data de 29/06/2020 às 14hr30min e a abertura da sessão ocorre às 14hr35min da mesma data.

Permanecem inalteradas as demais condições.

TIMBÓ/SC, 16/06/2020
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração
ADILSON MESCH
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 131.2019 PMT

Publicação Nº 2525610

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 131/2019
INEXIGIBILIDADE Nº 48/2019 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa VPA PAVIMENTAÇÃO EIRELI - ME, CNPJ nº. 07.516.335/0001-06, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 24/06/2020.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 16 de junho de 2020.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO Nº 81.2019 PMT - RUDIPEL

Publicação Nº 2525612

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 81/2019 PMT
CONTRATANTE: Município de Timbó.
CONTRATADO: RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA.
OBJETO: Reequilíbrio financeiro do valor do item 01, lote 03 (ÓLEO DIESEL COMUM (S500)), que passa a ter o valor de R\$ 2,696.
DATA DA ASSINATURA: 08/06/2020

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

IMÓVEL EM PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA-REPUBLICADO

Publicação Nº 2525535

A Comissão Municipal de Regularização Fundiária, por intermédio da sua Presidente, faz saber aos confinantes e terceiros eventualmente interessados que o imóvel descrito abaixo está em processo de regularização fundiária, e que, querendo, deverão apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente, em cumprimento ao art. 10, §2º do Decreto nº 4909/2018:

PROPRIETÁRIO:	Aldo Pedro Amarante
IMÓVEL:	Matrícula nº10.424, Livro 2
ÁREA DA MATRÍCULA:	11.250,00m² (onze mil duzentos e cinquenta metros quadrados)
ÁREA DO LOTE 06:	500,00m² (quinhentos metros quadrados)
ÁREA ENCONTRADA:	506,05m² (quinhentos e seis metros e cinco decímetros quadrados)
EDIFICAÇÃO:	Casa residencial com um pavimento de alvenaria com 168,15m²

Terreno urbano, designado sob o lote nº06, situado no lado par da rua Bertoldo Zilsdorf, distante pelo lado direito do imóvel 34,39 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua Água Branca. Iniciando no ponto de partida PP, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, Datum – SIRGAS 2000, MC 51°W, coordenadas UTM (Universal Transversa de Mercator): (N: 7.028.310,296; E: 671.088,886), situado na interseção da frente com o lado direito do imóvel, segue pela frente, em 25,00 metros confrontando com o lado par da rua Bertoldo Zilsdorf, até o ponto 01 (N: 7.028.291,795; E: 671.105,701); deste segue pelo lado esquerdo, defletindo à esquerda com ângulo interno de 90°20'22" em 20,13 metros confrontando com o imóvel matriculado sob o nº 10.424, Livro 2, de propriedade de Bertholdo Zilsdorf, até o ponto 02 (N: 7.028.305,249; E: 671.120,681); deste segue pelos fundos, defletindo à esquerda com ângulo interno de 90°09'04" em 25,00 metros, sendo: em 16,71 metros confrontando com o lote nº 19, matriculado sob o nº 13.877, Livro 2, de propriedade de Elvira K-pers Ladehoff e em 8,29 metros confrontando com o lote nº 20, matriculado sob o nº 25.551, Livro 2, de propriedade de Aldo Pedro Amarante, até o ponto 03 (N: 7.028.323,893; E: 671.104,026); deste segue pelo lado direito, defletindo à esquerda com ângulo interno de 89°50'56" em 20,35 metros confrontando com o imóvel matriculado sob o nº 10.424, Livro 2, de propriedade de Bertholdo Zilsdorf, até o ponto de partida PP, deste segue defletindo à esquerda com ângulo interno de 89°39'38" com o início desta descrição, perfazendo o perímetro em 90,48 metros.

Timbó, 16 de junho de 2020.

VIVIAN LUCIANE MAAS BARBOSA

Presidente da Comissão Municipal de Regularização Fundiária

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ

PORTARIA N. SAMAE 329 - INSTAURA SINDICÂNCIA - 03.2020

Publicação Nº 2525580

PORTARIA N. SAMAE-329 DE 04 DE JUNHO 2020

Instaura Sindicância Administrativa nº 03/2020, para apurar fatos relatados no Ofício n. 12/2020 concernentes a supostos danos materiais sofridos por Elisa Seifert.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.15, inciso V da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, com fundamento nos artigos 134 e 135 da Lei Complementar n. 01/1993 alterada pela Lei Complementar n. 139/1998;

RESOLVE:

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa nº 3/2020, para apurar fatos relatados através do Ofício SAMAE n. 12/2020 em razão do requerimento interposto por Elisa Seifert, que relata ter sofrido danos materiais decorrentes de um suposto vazamento de água da rede do SAMAE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de Junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº SAMAE -328, DE 03 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525576

PORTARIA Nº SAMAE -328, DE 03 DE JUNHO DE 2020

Altera a data do término do período de contratação de Servidores lotados no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15 V da Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público prevista na Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei nº 2819, de 22/12/2015;

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação dos Servidores abaixo relacionados:

NOME	ALTERAR PARA
GUSTAVO OSMAIR SIMM COSTA	31/12/2020
ESTEFANIA DA COSTA AQUINO	31/12/2020
JOZUE NEVES DA COSTA	31/12/2020
GILDA ANACLETO	31/12/2020

MARCIA VANDERLEIA DOS SANTOS PINHEIRO	31/12/2020
MARCOS STEFFEN	31/12/2020
LUCAS ANDERSON MARTINEZ DA SILVA	31/12/2020
VALDECIR ANACLETO CARDOSO	31/12/2020
ANTONIO VICTOR MOURA PINHEIRO	31/12/2020
ANTONIO DA SILVA	31/12/2020
DAVI RODRIGUES	31/12/2020
CLAUDIONOR SILVA DOS SANTOS	31/12/2020
JEFERSON LEANDRO STEFFEN	31/12/2020
JOEL OLIVEIRA	31/12/2020
CHRISTIAN PASQUALI	31/12/2020
ROGER OVANDO DA SILVA	31/12/2020
MOACIR STANO	31/12/2020
EVANDRO DOS SANTOS	31/12/2020
VANDERLEI GESSNER	31/12/2020
RIVALDO LOPES SOARES	31/12/2020
ADRIANO OLIVEIRA	31/12/2020
MICHEL BUTKE	31/12/2020
MAICO STEFFEN	31/12/2020
EDEGAR LOMBARDI	31/12/2020
JAIME MAAS	31/12/2020
MAXIMILIANA ANDRONHUC	31/12/2020
CRISTIAN OLIVEIRA DOS SANTOS	31/12/2020
BRUNA DANIELA MELERE	31/12/2020
LUCAS ALBERTO KLITZKE	31/12/2020

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de Junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Três Barras

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.851 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2525420

Número da Lei:	3460
Ano da Lei:	2019
Data da Lei:	16/12/2019

DECRETO Nº 4851, de 2 de janeiro de 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 4.517.280,18 PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA NO ORÇAMENTO VIGENTE.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art.65. Inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com a lei 3402 de 19 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 564.495,22(quinhentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e vinte e dois centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0302.0042.2078.33390 00000000000000.03381800	54.806,06
Suplementar	Secretaria de Administracao	04.001.0004.0122.0005.2009.33390 00000000000000.03000000	449.000,00
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0244.0049.2098.33390 00000000000000.03351000	60.689,16

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03381800	54.806,06
Superávit		- 03000000	449.000,00
Superávit		- 03351000	60.689,16

Art. 3 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 160.569,13(cento e sessenta mil, quinhentos e sessenta e nove reais e treze centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0040.2060.33190 00000000000000.03380200	44.808,65
Suplementar	Secretaria de Viacao, Obras e Servicos	09.001.0004.0122.0017.2074.34490 00000000000000.03000000	100.000,00
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0243.0047.2095.33390 00000000000000.03610300	15.760,48

Art. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03380200	44.808,65
Superávit		- 03000000	100.000,00
Superávit		- 03610300	15.760,48

Art. 5 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 204.906,39(duzentos e quatro mil, novecentos e seis reais e trinta e nove centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0040.2060.33190 00000000000000.03380300	13.926,34
Suplementar	Secretaria de Viacao, Obras e Servicos	09.001.0027.0813.0027.1020.34490 00000000000000.03000000	190.980,05

Art. 6 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 5 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03380300	13.926,34
Superávit		- 03000000	190.980,05

Art. 7 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 92.638,5(noventa e dois mil, seiscentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0040.2060.33190 00000000000000.03380400	2.162,71
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0026.0782.0025.2041.33390 00000000000000.03370500	90.475,79

Art. 8 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 7 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03380400	2.162,71
Superávit		- 03370500	90.475,79

Art. 9 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 358.083,13(trezentos e cinquenta e oito mil, oitenta e três reais e treze centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0302.0039.1009.34490 00000000000000.03332400	35.083,13
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.0026.1080.34490 00000000000000.01620100	323.000,00

Art. 10 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 9 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03332400	35.083,13
Excesso		424281021000000000 - 01620100	323.000,00

Art. 11 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 55.943,04(cinquenta e cinco mil, novecentos e quarenta e três reais e quatro centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0303.0041.2017.33390 00000000000000.03332400	14.265,00
Suplementar	Secretaria de Viacao, Obras e Servicos	09.001.0004.0122.0017.2074.33390 00000000000000.03390100	41.678,04

Art. 12 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 11 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03332400	14.265,00

Superávit		- 03390100	41.678,04
-----------	--	------------	-----------

Art. 13 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 5.017,08(cinco mil, dezessete reais e oito centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0302.0044.2079.33390 00000000000000.03331400	331,45
Suplementar	Secretaria de Viacao, Obras e Servicos	09.001.0004.0122.0017.2074.33390 00000000000000.03390200	4.685,63

Art. 14 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 13 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03331400	331,45
Superávit		- 03390200	4.685,63

Art. 15 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 71.346,65(setenta e um mil, trezentos e quarenta e seis reais e sessenta e cinco centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0303.0041.2017.33390 00000000000000.03382600	21.346,65
Suplementar	Secretaria de Viacao, Obras e Servicos	09.001.0006.0181.0034.2075.33390 00000000000000.01120100	50.000,00

Art. 16 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 15 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03382600	21.346,65
Excesso		41990991104000000000 - 01120100	50.000,00

Art. 17 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 7.661,2(sete mil, seiscentos e sessenta e um reais e vinte centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0302.0039.1009.34490 00000000000000.03380100	7.661,20

Art. 18 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 17 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03380100	7.661,20

Art. 19 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 692.226,59(seiscentos e noventa e dois mil, duzentos e vinte e seis reais e cinquenta e nove centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0040.2060.33190 00000000000000.01381100	692.226,59

Art. 20 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 19 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor

Excesso		4171803110208000000 - 01381100	692.226,59
---------	--	--------------------------------	------------

Art. 21 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 147.357,06(cento e quarenta e sete mil, trezentos e cinquenta e sete reais e seis centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0040.2060.33390 00000000000000.03630600	19.112,50
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0026.0782.0025.2041.33390 00000000000000.03620200	125.711,01
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0243.0047.2095.33390 00000000000000.03610400	2.533,55

Art. 22 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 21 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03630600	19.112,50
Superávit		- 03620200	125.711,01
Superávit		- 03610400	2.533,55

Art. 23 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 169.084,92(cento e sessenta e nove mil, oitenta e quatro reais e noventa e dois centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0040.2060.33390 00000000000000.03380100	100.000,00
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0026.0782.0025.2041.33390 00000000000000.03440000	59.939,78
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0242.0054.2096.33390 00000000000000.03350300	9.145,14

Art. 24 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 23 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03380100	100.000,00
Superávit		- 03440000	59.939,78
Superávit		- 03350300	9.145,14

Art. 25 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 160.866,91(cento e sessenta mil, oitocentos e sessenta e seis reais e noventa e um centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0302.0042.2078.33350 00000000000000.01331200	27.977,20
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0026.0782.0025.2041.33390 00000000000000.03010000	130.000,00
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0242.0054.2096.33390 00000000000000.03350400	2.889,71

Art. 26 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 25 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		4171803111003000000 - 01331200	27.977,20
Superávit		- 03010000	130.000,00
Superávit		- 03350400	2.889,71

Art. 27 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 293.904,31(

duzentos e noventa e três mil, novecentos e quatro reais e trinta e um centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0040.2060.33390 00000000000000.03384700	199.862,00
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0365.0016.2061.33390 00000000000000.03370200	43.338,36
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0243.0047.2095.33390 00000000000000.03350600	50.703,95

Art. 28 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 27 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03384700	199.862,00
Superávit		- 03370200	43.338,36
Superávit		- 03350600	50.703,95

Art. 29 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 515.283,85(quinhentos e quinze mil, duzentos e oitenta e três reais e oitenta e cinco centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0040.2060.33190 00000000000000.03380100	455.595,25
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.0016.2031.33390 00000000000000.03370200	16.601,42
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0243.0047.2095.33390 00000000000000.03350700	43.087,18

Art. 30 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 29 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03380100	455.595,25
Superávit		- 03370200	16.601,42
Superávit		- 03350700	43.087,18

Art. 31 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 272.081,73(duzentos e setenta e dois mil, oitenta e um reais e setenta e três centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0302.0042.2078.33390 00000000000000.01332500	243.000,00
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0026.0782.0025.2041.33390 00000000000000.03010000	5.000,00
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0244.0010.2097.33390 00000000000000.03350800	24.081,73

Art. 32 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 31 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		41718032106000000000 - 01332500	243.000,00
Superávit		- 03010000	5.000,00
Superávit		- 03350800	24.081,73

Art. 33 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 162.718,18(cento e sessenta e dois mil, setecentos e dezoito reais e dezoito centavos)

Crédito Adicional			
-------------------	--	--	--

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0302.0042.2078.33390 00000000000000.01630400	120.000,00
Suplementar	Secretaria de Viacao, Obras e Servicos	09.001.0006.0181.0034.2075.33390 00000000000000.01000300	10.000,00
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0244.0010.2100.33390 00000000000000.03351100	32.718,18

Art. 34 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 33 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		41728031106000000000 - 01630400	120.000,00
Excesso		91118023100000000000 - 01000300	10.000,00
Superávit		- 03351100	32.718,18

Art. 35 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 583.096,29(quinhentos e oitenta e três mil, noventa e seis reais e vinte e nove centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0040.2060.33190 00000000000000.03381300	50.203,03
Suplementar	Secretaria de Administracao	04.001.0004.0122.0005.2009.33390 00000000000000.03000000	500.000,00
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0244.0047.2099.33390 00000000000000.03610100	32.893,26

Art. 36 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 35 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03381300	50.203,03
Superávit		- 03000000	500.000,00
Superávit		- 03610100	32.893,26

Art. 37 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Três Barras - Santa Catarina, 02 de Janeiro de 2020

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado no diário oficial dos Municípios.

AÉCIO RODRIGO BUDANT
Assessor de planejamento orçamentário

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 61/2020.

Publicação Nº 2525586

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 61/2020.

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Contratante: MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS – SC.

Contratado: PAVIPLAN PAVIMENTACAO LTDA, CNPJ Nº. 03.620.927/0001-12, com sede na Rua Anelio Nicocelli nº 1720, Bairro Figueirinha, Cidade de Guaramirim - SC.

Valor: R\$ 217.378,88 (duzentos e dezessete mil e trezentos e setenta e oito reais e oitenta e oito centavos),

Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA USINADA A QUENTE DA RUA JOSÉ MANOEL CORREA, NO BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTARIA, CRONOGRAMA FISICO E FINANCEIRO, PROJETOS E DEMAIS DOCUMENTOS INTEGRANTES DA PASTA TECNICA CONTIDA NO PROCEDIMENTO LICITATORIO DE ORIGEM – 01/2020 (TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2020).

Recursos Financeiros: CONVENIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA Nº. 2019TR001336.

Fundamento legal: artigo 24, inciso XI da Lei de Federal 8.666/93, obedecida a ordem de classificação do processo licitatório de origem – 01/2020.

Três Barras – SC, 15 de junho de 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGURI - PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO EDUARDO MARTINS WEINFURTER - JURIDICO

Treviso

PREFEITURA

DECRETO Nº 325/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525160

DECRETO Nº 325/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2020 - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO:

- esta ação se torna indispensável devido à ausência de repasse dos recursos por parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA à conta do convênio, bem como a solicitação de novos documentos, o que invalida todo o processo já realizado.
- que é facultado à Administração Pública anular ou revogar a licitação por razões de interesse público e
- que a Administração Pública pode rever os seus atos a qualquer tempo consoante o entendimento da Súmula nº 473 do STF.

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogada a licitação decorrente do Processo Licitatório Nº 13/2020 - Modalidade Pregão Presencial Nº 11/2020, cujo objeto "é a aquisição de 01 retroescavadeira zero quilômetro, tração 4x4, potência mínima de 75HP, 04 cilindros, ar condicionado quente/frio, peso operacional mínimo 7.000Kg, transmissão 04 marchas à frente e 04 marchas à ré, sistema de iluminação, alarme de ré, caçamba dianteira de largura mínima 2,30m e capacidade mínima de 0,23m³, bem como todos os demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo DETRAN.

Art. 2º - Renove-se, no momento oportuno, os procedimentos licitatórios, atendendo os ditames da Lei 8666/93.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir de 16 de junho de 2020.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC
Em, 16 de junho de 2020.

JAIMIR COMIN
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 17 de junho de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 322/2020, DE 15 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525119

DECRETO Nº 322/2020, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

ENCERRA CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO DA EMPREGADA SANDRIELE PEREIRA DO NASCIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe o Art. 45, Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 400/05 de 10 de agosto de 2005 e o Decreto nº 292/2020, de 13 de maio de 2020,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado nesta data, o contrato de trabalho por tempo determinado e, de consequência exonerada a empregada SANDRIELE PEREIRA DO NASCIMENTO das funções do emprego de TÉCNICO DE ENFERMAGEM - PSF, em virtude do término de contrato por tempo determinado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir de 15 de junho de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC
Em, 15 de junho de 2020.

JAIMIR COMIN
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 17 de junho de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 323/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525124

DECRETO Nº 323/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA O DECRETO Nº 275, DE 13 DE ABRIL DE 2020, PARA ESTABELECECER NOVAS REGRAS DE ENFRENTAMENTO DA EPIDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o art. 45 da Lei Orgânica Municipal, com a Lei Federal n.º 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 e com o Decreto n.º 535 de 30 de março de 2020,

DECRETA:

Art. 1º. O art. 6º do Decreto nº 275, de 13 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º. Fica obrigatório a toda população, no território do Município de Treviso, a utilização de máscaras doméstica de proteção, quando houver necessidade de contato com outras pessoas, de deslocamento em vias públicas, de compras de gêneros de primeira necessidade ou de outra medida que interrompa, provisoriamente, o isolamento social.

Parágrafo Único. A partir do dia 17 de junho de 2020, será OBRIGATÓRIO o uso de máscara para qualquer deslocamento em vias públicas, espaços públicos, transporte público, bem como para adentrar em qualquer recinto comercial, industrial, público ou privado, sendo que o descumprimento da determinação enquadrará o infrator nas penas do art. 268 do Código Penal, com detenção de 1(um) mês a 1(um) ano, e cominação de multa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor no dia 17 de junho de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC
Em, 16 de junho de 2020.

JAIMIR COMIN
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 17 de junho de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 324/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525127

DECRETO Nº 324/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

CONTRATA E NOMEIA, POR TEMPO DETERMINADO, SANDRIELE PEREIRA DO NASCIMENTO, PARA EXERCER AS FUNÇÕES DO EMPREGO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM - PSF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe com a Lei Municipal nº 400/05, de 10 de agosto de 2005, e o Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 001/2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada e nomeada na data de 16 de junho de 2020, por tempo determinado, SANDRIELE PEREIRA DO NASCIMENTO, para exercer as funções do emprego de TÉCNICO DE ENFERMAGEM - PSF, vinculada ao Programa de Saúde da Família - PSF, da Secretaria de Saúde, dentro da Estrutura Administrativa do Município.

Parágrafo 1º. A referida contratação é imprescindível por motivos de aprovação no Processo Seletivo Simplificado 001/2019.

Parágrafo 2º. O período determinado, constante no caput deste Artigo, será até 16 de dezembro de 2020.

Parágrafo 3º. A carga horária a ser executada por esta profissional será de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º. O salário base da empregada acima especificada será de acordo com os valores constantes na Lei nº 400/05, de 10 de agosto de 2005, e alterações posteriores e, em caso específico, proporcional às horas trabalhadas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir de 16 de junho de 2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC
Em, 16 de junho de 2020.

JAIMIR COMIN
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 17 de junho de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA
Secretário de Administração e Finanças

Treze de Maio

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 05/2020/FMS

Publicação Nº 2525081

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE DE MAIO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 010/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020

O Fundo Municipal de Saúde de Treze de Maio, por intermédio do pregoeiro designado, torna público que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado, objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços de acesso à Internet, com fornecimento e suporte técnico de links via fibra ótica para unidades de saúde do município de Treze de Maio. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 15:00 hrs 30 de junho de 2020. A íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal, sito à Av. 7 de Setembro, 20 – Centro – Treze de Maio, no horário das 08:00 às 17:00 horas.

Treze de Maio, 16 de junho de 2020.

Volnei Fregnani – Pregoeiro

PREGÃO PRESENCIAL 07/2020/PMTM

Publicação Nº 2525079

MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 024/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2020

O Município de Treze de Maio, por intermédio do pregoeiro designado, torna público que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado, objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços de acesso à Internet, com fornecimento e suporte técnico de links via fibra ótica para escolas, secretaria de educação e prédio sede do centro administrativo do município de Treze de Maio. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 09:00 hrs do dia 30 de junho de 2020. A íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal, sito à Av. 7 de Setembro, 20 – Centro – Treze de Maio, no horário das 08:00 às 17:00 horas.

Treze de Maio, 16 de junho de 2020.

Volnei Fregnani – Pregoeiro

Treze Tílias

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2020 FMS - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2020 FMS

Publicação Nº 2525109

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 06/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2020

1 – DO OBJETO

A presente dispensa tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para fornecimento de material e mão de obra para execução de 188m² de piso vinílico em manta hospitalar para reforma/ampliação da Unidade Básica de Saúde do Município de Treze Tílias.

2 – DA CONTRATADA

RT DECORAÇÕES LTDA

3 – DOS VALORES DEVIDOS

O Custo total ajustado para aquisição do objeto é R\$ 30.490,00 (Trinta mil, quatrocentos e noventa reais).

4 – DA JUSTIFICATIVA

A presente contratação justifica-se na necessidade de finalizar a ampliação da Unidade Básica de Saúde que iniciou com o Processo Licitatório nº 12/2017 FMS, contudo a empresa vencedora não finalizou a obra, situação similar ocorreu com a empresa que foi considerada vencedora 08/2019 FMS, porém também não cumpriu o objeto do contrato. Destacamos a importância de finalizar esta obra ao passo que vai possibilitar maior comodidade aos usuários do Fundo Municipal de Saúde;

5 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Art. 24. É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

Treze Tílias (SC), em 16 de junho de 2020.

ALCIR DE RÓS

Gestor do Fundo

Trombudo Central

PREFEITURA

DECRETO 058/20

Publicação Nº 2525286

DECRETO nº 058/20 DE 15 DE JUNHO DE 2020.

RETIFICA o Decreto 022/20 de 20 de março de 2020, que Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA no Município de TROMBUDO CENTRAL, define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento à COVID-19, em complementação às ações definidas no Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020 e dá outras providências.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que, o dia 3 de fevereiro de 2020, o Ministro da Saúde editou a Portaria n. 188, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e, em 17 de março de 2020, foi editada a Portaria Interministerial n 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a "compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública";

CONSIDERANDO que, no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO que o Presidente da República, em 18 de março de 2020, através da Mensagem n. 93, encaminhou requerimento de reconhecimento de calamidade pública com efeitos até o dia 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 140/2020, da Procuradoria-Geral de Justiça, que noticia à presidência da FECAM que o Gabinete Gestor de Crise instalado no Ministério Público de Santa Catarina sugeriu aos membros do Ministério Público com atribuição na defesa à saúde e expedição de recomendações aos Prefeitos Municipais recomendações aos Prefeitos Municipais com objetivo de assegurar a aplicação de medidas não farmacológicas de distanciamento social e a restrição de circulação de pessoas.

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto 020/20 de 18 de março de 2020, que implementava ações, no âmbito do Município Trombudo Central, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020.

DECRETA:

Art.1º. RETIFICA o Decreto nº 022/20, que Decreta Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Trombudo Central, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus.

Art. 2º Para o enfrentamento da situação de emergência ora declarada, ficam estabelecidas as seguintes medidas:

I - poderão ser requisitados bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa, nos termos do art. 3º, inc. VII da Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

II - nos termos do art. 24, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência; e

III – eventuais contratos, parcerias, convênios e instrumentos análogos/congêneres que eventualmente vencerem no período em que vigorar o presente decreto poderão ser prorrogados/renovados através de procedimento simplificado, enquanto durar o estado de emergência.

Art. 3º. A tramitação dos processos administrativos referentes a assuntos vinculados a este decreto correrá em regime de urgência e prioridade em todas as Secretarias Municipais.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Trombudo Central, 15 de junho de 2020.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER
Secretário da Administração e Finanças

DECRETO 059/20

Publicação Nº 2525287

DECRETO 059/20 DE 15 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a Lei Municipal 1848 de 09 de setembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - NOMEIA o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, no que se refere aos representantes Governamentais e Não-Governamentais, composta pelos seus membros titulares e suplentes, para cumprirem um mandato até o mês de junho de 2022, conforme nominata abaixo descrita:

- REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:**- Secretaria de Administração e Finanças:**

Geziel Balcker - Titular

Iara Passero Pacheco – Suplente

- Secretaria do Planejamento Urbano:

Wilson Hobus – Titular

Wagner Dalpiaz - Suplente

- Secretaria de Assistência Social e Habitação:

Elizete Righes – Titular

Clarice schlickmann Petri – Suplente

- REPRESENTANTES NÃO – GOVERNAMENTAIS:**- Sindicato dos Trabalhadores Rurais**

Vilmar da Silva – Titular

Antônio Cuchi – Suplente

- Associação Comunitária dos Agricultores de Ribeirão Kindel

Mariana Pawlowski Nass – Titular

Max Kruger – Suplente

- Associação de moradores do Bairro Liberdade:

Jackson Becker – Titular

Denízio Schwambach – Suplente

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 15 de junho de 2020.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

PORTARIA 289/20

Publicação Nº 2525289

PORTARIA 289/20 DE 15 DE JUNHO DE 2020.

RETIFICA A PORTARIA 108/17 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2017, QUE COLOCA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL A DISPOSIÇÃO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o art. 24 da Lei Complementar Municipal nº 1.479/2006.

CONSIDERANDO o Convênio firmado entre o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí – CIS/AMAVI e o Município de Trombudo Central/SC.

CONSIDERANDO Que o Município de Trombudo Central é membro do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí – CIS-AMAVI, conforme Leis Municipais nº 1513/2007, 1568/2008, 1850/2014 e 1881/2015.

RESOLVE:

Art. 1º- RETIFICA a Portaria 108/17, que Coloca à disposição do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí – CIS-AMAVI, o servidor Público Municipal Sr. ZULNEI LUCHTENBERG, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, do grupo ocupacional I – Atividade de Nível Superior – ANS, Nível 30, matrícula 2460.

Art. 2º- O servidor cumprirá o expediente de 10h00min semanais e, serão ressarcidos aos cofres Públicos, os valores de salário correspondente ao período em que o servidor estiver à disposição da instituição conveniada.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 15 de junho de 2020.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER
Secretário de Administração e Finanças

Tunápolis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 5402/2020

Publicação Nº 2525255

PORTARIA Nº. 5.402/2020

Em 16 de Junho de 2020

DESIGNA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PERMANENTE PARA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RENATO PAULATA, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com o art. 88, parágrafo 4º, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 25, parágrafo único da Lei Complementar nº 013 de 17 de maio de 2006. RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída Comissão Central de Avaliação Permanente de Avaliação de Desempenho dos Servidores Públicos Municipais para o fim de concessão de efetivação e estabilidade de emprego, composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro, em cada Secretaria Municipal:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

I – Maria Fernanda Rodriguez Hierro – Engenheira Sanitarista

II – Sheila Inês Bieger – Auxiliar de Contabilidade

III – Cleverson Inácio Kerkhoff – Técnico em Controladoria Interna

SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

I – Eduardo Machado - Odontólogo

II – Roseli Gabriel Bonavigo – Enfermeira

III – Siliane Meier – Assistente Social

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

I – Nádia Inês Marconatto – Orientador Educacional

II – Carlise Inês Groth – Psicóloga Educacional

III – Cleiton Kist – Professor Educação Física

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

I – Eduardo dos Santos Dotto – Médico Veterinário

II – Eliana Bohnen – Agente Administrativo

III – Cleverson Inácio Kerkhoff – Técnico em Controladoria Interna

SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

a) Setor de Transportes;

I – Paulo Groth - Mecânico

II – Domingos Casanova – Operador de Equipamento Pesado

III – Sergio Luis Christ – Operador de Equipamento Pesado

b) Setor de Obras e Urbanismo;

I – Marcelo Heinrich Lehnhoff – Diretor de Departamento de Urbano

II – Junior Cesar Bourscheid – Agente Operacional de Serviços Gerais

III – Gilberto Epping - Agente Operacional de Serviços Gerais

§ 1º a Comissão terá ainda as seguintes funções:

I – analisar os pedidos de reconsideração e emitir pareceres que deverão ser encaminhados ao superior hierárquico competente.

§ 2º As atribuições e as tarefas de acompanhamento e avaliação dos servidores municipais têm prioridade sob quaisquer outros serviços públicos.

Art. 2º A Comissão produzirá semestralmente relatórios de avaliação individual.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 5.360/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 16 de Junho de 2020

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

BRUNO LENGERT
Secretário Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PROCESSO DE COMPRA N°.: 151/2020 PREGÃO PRESENCIAL N°: 77/2020

Publicação N° 2526056

Processo de Compra N°.: 151/2020
Pregão Presencial n°: 77/2020
Data Emissão: 17/06/2020
Forma de Julgamento: Menor Preço UNITÁRIO

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço UNITÁRIO de acordo com a Lei Federal n°. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar N° 147, de 07 de Agosto de 2014 com aplicação subsidiária da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de n° 01 contendo as “propostas de preços” e de n° 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho n°111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 9h do dia 02 de julho de 2020, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

O objeto do presente pregão consiste na aquisição de Gêneros Alimentícios para os alunos da Rede Municipal de Ensino, de acordo com os quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até 9h do dia 02 de julho de 2020.
Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal .

Turvo

PREFEITURA

EXTRATO DA AF Nº692/2020

Publicação Nº 2525375

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Turvo

Termo de Autorização de Fornecimento nº 692/2020

Contratante: Município de Turvo

Contratado: Gold Computadores Ltda

Objeto: Aquisição de móveis, equipamentos, eletroeletrônicos e outros, para ser entregues e instalados na Creche localizada na Rua Maria Sartor Tonetto, s/n – no Bairro Imigrantes, no município de Turvo/SC.

Valor: R\$:23.734,50 (Vinte e três mil e setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos)

Vigência: 45 (quarenta e cinco) dias a partir de 08/06/2020

EXTRATO DA AF Nº693/2020

Publicação Nº 2525380

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Turvo

Termo de Autorização de Fornecimento nº 693/2020

Contratante: Município de Turvo

Contratado: Vmlx Eletronicos Eireli ME

Objeto: Aquisição de móveis, equipamentos, eletroeletrônicos e outros, para ser entregues e instalados na Creche localizada na Rua Maria Sartor Tonetto, s/n – no Bairro Imigrantes, no município de Turvo/SC.

Valor: R\$:4.047,00 (Quatro mil e quarenta e sete reais)

Vigência: 45 (quarenta e cinco) dias a partir de 08/06/2020

EXTRATO DA AF Nº694/2020

Publicação Nº 2525382

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Turvo

Termo de Autorização de Fornecimento nº 694/2020

Contratante: Município de Turvo

Contratado: Klein Simionato & Santos Ltda

Objeto: Aquisição de móveis, equipamentos, eletroeletrônicos e outros, para ser entregues e instalados na Creche localizada na Rua Maria Sartor Tonetto, s/n – no Bairro Imigrantes, no município de Turvo/SC.

Valor: R\$:26.071,70 (Vinte e seis mil e setenta e um reais e setenta centavos)

Vigência: 45 (quarenta e cinco) dias a partir de 08/06/2020

EXTRATO DA AF Nº695/2020

Publicação Nº 2525387

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Turvo

Termo de Autorização de Fornecimento nº 695/2020

Contratante: Município de Turvo

Contratado: Haya Informatica Ltda EPP

Objeto: Aquisição de móveis, equipamentos, eletroeletrônicos e outros, para ser entregues e instalados na Creche localizada na Rua Maria Sartor Tonetto, s/n – no Bairro Imigrantes, no município de Turvo/SC.

Valor: R\$:4.008,90 (Quatro mil e oito reais e noventa centavos)

Vigência: 45 (quarenta e cinco) dias a partir de 08/06/2020

EXTRATO DA AF Nº696/2020

Publicação Nº 2525389

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Turvo

Termo de Autorização de Fornecimento nº 696/2020

Contratante: Município de Turvo

Contratado: Nicolau Saturnino Vieira

Objeto: Aquisição de móveis, equipamentos, eletroeletrônicos e outros, para ser entregues e instalados na Creche localizada na Rua Maria Sartor Tonetto, s/n – no Bairro Imigrantes, no município de Turvo/SC.

Valor: R\$: 6.168,00 (Seis mil e cento e sessenta e oito reais)

Vigência: 45 (quarenta e cinco) dias a partir de 08/06/2020

EXTRATO DA AF Nº697/2020

Publicação Nº 2525392

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Turvo

Termo de Autorização de Fornecimento nº 697/2020

Contratante: Município de Turvo

Contratado: Escolares Ind e Comércio de Móveis Ltda

Objeto: Aquisição de móveis, equipamentos, eletroeletrônicos e outros, para ser entregues e instalados na Creche localizada na Rua Maria Sartor Tonetto, s/n – no Bairro Imigrantes, no município de Turvo/SC.

Valor: R\$:7.679,90 (Sete mil e seiscentos e setenta e nove reais e noventa centavos)

Vigência: 45 (quarenta e cinco) dias a partir de 08/06/2020

EXTRATO DA AF Nº698/2020

Publicação Nº 2525394

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Turvo

Termo de Autorização de Fornecimento nº 698/2020

Contratante: Município de Turvo

Contratado: G T A Atacado e Varejo Eireli

Objeto: Aquisição de móveis, equipamentos, eletroeletrônicos e outros, para ser entregues e instalados na Creche localizada na Rua Maria Sartor Tonetto, s/n – no Bairro Imigrantes, no município de Turvo/SC.

Valor: R\$:393,96 (Trezentos e noventa e três reais e noventa e seis centavos)

Vigência: 45 (quarenta e cinco) dias a partir de 08/06/2020

EXTRATO DA AF Nº699/2020

Publicação Nº 2525396

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Turvo

Termo de Autorização de Fornecimento nº 699/2020

Contratante: Município de Turvo

Contratado: Scotty Comercio de Brinquedos Ltda

Objeto: Aquisição de móveis, equipamentos, eletroeletrônicos e outros, para ser entregues e instalados na Creche localizada na Rua Maria Sartor Tonetto, s/n – no Bairro Imigrantes, no município de Turvo/SC.

Valor: R\$:12.006,00 (Doze mil e seis reais)

Vigência: 45 (quarenta e cinco) dias a partir de 08/06/2020

EXTRATO DA AF Nº700/2020

Publicação Nº 2525400

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Turvo

Termo de Autorização de Fornecimento nº 700/2020

Contratante: Município de Turvo

Contratado: Marcella Ricken de Mattia

Objeto: Aquisição de móveis, equipamentos, eletroeletrônicos e outros, para ser entregues e instalados na Creche localizada na Rua Maria Sartor Tonetto, s/n – no Bairro Imigrantes, no município de Turvo/SC

Valor: R\$:6.583,70 (Seis mil e quinhentos e oitenta e três reais e setenta centavos)

Vigência: 45 (quarenta e cinco) dias a partir de 08/06/2020

EXTRATO DA AF Nº701/2020

Publicação Nº 2525402

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Turvo

Termo de Autorização de Fornecimento nº 701/2020

Contratante: Município de Turvo

Contratado: Tecnoforte Sistemas de Refrigeração Eireli

Objeto: Aquisição de móveis, equipamentos, eletroeletrônicos e outros, para ser entregues e instalados na Creche localizada na Rua Maria Sartor Tonetto, s/n – no Bairro Imigrantes, no município de Turvo/SC.

Valor: R\$:12.511,00 (Doze mil e quinhentos e onze reais)

Vigência: 45 (quarenta e cinco) dias a partir de 08/06/2020

EXTRATO DA AF Nº702/2020

Publicação Nº 2525405

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Turvo

Termo de Autorização de Fornecimento nº 702/2020

Contratante: Município de Turvo

Contratado: Jhonatan Bagatoli

Objeto: Aquisição de móveis, equipamentos, eletroeletrônicos e outros, para ser entregues e instalados na Creche localizada na Rua Maria Sartor Tonetto, s/n – no Bairro Imigrantes, no município de Turvo/SC.

Valor: R\$:10.549,00 (Dez mil e quinhentos e quarenta e nove reais)

Vigência: 45 (quarenta e cinco) dias a partir de 08/06/2020

EXTRATO DA AF Nº703/2020

Publicação Nº 2525406

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Turvo

Termo de Autorização de Fornecimento nº 703/2020

Contratante: Município de Turvo

Contratado: Franciele Cristine Lamin

Objeto: Aquisição de móveis, equipamentos, eletroeletrônicos e outros, para ser entregues e instalados na Creche localizada na Rua Maria Sartor Tonetto, s/n – no Bairro Imigrantes, no município de Turvo/SC

Valor: R\$:8.554,80 (Oito mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos)

Vigência: 45 (quarenta e cinco) dias a partir de 08/06/2020

PORTARIA 144/2020

Publicação Nº 2526050

PORTARIA Nº 144/20, de 16 de Junho de 2020.

NOMEIA COMISSÃO LOCAL INTERSETORIAL PARA TRATAR TEMAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DURANTE PANDEMIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições, estabelecida pela Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei nº 13.987/20,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a Comissão Local Intersectorial para tratar de temas de alimentação escolar e respectiva distribuição, nos termos da Lei 13.987/2020, durante a pandemia do Novo Coronavírus:

- Secretária Municipal de Educação: Suzana Clara de Souza Miranda;
- Representante da Secretaria Municipal de Educação: Heloísa Catarina Arceno;
- Representante da UAME: Sayonara Casteller;
- Representante da Secretaria de Assistência Social: Solange da Costa Santana Bristot;
- Nutricionista: Anelise da Silva Valvassori;
- Presidente do Conselho de Alimentação Escolar: Liandra Piazza Dal Pont;
- Presidente do Conselho Municipal de Educação: Marisete Osório Monteiro.

Parágrafo Primeiro. São Membros do Consultivo:

- Assessoria Jurídica: Thiago Silva Simon;
- Vigilância Epidemiológica: Adriana Rovaris de Stéfani;
- Setor de Licitação: Priscila Tramontin Bianchini.

Parágrafo Segundo. As funções ora designadas não são remuneradas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 16 de junho de 2020.

TIAGO ZILLI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

União do Oeste

PREFEITURA

EDITAL DE AUDIENCIA PÚBLICA N. 03/2020

Publicação Nº 2525165

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

EDITAL N.º 003/2020
DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de todos que estará realizando na Câmara de Vereadores de União do Oeste, sito a Avenida São Luiz, AUDIÊNCIA PÚBLICA, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Municipal N.º 494, de 14 de maio de 2001.

1 - DO OBJETO:

O presente Edital destina-se a convocação dos munícipes do Município de União do Oeste - SC, para participarem de Audiência Pública, com a finalidade de rever o Plano Plurianual de Investimentos, discutir a elaboração da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária e LOA – Lei Orçamentária Anual, ambos para o exercício de 2021.

2 – DO DIA, HORÁRIO e LOCAL:

A Audiência Pública será realizada no dia 29 de Junho de 2020, com início às 09:00 horas, na Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste.

3 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Serão tomadas todas as medidas de segurança necessárias a prevenção do COVID-19.

Solicitamos a todos as pessoas que se fizerem presentes que façam o uso de máscara e mantenha o distanciamento necessário entre as mesmas.

Maiores informações, poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, ou pelo telefone 49 3348 1202.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 16 de junho de 2020.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Urubici

PREFEITURA

EXTRATO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO PP 009/2020

Publicação N° 2525194

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI
PROCESSO ADMINISTRATIVO 012/2020
PREGÃO PRESENCIAL 009/2020

Extrato 6º Termo Aditivo a ata de registro de preços N° 006/2020 para estabelecer o reequilíbrio econômico financeiro.

OBJETO: Aquisição de combustível para veículos do transporte escolar, frota municipal e fundo da saúde. CONTRATADO: Rodosserra Comércio de Combustível Ltda. Item 01: Gasolina comum. Valor: R\$ 3,92 (três reais e noventa e dois centavos). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente termo para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

Urussanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 62/20

Publicação Nº 2525638

DECRETO GP/Nº 62, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre o uso obrigatório de máscaras no Município de Urussanga e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 50, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e com a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e;

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos Decretos nº 14, 15 e 16, que implementaram ações, no âmbito do Município Urussanga, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos nº 509 e 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que foi declarada situação de emergência no Município de Urussanga, por meio do Decreto nº 16, de 24 de março de 2020;

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, declarou estado de calamidade pública em todo o território catarinense e dispôs sobre medidas de enfrentamento à pandemia do Coronavírus - COVID-19, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias;

CONSIDERANDO a retomada de grande parte das atividades econômicas no Estado de Santa Catarina e no Município de Urussanga;

CONSIDERANDO o posicionamento da Organização Mundial da Saúde - OMS, e do Ministério da Saúde, sobre o uso comunitário de máscaras como estratégia para diminuir o contágio em massa pelo Coronavírus - COVID-19 e Nota Informativa nº 03/2020 do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO que a Secretaria de Saúde por intermédio da Comissão de Acompanhamento, Controle, Prevenção e Tratamento do Coronavírus - COVID-19 no Município de Urussanga/SC, tem o dever de assegurar aos cidadãos proteção à saúde;

E ainda, considerando que os órgãos e as entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal devem atuar articuladamente com a Secretaria de Saúde,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o uso obrigatório de máscaras de proteção facial, para evitar a transmissão comunitária do Coronavírus - COVID-19 no âmbito do Município de Urussanga.

§ 1º Será obrigatório o uso de máscaras de proteção facial, a partir de 18 de junho de 2020:

I - por toda população, em espaços públicos, circulação em ruas, avenidas, calçadas, locais de prática esportiva, áreas comuns de condomínios verticais e horizontais, e demais ambientes coletivos, sem prejuízo das recomendações de isolamento social e daquelas expedidas pelas autoridades sanitárias;

II - por motoristas e usuários de táxis e transporte individual ou compartilhado de passageiros;

III - para acesso aos estabelecimentos considerados como essenciais (supermercados, mercados, farmácias, entre outros);

IV - para acesso aos demais estabelecimentos comerciais que tiveram as atividades liberadas e retomadas;

V - para o desempenho das atividades em repartições públicas e privadas; e

VI - para o acesso nas repartições públicas e privadas.

§ 2º Os estabelecimentos privados deverão tomar as providências necessárias para o cumprimento do estabelecido no presente Decreto pelos seus funcionários, colaboradores e clientes, inclusive impedindo que estes ingressem e/ou permaneçam no local sem a utilização da máscara de proteção facial.

§ 3º Recomenda-se à população em geral o uso de máscaras caseiras, segundo as orientações do Ministério da Saúde, disponível em www.saude.gov.br, e Notas Técnicas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

§ 4º A forma de uso, limpeza e descarte das máscaras deverão seguir as Normas Técnicas editadas pelo Ministério da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

Art. 2º Fica determinada no âmbito do Serviço Público Municipal, a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção facial, durante a execução das respectivas atribuições inerentes aos cargos e funções públicas.

Art. 3º Fica autorizado às atividades de fiscalização e de poder de polícia, tomarem as atitudes necessárias ao fiel cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 4º A desobediência às previsões deste Decreto, caracterizará infração Administrativa e sujeitará o infrator à aplicação das penalidades previstas no art. 37, da Lei nº 1514, de 14 de novembro de 1994, sem prejuízo de demais sanções civis e administrativas às previstas para crimes elencados nos artigos 268 - infração de medida sanitária preventiva e 330 - crime de desobediência - do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940).

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 16 de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e vinte e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DANIELA CARRER ARENT
Agente Administrativo

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO Nº 84/2020

Publicação Nº 2525353

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO Nº 84/2020

Data de assinatura: 16/06/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: MURILO TRENTO ME

CNPJ: 25.056.790/0001-58

Processo de Licitação: 102/2019

Concessão de Direito de Real de Uso

Objeto: seleção de pessoas jurídicas de direito privado para concessão de uso gratuito de 19 (dezenove) terrenos urbanos, de propriedade da municipalidade descritos no item 1.2, pelo prazo de 7 (sete) anos, podendo ser renovado por igual período, com possibilidade de compra e venda ao final do prazo da concessão, nas condições de preços a serem definidas pela administração e pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico Julgar, nos termos da Lei 2.894, Artigo 13, parágrafo único, e também condições fixadas neste Edital e no contrato de concessão que vier a ser firmado, cujas regras os interessados deverão submeter-se sem quaisquer restrições.

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º 10/2020/FMS

Publicação Nº 2525268

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º 10/2020/FMS

A Prefeitura Municipal de URUSSANGA torna público, para conhecimento dos interessados, que RETIFICOU O EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2020/FMS, que tem por finalidade registrar preços com o objetivo de contratação de empresa especializada para fornecimento de suprimentos para impressão em folhas A4 e suporte técnico destes suprimentos, com qualidade e pontualidade, de acordo com o edital e seus anexos. Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM em 09/06/2020. A retificação se refere algumas alterações no Anexo II – Termo de Referência, conforme constam no Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 22/06/2020 no setor de licitações desta Prefeitura Municipal, localizada na Praça da Bandeira, n.º 12, Urussanga – SC, somente em dias úteis.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30 do dia 22/06/2020, no mesmo local da entrega dos envelopes.

Luis Gustavo Cancellier – Prefeito Municipal

Vargeão

PREFEITURA

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2020

Publicação Nº 2525552

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

O Município de Vargeão torna público que RATIFICA o presente procedimento de dispensa de licitação:

Objeto: Aquisição de instrumentos musicais para Banda de Percussão do Município.

Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93.

Valor: R\$ 7.907,00 (sete mil novecentos e sete reais)

Vargeão, SC, 16 de junho de 2020.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 003/2020

Publicação Nº 2525626

CONVÊNIO Nº 003/2020

Termo de Convênio que entre si celebram o CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA, e o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, objetivando a disponibilização de servidor para a 3ª Companhia de Bombeiro Militar – Videira/SC.

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus;

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando a classificação pela OMS, no dia 11 de março de 2020, como pandemia pelo novo coronavírus – COVID19;

Considerando a publicação do Decreto de nº 562, de 17 de abril de 2020 do Estado de Santa Catarina e alterações;

Considerando a publicação do Decreto de nº 17.313/20, do Município de Videira;

O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da 3ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR - VIDEIRA/SC, estabelecido na Nicolau Cavon, nº 20, Bairro Farroupilha, Videira/SC, neste ato representado por seu Comandante, SR. LEANDRO FLORES EMMANUELLI, doravante denominado CORPO DE BOMBEIROS e o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, com sede na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor DORIVAL CARLOS BORG, doravante denominado MUNICÍPIO DE VIDEIRA, resolvem firmar o presente Convênio, mediante sujeição às seguintes cláusulas:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este Convênio tem por objeto celebrar a parceria entre o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - 3ª Companhia de Bombeiros Militar - Videira/SC e o Município de Videira, no sentido de prevenir e combater os efeitos causados pela pandemia por COVID-19, no âmbito do Município de Videira.

DO RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES

CLÁUSULA SEGUNDA – Para o cumprimento deste Convênio, o relacionamento entre as partes se dará entre o Comandante da 3ª Companhia de Bombeiros Militar – Videira/SC, em nome do Corpo de Bombeiros e o Prefeito Municipal e/ou Secretário Municipal de Administração, estes em nome do Município de Videira.

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA TERCEIRA: São atribuições do MUNICÍPIO DE VIDEIRA:

- I) Ceder, por um período de 60 (sessenta) dias, para cumprimento de uma carga horária de 40 horas semanais, 2 (dois) servidores ocupantes do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para desempenhar suas funções junto a 3ª Companhia de Bombeiros Militar – Videira/SC;
- II) Arcar com todos os ônus decorrentes do cumprimento do presente Convênio;
- III) Substituir o servidor à disposição da 3ª Companhia de Bombeiros Militar – Videira/SC, mediante solicitação formal do Comandante da 3ª Companhia de Bombeiros Militar – Videira/SC.

Parágrafo Único - Os servidores colocados à disposição da 3ª Companhia de Bombeiros Militar – Videira/SC não terão qualquer vínculo empregatício com a CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA.

CLÁUSULA QUARTA – São atribuições do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA - 3ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR - VIDEIRA/SC:

- I) Receber, instrumentalizar, preparar e dar todas as condições de trabalho aos servidores do MUNICÍPIO DE VIDEIRA postos à sua disposição, objetivando o fiel exercício da atividade para a qual for designado;
- II) Controlar o ponto dos servidores do MUNICÍPIO DE VIDEIRA colocados à disposição, conforme orientação do Departamento de Gestão de Pessoas do Município, remetendo os comprovantes a este Departamento;
- III) Devolver os servidores à origem sempre que estes se mostrarem inadequados ao trabalho para o qual forem designados ou ao término do prazo estabelecido neste instrumento;
- IV) Auxiliar o Município de Videira no cumprimento dos Decretos Estaduais e Municipais relativos as medidas de enfrentamento ao COVID-19.

DO PRAZO

CLÁUSULA QUINTA - O prazo previsto para vigência do presente Convênio será de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura, podendo ser renovado, por acordo entre os convenientes.

DA RESCISÃO OU DENÚNCIA

CLÁUSULA SEXTA – A 3ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR - VIDEIRA/SC ou o MUNICÍPIO DE VIDEIRA poderão a qualquer tempo rescindir este Convênio mediante denúncia por escrito, pelo não cumprimento de qualquer uma de suas cláusulas, caso não haja mais interesse de qualquer das partes na sua manutenção ou por mútuo acordo.

DO FORO

CLÁUSULA SÉTIMA - Fica eleito o Foro da Comarca da Videira, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente Convênio.

E por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Videira, 10 de junho de 2020.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA - 3ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR - VIDEIRA/SC
LEANDRO FLORES EMMANUELLI

MUNICÍPIO DE VIDEIRA
DORIVAL CARLOS BORGA

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

TESTEMUNHAS:

NOME : _____
CPF : _____

NOME : _____
CPF : _____

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2020 - FMS

Publicação Nº 2524913

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2020 - FMS

O Município de Videira, por meio do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2020 - FMS

HOMOLOGAÇÃO: 15/06/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DO MEDICAMENTO "SERTRALINA" PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL.

FORNECEDOR: RIOMED DISTRIBUIDORA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.820,00 (Cinco mil oitocentos e vinte reais).

FUNDAMENTO: Artigos 24, II, e 26, ambos da Lei de Licitações.

Videira - SC, 15 de junho de 2020.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Gabinete

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 29/2020

Publicação Nº 2525090

SECRETARIA DA FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 29/2020

O Secretário Municipal da Fazenda, no uso de suas atribuições legais com fundamento na Lei Orgânica artigo 100, no Código Tributário Municipal (Lei 69/85) artigo 87, §2º, e considerando ainda o que consta no Processos Administrativos Fiscal 2642/2020 e seus anexos, o qual se encontram à disposição do Contribuinte na Secretaria da Fazenda Municipal no Departamento de Tributação/Fiscalização,

DECLARA;

Notificada a contribuinte ADRIANA SORAIA SCHUCH (Adriana Schuch Micropigmentação – Conceito A), inscrita sob o CNPJ de nº 24.955.571/0001-48, estabelecida na Avenida Dom Pedro II, nº 35, Sala 202, Videira Shopping, Bairro Centro, Município de Videira Estado de Santa Catarina, diante da impossibilidade em notificar a contribuinte do Termo de Prorrogação de Prazo para Encerramento da Fiscalização referente ao Processo Administrativo Fiscal 2642/2020 em seu endereço.

**TERMO DE OCORRÊNCIAS
PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA ENCERRAMENTO DE FISCALIZAÇÃO**

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte (05/05/2020), de acordo com o previsto no § 2º do art. 132 do Código Tributário Municipal, instituído pela Lei 69/85 de 05/12/85, submetemos à apreciação do Senhor Secretário da Fazenda a proposta para prorrogação em 90 (noventa) dias no prazo anteriormente previsto para conclusão da fiscalização junto a contribuinte ADRIANA SORAIA SCHUCH (Adriana Schuch Micropigmentação – Conceito A), inscrita sob o CNPJ de nº 24.955.571/0001-48, estabelecida na Avenida Dom Pedro II, nº 35, Sala 202, Videira Shopping, Bairro Centro, município de Videira/SC,.

Justifica-se a prorrogação do prazo para a conclusão da fiscalização, tendo em vista nova intimação encaminhada para a contribuinte solicitando informações complementares.

Para constar, em atenção ao que dispõe o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/66) e seu artigo 196, lavramos o presente Termo que vai assinado por nós, sendo cópia deixada em poder do contribuinte.

Videira, 05 de maio de 2020

DE ACORDO.
CIENTIFIQUE-SE O CONTRIBUINTE.

GENTIL GAEDKE
Secretário da Fazenda

De Acordo.
Cientifique-se o Contribuinte.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo ao contribuinte notificado.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira/SC, 16 de junho de 2020.

Gentil Gaedke
Secretário Municipal da Fazenda

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 27/2020 - PMV

Publicação Nº 2524823

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 27/2020 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 27/2020 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 15/06/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO INTITULADO " A ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO FRENTE A PANDEMIA DO CORONAVIRUS" A SER MINISTRADO PELA EMPRESA IGAM (CURSOS E CONSULTORIA LTDA) DE 22 A 26 DE JUNHO DE 2020 DE MODO ONLINE PARA A SERVIDORA SANDRA BALDO.

VALOR: R\$ 290,00 (duzentos e noventa reais).

FUNDAMENTO: Art. 25, II da Lei 8.666/93.

Videira – SC, 15 de junho de 2020

EURO VIECELI

Secretário Municipal de Gabinete

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 28/2020 - PMV

Publicação Nº 2525151

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 28/2020 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 28/2020 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 16/06/2020

OBJETO: PERMISSÃO DE USO ONEROSA, PARA EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO MUNICIPAL DENOMINADO "FEIRA LIVRE - BOX 1", NO ARMAZÉM ARAUCÁRIA, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2020 - PMV, O QUAL HABILITOU E CREDENCIOU O PRODUTOR RURAL CAMILO JOSÉ GREGOLON PARA EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO POR PESSOA FÍSICA (PRODUTOR RURAL).

FUNDAMENTO: Art. 25, CAPUT, da Lei 8.666/93.

Videira – SC, 16 de junho de 2020

EURO VIECELI

Secretário Municipal de Gabinete

RETIFICAÇÃO CLÁUSULA CT 69/2020

Publicação Nº 2525241

Contrato Nº.: CT 69/2020

Contratada...: ASSOCIACAO DE ARTESANATO VIDEIRA DAS ARTES.

Valor : R\$ 12.568,68 (doze mil quinhentos e sessenta e oito reais e sessenta e oito centavos).

Vigência : Início:04/05/2020 Término: 04/05/2021.

CONCORRÊNCIA P/ ALIENAÇÃO Nº 2/2020

PROCESSO Nº 57/2020 HOMOLOGAÇÃO: 04/05/2020

OBJETO: PERMISSÃO DE USO ONEROSA, PARA EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO ARMAZÉM ARAUCÁRIA, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 2.256/2009, ALTERADA PELA LEI Nº 3.771/2019, CONFORME PROJETO BÁSICO.

Na cláusula do contrato onde se lê:

3.2 - O PERMISSIONÁRIO pagará a permitente, pelo uso do(s) espaço(s) público(s), objeto da presente Permissão de Uso, o valor mensal de R\$ 657,00 (seiscentos e cinquenta e sete reais), além da taxa mínima estipulada de energia elétrica de R\$ 647,10 (seiscentos e quarenta e sete reais e dez centavos) e da taxa mínima estipulada de água de R\$ 42,19 (quarenta e dois reais e dezenove centavos), totalizando o valor mensal de R\$ 1.047,39 (um mil quarenta e sete reais e trinta e nove centavos).

Na cláusula do contrato leia-se:

3.2 - O PERMISSIONÁRIO pagará a permitente, pelo uso do(s) espaço(s) público(s), objeto da presente Permissão de Uso, o valor mensal de R\$ 657,00 (seiscentos e cinquenta e sete reais), além da taxa mínima estipulada de energia elétrica de R\$ 348,20 (trezentos e quarenta e oito e vinte centavos), e da taxa mínima estipulada de água de R\$ 42,19 (quarenta e dois reais e dezenove centavos), totalizando o valor mensal de R\$ 1.047,39 (um mil quarenta e sete reais e trinta e nove centavos).

ANEXO IV - CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - JANEIRO A MAIO DE 2020

Publicação Nº 2525054

DECRETO 11.120/14**ANEXO IV****CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - MÊS DE MAIO DE 2020**

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
1.BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS		ARRECADAÇÃO		
		ATÉ O MÊS		
RECEITAS PRODUTOS DE IMPOSTOS - ESPECIFICAÇÃO				
1.1 - IPTU				6.687.542,28
1.2 - ITBI				1.428.543,21
1.3 - ISS				6.181.895,89
1.4 - IRRF				2.118.695,54
1.5 - FPM				11.803.098,93
1.6 - ITR				3.957,24
1.7 - COTA PARTE ICMS EXPORTAÇÃO				0,00
1.8 - ICMS				20.467.267,15
1.9 - IPVA				4.095.810,41
1.10 - IPI EXPORTAÇÃO				246.500,33
1.11 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS				0,00
1.12 - MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS				0,00
1.13 - RECEITA PRODUTO DE IMPOSTOS				53.033.310,98
2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE		ACUMULADO		
		ATÉ O MÊS		
2.1 - 15% DAS RECEITAS DE PRODUTOS DE IMPOSTOS (15% DE 1.13)				7.954.996,65
2.2 - TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO				5.638.003,85
2.3 - SUPERAVIT TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO				2.787.784,18
2.4 - CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE				0,00
2.5 - SUPERAVIT CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE				0,00
2.6 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE				382.688,54
2.7 - SUPERAVIT OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE				53.231,31
TOTAL				16.816.704,53
3. APLICAÇÃO	RECEITA ACUMULADA	DESPESA LIQUIDADA	%	DIFERENÇA
3.1 - Limite constitucional 15% sobre receitas impostos	7.954.996,65	9.126.025,96	17,21	1.171.029,31
3.2 - Transferências do SUS - União e Estado	8.425.788,03	3.409.786,50	40,47	-5.016.001,53
3.2 - Convênios vinculados a Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3 - Outras aplicações vinculadas à saúde	435.919,85	219.699,54	50,40	-216.220,31
TOTAL	16.816.704,53	12.755.512,00		-4.061.192,53

Fonte:Departamento de Contabilidade

Videira, 09 de Junho de 2.020.

Juliane M.C.Wartha
Contadora CRC-SC 024015/O-6

Ivanice Angela Peccin
Secretário Mun. de Saúde e Ação Social

Dorival Carlos Borga
Prefeito Municipal

INPREVID**ERRATA -2 TERMO ADITIVO 03-2020**

Publicação Nº 2525232

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - INPREVID

ERRATA 2- TERMO ADITIVO CONTRATUAL Nº 003/2020

CONTRATO Nº 002/2018

Objeto: Locação de imóvel. Prorrogação do contrato nº 002/2018

Contratado: FAVERO VENDA E LOCAÇÃO LTDA

Contratante: INPREVID

Período de Contratação/Prorrogação: 01/02/2020 á 31/01/2021.

Onde se lê: Valor Total do Termo Total: R\$ 2.371,71 (dois mil, trezentos e setenta e um reais e setenta e um centavos).

Leia-se: Valor Mensal: R\$ 2.371,71 (dois mil, trezentos e setenta e um reais e setenta e um centavos).

Valor Total do Termo aditivo: R\$ 28.460,52 (vinte e oito mil quatrocentos e sessenta reais e cinquenta e dois centavos).

Videira/SC, 10 de fevereiro de 2020.

VILSO VANZ

Presidente do INPREVID

Vitor Meireles**PREFEITURA****1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 033/2019**

Publicação Nº 2525780

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.13/2019**Pregão Nº 33/2019****Validade: 31/12/2020**

Aos 16 de junho de 2020, o MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES por meio do(a) MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, pessoa jurídica de direito público, situado na RUA SANTA CATARINA, Nº 2266, CENTRO, cidade de Vitor Meireles - SC, inscrito no CNPJ Nº. 79.372.520/0001-85, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 33/2019, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA USO NOS VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Redução de preços, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados e notas fiscais em anexo:

Fornecedor: 62278 - MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	OLEO DIESEL S10	LITRO	IPIRANGA	140.000	3,23	
3	GASOLINA	LITRO	IPIRANGA	70.000	3,89	
Total do Fornecedor:						

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata, o Edital de AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA USO NOS VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL. Nº. 33/2019, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12. Fica eleito o foro de Presidente Getúlio (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

13. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Vitor Meireles (SC), 16 de junho de 2020.

VALDELI JOSE SEBASTIAO
Pregoeiro

CAROLINE APARECIDA MAZOTI WACHHOLZ
Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING
Equipe de Apoio

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
CONTRATADA

1º TERMO AO ADITIVO AO CONTRATO 012/2020

Publicação Nº 2525459

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2020

CONTRATO PARA PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM VIA URBANA DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, DAS RUAS GUIOMARA VENDRAMI E HENRIQUE FRENCH, QUE ENTRE SI CELEBRA O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E A EMPRESA CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA - EPP.

Pelo presente instrumento de termo aditivo de contrato de prestação de serviços, originado pelo Edital de Licitação nº 10/2020, Tomada de Preços Obras e Serviços Engenharia nº 3/2020, na melhor forma e único efeito de direito, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 79.372.520/0001-85, estabelecida à Rua Santa Catarina, 2.266, na cidade de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal BENTO FRANCISCO SILVY, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, 2551, Centro, nesta cidade de Vitor Meireles, doravante simplesmente denominada CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa J C CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA - EPP inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.898.011/0001-54, Inscrição Estadual nº 254.639.046, situada na Rua Princesa Isabel, nº 884, bairro Bela Vista, cidade de Ibirama/SC, devidamente representada por VILMAR VENDRAMI, portador da cédula de identidade RG nº 1.892.331 e do CPF nº 569.409.989-34, nacionalidade brasileira, estado civil casado, profissão empresário, residente e domiciliado na cidade de Ibirama/SC na Rua Almirante Tamandaré, nº 175, bairro Ponto Chic, doravante simplesmente denominada de CONTRATADA, ficou justo e avençado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente TERMO ADITIVO tem como objeto proceder à alteração na cláusula Quarta do Contrato de Prestação de Serviços 012/2020, firmado em 13/03/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 2.1- Pela prestação dos serviços temporários ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o preço proposto que é de R\$ 3.069,62 (Três mil, sessenta e nove reais e sessenta e dois centavos).
- 2.2- Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução do Objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.
- 2.3- O valor descrito na cláusula 2.1, refere-se ao quantitativo dos serviços em função de acréscimo de itens não previstos na planilha orçamentária, conforme justificativa e planilha orçamentária em anexo (ANEXO 1).



CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Getúlio/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Permanecem em vigor as demais cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços, não alteradas no presente instrumento jurídico.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente de Contrato em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Vitor Meireles (SC), 16 de Junho de 2020.

..... BENTO FRANCISCO SILVY Prefeito Municipal Contratante	 VILMAR VENDRAMI JC CONSTRUÇOES E PAVIMENTACOES LTDA - EPP Contratada
---	--	---

Testemunhas:

..... Nome: Tainá Silva Sá Britto CPF: 031.943.210-64	 Nome: Sidnei Darolt CPF: 040.915.559-42
---	--	---

ANEXO 1**JUSTIFICATIVA TÉCNICA.**

Vitor Meireles (SC), em 09 de Junho de 2020.

Considerando, o contrato 12/2020 entre o município de Vitor Meireles e a contratada JC Construções e Pavimentações LTDA – EPP, venho por meio deste JUSTIFICAR os itens a serem aditivados ao objeto do referente contrato.

Na rua Henrique French, a FISCALIZAÇÃO constatou que a quantidade de meio-fio prevista em projeto é insuficiente para complementação do pavimento, uma vez que serve para o bom desempenho do pavimento, pelo travamento dos blocos de concreto e escoamento das águas pluviais.

Na rua Guimara Vendrami, a FISCALIZAÇÃO constatou que a quantidade de meio-fio, definida como existente em projeto, não estava reproduzida in loco. Em vista do travamento do pavimento e escoamento das águas pluviais foi definido a complementação do meio-fio.

Na rua Guimara Vendrami, a FISCALIZAÇÃO constatou a necessidade de aumentar a área de pavimentação para complementação do estacionamento e área de manobra da UBS – Centro, bem como complementar o ponto de acesso da mesma, visando a facilidade de deslocamento dos transeuntes, no local.

Atenciosamente,

TAINÁ SILVA SÁ BRITTO
Engenheira Civil

ATA AVALIAÇÃO RUA FRANCISCO ROEDEL

Publicação Nº 2524815

ATA DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Às dez horas do dia dois do mês de junho de dois mil e vinte, reuniram-se no auditório da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, localizada na Rua Santa Catarina, 2266, Centro, Município de Vitor Meireles, os senhores JOÃO ROBERTO BOING Corretor de Imóveis – CRECI nº 16160, JOICE BATISTA DA SILVA WATRAS Fiscal de Tributos, TAINÁ SILVA SÁ BRITO Engenheira Civil, CREA 171.211-1 integrantes da Comissão de Avaliação, nomeados pelo Decreto n.º 024/2020, para a avaliação antes da obra dos seguintes Imóveis;

Cadastro Imobiliário	Nome proprietário	Testada	Área imóvel	Valor antes da obra	Valor depois da obra
52094	Município de Vitor Meireles	79,19m	2971,17	R\$ 310.000,00	R\$ 310.000,00
25852	Município de Vitor Meireles	31,00m	464,21	R\$ 350.000,00	R\$ 370.000,00
44210	Paulo Meneghelli	16,00m	368,00	R\$ 85.000,00	R\$ 98.000,00

47872	Adriana Boing	24,45m	405,00	R\$ 90.000,00	R\$ 104.000,00
49506	Silvia Meneghelli	24,00m	547,28	R\$ 60.000,00	R\$ 69.000,00
49514	Silvia Meneghelli	20,65m	443,20	R\$ 60.000,00	R\$ 69.000,00
51152	Contabilidade Irmãos Boing	29,03m	601,51	R\$ 670.000,00	R\$ 710.000,00
47864	Paulo Meneghelli	16,30m	361,87	R\$ 85.000,00	R\$ 98.000,00
49492	Silvia Meneghelli	28,60m	547,25	R\$ 100.000,00	R\$ 115.000,00
59617	Aires Maiberg	20,00m	500,00	R\$ 380.000,00	R\$ 400.000,00
48127	Erlei Jose Chiquito	22,35m	372,79	R\$ 65.000,00	R\$ 72.000,00

ATA AVALIAÇÃO RUA GUIOMARA VENDRAMI

Publicação Nº 2524817

ATA DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS DA RUA GUIOMARA VENDRAMI

Às dez horas do dia dois do mês de junho de dois mil e vinte, reuniram-se no auditório da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, localizada na Rua Santa Catarina, 2266, Centro, Município de Vitor Meireles, os senhores JOÃO ROBERTO BOING Corretor de Imóveis – CRECI nº 16160, JOICE BATISTA DA SILVA WATRAS Fiscal de Tributos, TAINÁ SILVA SÁ BRITO Engenheira Civil, CREA 171.211-1 integrantes da Comissão de Avaliação, nomeados pelo Decreto n.º 024/2020, para a avaliação da obra dos seguintes Imóveis;

Cadastro Imobiliário	Nome proprietário	Testada	Área imóvel	Valor antes da obra	Valor depois da obra
46094	Pablo Henrique Vendrami	16,00m	546,82m	R\$ 170.000,00	R\$ 178.000,00
46108	Guilherme Vendrami	15,98m	543,86m	R\$ 55.000,00	R\$ 63.000,00
46116	Município de Vitor Meireles	15,00m	554,39m	R\$ 55.000,00	R\$ 63.000,00
46124	Julio Vendrami	18,71m	496,00m	R\$ 50.000,00	R\$ 58.000,00
46132	Ramiro Vendrami	25,00m	388,90m	R\$ 69.000,00	R\$ 73.000,00

ATA AVALIAÇÃO RUA HENRIQUE FRENCH

Publicação Nº 2524818

ATA DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS DA RUA HENRIQUE FRENCH

Às dez horas do dia dois do mês de junho de dois mil e vinte, reuniram-se no auditório da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, localizada na Rua Santa Catarina, 2266, Centro, Município de Vitor Meireles, os senhores JOÃO ROBERTO BOING Corretor de Imóveis – CRECI nº 16160, JOICE BATISTA DA SILVA WATRAS Fiscal de Tributos, TAINÁ SILVA SÁ BRITO Engenheira Civil, CREA 171.211-1 integrantes da Comissão de Avaliação, nomeados pelo Decreto n.º 024/2020, para a avaliação da obra dos seguintes Imóveis;

Cadastro Imobiliário	Nome proprietário	Testada	Área imóvel	Valor antes da obra	Valor depois da obra
612	Aline Nicolodelli	20,43m	525,59m²	R\$ 40.000,00	R\$ 46.000,00
620	Maria Day	25,51m	419,00m²	R\$ 95.000,00	R\$ 105.000,00
647	Elias Nicolodelli	20,21m	520,00m²	R\$ 115.000,00	R\$ 126.000,00
25879	Luiz Francisco de Oliveira	28,93m	800,00m²	R\$ 115.000,00	R\$ 126.000,00
26107	Ariane Pianesser	29,00m	600,00m²	R\$ 50.000,00	R\$ 55.000,00
26263	Jose Cachoeira	16,70m	416,00m²	R\$ 110.000,00	R\$ 120.000,00
26271	Douglas Macarini	16,70m	456,00m²	R\$ 125.000,00	R\$ 137.000,00
42390	Waldemar Mohr	31,48m	785,00m²	R\$ 50.000,00	R\$ 53.000,00
47180	Elias Nicolodelli	25,33m	525,00m²	R\$ 50.000,00	R\$ 55.000,00
48704	Jaco Kammer	85,00m	2291,00m²	R\$ 170.000,00	R\$ 185.000,00

AVISO DE LICITAÇÃO 024/2020

Publicação N° 2525806

Processo de Licitação 024/2020
 Modalidade: Pregão 012/2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, para AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO NA SECRETARIA DE OBRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 29 de junho de 2020 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 17 de junho de 2020.
 BENTO FRANCISCO SILVY
 Prefeito Municipal

DECRETO N.º 056/2020

Publicação N° 2525869

DECRETO N.º 056/2020

Suplementa Dotações Orçamentárias por provável excesso de arrecadação e Estabelece Outras Providências.

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 1057, de 13/11/2019.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, pelo provável excesso de arrecadação:

0301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

28.845.004.0002 – Contribuição ao PASEP

33000000.00 – Outras Despesas Correntes
33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.5200 – COVID-19 – Sus/Suas (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b) R\$ 721,12

0.1.5300 – COVID-19 – Rec. Ordinários (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b).... R\$ 8.924,04

0301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.003.2003 – Manutenção da Administração e Finanças

31000000.00 – Outras Despesas Correntes
31900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.5300 – COVID-19 – Rec. Ordinários (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b).... R\$ 134.072,68

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITOR MEIRELES

10.301.007.2011 – Manutenção do Programa de Saúde na Família, NASF e TFD

31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais
31900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.5200 – COVID-19 – Sus/Suas (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b) R\$ 8.924,04

1001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.009.2016 – Atenção as Famílias Carentes

33000000.00 – Outras Despesas Correntes
33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.3500 – Transf.Sist.Único A.Social-SUAS/União R\$ 10.000,00

0.1.5200 – COVID-19 – Sus/Suas (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b) R\$ 8.924,05

1001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.009.2038 – Atenção as Famílias Carentes

31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais
31900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.3505 – Ações de Combate ao COVID-19 R\$ 20.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 16 de Junho de 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/_____.
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

DECRETO Nº 055/2020

Publicação Nº 2525091

DECRETO N. 055, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS A SEREM ADOTADAS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19).

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 18, de 18 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde no Município de Vitor Meireles (SC);

Considerando, a necessidade de se adotar medidas administrativas para regulação de pessoal devido ao enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19).

Considerando, a necessidade de implementação de medidas como adiantamento de férias, instituição de banco de horas, escalas diferenciadas de trabalho, possibilidade de trabalho remoto (home office) e, em último caso, se necessário, a suspensão ou extinção dos contratos de servidores admitidos em caráter temporário

DECRETA

Art. 1º O Município de Vitor Meireles adotará as seguintes medidas referentes à gestão de pessoal, durante o período da pandemia decorrente do COVID-19:

I – Concessão unilateral das seguintes medidas administrativas:

- a) Férias Coletivas ou férias normais individuais;
- b) Férias Antecipadas, para servidores públicos que ainda não tenham cumprido o período aquisitivo.

II – Alterações na forma de cumprimento de jornada de trabalho, mediante:

- a) A instituição de modalidade de trabalho remoto (home office);
- b) A redução e flexibilização de jornada de trabalho, sem redução de remuneração;
- c) A fixação de escalas de trabalho diferenciadas;
- d) Instituição de banco de horas (positivo ou negativo) para compensação em data futura;

III – Deslocamento provisório de servidores nas seguintes modalidades:

- a) designação para lotação provisória em outros órgãos da administração pública;
- b) deslocamento para composição de força de trabalho junto à órgão público diverso, integrante ou não da administração pública municipal;

IV – Suspensão ou extinção dos contratos de trabalho dos servidores admitidos em caráter temporário (ACT's).

§1º A fixação de regime de cumprimento de jornada de trabalho na modalidade de trabalho remoto (home office), prevista na letra "a" do

inciso II, não gerará horas extraordinárias, tampouco poderá ser aplicada ao regime de banco de horas.

§2º As medidas de instituição de banco de horas (inciso II, letra "d") e de deslocamento para composição de força de trabalho (inciso III, letra "b") dependem da edição prévia de decreto regulamentar para serem implementadas.

§3º As ações adotadas com base na presente legislação são efetuadas sempre a título precário e não geram qualquer direito adquirido ao servidor.

Art. 2º Serão editados os decretos necessários à regulamentação e operacionalização, em complementação ao presente Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 16 de junho de 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 148/2020

Publicação Nº 2524908

PORTARIANº 148/2020

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: LUCIANA CORREA FELICIANO

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL

Do Quadro de Pessoal de provimento efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 10 dias, pelo período de 15/06/2020 a 24/06/2020.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 16 de junho de 2020, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 16 DE JUNHO DE 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

PORTARIA Nº 149/2020

Publicação Nº 2524944

PORTARIANº 149/2020

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Vanderlei Darolt	08/10/2018	a	07/10/2019	15/06/2020	a	14/07/2020

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 16 DE JUNHO DE 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0052/2020

Publicação Nº 2525076

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 0117/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0052/2020

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0052/2020, do tipo maior percentual de desconto sobre o lote (peças e mão de obra), tendo como objeto o Registro de Preços para a futura e eventual contratação de empresa para a Prestação de Serviços preventivos e corretivos, incluindo serviços mecânicos em geral, elétricos, chapeação e funilaria, pintura, tapeçaria, entre outros, e o fornecimento de Peças, componentes e acessórios Originais de Fábrica ou Homologadas pelas Montadoras, para as Máquinas e Equipamentos Pesados pertencentes a frota o Município de Xanxerê, com quantitativos e especificações técnicas estabelecidos nos termos do presente Edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 08:45h, do dia 30 de junho de 2020, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br.

Xanxerê-SC, 16 de junho de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 780

Publicação Nº 2525183

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 780

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: ARIANI TURELLA JAVORNIK, brasileira, solteira, professora, residente a Rua Pará, 1035 B. Colatto - XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº 6.046.010 E CPF nº 059.764.519.18.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR DE ARTES - 20 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinq-enta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais. A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora ELISIANE RODRIGUES DA SILVEIRA MENEGOLLA, designada para exercer função comissionada conforme Decreto 279/2019, iniciando em 03 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: ARIANI TURELLA JAVORNIK
CPF: 059.764.519.18

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Toniai
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 781

Publicação Nº 2525182

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 781

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: SILVANIA VIEIRA DA ROSA BRUNETTO, brasileira, casada, professora, residente a Rua Luigi Avelino Vicenzi, 231 B. Bela Vista - XAXIM – SC, portador (a) da identidade nº 4.758.365 E CPF nº 048.829.649.88.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR DE CIÊNCIAS - 20 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinq-enta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora ELIANE MULLER, atribuída para exercer função de Diretora da EMEB N. Sra. Aparecida, conforme Portaria 370/2019, iniciando em 03 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador

a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: SILVANIA VIEIRA DA R. BRUNETTO
CPF: 048.829.649.88

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO N° 782

Publicação N° 2525181

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO n° 782

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ n° 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: ELIS REGINA TOLDO, brasileira, solteira, professora, residente a Rua Luigi Avelino Vicenzi, 231 B. Bela Vista - XAXIM – SC, portador (a) da identidade n° 5.854.170 E CPF n° 088.467.359.60.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei n° BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital n° 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR DE CIÊNCIAS - 20 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinq-enta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora GIOVANA TAVARES, em licença premio a partir de 03/02/2020 a 16.05.2020, conforme Portaria 069/2020, iniciando em 03 de fevereiro de 2020, até 16 de maio de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal n° BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo;

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: ELIS REGINA TOLDO
CPF: 088.467.359.60

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 783

Publicação Nº 2525180

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 783

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: DEBORA FERREIRA, brasileira, separada, professora, residente a Rua Antonio Seraglio, 85 B. Castelo Branco - XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº 2.877.464 E CPF nº 848.408.119.20.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR DE HISTÓRIA - 20 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinq-enta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora CLAIR TEREZINHA RIBEIRO, atribuída para exercer função de Diretora da EMEB Pequeno Trabalhador, conforme Portaria 372/2010, iniciando em 03 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma,

ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: DEBORA FERREIRA
CPF: 848.408.119.20

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 784

Publicação Nº 2525179

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 784

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: TIAGO JOÃO BENETTI, brasileiro, solteiro, professor, residente a Rua Maranhão, 1251 Apto 706 B. Frederico Ferronato - XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº 4.615.169 E CPF nº 008.775.259.00.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR DE HISTÓRIA - 20 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinq-enta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição ao professor DIONISIO KOHL, iniciando em 03 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: TIAGO JOÃO BENETTI
CPF: 008.775.259.00

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 785

Publicação Nº 2525177

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 785

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: DIONIS ALEX TOIGO, brasileiro, solteiro, professor, residente a Rua Pres. Getúlio Vargas, 573 Apto 208 B. Bortolon - XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº 3.698.561 E CPF nº 007.340.839.55.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social). Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA - 20 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinq-enta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora DEONILDE BADUINO, atribuída para exercer função de Diretora da EMEB Cirilo Dal'Oglio, conforme Portaria 020/2019, iniciando em 03 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: DIONIS ALEX TOIGO
CPF: 007.340.839.55

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 786

Publicação Nº 2525174

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 786

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: LUCAS CONTINI, brasileiro, solteiro, professor, residente a Rua João Antonio Prezotto, 244 B. Bortolon - XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº 5.873.855 E CPF nº 087.322.259.89.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA - 20 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinq-enta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora DEONILDE BALDUINO, atribuída para exercer função de Diretora da EMEB Cirilo Dal'Oglio, conforme Portaria 020/2019, iniciando em 03 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: LUCAS CONTINI
CPF: 087.322.259.89

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 787

Publicação Nº 2525170

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 787

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: ELIANE SALETE MORETTO, brasileira, casada, professora, residente a Rua Princesa Isabel, 147 Centro - XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº 2.466.144 E CPF nº 777.863.199.72.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 - 20 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinquenta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora NEUSA VASEAK JOSE LUIZ, atribuída para exercer a função comissionada de Direção da EMEB João da Cruz e Souza, conforme portaria nº 384/2019, iniciando em 03 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementa, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: ELIANE SALETE MORETTO
CPF: 777.863.199.72

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 788

Publicação Nº 2525172

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 788

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: EVANDRO ADILIO DE QUADROS, brasileiro, casado, professor, residente a Rua Ilton Getulio Lorenzoni, 21 Cond. Beija Flor B. Leandro - XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº 3.451.186 E CPF nº 019.438.099.84.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR DE LINGUA ESTRANGEIRA/INGLES - 20 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinquenta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, para atender a solicitação da Secretaria de Educação, conforme ofício nº SME/M 15/20, iniciando em 03 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: EVANDRO ADILIO DE QUADROS
CPF: 019.438.099.84

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 789

Publicação Nº 2525168

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 789

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: ELISIANE DE OLIVEIRA DIAS, brasileira, solteira, professora, residente a Rua Monte Castelo, 198 B. São Romero - XANXERÊ – SC, portador (a) da identidade nº 5.211.784.7 E CPF nº 074.962.689.50.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR DE LINGUA ESTRANGEIRA/INGLES - 20 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinquenta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, para atender a solicitação da Secretaria de Educação, conforme ofício nº SME/M 15/20, iniciando em 03 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: ELISIANE DE OLIVEIRA DIAS
CPF: 074.962.689.50

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 790

Publicação Nº 2525164

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 790

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: ESTELA MARCIA DE LIMA PAZ, brasileira, casada, professora, residente a Rua Domiciana A. Winckler, 560 Q 'B" "L"14 B. Tonial - XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº 2.428.721 E CPF nº 744.034.009.49.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR DE LINGUA ESTRANGEIRA/INGLES - 20 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinquenta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, para atender a solicitação da Secretaria de Educação, conforme ofício nº SME/M 15/20, iniciando em 03 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: ESTELA MARCIA DE L. PAZ
CPF: 744.034.009.48

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 791

Publicação Nº 2525185

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 791

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: FABIANE PEREIRA, brasileira, solteira, professora, residente a Rua Gonçalves Iedo, 35 B. Vista Alegre - XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº 4.310.285 E CPF nº 009.256.669.39.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR ESPECIAL 1 – ENSINO MÉDIO/MAGISTERIO - 20 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 1.443,08 (um mil quatrocentos e quarenta e três reais e oito centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora SIMONE TOZZO BORDIN, atribuída para exercer função de Direção da EMEB Vista Alegre, conforme portaria RH – AM 520/2018, iniciando em 03 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: FABIANE PEREIRA
CPF: 009.256.669.39

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonal
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 792

Publicação Nº 2525159

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 793

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: SILVIA CRISTINA DE DEUS DE SÁ, brasileira, casada, professora, residente a Rua Mato Grosso, 759 B. São Jorge - XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº nº 2.076.498 E CPF nº 827.468.429.04.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR – (PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL) - 20 HORAS, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinq-enta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, para atender solicitação da Secretaria Municipal de Educação, iniciando em 10 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 06 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: SILVIA CRISTINA DE DEUS DE SÁ
CPF: 827.468.429.04

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 793

Publicação Nº 2525153

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 793

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: SILVIA CRISTINA DE DEUS DE SÁ, brasileira, casada, professora, residente a Rua Mato Grosso, 759 B. São Jorge - XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº nº 2.076.498 E CPF nº 827.468.429.04.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR – (PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL) - 20 HORAS, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinq-enta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, para atender solicitação da Secretaria Municipal de Educação, iniciando em 10 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 06 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: SILVIA CRISTINA DE DEUS DE SÁ
CPF: 827.468.429.04

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonal
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 794

Publicação Nº 2525150

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 794

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: LUCIVANI LEMES PAIN DOS SANTOS, brasileira, casada, professora, residente a Rua Tome Souza, 288 B. Matinho - XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº nº 2.425.565.3 E CPF nº 803.149.889.04.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR – (PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL) - 20 HORAS, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinq-enta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, para atender solicitação da Secretaria Municipal de Educação, iniciando em 06 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 06 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: LUCIVANI L. PAIN DOS SANTOS
CPF: 803.149.889.04

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 795

Publicação Nº 2525148

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 795

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: ROSIMÉRI FIORINI, brasileira, solteira, professora, residente a Rua Jose de Miranda Ramos, 769 B. João Batista Tonial - XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº nº 1.784.952 E CPF nº 526.261.809.04.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR – (PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL) - 20 HORAS, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinq-enta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, para atender solicitação da Secretaria Municipal de Educação, iniciando em 06 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 06 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: ROSIMÉRI FIORINI
CPF: 526.261.809.04

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 796

Publicação Nº 2525146

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 796

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: MARCIA LEMES, brasileira, solteira, professora, residente a Rua Guarani, 305 B. Bela Vista - XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº nº 3.807.338 E CPF nº 031.969.589.14.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR – (PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL) - 20 HORAS, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinq-enta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, para atender solicitação da Secretaria Municipal de Educação, iniciando em 10 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 10 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: MARCIA LEMES
CPF: 031.969.589.14

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 797

Publicação Nº 2525144

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 797

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: JUSSARA PICCOLI CARDOSO, brasileira, casada, professora, residente a Rua Santa Terezinha, 750 B. Leandro - XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº 3.581.249.4 E CPF nº 024.594.129.08.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 - 20 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinquenta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora FERNANDA LAVINIK DUARTE, atribuída para exercer função de Direção da EMEB Paul Harris, conforme portaria nº 026/2019, iniciando em 06 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 06 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: JUSSARA PICCOLI CARDOSO
CPF: 024.594.129.08

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 798

Publicação Nº 2525141

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 798

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: CRISTIANE APARECIDA DA LUZ SUTIL, brasileira, viuva, professora, residente a Rua Santos Dumont, 949 B. Veneza - XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº 3.867.106 E CPF nº 022.376.169.90.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 - 20 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinquenta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora FERNANDA LAVINIK DUARTE, atribuída para exercer função de Direção da EMEB Paul Harris, conforme portaria nº 026/2019, iniciando em 06 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 06 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: CRISTIANE AP. DA LUZ SUTIL
CPF: 022.376.169.90

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 799

Publicação Nº 2525139

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 799

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: DEBORA PATRICIA COUSSEAU PALUDO, brasileira, casada, professora, residente a Rua Visconde de Cairú, 29 B. Vista Alegre - XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº 3.555.508 E CPF nº 008.583.839.00.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 - 20 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinquenta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora SIMONE TOZZO BORDIN, atribuída para exercer função de Direção da EMEB Vista Alegre, conforme portaria nº RH AM 520/2018, iniciando em 06 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementa, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 06 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: DEBORA P. C. PALUDO
CPF: 008.583.839.00

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO N° 800

Publicação N° 2525137

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO n° 800

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: SONIA ANDREA ALVES RODRIGUES BARBOSA, brasileira, casada, professora, residente a Rua Pedro Piva, 246 B. Monte Castelo - XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº 4.081.700 E CPF nº 005.178.069.08.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 - 20 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinquenta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora JULIANA ANDREIA ARGENTON, atribuída para exercer função de Direção da EMEB São Jorge, conforme portaria nº 375/2019, iniciando em 06 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementa, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 06 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: SONIA ANDREA A. R. BARBOSA
CPF: 005.178.069.08

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 801

Publicação Nº 2525049

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 801

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: LEONICE TEREZINHA PEREIRA, brasileira, solteira, professora, residente a Rua Irmãos São Miguel, 48 B. São Pedro - XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº 2.424.192 E CPF nº 746.194.899.72.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social). Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 - 20 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinq-enta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais. A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora MARISA FATIMA LINS MARTINS ARMENIO, atribuída para exercer função de Direção de Escola e CEMEI, conforme portaria nº RH AM 211/2017, iniciando em 10 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 10 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: LEONICE T. PEREIRA
CPF: 746.194.899.72

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO N° 802

Publicação N° 2525187

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO n° 802

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: PATRICIA MOSENA, brasileira, solteira, professora, residente a Rua Antonio Vitorio Giordani, 1021 B. Bortolon - XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº 3.581.112 E CPF nº 005.067.489.79.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social). Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 - 20 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinq-enta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais. A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora VILMA VERSA BORDIGNON, atribuída para desempenhar suas funções no Programa Municipal de Atendimento Socioeducativo, viculado a Secretaria Municipal de Assistencia Social, conforme portaria 343/2019, iniciando em 10 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 10 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxere
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: PATRICIA MOSENA
CPF: 005.067.489.79

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 803

Publicação Nº 2525190

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 803

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: RENATA DOS SANTOS, brasileira, solteira, professora, residente a Pesqueiro São Pedro - Interior - XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº 5.976.434 E CPF nº 053.900.429.48.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 - 20 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinq-enta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora JOSIANE ELZA CAVAGNOLI MACHADO, atribuída para desempenhar suas funções no CEMEI Carrossel, conforme portaria 018/2019, iniciando em 10 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 10 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: RENATA DOS SANTOS
CPF: 053.900.429.48

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 804

Publicação Nº 2525195

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 804

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: SUZIMARA DE VILLA ZONATTO, brasileira, casada, professora, residente a Rua Castro Alves, 372 B. Matinho - XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº 5.373.956 E CPF nº 059.913.709.66.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 - 20 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinq-enta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora SANDRA KOHL FAGANELLO, atribuída para exercer função de Direção da EMEB Nery Barbosa Giachini, conforme portaria 023/2019, iniciando em 10 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 10 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: SUZIMARA DE VILLA ZONATTO
CPF: 059.913.709.66

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 805

Publicação Nº 2525202

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 805

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: FABIANE DALL' ACQUA, brasileira, solteira, professora, residente a Linha Costa do Irani - Interior - XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº 5.336.849 E CPF nº 088.182.069.58.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social). Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 - 20 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinq-enta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais. A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora SANDRA KOHL FAGANELLO, atribuída para exercer função de Direção da EMEB Nery Barbosa Giachini, conforme portaria 023/2019, iniciando em 10 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 10 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: FABIANE DALL'ACQUA
CPF: 088.182.069.58

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 806

Publicação Nº 2525205

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 806

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: CLEONICE MAROSTICA, brasileira, solteira, professora, residente a Rua João Fernandes Vieira, 546 B. Matinho - XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº 3.670.044 E CPF nº 023.984.219.70.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 - 20 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinq-enta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora KAREN CRISTINA DE LIMA VENDRUSCOLO, com redução de carga horária para acompanhamento de filho portador de deficiência congênita ou adquirida, conforme portaria 079/2020, iniciando em 12 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementa, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 12 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: CLEONICE MAROSTICA
CPF: 023.984.219.70

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 807

Publicação Nº 2525220

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 807

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: TANARA CARLA CARRARO, brasileira, solteira, professora, residente a Rua Hugo Avelino Casagrande, 2820 B. N. Sra. de Fátima - XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº 6.028.695 E CPF nº 081.124.919.09.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 - 20 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinq-enta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora ELIANE SCANAGATTA GABRIELLI, designada para exercer função comissionada de Coordenadora de Ensino Fundamental Séries Iniciais, conforme Decreto 288/2019, iniciando em 17 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 17 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxere
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: TANARA CARLA CARRARO
CPF: 081.124.919.09

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO N° 808

Publicação N° 2525221

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO n° 808

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: SOLANGE FEÓ ALVES, brasileira, viúva, professora, residente a Rua Armando Marinho, 767 B. Colatto - XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº 1.786.119 E CPF nº 732.501.049.49.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 - 20 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinq-enta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora MARIA CONSOLADORA SOZO DOS SANTOS, com redução de carga horária para acompanhamento de filho dependente o pessoa sob sua tutela ou curatela, conforme portaria nº 578/2019, iniciando em 17 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 17 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: SOLANGE FEÓ ALVES
CPF: 732.501.049.49

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 809

Publicação Nº 2525223

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 809

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: ADRIANA WUSTRO, brasileira, solteira, professora, residente a Rua Almirante Tamandaré, 64 Centro - XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº 2.723.557 E CPF nº 893.223.809.00.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 - 20 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinq-enta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora ARIANE TRIACA ROMANI, atribuída para exercer função de Direção de EMEB Monteiro Lobato, conforme portaria 346/2019, iniciando em 13 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementa, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 13 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: ADRIANA WUSTRO
CPF: 893.223.809.00

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 810

Publicação Nº 2525224

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 810

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: LILIAN BAZZI ZANELLA, brasileira, casada, professora, residente a Rua Padre Antonio Feijo, 60 B. Vista Alegre - XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº 5.540.008 E CPF nº 073.944.019.52.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social). Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 - 20 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinq-enta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais. A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora JULIANA ANDREIA ARGENTON, atribuída para exercer função de Direção de EMEB São Jorge, conforme portaria 375/2019, iniciando em 10 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 10 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: LILIAN BAZZI ZENELLA
CPF: 073.944.019.52

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 811

Publicação Nº 2525225

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 811

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: MARCELI BELO, brasileira, casada, professora, residente a Rua Sebastião Marques Ferraz, 96 B. Santos Dias – XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº 4.738.826 E CPF nº 048.165.309.08.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 - 40 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 3.157,76 (três mil cento e cinq-enta e sete reais e setenta e seis centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora IVANETE SALETE VIEIRA, atribuída para exercer função de Direção da EMEB Pequeno Príncipe, conforme Portaria nº 373/2019, iniciando em 06 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 08 (oito) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 06 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxere
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: MARCELI BELO
CPF: 048.165.309.08

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 812

Publicação Nº 2525227

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 812

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: ESTELA FUMAGALLI, brasileira, casada, professora, residente a Rua Dirceu Giordani, 1436 B. Jardim Taruma – XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº 4.757.365 E CPF nº 080.582.949.00.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 - 40 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 3.157,76 (três mil cento e cinq-enta e sete reais e setenta e seis centavos) por 0mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição ao professor ANTONIO PAGNUSSATTO, designado para exercer função comissionada de Coordenador de Merenda Escolar e Suprimentos, conforme Decreto nº 195/2019, iniciando em 06 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 08 (oito) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 06 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxere
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: ESTELA FUMAGALLI
CPF: 080.582.949.00

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 813

Publicação Nº 2525228

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 813

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: JUCICLEUDE BONAFÉ DA SILVA, brasileira, casada, professora, residente a Rua Nilso Periolo, 176 B. João Batista Tonial – XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº 4.337.165 E CPF nº 939.962.501.00.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 - 40 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 3.157,76 (três mil cento e cinq-enta e sete reais e setenta e seis centavos) por 0mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora SUZANA PUTON, readaptada conforme documento da Junta Médica Municipal, iniciando em 06 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 08 (oito) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 06 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxere
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: JUCICLEUDE B. DA SILVA
CPF: 939.962.501.00

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 814

Publicação Nº 2525233

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 814

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: ADAIANE QUADRI, brasileira, solteira, professora, residente a Rua Maranhão, 1251 B. Castelo Branco – XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº 4.460.610 E CPF nº 053.887.109.12.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 - 40 HORAS semanais, com salário mensal de R\$ 3.157,76 (três mil cento e cinq-enta e sete reais e setenta e seis centavos) por 0mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora SANDRA MARTA SILVESTRE DA PAZ CIESLICK, atribuída para exercer função de Assistente Pedagógica, conforme portaria nº 097/2020, iniciando em 06 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 08 (oito) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 06 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxere
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: ADAIANE QUARI
CPF: 035.887.109.12

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0049/2017

Publicação Nº 2525166

Extrato 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 0049/2017.

Concedente: O MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Concessionária: AUTO SOCORRO NEVES LTDA.

Objeto: Outorga de à concessão de serviços de recolhimento, guarda, depósito e venda de veículos abandonados, apreendidos e retirados de circulação, bem como do serviço de remoção de veículos em decorrência de crime (furto ou roubo), de infrações administrativas e à legislação de trânsito nas vias públicas e abertas à livre circulação no município, com depósito em pátio ou área destinada para esse fim.

Fica alterado o endereço do pátio de recolhimento dos veículos, passando para a Rodovia SC 480, KM 82 – Interior de Xanxerê-SC, CEP: 89820-000, conforme solicitação do Departamento Municipal de Trânsito – DEMUT, anexo ao processo.

Xanxerê-SC, 16 de junho de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0067/2020

Publicação Nº 2524962

Extrato de Contrato nº 0067/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, através do Fundo Municipal de Saúde

Contratado: DIAGNOSTICOS VIA IMAGEM LTDA

Objeto: Credenciamento de Pessoas Jurídicas, para a Contratação de Clínica especializada na realização de Exame de Ecocardiograma, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê, com a Dra. Marinês Bertolo Peres, CRM-SC nº 5241. Valores dos procedimentos:

Procedimentos	Quant. Mês	Valor SUS R\$	Valor Contrap.	Valor do Exame R\$	Total do Exame R\$
Exame de Ecografia Transtorácica (Cód. do Procedimento 02.05.01.003-2)	Até 30/mês	39,94	180,06	220,00	6.600,00

Prazo de vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 15 de junho de 2020. Irene Salete Goralski – Secretária Municipal de Saúde.

PORTARIA 437-2020

Publicação Nº 2526004

PORTARIA Nº 437/2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER, a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 29.06.2020 a 28.07.2020, ao Servidor Público Municipal Sr. ADEMAR BIAZUS, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê - SC, portador do RG nº 1.781.469 e CPF nº 527.996.549-91 nomeado pelo Decreto Municipal nº JB 304/94 para o cargo de TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Políticas Ambientais.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de 09.10.2001 a 24.07.2006 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 15 de Junho de 2020

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 438-2020

Publicação Nº 2526006

PORTARIA Nº 438/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER, por determinação da Secretaria Municipal de Assistência Social, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 08 (oito) dias a partir de 15.06.2020 a 22.06.2020, a Servidora Pública Municipal Sra. JAQUELINE SANTOS DE OLIVEIRA, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 5.310.791-8 e CPF nº 056.140.769-05 nomeada pelo Decreto Municipal nº LJV 131/2012 para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de 13.08.2012 a 12.08.2015 = 08 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 15 de Junho de 2020

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 439-2020

Publicação Nº 2526007

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 439/2020

REVOGAR A LICENÇA PRÊMIO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91 e Lei BLB nº 3112/09.

RESOLVE

REVOGAR a Licença Prêmio concedida pela Portaria nº 242/2020 a Servidora Pública Municipal Sra. MARTA SILVESTRE DA PAZ, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê- SC, portadora do RG nº 3.288.399 e CPF 006.388.449-67, nomeada pelo Decreto Municipal nº AM 149/08, no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO CRECHE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ficando o departamento de Recursos Humanos responsável pela apuração e controle do saldo em dias.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº 242/2020 referente à Servidora citada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 16 de Junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 440-2020

Publicação Nº 2526008

PORTARIA Nº 440/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

RECONHECER, a Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias gozada de 22.04.2020 a 21.05.2020, a Servidora Pública Municipal Sra. SANDRA MARA POSSAN, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 3.209.845-6 e CPF nº 015.480.579-32 nomeada pelo Decreto Municipal nº BLB 042/10 para o cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal Educação.

A licença prêmio reconhecida refere-se ao período de 01.02.2010 a 31.01.2013 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 16 de Junho de 2020

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 441-2020

Publicação Nº 2526009

PORTARIA Nº 441/2020
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 01.07.2020 a 30.07.2020, 30 dias (trinta) dias ao Servidor Público Municipal Sr. ADRIANO VELOSO, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê - SC, portador do RG nº 5.519.443-5 e CPF nº 072.837.809-47, nomeado pelo Decreto Municipal nº AJG 200/2013, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças

As férias referem-se ao período aquisitivo 08.05.2019 a 07.05.2020 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 16 de junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE CONTINUIDADE DE LICITAÇÃO PROC. N° 068/2020 - PREGÃO N° 027/2020

Publicação N° 2525085

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. n° 068/2020

EDITAL: Pregão Presencial para Registro de Preços n° 027/2020

TIPO: Menor Preço por Item.

Objeto: Registro de Preços para o fornecimento de alimentação tipo buffet livre, para os Bombeiros de Serviços na 3ª/14 BBM do Corpo de Bombeiros Militares de Santa Catarina em Xaxim, a ser consumido semanalmente das 11h às 14h, incluindo sábados e domingos.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 30 de junho de 2020.

Abertura dos Envelopes: às 09h do dia 30 de junho de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, n° 347, de Segunda à Sexta, das 07h às 13h, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim (SC), 10 de junho de 2020. Lírio Dagort. Prefeito Municipal.

Zortéa

PREFEITURA

DECRETO Nº 084/2020 DE 16 DE JUNHO DE 2020 - DECLARA BENS INSERVÍVEIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE ZORTÉA-SC

Publicação Nº 2525801

DECRETO Nº 084/2020 DE 16 DE JUNHO DE 2020.

DECLARA BENS INSERVÍVEIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE ZORTÉA-SC

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal de acordo com o Art. 17º da Lei nº 8.666/93 e Alterações Posteriores:

Considerando a necessidade de alienar, através de leilão público e de acordo com a legislação vigente, veículos, máquinas, bens móveis diversos e bens imóveis de propriedade do município de Zortéa – SC, e que se encontram em diferentes estados de conservação, sucatas ou sucateados, antieconômicos, inservíveis, obsoletos, irrecuperáveis ou recuperáveis por terceiros, medida esta de relevante interesse público; Considerando os termos do Inciso III do Artigo 38 da Lei nº 8.666/93 que trata das licitações e contratos administrativos;

Considerando a legislação municipal, que regula o procedimento de alienação de bem público municipal, que exige prévia avaliação do Bem por comissão constituída com esta finalidade específica:

DECRETA:

Art. 1º- Ficam declarados como inservíveis para administração Municipal, para efeito de alienação através de leilão, os bens móveis relacionados pela Comissão Especial nomeada pela Portaria nº (213/2020), conforme descrito no decreto 072/2020 e inclui-se o lote abaixo:

LOTE 09: MICROONIBUS VW/KOMBI ESCOLAR, PLACAS MGE5103, RENAVAL: 125590083, ANO/MODELO: 2009/2009, COM CAIXA DE CÂMBIO TROCADA E POSSUINDO FALHA, CONTENDO AVARIAS DE CARROCERIA, ASSENTOS RASGADOS, SEM TESTES MECÂNICO. NO ESTADOS E CONDIÇÕES QUE SE ENCONTRA, PATRIMÔNIO 2682, LANCE INICIAL R\$ 7.000,00.

Art. 2º- Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Zortéa – SC 16 de junho de 2020.

ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

Consórcios

ARIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2020 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2020 - CONTRATAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE ESPECIALIZADO EM SOLUÇÃO INTEGRADA DE COLABORAÇÃO, COMUNICAÇÃO CORPORATIVA BASEADA EM NUVEM E ANÁLISE DE DADOS E ACOMPANHAMENTO DE INDICADORES

Publicação Nº 2525367

AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2020
PREÂMBULO

A AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO - ARIS, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1.885-A, 12º andar, Bairro Canto, Florianópolis/SC, CEP 88070-800, inscrita no CNPJ sob nº 11.400.360/0001-05, por intermédio da Direção Geral da ARIS, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO do tipo MENOR PREÇO GLOBAL (Lote), para selecionar proposta para a prestação, mediante contrato, de serviço de CONTRATAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE ESPECIALIZADO EM SOLUÇÃO INTEGRADA DE COLABORAÇÃO, COMUNICAÇÃO CORPORATIVA BASEADA EM NUVEM E ANÁLISE DE DADOS E ACOMPANHAMENTO DE INDICADORES, a ser regida pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais normas legais federais e estaduais vigentes. Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste Pregão:

Anexo I – Termo de Referência;
Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;
Anexo III – Modelo de Declaração de Atendimento às Condições do Edital;
Anexo IV – Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
Anexo V – Recibo de Documentos
Anexo VI – Declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
Anexo VII – Identificação dos Envelopes
Anexo VIII – Modelo de Credenciamento
Anexo IX - Minuta do Contrato.

1. DA LICITAÇÃO

1.1. Do Objeto do Pregão

A presente licitação destina-se a selecionar proposta para a aquisição, mediante Contrato, de serviço de CONTRATAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE ESPECIALIZADO EM SOLUÇÃO INTEGRADA DE COLABORAÇÃO, COMUNICAÇÃO CORPORATIVA BASEADA EM NUVEM E ANÁLISE DE DADOS E ACOMPANHAMENTO DE INDICADORES, observado as condições estabelecidas no Anexo I e nas condições previstas neste edital.

1.2. Entrega dos Envelopes – Envelope nº 1 (Proposta de Preços) e Envelope nº 2 (Documentos de Habilitação).

Data/Hora: Dia 29 de junho de 2020, das 14h30 até às 14h55.

Local: Rua General Liberato Bittencourt, nº 1.885-A, 12º andar, Bairro: Canto, Florianópolis/SC, CEP 88.070-800.

1.3. Abertura da Sessão.

Data/Hora: Dia 29 de junho de 2020, às 15h00.

Local: Rua General Liberato Bittencourt, nº 1.885-A, 12º andar, Bairro: Canto, Florianópolis/SC, CEP 88.070-800.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que atenderem às exigências estabelecidas neste edital.

2.2. Não será admitida a participação de:

2.2.1. Sociedades cooperativas;

2.2.2. Empresas em consórcio;

2.2.3. Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, ou cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;

2.2.4. Empresas punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração usuária do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

2.2.5. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.2.6. Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão licitante.

2.3. A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

3. CREDENCIAMENTO

3.1. Em data e horário estabelecidos para a realização da sessão pública do pregão, a licitante interessada, por intermédio de seu representante, que se identificará, devendo comprovar ter os necessários poderes para representar a empresa na licitação em todas as suas fases e tomar todas e quaisquer providências e decisões referentes ao presente pregão, sendo então, credenciado.

3.1.1. Para comprovar a condição de representante da licitante, o credenciado entregará ao pregoeiro:

- a) cópia do documento de identidade de fé pública (será aceito o RG – Carteira de Identidade Civil ou documento de identidade expedido por órgão de registro profissional);
- b) se procurador, procuração pública ou particular (acompanhada de cópia autenticada do contrato social da empresa), com poderes específicos para representar a empresa em licitações em todas as suas fases e demais atos, em nome da licitante;
- c) se dirigente/proprietário, cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente da licitante.
- d) a entrega da Declaração (Anexo III).
- e) a entrega da Declaração de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte para as empresas que pretendam usufruir os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, declarando que se enquadram nesta categoria jurídica empresarial, e que não se enquadram nas exceções do § 4º do art. 3º, conforme modelo do Anexo VI.
- e.1) a não apresentação da declaração de que trata o Anexo IV leva ao entendimento de que as empresas proponentes não têm interesse nos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 ou não se enquadram nesta categoria jurídica.
- e.2) a verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e, ainda, implicará na aplicação da penalidade de suspensão de até 24 meses, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.
- 3.2. As licitantes deverão se fazer presentes na sessão pública do pregão, no horário fixado neste edital, para:
- 3.2.1. O credenciamento;
- 3.2.2. A entrega das declarações (Anexo III) e Modelo de Credenciamento (Anexo VIII);
- 3.3. Tão somente a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para esse feito, um único representante por licitante interessada.
- 3.4. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa nesta licitação, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas.
- 3.5. A comprovação de que o interessado não possui poderes específicos para representar a licitante no certame, implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais e, permanecendo tão somente no certame a sua proposta escrita.

4. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

- 4.1. A proposta de preços e os documentos de habilitação deverão ser apresentados em envelopes separados e fechados (preferencialmente opacos) de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, e rubricados no fecho, identificados com etiqueta conforme o Anexo VII.
- 4.2. Os envelopes deverão conter externamente as informações constantes no Anexo III.
- 4.3. O Recibo de Documentos (Anexo V) deverá ser preenchido em 02 vias e entregues na ARIS, juntamente com os envelopes.

5. PROPOSTA DE PREÇOS – Envelope nº 1

- 5.1. A proposta de preços deverá ser apresentada com base nas especificações do Anexo I, deste edital, devendo a proposta, obrigatoriamente ser datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo a razão social completa e CNPJ da licitante, endereço, telefone e/ou “fac-símile” e/ou endereço eletrônico, devendo a última folha ser datada e assinada pelo representante da licitante devidamente identificado. Preferencialmente em papel timbrado, em uma única via com todas as suas folhas numeradas e rubricadas.
- 5.1.1. A proposta apresentada de acordo com o modelo constante do Anexo II deste edital, deverá obrigatoriamente conter:
 - a) a identificação do objeto ofertado, observadas as especificações constantes do Anexo I do presente edital, informando as características, marca e quaisquer outros elementos referentes ao bem cotado, permitindo de forma clara a verificação “preliminar” de que as especificações do presente pregão foram ou não atendidas.
 - b) o preço unitário, expresso em reais, com no máximo 2 (duas) casas decimais;
 - c) o item ofertado que deverá corresponder exatamente ao item e quantidade do Anexo I deste edital;
 - d) o prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste pregão;
 - e) assistência técnica: observadas as especificações e requisitos/exigências constantes do Anexo I do presente edital.
- 5.2. Nos preços cotados devem estar inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais e outros, pertinentes ao fornecimento do objeto, bem como taxas, impostos, fretes, e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o mesmo.
- 5.3. Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante da empresa devidamente identificado.
- 5.4. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem alternativas de preços, rasuras ou qualquer outra condição não prevista neste edital.

6. FASE DE COMPETITIVA DO CERTAME

- 6.1. Aberta a sessão pública do pregão, o pregoeiro abrirá os envelopes nº 1 contendo a proposta de preços, verificará a sua conformidade com as exigências do presente edital e as ordenará por ordem de menor preço.
- 6.2. Participarão dos lances verbais e sucessivos o autor da proposta de menor preço e os autores das propostas que apresentem valores até 10% (dez por cento) superiores, relativamente, a de menor preço.
- 6.2.1. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições previstas anteriormente, serão chamados a participar dos lances verbais e sucessivos os autores das melhores propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos, até o máximo de 3 (três).
- 6.3. Os lances verbais e sucessivos pelo preço unitário do item serão iniciados pelo autor da proposta com maior preço dentre aqueles aptos a oferecer propostas e assim, sucessivamente, em ordem decrescente, até a proclamação do vencedor.
- 6.4. Na licitação será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, procedendo-se da seguinte forma:
 - 6.4.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
 - 6.4.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, do caput do artigo 45, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º, do art. 44, desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

- 6.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º, do art. 44, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.4.4. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 6.5. Caso duas ou mais propostas dentre as inicialmente ordenadas para oferecer lances verbais apresentarem preços iguais, será realizado previamente sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 6.5.1. Caso as licitantes participantes do sorteio desistam de apresentar lance verbal para o item em questão, a classificação dar-se-á de acordo com o resultado do sorteio.
- 6.6. Os lances, em valores distintos e decrescentes, serão efetuados no momento em que for conferida a palavra ao representante da licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida disputa para toda a ordem de classificação estabelecida pelo pregoeiro.
- 6.7. É vedada a oferta de lance visando empate com proposta de outra licitante.
- 6.8. Os lances observarão o decréscimo mínimo de R\$ 20,00 (vinte reais) do último valor ofertado.
- 6.9. Não será admitida a desistência do (s) lance (s) efetivado (s), sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste edital.
- 6.10. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais para o item e na consideração do último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.11. Caso as licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.
- 6.12. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes deixarem de apresentar novos lances.
- 6.13. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 6.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 6.14. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas, em ordem crescente, as ofertas de preços propostos, o pregoeiro verificará:
- a) o atendimento das especificações e qualificações do bem ofertado, definidas no edital e seus anexos, bem como as demais condições estabelecidas.
- 6.15. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter melhor preço.
- 6.16. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda as condições do edital, que será declarada vencedora da licitação.
- 6.17. Serão desclassificadas as licitantes em razão de:
- a) não-atendimento das condições estabelecidas neste edital, em seus anexos;
- b) fixação de condicionantes para a aquisição do produto;
- c) omissões, disposições vagas ou que apresentem irregularidades ou defeitos que possam inviabilizar o julgamento;
- d) apresentação de duas ou mais opções de preços;
- e) as propostas que não informarem as características do produto cotado, impedindo sua identificação com o item licitado; e
- f) as que conflitem com a legislação em vigor.
- 6.18. Encerrada a fase competitiva do pregão e ordenadas as propostas, será aberto pelo pregoeiro o Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação da(s) licitante(s) classificada(s) com menor preço.

7. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – Envelope nº2

7.1. Serão exigidos os seguintes documentos para habilitação do licitante:

- 7.1.1. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e para com a Dívida Ativa da União, mediante apresentação da Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- 7.1.2. Prova de regularidade fiscal relativa à Seguridade Social – INSS;
- 7.1.3. Prova de regularidade fiscal relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- 7.1.4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- 7.1.5. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- 7.1.6. No caso de Municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;
- 7.1.7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
- 7.1.8. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam; comprovando pertinência ao objeto desta licitação;
- 7.1.9. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 7.1.10. Para as microempresas e empresas de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- 7.1.10.1. A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração e declaração de inidoneidade), sendo facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.
- 7.1.10.2. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar documento que comprove esta situação.
- 7.1.11. Declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, conforme ANEXO VI.
- 7.2. Os comprovantes de regularidade fiscal exigidos, deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a abertura da

sessão. Não constando a vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

7.3. Somente serão aceitos documentos originais, cópias ou publicações legíveis, que ofereçam condições de análise por parte do pregoeiro.

7.3.1. Somente será(ão) autenticado (s) documento(s) mediante a apresentação de seu(s) original (is).

7.4. Se a licitante for matriz, os documentos deverão estar em nome da matriz;

7.4.1 se a licitante for a filial, os documentos deverão estar em nome da filial, salvo situação expressa no documento: válidos para matriz e filiais.

7.5 – ABERTURA DO ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.5.1. Sendo considerada aceitável a proposta de preços da licitante que apresentou menor preço, o pregoeiro procederá à abertura do envelope nº 2 – documentos de habilitação da autora da proposta de menor preço, realizando a verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste edital;

7.5.2. Constatada a conformidade da documentação com as exigências contidas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto;

7.5.3. Em caso da licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subseq-entes e a qualificação das licitantes, na ordem crescente de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, sujeitando a empresa inabilitada as penalidades previstas;

7.5.4. O envelope de documentação deste pregão que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da homologação da licitação, após o que ficará à disposição da licitante para retirada até o prazo de 5 (cinco) dias úteis;

7.5.4.1. Os envelopes com os documentos de habilitação das empresas que forem excluídas da fase competitiva do certame, conforme o subitem 6.2 deste edital, serão devolvidos às interessadas.

8. ATA DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo o(s) registro(s):

- a) das licitantes credenciadas;
- b) das propostas escritas e verbais apresentadas na ordem de classificação;
- c) da análise da documentação exigida para a habilitação;
- d) da manifestação imediata e motivada de intenção de recorrer da licitante.

8.1.1. A ata circunstanciada será assinada pelo pregoeiro e pelo(s) representante(s) da(s) licitante(s) presente(s), devidamente credenciado(s).

9. SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

9.1. Iniciada a sessão pública do pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo pregoeiro.

9.2. Verificando-se o adiamento da sessão pública do pregão, o pregoeiro determinará nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas as licitantes.

9.3. O pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos.

10. JULGAMENTO

10.1. Serão desclassificadas:

- a) as propostas que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação;
- b) as propostas que forem omissas ou se apresentarem incompletas ou não informarem as características do bem cotado, impedindo sua identificação com os itens licitados;
- c) as que conflitarem com a legislação em vigor;
- d) as que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos nos itens da proposta de preços deste edital;
- e) as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste edital.

10.1.1. Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.

10.2. Será considerada primeira classificada, a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste edital, apresentar o “MENOR PREÇO GLOBAL”.

10.3. Se a licitante primeira classificada não apresentar situação de habilitação regular, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

10.4. Sempre que houver irregularidades passíveis de serem saneadas, desde que não afetem a substancialmente as propostas e a isonomia dos licitantes, fica o pregoeiro autorizado a determinar diligências a fim de dirimir as inconsistências existentes.

11. IMPUGNAÇÕES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Qualquer cidadão poderá, no prazo de até 2 (dois) dias úteis da data fixada para a realização da sessão pública, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o edital do pregão.

11.1.1. Será admitido o encaminhamento de impugnação ou recurso administrativo por meio de fac-símile ou e-mail, por intermédio de petição escrita dirigida à autoridade superior, sendo obrigatório protocolar no prazo legal o original do documento.

11.2. Ao final da sessão, a licitante que desejar recorrer contra decisões do pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, com o devido registro em ata, sendo-lhe concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo

da recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

11.3. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante.

11.4. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

11.5. As impugnações, recursos e contra-razões deverão ser protocolados na sede da ARIS.

12. CONTRATAÇÃO

12.1. A celebração do Contrato será formalizada com a Agência requisitante.

12.2. Convocação para assinatura do Contrato

12.2.1. Transcorrido o prazo recursal e homologado o processo licitatório, o órgão requisitante, convocará a licitante vencedora, que terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da convocação, para assinar o Contrato.

12.2.1.1. A licitante convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura do Contrato, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pela contratante.

12.2.1.2. Havendo recusa injustificada por parte da licitante vencedora, de assinatura do contrato e ou Contrato, a ARIS, cominará multa à licitante no valor equivalente a 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo de outras sanções previstas em Lei e neste edital.

12.2.2. Transcorrido o prazo sem que o Contrato seja assinado, a ARIS poderá, por intermédio do Diretor-Geral, convocar as licitantes remanescentes, obedecida à ordem de classificação, para assinar o Contrato em idêntico prazo e nas mesmas condições da proposta da licitante vencedora.

12.3. O prazo de vigência do Contrato tem início na data da sua assinatura e se encerra mediante a perfectibilização da contratação.

12.4. A rescisão do Contrato poderá ocorrer na forma e hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

12.4.1. Da rescisão do Contrato decorrerá o direito de a contratante, incondicionadamente, reter os créditos relativos e ou Contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avençado, além das demais sanções estabelecidas neste edital, no Contrato e em lei, para a plena indenização do erário.

12.4.2. As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à contratante são as previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e no Contrato.

12.5. Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no artigo 77 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

12.6. São partes integrantes do Contrato, como se transcritos estivessem, a presente licitação, seus anexos e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

12.6.1. Quaisquer atos ou ações praticados por empregados, prepostos ou contratados da contratante, que resultarem em qualquer espécie de dano ou prejuízo para a Administração Pública e/ou para terceiros, serão de exclusiva responsabilidade da contratada.

12.6.2. São de responsabilidade da contratada, eventual demanda judicial de qualquer natureza, contra ela ajuizada, relacionada ao presente edital e/ou à execução do Contrato.

12.6.3. A licitante vencedora deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

12.7. A fiscalização, aceitação e rejeição do produto adquirido pela ARIS, atenderá ao que se encontra definido no Contrato.

12.8. O preço estabelecido é fixo, único e irrevogável, durante a vigência do Contrato, e inclui todos e quaisquer ônus, quer sejam tributários, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto do Edital;

12.9. O Contrato poderá ser alterado, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da ARIS, no Programa 101- Manutenção das Atividades de Administrativas do Consorcio, 2.2001 Manutenção das Atividades de Administrativas e Financeiras e 3.3.90.40.15 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação PJ - Conteúdo de WEB para o exercício de 2020, devendo ser previstos os novos créditos orçamentários capazes de dar guarida às despesas decorrentes da prorrogação contratual, mediante termo aditivo.

14. PAGAMENTO

14.1. O pagamento da presente licitação será efetivado de acordo com a proposta de preços apresentada pela empresa julgada vencedora neste pregão, observado o que consta neste edital e seus anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

14.1.2. O preço estabelecido é fixo, único e irrevogável, durante a vigência do Contrato, e inclui:

a) todos e quaisquer ônus, quer sejam tributários, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto do Contrato;

b) a prestação de assistência técnica durante o prazo de garantia do bem fornecido.

14.2. O pagamento será:

14.2.1. efetivado mediante apresentação da nota fiscal que deverá ser emitida em nome da Contratante, devendo constar CNPJ, o número da licitação, e do Contrato;

14.2.2. mediante a manutenção da regularidade fiscal constante do presente Edital.

14.3. O pagamento da fatura será susado se verificada execução defeituosa do Contrato, e enquanto persistirem restrições quanto ao fornecimento efetivado, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

14.4. Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117 da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea "c", da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

15. SANÇÕES

15.1. A empresa que não cumprir as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estará sujeita às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, quais sejam:

I – Advertência

II – Multa:

- a) 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);
- b) 10% (dez por cento) em caso de não entrega do produto, não conclusão do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- c) 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor anual estimado da contratação, pela recusa injustificada por parte da licitante vencedora, de assinatura do Contrato.

III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 (cinco) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) não celebrar o Contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

15.2. Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas às justificativas da licitante ou contratada, nos termos do que dispõe o artigo 87, caput, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

15.3. Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser dirigidas por escrito à Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, mediante requerimento, com antecedência de até 2 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para recebimento dos envelopes.

16.2. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, salvo disposição em contrário oriunda de Lei Federal ou Medida Provisória.

16.3. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

16.3.1. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

16.4. A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato e ou Contrato que se fizerem necessários, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

16.5. Não será permitida a subcontratação do objeto deste edital.

16.6. A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS poderá revogar o presente pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.7. O presente edital e seus anexos poderão ser alterados, pela Administração licitante, antes de aberta à licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura de envelopes.

16.8 – Informações e esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestados pela Direção Geral da ARIS, de segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente – das 8h30 às 17h30, em dias úteis, pelo telefone nº (48) 3954-9100.

16.9. Cópia deste edital e seus anexos poderá ser obtida pelos interessados, no site www.aris.sc.gov.br ou ainda na Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, no endereço Rua General Liberato Bittencourt, nº 1.885-A, 12º andar, Bairro Canto, Florianópolis/SC, CEP 88070-800.

16.10. Administração não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste edital, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.

16.11. A participação na presente licitação implica na aceitação plena das condições expressas neste edital e em seus anexos.

16.12. Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça do Estado de Santa Catarina, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste edital.

Florianópolis-SC, 03 de junho de 2020.

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS _____

Alexandre Grams

Pregoeiro

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**1. OBJETO:**

CONTRATAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE ESPECIALIZADO EM SOLUÇÃO INTEGRADA DE COLABORAÇÃO, COMUNICAÇÃO CORPORATIVA BASEADA EM NUVEM E ANÁLISE DE DADOS E ACOMPANHAMENTO DE INDICADORES, para Consórcio Público ARIS, no exercício de 2020.

2. JUSTIFICATIVA

Justifica-se tal procedimento, uma vez que se faz necessário a proteção de dados e arquivos da ARIS. Diariamente são produzidos um grande volume de documentos, planilhas, relatórios, ofícios, contratos, vídeos, fotos, etc. Recentemente a ocorrência de falhas de hardware ocasionou a perda de dados e informações do servidor próprio e mesmo a manutenção própria de backup não foi suficiente para recuperar todos os arquivos perdidos. Portanto, diante dos avanços tecnológicos dos serviços em nuvem (cloud computing) e da onerosa e dificultosa manutenção por parte de uma infraestrutura de TI, capaz de atualizar constantemente o sistema, entende-se que a solução dos serviços em nuvem proporcionará inúmeras vantagens como: redução de riscos, redução de custos de modernização do servidor próprio, confiabilidade e segurança e que permita a ARIS gerenciar o acesso aos seus usuários de acordo com a sua estrutura administrativa. Ainda a ARIS necessita de licenças para a produção de conteúdo, análise de dados dos prestadores de serviços de saneamento básico e acompanhamento dos indicadores.

3. DEFINIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES GERAIS

3.1 Solução Integrada de Colaboração e Comunicação corporativa: Consiste em um conjunto de aplicativos Web com o serviço de gerenciamento de domínios, incluindo todos os benefícios e pacotes de aplicativos e serviços ilimitado, como: e-mail, agenda, contatos, documentos, arquivos, permitindo o gerenciamento de seus usuários.

3.2. Solução em Nuvem: Consiste no serviço de Cloud Computing (Computação em Nuvem) na modalidade de Software as a Service (SAAS) em Datacenter localizado em território nacional para solução de backup.

3.3. Solução de Business Intelligence (BI): Consiste no aplicativo para elaboração e publicação de relatórios, gráficos e painéis representativos de dados.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS		
Funcionalidade	Descrição	Importância
E-mail, Agenda e Contatos	Estas ferramentas devem funcionar através de Navegador WEB e ter interface moderna, intuitiva, baseada 100% em HTML, além de funcionarem de forma integrada.	Permitir uma comunicação eficiente a qualquer hora e de qualquer lugar.
Mobilidade	Estar disponível nativamente para Notebooks com Windows, Tablets e Smart Phones com iOS, Android e Windows Phone.	A pluralidade de dispositivos móveis utilizados na ARIS obriga que a solução esteja disponível em diversas plataformas e a necessidade de ser nativa se justifica pela necessidade de uso do máximo de recursos disponíveis para se obter a melhor experiência a partir da plataforma utilizada
Segurança no acesso	Autenticação em 2 etapas, suporte a certificado digital e uso de tokens. Criptografia dos dados, proteção contra ataques de Hacker's e acesso restrito aos Data Centers que vão armazenar as informações em nuvem	A segurança no acesso as informações e na proteção dos dados é fundamental para garantir privacidade, integridade e uso indevido de informações estratégicas. A principal ferramenta de comunicação utilizada é o e-mail e recursos adicionais vão garantir uma comunicação mais segura, eficiente e com um alto grau de privacidade e controle no tráfego de informações estratégicas e confidenciais.
Recursos adicionais de segurança para mensagens de Email	Enviar e-mails que não podem ser encaminhados, impressos e não possam ser lidos após um período de tempo configurável.	
Data Center no Brasil	Permitir que as informações disponíveis na nuvem pública estejam armazenadas em Data Centers localizados no Brasil.	É necessário que estes dados estejam no Brasil para que estejam sujeitos unicamente às leis e soberania brasileiras.
Pacote de Escritório	Pacote de aplicativos com Processador de Texto, Planilha Eletrônica e Apresentação	Padronização dos documentos da agência
Mensagem Instantânea e Videoconferência	Comunicação Instantânea de texto, áudio e vídeo, através da rede de dados.	Facilitar a comunicação entre os servidores, proporcionando redução nos custos de deslocamentos e chamadas telefônicas.
Rede Social	Rede Social Rede social para criar conexões e facilitar o trabalho coletivo de forma remota	Possibilitar o uso simultâneo de trabalho por diversos usuários.
Drive virtual	Drive virtual para armazenamento de arquivos na nuvem.	
Business Intelligence (BI)	Consiste no aplicativo para elaboração e publicação de relatórios, gráficos e painéis representativos de dados.	Possibilita montar, examinar e visualizar dados de toda a empresa, dando uma visão melhor das operações e desempenho, além de permitir tomada de decisões mais informadas com base em dados reais.

* Dentre as definições dos critérios listados acima, a solução que possibilita todos os requisitos necessários é o Office 365 da Microsoft, na modalidade Business e o Power-BI PRO da Microsoft, tido como referência, podendo ser outro de igual (equivalente, similar) ou superior (melhor) qualidade.

5. DA FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O serviço listado no item 1 da tabela a seguir deverá ser prestado em regime integral, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana.

5.2. Resumo dos serviços:

ITEM	DESCRIÇÃO	IDIOMA	UNIDADE	FORMA DE PAGAMENTO
1	Licença de uso de solução integrada de colaboração e comunicação corporativa e o ambiente de backup: · Prover correio eletrônico (e-mail) com armazenamento total por usuário de 100GB; · Prover gestão de contatos e grupos; · Prover comunicação instantânea coletiva e individual; · Prover videoconferência com função de gravação e gerenciamento de participantes; · Prover de disponibilização e transmissão de vídeos; · Prover armazenamento de arquivos de 1,3 Terabytes na nuvem; · Prover de sistema de segurança (antivírus); · Prover de recursos (software) para criação/edição de arquivos de escritório, tais como: textos, planilhas e apresentações;	Português Brasil	Número de Usuários	Mensal
2	Licença de uso de solução de Business Intelligence (BI)	Português Brasil	Número de Usuários	Mensal

5.3. DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO NORMAL

5.3.1. Os serviços de atendimento normal (suporte técnico) poderão ser prestados de forma remota via telefone, e-mail, serviço de mensagens instantâneas ou web conferência, mediante aquiescência dos fiscalizadores nomeados pela CONTRATANTE sem que haja por parte desta a necessidade de adquirir qualquer outra solução para este fim. Não havendo a solução do problema por meio das formas anteriormente previstas, poderá a ARIS requisitar a presença in loco de um profissional da CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

5.3.2. As solicitações enquadradas no atendimento normal serão prestadas nas seguintes condições:

- O serviço de suporte técnico remoto destina-se à correção de problemas da solução implementada e esclarecimento de dúvidas sobre configuração e utilização da mesma;
- A CONTRATADA deverá viabilizar suporte técnico irrestrito e diretamente com o fabricante ou distribuidor autorizado da solução contratada. Este suporte refere-se a qualquer demanda ligada ao monitoramento, espaço na nuvem e utilização das licenças de software de backup;
- As novas versões ou atualizações referentes as manutenções corretivas, liberadas pela CONTRATADA, e colocadas à disposição da CONTRATANTE, sem ônus adicional;
- Suporte técnico para esclarecimento de todas as dúvidas surgidas pelo operador da CONTRATANTE sobre o funcionamento do sistema, através de qualquer meio de comunicação;
- Correção de falhas durante o processamento com mensagens emitidas sem que o usuário possa resolver por si, ou por falta de funcionalidades;
- Deficiências do operador por ausência de orientação da CONTRATADA após novas atualizações realizadas no sistema;
- Outras ocorrências em que se comprove a impossibilidade do operador resolver a pendência sozinho sem o auxílio do suporte em decorrência de deficiências do sistema, do manual ou da ajuda constante no sistema;
- Treinamento da nova solução, ou das novas versões, ou atualizações ou novas funcionalidades. O treinamento objetiva a transmissão dos conhecimentos necessários para que a equipe técnica do Contratante possa administrar, operar a solução contratada;
- Os horários e datas dos treinamentos serão definidos pela equipe técnica do CONTRATANTE e comunicados à CONTRATADA com antecedência mínima de 10 (dez) dias consecutivos.

6. DA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

6.1. Na ocasião da formalização do contrato, a CONTRATADA fará a transferência de conhecimento sobre o processo de atualização e manutenção dos sistemas aos técnicos envolvidos na rotina de aplicação.

6.2. Mediante necessidade da CONTRATANTE, a CONTRATADA também criará cronograma de treinamento aos usuários das áreas de negócio que eventualmente necessitem de instrução prévia para operação do sistema.

6.3. A carga horária dos treinamentos é objeto de acordo entre as partes, sendo um mínimo de 12 (doze) e máximo de 16 (dezesesseis) horas, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE.

7. DA DISPONIBILIDADE

7.1. Os serviços deverão estar disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante toda a vigência do contrato, com previsão para descontos na fatura na ocorrência de interrupções do serviço conforme estipulado no presente termo de referência.

8. OUTRAS ESPECIFICAÇÕES RELACIONADAS AO SERVIÇO

8.1. Constam da Minuta do Contrato, Anexo VIII do edital, as especificações relacionadas à transição contratual, confidencialidade, propriedade intelectual, descontos por interrupção ou anormalidade, além das obrigações da contratada, obrigações da contratante, vigência do contrato e prazos da prestação do serviço, e das demais disposições contratuais.

9. RESUMO DO OBJETO E ACEITABILIDADE DE PREÇOS

SERVIÇOS MENSAIS

Item	Descrição	Forma de Pagto.	Unidade	Valor Unitário Mensal*	Valor estimado para 34 usuários (12 meses)	Valor estimado para 34 usuários durante o ano de 2020 (5 meses)
1	Licença de uso de Solução integrada de colaboração e comunicação corporativa e o ambiente de backup	Mensal	Número de usuários	R\$ 80,00	R\$ 32.640,00	R\$ 13.600,00
Item	Descrição	Forma de Pagto.	Unidade	Valor Unitário Mensal*	Valor estimado para 5 usuários (12 meses)	Valor estimado para 5 usuários durante o ano de 2020 (5 meses)
2	Licença de uso de solução de Business Intelligence (BI)	Mensal	Número de usuários	R\$ 42,00	R\$ 2.520,00	R\$ 1.050,00
TOTAL ESTIMADO PARA 12 MESES (R\$)					R\$ 35.160,00	
TOTAL ESTIMADO PARA 2020 (5 MESES)					R\$ 14.650,00	

* Valor Unitário mensal máximo a ser pago por usuário contratado, sendo estimado o valor para até 34 (trinta e quatro) usuários quanto ao item 01 e 5 usuários quanto ao item 02.

9.1. O valor de aceitabilidade acima foi obtido em pesquisas realizadas pela Administração, sendo o máximo admitido para contratação do objeto.

9.1.1. O preço global da proposta comercial será composto pelos serviços mensais pelo período estimado de 05 (cinco), de modo que as empresas deverão considerar esses valores como limite de aceitabilidade de preços.

9.1.2. Os valores referentes ao período de 12 meses constam da tabela apenas como referencial.

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇO

FORMULÁRIO-PROPOSTA

Nome da empresa (razão social):

Endereço:

Cidade: UF: . CEP

CNPJ n. . Telefone/fax:

Responsável pela assinatura do contrato:

Nome: .

Cargo/função: .Telefone/fax:

Dados bancários:

Banco n.: Agência n.: Conta corrente n.:

Descrição do Objeto: CONTRATAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE ESPECIALIZADO EM SOLUÇÃO INTEGRADA DE COLABORAÇÃO, COMUNICAÇÃO CORPORATIVA BASEADA EM NUVEM E ANÁLISE DE DADOS E ACOMPANHAMENTO DE INDICADORES, para Consórcio Público ARIS, no exercício de 2020.

SERVIÇOS MENSAIS						
Item	Descrição	Forma de Pagto.	Unidade	Valor Unitário Mensal*	Valor estimado para 34 usuários (12 meses)	Valor estimado para 34 usuários durante o ano de 2020 (5 meses)
1	Licença de uso de Solução integrada de colaboração e comunicação corporativa e o ambiente de backup	Mensal	Número de usuários	R\$	R\$	R\$
Item	Descrição	Forma de Pagto.	Unidade	Valor Unitário Mensal*	Valor estimado para 5 usuários (12 meses)	Valor estimado para 5 usuários durante o ano de 2020 (5 meses)
2	Licença de uso de solução de Business Intelligence (BI)	Mensal	Número de usuários	R\$	R\$	R\$
TOTAL ESTIMADO PARA 12 MESES (R\$)					R\$	
TOTAL ESTIMADO PARA 2020 (5 MESES)					R\$	

Validade da proposta: _____ (_____) dias – mínimo de 60 (sessenta) dias.

Deverão ser observados os preços (unitários e global) máximos de aceitabilidade da planilha de preços constante no termo de referência, com especial observação às disposições dos itens 9.1.1 e 9.1.2.

No preço acima estão incluídos, sem ônus para a CONTRATANTE, todos os custos e despesas decorrentes de licenças, impostos e taxas de qualquer natureza, depreciações, custos indiretos, salários do pessoal técnico, hospedagem, instalação, alimentação e transporte, bem como quaisquer outras despesas necessárias a perfeita execução deste contrato.

Declaro que cumpro e acato todos os dispositivos estabelecidos no edital, formulário-proposta, Anexos e minuta contratual.

..... de de 2020.

Nome do responsável:

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO

..... ,
(nome da empresa)

com sede na , inscrita no CNPJ sob o n., licitante no Pregão n. 02/2020, promovido pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, para cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, DECLARA, por meio de seu representante legal infra-assinado, que tomou conhecimento de todas as disposições do referido edital, que está em situação regular com as Fazendas Nacional e Municipal, a Seguridade Social (FGTS e INSS), e que atende a todas as demais exigências de habilitação constantes no edital do referido certame.

..... de de 2020.

Diretor ou representante legal

CPF nº:

ANEXO IV – MINUTA DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME E EPP

(exclusivo para empresas enquadradas no Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – LCP 123/06)

..... ,
(nome da empresa)

com sede na , inscrita no CNPJ sob o n., licitante no Pregão n. 02/2020, promovido pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, DECLARA, por meio de seu representante legal infra-assinado, seu enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e não ofende nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da mesma lei.

DECLARA ainda, para cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, que tomou conhecimento de todas as disposições do referido edital e que atende a todas as exigências de habilitação constantes no edital do referido certame, salvo aquelas relativas à regularidade fiscal, as quais serão regularizadas no caso de sagrar-se vencedora do certame.

..... de de 2020.

Diretor ou representante legal

CPF nº:

ANEXO V – RECIBO DE DOCUMENTOS

Recibo de Documentos

Declaro que recebi na ARIS, sito à Rua General Liberato Bittencourt, n. 1885-A, 12º andar, Canto, nesta cidade, os envelopes n.º 1 (Proposta de Preços) e n.º 2 (Documentos de Habilitação), para serem anexados ao Pregão n.º 02/2020, da empresa: _____.

Recebido em:

Data: ____/____/____.

Hora: _____.

Assinatura:

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

DECLARAÇÃO DE MENOR

..... , inscrito no CNPJ nº , por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) , portador(a) da Carteira de Identidade no e do CPF no , DECLARA, para fins do disposto no inciso V, artigo 27, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal).

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

....., de de 2020.

Diretor ou representante legal

CPF nº:

ANEXO VII – IDENTIFICAÇÃO DOS ENVELOPES

AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO-ARIS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

PREGÃO Nº 02/2020

NOME EMPRESARIAL DA LICITANTE:

CNPJ:

FONE / FAC-SIMILE / E-MAIL:

ENVELOPE E IDENTIFICAÇÃO DO CONTEÚDO

ENVELOPE nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

ENVELOPE nº 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

ANEXO VIII – MODELO DE CREDENCIAMENTO

NOME/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CGC/CNPJ:

ENDEREÇO:

Credenciamos o(a) Sr(a), portador(a) da Cédula de Identidade nº e CPF nº, a participar da Licitação instaurada pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, na MODALIDADE de Pregão, na qualidade de REPRESENTANTE da Empresa, CNPJ nº, outorgando à pessoa acima qualificada amplos e gerais poderes para formular propostas verbais, oferecer lances, acordar, discordar, transigir, receber em devolução documentos pertencentes a esta empresa, renunciar ao direito de recurso, em todas as fases, podendo, ainda, praticar todos os outros atos pertinentes ao presente certame licitatório, inclusive a interposição de recursos administrativos. Declaro, também, estar ciente de que esta empresa responderá, tanto na esfera administrativa como na judicial, por todos os atos que venham a ser praticados pelo(a) representante ora nomeado(a).

....., de de 2020.

Assinatura do dirigente da empresa

Nome e qualificação do dirigente da empresa

ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS Nº ____/2020

Processo Licitatório nº 15/2020

Pregão Presencial nº 02/2020

Que entre si celebram, de um lado, a AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO - ARIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, n. 1885-A, 12º andar, Canto, nesta cidade, neste ato representado por seu Diretor-geral, Sr. Adir Faccio, brasileiro, viúvo e inscrito no CPF sob n. 032.985.859-98, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, pessoa jurídica de direito privado, situada a, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representada por seu representante legal Senhor, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, em decorrência ao Processo Licitatório PREGÃO PRESENCIAL nº 02/2020, mediante as sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02, ao edital convocatório, a proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Este contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE ESPECIALIZADO EM SOLUÇÃO INTEGRADA DE COLABORAÇÃO, COMUNICAÇÃO CORPORATIVA BASEADA EM NUVEM E ANÁLISE DE DADOS E ACOMPANHAMENTO DE INDICADORES, em decorrência da proposta de preços apresentada nos autos do PREGÃO PRESENCIAL nº 02/2020, conforme especificações contidas no Anexo I, parte integrante deste instrumento de contrato, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição
1	LICENÇA DE USO DE SOFTWARE ESPECIALIZADO EM SOLUÇÃO INTEGRADA DE COLABORAÇÃO E COMUNICAÇÃO CORPORATIVA, BASEADA EM NUVEM

2

LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE BUSINESS INTELLIGENCE

1.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS

2.1. O presente contrato terá vigência a partir do recebimento da ordem de serviço até 31/12/2020, podendo ser prorrogado até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do art. 57, IV, da Lei nº 8.666/93, a critério da CONTRATANTE e com anuência da CONTRATADA.

2.2. Para os serviços que compreendem a migração e implantação, a CONTRATADA disporá de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da ordem de serviço, para realização das configurações, migração e disponibilização da solução. Todo o procedimento deverá ocorrer de forma paralela até que a nova solução esteja pronta para entrada em operação. Em data a combinar, a CONTRATADA deverá migrar todos os dados da solução atual para a nova solução.

2.3. A CONTRATADA deverá realizar a ativação e disponibilização do item 01 em até 03 (três) dias úteis após o recebimento da ordem de serviço.

2.4. Para os Serviços de Atendimento Normal, criados os chamados por parte da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá cumprir os prazos de atendimento de acordo com a prioridade dos casos, conforme segue:

2.4.1. Urgente: devem ser solucionados em até 01 (uma) hora. São itens que demandam solução imediata para resolver uma falha impeditiva que impacte a utilização do sistema. Caso não sejam solucionados através de contato telefônico ou similar dentro deste prazo, a CONTRATADA deverá enviar profissional à sede da CONTRATANTE para solução do problema, no prazo máximo de 04 (quatro) horas, para o não comprometimento das atividades legislativas e administrativas.

2.4.2. Alta: devem ser solucionados em até 24 (vinte e quatro) horas. São itens fundamentais para a utilização do sistema, mas que ainda assim permitem a continuação das atividades através de mecanismos paliativos.

2.4.3. Normal: devem ser solucionados em até 48 (quarenta e oito) horas. São itens que são complementares e não essenciais ao funcionamento da solução.

2.4.4. Baixa: devem ser solucionados em até 5 (cinco) dias úteis. São itens de baixo impacto nas atividades normais e que o tempo para solução não compromete o atendimento pleno das rotinas legislativas e administrativas.

2.5. Em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da ordem de serviço, a CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE documento informando todos os procedimentos e números de contato e endereços de e-mail necessários para abertura de chamados de suporte técnico.

2.6. Prestar, em até 2 (dois) dias úteis a partir da data do recebimento do pedido, qualquer esclarecimento solicitado pela CONTRATANTE referente à execução do contrato.

2.7. A CONTRATADA deverá indicar um preposto em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da ordem de serviço.

2.7.1. Em caso de substituição do preposto, a CONTRATADA deverá informar a CONTRATANTE no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da realização da troca.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. Da CONTRATADA:

3.1.1. A CONTRATADA é responsável direta pela EXECUÇÃO do objeto deste contrato, garantindo as configurações do serviço especificadas no Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente por todos os danos e prejuízos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar à CONTRATANTE ou a terceiros.

3.1.2. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela boa e eficiente execução do objeto contratual, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas deste contrato.

3.1.3. A CONTRATADA deverá proceder as correções e atualizações que se fizerem necessárias para a perfeita execução do objeto contratado, sempre de acordo com a fiscalização da CONTRATANTE.

3.2. Obrigações relativas à CONFIDENCIALIDADE:

3.2.1. A CONTRATADA se compromete a não revelar quaisquer informações que venham a comprometer a lisura durante e após a execução do presente contrato bem como a instituição da ARIS.

3.2.2. A CONTRATADA se compromete a não revelar quaisquer informações sensíveis, confidenciais, de aspecto estratégico ou que possam causar danos à imagem da ARIS, sob pena de multa e rescisão contratual.

3.2.3. A CONTRATADA compromete-se em usar as ferramentas e os procedimentos que se façam necessários para garantir que o espaço disponibilizado à CONTRATANTE não seja acessado por terceiros, de maneira a manter o sigilo dos dados (tanto durante a transmissão quanto durante o armazenamento).

3.2.4. Não obstante, a CONTRATADA assegurará o emprego das melhores práticas de Segurança da Informação em Computação em Nuvem para que todos processos informacionais relativos a atividade da ARIS, extremamente sensíveis a espionagem, sejam absolutamente invioláveis.

3.3. A CONTRATADA deverá, ainda:

3.3.1. Iniciar a prestação dos serviços de acordo com o prazo determinado.

3.3.2. Comunicar à CONTRATANTE sobre a existência de pendências de sua responsabilidade que impeçam a ativação do serviço.

3.3.3. Prestar os serviços de forma metódica e constante, mantendo-se em perfeita ordem.

3.3.4. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

3.3.5. Responsabilizar-se por todas as despesas concernentes a execução do objeto contratado, tais como salários, encargos trabalhistas, sociais, fiscais e previdenciários, despesas com frete, instalação, tributos e taxas, além de quaisquer outras despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do serviço.

3.3.6. Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços, inclusive com a implantação e configuração dos softwares e hardwares, se for o caso.

3.3.7. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência.

3.3.8. Responder pelos danos causados diretamente à ARIS ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela ARIS.

3.3.9. Comunicar aos fiscalizadores, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

3.3.10. Manter o endereço de correspondência e telefones atualizados durante toda a vigência do contrato.

3.4. A CONTRATADA compromete-se em manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme disposto no art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93. A documentação comprobatória de cumprimento dos requisitos mencionados deverá ser entregue à Coordenadoria de Contabilidade em até 10 (dez) dias a partir da solicitação, sob pena do pagamento de multa e rescisão contratual.

3.5. Da CONTRATANTE

3.5.1 A CONTRATANTE se obriga a efetuar o pagamento do objeto, na forma e condições estabelecidas neste contrato.

3.5.2. A CONTRATANTE deverá fornecer todas as informações necessárias à prestação do serviço e que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA.

3.5.3. A CONTRATANTE deverá indicar e manter pessoas para contato com a CONTRATADA, informando sua qualificação.

3.5.4. Caberá à CONTRATANTE providenciar, operar e manter a sua rede interna, responsabilizando-se por todos os custos daí decorrentes.

3.5.5 A CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA o mais prontamente possível, qualquer anormalidade observada nos equipamentos/sistemas que possam comprometer o desempenho do serviço.

3.5.6 Permitir, a qualquer momento, o livre acesso do pessoal técnico da CONTRATADA, em suas dependências, de acordo com suas normas de segurança.

3.5.7. Publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos da CONTRATANTE, veiculado no endereço www.diariomunicipal.sc.gov.br.

CLÁUSULA QUARTA - CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS

4.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da ARIS, no Programa 101- Manutenção das Atividades de Administrativas do Consórcio, 2.2001 Manutenção das Atividades de Administrativas e Financeiras e 3.3.90.40.15 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação PJ - Conteúdo de WEB, para o exercício de 2020, devendo ser previstos os novos créditos orçamentários capazes de dar guarida às despesas decorrentes da prorrogação contratual, mediante termo aditivo.

4.2. Devem ser previstos os novos créditos orçamentários capazes de dar guarida às despesas decorrentes da prorrogação contratual, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E DO PAGAMENTO

5.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ (extenso), referente ao preço total para execução do objeto deste contrato;

SERVIÇOS MENSAIS						
Item	Descrição	Forma de Pagto.	Unidade	Valor Unitário Mensal*	Valor estimado para 34 usuários (12 meses)	Valor estimado para 34 usuários durante o ano de 2020 (5 meses)
1	Solução integrada de colaboração e comunicação corporativa e o ambiente de backup	Mensal	___ usuários	R\$	R\$	R\$
TOTAL ESTIMADO PARA 12 MESES (R\$)					R\$	
TOTAL ESTIMADO PARA 2020 (5 MESES)					R\$	

5.2. No primeiro mês de vigência contratual, o valor mensal referente ao item 01 deverá ser calculado segundo o critério pro rata tempore, contando-se o prazo a partir da ativação e disponibilização deste item.

5.3. No preço acima estão incluídos todos os custos e despesas decorrentes de licenças, impostos e taxas de qualquer natureza, custos indiretos, salários do pessoal técnico, bem como quaisquer outras despesas necessárias a perfeita execução deste contrato.

5.4. Os pagamentos relativos ao item 1, será efetuados mensalmente, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da efetiva realização do serviço, mediante apresentação à Coordenadoria de Contabilidade, até o dia 5 (cinco):

a) Da nota fiscal eletrônica emitida de acordo com a legislação vigente;

b) Do relatório contendo a descrição dos serviços; e

c) Da documentação acessória exigida para liquidação da nota fiscal, conforme determinações da legislação federal, estadual, municipal e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

5.5. Os relatórios de prestação de serviço apresentados pela CONTRATADA, deverão ser assinados pela CONTRATADA e pelos fiscalizadores e deverão conter, no que couber, a descrição dos serviços, indicação dos profissionais que efetivamente realizaram os serviços; quantidade de horas trabalhadas, valor unitário e total; datas da realização dos serviços pelos profissionais envolvidos; e produtos resultantes dos serviços.

5.6. Na fatura/nota fiscal serão promovidas as retenções tributárias prevista em lei;

5.7. Os pagamentos serão efetuados preferencialmente por depósito bancário ou transferência, ou ainda por meio de boleto bancário, em conta corrente em nome da CONTRATADA.

5.8.1. Para possibilitar o pagamento através de depósito eletrônico, os dados bancários (banco, agência e conta) deverão ser informados pela CONTRATADA.

5.8.2. Em caso de boleto bancário, este deverá ser apresentado junto à nota fiscal, obedecendo ao vencimento contratado.

5.9. Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à CONTRATANTE ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

5.10. O pagamento da fatura será susinado se verificada execução defeituosa do Contrato, e enquanto persistirem restrições quanto ao fornecimento efetivado, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os valores contratados poderão ser reajustados respeitando o intervalo anual, exigível a partir do aniversário da apresentação da Proposta Comercial da CONTRATADA, (mês:_____).

6.2. O reajuste será feito com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE em vigor. Na hipótese de suspensão, extinção ou vedação do índice ora ajustado fica desde já eleito aquele que vier a substituí-lo oficialmente.

CLÁUSULA SÉTIMA – ATUALIZAÇÃO POR INADIMPLEMENTO

7.1. Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea "c", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, com as devidas justificativas, devendo o extrato ser publicado no órgão oficial de publicações da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

9.1. Toda propriedade intelectual dos dados produzidos ou armazenados na solução objeto deste contrato são de propriedade exclusiva da CONTRATANTE.

9.2. É vedado à CONTRATADA revender ou distribuir os dados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA TRANSIÇÃO CONTRATUAL

10.1. Será realizada transição inicial, a fim de preparar a CONTRATADA a assumir integralmente as obrigações advindas com o contrato, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE, sendo esta etapa baseada em reuniões e repasse de conhecimentos específicos relativos às soluções existentes.

10.2. Ao final do período de vigência do contrato, será de responsabilidade da CONTRATADA a realização de transição final, com repasse bem-sucedido de todas as informações necessárias para a continuidade dos serviços pela CONTRATANTE ou empresa por ela designada, sem custo adicional à CONTRATANTE.

10.3. A CONTRATADA, desde já, compromete-se a facilitar e auxiliar mediante solicitação da CONTRATANTE, a migração dos dados de propriedade da CONTRATANTE para eventual novo sistema após o término do presente contrato.

10.4. A ação em contrário, detectada pelos fiscalizadores do contrato, caracterizará má-fé, sujeitando a CONTRATADA aos rigores legais de seu descumprimento.

10.5. É vedado à CONTRATADA modificar os dados internos do sistema inclusive senhas de usuário sem a anuência da CONTRATANTE.

10.6. A CONTRATADA compromete-se também em não inserir backdoors ou quaisquer outras rotinas maliciosas destinadas ao controle remoto ou efetivação de danos aos aplicativos ou sistemas operacionais da CONTRATANTE.

10.7. Após a finalização do contrato de prestação de serviços, a CONTRATADA deverá fornecer acesso a todos os dados, incluindo logs de auditoria e dados armazenados por política de retenção, existentes em todas as contas da solução de backup em nuvem por um período mínimo de 30 (trinta) dias, além de outras informações essenciais para transição e continuidade do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO OU DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei, com assento no Capítulo III, Seção V, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos seguintes casos:

I. por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

II. amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante formalização por intermédio de aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo indenização de qualquer das partes, exceto para pagamento dos fornecimentos comprovadamente prestados;

III. judicialmente, na forma da legislação vigente;

IV. a rescisão contratual determinada por ato unilateral, em que constatado o descumprimento do avençado, acarreta as seguintes conseqüências para a CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas:

a) execução dos valores das multas e indenizações devidas à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1. A empresa que não cumprir as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estará sujeita às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, quais sejam:

I – Advertência

II – Multa:

a) 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

b) 10% (dez por cento) em caso de não entrega do produto, não conclusão do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor anual estimado da contratação, pela recusa injustificada por parte da licitante vencedora, de assinatura do Contrato.

III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 (cinco) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

a) não celebrar o Contrato;

b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;

c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

d) não mantiver a proposta;

e) falhar ou fraudar na execução do Contrato;

f) comportar-se de modo inidôneo;

g) cometer fraude fiscal;

h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

12.2. Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos,

bem como os antecedentes da licitante ou contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas às justificativas da licitante ou contratada, nos termos do que dispõe o artigo 87, caput, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

12.3. Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Palhoça, Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato.

13.2. E por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares, pertinentes firmando-o em 03 (três) vias de igual forma e teor.

Florianópolis, (data)

Adir Faccio
Diretor-geral da ARIS

(Representante Legal)
(empresa)

CIGA

RESOLUÇÃO CIGA N.º 180, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2525178

RESOLUÇÃO CIGA N.º 180, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a regulamentação do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), e dá outras providências.

Considerando que o Sistema de Registro de Preços (SRP) permite que a administração pública realize apenas um único processo licitatório e registre os preços ofertados pelos licitantes em ata de registro de preços para eventuais aquisições futuras, prescindindo, inclusive, de dotação orçamentária específica;

Considerando, para tanto, a necessidade de regulamentação do SRP, atendidas as peculiaridades locais, nos termos do § 3º do art. 15 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e do art. 11 da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002;

Considerando que a Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como escopo permitir à administração tornar públicas suas intenções de realizar pregão ou concorrência para registro de preços com a participação de outros órgãos governamentais, que tenham interesse em contratar o mesmo objeto, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia de escala;

Considerando, portanto, que o SRP e a IRP objetivam assegurar o princípio da eficiência, estampado no caput do art. 37 da Lei Maior, que se traduz em presteza, perfeição e rendimento funcional e, por corolário, também economicidade;

Considerando, deste modo, os benefícios auferidos pela adoção do SRP e da IRP, tanto ao CIGA quanto aos seus entes consorciados, tais como: redução do número de licitações, agilidade nas aquisições, economia de recursos, vantagens nos preços, eliminação do problema de regulação dos estoques, viabilidade de compartilhamento do registro, entre outros;

Considerando o disposto na Lei Federal n.º 11.107, de 6 de abril de 2005, e no Decreto Federal n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, bem como o preconizado pelos §1.º do art. 112 da Lei n.º 8.666/93, art. 19 do Decreto n.º 6.017/2007 e inc. V do parágrafo único do art. 7º do Contrato de Consórcio Público do CIGA;

Considerando o novo entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), que torna possível a um órgão público aderir à ata de registro de preços de outro órgão, inclusive entre esferas diferentes de poder (municipal, estadual ou federal), instituto conhecido como "carona", consolidado no Prejulgado 1895, reformado pelo TCESC em 19.02.2020;

Considerando a aprovação pela 24ª Reunião Ordinária do CIGA, realizada em 23 de abril de 2020, para normatização do Sistema de Registro de Preços no âmbito do CIGA, com previsão de participação na ata de registro de preços de esferas de governo distintas, em conformidade com o Prejulgado 1895 da Corte de Contas Catarinense (vide Ata publicada no DOM/SC, Edição n.º 3125, p. 1328);

Considerando os benefícios auferidos pela adoção do Sistema de Registro de Preços ao CIGA e aos seus entes consorciados, tais como: redução do número de licitações; agilidade nas aquisições; economia de recursos; vantagens nos preços; e evita o fracionamento da despesa com o enquadramento do certame em modalidade mais simples;

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pelos Contrato de Consórcio Público e Estatuto do CIGA,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento para Sistema de Registro de Preços, conforme Anexo I desta Resolução, para as contratações de serviços e a aquisição de bens, no âmbito do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia, na forma dos artigos 51 do Contrato de Consórcio Público e 37 do Estatuto do CIGA.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 16 de junho de 2020.

ROBSON JEAN BACK

Presidente do CIGA

Prefeito de São Martinho/SC

ANEXO I REGULAMENTO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, no âmbito do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, obedecerão ao disposto neste Regulamento.

Art. 2º Para os efeitos deste Regulamento, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços: conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para eventuais contratações futuras;

II - Ata de Registro de Preços: documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - Órgão Gerenciador: o CIGA é responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV - Órgão Participante: CIGA, órgãos e entidades da administração direta e indireta dos entes consorciados que participam dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integram a ata de registro de preços;

V - Órgão não Participante: órgão ou entidade da Administração Pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.

VI - Administração Pública: Administração Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas, nos termos do inc. XI do art. 6º da Lei n.º 8.666/93;

VII - Administração: órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente;

VIII - Licitação Compartilhada: licitação realizada pelo CIGA, da qual, nos termos do edital e da legislação cogente, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades da administração direta e indireta dos entes da Federação consorciados, independente de manifestação formal;

IX - Manifestação Formal: ato pelo qual o órgão participante divulga sua Intenção de Registro de Preços (IRP), mediante prévia indicação dos itens e quantitativos a serem licitados.

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços não contínuos remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programa de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

CAPÍTULO II DA INTENÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Art. 4º Fica instituído o procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP, a ser operacionalizado pelo órgão gerenciador e utilizado pelos órgãos participantes, para registro e divulgação dos itens a serem licitados e para a realização dos atos previstos nos incisos II e V do caput do art. 5º e dos atos previstos no inciso II e caput do art. 6º.

§ 1º A divulgação da intenção de registro de preços poderá ser dispensada, de forma justificada pelo órgão gerenciador, podendo-se valer de estudos técnicos, chamamentos públicos, entre outros meios, para definir, de maneira precisa, o que realmente contempla o interesse público, com estimativa concreta da necessidade dos órgãos e entidades da administração direta e indireta de seus Municípios Consorciados, nos termos do §1.º do art. 112 da Lei n.º 8.666/93, do art. 19 do Decreto n.º 6.017/2007 e do inc. V do parágrafo único do art. 7º do Contrato de Consórcio Público do CIGA.

§ 2º O prazo para que outros órgãos e entidades manifestem interesse em participar do registro de preços será definido na IRP, contado da data de divulgação deste instrumento no site do CIGA.

§ 3º Caberá ao órgão gerenciador da Intenção de Registro de Preços - IRP:

I - estabelecer, quando for o caso, o número máximo de participantes na IRP em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;

II - aceitar ou recusar, justificadamente, os quantitativos considerados ínfimos;

III - deliberar quanto à inclusão posterior de participantes que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da IRP.

§ 4º Os procedimentos constantes no § 3º, incisos II e III do § 4º deste artigo serão efetivados antes da elaboração do edital e de seus anexos.

§ 5º A manifestação de interesse deverá ocorrer durante o período de divulgação, observando-se as especificações da IRP, estatuídas pelo órgão gerenciador.

§ 6º É facultado aos órgãos e entidades dos entes consorciados ao CIGA, antes de iniciar um processo licitatório, consultar as IRPs em andamento e deliberar a respeito da conveniência de sua participação.

CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Art. 5º Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, em especial:

I - registrar a Intenção de Registro de Preços – IRP, no site do CIGA;

II - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

IV - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos participantes, inclusive na hipótese prevista nos §§ 2º e 3º do art. 6º deste Regulamento;

V - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;

VI - realizar o procedimento licitatório;

VII - gerenciar a ata de registro de preços;

VIII - conduzir eventual revisão dos preços registrados;

IX - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório;

X - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

XI - autorizar a adesão à ata de registro de preços por órgãos não participantes; e

XII - autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 7º do artigo 23 deste Regulamento, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

§ 1º O órgão gerenciador poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos participantes para execução das atividades previstas nos incisos III, IV e VI deste artigo.

§ 2º As quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas ou redistribuídas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes e não participantes, daqueles itens ou lotes, independentemente das quantidades previstas inicialmente para cada órgão participante, observado como limite máximo a quantidade total registrada para cada item.

§ 3º Caberá ao órgão gerenciador obter a anuência do órgão que for sofrer redução dos quantitativos informados em função do remanejamento.

§ 4º A ata de registro de preços, disponibilizada no site do CIGA e devidamente publicada em sua imprensa oficial, o Diário Eletrônico dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), poderá ser assinada por certificação digital.

CAPÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

Art. 6º O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, mediante ofício ou correio eletrônico, junto ao órgão gerenciador sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

§ 1º Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

§ 2º Caso o órgão gerenciador aceite a inclusão de novos itens, o órgão participante demandante elaborará sua especificação ou termo de referência ou projeto básico, conforme o caso, e a pesquisa de mercado, observando o disposto no caput deste artigo.

§ 3º Caso o órgão gerenciador aceite a inclusão de novas localidades para entrega do bem ou execução do serviço, o órgão participante responsável pela demanda elaborará, ressalvada a hipótese prevista no § 4º, pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais ou regionais.

§ 4º No caso de licitação compartilhada, o órgão gerenciador promoverá a pesquisa de mercado e a consolidação da demanda dos órgãos ou entidades dos entes consorciados.

CAPÍTULO V

DA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Art. 7º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 1º O julgamento por técnica e preço, na modalidade concorrência, poderá ser excepcionalmente adotado, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho fundamentado da autoridade máxima do CIGA.

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Art. 8º O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

§ 1º No caso de serviços, a divisão considerará a unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados, e será observada a demanda específica de cada órgão participante do certame.

§ 2º Na situação prevista no § 1º deste artigo, deverá ser evitada a contratação, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, em uma mesma localidade, para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

Art. 9º O edital de licitação para registro de preços observará, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e contemplará, no mínimo:

I - a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão

adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - estimativa de quantidades a serem adquiridas ou contratadas pelo órgão gerenciador e pelos órgãos participantes;

III - estimativa de quantidades a serem adquiridas ou contratadas por órgãos não participantes, observado o disposto no § 6º do art. 23, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;

IV - quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

V - condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de contratação de serviços não contínuos, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

VI - prazo de validade do registro de preço, observado o disposto no caput do art. 13;

VII - órgãos participantes do Registro de Preços;

VIII - modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;

IX - penalidades por descumprimento das condições;

X - minuta da ata de registro de preços como anexo;

XI - minuta de contrato como anexo, se for o caso;

XII - realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

§ 1º O edital poderá admitir, como critério de julgamento, o menor preço aferido pela oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, desde que tecnicamente justificado.

§ 2º Em se tratando de fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, poder-se-á prever, no edital do certame, apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos custos variáveis por região.

§ 3º A estimativa a que se refere o inciso III do caput não será considerada para fins de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira na habilitação do licitante.

§ 4º O exame e a aprovação das minutas do instrumento convocatório, ata de registro de preços e do contrato serão efetuados exclusivamente pela Assessoria Jurídica do órgão gerenciador.

Art. 10 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

Parágrafo único. A apresentação de novas propostas na forma do caput não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

CAPÍTULO VI

DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA

Art. 11 Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

- I - serão registrados na Ata de Registro de Preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;
- II - será incluído, na respectiva ata da sessão, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, obedecida a ordem de classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no artigo 3º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- III - será incluído também, na respectiva ata da sessão, o registro dos demais licitantes na sequência da classificação do certame, segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;
- IV - o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no site do CIGA e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e
- V - a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

§ 1º Os registros a que se referem os incisos II e III do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 21 e 22 deste Regulamento.

§ 2º Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II deste artigo, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

§ 3º As inclusões de que tratam os incisos II e III do caput, serão realizadas na ata de realização da sessão pública do pregão ou da concorrência, que conterá a informação dos licitantes.

§ 4º A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se referem os incisos II e III do caput será efetuada, na hipótese prevista no § 2 do art. 14 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 21 e 22.

Art. 12 Esgotadas as convocações dos fornecedores do cadastro de reserva, nos termos do inciso II do caput, o órgão gerenciador convocará os demais fornecedores registrados, nos termos do inciso III do caput, por sequência de classificação no certame para negociar e obter a contratação mais vantajosa para a Administração, observando a seguinte ordem de critérios:

- I - Caso o fornecedor registrado aceite reduzir seu preço para o valor igual ao homologado, será formalizada a ata de registro de preços;
- II - Na hipótese de manutenção da oferta, conforme sua última proposta apresentada na etapa competitiva, serão convocados os demais fornecedores do cadastro de reserva para que lhes seja concedida igual oportunidade prevista no inciso I do caput; e
- III - não ocorrendo as hipóteses previstas nos incisos I e II do caput, o fornecedor poderá apresentar um novo preço, mediante apresentação de justificativa e desde que não seja superior ao da sua última proposta apresentada, de forma que haverá a reclassificação do cadastro de reserva de fornecedores e, quando verificada a vantagem, será formalizada a ata de registro de preços com o fornecedor mais bem reclassificado.

§ 1º O fornecedor poderá renunciar da sua participação no cadastro de reserva de fornecedores.

§ 2º Encerrado o prazo da convocação, sem que haja manifestação do fornecedor, a negociação será considerada frustrada e o órgão

gerenciador procederá com a sua eliminação do cadastro de reserva de fornecedores.

Art. 13 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não será superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 3º Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

CAPÍTULO VII

DA ASSINATURA DA ATA E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

Art. 14 Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

§ 1º A assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser realizada por meio de certificação digital.

§ 2º É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

Art. 15 A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

Parágrafo único. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

Art. 16 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o artigo 62 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Parágrafo único. Compete aos órgãos participantes consolidar informações decorrentes da Ata de Registro de Preços, inclusive quantitativos executados, para controle e acompanhamento pelo órgão gerenciador.

Art. 17 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

CAPÍTULO VIII

DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Art. 18 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, cabendo ao órgão gerenciador promover junto aos fornecedores as negociações necessárias.

Art. 19 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

§ 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Art. 20 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Art. 21 O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições do Edital ou da Ata de Registro de Preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV deste artigo será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 22 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

CAPÍTULO IX

DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

Art. 23 Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por órgãos e entidades não participantes, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que respeitados os limites previstos nesta Resolução e no Edital do certame.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º A manifestação do órgão gerenciador de que trata o § 1º deste artigo fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública da utilização da ata de registro de preços.

§ 3º O estudo de que trata o § 2º deste artigo, após aprovação pelo órgão gerenciador, será disponibilizado no site do CIGA.

§ 4º Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

§ 5º As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo deverão obedecer aos limites máximos de carona por órgãos estatais estranhos disciplinados no respectivo instrumento convocatório.

§ 6º O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 7º Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 8º Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

Art. 24 É facultado ao CIGA a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade da administração direta ou indireta, da Administração Pública municipal, estadual, distrital ou federal, quando definido no Edital, devendo instruir seus processos de contratação com, no mínimo, os seguintes documentos:

I - estudo que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para o CIGA da utilização da ata de registro de preços;

II - aprovação da autoridade competente do CIGA quanto à adesão a ata de registro de preços;

III - termo de adesão;

IV - cópia do edital de licitação e seus anexos;

V - cópia da ata de registro de preços; e

VI - contrato ou outro instrumento hábil.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25 O CIGA poderá utilizar recursos de tecnologia da informação na operacionalização do disposto neste Regulamento e automatizar procedimentos de controle e atribuições dos órgãos gerenciadores, participantes e não participantes.

Art. 26 O CIGA poderá editar normas complementares a este Regulamento.

Florianópolis, 16 de junho de 2020.

ROBSON JEAN BACK

Prefeito do Município de São Martinho (SC)

PRESIDENTE DO CIGA

CIMVI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2019/011 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2525802

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2019/011

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas, Cidade de Timbó - SC, representado por seu Diretor Executivo, Sr. Fernando Tomaselli, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa OURO PRETO MINERAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.493.973/0001-37, com sede a Rua Vale do Selke Grande, nº 1180 - Vale do Selke, cidade de Pomerode/SC - CEP: 89.107-000, neste ato representada por Lucianne Eichstaedt, inscrita no CPF sob o nº 003.508.449-92, doravante denominada FORNECEDORA, de conformidade com a Licitação nº 018/2019 - Pregão Presencial pelo Sistema de Registro de Preços e com fundamento na Lei nº 8.666/93, Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018 e alterações e Resolução CIMVI nº 166 de 06/09/2016, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, o qual reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA JUSTIFICATIVA

1.1. CONSIDERANDO o resultado do Processo Licitatório nº 018/2019, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666/1993, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 2019/011;

1.2. CONSIDERANDO que o quantitativo previsto na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº 2019/011 mostra-se insuficiente,

ensejando a necessidade de acréscimo de quantidades, conforme se verá a seguir, para atendimento das necessidades do CIMVI;

1.3. CONSIDERANDO que o art. 12, § 1º da Resolução CIMVI nº 166 de 06/09/2019, a qual regulamenta o Sistema de Registro de Preços – SRP para contratação de serviços e aquisição de bens no âmbito do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, estabelece que é permitido efetuar acréscimos na ata de registro de preços, observando-se a regulamentação de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

1.3. É celebrado o presente termo aditivo à ata de registro de preços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. Nos termos do art.65, §1º, da Lei Federal n.8.666/93, o qual menciona que o “contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato” c/c o art. 12, § 1º da Resolução CIMVI nº 166 de 06/09/2019; é celebrado o presente termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ACRÉSCIMOS

3.1. Diante do contido nas cláusulas anteriores, as partes, de comum acordo, resolvem ACRESCER à Ata de Registro de Preços nº 2019/011 a seguinte quantidade:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço (R\$)	
				Unitário	Total
4	100	ton	Brita Corrida	33,00	3.300,00

CLÁUSULA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A FORNECEDORA declara que as alterações feitas por este termo aditivo não implicam em quebra do equilíbrio econômico financeiro contratual originário, assumindo o dever de cumprir fielmente com todas as obrigações pactuadas na ata originária, neste termo aditivo, no Pregão Presencial e demais disposições aplicáveis. Não haverá qualquer direito a indenização de quaisquer das partes em razão do pactuado no presente instrumento, renunciando a FORNECEDORA a todo e qualquer direito material ou de ação.

CLÁUSULA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem em vigor as demais disposições.

5.2. O presente instrumento será publicado na forma regulamentar.

5.3. As despesas provenientes do objeto contratual correrão à conta do Orçamento-Programa Anual do CONTRATANTE.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Timbó, 16 de Junho de 2020.

CONTRATANTE

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí

Diretor Executivo: Fernando Tomaselli

FORNECEDORA

OURO PRETO MINERAÇÃO LTDA

Representante legal: Lucianne Eichstaedt

RICARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA XAVIER ARAUJO

Advogado - OAB/SC 17.721

CANCELAMENTO E ARQUIVO DEFINITIVO AUA 85.2019

Publicação Nº 2524903

Ofício nº 4210/2020 Timbó, 10 de junho de 2020.

À

MARCELO TEIXEIRA MONTEIRO 01386756784, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 19.694.865/0001-23, com sede na rua Hermann Weege, nº 3139, Bairro Centro, em Pomerode/SC, CEP 89.107-000.

Nesta,

Referência: Processo de Licenciamento Ambiental Simplificado (AuA 85/2019) da requerente - Cód. Ativ. Res. CONSEMA nº 99/2017 – 71.00.00.

Protocolo CIMVI nº 297/2019

Protocolo na Prefeitura de Pomerode nº 2065/2019

Através do presente o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, Departamento Ambiental, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, bairro Araponguinhos, em Timbó, Santa Catarina, CEP 89.120-000, em parceria técnica com o MUNICÍPIO DE POMERODE, vem COMUNICAR acerca dos fatos que passamos a reproduzir:

Aportou no CIMVI Ambiental na data de 28/04/2020, ofício informando a interrupção das atividades, seguida de desocupação total da edificação alugada, optando por não continuar a exercer a atividade caracterizada pelo código CONSEMA 99/2017 - 71.00.00 – Serviços de reparação e manutenção de máquinas, equipamentos ou veículos, com pintura, exceto manutenção de eletrodomésticos.

CONSIDERANDO a documentação e informações prestadas informando o encerramento das atividades desenvolvidas relacionadas à Autorização Ambiental 85/2019, fica a Vossa Senhoria COMUNICADO sobre o CANCELAMENTO da Autorização Ambiental, bem como do ARQUIVAMENTO do processo administrativo respectivo.

Fica Vossa Senhoria cientificado do teor do que dispõe o artigo 82 do Decreto Nacional nº 6.514, de 22 de julho de 2008: "Elaborar ou apresentar informação, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso, enganoso ou omissivo, seja nos sistemas oficiais de controle, seja no licenciamento, na concessão florestal ou em qualquer outro procedimento administrativo ambiental: Multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)."

Certos de que o assunto merecerá pronta acolhida e compreensão de Vossa Senhoria, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de elevada consideração e estima. Qualquer dúvida.

Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente

Jaime Eduardo Jensen

Portaria nº 22.240/2017

LICITAÇÃO Nº 011/2019 - CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO - MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - REQUERIMENTO DE DEMANDA DE SERVIÇOS DE 02/06/2020

Publicação Nº 2525113

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2019

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

FINALIDADE: CREDENCIAMENTO COMPARTILHADO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, AGRIMENSURA, ARQUITETURA, GEOLOGIA e SONDAGEM

CONVOCAÇÃO PARA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, representado por seu Diretor Executivo, Fernando Tomaselli,

Considerando o recebimento, por parte do CIMVI, de requerimento de demanda de serviços oriundo do Município de Massaranduba na data de 02 de Junho de 2020;

CONVOCA a empresa MARCOS TROJAN ENGENHARIA E GEOTECNIA LTDA (CNPJ: 11.021.594/0001-33) para que diligencie até a sede do Município de Massaranduba, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 64, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações) e formalize o respectivo contrato, sob pena de perda do direito à contratação e aplicação das penalidades cabíveis previstas no Edital de Credenciamento nº 011/2019.

Timbó, 15 de Junho de 2020.

Fernando Tomaselli

Diretor Executivo do CIMVI

LICITAÇÃO Nº 011/2019 - CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO - MUNICÍPIO DE TIMBÓ - REQUERIMENTO DE DEMANDA DE SERVIÇOS DE 12/06/2020

Publicação Nº 2525125

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2019

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

FINALIDADE: CREDENCIAMENTO COMPARTILHADO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, AGRIMENSURA, ARQUITETURA, GEOLOGIA e SONDAGEM

CONVOCAÇÃO PARA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, representado por seu Diretor Executivo, Fernando Tomaselli,

Considerando o recebimento, por parte do CIMVI, de requerimento de demanda de serviços oriundo do Município de Timbó na data de 12

de Junho de 2020;

CONVOCA a empresa HALLA ARQUITETURA EIRELI (CNPJ: 25.360.755/0001-28) para que diligencie até a sede do Município de Timbó, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 64, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações) e formalize o respectivo contrato, sob pena de perda do direito à contratação e aplicação das penalidades cabíveis previstas no Edital de Credenciamento nº 011/2019.

Timbó, 15 de Junho de 2020.

Fernando Tomaselli
Diretor Executivo do CIMVI

CINCATARINA

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 10449/2020-E

Publicação Nº 2524872

Processo Administrativo Eletrônico:	10449/2020-e
Interessado:	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento do item 758
Referência	PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DE ITEM - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, que versa sobre o cancelamento do item 758, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Através da solicitação de cancelamento a empresa, (recebido em 02/06/2020) arguiu que devido a não possuir o item em seu estoque e a informação por parte do laboratório fabricante da suspensão temporária pela ANVISA do mesmo, fica impossibilitada de fornecimento, assim justifica seu pedido. Quanto ao atendimento das AFs em aberto, informado a não capacidade de fornecimento.

II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada à ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]
II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve atraso da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que cause danos ou prejuízo a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

No entanto, devemos observar que estamos diante de uma pandemia mundial, o qual devemos observar o momento específico e que o inadimplemento contratual que tenha como base a justificativa de desabastecimento deve ser levado em consideração.

Nestes termos, com base na Resolução n. 29, de 07 de abril de 2020, o CINCATARINA poderá se abster de aplicar as penalidades pecuniárias previstas na Ata de Registro de Preço, conforme dispõe:

Art. 7º. Os contratos administrativos do CINCATARINA deverão atender a sua Função Social e os princípios que gerem a Administração Pública em geral, visando implantar uma Administração Dialógica, com intuito de satisfazer necessidades coletivas e dialogar com os fornecedores nesse momento de pandemia do COVID-19.

§ 1º. O acompanhamento das execuções decorrentes de autorizações de fornecimento e aplicação de penalidades administrativas em caso de descumprimento, relativos ao Projeto de Licitações Compartilhadas, deverá levar em consideração a atual situação de calamidade pública federal e situações de emergência no Estado de Santa Catarina e nos municípios consorciados.

§ 2º. O CINCATARINA poderá deixar de aplicar penalidades pecuniárias previstas no edital e no instrumento contratual nos casos em que a empresa fornecedora ou prestadora de serviço justifique e comprove de que o descumprimento ocorreu em razão da pandemia do COVID-19.

Portanto, caberá nesse momento a coerência deste Órgão Gerenciado quanto da aplicação das penalidades, devendo resguardar o interesse público no que diz respeito ao atendimento das demandas para a população, assim como observar os efeitos que possíveis sanções pecuniárias as empresas nesse momento delicado de nossa economia. O poder sancionador do Estado na relação contratual deve ser ponderado.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução 29/2020, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
- b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a opinar:

1. Pelo deferimento do pedido de cancelamento do Registro de Preço da F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço, referente ao item 758;
2. Pela rescisão das AF 23234/2020 no que tange ao saldo quantitativo dos itens nº 758, com aplicação de penalidade de ADVERTÊNCIA, devido as autorizações de fornecimentos não vencidas, mas presente a obrigação contratual.
3. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item

em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 09 de junho de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

Luís Felipe Braga Kronbauer

Diretor Jurídico do CINCATARINA

OAB/SC 46.772

Processo Administrativo Eletrônico:	10449/2020-e
Interessado:	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento do item 758
Referência	PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item 758 do processo licitatório acima, requerido pela F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo deferimento do pedido de cancelamento do Registro de Preço da F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço, referente ao item 758;
2. Pela rescisão das AF 23234/2020 no que tange ao saldo quantitativo dos itens nº 758, com aplicação de penalidade de ADVERTÊNCIA, devido as autorizações de fornecimentos não vencidas, mas presente a obrigação contratual.
3. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5(cinco) dias úteis para recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão conhecidos.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 16 de junho de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 9436/2020-E

Publicação Nº 2524892

Processo Administrativo Eletrônico:	9436/2020-e
Interessado:	ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do item nº 416
Referência	PAL nº 0027/2019, PE nº 0021A/2019, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, que versa sobre o reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 416 referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe. Em sua solicitação de reequilíbrio Econômico-Financeiro/Cancelamento realizado pela empresa, (recebido através de e-mail em 20/05/2020) a empresa relata que o presente pedido se refere a elevações do preço de custo do objeto contratual no período entre a data da licitação e a presente data. Diante do exposto e objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, solicita o realinhamento do preço contratado, de acordo com a documentação juntada (eDOC 41B432B9, eDOC 252F3E8C).

Antes de conceder o reequilíbrio, foi realizada negociação com os fornecedores que compõem o cadastro de reserva para o item em tela,

para obter contratação mais vantajosa para Administração, observadas a ordem de classificação, nos termos do artigo 20, da Resolução n. 0011/2017, que dispõe sobre o Regulamento do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, revogada pela Resolução n. 0022/2020.

Após a negociação realizada, quanto ao item 416, constata-se que a proposta hora solicitada restou como melhor proposta para os municípios, podendo o órgão gerenciador, alterar as atas de registro de preços conforme análise e parecer técnico (eDOC F61EEE7C, eDOC 41032F78).

Em suma é o Relatório.

Passo a análise.

II – Fundamentação

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, passamos a análise jurídica do pedido.

Preliminarmente devemos observar que uma das características do contrato público é a chamada regra da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, que se encontra preconizada na Carta Magna Brasileira segundo a dicção do art. 37, inciso XXI, in verbis:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

Este dispositivo busca dar segurança ao particular sobre riscos econômicos que possam ocorrer por conta das oscilações das bases econômicas do contrato, permitindo que o ajuste prossiga ao longo da relação, quando este devidamente comprovado.

Como bem salienta Marçal Justen Filho, quanto ao tema:

A tutela ao equilíbrio econômico financeiro dos contratos administrativos destina-se a beneficiar precipuamente a própria administração. Se os particulares tivessem de arcar com as conseqüências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmo quando incorressem, o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais. É muito mais vantajoso convidar os interessados a formular a menor proposta possível: aquela que poderá ser executada se não se verificar qualquer evento prejudicial ou oneroso posterior. Concomitantemente, assegura-se ao particular que, se vier a ocorrer um infortúnio o acréscimo de encargos será arcado pela administração. Em vez de arcar sempre com o custo de eventos meramente potenciais, a administração apenas responderá por eles se e quando efetivamente ocorrerem. (grifo nosso)

Bem por esta razão é que o mesmo autor acentua (op cit. p.522):

O direito à manutenção do equilíbrio econômico financeiro da contratação não deriva de cláusula contratual nem de previsão do ato convocatório. Tem raiz constitucional. Portanto, a ausência de previsão ou de autorização é irrelevante. São inconstitucionais todos os dispositivos legais e regulamentares que pretendam condicionar a concessão de reajuste de preços, recomposição de preços, correção monetária a uma previsão no ato convocatório ou no contrato.

Fica claro, portanto, que equação financeira do contrato pela sua radicação constitucional independe para manutenção do seu equilíbrio de qualquer previsão legal ou contratual.

Outrossim, ressaltar o estabelecimento prévio de regras procedimentais para recomposição do mencionado equilíbrio, visto que tão somente o caso concreto poderá ditar os caminhos pertinentes ao realinhamento às bases originais. A afetação financeira do contrato pode se dar por uma gama variada de motivos, sendo impossível de se prever um caminho único para solucionar-se os incidentes de percurso que possam ocorrer.

A Lei geral de Licitações, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece em seu art. 65, as circunstâncias quando a alteração contratual, em especial ao reequilíbrio, sendo ele:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...]

II - por acordo das partes:

[...]

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (grifo nosso)

Com esse raciocínio atingimos facilmente a conclusão de que os chamados mecanismos revisionais não só podem, mas devem ser estabelecidos posteriormente a licitação, sob pena de se perder a perspectiva da exata compreensão da relação causa/efeito, que só poderá ser compreendida em contemporaneidade com o evento que dará margem aplicação da norma.

Existem Autorizações de Fornecimento em aberto dos itens, devendo a interessada cumprir sua obrigação contratual, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento.

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução n. 22/2020, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa e comprovação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;
- b) Parecer técnico quando ao pedido;

c) Consulta ao cadastro de fornecedores e valor de mercado;

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a opinar:

1. Pelo Deferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-financeiro, no que tange o item 416;
2. Pela execução dos contratos (AF) encaminhados ao fornecedor até apresente data, nos valores incialmente estabelecidos. Os efeitos da revisão contratual (reequilíbrio) não retroagem.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 10 de junho de 2020

[Assinado Eletronicamente]

Luís Felipe Braga Kronbauer

Diretor Jurídico do CINCATARINA

OAB/SC 46.772

Processo Administrativo Eletrônico:	9436/2020-e
Interessado:	ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do item nº 416
Referência	PAL nº 0027/2019, PE nº 0021A/2019, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto a Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro referente ao item nº 416, do processo administrativo licitatório acima, requerido pela empresa ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. Consta parecer jurídico oriundo da Diretoria Jurídica, o qual acato como razões e fundamentos para DECIDIR:

1. Pelo Deferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-financeiro, no que tange o item 416;
2. Pela execução dos contratos (AF) encaminhados ao fornecedor até apresente data, nos valores incialmente estabelecidos. Os efeitos da revisão contratual (reequilíbrio) não retroagem.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 16 de junho de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 9452/2020-E

Publicação Nº 2524894

Processo Administrativo Eletrônico:	9452/2020-e
Interessado:	NUTRIMIL COM. DE PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do item nº 04
Referência	PAL nº 0070/2019, PE nº 0056/2019, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa NUTRIMIL COM. DE PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA, que versa sobre o reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 04 referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe. Em sua solicitação de reequilíbrio Econômico-Financeiro/Cancelamento realizado pela empresa, (recebido através de e-mail em 07/05/2020) a empresa relata que o presente pedido se refere a elevações do preço de custo do objeto contratual no período entre a data da licitação e a presente data. Diante do exposto e objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, solicita o realinhamento do preço contratado, de acordo com a documentação juntada (eDOC 9DC236AA, eDOC 44E475A7, eDOC F6A9F3BD).

Antes de conceder o reequilíbrio, foi realizada negociação com os fornecedores que compõem o cadastro de reserva para o item em tela, para obter contratação mais vantajosa para Administração, observadas a ordem de classificação, nos termos do artigo 20, da Resolução n. 0011/2017, que dispõe sobre o Regulamento do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, revogada pela Resolução n. 0022/2020.

Após a negociação realizada, quanto ao item 04, constata-se que a proposta hora solicitada restou como melhor proposta para os municípios, podendo o órgão gerenciador, alterar as atas de registro de preços conforme análise e parecer técnico (eDOC 2F8FB0B0, eDOC 9232FF88).

Em suma é o Relatório.
Passo a análise.

II – Fundamentação

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, passamos a análise jurídica do pedido.

Preliminarmente devemos observar que uma das características do contrato público é a chamada regra da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, que se encontra preconizada na Carta Magna Brasileira segundo a dicção do art. 37, inciso XXI, in verbis:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

Este dispositivo busca dar segurança ao particular sobre riscos econômicos que possam ocorrer por conta das oscilações das bases econômicas do contrato, permitindo que o ajuste prossiga ao longo da relação, quando este devidamente comprovado.

Como bem salienta Marçal Justen Filho, quanto ao tema:

A tutela ao equilíbrio econômico financeiro dos contratos administrativos destina-se a beneficiar precipuamente a própria administração. Se os particulares tivessem de arcar com as conseqüências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmo quando incorressem, o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais. É muito mais vantajoso convidar os interessados a formular a menor proposta possível: aquela que poderá ser executada se não se verificar qualquer evento prejudicial ou oneroso posterior. Concomitantemente, assegura-se ao particular que, se vier a ocorrer um infortúnio o acréscimo de encargos será arcado pela administração. Em vez de arcar sempre com o custo de eventos meramente potenciais, a administração apenas responderá por eles se e quando efetivamente ocorrerem. (grifo nosso)

Bem por esta razão é que o mesmo autor acentua (op cit. p.522):

O direito à manutenção do equilíbrio econômico financeiro da contratação não deriva de cláusula contratual nem de previsão do ato convocatório. Tem raiz constitucional. Portanto, a ausência de previsão ou de autorização é irrelevante. São inconstitucionais todos os dispositivos legais e regulamentares que pretendam condicionar a concessão de reajuste de preços, recomposição de preços, correção monetária a uma previsão no ato convocatório ou no contrato.

Fica claro, portanto, que equação financeira do contrato pela sua radicação constitucional independe para manutenção do seu equilíbrio de qualquer previsão legal ou contratual.

Outrossim, ressaltar o estabelecimento prévio de regras procedimentais para recomposição do mencionado equilíbrio, visto que tão somente o caso concreto poderá ditar os caminhos pertinentes ao realinhamento às bases originais. A afetação financeira do contrato pode se dar por uma gama variada de motivos, sendo impossível de se prever um caminho único para solucionar-se os incidentes de percurso que possam ocorrer.

A Lei geral de Licitações, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece em seu art. 65, as circunstâncias quando a alteração contratual, em especial ao reequilíbrio, sendo ele:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...]

II - por acordo das partes:

[...]

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (grifo nosso)

Com esse raciocínio atingimos facilmente a conclusão de que os chamados mecanismos revisionais não só podem, mas devem ser estabelecidos posteriormente a licitação, sob pena de se perder a perspectiva da exata compreensão da relação causa/efeito, que só poderá ser compreendida em contemporaneidade com o evento que dará margem aplicação da norma.

Existem Autorizações de Fornecimento em aberto dos itens, devendo a interessada cumprir sua obrigação contratual, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento.

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução n. 22/2020, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa e comprovação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;
- b) Parecer técnico quando ao pedido;
- c) Consulta ao cadastro de fornecedores e valor de mercado;

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a opinar:

1. Pelo Deferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-financeiro, no que tange o item 04;
2. Pela execução dos contratos (AF) encaminhados ao fornecedor até presente data, nos valores inicialmente estabelecidos. Os efeitos da

revisão contratual (reequilíbrio) não retroagem.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 10 de junho de 2020

[Assinado Eletronicamente]
Luís Felipe Braga Kronbauer
Diretor Jurídico do CINCATARINA
OAB/SC 46.772

Processo Administrativo Eletrônico:	9452/2020-e
Interessado:	NUTRIMIL COM. DE PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do item nº 04
Referência	PAL nº 0070/2019, PE nº 0056/2019, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto a Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro referente ao item nº 04, do processo administrativo licitatório acima, requerido pela empresa NUTRIMIL COM. DE PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA. Consta parecer jurídico oriundo da Diretoria Jurídica, o qual acato como razões e fundamentos para DECIDIR:

1. Pelo Deferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-financeiro, no que tange o item 04;
2. Pela execução dos contratos (AF) encaminhados ao fornecedor até apresente data, nos valores incialmente estabelecidos. Os efeitos da revisão contratual (reequilíbrio) não retroagem.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 16 de junho de 2020.

[Assinado Eletronicamente]
ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Publicação Nº 2525831



Sistema: Todos Considera Encerramento: Não Indicador de Superávit: Todos
Período: Maio de 2020 Até Maio de 2020

16/06/2020 17:17:32 -03:00



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Página 2

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete de Verificação

Entidade(s): 15907

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não Indicador de Superávit: Todos

Período: Maio de 2020 Até Maio de 2020

Conta Contábil	Descrição da Conta	Tipo	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
1.1.2.3.1.02.00.04.11.45.00.00	LAJEADO GRANDE	A	P	23.760,00	0,00	2.970,00	20.790,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.48.00.00	LEBON REGIS	A	P	29.840,00	0,00	3.730,00	26.110,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.50.00.00	LINDÓIA DO SUL	A	P	23.760,00	0,00	2.970,00	20.790,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.51.00.00	LONTRAS	A	P	29.840,01	0,00	3.730,00	26.110,01
1.1.2.3.1.02.00.04.11.53.00.00	LUZERNA	A	P	23.760,00	0,00	2.970,00	20.790,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.54.00.00	MACIEIRA	A	P	23.760,00	0,00	2.970,00	20.790,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.60.00.00	MAREMA	A	P	26.730,00	0,00	5.940,00	20.790,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.62.00.00	MATOS COSTA	A	P	23.760,00	0,00	2.970,00	20.790,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.67.00.00	MONTE CARLO	A	P	26.800,00	0,00	3.350,00	23.450,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.68.00.00	MONTE CASTELO	A	P	26.800,00	0,00	3.350,00	23.450,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.69.00.00	MORRO DA FUMAÇA	A	P	0,00	38.635,33	4.545,33	34.090,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.74.00.00	NOVA TRENTO	A	P	36.990,00	0,00	4.110,00	32.880,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.77.00.00	ORLEANS	A	P	42.000,00	0,00	5.250,00	36.750,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.79.00.00	OURO	A	P	23.760,00	0,00	2.970,00	20.790,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.80.00.00	OURO VERDE	A	P	23.760,00	0,00	2.970,00	20.790,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.85.00.00	PALMEIRA	A	P	23.760,00	0,00	2.970,00	20.790,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.90.00.00	PASSOS MAIA	A	P	23.760,00	0,00	2.970,00	20.790,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.91.00.00	PAULO LOPES	A	P	23.760,00	0,00	2.970,00	20.790,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.94.00.00	PIRATUBA	A	P	26.800,00	0,00	3.350,00	23.450,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.98.00.00	PINHEIRO PRETO	A	P	20.790,00	0,00	2.970,00	17.820,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.03.00.00	PONTE ALTA DO NORTE	A	P	23.760,00	0,00	2.970,00	20.790,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.04.00.00	PONTE SERRADA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.09.00.00	PRESIDENTE CASTELLO BRANCO	A	P	23.760,00	0,00	2.970,00	20.790,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.14.00.00	RANCHO QUEIMADO	A	P	23.760,00	0,00	2.970,00	20.790,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.15.00.00	RIO DAS ANTAS	A	P	26.800,00	0,00	3.350,00	23.450,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.19.00.00	RIO DOS CEDROS	A	P	29.840,00	0,00	3.730,00	26.110,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.21.00.00	RIO NEGRINHO	A	P	51.120,00	0,00	6.390,00	44.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.26.00.00	SALETE	A	P	27.840,00	0,00	2.090,00	25.750,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.28.00.00	SALTO VELOSO	A	P	27.984,00	0,00	5.940,00	22.044,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.30.00.00	SANTA CECILIA	A	P	32.880,00	0,00	4.110,00	28.770,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.34.00.00	SANTA TEREZINHA	A	P	23.760,00	0,00	2.970,00	20.790,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.40.00.00	SÃO BONIFÁCIO	A	P	23.760,00	0,00	2.970,00	20.790,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.43.00.00	SÃO DOMINGOS	A	P	26.800,00	0,00	0,00	26.800,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.53.00.00	SÃO LOURENÇO DO OESTE	A	P	39.410,00	0,00	0,00	39.410,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.58.00.00	SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	A	P	53.760,00	0,00	2.970,00	50.790,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.67.00.00	TANGARÁ	A	P	26.800,00	0,00	3.350,00	23.450,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.72.00.00	TIMBÓ GRANDE	A	P	26.800,00	0,00	3.350,00	23.450,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.76.00.00	TREZE TILIAS	A	P	26.800,00	0,00	3.350,00	23.450,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.82.00.00	URUBICI	A	P	0,00	44.760,00	7.460,00	37.300,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.85.00.00	VARGEÃO	A	P	23.760,00	0,00	2.970,00	20.790,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.86.00.00	VARGEM	A	P	32.670,00	0,00	0,00	32.670,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.89.00.00	VIDEIRA	A	P	60.240,00	0,00	7.530,00	52.710,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.92.00.00	XANXERÊ	A	P	54.160,00	0,00	6.770,00	47.390,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.93.00.00	XAVANTINA	A	P	23.760,00	0,00	2.970,00	20.790,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.94.00.00	XAXIM	A	P	112.600,00	0,00	5.630,00	106.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.95.00.00	ZORTÉA	A	P	24.588,33	0,00	2.970,00	21.618,33
1.1.3.0.0.00.00.00.00.00.00	Demais créditos e valores a curto prazo	S		79.299,55	1.500,00	1.500,00	79.299,55
1.1.3.1.0.00.00.00.00.00.00	Adiantamentos concedidos - consolidação	S		6.000,00	1.500,00	1.500,00	6.000,00
1.1.3.1.1.00.00.00.00.00.00	Adiantamentos concedidos - consolidação	S		6.000,00	1.500,00	1.500,00	6.000,00
1.1.3.1.1.99.00.00.00.00.00	Adiantamentos diversos concedidos	A	P	6.000,00	1.500,00	1.500,00	6.000,00
1.1.3.8.0.00.00.00.00.00.00	Outros créditos a receber e valores a curto prazo	S		73.299,55	0,00	0,00	73.299,55
1.1.3.8.1.00.00.00.00.00.00	Outros créditos a receber e valores a curto prazo - consolidação	S		73.299,55	0,00	0,00	73.299,55
1.1.3.8.1.29.00.00.00.00.00	Créditos a receber de entidades estaduais, distritais e municipais	S	P	73.299,55	0,00	0,00	73.299,55
1.1.3.8.1.29.00.02.00.00.00	MIP VARIÁVEL	S	P	25.217,70	0,00	0,00	25.217,70
1.1.3.8.1.29.00.02.01.00.00	CAÇADOR	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.02.07.00.00	SÃO FRANCISCO DO SUL	A	P	25.217,70	0,00	0,00	25.217,70
1.1.3.8.1.29.00.02.08.00.00	ITUPORANGA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.02.09.00.00	RIO DO SUL	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.02.10.00.00	URUBICI	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.06.00.00.00	AÇÕES ESPECÍFICAS E INDIVIDUALIZADAS	S	P	4.560,00	0,00	0,00	4.560,00
1.1.3.8.1.29.00.06.10.00.00	RIO DO SUL	A	P	4.560,00	0,00	0,00	4.560,00
1.1.3.8.1.29.00.06.11.00.00	URUBICI	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.00.00.00	AÇÕES CONJUNTAS EM EXECUÇÃO	S	P	43.521,85	0,00	0,00	43.521,85



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Página 3

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete de Verificação

Entidade(s): 15907

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não Indicador de Superávit: Todos

Período: Maio de 2020 Até Maio de 2020

Conta Contábil	Descrição da Conta	Tipo	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
1.1.3.8.1.29.00.07.01.00.00.00	DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL	S	P	31.080,00	0,00	0,00	31.080,00
1.1.3.8.1.29.00.07.01.01.00.00	RIO NEGRINHO	A	P	31.000,00	0,00	0,00	31.000,00
1.1.3.8.1.29.00.07.01.02.00.00	SÃO FRANCISCO DO SUL	A	P	80,00	0,00	0,00	80,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.00.00.00	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	S	P	245,35	0,00	0,00	245,35
1.1.3.8.1.29.00.07.02.01.00.00	IBICARÉ	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.02.00.00	CAÇADOR	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.03.00.00	LACERDÓPOLIS	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.04.00.00	RIO DOSUL	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.05.00.00	URUBICI	A	P	245,35	0,00	0,00	245,35
1.1.3.8.1.29.00.07.02.06.00.00	ABDON BATISTA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.07.00.00	ANTÔNIO CARLOS	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.08.00.00	ARROIO TRINTA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.09.00.00	LEBON RÉGIS	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.10.00.00	LUZERNA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.11.00.00	MACIEIRA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.12.00.00	MATOS COSTA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.13.00.00	PINHEIRO PRETO	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.14.00.00	PONTE ALTA DO NORTE	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.15.00.00	PONTE SERRADA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.16.00.00	RANCHO QUEIMADO	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.17.00.00	RIO DAS ANTAS	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.19.00.00	SALTO VELOSO	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.20.00.00	SANTA TEREZINHA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.21.00.00	TANGARÁ	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.22.00.00	TIMBÓ GRANDE	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.23.00.00	VARGEM	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.24.00.00	VIDEIRA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.25.00.00	BRUNÓPOLIS	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.27.00.00	CALMON	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.28.00.00	ERVAL VELHO	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.29.00.00	FRAIBURGO	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.30.00.00	FREI ROGÉRIO	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.31.00.00	IBIAM	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.33.00.00	IOMERÉ	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.34.00.00	IRINEÓPOLIS	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.35.00.00	ITUPORANGA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.03.00.00.00	AÇÕES ESPECÍFICAS E INDIVIDUALIZADAS	S	P	12.196,50	0,00	0,00	12.196,50
1.1.3.8.1.29.00.07.03.01.00.00	ITAPOÁ	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.03.02.00.00	CAÇADOR	A	P	12.196,50	0,00	0,00	12.196,50
1.1.3.8.1.29.00.07.03.03.00.00	IRINEÓPOLIS	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Ativo não circulante	S		878.421,37	0,00	0,00	878.421,37
1.2.3.0.0.00.00.00.00.00.00	Imobilizado	S		878.421,37	0,00	0,00	878.421,37
1.2.3.1.0.00.00.00.00.00.00	Bens móveis	S		878.421,37	0,00	0,00	878.421,37
1.2.3.1.1.00.00.00.00.00.00	Bens móveis - consolidação	S		878.421,37	0,00	0,00	878.421,37
1.2.3.1.1.01.00.00.00.00.00	Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	S		69.349,69	0,00	0,00	69.349,69
1.2.3.1.1.01.01.00.00.00.00	Aparelhos de medição e orientação	A	P	9.816,00	0,00	0,00	9.816,00
1.2.3.1.1.01.02.00.00.00.00	Aparelhos e equipamentos de comunicação	A	P	22.058,08	0,00	0,00	22.058,08
1.2.3.1.1.01.05.00.00.00.00	Equipamento de proteção, segurança e socorro	A	P	3.817,50	0,00	0,00	3.817,50
1.2.3.1.1.01.07.00.00.00.00	Máquinas e equipamentos energéticos	A	P	4.295,90	0,00	0,00	4.295,90
1.2.3.1.1.01.08.00.00.00.00	Máquinas e equipamentos gráficos	A	P	588,00	0,00	0,00	588,00
1.2.3.1.1.01.19.00.00.00.00	Máquinas, equipamentos e utensílios agropecuários	A	P	15.070,00	0,00	0,00	15.070,00
1.2.3.1.1.01.99.00.00.00.00	Outras máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	A	P	13.704,21	0,00	0,00	13.704,21
1.2.3.1.1.02.00.00.00.00.00	Bens de informática	S		338.458,51	0,00	0,00	338.458,51
1.2.3.1.1.02.01.00.00.00.00	Equipamentos de processamento de dados	A	P	338.458,51	0,00	0,00	338.458,51
1.2.3.1.1.03.00.00.00.00.00	Móveis e utensílios	S		128.311,17	0,00	0,00	128.311,17
1.2.3.1.1.03.01.00.00.00.00	Aparelhos e utensílios domésticos	A	P	3.578,50	0,00	0,00	3.578,50
1.2.3.1.1.03.02.00.00.00.00	Máquinas e utensílios de escritório	A	P	595,00	0,00	0,00	595,00
1.2.3.1.1.03.03.00.00.00.00	Mobiliário em geral	A	P	124.137,67	0,00	0,00	124.137,67
1.2.3.1.1.04.00.00.00.00.00	Materiais culturais, educacionais e de comunicação	S		12.932,00	0,00	0,00	12.932,00
1.2.3.1.1.04.05.00.00.00.00	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	A	P	12.932,00	0,00	0,00	12.932,00
1.2.3.1.1.05.00.00.00.00.00	Veículos	S		306.550,00	0,00	0,00	306.550,00
1.2.3.1.1.05.03.00.00.00.00	Veículos de tração mecânica	A	P	306.550,00	0,00	0,00	306.550,00
1.2.3.1.1.99.00.00.00.00.00	Demais bens móveis	S		22.820,00	0,00	0,00	22.820,00
1.2.3.1.1.99.99.00.00.00.00	Outros bens móveis	A	P	22.820,00	0,00	0,00	22.820,00

IPM Sistemas Ltda
Atende Net

Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

16/06/2020 17:17:32 -03:00



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Página 5

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete de Verificação

Entidade(s): 15907

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não Indicador de Superávit: Todos

Período: Maio de 2020 Até Maio de 2020

Conta Contábil	Descrição da Conta	Tipo	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
2.1.8.8.1.01.02.10.00.00.00.00	INSS CHRONOS ENGENHARIA E SERVIÇOS EIRELI	A	F	(551,15)	551,15	320,49	(320,49)
2.1.8.8.1.01.02.11.00.00.00.00	INSS TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	A	F	(583,47)	583,47	1.977,38	(1.977,38)
2.1.8.8.1.01.02.12.00.00.00.00	INSS QUALIDADE CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES	A	F	(12.914,69)	12.914,69	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.02.13.00.00.00.00	LTDA INSS CEGE ENGENHARIA LTDA - ME	A	F	0,00	0,00	765,32	(765,32)
2.1.8.8.1.01.04.00.00.00.00.00	Imposto sobre a renda retido na fonte - irrf	S	F	(35.835,23)	37.094,25	30.530,49	(29.271,47)
2.1.8.8.1.01.04.01.00.00.00.00	IRRF SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	A	F	(33.244,31)	31.999,77	27.623,19	(28.867,73)
2.1.8.8.1.01.04.02.00.00.00.00	IRRF SERVIÇOS DE TERCEIROS	S	F	(464,75)	831,47	770,46	(403,74)
2.1.8.8.1.01.04.02.01.00.00.00	IRRF SERV TERCEIROS IPM INFORMÁTICA LTDA	A	F	(11,03)	11,03	11,03	(11,03)
2.1.8.8.1.01.04.02.04.00.00.00	ELÉTRICA LTDA ME IRRF SERV TERCEIROS ELENGE ENGENHARIA	A	F	(453,72)	620,91	373,29	(206,10)
2.1.8.8.1.01.04.02.05.00.00.00	SERVIÇOS LTDA IRRF SERV TERCEIROS ORBENK ADMINISTRAÇÃO DE	A	F	0,00	199,53	386,14	(186,61)
2.1.8.8.1.01.04.03.00.00.00.00	ENGENHARIA LTDA IRRF SERV TERCEIROS IGUATEMI CONSULTORIA E SERV	A	F	(2.126,17)	4.263,01	2.136,84	0,00
2.1.8.8.1.01.04.04.00.00.00.00	IRRF SERV TERCEIROS CHRONOS ENGENHARIA E	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.00.00.00.00.00	SERVIÇOS EIRELI ISS	S	F	(6.761,25)	15.083,69	13.751,98	(5.429,54)
2.1.8.8.1.01.08.01.00.00.00.00	ISS a Recolher Iomere	A	F	(5,73)	0,00	252,33	(258,06)
2.1.8.8.1.01.08.02.00.00.00.00	ISS a Recolher Rio das Antas	A	F	(38,45)	38,45	36,09	(36,09)
2.1.8.8.1.01.08.03.00.00.00.00	ISS a Recolher Lebon Regis	A	F	(49,16)	781,04	823,86	(91,98)
2.1.8.8.1.01.08.04.00.00.00.00	ISS a Recolher Fraiburgo	A	F	(137,80)	572,39	948,06	(513,47)
2.1.8.8.1.01.08.05.00.00.00.00	ISS a Recolher Arroio Trinta	A	F	0,00	0,00	41,51	(41,51)
2.1.8.8.1.01.08.06.00.00.00.00	ISS a Recolher Videira	A	F	(581,84)	581,84	194,86	(194,86)
2.1.8.8.1.01.08.07.00.00.00.00	ISS a Recolher Cacador	A	F	(935,08)	1.067,57	396,87	(264,38)
2.1.8.8.1.01.08.08.00.00.00.00	ISS a Recolher Salto Veloso	A	F	(64,08)	64,08	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.09.00.00.00.00	ISS a Recolher Matos Costa	A	F	(18,09)	0,00	0,00	(18,09)
2.1.8.8.1.01.08.10.00.00.00.00	ISS a Recolher Calmon	A	F	(29,14)	29,14	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.11.00.00.00.00	ISS a Recolher Ibiã	A	F	(37,38)	37,38	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.12.00.00.00.00	ISS a Recolher Macieira	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.13.00.00.00.00	ISS a Recolher Pinheiro Preto	A	F	(13,21)	48,94	35,73	0,00
2.1.8.8.1.01.08.14.00.00.00.00	ISS a Recolher Tangara	A	F	0,00	174,16	227,77	(53,61)
2.1.8.8.1.01.08.15.00.00.00.00	ISS a Recolher Timbo Grande	A	F	(15,43)	15,43	765,46	(765,46)
2.1.8.8.1.01.08.17.00.00.00.00	ISS A Recolher Brunópolis	A	F	(112,63)	0,00	0,00	(112,63)
2.1.8.8.1.01.08.18.00.00.00.00	ISS a Recolher Vargem	A	F	(102,17)	102,17	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.19.00.00.00.00	ISS a Recolher Abdon Batista	A	F	(33,81)	33,81	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.20.00.00.00.00	ISS a Recolher Ponte Serrada	A	F	0,00	0,00	119,29	(119,29)
2.1.8.8.1.01.08.21.00.00.00.00	ISS a Recolher São Francisco do Sul	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.22.00.00.00.00	ISS a Recolher Ibicaré	A	F	(8,21)	0,00	0,00	(8,21)
2.1.8.8.1.01.08.23.00.00.00.00	ISS a Recolher Erval Velho	A	F	(27,92)	622,86	627,42	(32,48)
2.1.8.8.1.01.08.24.00.00.00.00	ISS a Recolher Lacerdópolis	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.25.00.00.00.00	ISS a Recolher Santa Cecília	A	F	(1.418,48)	1.418,48	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.26.00.00.00.00	ISS a Recolher Rio do Sul	A	F	(1.039,17)	1.039,17	1.339,32	(1.339,32)
2.1.8.8.1.01.08.27.00.00.00.00	ISS a Recolher Irineópolis	A	F	0,00	0,00	87,62	(87,62)
2.1.8.8.1.01.08.28.00.00.00.00	ISS a Recolher Santa Terezinha	A	F	(19,87)	0,00	0,00	(19,87)
2.1.8.8.1.01.08.29.00.00.00.00	ISS a Recolher Luzerna	A	F	(56,24)	264,18	335,10	(127,16)
2.1.8.8.1.01.08.30.00.00.00.00	ISS a Recolher Ituporanga	A	F	(66,87)	66,87	45,84	(45,84)
2.1.8.8.1.01.08.31.00.00.00.00	ISS a Recolher Florianópolis	A	F	0,00	4.426,11	4.562,78	(136,67)
2.1.8.8.1.01.08.32.00.00.00.00	ISS a Recolher Rancho Queimado	A	F	(17,45)	17,45	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.34.00.00.00.00	ISS a Recolher Ponte Alta do Norte	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.36.00.00.00.00	ISS a Recolher Antônio Carlos	A	F	(120,05)	120,05	53,53	(53,53)
2.1.8.8.1.01.08.37.00.00.00.00	ISS A RECOLHER ZORTÉA	A	F	0,00	74,94	74,94	0,00
2.1.8.8.1.01.08.39.00.00.00.00	ISS a Recolher Novo Horizonte	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.40.00.00.00.00	ISS a Recolher São Lourenço do Oeste	A	F	(112,42)	534,51	1.241,81	(819,72)
2.1.8.8.1.01.08.41.00.00.00.00	ISS a Recolher Quilombo	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.42.00.00.00.00	ISS a Recolher Água Doce	A	F	0,00	272,92	272,92	0,00
2.1.8.8.1.01.08.43.00.00.00.00	ISS a Recolher Campos Novos	A	F	0,00	284,91	284,91	0,00
2.1.8.8.1.01.08.44.00.00.00.00	ISS a Recolher Itapoá	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.45.00.00.00.00	ISS a Recolher Garuva	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.46.00.00.00.00	ISS a Recolher Irati	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.47.00.00.00.00	ISS a Recolher Treze Tilias	A	F	(904,13)	1.028,37	156,88	(32,64)
2.1.8.8.1.01.08.48.00.00.00.00	ISS a Recolher Catanduvas	A	F	0,00	129,92	129,92	0,00
2.1.8.8.1.01.08.49.00.00.00.00	ISS a Recolher Capinzal	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.50.00.00.00.00	ISS a Recolher Agrolândia	A	F	(163,05)	163,05	3,13	(3,13)
2.1.8.8.1.01.08.51.00.00.00.00	ISS a Recolher Celso Ramos	A	F	0,00	28,29	28,29	0,00
2.1.8.8.1.01.08.52.00.00.00.00	ISS a Recolher Jupiá	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.53.00.00.00.00	ISS a Recolher Galvão	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda
Atende Net

Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

16/06/2020 17:17:32 -03:00



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Página 6

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete de Verificação

Entidade(s): 15907

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não Indicador de Superávit: Todos

Período: Maio de 2020 Até Maio de 2020

Conta Contábil	Descrição da Conta	Tipo	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
2.1.8.8.1.01.08.54.00.00.00.00	ISS a Recolher Coronel Martins	A	F	0,00	278,30	278,30	0,00
2.1.8.8.1.01.08.55.00.00.00.00	ISS a Recolher Monte Carlo	A	F	(172,25)	172,25	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.56.00.00.00.00	ISS a Recolher Orleans	A	F	(461,14)	461,14	177,33	(177,33)
2.1.8.8.1.01.08.57.00.00.00.00	ISS a Recolher São Bernardino	A	F	0,00	133,52	133,52	0,00
2.1.8.8.1.01.08.58.00.00.00.00	ISS a Recolher Xavantina	A	F	0,00	0,00	76,59	(76,59)
2.1.8.8.1.01.10.00.00.00.00.00	Pensão alimentícia	A	F	0,00	3.135,00	3.135,00	0,00
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00.00.00	Outros consignatários	S	F	(1.720,30)	4.626,26	4.875,91	(1.969,95)
2.1.8.8.1.01.99.01.00.00.00.00	REDECIMCATARINA	A	F	(10,00)	2.915,96	2.905,96	0,00
2.1.8.8.1.01.99.02.00.00.00.00	Taxa de Administração Negativa - Vale Alimentação	A	F	(1.710,30)	1.710,30	1.969,95	(1.969,95)
2.1.8.8.1.01.99.03.00.00.00.00	Restituição Crédito Auxílio Alimentação	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.9.0.00.00.00.00.00.00.00	Outras obrigações a curto prazo	S		0,00	1.820,00	1.820,00	0,00
2.1.8.9.1.00.00.00.00.00.00.00	Outras obrigações a curto prazo - consolidação	S		0,00	1.820,00	1.820,00	0,00
2.1.8.9.1.02.00.00.00.00.00.00	Diárias a pagar	A	F	0,00	1.820,00	1.820,00	0,00
2.1.8.9.1.03.00.00.00.00.00.00	Suprimentos de fundos a pagar	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Patrimônio líquido	S		(8.275.669,01)	0,00	0,00	(8.275.669,01)
2.3.7.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Resultados acumulados	S		(8.275.669,01)	0,00	0,00	(8.275.669,01)
2.3.7.1.0.00.00.00.00.00.00.00	Superávits ou déficits acumulados	S		(8.275.669,01)	0,00	0,00	(8.275.669,01)
2.3.7.1.1.00.00.00.00.00.00.00	Superávits ou déficits acumulados - consolidação	S		(8.275.669,01)	0,00	0,00	(8.275.669,01)
2.3.7.1.1.02.00.00.00.00.00.00	Superávits ou déficits de exercícios anteriores	A	P	(8.275.669,01)	0,00	0,00	(8.275.669,01)



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Página 7

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete de Verificação

Entidade(s): 15907

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não Indicador de Superávit: Todos

Período: Maio de 2020 Até Maio de 2020

Conta Contábil	Descrição da Conta	Tipo	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
3.0.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Variação patrimonial diminutiva	S		7.127.371,56	2.528.556,32	520,00	9.655.407,88
3.1.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Pessoal e encargos	S		1.259.082,31	333.552,30	0,00	1.592.634,61
3.1.1.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Remuneração a pessoal	S		923.686,70	244.998,03	0,00	1.168.684,73
3.1.1.1.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Remuneração a pessoal ativo civil - abrangidos pelo RPPS	S		0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.1.1.1.0.0.0.00.00.00.00.00	Remuneração a pessoal ativo civil - abrangidos pelo RPPS - consolidação	S		0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.1.1.1.01.0.0.0.00.00.00.00	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil - RPPS	S		0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.1.1.1.01.21.0.0.0.00.00.00	Férias vencidas e proporcionais	A		0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.1.1.1.01.22.0.0.0.00.00.00	13. salário	A		0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.1.1.1.01.24.0.0.0.00.00.00	Férias abono constitucional	A		0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.1.2.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Remuneração a pessoal ativo civil - abrangidos pelo RGPS	S		923.686,70	244.998,03	0,00	1.168.684,73
3.1.1.2.1.0.0.0.00.00.00.00.00	Remuneração a pessoal ativo civil - abrangidos pelo RGPS - consolidação	S		923.686,70	244.998,03	0,00	1.168.684,73
3.1.1.2.1.01.0.0.0.00.00.00.00	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil - RGPS	S		749.583,71	197.499,90	0,00	947.083,61
3.1.1.2.1.01.01.0.0.0.00.00.00	Vencimentos e salários	A		678.117,05	197.499,90	0,00	875.616,95
3.1.1.2.1.01.21.0.0.0.00.00.00	Férias vencidas e proporcionais	A		0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.1.2.1.01.24.0.0.0.00.00.00	Férias - abono constitucional	A		17.866,66	0,00	0,00	17.866,66
3.1.1.2.1.01.35.0.0.0.00.00.00	Férias - pagamento antecipado	A		53.600,00	0,00	0,00	53.600,00
3.1.1.2.1.04.0.0.0.00.00.00.00	Contratação por tempo determinado	S		174.102,99	47.498,13	0,00	221.601,12
3.1.1.2.1.04.12.0.0.0.00.00.00	Férias vencidas/proporcionais cont.temporário	A		3.383,33	0,00	0,00	3.383,33
3.1.1.2.1.04.13.0.0.0.00.00.00	13º salário contrato temporário	A		966,67	0,00	0,00	966,67
3.1.1.2.1.04.14.0.0.0.00.00.00	Férias - abono constitucional	A		3.061,11	3.866,66	0,00	6.927,77
3.1.1.2.1.04.15.0.0.0.00.00.00	Férias - pagamento antecipado	A		5.800,00	11.600,00	0,00	17.400,00
3.1.1.2.1.04.25.0.0.0.00.00.00	Obrigações patronais	A		38.125,31	10.677,88	0,00	48.803,19
3.1.1.2.1.04.99.0.0.0.00.00.00	Outras contratações por tempo determinado	A		122.766,57	21.353,59	0,00	144.120,16
3.1.2.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Encargos patronais	S		213.150,44	52.801,96	0,00	265.952,40
3.1.2.2.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Encargos patronais - RGPS	S		213.150,44	52.801,96	0,00	265.952,40
3.1.2.2.1.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Encargos patronais - RGPS - consolidação	S		213.150,44	52.801,96	0,00	265.952,40
3.1.2.2.1.01.0.0.0.00.00.00.00	Contribuições previdenciárias - INSS	A		152.380,57	36.497,97	0,00	188.878,54
3.1.2.2.1.99.0.0.0.00.00.00.00	Outros encargos patronais - RGPS	A		60.769,87	16.303,99	0,00	77.073,86
3.1.3.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Benefícios a pessoal	S		122.245,17	35.752,31	0,00	157.997,48
3.1.3.2.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Benefícios a pessoal - RGPS	S		122.245,17	35.752,31	0,00	157.997,48
3.1.3.2.1.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Benefícios a pessoal - RGPS - consolidação	A		122.245,17	35.752,31	0,00	157.997,48
3.2.0.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Benefícios previdenciários e assistenciais	S		42.678,23	14.524,49	0,00	57.202,72
3.2.4.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Benefícios eventuais	S		32.638,12	8.224,49	0,00	40.862,61
3.2.4.9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Outros benefícios eventuais	S		32.638,12	8.224,49	0,00	40.862,61
3.2.4.9.1.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Outros benefícios eventuais - consolidação	A		32.638,12	8.224,49	0,00	40.862,61
3.2.9.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Outros benefícios previdenciários e assistenciais	S		10.040,11	6.300,00	0,00	16.340

IPM Sistemas Ltda
Atende.Net

Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

16/06/2020 17:17:32 -03:00



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Página 8

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete de Verificação

Entidade(s): 15907

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não Indicador de Superávit: Todos

Período: Maio de 2020 Até Maio de 2020

Conta Contábil	Descrição da Conta	Tipo	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
3.3.2.3.0.00.00.00.00.00.00.00	Serviços terceiros - PJ	S		3.673.903,66	889.201,50	0,00	4.563.105,16
3.3.2.3.1.00.00.00.00.00.00.00	Serviços terceiros - PJ - consolidação	S		3.673.903,66	889.201,50	0,00	4.563.105,16
3.3.2.3.1.04.00.00.00.00.00.00	Comunicação	A		1.615,90	14.950,80	0,00	16.566,70
3.3.2.3.1.05.00.00.00.00.00.00	Publicidade	A		2.800,00	0,00	0,00	2.800,00
3.3.2.3.1.06.00.00.00.00.00.00	Manutenção e conservação	A		2.275.112,63	522.395,01	0,00	2.797.507,64
3.3.2.3.1.07.00.00.00.00.00.00	Serviços de apoio	A		4.707,86	0,00	0,00	4.707,86
3.3.2.3.1.08.00.00.00.00.00.00	Serviços de água e esgoto, energia elétrica, gás e outros.	A		6.072,89	764,75	0,00	6.837,64
3.3.2.3.1.10.00.00.00.00.00.00	Locações	A		13.164,56	3.291,14	0,00	16.455,70
3.3.2.3.1.11.00.00.00.00.00.00	Serviços relacionados a tecnologia da informação	A		135.109,10	37.946,50	0,00	173.055,60
3.3.2.3.1.29.00.00.00.00.00.00	Seguros em geral	A		1.856,15	1.590,80	0,00	3.446,95
3.3.2.3.1.32.00.00.00.00.00.00	Serviços bancários	A		3.895,60	1.173,85	0,00	5.069,45
3.3.2.3.1.46.00.00.00.00.00.00	Serviços gráficos e editoriais	A		2.743,00	1.535,00	0,00	4.278,00
3.3.2.3.1.51.00.00.00.00.00.00	Serviços técnicos profissionais	A		284.211,23	68.643,39	0,00	352.854,62
3.3.2.3.1.54.00.00.00.00.00.00	Locação de mão-de-obra	A		52.445,56	39.244,08	0,00	91.689,64
3.3.2.3.1.99.00.00.00.00.00.00	Outros serviços terceiros - PJ	A		890.169,18	197.666,18	0,00	1.087.835,36
3.7.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Tributárias	S		10.242,19	2.795,04	0,00	13.037,23
3.7.1.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Impostos, taxas e contribuições de melhoria	S		7.247,98	1.080,83	0,00	8.328,81
3.7.1.1.0.00.00.00.00.00.00.00	Impostos	S		4.322,63	0,00	0,00	4.322,63
3.7.1.1.1.00.00.00.00.00.00.00	Impostos - consolidação	S		4.322,63	0,00	0,00	4.322,63
3.7.1.1.1.05.00.00.00.00.00.00	IPTU	A		4.322,63	0,00	0,00	4.322,63
3.7.1.2.0.00.00.00.00.00.00.00	Taxas	S		2.925,35	1.080,83	0,00	4.006,18
3.7.1.2.1.00.00.00.00.00.00.00	Taxas - consolidação	S		2.925,35	1.080,83	0,00	4.006,18
3.7.1.2.1.01.00.00.00.00.00.00	Taxas pelo exercício do poder de polícia	A		2.925,35	1.080,83	0,00	4.006,18
3.7.2.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Contribuições	S		2.994,21	1.714,21	0,00	4.708,42
3.7.2.1.0.00.00.00.00.00.00.00	Contribuições sociais	S		2.994,21	1.714,21	0,00	4.708,42
3.7.2.1.1.00.00.00.00.00.00.00	Contribuições sociais - consolidação	S		2.994,21	1.714,21	0,00	4.708,42
3.7.2.1.1.02.00.00.00.00.00.00	PIS/PASEP	A		2.994,21	1.714,21	0,00	4.708,42



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Página 9

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete de Verificação

Entidade(s): 15907

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não Indicador de Superávit: Todos

Período: Maio de 2020 Até Maio de 2020

Conta Contábil	Descrição da Conta	Tipo	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Variação patrimonial aumentativa	S		(7.204.561,03)	0,00	1.849.508,12	(9.054.069,15)
4.3.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Exploração e venda de bens, serviços e direitos	S		(172.083,42)	0,00	1.710,30	(173.793,72)
4.3.3.0.0.00.00.00.00.00.00	Exploração de bens e direitos e prestação de serviços	S		(172.083,42)	0,00	1.710,30	(173.793,72)
4.3.3.1.0.00.00.00.00.00.00	Valor bruto de exploração de bens e direitos e prestação de serviços	S		(172.083,42)	0,00	1.710,30	(173.793,72)
4.3.3.1.1.00.00.00.00.00.00	Valor bruto de exploração de bens, direitos e prestação de serviços - consolidação	A		(172.083,42)	0,00	1.710,30	(173.793,72)
4.4.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Variações patrimoniais aumentativas financeiras	S		(20.173,33)	0,00	2.620,60	(22.793,93)
4.4.5.0.0.00.00.00.00.00.00	Remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras	S		(20.173,33)	0,00	2.620,60	(22.793,93)
4.4.5.2.0.00.00.00.00.00.00	Remuneração de aplicações financeiras	S		(20.173,33)	0,00	2.620,60	(22.793,93)
4.4.5.2.1.00.00.00.00.00.00	Remuneração de aplicações financeiras - consolidação	A		(20.173,33)	0,00	2.620,60	(22.793,93)
4.5.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Transferências e delegações recebidas	S		(7.011.702,09)	0,00	1.845.008,50	(8.856.710,59)
4.5.5.0.0.00.00.00.00.00.00	Transferências de consórcios públicos	S		(7.011.702,09)	0,00	1.845.008,50	(8.856.710,59)
4.5.5.1.0.00.00.00.00.00.00	Transferências de consórcios públicos	S		(7.011.702,09)	0,00	1.845.008,50	(8.856.710,59)
4.5.5.1.1.00.00.00.00.00.00	Transferências de consórcios públicos - consolidação	A		(7.011.702,09)	0,00	1.845.008,50	(8.856.710,59)
4.9.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Outras variações patrimoniais aumentativas	S		(602,19)	0,00	168,72	(770,91)
4.9.9.0.0.00.00.00.00.00.00	Diversas variações patrimoniais aumentativas	S		(602,19)	0,00	168,72	(770,91)
4.9.9.6.0.00.00.00.00.00.00	Indenizações	S		(602,19)	0,00	168,72	(770,91)
4.9.9.6.1.00.00.00.00.00.00	Indenizações - consolidação	S		(602,19)	0,00	168,72	(770,91)
4.9.9.6.1.99.00.00.00.00.00	Outras indenizações	A		(602,19)	0,00	168,72	(770,91)

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA**

Página 12

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete de Verificação

Entidade(s): 15907

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não Indicador de Superávit: Todos

Período: Maio de 2020 Até Maio de 2020

Conta Contábil	Descrição da Conta	Tipo	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
7.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Controles devedores	S		12.074.203,48	2.103.148,12	0,00	14.177.351,60
7.2.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Administração financeira	S		12.074.203,48	2.103.148,12	0,00	14.177.351,60
7.2.1.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Disponibilidades por destinação	S		12.074.203,48	2.103.148,12	0,00	14.177.351,60
7.2.1.1.0.00.00.00.00.00.00.00	Controle da disponibilidade de recursos	A	O	12.074.203,48	2.103.148,12	0,00	14.177.351,60

Publicação Nº 2525833



PIM Sistemas Ltda
 Atende: Net - WPR v:2013.01
 Identificador: WPR1661102-138-OZMKZ-330027732 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI
 16/06/2020 17:22:13 -03:00

BALANÇO FINANCEIRO - TC 05

Publicação Nº 2525835

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
Prestação de Contas
AN TC-05 Balanço Financeiro
Período de Referência: Maio / 2020

Pag 1 / 2

**BALANÇO FINANCEIRO****INGRESSOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		7.155.950,89	16.412.064,40
Ordinária		7.136.269,86	8.281.251,37
Vinculada		19.681,03	8.130.813,03
Transferências Financeiras Recebidas (II)		0,00	0,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		15.598.459,60	7.637.163,41
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		13.932.576,91	6.735.017,03
Inscrição de Restos a Pagar Processados		1.096.392,51	152.268,48
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		569.490,18	749.877,90
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		7.021.400,71	251.900,10
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.021.400,71	251.900,10
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		29.775.811,20	24.301.127,91

DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		21.413.334,87	16.607.283,96
Ordinária		17.404.019,43	8.027.109,36
Vinculada		4.009.315,44	8.580.174,60
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		2.995.330,69	672.443,24
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		2.263.557,88	21.134,57
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		152.268,48	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		579.504,33	651.308,67
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		5.367.145,64	7.021.400,71

IPM Sistemas Ltda
Atende Nat - WPR v2013.01

Identificador: WPR.1491103-139-AZNR-33002759 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

16/06/2020 17:22:39 -03:00

Pag 2 / 2

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Prestação de Contas
AN TC-05 Balanço Financeiro
Período de Referência: Maio / 2020

**DISPÊNDIOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		5.367.145,64	7.021.400,71
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		29.775.811,20	24.301.127,91

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM. Unidade Responsável CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA. Data Emissão: 16/06/2020, Hora emissão: 17:22:56

Notas:

IPM Sistemas Ltda
Atende.Net - WPR v.2013.01

Identificador: WPR1491103-138-AZNR-33002759 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

16/06/2020 17:22:39 -03:00

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A EMPENHADA - TC 08

Publicação Nº 2525837

Pag 1 / 3

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
Prestação de Contas
AN TC-08 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada
LOA: 2020 Dotação: Período: Maio
Valor: Empenhado



Conta	Créditos			Despesas		
	Orçado	Suplementado	Anulado	Total	Valor/Mês	Acumulado
Órgão: 01 - CONSÓRCIO PÚBLICO						
33000000000000000000 - Despesas correntes	48.970.000,00	8.058.930,00	0,00	57.028.930,00	6.482.228,98	21.325.242,04
33100000000000000000 - Pessoal e encargos sociais	4.004.000,00	0,00	0,00	4.004.000,00	595.030,72	2.438.948,60
33190000000000000000 - Aplicações diretas	4.004.000,00	0,00	0,00	4.004.000,00	595.030,72	2.438.948,60
33190040000000000000 - Contratação por tempo determinado	0,00	0,00	0,00	0,00	20.127,99	330.327,99
33190040900000000000 - Obrigações patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	4.661,33	71.261,33
33190040990000000000 - Outros serviços temporários	0,00	0,00	0,00	0,00	15.466,66	259.066,66
33190050000000000000 - Outros benefícios previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	6.300,00	16.340,11
33190051000000000000 - Auxílio doença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.900,00
33190055000000000000 - Salário Maternidade	0,00	0,00	0,00	0,00	13.440,11	0,00
33190100000000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	0,00	0,00	0,00	0,00	451.120,05	1.645.797,82
33190110000000000000 - Vencimentos e salários	0,00	0,00	0,00	0,00	451.120,05	1.645.797,82
33190114300000000000 - 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	966,67
33190114500000000000 - Férias - abono constitucional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.927,77
33190114600000000000 - Férias - pagamento antecipado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.783,33
33190130000000000000 - Obrigações patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	117.482,68	446.482,68
33190130100000000000 - FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	34.098,67	126.098,67
33190130200000000000 - Contribuições previdenciárias - INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	83.384,01	320.384,01
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	44.966.000,00	8.058.930,00	0,00	53.024.930,00	5.887.198,26	18.886.293,44
33390000000000000000 - Aplicações diretas	44.966.000,00	8.058.930,00	0,00	53.024.930,00	5.887.198,26	18.886.293,44
33390140000000000000 - Diárias - civil	0,00	0,00	0,00	0,00	780,00	28.260,00
33390140000000000000 - Diárias no país - civil	0,00	0,00	0,00	0,00	780,00	28.260,00
33390180000000000000 - Auxílio financeiro a estudantes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.378,17
33390189000000000000 - Outros auxílios financeiros a estudante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.378,17
33390300000000000000 - Material de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	5.664.155,00	11.102.983,21
33390300100000000000 - Combustíveis e lubrificantes automotivos	0,00	0,00	0,00	0,00	336,00	50.849,50
33390301600000000000 - Material de expediente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.092,56
33390301700000000000 - Material de processamento de dados	0,00	0,00	0,00	0,00	375,00	375,00
33390302600000000000 - Material elétrico e eletrônico	0,00	0,00	0,00	0,00	5.365.023,60	8.439.762,47
33390302800000000000 - Material de proteção e segurança	0,00	0,00	0,00	0,00	295.516,00	295.516,00
33390303500000000000 - Material para manutenção de veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	1.506,30	3.066,42
33390303600000000000 - Materiais de consumo - pago antecipado	0,00	0,00	0,00	0,00	1.398,10	11.764,23
33390303900000000000 - Outros materiais de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.298.557,03
33390360000000000000 - Outros serviços terceiros - pessoa física	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.148,65
33390361500000000000 - Locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.148,65
33390370000000000000 - Locação de mão-de-obra	0,00	0,00	0,00	0,00	113.181,87	222.339,95
33390370100000000000 - Apoio administrativo, técnico e operacional	0,00	0,00	0,00	0,00	78.442,75	154.851,84
33390370200000000000 - Limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	34.739,12	67.468,11
33390390000000000000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	(46.578,70)	6.791.352,24
33390390500000000000 - Serviços técnicos profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	804.345,57
33390391000000000000 - Locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.202,54

IPM Sistemas Ltda
Atende Nat - WPR v2013.01

Identificador: WPR1221101-139-GZHP-330027813 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

16/06/2020 17:23:33 -03:00

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Prestação de Contas

AN TC-08 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

LOA: 2020 Dotação: Período: Maio

Valor: Empenhado



Conta		Créditos		Total	Despesas	
Órgão:	Orçado	Suplementado	Anulado		Valor/Mês	Saldo
01 - CONSÓRCIO PÚBLICO						
33390391500000000000 - Limpeza de veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
33390391900000000000 - Manutenção e conservação de veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	551,00	1.466,85
33390392100000000000 - Manutenção e conservação de estradas e vias	0,00	0,00	0,00	0,00	3.438.315,44	0,00
33390394300000000000 - Serviços de energia elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
33390394700000000000 - Serviços de comunicação em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	11.398,57	0,00
33390394800000000000 - Serviços de seleção e treinamento	0,00	0,00	0,00	0,00	145.980,00	0,00
33390396300000000000 - Serviços gráficos e editoriais	0,00	0,00	0,00	0,00	4.278,00	0,00
33390396400000000000 - Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.772,17)	1.089,97
33390396900000000000 - Seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	1.590,80	3.446,95
33390398100000000000 - Serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	11.600,00	0,00
33390399600000000000 - Outros serv. terceiros pessoa jurídica - pagamento antecipado	0,00	0,00	0,00	0,00	8.445,38	0,00
33390399900000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	(48.208,33)	2.302.782,97
33390400000000000000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	117.822,98	475.522,94
33390400100000000000 - Locação de equipamentos e softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	7.800,00	0,00
33390400400000000000 - Comunicação de dados	0,00	0,00	0,00	0,00	24.423,60	0,00
33390400500000000000 - Serviços de telefonia fixa e móvel (quando integram pacote de comunicação de dados)	0,00	0,00	0,00	0,00	111.822,98	0,00
33390400800000000000 - Serviços técnicos profissionais de TIC	0,00	0,00	0,00	0,00	319.476,36	0,00
33390401200000000000 - Serviços relacionados a computação em nuvem	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00
33390460000000000000 - Auxílio-alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	35.752,31	157.997,48
33390460100000000000 - Auxílio-alimentação em pecúnia	0,00	0,00	0,00	0,00	35.752,31	157.997,48
33390470000000000000 - Obrigações tributárias e contributivas	0,00	0,00	0,00	0,00	2.084,80	15.310,80
33390470200000000000 - Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana - IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	4.322,63	0,00
33390471000000000000 - Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	370,59	5.494,12
33390471200000000000 - Contribuição para o PIS/PASEP	0,00	0,00	0,00	0,00	1.714,21	5.494,05
34000000000000000000 - Despesas de capital	1.030.000,00	0,00	0,00	1.030.000,00	5.184,87	88.092,83
34400000000000000000 - Investimentos	1.030.000,00	0,00	0,00	1.030.000,00	5.184,87	88.092,83
34490000000000000000 - Aplicacoes diretas	1.030.000,00	0,00	0,00	1.030.000,00	5.184,87	88.092,83
34490520000000000000 - Equipamentos e material permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	5.184,87	88.092,83
34490523000000000000 - Máquinas e equipamentos energéticos	0,00	0,00	0,00	0,00	3.700,00	0,00
34490523500000000000 - Equipamentos de processamento de dados	0,00	0,00	0,00	0,00	72.615,96	0,00
34490524200000000000 - Mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	5.184,87	11.776,87
Total Órgão	50.000.000,00	8.058.930,00	0,00	58.058.930,00	6.487.413,85	36.645.595,13
Total Geral	50.000.000,00	8.058.930,00	0,00	58.058.930,00	6.487.413,85	36.645.595,13

ELÓI RÖNNAU
Diretor ExecutivoLUIZ FERNANDO RALDI
Diretor FinanceiroIPM Sistemas Ltda
Atende Net - WPR v.2013.01

Identificador: WPR122101-138-GZHPF-330027813 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

16/06/2020 17:23:33 - 03:00

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
Prestação de Contas
AN TC-08 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada
LOA: 2020 Dotação: Período: Maio
Valor: Empenhado

Pag 3 / 3



CPF: 590.962.419-91

CPF: 007.140.999-88

ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WPR v.2013.01

Identificador: WPR1221101138-GZHPF-330027813 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

16/06/2020 17:23:33 -03:00

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - TC 10

Publicação Nº 2525839

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA**

Pág 1 / 1

Prestação de Contas

Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

Orçado Atualizado: Não Período: Janeiro até Maio de 2020

Lei 4320/64 Artigo 101

Títulos	Conta	Receita		Diferença	
		Receita Orçada	Realizada	Para Mais(+)	Para Menos(-)
Receitas correntes	100000000000000000	49.380.000,00	6.943.200,88		42.436.799,12
Receita patrimonial	130000000000000000	11.200,00	29.607,65	18.407,65	
Valores mobiliários	132000000000000000	11.200,00	22.793,93	11.593,93	
Juros e correções monetárias	132100000000000000	11.200,00	22.793,93	11.593,93	
Cessão de direitos	136000000000000000	0,00	6.813,72	6.813,72	
Receita de serviços	160000000000000000	0,00	166.980,00	166.980,00	
Serviços administrativos e comerciais gerais	161000000000000000	0,00	166.980,00	166.980,00	
Transferências correntes	170000000000000000	49.366.800,00	6.745.842,32		42.620.957,68
Transferências da união e de suas entidades	171000000000000000	900,00	0,00		900,00
Transferências da união - específica e/m	171800000000000000	900,00	0,00		900,00
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	172000000000000000	34.995.000,00	0,00		34.995.000,00
Transferências dos estados - específica e/m	172800000000000000	34.995.000,00	0,00		34.995.000,00
Transferências dos municípios e de suas entidades	173000000000000000	14.370.900,00	6.745.842,32		7.625.057,68
Transferências dos municípios - específica e/m	173800000000000000	14.370.900,00	6.745.842,32		7.625.057,68
Outras receitas correntes	190000000000000000	2.000,00	770,91		1.229,09
Multas administrativas, contratuais e judiciais	191000000000000000	2.000,00	0,00		2.000,00
Indenizações, restituições e ressarcimentos	192000000000000000	0,00	770,91	770,91	
Restituições	192200000000000000	0,00	770,91	770,91	
Receitas de capital	200000000000000000	620.000,00	212.750,01		407.249,99
Transferências de capital	240000000000000000	620.000,00	212.750,01		407.249,99
Transferências dos municípios e de suas entidades	243000000000000000	620.000,00	212.750,01		407.249,99
Transferências dos municípios e de suas entidades	243800000000000000	620.000,00	212.750,01		407.249,99
Total Geral		50.000.000,00	7.155.950,89		42.844.049,11

Data de Emissão: 16/06/2020

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA - TC 03

Publicação Nº 2525842

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Prestação de Contas
AN TC-03 Conciliação Bancária
Período: 01/05/2020 até 31/05/2020



Banco : Agência:

1111119000101000000 - B. Brasil Sa Movimento 18.520-5

Saldo da Contabilidade		15.352,86	Saldo de Aplicação		15.352,86
Saldo Conciliado		15.352,86	Saldo de Extrato		0,00
			Diferença conciliação (I)		0,00
		Pendências Bancárias			
Data	Documento	Descrição	Valor	Data	Documento
				Descrição	Valor
Total (II)		0,00		Total (III)	
				0,00	
Diferença Geral (I - II + III)					
				0,00	

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Prestação de Contas
AN TC-03 Conciliação Bancária
Período: 01/05/2020 até 31/05/2020



Banco : Agência:

1111119000104000000 - B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7

Saldo da Contabilidade	1.072.571,14	Saldo de Aplicação	1.069.531,14
Saldo Conciliado	1.072.571,14	Saldo de Extrato	0,00
		Diferença conciliação (I)	3.040,00
Pendências Contábeis			
Data	Documento	Descrição	Valor
Transferência entre contas bancárias não efetivadas no banco (entrada)			
31/05/2020	1	TRANSFERÊNCIA ENTRE CONTAS	3.040,00
Total (II)			0,00
Diferença Geral (I - II + III)			0,00

Pendências Bancárias

Data	Documento	Descrição	Valor
Transferência entre contas bancárias não efetivadas no banco (entrada)			
31/05/2020	1	TRANSFERÊNCIA ENTRE CONTAS	3.040,00
Total (III)			3.040,00

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WPR v2013.01

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Prestação de Contas

AN TC-03 Conciliação Bancária

Período: 01/05/2020 até 31/05/2020



Banco : Agência:

1111119000106000000 - B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILHADAS 22436-7

Saldo da Contabilidade	602.837,83	Saldo de Aplicação	602.837,83
Saldo Conciliado	602.837,83	Saldo de Extrato	0,00
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	
Data	Documento	Descrição	Valor
Total (II)			0,00
Diferença Geral (I - II + III)			0,00

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Prestação de Contas

AN TC-03 Conciliação Bancária

Período: 01/05/2020 até 31/05/2020



Banco : Agência:

1111119000108000000 - B. Brasil - TELEFONIA 22864-8

Saldo da Contabilidade	40.301,07	Saldo de Aplicação	40.301,07
Saldo Conciliado	40.301,07	Saldo de Extrato	0,00
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	
Data	Documento	Descrição	Valor
Total (II)			0,00
Diferença Geral (I - II + III)			0,00

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Prestação de Contas
AN TC-03 Conciliação Bancária
Período: 01/05/2020 até 31/05/2020



Banco : Agência:

1111119000111000000 - B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24625-5

Saldo da Contabilidade	167.757,14	Saldo de Aplicação	170.797,14
Saldo Conciliado	167.757,14	Saldo de Extrato	0,00
		Diferença conciliação (I)	(3.040,00)
Pendências Contábeis			
Data	Documento	Descrição	Valor
Transferências entre contas bancárias não efetivadas no banco (saldo)			
31/05/2020	1	TRANSFERÊNCIA ENTRE CONTAS	(3.040,00)
Total (II)		Total (III)	(3.040,00)
Diferença Geral (I - II + III)			0,00

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

IPM Sistemas Ltda
Atende.Net - WPR v2013.01

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Prestação de Contas

AN TC-03 Conciliação Bancária

Período: 01/05/2020 até 31/05/2020



Banco : Agência:

1111119000112000000 - B.Brasil - Convênio Projeto RECUPERAR 27593-X

Saldo da Contabilidade	3.468.324,38	Saldo de Aplicação	3.468.324,38
Saldo Conciliado	3.468.324,38	Saldo de Extrato	0,00
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	
Data	Documento	Data	Documento
Total (II)		Total (III)	
0,00		0,00	
Diferença Geral (I - II + III)			
		0,00	

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Prestação de Contas

AN TC-03 Conciliação Bancária

Período: 01/05/2020 até 31/05/2020



Banco : Agência:

1111119000113000000 - B. Brasil - Ações Conjuntas 27997-8

Saldo da Contabilidade	1,22	Saldo de Aplicação	0,00
Saldo Conciliado	1,22	Saldo de Extrato	1,22
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis			
Pendências Bancárias			
Data	Documento	Descrição	Valor
Total (II)			0,00
Diferença Geral (I - II + III)			0,00

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

Florianópolis, 31 de maio de 2020

Publicação Nº 2525845



16/06/2020 17:24:55 -03:00



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
Prestação de Contas
AN TC-06 Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título
LOA: 2020 Período: Maio

Pág 2 / 5

Conta		Recebido no período	Recebido até o período
Receita Orçamentária			
4173802110111070000	Herval D'Oeste - Licitação Compartilhada	4.370,00	21.850,00
4173802110111080000	Ibiam - Licitação Compartilhada	2.470,00	12.350,00
4173802110111090000	Ibicare - Licitação Compartilhada	2.470,00	12.350,00
4173802110111170000	Iomerê - Licitação Compartilhada	2.470,00	12.350,00
4173802110111200000	Ipuacu - Licitação Compartilhada	2.850,00	14.250,00
4173802110111210000	Ipumirim - Licitação Compartilhada	2.850,00	14.250,00
4173802110111230000	Irani - Licitação Compartilhada	3.230,00	16.150,00
4173802110111250000	Irineópolis - Licitação Compartilhada	3.230,00	16.150,00
4173802110111260000	Itá - Licitação Compartilhada	2.850,00	14.250,00
4173802110111310000	Itapoá - Licitação Compartilhada	4.750,00	23.750,00
4173802110111320000	Ituporanga - Licitação Compartilhada	9.500,00	19.000,00
4173802110111330000	Jaborá - Licitação Compartilhada	2.470,00	12.350,00
4173802110111380000	Joaçaba - Licitação Compartilhada	5.130,00	25.650,00
4173802110111420000	Lacerdópolis - Licitação Compartilhada	2.470,00	12.350,00
4173802110111430000	Lages - Licitação Compartilhada	11.400,00	54.720,00
4173802110111450000	Lajeado Grande - Licitação Compartilhada	2.470,00	12.350,00
4173802110111480000	Lebon Régis - Licitação Compartilhada	3.230,00	19.261,00
4173802110111500000	Líndia do Sul - Licitação Compartilhada	2.470,00	12.350,00
4173802110111510000	Lontras - Licitação Compartilhada	3.230,00	15.611,66
4173802110111530000	Luzerna - Licitação Compartilhada	2.470,00	12.350,00
4173802110111540000	Macieira - Licitação Compartilhada	2.470,00	12.350,00
4173802110111600000	Marema - Licitação Compartilhada	4.940,00	12.350,00
4173802110111620000	Matos Costa - Licitação Compartilhada	2.470,00	12.350,00
4173802110111670000	Monte Carlo - Licitação Compartilhada	2.850,00	14.250,00
4173802110111680000	Monte Castelo - Licitação Compartilhada	2.850,00	14.250,00
4173802110111690000	Morro da Fumaça - Licitação Compartilhada	4.078,66	4.078,66
4173802110111740000	Nova Trento - Licitação Compartilhada	3.610,00	14.440,00
4173802110111770000	Orleans - Licitação Compartilhada	4.750,00	22.483,34
4173802110111790000	Ouro - Licitação Compartilhada	2.470,00	12.350,00
4173802110111800000	Ouro Verde - Licitação Compartilhada	2.470,00	12.350,00
4173802110111850000	Palmeira - Licitação Compartilhada	2.470,00	12.350,00
4173802110111900000	Passos Maia - Licitação Compartilhada	2.470,00	12.350,00
4173802110111910000	Paulo Lopes - Licitação Compartilhada	2.470,00	12.350,00
4173802110111980000	Pinheiro Preto - Licitação Compartilhada	2.470,00	14.820,00
4173802110111990000	Piratuba - Licitação Compartilhada	2.850,00	14.250,00
4173802110112030000	Ponte Alta do Norte - Licitação Compartilhada	2.470,00	12.350,00
4173802110112040000	Ponte Serrada - Licitação Compartilhada	0,00	38.760,00
4173802110112090000	Presidente Castello Branco - Licitação Compartilhada	2.470,00	12.350,00
4173802110112140000	Rancho Queimado - Licitação Compartilhada	2.470,00	12.350,00
4173802110112150000	Rio das Antas - Licitação Compartilhada	2.850,00	14.250,00
4173802110112190000	Rio dos Cedros - Licitação Compartilhada	3.230,00	10.336,00
4173802110112210000	Rio Negrinho - Licitação Compartilhada	5.890,00	29.450,00
4173802110112260000	Salete - Licitação Compartilhada	2.090,00	13.110,00
4173802110112280000	Salto Veloso - Licitação Compartilhada	4.940,00	12.350,00
4173802110112300000	Santa Cecília - Licitação Compartilhada	3.610,00	18.050,00
4173802110112340000	Santa Terezinha - Licitação Compartilhada	2.470,00	12.350,00
4173802110112400000	São Bonifácio - Licitação Compartilhada	2.470,00	12.350,00
4173802110112430000	São Domingos - Licitação Compartilhada	0,00	11.400,00
4173802110112530000	São Lourenço do Oeste - Licitação Compartilhada	0,00	25.650,00
4173802110112580000	São Pedro de Alcântara - Licitação Compartilhada	2.470,00	12.350,00
4173802110112670000	Tangará - Licitação Compartilhada	2.850,00	14.250,00
4173802110112720000	Timbó Grande - Licitação Compartilhada	2.850,00	14.250,00
4173802110112760000	Treze Tilias - Licitação Compartilhada	2.850,00	14.250,00
4173802110112820000	Urubici - Licitação Compartilhada	6.460,00	6.460,00
4173802110112850000	Vargeão - Licitação Compartilhada	2.470,00	12.350,00
4173802110112860000	Vargem - Licitação Compartilhada	0,00	2.470,00
4173802110112890000	Videira - Licitação Compartilhada	7.030,00	35.150,00
4173802110112920000	Xanxerê - Licitação Compartilhada	6.270,00	31.350,00



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
 Prestação de Contas
 AN TC-06 Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título
 LOA: 2020 Período: Maio

Pág 3 / 5

Conta		Recebido no período	Recebido até o período
Receita Orçamentária			
4173802110112930000	Xavantina - Licitação Compartilhada	2.470,00	12.350,00
4173802110112940000	Xaxim - Licitação Compartilhada	5.130,00	25.650,00
4173802110112950000	Zortéa - Licitação Compartilhada	2.470,00	11.938,34
4173802115000000000	Aplicação Direta para Aquisição de Bens e Serviços	1.761.613,17	5.318.694,98
4173802115001000000	Plano Diretor e Mobilidade Urbana	57.756,00	333.758,16
4173802115002000000	Diagnostico Socioambiental	47.234,00	194.971,00
4173802115003000000	Plano de Saneamento Básico	22.894,00	39.411,34
4173802115004000000	Iluminação Pública	1.447.598,50	3.753.661,21
4173802115005000000	Telefonia Móvel	18.659,77	82.428,58
4173802115006000000	Gestão de Energia	40.483,20	40.483,20
4173802115007000000	Gestão de Telefonia	2.945,00	2.945,00
4173802115008000000	Serviços Urbanos	0,00	36.046,00
4173802115009000000	Outras Ações Multifinanciárias de Interesse Comum	124.042,70	834.990,49
4190000000000000000	Outras receitas correntes	168,72	770,91
4192000000000000000	Indenizações, restituições e ressarcimentos	168,72	770,91
4192200000000000000	Restituições	168,72	770,91
4192299000000000000	Outras restituições	168,72	770,91
4192299100000000000	Outras restituições	168,72	770,91
4192299110000000000	Outras restituições - principal	168,72	770,91
4200000000000000000	Receitas de capital	43.966,67	212.750,01
4240000000000000000	Transferências de capital	43.966,67	212.750,01
4243000000000000000	Transferências dos municípios e de suas entidades	43.966,67	212.750,01
4243800000000000000	Transferências dos municípios e de suas entidades	43.966,67	212.750,01
4243801000000000000	Transferências de municípios a consórcios públicos	43.966,67	212.750,01
4243801100000000000	Transferências de municípios a consórcios públicos	43.966,67	212.750,01
4243801110000000000	TCP - Ações Multifinanciárias de Interesse Comum	43.966,67	212.750,01
4243801110100000000	Rateio pela Participação em Consórcios Públicos - Licitação Compartilhada	43.966,67	212.750,01
4243801110100010000	Abdon Batista - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110101023000	Ascurra - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
42438011101010020000	Abelardo Luz - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
42438011101010030000	Agrolândia - Licitação Compartilhada	500,00	500,00
42438011101010050000	Água doce - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
42438011101010080000	Águas Mornas - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
42438011101010100000	Alto Bela vista - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
42438011101010130000	Anita Garibaldi - Licitação Compartilhada	0,00	2.000,00
42438011101010140000	Anitápolis - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
42438011101010150000	Antônio Carlos - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
42438011101010210000	Arroio Trinta - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
42438011101010420000	Bom Jesus - Licitação Compartilhada	1.000,00	3.000,00
42438011101010490000	Brunópolis - Licitação Compartilhada	0,00	2.500,00
42438011101010510000	Caçador - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
42438011101010530000	Calmon - Licitação Compartilhada	1.000,00	2.000,00
42438011101010580000	Campos Novos - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
42438011101010620000	Capinzal - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
42438011101010640000	Catanduvas - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
42438011101010660000	Celso Ramos - Licitação Compartilhada	1.000,00	2.500,00
42438011101010700000	Cocal do Sul - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
42438011101010740000	Coronel Martins - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
42438011101010800000	Curitibanos - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
42438011101010830000	Dona Emma - Licitação Compartilhada	500,00	2.416,67
42438011101010870000	Erval Velho - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
42438011101010880000	Faxinal dos Guedes - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
42438011101010930000	Fraiburgo - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
42438011101010940000	Frei Rogério - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110101060000	Guatambú - Licitação Compartilhada	0,00	2.000,00
4243801110101070000	Herval D'Oeste - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110101080000	Ibiam - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
 Prestação de Contas
 AN TC-06 Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título
 LOA: 2020 Período: Maio

Pág 4 / 5

Conta		Recebido no período	Recebido até o período
Receita Orçamentária			
4243801110111090000	Ibicaré - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110111170000	Iomerê - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110111200000	Ipuaçu - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110111210000	Ipumirim - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110111230000	Irani - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110111250000	Irineópolis - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110111260000	Itá - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110111310000	Itapoá - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110111320000	Ituporanga - Licitação Compartilhada	1.000,00	2.000,00
4243801110111330000	Jaborá - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110111380000	Joaçaba - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110111420000	Lacerdópolis - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110111430000	Lages - Licitação Compartilhada	500,00	2.400,00
4243801110111450000	Lajeado Grande - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110111480000	Lebon Régis - Licitação Compartilhada	500,00	3.000,00
4243801110111500000	LINDOIA DO SUL - LICITAÇÃO COMPARTILHADAS	500,00	2.500,00
4243801110111510000	Lontras - Licitação Compartilhada	500,00	2.416,67
4243801110111530000	Luzerna - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110111540000	Macieira - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110111600000	Marema - Licitação Compartilhada	1.000,00	2.500,00
4243801110111620000	Matos Costa - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110111670000	Monte Carlo - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110111680000	Monte Castelo - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110111690000	Morro da Fumaça - Licitação Compartilhada	466,67	466,67
4243801110111740000	Nova Trento - Licitação Compartilhada	500,00	2.000,00
4243801110111770000	Orleans - Licitação Compartilhada	500,00	2.366,67
4243801110111790000	Ouro - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110111800000	Ouro Verde - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110111850000	Palmeira - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110111900000	Passos Maia - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110111910000	Paulo Lopes - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110111980000	Pinheiro Preto - Licitação Compartilhada	500,00	3.000,00
4243801110111990000	Piratuba - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110112030000	Ponte Alta do Norte - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110112040000	Ponte Serrada - Licitação Compartilhada	0,00	6.000,00
4243801110112090000	Presidente Castello Branco - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110112140000	Rancho Queimado - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110112150000	Rio das Antas - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110112190000	Rio dos Cedros - Licitação Compartilhada	500,00	1.600,00
4243801110112210000	Rio Negrinho - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110112280000	Salto Veloso - Licitação Compartilhada	1.000,00	2.500,00
4243801110112300000	Santa Cecilia - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110112340000	Santa Terezinha - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110112400000	São Bonifácio - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110112430000	São Domingos - Licitação Compartilhada	0,00	2.000,00
4243801110112530000	São Lourenço do Oeste - Licitação Compartilhada	0,00	2.500,00
4243801110112580000	São Pedro de Alcântara - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110112670000	Tangará - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110112720000	Timbó Grande - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110112760000	Treze Tílias - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110112820000	Urubici - Licitação Compartilhada	1.000,00	1.000,00
4243801110112850000	Vargeão - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110112860000	Vargem - Licitação Compartilhada	0,00	500,00
4243801110112890000	Videira - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110112920000	Xanxerê - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110112930000	Xavantina - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110112940000	Xaxim - Licitação Compartilhada	500,00	2.500,00
4243801110112950000	Zortéa - Licitação Compartilhada	500,00	2.083,33



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
Prestação de Contas
AN TC-06 Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título
LOA: 2020 Período: Maio

Pág 5 / 5

Conta	Recebido no período	Recebido até o período
Receita Orçamentária		
Total Receita	2.103.148,12	7.155.950,89
Total Geral	2.103.148,12	7.155.950,89

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O

RAZÃO ANALÍTICO PARA CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

Publicação Nº 2525847

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA**

Pág 1 / 10

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/05/2020 até: 31/05/2020

9317 -1111119000101000000 - B. Brasil Sa Movimento 18.520-5 - 18520-5		
Data		Valor
	Saldo Anterior	13.634,95
31/05/2020		
Receita Orçamentária		1.717,91
	Total dia 31/05/2020	1.717,91
	TOTAL	15.352,86


CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Pág 2 / 10

 Gestão Patrimonial e Contábil
 Razão Contábil para Conciliação - Resumido
 Período: 01/05/2020 até: 31/05/2020

19963 -1111119000104000000 - B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7 - 20413-7		
Data		Valor
	Saldo Anterior	263.392,15
05/05/2020		
Receita Orçamentária		10.841,16
	Total dia 05/05/2020	10.841,16
06/05/2020		
Pagamento de Empenho		(79,72)
Receita Orçamentária		8.300,00
	Total dia 06/05/2020	8.220,28
07/05/2020		
Pagamento de Empenho		(128.579,20)
Receita Orçamentária		32.118,86
	Total dia 07/05/2020	(96.460,34)
08/05/2020		
Pagamento de Empenho		(72.127,92)
Pagamento de Nota Extra		(160,34)
	Total dia 08/05/2020	(72.288,26)
11/05/2020		
Pagamento de Nota Extra		(5.143,23)
Receita Orçamentária		3.066,01
	Total dia 11/05/2020	(2.077,22)
12/05/2020		
Receita Orçamentária		59.436,96
	Total dia 12/05/2020	59.436,96
13/05/2020		
Pagamento de Empenho		(14.583,98)
Pagamento de Restos		(2.401,95)
Receita Orçamentária		167.537,33
	Total dia 13/05/2020	150.551,40
14/05/2020		
Pagamento de Empenho		(91,70)
Receita Orçamentária		28.489,05
	Total dia 14/05/2020	28.397,35
15/05/2020		
Receita Orçamentária		24.358,96
	Total dia 15/05/2020	24.358,96
18/05/2020		
Receita Orçamentária		51.737,24
	Total dia 18/05/2020	51.737,24
19/05/2020		
Pagamento de Nota Extra		(3.228,92)
	Total dia 19/05/2020	(3.228,92)
20/05/2020		
Pagamento de Empenho		(4.610,75)
Pagamento de Nota Extra		(19.782,41)
Receita Orçamentária		179.547,58
	Total dia 20/05/2020	155.154,42
21/05/2020		
Receita Orçamentária		2.895,42
	Total dia 21/05/2020	2.895,42
22/05/2020		
Pagamento de Empenho		(19.234,82)
Receita Orçamentária		934.214,49
	Total dia 22/05/2020	914.979,67
25/05/2020		
Pagamento de Empenho		(6.386,99)

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA**

Pág 3 / 10

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/05/2020 até: 31/05/2020

19963 -1111119000104000000 - B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7 - 20413-7		
Data		Valor
25/05/2020		
Receita Orçamentária		4.464,78
	Total dia 25/05/2020	(1.922,21)
26/05/2020		
Pagamento de Empenho		(75,83)
Receita Orçamentária		18.427,90
	Total dia 26/05/2020	18.352,07
27/05/2020		
Pagamento de Empenho		(29.406,76)
Receita Orçamentária		8.831,70
	Total dia 27/05/2020	(20.575,06)
28/05/2020		
Receita Orçamentária		32.347,22
	Total dia 28/05/2020	32.347,22
29/05/2020		
Pagamento de Empenho		(458.424,30)
Pagamento de Nota Extra		(170,39)
Receita Orçamentária		7.087,22
	Total dia 29/05/2020	(451.507,47)
31/05/2020		
Pagamento de Empenho		(324,70)
Receita Orçamentária		291,02
	Total dia 31/05/2020	(33,68)
	TOTAL	1.072.571,14



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/05/2020 até: 31/05/2020

Pág 4 / 10

19965 -1111119000106000000 - B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILHADAS 22436-7 - 22436-7		
Data		Valor
	Saldo Anterior	551.406,44
04/05/2020		
Pagamento de Empenho		(6.539,01)
Receita Orçamentária		11.950,00
	Total dia 04/05/2020	5.410,99
05/05/2020		
Receita Orçamentária		15.230,00
	Total dia 05/05/2020	15.230,00
06/05/2020		
Pagamento de Empenho		(1.655,58)
Receita Orçamentária		14.610,00
	Total dia 06/05/2020	12.954,42
07/05/2020		
Pagamento de Empenho		(11.776,72)
Receita Orçamentária		35.470,00
	Total dia 07/05/2020	23.693,28
08/05/2020		
Pagamento de Empenho		(66.892,56)
Pagamento de Nota Extra		(748,25)
Receita Orçamentária		23.070,00
	Total dia 08/05/2020	(44.570,81)
11/05/2020		
Pagamento de Empenho		(235,45)
Pagamento de Nota Extra		(3.858,49)
Receita Orçamentária		68.780,00
	Total dia 11/05/2020	64.686,06
12/05/2020		
Receita Orçamentária		88.330,00
	Total dia 12/05/2020	88.330,00
13/05/2020		
Receita Orçamentária		4.545,33
	Total dia 13/05/2020	4.545,33
14/05/2020		
Pagamento de Empenho		(2.992,98)
Receita Orçamentária		23.140,00
	Total dia 14/05/2020	20.147,02
15/05/2020		
Receita Orçamentária		13.090,00
	Total dia 15/05/2020	13.090,00
18/05/2020		
Pagamento de Empenho		(209,19)
Receita Orçamentária		5.630,00
	Total dia 18/05/2020	5.420,81
19/05/2020		
Pagamento de Empenho		(25.506,76)
Pagamento de Nota Extra		(30.972,13)
	Total dia 19/05/2020	(56.478,89)
20/05/2020		
Pagamento de Empenho		(80,21)
Pagamento de Nota Extra		(1.593,49)
Receita Orçamentária		3.730,00
	Total dia 20/05/2020	2.056,30
21/05/2020		
Receita Orçamentária		3.730,00
	Total dia 21/05/2020	3.730,00

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA**

Pág 5 / 10

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/05/2020 até: 31/05/2020

19965 -1111119000106000000 - B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILHADAS 22436-7 - 22436-7		
Data		Valor
22/05/2020		
Pagamento de Empenho		(2.000,00)
Receita Orçamentária		12.710,00
	Total dia 22/05/2020	10.710,00
25/05/2020		
Pagamento de Empenho		(2.161,61)
Receita Orçamentária		5.940,00
	Total dia 25/05/2020	3.778,39
26/05/2020		
Receita Orçamentária		2.970,00
	Total dia 26/05/2020	2.970,00
27/05/2020		
Pagamento de Empenho		(264,71)
	Total dia 27/05/2020	(264,71)
29/05/2020		
Pagamento de Empenho		(122.230,05)
Pagamento de Nota Extra		(5.689,44)
Receita Orçamentária		4.110,00
	Total dia 29/05/2020	(123.809,49)
31/05/2020		
Pagamento de Empenho		(529,65)
Receita Orçamentária		332,34
	Total dia 31/05/2020	(197,31)
	TOTAL	602.837,83


CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Pág 6 / 10

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/05/2020 até: 31/05/2020

19967 -1111119000108000000 - B. Brasil - TELEFONIA 22864-8 - 22864-8		
Data		Valor
	Saldo Anterior	31.874,59
04/05/2020		
Receita Orçamentária		2.870,84
	Total dia 04/05/2020	2.870,84
07/05/2020		
Receita Orçamentária		493,15
	Total dia 07/05/2020	493,15
08/05/2020		
Receita Orçamentária		811,13
	Total dia 08/05/2020	811,13
14/05/2020		
Receita Orçamentária		3.239,55
	Total dia 14/05/2020	3.239,55
18/05/2020		
Pagamento de Empenho		(1.712,27)
	Total dia 18/05/2020	(1.712,27)
19/05/2020		
Receita Orçamentária		640,06
	Total dia 19/05/2020	640,06
20/05/2020		
Receita Orçamentária		1.478,34
	Total dia 20/05/2020	1.478,34
21/05/2020		
Receita Orçamentária		2.604,49
	Total dia 21/05/2020	2.604,49
22/05/2020		
Receita Orçamentária		1.590,58
	Total dia 22/05/2020	1.590,58
25/05/2020		
Receita Orçamentária		1.576,72
	Total dia 25/05/2020	1.576,72
26/05/2020		
Receita Orçamentária		6.029,81
	Total dia 26/05/2020	6.029,81
28/05/2020		
Receita Orçamentária		438,82
	Total dia 28/05/2020	438,82
29/05/2020		
Pagamento de Empenho		(11.581,19)
	Total dia 29/05/2020	(11.581,19)
31/05/2020		
Pagamento de Empenho		(73,30)
Receita Orçamentária		19,75
	Total dia 31/05/2020	(53,55)
	TOTAL	40.301,07


CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Pág 7 / 10

 Gestão Patrimonial e Contábil
 Razão Contábil para Conciliação - Resumido
 Período: 01/05/2020 até: 31/05/2020

19970 -1111119000111000000 - B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24625-5 - 24625-5		
Data		Valor
	Saldo Anterior	131.166,07
04/05/2020		
Pagamento de Empenho		(12.255,28)
	Total dia 04/05/2020	(12.255,28)
06/05/2020		
Pagamento de Empenho		(1.594,30)
	Total dia 06/05/2020	(1.594,30)
07/05/2020		
Pagamento de Empenho		(5.442,67)
	Total dia 07/05/2020	(5.442,67)
08/05/2020		
Pagamento de Empenho		(20.680,85)
Pagamento de Nota Extra		(801,71)
	Total dia 08/05/2020	(21.482,56)
11/05/2020		
Pagamento de Nota Extra		(152,44)
	Total dia 11/05/2020	(152,44)
12/05/2020		
Pagamento de Empenho		(520,00)
	Total dia 12/05/2020	(520,00)
14/05/2020		
Receita Orçamentária		3.150,00
	Total dia 14/05/2020	3.150,00
15/05/2020		
Receita Orçamentária		19.588,00
	Total dia 15/05/2020	19.588,00
18/05/2020		
Pagamento de Empenho		(780,00)
Receita Orçamentária		9.918,00
	Total dia 18/05/2020	9.138,00
19/05/2020		
Pagamento de Empenho		(16.198,73)
Pagamento de Nota Extra		(14.574,38)
Receita Orçamentária		17.518,00
	Total dia 19/05/2020	(13.255,11)
20/05/2020		
Pagamento de Nota Extra		(670,72)
Receita Orçamentária		6.688,00
	Total dia 20/05/2020	6.017,28
21/05/2020		
Receita Orçamentária		16.986,00
	Total dia 21/05/2020	16.986,00
25/05/2020		
Pagamento de Empenho		(694,01)
Receita Orçamentária		56.734,00
	Total dia 25/05/2020	56.039,99
26/05/2020		
Pagamento de Empenho		(246,44)
Receita Orçamentária		25.118,00
	Total dia 26/05/2020	24.871,56
27/05/2020		
Pagamento de Empenho		(1.731,75)
	Total dia 27/05/2020	(1.731,75)
28/05/2020		
Receita Orçamentária		5.206,00

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA**

Pág 8 / 10

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/05/2020 até: 31/05/2020

19970 -1111119000111000000 - B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24625-5 - 24625-5		
Data		Valor
28/05/2020		
Total dia 28/05/2020		5.206,00
29/05/2020		
Pagamento de Empenho		(48.161,19)
Pagamento de Nota Extra		(191,13)
Total dia 29/05/2020		(48.352,32)
31/05/2020		
Pagamento de Empenho		315,60
Receita Orçamentária		65,07
Total dia 31/05/2020		380,67
TOTAL		167.757,14


CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Pág 9 / 10

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/05/2020 até: 31/05/2020

19971 -1111119000112000000 - B.Brasil - Convênio Projeto RECUPERAR 27593-X - 27593-X		
Data		Valor
	Saldo Anterior	4.258.878,70
05/05/2020		
Pagamento de Empenho		(130.515,81)
Pagamento de Restos		(17.964,62)
	Total dia 05/05/2020	(148.480,43)
08/05/2020		
Pagamento de Empenho		(4.048,56)
Pagamento de Restos		(3.639,38)
	Total dia 08/05/2020	(7.687,94)
11/05/2020		
Pagamento de Nota Extra		(1.572,39)
	Total dia 11/05/2020	(1.572,39)
12/05/2020		
Pagamento de Empenho		(155.098,65)
Pagamento de Nota Extra		(172,25)
Pagamento de Restos		(38.124,28)
	Total dia 12/05/2020	(193.395,18)
14/05/2020		
Pagamento de Nota Extra		(1.327,49)
	Total dia 14/05/2020	(1.327,49)
15/05/2020		
Pagamento de Empenho		(192.834,82)
Pagamento de Nota Extra		(952,09)
	Total dia 15/05/2020	(193.786,91)
19/05/2020		
Pagamento de Empenho		(173.206,93)
Pagamento de Restos		(7.837,43)
	Total dia 19/05/2020	(181.044,36)
20/05/2020		
Pagamento de Nota Extra		(21.801,46)
	Total dia 20/05/2020	(21.801,46)
22/05/2020		
Pagamento de Nota Extra		(8.887,39)
Pagamento de Restos		(8.052,77)
	Total dia 22/05/2020	(16.940,16)
29/05/2020		
Pagamento de Nota Extra		(596,82)
Pagamento de Restos		(25.782,99)
	Total dia 29/05/2020	(26.379,81)
31/05/2020		
Pagamento de Empenho		(41,80)
Receita Orçamentária		1.903,61
	Total dia 31/05/2020	1.861,81
	TOTAL	3.468.324,38

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA**

Pág 10 / 10

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/05/2020 até: 31/05/2020

19972 -1111119000113000000 - B. Brasil - Ações Conjuntas 27997-8 - 27997-8		
Data		Valor
	Saldo Anterior	0,02
11/05/2020		
Pagamento de Nota Extra		(108,01)
	Total dia 11/05/2020	(108,01)
14/05/2020		
Receita Orçamentária		5.400,52
	Total dia 14/05/2020	5.400,52
20/05/2020		
Pagamento de Nota Extra		(594,06)
	Total dia 20/05/2020	(594,06)
25/05/2020		
Pagamento de Empenho		(4.698,45)
	Total dia 25/05/2020	(4.698,45)
31/05/2020		
Receita Orçamentária		1,20
	Total dia 31/05/2020	1,20
	TOTAL	1,22

RELAÇÃO DE EMPENHOS EMITIDOS

Publicação Nº 2525849

Pag 1 / 4

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Execução Orçamentária

Empenhos Emitidos

Data de Emissão: 01/05/2020 Até: 31/05/2020



Empenho	Espécie	Dotação	Vínculo	Emissão	Credor	Empenhado	Estornado	Líquido
26	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	02/01/2020	TELEFÔNICA BRASIL	0,00	1.646,65	(1.646,65)
27	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	02/01/2020	TELEFÔNICA BRASIL	0,00	38.139,08	(38.139,08)
29	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	02/01/2020	TIM S.A.	0,00	634,12	(634,12)
30	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	02/01/2020	CLARO S.A.	0,00	6.632,15	(6.632,15)
42	Global	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	02/01/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	0,00	7.635,45	(7.635,45)
44	Global	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	02/01/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	0,00	1.734,50	(1.734,50)
116	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	27/01/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - PLANEJ	0,00	879,95	(879,95)
117	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	27/01/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	901,33	(901,33)
118	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	27/01/2020	INSS	0,00	1.615,99	(1.615,99)
120	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	27/01/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	338,67	(338,67)
211	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	16/03/2020	LUIZ FERNANDO RALDI	0,00	101,90	(101,90)
215	Global	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	17/03/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	0,00	2.702,17	(2.702,17)
216	Global	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	17/03/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	0,00	2.470,80	(2.470,80)
217	Global	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	17/03/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	0,00	1.528,08	(1.528,08)
218	Global	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	17/03/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	0,00	331,60	(331,60)
219	Global	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	17/03/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	0,00	556,48	(556,48)
220	Global	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	17/03/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	0,00	509,36	(509,36)
222	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	17/03/2020	TIM S.A.	0,00	1.156,33	(1.156,33)
240	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	13/04/2020	OI SA	0,00	1.772,17	(1.772,17)
262	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	04/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	664.551,20	0,00	664.551,20
263	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	04/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	349.108,20	0,00	349.108,20
264	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	04/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	103.986,88	0,00	103.986,88
265	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	04/05/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - PLANEJ	11.600,00	0,00	11.600,00
266	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	04/05/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - PLANEJ	3.866,66	0,00	3.866,66
267	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	04/05/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.000,00	0,00	5.000,00
268	Global	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	04/05/2020	UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	6.000,00	0,00	6.000,00
269	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	04/05/2020	GERAUTO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS	330,00	0,00	330,00
270	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	04/05/2020	GERAUTO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS	140,00	0,00	140,00
271	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	04/05/2020	GERAUTO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS	1.124,30	0,00	1.124,30
272	Global	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	04/05/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	764,04	0,00	764,04
273	Global	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	04/05/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	165,80	0,00	165,80
274	Global	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	04/05/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	278,24	0,00	278,24
275	Global	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	04/05/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	254,68	0,00	254,68
276	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	05/05/2020	BIQ BENEFÍCIOS LTDA	16.295,99	0,00	16.295,99
277	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	05/05/2020	BIQ BENEFÍCIOS LTDA	18.809,65	0,00	18.809,65
278	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	06/05/2020	LUIZ FERNANDO RALDI	1.500,00	0,00	1.500,00
279	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	06/05/2020	DETRAN SC	123,53	0,00	123,53
280	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	06/05/2020	SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS	5,21	0,00	5,21
281	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	06/05/2020	LIBERTY SEGUROS S/A	1.575,17	0,00	1.575,17

 IPM Sisenias Ltda
 Atende Nat - WEO v.2013.01

Identificador: WEO081101-138-NPXCWW-330027980 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

16/06/2020 17:26:20 -03:00

Pag 2 / 4

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Execução Orçamentária

Empenhos Emitidos

Data de Emissão: 01/05/2020 Até: 31/05/2020



Empenho	Espécie	Dotação	Vínculo	Emissão	Credor	Empenhado	Estornado	Líquido
282	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	06/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	73.427,80	0,00	73.427,80
283	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	06/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	79.929,48	0,00	79.929,48
284	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	06/05/2020	GIGA1 COM EIRELI -ME	375,00	0,00	375,00
285	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	06/05/2020	DETRAN SC	123,53	0,00	123,53
286	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	06/05/2020	SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS	5,21	0,00	5,21
287	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	06/05/2020	DETRAN SC	123,53	0,00	123,53
288	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	06/05/2020	SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS	5,21	0,00	5,21
289	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	06/05/2020	TELEFÔNICA BRASIL	1.646,65	408,09	1.238,56
290	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	06/05/2020	TELEFÔNICA BRASIL	38.139,08	28.712,07	9.427,01
291	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	06/05/2020	TIM S.A	634,12	495,33	138,79
292	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	06/05/2020	CLARO S.A	6.632,15	4.510,74	2.121,41
293	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	06/05/2020	TIM S.A	1.156,33	0,00	1.156,33
294	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	06/05/2020	OI SA	1.772,17	0,00	1.772,17
295	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	11/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	251.260,00	0,00	251.260,00
296	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	11/05/2020	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BR	1.714,21	0,00	1.714,21
297	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	11/05/2020	KLEVERTON DA ROSA	520,00	0,00	520,00
298	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	12/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	108.198,42	0,00	108.198,42
299	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	12/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	46.820,36	0,00	46.820,36
300	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	12/05/2020	POLIGONAL ILUMINAÇÃO EIRELI	52.800,00	0,00	52.800,00
301	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	12/05/2020	PULSE SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA	23.070,00	0,00	23.070,00
302	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	12/05/2020	DRÁGER SAFETY DO BRASIL EQUIPAMEN	295.516,00	0,00	295.516,00
303	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	13/05/2020	BIQ BENEFÍCIOS LTDA	646,67	0,00	646,67
304	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	13/05/2020	TIM S.A	588,71	0,00	588,71
305	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	13/05/2020	CLARO S.A	17.000,00	0,00	17.000,00
306	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	13/05/2020	TELEFÔNICA BRASIL	10.000,00	0,00	10.000,00
307	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	13/05/2020	TELEFÔNICA BRASIL	65.000,00	0,00	65.000,00
308	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	18/05/2020	SALOMÃO FRANCISCO FERREIRA	780,00	520,00	260,00
309	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	18/05/2020	REINBOLD LTDA	420,00	0,00	420,00
310	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	18/05/2020	TIM S.A	280,00	0,00	280,00
311	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	18/05/2020	TIM S.A	3.100,00	0,00	3.100,00
312	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	18/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	5.508,10	0,00	5.508,10
313	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	18/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	29.155,20	0,00	29.155,20
314	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	18/05/2020	REINBOLD LTDA	240,00	0,00	240,00
315	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	18/05/2020	REINBOLD LTDA	600,00	0,00	600,00
316	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	18/05/2020	MAGAVEL MAGARINOS VEÍCULOS LTDA	196,00	0,00	196,00
317	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	18/05/2020	MAGAVEL MAGARINOS VEÍCULOS LTDA	382,00	0,00	382,00
318	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	18/05/2020	MAGAVEL MAGARINOS VEÍCULOS LTDA	221,00	0,00	221,00
319	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.34490000000000000000	01000301	20/05/2020	GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS	3.969,87	0,00	3.969,87
320	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.34490000000000000000	01000301	20/05/2020	LFL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS	1.215,00	0,00	1.215,00

IPM Sistemas Ltda
Arrende Net - WEO v2013.01

Identificador: WEO081101-138-NPXCWW-330027980 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

16/06/2020 17:26:20-03:00

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Execução Orçamentária

Empenhos Emitidos

Data de Emissão: 01/05/2020 Até: 31/05/2020



Empenho	Espécie	Dotação	Vínculo	Emissão	Credor	Empenhado	Estornado	Líquido
321	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	21/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	284.489,70	0,00	284.489,70
322	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	21/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	51.590,50	0,00	51.590,50
323	Global	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	25/05/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS L	67.939,83	0,00	67.939,83
324	Global	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	25/05/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS L	15.634,22	0,00	15.634,22
325	Global	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	25/05/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS L	24.429,65	0,00	24.429,65
326	Global	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	25/05/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS L	22.646,61	0,00	22.646,61
327	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	26/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	9.128,90	0,00	9.128,90
328	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	26/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	8.299,00	0,00	8.299,00
329	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	26/05/2020	POLIGONAL ILUMINAÇÃO EIRELI	4.900,00	0,00	4.900,00
330	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	26/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	189.831,14	0,00	189.831,14
331	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	27/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	9.128,90	9.128,90	0,00
332	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	27/05/2020	POLIGONAL ILUMINAÇÃO EIRELI	129.690,00	0,00	129.690,00
333	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	28/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	290.173,80	0,00	290.173,80
334	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	28/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	75.027,88	0,00	75.027,88
335	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000301	28/05/2020	MICHEL CLUVES DICK	6.300,00	0,00	6.300,00
336	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	28/05/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	35.000,00	0,00	35.000,00
337	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	28/05/2020	INSS	85.000,00	0,00	85.000,00
338	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	28/05/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - PLANEJ	452.000,00	0,00	452.000,00
339	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	28/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	8.299,00	0,00	8.299,00
340	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	28/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	95.422,50	0,00	95.422,50
341	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	28/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	59.535,82	0,00	59.535,82
342	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	28/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	178.627,36	0,00	178.627,36
343	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	28/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	8.299,00	0,00	8.299,00
344	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	28/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	94.714,50	0,00	94.714,50
345	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	29/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	1.074.768,06	0,00	1.074.768,06
346	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	29/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	229.956,00	0,00	229.956,00
347	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	29/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	309.120,82	0,00	309.120,82
348	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	29/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	63.123,56	0,00	63.123,56
349	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	29/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	9.084,60	0,00	9.084,60
350	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	29/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	22.536,44	0,00	22.536,44
351	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	29/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	8.918,60	0,00	8.918,60
352	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	29/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	19.467,00	0,00	19.467,00
353	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	29/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	300.377,08	0,00	300.377,08
354	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	29/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	28.466,30	0,00	28.466,30
355	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	29/05/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	23.360,40	0,00	23.360,40
Total Empenhos Globais						138.113,07	18.931,20	119.181,87
Total Empenhos Ordinários						5.742.876,24	9.750,80	5.733.125,44
Total Empenhos Estimativos						722.949,21	87.842,67	635.106,54
Total Subempenhos						0,00	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda
Arrenda Net - WEO v2013.01

Identificador: WEO081101-138-NPXCWW-330027980 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

16/06/2020 17:26:20-03:00

Pag 4 / 4

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Execução Orçamentária

Empenhos Emitidos

Data de Emissão: 01/05/2020 Até: 31/05/2020



Empenho	Espécie	Dotação	Vínculo	Emissão	Credor	Total Geral	Empenhado	Estornado	Líquido
							6.603.938,52	116.524,67	6.487.413,85

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WEO v2013.01

Identificador: WEO081101-138-NPXCWW-330027980 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

16/06/2020 17:26:20 -03:00

RELAÇÃO DE PAGAMENTOS EFETUADOS

Publicação Nº 2525852

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
Financeiro
Pagamentos Efetuados
Período: 01/05/2020 até: 31/05/2020 Lista Retenção: Nenhum

Pág 1 / 10



Data	Ordem de Pagamento	Tipo do Emp.	Número do Emp.	Credor	Documento	Histórico	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pagto	Valor
04/05/2020	663	Emp.	6/2020	IPM SISTEMAS LTDA	24559	Pagamento automático de retenção.	01000301	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Retenção	1	11.03
04/05/2020	664	Emp.	36/2020	OPOS OTIMIZAÇÃO DE PROJETOS	37	Pagamento automático de retenção.	01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Retenção	1	594.94
04/05/2020	665	Emp.	22/2020	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA	473452434		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		86.78
04/05/2020	666	Emp.	22/2020	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA	473452531		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		86.78
04/05/2020	667	Emp.	22/2020	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA	473452531		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		86.78
04/05/2020	668	Emp.	24/2020	POSTO MACA LTDA	67332		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILHADAS	Débito Bancário		106.63
04/05/2020	669	Emp.	25/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS	052020		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILHADAS	Débito Bancário		2.100.00
04/05/2020	670	Emp.	25/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS	052020		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILHADAS	Débito Bancário		4.332.38
04/05/2020	671	Emp.	26/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - P	052020		01000302	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILHADAS	Retenção	1	3.558.58
04/05/2020	672	Emp.	26/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - P	052020		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		3.886.66
04/05/2020	673	Emp.	26/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - P	052020		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		8.041.42
04/05/2020	675	Emp.	216/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS	110058		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Retenção	1	792.68
04/05/2020	676	Emp.	216/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS	110059		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Retenção	1	85.15
04/05/2020	677	Emp.	25/2020	POSTO MACA LTDA	67347		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		80.86
SubTotal 04/05/2020											23.836.67
05/05/2020	189	Rest.	832/2019	CONSTRUTORA ENGEFORTE LTDA	2020000000000029	Pagamento automático de retenção.	01640001	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Retenção	1	422.09
05/05/2020	190	Rest.	832/2019	CONSTRUTORA ENGEFORTE LTDA	2020000000000030	Pagamento automático de retenção.	01640001	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Retenção	1	133.52
05/05/2020	191	Rest.	832/2019	CONSTRUTORA ENGEFORTE LTDA	2020000000000030		01640001	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		4.317.01
05/05/2020	192	Rest.	832/2019	CONSTRUTORA ENGEFORTE LTDA	2020000000000029		01640001	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		13.647.61
05/05/2020	678	Emp.	173/2020	QUALIDADE CONSTRUÇÕES & PAVIMENTAÇÃO	307		01640502	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		130.515.81
05/05/2020	679	Emp.	42/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS	110058		01000301	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		226.24
05/05/2020	680	Emp.	42/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS	110056		01000301	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Retenção	1	1.946.70
SubTotal 05/05/2020											151.206.98
06/05/2020	193	Rest.	825/2019	OBSERVES SERVIÇOS EIRELI	653		01640001	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILHADAS	Retenção	1	592.46
06/05/2020	407	Emp.	211/2020	LUIZ FERNANDO RALDI			01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILHADAS	Débito Bancário		(101.90)
06/05/2020	681	Emp.	279/2020	DETRAN SC	445234852		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILHADAS	Débito Bancário		123.53
06/05/2020	682	Emp.	285/2020	DETRAN SC	443638549		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILHADAS	Débito Bancário		123.53
06/05/2020	683	Emp.	286/2020	SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS	01010000443638551		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILHADAS	Débito Bancário		5.21
06/05/2020	684	Emp.	280/2020	SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS	101000445234854		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILHADAS	Débito Bancário		5.21
06/05/2020	685	Emp.	278/2020	LUIZ FERNANDO RALDI			01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILHADAS	Débito Bancário		1.500.00
06/05/2020	686	Emp.	25/2020	POSTO MACA LTDA	67379		01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		79.72
06/05/2020	687	Emp.	269/2020	GERAUTO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS	2020000000000653		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		330.00
06/05/2020	688	Emp.	271/2020	GERAUTO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS	330		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		1.124.30
06/05/2020	689	Emp.	270/2020	GERAUTO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS	330		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		140.00
06/05/2020	690	Emp.	168/2020	VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA	310		01640502	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		349.70
SubTotal 06/05/2020											4.271.76
07/05/2020	691	Emp.	34/2020	ELENCE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA	91		01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7	Retenção	1	48.37
07/05/2020	692	Emp.	34/2020	ELENCE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA	95		01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7	Retenção	1	118.82
07/05/2020	693	Emp.	226/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	6769		01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		126.963.20
07/05/2020	694	Emp.	120/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL			01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		77.33
07/05/2020	695	Emp.	120/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL			01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		618.67
07/05/2020	696	Emp.	117/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL			01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		920.00
07/05/2020	697	Emp.	117/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL			01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		906.67

IPM Sistemas Ltda
Atende Nat - WFC v.2013.01

Identificador: WFC161101-138-YYSHES-30028016 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

16/06/2020 17:26:56 -03:00



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Financeiro

Pagamentos Efetuados

Período: 01/05/2020 até: 31/05/2020 Lista Retenção: Nenhum



Data	Ordem de Pagamento	Tipo do Emp.	Número do Emp.	Credor	Documento	Histórico	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pagto	Valor
07/05/2020	698	Emp.	120/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL			01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		1.392,00
07/05/2020	699	Emp.	117/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL			01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		3.144,00
07/05/2020	700	Emp.	288/2020	SEGURODORA LIDER DOS CONSÓC	1010000445531 057		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		5,21
07/05/2020	701	Emp.	287/2020	DETRAN SC	445531055		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		123,53
07/05/2020	702	Emp.	24/2020	POSTO MACA LTDA	67443		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		131,20
07/05/2020	703	Emp.	115/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL			01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		464,00
07/05/2020	704	Emp.	111/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL			01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		1.792,00
07/05/2020	705	Emp.	111/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL			01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		9.260,78
07/05/2020	728	Emp.	34/2020	ELENGE ENGENHARIA ELÉTRICA L	94	Pagamento automático de retenção.	01000302	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário	1	47,32
SubTotal 07/05/2020											146.013,10
08/05/2020	194	Rest.	825/2019	OBSERVES SERVIÇOS EIRELI	653		01640001	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		3.639,38
08/05/2020	374	Ext.	386/2020	BIO BENEFICIOS LTDA	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Cpt3 - 20.413-7	Débito Bancário		160,34
08/05/2020	375	Ext.	386/2020	BIO BENEFICIOS LTDA	1		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		801,71
08/05/2020	376	Ext.	385/2020	BIO BENEFICIOS LTDA	1		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		748,25
08/05/2020	706	Emp.	238/2020	BIO BENEFICIOS LTDA	77346		01000302	B. Brasil - Cpt1 Cpt3 - 20.413-7	Débito Bancário		2.749,66
08/05/2020	707	Emp.	99/2020	GEINFO TECNOLOGIA DA INFORM	2020000000021850		01000302	B. Brasil - Cpt1 Cpt3 - 20.413-7	Débito Bancário		650,00
08/05/2020	708	Emp.	210/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAME	6778		01000302	B. Brasil - Cpt1 Cpt3 - 20.413-7	Débito Bancário		68.728,26
08/05/2020	709	Emp.	56/2020	EMANUELLI PATRICIA HOSS BARB	2020000000000490		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		38,00
08/05/2020	710	Emp.	44/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVI	110059		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		248,70
08/05/2020	711	Emp.	216/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVI	110059		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		296,87
08/05/2020	712	Emp.	216/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVI	110055		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		2.442,16
08/05/2020	713	Emp.	44/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVI	110055		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		2.231,90
08/05/2020	714	Emp.	17/2020	IVETE REGINA ODORIZZI	04/2020		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		1.674,93
08/05/2020	715	Emp.	238/2020	BIO BENEFICIOS LTDA	77346		01000301	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		13.748,29
08/05/2020	716	Emp.	16/2020	IVETE REGINA ODORIZZI	04/2020		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		1.674,92
08/05/2020	717	Emp.	215/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVI	110058		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		369,59
08/05/2020	718	Emp.	42/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVI	110058		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		912,43
08/05/2020	719	Emp.	42/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVI	110056		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		7.542,16
08/05/2020	720	Emp.	215/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVI	110056		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		3.489,12
08/05/2020	721	Emp.	65/2020	REVOLUCION SERVIÇOS DE INFOR	2020000000000612		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		190,00
08/05/2020	722	Emp.	19/2020	REVOLUCION SERVIÇOS DE INFOR	2020000000000613		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		35.581,42
08/05/2020	723	Emp.	53/2020	CENTRO EXECUTIVO IMPERATRIZ	32282, 32274, 31683, 31685		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		690,13
08/05/2020	724	Emp.	41/2020	BECO CASTELO CONSTRUÇÕES E	05/2020		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		3.291,14
08/05/2020	725	Emp.	202/2020	R.S VAREJO EIRELI	1080		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		339,90
08/05/2020	726	Emp.	237/2020	BIO BENEFICIOS LTDA	77346		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		12.831,75
08/05/2020	727	Emp.	168/2020	VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTI	310		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		4.048,56
08/05/2020	729	Emp.	276/2020	BIO BENEFICIOS LTDA	79089	Pagamento automático de retenção.	01640502	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário	1	897,91
08/05/2020	730	Emp.	277/2020	BIO BENEFICIOS LTDA	79089	Pagamento automático de retenção.	01000302	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário	1	1.036,41
SubTotal 08/05/2020											171.033,89
11/05/2020	377	Ext.	452/2020	QUALIDADE CONSTRUÇÕES & PAV	1		01640502	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		814,88
11/05/2020	378	Ext.	470/2020	CONSTRUTORA ENGEFORTE LTDA	1		01640001	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		133,52
11/05/2020	379	Ext.	480/2020	VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTI	1		01640502	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		74,94

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Financeiro

Pagamentos Efetuados

Período: 01/05/2020 até: 31/05/2020 Lista Retenção: Nenhum



Data	Ordem de Pagamento	Tipo do Emp.	Número do Emp.	Credor	Documento	Histórico	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pago	Valor
11/05/2020	380	Ext.	478/2020	OBSERVES SERVIÇOS EIRELI	1		01640001	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		126,96
11/05/2020	381	Ext.	469/2020	CONSTRUTORA ENGEFORTE LTDA	1		01640001	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		422,09
11/05/2020	382	Ext.	457/2020	OPOS OTIMIZACAO DE PROJETOS	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Cif3 - 20.413-7	Débito Bancário		594,94
11/05/2020	383	Ext.	420/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Cif3 - 20.413-7	Débito Bancário		473,83
11/05/2020	384	Ext.	421/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Cif3 - 20.413-7	Débito Bancário		102,17
11/05/2020	385	Ext.	422/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Cif3 - 20.413-7	Débito Bancário		15,43
11/05/2020	386	Ext.	423/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Cif3 - 20.413-7	Débito Bancário		112,42
11/05/2020	387	Ext.	418/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Cif3 - 20.413-7	Débito Bancário		1.418,48
11/05/2020	388	Ext.	425/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Cif3 - 20.413-7	Débito Bancário		64,08
11/05/2020	389	Ext.	426/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Cif3 - 20.413-7	Débito Bancário		1.039,17
11/05/2020	390	Ext.	427/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Cif3 - 20.413-7	Débito Bancário		38,45
11/05/2020	391	Ext.	428/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Cif3 - 20.413-7	Débito Bancário		17,45
11/05/2020	392	Ext.	429/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Cif3 - 20.413-7	Débito Bancário		13,21
11/05/2020	393	Ext.	430/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Cif3 - 20.413-7	Débito Bancário		461,14
11/05/2020	394	Ext.	431/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Cif3 - 20.413-7	Débito Bancário		56,24
11/05/2020	395	Ext.	433/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Cif3 - 20.413-7	Débito Bancário		66,87
11/05/2020	396	Ext.	436/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Cif3 - 20.413-7	Débito Bancário		34,82
11/05/2020	397	Ext.	284/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Cif3 - 20.413-7	Débito Bancário		0,88
11/05/2020	398	Ext.	246/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Cif3 - 20.413-7	Débito Bancário		1,68
11/05/2020	399	Ext.	437/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Cif3 - 20.413-7	Débito Bancário		137,80
11/05/2020	400	Ext.	438/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Cif3 - 20.413-7	Débito Bancário		27,92
11/05/2020	401	Ext.	439/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Cif3 - 20.413-7	Débito Bancário		29,14
11/05/2020	402	Ext.	440/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Cif3 - 20.413-7	Débito Bancário		120,20
11/05/2020	403	Ext.	442/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Cif3 - 20.413-7	Débito Bancário		120,05
11/05/2020	404	Ext.	443/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Cif3 - 20.413-7	Débito Bancário		163,05
11/05/2020	405	Ext.	444/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Cif3 - 20.413-7	Débito Bancário		33,81
11/05/2020	406	Ext.	204/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE PAI	1		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		3.423,90
11/05/2020	407	Ext.	476/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVI	1		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		389,34
11/05/2020	408	Ext.	473/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVI	1		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		45,25
11/05/2020	409	Ext.	468/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVI	1		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		15,77
11/05/2020	410	Ext.	466/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVI	1		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		136,67
11/05/2020	411	Ext.	447/2020	OBSERVES SERVIÇOS EIRELI	1		01000302	B. Brasil - Ações Conjuntas 27997-8	Débito Bancário		108,01
11/05/2020	731	Emp.	175/2020	CEGE ENGENHARIA LTDA	202000000000094	Pagamento automático de retenção,	01640502		Retenção	1	436,47
11/05/2020	732	Emp.	175/2020	CEGE ENGENHARIA LTDA	202000000000095	Pagamento automático de retenção,	01640502		Retenção	1	607,15
11/05/2020	733	Emp.	24/2020	POSTO MACA LTDA	67530		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		113,74
11/05/2020	734	Emp.	24/2020	POSTO MACA LTDA	67506		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		121,71
SubTotal 11/05/2020											12.113,63
12/05/2020	195	Rest.	725/2019	RAI SERVIÇOS EIRELI	113	Pagamento automático de retenção,	01640001		Retenção	1	247,40
12/05/2020	196	Rest.	828/2019	RAI SERVIÇOS EIRELI	115	Pagamento automático de retenção,	01640001		Retenção	1	685,41
12/05/2020	197	Rest.	825/2019	OBSERVES SERVIÇOS EIRELI	659	Pagamento automático de retenção,	01640001		Retenção	1	2.115,72
12/05/2020	198	Rest.	825/2019	OBSERVES SERVIÇOS EIRELI	662	Pagamento automático de retenção,	01640001		Retenção	1	861,17

Identificador: WFC161101-138-YYSHES-330028016 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

16/06/2020 17:26:56 -03:00

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WFC v.2013.01

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Financeiro

Pagamentos Efetuados

Período: 01/05/2020 até: 31/05/2020 Lista Retenção: Nenhum



Data	Ordem de Pagamento	Tipo do Emp.	Número do Emp.	Credor	Documento	Histórico	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pago	Valor
12/05/2020	199	Rest.	825/2019	OBSERVES SERVIÇOS EIRELI	661	Pagamento automático de retenção.	01640001	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Retenção	1	220,27
12/05/2020	200	Rest.	825/2019	OBSERVES SERVIÇOS EIRELI	667	Pagamento automático de retenção.	01640001	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Retenção	1	232,26
12/05/2020	201	Rest.	825/2019	OBSERVES SERVIÇOS EIRELI	661		01640001	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		1.353,06
12/05/2020	202	Rest.	825/2019	OBSERVES SERVIÇOS EIRELI	669		01640001	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		11.989,08
12/05/2020	203	Rest.	825/2019	OBSERVES SERVIÇOS EIRELI	662		01640001	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		5.763,22
12/05/2020	204	Rest.	825/2019	OBSERVES SERVIÇOS EIRELI	667		01640001	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		1.554,41
12/05/2020	205	Rest.	725/2019	RAI SERVIÇOS EIRELI	113		01640001	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		7.732,96
12/05/2020	206	Rest.	828/2019	RAI SERVIÇOS EIRELI	115		01640001	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		9.731,55
12/05/2020	412	Ext.	357/2020	VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTI	1		01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		172,25
12/05/2020	735	Emp.	175/2020	CEGE ENGENHARIA LTDA	2020000000000094		01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		28.661,31
12/05/2020	736	Emp.	175/2020	CEGE ENGENHARIA LTDA	2020000000000095		01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		39.869,31
12/05/2020	737	Emp.	177/2020	SUICA TRANSPORTES LTDA	1621		01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		86.588,03
12/05/2020	738	Emp.	287/2020	KLEVERTON DA ROSA			01000302	B.BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		520,00
SubTotal 12/05/2020											198.257,41
13/05/2020	207	Rest.	313/2019	ELENCE ENGENHARIA ELÉTRICA L	88		01000314	B. Brasil - Cipt Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		2.401,95
13/05/2020	739	Emp.	34/2020	ELENCE ENGENHARIA ELÉTRICA L	88		01000302	B. Brasil - Cipt Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		4.641,00
13/05/2020	740	Emp.	34/2020	ELENCE ENGENHARIA ELÉTRICA L	89		01000302	B. Brasil - Cipt Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		9.942,98
SubTotal 13/05/2020											16.985,93
14/05/2020	413	Ext.	483/2020	RAI SERVIÇOS EIRELI	1		01640001	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		207,94
14/05/2020	414	Ext.	501/2020	OBSERVES SERVIÇOS EIRELI	1		01640001	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		357,3
14/05/2020	415	Ext.	489/2020	OBSERVES SERVIÇOS EIRELI	1		01640001	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		47,20
14/05/2020	416	Ext.	497/2020	OBSERVES SERVIÇOS EIRELI	1		01640001	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		132,49
14/05/2020	417	Ext.	306/2020	CHRONOS ENGENHARIA E SERVIÇO	1		01640001	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		224,48
14/05/2020	418	Ext.	260/2020	VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTI	1		01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		679,65
14/05/2020	741	Emp.	25/2020	POSTO MACA LTDA	67610		01000302	B. Brasil - Cipt Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		91,70
14/05/2020	742	Emp.	24/2020	POSTO MACA LTDA	67659		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		115,16
14/05/2020	743	Emp.	18/2020	CELESC DISTRIBUIÇÃO S A	20206870692622-11		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		120,23
14/05/2020	744	Emp.	18/2020	CELESC DISTRIBUIÇÃO S A	20206870692623-84		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		147,38
14/05/2020	745	Emp.	6/2020	IPM SISTEMAS LTDA	24559		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		724,21
14/05/2020	746	Emp.	15/2020	UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LT	2678209		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		805,90
14/05/2020	747	Emp.	15/2020	UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LT	2678210		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		1.080,10
SubTotal 14/05/2020											4.412,17
15/05/2020	211	Rest.	829/2019	CHRONOS ENGENHARIA E SERVIÇO	2020000000000247	Pagamento automático de retenção.	01640001		Retenção	1	82,75
15/05/2020	212	Rest.	829/2019	CHRONOS ENGENHARIA E SERVIÇO	2020000000000248	Pagamento automático de retenção.	01640001		Retenção	1	40,84
15/05/2020	213	Rest.	827/2019	CHRONOS ENGENHARIA E SERVIÇO	2020000000000246	Pagamento automático de retenção.	01640001		Retenção	1	363,39
15/05/2020	419	Ext.	517/2020	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	1		01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		170,95
15/05/2020	420	Ext.	515/2020	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	1		01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		42,76
15/05/2020	421	Ext.	513/2020	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	1		01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		129,92
15/05/2020	422	Ext.	511/2020	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	1		01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		11,61
15/05/2020	423	Ext.	509/2020	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	1		01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		6,36
15/05/2020	424	Ext.	507/2020	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	1		01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		41,24
15/05/2020	425	Ext.	505/2020	VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTI	1		01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		270,95
15/05/2020	426	Ext.	489/2020	CEGE ENGENHARIA LTDA	1		01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		161,91

Identificador: WFC161101-138-YYSHES-330028016 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

16/06/2020 17:26:56 -03:00

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WFC v.2013.01

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Financeiro

Pagamentos Efetuados

Período: 01/05/2020 até: 31/05/2020 Lista Retenção: Nenhum

Pág 5 / 10



Data	Ordem de Pagamento	Tipo do Emp.	Número do Emp.	Credor	Documento	Histórico	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pago	Valor
15/05/2020	427	Ext.	487/2020	CEGE ENGENHARIA LTDA	1		01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		116,39
15/05/2020	748	Emp.	168/2020	VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTI	319	Pagamento automático de retenção.	01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Retenção	1	267,11
15/05/2020	749	Emp.	168/2020	VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTI	320	Pagamento automático de retenção.	01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Retenção	1	1.122,69
15/05/2020	750	Emp.	174/2020	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	222	Pagamento automático de retenção.	01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Retenção	1	268,06
15/05/2020	751	Emp.	174/2020	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	223	Pagamento automático de retenção.	01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Retenção	1	41,32
15/05/2020	752	Emp.	174/2020	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	224	Pagamento automático de retenção.	01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Retenção	1	75,44
15/05/2020	753	Emp.	174/2020	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	225	Pagamento automático de retenção.	01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Retenção	1	606,29
15/05/2020	754	Emp.	174/2020	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	226	Pagamento automático de retenção.	01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Retenção	1	277,96
15/05/2020	755	Emp.	174/2020	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	227	Pagamento automático de retenção.	01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Retenção	1	1.111,15
15/05/2020	756	Emp.	174/2020	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	227		01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		84.361,72
15/05/2020	757	Emp.	174/2020	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	226		01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		21.103,89
15/05/2020	758	Emp.	174/2020	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	225		01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		42.699,71
15/05/2020	759	Emp.	174/2020	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	224		01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		5.727,09
15/05/2020	760	Emp.	174/2020	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	223		01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		3.136,96
15/05/2020	761	Emp.	174/2020	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	222		01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		20.351,49
15/05/2020	762	Emp.	168/2020	VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTI	320		01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		12.424,75
15/05/2020	763	Emp.	168/2020	VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTI	319		01640502	B.Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		3.029,21
SubTotal 15/05/2020											198.043,91
18/05/2020	764	Emp.	24/2020	POSTO MACA LTDA	67705		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		76,45
18/05/2020	765	Emp.	308/2020	SALOMÃO FRANCISCO FERREIRA	52/2020		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		780,00
18/05/2020	766	Emp.	167/2020	IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇO	1999	Pagamento automático de retenção.	01640502	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Retenção	1	6.410,51
18/05/2020	767	Emp.	289/2020	TELEFÔNICA BRASIL	13308084/05/2020, 13102864/05/2020		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		132,74
18/05/2020	768	Emp.	290/2020	TELEFÔNICA BRASIL	13294259/05/2020, 13294260/05/2020, 13308081/05/2020, 13294261/05/2020, 13320925/05/2020, 133228631/05/2020, 13308086/05/2020, 13326086/05/2020, 13320926/05/2020, 13096938/05/2020, 13294262/05/2020, 13308082/05/2020, 13308083/05/2020, 13096935/05/2020, 133228632/05/2020, 13102865/05/2020, 13099953/05/2020		01000302	B. Brasil - TELEFONIA 22864-8	Débito Bancário	1.712,27	
SubTotal 18/05/2020											9.111,97
19/05/2020	214	Rest.	829/2019	CHRONOS ENGENHARIA E SERVIÇO	202000000000247		01640001	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		1.331,76
19/05/2020	215	Rest.	829/2019	CHRONOS ENGENHARIA E SERVIÇO	202000000000248		01640001	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		657,26
19/05/2020	216	Rest.	827/2019	CHRONOS ENGENHARIA E SERVIÇO	202000000000246		01640001	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		5.848,41
19/05/2020	428	Ext.	416/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE PAI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		265,81
19/05/2020	429	Ext.	369/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE PAI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		1.061,21
19/05/2020	430	Ext.	414/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE PAI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		1.280,99
19/05/2020	431	Ext.	482/2020	ELENGE ENGENHARIA ELÉTRICA L	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		118,82
19/05/2020	432	Ext.	481/2020	ELENGE ENGENHARIA ELÉTRICA L	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		48,37
19/05/2020	433	Ext.	455/2020	ELENGE ENGENHARIA ELÉTRICA L	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		97,26
19/05/2020	434	Ext.	454/2020	ELENGE ENGENHARIA ELÉTRICA L	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		97,79
19/05/2020	435	Ext.	453/2020	ELENGE ENGENHARIA ELÉTRICA L	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		151,42

Identificador: WFC161101-138-YYSHES-330028016 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

IPM Sistemas Ltda
Arrenda Net - WFC v.2013.01

16/06/2020 17:26:56 -03:00

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Financeiro

Pagamentos Efetuados

Período: 01/05/2020 até: 31/05/2020 Lista Retenção: Nenhum



Data	Ordem de Pagamento	Tipo do Emp.	Número do Emp.	Credor	Documento	Histórico	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pago	Valor
19/05/2020	436	Ext.	445/2020	ELENGE ENGENHARIA ELÉTRICA L	1		01000314	B. Brasil - Cpt1 Chr3 - 20.413-7	Débito Bancário		107,25
19/05/2020	437	Ext.	464/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVI	1		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		54,67
19/05/2020	438	Ext.	348/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE PAI	1		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		2.051,21
19/05/2020	439	Ext.	411/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE PAI	1		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		1.623,39
19/05/2020	440	Ext.	409/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE PAI	1		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		3.695,59
19/05/2020	441	Ext.	471/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVI	1		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		15,08
19/05/2020	442	Ext.	474/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVI	1		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		129,78
19/05/2020	443	Ext.	364/2020	IPM SISTEMAS LTDA	1		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		11,03
19/05/2020	444	Ext.	345/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE PAI	1		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		3.545,88
19/05/2020	445	Ext.	399/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE PAI	1		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		667,04
19/05/2020	446	Ext.	403/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE PAI	1		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		13.853,62
19/05/2020	447	Ext.	405/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE PAI	1		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		541,13
19/05/2020	450	Ext.	349/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE PAI	1		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		713,08
19/05/2020	451	Ext.	412/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE PAI	1		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		2.012,79
19/05/2020	452	Ext.	409/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE PAI	1		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		4.433,65
19/05/2020	453	Ext.	404/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE PAI	1		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		9.398,40
19/05/2020	454	Ext.	406/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE PAI	1		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		670,93
19/05/2020	455	Ext.	400/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE PAI	1		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		713,08
19/05/2020	456	Ext.	346/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE PAI	1		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		1.426,16
19/05/2020	769	Emp.	34/2020	ELENGE ENGENHARIA ELÉTRICA L	98	Pagamento automático de retenção.	01000302		Retenção	1	158,78
19/05/2020	770	Emp.	167/2020	IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇ	1999		01640502	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		136.045,17
19/05/2020	771	Emp.	179/2020	BRITASUL COMÉRCIO DE PEDRAS	6747		01640502	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		15.025,18
19/05/2020	772	Emp.	179/2020	BRITASUL COMÉRCIO DE PEDRAS	6748		01640502	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		22.136,58
19/05/2020	778	Emp.	296/2020	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL	67763		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		1.714,21
19/05/2020	779	Emp.	25/2020	POSTO MACA LTDA	202000000003161		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		82,52
19/05/2020	780	Emp.	146/2020	CLIMASEG AMBIENTAL LTDA ME			01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		115,00
19/05/2020	781	Emp.	118/2020	INSS			01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		2.390,00
19/05/2020	782	Emp.	121/2020	INSS			01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		3.654,00
19/05/2020	783	Emp.	118/2020	INSS			01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		8.253,00
19/05/2020	784	Emp.	281/2020	LIBERTY SEGUROS S/A	26-31111-A-3126814667/1/1		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		1.575,17
19/05/2020	785	Emp.	112/2020	INSS			01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		4.704,00
19/05/2020	786	Emp.	112/2020	INSS			01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		18.009,59
19/05/2020	787	Emp.	114/2020	INSS			01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		1.218,00
SubTotal 19/05/2020											271.684,06
20/05/2020	448	Ext.	370/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE PAI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Chr3 - 20.413-7	Débito Bancário		713,08
20/05/2020	449	Ext.	415/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE PAI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Chr3 - 20.413-7	Débito Bancário		994,70
20/05/2020	457	Ext.	446/2020	OBSERVES SERVIÇOS EIRELI	1		01000302	B. Brasil - Ações Conjuntas 27997-8	Débito Bancário		594,06
20/05/2020	458	Ext.	472/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVI	1		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		165,91
20/05/2020	459	Ext.	475/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVI	1		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		1.427,58
20/05/2020	460	Ext.	467/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVI	1		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		69,38
20/05/2020	461	Ext.	465/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVI	1		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		601,34
20/05/2020	462	Ext.	417/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Chr3 - 20.413-7	Débito Bancário		3.120,66

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WFC v.2013.01

Identificador: WFC161101-138-YYSHES-330028016 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

16/06/2020 17:26:56 -03:00

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Financeiro

Pagamentos Efetuados

Período: 01/05/2020 até: 31/05/2020 Lista Retenção: Nenhum



Pág 7 / 10

Data	Ordem de Pagamento	Tipo do Emp.	Número do Emp.	Credor	Documento	Histórico	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pago	Valor
20/05/2020	463	Ext.	419/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		14.953,97
20/05/2020	464	Ext.	356/2020	VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTI	1		01640502	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		329,82
20/05/2020	465	Ext.	354/2020	VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTI	1		01640502	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		1.258,10
20/05/2020	466	Ext.	352/2020	VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTI	1		01640502	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		738,14
20/05/2020	467	Ext.	350/2020	VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTI	1		01640502	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		61,23
20/05/2020	468	Ext.	381/2020	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	1		01640502	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		540,88
20/05/2020	469	Ext.	383/2020	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	1		01640502	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		42,59
20/05/2020	470	Ext.	367/2020	T.E.S. TECNOLOGIA DE SOLOS LTD	1		01640502	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		180,57
20/05/2020	471	Ext.	377/2020	RAI SERVICOS EIRELI	1		01640001	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		74,21
20/05/2020	472	Ext.	379/2020	RAI SERVICOS EIRELI	1		01640001	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		232,41
20/05/2020	473	Ext.	365/2020	RAI SERVICOS EIRELI	1		01640001	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		279,62
20/05/2020	474	Ext.	451/2020	QUALIDADE CONSTRUÇÕES & PAV	1		01640502	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		4.481,81
20/05/2020	475	Ext.	397/2020	QUALIDADE CONSTRUÇÕES & PAV	1		01640502	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		1.552,22
20/05/2020	476	Ext.	395/2020	QUALIDADE CONSTRUÇÕES & PAV	1		01640502	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		3.499,26
20/05/2020	477	Ext.	393/2020	QUALIDADE CONSTRUÇÕES & PAV	1		01640502	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		3.020,47
20/05/2020	478	Ext.	391/2020	QUALIDADE CONSTRUÇÕES & PAV	1		01640502	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		380,93
20/05/2020	479	Ext.	362/2020	OBSERVES SERVIÇOS EIRELI	1		01640001	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		222,67
20/05/2020	480	Ext.	360/2020	OBSERVES SERVIÇOS EIRELI	1		01640001	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		2.253,72
20/05/2020	481	Ext.	358/2020	OBSERVES SERVIÇOS EIRELI	1		01640001	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		2.121,66
20/05/2020	482	Ext.	389/2020	CHRONOS ENGENHARIA E SERVIÇO	1		01640001	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		551,15
20/05/2020	773	Emp.	22/2020	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA OI SA	473600278		01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		88,78
20/05/2020	774	Emp.	294/2020	INSS	2005.013026921		01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		279,99
20/05/2020	775	Emp.	121/2020	INSS			01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		202,98
20/05/2020	776	Emp.	121/2020	INSS			01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		1.624,00
20/05/2020	777	Emp.	118/2020	INSS			01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		2.415,00
20/05/2020	791	Emp.	24/2020	POSTO MACA LTDA	67818		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		80,21
SubTotal 20/05/2020											49.133,10
22/05/2020	217	Rest.	826/2019	RAI SERVICOS EIRELI	111	Pagamento automático de retenção.	01640001		Retenção	1	154,05
22/05/2020	218	Rest.	826/2019	RAI SERVICOS EIRELI	112	Pagamento automático de retenção.	01640001		Retenção	1	442,78
22/05/2020	219	Rest.	826/2019	RAI SERVICOS EIRELI	111		01640001	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		2.078,51
22/05/2020	220	Rest.	826/2019	RAI SERVICOS EIRELI	112		01640001	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		5.974,26
22/05/2020	483	Ext.	524/2020	IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇO	1		01640502	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		1.540,02
22/05/2020	484	Ext.	387/2020	IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇO	1		01640001	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		2.126,17
22/05/2020	485	Ext.	525/2020	CHRONOS ENGENHARIA E SERVIÇO	1		01640502	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		4.273,67
22/05/2020	486	Ext.	523/2020	CHRONOS ENGENHARIA E SERVIÇO	1		01640001	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		13,96
22/05/2020	487	Ext.	521/2020	CHRONOS ENGENHARIA E SERVIÇO	1		01640001	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		28,29
22/05/2020	488	Ext.	519/2020	CHRONOS ENGENHARIA E SERVIÇO	1		01640001	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		124,24
22/05/2020	489	Ext.	503/2020	VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTI	1		01640502	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		57,24
22/05/2020	490	Ext.	495/2020	OBSERVES SERVIÇOS EIRELI	1		01640001	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		564,19
22/05/2020	491	Ext.	491/2020	RAI SERVICOS EIRELI	1		01640001	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPER	Débito Bancário		199,61
22/05/2020	788	Emp.	25/2020	POSTO MACA LTDA	67863		01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		56,92

Identificador: WFC16101-138-YYSHES-330028016 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

IPM Sistemas Ltda
Arrenda Net - WFC v.2013.01

16/06/2020 17:26:56 -03:00

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Financeiro

Pagamentos Efetuados

Período: 01/05/2020 até: 31/05/2020 Lista Retenção: Nenhum



Data	Ordem de Pagamento	Tipo do Emp.	Número do Emp.	Credor	Documento	Histórico	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pago	Valor
22/05/2020	789	Emp.	35/2020	ELETRON CONSTRUÇÕES ELÉTRIC	485		01000302	B. Brasil - Cpt1 Ch3 - 20.413-7	Débito Bancário		4.057,90
22/05/2020	790	Emp.	35/2020	ELETRON CONSTRUÇÕES ELÉTRIC	486		01000302	B. Brasil - Cpt1 Ch3 - 20.413-7	Débito Bancário		15.120,00
22/05/2020	792	Emp.	66/2020	JOSIANE ZAGO - MEI	98		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário	1	2.000,00
22/05/2020	793	Emp.	303/2020	BIO BENEFÍCIOS LTDA	79121	Pagamento automático de retenção.	01000301		Retenção		35,63
SubTotal 22/05/2020											38.807,44
25/05/2020	794	Emp.	34/2020	ELENGE ENGENHARIA ELÉTRICA L	90		01000302	B. Brasil - Cpt1 Ch3 - 20.413-7	Débito Bancário		6.386,99
25/05/2020	795	Emp.	230/2020	UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LT	579479		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		1.500,00
25/05/2020	796	Emp.	21/2020	CELESC DISTRIBUIÇÃO S A	20205889044246-0		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		426,87
25/05/2020	797	Emp.	24/2020	POSTO MACA LTDA	67910		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		75,04
25/05/2020	798	Emp.	24/2020	POSTO MACA LTDA	67878		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		159,70
25/05/2020	799	Emp.	20/2020	CELESC DISTRIBUIÇÃO S A	20205889044244-84		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		487,27
25/05/2020	800	Emp.	25/2020	POSTO MACA LTDA	67902		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		117,96
25/05/2020	801	Emp.	25/2020	OBSERVES SERVIÇOS EIRELI	647		01000302	B. Brasil - Ações Conjuntas 27997-8	Débito Bancário		4.698,45
25/05/2020	802	Emp.	22/2020	CONSELHO REGIONAL DE ENGENH	473628420		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		88,78
SubTotal 25/05/2020											13.941,06
26/05/2020	803	Emp.	25/2020	POSTO MACA LTDA	67937		01000302	B. Brasil - Cpt1 Ch3 - 20.413-7	Débito Bancário		75,83
26/05/2020	804	Emp.	22/2020	CONSELHO REGIONAL DE ENGENH	4736566656		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		88,78
26/05/2020	805	Emp.	25/2020	POSTO MACA LTDA	67933		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		157,66
SubTotal 26/05/2020											322,27
27/05/2020	806	Emp.	25/2020	POSTO MACA LTDA	67979		01000302	B. Brasil - Cpt1 Ch3 - 20.413-7	Débito Bancário		64,34
27/05/2020	807	Emp.	24/3/2020	PULSE SISTEMAS ELETRÔNICOS L	10908		01000302	B. Brasil - Cpt1 Ch3 - 20.413-7	Débito Bancário		576,00
27/05/2020	808	Emp.	35/2020	ELETRON CONSTRUÇÕES ELÉTRIC	487		01000302	B. Brasil - Cpt1 Ch3 - 20.413-7	Débito Bancário		8.259,02
27/05/2020	809	Emp.	34/2020	ELENGE ENGENHARIA ELÉTRICA L	95		01000302	B. Brasil - Cpt1 Ch3 - 20.413-7	Débito Bancário		7.802,48
27/05/2020	810	Emp.	34/2020	ELENGE ENGENHARIA ELÉTRICA L	91		01000302	B. Brasil - Cpt1 Ch3 - 20.413-7	Débito Bancário		3.176,23
27/05/2020	811	Emp.	34/2020	ELENGE ENGENHARIA ELÉTRICA L	94		01000302	B. Brasil - Cpt1 Ch3 - 20.413-7	Débito Bancário		3.107,18
27/05/2020	812	Emp.	34/2020	ELENGE ENGENHARIA ELÉTRICA L	92		01000302	B. Brasil - Cpt1 Ch3 - 20.413-7	Débito Bancário		6.421,51
27/05/2020	813	Emp.	24/2020	POSTO MACA LTDA	67997		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		146,86
27/05/2020	814	Emp.	24/2020	POSTO MACA LTDA	67967		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		117,85
27/05/2020	815	Emp.	25/2020	POSTO MACA LTDA	67994		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		142,55
27/05/2020	816	Emp.	25/2020	POSTO MACA LTDA	67965		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		54,20
27/05/2020	817	Emp.	69/2020	REINBOLD LTDA	3604		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		275,00
27/05/2020	818	Emp.	309/2020	REINBOLD LTDA	3603		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		420,00
27/05/2020	819	Emp.	315/2020	REINBOLD LTDA	3601		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		600,00
27/05/2020	820	Emp.	314/2020	REINBOLD LTDA	3600		01000302	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		240,00
SubTotal 27/05/2020											31.403,22
28/05/2020	821	Emp.	335/2020	MICHEL CLUVES DICK	052020	Pagamento automático de retenção.	01000301		Retenção	1	1.380,12
28/05/2020	822	Emp.	109/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS	052020	Pagamento automático de retenção.	01000301		Retenção	1	33.141,52
28/05/2020	823	Emp.	113/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - C	052020	Pagamento automático de retenção.	01000301		Retenção	1	1.444,41
28/05/2020	824	Emp.	116/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - PI	052020	Pagamento automático de retenção.	01000302		Retenção	1	10.259,63
28/05/2020	825	Emp.	119/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - PI	052020	Pagamento automático de retenção.	01000302		Retenção	1	1.929,11
28/05/2020	826	Emp.	116/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - PI	052020	Pagamento automático de retenção.	01000302		Retenção	1	3.441,49
28/05/2020	827	Emp.	119/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - PI	052020	Pagamento automático de retenção.	01000302		Retenção	1	866,49
SubTotal 28/05/2020											52.462,77
29/05/2020	221	Rest.	832/2019	CONSTRUTORA ENGEFORTE LTDA	202000000000031	Pagamento automático de retenção.	01640001		Retenção	1	237,87
29/05/2020	222	Rest.	832/2019	CONSTRUTORA ENGEFORTE LTDA	202000000000032	Pagamento automático de retenção.	01640001		Retenção	1	163,23

16/06/2020 17:26:56 -03:00

Identificador: WFC161101-138-YYSHES-330028016 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

IPM Sistemas Ltda
Arrenda Net - WFC v.2013.01

IPM Sistemas Ltda
Atende.Net - WFC v.2013.01
Identificador: WFC161101-138-YYSHES-330028016 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI
16/06/2020 17:26:56 -03:00

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Financeiro

Pagamentos Efetuados

Período: 01/05/2020 até: 31/05/2020 Lista Retenção: Nenhum



Data	Ordem de Pagamento	Tipo do Emp.	Número do Emp.	Credor	Documento	Histórico	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pago	Valor
29/05/2020	848	Emp.	317/2020	MAGAVEL MAGARINOS VEICULOS II	33515		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		382,00
29/05/2020	849	Emp.	318/2020	MAGAVEL MAGARINOS VEICULOS II	7800		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		221,00
29/05/2020	850	Emp.	316/2020	MAGAVEL MAGARINOS VEICULOS II	33515		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		196,00
29/05/2020	851	Emp.	214/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAME	6787		01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		148.383,38
29/05/2020	852	Emp.	36/2020	OPOS OTIMIZACAO DE PROJETOS	37		01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		11.303,87
29/05/2020	853	Emp.	25/2020	POSTO MACA LTDA	68018		01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		160,25
29/05/2020	854	Emp.	33/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	9498, 9494, 9498, 9486, 9452, 9455, 9443, 9451, 9486, 9442, 9448, 9497, 9444, 9446, 9449, 9443, 9453, 9447, 9485, 9441, 9445	Pagamento automático de retenção.	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3 - 20.413-7	Retenção	1	21.990,20
29/05/2020	855	Emp.	22/2020	CONSELHO REGIONAL DE ENGENH	473900520		01000302	B. BRASIL SERVICOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		88,78
29/05/2020	856	Emp.	33/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	9498, 9494, 9498, 9486, 9452, 9455, 9443, 9451, 9486, 9442, 9454, 9497, 9444, 9446, 9448, 9448, 9453, 9447, 9495, 9441, 9445		01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		144.622,10
29/05/2020	857	Emp.	32/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	4266, 4237, 4265, 4233, 4232, 4236, 4223, 4231, 4263, 4222, 4235, 4230, 4224, 4226, 4229, 4228, 4234, 4227, 4262, 4221, 4225		01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		134.706,34
29/05/2020	858	Emp.	42/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVI	111511		01000301	B. BRASIL SERVICOS TÉCNICOS 24	Retenção	1	1.979,05
29/05/2020	859	Emp.	216/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVI	111510		01000302	B. BRASIL SERVICOS TÉCNICOS 24	Retenção	1	792,68
SubTotal 29/05/2020											698.386,84
31/05/2020	765	Emp.	308/2020	SALOMÃO FRANCISCO FERREIRA	52/2020		01000302	B. BRASIL SERVICOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		(520,00)
31/05/2020	860	Emp.	48/2020	BANCO DO BRASIL S.A.	G3310109282316751		01000301	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILH	Débito Bancário		529,65
31/05/2020	861	Emp.	47/2020	BANCO DO BRASIL S.A.	G3310109282316751		01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3 - 20.413-7	Débito Bancário		324,70
31/05/2020	862	Emp.	49/2020	BANCO DO BRASIL S.A.	G3310109282316751		01000302	B. Brasil - TELEFONIA 22864-8	Débito Bancário		73,30
31/05/2020	863	Emp.	50/2020	BANCO DO BRASIL S.A.	G3310109282316751		01000302	B. BRASIL SERVICOS TÉCNICOS 24	Débito Bancário		204,40
31/05/2020	864	Emp.	52/2020	BANCO DO BRASIL S.A.	G3310109282316751		01640502	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPERE	Débito Bancário		41,80
SubTotal 31/05/2020											653,85
Total Pago Maio											2.092.084,03
Total Geral											2.092.084,03

CIS/AMVI**17 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO 04-2018 16.06.2020**

Publicação Nº 2525028

EDITAL DE CREDENCIAMENTO
Nº. 04/2018 - CHAMADA PÚBLICA

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, na cidade de Blumenau, em SC, inscrito no CNPJ sob n.º 03.269.695/0001-08, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Resolução nº. 188/2018 do Diretor Executivo do CISAMVI, em conformidade com a Legislação Federal nº. 8.666/93, suas alterações, Lei nº. 8.080/90, Portaria nº. 1.286/93 e Portaria nº. 1.034/10 do Ministério da Saúde e demais legislações aplicáveis, torna pública a realização de CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE, nos termos das condições estabelecidas no presente Edital.

1. DO OBJETO

1.1. CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PÚBLICAS, FILANTRÓPICAS E/OU PRIVADAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS E PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA OU CIRÚRGICA, AMBULATORIAL, DE MÉDIA OU ALTA COMPLEXIDADE.

1.2. Os serviços deverão ser prestados em instalações (consultórios, clínicas ou estabelecimentos particulares) de responsabilidade do credenciado, nos municípios consorciados ao CISAMVI ou cidades limítrofes a estes.

1.3. O "Termo de Referência" (Anexo I), deste edital apresenta a descrição detalhadas dos serviços a serem prestados, bem como as demais condições para a sua execução, e o valor que o CISAMVI se compromete a pagar por serviço.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão credenciar-se todos os interessados, pessoa jurídica, da área da saúde que estejam legalmente estabelecidos para os fins do objeto pleiteado, desde que atendidos os requisitos exigidos neste instrumento de credenciamento e seus anexos, bem como atendam as condições e os critérios mínimos exigidos pelo sistema único de saúde – SUS, visando o atendimento satisfatório.

2.2. Não poderão participar deste Credenciamento:

a) Os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei n.º 8.666/93;

b) Empresas que se encontrem em processo de falência, dissolução, fusão, cisão ou de incorporação, bem como as que se apresentem na forma de empresas em Consórcios.

c) As instituições cujos proprietários, diretores e sócios pertençam ao quadro de servidores do CISAMVI, ou façam parte da gestão da secretaria de saúde de Municípios Consorciados;

d) É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação, no presente credenciamento, de mais de uma proponente;

3. DA FORMA DE INSCRIÇÃO NO CREDENCIAMENTO

3.1. Os interessados poderão ter acesso ao edital através do site oficial do CISAMVI, qual seja: www.cisamvi.sc.gov.br, ou diretamente no Setor de Licitações e Contratos na sede do Consórcio (endereço no preâmbulo do edital).

3.2. Os interessados poderão inscrever-se para o credenciamento a partir da publicação do presente Edital no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, disponível no endereço www.diariomunicipal.sc.gov.br

3.3. Os interessados poderão credenciar-se em mais de uma área desde que preenchidos os requisitos na respectiva especialidade.

3.4. O credenciamento poderá ser requerido durante todo o seu período de vigência, sempre no horário de expediente que é das 08h00min às 12h e das 13h às 17h, na sede da CISAMVI, endereço no preâmbulo do edital, mediante o cumprimento dos requisitos relacionados nos itens 04 e 05 deste edital;

3.5. Os mesmos deverão preencher a ficha de requerimento de credenciamento, conforme modelo constante no Anexo II deste Edital, que deverá ser entregue juntamente com os documentos listados no item 5 – Dos Documentos de Habilitação.

3.6. Somente será credenciado o prestador que estiver em conformidade com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES no site <http://cnes.datasus.gov.br> o qual deverá estar compatível com o endereço dos alvarás, contrato social e com os serviços a serem contratados e destacado o atendimento ao SUS.

3.7. Somente serão CREDENCIADAS instituições que atendam às exigências deste Edital de Chamamento Público.

4. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os interessados deverão apresentar toda a documentação exigida em envelope lacrado e devidamente identificado, conforme modelo a seguir, endereçado à Comissão de Licitação do CISAMVI.

DADOS DA PARTE EXTERNA DO ENVELOPE:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI.

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

HABILITAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Processo nº. 04/2018

Nome da empresa:

CNPJ:

Telefone:

Endereço:

4.2. O envelope HABILITAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO – deverá conter os documentos relacionados para habilitação (item 5), em sua via original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão de imprensa oficial,

preferencialmente rubricados e paginados (Exemplo: 1/5, 2/5,...5/5) em todas as folhas.

4.3. Quanto às autenticações:

4.3.1. Havendo mais de um documento reproduzido numa mesma folha, para cada documento procede-se à conferência com o original, portanto, a autenticação é individual, gerando a consequência de serem apostas tantas autenticações quantos forem os documentos reprodutidos. (Provimento nº. 12/92, item 8, da CGJ – Corregedoria-Geral da Justiça).

4.3.2. Serão aceitas somente cópias legíveis;

4.3.3. Quando o certificado/certidão for emitido por sistema eletrônico, poderá ser apresentado no original ou em fotocópia, mas sua aceitação fica condicionada à verificação da autenticidade pela Internet ou junto ao órgão emissor.

4.3.4. Prazo de validade dos documentos:

4.3.4.1. A documentação exigida deverá ter validade, no mínimo, até a data do protocolo do envelope.

4.3.4.2. Os documentos que omitirem o prazo de validade serão considerados como válidos pelo período de 90 (noventa) dias.

4.4. Documentos matriz/filial: Os documentos apresentados deverão estar em nome da proponente responsável pelo contrato com o número do CNPJ e endereço respectivo.

4.4.1. Se a proponente responsável pelo contrato for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome desta.

4.4.2. Se a proponente responsável pelo contrato for filial, todos os documentos deverão estar em nome desta.

4.4.3. Os documentos que constarem expressamente que são válidos para todos os estabelecimentos, matriz e filiais, serão aceitos pela Comissão independentemente da inscrição do CNPJ da proponente, para efeito de julgamento.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;

5.1.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (com suas devidas alterações), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

5.1.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

5.1.4. Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

5.1.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

5.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

5.2.1. Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Certidão Quanto à Dívida Ativa da União - Conjunta; com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade.

5.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade.

5.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade.

5.2.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei.

5.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade.

5.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de pesquisa não anterior a 60 (sessenta) dias, contados da data fixada para a abertura dos envelopes de "HABILITAÇÃO", ou que até esta data esteja dentro da validade, conforme expressa na própria certidão.

5.4. Caso algum documento constante nos itens anteriores apresente sua validade expirada e possa ser emitido em via eletrônica, fica facultado a comissão a emissão de uma nova certidão.

5.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.5.1. Alvará de licença de funcionamento emitido pela Vigilância Sanitária;

5.5.2. Alvará de localização e funcionamento regular emitido pela Fazenda Municipal;

5.5.3. Certificado de Regularidade do Estabelecimento (Registro ou inscrição da pessoa jurídica) junto ao Conselho Regional de Classe (CREMESC, COREN, CREFITO, etc);

5.5.4. Registro no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, emitido no site <http://cnes.datasus.gov.br/>.

5.5.5. Comprovação da inscrição do Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Classe;

5.5.6. Cópia do RQE – Registro de Qualificação de Especialista para cada especialidade médica, quando for o caso.

5.5.7. Apresentar, no mínimo, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão de atividade anterior, compatível com o objeto da presente chamada;

5.5.7.1. O item 5.5.7 é será dispensado caso o interessado no credenciamento já tenha prestado serviços ao CISAMVI nos últimos 12 meses. (NR - Incluído pela Resolução nº. 209, de 16/05/2018)

5.6. OUTROS DOCUMENTOS:

5.6.1. Ficha de Requerimento de Credenciamento (ANEXO II).

5.6.2. Declaração de capacidade instalada e disponibilidade para SUS, cfe. Modelo do Anexo IV;

5.6.3. Listagem de profissionais, atualizada, emitida no site do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES (<http://cnes.datasus.gov.br/>).

5.7. Não havendo concorrência microrregional para algum procedimento descrito neste termo de referencia, a Comissão Permanente de Licitações, fica autorizada pela Diretoria Executiva a iniciar procedimento administrativo, para avaliação da dispensa ou não, da documentação exigida nos itens 5.3 e 5.5, desde que comprovada a falta de interessados em prestar o mesmo serviço. Visando a garantia de atendimento, pela melhor relação custo benefício dos serviços aos municípios consorciados.

6. DA ABERTURA DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO

6.1. O CISAMVI receberá o envelope contendo os documentos e entregará protocolo do recebimento da documentação ao interessado.

Os envelopes serão encaminhados à Comissão Permanente de Licitação, que se reunirá para abertura e análise da documentação apresentada, conforme as exigências do item 5 deste edital.

6.2. Ao final da análise da documentação será lavrada Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pela Comissão Permanente de Licitação.

6.3. Caso a documentação apresentada não esteja em conformidade com as exigências deste Credenciamento, a interessada será notificada, e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização, complementação, substituição ou apresentação de nova documentação.

6.4. O prazo para regularização, complementação, substituição ou apresentação de nova documentação poderá ser prorrogado, mediante requerimento da interessada e aceitação do CISAMVI.

6.5. O fato de a interessada NÃO TER SUA DOCUMENTAÇÃO APROVADA, não impede que a mesma apresente a documentação exigida em outra oportunidade, podendo buscar o credenciamento a qualquer tempo, apresentando a documentação exigida neste Credenciamento e passará por nova análise.

6.6. O CISAMVI disponibilizará a relação dos credenciados junto ao site www.cisamvi.sc.gov.br.

7. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Estando a documentação apresentada em conformidade com as exigências deste Chamamento a interessada será declarada HABILITADA ao Credenciamento.

7.2. O CISAMVI publicará em seu site oficial a habilitação e convocação da proponente para assinatura do termo de credenciamento, devendo a mesma comparecer em até 05 (cinco) dias após a publicação de sua convocação para firmar o termo de contrato.

7.3. O Contrato de Credenciamento, minuta constante no Anexo III será lavrado em três vias, que será assinado pelo responsável da interessada e pelo Diretor Executivo do CISAMVI.

a) uma via fará parte do Processo de Credenciamento;

b) uma via será arquivada em arquivo próprio para contratos; e

c) uma via será entregue ao Credenciado.

8. DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO/VIGÊNCIA

8.1. O credenciamento será formalizado através de Contrato de Prestação de Serviços, conforme minuta do Anexo III.

8.2. O Contrato tem como quantidade uma estimativa mensal de oferta, que será indicada pelo CREDENCIADO, respeitando o limite financeiro máximo deste Edital. Portanto, trata-se apenas de uma quantidade estimada, não gerando direito ao CREDENCIADO exigir um número mínimo de procedimentos/mês do CISAMVI.

8.3. A demanda de consumo dependerá única e exclusivamente da procura dos municípios pelos procedimentos oferecidos.

8.4. Quanto a escolha do laboratório/clínica/profissional, cada município possui uma relação de todos os credenciados e suas especialidades, deixando a livre escolha dos municípios e/ou usuários da rede aquele que melhor lhe aprouver.

8.5. O prazo de vigência do Contrato de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante assinatura de Termo Aditivo entre as partes, mantidos os direitos, obrigações e responsabilidades contratuais, sendo que qualquer prorrogação deverá ser solicitada no prazo de vigência do respectivo contrato, com justificativa por escrito, nos termos do art.57§§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

9. DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. O Credenciado irá atender os usuários oriundos dos Municípios consorciados à Contratante.

9.2. Os serviços deverão ser prestados em instalações (consultórios ou clínicas particulares) de responsabilidade do credenciado, nos municípios consorciados ao CISAMVI ou cidades limítrofes a estes.

9.3. Identificada à necessidade da realização de serviço de saúde constante neste Edital, será ofertado ao paciente ou representante legal a opção de escolha do credenciado para o respectivo serviço, conforme lista de credenciados mantida pelo CISAMVI;

9.4. A requisição do serviço de saúde deverá ser aprovada pelo órgão municipal responsável ou, ultrapassada a cota mensal de serviços a que tem direito o município consorciado, a requisição deverá ser aprovada pelo CISAMVI;

9.5. Após a aprovação da requisição, será agendada a execução do serviço diretamente com o credenciado;

9.6. A comprovação da execução dos serviços se dará mediante:

9.6.1. Faturamento da requisição, por parte do credenciado, executada em sistema "on-line", disponibilizado pelo CISAMVI, por meio do código de barras impresso na requisição (substitui o preenchimento de informações da produção BPA, SAI/SUS e BPA-I).

9.6.2. Apresentação da Requisição emitida pelo município, a qual autoriza o seu atendimento devidamente assinada pelo paciente ou responsável devidamente identificado, e já faturada no sistema indicado pelo CISAMVI, juntamente com a prescrição médica dos procedimentos (encaminhada pelo município, junto com a autorização).

9.6.2.1. As requisições de autorização, deverão ser encaminhadas ao CISAMVI, após o período de produção (1º à 30 ou 31 de cada mês), agrupado por município, em ordem alfabética, sempre com a requisição do CISAMVI fixada na frente de todos os documentos adicionais.

9.7. O CISAMVI utilizará sistema informatizado para controle de requisições, autorizações e agendamentos dos serviços de saúde credenciados.

9.8. Os atendimentos realizados por encaminhamento dos municípios consorciados não poderão ser referenciados para atendimento de forma particular ou solicitação de complementação de valores para procedimentos e/ou cirurgias.

9.9. Toda necessidade de serviços complementares e/ou procedimentos e/ou cirurgias deverá ser encaminhado a secretaria de saúde do município consorciado para posterior encaminhamento do município. Exceção das situações Justificadas, conforme item 9.10.

9.10. Caso seja verificado pelo prestador, durante a realização do procedimento, a necessidade de execução de procedimento complementar, este será pago somente mediante apresentação de laudo ou relatório médico indicando a necessidade; E somente se, o procedimento complementar também esteja incluído no rol de procedimentos contratualizados com o prestador.

9.10.1. Deve ser encaminhado laudo médico, justificando a real necessidade do procedimento a ser executado. Uma vez que não possui autorização da Regulação Municipal que encaminhou o paciente. Cabendo esta situação apenas em casos onde o tramite normal causaria mais gastos ao Fundo Municipal de Saúde, ou submeteria o paciente à transtornos elevados (exemplo: aplicação de contraste, mapeamento de retina, etc).

9.11. A situação descrita no item anterior deverá ser VEDADA em caso de recusa expressa pelo município na Guia de Referência e Contra Referência, autorizada para o respectivo paciente.

9.12. A "requisição", utilizada pelo município como documento de autorização do paciente para execução do serviço no Credenciado, terá

validade de 60 dias após a data de sua emissão, sendo automaticamente cancelado após este prazo.

9.12.1. Após o atendimento do paciente, o Credenciado terá 30 dias para faturar a "requisição" do serviço executado, diretamente no sistema "on-line" disponibilizado pelo CISAMVI.

9.13. O não cumprimento dos prazos estipulados nos itens 9.12 e 9.12.1 ensejará no cancelamento da respectiva "requisição" e consequentemente na avaliação da responsabilidade sobre o corrido, para fins de pagamento ou não.

9.14. É vedada a cobrança de nova consulta nos casos de retorno médico, quando o mesmo paciente retornar ao consultório no prazo de 30 dias contados a partir da data da consulta anterior.

10. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. Ambas as partes devem cumprir as regras deste edital, e as cláusulas previstas no item 3 do Anexo I – Termo de Referência.

11. DOS VALORES E PAGAMENTO

11.1. A remuneração pela prestação e/ou fornecimento de serviços será de acordo com a Tabela de Valores constata no Anexo I – Termo de Referência do edital, estando incluídas taxas de administração, taxas de sala, custos diretos e indiretos, mão-de-obra, impostos, tarifas, encargos e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços.

11.1.1. A tabela de procedimentos e valores, constante no Anexo I, poderá ser revista, sempre por interesse dos Secretários Municipais de Saúde, dos municípios consorciados, à quem caberá a decisão sobre valores pagos e reajustes na tabela, com base em Deliberação Colegiada, registrando a fonte dos valores base.

11.1.2. As alterações na tabela de procedimentos e valores serão objeto de republicação deste edital, com destaque aos novos procedimentos ou valores, e na sequência, serão notificados os credenciados regulares, sobre as alterações.

11.1.3. Havendo exclusão, inclusão ou alteração em valor de procedimento já contratado, caberá ao Credenciado a escolha da manutenção do contrato de Credenciamento, a partir da emissão de termo aditivo, registrando a alteração contratual, ou não, por meio de distrato do contrato vigente.

11.2. Os serviços de saúde prestados pelos credenciados serão remunerados por cada procedimento realizado.

11.3. Todos os Credenciados deverão manter atualizadas as informações no Cadastro de Estabelecimentos de Saúde – CNES.

11.4. É vedado ao credenciado cobrar ou receber qualquer outra importância a título de honorários pelos serviços prestados, seja do CISAMVI, do usuário, paciente ou terceiro.

11.5. Ficam ao encargo do credenciado todas as despesas e custos relativos à aluguel, mão-de-obra, encargos sociais, fiscais e outros que porventura forem necessárias à prestação dos serviços. O credenciado deverá apresentar comprovação do recolhimento das obrigações trabalhistas, fiscais e securitárias decorrente da relação de emprego com seus profissionais, relativamente às competências em que prestar serviços.

11.6. O pagamento será realizado mensalmente, em até 30 (trinta) dias após a entrega da documentação necessária, relacionada no item 9.6, mediante apuração e comprovação dos serviços que foram prestados, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, solicitada após auditoria dos procedimentos faturados.

11.7. A comprovação da realização dos serviços será feita mediante:

11.7.1. Faturamento da requisição de autorização, por parte do credenciado, executada em sistema "on-line", disponibilizado pelo CISAMVI, por meio do código de barras impresso na requisição (substitui o preenchimento de informações da produção BPA, SAI/SUS e BPA-I).

11.7.2. Apresentação das requisições de autorização emitidas pelos municípios, a qual autoriza o seu atendimento devidamente assinada pelo paciente ou responsável devidamente identificado, e já faturada no sistema indicado pelo CISAMVI, juntamente com a prescrição médica dos procedimentos (encaminhada pelo município, junto com a autorização).

11.7.2.1. As requisições de autorização, deverão ser encaminhadas ao CISAMVI, após o período de produção (1º à 30 ou 31 de cada mês), agrupado por município, em ordem alfabética, sempre com a requisição do CISAMVI fixada na frente de todos os documentos adicionais.

11.8. Após receber a aprovação do faturamento realizado no sistema "on-line" (item 11.7.1), o Credenciado poderá encaminhar a nota fiscal para cobrança.

11.9. Havendo divergência ou erros entre serviços contratados e os serviços prestados, fica assegurado ao CISAMVI a realização de auditoria para aferição correta dos serviços executados, devendo o credenciado emitir nota fiscal conforme o valor aferido.

11.10. Em caso de atraso na entrega das informações pelo credenciado, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

11.11. O CISAMVI fará a retenção de tributos na fonte quando a lei assim o determinar.

12. DAS PENALIDADES

12.1. Quando o Credenciado não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativas ou não, conforme o caso:

12.1.1. Advertência.

12.1.2. Multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor contratual quando.

a) Os serviços estiverem em desacordo com as especificações contidas no contrato ou em descumprimento com uma das cláusulas;

b) Se houver rescisão por culpa ou requerimento da Contratada sem causa justificada ou amparo legal;

c) Pela descontinuidade dos serviços, a ser cobrada por dia parado, até o limite de 10 (dez) dias.

12.2. Sem prejuízo da multa estabelecida pela Contratante, a Contratada responderá pelas perdas e danos causados, os quais serão mensurados caso a caso.

12.3. Caso a Contratada não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas, garantindo a esta o pleno direito de defesa;

12.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o CISAMVI, que ocorrerá sempre que o faltoso ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

12.5. Impedimento de participar de licitações e contratar com o CISAMVI e também nos municípios consorciados, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

12.6. Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores do CISAMVI e, no que couber às demais penalidades referida no Capítulo IV da Lei 8.666/93.

13. DO DESCREDECIMENTO

13.1. As condições de descredenciamento estão descritas na cláusula sétima do Anexo III – Minuta do Contrato de Credenciamento.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. O Contrato de Prestação de Serviços não poderá ser objeto de cessão, transferência, subcontratação no todo ou em parte, não podendo a Contratada se valer deste para vincular terceiros à presente contratação, sob pena de imediata rescisão/descredenciamento e aplicação das penalidades previstas no item 12 (dose - DAS PENALIDADES) do presente instrumento.

15. DAS PUBLICAÇÕES

15.1. As publicações legais decorrentes deste credenciamento, inclusive o extrato do presente Edital, serão realizadas no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, disponível no endereço www.diariomunicipal.sc.gov.br, bem como no site oficial do CISAMVI (www.cisamvi.sc.gov.br).

15.2. A íntegra do Edital, a relação dos serviços de saúde e a relação dos credenciados ficarão a disposição no site do CISAMVI, no endereço www.cisamvi.sc.gov.br.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Estando os prestadores selecionados aptos a contratar com o município, será providenciado o processo de Inexigibilidade de Licitação, de acordo com o art. 25 da Lei 8.666/93, tendo em vista que a competição resta faticamente impossibilitada, já que é de interesse da coletividade que o maior número possível de empresas preste serviços de procedimentos clínicos, no intuito de ampliar e facilitar o acesso da população.

16.2. Fazem parte do presente Edital:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Ficha de Requerimento de Credenciamento;

Anexo III - Minuta do Contrato de Credenciamento;

Anexo IV – Declaração de capacidade instalada e disponibilidade ao SUS;

Anexo V – Relação de profissionais que compõe equipe técnica; e

16.3. O CISAMVI reserva-se ao direito de, justificadamente, anular ou revogar este Credenciamento, sem que caiba qualquer reclamação ou indenização de qualquer espécie.

16.4. O presente credenciamento não afeta a validade dos contratos firmados com base em Processo de Inexigibilidade anterior, e nem impede a prorrogação ou rescisão daqueles, na forma da lei.

16.5. A participação dos interessados mediante apresentação de habilitação para o credenciamento importará na declaração tácita da ciência e concordância com todos os termos do presente Edital.

16.6. As despesas decorrentes das contratações realizadas a partir deste Edital de credenciamento correrão por conta da dotação orçamentária própria do Orçamento-Programa Anual do CISAMVI (3390 – Manutenção das Atividades de Procedimento Médico Hospitalar).

16.7. O presente credenciamento entrará em vigor na data de sua assinatura e tem validade por 60 (sessenta) meses. Os contratos oriundos terão prazo de 12 meses e poderão ser prorrogados mediante assinatura de Termo Aditivo entre as partes, por até 60 (sessenta) meses.

16.8. Informações a respeito deste processo de credenciamento poderão ser obtidas pelo fone (47) 3331-5812, ou pessoalmente no endereço administrativo do Consórcio, sito a Rua Alberto Stein, 466, bairro da Velha, na cidade de Blumenau – SC, das 08h às 12h e das 13h às 17h, ou ainda, pelo endereço eletrônico: gestao@cisamvi.sc.gov.br.

16.9. Os casos omissos neste Edital serão analisados sob os aspectos da Lei nº. 8.666/93.

Blumenau (SC), 26 de janeiro de 2018.

Mathias Kohler

Presidente do CISAMVI

Cleones Hostins

Diretor Executivo do CISAMVI

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA****1. DO OBJETO:**

1.1 Este Termo de Referência tem como finalidade atender a demanda da rede básica municipal de saúde dos Municípios Consorciados ao CISAMVI, através da contratação de ENTIDADES PÚBLICAS, FILANTRÓPICAS E/OU PRIVADAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS E PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA OU CIRURGICA, AMBULATORIAL, DE MÉDIA OU ALTA COMPLEXIDADE.

1.2 Os serviços deverão ser prestados em instalações (consultórios, clínicas ou estabelecimentos particulares) de responsabilidade do credenciado, nos municípios consorciados ao CISAMVI ou cidades limítrofes a estes.

1.3 Os serviços compreendem os itens descritos a baixo com o respectivo valor unitário:

Classificação	Descrição	Valor SUS	Complemento	Valor Pago pelo Procedimento
02.02.01.078	ACIDEZ TITULAVEL NO LEITE HUMANO (DORNIC)	3,04	-	3,04
02.02.09.001	ACIDO URICO LIQUIDO NO SINOVIAL E DERRAMES	1,89	-	1,89
03.01.07.001	ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE C/ IMPLANTE COCLEAR	58,62	-	58,62
03.01.07.019	ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE COM IMPLANTE COCLEAR	58,62	-	58,62
03.01.07.018	ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE COM PROTESE AUDITIVA ANCORA-DA NO OSSO	58,62	-	58,62
03.01.07.002	ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE EM REABILITACAO EM COMUNICACAO ALTERNATIVA	17,67	-	17,67

03.01.07.003	ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE P/ ADAPTACAO DE APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) UNI / BILATERAL	21,68	-	21,68
02.02.09.002	ADENOGRAMA	5,79	-	5,79
02.01.01.001	AMNIOCENTESE	2,20	-	2,20
02.11.04.001	AMNIOSCOPIA	1,69	-	1,69
02.11.07.001	ANALISE ACUSTICA DA VOZ POR MEIO DE LABORATORIO DE VOZ	4,11	-	4,11
02.02.05.001	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	3,70	-	3,70
04.17.01.004	ANESTESIA GERAL	84,00	149,42	233,42
90.01.01.100	ANESTESIA PARA ENDOSCOPIA DIAGNÓSTICA (removido pela resolução nº. 199/2018, de 28/03/2018).	-	130,15	130,15
90.01.01.101	ANESTESIA PARA EXAMES DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA (removido pela resolução nº. 199/2018, de 28/03/2018).	-	130,15	130,15
90.01.01.102	ANESTESIA PARA EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA (removido pela resolução nº. 199/2018, de 28/03/2018).	-	130,15	130,15
90.01.01.017	ANGIOFLUERESCEINOGRAMA RETINIANA - BINOCULAR	-	220,00	220,00
02.10.01.001	ANGIOGRAFIA CEREBRAL (4 VASOS)	179,46	-	179,46
02.10.01.002	ANGIOGRAFIA DE ARCO AORTICO	137,01	-	137,01
02.10.01.003	ANGIOGRAFIA DE ARCO AORTICO E TRONCOS SUPRA-AORTICOS	137,01	-	137,01
90.01.01.103	ANGIOGRAFIA POR RADIOISOTOPICA	-	115,12	115,12
90.01.01.103	ANGIOGRAFIA POR RADIOISOTOPICA	-	115,12	115,12
4.11.01.51-0	Angio-RM arterial de abdome superior	-	499,00	499,00
4.11.01.53-7	Angio-RM arterial de crânio	-	499,00	499,00
4.11.01.55-3	Angio-RM arterial de membro inferior (unilateral)	-	499,00	499,00
4.11.01.57-0	Angio-RM arterial de membro superior (unilateral)	-	499,00	499,00
4.11.01.59-6	Angio-RM arterial de pelve	-	499,00	499,00
4.11.01.61-8	Angio-RM arterial de pescoço	-	499,00	499,00
4.11.01.49-9	Angio-RM arterial pulmonar	-	499,00	499,00
02.07.01.001	Angio-RM cerebral	268,75	-	268,75
4.11.01.34-0	Angio-RM de aorta abdominal	-	499,00	499,00
4.11.01.33-2	Angio-RM de aorta torácica	-	499,00	499,00
4.11.01.52-9	Angio-RM venosa de abdome superior	-	499,00	499,00
4.11.01.54-5	Angio-RM venosa de crânio	-	499,00	499,00
4.11.01.56-1	Angio-RM venosa de membro inferior (unilateral)	-	499,00	499,00
4.11.01.58-8	Angio-RM venosa de membro superior (unilateral)	-	499,00	499,00
4.11.01.60-0	Angio-RM venosa de pelve	-	499,00	499,00
4.11.01.62-6	Angio-RM venosa de pescoço	-	499,00	499,00
4.11.01.50-2	Angio-RM venosa pulmonar	-	499,00	499,00
90.01.01.033	ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL DE ABDOME SUPERIOR	-	482,08	482,08
90.01.01.034	ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL DE CRÂNIO	-	542,38	542,38
90.01.01.035	ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL DE MEMBRO INFERIOR (BILATERAL)	-	633,12	633,12
90.01.01.036	ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL DE MEMBRO SUPERIOR (BILATERAL)	-	542,38	542,38
90.01.01.037	ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL DE Pelve	-	413,33	413,33
90.01.01.038	ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL DE PESCOÇO	-	413,33	413,33
90.01.01.039	ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL DE TÓRAX	-	440,83	440,83
90.01.01.040	ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL PULMONAR	-	413,33	413,33
90.01.01.104	ANGIOTOMOGRAFIA CORONARIANA	-	558,79	558,79
90.01.01.041	ANGIOTOMOGRAFIA DE AORTA ABDOMINAL	-	542,38	542,38
90.01.01.042	ANGIOTOMOGRAFIA DE AORTA TORÁCICA	-	542,38	542,38
90.01.01.043	ANGIOTOMOGRAFIA VENOSA DE ABDOME SUPERIOR	-	413,33	413,33
90.01.01.044	ANGIOTOMOGRAFIA VENOSA DE CRÂNIO	-	413,33	413,33
90.01.01.045	ANGIOTOMOGRAFIA VENOSA DE MEMBRO INFERIOR (BILATERAL)	-	633,12	633,12
90.01.01.046	ANGIOTOMOGRAFIA VENOSA DE MEMBRO SUPERIOR (BILATERAL)	-	633,12	633,12
90.01.01.047	ANGIOTOMOGRAFIA VENOSA DE PELVE	-	413,33	413,33
90.01.01.048	ANGIOTOMOGRAFIA VENOSA DE PESCOÇO	-	413,33	413,33
90.01.01.049	ANGIOTOMOGRAFIA VENOSA DE TÓRAX	-	440,83	440,83
90.01.01.050	ANGIOTOMOGRAFIA VENOSA PULMONAR	-	542,38	542,38
02.02.08.001	ANTIBIOGRAMA	4,98	-	4,98
02.02.08.002	ANTIBIOGRAMA C/ CONCENTRACAO INIBITORIA MINIMA	13,33	-	13,33
02.02.08.003	ANTIBIOGRAMA P/ MICOBACTERIAS	13,33	-	13,33
02.10.01.004	AORTOGRAFIA ABDOMINAL	189,73	62,88	252,61
02.10.01.005	AORTOGRAFIA TORACICA	170,44	-	170,44

90.01.01.020	APLICACAO DE CONTRASTE EM PROCEDIMENTOS DE DIAGNOSTICO POR RESSONANCIA MAGNETICA OU TOMOGRAFIA (PRE-AUTORIZADO)	-	100,00	100,00
02.11.10.001	APLICACAO DE TESTE P/ PSICODIAGNOSTICO	2,74	-	2,74
02.10.01.006	ARTERIOGRAFIA CERVICO-TORACICA	201,01	-	201,01
02.10.01.007	ARTERIOGRAFIA DE MEMBRO	179,46	-	179,46
02.10.01.008	ARTERIOGRAFIA DIGITAL (POR VIA VENOSA)	200,01	-	200,01
02.10.01.009	ARTERIOGRAFIA P/ INVESTIGACAO DE DOENCA ARTERIOSCLEROTICA AORTO-ILIACA E DISTAL	504,33	-	504,33
02.10.01.010	ARTERIOGRAFIA P/ INVESTIGACAO DE HEMORRAGIA CEREBRAL	504,43	-	504,43
02.10.01.011	ARTERIOGRAFIA P/ INVESTIGACAO DE ISQUEMIA CEREBRAL	504,43	-	504,43
02.10.01.012	ARTERIOGRAFIA PELVICA	170,44	-	170,44
02.10.01.013	ARTERIOGRAFIA SELETIVA DE CAROTIDA	190,31	-	190,31
02.10.01.014	ARTERIOGRAFIA SELETIVA POR CATETER (POR VASO)	201,51	-	201,51
02.10.01.015	ARTERIOGRAFIA SELETIVA VERTEBRAL	201,01	0,38	201,39
02.04.06.001	ARTROGRAFIA	45,34	50,48	95,82
90.01.01.052	ARTRO-RM - POR ARTICULAÇÃO	-	781,91	781,91
90.01.01.051	ARTRO-TC (ESTERNOCLAVICULAR OU OMBRO OU COTOVELO OU PUNHO OU SACROILÍACAS OU COXO FEMORAL OU JOELHO OU TORNOZELO) - UNIL	-	456,23	456,23
03.02.06.004	ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO EM PACIENTE C/ COMPROMETIMENTO COGNITIVO	6,35	1,65	8,00
03.02.04.003	ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO EM PACIENTE COM TRANSTORNO CLINICO CARDIOVASCULAR	4,67	3,33	8,00
03.02.04.001	ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO EM PACIENTE COM TRANSTORNO RESPIRATORIO COM COMPLICACOES SISTEMICAS	6,35	1,65	8,00
03.02.04.002	ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO EM PACIENTE COM TRANSTORNO RESPIRATORIO SEM COMPLICACOES SISTEMICAS	4,67	3,33	8,00
03.02.01.001	ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO EM PACIENTE NO PRE/POS CIRURGIAS UROGINECOLOGICAS	6,35	1,65	8,00
03.02.06.005	ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO EM PACIENTE NO PRE/POS-OPERATORIO DE NEUROCIRURGIA	6,35	1,65	8,00
03.02.04.004	ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO EM PACIENTE PRE/POS CIRURGIA CARDIOVASCULAR	6,35	1,65	8,00
03.02.01.002	ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO EM PACIENTES C/ DISFUNCOES UROGINECOLOGICAS	4,67	3,33	8,00
03.02.06.002	ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO EM PACIENTES COM DISTURBIOS NEURO-CINETICO-FUNCAOIS COM COMPLICACOES SISTEMICAS	6,35	1,65	8,00
03.02.06.001	ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO EM PACIENTES COM DISTURBIOS NEURO-CINETICO-FUNCAOIS SEM COMPLICACOES SISTEMICAS	4,67	3,33	8,00
03.02.05.001	ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO EM PACIENTES NO PRE E POS-OPERATORIO NAS DISFUNCOES MUSCULO ESQUELETICAS	6,35	1,65	8,00
03.02.05.003	ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO EM PACIENTES NO PRE E POS-OPERATORIO NAS DISFUNCOES MUSCULO- ESQUELETICAS C/ COMPLICACOES S	6,35	1,65	8,00
03.02.05.002	ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO NAS ALTERACOES MOTORAS	4,67	3,33	8,00
03.02.06.003	ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO NAS DESORDENS DO DESENVOLVIMENTO NEURO MOTOR	4,67	3,33	8,00
03.02.04.005	ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO NAS DISFUNCOES VASCULARES PERIFERICAS	4,67	3,33	8,00
02.11.07.002	AUDIOMETRIA DE REFORCO VISUAL (VIA AEREA / OSSEA)	21,00	-	21,00
02.11.07.003	AUDIOMETRIA EM CAMPO LIVRE	20,13	-	20,13
90.01.01.099	AUDIOMETRIA TONAL E VOCAL	-	80,00	80,00
02.11.07.004	AUDIOMETRIA TONAL LIMIAR (VIA AEREA / OSSEA)	21,00	-	21,00
02.11.07.005	AVALIACAO AUDITIVA COMPORTAMENTAL	18,00	3,00	21,00
02.11.03.001	AVALIACAO CINEMATICA E DE PARAMETROS LINEARES	1,26	-	1,26
02.11.03.002	AVALIACAO CINETICA, CINEMATICA E DE PARAMETROS LINEARES	1,26	-	1,26
02.11.03.003	AVALIACAO DE EQUILIBRIO ESTATICO EM PLACA DE FORCA	1,26	-	1,26
02.11.03.004	AVALIACAO DE FUNCAO E MECANICA RESPIRATORIA	10,00	-	10,00
02.11.03.005	AVALIACAO DE FUNCAO E MECANICA RESPIRATORIA COM TRANSDUTORES MICROPROCESSADOS	10,00	-	10,00
02.11.07.006	AVALIACAO DE LINGUAGEM ESCRITA / LEITURA	4,11	-	4,11
02.11.07.007	AVALIACAO DE LINGUAGEM ORAL	4,11	-	4,11
02.11.03.006	AVALIACAO DE MOVIMENTO (POR IMAGEM)	1,26	-	1,26
02.11.07.037	AVALIACAO E SELECAO PRE-CIRURGICA PARA IMPLANTE COCLEAR	46,56	-	46,56

02.11.07.041	AVALIACAO E SELECAO PRE-CIRURGICA PARA PROTESE AUDITIVA ANCORADA NO OSSO	46,56	-	46,56
02.11.03.007	AVALIACAO FUNCIONAL MUSCULAR	1,26	-	1,26
02.11.07.008	AVALIACAO MIOFUNCIONAL DE SISTEMA ESTOMATOGNATICO	4,11	-	4,11
02.11.07.009	AVALIACAO P/ DIAGNOSTICO DE DEFICIENCIA AUDITIVA	24,75	-	24,75
02.11.07.010	AVALIACAO P/ DIAGNOSTICO DIFERENCIAL DE DEFICIENCIA AUDITIVA	46,56	-	46,56
02.11.09.001	AVALIACAO URODINAMICA COMPLETA	7,62	276,90	284,52
90.01.01.339	AVIDEZ DE IgG PARA TOXOPLASMOSE (Incluído pela resolução nº.68/2019, de 10/12/2019).	-	-	50,00
02.11.07.011	AVALIACAO VOCAL	4,11	-	4,11
02.02.08.005	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANSENIASE)	4,20	-	4,20
02.02.08.006	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOS (CONTROLE)	4,20	-	4,20
02.02.08.004	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOSE (DIAGNOSTICA)	4,20	-	4,20
02.02.08.007	BACTERIOSCOPIA (GRAM)	2,80	-	2,80
02.11.06.001	BIOMETRIA ULTRASSONICA (MONOCULAR)	24,24	-	24,24
02.11.06.002	BIOMICROSCOPIA DE FUNDO DE OLHO	12,34	-	12,34
02.01.01.002	BIOPSIA / PUNCAO DE TUMOR SUPERFICIAL DA PELE (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	14,10	29,91	44,01
02.01.01.003	BIOPSIA CIRURGICA DE TIREOIDE (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N) (Valor alterado pela resolução nº. 208/2018, de 15/05/2018)	200,56	-	200,56
02.01.01.004	BIOPSIA DE ANUS E CANAL ANAL (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	18,46	-	18,46
02.01.01.006	BIOPSIA DE BEXIGA (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	41,68	-	41,68
02.01.01.007	BIOPSIA DE BOLSA ESCROTAL (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	18,33	-	18,33
02.01.01.008	BIOPSIA DE CONDUTO AUDITIVO ou POLIPECTOMIA (Valor alterado pela resolução nº. 310/2019, de 16/07/2019).	19,06	60,94	80,00
02.01.01.009	BIOPSIA DE CONJUNTIVA (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	31,10	74,65	105,75
02.01.01.010	BIOPSIA DE CORDAO ESPERMATICO (UNILATERAL)	46,19	-	46,19
02.01.01.011	BIOPSIA DE CORNEA (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	68,62	-	68,62
02.01.01.012	BIOPSIA DE CORPO VERTEBRAL A CEU ABERTO (Valor alterado pela resolução nº. 208/2018, de 15/05/2018)	812,46	-	812,46
02.01.01.013	BIOPSIA DE CORPO VERTEBRAL LAMINA E PEDICULO VERTEBRAL (POR DISPOSITIVO GUIADO)	278,61	-	278,61
02.01.01.014	BIOPSIA DE ENDOCARDIO / MIOCARDIO (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N) (Valor alterado pela resolução nº. 208/2018, de 15/05/2018)	709,29	-	709,29
02.01.01.015	BIOPSIA DE ENDOMETRIO (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	18,33	125,11	143,44
02.01.01.016	BIOPSIA DE ENDOMETRIO POR ASPIRACAO MANUAL INTRA-UTERINA (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	85,69	-	85,69
02.01.01.017	BIOPSIA DE EPIDIDIMO(INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	46,19	142,83	189,02
02.01.01.018	BIOPSIA DE ESCLERA(INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	68,62	72,81	141,43
02.01.01.019	BIOPSIA DE FARINGE/LARINGE/CAVUM/OROFARINGE OU HIPOFARINGE (Valor alterado pela resolução nº. 310/2019, de 16/07/2019).	19,06	80,94	100,00
02.01.01.020	BIOPSIA DE FIGADO EM CUNHA / FRAGMENTO (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	197,59	-	197,59
02.01.01.021	BIOPSIA DE FIGADO POR PUNCAO (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	71,15	328,85	400,00
02.01.01.022	BIOPSIA DE GANGLIO LINFATICO (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	46,19	-	46,19
02.01.01.023	BIOPSIA DE GLANDULA SALIVAR(INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	31,27	87,33	118,60
02.01.01.024	BIOPSIA DE IRIS, CORPO CILIAR, RETINA, COROIDE, VITREO E TUMOR INTRA OCULAR (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	199,21	-	199,21
02.01.01.025	BIOPSIA DE LAMINA PEDICULO E PROCESSOS VERTEBRAIS (A CEU ABERTO)	287,48	-	287,48
02.01.01.026	BIOPSIA DE LESAO DE PARTES MOLES (POR AGULHA / CEU ABERTO)	114,36	-	114,36
02.01.01.027	BIOPSIA DE MEDULA OSSEA (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	200,00	184,34	384,34
02.01.01.028	BIOPSIA DE MUSCULO (A CEU ABERTO)	18,33	150,56	168,89
02.01.01.029	BIOPSIA DE NERVO (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	30,06	171,05	201,11
02.01.01.030	BIOPSIA DE OSSO / CARTILAGEM DA CINTURA ESCAPULAR (POR AGULHA / CEU ABERTO)	182,75	-	182,75
02.01.01.031	BIOPSIA DE OSSO / CARTILAGEM DA CINTURA PELVICA (POR AGULHA / CEU ABERTO)	183,39	-	183,39
02.01.01.032	BIOPSIA DE OSSO / CARTILAGEM DE MEMBRO INFERIOR (POR AGULHA / CEU ABERTO)	188,78	-	188,78
02.01.01.033	BIOPSIA DE OSSO / CARTILAGEM DE MEMBRO SUPERIOR (POR AGULHA / CEU ABERTO)	188,26	-	188,26

02.01.01.034	BIOPSIA DE OSSO DO CRANIO E DA FACE (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	23,99	-	23,99
02.01.01.035	BIOPSIA DE PALPEBRA (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	18,33	27,50	45,83
02.01.01.036	BIOPSIA DE PAVILHAO AURICULAR (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	14,66	30,25	44,91
02.01.01.037	BIOPSIA DE PELE E PARTES MOLES (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	25,83	-	25,83
02.01.01.038	BIOPSIA DE PENIS (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	18,33	138,16	156,49
02.01.01.039	BIOPSIA DE PIRAMIDE NASAL (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N) (Valor alterado pela resolução nº. 310/2019, de 16/07/2019).	18,33	81,67	100,00
02.01.01.040	BIOPSIA DE PLEURA (POR ASPIRACAO/AGULHA / PLEUROSCOPIA) (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	113,68	202,30	315,98
02.01.01.041	BIOPSIA DE PROSTATA (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	92,38	298,02	390,40
02.01.01.043	BIOPSIA DE RIM POR PUNCAO (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	46,19	81,53	127,72
02.01.01.044	BIOPSIA DE SEIO PARANASAL (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	18,33	-	18,33
02.01.01.045	BIOPSIA DE SINOVIA (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	30,06	-	30,06
02.01.01.046	BIOPSIA DE TESTICULO (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	46,19	-	46,19
02.01.01.047	BIOPSIA DE TIREOIDE OU PARATIREOIDE - PAAF (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	23,73	279,47	303,20
02.01.01.048	BIOPSIA DE URETER (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	46,19	283,16	329,35
02.01.01.049	BIOPSIA DE URETRA (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	46,19	171,06	217,25
02.01.01.066	BIOPSIA DO COLO UTERINO (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	18,33	94,19	112,52
02.01.01.052	BIOPSIA DOS TECIDOS MOLES DA BOCA (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	21,56	-	21,56
03.11.03.03-0	BIÓPSIA ENDOSCÓPICA DE BEXIGA (INCLUI CISTOSCOPIA)	-	348,37	348,37
02.01.01.053	BIOPSIA ESTEREOTAXICA (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N) (Valor alterado pela resolução nº. 208/2018, de 15/05/2018)	1.744,53	-	1.332,34
02.01.01.054	BIOPSIA PERCUTANEA ORIENTADA POR TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA / ULTRASSONOGRAFIA / RESSONANCIA MAGNETICA / RAO X	97,00	177,25	274,25
02.01.01.055	BIOPSIA PRE-ESCALENICA (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	-	178,23	178,23
02.01.01.056	BIOPSIA/EXERESE DE NODULO DE MAMA (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	35,00	273,75	308,75
02.01.01.050	BIOPSIA/PUNCAO DE VAGINA (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	18,33	94,19	112,52
02.01.01.051	BIOPSIA/PUNCAO DE VULVA (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	18,33	94,19	112,52
04.14.01.10-7	BRONCOPROVAÇÃO C/ CARBACOL	-	165,57	165,57
02.11.06.003	CAMPIMETRIA COMPUTADORIZADA OU MANUAL COM GRAFICO (Monocular)	40,00	-	40,00
02.11.01.001	CAPILAROSCOPIA	28,42	-	28,42
04.05.05.001	CAPSULECTOMIA POSTERIOR CIRURGICA	249,85	-	161,19
04.05.05.002	CAPSULOTOMIA A YAG LASER (MONOCULAR)	45,00	60,60	105,60
02.11.02.001	CATETERISMO CARDIACO	614,72	-	614,72
02.11.02.002	CATETERISMO CARDIACO EM PEDIATRIA	653,72	-	653,72
02.11.09.002	CATETERISMO DE URETRA	8,82	-	8,82
02.11.06.005	CERATOMETRIA (Binocular)	3,37	-	3,37
02.08.05.001	CINTILOGRAFIA DE ARTICULACOES E/OU EXTREMIDADES E/OU OSSO	180,32	-	180,32
02.08.01.001	CINTILOGRAFIA DE CORACAO C/ GALIO 67	457,55	-	457,55
02.08.09.001	CINTILOGRAFIA DE CORPO INTEIRO C/ GALIO 67 P/ PESQUISA DE NEOPLASIAS	906,80	-	906,80
02.08.02.001	CINTILOGRAFIA DE FIGADO E BACO (MINIMO 5 IMAGENS)	133,26	-	133,26
02.08.02.002	CINTILOGRAFIA DE FIGADO E VIAS BILIARES	187,93	-	187,93
02.08.09.002	CINTILOGRAFIA DE GLANDULA LACRIMAL (DACRIOCINTILOGRAFIA)	66,23	-	66,23
02.08.02.003	CINTILOGRAFIA DE GLANDULAS SALIVARES C/ OU S/ ESTIMULO	87,89	-	87,89
02.08.09.003	CINTILOGRAFIA DE MAMA (BILATERAL)	289,43	-	289,43
02.08.01.002	CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO P/ AVALIACAO DA PERFUSAO EM SITUACAO DE ESTRESSE (MINIMO 3 PROJECOES)	408,52	-	408,52
02.08.01.003	CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO P/ AVALIACAO DA PERFUSAO EM SITUACAO DE REPOUSO (MINIMO 3 PROJECOES)	383,07	-	383,07
02.08.01.004	CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO P/ LOCALIZACAO DE NECROSE (MINIMO 3 PROJECOES)	166,47	-	166,47
02.08.05.003	CINTILOGRAFIA DE OSSOS C/ OU S/ FLUXO SANGUINEO (CORPO INTEIRO)	190,99	-	190,99
02.08.03.001	CINTILOGRAFIA DE PARATIREOIDES	324,54	-	324,54
02.08.06.001	CINTILOGRAFIA DE PERFUSAO CEREBRAL C/ TALIO (SPCTO)	438,01	-	438,01
02.08.07.001	CINTILOGRAFIA DE PULMAO C/ GALIO 67	457,55	-	457,55
02.08.07.002	CINTILOGRAFIA DE PULMAO P/ PESQUISA DE ASPIRACAO	127,51	-	127,51

02.08.07.003	CINTILOGRAFIA DE PULMAO POR INALACAO (MINIMO 2 PROJEcoes)	128,12	-	128,12
02.08.07.004	CINTILOGRAFIA DE PULMAO POR PERFUSAO (MINIMO 4 PROJEcoes)	130,50	-	130,50
02.08.04.002	CINTILOGRAFIA DE RIM C/ GALIO 67	457,55	-	457,55
02.08.05.004	CINTILOGRAFIA DE SEGMENTO OSSEO C/ GALIO 67	457,55	-	457,55
02.08.08.001	CINTILOGRAFIA DE SISTEMA RETICULO-ENDOTELIAL (MEDULA OSSEA)	112,61	-	112,61
02.08.04.003	CINTILOGRAFIA DE TESTICULO E BOLSA ESCROTAL	108,94	-	108,94
02.08.03.002	CINTILOGRAFIA DE TIREOIDE C/ OU S/ CAPTACAO	77,28	-	77,28
02.08.03.003	CINTILOGRAFIA DE TIREOIDE C/ TESTE DE SUPRESSAO / ESTIMULO	107,30	-	107,30
02.08.01.005	CINTILOGRAFIA P/ AVALIACAO DE FLUXO SANGUINEO DE EXTREMI-DADES	114,02	-	114,02
02.08.02.005	CINTILOGRAFIA P/ ESTUDO DE TRANSITO ESOFAGICO (LIQUIDO)	135,38	-	135,38
02.08.02.006	CINTILOGRAFIA P/ ESTUDO DE TRANSITO ESOFAGICO (SEMI-SOLI-DO)	135,38	-	135,38
02.08.02.007	CINTILOGRAFIA P/ ESTUDO DE TRANSITO GASTRICO	144,22	-	144,22
02.08.02.008	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE DIVERTICULOSE DE MECKEL	114,86	-	114,86
02.08.02.009	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE HEMORRAGIA DIGESTIVA ATIVA	157,23	-	157,23
02.08.02.010	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE HEMORRAGIA DIGESTIVA NAO ATIVA	310,82	-	310,82
02.08.02.011	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE REFLUXO GASTRO-ESOFAGICO	135,38	-	135,38
02.08.03.004	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DO CORPO INTEIRO	338,70	-	338,70
02.08.01.006	CINTILOGRAFIA P/ QUANTIFICACAO DE SHUNT EXTRACARDIACO	142,57	-	142,57
02.08.04.005	CINTILOGRAFIA RENAL/RENOGRAMA (QUALITATIVA E/OU QUANTITA-TIVA)	133,03	-	133,03
02.08.01.007	CINTILOGRAFIA SINCRONIZADA DE CAMARAS CARDIACAS EM SITUA-CAO DE ESFORCO	214,85	-	214,85
02.08.01.008	CINTILOGRAFIA SINCRONIZADA DE CAMARAS CARDIACAS EM SITUA-CAO DE REPOUSO (VENTRICULOGRAFIA)	176,72	-	176,72
04.05.05.038	CIRURGIA DE CATARATA CONGENITA (Valor alterado pela resolução nº. 208/2018, de 15/05/2018)	895,16	-	895,16
02.08.06.002	CISTERNOCINTILOGRAFIA (INCLUINDO PESQUISA E/OU AVALIACAO DO TRANSITO LIQUORICO)	205,34	-	205,34
02.08.04.006	CISTOCINTILOGRAFIA DIRETA	122,97	-	122,97
02.08.04.007	CISTOCINTILOGRAFIA INDIRETA	144,50	-	144,50
02.11.09.003	CISTOMETRIA C/ CISTOMETRO	8,82	-	8,82
02.11.09.004	CISTOMETRIA SIMPLES	8,82	-	8,82
02.09.02.001	CISTOSCOPIA E/OU URETEROSCOPIA E/OU URETROSCOPIA	18,00	182,00	200,00
02.02.09.003	CITOLOGIA P/ CLAMIDIA	4,33	-	4,33
02.02.09.004	CITOLOGIA P/ HERPESVIRUS	4,33	-	4,33
02.02.02.001	CITOQUIMICA HEMATOLOGICA	6,48	-	6,48
02.02.05.002	CLEARANCE DE CREATININA	3,51	-	3,51
02.02.05.003	CLEARANCE DE FOSFATO	3,51	-	3,51
02.02.05.004	CLEARANCE DE UREIA	3,51	-	3,51
02.02.01.001	CLEARANCE OSMOLAR	3,51	-	3,51
02.04.05.001	CLISTER OPACO C/ DUPLO CONTRASTE	47,76	189,18	236,94
02.04.05.002	COLANGIOGRAFIA PER-OPERATORIA	32,61	200,54	233,15
02.04.05.003	COLANGIOGRAFIA POS-OPERATORIA	32,61	200,54	233,15
02.09.01.001	COLANGIOPANCREATOGRAFIA RETROGRADA (VIA ENDOSCOPICA)	90,68	2.838,77	2.929,45
03.07.04.001	COLOCACAO DE PLACA DE MORDIDA	1,59	-	1,59
02.09.01.002	COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA)	112,66	155,34	268,00
02.11.04.002	COLPOSCOPIA	3,38	10,48	13,86
03.01.01.004	CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (EXCETO MÉDICO) - FISIOTERAPIA	6,30	18,70	25,00
03.01.01.004	CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (EXCETO MÉDICO) - FONOAUDIOLOGIA	6,30	18,70	25,00
03.01.01.004	CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (EXCETO MÉDICO) - NUTRIÇÃO	6,30	18,70	25,00
03.01.01.004	CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (EXCETO MÉDICO) - PSICOLOGIA	6,30	18,70	25,00
03.01.01.007	CONSULTA MEDICA EM ATENCAO ESPECIALIZADA (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.095	CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - OFTALMO RETINA (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00

90.01.01.096	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - ALERGOLOGIA E IMUNOLOGIA (Valor alterado pela resolução nº. 316/2019, de 02/08/2019).	10,00	110,00	120,00
90.01.01.072	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - ANESTESIOLOGIA (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.060	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - ANGIOLOGIA (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.078	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - BUCO MAXILO FACIAL (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.061	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - CARDIOLOGIA (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.062	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - CARDIOPEDIATRIA (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.079	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - CIRURGIA BUCO MAXILO FACIAL (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.063	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - CIRURGIA GERAL (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.093	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - CIRURGIA ONCOLÓGICA (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.087	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - CIRURGIA TORACICA (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.080	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - CIRURGIA VASCULAR (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.071	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - CLINICA MEDICA (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.064	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - DERMATOLOGIA (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.065	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - ENDOCRINOLOGIA (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.066	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - ENDOCRINOLOGIA PEDIATRICA (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.085	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - FISIATRIA (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.067	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - GASTROENTEROLOGIA (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.094	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - GASTROENTEROLOGIA PEDIÁTRICA (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.090	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - GENETICA (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.091	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - GERIATRIA (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.081	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - GINECOLOGIA/OBSTETRICIA (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.073	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - HEMATOLOGIA (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.092	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - HEMATOLOGIA PEDIÁTRICA (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.082	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - MASTOLOGIA (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.089	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - MEDICINA DO TRABALHO (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.068	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - NEUROCIRURGIA (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	74,00	84,00
90.01.01.056	CONSULTA MEDICA EM ATENCAO ESPECIALIZADA - NEUROLOGIA (Valor alterado pela resolução nº. 316/2019, de 02/08/2019).	10,00	110,00	120,00
90.01.01.057	CONSULTA MEDICA EM ATENCAO ESPECIALIZADA - NEUROPEDIATRIA (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	74,00	84,00
90.01.01.069	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - OFTALMOLOGIA	10,00	40,00	50,00
90.01.01.098	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - ORTODONTIA (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00

90.01.01.083	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - ORTOPIEDIA (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.084	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - ORTOPIEDIA/ TRAUMATOLOGIA (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.076	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - OTORRINOLARINGOLOGIA (Valor alterado pela resolução nº. 310/2019, de 16/07/2019).	10,00	74,00	84,00
90.01.01.086	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - PEDIATRIA (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.070	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - PNEUMOLOGIA (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.077	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - PNEUMOLOGIA INFANTIL (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.074	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - PROCTOLOGIA (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90.01.01.088	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - PSIQUIATRIA (Valor alterado pela resolução nº. 316/2019, de 02/08/2019).	10,00	110,00	120,00
90.01.01.097	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - REUMATOLOGIA (Valor alterado pela resolução nº. 316/2019, de 02/08/2019).	10,00	110,00	120,00
90.01.01.075	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - UROLOGIA GERAL (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
90131	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - NEFROLOGIA (incluído pela resolução nº. 214/2018, de 21/05/2018) - (valor alterado pela resolução nº. 219/2018, de 21/06/2018)	10,00	50,00	60,00
02.02.05.005	CONTAGEM DE ADDIS	2,04	-	2,04
02.02.03.001	CONTAGEM DE LINFOCITOS B	15,00	-	15,00
02.02.03.002	CONTAGEM DE LINFOCITOS CD4/CD8	15,00	-	15,00
02.02.03.003	CONTAGEM DE LINFOCITOS T TOTAIS	15,00	-	15,00
02.02.02.002	CONTAGEM DE PLAQUETAS	2,73	-	2,73
02.02.02.003	CONTAGEM DE RETICULOCITOS	2,73	-	2,73
02.02.09.005	CONTAGEM ESPECIFICA DE CELULAS NO LIQUOR	1,89	-	1,89
02.02.09.006	CONTAGEM GLOBAL DE CELULAS NO LIQUOR	1,89	-	1,89
02.03.01.007	CONTROLE DE QUALIDADE DO EXAME CITOPATOLOGICO CERVICO VAGINAL	8,96	-	8,96
04.05.02.001	CORRECAO CIRURGICA DE ESTRABISMO (ACIMA DE 2 MUSCULOS)	694,88	-	694,88
04.05.02.002	CORRECAO CIRURGICA DO ESTRABISMO (ATE 2 MUSCULOS) (Valor alterado pela resolução nº. 208/2018, de 15/05/2018)	815,42	-	815,42
02.02.08.008	CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	5,62	-	5,62
02.02.08.009	CULTURA DO LEITE HUMANO (POS-PASTEURIZACAO)	5,62	-	5,62
02.02.08.010	CULTURA P/ HERPESVIRUS	4,33	-	4,33
02.02.08.011	CULTURA PARA BAAR	5,63	-	5,63
02.02.08.012	CULTURA PARA BACTERIAS ANAEROBICAS	10,25	-	10,25
02.02.08.013	CULTURA PARA IDENTIFICACAO DE FUNGOS	4,19	-	4,19
02.11.06.006	CURVA DIARIA DE PRESSAO OCULAR CDPO (MINIMO 3 MEDIDAS)	10,11	57,89	68,00
02.04.01.001	DACRIOCISTOGRAFIA	48,85	188,36	237,21
02.12.02.001	DELEUCOCITACAO DE CONCENTRADO DE HEMACIAS	45,00	-	45,00
02.12.02.002	DELEUCOCITACAO DE CONCENTRADO DE PLAQUETAS	70,00	-	70,00
02.08.08.002	DEMONSTRACAO DE SEQUESTRO DE HEMACIAS PELO BACO (C/ RADIOISOTOPOS)	97,37	-	97,37
02.04.06.002	DENSITOMETRIA OSSEA DUO-ENERGETICA DE COLUNA (VERTEBRAS LOMBARES E/OU FEMUR)	55,10	-	55,10
02.02.03.004	DETECCAO DE RNA DO HIV-1 (QUALITATIVO)	65,00	-	65,00
02.02.03.125	DETECCAO DE RNA DO HTLV-1	65,00	-	65,00
02.02.03.005	DETECCAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C (QUALITATIVO)	96,00	-	96,00
02.02.11.001	DETECCAO DE VARIANTES DA HEMOGLOBINA (DIAGNOSTICO TARDIO)	8,80	-	8,80
02.02.11.013	DETECCAO MOLECULAR DE MUTACAO EM DEFICIENCIA DE BIOTINIDASE	66,00	-	66,00
02.02.11.002	DETECCAO MOLECULAR DE MUTACAO EM HEMOGLOBINOPATIAS (CONFIRMATORIO)	66,00	-	66,00
02.02.11.012	DETECCAO MOLECULAR DE MUTACAO EM HIPERPLASIA ADRENAL CONGENITA	66,00	-	66,00
02.02.11.003	DETECCAO MOLECULAR EM FIBROSE CISTICA (CONFIRMATORIO)	66,00	-	66,00
02.02.12.001	DETERMINACAO DE ANTICORPOS ANTIPLAQUETARIOS	10,65	-	10,65
02.02.01.002	DETERMINACAO DE CAPACIDADE DE FIXACAO DO FERRO	2,01	-	2,01

02.02.10.001	DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM CULTURA DE LONGA DURACAO (C/ TECNICA DE BANDAS) (Valor alterado pela resolução nº. 208/2018, de 15/05/2018)	180,00	-	180,00
02.02.10.002	DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM MEDULA OSSEA E VILOSIDADES CORIONICAS (C/ TECNICA DE BANDAS) (Valor alterado pela resolução nº. 208/2018, de 15/05/2018)	160,00	-	160,00
02.02.10.003	DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM SANGUE PERIFERICO (C/ TECNICA DE BANDAS) (Valor alterado pela resolução nº. 208/2018, de 15/05/2018)	160,00	-	160,00
02.02.03.006	DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50)	9,25	-	9,25
02.02.01.077	DETERMINACAO DE CREMATOCRITO NO LEITE HUMANO ORDENHADO	1,53	-	1,53
02.02.01.003	DETERMINACAO DE CROMATOGRAFIA DE AMINOACIDOS	15,65	-	15,65
02.02.02.004	DETERMINACAO DE CURVA DE RESISTENCIA GLOBULAR	2,73	-	2,73
02.02.01.004	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (2 DOSAGENS)	3,63	-	3,63
02.02.01.005	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA C/ INDUCAO POR CORTISONA (5 DOSAGENS)	6,55	-	6,55
02.02.01.006	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA C/ INDUCAO POR CORTISONA (4 DOSAGENS)	3,68	-	3,68
02.02.01.007	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA CLASSICA (5 DOSAGENS)	10,00	-	10,00
02.02.02.005	DETERMINACAO DE ENZIMAS ERITROCITARIAS (CADA)	2,73	-	2,73
02.02.03.007	DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	2,83	-	2,83
02.08.04.008	DETERMINACAO DE FILTRACAO GLOMERULAR	63,22	-	63,22
02.08.04.009	DETERMINACAO DE FLUXO PLASMATICO RENAL	63,22	-	63,22
02.08.01.009	DETERMINACAO DE FLUXO SANGUINEO REGIONAL	123,93	-	123,93
02.02.09.007	DETERMINACAO DE FOSFOLIPIDIOS RELACAO LECITINA - ESFINGO-MIELINA NO LIQUIDO AMNIOTICO	6,56	-	6,56
02.02.06.001	DETERMINACAO DE INDICE DE TIROXINA LIVRE	12,54	-	12,54
02.02.05.006	DETERMINACAO DE OSMOLALIDADE	3,70	-	3,70
02.02.01.008	DETERMINACAO DE OSMOLARIDADE	3,51	-	3,51
02.11.09.005	DETERMINACAO DE PRESSAO INTRA-ABDOMINAL	8,82	-	8,82
02.03.02.001	DETERMINACAO DE RECEPTORES TUMORAIS HORMONAIS	65,55	-	65,55
02.02.06.002	DETERMINACAO DE RETENCAO DE T3	12,54	-	12,54
02.08.08.003	DETERMINACAO DE SOBREVIDA DE HEMACIAS (C/ RADIOSOTOPOS)	54,36	-	54,36
02.02.02.006	DETERMINACAO DE SULFO-HEMOGLOBINA	2,73	-	2,73
02.02.06.003	DETERMINACAO DE T3 REVERSO	14,69	-	14,69
02.02.02.007	DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULACAO	2,73	-	2,73
02.02.02.008	DETERMINACAO DE TEMPO DE LISE DA EUGLOBULINA	2,73	-	2,73
02.02.02.010	DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO DE IVY	9,00	-	9,00
02.02.02.009	DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO -DUKE	2,73	-	2,73
02.02.02.011	DETERMINACAO DE TEMPO DE SOBREVIDA DE HEMACIAS	5,79	-	5,79
02.02.02.012	DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBINA	2,85	-	2,85
02.02.02.013	DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	5,77	-	5,77
02.02.02.014	DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	2,73	-	2,73
02.02.02.015	DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTACAO (VHS)	2,73	-	2,73
02.02.12.002	DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	1,37	-	1,37
90.01.01.105	DETERMINACAO DOS VOLUMES PULMONARES POR DILUICAO DE GASES	-	81,89	81,89
02.02.03.008	DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	9,25	-	9,25
90.01.01.010	DOPPLER COLORIDO ARTERIAL DE MEMBRO INFERIOR - UNILATERAL	-	130,00	130,00
90.01.01.009	DOPPLER COLORIDO ARTERIAL DE MEMBRO SUPERIOR - UNILATERAL	-	130,00	130,00
90.01.01.021	DOPPLER COLORIDO DE AORTA E ARTERIAS RENAS	-	150,48	150,48
90.01.01.012	DOPPLER COLORIDO DE AORTA E VASOS ILIACOS	-	130,00	130,00
90.01.01.013	DOPPLER COLORIDO DE ARTERIA RENAL	-	130,00	130,00
90.01.01.023	DOPPLER COLORIDO DE ARTERIAS PENIANAS (SEM FARMACO INDUCAO)	-	130,15	130,15
90.01.01.024	DOPPLER COLORIDO DE ARTERIAS VISCERAIS (MESENTERICAS SUPERIOR E INFERIOR E TRONCO CELIACO)	-	130,15	130,15
90.01.01.011	DOPPLER COLORIDO DE CAROTIDAS	-	100,00	100,00
90.01.01.058	DOPPLER COLORIDO DE HEMANGIOMA	-	130,15	130,15
90.01.01.025	DOPPLER COLORIDO DE ORGAO OU ESTRUTURA ISOLADA	-	113,62	113,62
02.05.01.004	DOPPLER COLORIDO DE VASOS (ATE 3 VASOS)	39,60	90,40	130,00
90.01.01.026	DOPPLER COLORIDO DE VASOS CERVICAIS ARTERIAIS BILATERAL (CAROTIDAS E VERTEBRAIS)	-	130,00	130,00

90.01.01.027	DOPPLER COLORIDO DE VASOS CERVICAIS VENOSOS BILATERAL (SUBCLAVIAS E JUGULARES)	-	130,00	130,00
90.01.01.028	DOPPLER COLORIDO DE VEIA CAVA SUPERIOR OU INFERIOR	-	130,16	130,16
04.09.01.44-0	DOPPLER COLORIDO PENIANO COM FÁRMACO-INDUÇÃO	-	191,56	191,56
90.01.01.059	DOPPLER COLORIDO TRANSFONTANELA	-	113,62	113,62
90.01.01.029	DOPPLER COLORIDO VENOSO DE MEMBRO INFERIOR - UNILATERAL	-	130,00	130,00
90.01.01.030	DOPPLER COLORIDO VENOSO DE MEMBRO SUPERIOR - UNILATERAL	-	130,00	130,00
90.01.01.031	DOPPLER TRANSCRANIANO	-	145,42	145,42
02.02.03.119	DOSAGEM DA FRACAO C1Q DO COMPLEMENTO	17,16	-	17,16
02.02.06.004	DOSAGEM DE 17-ALFA-HIDROXIPROGESTERONA	10,20	-	10,20
02.02.06.005	DOSAGEM DE 17-CETOSTEROIDES TOTAIS	6,72	-	6,72
02.02.06.006	DOSAGEM DE 17-HIDROXCORTICOSTEROIDES	6,72	-	6,72
02.02.01.076	DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	15,24	-	15,24
02.02.01.009	DOSAGEM DE 5-NUCLEOTIDASE	3,51	-	3,51
02.02.01.010	DOSAGEM DE ACETONA	1,85	-	1,85
02.02.06.007	DOSAGEM DE ACIDO 5-HIDROXI-INDOL-ACETICO (SEROTONINA)	6,72	-	6,72
02.02.01.011	DOSAGEM DE ACIDO ASCORBICO	2,01	-	2,01
02.02.07.001	DOSAGEM DE ACIDO DELTA-AMINOLEVULINICO	2,06	-	2,06
02.02.07.002	DOSAGEM DE ACIDO HIPURICO	2,23	-	2,23
02.02.07.003	DOSAGEM DE ACIDO MANDELICO	3,68	-	3,68
02.02.07.004	DOSAGEM DE ACIDO METIL-HIPURICO	2,04	-	2,04
02.02.01.012	DOSAGEM DE ACIDO URICO	1,85	-	1,85
02.02.07.005	DOSAGEM DE ACIDO VALPROICO	15,65	-	15,65
02.02.01.013	DOSAGEM DE ACIDO VANILMANDELICO	9,00	-	9,00
02.02.06.008	DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTROFICO (ACTH)	14,12	-	14,12
02.02.07.006	DOSAGEM DE ALA-DESIDRATASE	3,51	-	3,51
02.02.07.007	DOSAGEM DE ALCOOL ETILICO	2,01	-	2,01
02.02.01.014	DOSAGEM DE ALDOLASE	3,68	-	3,68
02.02.06.009	DOSAGEM DE ALDOSTERONA	11,89	0,12	12,01
02.02.01.015	DOSAGEM DE ALFA-1-ANTITRIPSINA	3,68	-	3,68
02.02.01.016	DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEINA ACIDA	3,68	-	3,68
02.02.01.017	DOSAGEM DE ALFA-2-MACROGLOBULINA	3,68	-	3,68
02.02.03.009	DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	15,06	-	15,06
02.02.07.008	DOSAGEM DE ALUMINIO	27,50	-	27,50
02.02.01.018	DOSAGEM DE AMILASE	2,25	-	2,25
02.02.07.009	DOSAGEM DE AMINOGLICOSIDEOS	10,00	-	10,00
02.02.01.019	DOSAGEM DE AMONIA	3,51	-	3,51
02.02.06.010	DOSAGEM DE AMP CICLICO	12,01	-	12,01
02.02.06.011	DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	11,53	-	11,53
02.02.07.010	DOSAGEM DE ANFETAMINAS	10,00	-	10,00
02.02.02.016	DOSAGEM DE ANTICOAGULANTE CIRCULANTE	4,11	-	4,11
02.02.03.118	DOSAGEM DE ANTICORPOS ANTITRANSGLUTAMINAISE RECOMBINANTE HUMANO IGA	18,55	-	18,55
02.02.07.011	DOSAGEM DE ANTIDEPRESSIVOS TRICICLICOS	10,00	-	10,00
02.02.03.010	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	16,42	-	16,42
02.02.02.017	DOSAGEM DE ANTITROMBINA III	6,48	-	6,48
02.02.07.012	DOSAGEM DE BARBITURATOS	13,13	-	13,13
02.02.07.013	DOSAGEM DE BENZODIAZEPINICOS	13,48	-	13,48
02.02.03.011	DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA	13,55	-	13,55
02.02.01.020	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	2,01	-	2,01
02.02.07.014	DOSAGEM DE CADMIO	6,55	-	6,55
02.02.01.021	DOSAGEM DE CALCIO	1,85	-	1,85
02.02.01.022	DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL	3,51	-	3,51
02.02.06.012	DOSAGEM DE CALCITONINA	14,38	-	14,38
02.02.07.015	DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	17,53	-	17,53
02.02.07.016	DOSAGEM DE CARBOXY-HEMOGLOBINA	4,11	-	4,11
02.02.01.023	DOSAGEM DE CAROTENO	2,01	-	2,01
02.02.01.025	DOSAGEM DE CERULOPLASMINA	3,68	-	3,68
02.02.07.017	DOSAGEM DE CHUMBO	8,83	-	8,83
02.02.07.018	DOSAGEM DE CICLOSPORINA	58,61	-	58,61
02.02.05.008	DOSAGEM DE CITRATO	2,01	-	2,01
02.02.01.026	DOSAGEM DE CLORETO	1,85	-	1,85
02.02.11.014	DOSAGEM DE CLORETO NO SUOR	150,00	-	150,00
02.02.07.019	DOSAGEM DE COBRE	3,51	-	3,51

02.02.01.027	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	3,51	-	3,51
02.02.01.028	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	3,51	-	3,51
02.02.01.029	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	1,85	-	1,85
02.02.01.030	DOSAGEM DE COLINESTERASE	3,68	-	3,68
02.02.03.012	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	17,16	-	17,16
02.02.03.013	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	17,16	-	17,16
02.02.06.013	DOSAGEM DE CORTISOL	9,86	-	9,86
02.02.01.031	DOSAGEM DE CREATININA	1,85	-	1,85
02.02.09.008	DOSAGEM DE CREATININA NO LIQUIDO AMNIOTICO	1,89	-	1,89
02.02.01.032	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	3,68	-	3,68
02.02.01.033	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	4,12	-	4,12
02.02.03.014	DOSAGEM DE CRIOAGLUTININA	2,83	-	2,83
02.02.06.014	DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	11,25	-	11,25
02.02.01.034	DOSAGEM DE DESIDROGENASE ALFA-HIDROXIBUTIRICA	3,51	-	3,51
02.02.01.035	DOSAGEM DE DESIDROGENASE GLUTAMICA	3,51	-	3,51
02.02.01.036	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	3,68	-	3,68
02.02.01.037	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA (ISOENZIMAS FRACIONADAS)	3,68	-	3,68
02.02.07.020	DOSAGEM DE DIGITALICOS (DIGOXINA, DIGITOXINA)	8,97	-	8,97
02.02.06.015	DOSAGEM DE DIHIDROTESTOTERONA (DHT)	11,71	-	11,71
02.02.04.001	DOSAGEM DE ESTERCOBILINOGENIO FECAL	1,65	-	1,65
02.02.06.016	DOSAGEM DE ESTRADIOL	10,15	-	10,15
02.02.06.017	DOSAGEM DE ESTRIOL	11,55	-	11,55
02.02.06.018	DOSAGEM DE ESTRONA	11,12	-	11,12
02.02.07.021	DOSAGEM DE ETOSSUXIMIDA	15,65	-	15,65
02.02.02.018	DOSAGEM DE FATOR II	5,31	-	5,31
02.02.02.019	DOSAGEM DE FATOR IX	7,61	-	7,61
02.02.02.020	DOSAGEM DE FATOR V	4,73	-	4,73
02.02.02.021	DOSAGEM DE FATOR VII	8,09	-	8,09
02.02.02.022	DOSAGEM DE FATOR VIII	6,63	-	6,63
02.02.02.023	DOSAGEM DE FATOR VIII (INIBIDOR)	15,00	-	15,00
02.02.02.024	DOSAGEM DE FATOR VON WILLEBRAND (ANTIGENO)	18,91	-	18,91
02.02.02.025	DOSAGEM DE FATOR X	6,66	-	6,66
02.02.02.026	DOSAGEM DE FATOR XI	9,11	-	9,11
02.02.02.027	DOSAGEM DE FATOR XII	10,51	-	10,51
02.02.02.028	DOSAGEM DE FATOR XIII	6,66	-	6,66
02.02.11.004	DOSAGEM DE FENILALANINA (CONTROLE / DIAGNOSTICO TARDIO)	5,50	-	5,50
02.02.11.005	DOSAGEM DE FENILALANINA E TSH OU T4	12,10	-	12,10
02.02.07.022	DOSAGEM DE FENITOINA	35,22	-	35,22
02.02.07.023	DOSAGEM DE FENOL	2,05	-	2,05
02.02.01.038	DOSAGEM DE FERRITINA	15,59	0,40	15,99
02.02.01.039	DOSAGEM DE FERRO SERICO	3,51	-	3,51
02.02.02.029	DOSAGEM DE FIBRINOGENIO	4,60	-	4,60
02.02.01.040	DOSAGEM DE FOLATO	15,65	-	15,65
02.02.07.024	DOSAGEM DE FORMALDEIDO	3,51	-	3,51
02.02.09.022	DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA NO ESPERMA	2,01	-	2,01
02.02.01.041	DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA TOTAL	2,01	-	2,01
02.02.01.042	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	2,01	-	2,01
02.02.09.009	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA NO ESPERMA	2,01	-	2,01
02.02.01.043	DOSAGEM DE FOSFORO	1,85	-	1,85
02.02.01.044	DOSAGEM DE FRACAO PROSTATICA DA FOSFATASE ACIDA	2,01	-	2,01
02.02.09.010	DOSAGEM DE FRUTOSE	2,01	-	2,01
02.02.09.011	DOSAGEM DE FRUTOSE NO ESPERMA	2,01	-	2,01
02.02.01.045	DOSAGEM DE GALACTOSE	3,51	-	3,51
02.02.01.046	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	3,51	-	3,51
02.02.06.019	DOSAGEM DE GASTRINA	14,15	-	14,15
02.02.01.047	DOSAGEM DE GLICOSE	1,85	-	1,85
02.02.09.012	DOSAGEM DE GLICOSE NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	1,89	-	1,89
02.02.01.048	DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE	3,68	-	3,68
02.02.06.020	DOSAGEM DE GLOBULINA TRANSPORTADORA DE TIROXINA	15,35	-	15,35
02.02.06.021	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	7,85	-	7,85
02.02.04.002	DOSAGEM DE GORDURA FECAL	3,04	-	3,04
02.02.01.049	DOSAGEM DE HAPTOGLOBINA	3,68	-	3,68
02.02.02.030	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	1,53	-	1,53

02.02.02.031	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA - INSTABILIDADE A 37OC	2,73	-	2,73
02.02.02.032	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA FETAL	2,73	-	2,73
02.02.01.050	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	7,86	-	7,86
02.02.02.033	DOSAGEM DE HEMOSSIDERINA	2,73	-	2,73
02.02.01.051	DOSAGEM DE HIDROXIPROLINA	3,68	-	3,68
02.02.06.022	DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH)	10,21	-	10,21
02.02.06.023	DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	7,89	-	7,89
02.02.06.024	DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	8,97	-	8,97
02.02.06.025	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	8,96	-	8,96
02.02.03.015	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	17,16	-	17,16
02.02.03.016	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	9,25	-	9,25
02.02.03.018	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)	17,16	-	17,16
02.02.03.019	DOSAGEM DE INIBIDOR DE C1-ESTERASE	9,25	-	9,25
02.02.06.026	DOSAGEM DE INSULINA	10,17	-	10,17
02.02.01.052	DOSAGEM DE ISOMERASE-FOSFOHEXOSE	3,51	-	3,51
02.02.01.053	DOSAGEM DE LACTATO	3,68	-	3,68
02.02.01.054	DOSAGEM DE LEUCINO-AMINOPEPTIDASE	3,51	-	3,51
02.02.01.055	DOSAGEM DE LIPASE	2,25	-	2,25
02.02.07.025	DOSAGEM DE LITIO	2,25	-	2,25
02.02.01.056	DOSAGEM DE MAGNESIO	2,01	-	2,01
02.02.07.026	DOSAGEM DE MERCURIO	2,04	-	2,04
02.02.07.028	DOSAGEM DE METABOLITOS DA COCAINA	10,00	-	10,00
02.02.07.027	DOSAGEM DE META-HEMOGLOBINA	4,11	-	4,11
02.02.07.029	DOSAGEM DE METOTREXATO	10,00	-	10,00
02.02.05.009	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	8,12	-	8,12
02.02.01.057	DOSAGEM DE MUCO-PROTEINAS	2,01	-	2,01
02.02.05.010	DOSAGEM DE OXALATO	3,68	-	3,68
02.02.06.027	DOSAGEM DE PARATORMONIO	43,13	-	43,13
02.02.06.028	DOSAGEM DE PEPTIDEO C	15,35	-	15,35
02.02.01.058	DOSAGEM DE PIRUVATO	3,68	-	3,68
02.02.02.034	DOSAGEM DE PLASMINOGENIO	4,11	-	4,11
02.02.01.059	DOSAGEM DE PORFIRINAS	3,51	-	3,51
02.02.01.060	DOSAGEM DE POTASSIO	1,85	-	1,85
02.02.06.029	DOSAGEM DE PROGESTERONA	10,22	-	10,22
02.02.06.030	DOSAGEM DE PROLACTINA	10,15	-	10,15
02.02.03.020	DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	2,83	-	2,83
02.02.05.011	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	2,04	-	2,04
02.02.09.013	DOSAGEM DE PROTEINAS NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	1,89	-	1,89
02.02.01.061	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	1,40	-	1,40
02.02.01.062	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	1,85	-	1,85
02.02.07.030	DOSAGEM DE QUINIDINA	10,00	-	10,00
02.02.06.031	DOSAGEM DE RENINA	13,19	-	13,19
02.02.07.031	DOSAGEM DE SALICILATOS	2,01	-	2,01
02.02.01.063	DOSAGEM DE SODIO	1,85	-	1,85
02.02.06.032	DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)	15,35	-	15,35
02.02.06.033	DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	13,11	-	13,11
02.02.07.032	DOSAGEM DE SULFATOS	3,51	-	3,51
02.02.07.033	DOSAGEM DE TEOFILINA	15,65	-	15,65
02.02.06.034	DOSAGEM DE TESTOSTERONA	10,43	-	10,43
02.02.06.035	DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	13,11	-	13,11
02.02.07.034	DOSAGEM DE TIOCIANATO	3,68	-	3,68
02.02.06.036	DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	15,35	-	15,35
02.02.06.037	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	8,76	-	8,76
02.02.06.038	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	11,60	-	11,60
02.02.01.064	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	2,01	-	2,01
02.02.01.065	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	2,01	-	2,01
02.02.01.066	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	4,12	-	4,12
02.02.01.067	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	3,51	-	3,51
02.02.06.039	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	8,71	-	8,71
02.02.01.068	DOSAGEM DE TRIPTOFANO	3,51	-	3,51
02.02.03.120	DOSAGEM DE TROPONINA	9,00	-	9,00
02.02.11.008	DOSAGEM DE TSH E T4 LIVRE (CONTROLE / DIAGNOSTICO TARDIO)	13,20	-	13,20
02.02.01.069	DOSAGEM DE UREIA	1,85	-	1,85
02.02.01.070	DOSAGEM DE VITAMINA B12	15,24	-	15,24

02.02.07.035	DOSAGEM DE ZINCO	15,65	-	15,65
02.02.03.121	DOSAGEM DO ANTIGENO CA 125	13,35	-	13,35
02.02.05.012	DOSAGEM E/OU FRACIONAMENTO DE ACIDOS ORGANICOS	3,04	-	3,04
02.02.11.011	DOSAGEM QUANTITATIVA DA ATIVIDADE DA BIOTINIDASE EM AMOSTRAS DE SORO	137,00	-	137,00
02.04.05.004	DUODENOGRAMIA HIPOTONICA	34,52	199,11	233,63
02.05.01.001	ECOCARDIOGRAFIA DE ESTRESSE	165,00	88,00	253,00
02.05.01.002	ECOCARDIOGRAFIA TRANSESOFÁGICA	165,00	132,00	297,00
02.05.01.003	ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORACICA	39,94	90,05	129,99
02.05.02.001	ECODOPPLER TRANSCRANIANO	117,00	2,25	119,25
90.01.01.107	ECODOPPLERCARDIOGRAMA COM AVALIACAO DO SINCRONISMO CARDIACO	-	549,29	549,29
90.01.01.108	ECODOPPLERCARDIOGRAMA COM CONTRASTE INTRACAVITARIO	-	250,96	250,96
90.01.01.109	ECODOPPLERCARDIOGRAMA COM CONTRASTE PARA PERFUSÃO MIO-CÁRDICA EM REPOUSO	-	589,95	589,95
90.01.01.110	ECODOPPLERCARDIOGRAMA COM ESTRESSE FARMACOLÓGICO	-	444,13	444,13
90.01.01.111	ECODOPPLERCARDIOGRAMA COM ESTRESSE FÍSICO	-	444,13	444,13
90.01.01.112	ECODOPPLERCARDIOGRAMA FETAL COM MAPEAMENTO DE FLUXO EM CORES - POR FETO	-	233,57	233,57
02.11.02.003	ELETROCARDIOGRAMA	5,15	19,85	25,00
02.11.07.012	ELETROCOLEOGRAFIA	4,25	-	4,25
02.11.03.008	ELETRODIAGNOSTICO CINETICO FUNCIONAL	1,26	-	1,26
02.11.05.002	ELETROENCEFALOGRAFIA EM VIGILIA C/ OU S/ FOTO-ESTIMULO	11,34	78,66	90,00
02.11.05.003	ELETROENCEFALOGRAFIA EM SONO INDUZIDO C/ OU S/ MEDICAMENTO (EEG)	25,00	55,00	80,00
02.11.05.004	ELETROENCEFALOGRAFIA EM VIGILIA E SONO ESPONTANEO C/ OU S/ FOTOESTIMULO (EEG) (Valor alterado pela resolução nº. 310/2019, de 16/07/2019).	25,00	98,00	123,00
02.11.05.005	ELETROENCEFALOGRAFIA QUANTITATIVO C/ MAPEAMENTO (EEG)	25,00	55,00	80,00
02.02.02.035	ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	5,41	-	5,41
02.02.01.071	ELETROFORESE DE LIPOPROTEINAS	3,68	-	3,68
02.02.01.072	ELETROFORESE DE PROTEINAS	4,42	-	4,42
02.02.09.015	ELETROFORESE DE PROTEINAS C/ CONCENTRACAO NO LIQUOR	5,23	-	5,23
02.11.07.013	ELETROGUSTOMETRIA	1,37	-	1,37
02.11.03.009	ELETROMIOGRAFIA DINAMICA, AVALIACAO CINETICA, CINEMATICA E DE PARAMETROS LINEARES	1,26	71,24	72,50
02.11.05.006	ELETROMIOGRAMA (EMG)	27,00	355,89	382,89
02.11.05.007	ELETROMIOGRAMA C/ ESTUDO DE FIBRA UNICA	27,00	355,89	382,89
02.11.05.008	ELETRONEUROMIOGRAMA (ENMG) Por segmento	27,00	73,00	100,00
02.11.06.007	ELETRO-OCULOGRAFIA	24,24	-	24,24
02.11.06.008	ELETRORETINOGRAMA	24,24	-	24,24
02.11.07.014	EMISSOES OTOACUSTICAS EVOCADAS P/ TRIAGEM AUDITIVA	13,51	-	13,51
02.02.02.036	ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)	2,73	-	2,73
02.04.06.003	ESCANOMETRIA	7,77	11,48	19,25
02.09.01.003	ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA	48,16	109,91	158,07
02.02.09.016	ESPECTROFOTOMETRIA NO LIQUIDO AMNIOTICO	6,56	-	6,56
02.11.08.001	ESPIROGRAFIA C/ DETERMINACAO DO VOLUME RESIDUAL	2,78	-	2,78
02.11.08.005	ESPIROMETRIA OU PROVA DE FUNCAO PULMONAR COM BRONCODILATADOR	6,36	71,64	78,00
02.02.09.017	ESPLENOGRAMA	5,79	-	5,79
02.10.01.016	ESPLENOPTOROGRAFIA	182,45	177,89	360,34
02.11.06.009	ESTESIOMETRIA	3,37	-	3,37
02.11.07.015	ESTUDO DE EMISSOES OTOACUSTICAS EVOCADAS TRANSITORIAS E PRODUTOS DE DISTORCAO (EOA)	46,88	-	46,88
02.08.06.003	ESTUDO DE FLUXO SANGUINEO CEREBRAL	119,16	-	119,16
02.08.04.010	ESTUDO RENAL DINAMICO C/ OU S/ DIURETICO	165,24	-	165,24
02.11.07.016	ESTUDO TOPODIAGNOSTICO DA PARALISIA FACIAL	8,10	-	8,10
02.03.02.006	EXAME ANATOMOPATOLOGICO DE MAMA - BIOPSIA (Valor alterado pela resolução nº. 208/2018, de 15/05/2018)	45,83	-	45,83
02.03.02.007	EXAME ANATOMOPATOLOGICO DE MAMA - PEÇA CIRURGICA	43,21	-	43,21
02.03.02.008	EXAME ANATOMO-PATOLOGICO DO COLO UTERINO - BIOPSIA	24,00	-	24,00
02.03.02.002	EXAME ANATOMO-PATOLOGICO DO COLO UTERINO - PEÇA CIRURGICA	43,21	-	43,21

02.03.02.003	EXAME ANATOMO-PATOLOGICO PARA CONGELAMENTO / PARAFINA POR PEÇA CIRURGICA OU POR BIOPSIA (EXCETO COLO UTERINO E MAMA)	24,00	-	24,00
02.03.01.008	EXAME CITOPATOLOGICO CERVICO VAGINAL/MICROFLORA-RASTRE-AMENTO	7,30	-	7,30
02.03.01.001	EXAME CITOPATOLOGICO CERVICO-VAGINAL/MICROFLORA	6,64	0,33	6,97
02.03.01.004	EXAME CITOPATOLOGICO DE MAMA (Valor alterado pela resolução nº. 208/2018, de 15/05/2018)	35,34	-	35,34
02.03.01.002	EXAME CITOPATOLOGICO HORMONAL SERIADO (MÍNIMO 3 COLETAS)	10,65	-	10,65
02.02.04.003	EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL	3,04	-	3,04
02.02.09.018	EXAME DE CARACTERES FISICOS CONTAGEM GLOBAL E ESPECIFICA DE CELULAS	1,89	-	1,89
02.03.01.003	EXAME DE CITOLOGIA (EXCETO CERVICO-VAGINAL)	10,65	-	10,65
02.11.07.017	EXAME DE ORGANIZACAO PERCEPTIVA	4,11	-	4,11
90.01.01.113	EXAME LABORATORIAL PARA DOENÇA DE GAUCHER I	-	80,00	80,00
90.01.01.114	EXAME LABORATORIAL PARA DOENÇA DE GAUCHER II	-	120,00	120,00
02.02.08.014	EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO (DIRETO)	2,80	-	2,80
02.11.04.003	EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO DO CONTEUDO CERVICO-VAGI-NAL	2,80	-	2,80
02.11.07.018	EXAME NEUROPSICOMOTOR EVOLUTIVO	4,11	-	4,11
02.02.05.013	EXAME QUALITATIVO DE CALCULOS URINARIOS	3,70	-	3,70
02.12.01.001	EXAMES IMUNOHEMATOLOGICOS EM DOADOR DE SANGUE	15,00	-	15,00
02.12.01.002	EXAMES PRE-TRANSFUSIONAIS I	17,04	-	17,04
02.12.01.003	EXAMES PRE-TRANSFUSIONAIS II	17,04	-	17,04
04.05.01.007	EXERESE DE CALAZIO E OUTRAS PEQUENAS LESOES DA PALPEBRA E SUPERCILIOS (incluído pela resolução nº. 207/2018, de 09/05/2018).	78,75	-	78,75
04.05.05.008	EXERESE DE TUMOR DE CONJUNTIVA	82,28	-	82,28
04.05.05.008	EXERESE DE TUMOR DE CONJUNTIVA (incluído pela resolução nº. 207/2018, de 09/05/2018).	82,28	-	82,28
04.01.01.007	EXERESE DE TUMOR DE PELE E ANEXOS / CISTO SEBACEO / LIPOMA	12,46	-	12,46
02.11.05.009	EXPLORACAO DIAGNOSTICA PELO VIDEO-ELETROENCEFALOGRAMA COM OU SEM USO DE ELETRODO DE PROFUNDIDADE	1.707,05	-	1.707,05
04.05.05.037	FACOEMULSIFICACAO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR DOBRA-VEL (Valor alterado pela resolução nº. 208/2018, de 15/05/2018)	771,60	-	771,60
02.02.12.003	FENOTIPAGEM DE SISTEMA RH - HR	10,65	-	10,65
02.12.01.004	FENOTIPAGEM K, FYA, FYB, JKA, JKB EM GEL	10,00	-	10,00
02.04.05.005	FISTULOGRAFIA	45,34	191,00	236,34
02.10.01.018	FLEBOGRAFIA DE CAVA INFERIOR E/OU SUPERIOR	200,01	-	200,01
02.10.01.017	FLEBOGRAFIA DE MEMBRO (POR PUNÇÃO VENOSA UNILATERAL)	145,94	67,86	213,80
04.05.03.004	FOTOCOAGULACAO (LASER) – POR SESSÃO – MONOCULAR (Valor alterado pela resolução nº. 208/2018, de 15/05/2018)	75,15	-	75,15
02.11.06.010	FUNDOSCOPIA (Binocular)	3,37	-	3,37
02.11.08.002	GASOMETRIA	2,78	14,07	16,85
02.11.08.003	GASOMETRIA (APOS EXERCICIO CICLO-ERGOMETRICO)	2,78	29,20	31,98
02.11.08.004	GASOMETRIA (APOS OXIGENIO A 100 DURANTE A DIFUSAO ALVEO-LO-CAPILAR)	2,78	-	2,78
02.02.01.073	GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCESSO OU DEFICIT BASE)	15,65	-	15,65
02.02.03.021	GENOTIPAGEM DE VIRUS DA HEPATITE C	298,48	-	298,48
02.11.06.011	GONIOSCOPIA (Binocular)	6,74	-	6,74
02.11.07.019	GUSTOMETRIA	1,92	-	1,92
02.02.02.037	HEMATOCRITO	1,53	-	1,53
02.02.08.015	HEMOCULTURA	11,49	-	11,49
02.02.02.038	HEMOGRAMA COMPLETO	4,11	-	4,11
02.11.04.004	HISTEROSCOPIA (DIAGNOSTICA)	25,00	79,43	104,43
02.04.05.006	HISTEROSSALPINGOGRAFIA	45,34	-	45,34
02.02.08.016	IDENTIFICACAO AUTOMATIZADA DE MICROORGANISMOS	5,63	-	5,63
02.02.12.004	IDENTIFICACAO DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES C/ PAINEL DE HEMACIAS	10,65	-	10,65
02.02.04.004	IDENTIFICACAO DE FRAGMENTOS DE HELMINTOS	1,65	-	1,65
02.02.05.007	IDENTIFICACAO DE GLICIDIOS URINARIOS POR CROMATOGRAFIA (CAMADA DELGADA)	3,70	-	3,70
02.11.07.020	IMITANCIOMETRIA	23,00	-	23,00
04.05.05.013	IMPLANTE DE PROTESE ANTI-GLAUCOMATOSA	-	499,20	499,20
02.08.02.012	IMUNO-CINTILOGRAFIA (ANTICORPO MONOCLONAL)	1.103,26	-	1.103,26

02.02.03.022	IMUNOELETRÓFORESE DE PROTEÍNAS	17,16	-	17,16
02.02.03.023	IMUNOFENOTIPAGEM DE HEMOPATIAS MALIGNAS (POR MARCADOR)	80,00	-	80,00
02.03.02.004	IMUNOHISTOQUÍMICA DE NEOPLASIAS MALIGNAS (POR MARCADOR)	92,00	-	92,00
03.07.04.010	INSTALAÇÃO DE PROTESE EM PACIENTES COM ANOMALIAS CRÂNIO E BUCOMAXILOFACIAL	22,33	-	22,33
02.11.01.002	INVESTIGAÇÃO ULTRASSÔNICA (PLETISMOGRAFIA)	1,31	-	1,31
04.05.05.017	IRIDECTOMIA CIRÚRGICA	297,46	-	297,46
04.05.05.019	IRIDOTOMIA A LASER	45,00	-	45,00
02.12.02.003	IRRADIAÇÃO DE SANGUE E COMPONENTES DESTINADOS A TRANSFUSÃO	13,61	-	13,61
02.09.01.004	LAPAROSCOPIA	40,37	643,26	683,63
02.02.02.039	LEUCOGRAMA	2,73	-	2,73
02.10.01.019	LINFANGIOADENOGRAMA	199,40	87,35	286,75
02.08.08.004	LINFOCINTILOGRAFIA	141,33	-	141,33
04.09.01.018	LITOTRIPSIA (CIRÚRGICA)	386,67	-	386,67
03.09.03.010	LITOTRIPSIA EXTRACORPÓREA (ONDA DE CHOQUE - TRATAMENTO SUBSEQUENTE EM 1 REGIÃO RENAL)	172,00	-	172,00
03.09.03.011	LITOTRIPSIA EXTRACORPÓREA (ONDA DE CHOQUE - TRATAMENTO SUBSEQUENTE EM 2 REGIÕES RENAIS)	150,50	-	150,50
03.09.03.012	LITOTRIPSIA EXTRACORPÓREA (ONDA DE CHOQUE PARCIAL / COMPLETA EM 1 REGIÃO RENAL)	172,00	-	172,00
03.09.03.013	LITOTRIPSIA EXTRACORPÓREA (ONDA DE CHOQUE PARCIAL / COMPLETA EM 2 REGIÕES RENAIS)	150,50	-	150,50
02.11.07.021	LOGOaudiometria (LDV-IRF-LRF)	26,25	-	26,25
02.04.03.003	MAMOGRAFIA	22,50	-	22,50
02.04.03.018	MAMOGRAFIA BILATERAL PARA RASTREAMENTO	45,00	-	45,00
03.07.04.006	MANUTENÇÃO PERIÓDICA DE PROTESE BUCO-MAXILO-FACIAL	1,16	-	1,16
02.11.06.012	MAPEAMENTO DE RETINA (Monocular)	24,24	-	24,24
02.11.07.038	MAPEAMENTO E BALANCEAMENTO DOS ELETRODOS	33,91	-	33,91
02.05.02.019	MARCAÇÃO DE LESÃO PRE-CIRÚRGICA DE LESÃO NÃO PALPÁVEL DE MAMA ASSOCIADA A ULTRASSONOGRAFIA (Inclui USG)	25,43	243,43	268,86
02.04.03.004	MARCAÇÃO PRE-CIRÚRGICA DE LESÃO NÃO PALPÁVEL DE MAMA ASSOCIADA A MAMOGRAFIA	62,50	-	62,50
02.11.06.013	MEDIDA DE OFUSCAMENTO E CONTRASTE	3,37	-	3,37
02.11.06.014	MICROSCOPIA ESPECULAR DE CORNEIA (Monocular)	24,24	-	24,24
02.04.02.001	MIELOGRAFIA	121,63	64,40	186,03
02.02.09.019	MIELOGRAMA	5,79	-	5,79
02.11.02.004	MONITORAMENTO PELO SISTEMA HOLTER 24 HS (3 CANAIS)	30,00	68,00	98,00
02.11.02.005	MONITORIZAÇÃO AMBULATORIAL DE PRESSÃO ARTERIAL (MAPA)	10,07	126,02	136,09
03.07.02.003	OBTURAÇÃO DE DENTE DECÍDUO	5,59	-	5,59
03.07.02.004	OBTURAÇÃO EM DENTE PERMANENTE BIRRADICULAR	5,71	-	5,71
03.07.02.005	OBTURAÇÃO EM DENTE PERMANENTE COM TRÊS OU MAIS RAÍZES	6,95	-	6,95
03.07.02.006	OBTURAÇÃO EM DENTE PERMANENTE UNIRRADICULAR	4,41	-	4,41
02.11.07.022	OLFATOMETRIA	1,37	-	1,37
02.11.01.003	OSCILOMETRIA	1,31	-	1,31
90.01.01.117	OXIMETRIA (NÃO INVASIVA)	-	24,75	24,75
04.05.03.019	PAN-FOTOCOAGULAÇÃO DE RETINA A LASER (300,60 SIGTAP)	300,60	-	300,60
90.01.01.007	PAQUIMETRIA ULTRASSÔNICA (MONOCULAR)	14,81	-	14,81
02.02.08.017	PEQUISA DE PNEUMOCYSTI CARINI	4,33	-	4,33
02.11.09.006	PERFIL DE PRESSÃO URETRAL	8,82	-	8,82
02.11.04.005	PERSUFLAÇÃO TUBÁRIA (DIAGNÓSTICA)	1,69	-	1,69
02.02.05.014	PESQUISA / DOSAGEM DE AMINOÁCIDOS (POR CROMATOGRAFIA)	3,70	-	3,70
02.02.05.015	PESQUISA DE ALCAPTONA NA URINA	2,04	-	2,04
02.02.05.016	PESQUISA DE AMINOÁCIDOS NA URINA	3,70	-	3,70
02.02.03.025	PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA	10,00	-	10,00
02.02.03.026	PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	10,00	-	10,00
02.02.03.037	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIADENOVÍRUS	9,25	-	9,25
02.02.03.038	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIAMEBAS	10,00	-	10,00
02.02.03.039	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIASPERGILLUS	9,25	-	9,25
02.02.03.040	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIBRUCELAS	3,70	-	3,70
02.02.03.041	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICISTICERCO	5,83	-	5,83
02.02.03.042	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICLÂMIDIA (POR IMUNOFLOURESCÊNCIA)	10,00	-	10,00

02.02.03.126	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 (WESTERN-BLOT)	85,00	-	85,00
02.02.03.043	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICORTEX SUPRARENAL	17,16	-	17,16
02.02.03.027	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA	8,67	-	8,67
02.02.03.044	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIEQUINOCOCOS	9,25	-	9,25
02.02.03.045	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESCLERODERMA (SCL 70)	10,00	-	10,00
02.02.03.046	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES	9,70	-	9,70
02.02.09.021	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES (ELISA)	9,70	-	9,70
02.02.03.047	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)	2,83	-	2,83
02.02.03.048	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIFIGADO	10,00	-	10,00
02.02.03.050	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLOMERULO	10,00	-	10,00
02.02.03.028	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HELICOBACTER PYLORI	17,16	-	17,16
02.02.03.029	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 (WESTERN BLOT)	85,00	-	85,00
02.02.03.030	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	10,00	-	10,00
02.02.03.031	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2	18,55	-	18,55
02.02.03.051	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIILHOTA DE LANGERHANS	10,00	-	10,00
02.02.03.052	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIINSULINA	17,16	-	17,16
02.02.03.053	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILEPTOSPIRAS	4,10	-	4,10
02.02.03.054	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILISTERIA	5,50	-	5,50
02.02.03.055	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS	17,16	-	17,16
02.02.03.056	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMITOCONDRIA	17,16	-	17,16
02.02.03.057	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO ESTRIADO	17,16	-	17,16
02.02.03.058	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO LISO	17,16	-	17,16
02.02.03.059	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO	17,16	-	17,16
02.02.03.060	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPARIETAIS	17,16	-	17,16
02.02.03.061	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPLASMODIOS	10,00	-	10,00
02.02.03.032	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEINA (RNP)	17,16	-	17,16
02.02.03.033	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SCHISTOSOMAS	5,74	-	5,74
02.02.03.034	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	17,16	-	17,16
02.02.03.035	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	18,55	-	18,55
02.02.03.036	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	18,55	-	18,55
02.02.03.062	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	17,16	-	17,16
02.02.03.063	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	18,55	-	18,55
02.02.03.064	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE)	18,55	-	18,55
02.02.03.065	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA HISTOPLASMA	7,78	-	7,78
02.02.03.066	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O SPOROTRIX SCHENKII	9,71	-	9,71
02.02.03.067	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	18,55	-	18,55
02.02.03.068	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE D (ANTI-HDV)	18,55	-	18,55
02.02.03.069	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DO SARAMPO	9,25	-	9,25
02.02.03.070	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA PARACOCCIDIOIDES BRASILIENSIS	4,10	-	4,10
02.02.03.071	PESQUISA DE ANTICORPOS E/OU ANTIGENO DO VIRUS SINCICIAL RESPIRATORIO	18,55	-	18,55
02.02.03.072	PESQUISA DE ANTICORPOS EIE ANTICLAMIDIA	17,16	-	17,16
02.02.03.073	PESQUISA DE ANTICORPOS HETEROFILOS CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	2,83	-	2,83
02.02.03.074	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	11,00	-	11,00
02.02.03.075	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTILEISHMANIAS	9,25	-	9,25
02.02.03.076	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	16,97	-	16,97
02.02.03.077	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI	9,25	-	9,25
02.02.03.079	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ARBOVIRUS	30,00	-	30,00
02.02.03.080	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	18,55	-	18,55
02.02.03.081	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	17,16	-	17,16
02.02.03.082	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	17,16	-	17,16
02.02.03.083	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	17,16	-	17,16
02.02.03.084	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES	17,16	-	17,16
02.02.03.078	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG E IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-TOTAL)	18,55	-	18,55

02.02.03.085	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	11,61	-	11,61
02.02.03.086	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTILEISHMANIAS	10,00	-	10,00
02.02.03.087	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	18,55	-	18,55
02.02.03.088	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI	9,25	-	9,25
02.02.03.089	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGM)	18,55	-	18,55
02.02.03.090	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ARBOVIRUS	20,00	-	20,00
02.02.03.091	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	18,55	-	18,55
02.02.03.092	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	17,16	-	17,16
02.02.03.093	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	17,16	-	17,16
02.02.03.094	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	17,16	-	17,16
02.02.03.095	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLIS	17,16	-	17,16
02.02.12.005	PESQUISA DE ANTICORPOS IRREGULARES PELO METODO DA ELUI-CAO	5,79	-	5,79
02.02.12.006	PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES 37OC	5,79	-	5,79
02.02.12.007	PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES A FRIO	5,79	-	5,79
02.02.03.096	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	13,35	-	13,35
02.02.03.097	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	18,55	-	18,55
02.02.03.098	PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	18,55	-	18,55
02.02.02.040	PESQUISA DE ATIVIDADE DO COFATOR DE RISTOCETINA	25,00	-	25,00
02.02.08.018	PESQUISA DE BACILO DIFTERICO	2,80	-	2,80
02.02.05.017	PESQUISA DE BETA-MERCAPTO-LACTATO-DISSULFIDURIA	2,04	-	2,04
02.02.05.018	PESQUISA DE CADEIAS LEVES KAPPA E LAMBDA	2,40	-	2,40
02.02.09.023	PESQUISA DE CARACTERES FISICOS NO LIQUOR	1,89	-	1,89
02.02.02.041	PESQUISA DE CELULAS LE	4,11	-	4,11
02.02.09.024	PESQUISA DE CELULAS ORANGIOFILAS	1,89	-	1,89
02.02.05.019	PESQUISA DE CISTINA NA URINA	2,04	-	2,04
02.02.03.099	PESQUISA DE CLAMIDIA (POR CAPTURA HIBRIDA)	60,00	-	60,00
02.02.05.020	PESQUISA DE COPROPORFIRINA NA URINA	2,04	-	2,04
02.02.02.042	PESQUISA DE CORPUSCULOS DE HEINZ	2,73	-	2,73
02.02.03.100	PESQUISA DE CRIOGLOBULINAS	2,83	-	2,83
02.02.09.025	PESQUISA DE CRISTAIS C/ LUZ POLARIZADA	1,89	-	1,89
02.02.04.005	PESQUISA DE ENTEROBIUS VERMICULARES (OXIURUS OXIURA)	1,65	-	1,65
02.02.04.006	PESQUISA DE EOSINOFILOS	1,65	-	1,65
02.02.05.021	PESQUISA DE ERROS INATOS DO METABOLISMO NA URINA	3,70	-	3,70
02.02.09.026	PESQUISA DE ESPERMATOZOIDES (APOS VASECTOMIA)	4,80	-	4,80
02.02.08.019	PESQUISA DE ESTREPTOCOCOS BETA-HEMOLITICOS DO GRUPO A	4,33	-	4,33
02.02.03.101	PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE)	4,10	-	4,10
02.02.12.008	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	1,37	-	1,37
02.02.05.022	PESQUISA DE FENIL-CETONA NA URINA	2,04	-	2,04
02.02.02.043	PESQUISA DE FILARIA	2,73	-	2,73
02.11.07.023	PESQUISA DE FISTULA PERILINFATICA	4,80	-	4,80
02.02.05.023	PESQUISA DE FRUTOSE NA URINA	2,04	-	2,04
02.02.05.024	PESQUISA DE GALACTOSE NA URINA	3,36	-	3,36
02.11.07.024	PESQUISA DE GANHO DE INSERCAO	12,00	-	12,00
02.02.04.007	PESQUISA DE GORDURA FECAL	1,65	-	1,65
02.02.08.020	PESQUISA DE HAEMOPHILUS DUCREY	2,80	-	2,80
02.02.08.021	PESQUISA DE HELICOBACTER PYLORI	4,33	-	4,33
02.02.02.044	PESQUISA DE HEMOGLOBINA S	2,73	-	2,73
02.02.03.102	PESQUISA DE HIV-1 POR IMUNOFLOURESCENCIA	10,00	-	10,00
02.02.05.026	PESQUISA DE HOMOCISTINA NA URINA	2,04	-	2,04
02.02.03.103	PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) ALERGENO-ESPECIFICA	9,25	-	9,25
02.02.05.027	PESQUISA DE LACTOSE NA URINA	2,04	-	2,04
02.02.04.008	PESQUISA DE LARVAS NAS FEZES	1,65	-	1,65
02.02.08.022	PESQUISA DE LEPTOSPIRAS	2,80	-	2,80
02.02.04.009	PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	1,65	-	1,65
02.02.04.010	PESQUISA DE LEVEDURAS NAS FEZES	1,65	-	1,65
02.02.06.047	PESQUISA DE MACROPROLACTINA	12,15	-	12,15
02.02.05.028	PESQUISA DE MUCOPOLISSACARIDEOS NA URINA	3,70	-	3,70
02.02.04.011	PESQUISA DE OVOS DE SCHISTOSOMAS (EM FRAGMENTO DE MUCOSA)	1,65	-	1,65

02.02.04.012	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	1,65	-	1,65
02.11.07.025	PESQUISA DE PARES CRANIANOS	1,37	-	1,37
02.02.05.029	PESQUISA DE PORFOBILINOGENIO NA URINA	2,04	-	2,04
02.02.05.030	PESQUISA DE PROTEINAS URINARIAS (POR ELETROFORESE)	4,44	-	4,44
02.02.09.027	PESQUISA DE RAGOCITOS NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	1,89	-	1,89
02.02.04.013	PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES	10,25	-	10,25
02.02.04.014	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	1,65	-	1,65
02.02.04.015	PESQUISA DE SUBSTANCIAS REDUTORAS NAS FEZES	1,65	-	1,65
02.02.05.031	PESQUISA DE TIROSINA NA URINA	2,04	-	2,04
02.02.08.023	PESQUISA DE TREPONEMA PALLIDUM	5,04	-	5,04
02.02.02.046	PESQUISA DE TRIPANOSSOMA	2,73	-	2,73
02.02.04.016	PESQUISA DE TRIPSINA NAS FEZES	1,65	-	1,65
02.02.04.017	PESQUISA DE TROFOZOITAS NAS FEZES	1,65	-	1,65
02.02.03.104	PESQUISA DE TRYPANOSOMA CRUZI (POR IMUNOFLUORESCENCIA)	10,00	-	10,00
90.01.01.119	PHMETRIA (COM INSUMOS)	-	315,73	315,73
02.04.05.007	PIELOGRAFIA ANTEROGRADA PERCUTANEA	73,15	170,14	243,29
02.04.05.008	PIELOGRAFIA ASCENDENTE	52,11	185,95	238,06
02.04.02.002	PLANIGRAFIA DE COLUNA VERTEBRAL	19,60	0,30	19,90
02.04.01.002	PLANIGRAFIA DE LARINGE (Valor alterado pela resolução nº. 208/2018, de 15/05/2018)	27,32	-	27,32
02.04.06.004	PLANIGRAFIA DE OSSO - SUBSIDIARIA A OUTROS EXAMES (POR PLANO)	18,68	-	18,68
02.04.06.005	PLANIGRAFIA DE OSSO EM 2 PLANOS	18,68	0,99	19,67
02.04.05.010	PLANIGRAFIA DE RIM S/ CONTRASTE	14,48	-	14,48
02.11.01.004	PLETISMOGRAFIA (POR LATERALIDADE / TERRITORIO)	1,31	-	1,31
90.01.01.003	POLIPECTOMIA DO ESOFAGO, ESTOMAGO OU DUODENO (INDEPENDENTE DO NÚMERO DE POLIPOS) - UTILIZACAO DE ALCA DE POLIPECTOMIA	-	120,00	120,00
02.11.05.010	POLISSONOGRAMA (Valor alterado pela resolução nº. 310/2019, de 16/07/2019).	170,00	71,84	241,84
02.10.01.020	PORTOGRAMA TRANS-HEPÁTICA	201,01	218,51	419,52
02.11.06.015	POTENCIAL DE ACUIDADE VISUAL (Binocular)	3,37	-	3,37
02.11.05.011	POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO	4,06	-	4,06
02.11.07.026	POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO DE CURTA MEDIA E LONGA LATENCIA	46,88	-	46,88
02.11.07.027	POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO P/ TRIAGEM AUDITIVA	13,51	-	13,51
02.11.07.039	POTENCIAL EVOCADO ELETRICAMENTE NO SISTEMA AUDITIVO	93,73	0,03	93,76
02.11.05.012	POTENCIAL EVOCADO VISUAL / OCCIPITO	4,06	-	4,06
02.11.05.013	POTENCIAL SOMATO-SENSITIVO	4,06	-	4,06
02.11.06.016	POTENCIAL VISUAL EVOCADO (Monocular)	24,24	-	24,24
02.12.02.004	PREPARO DE COMPONENTES ALIQUOTADOS	5,00	-	5,00
02.12.02.005	PREPARO DE COMPONENTES LAVADOS	5,00	-	5,00
02.12.02.006	PROCESSAMENTO DE SANGUE	10,15	-	10,15
02.02.08.024	PROVA CONFIRMATORIA DA PRESENÇA DE MICRO-ORGANISMOS COLIFORMES	5,62	-	5,62
02.02.01.074	PROVA DA D-XILOSE	3,68	-	3,68
02.02.02.048	PROVA DE CONSUMO DE PROTROMBINA	4,11	-	4,11
02.02.05.032	PROVA DE DILUICAO (URINA)	2,04	-	2,04
02.11.08.006	PROVA DE FUNCAO PULMONAR SIMPLES (Espirometria)	4,28	35,30	39,58
02.11.07.028	PROVA DE FUNCAO TUBARIA	4,80	-	4,80
02.02.09.028	PROVA DE PROGRESSAO ESPERMATICA (CADA)	9,70	-	9,70
02.02.02.049	PROVA DE RETRACAO DO COAGULO	2,73	9,27	12,00
02.02.02.050	PROVA DO LACO	2,73	-	2,73
02.02.09.029	PROVA DO LATEX P/ HAEMOPHILLUS INFLUENZAE, STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE, NEISSERIA MENINGITIDIS (SOROTIPOS A, B, C)	1,89	-	1,89
02.02.09.030	PROVA DO LATEX P/ PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE	1,89	-	1,89
02.11.08.007	PROVA FARMACODINAMICA	2,78	-	2,78
02.02.03.105	PROVAS DE PRAUSNITZ-KUSTNER (PK)	1,77	-	1,77
02.02.03.106	PROVAS IMUNO-ALERGICAS BACTERIANAS	1,77	-	1,77
02.01.01.058	PUNCAO ASPIRATIVA DE MAMA POR AGULHA FINA (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	33,24	366,76	400,00
02.01.01.059	PUNCAO DE CISTERNA SUB-OCCIPITAL (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	7,04	-	7,04

02.01.01.060	PUNCAO DE MAMA POR AGULHA GROSSA/ CORE BIOPSY (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	68,43	181,57	250,00
02.01.01.061	PUNCAO DE VAGINA (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	14,10	-	14,10
02.01.01.062	PUNCAO EXPLORADORA DO DEFERENTE (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	14,10	-	14,10
02.01.01.063	PUNCAO LOMBAR (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	7,04	-	7,04
02.01.01.064	PUNCAO P/ ESVAZIAMENTO	13,25	-	13,25
02.01.01.065	PUNCAO VENTRICULAR TRANSFONTANELA (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	7,04	-	7,04
02.02.03.107	QUANTIFICACAO DE RNA DO HIV-1	18,00	-	18,00
02.02.03.108	QUANTIFICACAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C	168,48	-	168,48
02.02.10.004	QUANTIFICACAO/AMPLIFICACAO DO HER-2	120,00	-	120,00
02.04.01.003	RADIOGRAFIA BILATERAL DE ORBITAS (PA + OBLIQUAS + HIRTZ)	8,38	8,72	17,10
02.04.05.011	RADIOGRAFIA DE ABDOMEN (AP + LATERAL / LOCALIZADA)	10,73	6,95	17,68
02.04.05.012	RADIOGRAFIA DE ABDOMEN AGUDO (MINIMO DE 3 INCIDENCIAS)	15,30	3,53	18,83
02.04.05.013	RADIOGRAFIA DE ABDOMEN SIMPLES (AP)	7,17	9,62	16,79
02.04.04.001	RADIOGRAFIA DE ANTEBRACO	6,42	10,19	16,61
02.04.01.004	RADIOGRAFIA DE ARCADEA ZIGOMATICO-MALAR (AP+ OBLIQUAS)	6,96	9,78	16,74
02.04.04.002	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ACROMIO-CLAVICULAR	7,40	9,45	16,85
02.04.06.006	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO COXO-FEMORAL	7,77	9,17	16,94
02.04.04.003	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ESCAPULO-UMERAL	7,40	9,45	16,85
02.04.04.004	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ESTERNO-CLAVICULAR	7,40	9,45	16,85
02.04.06.007	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO SACRO-ILIACA	7,77	9,17	16,94
02.04.01.005	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TEMPORO-MANDIBULAR BILATERAL	8,38	8,72	17,10
02.04.06.008	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TIBIO-TARSICA	6,50	10,13	16,63
02.04.06.009	RADIOGRAFIA DE BACIA	7,77	9,17	16,94
02.04.04.005	RADIOGRAFIA DE BRACO	7,77	9,17	16,94
02.04.06.010	RADIOGRAFIA DE CALCANEIO	6,50	10,13	16,63
02.04.01.006	RADIOGRAFIA DE CAVUM (LATERAL + HIRTZ)	6,88	9,84	16,72
02.04.04.006	RADIOGRAFIA DE CLAVICULA	7,40	9,45	16,85
02.04.02.004	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO / FLEXAO)	8,19	8,86	17,05
02.04.02.003	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO + OBLIQUAS)	8,33	8,75	17,08
02.04.02.005	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL FUNCIONAL / DINAMICA	10,29	7,28	17,57
02.04.02.006	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA	10,96	6,78	17,74
02.04.02.007	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA (C/ OBLIQUAS)	14,90	3,83	18,73
02.04.02.008	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA FUNCIONAL / DINAMICA	16,88	2,34	19,22
02.04.02.009	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACICA (AP + LATERAL)	9,16	8,13	17,29
02.04.02.010	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR	9,73	7,70	17,43
02.04.02.011	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR DINAMICA	15,58	3,32	18,90
02.04.04.007	RADIOGRAFIA DE COTOVELO	5,90	10,58	16,48
02.04.06.011	RADIOGRAFIA DE COXA	8,94	8,30	17,24
02.04.01.007	RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL + OBLIGUA / BRETTON + HIRTZ)	9,15	8,14	17,29
02.04.01.008	RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL)	7,52	9,36	16,88
02.04.04.008	RADIOGRAFIA DE DEDOS DA MAO	5,62	10,79	16,41
02.04.04.011	RADIOGRAFIA DE ESCAPULA/OMBRO (TRES POSICOES)	7,98	9,02	17,00
02.04.05.014	RADIOGRAFIA DE ESTOMAGO E DUODENO (Valor alterado pela resolução nº. 208/2018, de 15/05/2018)	35,22	-	35,22
02.04.05.015	RADIOGRAFIA DE INTESTINO DELGADO (TRANSITO)	47,59	114,31	161,90
02.04.06.012	RADIOGRAFIA DE JOELHO (AP + LATERAL)	6,78	9,92	16,70
02.04.06.013	RADIOGRAFIA DE JOELHO OU PATELA (AP + LATERAL + AXIAL)	7,16	9,63	16,79
02.04.06.014	RADIOGRAFIA DE JOELHO OU PATELA (AP + LATERAL + OBLIQUA + 3 AXIAIS)	9,29	8,03	17,32
02.04.01.009	RADIOGRAFIA DE LARINGE	5,74	10,70	16,44
02.04.04.009	RADIOGRAFIA DE MAO	6,30	10,28	16,58
02.04.04.010	RADIOGRAFIA DE MAO E PUNHO (P/ DETERMINACAO DE IDADE OSSEA)	6,00	10,50	16,50
02.04.01.010	RADIOGRAFIA DE MASTOIDE / ROCHEDOS (BILATERAL)	9,03	8,23	17,26
02.04.01.011	RADIOGRAFIA DE MAXILAR (PA + OBLIQUA)	7,20	9,60	16,80
02.04.01.012	RADIOGRAFIA DE OSSOS DA FACE (MN + LATERAL + HIRTZ)	8,38	8,72	17,10
02.04.06.015	RADIOGRAFIA DE PE / DEDOS DO PE	6,78	9,92	16,70
02.04.06.016	RADIOGRAFIA DE PERNA	8,94	8,30	17,24
02.04.03.011	RADIOGRAFIA DE PNEUMOMEDIASTINO	27,27	-	27,27

02.04.04.012	RADIOGRAFIA DE PUNHO (AP + LATERAL + OBLIQUA)	6,91	9,82	16,73
02.04.01.013	RADIOGRAFIA DE REGIAO ORBITARIA (LOCALIZACAO DE CORPO ESTRANHO)	7,98	9,02	17,00
02.04.02.012	RADIOGRAFIA DE REGIAO SACRO-COCCIGEA	7,80	9,15	16,95
02.04.01.014	RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE (FN + MN + LATERAL + HIRTZ)	7,32	9,51	16,83
02.04.01.015	RADIOGRAFIA DE SELA TURSICA (PA + LATERAL + BRETTON)	7,20	9,60	16,80
02.04.03.012	RADIOGRAFIA DE TORAX (APICO-LORDORTICA)	5,56	10,83	16,39
02.04.03.013	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA + INSPIRACAO + EXPIRACAO + LATERAL)	14,32	4,26	18,58
02.04.03.015	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL)	9,50	7,88	17,38
02.04.03.016	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA PADRAO OIT)	6,55	10,09	16,64
02.04.03.017	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA)	6,88	9,84	16,72
02.04.01.016	RADIOGRAFIA OCLUSAL	3,51	10,09	13,60
02.04.05.016	RADIOGRAFIA P/ ESTUDO DO DELGADO C/ DUPLO CONTRASTE (ENTEROCLISE)	48,09	113,93	162,02
02.04.01.017	RADIOGRAFIA PANORAMICA	9,03	22,50	31,53
02.04.06.017	RADIOGRAFIA PANORAMICA DE MEMBROS INFERIORES	9,29	8,03	17,32
02.04.01.018	RADIOGRAFIA PERI-APICAL INTERPROXIMAL (BITE-WING)	1,75	9,38	11,13
02.02.02.051	RASTREIO P/ DEFICIENCIA DE ENZIMAS ERITROCITARIAS	2,73	-	2,73
02.02.03.110	REACAO DE MONTENEGRO ID	2,83	-	2,83
02.02.09.031	REACAO DE PANDY	1,89	-	1,89
02.02.09.032	REACAO DE RIVALTA NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	1,89	-	1,89
02.11.07.029	REAVALIACAO DIAGNOSTICA DE DEFICIENCIA AUDITIVA EM PACIENTE MAIOR DE 3 ANOS	22,55	-	22,55
02.11.07.030	REAVALIACAO DIAGNOSTICA DE DEFICIENCIA AUDITIVA EM PACIENTE MENOR DE 3 ANOS	44,36	-	44,36
04.05.05.021	RECOBRIMENTO CONJUNTIVAL (incluído pela resolução nº. 207/2018, de 09/05/2018).	172,27	-	172,27
04.05.05.022	RECONSTITUICAO DE FORNIX CONJUNTIVAL (incluído pela resolução nº. 207/2018, de 09/05/2018).	436,44	-	436,44
03.07.04.008	REEMBASAMENTO E CONserto DE PROTESE DENTARIA	1,16	-	1,16
02.11.07.040	REFLEXO ESTAPEDIANO ELICIADO ELETRICAMENTE	46,00	-	46,00
90.01.01.120	RESISTENCIA VIAS AÉREAS (PLETISMOGRAFIA)	-	97,38	97,38
02.07.03.001	RESSONANCIA MAGNETICA DE ABDOMEN SUPERIOR	268,75	-	268,75
02.07.01.002	RESSONANCIA MAGNETICA DE ARTICULACAO TEMPORO-MANDIBULAR (BILATERAL)	268,75	-	268,75
02.07.03.002	RESSONANCIA MAGNETICA DE BACIA / PELVE / ABDOMEN INFERIOR	268,75	-	268,75
02.07.01.003	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA CERVICAL/PESCOCO	268,75	-	268,75
02.07.01.004	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA LOMBO-SACRA	268,75	-	268,75
02.07.01.005	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA TORACICA	268,75	-	268,75
02.07.02.001	RESSONANCIA MAGNETICA DE CORACAO / AORTA C/ CINE	361,25	-	361,25
02.07.01.006	RESSONANCIA MAGNETICA DE CRANIO	268,75	-	268,75
02.07.02.005	RESSONANCIA MAGNETICA DE MAMA BILATERAL PARA AVALIACAO DE POSSIVEIS COMPLICACOES DE IMPLANTE DE PROTESE	268,75	-	268,75
02.07.02.005	RESSONANCIA MAGNETICA DE MAMA BILATERAL PARA AVALIACAO DE POSSIVEIS COMPLICACOES DE IMPLANTE DE PROTESE	268,75	-	268,75
02.07.03.003	RESSONANCIA MAGNETICA DE MEMBRO INFERIOR (UNILATERAL)	268,75	-	268,75
02.07.02.002	RESSONANCIA MAGNETICA DE MEMBRO SUPERIOR (UNILATERAL)	268,75	-	268,75
02.07.01.007	RESSONANCIA MAGNETICA DE SELA TURCICA	268,75	-	268,75
02.07.02.003	RESSONANCIA MAGNETICA DE TORAX	268,75	-	268,75
02.07.03.004	RESSONANCIA MAGNETICA DE VIAS BILIARES/COLANGIORRESSONANCIA	268,75	-	268,75
02.11.06.017	RETINOGRRAFIA COLORIDA BINOCULAR	24,68	-	24,68
02.11.06.018	RETINOGRRAFIA FLUORESCENTE BINOCULAR	64,00	-	64,00
04.07.02.039	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO / POLIPOS DO RETO / COLO SIGMOIDE (INCLUI ALÇA DE POLIPECTOMIA)	13,63	120,00	133,63
04.05.05.025	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA CORNEA	25,00	-	25,00
03.03.07.004	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DO ESOFAGO	49,50	-	49,50
03.03.07.005	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DO ESTOMAGO / DUODENO	47,25	-	47,25
04.07.01.025	RETIRADA DE POLIPO DO TUBO DIGESTIVO POR ENDOSCOPIA (INCLUI ALÇA DE POLIPECTOMIA)	29,84	100,00	129,84
02.09.01.005	RETOSSIGMOIDOSCOPIA	125,30	70,70	196,21
03.07.02.008	RETRATAMENTO ENDODONTICO EM DENTE PERMANENTE BI-RADICULAR	5,71	-	5,71

03.07.02.009	RETRATAMENTO ENDODONTICO EM DENTE PERMANENTE COM 3 OU MAIS RAIZES	6,95	-	6,95
03.07.02.010	RETRATAMENTO ENDODONTICO EM DENTE PERMANENTE UNI-RADICULAR	4,41	-	4,41
04.17.01.006	SEDACAO (removido pela resolução nº. 199/2018, de 28/03/2018).	15,15	-	15,15
90135	SEDACAO para Endoscopia ou Colonoscopia ou Ultrassonografia ou Tomografia Computadorizada (incluído pela resolução nº. 199/2018, de 28/03/2018) - (Valor alterado pela resolução nº. 221/2018, de 29/06/2018) - (Valor Alterado pela resolução nº.68/2019, de 10/12/2019).	15,15	334,85	350,00
90137	SEDACAO para Procedimentos de Medicina Nuclear (incluído pela resolução nº. 199/2018, de 28/03/2018).	15,15	-	15,15
90136	SEDACAO para Ressonância Magnética ou Angiorradiologia (incluído pela resolução nº. 199/2018, de 28/03/2018) - (Valor alterado pela resolução nº. 221/2018, de 29/06/2018) - Valor Alterado pela resolução nº.68/2019, de 10/12/2019).	15,15	274,85	290,00
03.07.02.011	SELAMENTO DE PERFURACAO RADICULAR	2,56	-	2,56
02.11.07.031	SELECAO E VERIFICACAO DE BENEFICIO DO AASI	8,75	-	8,75
90130	Serviço de Anestesia ou Sedação - Complementar ao Procedimento Primário (incluído pela resolução nº. 202/2018, de 25/04/2018) - (removido pela resolução n. 221/2018, de 29/06/2018). - (Incluído pela resolução nº.68/2019, de 10/12/2019)	-	360,00	360,00
02.04.01.019	SIALOGRAFIA (POR GLANDULA)	48,85	176,36	225,21
04.05.01.016	SONDAGEM DE VIAS LACRIMAIS (incluído pela resolução nº. 207/2018, de 09/05/2018).	22,93	-	22,93
02.12.01.005	SOROLOGIA DE DOADOR DE SANGUE	75,00	-	75,00
04.05.05.029	SUTURA DE CONJUNTIVA (incluído pela resolução nº. 207/2018, de 09/05/2018).	82,28	-	82,28
04.05.03.009	SUTURA DE ESCLERA (incluído pela resolução nº. 207/2018, de 09/05/2018).	161,19	-	161,19
02.04.01.020	TELERADIOGRAFIA COM TRACADOS E SEM TRACADOS	6,44	-	6,44
03.01.07.011	TERAPIA FONOAUDIOLOGICA INDIVIDUAL	10,90	14,10	25,00
03.01.04.004	TERAPIA INDIVIDUAL	2,81	22,19	25,00
90.01.01.121	TESTE CUTÂNEO (ALÉRGICO)	-	27,00	27,00
02.11.08.008	TESTE DA CAMINHADA DE 6 MINUTOS	2,78	36,35	39,13
02.02.02.052	TESTE DE AGREGACAO DE PLAQUETAS	12,00	-	12,00
02.02.09.033	TESTE DE CLEMENTS	1,89	-	1,89
02.11.02.006	TESTE DE ESFORCO / TESTE ERGOMETRICO	30,00	111,60	141,60
02.02.06.042	TESTE DE ESTIMULO COM GNRH OU COM AGONISTA GNRH	12,01	-	12,01
02.02.06.040	TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA / TSH APOS TRH	12,01	-	12,01
02.02.06.041	TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA APOS CLORPROMAZINA	12,01	-	12,01
02.02.06.043	TESTE DE ESTIMULO DO HGH APOS GLUCAGON	12,01	-	12,01
02.02.09.034	TESTE DE GASTROACIDOGRAMA - SECRECAO BASAL POR 60 EM 4 AMOSTRAS	4,69	-	4,69
02.02.02.053	TESTE DE HAM (HEMOLISE ACIDA)	2,73	-	2,73
02.02.09.035	TESTE DE HOLLANDER NO SUCO GASTRICO	4,69	-	4,69
02.11.06.020	TESTE DE PROVOCACAO DE GLAUCOMA (Binocular)	6,74	8,26	15,00
02.11.06.021	TESTE DE SCHIRMER (Binocular)	3,37	-	3,37
02.02.06.044	TESTE DE SUPRESSAO DO CORTISOL APOS DEXAMETASONA	12,01	-	12,01
02.02.06.045	TESTE DE SUPRESSAO DO HGH APOS GLICOSE	12,01	-	12,01
02.02.01.075	TESTE DE TOLERANCIA A INSULINA / HIPOGLICEMIANTES ORAIS	6,55	-	6,55
02.11.06.022	TESTE DE VISAO DE CORES (Binocular)	3,37	-	3,37
02.11.05.014	TESTE DE WADA	1.707,05	-	1.707,05
02.02.02.054	TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD)	2,73	-	2,73
02.12.01.006	TESTE DO ACIDO NUCLEICO (NAT) EM AMOSTRAS DE SANGUE DO DOADOR DE SANGUE.	-	9,34	9,34
02.08.03.005	TESTE DO PERCLORATO C/ RADIOISOTOPO	107,40	-	107,40
02.02.03.112	TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	10,00	-	10,00
02.02.03.113	TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	10,00	-	10,00
02.02.12.009	TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA)	2,73	-	2,73
02.02.03.111	TESTE NAO TREPONEMICO P/ DETECCAO DE SIFILIS	2,83	-	2,83
02.02.03.117	TESTE NAO TREPONEMICO P/ DETECCAO DE SIFILIS EM GESTANTES	2,83	-	2,83
02.11.06.023	TESTE ORTOPTICO (Binocular)	12,34	-	12,34
02.11.06.024	TESTE P/ ADAPTACAO DE LENTE DE CONTATO Binocular)	12,34	-	12,34
02.02.06.046	TESTE P/ INVESTIGACAO DO DIABETES INSIPIDUS	8,43	-	8,43

02.02.03.109	TESTE TREPONEMICO P/ DETECCAO DE SIFILIS	4,10	-	4,10
02.11.07.032	TESTES ACUMETRICOS (DIAPASAO)	1,37	-	1,37
02.02.03.114	TESTES ALERGICOS DE CONTATO	1,77	-	1,77
02.11.07.033	TESTES AUDITIVOS SUPRALIMINARES	1,37	-	1,37
02.02.03.115	TESTES CUTANEOS DE LEITURA IMEDIATA	1,77	-	1,77
02.11.07.034	TESTES DE PROCESSAMENTO AUDITIVO	9,36	-	9,36
02.11.07.035	TESTES VESTIBULARES - OTONEUROLÓGICOS (VECTOELETRONISTAGMOGRAFIA COMPUTADORIZADA TESTES VESTIBULARES, COM PROVA CALÓRICA COM ELETRONISTAGMOGRAFIA TESTES VESTIBULARES COM ECTOELETRONISTAGMOGRAFIA ELETROMIOTAGMOGRAFIA) (Valor alterado pela resolução nº. 310/2019, de 16/07/2019).	12,12	237,88	250,00
02.02.12.010	TITULACAO DE ANTICORPOS ANTI A E/OU ANTI B	5,79	-	5,79
02.11.04.006	TOCOCARDIOGRAFIA ANTE-PARTO	1,69	-	1,69
02.06.03.001	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDOMEN SUPERIOR	138,63	-	138,63
02.06.03.002	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULACOES DE MEMBRO INFERIOR	86,75	-	86,75
02.06.02.001	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULACOES DE MEMBRO SUPERIOR	86,75	-	86,75
02.06.01.001	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA CERVICAL C/ OU S/ CONTRASTE	86,76	-	86,76
02.06.01.002	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA LOMBO-SACRA C/ OU S/ CONTRASTE	101,10	-	101,10
02.06.01.003	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA TORACICA C/ OU S/ CONTRASTE	86,76	-	86,76
02.06.01.004	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE FACE / SEIOS DA FACE / ARTICULACOES TEMPORO-MANDIBULARES	86,75	-	86,75
02.06.03.003	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE Pelve / BACIA / ABDOMEN INFERIOR	138,63	-	138,63
02.06.02.002	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SEGMENTOS APENDICULARES - (BRACO, ANTEBRACO, MAO, COXA, PERNA, PE)	86,75	-	86,75
02.06.01.006	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SELA TURCICA	97,44	-	97,44
02.06.02.003	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TORAX	136,41	-	136,41
02.06.01.007	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRANIO	97,44	-	97,44
02.06.01.005	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO PESCOCO	86,75	-	86,75
90.01.01.019	TOMOGRAFIA DE COERENCIA OPTICA - BINOCULAR	-	300,00	300,00
02.06.02.004	TOMOGRAFIA DE HEMITORAX, PULMAO OU DO MEDIASTINO	136,41	-	136,41
02.06.01.009	TOMOGRAFIA POR EMISSAO DE POSITRONS (PET-CT)	2.107,22	-	2.107,22
02.06.01.008	TOMOMIELOGRAFIA COMPUTADORIZADA	138,63	-	138,63
02.11.06.025	TONOMETRIA (Binocular)	3,37	-	3,37
02.11.06.026	TOPOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CORNEA (Monocular)	24,24	-	24,24
04.12.05.017	TORACOCENTESE OU PUNÇÃO PLEURAL (INCLUI DISPOSITIVO GUIADO S/N)	54,97	293,99	348,96
04.05.05.032	TRABECULECTOMIA (Valor alterado pela resolução nº. 208/2018, de 15/05/2018)	898,35	-	898,35
04.05.03.010	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEISCENCIA DE SUTURA DE ESCLERA (incluído pela resolução nº. 207/2018, de 09/05/2018).	159,37	-	159,37
04.05.05.036	TRATAMENTO CIRURGICO DE PTERIGIO (Valor alterado pela resolução nº. 208/2018, de 15/05/2018)	209,55	-	209,55
03.07.01.005	TRATAMENTO DE NEVRALGIAS FACIAIS	10,82	-	10,82
02.11.07.036	TRIAGEM AUDITIVA DE ESCOLARES	12,00	-	12,00
02.05.02.014	ULTRA-SONOGRAFIA OBSTETRICA	24,20	19,80	44,00
90.01.01.016	ULTRASSONOGRAFIA CERVICAL COM DOPPLER	-	140,00	140,00
02.05.02.003	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR	24,20	25,80	50,00
02.05.02.004	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL	37,95	12,05	50,00
02.05.02.005	ULTRASSONOGRAFIA DE APARELHO URINARIO	24,20	19,80	44,00
02.05.02.006	ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULACAO	24,20	25,80	50,00
02.05.02.007	ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	24,20	25,80	50,00
90.01.01.005	ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL COM DOPPLER	-	50,00	50,00
90.01.01.032	ULTRASSONOGRAFIA DE ESTRUTURAS SUPERFICIAIS (CERVICAL, AXILAS, MÚSCULO OU TENDÃO)	-	50,00	50,00
02.05.02.008	ULTRASSONOGRAFIA DE GLOBO OCULAR / ORBITA (MONOCULAR)	24,20	-	24,20
02.05.02.021	ULTRASSONOGRAFIA DE MAMA BILATERAL PARA AVALIACAO DE POS-SIVEIS COMPLICACOES DE IMPLANTE DE PROTESE	24,20	25,80	50,00

02.05.02.020	ULTRASSONOGRAFIA DE MAMA UNILATERAL PARA AVALIACAO DE POSSIVEIS COMPLICACOES DE IMPLANTE DE PROTESE	12,10	12,90	25,00
90.01.01.001	ULTRASSONOGRAFIA DE PAREDE ABDOMINAL	-	50,00	50,00
02.05.02.011	ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA TRANSRETAL)	24,20	25,80	50,00
02.05.02.010	ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA POR VIA ABDOMINAL	24,20	25,80	50,00
02.05.02.012	ULTRASSONOGRAFIA DE TIREOIDE	24,20	25,80	50,00
02.05.02.013	ULTRASSONOGRAFIA DE TORAX (EXTRACARDIACA)	24,20	25,80	50,00
02.05.01.005	ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER DE FLUXO OBSTETRICO	42,90	37,10	80,00
02.05.02.009	ULTRASSONOGRAFIA MAMARIA BILATERAL	24,20	25,80	50,00
02.05.02.015	ULTRASSONOGRAFIA OBSTETRICA C/ DOPPLER COLORIDO E PULSA-DO	39,60	40,40	80,00
90.01.01.002	ULTRASSONOGRAFIA OBSTETRICA MORFOLOGICA	-	110,00	110,00
02.05.02.016	ULTRASSONOGRAFIA PELVICA (GINECOLOGICA)	24,20	19,80	44,00
90.01.01.004	ULTRASSONOGRAFIA TIREOIDE COM DOPPLER	-	110,00	110,00
02.05.02.017	ULTRASSONOGRAFIA TRANSFONTANELA	24,20	71,85	96,05
02.05.02.018	ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL	24,20	25,80	50,00
90.01.01.015	ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL COM DOPPLER	-	110,00	110,00
90.01.01.008	ULTRASSONOGRAFIA VASCULAR DOPPLER COLORIDO	-	130,00	130,00
02.04.05.017	URETROCISTOGRAFIA	52,11	185,92	238,03
02.11.09.007	UROFLUXOMETRIA	8,82	70,32	79,14
02.04.05.018	UROGRAFIA VENOSA	57,40	44,13	101,53
90.01.01.124	VIDEODEGLUTOGAMA	-	281,15	281,15
02.11.05.015	VIDEO-ELETOENCEFALOGAMA C/ REGISTRO PROLONGADO	27,00	-	27,00
02.09.01.006	VIDEOLAPAROSCOPIA	95,00	-	95,00
02.09.04.004	VIDEOLARINGOSCOPIA (Valor alterado pela resolução nº. 310/2019, de 16/07/2019).	45,50	69,85	115,35
90.01.01.126	VIDEO-NASOFIBROSCOPIA FLEXÍVEL/VIDEO-ENDOSCOPIA NASO-SINUSAL COM ÓTICA FLEXÍVEL (Valor alterado pela resolução nº. 310/2019, de 16/07/2019).	0,00	80,78	80,78
04.05.03.013	VITRECTOMIA ANTERIOR	381,08	-	381,08
04.05.03.017	VITRECTOMIA POSTERIOR COM INFUSAO DE PERFLUOCARBONO/ OLEO DE SILICONE/ENDOLASER	3.283,41	-	3.283,41
01.01.02.005	Aplicação de Cariostático - por arcada (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	22,10	22,10
01.01.02.006	Aplicação de selante - técnica invasiva (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	20,40	20,40
02.01.01.023	Biópsia de Glândula Salivar (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018). (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	31,27	99,63	130,90
02.04.01.016	Radiografia Oclusal (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	3,51	27,09	30,60
02.04.01.018	Radiografia Interproximal - Bite-Wing (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	1,75	13,55	15,30
03.01.01.015	Consulta Odontológica Inicial (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	22,10	22,10
03.07.01.001	Capeamento Pulpar Direto (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	11,90	11,90
03.07.02.002	Curativo de Demora em Endodontia (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
03.07.02.007	Pulpotomia em dente decíduo (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	57,80	57,80
03.07.02.007	Pulpotomia (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	57,80	57,80
03.07.02.008	Retratamento Endodôntico Birradicular em dentes permanentes (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	5,71	317,29	323,00
03.07.02.009	Retratamento Endodôntico Multirradicular em dentes permanentes (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	6,95	435,05	442,00
03.07.02.010	Retratamento Endodôntico Unirradicular em dentes permanentes (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	4,41	199,59	204,00
03.07.03.002	Raspagem Sub-gengival e Alisamento Radicular - por SEXTANTE (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	42,50	42,50
03.07.03.004	Remoção dos Fatores de Retenção do Biofilme Dental (Placa Bacteriana) (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	22,10	22,10
03.07.03.005	Raspagem Supra-gengival (incluído Polimento Coronário) - por SEXTANTE (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	9,52	9,52
03.07.04.008	Reembasamento de Coroa Provisória (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	1,16	20,94	22,10

03.07.04.015	Ajuste Oclusal por Acréscimo (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	8,50	8,50
03.07.04.015	Ajuste Oclusal por desgaste seletivo (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	8,50	8,50
04.01.01.010	Incisão e Drenagem Extra Oral de Abscesso, Hematoma e/ou Flegmão da Região Buco-Maxilo-Facial (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	11,84	62,96	74,80
04.04.02.054	Redução Cruenta de Fratura Alvéolo Dentária (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	52,00	152,00	204,00
04.04.02.057	Redução Incruenta de Fratura Alvéolo-Dentária (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	123,07	- 9,17	113,90
04.04.02.061	Redução Simples de Luxação de Articulação Têmporo-Mandibular (ATM) (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	33,01	65,59	98,60
04.04.02.065	Remoção de Odontoma (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	341,20	29,40	370,60
04.14.01.034	Exérese ou Excisão de Cálculo Salivar (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	672,62	- 543,42	129,20
04.14.02.002	Apicetomia Birradiculares com Obturação Retrógrada (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	21,92	301,08	323,00
04.14.02.002	Apicetomia Birradiculares sem Obturação Retrógrada (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	21,92	284,08	306,00
04.14.02.003	Aprofundamento/Aumento de Vestíbulo (Sulcoplastia) – por arcada-Apicetomia Unirradiculares sem Obturação Retrógrada (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	21,92	148,08	170,00
04.14.02.008	Enxerto Gengival Livre - por segmento (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	12,98	327,02	340,00
04.14.02.012	Exodontia Simples de Decíduo (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	102,00	102,00
04.14.02.013	Exodontia Simples de Permanente (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	102,00	102,00
04.14.02.015	Gengivectomia - por segmento (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	15,02	239,98	255,00
04.14.02.016	Gengivoplastia - por segmento (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	12,98	242,02	255,00
04.14.02.021	Odonto-Secção (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	19,18	35,22	54,40
04.14.02.021	Tunelização (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	19,18	118,52	137,70
04.14.02.022	Reconstrução de Sulco Gengivo-labial (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	370,60	370,60
04.14.02.026	Retirada de corpo estranho oroantral ou aronasal da região buco-maxilo facial (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	370,60	370,60
04.14.02.027	Remoção de Dentes Inclusos / Impactados (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	22,72	283,28	306,00
04.14.02.029	Cirurgia para Torus Palatino (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	11,36	483,34	494,70
04.14.02.038	Tratamento de Alveolite (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
04.14.02.040	Ulectomia (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	81,60	81,60
04.14.02.040	Ulotomia (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	25,50	25,50
07.01.07.005	Coroa Provisória com Pino (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	23,54	285,86	309,40
07.01.07.005	Coroa Provisória sem Pino (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	23,54	285,86	309,40
07.01.07.005	Coroa Provisória com Pino (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	309,40	309,40
07.01.07.005	Coroa Provisória sem Pino (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	309,40	309,40
90.02.01.001	Consulta odontológica (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	22,10	22,10
90.02.01.002	Consulta Odontológica de Urgência (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
90.02.01.002	Consulta Odontológica de Urgência (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
90.02.01.003	Consulta Odontológica de Urgência 24 horas (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	88,40	88,40
90.02.01.003	Consulta Odontológica de Urgência 24 horas (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	88,40	88,40

90.02.01.004	Consulta Odontológica para Avaliação Técnica de Auditoria (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	25,50	25,50
90.02.01.005	Colagem de Fragmentos Dentários (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
90.02.01.006	Controle de Hemorragia com Aplicação de Agente Hemostático em região Buco-maxilo-facial (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
90.02.01.007	Controle de Hemorragia sem Aplicação de Agente Hemostático em região Buco-maxilo-facial (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
90.02.01.008	Imobilização Dentária em Dentes Decíduos (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
90.02.01.009	Imobilização Dentária em Dentes Permanentes (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
90.02.01.010	Incisão e Drenagem Intra Oral de Abscesso, Hematoma e/ou Flegmão da Região Buco-Maxilo-Facial (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
90.02.01.011	Recimentação de Trabalhos Protéticos (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
90.02.01.011	Restauração Atraumática em Dente Decíduo (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	22,10	22,10
90.02.01.012	Reimplante Dentário com Contenção (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	154,70	154,70
90.02.01.013	Remoção de Dreno Extra-Oral (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
90.02.01.014	Remoção de Dreno Intra-Oral (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
90.02.01.015	Sutura de Ferida em região Buco-Maxilo-Facial (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
90.02.01.016	Tratamento de Abscesso Periodontal agudo (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
90.02.01.017	Tratamento de Odontalgia Aguda (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
90.02.01.018	Tratamento de Pericoronarite (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
90.02.01.019	Condicionamento em Odontologia (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
90.02.01.019	Condicionamento em Odontologia (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
90.02.01.020	Condicionamento em Odontologia para pacientes com necessidades especiais (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
90.02.01.020	Condicionamento em Odontologia para pacientes com necessidades especiais (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
90.02.01.021	Estabilização de Paciente por Meio de Contenção Física e ou Mecânica (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
90.02.01.022	Estabilização de Paciente por Meio de Contenção Física e ou Mecânica em pacientes com necessidades especiais em odontologia (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
90.02.01.023	Levantamento Radiográfico (Exame Radiodôntico) (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	15,30	15,30
90.02.01.024	Radiografia Panorâmica de Mandíbula / Maxila (ortopantomografia) (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	74,80	74,80
90.02.01.025	Radiografia Periapical (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	15,30	15,30
90.02.01.026	Diagnóstico Anatomopatológico em Citologia Esfoliativa na região Buco-maxilo-facial (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	153,00	153,00
90.02.01.027	Diagnóstico Anatomopatológico em Material de Biópsia na Região Buco-maxilo-facial (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	153,00	153,00
90.02.01.028	Diagnóstico Anatomopatológico em Peça Cirúrgica na Região Buco-maxilo-facial (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	153,00	153,00
90.02.01.029	Diagnóstico Anatomopatológico em Punção na Região Buco-maxilo-facial (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	153,00	153,00
90.02.01.030	Teste de Fluxo Salivar (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	98,60	98,60
90.02.01.031	Teste de PH da Saliva (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	35,70	35,70

90.02.01.032	Aplicação de Selante de Fóssulas e Fissuras - por elemento (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	20,40	20,40
90.02.01.033	Aplicação Tópica de Verniz Fluoretado (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	8,50	8,50
90.02.01.033	Coroa de Acetato em Dente Decíduo (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	309,40	309,40
90.02.01.033	Coroa de Acetato em Dente Decíduo (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	309,40	309,40
90.02.01.034	Coroa de Acetato em Dente Permanente (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	309,40	309,40
90.02.01.034	Coroa de Acetato em Dente Permanente (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	309,40	309,40
90.02.01.035	Coroa de Aço em Dente Decíduo (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	98,60	98,60
90.02.01.035	Coroa de Aço em Dente Decíduo (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	98,60	98,60
90.02.01.036	Coroa de Aço em Dente Permanente (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	98,60	98,60
90.02.01.036	Coroa de Aço em Dente Permanente (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	98,60	98,60
90.02.01.037	Coroa de Policarbonato em Dente Decíduo (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	309,40	309,40
90.02.01.037	Coroa de Policarbonato em Dente Decíduo (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	309,40	309,40
90.02.01.038	Coroa de Policarbonato em Dente Permanente (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	309,40	309,40
90.02.01.038	Coroa de Policarbonato em Dente Permanente (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	309,40	309,40
90.02.01.039	Remineralização Dentária (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	34,00	34,00
90.02.01.040	Restauração Atraumática em Dente Decíduo (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	22,10	22,10
90.02.01.041	Restauração em Ionômero de Vidro - 4 faces (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	37,40	37,40
90.02.01.041	Restauração em Ionômero de Vidro - 4 faces (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	37,40	37,40
90.02.01.042	Restauração em Ionômero de Vidro - 1 face (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	37,40	37,40
90.02.01.042	Restauração em Ionômero de Vidro - 1 face (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	37,40	37,40
90.02.01.043	Restauração em Ionômero de Vidro - 2 faces (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	37,40	37,40
90.02.01.043	Restauração em Ionômero de Vidro - 2 faces (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	37,40	37,40
90.02.01.044	Restauração em Ionômero de Vidro - 3 faces (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	37,40	37,40
90.02.01.044	Restauração em Ionômero de Vidro - 3 faces (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	37,40	37,40
90.02.01.045	Tratamento Endodôntico em Dente Decíduo (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	102,00	102,00
90.02.01.045	Tratamento Endodôntico em Dente Decíduo (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	102,00	102,00
90.02.01.046	Adequação do meio bucal (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	22,10	22,10
90.02.01.047	Faceta Direta em Resina Fotopolimerizável (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	71,40	71,40
90.02.01.048	Núcleo de Preenchimento (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
90.02.01.048	Núcleo de Preenchimento (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
90.02.01.049	Restauração Atraumática em Dente Permanente (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	22,10	22,10
90.02.01.050	Restauração de Amálgama - 4 faces (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	71,40	71,40
90.02.01.051	Restauração de Amálgama - 1 face (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20

90.02.01.052	Restauração de Amálgama - 2 faces (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	51,00	51,00
90.02.01.053	Restauração de Amálgama - 3 faces (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	71,40	71,40
90.02.01.054	Restauração em Resina Fotopolimerizável 1 face (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
90.02.01.055	Restauração em Resina Fotopolimerizável 2 faces (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	51,00	51,00
90.02.01.056	Restauração em Resina Fotopolimerizável 3 faces (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	71,40	71,40
90.02.01.057	Restauração em Resina Fotopolimerizável 4 faces / ângulo (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	88,40	88,40
90.02.01.058	Restauração Temporária/Tratamento Expectante (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	22,10	22,10
90.02.01.059	Pulpectomia (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	57,80	57,80
90.02.01.060	Remoção de Corpo Estranho Intra-Canal (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	35,70	35,70
90.02.01.061	Remoção de Material Obturador Intracanal para Retratamento Endodôntico (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	22,10	22,10
90.02.01.062	Remoção de Núcleo Intra-Radicular (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	35,70	35,70
90.02.01.062	Remoção de Núcleo Intra-Radicular (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	35,70	35,70
90.02.01.063	Remoção de Trabalho Protético (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	35,70	35,70
90.02.01.063	Remoção de Trabalho Protético (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	35,70	35,70
90.02.01.064	Tratamento de Perfuração Endodôntica (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	110,50	110,50
90.02.01.065	Tratamento Endodôntico Birradicular em dentes permanentes (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	272,00	272,00
90.02.01.066	Tratamento Endodôntico de Dente com Rizogênese Incompleta (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	102,00	102,00
90.02.01.067	Tratamento Endodôntico Multirradicular em dentes permanentes (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	380,80	380,80
90.02.01.068	Tratamento Endodôntico Unirradicular em dentes permanentes (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	170,00	170,00
90.02.01.069	Amputação Radicular com Obturação Retrógrada (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
90.02.01.069	Amputação Radicular com Obturação Retrógrada (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
90.02.01.070	Amputação Radicular sem Obturação Retrógrada (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
90.02.01.070	Amputação Radicular sem Obturação Retrógrada (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
90.02.01.071	Aumento de Coroa Clínica (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	255,00	255,00
90.02.01.072	Cirurgia Odontológica a Retalho (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	170,00	170,00
90.02.01.072	Cirurgia Odontológica a Retalho (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	170,00	170,00
90.02.01.073	Cirurgia Periodontal a Retalho - por segmento (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	255,00	255,00
90.02.01.074	Cunha Proximal (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	170,00	170,00
90.02.01.075	Dessensibilização Dentária (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	8,50	8,50
90.02.01.076	Enxerto Pediculado - por segmento (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	255,00	255,00
90.02.01.077	Coroa Total em Cerômero (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	370,60	370,60
90.02.01.078	Coroa Total Metálica (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	370,60	370,60
90.02.01.079	Núcleo Metálico Fundido (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	221,00	221,00
90.02.01.080	Pino Pré Fabricado (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	22,10	22,10

90.02.01.081	Preparo para Núcleo Intrarradicular (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	22,10	22,10
90.02.01.082	Provisório para Restauração Metálica Fundida (RMF) (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	22,10	22,10
90.02.01.083	Restauração Metálica Fundida - inclui a peça protética (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	370,60	370,60
90.02.01.084	Alveoloplastia - por segmento (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	129,20	129,20
90.02.01.085	Apicetomia Multirradiculares com Obturação Retrógrada (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	425,00	425,00
90.02.01.086	Apicetomia Multirradiculares sem Obturação Retrógrada (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	408,00	408,00
90.02.01.087	Apicetomia Unirradiculares com Obturação Retrógrada (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	204,00	204,00
90.02.01.088	Apicetomia Unirradiculares sem Obturação Retrógrada (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	170,00	170,00
90.02.01.089	Biópsia de Boca (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	130,90	130,90
90.02.01.090	Biópsia de Lábio (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	130,90	130,90
90.02.01.091	Biópsia de Língua (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	130,90	130,90
90.02.01.092	Biópsia de Mandíbula (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	130,90	130,90
90.02.01.093	Biópsia de Maxila (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	130,90	130,90
90.02.01.094	Bridectomia - por arcada (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	112,20	112,20
90.02.01.095	Bridetomia - por arcada (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	112,20	112,20
90.02.01.096	Cirurgia para exostose maxilar (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	494,70	494,70
90.02.01.097	Cirurgia para Tórus Mandibular – Bilateral (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	255,00	255,00
90.02.01.098	Cirurgia para Tórus Mandibular - Unilateral (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	255,00	255,00
90.02.01.099	Coleta de Raspado em Lesões ou Sítios Específicos da Região Buco-maxilo-facial (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	22,10	22,10
90.02.01.100	Exérese de Lipoma na região buco-maxilo facial (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	306,00	306,00
90.02.01.101	Exérese ou Excisão de Cistos Odontológicos (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	370,60	370,60
90.02.01.102	Exérese ou Excisão de Mucocoele (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	306,00	306,00
90.02.01.103	Exérese ou Excisão de Rânula (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	306,00	306,00
90.02.01.104	Exodontia a Retalho (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	170,00	170,00
90.02.01.105	Exodontia de Permanente por Indicação Ortodôntica/protética (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	102,00	102,00
90.02.01.106	Exodontia de Raiz Residual (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	102,00	102,00
90.02.01.107	Frenulectomia Lingual (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	64,60	64,60
90.02.01.108	Frenulectomia Labial (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	64,60	64,60
90.02.01.109	Frenulotomia Labial (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	64,60	64,60
90.02.01.110	Frenulotomia Lingual (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	64,60	64,60
90.02.01.111	Punção Aspirativa na Região Buco-maxilo-facial (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	22,10	22,10
90.02.01.112	Remoção de Dentes Semi-inclusos / impactados (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	204,00	204,00
90.02.01.113	Tratamento Cirúrgico das Fístulas Buco-nasal (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	370,60	370,60

90.02.01.114	Tratamento Cirúrgico das Fístulas Buco-sinusal (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	370,60	370,60
90.02.01.115	Tratamento Cirúrgico de Hiperplasias de Tecidos Moles na Região Buco-maxilo-facial (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	370,60	370,60
90.02.01.116	Tratamento Cirúrgico de Hiperplasias de Tecidos Ósseos / Cartilaginosos na Região Buco-maxilo-facial (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	370,60	370,60
90.02.01.117	Tratamento Cirúrgico de Tumores Benignos de Tecidos Ósseos / Cartilaginosos na Região Buco-maxilo-facial (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	370,60	370,60
90.02.01.118	Tratamento Cirúrgico dos Tumores Benignos de Tecidos Moles na Região Buco-maxilo-facial (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	370,60	370,60
90.02.01.119	Tratamento Cirúrgico para Tumores Odontogênicos Benignos - sem reconstrução (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	370,60	370,60
90.02.01.120	Tratamento conservador de luxação da articulação temporo mandibular (ATM) (incluído pela resolução nº. 236/2018, de 13/09/2018).	-	44,20	44,20
02.02.10.014	DOSAGEM QUANTITATIVA DE CARNITINA, PERFIL DE ACILCARNITINAS (incluído pela resolução nº. 244/2018, de 25/10/2018).	-	590,00	590,00
03.09.07.001	TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTÉTICO DE VARIZES DOS MEMBROS INFERIORES (UNILATERAL) (incluído pela resolução nº. 253/2018, de 12/11/2018).	300,78	-	300,78
03.09.07.002	TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTÉTICO DE VARIZES DOS MEMBROS INFERIORES (BILATERAL) (incluído pela resolução nº. 253/2018, de 12/11/2018).	392,62		392,62
90.01.01.004	Procedimento Diagnóstico por Imunofluorescência (incluído pela resolução nº. 253/2018, de 12/11/2018).	-	644,00	644,00
90.01.01.322-0	AVALIAÇÃO AUDIOLÓGICA (AUDIOMETRIA TONAL LIMIAR COM TESTE DE DISCRIMINAÇÃO, AUDIOMETRIA TONAL LIMIAR INFANTIL CONDICIONADA, LOGOaudiometria (AUDIOMETRIA VOCAL – Pesquisa de Limiar de Inteligibilidade), AUDIOMETRIA VOCAL LIMIAR COM TESTE DE DISCRIMINAÇÃO IMPEDANCIOMETRIA (MITANCIOMETRIA)). (incluído pela resolução nº. 310/2019, de 16/07/2019).	0,00	72,00	72,00
90.01.01.323-0	CURATIVO DE OUVIDO – UNILATERAL (incluído pela resolução nº. 310/2019, de 16/07/2019).	0,00	14,13	14,13
90.01.01.324-0	REMOÇÃO DE CERUME – UNILATERAL (incluído pela resolução nº. 310/2019, de 16/07/2019).	0,00	40,00	40,00
90.01.01.325-0	EPISTAXE – CAUTERIZAÇÃO (incluído pela resolução nº. 310/2019, de 16/07/2019).	0,00	60,00	60,00
90.01.01.326-0	VIDEO-LARINGO – ESTROBOSCOPIA COM EDOSCÓPIO FLEXÍVEL (incluído pela resolução nº. 310/2019, de 16/07/2019).	0,00	115,35	115,35
90.01.01.327-0	VIDEO-LARINGO – ESTROBOSCOPIA COM EDOSCÓPIO RÍGIDO (incluído pela resolução nº. 310/2019, de 16/07/2019).	0,00	115,35	115,35
04.04.01.030	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA FARINGE, CAVIDADE AUDITIVA E NASAL (incluído pela resolução nº. 310/2019, de 16/07/2019).	0,00	80,00	80,00
90.01.01.037	IGE ESP (A310) - D. PTERONYSSINUS		18,00	18,00
90.01.01.038	ALATOP - PAINEL DE INALANTES		18,00	18,00
90.01.01.039	IGE ESP (D1) - ÁCAROS - D. PTERONYSSINUS		18,00	18,00
90.01.01.041	IGE ESP (D2) - ÁCAROS - D. FARINAE		18,00	18,00
90.01.01.044	IGE ESP (D201) - ÁCAROS - BLOMIA TROPICALIS		18,00	18,00
90.01.01.046	IGE ESP (D70) - ÁCAROS - ACARUS SIRO		18,00	18,00
90.01.01.050	IGE ESP (E1) - EPITÉLIOS - CASPA DE GATO		18,00	18,00
90.01.01.056	IGE ESP (E2) - EPITÉLIOS - PÊLO DE CÃO		18,00	18,00
90.01.01.057	IGE ESP (E5) - EPITÉLIOS - CASPA DE CACHORRO		18,00	18,00
90.01.01.060	IGE PAINEL (EX1) - ANIMAIS		18,00	18,00
90.01.01.062	IGE PAINEL (EX2) - EPITÉLIOS ANIMAIS		18,00	18,00
90.01.01.067	IGE ESP (F1) - ALIMENTOS - CLARA DE OVO		18,00	18,00
90.01.01.068	IGE ESP (F13) - ALIMENTOS - AMENDOIM		18,00	18,00
90.01.01.069	IGE ESP (F14) - ALIMENTOS - SOJA		18,00	18,00
90.01.01.070	IGE ESP (F2) - ALIMENTOS - LEITE		18,00	18,00

90.01.01.071	IGE ESP (F24) - ALIMENTOS - CAMARÃO	18,00	18,00
90.01.01.072	IGE ESP (F245) - ALIMENTOS - OVO	18,00	18,00
90.01.01.073	IGE ESP (F25) - ALIMENTOS - TOMATE	18,00	18,00
90.01.01.074	IGE ESP (F26) - ALIMENTOS - CARNE DE PORCO	18,00	18,00
90.01.01.075	IGE ESP (F4) - ALIMENTOS - TRIGO	18,00	18,00
90.01.01.076	IGE ESP (F75) - ALIMENTOS - GEMA DE OVO	18,00	18,00
90.01.01.077	IGE ESP (F76)- ALIMENTOS - ALFA LACTOALBUMINA	18,00	18,00
90.01.01.078	IGE ESP (F77)- ALIMENTOS - BETA LACTOGLOBULINA	18,00	18,00
90.01.01.079	IGE ESP (F78)- ALIMENTOS - CASEÍNA	18,00	18,00
90.01.01.080	IGE ESP (F79)- ALIMENTOS - GLÚTEN	18,00	18,00
90.01.01.081	IGE ESP (F93) - ALIMENTOS - CACAU	18,00	18,00
90.01.01.082	IGE PAINEL (FX1) - ALIMENTOS	18,00	18,00
90.01.01.083	IGE PAINEL (FX2) - ALIMENTOS	18,00	18,00
90.01.01.084	IGE PAINEL (FX3) - ALIMENTOS	18,00	18,00
90.01.01.085	IGE PAINEL (FX5) - ALIMENTOS	18,00	18,00
90.01.01.086	IGE PAINEL (GX1) - GRAMÍNEAS	18,00	18,00
90.01.01.087	IGE PAINEL (GX2) - GRAMÍNEAS	18,00	18,00
90.01.01.088	IGE ESP (H2) - PÓ CASEIRO - HOLLISTER STIER	18,00	18,00
90.01.01.089	IGE PAINEL (HX2) - PÓ DE CASA	18,00	18,00
90.01.01.090	IGE ESP (I6) - INSETOS - BARATA	18,00	18,00
90.01.01.091	IGE ESP (I70) - INSETOS - FORMIGA DE FOGO	18,00	18,00
90.01.01.092	IGE ESP (I71) -INSETOS-MOSQUITO COMUM -PERNILONGO	18,00	18,00
90.01.01.093	IGE ESP (K82) - OCUPACIONAIS - LÁTEX	18,00	18,00
90.01.01.094	IGE PAINEL (MP1) - FUNGOS	18,00	18,00
90.01.01.095	IGE PAINEL (TX7) - ÁRVORES	18,00	18,00
90.01.01.096	IGE ESP (C1) - DROGAS - PENICILINA G	18,00	18,00
90.01.01.097	IGE ESP (C2) - DROGAS - PENICILINA V	18,00	18,00
90.01.01.098	IGE ESP (C204) - DROGAS - AMOXILINA	18,00	18,00
90.01.01.112	IGE ESP (C312) - PROTEÍNAS DO LEITE	18,00	18,00
90.01.01.127	IGE ESP (C5) - DROGAS - AMPICILINA	18,00	18,00
90.01.01.039	IGE ESP (D1) - ÁCAROS - D. PTERONYSSINUS	18,00	18,00
90.01.01.041	IGE ESP (D2) - ÁCAROS - D. FARINAE	18,00	18,00
90.01.01.044	IGE ESP (D201) - ÁCAROS- BLOMIA TROPICALIS	18,00	18,00
90.01.01.128	IGE ESP (D202) - D. PTERONYSSINUS	18,00	18,00
90.01.01.129	IGE ESP (D3) - ÁCAROS - D. MICRO CERAS	18,00	18,00
90.01.01.046	IGE ESP (D70) - ÁCAROS - ACARUS SIRO	18,00	18,00
90.01.01.130	IGE ESP (D71) - ÁCARO - L. DESTRUCTOR	18,00	18,00
90.01.01.131	IGE ESP (D73) - ÁCAROS - G. DOMESTICUS	18,00	18,00
90.01.01.132	IGE ESP (D74) - ÁCAROS - E. MAYNEI	18,00	18,00
90.01.01.133	IGE PAINEL (DX1) - ÁCAROS / PARTÍCULAS	18,00	18,00
90.01.01.050	IGE ESP (E1) - EPITÉLIOS - CASPA DE GATO	18,00	18,00
90.01.01.056	IGE ESP (E2) - EPITÉLIOS - PÊLO DE CÃO	18,00	18,00
90.01.01.134	IGE ESP (E201) - EPITÉLIOS - PENA DE CANÁRIO	18,00	18,00
90.01.01.135	IGE ESP (E3) - EPITÉLIOS - CASPA DE CAVALO	18,00	18,00
90.01.01.136	IGE ESP (E4) - EPITÉLIOS - CASPA DE BOI	18,00	18,00
90.01.01.057	IGE ESP (E5) - EPITÉLIOS - CASPA DE CACHORRO	18,00	18,00
90.01.01.137	IGE ESP (E85) - EPITÉLIOS - PENA DE GALINHA	18,00	18,00
90.01.01.138	IGE PAINEL (EP70) - ANIMAIS	18,00	18,00
90.01.01.139	IGE PAINEL (EP71) - ANIMAIS	18,00	18,00
90.01.01.140	IGE PAINEL (EP72) - ANIMAIS	18,00	18,00
90.01.01.141	ERITROPOETINA	18,00	18,00
90.01.01.060	IGE PAINEL (EX1) - ANIMAIS	18,00	18,00
90.01.01.142	IGE PAINEL (EX72) - PENAS	18,00	18,00
90.01.01.067	IGE ESP (F1) - ALIMENTOS - CLARA DE OVO	18,00	18,00
90.01.01.143	IGE ESP (F10) - ALIMENTOS - GERGELIM	18,00	18,00
90.01.01.144	IGE ESP (F105) - ALIMENTOS - CHOCOLATE	18,00	18,00
90.01.01.145	IGE ESP (F11) - ALIMENTOS - TRIGO SARRACENO	18,00	18,00

90.01.01.146	IGE ESP (F12) - ALIMENTOS - ERVILHA	18,00	18,00
90.01.01.068	IGE ESP (F13) - ALIMENTOS - AMENDOIM	18,00	18,00
90.01.01.069	IGE ESP (F14) - ALIMENTOS - SOJA	18,00	18,00
90.01.01.147	IGE ESP (F15) - ALIMENTOS - FEIJÃO BRANCO	18,00	18,00
90.01.01.148	IGE ESP (F17) - ALIMENTOS - AVELÃ	18,00	18,00
90.01.01.149	IGE ESP (F18) - ALIMENTOS - CASTANHA DO PARÁ	18,00	18,00
90.01.01.070	IGE ESP (F2) - ALIMENTOS - LEITE	18,00	18,00
90.01.01.150	IGE ESP (F20) - ALIMENTOS - AMÊNDOA	18,00	18,00
90.01.01.151	IGE ESP (F202) - ALIMENTOS - CAJU	18,00	18,00
90.01.01.152	IGE ESP (F208) - ALIMENTOS - LIMÃO SICILIANO	18,00	18,00
90.01.01.153	IGE ESP (F210) - ALIMENTOS - ABACAXI	18,00	18,00
90.01.01.154	IGE ESP (F218) - ALIMENTOS - PÁPRICA	18,00	18,00
90.01.01.282	IGE ESP (F221) - ALIMENTOS - CAFÉ	18,00	18,00
90.01.01.156	IGE ESP (F23) - ALIMENTOS - CARANGUEJO - SIRI	18,00	18,00
90.01.01.157	IGE ESP (F231) - ALIMENTOS - LEITE FERVIDO	18,00	18,00
90.01.01.158	IGE ESP (F232) - ALIMENTOS - OVO ALBUMINA	18,00	18,00
90.01.01.160	IGE ESP (F233) - ALIMENTOS - OVOMUCÓIDE	18,00	18,00
90.01.01.162	IGE ESP (F234) - ALIMENTOS - BAUNILHA	18,00	18,00
90.01.01.071	IGE ESP (F24) - ALIMENTOS - CAMARÃO	18,00	18,00
90.01.01.072	IGE ESP (F245) - ALIMENTOS - OVO	18,00	18,00
90.01.01.073	IGE ESP (F25) - ALIMENTOS - TOMATE	18,00	18,00
90.01.01.283	IGE ESP (F256) - ALIMENTOS - NOZES	18,00	18,00
90.01.01.284	IGE ESP (F258) - ALIMENTOS - LULA	18,00	18,00
90.01.01.166	IGE ESP (F259) - ALIMENTOS - UVA	18,00	18,00
90.01.01.074	IGE ESP (F26) - ALIMENTOS - CARNE DE PORCO	18,00	18,00
90.01.01.285	IGE ESP (F263) - ALIMENTOS - PIMENTA VERDE	18,00	18,00
90.01.01.168	IGE ESP (F27) - ALIMENTOS - CARNE DE BOI	18,00	18,00
90.01.01.169	IGE ESP (F279) - ALIMENTOS - PIMENTA CHILI	18,00	18,00
90.01.01.170	IGE ESP (F280) - ALIMENTOS - PIMENTA PRETA	18,00	18,00
90.01.01.286	IGE ESP (F287) - ALIMENTOS - FEIJÃO VERMELHO	18,00	18,00
90.01.01.287	IGE ESP (F293) - ALIMENTOS - MAMÃO PAPAIA	18,00	18,00
90.01.01.173	IGE ESP (F299) - ALIMENTOS - CASTANHA	18,00	18,00
90.01.01.174	IGE ESP (F3) - ALIMENTOS - PEIXE - BACALHAU	18,00	18,00
90.01.01.290	IGE ESP (F31) - ALIMENTOS - CENOURA	18,00	18,00
90.01.01.176	IGE ESP (F33) - ALIMENTOS - LARANJA	18,00	18,00
90.01.01.177	IGE ESP (F36) - ALIMENTOS - COCO	18,00	18,00
90.01.01.294	IGE ESP (F37) - ALIMENTOS - MEXILHÃO AZUL	18,00	18,00
90.01.01.075	IGE ESP (F4) - ALIMENTOS - TRIGO	18,00	18,00
90.01.01.179	IGE ESP (F40) - ALIMENTOS - PEIXE - ATUM	18,00	18,00
90.01.01.180	IGE ESP (F41) - ALIMENTOS - SALMÃO	18,00	18,00
90.01.01.225	IGE ESP (F44) - ALIMENTOS - MORANGO	18,00	18,00
90.01.01.226	IGE ESP (F45) - ALIMENTOS - LEVEDURA - FERMENTO	18,00	18,00
90.01.01.227	IGE ESP (F48) - ALIMENTOS - CEBOLA	18,00	18,00
90.01.01.228	IGE ESP (F49) - ALIMENTOS - MAÇÃ	18,00	18,00
90.01.01.229	IGE ESP (F5) - ALIMENTOS - CENTEIO	18,00	18,00
90.01.01.230	IGE ESP (F55)- ALIMENTOS - MILHO COMUM	18,00	18,00
90.01.01.231	IGE ESP (F6) - ALIMENTOS - CEVADA	18,00	18,00
90.01.01.232	IGE ESP (F7) - ALIMENTOS - AVEIA	18,00	18,00
90.01.01.076	IGE ESP (F75) - ALIMENTOS - GEMA DE OVO	18,00	18,00
90.01.01.077	IGE ESP (F76) - ALIMENTOS - ALFA LACTOALBUMINA	18,00	18,00
90.01.01.233	IGE PAINEL (F76 E F77) - ALIMENTOS	18,00	18,00
90.01.01.078	IGE ESP (F77)- ALIMENTOS - BETA LACTOGLOBULINA	18,00	18,00
90.01.01.079	IGE ESP (F78) - ALIMENTOS - CASEÍNA	18,00	18,00
90.01.01.080	IGE ESP (F79) - ALIMENTOS - GLÚTEN	18,00	18,00
90.01.01.234	IGE ESP (F8) - ALIMENTOS - MILHO	18,00	18,00
90.01.01.235	IGE ESP (F80) - ALIMENTOS - LAGOSTA	18,00	18,00
90.01.01.236	IGE ESP (F82) - ALIMENTOS - QUEIJO GORGONZOLA	18,00	18,00
90.01.01.237	IGE ESP (F83) - ALIMENTOS - CARNE DE FRANGO	18,00	18,00
90.01.01.238	IGE ESP (F84) - ALIMENTOS - KIWI	18,00	18,00

90.01.01.239	IGE ESP (F9) - ALIMENTOS - ARROZ	18,00	18,00
90.01.01.240	IGE ESP (F91) - ALIMENTOS - MANGA	18,00	18,00
90.01.01.241	IGE ESP (F92) - ALIMENTOS - BANANA	18,00	18,00
90.01.01.081	IGE ESP (F93) - ALIMENTOS - CACAU	18,00	18,00
90.01.01.243	IGE ESP (F94) - ALIMENTOS - PÊRA	18,00	18,00
90.01.01.244	IGE ESP (F96) - ALIMENTOS - ABACATE	18,00	18,00
90.01.01.245	IGE PAINEL (FP1) - ALIMENTOS	18,00	18,00
90.01.01.246	IGE PAINEL (FP2) - ALIMENTOS	18,00	18,00
90.01.01.247	IGE PAINEL (FP3) - ALIMENTOS	18,00	18,00
90.01.01.248	IGE PAINEL (FP5) - ALIMENTOS	18,00	18,00
90.01.01.249	IGE PAINEL (FP6) - ALIMENTOS	18,00	18,00
90.01.01.250	IGE PAINEL (FP7) - ALIMENTOS	18,00	18,00
90.01.01.251	IGE PAINEL (FP73) - ALIMENTOS	18,00	18,00
90.01.01.082	IGE PAINEL (FX1) - ALIMENTOS	18,00	18,00
90.01.01.083	IGE PAINEL (FX2) - ALIMENTOS	18,00	18,00
90.01.01.084	IGE PAINEL (FX3) - ALIMENTOS	18,00	18,00
90.01.01.085	IGE PAINEL (FX5) - ALIMENTOS	18,00	18,00
90.01.01.252	IGE ESP (G2)- GRAMÍNEAS - GRAMA DAS BERMUDAS	18,00	18,00
90.01.01.253	IGE ESP (G202)- GRAMÍNEAS - MILHO CULTIVADO	18,00	18,00
90.01.01.254	IGE ESP (G5) - GRAMÍNEAS - CENTEIO PERENE	18,00	18,00
90.01.01.255	IGE PAINEL (GP2) - GRAMÍNEAS	18,00	18,00
90.01.01.086	IGE PAINEL (GX1) - GRAMÍNEAS	18,00	18,00
90.01.01.087	IGE PAINEL (GX2) - GRAMÍNEAS	18,00	18,00
90.01.01.256	IGE PAINEL (GX3) - GRAMÍNEAS	18,00	18,00
90.01.01.302	IGE ESP (H1) - PÓ CASEIRO - GREER LABORATORIES	18,00	18,00
90.01.01.303	IGE ESP (H2) - PÓ CASEIRO - HOLLISTER STIER	18,00	18,00
90.01.01.258	HELICOBACTER PYLORI - ANTICORPOS IGG	18,00	18,00
90.01.01.259	IGE PAINEL (HX1) - POEIRA	18,00	18,00
90.01.01.260	IGE ESP (I1) - INSETOS - ABELHA	18,00	18,00
90.01.01.261	IGE ESP (I204) - MOSCA DE CAVALO	18,00	18,00
90.01.01.262	IGE ESP (I3) - INSETOS - VESPA CAPA AMARELA	18,00	18,00
90.01.01.263	IGE ESP (I4) - INSETOS - MARIMBONDO	18,00	18,00
90.01.01.090	IGE ESP (I6) - INSETOS - BARATA	18,00	18,00
90.01.01.091	IGE ESP (I70) - INSETOS - FORMIGA DE FOGO	18,00	18,00
90.01.01.092	IGE ESP (I71) - INSETOS - MOSQUITO	18,00	18,00
90.01.01.264	IMUNOGLOBULINA E - IGE	18,00	18,00
90.01.01.265	IGE PAINEL (IX6) - INALANTES	18,00	18,00
90.01.01.266	IGE ESP (K20) - OCUPACIONAIS - LÃ	18,00	18,00
90.01.01.093	IGE ESP (K82) - OCUPACIONAIS - LÁTEX	18,00	18,00
90.01.01.267	IGE PAINEL (KX1) - OCUPACIONAIS	18,00	18,00
90.01.01.268	IGE ESP (M1) - FUNGOS - PENICILLIUM NOTATUM	18,00	18,00
90.01.01.269	IGE ESP (M2) - FUNGOS - C. HERBARUM	18,00	18,00
90.01.01.270	IGE ESP (M207) - FUNGOS - ASPERGILLUS NIGER	18,00	18,00
90.01.01.271	IGE ESP (M3) - FUNGOS - A. FUMIGATUS	18,00	18,00
90.01.01.272	IGE ESP (M5) - FUNGOS - CANDIDA ALBICANS	18,00	18,00
90.01.01.273	IGE ESP (M6) - FUNGOS - ALTERNARIA ALTERNATA	18,00	18,00
90.01.01.274	IGE ESP (M8) - FUNGOS - H. HALODES	18,00	18,00
90.01.01.094	IGE PAINEL (MP1) - FUNGOS	18,00	18,00
90.01.01.094	IGE PAINEL (MP1) - FUNGOS	18,00	18,00
90.01.01.276	IGE ESP (O1) - ALGODÃO	18,00	18,00
90.01.01.277	IGE ESP (O201) - TABACO	18,00	18,00
90.01.01.097	IGE ESP (C2) - DROGAS - PENICILINA V	18,00	18,00
90.01.01.127	IGE ESP (C5) - DROGAS - AMPICILINA	18,00	18,00
90.01.01.039	IGE ESP (D1) - ÁCAROS - D. PTERONYSSINUS	18,00	18,00
90.01.01.041	IGE ESP (D2) - ÁCAROS - D. FARINAE	18,00	18,00
90.01.01.044	IGE ESP (D201) - ÁCAROS - BLOMIA TROPICALIS	18,00	18,00
90.01.01.129	IGE ESP (D3) - ÁCAROS - D. MICROCERAS	18,00	18,00
90.01.01.046	IGE ESP (D70) - ÁCAROS - ACARUS SIRO	18,00	18,00

90.01.01.342-0	CORONAVÍRUS 2019 DETECÇÃO POR PCR (COVID19) – Inserido emergencialmente pela Resolução nº 392, de 20 de março de 2020. Valor alterado pela Resolução nº 393, de 23 de março de 2020.	-	180,00	180,00
----------------	--	---	--------	--------

* Valor SUS = Valor SIGTAP.

* Valor Pago pelo Procedimento = Valor SUS + Complemento.

O rol de procedimentos descrito não possui quantitativo estimado, pois a demanda será diluída entre os prestadores credenciados, sem gerar compromisso de escolha entre município e prestado. Para fins de estimativa, recomendamos utilizar o relatório de procedimentos executados em 2017, publicado no Site do CISAMVI (www.cisamvi.sc.gov.br), em "Serviços". Neste relatório constam os serviços executados, com o respectivo totalizador.

Para fins de cadastramento em sistemas de compras, o CISAMVI usará uma média do procedimento mais relevante em termos de custos. Para fins de contratação, será utilizado a informação da "Capacidade Instalada" fornecida pelo próprio prestador de serviço.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 Visando o atendimento aos usuários da rede municipal de saúde dos Municípios consorciados ao CISAMVI (Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio, Timbó e Luiz Alves) referente à REALIZAÇÃO DE CONSULTAS E PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA OU CIRURGICA, AMBULATORIAL, DE MÉDIA OU ALTA COMPLEXIDADE, e a não realização de todos os exames descritos nos grupos de diagnósticos pela rede própria, à necessidade de contratação se justifica, a fim de que os municípios não fiquem sem a oferta destes procedimentos, bem como garanta maior agilidade no agendamento, de forma que não prejudique os usuários do sistema público de saúde na conclusão e/ou encaminhamento de diagnóstico para tratamento e/ou reabilitação do seu estado de saúde.

2.2 A necessidade de continuidade e oferta de novos serviços é registrada pelos Secretários Municipais de Saúde, em reunião da Comissão Intergestora Regional – CIR, Médio Vale do Itajaí.

2.3 Os serviços estão sendo unificados em um único edital de chamamento público, a fim de reduzir barreiras burocráticas e administrativas, que possam afastar interessados em participar, além de garantir ao CISAMVI, maior gestão e clareza sobre as informações.

2.4 Adotou-se como parâmetro para definição do valor unitário, o valor já praticado anteriormente pelo CISAMVI.

2.5 A tabela de procedimentos e valores passará por revisão da Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, ao longo dos meses de fevereiro e março dos anos em que este edital se manter aberto, ou sempre que necessário incluir um novo procedimento ou revisar valores.

3. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1 Ao credenciado competirá:

- Executar os serviços nas condições estipuladas, observando-se os parâmetros de boa técnica e resolutividade, bem como as normas legais aplicáveis;
- Prestar os serviços apenas mediante apresentação da "requisição", autorizada pelo órgão municipal responsável pelos encaminhamentos;
- Prestar atendimento adequado aos usuários e fornecer as informações ao CISAMVI sobre os serviços prestados de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste Edital;
- Faturar a requisição em sistema "on-line", disponibilizado pelo CISAMVI, por meio do código de barras impresso no documento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a execução do serviço prestado.
- Apresentar laudo técnico juntamente com os resultados do exame, quando necessário;
- Após aprovação do faturamento, apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior.
- Manter todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento durante todo o período em que se mantiver credenciado;
- Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, responsabilidade técnica e plena execução dos serviços contratados;
- Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;
- Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade;
- Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;
- Assumir o pagamento de todos os tributos, taxas, contribuições previdenciárias e trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre os serviços realizados e/ou necessárias ao cumprimento do objeto do credenciamento.
- Comunicar ao CISAMVI, por escrito e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;
- O Credenciado deverá afixar aviso, em local visível, sobre sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados pela mesma em razão do vínculo junto ao SUS/CISAMVI.
- Utilizar formulário padrão, quando disponibilizado pelo CISAMVI, para a prescrição de remédios, referencia, contra-referência e procedimentos, necessários para continuidade do atendimento (a fim de que este paciente seja facilmente identificado na rede municipal de saúde).

3.2 Ao CISAMVI competirá:

- Efetuar o pagamento ao credenciado em função dos serviços prestados de acordo com os valores de cada item realizado;
- Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados e informar ao prestador o os valor autorizado, e se houver, o motivo das glosas efetuadas, possibilitando o questionamento e correção, se possível;
- Fiscalizar o cumprimento das disposições deste Termo e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;
- Fornecer requisições para execução dos serviços.

4. DO PREÇO E DO PAGAMENTO:

4.1 A remuneração pela prestação e/ou fornecimento de serviços será de acordo com a Tabela de Valores constata neste Termo de Referência, estando inclusos taxas de administração, taxas de sala, custos diretos e indiretos, mão-de-obra, impostos, tarifas, encargos e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços.

4.1.1 A tabela de procedimentos e valores, constante no Anexo I, poderá ser revista, sempre por interesse dos Secretários Municipais de

Saúde, dos municípios consorciados, à quem caberá a decisão sobre valores pagos e reajustes na tabela.

4.1.2 As alterações na tabela de procedimentos e valores serão objeto de republicação deste edital, com destaque aos novos procedimentos ou valores, e na sequência, serão notificados os credenciados regulares, sobre as alterações.

4.1.3 Havendo exclusão, inclusão ou alteração em valor de procedimento já contratado, caberá ao Credenciado a escolha da manutenção do contrato de Credenciamento, a partir da emissão de termo aditivo, registrando a alteração contratual, ou não, por meio de distrato do contrato vigente.

4.2 Os serviços de saúde prestados pelos credenciados serão remunerados por cada procedimento realizado.

4.3 Todos os Credenciados deverão manter atualizadas as informações no Cadastro de Estabelecimentos de Saúde – CNES.

4.4 É vedado ao credenciado cobrar ou receber qualquer outra importância a título de honorários pelos serviços prestados, seja do CISAMVI, do usuário, paciente ou terceiro.

4.5 Ficam ao encargo do credenciado todas as despesas e custos relativos à aluguel, mão-de-obra, encargos sociais, fiscais e outros que porventura forem necessárias à prestação dos serviços. O credenciado deverá apresentar comprovação do recolhimento das obrigações trabalhistas, fiscais e securitárias decorrente da relação de emprego com seus profissionais, relativamente às competências em que prestar serviços.

4.6 O pagamento será realizado mensalmente, em até 30 (trinta) dias após a entrega da documentação necessária (item 4.7), mediante apuração e comprovação dos serviços que foram prestados, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, solicitada após auditoria dos procedimentos faturados.

4.7 A comprovação da realização dos serviços será feita mediante:

4.7.1 Faturamento da requisição, por parte do credenciado, executada em sistema "on-line", disponibilizado pelo CISAMVI, por meio do código de barras impresso na requisição (substitui o preenchimento de informações da produção BPA, SAI/SUS e BPA-I).

4.7.2 Apresentação da Requisição emitida pelo município, a qual autoriza o seu atendimento devidamente assinada pelo paciente ou responsável devidamente identificado, e já faturada no sistema indicado pelo CISAMVI, juntamente com a prescrição médica dos procedimentos (encaminhada pelo município, junto com a autorização).

4.7.2.1 As requisições de autorização, deverão ser encaminhadas ao CISAMVI, após o período de produção (1º à 30 ou 31 de cada mês), agrupado por município, em ordem alfabética, sempre com a requisição do CISAMVI fixada na frente de todos os documentos adicionais.

4.8 Após receber a aprovação do faturamento realizado no sistema "on-line" (item 4.7.1), o Credenciado poderá encaminhar a nota fiscal para cobrança.

4.9 Havendo divergência ou erros entre serviços contratados e os serviços prestados, fica assegurado ao CISAMVI a realização de auditoria para aferição correta dos serviços executados, devendo o credenciado emitir nota fiscal conforme o valor aferido.

4.10 Em caso de atraso na entrega das informações pelo credenciado, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

4.11 O CISAMVI fará a retenção de tributos na fonte quando a lei assim o determinar.

4.12 É vedada a cobrança de nova consulta nos casos de retorno médico, quando o mesmo paciente retornar ao consultório no prazo de 30 dias contados a partir da data da consulta anterior.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão se credenciar entidades públicas, filantrópicas e/ou privadas prestadoras de serviços de saúde que atendam a todas as exigências constantes no Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, bem como atendam as condições e os critérios mínimos estabelecidos pelo SUS, visando o atendimento satisfatório.

5.2 Estão impedidos de se credenciar as pessoas físicas ou jurídicas que tenham sido sujeitas à aplicação da penalidade de suspensão temporária de contratar com o CISAMVI, pelo prazo da suspensão, ou que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, pelo prazo da declaração de inidoneidade.

6. DA HABILITAÇÃO

5.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.1.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;

5.1.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (com suas devidas alterações), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

5.1.3 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

5.1.4 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

5.1.5 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

5.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

5.2.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão conjunta dos tributos administrados pela Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional referente à Dívida Ativa, bem como situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

5.2.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade.

5.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade.

5.2.4 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei.

5.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade.

5.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.3.1 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de pesquisa não anterior a 60 (sessenta) dias, contados da data fixada para a abertura dos envelopes de "HABILITAÇÃO", ou que até esta data esteja dentro da validade, conforme expressa na própria certidão.

5.4 Caso algum documento constante nos itens anteriores apresente sua validade expirada e possa ser emitido em via eletrônica, fica

facultado a comissão a emissão de uma nova certidão.

5.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.5.1 Alvará de licença de funcionamento emitido pela Vigilância Sanitária;

5.5.2 Alvará de localização e funcionamento regular emitido pela Fazenda Municipal;

5.5.3 Certificado de Regularidade do Estabelecimento (Registro ou inscrição da pessoa jurídica) junto ao Conselho Regional de Classe;

5.5.4 Registro no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, emitido no site <http://cnes.datasus.gov.br/>.

5.5.5 Certificado de especialidade devidamente reconhecido pela respectiva entidade de classe, RG e CPF do responsável técnico pelo serviço, a ser contratado;

5.5.6 Cópia do RQE – Registro de Qualificação de Especialista, para cada especialidade médica, quando for o caso.

5.5.7 Apresentar, no mínimo, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão de atividade anterior, compatível com o objeto da presente chamada;

5.5.7.01 O item 6.5.7 é será dispensado caso o interessado no credenciamento já tenha prestado serviços ao CISAMVI nos últimos 12 meses. (NR - Incluído pela Resolução nº. 209, de 16/05/2018)

5.6 OUTROS DOCUMENTOS:

5.6.1 Ficha de Requerimento de Credenciamento;

5.6.2 Declaração de capacidade instalada e disponibilidade para SUS;

5.6.3 Listagem de profissionais, atualizada, emitida no site do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES (<http://cnes.datasus.gov.br/>).

6.7 Não havendo concorrência microrregional para algum procedimento descrito neste termo de referencia, a Comissão Permanente de Licitações, fica autorizada pela Diretoria Executiva a iniciar procedimento administrativo, para avaliação da dispensa ou não, da documentação exigida nos itens 6.3 e 6.5, desde que comprovada a falta de interessados em prestar o mesmo serviço. Visando a garantia de atendimento, pela melhor relação custo benefício dos serviços aos municípios consorciados.

7. DO PRAZO DE VALIDADE DO CREDENCIAMENTO

7.1 O presente credenciamento entrará em vigor na data de sua assinatura e tem validade por 60 (sessenta) meses. Os contratos oriundos terão prazo de 12 meses e poderão ser prorrogados mediante assinatura de Termo Aditivo entre as partes, por até 60 (sessenta) meses.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes das contratações realizadas correrão por conta da dotação orçamentária própria do Orçamento-Programa Anual do CISAMVI (3390 – Manutenção das Atividades de Procedimento Médico Hospitalar) – R\$ 4.223.924,00 (quatro milhões duzentos e vinte e três mil novecentos e vinte e quatro reais).

9. DAS VISTORIAS TÉCNICAS

9.1 O CISAMVI poderá compor comissão especial que realizará visitas técnicas nas instalações de qualquer interessado, independente de prévio agendamento, para verificação da capacidade instalada e das reais condições de atendimento às necessidades deste Consórcio.

10. DA DISTRIBUIÇÃO DO TETO FÍSICO/FINANCEIRO PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS E PROCEDIMENTOS

10.1 O teto físico/financeiro para realização de consultas e procedimentos, será distribuído entre os prestadores Credenciados, de acordo com as disponibilidades e conveniências dos Municípios consorciados.

10.2 A distribuição dos valores entre os prestadores Credenciados obedecerá ao seguinte critério:

10.2.1 Os valores serão distribuídos de acordo com a organização dos serviços de saúde municipal respeitada a capacidade instalada de cada prestador.

Blumenau (SC), 25 de Janeiro de 2018.

Monica Menezes

Gestora de Serviços CISAMVI

ANEXO II – ENCAMINHAR PREENCHIDO

REQUERIMENTO PARA INSCRIÇÃO NO CREDENCIAMENTO

Ao CISAMVI

Setor de Licitações e Contratos

Blumenau – SC

O interessado abaixo qualificado requer sua inscrição no CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PÚBLICAS, FILANTRÓPICAS E/OU PRIVADAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS E PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA OU CIRÚRGICA, AMBULATORIAL, DE MÉDIA OU ALTA COMPLEXIDADE, divulgado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, nos termos do Edital 04/2018.

Nome/Razão Social:

Telefone:

E-mail:

Endereço Comercial:

CEP: Cidade:

Estado: Santa Catarina

C.N.P.J: Inscrição Estadual:

Inscrição Municipal:

Banco: Ag: C/C:

Responsável Técnico pelos Serviços Prestados:
Nº do conselho da categoria do profissional técnico:

Para tanto, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Concordamos em se submeter a todas às disposições constantes no Edital de Credenciamento nº. 04/2018 e seus Anexos;
- Possuímos estrutura, materiais, equipamentos, profissionais e outros itens considerados essenciais para o cumprimento dos serviços constantes desta ficha de inscrição;
- Conhecemos e estamos de acordo em aceitar e prestar os serviços pelos valores constantes na tabela do edital 04/2018.

Ademais, requer o credenciamento para prestar os exames conforme declaração de capacidade de instalação e disponibilidade ao SUS, apresentada juntamente com a documentação (Anexo IV).

Local(is) onde será(ão) executado(s) o(s) serviço(s):
XX

Cidade, Dia, Mês, Ano

Assinatura do Responsável legal pelo CNPJ

ANEXO III – NÃO ENCAMINHAR, SERÁ PREENCHIDO PELO CISAMVI

MINUTA DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E XXX.

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro lado, XXX, neste ato representado por XXX, doravante denominado CREDENCIADO, tem entre si justo acordado o presente Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 04/2018, na melhor forma de direito e de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 - O CREDENCIADO prestará aos usuários da rede municipal de saúde dos Municípios consorciados ao CISAMVI, serviços de SAÚDE PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS E PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA OU CIRURGICA, AMBULATORIAL, DE MÉDIA OU ALTA COMPLEXIDADE, conforme descrito na Declaração de Capacidade de Instalação e Disponibilidade ao SUS, do edital de Credenciamento n.º 04/2018, destacado no quadro a seguir:

Código do Procedimento	Nome do Procedimento	Valor do Procedimento	Quantidade mensal proposta para atendimento

0.2 - Os procedimentos solicitados serão prestados na(s) seguinte(s) instalação(ões): XXX, Rua XXX, nº XXX, sala XXX, bairro XXX, na cidade de XXX, com capacidade de atendimento de xxx usuários por dia.

0.3 – Este contrato possui um teto financeiro de R\$ XXX (XXX).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO CREDENCIAMENTO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1 – Este contrato terá sua vigência a contar da data de publicação do mesmo, pelo período de 12 (doze) meses, e poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, por ato do CISAMVI, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do art.57§§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E QUANTITATIVO

3.1 - Os serviços de saúde prestados pelo CREDENCIADO serão remunerados por cada procedimento realizado.

3.2 - O preço ajustado entre as partes são os constantes no "Termo de Referência - Anexo I" do Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº. 04/2018, estando inclusos taxas de administração, taxas de sala, custos diretos e indiretos, mão-de-obra, impostos, tarifas, encargos e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços.

3.3 A demanda de consumo dependerá única e exclusivamente da procura dos munícipes pelas especialidades oferecidas, e a forma de distribuição escolhida pelos municípios.

3.4 Por se tratar de uma quantidade estimativa não está a Administração obrigada a adquirir toda ou qualquer quantidade indicada no presente credenciamento.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 – O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega da documentação necessária (item 4.7), mediante apuração e comprovação dos serviços que foram prestados, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, solicitada após auditoria dos procedimentos faturados.

4.2 – A comprovação da realização dos serviços será feita mediante:

4.2.1 – Faturamento da requisição, por parte do credenciado, executada em sistema "on-line", disponibilizado pelo CISAMVI, por meio do código de barras impresso na requisição (substitui o preenchimento de informações da produção BPA, SAI/SUS e BPA-I).

4.2.2 – Apresentação da Requisição emitida pelo município, a qual autoriza o seu atendimento devidamente assinada pelo paciente ou responsável devidamente identificado, e já faturada no sistema indicado pelo CISAMVI, juntamente com a prescrição médica dos procedimentos (encaminhada pelo município, junto com a autorização).

4.2.2.1 – As requisições de autorização, deverão ser encaminhadas ao CISAMVI, após o período de produção (1º à 30 ou 31 de cada mês), agrupado por município, em ordem alfabética, sempre com a requisição do CISAMVI fixada na frente de todos os documentos adicionais.

4.3 – Após receber a aprovação do faturamento realizado no sistema "on-line" (item 4.2.1), o Credenciado poderá encaminhar a nota fiscal para cobrança.

4.4 – Havendo divergência ou erros entre serviços contratados e os serviços prestados, fica assegurado ao CISAMVI a realização de auditoria para aferição correta dos serviços executados, devendo o credenciado emitir nota fiscal conforme o valor aferido.

4.5 – O Em caso de atraso na entrega das informações pelo credenciado, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

4.6 – O CISAMVI fará a retenção de tributos na fonte quando a lei assim o determinar.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CISAMVI

5.1 – Compete ao CISAMVI:

a) Efetuar o pagamento ao CREDENCIADO em função dos serviços prestados de acordo com os valores constantes no "Termo de Referência" – Anexo –I do Edital;

b) Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;

c) Fiscalizar o cumprimento das disposições deste Contrato e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;

d) Fornecer requisições para execução dos serviços.

e) Fornecer os formulários padrões para a prescrição de remédios, referencia, contra-referência e procedimentos, necessários para continuidade do atendimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

a) Executar os serviços nas condições estipuladas, observando-se os parâmetros de boa técnica e resolutividade, bem como as normas legais aplicáveis;

b) Prestar os serviços apenas mediante apresentação da "requisição", autorizada pelo órgão municipal responsável pelos encaminhamentos;

c) Prestar atendimento adequado aos usuários e fornecer as informações ao CISAMVI sobre os serviços prestados de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste Edital;

d) Faturar a requisição em sistema "on-line", disponibilizado pelo CISAMVI, por meio do código de barras impresso no documento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a execução do serviço prestado.

e) Apresentar laudo técnico juntamente com os resultados do exame, quando necessário;

f) Após aprovação do faturamento, apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior.

g) Manter todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento durante todo o período em que se mantiver credenciado;

h) Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, responsabilidade técnica e plena execução dos serviços contratados;

i) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;

j) Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade;

k) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;

l) Assumir o pagamento de todos os tributos, taxas, contribuições previdenciárias e trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre os serviços realizados e/ou necessárias ao cumprimento do objeto do credenciamento.

m) Comunicar ao CISAMVI, por escrito e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;

n) O Credenciado deverá afixar aviso, em local visível, sobre sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados pela mesma em razão do vínculo junto ao SUS/CISAMVI.

o) Utilizar formulário padrão, quando disponibilizado pelo CISAMVI, para a prescrição de remédios, referencia, contra-referência e procedimentos, necessários para continuidade do atendimento (a fim de que este paciente seja facilmente identificado na rede municipal de saúde).

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESCRENCIAMENTO

7.1 - Constituem motivo para o descredenciamento:

a) Deixar de atender a requisição para prestação do serviço e/ou a atualização dos documentos de habilitação e de regularidade fiscal;

b) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica e/ou fiscal do CREDENCIADO;

c) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional exigido para a prestação dos serviços;

d) As hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

7.2 - O CREDENCIADO poderá descredenciar-se voluntariamente, mediante requerimento por escrito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e desde que não prejudique os atendimentos já agendados, ou que venham a ser agendados antes de decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias. Decorrido o prazo mencionado, será lavrado o termo de descredenciamento e/ou rescisão contratual, quando cessará as obrigações para ambas as partes.

7.3 - O descredenciamento não exime a aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, se for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

7.1 Quando o Credenciado não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativas ou não, conforme o caso:

7.1.1 Advertência.

7.1.2 Multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor contratual quando:

d) Os serviços estiverem em desacordo com as especificações contidas no contrato ou em descumprimento com uma das cláusulas;

e) Se houver rescisão por culpa ou requerimento da Contratada sem causa justificada ou amparo legal;

f) Pela descontinuidade dos serviços, a ser cobrada por dia parado, até o limite de 10 (dez) dias;

7.2 Sem prejuízo da multa estabelecida pela Contratante, a Contratada responderá pelas perdas e danos causados, os quais serão mensurados caso a caso.

7.3 Caso a Contratada não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas, garantindo a esta o pleno direito de defesa;

7.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o CISAMVI, que ocorrerá sempre que o faltoso ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

7.5 Impedimento de participar de licitações e contratar com o CISAMVI, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

7.6 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores do CISAMVI e, no que couber às demais penalidades referida no Capítulo IV da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1 - Em caso de atraso na entrega das faturas pelo CREDENCIADO, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

9.2 - É vedado ao CREDENCIADO cobrar ou receber qualquer outra importância a título de honorários pelos serviços prestados, além da prevista na Cláusula Terceira deste contrato, seja do CISAMVI, do usuário, paciente ou terceiro.

9.3 - O CISAMVI reserva-se ao direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados e solicitação de perícias e informações adicionais, glosar despesas e procedimentos das faturas apresentadas.

9.4 - A remuneração recebida pelo CREDENCIADO não gerará nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária de seus profissionais com o CISAMVI.

9.5 - O credenciamento de que trata o Processo de Inexigibilidade nº. 04/2018 será de caráter precário e "intuito personae", podendo ser revogado a qualquer momento, a juízo de conveniência e oportunidade do CISAMVI.

9.6 - Aplica-se a este contrato, as condições e preceitos contidos no Processo de Inexigibilidade nº. 04/2018 e na Ficha de Credenciamento firmada pelo CREDENCIADO, independentemente de transcrição.

9.7 - Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CISAMVI, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

9.8 - As despesas decorrentes das contratações realizadas a partir deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária própria consignada no Orçamento Programa Anual do CISAMVI (3390 – Manutenção das Atividades de Procedimento Médico Hospitalar).

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

Blumenau (SC), xx de xxx de xxxx.

CISAMVI
Cleones Hostins
Diretor Executivo

Razão Social
Representante Legal Credenciado

ANEXO IV – ENCAMINHAR PREENCHIDO
DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE INSTALADA E DISPONIBILIDADE AO SUS

Nome/Razão Social:

C.N.P.J:

Telefone:

E-mail:

O interessado acima qualificado, em atenção ao EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2018, vem declarar que possui capacidade instalada para realização/atendimento de XX (por extenso) procedimentos/usuários por mês, conforme segue:

Código do Procedimento (usar como referencia a tabela do anexo I)	Nome do Procedimento (usar como referencia a tabela do anexo I)	Capacidade instalada no estabelecimento (em quantidade mensal)	Quantidade proposta para atendimento do CISAMVI (em quantidade mensal)

Cidade, Dia, Mês, Ano

Assinatura do Responsável legal pelo CNPJ

431.2020 - RESOLUÇÃO - CISAMVI - ALTERA EDITAL DE CREDENCIAMENTO 04.2018

Publicação Nº 2525025

RESOLUÇÃO Nº 431, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Altera o Anexo I – Termo de Referência do Edital de Credenciamento nº 04/2018.

O DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público do CISAMVI; e com base na Resolução nº 428/2020, e considerando:

1. a Deliberação CIR nº 12/2020, que aprova a alteração na tabela de procedimentos e valores complementares praticada, e estabelece limite de negociação para os municípios desta CIR.
2. a necessidade de atuar buscando eficiência no atendimento oferecido aos usuários do Sistema Único de Saúde.
3. a necessidade de otimizar dos recursos empregados em procedimentos de média e alta complexidade;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar os seguintes valores do Anexo I – Termo de Referência, do Edital nº 04/2018 - CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PÚBLICAS, FILANTRÓPICAS E/OU PRIVADAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS E PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA OU CIRURGICA, AMBULATORIAL, DE MÉDIA OU ALTA COMPLEXIDADE:

Classificação	Descrição	Valor SUS	Complemento	Valor Pago pelo procedimento
02.09.01.003	ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA	48,16	109,91	158,07
02.09.01.002	COLONOSCOPIA	112,66	155,34	268,00
02.09.01.005	RETOSSIGMOIDOSCOPIA	125,30	70,70	196,21

Art. 3º. Permanecem inalteradas as demais previsões do Edital nº 04/2018.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. As alterações no edital de credenciamento 04/2018 entram em vigor a partir da republicação do mesmo.

Blumenau - SC, em 16 de junho de 2020.

CLEONES HOSTINS

Diretor Executivo

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 07/2020 - LOTUS COMÉRCIO LTDA. ME

Publicação Nº 2525423

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2020

Impugnante: LOTUS COMÉRCIO LTDA. ME

I - DAS PRELIMINARES

Inicialmente, vislumbra-se que a Impugnação interposta por LOTUS COMÉRCIO LTDA. ME é tempestiva, eis que protocolada em 15/06/2020, às 15hs42min, e o prazo para acolhimento das propostas, agora alterado em virtude da republicação do Edital, está previsto para até às 08hs00min de 23/06/2020 (prazos reduzidos a teor do preconizado no artigo 4º-G da Lei 13.979/2020).

De outra parte, verifica-se que não foram anexados às razões de Impugnação os documentos necessários para a perfeita identificação da Impugnante, tornando-se impossível aferir a capacidade de representação do signatário.

Ora, se não foi anexado às razões de Impugnação o contrato social da Impugnante, não pode a Administração Pública atestar que o signatário tem poderes para representar a pessoa jurídica indicada, obstando, desta forma, o conhecimento da presente Impugnação.

Contudo, motivada pelo interesse público de obter a proposta mais vantajosa sem, no entanto, ferir o caráter competitivo desta licitação, conheço da presente Impugnação, visto que sempre preferível que a Administração Pública assegure a legalidade do certame licitatório, não ignorando eventuais falhas que possam constar do instrumento convocatório.

II – DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

A empresa Impugnante contesta especificamente a exigência do registro junto à ANVISA solicitado para o item 3 – Avental Descartável.

Alega, em apertada síntese, que em virtude da emergência em saúde pública decorrente do Novo Coronavírus o Ministério da Saúde, por intermédio da Agência Nacional da Vigilância Sanitária – ANVISA, editou a Resolução nº 356, de 23/03/2020 (alterada pela Resolução nº 379 de 30/04/2020), no qual os Equipamentos de Proteção Individual necessários para enfrentamento da pandemia ficam dispensados de Autorização de Fornecimento da Empresa, notificação à ANVISA.

III – DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

Por considerar que a exigência do Registro junto à ANVISA é ilegal, requer a Impugnante a alteração do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2020, a fim de que seja retirada sua exigência para o item 3.

IV – DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES

Diante do conteúdo especificamente técnico da Impugnação apresentada, a Pregoeira, a despeito de seus conhecimentos, submeteu o assunto à Gerência de Serviços do CISAMVI, área técnica responsável pela definição dos descritivos dos itens objeto da licitação e exigências a serem cumpridas, para análise e manifestação, tendo assim se manifestado (in verbis):

Em resposta a Impugnação interposta por LOTUS COMÉRCIO LTDA. nos autos do Pregão Eletrônico nº 07/2020, em virtude da exigência de Registro na ANVISA do item 03 (Avental Descartável) consideramos que:

A resolução - RDC No 356, DE 23 DE MARÇO DE 2020 dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a fabricação, importação e aquisição de dispositivos médicos identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2, permitindo no Art. 9º, a aquisição de equipamentos de proteção individual, ventiladores pulmonares, circuitos, conexões e válvulas respiratórios, monitores paramétricos e outros dispositivos médicos, essenciais para o combate à COVID-19, novos e não regularizados pela Anvisa, desde que regularizados e comercializados em jurisdição membro do International Medical Device Regulators Forum (IMDRF), por órgãos e entidades públicas e privadas, bem como serviços de saúde, quando não disponíveis para o comércio dispositivos semelhantes regularizados na Anvisa;

A obrigatoriedade de justificativa evidenciada e arquivada à documentação do processo de aquisição disposta no inciso 1º da RDC 356 e 379, sobre a aquisição somente mediante a indisponibilidade de produtos regularizados na Anvisa;

A validade das RDCs que permitem a fabricação e comercialização dos itens sem regularização na ANVISA, tem seu prazo de validade inferior ao prazo de validade processo licitatório em questão; e portanto;

Indeferimos ao pedido de impugnação apresentada.

Reputando as análises e manifestações da Gerência de Serviços do CISAMVI, que esta Pregoeira adota integralmente como fundamento para decidir e, considerando que as condições determinadas no instrumento convocatório encontram-se justificadas, resta comprovado que não assiste razão à Impugnante.

V – DA DECISÃO

Ante o exposto, conheço da Impugnação apresentada pela empresa LOTUS COMÉRCIO LTDA. ME, para no mérito negar-lhe provimento, mantendo-se a exigência de apresentação do Registro junto à ANVISA para o item 3 – Avental Descartável.

Permanecem inalteradas as disposições editalícias, mantendo-se a data estabelecida para realização da Sessão Pública para abertura das propostas e disputa de lances, a ser realizada no dia 23 de junho de 2020, a partir das 09hs00min, nas mesmas formas definidas no edital. Dê ciência à Impugnante; publique-se esta decisão junto ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e encaminhe-se à Assessoria Jurídica do CISAMVI para conhecimento.

Blumenau-SC, 16 de junho de 2020.

Daniella Martins Tarouco
Pregoeira

CISAM

RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 22/2020

Publicação Nº 2524747

RESOLUÇÃO Nº 022/2020

“Reestabelece horário normal de funcionamento do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental - Meio Oeste, na forma que especifica”.

O Presidente Interino do CISAM Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais, em observância ao que dispõe o Estatuto Social e suas alterações e considerando o Decreto Municipal da Prefeitura de Capinzal nº 82 de 09 de junho de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º Fica reestabelecido o horário normal de funcionamento do Consórcio CISAM-MO, sendo das 7:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, devendo ser garantida a circulação de ar externo no ambiente de trabalho, preferencialmente mantendo-se as janelas abertas e com a não utilização de aparelhos de ar condicionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 16 de junho de 2020.

Sidnei Penzo
Presidente Interino do CISAM Meio Oeste

CIMGEPA**CONTRATO DE RATEIO 01 2020**

Publicação Nº 2524922

CONTRATO Nº 001/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES CONTRATANTES

Pelo presente CONTRATO de Rateio, e conforme Cláusula Sétima em conjunto com a cláusulas Decima e Decima Oitava do Estatuto do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DA AMESC – CIMGEPA – oriundo da ratificação, por lei, do Protocolo de Intenções, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 82.911.249/0001-13 com sede à Rua Dr. Virgulino de Queiros, nº 200, Centro, CEP 88900.000, telefone (48) 3521-0900, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Mariano Mazzuco Neto, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1.539.880, emitida pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, inscrito no CPF/MF sob nº. 178.520.219-72, doravante denominada contratante, de outro, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DA AMESC – CIMGEPA, Consórcio Público de Direito Público, inscrito no CNPJ do MF sob o nº 34.363.129/0001-86, com sede na AV XV DE NOVEMBRO, Nº 911, Sala 02, Bairro: CENTRO CIVICO no Município de ARARANGUA, Estado do Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente Sr. Arlindo Rocha, Presidente do CIMGEPA, inscrito no CPF/MF. sob o nº 594.699.279-15, doravante denominado contratado, têm entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal nº 8.666/93, à Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto nº 6017/2007 e ao Estatuto de Consórcio Público do CIMGEPA, Lei Municipal do Contratante Lei nº 3.647 de 27 de junho de 2019, o que segue.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Este contrato de rateio tem por objetivo a transferência de recursos públicos da contratante ao contratado para promover a consecução dos seguintes objetos colocados à disposição pelo contratado em razão de contrato de consórcio público:

I – Manutenção de assessoria contábil na área pública (sistemas de informação e congêneres e resolução de questões junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina);

II - Manutenção de serviços administrativos em geral, envolvendo organização de documentos e de procedimentos licitatórios e demais atos correlatos no âmbito do ora contratado;

III – Despesas com cumprimento e o bom desenvolvimento no que trata o Capítulo VI do Estatuto do CIMGEPA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os serviços previstos na cláusula anterior serão executados pelo contratado em sua sede e/ou na sede do contratante, dependendo da necessidade e de prévio ajuste entre as partes.

Parágrafo único. No caso de deslocamento de prestadores de serviços à sede do contratante, as despesas de locomoção ficarão a cargo deste.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato terá vigência de 15 de Junho de 2020 até o dia 31 de dezembro de 2020. Em conformidade com CLÁUSULA 18, Item VI

CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES:

Pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o contratante pagará ao contratado o valor total de R\$ 1.350,00 (Um Mil e Trezentos e Cinquenta Reais) de acordo com a classificação contábil à seguir:

Classificação	DENOMINAÇÃO	ANUAL
3.1.71.70	Aplicação Direta (Despesas de Pessoal)	R\$ -
3.3.71.70	Aplicação Direta (Despesas Correntes)	R\$ 1.350,00
4.4.71.70	Aplicação Direta (Despesas de Capital)	R\$ -
	TOTAL	R\$ 1.350,00

CLÁUSULA SEXTA – DA VERIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

Quanto à verificação, os serviços considerar-se-ão perfeitamente executados mediante verificação do contratante ou agente por ele designado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO:

O pagamento do valor contratual previsto será feito em 01 (uma) parcela, vencíveis durante mês, por meio do pagamento através de depósito bancário. No Banco nº 104, Caixa Econômica Federal, Agência 0427-8 Operação 006 conta corrente 71011-4.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES:

§ 1º É obrigação do contratado prestar adequadamente o objeto contratado, além das obrigações constantes no Contrato de Consórcio Público e Estatuto.

§ 2º Constituem-se em obrigações da contratante as constantes neste contrato.

§ 3º A contratada deverá manter durante a execução do contrato, a apresentação da CND/INSS e do CRF/FGTS, conforme art.55, XIII da Lei de Licitações.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO:

A fiscalização da execução dos trabalhos do contratado será exercida pela contratante, através de agente por ele designado, o qual poderá, junto ao representante do contratado, solicitar a correção de eventuais falhas e/ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 48h (quarenta e oito horas), serão objeto de comunicação oficial ao contratado, o qual se submeterá à aplicação das penalidades previstas neste contrato.

Parágrafo único. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato serão registradas pela contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

A rescisão contratual poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito da contratante, nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento das cláusulas contratuais nas condições e prazos especificados;
 - b) Cumprimento irregular de cláusulas contratuais diante das condições e prazos especificados;
 - c) Cometimento reiterado de faltas na execução do contrato;
 - d) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovadas, desde que impeditivas à execução do contrato;
- II – amigável, por acordo entre as partes, diante da conveniência da contratante.

Parágrafo Único – A Contratante poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial no caso de inexecução total ou parcial deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES:

Sem prejuízo do previsto no art. 87 da Lei nº 8.666/93, a contratada ficará sujeita à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de descumprimento do presente contrato.

Parágrafo único. As multas legais não eximem a contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO E DO MODO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS CONTRATUAIS:

Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Araranguá, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contrapropostas encaminhadas pelas partes à Assembleia Geral do contratado.

Araranguá – SC, 15 de Junho de 2020.

CONTRATANTE

Mariano Mazzuco Neto
Prefeito Municipal

CONTRATADO

TIAGO ZILLI
Presidente do CIMGEPA

Moacir Mario Rovaris
Diretor Executivo

FATURA DE CONTRATO DE RATEIO 2020

Número: 001

Emissão: 15 / 06 /2020

Contratante:

Município: MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ

CNPJ: 82.911.249/0001-13 VALORES:

Pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o contratante pagará ao contratado o valor de R\$ 1.350,00 (Um Mil e Trezentos e Cinquenta Reais) de acordo com a classificação contábil à seguir:

CLASSIFICAÇÃO	DENOMINAÇÃO	VALOR
3.1.71.70	Aplicações Diretas (Despesas de Pessoal)	R\$
3.3.71.70	Aplicações Diretas (Despesas Correntes)	R\$ 1.350,00
4.4.71.70	Aplicações Diretas (Despesas de Capital)	R\$
TOTAL DO REPASSE		R\$ 1.350,00

Mês/Referencia: 06 /2020

Dados do Bancário para Depósito:
 Banco: 104 – Caixa Econômica Federal
 Agência: 0427-8 – Agência de Araranguá – SC
 Conta Corrente: 71011-4
 Operação: 006
 Favorecido:
 CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEP
 CNPJ.: 34.363.129/0001-86

Descrição: Fatura referente ao contrato de rateio número 001/2020 do CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEP. Fatura Aprovado na Resolução 03/2019

Araranguá (SC), 15 de Junho de 2020.

Moacir Mario Rovaris
 Diretor Executivo CIMGEP

CONTRATO DE RATEIO 02 2020

Publicação Nº 2524933

CONTRATO Nº 002/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES CONTRATANTES

Pelo presente CONTRATO de Rateio, e conforme Cláusula Sétima em conjunto com a clausulas Decima e Decima Oitava do Estatuto do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DA AMESC – CIMGEP – oriundo da ratificação, por lei, do Protocolo de Intenções, de um lado, o MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 82.915.026/0001-24, com sede à Av. Getúlio Vargas, nº 530, Centro, CEP 88915-000, telefone (48) 3523-1199, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Arlindo Rocha, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1.975.650, emitida pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, inscrito no CPF/MF sob nº. 594.699.279-15, doravante denominada contratante, de outro, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DA AMESC – CIMGEP, Consórcio Público de Direito Público, inscrito no CNPJ do MF sob o nº 34.363.129/0001-86, com sede na AV XV DE NOVENBRO, Nº 911, Sala 02, Bairro: CENTRO CIVICO no Município de ARARANGUA, Estado do Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente Sr. Arlindo Rocha, Presidente do CIMGEP, inscrito no CPF/MF. sob o nº 594.699.279-15, doravante denominado contratado, têm entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal nº 8.666/93, à Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto nº 6017/2007 e ao Estatuto de Consórcio Público do CIMGEP, Lei Municipal do Contratante Lei nº 1.167 de 28 de junho de 2019, o que segue.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Este contrato de rateio tem por objetivo a transferência de recursos públicos da contratante ao contratado para promover a consecução dos seguintes objetos colocados à disposição pelo contratado em razão de contrato de consórcio público:

- I – Manutenção de assessoria contábil na área pública (sistemas de informação e congêneres e resolução de questões junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina);
- II - Manutenção de serviços administrativos em geral, envolvendo organização de documentos e de procedimentos licitatórios e demais atos correlatos no âmbito do ora contratado;
- III – Despesas com cumprimento e o bom desenvolvimento no que trata o Capítulo VI do Estatuto do CIMGEP.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os serviços previstos na cláusula anterior serão executados pelo contratado em sua sede e/ou na sede do contratante, dependendo da necessidade e de prévio ajuste entre as partes.

Parágrafo único. No caso de deslocamento de prestadores de serviços à sede do contratante, as despesas de locomoção ficarão a cargo deste.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato terá vigência de 15 de Junho de 2020 até o dia 31 de dezembro de 2020. Em conformidade com CLÁUSULA 18, Item VI

CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES:

Pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o contratante pagará ao contratado o valor total de R\$ 450,00 (Quatrocentos e Cinquenta Reais) de acordo com a classificação contábil à seguir:

Classificação	DENOMINAÇÃO	ANUAL
3.1.71.70	Aplicação Direta (Despesas de Pessoal)	R\$ -

3.3.71.70	Aplicação Direta (Despesas Correntes)	R\$ 450,00
4.4.71.70	Aplicação Direta (Despesas de Capital)	R\$ -
	TOTAL	R\$ 450,00

CLÁUSULA SEXTA – DA VERIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

Quanto à verificação, os serviços considerar-se-ão perfeitamente executados mediante verificação do contratante ou agente por ele designado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO:

O pagamento do valor contratual previsto será feito em 01 (uma) parcela, vencíveis durante mês, por meio do pagamento através de depósito bancário. No Banco nº 104, Caixa Econômica Federal, Agência 0427-8 Operação 006 conta corrente 71011-4.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES:

§ 1º É obrigação do contratado prestar adequadamente o objeto contratado, além das obrigações constantes no Contrato de Consórcio Público e Estatuto.

§ 2º Constituem-se em obrigações da contratante as constantes neste contrato.

§ 3º A contratada deverá manter durante a execução do contrato, a apresentação da CND/INSS e do CRF/FGTS, conforme art.55, XIII da Lei de Licitações.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO:

A fiscalização da execução dos trabalhos do contratado será exercida pela contratante, através de agente por ele designado, o qual poderá, junto ao representante do contratado, solicitar a correção de eventuais falhas e/ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 48h (quarenta e oito horas), serão objeto de comunicação oficial ao contratado, o qual se submeterá à aplicação das penalidades previstas neste contrato.

Parágrafo único. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato serão registradas pela contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

A rescisão contratual poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito da contratante, nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento das cláusulas contratuais nas condições e prazos especificados;
- b) Cumprimento irregular de cláusulas contratuais diante das condições e prazos especificados;
- c) Cometimento reiterado de faltas na execução do contrato;
- d) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovadas, desde que impeditivas à execução do contrato;

II – amigável, por acordo entre as partes, diante da conveniência da contratante.

Parágrafo Único – A Contratante poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial no caso de inexecução total ou parcial deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES:

Sem prejuízo do previsto no art. 87 da Lei nº 8.666/93, a contratada ficará sujeita à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de descumprimento do presente contrato.

Parágrafo único. As multas legais não eximem a contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO E DO MODO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS CONTRATUAIS:

Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Araranguá, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contrapropostas encaminhadas pelas partes à Assembleia Geral do contratado.

Araranguá – SC, 15 de Junho de 2020.

CONTRATANTE

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

CONTRATADO

TIAGO ZILLI Moacir Mario Rovaris
Presidente do CIMGEPA Diretor Executivo

FATURA DE CONTRATO DE RATEIO 2020

Número: 002

Emissão: 15 / 06 /2020

Contratante:

Município: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

CNPJ: 82.915.026/0001-24 VALORES:

Pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o contratante pagará ao contratado o valor de R\$ 450,00 (Quatrocentos e Cinquenta Reais) de acordo com a classificação contábil à seguir:

CLASSIFICAÇÃO	DENOMINAÇÃO	VALOR
3.1.71.70	Aplicações Diretas (Despesas de Pessoal)	R\$
3.3.71.70	Aplicações Diretas (Despesas Correntes)	R\$ 450,00
4.4.71.70	Aplicações Diretas (Despesas de Capital)	R\$
TOTAL DO REPASSE		R\$ 450,00

Mês/Referencia: 06 /2020	Dados do Bancário para Depósito: Banco: 104 – Caixa Econômica Federal Agência: 0427-8 – Agência de Araranguá – SC Conta Corrente: 71011-4 Operação: 006 Favorecido: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPA CNPJ.: 34.363.129/0001-86
--------------------------	---

Descrição: Fatura referente ao contrato de rateio número 005/2019 do CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPA. Fatura Aprovado na Resolução 03/2019

Araranguá (SC), 15 de Junho de 2020.

Moacir Mario Rovaris

Diretor Executivo CIMGEPA

CONTRATO DE RATEIO 03 2020

Publicação Nº 2524940

CONTRATO Nº 003/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES CONTRATANTES

Pelo presente CONTRATO de Rateio, e conforme Cláusula Sétima em conjunto com a cláusulas Decima e Decima Oitava do Estatuto do CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTÃO PÚBLICA DA AMESC – CIMGEPA – oriundo da ratificação, por lei, do Protocolo de Intenções, de um lado, o MUNICÍPIO DE ERMO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 01.608.905/0001-01, com sede à SC 448, Km 06, nº 120, Centro, CEP 88935-000, telefone (48) 3546-0081, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Aldoir Cadorin, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 2.882.812, emitida pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, inscrito no CPF/MF sob nº. 814.071.229-91, doravante denominada contratante, de outro, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTÃO PÚBLICA DA AMESC – CIMGEPA, Consórcio Público de Direito Público, inscrito no CNPJ do MF sob o nº 34.363.129/0001-86, com sede na AV XV DE NOVEMBRO, Nº 911, Sala 02, Bairro: CENTRO CIVICO no Município de ARARANGUA, Estado do Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente Sr. Arlindo Rocha, Presidente do CIMGEPA, inscrito no CPF/MF. sob o nº 594.699.279-15, doravante denominado contratado, têm entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal nº 8.666/93, à Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto nº 6017/2007 e ao Estatuto de Consórcio Público do CIMGEPA, Lei Municipal do Contratante Lei nº 461 de 26 de junho de 2019, o que segue.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Este contrato de rateio tem por objetivo a transferência de recursos públicos da contratante ao contratado para promover a consecução dos seguintes objetos colocados à disposição pelo contratado em razão de contrato de consórcio público:

- I – Manutenção de assessoria contábil na área pública (sistemas de informação e congêneres e resolução de questões junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina);
- II - Manutenção de serviços administrativos em geral, envolvendo organização de documentos e de procedimentos licitatórios e demais atos correlatos no âmbito do ora contratado;
- III – Despesas com cumprimento e o bom desenvolvimento no que trata o Capítulo VI do Estatuto do CIMGEPA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os serviços previstos na cláusula anterior serão executados pelo contratado em sua sede e/ou na sede do contratante, dependendo da necessidade e de prévio ajuste entre as partes.

Parágrafo único. No caso de deslocamento de prestadores de serviços à sede do contratante, as despesas de locomoção ficarão a cargo deste.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato terá vigência de 15 de Junho de 2020 até o dia 31 de dezembro de 2020. Em conformidade com CLÁUSULA 18, Item VI

CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES:

Pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o contratante pagará ao contratado o valor total de R\$ 1.350,00 (Um Mil e Trezentos e Cinquenta Reais) de acordo com a classificação contábil à seguir:

Classificação	DENOMINAÇÃO	ANUAL
3.1.71.70	Aplicação Direta (Despesas de Pessoal)	R\$ -
3.3.71.70	Aplicação Direta (Despesas Correntes)	R\$ 1.350,00
4.4.71.70	Aplicação Direta (Despesas de Capital)	R\$ -
	TOTAL	R\$ 1.350,00

CLÁUSULA SEXTA – DA VERIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

Quanto à verificação, os serviços considerar-se-ão perfeitamente executados mediante verificação do contratante ou agente por ele designado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO:

O pagamento do valor contratual previsto será feito em 01 (uma) parcela, vencíveis durante mês, por meio do pagamento através de depósito bancário. No Banco nº 104, Caixa Econômica Federal, Agência 0427-8 Operação 006 conta corrente 71011-4 .

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES:

§ 1º É obrigação do contratado prestar adequadamente o objeto contratado, além das obrigações constantes no Contrato de Consórcio Público e Estatuto.

§ 2º Constituem-se em obrigações da contratante as constantes neste contrato.

§ 3º A contratada deverá manter durante a execução do contrato, a apresentação da CND/INSS e do CRF/FGTS, conforme art.55, XIII da Lei de Licitações.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO:

A fiscalização da execução dos trabalhos do contratado será exercida pela contratante, através de agente por ele designado, o qual poderá, junto ao representante do contratado, solicitar a correção de eventuais falhas e/ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 48h (quarenta e oito horas), serão objeto de comunicação oficial ao contratado, o qual se submeterá à aplicação das penalidades previstas neste contrato.

Parágrafo único. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato serão registradas pela contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

A rescisão contratual poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito da contratante, nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento das cláusulas contratuais nas condições e prazos especificados;
 - b) Cumprimento irregular de cláusulas contratuais diante das condições e prazos especificados;
 - c) Cometimento reiterado de faltas na execução do contrato;
 - d) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovadas, desde que impeditivas à execução do contrato;
- II – amigável, por acordo entre as partes, diante da conveniência da contratante.

Parágrafo Único – A Contratante poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial no caso de inexecução total ou parcial deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES:

Sem prejuízo do previsto no art. 87 da Lei nº 8.666/93, a contratada ficará sujeita à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de descumprimento do presente contrato.

Parágrafo único. As multas legais não eximem a contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO E DO MODO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS CONTRATUAIS:

Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Araranguá, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contrapropostas encaminhadas pelas partes à Assembleia Geral do contratado.

Araranguá – SC, 15 de Junho de 2020.

CONTRATANTE

Aldoir Cadornin
Prefeito Municipal

CONTRATADO

tiago zilli Moacir Mario Rovaris
Presidente do CIMGEPA Diretor Executivo

FATURA DE CONTRATO DE RATEIO 2020

Número: 003

Emissão: 16 / 06 /2020

Contratante:

Município: MUNICÍPIO DE ERMO

CNPJ: 01.608.905/0001-01 VALORES:

Pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o contratante pagará ao contratado o valor de R\$ 1.350,00 (Um Mil e Trezentos e Cinquenta Reais) de acordo com a classificação contábil à seguir:

CLASSIFICAÇÃO	DENOMINAÇÃO	VALOR
3.1.71.70	Aplicações Diretas (Despesas de Pessoal)	R\$
3.3.71.70	Aplicações Diretas (Despesas Correntes)	R\$ 1.350,00
4.4.71.70	Aplicações Diretas (Despesas de Capital)	R\$
TOTAL DO REPASSE		R\$ 1.350,00

Mês/Referencia: 06 /2020	Dados do Bancário para Depósito: Banco: 104 – Caixa Econômica Federal Agência: 0427-8 – Agência de Araranguá – SC Conta Corrente: 71011-4 Operação: 006 Favorecido: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPA CNPJ.: 34.363.129/0001-86
--------------------------	---

Descrição: Fatura referente ao contrato de rateio número 003/2020 do CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPA. Fatura Aprovado na Resolução 03/2019

Araranguá (SC), 16 de Junho de 2020.

Moacir Mario Rovaris
Diretor Executivo CIMGEPA

CONTRATO DE RATEIO 04 2020

Publicação Nº 2524946

CONTRATO Nº 004/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES CONTRATANTES

Pelo presente CONTRATO de Rateio, e conforme Cláusula Sétima em conjunto com a clausulas Decima e Decima Oitava do Estatuto do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DA AMESC – CIMGEPA – oriundo da ratificação, por lei, do Protocolo de Intenções, de um lado, o MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 82.960.758/0001-36, com sede à Rua Pool Jorge Zacca, nº 75, Centro, CEP 88950-000, telefone (48) 3535-1248, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. João Batista Mezzari, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 3.038.122, emitida pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, inscrito no CPF/MF sob nº. 855.468.109-63, doravante denominada contratante, de outro, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DA AMESC – CIMGEPA, Consórcio Público de Direito Público, inscrito no CNPJ do MF sob o nº 34.363.129/0001-86, com sede na AV XV DE NOVEMBRO, Nº 911, Sala 02, Bairro: CENTRO CIVICO no Município de ARARANGUA, Estado do Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente Sr. Arlindo Rocha, Presidente do CIMGEPA, inscrito no CPF/MF. sob o nº 594.699.279-15, doravante denominado contratado, têm entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal nº 8.666/93, à Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto nº 6017/2007 e ao Estatuto de Consórcio Público do CIMGEPA, Lei Municipal

do Contratante Lei nº 899 de 26 de junho de 2019, o que segue.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Este contrato de rateio tem por objetivo a transferência de recursos públicos da contratante ao contratado para promover a consecução dos seguintes objetos colocados à disposição pelo contratado em razão de contrato de consórcio público:

I – Manutenção de assessoria contábil na área pública (sistemas de informação e congêneres e resolução de questões junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina);

II - Manutenção de serviços administrativos em geral, envolvendo organização de documentos e de procedimentos licitatórios e demais atos correlatos no âmbito do ora contratado;

III – Despesas com cumprimento e o bom desenvolvimento no que trata o Capítulo VI do Estatuto do CIMGEPA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os serviços previstos na cláusula anterior serão executados pelo contratado em sua sede e/ou na sede do contratante, dependendo da necessidade e de prévio ajuste entre as partes.

Parágrafo único. No caso de deslocamento de prestadores de serviços à sede do contratante, as despesas de locomoção ficarão a cargo deste.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato terá vigência de 15 de Junho de 2020 até o dia 31 de dezembro de 2020. Em conformidade com CLÁUSULA 18, Item VI

CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES:

Pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o contratante pagará ao contratado o valor total de R\$ 1.650,00 (Um Mil e Seiscentos e Cinquenta Reais) de acordo com a classificação contábil à seguir:

Classificação	DENOMINAÇÃO	ANUAL
3.1.71.70	Aplicação Direta (Despesas de Pessoal)	R\$ -
3.3.71.70	Aplicação Direta (Despesas Correntes)	R\$ 1.650,00
4.4.71.70	Aplicação Direta (Despesas de Capital)	R\$ -
	TOTAL	R\$ 1.650,00

CLÁUSULA SEXTA – DA VERIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

Quanto à verificação, os serviços considerar-se-ão perfeitamente executados mediante verificação do contratante ou agente por ele designado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO:

O pagamento do valor contratual previsto será feito em 01 (uma) parcela, vencíveis durante mês, por meio do pagamento através de depósito bancário. No Banco nº 104, Caixa Econômica Federal, Agência 0427-8 Operação 006 conta corrente 71011-4.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES:

§ 1º É obrigação do contratado prestar adequadamente o objeto contratado, além das obrigações constantes no Contrato de Consórcio Público e Estatuto.

§ 2º Constituem-se em obrigações da contratante as constantes neste contrato.

§ 3º A contratada deverá manter durante a execução do contrato, a apresentação da CND/INSS e do CRF/FGTS, conforme art.55, XIII da Lei de Licitações.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO:

A fiscalização da execução dos trabalhos do contratado será exercida pela contratante, através de agente por ele designado, o qual poderá, junto ao representante do contratado, solicitar a correção de eventuais falhas e/ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 48h (quarenta e oito horas), serão objeto de comunicação oficial ao contratado, o qual se submeterá à aplicação das penalidades previstas neste contrato.

Parágrafo único. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato serão registradas pela contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

A rescisão contratual poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito da contratante, nos seguintes casos:

a) Não cumprimento das cláusulas contratuais nas condições e prazos especificados;

b) Cumprimento irregular de cláusulas contratuais diante das condições e prazos especificados;

c) Cometimento reiterado de faltas na execução do contrato;
d) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovadas, desde que impeditivas à execução do contrato;
II – amigável, por acordo entre as partes, diante da conveniência da contratante.
Parágrafo Único – A Contratante poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial no caso de inexecução total ou parcial deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES:

Sem prejuízo do previsto no art. 87 da Lei nº 8.666/93, a contratada ficará sujeita à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de descumprimento do presente contrato.
Parágrafo único. As multas legais não eximem a contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO E DO MODO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS CONTRATUAIS:

Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Araranguá, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contrapropostas encaminhadas pelas partes à Assembleia Geral do contratado.

Araranguá – SC, 15 de Junho de 2020.

CONTRATANTE

João Batista Mezzari
Prefeito Municipal

CONTRATADO

TIAGO ZILLI Moacir Mario Rovaris
Presidente do CIMGEPA Diretor Executivo

FATURA DE CONTRATO DE RATEIO 2020
Número: 004
Emissão: 16 / 06 /2020

Contratante:

Município: MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO
CNPJ: 82.960.758/0001-36 VALORES:

Pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o contratante pagará ao contratado o valor de R\$ 1.650,00 (Um Mil e Seiscentos e Cinquenta Reais) de acordo com a classificação contábil à seguir:

CLASSIFICAÇÃO	DENOMINAÇÃO	VALOR
3.1.71.70	Aplicações Diretas (Despesas de Pessoal)	R\$
3.3.71.70	Aplicações Diretas (Despesas Correntes)	R\$ 1.650,00
4.4.71.70	Aplicações Diretas (Despesas de Capital)	R\$
TOTAL DO REPASSE		R\$ 1.650,00

Mês/Referencia: 06 /2020	Dados do Bancário para Depósito: Banco: 104 – Caixa Econômica Federal Agência: 0427-8 – Agência de Araranguá – SC Conta Corrente: 71011-4 Operação: 006 Favorecido: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPA CNPJ.: 34.363.129/0001-86
--------------------------	---

Descrição: Fatura referente ao contrato de rateio número 004/2020 do CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPA.Fatura Aprovado na Resolução 03/2019

Araranguá (SC), 16 de Junho de 2020.

Moacir Mario Rovaris
Diretor Executivo CIMGEPA

CONTRATO DE RATEIO 05 2020

Publicação Nº 2524949

CONTRATO Nº 005/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES CONTRATANTES

Pelo presente CONTRATO de Rateio, e conforme Cláusula Sétima em conjunto com a cláusulas Decima e Decima Oitava do Estatuto do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DA AMESC – CIMGEPA – oriundo da ratificação, por lei, do Protocolo de Intenções, de um lado, MUNICÍPIO DE SOMBRIÓ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 82.963.216/0001-17, com sede à Av. Nereu Ramos, nº 861, Centro, CEP 88960-000, telefone (48) 3533-5200, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Zênio Cardoso, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 405.209-9, emitida pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, inscrito no CPF/MF sob nº. 018.387.259-20, doravante denominada contratante, de outro, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DA AMESC – CIMGEPA, Consórcio Público de Direito Público, inscrito no CNPJ do MF sob o nº 34.363.129/0001-86, com sede na AV XV DE NOVEMBRO, Nº 911, Sala 02, Bairro: CENTRO CIVICO no Município de ARARANGUA, Estado do Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente Sr. Arlindo Rocha, Presidente do CIMGEPA, inscrito no CPF/MF. sob o nº 594.699.279-15, doravante denominado contratado, têm entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal nº 8.666/93, à Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto nº 6017/2007 e ao Estatuto de Consórcio Público do CIMGEPA, Lei Municipal do Contratante Lei nº 2.432 de 25 de junho de 2019, o que segue.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Este contrato de rateio tem por objetivo a transferência de recursos públicos da contratante ao contratado para promover a consecução dos seguintes objetos colocados à disposição pelo contratado em razão de contrato de consórcio público:

- I – Manutenção de assessoria contábil na área pública (sistemas de informação e congêneres e resolução de questões junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina);
- II - Manutenção de serviços administrativos em geral, envolvendo organização de documentos e de procedimentos licitatórios e demais atos correlatos no âmbito do ora contratado;
- III – Despesas com cumprimento e o bom desenvolvimento no que trata o Capítulo VI do Estatuto do CIMGEPA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os serviços previstos na cláusula anterior serão executados pelo contratado em sua sede e/ou na sede do contratante, dependendo da necessidade e de prévio ajuste entre as partes.

Parágrafo único. No caso de deslocamento de prestadores de serviços à sede do contratante, as despesas de locomoção ficarão a cargo deste.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato terá vigência de 15 de Junho de 2020 até o dia 31 de dezembro de 2020. Em conformidade com CLÁUSULA 18, Item VI

CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES:

Pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o contratante pagará ao contratado o valor total de R\$ 1.050,00 (Um Mil e Cinquenta Reais) de acordo com a classificação contábil à seguir:

Classificação	DENOMINAÇÃO	ANUAL
3.1.71.70	Aplicação Direta (Despesas de Pessoal)	R\$ -
3.3.71.70	Aplicação Direta (Despesas Correntes)	R\$ 1.050,00
4.4.71.70	Aplicação Direta (Despesas de Capital)	R\$ -
	TOTAL	R\$ 1.050,00

CLÁUSULA SEXTA – DA VERIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

Quanto à verificação, os serviços considerar-se-ão perfeitamente executados mediante verificação do contratante ou agente por ele designado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO:

O pagamento do valor contratual previsto será feito em 01 (uma) parcela, vencíveis durante mês, por meio do pagamento através de depósito bancário. No Banco nº 104, Caixa Econômica Federal, Agência 0427-8 Operação 006 conta corrente 71011-4.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES:

§ 1º É obrigação do contratado prestar adequadamente o objeto contratado, além das obrigações constantes no Contrato de Consórcio Público e Estatuto.

§ 2º Constituem-se em obrigações da contratante as constantes neste contrato.

§ 3º A contratada deverá manter durante a execução do contrato, a apresentação da CND/INSS e do CRF/FGTS, conforme art.55, XIII da Lei de Licitações.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO:

A fiscalização da execução dos trabalhos do contratado será exercida pela contratante, através de agente por ele designado, o qual poderá, junto ao representante do contratado, solicitar a correção de eventuais falhas e/ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 48h (quarenta e oito horas), serão objeto de comunicação oficial ao contratado, o qual se submeterá à aplicação das penalidades previstas neste contrato.

Parágrafo único. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato serão registradas pela contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

A rescisão contratual poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito da contratante, nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento das cláusulas contratuais nas condições e prazos especificados;
- b) Cumprimento irregular de cláusulas contratuais diante das condições e prazos especificados;
- c) Cometimento reiterado de faltas na execução do contrato;
- d) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovadas, desde que impeditivas à execução do contrato;

II – amigável, por acordo entre as partes, diante da conveniência da contratante.

Parágrafo Único – A Contratante poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial no caso de inexecução total ou parcial deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES:

Sem prejuízo do previsto no art. 87 da Lei nº 8.666/93, a contratada ficará sujeita à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de descumprimento do presente contrato.

Parágrafo único. As multas legais não eximem a contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO E DO MODO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS CONTRATUAIS:

Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Araranguá, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contrapropostas encaminhadas pelas partes à Assembleia Geral do contratado.

Araranguá – SC, 15 de Junho de 2020.

CONTRATANTE

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

CONTRATADO

TIAGO ZILLI Moacir Mario Rovaris
Presidente do CIMGEPA Diretor Executivo

FATURA DE CONTRATO DE RATEIO 2020

Número: 005

Emissão: 16 / 06 /2020

Contratante:

Município: MUNICÍPIO DE SOMBRIO

CNPJ: 82.963.216/0001-17 VALORES:

Pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o contratante pagará ao contratado o valor de R\$ 1.050,00 (Um Mil e Cinquenta Reais) de acordo com a classificação contábil à seguir:

CLASSIFICAÇÃO	DENOMINAÇÃO	VALOR
3.1.71.70	Aplicações Diretas (Despesas de Pessoal)	R\$
3.3.71.70	Aplicações Diretas (Despesas Correntes)	R\$ 1.050,00
4.4.71.70	Aplicações Diretas (Despesas de Capital)	R\$
TOTAL DO REPASSE		R\$ 1.050,00

Mês/Referencia: 06 /2020

Dados do Bancário para Depósito:
Banco: 104 – Caixa Econômica Federal
Agência: 0427-8 – Agência de Araranguá – SC
Conta Corrente: 71011-4
Operação: 006
Favorecido:
CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPA
CNPJ.: 34.363.129/0001-86

Descrição: Fatura referente ao contrato de rateio número 005/2020 do CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPA. Fatura Aprovado na Resolução 03/2019

Araranguá (SC), 16 de Junho de 2020.

Moacir Mario Rovaris
Diretor Executivo CIMGEPA

CONTRATO DE RATEIO 06 2020

Publicação Nº 2524953

CONTRATO Nº 006/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES CONTRATANTES

Pelo presente CONTRATO de Rateio, e conforme Cláusula Sétima em conjunto com a clausulas Decima e Decima Oitava do Estatuto do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DA AMESC – CIMGEPA – oriundo da ratificação, por lei, do Protocolo de Intenções, de um lado, o MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 95.782.793/0001-54, com sede à Av. Beira Rio, nº 20, Centro, CEP 88980-000, telefone (48) 3548-0035, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Jonas Gomes de Souza, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1075148088, emitida pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, inscrito no CPF/MF sob nº. 963.072.000-06, doravante denominada contratante, de outro, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DA AMESC – CIMGEPA, Consórcio Público de Direito Público, inscrito no CNPJ do MF sob o nº 34.363.129/0001-86, com sede na AV XV DE NOVEMBRO, Nº 911, Sala 02, Bairro: CENTRO CIVICO no Município de ARARANGUA, Estado do Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente Sr. Arlindo Rocha, Presidente do CIMGEPA, inscrito no CPF/MF. sob o nº 594.699.279-15, doravante denominado contratado, têm entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal nº 8.666/93, à Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto nº 6017/2007 e ao Estatuto de Consórcio Público do CIMGEPA, Lei Municipal do Contratante Lei nº 1.104 de 08 de Agosto de 2019, o que segue.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Este contrato de rateio tem por objetivo a transferência de recursos públicos da contratante ao contratado para promover a consecução dos seguintes objetos colocados à disposição pelo contratado em razão de contrato de consórcio público:

- I – Manutenção de assessoria contábil na área pública (sistemas de informação e congêneres e resolução de questões junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina);
- II - Manutenção de serviços administrativos em geral, envolvendo organização de documentos e de procedimentos licitatórios e demais atos correlatos no âmbito do ora contratado;
- III – Despesas com cumprimento e o bom desenvolvimento no que trata o Capítulo VI do Estatuto do CIMGEPA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os serviços previstos na cláusula anterior serão executados pelo contratado em sua sede e/ou na sede do contratante, dependendo da necessidade e de prévio ajuste entre as partes.

Parágrafo único. No caso de deslocamento de prestadores de serviços à sede do contratante, as despesas de locomoção ficarão a cargo deste.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato terá vigência de 15 de Junho de 2020 até o dia 31 de dezembro de 2020. Em conformidade com CLÁUSULA 18, Item VI

CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES:

Pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o contratante pagará ao contratado o valor total de R\$ 450,00 (Quatrocentos e Cinquenta Reais) de acordo com a classificação contábil à seguir:

Classificação	DENOMINAÇÃO	ANUAL
3.1.71.70	Aplicação Direta (Despesas de Pessoal)	R\$ -

3.3.71.70	Aplicação Direta (Despesas Correntes)	R\$ 450,00
4.4.71.70	Aplicação Direta (Despesas de Capital)	R\$ -
	TOTAL	R\$ 450,00

CLÁUSULA SEXTA – DA VERIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

Quanto à verificação, os serviços considerar-se-ão perfeitamente executados mediante verificação do contratante ou agente por ele designado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO:

O pagamento do valor contratual previsto será feito em 01 (uma) parcela, vencíveis durante mês, por meio do pagamento através de depósito bancário. No Banco nº 104, Caixa Econômica Federal, Agência 0427-8 Operação 006 conta corrente 71011-4.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES:

§ 1º É obrigação do contratado prestar adequadamente o objeto contratado, além das obrigações constantes no Contrato de Consórcio Público e Estatuto.

§ 2º Constituem-se em obrigações da contratante as constantes neste contrato.

§ 3º A contratada deverá manter durante a execução do contrato, a apresentação da CND/INSS e do CRF/FGTS, conforme art.55, XIII da Lei de Licitações.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO:

A fiscalização da execução dos trabalhos do contratado será exercida pela contratante, através de agente por ele designado, o qual poderá, junto ao representante do contratado, solicitar a correção de eventuais falhas e/ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 48h (quarenta e oito horas), serão objeto de comunicação oficial ao contratado, o qual se submeterá à aplicação das penalidades previstas neste contrato.

Parágrafo único. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato serão registradas pela contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

A rescisão contratual poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito da contratante, nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento das cláusulas contratuais nas condições e prazos especificados;
- b) Cumprimento irregular de cláusulas contratuais diante das condições e prazos especificados;
- c) Cometimento reiterado de faltas na execução do contrato;
- d) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovadas, desde que impeditivas à execução do contrato;

II – amigável, por acordo entre as partes, diante da conveniência da contratante.

Parágrafo Único – A Contratante poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial no caso de inexecução total ou parcial deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES:

Sem prejuízo do previsto no art. 87 da Lei nº 8.666/93, a contratada ficará sujeita à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de descumprimento do presente contrato.

Parágrafo único. As multas legais não eximem a contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO E DO MODO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS CONTRATUAIS:

Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Araranguá, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contrapropostas encaminhadas pelas partes à Assembleia Geral do contratado.

Araranguá – SC, 15 de Junho de 2020.

CONTRATANTE

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

CONTRATADO

tiago zilli Moacir Mario Rovaris
Presidente do CIMGEPA Diretor Executivo

FATURA DE CONTRATO DE RATEIO 2020

Número: 006

Emissão: 16/ 06 /2020

Contratante:

Município: MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES

CNPJ: 95.782.793/0001-54 VALORES:

Pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o contratante pagará ao contratado o valor de R\$ 450,00 (Quatrocentos e Cinquenta Reais) de acordo com a classificação contábil à seguir:

CLASSIFICAÇÃO	DENOMINAÇÃO	VALOR
3.1.71.70	Aplicações Diretas (Despesas de Pessoal)	R\$
3.3.71.70	Aplicações Diretas (Despesas Correntes)	R\$ 450,00
4.4.71.70	Aplicações Diretas (Despesas de Capital)	R\$
TOTAL DO REPASSE		R\$ 450,00

Mês/Referencia: 06 /2020	Dados do Bancário para Depósito: Banco: 104 – Caixa Econômica Federal Agência: 0427-8 – Agência de Araranguá – SC Conta Corrente: 71011-4 Operação: 006 Favorecido: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPA CNPJ.: 34.363.129/0001-86
--------------------------	---

Descrição: Fatura referente ao contrato de rateio número 006/2020 do CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPA. Fatura Aprovado na Resolução 03/2019

Araranguá (SC), 16 de junho de 2020.

Moacir Mario Rovaris

Diretor Executivo CIMGEPA

CONTRATO DE RATEIO 07 2020

Publicação Nº 2524955

CONTRATO Nº 007/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES CONTRATANTES

Pelo presente CONTRATO de Rateio, e conforme Cláusula Sétima em conjunto com a clausulas Decima e Decima Oitava do Estatuto do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DA AMESC – CIMGEPA – oriundo da ratificação, por lei, do Protocolo de Intenções, de um lado, o MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 82.913.211/0001-80, com sede à Rua Irineu Bornhausen, nº 320, Centro, CEP 88990-000, telefone (48) 3532-0132, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Henrique Matos Maciel, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1.536.681, emitida pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, inscrito no CPF/MF sob nº. 649.334.589-87, doravante denominada contratante, de outro, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DA AMESC – CIMGEPA, Consórcio Público de Direito Público, inscrito no CNPJ do MF sob o nº 34.363.129/0001-86, com sede na AV XV DE NOVEMBRO, Nº 911, Sala 02, Bairro: CENTRO CIVICO no Município de ARARANGUA, Estado do Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente Sr. Arlindo Rocha, Presidente do CIMGEPA, inscrito no CPF/MF. sob o nº 594.699.279-15, doravante denominado contratado, têm entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal nº 8.666/93, à Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto nº 6017/2007 e ao Estatuto de Consórcio Público do CIMGEPA, Lei Municipal do Contratante Lei nº 2.538 de 28 de junho de 2019, o que segue.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Este contrato de rateio tem por objetivo a transferência de recursos públicos da contratante ao contratado para promover a consecução dos seguintes objetos colocados à disposição pelo contratado em razão de contrato de consórcio público:

- I – Manutenção de assessoria contábil na área pública (sistemas de informação e congêneres e resolução de questões junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina);
- II - Manutenção de serviços administrativos em geral, envolvendo organização de documentos e de procedimentos licitatórios e demais atos correlatos no âmbito do ora contratado;
- III – Despesas com cumprimento e o bom desenvolvimento no que trata o Capítulo VI do Estatuto do CIMGEPA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os serviços previstos na cláusula anterior serão executados pelo contratado em sua sede e/ou na sede do contratante, dependendo da necessidade e de prévio ajuste entre as partes.

Parágrafo único. No caso de deslocamento de prestadores de serviços à sede do contratante, as despesas de locomoção ficarão a cargo deste.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato terá vigência de 15 de Junho de 2020 até o dia 31 de dezembro de 2020. Em conformidade com CLÁUSULA 18, Item VI

CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES:

Pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o contratante pagará ao contratado o valor total de R\$ 1.950,00 (Um Mil e Novecentos e Cinquenta Reais) de acordo com a classificação contábil à seguir:

Classificação	DENOMINAÇÃO	ANUAL
3.1.71.70	Aplicação Direta (Despesas de Pessoal)	R\$ -
3.3.71.70	Aplicação Direta (Despesas Correntes)	R\$ 1.950,00
4.4.71.70	Aplicação Direta (Despesas de Capital)	R\$ -
	TOTAL	R\$ 1.950,00

CLÁUSULA SEXTA – DA VERIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

Quanto à verificação, os serviços considerar-se-ão perfeitamente executados mediante verificação do contratante ou agente por ele designado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO:

O pagamento do valor contratual previsto será feito em 01 (uma) parcela, vencíveis durante mês, por meio do pagamento através de depósito bancário. No Banco nº 104, Caixa Econômica Federal, Agência 0427-8 Operação 006 conta corrente 71011-4.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES:

§ 1º É obrigação do contratado prestar adequadamente o objeto contratado, além das obrigações constantes no Contrato de Consórcio Público e Estatuto.

§ 2º Constituem-se em obrigações da contratante as constantes neste contrato.

§ 3º A contratada deverá manter durante a execução do contrato, a apresentação da CND/INSS e do CRF/FGTS, conforme art.55, XIII da Lei de Licitações.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO:

A fiscalização da execução dos trabalhos do contratado será exercida pela contratante, através de agente por ele designado, o qual poderá, junto ao representante do contratado, solicitar a correção de eventuais falhas e/ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 48h (quarenta e oito horas), serão objeto de comunicação oficial ao contratado, o qual se submeterá à aplicação das penalidades previstas neste contrato.

Parágrafo único. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato serão registradas pela contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

A rescisão contratual poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito da contratante, nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento das cláusulas contratuais nas condições e prazos especificados;
 - b) Cumprimento irregular de cláusulas contratuais diante das condições e prazos especificados;
 - c) Cometimento reiterado de faltas na execução do contrato;
 - d) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovadas, desde que impeditivas à execução do contrato;
- II – amigável, por acordo entre as partes, diante da conveniência da contratante.

Parágrafo Único – A Contratante poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial no caso de inexecução total ou parcial deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES:

Sem prejuízo do previsto no art. 87 da Lei nº 8.666/93, a contratada ficará sujeita à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de descumprimento do presente contrato.

Parágrafo único. As multas legais não eximem a contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO E DO MODO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS CONTRATUAIS:

Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Araranguá, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contrapropostas encaminhadas pelas partes à Assembleia Geral do contratado.

Araranguá – SC, 16 de Junho de 2020.

CONTRATANTE

Henrique Matos Maciel
Prefeito Municipal

CONTRATADO

tiago zilli Moacir Mario Rovaris
Presidente do CIMGEPA Diretor Executivo

FATURA DE CONTRATO DE RATEIO 2020

Número: 007

Emissão: 16 / 06 /2020

Contratante:

Município: MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE

CNPJ: 82.913.211/0001-80 VALORES:

Pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o contratante pagará ao contratado o valor de R\$ 1.950,00 (Um Mil e Novecentos e Cinquenta Reais) de acordo com a classificação contábil à seguir:

CLASSIFICAÇÃO	DENOMINAÇÃO	VALOR
3.1.71.70	Aplicações Diretas (Despesas de Pessoal)	R\$
3.3.71.70	Aplicações Diretas (Despesas Correntes)	R\$ 1.950,00
4.4.71.70	Aplicações Diretas (Despesas de Capital)	R\$
TOTAL DO REPASSE		R\$ 1.950,00

Mês/Referencia: 06 /2020	Dados do Bancário para Depósito: Banco: 104 – Caixa Econômica Federal Agência: 0427-8 – Agência de Araranguá – SC Conta Corrente: 71011-4 Operação: 006 Favorecido: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPA CNPJ.: 34.363.129/0001-86
--------------------------	---

Descrição: Fatura referente ao contrato de rateio número 006/2020 do CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPA. Fatura Aprovado na Resolução 03/2019

Araranguá (SC), 16 de Junho de 2020.

Moacir Mario Rovaris
Diretor Executivo CIMGEPA

CIGAMVALI**RE-PUBLICAÇÃO PREGÃO 003_2020 - LIMPEZA PLATAFORMA**

Publicação Nº 2525442

ESTADO DE SANTA CATARINA

Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do

Itapocu CIGAMVALI

AVISO LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020.

PROCESSO LICITATÓRIO 003/2020

PREGÃO PRESENCIAL, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, EM REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA, E EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE PLATAFORMA ESTRADAL EM RODOVIAS ESTADUAIS PREVISTAS NO PLANO RODOVIÁRIO ESTADUAL DE SANTA CATARINA, APROVADOS PELO DECRETO ESTADUAL 759, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO RECUPERAR INSTITUÍDO PELO DECRETO ESTADUAL 195 DE 1º DE AGOSTO DE 2019, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS E IDENTIFICADOS NESTE EDITAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I E ANEXO II DESTE EDITAL.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 07h do dia 18/06/2020 às 10:00h do dia 30/06/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 10:30h do dia 30/06/2020.

O edital pode ser solicitado pelos e-mails:

infraestrutura@cigamvali.sc.gov.br

orcamento@corupa.sc.gov.br

INFORMAÇÕES PELO TELEFONE (47) 3370-7933 ou pelo e-mail: infraestrutura@cigamvali.sc.gov.br

E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443.

HORÁRIO: das 07:00h às 13:00h

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 17 de junho de 2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PRESIDENTE do CIGAMVALI

RE-PUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 005_20 - RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

Publicação Nº 2525444

ESTADO DE SANTA CATARINA

Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do

Itapocu CIGAMVALI

AVISO LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020.

PROCESSO LICITATÓRIO 005/2020

PREGÃO PRESENCIAL, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, EM REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA, E EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO ROTINEIRAS EM RODOVIAS ESTADUAIS PREVISTAS NO PLANO RODOVIÁRIO ESTADUAL DE SANTA CATARINA, APROVADOS PELO DECRETO ESTADUAL 759, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO RECUPERAR INSTITUÍDO PELO DECRETO ESTADUAL 195 DE 1º DE AGOSTO DE 2019, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS E IDENTIFICADOS NESTE EDITAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I E ANEXO II DESTE EDITAL.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 07h do dia 18/06/2020 às 07:30h do dia 30/06/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08:00h do dia 30/06/2020.

O edital pode ser solicitado pelos e-mails:

infraestrutura@cigamvali.sc.gov.br

orcamento@corupa.sc.gov.br

INFORMAÇÕES PELO TELEFONE (47) 3370-7933 ou pelo e-mail: infraestrutura@cigamvali.sc.gov.br

E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443.

HORÁRIO: das 07:00h às 13:00h

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 17 de junho de 2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PRESIDENTE do CIGAMVALI